JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação dos Municípios do Araguaia - AMA ..... 4
Camara Municipal de Água Boa ..... 4
Camara Municipal de Araguaiana ..... 4
Camara Municipal de Arenápolis ..... 6
Camara Municipal de Cáceres ..... 24
Camara Municipal de Curvelândia ..... 37
Câmara Municipal de General Carneiro ..... 39
Camara Municipal de Santo Afonso ..... 39
Camara Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 40
Camara Municipal de Várzea Grande ..... 40
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá ..... 44
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP ..... 45
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia ..... 46
Prefeitura Municipal de Acorizal ..... 48
Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 49
Prefeitura Municipal de Alto Garças ..... 52
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ..... 61
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 110
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 110
Prefeitura Municipal de Araguainha ..... 110
Prefeitura Municipal de Araputanga ..... 111
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 117
Prefeitura Municipal de Aripuanã ..... 119
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço ..... 132
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia ..... 135
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 136
Prefeitura Municipal de Campinápolis ..... 145
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 161
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 164
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio ..... 164
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte ..... 167
Prefeitura Municipal de Canarana ..... 173
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 176
Prefeitura Municipal de Castanheira ..... 181
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 181
Prefeitura Municipal de Cocalinho ..... 188
Prefeitura Municipal de Colíder ..... 190
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 191
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 198
Prefeitura Municipal de Confresa ..... 201
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste ..... 207
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 259
Prefeitura Municipal de Cuiabá ..... 270
Prefeitura Municipal de Curvelândia ..... 270
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 271
Prefeitura Municipal de Feliz Natal ..... 273
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 273
Prefeitura Municipal de General Carneiro ..... 279
Prefeitura Municipal de Itanhangá ..... 279
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 338
Prefeitura Municipal de Jaciara ..... 342
Prefeitura Municipal de Jangada ..... 351

Prefeitura Municipal de Juara ..... 352
Prefeitura Municipal de Juruena ..... 352
Prefeitura Municipal de Juscimeira ..... 358
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste ..... 359
Prefeitura Municipal de Luciara ..... 359
Prefeitura Municipal de Marcelândia ..... 361
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 361
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 379
Prefeitura Municipal de Nobres ..... 386
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 400
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 404
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia ..... 406
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 410
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 411
Prefeitura Municipal de Nova Maringá ..... 416
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde ..... 416
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré ..... 417
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia ..... 417
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena ..... 420
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã ..... 423
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ..... 476
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 493
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ..... 494
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim ..... 496
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 500
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 502
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra ..... 530
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 531
Prefeitura Municipal de Ponte Branca ..... 532
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte ..... 533
Prefeitura Municipal de Porto Estrela ..... 534
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 534
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 535
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira ..... 537
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste ..... 538
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 546
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu ..... 547
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 564
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha ..... 617
Prefeitura Municipal de Santo Afonso ..... 618
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger ..... 619
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 619
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia ..... 619
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro ..... 622
Prefeitura Municipal de São José do Xingu ..... 624
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos ..... 674
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa ..... 674
Prefeitura Municipal de Tabaporã ..... 674
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 676
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte ..... 676
Prefeitura Municipal de Torixoréu ..... 682
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 721
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos ..... 722
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 722
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ..... 775
Prefeitura Municipal de Vila Rica ..... 776

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

**Presidente de Honra**: José Eduardo Botelho

**Presidente:** Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

**Primeiro Vice-Presidente:** Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

**Segundo Vice-Presidente:** Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

**Terceiro Vice-Presidente**: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

**Quarto Vice-Presidente**: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

**Quinto Vice-Presidente:** Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

**Secretário Gera**l: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

**Primeiro Secretário:** Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

**Segundo Secretário**: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

**Tesoureiro Geral:** Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

**Primeiro Tesoureiro:** Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

**Segundo Tesoureir**o: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

**Conselho Fiscal**:

**1º** Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

**2º** Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

**3º** Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

**Suplentes Fiscai**s:

**1º** Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

**2º** Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

**3º** Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

**Gerente de Comunicação**
Malu Sousa

**Responsável pelo Jornal Oficial AMM**
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA - AMA

**NONA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO**

Nona Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação dos Municípios do
Araguaia – AMA, para o periodo de 1° de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2023,
que foi eleita por unanimidade, com a seguinte composição: PRESIDENTE:
DANIEL ROSA DO LAGO – PORTO ALEGRE DO NORTE ; VICE-PRESIDENTE:
FERNANDO GORGEN – QUERÊNCIA; 1º SECRETÁRIO: ADÃO SOARES
NOGUEIRA – NOVO SANTO ANTONIO; 2º SECRETARIA: JANAILZA
TAVEIRA LEITE – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA; 1º TESOUREIRA:
JORAILDES SOARES DE SOUSA – SANTA CRUZ DO XINGÚ; 2º TESOUREIRO:
ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – VILA RICA; CONSELHO FISCAL:
MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA – BOM JESUS DO ARAGUAIA; CONSELHO
FISCAL: RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM – CONFRESA; CONSELHO
FISCAL: ELSON FARIAS DE SOUSA – SERRA NOVA DOURADA;
SUPLENTE: MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO – ÁGUA BOA;
SUPLENTE: SANDRO JOSÉ LUZ COSTA – SÃO JOSÉ DO XINGÚ e
SUPLENTE: PARASSU DE SOUZA FREITAS – LUCIARA

## CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

**CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT**
**PORTARIA N° 004/2021**

**"Nomeia fiscal de contrato na Câmara Municipal de Água Boa – MT."**

**Luís César de Lara Pinto Filho,** Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas:

**E considerando o Art. 67 da Lei nº. 8.666/93,**

**Resolve:**

**Art. 1º** Nomear a servidora **Marcos Liell**, matricula nº. 000056, RG nº 1474860-6 SSP/MT, para atuar como **fiscal de contratos da Câmara Municipal de Água Boa para o ano de 2021**.

**Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 14 de Janeiro 2021.

Publique-se dê-se ciência, e cumpra-se.

**Luís César de Lara Pinto Filho**

Presidente

## CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

**TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA**

TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE **ARAGUAIANA/MT** E A UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 00.965.384/0001-87, situada NA Avenida Presidente Vargas, nº 259, Jardim Urânia II, na cidade de **ARAGUAIANA /MT**, neste ato representada por seu (sua) Presidente, Sr. (a), **DORISMA LOPES DE SOUZA** portador (a) da Cédula de Identidade RG n.º 650850 SSP/MT e CPF nº 772.565.491-72 e a **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.003.757/0001 -98, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá-MT, representado por seu presidente, Vereador(a) **EDCLAY LOPES COELHO,** portador da Cédula de Identidade RG nº 714428 SSP/MT, de comum acordo, resolvem celebrar o presente Termo de Filiação, mediante cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Araguaiana, junto à União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT, e , por consequência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto.

1.2.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA UCMMAT**

2.1. A União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso deverá:

I- Zelar pelo cumprimento das disposições contidas em seu estatuto e no presente termo de filiação;

II- Promover o intercâmbio de experiências legislativas, através de seminários, congressos, simpósios, propiciando a capacitação dos Agentes Públicos Municipais;

III- Promover a divulgação, difusão e publicação dos conhecimentos acumulados através dos meios que se fizerem necessários;

IV- Atuar em defesa dos interesses de seus membros como um todo e exercer a representatividade dos Vereadores e das Câmaras Municipais no Estado de Mato Grosso e no país;

V- Oferecer apoio logístico e suporte técnico, jurídico, administrativo e contábil, além de orientação legislativa ao Poder Legislativo do Município de **ARAGUAIANA/MT**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA/MT**

3.1. A Câmara Municipal de Vereadores do Município de **ARAGUAIANA/MT**deverá:

I- Efetuar, mensalmente, o pagamento da contribuição associativa.

II- Sugerir à UCMMAT, medidas de interesses do Poder Legislativo;

III- Disponibilizar, sempre que possível, dados para serem utilizados no desenvolvimento do intercâmbio de informações e da integração das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso;

IV- Cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a UCMMAT;

V- Evitar fazer compromissos e fazer declarações públicas em nome da UCMMAT, sem que, para isso esteja autorizado por escrito pela Diretoria Executiva.

**CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA**

4.1. O valor global da contribuição para o exercício de 2021 é de R$ **6. 000,00 (SEIS MIL REAIS)** que serão pagos em 12 (DOZE)parcelas mensais e iguais de **R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS)** a título de contribuição associativa.

I- O repasse da contribuição associativa deverá ser feito até o dia **25 de cada mês**, por meio de **RECIBOS** à contratada, através de depósito/ Transferências bancárias, dados: Banco do Brasil, **Agência 3325-1**, **Conta Corrente 10.647-X** – nominal a UCMMAT – União das Câmaras Municipal do Estado de Mato Grosso.

**CLÁUSLULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSO**

5.1. As despesas decorrentes da assinatura deste Termo de Filiação serão custeadas com recursos próprios da Câmara Municipal de Vereadores do Município de **ARAGUAIANA/MT** previstos no Orçamento Anual, na seguinte rubrica orçamentária:01.01.01-031-0001-2002-3.3.90.39.00.00-1. 00.

5.2. Em caso de prorrogação da vigência da filiação, os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E DEMAIS ALTERAÇÕES**

6.1. O prazo de **vigência** do presente instrumento de **filiação é de 12 (DOZE) MESES** , tendo início em **06/01/2021** e término em **31/12/2021.**

I- O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante manifestação expressa de ambas as partes, desde que haja interesse público e conveniência econômico-financeira por parte da Câmara Municipal de Vereadores do Município de **ARAGUAIANA/MT**

6.2. O presente instrumento poderá ser alterado em comum acordo entre as partes, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, nos casos previstos na Lei 8.666/93, no que couber.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1. O presente termo de filiação poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que a parte interessada comunique a outra parte sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

I- A rescisão não importará em qualquer indenização para a União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso –UCMMAT, todavia, caso a rescisão seja requerida pela associada, esta deverá pagar uma multa no percentual de 5% do valor das contribuições associativas remanescentes, salvo se a UCMMAT tiver dado causa à rescisão, ocasião em que nenhuma multa será devida.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

8.1. Os casos omissos neste Instrumento, detectados durante sua execução, serão resolvidos pelas partes, através de Termos Aditivos.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de **BARRA DO GARÇAS/MT** , com recusa expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Termo de Filiação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÃO FINAL**

E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas infra-assinadas, para que surtam seus efeitos legais.

ARAGUAIANA/MT, 21 DE JANEIRO DE 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE **ARAGUAIANA/MT**

**DORISMA LOPES DE SOUZA**

PRESIDENTE

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

**EDCLAY LOPES COELHO**

PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

Nathana Aparecida Lopes de Macedo

**RG Nº.** 2715154-9

**CPF Nº. 059.476.241-33**

Karem Gomes Monteiro

**RG Nº.** 1684159-0

**CPF Nº. 029.426.431-02**

## CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**
**BALANÇO PATRIMONIAL**

**ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS**

# CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Dezembro/2020**

Data de Emissão: 31/12/2020

Exercício: 2020

| ATIVO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| Créditos a Curto Prazo | | | |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | | | |
| Estoques | | | |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | | | |
| VPD Pagas Antecipadamente | | | |
| *Total do Ativo Circulante* | | | |
| **Ativo Não Circulante** | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Créditos a Longo Prazo | | | |
| Investimentos Temporários a Longo Prazo | | | |
| Estoques | | | |
| VPD Pagas Antecipadamente | | | |
| Investimentos | | | |
| Imobilizado | | 237.920,47 | 258.492,85 |
| Intangível | | | |
| Diferido | | | |
| *Total do Ativo Não Circulante* | | 237.920,47 | 258.492,85 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | 237.920,47 | 258.492,85 |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
|---|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | | | |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | | | |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | | | |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | | | |
| Obrigações de Repartições a Outros Entes | | | |
| Provisões a Curto Prazo | | | |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | | | |
| *Total do Passivo Circulante* | | | |
| **Passivo Não Circulante** | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo | | | |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | | | |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | | | |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | | | |
| Provisões a Longo Prazo | | | |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | | | |
| Resultado Diferido | | | |
| *Total do Passivo Não Circulante* | | | |
| **Patrimônio Líquido** | | | |

Emissão: 31/12/2020 18:39:03

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

## CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

### BALANÇO PATRIMONIAL

**Dezembro/2020**

Data de Emissão: 31/12/2020

| | | |
|---|---|---|
| Patrimônio Social e Capital Social | | |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital | | |
| Reservas de Capital | | |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | |
| Reservas de Lucros | | |
| Demais Reservas | | |
| Resultados Acumulados | 237.920,47 | 258.492,85 |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | |
| *Total do Patrimônio Líquido* | 237.920,47 | 258.492,85 |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 237.920,47 | 258.492,85 |

Emissão: 31/12/2020 18:39:03

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Dezembro/2020**

Data de Emissão: 31/12/2020

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **ATIVO (I)** | | | |
| Ativo Financeiro | | | |
| Ativo Permanente | | 237.920,47 | 258.492,85 |
| *Total do Ativo* | | 237.920,47 | 258.492,85 |
| **PASSIVO (II)** | | | |
| Passivo Financeiro | | | |
| Passivo Permanente | | | |
| *Total do Passivo* | | | |
| **Saldo Patrimonial (I - II)** | | 237.920,47 | 258.492,85 |

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **ATOS POTENCIAIS ATIVOS** | | | |
| Garantia e Contra garantias recebidas | | | |
| Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres | | | |
| Direitos Contratuais | | | |
| Outros atos potenciais ativos | | | |
| *Total dos Atos Potenciais Ativos* | | | |
| **ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | | | |
| Garantia e Contra garantias concedidas | | | |
| Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres | | | |
| Obrigações Contratuais | | 17.857,00 | 107.140,43 |
| Outros atos potenciais passivos | | | |
| *Total dos Atos Potenciais Passivos* | | 17.857,00 | 107.140,43 |
| *Total das Fontes de Recursos* | | | |

Emissão: 31/12/2020 18:39:03

Página 3

Homologado

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**
**PORTARIA Nº 011/2021**

**Súmula: Nomeia Servidor Público para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo.**

**ERMERSON SILVA DA CUNHA, Presidente da Câmara Municipal de Arenápolis**, no uso de suas atribuições legais:

Considerando as disposições preconizadas no Edital de Convocação nº 001/2021, referente ao Edital do Concurso Público nº 001/2020;

Considerando a necessidade administrativa;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o primeiro candidato na ordem de classificação do certame regido pelo Edital nº 001/2020, **HEROÍNA DA SILVA ABRANTES**, inscrito no CPF nº 740.645.761-87, no cargo de provimento **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**.

**Art. 2º.** Os vencimentos a que terá direito o nomeado acima relacionado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

**Art. 3º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Arenápolis-MT, 27 de janeiro de 2021.**

**Registre-se;**

**Publique-se;**

**Cumpra-se.**

**ERMERSON SILVA DA CUNHA**

**Presidente da Câmara Municipal**

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**
**DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro/2020

Modelo Sintético

**Exercício: 2020**

**QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | I | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições | II | 0,00 | 0,00 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | III | 0,00 | 0,00 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | IV | 0,00 | 0,00 |
| Transferências e Delegações Recebidas | V | 1.104.000,00 | 1.005.600,00 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | VI | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | VII | 0,00 | 0,00 |
| *Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)* | | 1.104.000,00 | 1.005.600,00 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| Pessoal e Encargos | VIII | 614.178,77 | 580.939,29 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | IX | 0,00 | 0,00 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | X | 492.218,89 | 436.563,75 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | XI | 0,00 | 0,00 |
| Transferências e Delegações Concedidas | XII | 18.174,72 | 15.059,00 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | XIII | 0,00 | 0,00 |
| Tributárias | XIV | 0,00 | 0,00 |
| Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados | XV | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | XVI | 0,00 | 0,00 |
| *Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)* | | 1.124.572,38 | 1.032.562,04 |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)** | | -20.572,38 | -26.962,04 |

**QUADROS ANEXOS**

**Anexo I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | | | |
| Impostos | | 0,00 | 0,00 |
| Taxas | | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições de Melhoria | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo II - Contribuições**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| **Contribuições** | | | |
| Contribuições Sociais | | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição de Iluminação Pública | | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

Emissão: 31/12/2020 18:41:10 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro/2020

Modelo Sintético

**Exercício: 2020**

**Anexo III - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| **Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos** | | | |
| Venda de Mercadorias | | 0,00 | 0,00 |
| Venda de Produtos | | 0,00 | 0,00 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | | | |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos de Mora | | 0,00 | 0,00 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 0,00 | 0,00 |
| Descontos Financeiros Obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo V - Transferências e Delegações Recebidas**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| **Transferências e Delegações Recebidas** | | | |
| Transferências Intra Governamentais | | 1.104.000,00 | 1.005.600,00 |
| Transferências Inter Governamentais | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências das Instituições Privadas | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Consórcios Públicos | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | 0,00 | 0,00 |
| Execução Orçamentária Delegada de Entes | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | | 0,00 | 0,00 |
| | | 1.104.000,00 | 1.005.600,00 |

**Anexo VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos** | | | |
| Reavaliação de Ativos | | 0,00 | 0,00 |
| Ganhos com Alienação | | 0,00 | 0,00 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | 0,00 | 0,00 |
| Desincorporação de Passivos | | 0,00 | 0,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro/2020

Modelo Sintético

| | | Exercício: 2020 |
|---|---|---|
| Reversão de Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |

**Anexo VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | | | |
| VPA a Classificar | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Positivo de Participações | | 0,00 | 0,00 |
| Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas | | 0,00 | 0,00 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo VIII - Pessoal e Encargos**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Pessoal e Encargos** | | | |
| Remuneração a Pessoal | | 523.236,25 | 493.808,73 |
| Encargos Patronais | | 90.942,52 | 87.130,56 |
| Benefícios a Pessoal | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | | 0,00 | 0,00 |
| | | 614.178,77 | 580.939,29 |

**Anexo IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | | | |
| Aposentadorias e Reformas | | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios de Prestação Continuada | | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios Eventuais | | 0,00 | 0,00 |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | | |
| Uso de Material de Consumo | 134.547,14 | 116.623,61 |
| Serviços | 328.238,37 | 290.880,10 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 29.433,38 | 29.060,04 |
| | 492.218,89 | 436.563,75 |

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro/2020

Modelo Sintético

**Exercício: 2020**

**Anexo XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | | | |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos de Mora | | 0,00 | 0,00 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 0,00 | 0,00 |
| Descontos Financeiros Concedidos | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo XII - Transferências e Delegações Concedidas**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Transferências e Delegações Concedidas** | | | |
| Transferências Intra Governamentais | | 18.174,72 | 15.059,00 |
| Transferências Inter Governamentais | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências a Instituições Privadas | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências a Consórcios Públicos | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências ao Exterior | | 0,00 | 0,00 |
| Execução Orçamentária Delegada a Entes | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | | 0,00 | 0,00 |
| | | 18.174,72 | 15.059,00 |

**Anexo XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** | | | |
| Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas | | 0,00 | 0,00 |
| Perdas com Alienação | | 0,00 | 0,00 |
| Perdas Involutárias | | 0,00 | 0,00 |
| Incorporação de Passivos | | 0,00 | 0,00 |
| Desincorporação de Ativos | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo XIV - Tributárias**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Tributárias** | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Dezembro/2020

Modelo Sintético

**Exercício: 2020**

**Anexo XV - Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados** | | | |
| Custo de Mercadorias Vendidas | | 0,00 | 0,00 |
| Custo de Produtos Vendidos | | 0,00 | 0,00 |
| Custo de Serviços Prestados | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**Anexo XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | | | |
| Premiações | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Negativo de Participações | | 0,00 | 0,00 |
| Incentivos | | 0,00 | 0,00 |
| Subvenções Econômicas | | 0,00 | 0,00 |
| Participações e Contribuições | | 0,00 | 0,00 |
| Constituição de Provisões | | 0,00 | 0,00 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**
**BALANÇO FINANCEIRO 2020**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

**BALANÇO FINANCEIRO**
**Dezembro/2020**

**Exercício: 2020**

**INGRESSOS**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **Receita Orçamentária (I)** | | **0,00** | **0,00** |
| **Ordinária** | | **0,00** | **0,00** |
| **Vinculada** | | **0,00** | **0,00** |
| Recursos Vinculados à Educação | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Saúde | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Destinações de Recursos | | 0,00 | 0,00 |
| **Transferências Financeiras Recebidas (II)** | | **1.104.000,00** | **1.005.600,00** |
| Transferências Recebidas para Execução Orçamentária | | 1.104.000,00 | 1.005.600,00 |
| Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS | | 0,00 | 0,00 |
| **Recebimentos Extraorçamentários (III)** | | **82.465,59** | **78.062,52** |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | | 0,00 | 0,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados | | 82.465,59 | 78.062,52 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | | 0,00 | 0,00 |
| **Saldo do Exercício Anterior (IV)** | | **0,00** | **0,00** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (V) = (I + II + III + IV)** | | **1.186.465,59** | **1.083.662,52** |

Emissão: 31/12/2020 18:35:01



Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

**BALANÇO FINANCEIRO**

**Dezembro/2020**

**Exercício: 2020**

**DISPÊNDIOS**

| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **Despesa Orçamentária (VI)** | | **1.085.825,28** | **990.541,00** |
| **Ordinária** | | **1.085.825,28** | **990.541,00** |
| **Vinculada** | | **0,00** | **0,00** |
| Recursos Destinados à Educação | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Destinados à Saúde | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS | | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Destinados à Assistência Social | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Destinações de Recursos | | 0,00 | 0,00 |
| **Transferências Financeiras Concedidas (VII)** | | **18.174,72** | **15.059,00** |
| Transferências Concedidas para Execução Orçamentária | | 18.174,72 | 15.059,00 |
| Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS | | 0,00 | 0,00 |
| **Pagamentos Extraorçamentários (VIII)** | | **82.465,59** | **78.062,52** |
| Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados | | 0,00 | 0,00 |
| Pagamentos de Restos a Pagar Processados | | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados | | 82.465,59 | 78.062,52 |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | | 0,00 | 0,00 |
| **Saldo para o Exercício Seguinte (IX)** | | **0,00** | **0,00** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)** | | **1.186.465,59** | **1.083.662,52** |

*Nota Explicativa:

| VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS | EDNILSON MARTINS BARBOSA | GILSON PORTELA OLIVEIRA |
|---|---|---|
| PRESIDENTE | 1. SECRETARIO | Contador (a) |

Emissão: 31/12/2020 18:35:01



Homologado

# CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
## ANEXO 11

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

**ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

EXERCÍCIO DE 2020

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$

| CÓDIGOS | TÍTULOS | AUTORIZADA R$ | | | REALIZADA R$ | | | | DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES | CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS | TOTAL | ANTERIOR | EMPENHADO NO MÊS | ANULADO NO MÊS | TOTAL | |
| **01** | **CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS** | | | | | | | | |
| **001** | **CAMARA MUNICIPAL** | | | | | | | | |
| **01.031.0001.1001** | **AQUISICAO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/** | | | | | | | | |
| 0020-449052000000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 8.861,00 | | 8.861,00 | 8.861,00 | | | 8.861,00 | |
| | **TOTAL DO PROJETO / ATIVIDADE - 01.031.0001.1001** | **8.861,00** | | **8.861,00** | **8.861,00** | | | **8.861,00** | |
| **01.031.0001.1002** | **AQUISICAO DE VEICULO PARA A CAMARA MUNIC** | | | | | | | | |
| 0019-449052000000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | |
| | **TOTAL DO PROJETO / ATIVIDADE - 01.031.0001.1002** | | | | | | | | |
| **01.031.0001.1003** | **MODERNIZ. DA ESTRUTURA FISICA DA CAMARA** | | | | | | | | |
| 0018-449051000000 | OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | |
| | **TOTAL DO PROJETO / ATIVIDADE - 01.031.0001.1003** | | | | | | | | |
| **01.031.0001.2001** | **MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS** | | | | | | | | |
| 0008-319011000000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 447.037,39 | | 447.037,39 | 407.975,42 | 37.960,83 | | 445.936,25 | 1.101,14 |
| 0009-319013000000 | OBRIGACOES PATRONAIS | 107.800,00 | | 107.800,00 | 83.244,70 | 7.697,82 | | 90.942,52 | 16.857,48 |
| 0010-339014000000 | DIARIAS - CIVIL | 26.466,10 | | 26.466,10 | 25.200,00 | 1.050,00 | | 26.250,00 | 216,10 |
| 0011-339030000000 | MATERIAL DE CONSUMO | 77.181,81 | | 77.181,81 | 72.301,27 | 4.880,54 | | 77.181,81 | 0,00 |
| 0012-339033000000 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | |
| 0013-339035000000 | SERVICOS DE CONSULTORIA | 480,00 | | 480,00 | 480,00 | | | 480,00 | |
| 0014-339036000000 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | 19.145,00 | | 19.145,00 | 15.995,00 | 3.150,00 | | 19.145,00 | |
| 0015-339039000000 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 209.187,69 | | 209.187,69 | 194.917,64 | 14.270,05 | | 209.187,69 | 0,00 |
| 0016-339093000000 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 77.300,00 | | 77.300,00 | 70.800,00 | 6.500,00 | | 77.300,00 | |
| 0017-339040000000 | SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 51.921,45 | | 51.921,45 | 47.552,40 | 4.369,05 | | 51.921,45 | 0,00 |
| 0021-339041000000 | CONTRIBUICOES | | 3.000,00 | 3.000,00 | 2.250,00 | 750,00 | | 3.000,00 | |
| | **TOTAL DO PROJETO / ATIVIDADE - 01.031.0001.2001** | **1.016.519,44** | **3.000,00** | **1.019.519,44** | **920.716,43** | **80.628,29** | | **1.001.344,72** | **18.174,72** |
| **01.031.0001.2002** | **MANUTENCAO DE VEICULOS DA CAMARA MUNCIPA** | | | | | | | | |
| 0006-339030000000 | MATERIAL DE CONSUMO | 57.365,33 | | 57.365,33 | 51.472,37 | 5.892,96 | | 57.365,33 | 0,00 |
| 0007-339039000000 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 7.154,23 | | 7.154,23 | 5.430,00 | 1.724,23 | | 7.154,23 | 0,00 |
| | **TOTAL DO PROJETO / ATIVIDADE - 01.031.0001.2002** | **64.519,56** | | **64.519,56** | **56.902,37** | **7.617,19** | | **64.519,56** | **0,00** |
| **01.031.0001.2003** | **ATUALIZACAO E CAPACITACAO DO RECURSOS HU** | | | | | | | | |
| 0002-339014000000 | DIARIAS - CIVIL | | | | | | | | |
| 0003-339030000000 | MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | |
| 0004-339033000000 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | |
| 0005-339039000000 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | |
| | **TOTAL DO PROJETO / ATIVIDADE - 01.031.0001.2003** | | | | | | | | |
| **01.031.0001.2004** | **MANUTENCAO DE DESPESAS COM DIVULGACAO** | | | | | | | | |
| 0001-339039000000 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 11.100,00 | | 11.100,00 | 10.500,00 | 600,00 | | 11.100,00 | |
| | **TOTAL DO PROJETO / ATIVIDADE - 01.031.0001.2004** | **11.100,00** | | **11.100,00** | **10.500,00** | **600,00** | | **11.100,00** | |
| | **TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001** | **1.101.000,00** | **3.000,00** | **1.104.000,00** | **996.979,80** | **88.845,48** | | **1.085.825,28** | **18.174,72** |
| | **TOTAL DO ÓRGÃO - 01** | **1.101.000,00** | **3.000,00** | **1.104.000,00** | **996.979,80** | **88.845,48** | | **1.085.825,28** | **18.174,72** |
| | **TOTAL DAS DESPESAS** | **1.101.000,00** | **3.000,00** | **1.104.000,00** | **996.979,80** | **88.845,48** | | **1.085.825,28** | **18.174,72** |
| | **TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)** | | | | **16.574,72** | **1.600,00** | | **18.174,72** | **-18.174,72** |
| | **TOTAL GERAL** | **1.101.000,00** | **3.000,00** | **1.104.000,00** | **1.013.554,52** | **90.445,48** | | **1.104.000,00** | **0,00** |

VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS
PRESIDENTE

EDNILSON MARTINS BARBOSA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
Contador (a)

Emissão: 31/12/2020 18:45:51

Agili Softwares para Area Publica

Página 1

# CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
# BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
Dezembro/2020 Exercício: 2020

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (b) | Receitas Realizadas (c) | Saldo (d) = (c - b) |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas Correntes (I)** | | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | | | |
| Receita de Contribuições | | | | |
| Receita Patrimonial | | | | |
| Receita Agropecuária | | | | |
| Receita Industrial | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Transferências Correntes | | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | | |
| **Receitas de Capital (II)** | | | | |
| Operações de Crédito | | | | |
| Alienação de Bens | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Transferências de Capital | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| **SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)** | | | | |
| **Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)** | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | |
| Mobiliária | | | | |
| Contratual | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | |
| Mobiliária | | | | |
| Contratual | | | | |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)** | | | | |

Emissão: 31/12/2020 18:37:05 Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Dezembro/2020 Exercício: 2020

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (b) | Receitas Realizadas (c) | Saldo (d) = (c - b) |
|---|---|---|---|---|
| Déficit (VI) | 1.017.000,00 | 1.104.000,00 | 1.085.825,28 | -18.174,72 |
| **TOTAL (VII) = (V + VI)** | **1.017.000,00** | **1.104.000,00** | **1.085.825,28** | **-18.174,72** |
| **Saldos de Exercícios Anteriores** | | | | |
| Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores | | | | |
| Superávit Financeiro | | | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | | | |

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial (e) | Dotação Atualizada (f) | Despesas Empenhadas (g) | Despesas Liquidadas (h) | Despesas Pagas (i) | Saldo da Dotação (j) = (f - g) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes (VIII)** | **1.006.000,00** | **1.095.139,00** | **1.076.964,28** | **1.076.964,28** | **1.076.964,28** | **18.174,72** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 597.800,00 | 554.837,39 | 536.878,77 | 536.878,77 | 536.878,77 | 17.958,62 |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | 408.200,00 | 540.301,61 | 540.085,51 | 540.085,51 | 540.085,51 | 216,10 |
| **Despesas de Capital (IX)** | **11.000,00** | **8.861,00** | **8.861,00** | **8.861,00** | **8.861,00** | |
| Investimentos | 11.000,00 | 8.861,00 | 8.861,00 | 8.861,00 | 8.861,00 | |
| Inversões Financeiras | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | |
| **Reserva de Contingência (X)** | | | | | | |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)** | **1.017.000,00** | **1.104.000,00** | **1.085.825,28** | **1.085.825,28** | **1.085.825,28** | **18.174,72** |

Emissão: 31/12/2020 18:37:05 Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Dezembro/2020 Exercício: 2020

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial (e) | Dotação Atualizada (f) | Despesas Empenhadas (g) | Despesas Liquidadas (h) | Despesas Pagas (i) | Saldo da Dotação (j) = (f - g) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)** | | | | | | |
| Amortização da Dívida Interna | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | |
| Amortização da Dívida Externa | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)** | **1.017.000,00** | **1.104.000,00** | **1.085.825,28** | **1.085.825,28** | **1.085.825,28** | **18.174,72** |
| Superávit (XIII) | | | | | | |
| **TOTAL (XIV) = (XII + XIII)** | **1.017.000,00** | **1.104.000,00** | **1.085.825,28** | **1.085.825,28** | **1.085.825,28** | **18.174,72** |
| **Reserva do RPPS** | | | | | | |

Emissão: 31/12/2020 18:37:05 Página 3
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
Dezembro/2020 Exercício: 2020

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

| | Inscritos | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo a Pagar |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a + b - d - e) |
| **Despesas Correntes** | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | | | | |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | | | | | | |
| **Despesas de Capital** | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | |
| **TOTAL** | | | | | | |

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS
CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
Dezembro/2020 Exercício: 2020

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

| | Inscritos | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior | Pagos | Cancelados | Saldo a Pagar |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) = (a + b - c - d) |
| **Despesas Correntes** | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | | | |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | | | | | |
| **Despesas de Capital** | | | | | |
| Investimentos | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | |
| **TOTAL** | | | | | |

VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS
PRESIDENTE

EDNILSON MARTINS BARBOSA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
Contador (a)

Emissão: 31/12/2020 18:37:05 Página 5
Homologado

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**
**ANEXO 10**

**ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**

CNPJ: 24.977.894/0001-32

**ANEXO 10 DA LEI 4.320/64**

EXERCÍCIO DE 2020

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | ORÇADA | ARRECADADA | | | | | DIFERENÇAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | ANTERIOR | NO MÊS | ANULADA NO MÊS | TOTAL NO MÊS | ACUMULADO | PARA MAIS | PARA MENOS |
| 00 | | | | | | | | | |
| | TOTAL | | | | | | | | |
| | TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS) | 950.000,00 | 1.012.000,00 | 92.000,00 | | 92.000,00 | 1.104.000,00 | 154.000,00 | |
| | TOTAL GERAL | 950.000,00 | 1.012.000,00 | 92.000,00 | | 92.000,00 | 1.104.000,00 | | |

VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS
PRESIDENTE

EDNILSON MARTINS BARBOSA
1. SECRETARIO

GILSON PORTELA OLIVEIRA
Contador (a)

Emissão: 31/12/2020 18:45:05

Agili Softwares para Area Publica

Página 1

Homologado

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**
**PORTARIA 012/2021**

**ERMERSON SILVA DA CUNHA,**

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, E NA FORMA DA LEI DO ESTATUTO DO SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses à servidora MARIA DO CARMO FAVALESSA OLIVEIRA, portadora do RG. 352.929 SSP/MT e CPF 277.420.321-04, referente ao período aquisitivo de 2015 a 2020, com inicio em 1º de fevereiro de 2021 à 1º de maio de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência, em 27 de janeiro de 2021.

***Ermerson Silva da Cunha***

***Presidente da Câmara***

**CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**
**PORTARIA 011/2021**

**Súmula: Nomeia Servidor Público para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo.**

**ERMERSON SILVA DA CUNHA, Presidente da Câmara Municipal de Arenápolis**, no uso de suas atribuições legais:

Considerando as disposições preconizadas no Edital de Convocação nº 001/2021, referente ao Edital do Concurso Público nº 001/2020;

Considerando a necessidade administrativa;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o primeiro candidato na ordem de classificação do certame regido pelo Edital nº 001/2020, **HEROÍNA DA SILVA ABRANTES**, inscrito no CPF nº 740.645.761-87, no cargo de provimento **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**.

**Art. 2º.** Os vencimentos a que terá direito o nomeado acima relacionado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

**Art. 3º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Arenápolis-MT, 27 de janeiro de 2021.**

**Registre-se;**

**Publique-se;**

**Cumpra-se.**

**ERMERSON SILVA DA CUNHA**

**Presidente da Câmara Municipal**

## CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**ANEXO 16 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FUNDADA**

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

Exercício de 2020

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada



Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

| TITULOS | SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO | MOVIMENTO DO EXERCÍCIO | | | SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE |
|---|---|---|---|---|---|
| | | EMISSÃO | COR. MONET. | RESGATE/AMORTIZ | |
| Sub-total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:22

Usuário: Ulisses Alves Souza

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE**

## CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

Exercício de 2020

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante



Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

| TITULOS | SALDO ANTERIOR | MOVIMENTO DO PERIODO | | | | SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | INSCRIÇÃO | BAIXA | TRANSF .RP NAO PROC. LIQ | | |
| | | | | INSCR | BAIXA | |
| **RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS** | | | | | | |
| EXERCÍCIO 2019 | 57.387,19 | 0,00 | 57.387,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EXERCÍCIO 2020 | 0,00 | 79.879,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 79.879,82 |
| Sub-total | 57.387,19 | 79.879,82 | 57.387,19 | 0,00 | 0,00 | 79.879,82 |
| **DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES** | | | | | | |
| CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F) | 0,00 | 182.402,93 | 182.402,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F) | 0,00 | 153.025,17 | 153.025,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F) | 0,00 | 368.402,84 | 368.402,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (F) | 0,00 | 15.996,12 | 15.996,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ISS (F) | 0,00 | 895,21 | 895,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PENSAO ALIMENTICIA (F) | 0,00 | 6.569,02 | 6.569,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRAÇÃO PROPRIA (F) | 0,00 | 78.376,97 | 78.376,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F) | 0,00 | 418.448,21 | 418.448,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS CONSIGNATARIOS (F) | 0,00 | 1.939,80 | 1.939,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS DEPOSITOS (F) | 0,00 | 737,30 | 737,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sub-total | 0,00 | 1.226.793,57 | 1.226.793,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 57.387,19 | 1.306.673,39 | 1.284.180,76 | 0,00 | 0,00 | 79.879,82 |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

*
*

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:24

Usuário: Ulisses Alves Souza

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO**

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

| INGRESSOS | | | | DISPÊNDIOS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| **RECEITA ORÇAMENTÁRIA** | | **0,00** | **0,00** | **DESPESA ORÇAMENTÁRIA** | | **6.189.271,69** | **6.084.363,16** |
| RECURSOS ORDINÁRIOS | | 0,00 | 0,00 | RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE | | 6.189.271,69 | 6.084.363,16 |
| **TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS** | | **7.980.000,00** | **7.249.999,92** | GERAL | | 6.189.271,69 | 6.084.363,16 |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | 7.980.000,00 | 7.249.999,92 | **TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS** | | **1.800.970,94** | **1.165.959,26** |
| REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO | | 7.980.000,00 | 7.249.999,92 | TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA | | 1.800.970,94 | 1.165.959,26 |
| **RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS** | | **1.306.673,39** | **1.256.001,59** | DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMO RECEBIDAS | | 1.800.970,94 | 1.165.959,26 |
| INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR | | 79.879,82 | 57.387,19 | **PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS** | | **1.273.938,13** | **1.271.919,21** |
| RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO | | 79.879,82 | 57.387,19 | PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR | | 47.144,56 | 73.304,81 |
| DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS | | 1.226.793,57 | 1.172.225,89 | RP NÃO PROCESSADOS PAGOS | | 47.144,56 | 39.400,49 |
| ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRAÇÃO PROPRIA (F) | | 78.376,97 | 79.757,58 | RP PROCESSADOS PAGOS | | 0,00 | 33.904,32 |
| CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F) | | 182.402,93 | 193.280,69 | DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS | | 1.226.793,57 | 1.172.225,89 |
| ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F) | | 153.025,17 | 139.116,43 | ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRAÇÃO PROPRIA (F) | | 78.376,97 | 79.757,58 |
| IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F) | | 368.402,84 | 333.660,94 | CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F) | | 182.402,93 | 193.008,20 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (F) | | 15.996,12 | 18.322,98 | ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F) | | 153.025,17 | 139.116,43 |
| ISS (F) | | 895,21 | 1.346,47 | IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F) | | 368.402,84 | 333.660,94 |
| OUTROS CONSIGNATARIOS (F) | | 1.939,80 | 16.639,93 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (F) | | 15.996,12 | 17.349,86 |
| OUTROS DEPOSITOS (F) | | 737,30 | 0,00 | ISS (F) | | 895,21 | 1.346,47 |
| PENSAO ALIMENTICIA (F) | | 6.569,02 | 6.276,60 | OUTROS CONSIGNATARIOS (F) | | 1.939,80 | 17.885,54 |
| RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F) | | 418.448,21 | 383.824,27 | OUTROS DEPOSITOS (F) | | 737,30 | 0,00 |
| OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS | | 0,00 | 26.388,51 | PENSAO ALIMENTICIA (F) | | 6.569,02 | 6.276,60 |
| CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F) | | 0,00 | 26.388,51 | RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F) | | 418.448,21 | 383.824,27 |
| **SALDOS DO EXERC. ANTERIOR** | | **57.387,19** | **73.627,31** | OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS | | 0,00 | 26.388,51 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 57.387,19 | 73.627,31 | CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F) | | 0,00 | 26.388,51 |
| CONTA ÚNICA (F) | | 57.387,19 | 73.627,31 | **SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE** | | **79.879,82** | **57.387,19** |
| | | | | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 79.879,82 | 57.387,19 |
| | | | | APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA | | 0,00 | 0,00 |
| | | | | CONTA ÚNICA (F) | | 79.879,82 | 57.387,19 |
| **TOTAL** | | **9.344.060,58** | **8.579.628,82** | **TOTAL** | | **9.344.060,58** | **8.579.628,82** |

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13996)
27/01/2021 07:36

Usuário: Ulisses Alves Souza

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 2 of 2

NOTA EXPLICATIVA

Nota 5 – Foram inscritos em restos a pagar no exercício 2020 o valor de R$ 79.879,82 (setenta e nove mil oitocentos e setenta e nove e oitenta e dois centavos). Esse saldo financeiro ficou em conta corrente da Câmara Municipal, junto a Caixa econômica Federal. A lista completa detalhada dos restos a pagar faz parte do balanço geral e portanto esta a disposição para apreciação.

Nota 6 – Foram realizadas devoluções parciais de duodécimo durante todo exercício 2020, sendo devolvido o total de R$ 1.800.970,94 (um milhão oitocentos mil novecentos e setenta reais e noventa e quatro centavos).

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13996)
27/01/2021 07:36 — Usuário: Ulisses Alves Souza

# CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 1 of 4

**A) QUADRO PRINCIPAL**

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

### ATIVO

| ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | **140.448,25** | **109.310,03** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | **79.879,82** | **57.387,19** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL** | | **79.879,82** | **57.387,19** |
| CONTA ÚNICA (F) | F | 79.879,82 | 57.387,19 |
| **ESTOQUES** | | **60.568,43** | **51.922,84** |
| **ALMOXARIFADO** | | **60.568,43** | **51.922,84** |
| MATERIAL DE CONSUMO (P) | P | 26.656,36 | 15.907,71 |
| GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P) | P | 2.968,10 | 694,30 |
| MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P) | P | 5.546,00 | 2.970,00 |
| MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P) | P | 1.860,48 | 0,00 |
| MATERIAL DE EXPEDIENTE (P) | P | 23.537,49 | 32.350,83 |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | **2.416.524,85** | **2.457.109,07** |
| **IMOBILIZADO** | | **2.416.524,85** | **2.457.109,07** |
| **BENS MOVEIS** | | **892.551,76** | **1.034.771,73** |
| VEÍCULOS (P) | P | 175.260,00 | 175.260,00 |
| DEMAIS BENS MÓVEIS | P | 5.300,00 | 5.300,00 |
| MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | P | 69.251,00 | 44.586,10 |
| BENS DE INFORMÁTICA (P) | P | 353.766,45 | 283.252,58 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P) | P | 223.999,32 | 461.599,06 |
| MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P) | P | 64.974,99 | 64.773,99 |
| **BENS IMÓVEIS** | | **2.089.354,40** | **2.089.354,40** |
| BENS DE USO ESPECIAL (P) | P | 2.089.354,40 | 169.000,00 |
| BENS DOMINICAIS (P) | P | 0,00 | 1.536.959,53 |
| INSTALAÇÕES (P) | P | 0,00 | 383.394,87 |
| **(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS** | | **-565.381,31** | **-667.017,06** |
| (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P) | P | -565.381,31 | -667.017,06 |
| **TOTAL** | | **2.556.973,10** | **2.566.419,10** |

### PASSIVO

| ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | **0,00** | **100.615,53** |
| **DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO** | | **0,00** | **100.615,53** |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO** | | **0,00** | **100.615,53** |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-INTRA OFSS | P | 0,00 | 100.615,53 |
| **TOTAL PASSIVO** | | **0,00** | **100.615,53** |

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **PATRIMÔNIO LIQUIDO** | | **2.556.973,10** | **2.465.803,57** |
| **RESULTADOS ACUMULADOS** | | **2.556.973,10** | **2.465.803,57** |
| **SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS** | | **2.556.973,10** | **2.465.803,57** |
| SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO | P | 91.169,53 | 0,00 |
| SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | P | 2.465.803,57 | 2.465.803,57 |
| **TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **2.556.973,10** | **2.465.803,57** |
| **TOTAL** | | **2.556.973,10** | **2.566.419,10** |

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 

**B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ATIVO FINANCEIRO | 79.879,82 | 57.387,19 | PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(79.879,82) | 79.879,82 | 57.387,19 |
| ATIVO PERMANENTE | 2.477.093,28 | 2.509.031,91 | PASSIVO PERMANENTE | 0,00 | 100.615,53 |
| | | | SALDO PATRIMONIAL | 2.477.093,28 | 2.408.416,38 |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 

**C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)**

| ESPECIFICAÇÃO | | | | ESPECIFICAÇÃO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx) | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior | SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS ( Contas do Grupo 812xx) | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| **COMPENSAÇÕES** | | **11.274,46** | **15.154,49** | **COMPENSAÇÕES** | | **56.859,50** | **147.414,67** |
| EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS | | 11.274,46 | 15.154,49 | EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | | 33.000,00 | 22.000,00 |
| | | | | EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | | 23.859,50 | 125.414,67 |
| **TOTAL** | | **11.274,46** | **15.154,49** | **TOTAL** | | **56.859,50** | **147.414,67** |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:33

Usuário: Ulisses Alves Souza

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 

NOTA EXPLICATIVA

Nota 7 – O saldo em estoque/almoxarifado em 31 de dezembro é de R$ 60.568,43 (sessenta mil quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos) disponível para consumo. O controle de materiais, bem como a relação de todos bens encontra-se disponível na Câmara Municipal para apreciação de todos que interessar no inventário final.

Nota 8 – O saldo em bens moveis é de R$ 892.551,76 (oitocentos e noventa e dois mil reais quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos) contemplando nesta conta o valor em bens como: veículos, bens de informativa, moveis e utensílios sendos os mais representativos. O saldo total do imobilizado em 31 de dezembro é de R$ 2.416.524,85 (dois milhões quatrocentos e dezesseis mil quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos); O inventário com a relação de todos bens e controle patrimonial encontra-se disponível na Câmara Municipal para apreciação de todos.

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

| ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS** | | **7.980.000,00** | **7.249.999,92** |
| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | | 7.980.000,00 | 7.249.999,92 |
| **TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS** | | **7.980.000,00** | **7.249.999,92** |
| **RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)** | | **0,00** | **144.703,68** |
| **TOTAL** | | **7.980.000,00** | **7.394.703,60** |

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

| ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **PESSOAL E ENCARGOS** | | **4.694.259,84** | **4.476.264,00** |
| REMUNERAÇÃO A PESSOAL | | 3.966.353,98 | 3.792.696,99 |
| ENCARGOS PATRONAIS | | 610.741,62 | 614.539,94 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS | | 117.164,24 | 69.027,07 |
| **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS** | | **18.178,65** | **0,00** |
| OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | | 18.178,65 | 0,00 |
| **USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO** | | **362.116,69** | **603.890,85** |
| USO DE MATERIAL DE CONSUMO | | 40.930,29 | 135.320,13 |
| SERVIÇOS | | 238.980,29 | 351.527,79 |
| DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | | 82.206,11 | 117.042,93 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS** | | **0,00** | **643,45** |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA | | 0,00 | 643,45 |
| **TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS** | | **1.889.968,27** | **1.402.778,07** |
| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | | 1.889.968,27 | 1.402.778,07 |
| **DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS** | | **19.507,02** | **1.389,02** |
| DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | | 19.507,02 | 1.389,02 |
| **TRIBUTÁRIAS** | | **12.000,00** | **11.000,00** |
| CONTRIBUIÇÕES | | 12.000,00 | 11.000,00 |
| **OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | **892.800,00** | **898.738,21** |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | 892.800,00 | 898.738,21 |
| **TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS** | | **7.888.830,47** | **7.394.703,60** |
| **RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)** | | **91.169,53** | **0,00** |
| **TOTAL** | | **7.980.000,00** | **7.394.703,60** |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:21

Usuário: Ulisses Alves Souza

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



Dezembro(31/12/2020)



ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS**
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

| ESPECIFICAÇÃO | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|---|
| **INCORPORAÇÃO DE ATIVO** | | **61.128,91** | **46.567,50** |
| INVESTIMENTOS | | 61.128,91 | 46.567,50 |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:21

Usuário: Ulisses Alves Souza

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 

NOTA EXPLICATIVA

**Nota 9 –** A relação de bens baixados no exercício 2020 foi publicada no diário oficial dos municípios em de 24 dezembro de 2020 folha nº 3.633, totalizando a baixa de R$ 19.507,02 (dezenove mil quinhentos e sete reais e dois centavos) de bens desincorporado do patrimônio.

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:21

Usuário: Ulisses Alves Souza

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2020 — DEZEMBRO(31/12/2020) — 

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO c = (b-a) |
|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES(I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÉFICIT (VI) | | | 6.189.271,69 | |
| TOTAL (VII) = (V+VI) | 0,00 | 0,00 | 6.189.271,69 | |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS) | | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Superávit Financeiro | | 0,00 | 0,00 | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | 0,00 | 0,00 | |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:07

Usuário: Ulisses Alves Souza

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2020 — DEZEMBRO(31/12/2020) — 

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTACAO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS (f) | DESPESAS LIQUIDADAS (g) | DESPESAS PAGAS (h) | SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 7.759.660,00 | 7.804.660,00 | 6.117.188,84 | 6.075.957,91 | 6.075.957,91 | 1.687.471,16 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 5.501.040,00 | 5.541.040,00 | 4.712.438,49 | 4.712.438,49 | 4.712.438,49 | 828.601,51 |
| JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.258.620,00 | 2.263.620,00 | 1.404.750,35 | 1.363.519,42 | 1.363.519,42 | 858.869,65 |
| DESPESAS DE CAPITAL (IX) | 220.340,00 | 175.340,00 | 72.082,85 | 33.433,96 | 33.433,96 | 103.257,15 |
| INVESTIMENTOS | 220.340,00 | 175.340,00 | 72.082,85 | 33.433,96 | 33.433,96 | 103.257,15 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X) | 7.980.000,00 | 7.980.000,00 | 6.189.271,69 | 6.109.391,87 | 6.109.391,87 | 1.790.728,31 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DÍVIDAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DÍVIDAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII) | 7.980.000,00 | 7.980.000,00 | 6.189.271,69 | 6.109.391,87 | 6.109.391,87 | 1.790.728,31 |
| SUPERÁVIT (XIV) | | | 0,00 | | | |
| TOTAL (XV)=(XIII + XIV) | 7.980.000,00 | 7.980.000,00 | 6.189.271,69 | 6.109.391,87 | 6.109.391,87 | 1.790.728,31 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | INSCRITOS | | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a) | EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a+b-d-e) |
| DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 21.752,24 | 19.449,61 | 19.449,61 | 2.302,63 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 21.752,24 | 19.449,61 | 19.449,61 | 2.302,63 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 35.634,95 | 27.694,95 | 27.694,95 | 7.940,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 35.634,95 | 27.694,95 | 27.694,95 | 7.940,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 57.387,19 | 47.144,56 | 47.144,56 | 10.242,63 | 0,00 |

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | INSCRITOS | | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|
| | EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a) | EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b) | (C) | (d) | (e)=(a+b-c-d) |
| DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:07

Usuário: Ulisses Alves Souza

# CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

## ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2020 — DEZEMBRO(31/12/2020) — 

NOTA EXPLICATIVA

Nota 1 – O orçamento aprovado atualizado para o exercício 2020 foi de R$ 7.980.000,00 (sete milhões novecentos e oitenta mil reais)

Nota 2 – Foram pagos em despesas, no exercício 2020, R$ 6.109.391,87 (Seis milhões cento e nove mil trezentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos)

Nota 3 – Foram pagos de Restos pagar no exercício R$ 47.144,56 (quarenta e sete mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

Nota 4 – Foram cancelados R$ 10.242,63 (dez mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos) de restos a pagar no exercício. Esse valor foi devolvido para Prefeitura de Cáceres ainda no mês de dezembro de 2020.

ULISSES ALVES SOUZA
CONTADOR
012.182.370-90

RUBENS MACEDO
PRESIDENTE
103.600.181-49

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.1998 - 13993)
25/01/2021 15:07 — Usuário: Ulisses Alves Souza

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 050/2021**

"*Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.*"

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

**Considerando** o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 0175, de 26 de janeiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º**Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente dos Contratos abaixo, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e estrito atendimento à Súmula nº 005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização dos referidos instrumentos:

| FILIAÇÃO | EMPRESA/CNPJ | OBJETO | FISCAL | SUPLENTE | TÉRMINO |
|---|---|---|---|---|---|
| 001/2021 | UCMMAT - UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO / CNPJ 33.003.757/0001-98 | ASSOCIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT À UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO. | ISRAEL MENDES DE SOU-ZA | JEFFERSON BLUN | 31/12/ 2021 |

**Art. 2º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 26 de janeiro de 2021.

**Domingos Oliveira dos Santos**

*Presidente da Câmara Municipal de Cáceres*

## CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

**CAMARA MUNICIPAL**
**RELATÓRIO RGF - SEMESTRE**

### CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2020 A DEZ/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | TOTAL (últimos 12 meses) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/2020 | FEV/2020 | MAR/2020 | ABR/2020 | MAI/2020 | JUN/2020 | JUL/2020 | AGO/2020 | SET/2020 | OUT/2020 | NOV/2020 | DEZ/2020 | (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I) | 30.193,11 | 31.605,67 | 35.660,90 | 35.660,90 | 37.509,72 | 35.862,94 | 35.862,94 | 35.862,94 | 35.640,52 | 39.225,58 | 35.640,52 | 47.123,05 | 435.848,79 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 30.193,11 | 31.605,67 | 35.660,90 | 35.660,90 | 37.509,72 | 35.862,94 | 35.862,94 | 35.862,94 | 35.640,52 | 39.225,58 | 35.640,52 | 47.123,05 | 435.848,79 | 0,00 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 25.512,47 | 26.705,03 | 30.058,60 | 30.058,60 | 31.907,42 | 30.232,04 | 30.232,04 | 30.232,04 | 30.232,04 | 33.817,10 | 30.232,04 | 40.464,08 | 369.683,50 | 0,00 |
| Obrigações Patronais | 4.680,64 | 4.900,64 | 5.602,30 | 5.602,30 | 5.602,30 | 5.630,90 | 5.630,90 | 5.630,90 | 5.408,48 | 5.408,48 | 5.408,48 | 6.658,97 | 66.165,29 | 0,00 |
| Benefícios Previdênciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF) | 0,00 | 795,04 | 0,00 | 0,00 | 1.232,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.390,04 | 0,00 | 0,00 | 4.417,63 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 795,04 | 0,00 | 0,00 | 1.232,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.390,04 | 0,00 | 0,00 | 4.417,63 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 30.193,11 | 30.810,63 | 35.660,90 | 35.660,90 | 36.277,17 | 35.862,94 | 35.862,94 | 35.862,94 | 35.640,52 | 36.835,54 | 35.640,52 | 47.123,05 | 431.431,16 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 18.065.818,26 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | 0,00 | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 18.065.818,26 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b) | 431.431,16 | 2,39 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.083.949,10 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.029.751,65 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) | 975.554,19 | 5,40 |

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

# CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2020



RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e)) | (g) | | (h) = (f - g) |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Rateio (I) | 23.774,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.774,50 | 23.774,50 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 23.774,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.774,50 | 23.774,50 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos não Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados ao RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Precatórios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 23.774,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.774,50 | 23.774,50 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.495], CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

# CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR |
|---|---|
| Receita Corrente líquida | 18.065.818,26 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 18.065.818,26 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 18.065.818,26 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 431.431,16 | 2,39 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 1.083.949,10 | 6,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 1.029.751,65 | 5,70 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 975.554,19 | 5,40 |

| DÍVIDA CONSOLÍDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0,00 | 0,00 |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0,00 | 0,00 |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITOS | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |

## CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

**CAMARA MUNICIPAL**
**CRIA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO E CONFERÊNCIA DE GOVERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO/MT.**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**

**(Gabinete da Presidência)**

**GENERAL CARNEIRO-MT, 27 DE JANEIRO DE 2021**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere:

Considerando a necessidade de viabilizar uma transição e conferência governamental pautada na transparência e serenidade

**RESOLVE:**

**Art. 1°.** Fica nomeada a equipe de transição e conferência de governo

**I - Representantes do Presidente Atual Eleito**

**a) FABRÍCIA FRANCISCA VIEIRA - CONTADORA**

**b) FÉLIX HENRIK BATISTA DE SOUSA - VEREADOR (PRESIDENTE)**

**c) RAFAEL KRUEGEL LEITE - TESOUREIRO**

**II - Representantes do Presidente Sucedido**

**a) MAGNUN VINNICIOS RODRIGUES ALVES DE ARAUJO - EX-PRESIDENTE**

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local público, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 27 de janeiro de 2021.

**FÉLIX HENRIK BATISTA DE SOUSA**

**Vereador Presidente**

## CAMARA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT**
**PORTARIA N. 005/2021**

**PORTARIA Nº 005, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

***"Dispõe sobre a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face da Servidora ROSIMERE RODRIGUES NUNES ANDRADE, matrícula nº 003.***

**WANDER DUTRA DE FARIA,** Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO,** o a ausência injustificada da servidora por mais de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que este foi convocado para retornar às suas atividades em 25/01/2021, por intermédio de Notificação,

**CONSIDERANDO,** que, a Lei Complementar Municipal 010/2011-Estatuto Geral dos Servidores Públicos do Município de Santo Afonso-MT, prevê sobre as infrações disciplinares e as suas penalidades e que em seu Art. 201 e seguintes prevê o rito do Processo Administrativo Disciplinar;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar nº. 001/2021 em face da Sra. ROSIMERE RODRIGUES NUNES ANDRADE, matrícula nº 003, Servidora Pública Efetiva da Câmara Municipal de Santo Afonso-MT no cargo de Zeladora.

**Art. 2º.** Para apurar a conclusão do Processo Administrativo fica designada Comissão Disciplinar Processante composta pelos seguintes servidores, sendo dois efetivos, sob a presidência do primeiro:

**MARCOS BRANDÃO DOS SANTOS,** CPF: 029.686.741-10

**LEUSIDENE APARECIDA SOUTO,** CPF 629.458.151-68

**MANOELA TRINDADE COSTA MOURA,** CPF 054.403.341-81

**Art. 3º.** Os trabalhos dessa Comissão Disciplinar Processante deverão ser instalados dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados desta data, e concluídos no prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período caso haja necessidade, conforme previsto no art. 204 da Lei Complementar Municipal nº. 010/2011.

**Art. 4º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Santo Afonso- MT, 27 de janeiro de 2021.

**WANDER DUTRA DE FARIA**

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

## CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

### PORTARIA Nº. 13/2021

Santo Antônio do Leste, 27 de Janeiro de 2021.

**"Dispõe sobre a concessão de férias a servidora Tereza Guerra dos Santos e dá outras providências"**

**ELIEZER SILVA DE MORAIS** Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na Conformidade do Art. 261, inciso II, do regimento Interno desta Casa de Leis.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Conceder férias a servidora TEREZA GUERRA DOS SANTOS. Portadora CPF nº487. 799.111-53 e inscrito do RG: 733,804 SSP/MT, referente ao período aquisitivo 02/02/2019 a 02/02/ 2020, que serão gozadas 01/02/ 2021 a 02/03/2021.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

**Art. 3°-** Revogam-se as disposições em contrário**.**

Gabinete da presidência da Câmara Municipal, em 27 de Janeiro de 2021.

**ELIEZER SILVA DE MORAIS**

Presidente

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRE-SE

### DECRETO Nº001/2021

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO, REFERENTE A SUSPENSÃO DOS TRABALHOS E ATENDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, ANTE A SITUAÇÃO DE PANDEMIA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, **ELIEZER SILVA DE MORAIS**, no uso e gozo de suas atribuições legais resolve decretar;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, tendo em vista as oscilações e o recente aumento no número de casos confirmados de COVID-19, neste Município e em todo o Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 006/2021 DE: 20 de janeiro de 2021, DECRETA: ARTIGO 1º. – Este Decreto trata de medidas administrativas de enfrentamento ao COVID-19, a serem adotadas no âmbito do Município de Santo Antônio do Leste;

CONSIDERANDO o comprometimento do Poder Legislativo com o bem-estar e saúde de toda a população, e que de acordo com o Protocolo de Tratamento do novo coronavírus do Ministério da Saúde, a transmissibilidade dos infectados com a doença é de 7 a 14 dias após o início dos sintomas, mas que dados preliminares sugerem que a transmissão possa ocorrer mesmo sem apresentação de sintomas;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Tendo como principal objetivo, preservar vidas e garantir a saúde de servidores, vereadores e população, este Decreto dispõe sobre as medidas atuais e provisórias de prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Santo Antônio do Leste-MT.

**Art. 2°** - Para atender o disposto neste Decreto, a Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, resolve:

**I** – Os servidores efetivos e comissionados que desempenham suas atribuições durante o expediente normal da Câmara Municipal, o farão no período das 07h00 às 13h00 horas, durante o prazo estabelecido *supra* neste decreto.

**Parágrafo Único** – As medidas previstas neste artigo poderão ser estendidas ou reduzidas, conforme a necessidade, mantidos os requisitos e procedimentos mencionados, bem como, acompanhará a suspensão de expediente de acordo com o Poder Executivo.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Leste - MT, 27 de janeiro de 2021.

**ELIEZER SILVA DE MORAIS**

**Presidente**

## CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

### CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
### PORTARIA N. 09/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

**Art. 1º -** Criar a Comissão Organizadora do Programa "CÂMARA ESCOLA" que deve fazer cumprir a Resolução nº 15/2019, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Thaysa Laura Ribeiro da Costa

Membro: Gisele Gomes Fonseca

Membro: Célia Ribeiro Amorim

Membro: Thamaris Pereira Ferreira

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor a partir de 11/01/2021

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência,

FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ERRATA ATO Nº 46/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Tornar pública a Errata ao Ato 46/2021.

**Onde se lê:**

Assessor de Gabinete do Gabinete do Ver. Paulo Cesar da Silva Oliveira Junior.

**Leia-se:**

Assessor Especial de Gabinete do Gabinete do Ver. Paulo Cesar da Silva Oliveira Junior.

Gabinete da Presidência, 27 de janeiro de 2021.

Ver. FABIO JOSE TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N.º 10/2021**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE**, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, designa os servidores abaixo para compor na forma de assessoramento das Comissões Permanentes Legislativas para o biênio 2021/2022:

**Comissão de Finanças e Orçamento**

Luzia Glaucia Gattas Monteiro

Kamil Costa de Paula

Maria Evangelista de Brito Silva

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

Oseias Luiz Ferreira

Kelvy Saldanha Figueiredo

Andrea Luzia da Cunha

**Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

Beatriz Catarina Monteiro

Amanda Eva Curvo

**Comissão de Obras e Serviços Públicos**

Ivan Pereira da Silva

Ivan Sebastião da Silva

Marinete Izidora de Assunção

João Evangelista de Souza Oliveira

**Comissão de Saúde**

Luiz Carlos Guimarães

Edson Ventura da Costa

**Comissão de Meio Ambiente**

Jonair Meireles Martins

Eliane Fortunato de Figueiredo

Joselina Maria da Silva

**Comissão de Loteamento**

Lucas de Oliveira

Ed Carlos Gonçalves de Oliveira

**Comissão de Assuntos Gerais**

Juliano Lucas Ferreira Fernandes

**Comissão de Fiscalização e Controle**

Alexandre Tomas de Carvalho

**Comissão de Direito do Consumidor**

Odilza Paes de Barro

Elinara de Melo

**Comissão de Assistência Social**

Gustavo Barros Ribeiro

Everton Salomé de Almeida

**Comissão de Habitação e Urbanismo**

Wellython da Silva Moura

**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Rafael Marques do Espirito Santo

**Comissão de Segurança Pública**

Marcondes Gonçalo Nogueira

**Comissão de Ética**

Alex Rodney Maran Xavier

**Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.**

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 11 de Janeiro de 2021.

**Ver. Fabio José Tardin**

Presidente

**Ver. Bruno Lins Rios**

1ª Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N.º 08/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar a Comissão Especial de Avaliação Anual de Desempenho Funcional, Avaliação de Estágio Probatório, Enquadramento e Reenquadramento da Câmara Municipal de Várzea Grande designando os membros abaixo:

Presidente: Conceição Alves da Silva

Membro: Anthoniel Gomes Martins

Membro: Chefe imediato da área do servidor.

Art. 2º Quando a chefia imediata da área do servidor for o Presidente da Casa competirá ao Diretor-Geral substituir essa respectiva vaga na comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir dessa data revogando-se as disposições anteriores.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 11 de janeiro de 2021.

Fábio José Tardin

Presidente

Bruno Lins Rios

1.ª Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N. 07/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

**Art. 1º -** Criar a Comissão Organizadora e Julgadora do Projeto "Aluno-Vereador", de acordo com a Lei Municipal nº 4.500/2019, com a seguinte composição:

Presidente: Santana Ferreira dos Santos

Membro: Jandinara Kesley Souza Silva

Membro: Giucimar Torres Praça

Membro: Elcana Evangelista de Assis

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

.

FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Bruno Lins Rios

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N.º 03/2021**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE**, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- COMPOR as Comissões Permanentes Legislativas para o biênio 2021/2022 da seguinte forma:

**1 - Comissão de Constituição, Justiça e Redação:**

Presidente: Vereadora – Gisele Aparecida Barros (Dem)

Vice-Presidente: Vereador – Ivan dos Santos Oliveira – (Solidariedade)

Membro: Vereadora – Rosemary Souza Prado (Dem)

**2 – Comissão de Finanças e Orçamento:**

Presidente: Vereador – Pedro Paulo Tolares (Dem)

Vice-Presidente: Vereador – Rogerio França Martins (Psdb)

Membro: Vereador – Jeronimo de Carvalho Neto (Pmdb)

**3 – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:**

Presidente: Vereadora – Eucaris Terezinha de Arruda Barros (Pmdb)

Vice-Presidente: Vereador – Pedro Paulo Tolares (Dem)

Membro: Vereador – Icaro Gibran Reveles de Andrade (Pdt)

**4 – Comissão de Obras e Serviços Públicos:**

Presidente: Vereador – Cleyton Nassardem Guerra (Ptb)

Vice-Presidente: Vereador – Rogerio França Martins (Psdb)

Membro: Vereador – Braz Jaciro Ferreira de França (Pros)

**5 – Comissão de Meio Ambiente:**

Presidente: Vereador – Hilton Gusmão (Pv)

Vice-Presidente: Vereador – Paulo Cezar da Silva Oliveira (Republicanos)

Membro: Vereador – Rosemary Souza Prado (Dem) ( Brás Jaciro Ferreira de França (Pros))

**6 – Comissão de Loteamento:**

Presidente: Vereador – Carlos Martins de Figueiredo (Republicanos)

Vice-Presidente: Vereador – Bruno Lins Rios (Psb)

Membro: Vereador – Pedro Paulo Tolares (Dem)

**7 – Comissão de Assuntos Gerais**

Presidente: Vereador – Alecsand Moreira da Silva (Pp)

Vice-Presidente: Vereador – Pablo Gustavo Moraes Pereira (Dem)

Membro: Vereador – Hilton Gusmão (Pv)

**8 – Comissão de Ética Parlamentar**

Presidente: Vereador – Icaro Gibran Reveles de Andrade (Pdt)

Vice-Presidente: Vereador – Bruno Lins Rios (Psb)

Membros: Vereadora – Gisele Aparecida Barros (Dem)

Vereador – Ivan dos Santos Oliveira (Solidariedade)

Vereador – Paulo Cezar da Silva Oliveira Junior (Republicanos)

**9 – Comissão de Fiscalização e Controle**

Presidente: Vereador – Pablo Gustavo Moraes Pereira Pereira (Dem)

Vice-Presidente: Vereador – Denival Rodrigues Galibert (Psl)

Membros: Vereador – Jeronimo de Carvalho Neto (Pmdb)

Vereador – Emerson Cezar de Campos Magalhães (Pp)

Vereador – Mauro Sergio Gonçalves Pereira (Psb)

**10 – Comissão de Defesa do Consumidor**

Presidente: Vereador – Rogerio França Martins (Psdb)

Vice-Presidente: Vereador – Jeronimo de Carvalho Neto (Pmdb)

Membro: Vereador – Icaro Gibran Reveles de Andrade (Pdt)

**11 – Comissão de Saúde**

Presidente: Vereador – Mauro Sergio Gonçalves Pereira (Psb)

Vice-Presidente: Vereador – Emerson Cezar de Campos Magalhães (Pp)

Membro: Vereador – Joaquim Antunes (PSDB)

**12 – Comissão de Assistência Social**

Presidente: Vereador – Brás Jaciro Ferreira de França (Pros)

Vice-Presidente: Vereador – Joaquim Antunes (Psdb)

Membro: Vereador – Eucaris Terezinha de Arruda Barros (Pmdb)

**13 – Comissão de Habitação e Urbanismo**

Presidente: Vereador – Ivan dos Santos (Solidariedade)

Vice-Presidente: Vereador – Alecsand Moreira da Silva (Pp)

Membro: Vereador – Bruno Lins Rios (Psb)

**14 – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Presidente: Vereadora – Rosemary Souza Prado (Dem)

Vice-Presidente: Vereadora – Eucaris Terezinha de Arruda (Pmdb)

Membro: Vereadora – Gisele Aparecida Barros (Dem)

**15 – Comissão de Segurança Pública**

Presidente: Vereador – Denival Rodrigues Galibert (Psl)

Vice-Presidente: Vereador – Alecsand Moreira da Silva (Pp)

Membro: Vereador – Cleyton Nassardem Guerra (Ptb)

**Art. 2º** – A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE.

CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Várzea Grande, 11 de janeiro de 2021.

Ver. FABIO JOSE TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N. 06/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

**Art. 1º -** Criar a Comissão Organizadora das Sessões Solenes, Sessões Itinerantes e Audiências Públicas composta pelos seguintes servidores:

Presidente - Odilson de Souza Nepomuceno

Membro – Diego Gonçalves de Souza

Membro - Kenedy Keley Souza Silva

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 11 de janeiro de 2021.

FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Bruno Lins Rios

1º Secretário

**EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 – COMPRA DIRETA**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT** por meio da Gerência de Divisão de Compras e Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de:

| Descrição | Qtd |
|---|---|
| Termômetro Digital Infravermelho | 03 |
| Pilha AAA palito - embalagem com 02 unidades. | 03 |

Após cumprida a determinação do sr. Presidente desta Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, bem como do Parecer Jurídico emanado pela Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, esta Gerência de Divisão de Compras e Licitação exara:

**Objeto:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de termômetro digital infravermelho e pilha palito AAA – embalagem com 02 unidades, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT;

**Fundamentação:** Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, conforme redação a seguir:

Lei nº 8.666/93

(...)

Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**Finalidade:** Atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

**Justificativa:** O referido produto tem o objetivo de auxiliar na prevenção e no combate do coronavírus, e será utilizado para medir a temperatura corporal dos servidores, vereadores e munícipes que transitam diariamente por esta Casa de Leis, a quantidade solicitada visa não interromper a ação de prevenção caso um dos aparelhos apresente defeito.

**Contrato:** Não

**Valor Total:** R$ 623,70 (seiscentos e vinte e três reais e setenta centavos)

**Dotação Orçamentária:** 2001.01**-**33.90.30 – Material de Consumo.

Assim sendo, em razão do valor, e por tudo que consta no processo, cristaliza-se no presente caso os aspectos que caracterizam a Dispensa de Licitação, optando-se, pois, por tal modalidade licitatório para a referida contratação.

Várzea Grande/MT, 27 de janeiro de 2021.

**Kesia Claudia Bozza de Oliveira Souza**

Gerente de Divisão de Compras e Licitação

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ERRATA ATO Nº 31/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Tornar pública a Errata ao Ato 31/2021.

**Onde se lê:**

Alice Barbosa Vieira – CPF 047.348.541-90 - Assessor do Gabinete do Vereador.

**Leia-se:**

Alice Barbosa Vieira – CPF 047.348.541-90 – Assessor Especial do Gabinete do Vereador.

Gabinete da Presidência, 27 de janeiro de 2021.

Ver. FABIO JOSE TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ATO N.º 122/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Elinara de Mello – CPF: 729. 004.821-00, Assessor Técnico Parlamentar I

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 11 de janeiro de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora BRUNO LINS RIOS

1ª Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N.º 05/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

**Art. 1.º** - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a comissão de Patrimônio desta casa de Leis:

Presidente: Claudiovan dos Santos Costa

Membro: Joana Arruda Martins

Membro: Ezequiel da Silva Magalhães

**Art. 2º -**Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 11 de janeiro de 2021.

Vereador: **Fabio José Tardin**

Presidente

Vereadora: **Bruno Lins Rios**

1.ª Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N.º 04/2021**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

**Art. 1.º** Designar a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios e os registros cadastrais desta Câmara, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Mabel Monica Campos Mayer Vicente

Membro: Maria Aparecida de Arruda

Membro: Georgia Costa Beltrame

**Art. 2.º** - O Presidente da Comissão será representado, em sua ausência, por qualquer dos membros que se fizerem presentes, respeitando-se a ordem de designação.

**Art. 3º** - No caso de licitação na modalidade “Convite”, a Comissão de Licitação, excepcionalmente, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

**Art. 4º** - A investidura dos membros da comissão não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subsequente.

**Art. 5º** - Na eventual necessidade de contratação de serviços para a realização de Concurso Público, proceder-se-á designação de comissão específica para tal fim.

**Art. 6º** - Esta portaria entra em vigor considerando seus efeitos a partir desta data

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 11 de janeiro de 2021.

**Ver. Fabio José Tardin**

Presidente

**Verª Bruno Lins Rios**

1ª Secretária

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

**AVISO DE RESULTADO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/ 2021**

**AVISO DE RESULTADO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/ 2021**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021**

**CREDENCIAMENTO 001/2021**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na licitação modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº. 001/2021, - Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021 que trata do credenciamento para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços na área de saúde, PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Cisvarc, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde – SUS, à pacientes encaminhados pelos Municípios.

A Empresa **CLINICA E PRONTO SOCORRO LIRIO DOS VALES**, inscrita no CNPJ nº 37.460.565/0001-61 CREDENCIOU PARA ATENDER AOS PROCEDIMENTOS DE CIRURGIAS DE CESARIANA no valor de R$2. 760,67 (dois mil setecentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos) em conformidade com as disposições contratuais.

Cuiabá/MT, 21 de janeiro de 2020

Edimar Rodrigues da Silva

Presidente da CPL

**EXTRATO DO CONTRATO 003/2021**

**EXTRATO DO CONTRATO 003/2021**

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N° 004/2020 – CREDENCIAMENTO N° 004/2020**

OBJETO: Prestação de serviços especializados na área de saúde, **CIRURGIA DE COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR E CIRURGIA DE LAQUEADURA TUBARIA**, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência Anexo I deste Instrumento.

CONTRATADA

**CENTRO MEDICO E BENEFICIENCIA LIRIO DOS VALES LTDA**

CNPJ 37.460.565/0001-61

CONTRATANTE

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ**

CNPJ 36.833.348/0001-07

Edimar Rodrigues Siva

Secretário Executivo do CISVARC

**EXTRATO DO CONTRATO 001/2021**

**EXTRATO DO CONTRATO 001/2021**

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N°003/2020 – CREDENCIAMENTO N°003/2020**

OBJETO: Prestação de serviços especializados na área de saúde, **CONSULTA EM OTORRINOLARINGOLOGIA, DE CABEÇA, PESCOÇO COM OTOSCOPIA**, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência Anexo I deste Instrumento.

CONTRATADA

**CENTRO DE CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO LTDA**

CNPJ 11.365.018/0001-03

CONTRATANTE

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ**

CNPJ 36.833.348/0001-07

Edimar Rodrigues Siva

Secretário Executivo do CISVARC

**EXTRATO DO CONTRATO 002/2021**

**EXTRATO DO CONTRATO 002/2021**

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N° 001/2020 – CREDENCIAMENTO N° 001/2020**

OBJETO: Prestação de serviços especializados na área de saúde, **CONSULTA EM GINECOLOGIA**, para atendimento da demanda dos 14 (quatorze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência Anexo I deste Instrumento.

CONTRATADA

**CENTRO MEDICO E BENEFICIENCIA LIRIO DOS VALES LTDA**

CNPJ 37.460.565/0001-61

CONTRATANTE

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ**

CNPJ 36.833.348/0001-07

Edimar Rodrigues Siva

Secretário Executivo do CISVARC

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

**6º TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 004/2021**

**6º TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 004/2021**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de seu Secretário Executivo, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **AGUAS DE PEIXOTO DE AZEVEDO**CNPJ/ Nº 03.629.871/0001-67, no valor global de **R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)**, fundamentado no Artigo 24, inciso XXII da Lei Federal nº 8.666/93, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DIRETA (INEXIGIBILIDADE) DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA E ESGOTO VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO,** Processo Direto Nº 012/2021.

Peixoto de Azevedo/MT, 27 de janeiro de 2021.

JESSICA DAYANE MULTA

PRESIDENTE – CPL

RAFAEL SOUZA BARROS

Secretário Executivo–CISRVP

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 040/2020**

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 040/2020**

**CONTRATANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

**CONTRATADO: MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP.**

**CONTRATADO: MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP.**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA TRANSBORDA ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS DE SAÚDE PERTENCENTES AO GRUPO “A, B E E”, EM ATENDIMENTOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.

**VIGÊNCIA: 27/01/2021 à 27/07/2021**

**DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.2001.33.90.39.00 “053”**

**AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS - INSCRIÇÃO N° 004/2021**

**AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS**

**INSCRIÇÃO N° 004/2021**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **NEURO CENTER CLINICA MEDICA EIRELI - ME, com CNPJ nº 32.621.556/0001-91**, fora julgada **APTA** ao **EDITAL N° 012/2020 DA CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020** para os serviços médicos, no segmento de “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OTORRINOLARINGOLOGIA, NEUROLOGIA E CIRURGIA VASCULAR POR VALOR UNITÁRIO CONFORME TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR O VALOR UNITÁRIO DEFINIDO NA TABELA DE PREÇOS – ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA”,** do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 27 de janeiro de 2021.

**JESSICA DAYANE MULTA**

Presidente - CPL

**RAFAEL SOUZA BARROS**

Secretário Executivo–CISRVP

**COVID-19: 4º TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 008/2021**

**4º TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 008/2021**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de seu Secretário Executivo, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **CENTRO DE IMAGEM BERTINETTI LTDA-EPP, com CNPJ nº 28.642.623.0001-87**, no valor global de **R$ 17.800,00 (DEZESSETE MIL E OITOCENTOS REAIS)**, fundamentado no Artigo 24, inciso XXII da Lei Federal nº 8.666/93, tendo como objeto a **"CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA PARA MONITORAÇÃO E EVOLUÇÃO DE PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19 PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, LOCALIZADO NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS, Nº 269, BAIRRO ALVORADA, EM PEIXOTO DE AZEVEDO/MT".**

Peixoto de Azevedo/MT, 26 de janeiro de 2021.

JESSICA DAYANE MULTA

PRESIDENTE – CPL

RAFAEL SOUZA BARROS

SECRETÁRIO EXECUTIVO–CISVP

**ERRATA - TERMO DE RETIFICAÇÃO**

**ERRATA**

**TERMO DE RETIFICAÇÃO**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto vem por meio deste retificar o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços **nº 219/2020**, quanto ao **PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 042/2020 DO 64º TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2020.**

**ONDE SE LÊ:** "O valor de **R$ 19.715,92 (DEZENOVE MIL SETECENTOS E QUINZE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)".**

**LEIA-SE:** "O valor de **R$ 22.821,12 (VINTE E DOIS MIL OITOCENTOS E VINTE E UM E DOZE CENTAVOS)".**

Peixoto de Azevedo/MT, 26 de janeiro de 2021.

JESSICA DAYANE MULTA

Presidente - CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do - CISVP

**5º TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2021**

**5º TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2021**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de seu Secretário Executivo, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **OI S.A.**CNPJ/ Nº 76.535.764/0329-32, no valor global de **R$ 1.600,00 (UM MIL E SEISCENTOS REAIS)**, fundamentado no Artigo 24, inciso XXII da Lei Federal nº 8.666/93, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DIRETA (INEXIGIBILIDADE) DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA (OI S.A.) VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO,** Processo Direto Nº 010/2021.

Peixoto de Azevedo/MT, 27 de janeiro de 2021.

JESSICA DAYANE MULTA

PRESIDENTE – CPL

RAFAEL SOUZA BARROS

Secretário Executivo–CISRVP

**COVID-19: AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS - INSCRIÇÃO N° 002/2021**

**AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS**

**INSCRIÇÃO N° 002/2021**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **CENTRO DE IMAGEM BERTINETTI LTDA-EPP, com CNPJ nº 28.642.623/0001-87**, fora julgada **APTA** ao **EDITAL N° 001/2021 DA CHAMADA PÚBLICA N° 009/2020** para os serviços médicos, no segmento de "**CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA PARA MONITORAÇÃO E EVOLUÇÃO DE PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19 POR VALOR UNITÁRIO CONFORME TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR O VALOR UNITÁRIO DEFINIDO NA TABELA DE PREÇOS - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA",** do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 26 de janeiro de 2021.

JESSICA DAYANE MULTA

Presidente - CPL

RAFAEL SOUZA BARROS

Secretário Executivo–CISRVP

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

**PORTARIA Nº. 001 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES QUE COMPÕE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ATUAREM EM PROCESSOS LICITATÓRIOS NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL – NORTE ARAGUAIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

**DANIEL ROSA DO LAGO**, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia, no uso de suas atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio:

**CONSIDERANDO** a cessão de servidores municipais de Porto Alegre do Norte para compor a comissão permanente de licitação, pregoeiro e equipe de apoio deste Consórcio, conforme disposto no Decreto Municipal n° 1232 de 04 de Janeiro de 2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar servidores para ocupar funções na Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia, conforme descreve:

| Função | Servidor Nomeado |
|---|---|
| Presidente | Maria Adriane Teixeira da Silva – CPF: 710.900.963-72 |
| Secretária | Gezica Alves Rodrigues – CPF: 018.750.711-21 |
| Membro | Thaís Ferreira dos Santos – CPF: 034.202.621-67 |

**Art. 2º** A Comissão Permanente de Licitação terá as seguintes competências:

**I -** receber o projeto básico/termo de referência, devidamente autorizado pela autoridade superior, escolhendo a modalidade a ser adotada em conformidade com os critérios previstos na Lei nº 8.666/1993, formando o processo administrativo licitatório;

**II -** elaborar os editais, cartas–convite e manifestações nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, em conformidade com o pedido formulado pelo órgão interessado na aquisição do bem, serviço ou obra, utilizando, quando necessário, o assessoramento técnico exigível;

**III –** encaminhar o processo às áreas competentes para elaboração da minuta do contrato e parecer jurídico;

**IV –** receber o processo originário da Assessoria Jurídica, efetuando os ajustes, quando pertinentes;

**V -** fazer a divulgação da licitação por meio do instrumento próprio;

**VI -** formar e acompanhar o processo administrativo licitatório, observando todos os requisitos legais necessários;

**VII -** instruir esclarecimentos e impugnações apresentados por interessados quanto aos termos do edital, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário; **VIII -** abrir os envelopes de documentação para a habilitação na data, local e horário estabelecidos no edital e julgar os documentos contidos nos envelopes;

**IX -** tornar público o resultado da habilitação, devolvendo aos inabilitados os envelopes contendo as propostas de preços, devidamente lacrados;

**X -** instruir recursos, relativos à fase de habilitação, e submetê-los à autoridade superior para decisão;

**XI -** resolver sobre qualquer incidente na fase de habilitação, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

**XII -** abrir os envelopes de propostas dos habilitados, depois de resolvidos os recursos da fase de habilitação;

**XIII -** examinar se as propostas estão em conformidade com as especificações estabelecidas no edital;

**XIV -** proceder à escolha do vencedor de acordo com os critérios de julgamento previstos no edital, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

**XV -** elaborar e publicar a lista dos que forem classificados, seguindo a ordem crescente de classificação;

**XVI -** instruir recursos relativos à fase de classificação e submetê-los à autoridade superior para decisão;

**XVII -** encaminhar à autoridade superior a homologação do processo e a adjudicação do objeto vencedor da licitação;

**XVIII –** publicar o resultado e encaminhar o processo licitatório para a área responsável elaborar o contrato definitivo;

**XIX -** tramitar os processos licitatórios em sistema eletrônico, quando exigível;

**XX –** disponibilizar meios tecnológicos, estruturais e materiais para realização da sessão; e

**XXI -** exercer outras atividades compatíveis com a finalidade da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

**Art. 3º** Constituem atribuições exclusivas do Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio:

**I –** representar oficialmente a CPL, prestando as informações que se fizerem necessárias;

**II –** aprovar a programação das licitações e as pautas das reuniões;

**III –** controlar participação dos membros da CPL e convocar, alternadamente, quando necessário, os suplentes;

**IV –** convocar equipes técnicas setoriais, dependendo da natureza da licitação, da qualidade, da complexidade ou especialização do bem, obra ou serviço em licitação, para participação do procedimento licitatório que a motivou, quando necessário;

**V –** resolver sobre esclarecimentos e impugnações apresentados por interessados quanto aos termos do edital, submetendo, caso necessário, sua deliberação à autoridade superior, e modificá-lo quando procedente a impugnação;

**VI –** convocar e presidir as reuniões, abrir e encerrar as sessões;

**VII -** coordenar os trabalhos, promovendo os meios necessários para o funcionamento da CPL e o exato cumprimento das Leis, Decretos, Regulamentos e Instruções relativos aos procedimentos licitatórios;

**VIII -** promover diligências, determinadas a esclarecer ou complementar a instrução dos processos licitatórios;

**IX -** encaminhar à autoridade superior os recursos devidamente instruídos para decisão;

**X –** propor à autoridade superior o processo para homologação e a adjudicação do objeto vencedor da licitação;

**XI –** apresentar à autoridade superior relatório anual dos trabalhos realizados pela Comissão.

**Art. 4º** Os membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Consórcio terão, exclusivamente, as seguintes atribuições:

**I –** receber, registrar e controlar a movimentação de processos submetidos à CPL;

**II –** secretariar os trabalhos da CPL e lavrar atas das reuniões;

**III –** prestar informação de caráter público, quando autorizado pelo Presidente da CPL;

**IV –** manter arquivo atualizado de todas as atas, documentos e papéis da CPL;

**V –** organizar e manter atualizada toda a legislação relativa às licitações e contratos administrativos ou de outras matérias, que interessem aos trabalhos da CPL; e

**VI -** prestar assessoria ao Presidente da CPL relativa às matérias submetidas a seu exame, dados de jurisprudência, levantamentos estatísticos e outros elementos informativos necessários ao andamento dos processos.

**Art. 5º** O Presidente será substituído, em suas ausências, por um dos membros efetivos, devendo a informação da substituição ficar anexa aos autos do processo licitatório.

**Art. 6º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE, em 22 de Janeiro de 2021.

**DANIEL ROSA DO LAGO**

**Presidente**

---

**DECRETO Nº 1232 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.**

**"Dispõe sobre a cessão de servidores municipais para compor a comissão permanente de licitação, pregoeiro e equipe de apoio do CIDESA – NORTE ARAGUAIA, como se indica e dá outras providências. "**

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e constitucionais,

**CONSIDERANDO** que o município de Porto Alegre do Norte integra o quadro de entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Norte Araguaia – CIDESA NORTE ARAGUAIA, conforme Lei Municipal n° 509/2007, de 11 de setembro de 2007;

**CONSIDERANDO** a previsão contida na Cláusula Quadragésima Primeira do Contrato de Consórcio acerca da faculdade dos municípios de ceder recursos humanos ao CIDESA – NORTE ARAGUAIA, sendo que os profissionais cedidos pelos Consorciados envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato de Consórcio permanecerão subordinados às entidades as quais estejam vinculados, não se estabelecendo qualquer tipo de relação empregatício com o CIDESA – NORTE ARAGUAIA;

**CONSIDERANDO** a solicitação do CIDESA – NORTE ARAGUAIA, de cessão de servidores para compor a comissão de licitação, pregoeiro e equipe de apoio formulada;

**CONSIDERANDO** o interesse do Município e a necessidade do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedida Cessão Funcional em tempo parcial dos seguintes servidores para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia:

**>>PregoeirA e Equipe de Apoio:**

***1)*** **Monica Pereira da Silva,** portadora da CI/RG n° - 32130268-0 SSP/SP inscrita no CPF sob n° 254.815.818-76- Pregoeira;

***2)*** **Milha Maria Soarez Souza**, portadora da CI/RG n° 2036832-1 SESP-MT - inscrita no CPF sob n° 027.715.621-11 - Membro da Equipe de Apoio;

***3)*** **Thaís Ferreira dos Santos**, portadora da CI/RG n° 2150765-1 SSP/MT - inscrita no CPF sob n° 034.202.621-67 - Membro da Equipe de Apoio;

**>>comissão PERMANENTE de licitação:**

***1)*** – **Maria Adriane Teixeira da Silva**, portadora da CI/RG n° 2772579-94 SSP/CE - inscrita no CPF sob n° 710.900.963-72 – Presidente; ***2)*** – **Gezica Alves Rodrigues**, portadora da CI/RG n° 495646-6 PGPC/GO - inscrita no CPF sob n° 034.202.621-67- Secretária; ***3)*** – **Thaís Ferreira dos Santos**, portadora da CI/RG n° 2150765-1 SSP/MT - inscrita no CPF sob n° 034.202.621-67, Membro.

**§ 1°**. Os servidores ora cedidos iniciarão suas atividades a partir de 22 de Janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, com ônus para o órgão de origem.

**§ 2º**. A cessão funcional ora formalizada tem por objetivo fornecer recursos humanos capacitados para o auxílio na condução dos processos licitatórios realizados no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia, podendo os servidores atuar como integrante da comissão permanente de licitação ou como membro da equipe de apoio deste, na forma como dispuser ato a ser expedido pela cessionária.

**Art. 2º**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 04 de Janeiro de 2021.

**DANIEL ROSA DO LAGO**

**Prefeito do Município de Porto Alegre do Norte**

**Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.**

**P U B L I Q U E – S E**

**R E G I S T R E – S E**

**C U M P R A – S E**

_____

**DANIEL ROSA DO LAGO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

### PORTARIA N°. 024/2021

***PORTARIA N°. 024/2021***

**Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA, define diretrizes gerais e dá outras providencias**.

BENANCY LEMES DA SILVA, *PREFEITO MUNICIPAL de Acorizal* no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 69, VI da Lei Orgânica Municipal pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei Estadual **10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências;**

Considerando a Instrução Normativa da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania –SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020**:

**RESOLVE**:

**Art. 1º**. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA com as seguintes competências:

I - Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

II - Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER FAMILIA firmado pelo município;

III - apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER FAMILIA;

IV- Definir competências, composição e funcionamento;

V- Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

VI - a seleção das famílias beneficiárias será feita por equipes de referência municipal da Assistência Social, atuantes no Programa, nos municípios, competindo ao Comitê Gestor Municipal a aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas, encaminhados para posterior aprovação e/ou reprovação, a inserção ou o descredenciamento das famílias pelo Comitê Gestor Estadual;

VII- articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VIII- elaborar seu Regimento Interno;

IX- o Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias substituídas, acrescentando se a família que será incluída no Programa em substituição à família excluída, bem como o motivo da substituição, e anexara publicação deste procedimento, aprovados pelo Comitê Municipal;

**Art. 2º** - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

**Art. 3º** - A gestão municipal da Assistência Social, de acordo com o que dispõe a legislação estadual que criou o Programa SER FAMÍLIA, instituirão Comitê Gestor Municipal do Programa, presidido pela Secretária Municipal de Assistência Social, composto por representantes de Secretarias Municipais, estratégicas para o sucesso do Programa.

Assim, o Comitê poderá ser composto pelas seguintes Secretarias:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria de Municipal de Saúde;

IV- Outras Secretarias Municipais que a gestão municipal entender pertinentes ao cumprimento do Pacto SER FAMÍLIA;

O Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria dos votos presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - A Presidente do Comitê Municipal, Gestora Secretária Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus

membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Acorizal,27 de Janeiro de 2021.

BENANCY LEMES DA SILVA

*PREFEITO MUNICIPAL DE ACORIZAL / MT*

**PORTARIA N°. 025/2021**

*PORTARIA N°. 025/2021*

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO COMITÊ RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA SER FAMÍLIA DO GOVERNO ESTADUAL – SETECS NO MUNICIPIO DE ACORIZAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACORIZAL, ESTADO DE MATO GROSSO, senhor BENANCY LEMES DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, contida no artigo 69 incisos IV da Lei Orgânica Municipal, conferidas pela Portaria nº. 22, de 26 de janeiro de 2021, que instituiu o Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA e dá outras providências,

Resolve:

**Art. 1º.** Instituir a composição do **Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA;**

**Art. 2º**. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supramencionada, os seguintes integrantes:

Representantes do Poder Público Municipal:

**a)** Eliene Dias da Silva, presidente do Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA – **Gestora Municipal de Assistência Social do município.** b) Irene Luzia da Silva, representando a **Secretaria Municipal de Assistência Social** como respectivo titular e Bernadeth Aparecida Cuiabano, como respectivo suplente; c) Jane de Arruda silva representando a **Secretaria Municipal de Saúde** como respectivo titular e Tatiely Alves Soares, como respectivo suplente; d) Jonil Augusto Teixeira, representando a **Secretaria Municipal de Educação** e Tatiane Figueiredo de Arruda, como respectivo suplente;

**Art. 3º.** As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

**Art. 4º**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Acorizal**,** 27 de janeiro de 2021.

_____

BENANCY LEMES DA SILVA

*PREFEITO MUNICIPAL DE ACORIZAL / MT*

**PORTARIA Nº. 023/2021**

**PORTARIA Nº. 023/2021**

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR JURIDICO DA PREFEITURA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ACORIZAL - MT".**

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. BENANCY LEMES DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

**RESOLVE**:

**Art. 1º -** Nomear o **SR°. HERNANDES GONÇALVES DE LIMA CPF Nº. 545.611.591-34,** devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, sob a OAB/MT n° 11806, para o Cargo de Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Acorizal – MT.

**Art. 4º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de janeiro de 2021.

_____

**BENANCY LEMES DA SILVA**

*Prefeito Municipal*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001**

Apostilamento para alteração do representante da empresa do Contrato nº. **019/2020.**

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: Cartório de 1º Ofício de Água Boa, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 24.991.655/0001-37.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Administrativo nº. 014/2020, referente à Inexigibilidade de Licitação nº. 004/2020.

OBJETO: Prestação de serviços de Cartório de 1º Ofício de Água Boa – MT.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Com base nos documentos enviados pela empresa o representante legal passará a ser: MARIA APARECIDA BIANCHIN, brasileira, viúva, registradora pública, portadora da cédula de identidade CI/RG 11552280-SJ/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 524.939.899-53, residente e domiciliada na avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 80, Jardim das Américas em Poxoréu-MT, interinamente designada para o CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE ÁGUA BOA.

Água Boa-MT, 27 de janeiro de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 3560, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

*"DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE DÉBITO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, ANTERIORES À 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".*

**Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO,** Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 72, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Água Boa;

**CONSIDERANDO** que o Artigo 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (código Tributário Nacional), preceitua "A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contado da data de sua constituição definitiva;

**CONSIDERANDO** o Artigo 156, inciso V, da Lei supracitada, que diz "Extinguem o crédito tributário: a prescrição e a decadência";

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Ficam extintos os débitos inscritos em dívida ativa, cujos lançamentos ocorrem até 31/12/2015, ficando, portanto, isentos de cobrança por parte do fisco municipal, todos os créditos tributários que não foram devidamente cobrados.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 3384, de 19 de dezembro de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 27 DE JANEIRO DE 2021**.**

**Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa, em 27 de janeiro de 2021.

**SEBASTIÃO ANTONIO LOPES**

Secretário Municipal de Administração

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 019/2020.**

TERMO ADITIVO Nº. 001/2020 ao Contrato n°. 019/2020 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE ÁGUA BOA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL; fica prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até 29 de janeiro de 2022**.**

**VALOR: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).**

Água Boa/MT, 27 de janeiro de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

**GEOOBRAS**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2021**

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. 141/2020 ao Termo Aditivo 002/2020.

**CONTRATANTE**: **O Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal Sr. Mariano Kolankiewicz Filho, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade nº. 2798934-8 SSP/MT e do CPF nº. 928.476.760-15, residente e domiciliado a Rua 9, nº 855, Centro, na cidade de Água Boa MT, na cidade de Água Boa MT.

**CONTRATADA:**A empresa ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA, com sede na Rua Amazonas, Qd. 02, Lt. 02, Centro, Pedra Preta-MT, CEP 78. 795-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.063.707/0001-08, representada por, Ananda dos Santos Almeida, brasileira, portadora do RG nº. 4884774 SSP/GO e do CPF nº. 017.499.101-01.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Administrativo nº. 084/2020 e no Edital de Tomada de Preço 013/2020.

**OBJETO:** Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro referente a contratação de empresa para construção de 03 (três) salas de aula na Escola Gisselda Trentin, Município de Água Boa-MT.

**FUNDAMENTO:** Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2021, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, por motivo de não haver saldo suficiente na dotação original, conforme o orçamento fiscal vigente:

**DOTAÇÃO DO TERMO ADITIVO 002**

**R$ 36.962,40 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)**

Órgão: Secretaria de Educação

Proj./Atividade: 10019 Construção e Ampliação Prédios Escolares

Elemento de Despesa: 4.4.90.51

Código Reduzido: 355

**DOTAÇÃO APOSTILAMENTO**

**R$ 36.962,40 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)**

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade –10017

Elemento da Despesa – 4.4.90.51

Código Reduzido: 260

DATA: 26/01/2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001**

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. 246/2020.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023. 898/0001-90.

CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS SHALON LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 32.840.856/0001-61.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Administrativo nº. 169/2020, referente ao Dispensa de Licitação nº. 044/2020.

OBJETO: Contratação Emergencial de combustíveis para atender a demanda dos veículos da Prefeitura Municipal, com entrega em Água Boa-MT.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2021, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

| | |
|---|---|
| **DOTAÇÃO CONTRATUAL**<br>**R$ 2.761,92**<br>Órgão: Secretaria de Assistência Social<br>Unidade: Ação Social<br>Projeto/Atividade: 20071<br>Elemento de despesa: 772<br>**R$ 3.000,02**<br>Órgão: Secretaria de Assistência Social<br>Unidade: Ação Social<br>Projeto/Atividade: 20072<br>Elemento de despesa: 787 | **DOTAÇÃO APOSTILAMENTO**<br>**R$ 5.761,94**<br>Órgão: Secretaria de Assistência Social<br>Unidade: Ação Social<br>Projeto/Atividade: 20062<br>Elemento de despesa: 686 |

Água Boa-MT, 04 de janeiro de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

**GEOOBRAS**
**ERRATA**

CONTRATO N° 165/2019

PROC. ADMINISTRATIVO Nº 108/2019

CELEBRADO: Município de Água Boa

CONSTRUTORA REZENDE LTDA

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 012/2019

Termo Aditivo 001/2021

ONDE SE LÊ:

O reajustamento do Contrato para manutenção do Equilíbrio Econômico Financeiro.

LEIA-SE:

O reajustamento do Contrato pelo Índice INCC.

Água Boa-MT, 27 de janeiro 2021.,

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001**

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Contrato nº. 091/2018.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: Empresa JANDERSON ANASTACIO FERREIRA, inscrita no CNPJ nº. 29.050.869/0001-22.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Administrativo nº 110/2018, referente a Dispensa de Licitação nº 020/2018.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, tratamento e conservação da piscina do CRAS.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2021, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

| | |
|---|---|
| **DOTAÇÃO CONTRATUAL**<br>Órgão: Secretaria de Assistência Social<br>Unidade: Ação Social<br>Projeto/Atividade: 20071<br>Elemento de despesa: 777 | **DOTAÇÃO APOSTILAMENTO**<br>**R$ 1.800,00**<br>Órgão: Secretaria de Assistência Social<br>Unidade: Ação Social<br>Projeto/Atividade: 20062<br>Elemento de despesa: 691 |

Água Boa-MT, 04 de janeiro de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REG. DE PREÇOS**

**ESTADO DO MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS**


**Processo Nº.: 138/2020**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 39/2020**

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2021

No dia 26 do mês de Janeiro do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 39/2020, Processo Licitatório nº. 138/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE E.P.I.s PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

| Código | Nome da Empresa | Itens |
|---|---|---|
| 4324 | COMERCIAL SPONCHIADO EIRELI | 10 |
| 4325 | CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI | 6 |
| 4181 | FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | 2, 3, 5, 8, 9, 11, 12 |
| 4326 | INDUSTRIAS H. A. BARONE LTDA | |
| 4119 | MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE | |
| 4154 | PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI | |
| 4064 | R.P FERRAGENS LTDA | |
| 2771 | TOTAL SEGURANÇA EQUIP DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPEC | 1, 7, 13, 14 |

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 10 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

| Empresas | CNPJ / CPF | Nome do Representante | CPF |
|---|---|---|---|
| COMERCIAL SPONCHIADO EIRELI | 13.338.681/0001-44 | | . . - |
| CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS | 37.853.101/0001-15 | | . . - |
| FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | 22.803.038/0001-35 | | . . - |
| INDUSTRIAS H. A. BARONE LTDA | 04.040.383/0001-82 | | . . - |
| MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE | 17.992.596/0001-56 | | . . - |
| PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI | 29.700.587/0001-23 | | . . - |
| R.P FERRAGENS LTDA | 29.309.583/0001-19 | | . . - |
| TOTAL SEGURANÇA EQUIP DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ES | 13.851.726/0001-80 | | . . - |

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE E.P.I.s PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 2771 - TOTAL SEGURANÇA EQUIP DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPEC**

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CAPA DE CHUVA - EM PVC TREVIRA, TAMANHO ENTRE 135 E 150 CM, FECHAMENTO POR BOTOES DE PRESSAO INOXIDAVEIS,NA COR AMARELA, CAPUZ FIXO E MANGAS COMPRIDAS. | UN | PLASTCOR C | 100,000 | 16,7500 | 1.675,00 |
| 7 | BLOQUEADOR SOLAR - FATOR DE PROTECAO SOLAR 30,FORMA FARMACEUTICA CREME,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA. | UN | SUNDAY BLO | 100,000 | 12,1000 | 1.210,00 |
| 13 | RESPIRADOR - EM PLASTICO, SEMI-FACIAL,PARA PROTECAO CONTRA VAPORES ORGANICOS, INORGANICOS E GASES ACIDOS,TAMANHO G. | UN | PLASTCOR M | 10,000 | 18,5000 | 185,00 |
| 14 | FILTRO - /CARTUCHO QUIMICO, PARA RESPIRADOR SEMI-FACIAL, CARTUCHO PARA VAPORES ORGANICOS E GASES ACIDOS, CODIGO 730-4, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO. | UN | PLASTCOR F | 10,000 | 23,0000 | 230,00 |

**Fornecedor: 4181 - FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | OCULOS DE PROTECAO - OCULOS DE SEGURANCA COM VISOR E PROTETORES LATERAIS CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO INCOLOR ANTI-RISCO, ASTES AJUSTAVEIS AO TAMANHO ATRAVES DE QUATRO ESTAGIOS,TAMANHO PADRAO | UN | PREVEN | 100,000 | 5,4000 | 540,00 |
| 3 | CHAPÉU, TIPO PESCADOR, EM BRIM COM PROTETOR DE NUCA E ORELHA, COSTURADO COM LINHA SUPER RESISTENTE, COM ESTAMPA EM SILK, NA COR DESEJADA PELO ÓRGÃO. | UN | REDE EPI | 200,000 | 15,0000 | 3.000,00 |
| 5 | LUVA DE PROTECAO - LUVA EM PVC FORRADA CANO LONGO 70CM E PALMA ASPERA COR VERDE COM C.A TAMANHOS G. | UN | VOLK | 500,000 | 24,0100 | 12.005,00 |
| 8 | COLETE REFLETIVO - EM TECTEL COM ZIPER FRONTAL E IMPRESSAO NA FRENTE E NAS COSTAS,NOS TAMANHOS P,M,G E GG. | UN | REDE EPI | 10,000 | 28,0000 | 280,00 |
| 9 | CAPACETE DE PROTECAO - PVC, PADRAO, CONSTRUCAO CIVIL. | UN | PLASTCOR | 10,000 | 9,9900 | 99,90 |
| 11 | LUVA DE PROTECAO - EM COURO DE VAQUETA, COSTURADA EM LINHA DE NYLON, REFORCADA NAS PONTAS DOS DEDOS, COM ELASTICO NO PUNHO,CANO LONGO,PARA PROTECAO INDIVIDUAL. | PAR | PLASTCOR | 100,000 | 13,4900 | 1.349,00 |
| 12 | MASCARA DE SOLDA - COM FILTRO ELETRONICO DE AUTO-ESCURECIMENTO,O VISOR DO FILTRO ESCURECE AUTOMATICAMENTE,EQUIPAMENTO LEVE, RESISTENTE E SEGURO,COM DUAS LENTES,LENTES NA COR BRANCA, ESCURECIMENTO NO ESTADO CLARO: 03 E ESCURECIMENTO NO ESTADO ESCURO: 10,DE FORMATO RETANGULARES,EM VIDRO,DE 95,00MM X 35,50MM,ACOMPANHA: FILTRO, BATERIA E CARTUCHO DE 2 POL X 4 1/4 POL,COR DA LENTE DO FILTRO: BRANCA,FILTRO NO FORMATO RETANGULAR,FILTRO ELETRONICO COM TAMANHO DE 108,00MM X 57,00MM,MASCARA EM 11 DIN. | UN | DELTA | 10,000 | 76,0000 | 760,00 |

**Fornecedor: 4324 - COMERCIAL SPONCHIADO EIRELI**

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | PROTETOR AURICULAR - PROTETOR AURICULAR DE SILICONE -PLUG DE SILICONE NA COR LARANJA##,TRES FLANGES,ATENUACAO 13 DB,COM CORDAO DE POLIPROPILENO E ESTOJO. | PAR | FREITAS FRE | 200,000 | 1,1500 | 230,00 |

**Fornecedor: 4325 - CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI**

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | BOTINA DE PROTECAO - BOTINA DE SEGURANCA COM ELASTICO COBERTO, CABEDAL CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, COM FORRACAO EM SINTETICO, PALMILHA DE MONTAGEM EM SINTETICO FIXADA PELO PROCESSO STROBEL, SOLADO DE PU, BI DENSIDADE PRETO INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL, BIDENSIDADE, BIQUEIRA TRUE LINE, FORRO SINTETICO, PALMILHA ANTIBACTERIANA, PALMILHA DE MONTAGEM SINTETICA.,TAMANHO 42. | PAR | CARTON CAF | 150,000 | 39,8000 | 5.970,00 |

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

## CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

## CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,26 de Janeiro de 2021.

**CLAUDINEI SINGOLANO**
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

| | | |
|---|---|---|
| COMERCIAL SPONCHIADO EIRELI | CNPJ: 13.338.681/0001-44 | |
| CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E | CNPJ: 37.853.101/0001-15 | |
| FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI | CNPJ: 22.803.038/0001-35 | |
| INDUSTRIAS H. A. BARONE LTDA | CNPJ: 04.040.383/0001-82 | |
| MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE | CNPJ: 17.992.596/0001-56 | |
| PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI | CNPJ: 29.700.587/0001-23 | |
| R.P FERRAGENS LTDA | CNPJ: 29.309.583/0001-19 | |
| TOTAL SEGURANÇA EQUIP DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPI | CNPJ: 13.851.726/0001-80 | |

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N° 120 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**Nomeia responsáveis pela liquidação e assinaturas das despesas para o Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO** as necessidades administrativas do Gabinete do Prefeito:

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Nomear nos termos do art. 63 da lei nº 4.320/64, como sendo os responsáveis pela liquidação e assinaturas das despesas do Gabinete do Prefeito, a ser composta pelos seguintes:

| SERVIDOR | RESPONSABILIDADE |
|---|---|
| **TITULAR:** KENIA FRANÇA TEIXEIRA DE REZENDE CPF: 001.712.081-02<br>**SUPLENTE:** JAKSON RICARDO FREIER CCPF: 460.015.301-49 | REPONSÁVEIS PELA LIQUIDAÇÃO. |

**Art. 2° -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 04 de Janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo,** em Alto Garças-MT, em 27 de Janeiro de 2021.

**CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal de Alto Garças-MT.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO - PE N. 039/2020**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, 051/2021, de 05/01/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE E.P.I.s PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os item(ns)/lote(s) a seguir: LOTE 10 - COMERCIAL SPONCHIADO EIRELI - ME**,** inscrita no CNPJ sob o n° 13.338.681/0001-44, com o valor total de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais), LOTE 6 - CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EP - ME**,** inscrita no CNPJ sob o n° 37.853.101/0001-15, com o valor total de R$ 5.970,00 (cinco mil e novecentos e setenta reais), LOTE 2, 3, 5, 8, 9, 11, 12 - FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIREL - ME**,** inscrita no CNPJ sob o n° 22.803.038/0001-35, com o valor total de R$ 18.033,90 (dezoito mil e trinta e três reais e noventa centavos), LOTE 1, 7, 13, 14 - TOTAL SEGURANÇA EQUIP DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPEC - ME**,** inscrita no CNPJ sob o n° 13.851.726/0001-80, com o valor total de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2021-2024@outlook.com. Alto Garças - MT, 26 de janeiro de 2021. Alessandra da Silva Dias **-** Pregoeira Oficial.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021**

**CONSIDERANDO:** O falecimento da Servidora Pública, convocamos JÉSSIKA DE MELO GOMES, para ingressar no Cargo de Engenheiro Civil.

O senhor CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal De Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2018, CONVOCA o candidato abaixo relacionado a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Dom Aquino, nº 346, Centro, no Horário das 12:00 às 18:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte à publicação deste, para admissão e posse no serviço público, munidos dos documentos constantes do Edital, sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

**RELAÇÃO DE CANDITATO CONVICADO:**

**CARGO: 012 – ENGENHEIRO CIVIL.**

| Inscrição | Nome | Nascimento | Col. |
|---|---|---|---|
| 0000001494 | JÉSSIKA DE MELO GOMES | 12/01/1994 | 02 |

Alto Garças- MT, 27 de Janeiro de 2021.

**CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal**

**ADIRCILENE ANTONIA DE BASTOS Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público**

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**DECRETO 59/2020**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 59/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2020, e em consonância com o lei Federal 4320/64

## DECRETA

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 562/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

### *03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL*

| | |
|---|---|
| 03.001.04.123.0003.2008.4.4.9.0.52.00.00.00\|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | R$ 3.000,00 |

**Sub-Total:R$ 3.000,00**

### *04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO*

| | |
|---|---|
| 04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 6.100,00 |

**Sub-Total:R$ 6.100,00**

### *05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU*

| | |
|---|---|
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 1.120,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.14.00.00.00\|100000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 200,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 35.470,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 2.500,00 |
| 05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 21.600,00 |
| 05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 3.205,00 |

**Sub-Total:R$ 64.095,00**

### *05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO*

| | |
|---|---|
| 05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 22.804,00 |

**Sub-Total:R$ 22.804,00**

### *06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO*

| | |
|---|---|
| 06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.36.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 3.000,00 |
| 06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.14.00.00.00\|101000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 200,00 |
| 06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00\|101000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 400,00 |

**Sub-Total:R$ 3.600,00**

### *06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL*

| | |
|---|---|
| 06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.30.00.00.00\|101000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 4.450,00 |
| 06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.39.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 6.350,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 59/2020

**Sub-Total:R$ 10.800,00**

### *06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL*

| | |
|---|---|
| 06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.30.00.00.00\|101000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 2.520,00 |
| 06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.36.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 1.150,00 |

**Sub-Total:R$ 3.670,00**

### *06.005-FUNDEB*

| | |
|---|---|
| 06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.11.00.00.00\|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 73.822,00 |
| 06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.13.00.00.00\|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 31.000,00 |

**Sub-Total:R$ 104.822,00**

### *07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE*

| | |
|---|---|
| 07.002.10.304.0009.2056.3.1.9.0.11.00.00.00\|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 4.650,00 |
| 07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.11.00.00.00\|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 27.300,00 |
| 07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.11.00.00.00\|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 900,00 |
| 07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.11.00.00.00\|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 15.100,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00\|102000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 6.600,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.94.00.00.00\|146000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS | R$ 4.200,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.4.4.9.0.52.00.00.00\|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | R$ 16.090,00 |
| 07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.14.00.00.00\|146000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 150,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.30.00.00.00\|102000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 8.400,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.39.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 870,00 |
| 07.002.10.304.0009.2056.3.3.9.0.36.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 500,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.36.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 1.500,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.30.00.00.00\|146074000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 1.600,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 29.433,33 |

**Sub-Total:R$ 117.293,33**

### *08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL*

| | |
|---|---|
| 08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 6.105,00 |
| 08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00\|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 2.600,00 |
| 08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 6.800,00 |
| 08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 2.200,00 |
| 08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 1.315,00 |
| 08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.14.00.00.00\|129000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 300,00 |
| 08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.14.00.00.00\|129000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 400,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 59/2020

| | |
|---|---|
| | **Sub-Total:R$ 19.720,00** |

***09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E***

| | |
|---|---|
| 09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 4.555,00 |
| | **Sub-Total:R$ 4.555,00** |

***10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG***

| | |
|---|---|
| 10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 800,00 |
| | **Sub-Total:R$ 800,00** |

***12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT***

| | |
|---|---|
| 12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 3.500,00 |
| | **Sub-Total:R$ 3.500,00** |

***13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS***

| | |
|---|---|
| 13.001.25.752.0015.2018.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 2.500,00 |
| 13.001.25.752.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 194.507,64 |
| 13.001.15.451.0014.2017.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 3.090,00 |
| 13.001.04.122.0003.2079.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 2.870,00 |
| 13.001.15.451.0014.2016.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 1.045,00 |
| | **Sub-Total:R$ 204.012,64** |
| | **Total Parcial Reduzido: R$ 568.771,97** |

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 562/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

***02.001-GABINETE DO PREFEITO***

| | |
|---|---|
| 02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 4.000,00 |
| 02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.11.00.00.00\|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 30.000,00 |
| | **Sub-Total:R$ 34.000,00** |

***03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO***

| | |
|---|---|
| 03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.11.00.00.00\|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 23.000,00 |
| | **Sub-Total:R$ 23.000,00** |

***05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU***

| | |
|---|---|
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00\|130000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 5.966,29 |
| 05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 0,78 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00\|116000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 25.000,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00\|100080000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 9.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 59/2020

| | |
|---|---|
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 33,71 |
| 05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00\|124000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 39.999,22 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.04.00.00.00\|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 10.507,64 |
| **Sub-Total:** | **R$ 90.507,64** |

## *05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO*

| | |
|---|---|
| 05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.11.00.00.00\|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 22.667,33 |
| **Sub-Total:** | **R$ 22.667,33** |

## *06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL*

| | |
|---|---|
| 06.002.12.361.0010.1025.4.4.9.0.51.00.00.00\|122000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 107.480,00 |
| 06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.39.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 20.000,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 127.480,00** |

## *06.005-FUNDEB*

| | |
|---|---|
| 06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00\|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 30.217,00 |
| 06.005.12.361.0010.2044.3.1.9.0.11.00.00.00\|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 111.000,00 |
| 06.005.12.361.0010.2044.3.1.9.0.13.00.00.00\|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 39.000,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 180.217,00** |

## *07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE*

| | |
|---|---|
| 07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.04.00.00.00\|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 400,00 |
| 07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.04.00.00.00\|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 1.500,00 |
| 07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.04.00.00.00\|146000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 100,00 |
| 07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.04.00.00.00\|146000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 3.500,00 |
| 07.002.10.302.0009.2059.3.1.9.0.04.00.00.00\|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 4.000,00 |
| 07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.04.00.00.00\|146000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 3.500,00 |
| 07.002.10.302.0009.2059.3.1.9.0.04.00.00.00\|146000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 1.000,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00\|142000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 5.000,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00\|146000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 8.398,89 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00\|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 1,11 |
| 07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.04.00.00.00\|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 1.500,00 |
| 07.002.10.303.0009.2055.3.1.9.0.04.00.00.00\|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 10.000,00 |
| 07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.39.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 1.000,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 39.900,00** |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 59/2020

| | |
|---|---|
| ***08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA*** | |
| 08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.04.00.00.00\|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 22.000,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 22.000,00** |
| ***08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL*** | |
| 08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.04.00.00.00\|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 10.000,00 |
| 08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.04.00.00.00\|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 5.000,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 15.000,00** |
| ***09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE*** | |
| 09.003.18.122.0003.2073.3.1.9.0.04.00.00.00\|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 500,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 500,00** |
| ***10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG*** | |
| 10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.11.00.00.00\|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 12.000,00 |
| 10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.04.00.00.00\|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 500,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 12.500,00** |
| ***12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT*** | |
| 12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.04.00.00.00\|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 500,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 500,00** |
| ***13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS*** | |
| 13.001.25.752.0015.2018.4.4.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 500,00 |
| **Sub-Total:** | **R$ 500,00** |
| **Total Parcial Reduzido:** | **R$ 568.771,97** |

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 27 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**DECRETO 066/2020**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 66/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 579/2020, e em consonância com o lei Federal 4320/64

## DECRETA

Art. 2º Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 1º, de acordo com Inciso III, Art. 43, da Lei Federal nº4.320/64, serão utilizados recursos de Anulação Total ou Parcial de Dotações, reduzindo recursos das seguintes dotações e fontes:

### *05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU*

| | |
|---|---|
| 05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 1.604.000,00 |

**Sub-Total:R$ 1.604.000,00**

### *13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS*

| | |
|---|---|
| 13.001.25.752.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 195.000,00 |

**Sub-Total:R$ 195.000,00**

**Total Parcial Reduzido: R$ 1.799.000,00**

Art. 2º Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 1º, de acordo com Inciso III, Art. 43, da Lei Federal nº4.320/64, serão utilizados recursos de Anulação Total ou Parcial de Dotações, reduzindo recursos das seguintes dotações e fontes:

### *05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU*

| | |
|---|---|
| 05.002.27.813.0011.1078.4.4.9.0.51.00.00.00\|124000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 172.000,00 |
| 05.002.15.451.0015.1019.4.4.9.0.51.00.00.00\|124000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 210.000,00 |
| 05.002.15.451.0017.1076.4.4.9.0.51.00.00.00\|124000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 466.000,00 |
| 05.002.15.451.0015.1019.3.3.9.0.39.00.00.00\|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 1.000,00 |

**Sub-Total:R$ 849.000,00**

### *05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO*

| | |
|---|---|
| 05.005.17.512.0015.1077.4.4.9.0.51.00.00.00\|124000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 57.500,00 |
| 05.005.15.451.0014.1015.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 22.510,00 |
| 05.005.15.451.0014.1015.3.3.9.0.39.00.00.00\|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 552.490,00 |

**Sub-Total:R$ 632.500,00**

### *09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN*

| | |
|---|---|
| 09.002.20.608.0018.1056.4.4.9.0.51.00.00.00\|124000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 317.499,00 |
| 09.002.20.608.0018.1056.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 1,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 66/2020

**Sub-Total:R$ 317.500,00**

**Total Parcial Reduzido: R$ 1.799.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 28 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

## SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
## BALANCETE MENSAL NOVEMBRO/2020

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**
**Novembro / 2020**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| 1 | ATIVO | | | | | | | | |
| 1.1 | ATIVO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| 1.1.1 | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | | | | | | | |
| 1.1.1.1 | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | | | | | | | | |
| 1.1.1.1.1 | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.1.1.1.1.19 | BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F) | 3.630.395,54 | | 3.731.199,43 | 52.629.818,21 | 3.541.741,62 | 52.998.338,54 | 3.819.853,35 | |
| 1.1.2 | CREDITOS A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 1.1.2.1 | CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER | | | | | | | | |
| 1.1.2.1.1 | CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.1.2.1.1.01 | IMPOSTOS | | | | | | | | |
| 1.1.2.1.1.01.05 | IPTU (P) | | 48.506,59 | 121,86 | 15.969,37 | 8.173,89 | 72.527,99 | | 56.558,62 |
| 1.1.2.1.1.01.06 | ITBI (P) | | 161.141,35 | | 113.801,00 | | 274.942,35 | | 161.141,35 |
| 1.1.2.1.1.01.07 | ISS (P) | | 170.226,18 | 1.820,56 | 411.843,00 | 94.043,98 | 674.292,60 | | 262.449,60 |
| 1.1.2.1.1.01.08 | ITR (P) | | 98.215,70 | | 25.039,14 | 7.893,72 | 131.148,56 | | 106.109,42 |
| 1.1.2.1.1.01.99 | OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P) | | 19.927,35 | | 78.591,72 | 5.562,24 | 104.081,31 | | 25.489,59 |
| 1.1.2.1.1.02 | TAXAS | | | | | | | | |
| 1.1.2.1.1.02.01 | TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA (P) | | 3.043,60 | | 53.948,32 | 269,00 | 57.260,92 | | 3.312,60 |
| 1.1.2.1.1.02.02 | TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS (P) | | 2.845,29 | | 3.485,47 | 434,16 | 6.764,92 | | 3.279,45 |
| 1.1.3 | DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 1.1.3.2 | TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR | | | | | | | | |
| 1.1.3.2.1 | TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.1.3.2.1.99 | OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (F) | | | 30,09 | 17.059,53 | 30,09 | 17.059,53 | | |
| 1.1.3.5 | DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS | | | | | | | | |
| 1.1.3.5.1 | DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.1.3.5.1.02 | DEPOSITOS JUDICIAIS (F) | 1.928,00 | | | | | | 1.928,00 | |
| 1.1.3.5.1.04 | DEPOSITOS ESPECIAIS (F) | | | | | | 220.822,45 | | |
| 1.1.3.5.1.08 | CONTA ESPECIAL - PRECATORIOS | | | | | | | | |
| 1.1.3.5.1.08.02 | CONTA ESPECIAL - PRECATORIOS (F) | | | | 15.309,26 | | 15.309,26 | | |
| 1.1.3.8 | OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 1.1.3.8.1 | OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAC/ | | | | | | | | |
| 1.1.3.8.1.08 | CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO (F) | 372,84 | | | | | | 372,84 | |
| 1.1.3.8.4 | OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTER ESTADO | | | | | | | | |
| 1.1.3.8.4.06 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO (F) | 617.859,11 | | | 909.048,12 | | 291.189,01 | 617.859,11 | |
| 1.1.3.8.5 | OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAC/ | | | | | | | | |
| 1.1.3.8.5.06 | VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO (F) | 163.026,17 | | | 220.822,45 | | 57.796,28 | 163.026,17 | |
| 1.1.5 | ESTOQUES | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| 1.1.5.6 | ALMOXARIFADO | | | | | | | | |
| 1.1.5.6.1 | ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.1.5.6.1.01 | MATERIAL DE CONSUMO (P) | 1.945.234,23 | | 247.503,95 | 2.187.738,18 | | | 2.192.738,18 | |
| 1.2 | ATIVO NAO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| 1.2.1 | ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO | | | | | | | | |
| 1.2.1.1 | CREDITOS A LONGO PRAZO | | | | | | | | |
| 1.2.1.1.1 | CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.2.1.1.1.02 | CLIENTES | | | | | | | | |
| 1.2.1.1.1.02.01 | FATURAS/DUPLICATAS A RECEBER (P) | | 40.410,56 | | 195.142,02 | 1.660,55 | 237.213,13 | | 42.071,11 |
| 1.2.1.1.1.02.99 | OUTROS VALORES A RECEBER (P) | | | | | | 55.778,24 | | |
| 1.2.1.1.1.04 | DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | | | | | | | | |
| 1.2.1.1.1.04.01 | CREDITOS NAO PREVIDENCIARIOS INSCRITOS (P) | 4.789.335,21 | | 356,06 | 1.975,10 | 4.594,59 | 112.382,11 | 4.785.096,68 | |
| 1.2.2 | INVESTIMENTOS | | | | | | | | |
| 1.2.2.1 | PARTICIPACOES PERMANENTES | | | | | | | | |
| 1.2.2.1.1 | PARTICIPACOES PERMANENTES - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.2.2.1.1.01 | PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL | | | | | | | | |
| 1.2.2.1.1.01.07 | PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS (P) | 40.000,00 | | | 40.000,00 | | | 40.000,00 | |
| 1.2.3 | IMOBILIZADO | | | | | | | | |
| 1.2.3.1 | BENS MOVEIS | | | | | | | | |
| 1.2.3.1.1 | BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.2.3.1.1.01 | MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | 751.930,82 | | | 188.024,60 | | | 751.930,82 | |
| 1.2.3.1.1.02 | BENS DE INFORMATICA (P) | 10.593,00 | | | 6.897,00 | | | 10.593,00 | |
| 1.2.3.1.1.03 | MOVEIS E UTENSILIOS (P) | 10.476.482,56 | | | 218.449,21 | | 261.499,00 | 10.476.482,56 | |
| 1.2.3.1.1.04 | MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO (P) | 3.500,00 | | | | | | 3.500,00 | |
| 1.2.3.1.1.05 | VEICULOS (P) | 1.678.406,37 | | | 873.800,00 | | | 1.678.406,37 | |
| 1.2.3.1.1.99 | DEMAIS BENS MOVEIS | | | | | | | | |
| 1.2.3.1.1.99.99 | OUTROS BENS MOVEIS (P) | 113.692,20 | | | 3.299,00 | | | 113.692,20 | |
| 1.2.3.2 | BENS IMOVEIS | | | | | | | | |
| 1.2.3.2.1 | BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 1.2.3.2.1.04 | BENS DOMINICAIS (P) | 500,00 | | | | | | 500,00 | |
| 1.2.3.2.1.06 | BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO (P) | 5.331.002,84 | | 149.145,87 | 3.282.305,83 | | | 5.480.148,71 | |
| 1.2.3.2.1.99 | DEMAIS BENS IMOVEIS | | | | | | | | |
| 1.2.3.2.1.99.99 | OUTROS BENS IMOVEIS (P) | 6.121.679,40 | | | 30.129,29 | | | 6.121.679,40 | |
| 2 | PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO | | | | | | | | |
| 2.1 | PASSIVO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| 2.1.1 | OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.1.1 | PESSOAL A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.1.1.1 | PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| 2.1.1.1.1.01 | PESSOAL A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.1.1.1.01.01 | SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS | | | | | | | | |
| 2.1.1.1.1.01.01.01 | SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F) | | 1.287.886,31 | 987.899,41 | 8.703.097,28 | 812.830,62 | 9.530.716,03 | | 1.112.817,52 |
| 2.1.1.4 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.1.4.1 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 2.1.1.4.1.01 | CONTRIBUICOES AO RGPS A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.1.4.1.01.01 | CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES | | | | | | | | |
| 2.1.1.4.1.01.01.01 | CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES (F) | | 422.612,45 | 165,41 | 1.542.300,05 | 173.155,91 | 2.081.183,89 | | 595.602,95 |
| 2.1.3 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 2.1.3.1 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOL | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.01 | FORNECEDORES NACIONAIS | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.01.01 | FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.01.01.01 | FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F) | | 558.328,52 | 917.790,82 | 10.864.154,00 | 869.578,15 | 10.637.179,60 | | 510.115,85 |
| 2.1.3.1.1.01.02 | FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.01.02.01 | FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR (F) | | | | 14.564,33 | | 14.564,33 | | |
| 2.1.3.1.1.01.03 | RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.01.03.01 | RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES (F) | | 663,85 | | 72.121,13 | | 72.784,98 | | 663,85 |
| 2.1.3.1.1.01.03.51 | RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES (P) | | | | 72.784,98 | | 72.784,98 | | |
| 2.1.3.1.1.01.99 | DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.01.99.01 | DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR (F) | | 111.201,02 | 195.772,80 | 3.509.470,94 | 149.145,87 | 3.323.511,12 | | 64.574,09 |
| 2.1.3.1.1.06 | PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINARIO | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.06.01 | PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINARIO - ANTES | | | | | | | | |
| 2.1.3.1.1.06.01.01 | PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINARIO - ANTES | | | | 15.309,26 | | 15.309,26 | | |
| 2.1.3.1.1.06.01.51 | PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINARIO - ANTES | | 5.905,50 | | 61.495,19 | | 15.309,26 | | 5.905,50 |
| 2.1.3.2 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 2.1.3.2.1 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO - CO | | | | | | | | |
| 2.1.3.2.1.01 | FORNECEDORES ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 2.1.3.2.1.01.02 | FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR | | | | | | | | |
| 2.1.3.2.1.01.02.01 | FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR (F) | | | | 109.151,69 | | 109.151,69 | | |
| 2.1.3.2.1.01.03 | RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES | | | | | | | | |
| 2.1.3.2.1.01.03.01 | RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES (F) | | 42.462,14 | | 368.261,30 | | 368.261,30 | | 42.462,14 |
| 2.1.3.2.1.01.03.51 | RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES (P) | | | | 368.261,30 | | 368.261,30 | | |
| 2.1.4 | OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO | | | | | | | | |
| 2.1.4.1 | OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO | | | | | | | | |
| 2.1.4.1.1 | OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 2.1.4.1.1.11 | PIS/PASEP A RECOLHER | | | | | | | | |
| 2.1.4.1.1.11.01 | PIS/PASEP A RECOLHER (F) | | 8,61 | | 145.345,10 | | 145.353,71 | | 8,61 |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **2.1.7** | **PROVISOES A CURTO PRAZO** | | | | | | | | |
| **2.1.7.9** | **OUTRAS PROVISOES A CURTO PRAZO** | | | | | | | | |
| **2.1.7.9.1** | **OUTRAS PROVISOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 2.1.7.9.1.99 | OUTRAS PROVISOES A CURTO PRAZO (P) | | 87.413,89 | | | | | | 87.413,89 |
| **2.1.8** | **DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO** | | | | | | | | |
| **2.1.8.8** | **VALORES RESTITUIVEIS** | | | | | | | | |
| **2.1.8.8.1** | **VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| **2.1.8.8.1.01** | **CONSIGNACOES** | | | | | | | | |
| 2.1.8.8.1.01.02 | CONTRIBUICAO AO RGPS (F) | | 635.288,86 | | 413.527,83 | 66.006,49 | 882.705,13 | | 701.295,35 |
| 2.1.8.8.1.01.04 | IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F) | | 274.566,67 | 822,00 | 58.487,69 | 27.677,83 | 350.341,70 | | 301.422,50 |
| 2.1.8.8.1.01.06 | IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS (F) | | 14.709,62 | | | | | | 14.709,62 |
| 2.1.8.8.1.01.08 | ISS (F) | | 57.000,09 | 7.144,72 | 200.545,63 | 17.350,49 | 258.712,67 | | 67.205,86 |
| 2.1.8.8.1.01.10 | PENSAO ALIMENTICIA (F) | | 2.363,75 | | 6.550,65 | 1.124,85 | 8.615,86 | | 3.488,60 |
| 2.1.8.8.1.01.13 | RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F) | | 11.591,48 | | 622,03 | 78,12 | 1.275,89 | | 11.669,60 |
| 2.1.8.8.1.01.15 | RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (F) | | 116.891,62 | | 551.761,26 | 60.224,91 | 646.503,85 | | 177.116,53 |
| 2.1.8.8.1.01.99 | OUTROS CONSIGNATARIOS (F) | | 176.744,35 | | 176.829,43 | 11.217,80 | 126.117,74 | | 187.962,15 |
| 2.1.8.8.1.02 | GARANTIAS (F) | | 10.995,13 | | | | | | 10.995,13 |
| **2.1.8.8.1.03** | **DEPOSITOS JUDICIAIS** | | | | | | | | |
| 2.1.8.8.1.03.01 | DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL (F) | | 494,97 | | 2.665,55 | | 3.160,52 | | 494,97 |
| **2.1.8.9** | **OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO** | | | | | | | | |
| **2.1.8.9.1** | **OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| **2.1.8.9.1.01** | **INDENIZACOES E RESTITUICOES** | | | | | | | | |
| **2.1.8.9.1.01.01** | **INDENIZACOES A SERVIDORES** | | | | | | | | |
| 2.1.8.9.1.01.01.01 | INDENIZACOES A SERVIDORES (F) | | 2.398,15 | 6.050,00 | 48.429,28 | 4.250,00 | 47.227,43 | | 598,15 |
| **2.1.8.9.1.14** | **CONSORCIOS A PAGAR** | | | | | | | | |
| 2.1.8.9.1.14.01 | CONSORCIOS A PAGAR (F) | | 12.219,88 | | 53.899,36 | | 63.040,10 | | 12.219,88 |
| 2.1.8.9.1.14.51 | CONSORCIOS A PAGAR (P) | 13.040,10 | | | 53.040,10 | | 40.000,00 | 13.040,10 | |
| **2.2** | **PASSIVO NAO-CIRCULANTE** | | | | | | | | |
| **2.2.1** | **OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR** | | | | | | | | |
| **2.2.1.4** | **ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR** | | | | | | | | |
| **2.2.1.4.3** | **ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIAO** | | | | | | | | |
| **2.2.1.4.3.01** | **INSS A PAGAR** | | | | | | | | |
| **2.2.1.4.3.01.01** | **CONTRIBUICAO AO RGPS** | | | | | | | | |
| 2.2.1.4.3.01.01.51 | CONTRIBUICAO AO RGPS - DEBITO PARCELADO (P) | | 730.969,39 | | 368.261,30 | | 762.263,11 | | 730.969,39 |
| **2.2.3** | **FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO** | | | | | | | | |
| **2.2.3.1** | **FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO** | | | | | | | | |
| **2.2.3.1.1** | **FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| **2.2.3.1.1.01** | **FORNECEDORES NACIONAIS** | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **2.2.3.1.1.01.03** | **RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES** | | | | | | | | |
| 2.2.3.1.1.01.03.51 | RENEGOCIACAO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES (P) | | 1.972.188,49 | | 72.784,98 | | | | 1.972.188,49 |
| **2.2.3.1.1.07** | **PRECATORIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDI** | | | | | | | | |
| **2.2.3.1.1.07.02** | **PRECATORIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ORDINARIO - A PARTIR DE 05/(** | | | | | | | | |
| 2.2.3.1.1.07.02.51 | PRECATORIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ORDINARIO - A PARTIR DE 05/05 | | 39.005,01 | | 15.309,26 | | | | 39.005,01 |
| **2.3** | **PATRIMONIO LIQUIDO** | | | | | | | | |
| **2.3.7** | **RESULTADOS ACUMULADOS** | | | | | | | | |
| **2.3.7.1** | **SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS** | | | | | | | | |
| **2.3.7.1.1** | **SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 2.3.7.1.1.02 | SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES | | 3.982.821,12 | | | | | | 3.982.821,12 |
| 2.3.7.1.1.03 | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES | 493.259,56 | | 7.373,20 | 500.632,76 | | | 500.632,76 | |
| **2.3.7.1.2** | **SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS** | | | | | | | | |
| 2.3.7.1.2.02 | SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 1.023.569,11 | | | | | | 1.023.569,11 | |
| **2.3.7.1.3** | **SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO** | | | | | | | | |
| 2.3.7.1.3.02 | SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES | | 17.880.965,88 | | | | | | 17.880.965,88 |
| **2.3.7.1.4** | **SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO** | | | | | | | | |
| 2.3.7.1.4.02 | SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES | | 4.260.527,16 | | | | | | 4.260.527,16 |
| **3** | **VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA** | | | | | | | | |
| **3.1** | **PESSOAL E ENCARGOS** | | | | | | | | |
| **3.1.1** | **REMUNERACAO A PESSOAL** | | | | | | | | |
| **3.1.1.1** | **REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS** | | | | | | | | |
| **3.1.1.1.1** | **REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSO** | | | | | | | | |
| **3.1.1.1.1.01** | **VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS** | | | | | | | | |
| 3.1.1.1.1.01.01 | VENCIMENTOS E SALARIOS | 8.620.511,62 | | 799.148,52 | 9.425.076,80 | | 5.416,66 | 9.419.660,14 | |
| 3.1.1.1.1.01.22 | 13. SALARIO | 23.560,61 | | | 23.560,61 | | | 23.560,61 | |
| **3.1.1.1.1.02** | **OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS** | | | | | | | | |
| 3.1.1.1.1.02.11 | INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS | 46.777,43 | | 4.250,00 | 51.027,43 | | | 51.027,43 | |
| 3.1.1.1.1.03 | SENTENCAS JUDICIAIS | 494,97 | | | 494,97 | | | 494,97 | |
| **3.1.1.2** | **REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS** | | | | | | | | |
| **3.1.1.2.1** | **REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSO** | | | | | | | | |
| **3.1.1.2.1.01** | **VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS** | | | | | | | | |
| 3.1.1.2.1.01.01 | VENCIMENTOS E SALARIOS | 25.925,58 | | 2.442,70 | 28.368,28 | | | 28.368,28 | |
| **3.1.1.2.1.04** | **CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO** | | | | | | | | |
| 3.1.1.2.1.04.99 | OUTRAS CONTRATACOES POR TEMPO DETERMINADO | 37.964,27 | | 11.239,40 | 49.203,67 | | | 49.203,67 | |
| **3.1.2** | **ENCARGOS PATRONAIS** | | | | | | | | |
| **3.1.2.2** | **ENCARGOS PATRONAIS - RGPS** | | | | | | | | |
| **3.1.2.2.1** | **ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 3.1.2.2.1.01 | CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - RGPS | 1.895.257,11 | | 173.155,91 | 2.081.183,89 | | 12.770,87 | 2.068.413,02 | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **3.3** | **USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO** | | | | | | | | |
| **3.3.2** | **SERVICOS** | | | | | | | | |
| **3.3.2.1** | **DIARIAS** | | | | | | | | |
| **3.3.2.1.1** | **DIARIAS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| **3.3.2.1.1.01** | **DIARIAS PESSOAL CIVIL** | | | | | | | | |
| 3.3.2.1.1.01.01 | DIARIAS PESSOAL CIVIL - NO PAIS | 74.445,00 | | 7.550,00 | 81.995,00 | | | 81.995,00 | |
| **3.3.2.1.1.03** | **DIARIAS - COLABORADORES EVENTUAIS** | | | | | | | | |
| 3.3.2.1.1.03.01 | DIARIAS - COLABORADORES EVENTUAIS - NO PAIS | | | 1.590,00 | 1.590,00 | | | 1.590,00 | |
| **3.3.2.2** | **SERVICOS TERCEIROS - PF** | | | | | | | | |
| **3.3.2.2.1** | **SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 3.3.2.2.1.05 | SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS | 109.225,00 | | 13.303,68 | 122.528,68 | | | 122.528,68 | |
| 3.3.2.2.1.06 | SELECAO E TREINAMENTO | 8.450,00 | | | 8.450,00 | | | 8.450,00 | |
| 3.3.2.2.1.07 | COMUNICACAO EM GERAL | 1.004,99 | | | 1.004,99 | | | 1.004,99 | |
| 3.3.2.2.1.08 | LIMPEZA E CONSERVACAO | 99.892,07 | | | 99.892,07 | | | 99.892,07 | |
| **3.3.2.2.1.11** | **MANUTENCAO E CONSERVACAO** | | | | | | | | |
| 3.3.2.2.1.11.02 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | 58.441,79 | | | 58.441,79 | | | 58.441,79 | |
| 3.3.2.2.1.11.04 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS | 41.850,00 | | 1.795,00 | 43.645,00 | | | 43.645,00 | |
| 3.3.2.2.1.11.06 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 1.900,00 | | | 1.900,00 | | | 1.900,00 | |
| 3.3.2.2.1.11.99 | OUTROS SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO | 10.810,00 | | | 10.810,00 | | | 10.810,00 | |
| 3.3.2.2.1.12 | CONDOMINIOS | 150,00 | | | 150,00 | | | 150,00 | |
| 3.3.2.2.1.15 | SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS | 7.650,00 | | | 7.650,00 | | | 7.650,00 | |
| 3.3.2.2.1.21 | LOCACOES | 28.056,00 | | 1.156,00 | 29.212,00 | | | 29.212,00 | |
| 3.3.2.2.1.22 | FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO | 121.828,40 | | 15.140,00 | 136.968,40 | | | 136.968,40 | |
| 3.3.2.2.1.25 | SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL | 3.749,00 | | | 3.749,00 | | | 3.749,00 | |
| 3.3.2.2.1.26 | SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL | 1.268.615,14 | | 142.165,03 | 1.410.780,17 | | | 1.410.780,17 | |
| 3.3.2.2.1.28 | CONFECCAO DE MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM | 1.350,00 | | | 1.350,00 | | | 1.350,00 | |
| 3.3.2.2.1.29 | CONFECCAO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLAMULAS | 1.700,00 | | | 1.700,00 | | | 1.700,00 | |
| 3.3.2.2.1.30 | FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS | 3.260,00 | | | 3.260,00 | | | 3.260,00 | |
| 3.3.2.2.1.35 | SERVICOS JUDICIARIOS | 940,65 | | | 940,65 | | | 940,65 | |
| 3.3.2.2.1.93 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 3.170,00 | | | 3.170,00 | | | 3.170,00 | |
| 3.3.2.2.1.98 | SENTENCAS JUDICIAIS | 31.280,38 | | | 31.280,38 | | | 31.280,38 | |
| 3.3.2.2.1.99 | OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA | 500,00 | | | 500,00 | | | 500,00 | |
| **3.3.2.3** | **SERVICOS TERCEIROS - PJ** | | | | | | | | |
| **3.3.2.3.1** | **SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 3.3.2.3.1.01 | CONSULTORIA E ASSESSORIA | 177.909,17 | | 21.532,00 | 199.441,17 | | | 199.441,17 | |
| 3.3.2.3.1.04 | COMUNICACAO | 79.782,05 | | 3.000,00 | 82.782,05 | | | 82.782,05 | |
| **3.3.2.3.1.05** | **PUBLICIDADE** | | | | | | | | |
| 3.3.2.3.1.05.99 | OUTROS SERVICOS DE PUBLICIDADE | 17.495,00 | | 2.000,00 | 19.495,00 | | | 19.495,00 | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| 3.3.2.3.1.06 | MANUTENCAO E CONSERVACAO | 292.702,81 | | 129.550,44 | 422.253,25 | | | 422.253,25 | |
| 3.3.2.3.1.07 | SERVICOS DE APOIO | 14.700,00 | | 27.526,00 | 42.226,00 | | | 42.226,00 | |
| 3.3.2.3.1.08 | SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS. | 500.665,35 | | 63.059,33 | 563.724,68 | | | 563.724,68 | |
| 3.3.2.3.1.10 | LOCACOES | 1.393.565,84 | | 78.023,21 | 1.471.589,05 | | | 1.471.589,05 | |
| 3.3.2.3.1.11 | SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO | 9.388,00 | | 5.500,00 | 14.888,00 | | | 14.888,00 | |
| 3.3.2.3.1.12 | SERVICOS DE TRANSPORTE | 9.090,00 | | | 9.090,00 | | | 9.090,00 | |
| 3.3.2.3.1.14 | ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES | 200,00 | | | 200,00 | | | 200,00 | |
| 3.3.2.3.1.22 | EXPOSICOES, CONGRESSOS, CONFERENCIAS E OUTROS | 2.400,00 | | | 2.400,00 | | | 2.400,00 | |
| 3.3.2.3.1.23 | FESTIVIDADES E HOMENAGENS | 9.697,59 | | | 9.697,59 | | | 9.697,59 | |
| 3.3.2.3.1.25 | HOSPEDAGENS | 14.970,00 | | | 14.970,00 | | | 14.970,00 | |
| 3.3.2.3.1.27 | PRODUCOES JORNALISTICAS | 3.900,00 | | | 3.900,00 | | | 3.900,00 | |
| 3.3.2.3.1.30 | SELECAO E TREINAMENTO | 800,00 | | | 800,00 | | | 800,00 | |
| 3.3.2.3.1.31 | SERV.MEDICO-HOSPITALAR,ODONTOL.E LABORATORIAIS | 1.117.509,95 | | 49.537,95 | 1.167.047,90 | | | 1.167.047,90 | |
| 3.3.2.3.1.35 | SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL | 2.690,56 | | | 2.690,56 | | | 2.690,56 | |
| 3.3.2.3.1.36 | SERVICOS DE AUDIO VIDEO E FOTO | 23.400,00 | | | 23.400,00 | | | 23.400,00 | |
| 3.3.2.3.1.39 | SERVICOS DE CONTROLE AMBIENTAL | 6.000,00 | | | 6.000,00 | | | 6.000,00 | |
| 3.3.2.3.1.42 | SERVICOS DE INCINERACAO/DESTRUICAO DE MATERIAL | 1.981,95 | | | 1.981,95 | | | 1.981,95 | |
| 3.3.2.3.1.45 | SERVICOS FUNERARIOS | 46.058,00 | | 16.100,00 | 62.158,00 | | | 62.158,00 | |
| 3.3.2.3.1.46 | SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS | 23.685,50 | | 6.997,50 | 30.683,00 | | | 30.683,00 | |
| 3.3.2.3.1.47 | SERVICOS JUDICIARIOS | 50,24 | | 2.300,00 | 2.350,24 | | | 2.350,24 | |
| 3.3.2.3.1.51 | SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS | 111.708,53 | | | 111.708,53 | | | 111.708,53 | |
| 3.3.2.3.1.52 | TAXA DE ADMINISTRACAO | 177.258,66 | | 10.627,38 | 187.886,04 | | | 187.886,04 | |
| 3.3.2.3.1.98 | SENTENCAS JUDICIAIS | 14.069,36 | | | 14.069,36 | | | 14.069,36 | |
| 3.3.2.3.1.99 | OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ | 139.326,23 | | 16.247,48 | 155.573,71 | | | 155.573,71 | |
| **3.4** | **VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS** | | | | | | | | |
| **3.4.1** | **JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS** | | | | | | | | |
| **3.4.1.1** | **JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA** | | | | | | | | |
| **3.4.1.1.1** | **JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 3.4.1.1.1.01 | JUROS DA DIVIDA CONTR.C/INSTIT.FINANCEIRAS | 100,00 | | | 100,00 | | | 100,00 | |
| **3.4.1.9** | **OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTER** | | | | | | | | |
| 3.4.1.9.1 | OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERI | 757.542,88 | | | 757.542,88 | | | 757.542,88 | |
| **3.4.2** | **JUROS E ENCARGOS DE MORA** | | | | | | | | |
| **3.4.2.1** | **JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS INTER** | | | | | | | | |
| **3.4.2.1.1** | **JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS INTER** | | | | | | | | |
| 3.4.2.1.1.01 | JUROS DE MORA | 4.720,23 | | | 4.720,23 | | | 4.720,23 | |
| **3.5** | **TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS** | | | | | | | | |
| **3.5.1** | **TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS** | | | | | | | | |
| **3.5.1.1** | **TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA** | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **3.5.1.1.2** | **TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA** | | | | | | | | |
| **3.5.1.1.2.02** | **REPASSE CONCEDIDO** | | | | | | | | |
| 3.5.1.1.2.02.01 | REPASSE CONCEDIDO - DUODECIMO | 900.000,00 | | 95.000,00 | 995.000,00 | | | 995.000,00 | |
| **3.5.2** | **TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS** | | | | | | | | |
| **3.5.2.2** | **TRANSFERENCIAS AO FUNDEB** | | | | | | | | |
| 3.5.2.2.4 | TRANSFERENCIAS AO FUNDEB - INTER OFSS - ESTADO | 2.272.657,08 | | 271.727,35 | 2.544.384,43 | | | 2.544.384,43 | |
| **3.6** | **DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS** | | | | | | | | |
| **3.6.1** | **REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS** | | | | | | | | |
| **3.6.1.7** | **VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS** | | | | | | | | |
| **3.6.1.7.1** | **VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS** | | | | | | | | |
| 3.6.1.7.1.01 | AJUSTE PARA PERDAS EM CREDITOS TRIBUTARIOS | 5.827,57 | | | 5.827,57 | | | 5.827,57 | |
| **3.6.5** | **DESINCORPORACAO DE ATIVOS** | | | | | | | | |
| **3.6.5.1** | **DESINCORPORACAO DE ATIVOS** | | | | | | | | |
| **3.6.5.1.1** | **DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 3.6.5.1.1.01 | DESINCORPORACAO DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | 23.245,46 | | 3.020,55 | 26.266,01 | | | 26.266,01 | |
| 3.6.5.1.1.07 | DESINCORPORACAO DE IMOBILIZADO | 261.499,00 | | | 261.499,00 | | | 261.499,00 | |
| **3.7** | **TRIBUTARIAS** | | | | | | | | |
| **3.7.2** | **CONTRIBUICOES** | | | | | | | | |
| **3.7.2.1** | **CONTRIBUICOES SOCIAIS** | | | | | | | | |
| **3.7.2.1.1** | **CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 3.7.2.1.1.02 | PIS/PASEP | 145.353,71 | | | 145.353,71 | | | 145.353,71 | |
| **3.9** | **OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | | | | | | |
| **3.9.9** | **DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | | | | | | |
| **3.9.9.9** | **VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADOR** | | | | | | | | |
| **3.9.9.9.1** | **VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADOR** | | | | | | | | |
| 3.9.9.9.1.99 | DEMAIS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS G | 170.962,35 | | | 170.962,35 | | | 170.962,35 | |
| **4** | **VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA** | | | | | | | | |
| **4.1** | **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA** | | | | | | | | |
| **4.1.1** | **IMPOSTOS** | | | | | | | | |
| **4.1.1.2** | **IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA** | | | | | | | | |
| **4.1.1.2.1** | **IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 4.1.1.2.1.02 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA | | 15.324,34 | | | | 15.324,34 | | 15.324,34 |
| 4.1.1.2.1.04 | ITBI | | 113.801,00 | | | | 113.801,00 | | 113.801,00 |
| 4.1.1.2.1.97 | (-) DEDUCAO | 5,00 | | | 5,00 | | | 5,00 | |
| **4.1.1.3** | **IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO** | | | | | | | | |
| **4.1.1.3.1** | **IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 4.1.1.3.1.02 | ISS | | 411.132,15 | | | | 411.132,15 | | 411.132,15 |
| 4.1.1.3.1.97 | (-) DEDUCAO | 4.163,16 | | | 4.163,16 | | | 4.163,16 | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 8

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **4.1.1.9** | **OUTROS IMPOSTOS** | | | | | | | | |
| 4.1.1.9.2 | OUTROS IMPOSTOS - INTRA OFSS | | 110.833,41 | | | | 110.833,41 | | 110.833,41 |
| **4.1.2** | **TAXAS** | | | | | | | | |
| **4.1.2.1** | **TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA** | | | | | | | | |
| **4.1.2.1.1** | **TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| **4.1.2.1.1.15** | **TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVO** | | | | | | | | |
| 4.1.2.1.1.15.01 | ATOS DA ADMINISTRACAO EM GERAL | | 193.312,10 | | | | 193.312,10 | | 193.312,10 |
| **4.1.2.2** | **TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS** | | | | | | | | |
| **4.1.2.2.1** | **TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 4.1.2.2.1.99 | OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS | | 1.715,75 | | | | 1.715,75 | | 1.715,75 |
| **4.2** | **CONTRIBUICOES** | | | | | | | | |
| **4.2.3** | **CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA** | | | | | | | | |
| **4.2.3.1** | **CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA** | | | | | | | | |
| **4.2.3.1.1** | **CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 4.2.3.1.1.01 | CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA | | 26.628,62 | | | 1.229,07 | 27.857,69 | | 27.857,69 |
| **4.4** | **VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS** | | | | | | | | |
| **4.4.2** | **JUROS E ENCARGOS DE MORA** | | | | | | | | |
| **4.4.2.4** | **JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS** | | | | | | | | |
| **4.4.2.4.1** | **JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS - CONSOLID** | | | | | | | | |
| 4.4.2.4.1.05 | MULTAS E JUROS SOBRE IPTU | | 523,17 | | | 121,86 | 645,03 | | 645,03 |
| 4.4.2.4.1.07 | MULTAS E JUROS SOBRE ISS | | 9.470,09 | | | 1.820,56 | 11.290,65 | | 11.290,65 |
| 4.4.2.4.1.10 | MULTAS E JUROS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS | | 1.784,80 | | | | 1.784,80 | | 1.784,80 |
| 4.4.2.4.1.16 | MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | | 995,08 | | | 356,06 | 1.351,14 | | 1.351,14 |
| 4.4.2.4.1.97 | (-) DEDUCOES | 3.123,76 | | | 3.123,76 | | | 3.123,76 | |
| **4.4.5** | **REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS** | | | | | | | | |
| **4.4.5.1** | **REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS** | | | | | | | | |
| 4.4.5.1.1 | REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONSOLIDACAO | | 257.306,26 | | | 12,46 | 257.318,72 | | 257.318,72 |
| **4.5** | **TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS** | | | | | | | | |
| **4.5.2** | **TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS** | | | | | | | | |
| **4.5.2.1** | **TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS** | | | | | | | | |
| **4.5.2.1.3** | **TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS -** | | | | | | | | |
| 4.5.2.1.3.02 | COTA-PARTE FPM | | 7.386.784,46 | | 741.000,00 | 897.032,66 | 9.024.817,12 | | 8.283.817,12 |
| 4.5.2.1.3.03 | COTA-PARTE ITR | | 25.039,14 | | | | 25.039,14 | | 25.039,14 |
| 4.5.2.1.3.06 | TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE REC | | 120.200,10 | | | 11.812,38 | 132.012,48 | | 132.012,48 |
| 4.5.2.1.3.07 | TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS | | 1.798.371,41 | | | 42.473,56 | 1.840.844,97 | | 1.840.844,97 |
| 4.5.2.1.3.08 | TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSITENCIA SOCI | | 402.569,36 | | | 12.371,71 | 414.941,07 | | 414.941,07 |
| 4.5.2.1.3.09 | TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMEN | | 161.338,22 | | | 13.354,32 | 174.692,54 | | 174.692,54 |
| 4.5.2.1.3.99 | OUTRAS PARTICIPACOES NA RECEITA DA UNIAO | | 7.997.537,14 | | | 437.821,52 | 8.435.358,66 | | 8.435.358,66 |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 9

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **4.5.2.1.4** | **TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS -** | | | | | | | | |
| 4.5.2.1.4.02 | COTA-PARTE IPVA | | 210.787,75 | | | 15.889,54 | 226.677,29 | | 226.677,29 |
| 4.5.2.1.4.04 | COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO | | 24.079,50 | | | | 24.079,50 | | 24.079,50 |
| 4.5.2.1.4.06 | TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAUDE - F | | 195.433,26 | | | 8.206,54 | 203.639,80 | | 203.639,80 |
| 4.5.2.1.4.99 | OUTRAS PARTICIPACOES NA RECEITA DOS ESTADOS | | 1.417.630,72 | | | 116.228,62 | 1.533.859,34 | | 1.533.859,34 |
| **4.5.2.2** | **TRANSFERENCIAS DO FUNDEB** | | | | | | | | |
| 4.5.2.2.3 | TRANSFERENCIAS DO FUNDEB -INTER OFSS - UNIAO | | 2.596.024,38 | | | 289.131,46 | 2.885.155,84 | | 2.885.155,84 |
| **4.5.2.3** | **TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS** | | | | | | | | |
| **4.5.2.3.1** | **TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 4.5.2.3.1.01 | TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS DE VALORES - CONSOLIDACAO | | 200.000,00 | | | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| **4.5.2.3.3** | **TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS - INTER OFSS - UNIAO** | | | | | | | | |
| **4.5.2.3.3.99** | **DEMAIS TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS** | | | | | | | | |
| 4.5.2.3.3.99.01 | DEMAIS TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS DE VALORES | | 420.743,64 | | | 97.500,00 | 518.243,64 | | 518.243,64 |
| **4.5.7** | **EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA** | | | | | | | | |
| **4.5.7.1** | **EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA DE ENTES** | | | | | | | | |
| **4.5.7.1.3** | **EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - UNIAO** | | | | | | | | |
| 4.5.7.1.3.06 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | | 6.479,28 | | | | 6.479,28 | | 6.479,28 |
| **4.6** | **VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS** | | | | | | | | |
| **4.6.3** | **GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS** | | | | | | | | |
| **4.6.3.9** | **OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS** | | | | | | | | |
| **4.6.3.9.1** | **OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 4.6.3.9.1.01 | GANHOS COM INCORPORACAO DE IMOBILIZADO | | 190,00 | | | | 190,00 | | 190,00 |
| **4.6.4** | **GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS** | | | | | | | | |
| **4.6.4.1** | **GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS** | | | | | | | | |
| 4.6.4.1.1 | GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS - CONSOLIDACAO | | 1.126.196,40 | | | 425.474,41 | 1.551.670,81 | | 1.551.670,81 |
| **5** | **CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO** | | | | | | | | |
| **5.1** | **PLANEJAMENTO APROVADO** | | | | | | | | |
| **5.1.1** | **PPA - APROVADO** | | | | | | | | |
| 5.1.1.1 | APROVACAO INICIAL DO PPA | 89.680.978,00 | | | 519.000,00 | | | 89.680.978,00 | |
| 5.1.1.2 | REVISAO DO PPA | 11.946.631,55 | | 1.010.661,60 | 31.980.544,30 | 1.052.455,00 | 20.277.791,05 | 11.904.838,15 | |
| **5.2** | **ORCAMENTO APROVADO** | | | | | | | | |
| **5.2.1** | **PREVISAO DA RECEITA** | | | | | | | | |
| **5.2.1.1** | **PREVISAO INICIAL DA RECEITA** | | | | | | | | |
| 5.2.1.1.1 | PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA | 31.454.425,00 | | | 31.454.425,00 | | | 31.454.425,00 | |
| **5.2.1.1.2** | **(-) PREVISAO DE DEDUCOES DA RECEITA** | | | | | | | | |
| **5.2.1.1.2.01** | **(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS** | | | | | | | | |
| 5.2.1.1.2.01.01 | (-) FUNDEB | | 2.872.800,00 | | | | 2.872.800,00 | | 2.872.800,00 |
| 5.2.1.1.2.99 | (-) OUTRAS DEDUCOES | | 60.810,00 | | | | 60.810,00 | | 60.810,00 |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 10

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **5.2.1.2** | **ALTERACAO DA PREVISAO DA RECEITA** | | | | | | | | |
| **5.2.1.2.1** | **PREVISAO ADICIONAL DA RECEITA** | | | | | | | | |
| 5.2.1.2.1.01 | REESTIMATIVA | 3.884.567,13 | | | 3.884.567,13 | | | 3.884.567,13 | |
| **5.2.2** | **FIXACAO DA DESPESA** | | | | | | | | |
| **5.2.2.1** | **DOTACAO ORCAMENTARIA** | | | | | | | | |
| **5.2.2.1.1** | **DOTACAO INICIAL** | | | | | | | | |
| 5.2.2.1.1.01 | CREDITO INICIAL | 27.500.815,00 | | | 27.500.815,00 | | | 27.500.815,00 | |
| **5.2.2.1.2** | **DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO** | | | | | | | | |
| 5.2.2.1.2.01 | CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR | 16.420.898,00 | | 1.010.661,60 | 17.431.559,60 | | | 17.431.559,60 | |
| **5.2.2.1.2.02** | **CREDITO ADICIONAL - ESPECIAL** | | | | | | | | |
| 5.2.2.1.2.02.01 | CREDITOS ESPECIAIS ABERTOS | 749.369,20 | | | 749.369,20 | 250.000,00 | 250.000,00 | 499.369,20 | |
| **5.2.2.1.3** | **DOTACAO ADICIONAL POR FONTE** | | | | | | | | |
| 5.2.2.1.3.01 | SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR | 986.526,12 | | | 986.526,12 | 250.000,00 | 250.000,00 | 736.526,12 | |
| 5.2.2.1.3.02 | EXCESSO DE ARRECADACAO | 3.934.767,13 | | 208.206,60 | 4.142.973,73 | | | 4.142.973,73 | |
| 5.2.2.1.3.03 | ANULACAO DE DOTACAO | 12.248.973,95 | | 802.455,00 | 13.051.428,95 | | | 13.051.428,95 | |
| 5.2.2.1.3.09 | (-) CANCELAMENTO DE DOTACOES | | 12.369.149,55 | | | 802.455,00 | 13.171.604,55 | | 13.171.604,55 |
| 5.2.2.1.3.99 | VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE | | 4.801.117,65 | 1.052.455,00 | 13.421.604,55 | 1.010.661,60 | 18.180.928,80 | | 4.759.324,25 |
| **5.2.2.1.9** | **CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO** | | | | | | | | |
| **5.2.2.1.9.02** | **ALTERACAO DA LEI ORCAMENTARIA** | | | | | | | | |
| 5.2.2.1.9.02.01 | ACRESCIMO | 1.972.275,69 | | 515.389,70 | 2.487.665,39 | | | 2.487.665,39 | |
| 5.2.2.1.9.02.09 | (-) REDUCAO | | 1.972.275,69 | | | | 1.972.275,69 | | 1.972.275,69 |
| 5.2.2.1.9.04 | (-) CANCELAMENTO DE DOTACOES | | 12.369.149,55 | | | 802.455,00 | 13.171.604,55 | | 13.171.604,55 |
| **5.3** | **INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR** | | | | | | | | |
| **5.3.1** | **INSCRICAO DE RP NAO PROCESSADOS** | | | | | | | | |
| 5.3.1.1 | RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS | 723.971,95 | | | | | | 723.971,95 | |
| 5.3.1.2 | RP NAO PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES | 69.840,19 | | | | | | 69.840,19 | |
| **5.3.2** | **INSCRICAO DE RP PROCESSADOS** | | | | | | | | |
| 5.3.2.1 | RP PROCESSADOS - INSCRITOS | 840.603,24 | | | | | | 840.603,24 | |
| 5.3.2.2 | RP PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES | 559.228,37 | | | | | | 559.228,37 | |
| **6** | **CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO** | | | | | | | | |
| **6.1** | **EXECUCAO DO PLANEJAMENTO** | | | | | | | | |
| **6.1.1** | **EXECUCAO DO PPA** | | | | | | | | |
| 6.1.1.1 | PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS | | 22.162.036,00 | 2.063.116,60 | 65.959.534,85 | 2.063.116,60 | 45.921.148,85 | | 22.162.036,00 |
| 6.1.1.2 | PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS | | 7.113.286,55 | 3.073.500,96 | 44.108.466,92 | 2.276.440,74 | 47.988.782,46 | | 6.316.226,33 |
| 6.1.1.3 | PPA EXECUTADO | | 72.352.287,00 | 1.265.779,14 | 2.307.038,66 | 2.021.045,96 | 30.686.862,37 | | 73.107.553,82 |
| **6.2** | **EXECUCAO DO ORCAMENTO** | | | | | | | | |
| **6.2.1** | **EXECUCAO DA RECEITA** | | | | | | | | |
| 6.2.1.1 | RECEITA A REALIZAR | | 9.902.295,69 | 2.062.705,51 | 30.537.380,39 | 271.757,44 | 38.648.728,01 | | 8.111.347,62 |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 11

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| 6.2.1.2 | RECEITA REALIZADA | | 24.800.064,88 | | 741.000,00 | 2.062.705,51 | 27.603.770,39 | | 26.862.770,39 |
| **6.2.1.3** | **(-) DEDUCOES DA RECEITA ORCAMENTARIA** | | | | | | | | |
| **6.2.1.3.1** | **(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS** | | | | | | | | |
| 6.2.1.3.1.01 | (-) FUNDEB | 2.272.657,08 | | 271.727,35 | 2.544.384,43 | | | 2.544.384,43 | |
| 6.2.1.3.9 | (-) OUTRAS DEDUCOES DA RECEITA REALIZADA | 24.321,36 | | 30,09 | 24.351,45 | | | 24.351,45 | |
| **6.2.2** | **EXECUCAO DA DESPESA** | | | | | | | | |
| **6.2.2.1** | **DISPONIBILIDADES DE CREDITO** | | | | | | | | |
| 6.2.2.1.1 | CREDITO DISPONIVEL | | 4.677.375,76 | 3.073.500,96 | 46.080.742,61 | 2.791.830,44 | 50.476.447,85 | | 4.395.705,24 |
| **6.2.2.1.3** | **CREDITO UTILIZADO** | | | | | | | | |
| 6.2.2.1.3.01 | CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | | 3.903.946,20 | 3.274.739,69 | 28.054.797,43 | 2.021.045,96 | 30.705.049,90 | | 2.650.252,47 |
| 6.2.2.1.3.02 | CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO | | 9.301,67 | 994.035,61 | 12.859.777,91 | 994.035,61 | 12.869.079,58 | | 9.301,67 |
| 6.2.2.1.3.03 | CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | | 1.723.663,22 | 1.680.996,63 | 23.686.829,96 | 2.008.960,55 | 25.738.457,10 | | 2.051.627,14 |
| 6.2.2.1.3.04 | CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO | | 21.987.645,80 | | | 1.680.996,63 | 23.668.642,43 | | 23.668.642,43 |
| **6.3** | **EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR** | | | | | | | | |
| **6.3.1** | **EXECUCAO DE RP NAO PROCESSADOS** | | | | | | | | |
| 6.3.1.1 | RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR | | 141.422,71 | | 641.927,62 | | | | 141.422,71 |
| 6.3.1.2 | RP NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO | | 10.461,81 | | 427.316,05 | | 427.316,05 | | 10.461,81 |
| 6.3.1.3 | RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR | | 8.104,56 | | 532.961,75 | | 541.066,31 | | 8.104,56 |
| 6.3.1.4 | RP NAO PROCESSADOS PAGOS | | 532.961,75 | | | | 532.961,75 | | 532.961,75 |
| **6.3.1.9** | **RP NAO PROCESSADOS CANCELADOS** | | | | | | | | |
| 6.3.1.9.9 | OUTROS CANCELAMENTOS DE RP | | 100.861,31 | | | | 100.861,31 | | 100.861,31 |
| **6.3.2** | **EXECUCAO DE RP PROCESSADOS** | | | | | | | | |
| 6.3.2.1 | RP PROCESSADOS A PAGAR | | 719.659,77 | 426.681,81 | 1.106.853,65 | | | | 292.977,96 |
| 6.3.2.2 | RP PROCESSADOS PAGOS | | 680.171,84 | | | 1.207,40 | 681.379,24 | | 681.379,24 |
| **6.3.2.9** | **RP PROCESSADOS CANCELADOS** | | | | | | | | |
| 6.3.2.9.9 | OUTROS CANCELAMENTOS DE RP | | | | | 425.474,41 | 425.474,41 | | 425.474,41 |
| **7** | **CONTROLES DEVEDORES** | | | | | | | | |
| **7.1** | **ATOS POTENCIAIS** | | | | | | | | |
| **7.1.1** | **ATOS POTENCIAIS ATIVOS** | | | | | | | | |
| **7.1.1.2** | **DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES** | | | | | | | | |
| **7.1.1.2.1** | **DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES - CONSO** | | | | | | | | |
| 7.1.1.2.1.01 | DIREITOS CONVENIADOS | 7.987.797,28 | | | | | | 7.987.797,28 | |
| **7.1.1.9** | **OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS** | | | | | | | | |
| 7.1.1.9.1 | OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVO - CONSOLIDACAO | 30.818,21 | | | | | | 30.818,21 | |
| **7.1.2** | **ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | | | | | | | | |
| **7.1.2.2** | **OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES** | | | | | | | | |
| **7.1.2.2.1** | **OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES - CO** | | | | | | | | |
| 7.1.2.2.1.01 | OBRIGACOES CONVENIADAS | 708.531,93 | | | | | | 708.531,93 | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 12

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| 7.1.2.3 | OBRIGACOES CONTRATUAIS | | | | | | | | |
| 7.1.2.3.1 | OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |
| 7.1.2.3.1.02 | CONTRATOS DE SERVICOS | 6.103.378,21 | | 13.962,31 | 4.436.989,77 | 713.064,63 | 2.938.959,99 | 5.404.275,89 | |
| 7.1.2.3.1.04 | CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS | 3.936.288,18 | | | 2.126.374,68 | 510.000,00 | 8.295.535,57 | 3.426.288,18 | |
| 7.1.2.3.1.05 | CONTRATOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | 1.602.726,83 | | | | | | 1.602.726,83 | |
| 7.1.2.3.1.09 | CONTRATOS DE RATEIO DE CONSORCIOS PUBLICOS | 35.000,00 | | | 35.000,00 | | | 35.000,00 | |
| 7.1.2.3.1.99 | OUTROS OBRIGACOES CONTRATUAIS | 24.927,58 | | | 24.927,58 | | | 24.927,58 | |
| 7.1.2.9 | OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 1.172.321,50 | | | | | | 1.172.321,50 | |
| 7.2 | ADMINISTRACAO FINANCEIRA | | | | | | | | |
| 7.2.1 | DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO | | | | | | | | |
| 7.2.1.1 | CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS | | | | | | | | |
| 7.2.1.1.1 | RECURSOS ORDINARIOS | 10.565.530,05 | | 1.649.008,53 | 25.599.928,07 | 1.200.831,01 | 15.347.431,88 | 11.013.707,57 | |
| 7.2.1.1.2 | RECURSOS VINCULADOS | 17.273.410,74 | | 2.082.190,90 | 27.954.247,52 | 739.420,35 | 12.988.351,82 | 18.616.181,29 | |
| 7.3 | DIVIDA ATIVA | | | | | | | | |
| 7.3.2 | CONTROLE DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA | | | | | | | | |
| 7.3.2.1 | INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA | | | | | | | | |
| 7.3.2.1.1 | INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | 4.897.122,73 | | 356,06 | 1.975,10 | | | 4.897.478,79 | |
| 7.5 | CONSORCIOS PUBLICOS | | | | | | | | |
| 7.5.2 | PRESTACAO DE CONTAS DE CONSORCIOS PUBLICOS | 334.104,33 | | | 43.899,36 | | | 334.104,33 | |
| 7.9 | OUTROS CONTROLES | | | | | | | | |
| 7.9.1 | RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS | | | | | | | | |
| 7.9.1.1 | RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS | | | | | | | | |
| 7.9.1.1.9 | OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS | 584,16 | | | | | | 584,16 | |
| 7.9.1.2 | RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS | | | | | | | | |
| 7.9.1.2.9 | OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS | 8.500,00 | | | | | | 8.500,00 | |
| 7.9.5 | CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT | | | | | | | | |
| 7.9.5.5 | CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACA | 2.479.638,31 | | 183.680,49 | 2.705.392,90 | | 42.074,10 | 2.663.318,80 | |
| 8 | CONTROLES CREDORES | | | | | | | | |
| 8.1 | EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS | | | | | | | | |
| 8.1.1 | EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | | | | | | | | |
| 8.1.1.2 | EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGEN | | | | | | | | |
| 8.1.1.2.1 | EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGEN | | | | | | | | |
| 8.1.1.2.1.01 | EXECUCAO DE CONVENIOS | | | | | | | | |
| 8.1.1.2.1.01.01 | CONVENIOS A RECEBER | | 5.210.345,32 | | | | | | 5.210.345,32 |
| 8.1.1.2.1.01.02 | CONVENIOS A COMPROVAR | | 1.285.301,56 | | | | | | 1.285.301,56 |
| 8.1.1.2.1.01.03 | CONVENIOS A APROVAR | | 1.492.150,40 | | | | | | 1.492.150,40 |
| 8.1.1.9 | EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | | | | | | | | |
| 8.1.1.9.1 | EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS - CONSOLIDACAO | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 13

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| 8.1.1.9.1.01 | EM EXECUCAO | | 30.818,21 | | | | | | 30.818,21 |
| **8.1.2** | **EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | | | | | | | | |
| **8.1.2.2** | **EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CON** | | | | | | | | |
| **8.1.2.2.1** | **EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CON** | | | | | | | | |
| **8.1.2.2.1.01** | **EXECUCAO DE CONVENIOS** | | | | | | | | |
| 8.1.2.2.1.01.01 | CONVENIOS A LIBERAR | | 550.900,33 | | 27.393,36 | | | | 550.900,33 |
| 8.1.2.2.1.01.02 | CONVENIOS A COMPROVAR | | 157.631,60 | | | | 27.393,36 | | 157.631,60 |
| **8.1.2.3** | **EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS** | | | | | | | | |
| **8.1.2.3.1** | **EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| **8.1.2.3.1.02** | **CONTRATOS DE SERVICOS** | | | | | | | | |
| 8.1.2.3.1.02.01 | A EXECUTAR | | 6.103.378,21 | 713.064,63 | 2.938.959,99 | 13.962,31 | 4.436.989,77 | | 5.404.275,89 |
| **8.1.2.3.1.04** | **CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS** | | | | | | | | |
| 8.1.2.3.1.04.01 | A EXECUTAR | | 3.936.288,18 | 510.000,00 | 8.295.535,57 | | 2.126.374,68 | | 3.426.288,18 |
| **8.1.2.3.1.05** | **CONTRATOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS** | | | | | | | | |
| 8.1.2.3.1.05.01 | A EXECUTAR | | 1.602.726,83 | | | | | | 1.602.726,83 |
| **8.1.2.3.1.09** | **EXECUCAO DE CONTRATOS DE RATEIO DE CONSORCIOS PUBLICOS** | | | | | | | | |
| 8.1.2.3.1.09.02 | CONTRATOS DE RATEIO - EM EXECUCAO | 8.899,36 | | | 43.899,36 | | 35.000,00 | 8.899,36 | |
| 8.1.2.3.1.09.03 | CONTRATOS DE RATEIO - EXECUTADOS | | 43.899,36 | | | | 43.899,36 | | 43.899,36 |
| **8.1.2.3.1.99** | **OUTRAS OBRIGACOES CONTRATUAIS** | | | | | | | | |
| 8.1.2.3.1.99.01 | OUTRAS OBRIGACOES CONTRATUAIS - A EXECUTAR | | 24.927,58 | | | | 24.927,58 | | 24.927,58 |
| **8.1.2.9** | **EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | | | | | | | | |
| **8.1.2.9.1** | **EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - CONSOLIDACAO** | | | | | | | | |
| 8.1.2.9.1.01 | EM EXECUCAO | | 1.172.321,50 | | | | | | 1.172.321,50 |
| **8.2** | **EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA** | | | | | | | | |
| **8.2.1** | **EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO** | | | | | | | | |
| **8.2.1.1** | **EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS** | | | | | | | | |
| **8.2.1.1.1** | **DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS** | | | | | | | | |
| 8.2.1.1.1.01 | RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO | 3.370.214,72 | | 4.056.297,32 | 60.188.608,42 | 5.422.452,98 | 56.543.203,06 | 2.004.059,06 | |
| **8.2.1.1.2** | **DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM** | | | | | | | | |
| 8.2.1.1.2.01 | DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM | | 4.045.368,91 | 3.274.739,69 | 28.643.991,62 | 2.021.045,96 | 30.652.316,47 | | 2.791.675,18 |
| 8.2.1.1.2.02 | DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM | | 19.763,48 | 994.035,61 | 13.287.093,96 | 994.035,61 | 13.296.395,63 | | 19.763,48 |
| **8.2.1.1.3** | **DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LI** | | | | | | | | |
| 8.2.1.1.3.01 | COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO | | 2.451.427,55 | 2.107.678,44 | 25.326.645,36 | 2.008.960,55 | 26.279.523,41 | | 2.352.709,66 |
| 8.2.1.1.3.02 | COMPROMETIDA POR CONSIGNACOES/RETENCOES | | 1.256.241,31 | 7.966,72 | 1.411.296,74 | 183.680,49 | 2.277.740,03 | | 1.431.955,08 |
| 8.2.1.1.3.03 | COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS | | 10.995,13 | | 15.309,26 | | 15.309,26 | | 10.995,13 |
| 8.2.1.1.4 | DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA | | 23.425.359,13 | | | 1.601.490,26 | 25.026.849,39 | | 25.026.849,39 |
| **8.3** | **EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA** | | | | | | | | |
| **8.3.2** | **EXECUCAO DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA** | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 14

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**

| Código | Contas | Saldos Anteriores | | Movimento à Débito | | Movimento à Crédito | | Saldos Atuais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Débito | Crédito | No Mês | Até o Mês | No Mês | Até o Mês | Débitos | Créditos |
| **8.3.2.1** | **CREDITOS A INSCREVER EM DIVIDA ATIVA** | | | | | | | | |
| 8.3.2.1.1 | CREDITOS A INSCREVER EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA | | | | 623,96 | | 623,96 | | |
| **8.3.2.3** | **CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA A RECEBER** | | | | | | | | |
| **8.3.2.3.1** | **CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER** | | | | | | | | |
| 8.3.2.3.1.01 | CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER EM COBRANC | | 4.789.335,21 | 4.594,59 | 112.382,11 | 356,06 | 1.975,10 | | 4.785.096,68 |
| **8.3.2.4** | **CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA RECEBIDOS** | | | | | | | | |
| **8.3.2.4.1** | **RECEBIMENTO DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA** | | | | | | | | |
| 8.3.2.4.1.01 | RECEBIMENTO DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA EM CO | | 84.542,06 | 30,09 | 12.246,74 | 1.604,13 | 98.362,84 | | 86.116,10 |
| **8.3.2.5** | **BAIXA DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA** | | | | | | | | |
| **8.3.2.5.1** | **BAIXAS DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA** | | | | | | | | |
| 8.3.2.5.1.01 | BAIXAS DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - COBRANCA A | | 23.245,46 | | | 3.020,55 | 26.266,01 | | 26.266,01 |
| **8.5** | **EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS** | | | | | | | | |
| **8.5.2** | **EXECUCAO DA PRESTACAO DE CONTAS DE CONSORCIO PUBLICO** | | | | | | | | |
| 8.5.2.1 | A COMPROVAR | | 304.810,66 | | | | 43.899,36 | | 304.810,66 |
| 8.5.2.3 | A APROVAR | | 29.293,67 | | | | | | 29.293,67 |
| **8.9** | **OUTROS CONTROLES** | | | | | | | | |
| **8.9.1** | **EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS** | | | | | | | | |
| **8.9.1.1** | **EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TITULO** | | | | | | | | |
| **8.9.1.1.9** | **EXECUCAO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS** | | | | | | | | |
| 8.9.1.1.9.01 | BENS MOVEIS DE TERCEIROS | | 584,16 | | | | | | 584,16 |
| **8.9.1.2** | **EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS** | | | | | | | | |
| **8.9.1.2.9** | **EXECUCAO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS** | | | | | | | | |
| 8.9.1.2.9.01 | BENS MOVEIS CEDIDOS A TERCEIROS | | 8.500,00 | | | | | | 8.500,00 |
| **8.9.5** | **CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT** | | | | | | | | |
| **8.9.5.5** | **CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACAO** | | | | | | | | |
| 8.9.5.5.1 | CONSIGNACOES A PAGAR | | 1.255.261,56 | 7.679,72 | 1.274.130,57 | 183.680,49 | 2.705.392,90 | | 1.431.262,33 |
| 8.9.5.5.2 | CONSIGNACOES PAGAS | | 1.224.376,75 | | | 7.679,72 | 1.232.056,47 | | 1.232.056,47 |
| | **Total de Grupo:** | **324.285.415,14** | **324.285.415,14** | **46.619.810,56** | **725.625.692,09** | **46.619.810,56** | **725.625.692,09** | **328.515.746,45** | **328.515.746,45** |
| | **Total Geral:** | **324.285.415,14** | **324.285.415,14** | **46.619.810,56** | **725.625.692,09** | **46.619.810,56** | **725.625.692,09** | **328.515.746,45** | **328.515.746,45** |

Emissão: 26/01/2021 18:31:10 Página 15

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
CNPJ: 03.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Balancete De Verificação**
**Plano PCASP-MT**
**Atributo: Todos**



**JURIDICO**
**CONTRATO N. 054/2021**

**CONTRATO N. 054/2021**

**O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL,** o Excelentíssimo Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,** doravante denominada **CONTRATANTE**. De outro lado,a Empresa **RINALDI & COGO LTDA,** inscrita sob o **CNPJ:07.269.677/0001-79**, situada **na RUA ALMIRANTE BARROSO, N. 2337, SALA 02 – CENTRO,CEP 85900-020, TOLEDO/PR**, doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, com base no **Dispensa n.º 001/2021**, e nas Leis Federais n.º 8.666/93, e n.º 8.958/94, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAÇÕES EMERGENCIAIS DENTRO DO PRONTO ATENDIMENTO/PACIENTES COVID E DEMAIS.**

**DO PREÇo**

Este instrumento tem o valor global estimado de **R$ 17.562,00** (dezessete mil, quinhentos e sessenta e dois reais) .

**DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo.

O presente contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse público e conveniência administrativa, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos da seguinte classificação orçamentária: **SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE:**

**SEC. MUN. DE SAÚDE 07.002.10.302.0021.2091-339030000000.718/146047000**

**DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente instrumento resulta da Licitação **Dispensa 001/2021**, sujeitam-se os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

ALTO PARAGUAI - MT, 27 de janeiro de 2021.

| | |
|---|---|
| **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**<br>Prefeito Municipal | **RINALDI &COGO LTDA**<br>Contratado |
| Fiscal do Contrato:<br>**INÁ KARIN MANRIQUE**<br>CPF: 041.842.801.88 | |
| Testemunhas: | |
| **YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA**<br>**CPF: 037.765.051-09** | **LUCIANO O. FONTES**<br>CPF: 899.836.701.78 |

**PORTARIA 047/2021**

**PORTARIA 047/2021**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º–Conceder 120 (cento e vinte) dias,** de gozo da **Licença Maternidade,** período compreendido entre 20/01/2021 a 20/05/2021**,** a Servidora publica municipal a Sra. **WESLAINE KEVINNY MORAIS DA SILVA,** portadora do **RG N° 09287868 SSP/MT** e do **CPF N° 047.968.261.57, Titular do Cargo Efetivo de APOIO ADM EDUC- I NÃO PROFISSIONALIZADO 30 HS- COZINHEIRA, conforme preceitua o Art. 127 da Lei Municipal 11/90 de 19/11/1990 e conforme atestado medico em anexo.**

**Art. 2º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira do dia 20/01/2021, revogada a disposições em contrário**.**

**Publique-se;**

**Registra-se;**

**Cumpra-se;**

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai - MT, 22 de Janeiro de 2021.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**JURIDICO**
**EXTRATO CONTRATO N. 052/2021**

**CONTRATO N. 052/2021**

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL,** o Excelentíssimo Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, do**ravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA**, CNPJ sob n. 24.717.067/0001-00 comsede à RUA SÃO FRANCISCO, NUMERO 08, QUADRA 41 LOTE 08 ROD DOS IMIGRANTES, BAIRRO SÃO MATHEUS,CEP 78.152-025 NA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE-MT ,doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo, com base na **Adesão/Carona/Pregão n. 003/2020, referente ao Pregão Presencial n.º 020/2020, Ata de Registro de Preço n. 080/2020 oriunda da Prefeitura Municipal de Araputanga**, e nas Leis Federais n.º 8.666/93, e n.º 8.958/94, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

**DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEICULOS OPERACIONAIS, MOTOCICLETAS, AUTOMOVEIS LEVES, UTILITARIOS, CAMINHONETES CAMINHÃO, ONIBUS, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL,** com base na **Adesão/Carona/Pregão n. 003/2020, referente ao Pregão Presencial n.º 020/2020, Ata de Registro de Preço n. 080/2020 oriunda da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT**

**VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá validade de **12 (Doze) meses,** sendo **27/01/2021**, com seu término em **27/01/2022**, podendo ser prorrogada na forma da Lei

**DOS PREÇOS**

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, encontra-se no Processo de A**desão/Carona/ Pregão n. 003/2020, referente ao Pregão Presencial n.º 020/2020, Ata de Registro de Preço n. 080/2020 oriunda da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT,o qual faz lei entre as partes.**

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes deste contrato ocorrerão à conta da NATUREZA DA DESPESA consignadas na:

**GABINETE (21/100) 02.001.04.122.0003.2003-339030**

**REC. E CONTROLE (62/100) 03.001.04.123.0003.2008-339030**

**REC. E CONTROLE (76/100) 03.004.04.123.0003.2009-339030**

**SEC.PLANEJAMENTO E GESTÃO (539/100) 04.005.04.122.0003. 2010-339030**

**SEC. DE INFRAESTRUTURA (571/100/116/130) 05.002.04.122.0003. 2014-339030**

**SEC. DE EDUCAÇÃO (151/101) 06.001.12.122.0003.2024-339030**

**SEC. DE EDUCAÇÃO (197/101) 06.002.12.361.0010.2030-339030**

**SEC. DE EDUCAÇÃO (210/101/125/130) 12.365.0010.2033-339030**

**SEC. DE SAÚDE (643/102) 07.002.10.122.0003.2049-339030**

**SEC. DE SAÚDE (266/102/142/146) 07.002.10.301.0009.2051-339030**

**SEC. DE SAÚDE (297/102/142/146) 07.002.10.302.0009.2058-339030**

**SEC. DE SAÚDE (318/102/146/) 07.002.10.304.0009.2056-339030**

**SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (336/100) 08.001.08.122.0003. 2061-339030**

**SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (361/100/129) 08.002.08.241.0006. 2063-339030**

**SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (374/100/129/143) 08.002.08.241.0006. 2064-339030**

**SEC. DESENVOL. ECONOMICO (426/100) 09.001.20.122.0003. 2069-339030**

**SEC. ASSUNTOS ESTRATEGICOS (461/100) 10.001.21.122.0003. 2074-339030**

**SEC. CULTURA E DESPORTO (472/100) 12.001.04.122.0003.2075. 339030**

**SEC LIMPEZA URBANA (670/100/117) 13.001.04.122.0003.2079. 339030**

Para o exercício de 2021, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2020.

**DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**Fica designado como Fiscal: GEDEONE BRANDAO MODESTO, CPF N. 468.413.001.06**, , Servidor Público na função de **COORDENADOR GERENCIAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO.**

Alto Paraguai – MT, 27 de janeiro de 2021.

| | |
|---|---|
| **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**<br>**PREFEITO MUNICIPAL** | **SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA**<br>**CONTRATADO** |
| **FISCAL DE CONTRATO**<br>**GEDEONE BRANDÃO MODESTO**<br>**CPF: 468.413.001.06** | |
| **TESTEMUNHA** | |
| **YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA**<br>**CPF: 037.765.051-09** | **RIUSDELAR LOPES PEREIRA**<br>**CPF: 044.957.331-17** |

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**DECRETO 58/2020**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 562/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

## DECRETA

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Tendenceia de Excesso de Arrecadacao, conforme o Inciso II, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado no Art. 2º da Lei Municipal 562/2019

### *02.001-GABINETE DO PREFEITO*

| | |
|---|---|
| 02.001.04.123.0003.3002.3.3.9.0.91.00.00.00\|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS | R$ 6.000,00 |
| 02.001.04.122.0003.2004.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 600,00 |
| 02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 20.583,00 |
| 02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 4.551,00 |

**Sub-Total:R$ 31.734,00**

### *02.004-ASSESSORIA JURIDICA*

| | |
|---|---|
| 02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 6.730,00 |
| 02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 1.000,00 |

**Sub-Total:R$ 7.730,00**

### *03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL*

| | |
|---|---|
| 03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.35.00.00.00\|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA | R$ 21.900,00 |
| 03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 700,00 |
| 03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.93.00.00.00\|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES | R$ 12.979,28 |
| 03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 15.000,00 |
| 03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 4.000,00 |

**Sub-Total:R$ 54.579,28**

### *03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO*

| | |
|---|---|
| 03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 260,00 |
| 03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 1.300,00 |
| 03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 300,00 |

**Sub-Total:R$ 1.860,00**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2020

### *04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO*

| | |
|---|---|
| 04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 6.035,00 |
| 04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 22.747,00 |
| 04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.11.00.00.00\|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 12.653,00 |
| 04.005.04.128.0003.2012.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 1.500,00 |
| 04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.14.00.00.00\|100000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 200,00 |
| 04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.04.00.00.00\|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 4.300,00 |

**Sub-Total:R$ 47.435,00**

### *05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU*

| | |
|---|---|
| 05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 26.100,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.14.00.00.00\|100000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 1.300,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 42.500,00 |
| 05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 241.699,82 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 69.586,04 |
| 05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 4.000,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 13.600,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 13.800,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.04.00.00.00\|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 23.940,00 |
| 05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 40.000,00 |
| 05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 3.050,00 |
| 05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 5.540,00 |

**Sub-Total:R$ 485.115,86**

### *05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO*

| | |
|---|---|
| 05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 3.000,00 |
| 05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 3.845,00 |
| 05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 10.100,00 |

**Sub-Total:R$ 16.945,00**

### *06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO*

| | |
|---|---|
| 06.001.12.122.0003.2025.3.3.9.0.30.00.00.00\|101000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 1.800,00 |
| 06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00\|101000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 1.300,00 |
| 06.001.12.122.0003.2024.3.1.9.0.04.00.00.00\|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 2.790,00 |
| 06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.14.00.00.00\|101000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 700,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2020

| | |
|---|---|
| | **Sub-Total:R$ 6.590,00** |

### *06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL*

| | |
|---|---|
| 06.002.12.361.0010.1023.3.3.9.0.36.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 1.200,00 |
| 06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.04.00.00.00\|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 3.790,00 |
| | **Sub-Total:R$ 4.990,00** |

### *06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL*

| | |
|---|---|
| 06.003.12.365.0010.2039.3.3.9.0.30.00.00.00\|101000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 7.800,00 |
| 06.003.12.365.0010.1085.4.4.9.0.51.00.00.00\|101000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 23.559,12 |
| 06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.30.00.00.00\|101000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 3.200,00 |
| 06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.39.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 1.300,00 |
| 06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.36.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 3.500,00 |
| | **Sub-Total:R$ 39.359,12** |

### *06.005-FUNDEB*

| | |
|---|---|
| 06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 28.000,00 |
| 06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.13.00.00.00\|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 3.000,00 |
| | **Sub-Total:R$ 31.000,00** |

### *07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE*

| | |
|---|---|
| 07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.36.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 4.000,00 |
| 07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.36.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 7.000,00 |
| 07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00\|102000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 4.500,00 |
| 07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 250,00 |
| 07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.13.00.00.00\|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 1.300,00 |
| 07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.14.00.00.00\|102000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 300,00 |
| 07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.13.00.00.00\|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 8.800,00 |
| 07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.39.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 3.000,00 |
| 07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.51.00.00.00\|102000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 214.698,76 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 96.100,00 |
| 07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00\|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 33.100,00 |
| 07.002.10.304.0009.2056.3.1.9.0.13.00.00.00\|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 1.450,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.4.4.9.0.52.00.00.00\|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | R$ 7.800,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00\|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 42.345,00 |
| 07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.30.00.00.00\|102000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 600,00 |
| 07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.14.00.00.00\|102000000 DIARIAS - CIVIL | R$ 150,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.30.00.00.00\|146074000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 13.838,45 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.13.00.00.00\|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 30.000,00 |
| 07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00\|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 6.525,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2020

| | |
|---|---|
| 07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.13.00.00.00\|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 3.100,00 |

**Sub-Total:R$ 478.857,21**

## *08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA*

| | |
|---|---|
| 08.001.08.122.0004.1045.4.4.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 500,00 |
| 08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 5.200,00 |
| 08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 1.200,00 |

**Sub-Total:R$ 6.900,00**

## *08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL*

| | |
|---|---|
| 08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 100,00 |
| 08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 3.000,00 |
| 08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 240,00 |
| 08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 1.500,00 |
| 08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 1.400,00 |
| 08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 1.870,00 |
| 08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 3.630,00 |
| 08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 1.000,00 |
| 08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 2.500,00 |
| 08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.04.00.00.00\|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 3.300,00 |
| 08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 2.500,00 |
| 08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.32.00.00.00\|100000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT | R$ 700,00 |
| 08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 1.500,00 |
| 08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.04.00.00.00\|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO | R$ 300,00 |
| 08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 11.000,00 |

**Sub-Total:R$ 34.540,00**

## *09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E*

| | |
|---|---|
| 09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 4.000,00 |
| 09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 880,00 |
| 09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 8.000,00 |
| 09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.39.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 50,00 |

**Sub-Total:R$ 12.930,00**

## *09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 58/2020

| | |
|---|---|
| 09.002.20.608.0018.1056.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 40.593,60 |

**Sub-Total:R$ 40.593,60**

***10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG***

| | |
|---|---|
| 10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 5.000,00 |

**Sub-Total:R$ 5.000,00**

***12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT***

| | |
|---|---|
| 12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.36.00.00.00\|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 4.200,00 |
| 12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.13.00.00.00\|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS | R$ 500,00 |
| 12.001.04.122.0003.2075.4.4.9.0.52.00.00.00\|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | R$ 2.500,00 |
| 12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.11.00.00.00\|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | R$ 4.000,00 |

**Sub-Total:R$ 11.200,00**

***13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS***

| | |
|---|---|
| 13.001.25.752.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 7.244,00 |
| 13.001.04.122.0003.2079.3.3.9.0.30.00.00.00\|100000000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 11.100,00 |

**Sub-Total:R$ 18.344,00**

**Total Parcial Reduzido: R$ 1.335.703,07**

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Tendenceia de Excesso de Arrecadacao, conforme o Inciso II, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado no Art. 2º da Lei Municipal 562/2019

***06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL***

| | |
|---|---|
| 06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.39.00.00.00\|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 400,00 |

**Sub-Total:R$ 400,00**

**Total Parcial Reduzido: R$ 400,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 03 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**COVID-19 DECRETO 53/2020**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 53/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 570/2020, e em consonância com o lei Federal 4320/64

## DECRETA

Fica autorizado conforme lei 570/2020- ART – Por Excesso de Arrecadação (inciso **II**, art. 43/4320): até o montante dos recursos vinculados recebidos, especificos para combate do coronavirus e no limite de 2%, do total da despesa fixada na LOA.

### *07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE*

| | |
|---|---|
| 07.002.10.301.0021.2090.3.3.9.0.39.00.00.00\|146074000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 71.730,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.36.00.00.00\|146074000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | R$ 19.680,00 |
| 07.002.10.301.0021.2090.3.3.9.0.30.00.00.00\|146074000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 106.721,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.30.00.00.00\|146074000 MATERIAL DE CONSUMO | R$ 123.067,00 |
| 07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.39.00.00.00\|146074000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | R$ 221.262,00 |

**Sub-Total:R$ 542.460,00**

### *08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL*

| | |
|---|---|
| 08.002.08.244.0021.2092.4.4.9.0.52.00.00.00\|129074000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | R$ 4.290,00 |
| 08.002.08.244.0021.2092.3.3.9.0.32.00.00.00\|129074000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT | R$ 250,00 |

**Sub-Total:R$ 4.540,00**

**Total Parcial Reduzido: R$ 547.000,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 03 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**DECRETO 92808/2020- TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 92808/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 562/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

## DECRETA

Art. 2º - Para efetivação do manejo orçamentário, através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

***05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU***

| | |
|---|---|
| 05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00\|100077000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 1.603.455,95 |

**Sub-Total:R$ 1.603.455,95**

**Total Parcial Reduzido: R$ 1.603.455,95**

Art. 2º - Para efetivação do manejo orçamentário, através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

***05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU***

| | |
|---|---|
| 05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00\|100000000 OBRAS E INSTALACOES | R$ 1.603.455,95 |

**Sub-Total:R$ 1.603.455,95**

**Total Parcial Reduzido: R$ 1.603.455,95**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 28 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**DECRETO 64/2020**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

# Decreto 64/2020

"Dispõe sobre o Cancelamento dos Restos a Pagar Não Processados/Não Liquidados, inscritos em Exercícios Anteriores, dando outras providências."

**DIANE VIEIRA DE VASCONCELOS ALVES**, PREFEITA DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI , ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n°. 101/2000, que só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

**D E C R E T A:**

Art. 1.º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os Restos a Pagar Não Processados referentes aos empenhos das contas ‘’RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, inerentes aos exercícios de: 2017-218

§ 1º - Somente serão cancelados os Restos a Pagar Não Processados, ou seja, aqueles relacionados a despesas não realizadas / não liquidadas, com saldo pendente até 31/12/2019, não se incluindo no cancelamento Restos a Pagar Não Processados que estejam em estágio de “Em Liquidação”.

§ 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de marco de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

Art. 2º - Fica desde já notificado todos os credores do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal da Fazenda o direito ao empenho e / ou pagamento.

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar Não Processados, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, respeitando os limites da Lei 101/2000 e suas exigências.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - É parte integrante deste Decreto o Anexo I – Relação de Restos a Pagar Não Processados Cancelados;

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITA, aos dias 17 de agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 3.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

## Relação de Cancelamentos de Empenhos de Restos a Pagar

**Exercício:** 2018
**Órgão:** 02 - GABINETE DO PREFEITO
**Unidade:** 001 - GABINETE DO PREFEITO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5134/2018-2 | 16/10/2018 | 17/08/2020 | 02.001.04.122.0003.2004-339039000000 | 60,00 | 0,00 | 60,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 60,00 | 0,00 | **60,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 60,00 | 0,00 | 60,00 |

**Órgão:** 04 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
**Unidade:** 005 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 763/2018-2 | 16/02/2018 | 17/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-449052000000 | 3.200,00 | 0,00 | 3.200,00 |
| 5452/2018-2 | 08/11/2018 | 17/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 40.000,00 | 32.000,00 | 8.000,00 |
| 5915/2018-3 | 03/12/2018 | 17/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| | | | **Total da Unidade:** | 43.200,01 | 32.000,00 | **11.200,01** |
| | | | **Total do Órgão:** | 43.200,01 | 32.000,00 | 11.200,01 |

**Órgão:** 05 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
**Unidade:** 005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5812/2018-2 | 28/11/2018 | 17/08/2020 | 05.005.17.512.0015.2020-319004000000 | 1.602,72 | 0,00 | 1.602,72 |
| | | | **Total da Unidade:** | 1.602,72 | 0,00 | **1.602,72** |
| | | | **Total do Órgão:** | 1.602,72 | 0,00 | 1.602,72 |

**Órgão:** 05 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3005/2018-2 | 08/06/2018 | 17/08/2020 | 05.002.04.122.0003.2014-339036000000 | 1.500,00 | 0,00 | 1.500,00 |
| 3490/2018-2 | 11/07/2018 | 17/08/2020 | 05.002.27.813.0014.1070-449051000000 | 18.865,52 | 18.160,68 | 704,84 |
| 3866/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 05.002.04.122.0003.2014-319004000000 | 24.517,24 | 24.199,24 | 318,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 44.882,76 | 42.359,92 | **2.522,84** |
| | | | **Total do Órgão:** | 44.882,76 | 42.359,92 | 2.522,84 |

**Órgão:** 06 - DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3842/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 06.003.12.365.0010.2038-319004000000 | 4.496,48 | 4.242,08 | 254,40 |
| 3847/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 06.003.12.365.0010.2038-319004000000 | 2.893,71 | 2.639,31 | 254,40 |
| 3956/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 06.003.12.365.0010.2038-319011000000 | 1.516,20 | 1.314,04 | 202,16 |
| | | | **Total da Unidade:** | 8.906,39 | 8.195,43 | **710,96** |
| | | | **Total do Órgão:** | 8.906,39 | 8.195,43 | 710,96 |

**Órgão:** 06 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4607/2018-2 | 04/09/2018 | 17/08/2020 | 06.002.12.361.0010.2027-339030000000 | 28.418,00 | 22.418,00 | 6.000,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 28.418,00 | 22.418,00 | **6.000,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 28.418,00 | 22.418,00 | 6.000,00 |

**Órgão:** 06 - FUNDEB
**Unidade:** 005 - FUNDEB

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3943/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 06.005.12.361.0010.2044-319011000000 | 25.044,43 | 22.804,14 | 2.240,29 |
| 3945/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 06.005.12.361.0010.2047-319011000000 | 11.690,07 | 8.405,16 | 2.525,35 |
| 3946/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 06.005.12.361.0010.2047-319011000000 | 20.828,51 | 20.349,87 | 478,64 |
| 3948/2018-2 | 31/07/2018 | 17/08/2020 | 06.005.12.361.0010.2047-319011000000 | 21.878,56 | 19.038,02 | 2.840,54 |
| | | | **Total da Unidade:** | 79.441,57 | 70.597,19 | **8.084,82** |
| | | | **Total do Órgão:** | 79.441,57 | 70.597,19 | 8.084,82 |

**Órgão:** 07 - DEPARTAMENTO DE SAUDE
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE SAUDE

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 621/2018-2 | 31/01/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.301.0009.1037-449052000000 | 71.699,00 | 71.669,00 | 30,00 |
| 1343/2018-2 | 21/03/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.302.0009.2058-339039000000 | 2.392,90 | 0,00 | 0,90 |
| 3697/2018-2 | 19/07/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.302.0009.2058-339030000000 | 460,52 | 460,50 | 0,02 |
| 4234/2018-2 | 21/08/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.122.0003.2049-339030000000 | 142,00 | 0,00 | 142,00 |
| 4899/2018-2 | 28/09/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.301.0009.2051-319011000000 | 1.493,19 | 0,00 | 1.493,19 |
| 4942/2018-2 | 28/09/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.302.0009.2058-339030000000 | 150,90 | 0,00 | 150,90 |
| 5362/2018-2 | 08/11/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.302.0009.2058-339039000000 | 135,00 | 0,00 | 135,00 |
| 6019/2018-2 | 03/12/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.302.0009.2058-339093000000 | 600,00 | 0,00 | 600,00 |
| 6030/2018-2 | 07/12/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.301.0009.2051-339030000000 | 446,00 | 0,00 | 446,00 |
| 6154/2018-2 | 07/12/2018 | 17/08/2020 | 07.002.10.302.0009.2058-449052000000 | 399,00 | 0,00 | 399,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 77.918,51 | 72.129,50 | **3.397,01** |
| | | | **Total do Órgão:** | 77.918,51 | 72.129,50 | 3.397,01 |

Emissão: 15/01/2021 10:49:45 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 3.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

## Relação de Cancelamentos de Empenhos de Restos a Pagar

**Órgão:** 08 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3044/2018-2 | 13/06/2018 | 17/08/2020 | 08.002.08.244.0006.2064-339030000000 | 3.696,00 | 2.772,00 | 924,00 |
| 4164/2018-2 | 13/08/2018 | 17/08/2020 | 08.002.08.244.0006.2064-339030000000 | 2.400,00 | 0,00 | 2.400,00 |
| 5808/2018-2 | 28/11/2018 | 17/08/2020 | 08.002.08.244.0006.2064-319011000000 | 1.706,60 | 954,00 | 752,60 |
| | | | **Total da Unidade:** | 7.802,60 | 3.726,00 | **4.076,60** |
| | | | **Total do Órgão:** | 7.802,60 | 3.726,00 | 4.076,60 |

**Órgão:** 12 - GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORTOS
**Unidade:** 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORTOS

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3531/2018-2 | 12/07/2018 | 17/08/2020 | 12.001.27.813.0011.2078-339030000000 | 1.788,88 | 1.788,55 | 0,30 |
| | | | **Total da Unidade:** | 1.788,88 | 1.788,55 | **0,30** |
| | | | **Total do Órgão:** | 1.788,88 | 1.788,55 | 0,30 |
| | | | **Total do Exercício:** | 294.021,44 | 253.214,59 | 37.655,26 |
| | | | **Total Geral:** | 294.021,44 | 253.214,59 | 37.655,26 |

Emissão: 15/01/2021 10:49:45 Página 2

Homologado

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**DECRETO 60/2020**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

**DECRETO 60/2020**

"Dispõe sobre o Cancelamento dos Restos a Pagar Não Processados/Não Liquidados, inscritos em Exercícios Anteriores, dando outras providências."

**DIANE VIEIRA DE VASCONCELOS ALVES**, PREFEITA DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI , ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n°. 101/2000, que só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

## D E C R E T A:

Art. 1.º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os Restos a Pagar Não Processados referentes aos empenhos das contas ''RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, inerentes aos exercícios de: 2017-218

§ 1º - Somente serão cancelados os Restos a Pagar Não Processados, ou seja, aqueles relacionados a despesas não realizadas / não liquidadas, com saldo pendente até 31/12/2019, não se incluindo no cancelamento Restos a Pagar Não Processados que estejam em estágio de "Em Liquidação".

§ 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de marco de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

Art. 2º - Fica desde já notificado todos os credores do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal da Fazenda o direito ao empenho e / ou pagamento.

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar Não Processados, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, respeitando os limites da Lei 101/2000 e suas exigências.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - É parte integrante deste Decreto o Anexo I – Relação de Restos a Pagar Não Processados Cancelados;

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITA, aos dias 03 de agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 3.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

## Relação de Cancelamentos de Empenhos de Restos a Pagar

**Exercício:** 2017
**Órgão:** 04 - GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1272/2017-2 | 27/03/2017 | 03/08/2020 | 04.001.04.122.0002.2003-339039000000 | 4.100,00 | 0,00 | 4.100,00 |
| 2702/2017-2 | 26/05/2017 | 03/08/2020 | 04.001.04.122.0002.2003-339039000000 | 21.765,00 | 381,78 | 3.971,22 |
| | | | **Total da Unidade:** | 25.865,00 | 381,78 | **8.071,22** |
| | | | **Total do Órgão:** | 25.865,00 | 381,78 | 8.071,22 |

**Órgão:** 05 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 171/2017-2 | 30/01/2017 | 03/08/2020 | 05.002.15.452.0025.2013-339036000000 | 937,00 | 0,00 | 937,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 937,00 | 0,00 | **937,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 937,00 | 0,00 | 937,00 |

**Órgão:** 07 - DEPARTAMENTO DE SAUDE
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE SAUDE

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 600/2017-2 | 13/02/2017 | 03/08/2020 | 07.002.10.303.0016.2106-339032000000 | 994,69 | 944,69 | 50,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 994,69 | 944,69 | **50,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 994,69 | 944,69 | 50,00 |

**Órgão:** 08 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 6401/2017-2 | 27/12/2017 | 03/08/2020 | 08.002.08.244.0011.2083-319011000000 | 5.028,33 | 0,00 | 5.028,33 |
| | | | **Total da Unidade:** | 5.028,33 | 0,00 | **5.028,33** |
| | | | **Total do Órgão:** | 5.028,33 | 0,00 | 5.028,33 |
| | | | **Total do Exercício:** | 32.825,02 | 1.326,47 | 14.086,55 |
| | | | **Total Geral:** | 32.825,02 | 1.326,47 | 14.086,55 |

Emissão: 15/01/2021 10:49:16 Página 1

Homologado

**SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE**
**DECRETO 065/2020**

**Prefeitura Municipal de Alto Paraguai**
**Secretaria de Receita e Controle**
**Departamento de Contabilidade**

# DECRETO Nº 065/2020

"Dispõe sobre o Cancelamento dos Restos a Pagar Não Processados/Não Liquidados, inscritos em Exercícios Anteriores, dando outras providências."

**DIANE VIEIRA DE VASCONCELOS ALVES**, PREFEITA DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI , ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n°. 101/2000, que só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

## D E C R E T A:

Art. 1.º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os Restos a Pagar Não Processados referentes aos empenhos das contas ''RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, inerentes aos exercícios de: 2019.

§ 1º - Somente serão cancelados os Restos a Pagar Não Processados, ou seja, aqueles relacionados a despesas não realizadas / não liquidadas, com saldo pendente até

31/12/2019, não se incluindo no cancelamento Restos a Pagar Não Processados que estejam em estágio de “Em Liquidação”.

§ 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de marco de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

Art. 2º - Fica desde já notificado todos os credores do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal da Fazenda o direito ao empenho e / ou pagamento.

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar Não Processados, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, respeitando os limites da Lei 101/2000 e suas exigências.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - É parte integrante deste Decreto o Anexo I – Relação de Restos a Pagar Não Processados Cancelados;

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITA, aos dias 28 de agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO 01

**2013**

| EMPENHO | CREDOR | VALOR |
|---|---|---|
| 20/2013 | OI/SA | 17,19 |
| | | |
| **2017** | | |
| **EMPENHO** | **CREDOR** | **VALOR** |
| 248/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI | 2.028,30 |
| 357/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.682,38 |
| 366/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.248,40 |
| 367/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 4.539,23 |
| 570/2017 | DATA MANAGER-PRESTADORA DE SERVICOS DE INFORMATICA | 2.300,00 |
| 1273/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 88,91 |
| 1274/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.352,53 |
| 1916/2017 | BANCO DO BRASIL SA | 4,30 |
| 1967/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 251,41 |
| 1997/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 200,00 |
| 2023/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 373,55 |
| 2025/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 9,00 |
| 2212/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 167,61 |
| 2235/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 844,28 |
| 3839/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.362,17 |
| 3844/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.027,23 |
| 3846/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.400,00 |
| 4261/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 14.286,24 |
| 4811/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.488,79 |
| 4824/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 3,00 |
| 4863/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 41,47 |
| 5664/2017 | JULIA LETICIA COSTA SINZA | 74,96 |
| 5666/2017 | SELMA SILVA DOS SANTOS | 74,96 |

| | | |
|---|---|---|
| 5814/2017 | ELCIMAR ALVES DA SILVA | 1,50 |
| 5949/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 62,46 |
| 6356/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 410,08 |
| 6418/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 12,19 |
| 6487/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 0,30 |
| 6516/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.800,00 |
| 361/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 3.130,00 |
| 3185/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 55,20 |
| 3410/2017 | C. FERNANDES GREGOLIN E CIA LTDA ME | 0,01 |
| 4103/2017 | EVANIA DA SILVA NASCIMENTO | 0,01 |
| 4942/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 10,00 |
| 5426/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 100,00 |
| 5657/2017 | PAULO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS PASSAMANI | 86,15 |
| 6533/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 312,33 |
| 6539/2017 | VERA LUCIA ARRAES DA SILVA | 0,10 |
| 231/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 743,62 |
| 237/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.060,00 |
| 241/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 367,33 |
| 788/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 798,00 |
| 1932/2017 | APARECIDA SILVA DA CRUZ | 7,03 |
| 1935/2017 | EULINA XAVIER SILVA | 7,03 |
| 1988/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 39,04 |
| 2028/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 862,04 |
| 2260/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.014,00 |
| 2261/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 997,42 |
| 2277/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.769,97 |
| 3197/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 429,12 |
| 3836/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 0,05 |
| 4186/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 128,63 |
| 4262/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 11.763,88 |
| 4263/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 640,27 |
| 5607/2017 | ERIKA REGINA PADILHA | 100,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 5904/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 8.983,91 |
| 1977/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 461,37 |
| 1978/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 676,00 |
| 3257/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 461,37 |
| 4076/2017 | ALEXANDRE VENDRAME PANTOLFI | 3.000,00 |
| 4922/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 83,60 |
| 5381/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.435,20 |
| 5382/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 34,67 |
| 6354/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.810,98 |
| 763/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 31,07 |
| 766/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.367,06 |
| 1269/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 0,50 |
| 2259/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 494,71 |
| 6121/2017 | PATRICIA P DE SOUZA TRANSPORTE ESCOLAR-ME | 452,74 |
| 5/2017 | BR PAVING CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA-EPP | 20,00 |
| 3838/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.093,16 |
| 3840/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.093,16 |
| 5660/2017 | CONS. REG. DE ENGENHARIA ARQIT. E AGRONOMIA DE MT | 214,82 |
| 6400/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 3.441,20 |
| 5888/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.028,00 |
| 5918/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 4.808,82 |
| 6353/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.294,28 |
| 6355/2017 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.486,39 |
| **2018** | | |
| **EMPENHO** | **CREDOR** | **VALOR** |
| 202/2018 | JORGE BORGES SE AMORIM -ME | 4.500,00 |
| 1226/2018 | BANCO DO BRASIL S.A | 518,00 |
| 1542/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.743,15 |
| 1550/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 938,23 |
| 1609/2018 | DONIZETE DE SOUZA | 70,00 |
| 1777/2018 | SELMA SILVA DOS SANTOS | 250,00 |
| 1855/2018 | JAILTON CESAR GOMES SANTOS | 100,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 2391/2018 | ANDERSON DA ROSA | 71,58 |
| 2528/2018 | MARIA ANGELA CEZIMBRA MACHADO | 25,00 |
| 2670/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 933,33 |
| 2672/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 819,03 |
| 2934/2018 | RONEI RODRIGUES DA SILVA | 150,00 |
| 3318/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.729,39 |
| 3340/2018 | TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E EMP | 5.400,00 |
| 3458/2018 | AAGUA COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA | 87,80 |
| 3466/2018 | SERVICO NOTORIAL E REGISTRAL DE ALTO PARAGUAI | 300,00 |
| 3794/2018 | TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E EMP | 7.250,00 |
| 3831/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 417,90 |
| 3835/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 516,47 |
| 3872/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 712,26 |
| 3899/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 80,00 |
| 4032/2018 | CONS. REG. DE ENGENHARIA , ARQUIT. E AGRONOMIA DE MT | 0,04 |
| 4339/2018 | JOCILENE SANTOS NUNES 01145772188 | 230,00 |
| 4759/2018 | ROBERTO DE LIMA 82743061120 | 2.100,00 |
| 4906/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 357,39 |
| 4910/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.206,58 |
| 4914/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 532,32 |
| 4915/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 208,57 |
| 4919/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 93,31 |
| 4920/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 459,36 |
| 4959/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 11,92 |
| 4960/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 73,32 |
| 4963/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 75,54 |
| 4964/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.662,99 |
| 4973/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 251,41 |
| 4993/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 199,99 |
| 4994/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 35,77 |
| 4995/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.800,00 |
| 4996/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.634,03 |

| | | |
|---|---|---|
| 5012/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 159,00 |
| 5013/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 127,50 |
| 5016/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 75,00 |
| 5017/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 300,00 |
| 5018/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 337,50 |
| 5024/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 232,85 |
| 5025/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 222,90 |
| 5161/2018 | EUNICE RODRIGUE S TANAN | 100,00 |
| 5185/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 301,74 |
| 5186/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 87,45 |
| 5201/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 941,19 |
| 5205/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 27,84 |
| 5207/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 537,00 |
| 5208/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 49,90 |
| 5251/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 40,36 |
| 5256/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 34,19 |
| 5264/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 841,87 |
| 5273/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 147,08 |
| 5278/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 91,42 |
| 5287/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 63,60 |
| 5300/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 686,60 |
| 5316/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 193,57 |
| 5317/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 41,92 |
| 5355/2018 | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ALTO PARAGUAI LTDA-EPP | 1,42 |
| 5375/2018 | COMERCIOS DE COMBUSTIVEIS ALTO PARAGUAI LTDA-EPP | 11,23 |
| 5378/2018 | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ALTO PARAGUAI LTDA-EPP | 47,77 |
| 5389/2018 | AGILI SOFTWARE PARA AREA PUBLICA LTDA | 6.145,00 |
| 5390/2018 | AGILI SOFTWARE PARA AREA PUBLICA LTDA | 608,50 |
| 5716/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 117,91 |
| 57,39/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 28,49 |
| 5771/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 20,00 |
| 5775/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 31,80 |

| | | |
|---|---|---|
| 5809/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 20,00 |
| 5813/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.366,00 |
| 5830/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 83,80 |
| 5850/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 52,73 |
| 5851/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 31,80 |
| 5857/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 95,40 |
| 5920/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.696,39 |
| 5923/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 0,28 |
| 5931/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 76,32 |
| 5942/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.053,80 |
| 5965/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.154,20 |
| 6183/2018 | JANI REGINA DA SILVA | 2,73 |
| 6184/2018 | EDNELSON FRANCISCO SILVA DE PAULA | 2,17 |
| 6284/2018 | SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – MT | 0,20 |
| 184/2018 | J.P.S. VELASCO | 90,00 |
| 1443/2018 | LUIZA MARIA CORREA DA CUNHA | 13,24 |
| 1522/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 662,26 |
| 1608/2018 | OI S/A | 143,60 |
| 2925/2018 | AT SOUZA ME | 2.450,00 |
| 3250/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 598,30 |
| 4883/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.143,10 |
| 4888/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 183,56 |
| 4893/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 89,47 |
| 4925/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 143,10 |
| 4926/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 230,94 |
| 4938/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 59,62 |
| 4939/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 322,24 |
| 4998/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 4.000,00 |
| 5033/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.066,66 |
| 5187/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 41,90 |
| 5212/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 95,40 |
| 5214/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 91,42 |

| | | |
|---|---|---|
| 5888/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.054,65 |
| 5918/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 121,09 |
| 5955/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 12,14 |
| 5956/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.322,67 |
| 6068/2018 | UNIAO DIRIGENTES MUN. DE EDC. DE MATO GROSSO | 2.000,00 |
| 160/2018 | CENTROESTE AMBIENTAL COLETA TRANSPORTE E LIMPEZA | 90,69 |
| 2722/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 100,00 |
| 3257/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 964,59 |
| 4214/2018 | BFX COMERCIO DE GLP LTDA EPP | 0,50 |
| 4566/2018 | MERCADAO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTACAO DE PRO | 86,85 |
| 4894/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 663,60 |
| 4897/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 743,76 |
| 4950/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 171,50 |
| 4951/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 293,31 |
| 5001/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 99,37 |
| 5032/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 390,00 |
| 5289/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 300,00 |
| 5290/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 22,50 |
| 5292/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 60,00 |
| 5293/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 31,80 |
| 5307/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 285,98 |
| 5778/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 240,00 |
| 5811/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 182,00 |
| 6185/2018 | ROBERTO CARLOS DE CARVALHO | 600,00 |
| 6186/2018 | ALONSO RODRIGUES ORMOND | 600,00 |
| 4007/2018 | ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA | 19.010,00 |
| 4592/2018 | ALONSO RODRIGUES ORMOND | 600,00 |
| 4757/2018 | ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA | 1.064,00 |
| 4838/2018 | MARIA DE LOURDES FERNANDES GOMES | 3.000,00 |
| 4895/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.207,50 |
| 4902/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.014,00 |
| 4903/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.625,35 |

| | | |
|---|---|---|
| 4905/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 3.871,82 |
| 4952/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 119,25 |
| 4953/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 73,32 |
| 4955/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 12,49 |
| 4982/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.482,13 |
| 4986/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 675,99 |
| 4987/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 257,72 |
| 4989/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 393,95 |
| 5002/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 115,00 |
| 5243/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 608,40 |
| 5245/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 12,67 |
| 5248/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 346,45 |
| 5250/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 12,67 |
| 5308/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 48,39 |
| 5309/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 802,00 |
| 5723/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 67,56 |
| 5724/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 63,39 |
| 5747/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 30,26 |
| 5877/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 932,88 |
| 5894/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 8.506,30 |
| 5929/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 580,60 |
| 5961/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 3.930,96 |
| 3242/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 10.725,18 |
| 3243/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 6.961,12 |
| 3245/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 6.617,00 |
| 3830/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 18.084,48 |
| 4929/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 1.098,52 |
| 4930/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 224,69 |
| 5216/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 96,05 |
| 5233/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 128,65 |
| 5234/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 2.304,88 |
| 3249/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 3.662,09 |

| | | |
|---|---|---|
| 3252/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 3.309,39 |
| 4940/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 150,09 |
| 4941/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 179,29 |
| 5238/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 64,49 |
| 5239/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 71,63 |
| 5240/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 53,84 |
| 5241/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 185,08 |
| 5242/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 162,86 |
| 5730/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 152,82 |
| 5731/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 38,24 |
| 5924/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 132,98 |
| 1786/2018 | ENIVALDO RODRIGUES DE ARAUJO | 75,00 |
| 4907/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 636,49 |
| 4908/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 450,04 |
| 4958/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 19,87 |
| 5007/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 70,00 |
| 5228/2018 | ELSON LOPES DE ALMEIDA | 100,00 |
| 5312/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 43,99 |
| 5313/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 19,16 |
| 5379/2018 | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ALTO PARAGUAI - EPP | 13,64 |
| 5919/2018 | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALT O PARAGUAI | 4.773,28 |
| 1807/2018 | A R SOUZA ACESSORIOS ME | 550,00 |
| 5591/2018 | NOVA ERA MATERAIS DE CONSTRUCAO LTDA | 0,09 |
| | | |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 3.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

## Relação de Cancelamentos de Empenhos de Restos a Pagar

**Exercício:** 2019
**Órgão:** 02 - GABINETE DO PREFEITO
**Unidade:** 001 - GABINETE DO PREFEITO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3043/2019-2 | 01/07/2019 | 28/08/2020 | 02.001.04.122.0003.2003-339039000000 | 9.000,00 | 7.500,00 | 1.500,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 9.000,00 | 7.500,00 | **1.500,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 9.000,00 | 7.500,00 | 1.500,00 |

**Órgão:** 03 - AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO
**Unidade:** 005 - AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3828/2019-2 | 20/08/2019 | 28/08/2020 | 03.005.04.129.0003.2021-339039000000 | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 1.750,00 | 1.400,00 | **350,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |

**Órgão:** 03 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO
**Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3827/2019-2 | 20/08/2019 | 28/08/2020 | 03.004.04.123.0003.2009-339039000000 | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 1.750,00 | 1.400,00 | **350,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |

**Órgão:** 03 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE
**Unidade:** 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROLE

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2044/2019-2 | 02/05/2019 | 28/08/2020 | 03.001.04.123.0003.2008-339091000000 | 30.170,58 | 21.942,24 | 8.228,34 |
| 5610/2019-2 | 20/12/2019 | 28/08/2020 | 03.001.04.123.0003.2008-339014000000 | 300,00 | 0,00 | 300,00 |
| 5864/2019-2 | 31/12/2019 | 28/08/2020 | 03.001.04.123.0003.2008-319011000000 | 1.730,39 | 0,00 | 1.730,39 |
| | | | **Total da Unidade:** | 32.200,97 | 21.942,24 | **10.258,73** |
| | | | **Total do Órgão:** | 32.200,97 | 21.942,24 | 10.258,73 |

**Órgão:** 04 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
**Unidade:** 005 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 518/2019-2 | 20/01/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339047000000 | 50.000,00 | 49.999,80 | 0,20 |
| 4301/2019-2 | 26/09/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339047000000 | 50.000,00 | 42.417,33 | 227,67 |
| 5633/2019-1 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| 5639/2019-1 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| 5643/2019-1 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| 5710/2019-1 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| 5732/2019-1 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| 5838/2019-2 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339039000000 | 2.050,00 | 2.013,74 | 36,26 |
| 5841/2019-2 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-339014000000 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 5861/2019-2 | 31/12/2019 | 28/08/2020 | 04.005.04.122.0003.2010-319011000000 | 819,11 | 0,00 | 819,11 |
| | | | **Total da Unidade:** | 103.069,16 | 94.430,87 | **1.283,29** |
| | | | **Total do Órgão:** | 103.069,16 | 94.430,87 | 1.283,29 |

**Órgão:** 05 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
**Unidade:** 005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3830/2019-2 | 20/08/2019 | 28/08/2020 | 05.005.25.752.0015.2020-339039000000 | 1.750,00 | 700,00 | 1.050,00 |
| 4165/2019-2 | 05/09/2019 | 28/08/2020 | 05.005.25.752.0015.2020-339039000000 | 50.000,00 | 44.189,18 | 60,82 |
| | | | **Total da Unidade:** | 51.750,00 | 44.889,18 | **1.110,82** |
| | | | **Total do Órgão:** | 51.750,00 | 44.889,18 | 1.110,82 |

**Órgão:** 05 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3840/2019-2 | 20/08/2019 | 28/08/2020 | 05.002.04.122.0003.2014-339030000000 | 17.212,99 | 17.092,29 | 120,70 |
| 5540/2019-2 | 17/12/2019 | 28/08/2020 | 05.002.04.122.0003.2014-339039000000 | 2.535,00 | 0,00 | 2.535,00 |
| 5577/2019-2 | 19/12/2019 | 28/08/2020 | 05.002.15.451.0015.2023-339030000000 | 2.884,00 | 2.474,00 | 410,00 |
| 5606/2019-2 | 19/12/2019 | 28/08/2020 | 05.002.04.122.0003.2014-339036000000 | 1.050,00 | 0,00 | 1.050,00 |
| 5804/2019-2 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 05.002.15.451.0015.2023-339030000000 | 4.444,85 | 4.444,55 | 0,30 |
| | | | **Total da Unidade:** | 28.126,84 | 24.010,84 | **4.116,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 28.126,84 | 24.010,84 | 4.116,00 |

**Órgão:** 06 - DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3829/2019-2 | 20/08/2019 | 28/08/2020 | 06.003.12.365.0010.2038-339039000000 | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 1.750,00 | 1.400,00 | **350,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |

**Órgão:** 06 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Emissão: 15/01/2021 10:50:18 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 3.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

## Relação de Cancelamentos de Empenhos de Restos a Pagar

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5646/2019-2 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 06.002.12.361.0010.2030-319004000000 | 3.042,70 | 0,00 | 3.042,70 |
| | | | **Total da Unidade:** | 3.042,70 | 0,00 | **3.042,70** |
| | | | **Total do Órgão:** | 3.042,70 | 0,00 | 3.042,70 |

**Órgão:** 06 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO
**Unidade:** 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 222/2019-2 | 11/01/2019 | 28/08/2020 | 06.001.12.122.0003.2024-339092000000 | 366,65 | 0,00 | 336,66 |
| | | | **Total da Unidade:** | 366,65 | 0,00 | **336,66** |
| | | | **Total do Órgão:** | 366,65 | 0,00 | 336,66 |

**Órgão:** 07 - DEPARTAMENTO DE SAUDE
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE SAUDE

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1321/2019-2 | 20/03/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.302.0009.2060-337170000000 | 11.705,40 | 11.704,70 | 0,70 |
| 3967/2019-2 | 30/08/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.301.0009.2052-319011000000 | 2.500,00 | 200,00 | 2.300,00 |
| 4118/2019-2 | 02/09/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.122.0003.2049-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| 4119/2019-2 | 02/09/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.122.0003.2049-339039000000 | 0,01 | 0,00 | 0,01 |
| 4130/2019-2 | 02/09/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.301.0009.2053-339039000000 | 5.998,50 | 4.798,80 | 1.199,70 |
| 4131/2019-2 | 02/09/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.301.0009.2053-339039000000 | 14.000,00 | 11.200,00 | 2.800,00 |
| 4293/2019-2 | 24/09/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.301.0009.2051-339036000000 | 3.000,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 4294/2019-2 | 24/09/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.301.0009.2051-339030000000 | 438,00 | 0,00 | 438,00 |
| 5727/2019-2 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 07.002.10.305.0009.2057-319011000000 | 1.197,60 | 0,00 | 1.197,60 |
| | | | **Total da Unidade:** | 38.839,52 | 27.903,50 | **10.936,02** |
| | | | **Total do Órgão:** | 38.839,52 | 27.903,50 | 10.936,02 |

**Órgão:** 08 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3796/2019-2 | 15/08/2019 | 28/08/2020 | 08.002.08.243.0006.2068-339014000000 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 5651/2019-2 | 30/12/2019 | 28/08/2020 | 08.002.08.241.0006.2064-319004000000 | 2.514,17 | 0,00 | 2.514,17 |
| | | | **Total da Unidade:** | 2.714,17 | 0,00 | **2.714,17** |
| | | | **Total do Órgão:** | 2.714,17 | 0,00 | 2.714,17 |

**Órgão:** 08 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Unidade:** 001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3826/2019-2 | 20/08/2019 | 28/08/2020 | 08.001.08.122.0003.2061-339039000000 | 1.999,50 | 799,80 | 1.199,70 |
| 4129/2019-2 | 02/09/2019 | 28/08/2020 | 08.001.08.122.0003.2061-339039000000 | 3.500,00 | 3.199,90 | 300,10 |
| | | | **Total da Unidade:** | 5.499,50 | 3.999,70 | **1.499,80** |
| | | | **Total do Órgão:** | 5.499,50 | 3.999,70 | 1.499,80 |

**Órgão:** 09 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECON
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECON

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3848/2019-2 | 22/08/2019 | 28/08/2020 | 09.002.20.608.0018.2071-339030000000 | 205,50 | 0,00 | 205,50 |
| | | | **Total da Unidade:** | 205,50 | 0,00 | **205,50** |
| | | | **Total do Órgão:** | 205,50 | 0,00 | 205,50 |

**Órgão:** 09 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3825/2019-2 | 20/08/2019 | 28/08/2020 | 09.003.18.122.0003.2073-339039000000 | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |
| | | | **Total da Unidade:** | 1.750,00 | 1.400,00 | **350,00** |
| | | | **Total do Órgão:** | 1.750,00 | 1.400,00 | 350,00 |

**Órgão:** 10 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
**Unidade:** 001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

| Empenho | Data Emp. | Data Cancel. | Código Geral | Valor do Empenho | Valor Pago | Valor Cancelado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1493/2019-2 | 29/03/2019 | 28/08/2020 | 10.001.21.122.0003.2074-319011000000 | 1.030,80 | 0,00 | 0,80 |
| | | | **Total da Unidade:** | 1.030,80 | 0,00 | **0,80** |
| | | | **Total do Órgão:** | 1.030,80 | 0,00 | 0,80 |
| | | | **Total do Exercício:** | 282.845,81 | 230.276,33 | 38.404,49 |
| | | | **Total Geral:** | 282.845,81 | 230.276,33 | 38.404,49 |

Emissão: 15/01/2021 10:50:18 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**
CNPJ: 3.648.532/0001.28
RUA PRESIDENTE MEDICI - 0000470 - BELA VISTA
Telefone (065)3396-1468
altoparaguai.mt.gov.br

**Relação de Cancelamentos de Empenhos de Restos a Pagar**



**JURIDICO**
**PORTARIA 051/2021 - FISCAL CONTRATO**

**PORTARIA 051/2021**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT.,**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

**Art. 1º**. Designar o servidor **GEDEONE BRANDÃO MODESTO, portador do RG n. 0361839-0, CPF n. 468.413.001.06,**para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO N. *052/2021 ref. Ao PROCESSO LICITATÓRIO* Adesão/Carona/Pregão n. 003/2020, referente ao Pregão Presencial n.º 020/2020, Ata de Registro de Preço n. 080/2020 oriunda da Prefeitura Municipal de Araputanga**, *celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI e a EMPRESA* **SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA,***que tem por objeto a* **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUINOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEICULOS OPERACIONAIS, MOTOCICLETAS, AUTOMOVEIS LEVES, UTILITARIOS, CAMINHONETES CAMINHÃO, ONIBUS, MAQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL.**

**Art. 2º. O** servidor, ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais, assim como é obrigado a comunicar a Administração de todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único**– As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

**Art. 3º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 27 de janeiro de 2021.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**TOMADA DE PREÇOS 002/2021 - ABERTURA**

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 cujo objeto é a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS E ADEQUAÇÕES EM PRÉDIOS PÚBLICOS.** Abertura às **07h30min** (horário de Mato Grosso) do dia **18/02/2021**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 27 de Janeiro de 2021 - **Rudimar José Lang** - Presidente da CPL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº. 046/2021**

**SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 006/2021 AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA. ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA: MARCILIO & MARCILO LTDA.**

**Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**D E C R E T A**

**Art. 1º -** Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento do produto o Sr**. JEAN GARATTINI VIZZOTTO,** Engenheiro Civil CREA-MT 035714**.** Tendo como objeto aquisição de:MASSA ASFÁLTICA (CBUQ), USINADA À QUENTE EM USINAS TRADICIONAIS COM CAP 50/70 MODIFICADO PARA EMBALAGEM DE 25 KG, ESTOCAGEM E APLICAÇÃO A FRIO**.**

**Art. 2°**- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 27 de janeiro de 2021.

**Julio Cesar dos Santos**

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

**EXTRATO DE CONTRATO**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 03/2021.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

**CONTRATANDA**: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SÓCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA.

**OBJETO:** Constitui objeto o presente termo à consecução das ações previstas na ata de constituição, instalação, eleição e posse do Conselho Diretor e do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO – ECÔNOMICO E AMBIENTAL “PORTAL DO ARAGUAIA”.

**PRAZO**: 12 MESES

**VALOR DO CONTRATO**: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

**DATA DA ASSINATURA**: 04/01/2021.

**VIGENCIA**: 04/01/2021 a 31/12/2021.

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 02/2021**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 02/2021.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

**CONTRATANDA**: CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT.

**OBJETO:** CONSTITUI OBJETO DESTE INSTRUMENTO O RATEIO DAS DESPESAS DO PROPONENTE entre os Municípios Consorciados para CUSTEAR OS SERVIÇOS DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIADA QUALIDADE DA ÁGUA – VIGIÁGUA.

**PRAZO**: 12 MESES

**VALOR DO CONTRATO**: R$ 5.050,80 (cinco mil e cinquenta reais e oitenta centavos)

**DATA DA ASSINATURA**: 04/01/2021.

**VIGENCIA**: 04/01/2021 a 31/12/2021.

**ERRATA**

**DECRETO Nº. 04, DE 08 DE JANEIRO DE 2021**

*Estabelece medidas de contenção de despesa em geral e de gastos com pessoal no âmbito do poder executivo do Município de Araguainha-MT e dá outras providências.*

**FRANCISCO GONÇALVES NAVES**, Prefeito do Município de Araguainha-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos aplicavéis na matéria.

**ONDE SE LÊ:**

**§ 2º -**A opção de parcelamento e desconto deverá ser apresentada pelo credor à Secretaria de Municipal de Administração, com aval da Secretaria Municipal de Finanças até 30/02/2020.

**LEIA SÊ:**

**§ 2º -**A opção de parcelamento e desconto deverá ser apresentada pelo credor à Secretaria Municipal de Administração, com aval da Secretaria Municipal de Finanças até 31/03/2021.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT**

_____

**FRANCISCO GONÇALVES NAVES**

**Prefeito Municipal**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 01/2021**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 01/2021.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

**CONTRATANDA**: CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT,

**OBJETO:** O presente instrumento tem por objeto ratear os custos com a manutenção do Consórcio PROPONENTE e o cumprimento dos objetivos fixados no Estatuto Social do CORESS, em atendimento as exigências legais, **especialmente a consecução das ações previstas na Lei Municipal nº 831 de 22 de dezembro de 2.017,** paraassegurar o custeio de consultas, exames e procedimentos, visando o fortalecimento das ações de atenção à saúde ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde.

**PRAZO**: 12 MESES

**VALOR DO CONTRATO**: R$ 21.139,92 (vinte e um mil, cento e trinta e nove reais e noventa e dois centavos).

**DATA DA ASSINATURA**: 04/01/2021.

**VIGENCIA**: 04/01/2021 a 31/12/2021.

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 04/2021**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 04/2021.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

**CONTRATANDA**: ANNA KAROLLYNE ALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES.

**OBJETO:** Constitui objeto o presente termo à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSÁVEL TÉCNICO, PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO DAS OBRAS NESTA JURISDIÇÃO, SOB ORIENTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

**PRAZO**: 04 MESES

**VALOR DO CONTRATO**: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

**DATA DA ASSINATURA**: 11/01/2021.

**VIGENCIA**: 11/01/2021 a 11/05/2021.

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 01/2021**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 01/2021.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

**CONTRATANDA**: ISABELLE FERNANDA DAS DORES PINHEIRO ***05892936139***

**OBJETO:** Constituí objeto deste contrato a Prestação de serviços de Apoio Técnico Administrativo junto a Câmara Municipal, sob fiscalização da Presidente da Câmara Municipal do Município de Araguainha – MT.

**PRAZO**: 12 MESES

**VALOR DO CONTRATO**: R$16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais).

**DATA DA ASSINATURA**: 04/01/2021.

**VIGENCIA**: 04/01/2021 a 31/12/2021.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 78/2021**

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇAO DE ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**RESOLVE:**

**Art. 1.º-** Nomear o senhor **JAILTON QUEIROZ TIGRE, inscrito no CPF nº 329.575.721-68, para exercer o cargo em comissão de Assessor,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

**Art. 2.º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Registra-se, Publique-se, cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

*Prefeito Municipal*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 79/2021**

"DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE CONTROLADORA INTERNA DE FORMA PROVISÓRIA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando, a vacância da Auditora Pública Interna Renata Borges Batista, declarada através da Portaria nº 414/2020, a partir de 16/01/2021;

Considerando, a orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a respeito do assunto;

Considerando, que a referida designação faz-se necessário para a continuidade dos respectivos serviços;

Considerando, que a servidora designada é pertencente do quadro efetivo do Ente Público, reunindo as qualificações necessárias para exercer a função de forma provisória até a realização e posterior nomeação de outro servidor por meio de concurso público para o provimento do cargo;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º -** Designar a servidora **FABIANA DA SILVA RAMOS**, matrícula nº 1296, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo para desempenhar as funções de Controladora Interna, por motivo da vacância do cargo declarada através da portaria nº 414/2020.

**Parágrafo Único:** As atribuições serão desempenhadas de forma provisória até a realização e posterior nomeação de outro servidor por meio de concurso público.

**Art. 2.º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a portaria nº 14/2021. **Registra-se, Publique-se, cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

*Prefeito Municipal*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 82/2021**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**CONSIDERANDO** as prescrições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, norma de caráter geral que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

**CONSIDERANDO** a previsão contida no art. 2º, Inciso VI do Decreto Municipal nº 10/2021 de 15 de janeiro de 2021;

**CONSIDERANDO** o Comunicado Interno nº 0011/2021/SEMEC;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º-** Conceder licença prêmio nos termos do art. 60 da Lei Municipal nº 852/2008 (Plano de Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação), a servidora efetiva **FÁBIA UTSCH MATOS,** matrícula nº 444, referente ao período aquisitivo 12/02/2013 a 11/02/2018, **por um período de 45 (quarenta e cinco) dias,** de 27/01/2021 à 12/03/2021.

**Art. 2.º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Registra-se, Publique-se, cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

*Prefeito Municipal*

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS**
**NOTIFICAÇÃO Nº 011/2021**

**NOTIFICAÇÃO Nº 011/2021**

Nome/R. Social: OSMAR VILLA

CNPJ/CPF7: 405.947.851-20

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Quadra: 155 Lote: 12

Endereço**: AV. SEBASTIAO FRANCISCO DE ALMEIDA Nº.1259** Bairro**: Jardim Primavera** – ARAPUTANGA/MT

**LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018**

**Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/MT, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.**

**Art. 6º** - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

**Parágrafo Único:** Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) conforme **Art. 9º** para cada lote, nos termos da referida lei.

**Advertência:** É expressadamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes, Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

**Art.50º -** Ficam Vedadas:

**I -** A queima ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida **(Art. 50º, Lei 993/2011).**

**Punição:** Multa de **01 UPF/MT a 67,19 UPF/MT (Art. 144º § 1º, I – Lei 993/2011**).

**Art.54º** - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa (**Art. 54º**, **Lei Federal 9.605/1998)**

Araputanga, 13 de Janeiro de 2021

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 084/2021**

**PORTARIA N.º 084/2021**

**DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 004/2021, CUJO OBJETO** rateio dos custos com a manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Protocolo de Intenções e no Estatuto Social do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05, e seu Decreto Regulamentador nº 6.017/2007.

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar e nomear a **servidor**a da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, **para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização d**o CONTRATO ADMINISTRATVO Nº 004/2021. **–** Consórcio Inter-

municipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT - CNPJ n°. 01. 870.663/0001-20.

**Jussara Araújo Pereira** - **Responsável pela Secretaria Municipal** de Saúde.

**Art. 2° -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11/01/2021 e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete (27) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS**
**NOTIFICAÇÃO Nº 030/2021**

**NOTIFICAÇÃO Nº 030/2021**

Nome/R. Social: DANIEL TEIXEIRA DOS REIS

CNPJ/CPF7: 011.584.781-27

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Quadra: 14 Lote: 03

Endereço**: RUA SANTA CATARINA Nº. 288** Bairro**: JARDIM ANAPOLIS** – ARAPUTANGA/MT

**LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018**

**Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/MT, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.**

**Art. 6º** - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

**Parágrafo Único:** Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) conforme **Art. 9º** para cada lote, nos termos da referida lei.

**Advertência:** É expressadamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes, Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

**Art.50º -** Ficam Vedadas:

**I -** A queima ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida **(Art. 50º, Lei 993/2011).**

**Punição:** Multa de **01 UPF/MT a 67,19 UPF/MT (Art. 144º § 1º, I – Lei 993/2011**).

**Art.54º** - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa (**Art. 54º**, **Lei Federal 9.605/ 1998)**

Araputanga, 25 de Janeiro de 2021

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS**
**NOTIFICAÇÃO Nº 029/2021**

**NOTIFICAÇÃO Nº 029/2021**

Nome/R. Social: HUGO MAYKON BORGES

CNPJ/CPF7: 046.780.201-79

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Quadra: 22 Lote: 04

Endereço**: RUA SANTA CATARINA Nº. 368** Bairro**: JARDIM ANAPOLIS** – ARAPUTANGA/MT

**LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018**

**Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/MT, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.**

**Art. 6º** - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

**Parágrafo Único:** Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) conforme **Art. 9º** para cada lote, nos termos da referida lei.

**Advertência:** É expressadamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes, Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

**Art.50º -** Ficam Vedadas:

**I -** A queima ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida **(Art. 50º, Lei 993/2011).**

**Punição:** Multa de **01 UPF/MT a 67,19 UPF/MT (Art. 144º § 1º, I – Lei 993/2011**).

**Art.54º** - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa (**Art. 54º**, **Lei Federal 9.605/ 1998)**

Araputanga, 25 de Janeiro de 2021

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO**
**PORTARIA N.º 080/2021**

DESIGNAR A SERVIDORA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023 E 024/2021, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CENTRO DE ENFRENTAMENTO AO COVID -19.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear as servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sra. Joelma Soares Beliato, como fiscal titular e a Sra. Gisely Apª Medeiros de Lima como fiscal suplente, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização dos CONTRATOS ADMINISTRATIVOS oriundo da Dispensa de Licitação n°. 003/2021:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 023/2021 – FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 03.250.803/0001-92.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 024/2021 – MEDMAIS SAÚDE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ Nº 33.665.884/0001-52.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 083/2021**

**PORTARIA N.º 083/2021**

**DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 003/2021, CUJO OBJETO** Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a delegação do Município de **ARAPUTANGA-MT**, para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, **para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização d**o CONTRATO ADMINISTRATVO Nº 003/2021. **–** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL - CNPJ n°. 08.979.143/0001-07.

**Francisco Tiburcio de Carvalho** - Responsável pela Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura.

**Art. 2° -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11/01/2021 e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete (27) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS**
**NOTIFICAÇÃO Nº 017/2021**

**NOTIFICAÇÃO Nº 017/2021**

Nome/R. Social: ADEMIR PEREIRA SANTANA

CNPJ/CPF7: 629.420.931-53

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Quadra: 09 Lote: 05

Endereço**: RUA 12 DE OUTUBRO Nº. 810** Bairro**: LOTEAMENTO RIKA** – ARAPUTANGA/MT

**LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018**

**Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/MT, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.**

**Art. 6º** - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

**Parágrafo Único:** Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) conforme **Art. 9º** para cada lote, nos termos da referida lei.

**Advertência:** É expressadamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes, Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

**Art.50º -** Ficam Vedadas:

**I -** A queima ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida **(Art. 50º, Lei 993/2011).**

**Punição:** Multa de **01 UPF/MT a 67,19 UPF/MT (Art. 144º § 1º, I – Lei 993/2011**).

**Art.54º** - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa (**Art. 54º**, **Lei Federal 9.605/1998)**

Araputanga, 18 de Janeiro de 2021

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS**
**NOTIFICAÇÃO Nº 015/2021**

**NOTIFICAÇÃO Nº 015/2021**

Nome/R. Social: IVAILTON GOUVEIA BORGES

CNPJ/CPF7: 003.085.331-19

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Quadra: 09 Lote: 03,04

Endereço**: RUA 12 DE OUTUBRO Nº. 786,798** Bairro**: LOTEAMENTO RIKA** – ARAPUTANGA/MT

**LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018**

**Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/MT, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.**

**Art. 6º** - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

**Parágrafo Único:** Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) conforme **Art. 9º** para cada lote, nos termos da referida lei.

**Advertência:** É expressadamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes, Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

**Art.50º -** Ficam Vedadas:

**I -** A queima ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida **(Art. 50º, Lei 993/2011).**

**Punição:** Multa de **01 UPF/MT a 67,19 UPF/MT (Art. 144º § 1º, I – Lei 993/2011**).

**Art.54º** - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa (**Art. 54º**, **Lei Federal 9.605/1998)**

Araputanga, 18 de Janeiro de 2021

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS**
**NOTIFICAÇÃO Nº 020/2021**

**NOTIFICAÇÃO Nº 020/2021**

Nome/R. Social: GLEMES LUIZ DE LIMA

CNPJ/CPF7: 570.548.191-87

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Quadra: 32 Lote: 05

Endereço**: RUA D Nº. 659** Bairro**: LOTEAMENTO FURLAN** – ARAPUTANGA/MT

**ENDEREÇO CONTRIBUINTE:**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018**

**Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/MT, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.**

**Art. 6º** - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

**Parágrafo Único:** Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) conforme **Art. 9º** para cada lote, nos termos da referida lei.

**Advertência:** É expressadamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes, Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

**Art.50º -** Ficam Vedadas:

**I -** A queima ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida **(Art. 50º, Lei 993/2011).**

**Punição:** Multa de **01 UPF/MT a 67,19 UPF/MT (Art. 144º § 1º, I – Lei 993/2011**).

**Art.54º** - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa (**Art. 54º**, **Lei Federal 9.605/1998)**

Araputanga, 19 de Janeiro de 2021

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

**GABINETE - DEPTO JURIDICO**
**COVID-19: LEI MUNICIPAL Nº 1.425/2021**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.425/2021**

**REGULAMENTA E INSTITUI A GRATIFICAÇÃO DE PLANTÃO E SOBREAVISO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE: MÉDICOS, ENFERMEIROS, TÉCNICOS/AUXILIARES DE ENFERMAGEM, MOTORISTAS, AUXILIARES ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS,** Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º - Esta lei regulamenta e institui o regime de plantão e de sobreaviso aos servidores públicos municipais que ocupam as funções de médico(a), enfermeiro(a), técnico/auxiliar de enfermagem, motorista, auxiliar administrativo e auxiliar de serviços gerais, no atendimento ao enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19).**

**Parágrafo Único: Esta Lei é, unicamente, exclusiva para o período de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), findando-se com o encerramento das atividades do Centro de COVID-19, pela Secretária de Saúde do Município de Araputanga.**

**Art. 2º** - Para fins da presente lei ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

**I –** Plantão: regime de serviços prestados pelo servidor diretamente na unidade administrativa, de forma contínua e ininterrupta, fora do horário normal de expediente;

**II –** Sobreaviso: o servidor permanece em sua residência a disposição da Administração, fora do horário normal de expediente, para ser convocado ao serviço quando necessário.

**Art. 3º -** Os Plantões poderão ser em quaisquer dias, sendo plantões de 12 horas, das 06h00m às 18h00m, e das 18h00m às 06h00m do dia seguinte;

**Art. 4º -** Os servidores plantonistas serão comunicados através da Secretaria Municipal de Saúde, mediante escala de Plantão afixada todo dia 1º

de cada mês no mural da própria Secretaria e/ou unidade administrativa de saúde.

**Parágrafo único -** Nos casos de urgência/emergência ou de necessidade do serviço público, poderá o Secretário Municipal de Saúde alterar a escala de plantão, ou até mesmo, poderá dispensar a escala de plantonistas estabelecida neste artigo e convocar os servidores por intimação verbal ou via telefônica, que posteriormente será objeto de relatório, firmado pela autoridade superior.

**Art. 5º -** O valor dos Serviços de Plantonista aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde será o seguinte:

**I –** Por plantões de 12h, aos:

**a)** Médico(a) R$**1.000**,00 (mil reais);

**b)** Enfermeiro(a) R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais);

**c)** Técnico/Auxiliar de enfermagem R$ 200,00 (duzentos reais);

**d)** Motorista R$ **150**,00 (cento e cinquenta reais);

**e)** Auxiliar Administrativo R$ 90,00 (noventa reais);

**f)** Auxiliar de serviços gerais R$ 90,00 (noventa reais);

**II –** Por plantões de 24h, aos:

**a)** Médico(a) R$**2.000**,00 (dois mil reais);

**b)** Enfermeiro(a) R$ 900,00 (novecentos reais).

**c)** Técnico/Auxiliar de enfermagem R$ 400,00 (quatrocentos reais);

**d)** Motorista R$ **300**,00 (trezentos reais);

**e)** Auxiliar Administrativo R$ 180,00 (cento e oitenta **reais);**

**f)** Auxiliar de serviços gerais R$ 180,00 (cento e oitenta **reais);**

**III – Pela transferência de pacientes para Hospitais de referência:**

a) Médico para acompanhamento de pacientes em viagens para Cuiabá, R$ 1.000,00 (mil reais) por viagem;

b) Médico para acompanhamento de pacientes para Cáceres e Pontes de Lacerda, R$ 500,00 (quinhentos reais) por viagem;

c) Enfermeiro para acompanhamento de pacientes em viagens para Cuiabá, R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais) por viagem;

d) Enfermeiro para acompanhamento de pacientes em viagens Cáceres e Pontes de Lacerda R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) por viagem;

e) Técnico de enfermagem para acompanhamento de pacientes em viagens para Cuiabá, R$ 200,00 (duzentos reais) por viagem;

f) Técnico de enfermagem para acompanhamento de pacientes em viagens Cáceres e Pontes de Lacerda, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por viagem.

**§1º -** O valor do Regime Especial será pago por plantão individualmente na folha de pagamento de cada funcionário.

**§2º -** As importâncias pagas a título de Plantão e em estado de Disponibilidade não se incorporarão aos vencimentos ou salários para nenhum efeito, não incidindo sobre elas vantagens de qualquer natureza.

**§3º -** As importâncias de que trata este artigo não sofrerão os descontos previdenciários e de assistência médica.

**§4º -** Os servidores em regime de plantão não poderão deslocar-se do Município sem autorização da Secretaria Municipal de Saúde, e não haverá pagamento acumulativo para acompanhamento.

**Art. 6º -** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar médicos exclusivamente para prestar serviços médicos em regime de plantão, respeitando os valores e carga horária estabelecida no art. 5º, I, 'a', II 'a', desta lei.

**Parágrafo único:** A contratação de médico poderá dar-se por meio de contratação temporária (ACT), por regime de prestação de serviços e/ou pelo regime de credenciamento.

**Art. 7º -** Fica instituído o regime de sobreaviso aos servidores municipais.

**§1º -** O regime de sobreaviso será remunerado a razão de 1/3 do valor da hora normal de trabalho.

**§2º -** O regime de sobreaviso somente é aplicado aos motoristas que trabalham nas Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 8º -** Os servidores em regime de sobreaviso serão comunicados através da Secretaria Municipal de Saúde, mediante escala de sobreaviso afixada todo dia 1º de cada mês no mural da própria Secretaria e/ou repartição administrativa.

**Art.9º -** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a necessidade da administração pública, por ato próprio, alterar os horários dos plantões e sobreaviso.

**Parágrafo Único:** Aos servidores públicos que estiverem em escala de plantão, a Secretaria Municipal de Saúde fornecerá alimentação.

**Art. 10 -** As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias de cada exercício financeiro, apropriadas para tal fim.

**Art. 11 –** No que couber, esta Lei poderá ser regulamentada através de Decreto Municipal pelo Poder Executivo.

**Art. 12 -** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 13 -** Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete (27) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS**
**NOTIFICAÇÃO Nº 026/2021**

**NOTIFICAÇÃO Nº 026/2021**

Nome/R. Social: ROSINEY DOS REIS FERREIRA

CNPJ/CPF7: 914.972.301-44

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Quadra: 28 Lote: 14

Endereço**: RUA SANTA CATARINA Nº. 417** Bairro**: JARDIM ANAPOLIS** – ARAPUTANGA/MT

**LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018**

**Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/MT, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.**

**Art. 6º** - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

**Parágrafo Único:** Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar

as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) conforme **Art. 9º** para cada lote, nos termos da referida lei.

**Advertência:** É expressadamente proibido o uso do fogo para a Limpeza de Lotes, Urbanos, sob pena de aplicação das sansões previstas em Lei.

**Art.50º -** Ficam Vedadas:

**I -** A queima ar livre de materiais que comprometam, de alguma forma, o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida **(Art. 50º, Lei 993/2011).**

**Punição:** Multa de **01 UPF/MT a 67,19 UPF/MT (Art. 144º § 1º, I – Lei 993/2011**).

**Art.54º** - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa (**Art. 54º**, **Lei Federal 9.605/1998)**

Araputanga, 22 de Janeiro de 2021

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N°.085/2021**

**PORTARIA N.º 085/2021DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 005/2021, CUJO OBJETO** rateio dos custos com a manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Protocolo de Intenções e no Estatuto Social do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05, e seu Decreto Regulamentador nº 6.017/2007.**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67. **RESOLVE:**Art. 1º - Designar e nomear a **servidor**a da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, **para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização d**o CONTRATO ADMINISTRATVO Nº 005/2021. **–** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT - CNPJ n°. 01.870.663/0001-20.**Jussara Araújo Pereira** - **Responsável pela Secretaria Municipal** de Saúde.**Art. 2° -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11/01/2021 e as disposições em contrário.Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete (27) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e um (2021).**ENILSON DE ARAÚJO RIOSPREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**
**LEI MUNICIPAL N° 1.463 ATÉ 1.466/2021**

**LEI MUNICIPAL N° 1.463/2021**

**EMENTA:** ***AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME DANDO-SE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDERSON FIGUEIREDO** usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, a lei orgânica municipal, a estrutura administrativa da prefeitura municipal, art. 37 inc. IX da Constituição federal, subsidiariamente ao plano de cargos, carreiras, funções e vencimentos dos servidores públicos municipais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado ao Poder Executivo proceder, em nome do Município de Arenápolis -MT, a contratação de serviços pessoais, específicos, profissionais, ocupacionais e/ou técnicos, para a complementação dos serviços de manutenção dos órgãos públicos municipais, em garantia da prestação continuada dos serviços essenciais à população e ainda para atendimento de situação de emergência, casos fortuitos, força maior e acréscimo extraordinário de serviço.

**§1°** De igual modo, fica autorizado ao chefe do Executivo Municipal de Arenápolis/MT, a realizar processo Licitatório ou dispensa de licitação conforme a Lei 8.666/93, a fim de contratar uma Empresa para realização do Certame/Processo Seletivo Simplificado.

**§2°**- A contratação temporária dos serviços de que trata o "*caput"* deste artigo se dará de forma precária para suprir a deficiência de recursos humanos, e/ou substituição de pessoal de cargo em comissão, em atendimento ao interesse eminentemente público, atendidos aos pressupostos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Para o atendimento aos objetivos a que se propõe a presente lei fica também autorizado ao Poder Executivo a proceder, em nome da municipalidade, a contratação de prestadores de serviços eventuais objetivando, a continuidade dos serviços públicos, e acréscimos extraordinários de serviços, descritas na estrutura do ANEXO I desta lei.

**Art. 3º** - A seleção de pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante Processo Seletivo Simplificado realizado por empresa eleita mediante Processo Licitatório, dentro de critérios isonômicos, sujeito a ampla e prévia divulgação por meio de edital, onde constara obrigatoriamente:

**I –** O número de vagas a serem preenchidas;

**II –** O número de vagas de classificados onde obrigatoriamente constarão do cadastro de reserva;

**III** – A remuneração do cargo;

**IV**- A carga horária que o servidor contratado por excepcionalidade estará sujeito;

**V –** As atribuições do cargo;

**§1° -** A empresa contratada ficará responsável por todos os atos do Processo Seletivo Público, desde abertura do Edital até o Resultado Final, salvo nos casos de atos que sejam de competência do Poder Executivo ou seu representante.

**§2º** - Os vencimentos dos servidores a serem contratados estarão sujeitos às disposições desta Lei,e excepcionalmente deacordo com o Plano de Cargos Carreiras e Salários do funcionalismo público municipal, com a necessidade administrativa e a disponibilidade financeira dos cofres públicos municipais.

**§3º -** Os aprovados e os classificados no cadastro de reserva serão contratados conforme a excepcionalidade, e necessidade do poder público, em estrita obediência aos dispositivos legais vigentes.

**§4°** - Fica autorizado a suspensão unilateral do contrato pela administração pública, com a paralisação dos serviços e a prestação pecuniária em casos específicos devidamente justificados.

**§5°** - A contratação dos Professores de Pedagogia por meio do processo seletivo será de acordo com a necessidade da Administração Pública e em caráter temporário e precário para substituição de efetivos que ocupem cargos comissionados na administração pública municipal e enquanto perdurar a ocupação dos efetivos nos referidos cargos comissionados, observado o disposto no Art. 9°.

**§6°** - A contratação dos demais cargos por meio do processo seletivo será de acordo com a necessidade da Administração Pública e em caráter temporário e precário para suprir a necessidade ao preenchimento temporário das vagas não preenchidas pelo concurso público, observado o disposto no Art. 9°.

**Art. 4º** - Fica autorizada a contratação por meio de Processo Seletivo Simplificado os casos de prestação de serviços continuados e de caráter essencial ao interesse público, vinculados a programas, projetos e convênios do Governo Federal e Estadual.

**Art. 5º** - As contratações por excepcional interesse público autorizados por essa lei se darão no decorrer do exercício financeiro de 2021 e 2022, extinguir-se-á, sem direito a indenização:

**I –** Pelo término do prazo contratual

**II –** Por iniciativa de ambas as partes

**III-** Unilateralmente a qualquer tempo por conveniência da administração pública sendo a mesma devidamente justificada, e caso regressar os motivos da excepcionalidade, no caso da rescisão unilateral pela administração, fica assegurado a contratação do mesmo classificado;

**Art. 6º** - Os contratos somente poderão ser firmados com observância de dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 7º** - É vedada a contratação de servidores que já estejam em regime de acumulação legal de cargos, empregos ou funções, bem assim aquela que importe em acumulação não permitida constitucionalmente.

**Art. 8°** - A contratação deverá ser efetivada em cumprimento ao disposto nesta lei, e respeitado os princípios gerais de direito público, e a necessidade da Administração Pública.

**Art. 9°** – As contratações por excepcional interesse público terá duração máxima de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período por uma única vez.

**Art. 10.** Fica autorizada a rescisão unilateral do contrato pela administração pública, justificado pela perda da excepcionalidade da contratação conforme dispositivos legais vigentes, e em obediência ao princípio de legalidade, economicidade e excepcionalidade.

**Art. 11** - O tempo de serviço prestado por força da contratação, nos termos da presente lei, será contado para todos os fins e efeitos.

**Art. 12** - Além das condições estabelecidas nesta Lei, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

**Art. 13** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2021 e subseqüentes, suplementadas se necessário.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2021/2024 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2021 e 2022 caso este seja prorrogado.

**Art. 14** – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias de sua publicação.

**Art. 15** – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei.

**Art. 16** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 27 dias de janeiro 2021.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO DE ARENÁPOLIS-MT**

**ANEXO I**

| Cargos | VAGAS | SALARIOS |
|---|---|---|
| Recepcionista<br>40 (quarenta) horas semanais | 04 | R$ 1.100,00 |
| Tec. Enfermagem<br>40 (quarenta) Horas Semanais | 03 | R$ 1.498,62 |
| Auxiliar de Consultório Dentário<br>40 (quarenta) Horas Semanais | 03 | R$ R$ 1. 100,00 |
| Prof. Pedagogia<br>30 (trinta) horas semanais | 09<br>SUBSTITUIR COMISSIONADOS | R$ 3.011,15 |
| Monitor<br>40 (quarenta) horas semanais | **20** | R$ 1.100,00 |
| Operador de Máquinas<br>40 (quarenta) horas semanais | **01** | R$ 1.498,61 |
| Gari<br>40 (quarenta) horas semanais | **08** | R$1.100,00 |
| Braçal<br>40 (quarenta) horas semanais | **12** | R$ 1.100,00 |

**LEI MUNICIPAL N.º 1.464/2021**

**"Dispõe Sobre a Autorização de um Credito Especial para Inclusão no PPA, LDO e LOA do exercício de 2021. e da Outras Providências".**

**EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos nos artigos 166, § 4º, 167 inciso VI da Constituição Federal, e artigo 42 e 43 da Lei Federal 4320/64, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Esta lei autoriza a inclusão no Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2021, o Projeto Atividade – 1098- no valor de R$.110.000,00 (cento e dez mil reais) referente a Aquisição de 01 (uma) Ambulância, para a Secretaria de Saúde, deste Município, conforme discriminado:

| ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | VALOR |
|---|---|
| UNIDADE: – 021- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| FUNÇÃO: 10 – SAUDE | |
| SUB-FUNÇÃO: 302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | |
| PROGRAMA: 0016- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| PROJETO ATIVIDADE: 1098 – AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA | |
| ELEMENTO DE DESPESA:<br>44.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente<br>Fonte- 142<br>Fonte- 146.074<br>**Total** | 85. 000,00<br>25. 000,00<br>**110. 000,00** |

**Art. 2º-** Os Créditos autorizados no artigo 1º desta Lei, serão abertos através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem alocados e reduzidos, utilizando-se como recurso Anulação de dotação conforme discriminado:

| ORGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO | VALOR |
|---|---|
| UNIDADE: – 002- DEPARTAMENTO FINANCEIRO | |
| FUNÇÃO: – RESERVA DE CONTINGENCIA | |
| SUB-FUNÇÃO: 999 – RESERVA DE CONTINGENCIA | |
| PROGRAMA: 9999- RESERVA DE CONTINGENCIA | |
| PROJETO ATIVIDADE: 9999 – RESERVA DE CONTINGENCIA | |
| ELEMENTO DE DESPESA:<br>9999.99.00.00- Reserva de Contingencia<br>Fonte- 100<br>**Total** | 110. 000,00<br>**110.000,00** |

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 27 dias do mês de janeiro de 2021.

---

**EDERSON FIGUEIREDO**

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

**LEI MUNICIPAL N.º 1.465/2021**

**"Dispõe Sobre a Autorização de um Credito Especial para Inclusão no PPA, LDO e LOA do exercício de 2021. e da Outras Providências".**

**EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos nos artigos 166, § 4º, 167 inciso VI da Constituição Federal, e artigo 42 e 43 da Lei Federal 4320/64, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Esta lei autoriza a inclusão no Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2021, o Projeto Atividade – 2108- no valor de R$.50.000,00 (cinquenta mil reais) referente a Aquisição de insumos, para a Secretaria de Saúde, deste Município, conforme discriminado:

| ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | VALOR |
|---|---|
| UNIDADE: – 021- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| FUNÇÃO: 10 – SAUDE | |
| SUB-FUNÇÃO: 302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | |
| PROGRAMA: **0034 – COVID 19 - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.** | |
| PROJETO ATIVIDADE: 2108 – INSUMOS- AÇÕES DE COMBATE COVID 19 | |
| ELEMENTO DE DESPESA:<br>33.90.30.00.00- Material de Consumo<br>Fonte- 142<br>**Total** | 50.<br>000,00<br>**50.<br>000,00** |

**Art. 2º-**Os Créditos autorizados no artigo 1º desta Lei, serão abertos através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem alocados e reduzidos, utilizando-se como recurso Anulação de dotação conforme discriminado:

| ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | VALOR |
|---|---|
| UNIDADE: – 021- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| FUNÇÃO: 10 – SAUDE | |
| SUB-FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BASICA | |
| PROGRAMA: 0013- ATENÇÃO BASICA | |
| PROJETO ATIVIDADE: 2056 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DOS PSF'S | |
| ELEMENTO DE DESPESA:<br>33.90.30.00.00- Material de Consumo<br>Fonte- 146<br>**Total** | 50.<br>000,00<br>**50.<br>000,00** |

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 27 dias do mês de janeiro de 2021.

---

**EDERSON FIGUEIREDO**

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

**LEI MUNICIPAL N.º 1.466 /2021**

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR".".**

**EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, atendendo os dispostos nos artigos 166, § 4º, nos termos dos artigos 42 e 43 § 1, inciso I da Lei federal 4.320/64 e Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, no montante de R$.320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), conforme discriminado:

**Órgão: 06 –** Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade: 001 –** Fundo Municipal de Saúde

**Função: 10–** Saúde

**Subfunção: 122 –** Administração Geral

**Programa: 0034 – COVID 19 - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.**

**Ação: 2103 –** ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19

**Fonte/Recurso: 0.1.46.074 –** SUS União – Ações de Saúde para Enfrentamento do Coronavírus

Elemento de Despesa:

33.90.30.00.00 – Material de Consumo R$. 180.000,00

33.90.32.00.00 – Material de Distribuição Gratuita R$. 50.000,00

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica R$. 60. 000,00

44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R$. 30.000,00

**TOTAL .....R$. 320.000,00**

**Art. 2º-** Para dar cobertura ao artigo 1º desta lei será utilizado recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício anterior da fonte de Recursos: 146.074 – Transferência do FNS(Fundo Nacional da Saúde) fundo a fundo, recursos provenientes do COVID 19, recebidos no exercício de 2020.

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 27 dias do mês de janeiro de 2021.

**EDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO N.º 89/2020**

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital n.º 89/2020, levado a efeito às **08h00min** do dia **12/01/2021,** sagraram-se vencedoras: a empresa **3M COMÉRCIO DE MAT. ELÉTRICO E CONSTR. E EQTOS LTDA,** inscrita no CNPJ Nº. 04.347.124/0001-07 **vencedora de 06 itens totalizando R$ 83.737,90**, a empresa **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MAT. ELÉTRICOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ Nº. 00.226.324/0001-42 **vencedora de 05 itens totalizando R$ 113.395,00,** e a empresa **LUZ & CIA EIRELI,** inscrita no CNPJ Nº. 31.075.299/0001-77 **vencedora de 06 itens totalizando R$ 113.443,00, e o certame totalizando em R$ 310.575,90.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 27 de janeiro de 2021.

Tamara Piran da Silva

Pregoeira

**LICITAÇÃO**
**ATA DE R.P. N.º 20/2021**

**Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 089/2020**

**Validade: 12 (doze) meses.**

*Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.*

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Fracisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Srª. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI EPP,** inscrita no CNPJ N.º 00.226.324/0001-42, Inscrição Estadual N.° 10.136.759-7, Inscrição Municipal N.º 037.348-6, com sede na Rua R-5, n.º 140, QD R9, LOTE 19, Bairro: Setor Oeste, município de Goiânia, Estado de Goiás - CEP N.º 74.125-070, Telefone: (062) 3924-7226, e-mail: eletricaluzz@gmail.com, representada por seu proprietário **Sr. Marajá Serafim de Sousa**, portador do RG N.º 2952119 SSP/GO e CPF N.º 591.077.151-53, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 089/2020,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1.OBJETO E PREÇOS**

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 089/2020, abaixo especificados:

| SEQ. | ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | UND. | QNTD. | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 687118 | BASE PARA RELE FOTO CELULA | EXATRON | PACOTE | 2000 | R$ 5,46 | R$ 10.920,00 |
| 2 | 694346 | LAMPADA VAPOR DE METALICA TUBULAR - 250W - PADRÃ O HQI - MODELO MTQ - E-40 - TEMPERATURA DE COR 500 0 K -EFICÁCIA LUMENS MINIMO DE 104 LM / W - VIDA UTIL MINIMO DE 10.000 HR - CORRENTE NOMINAL DE 400 MA - TENSÃO DE ARCO DE 100+-10% - BULBO T46 - DIMENSÃO DE D=46MM, H=245MM - PESO 0,196 KG - QUANTIDADE POR CAIXA 20 UND. GARANTIA DE UM ANO A PARTIR DA NOTA FISCAL DE COMPRA. INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM E PRODUTO. (DESCRIÇÃO REFERENCIA DEMAPE OU SIMILAR). | EMPALUX | UNIDADE | 1000 | R$ 33,46 | R$ 33.460,00 |
| 3 | 18569 | LUMINARIA E-40 ABERTA 4LX-450/AB | JRC | UNIDADE | 500 | R$ 60,19 | R$ 30.095,00 |
| 4 | 687423 | RELE FOTO CELULA 220V X 1000W | EXATRON | UNIDADE | 2000 | R$ 12,46 | R$ 24.920,00 |
| 5 | 695095 | SOQUETE BOCAL PORCELANA E-40, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E COM SELO PROCEL/INMETRO. | DECORLUX | UNIDADE | 2000 | R$ 7,00 | R$ 14.000,00 |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | | **R$ 113.395,00** |

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 089/2020**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**3. DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária**, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, após a execução do objeto solicitado parceladamente,** e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de

reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 12 (doze) meses, porém a entrega deverá ser em até **05 (cinco) dias** após a Contratada receber a "NAD" (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A entrega será executada de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

**5. DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1. Órgão Gerenciador:**

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

**5.2. Da Detentora da Ata:**

5.2.1. Fornecer os objetos solicitados nas quantidades, prazo e local indicado pela Secretaria, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta; 5.2.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia; 5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o que determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação; 5.2.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato; 5.2.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.10. A contratada ficará responsável para a entrega dos objetos em horário comercial, das 7:00h às 13:00h (horário local) de segunda a sexta-feira, no seguinte endereço. 5.2.11. Local da Entrega:

| LOCAL | TELEFONE | ENDEREÇO |
|---|---|---|
| Secretaria Municipal de Infraestrutura | (66) 3565-1694 | Rua Salustiano Alves Correia, esq. com a Rua Divina Fritzen, nº 191. – Bairro Modulo I |

**6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. Os serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Todo o serviço deverá ser executado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**7. DAS PENALIDADES**

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. Os serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. Os serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**11. DAS COMUNICAÇÕES**

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 089/2020** e a proposta da empresa **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI EPP** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**13. DO FORO**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privi vlegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

**Aripuanã – MT, 27 de Janeiro de 2021.**

**SELUIR PEIXER REGHIN**

Prefeita Municipal

**ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI EPP**

CNPJ N.º 00.226.324/0001-42

Marajá Serafim de Sousa

CPF N.º 591.077.151-53

Proprietário

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

## GABINETE DO PREFEITO
## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: 3 QUADRIMESTRE 2020

| | |
|---|---|
| **SICONFI** | **Relatório de Gestão Fiscal** |
| **TESOURO NACIONAL** | **Câmara de Vereadores de Aripuanã - MT (Poder Legislativo)** |
| **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro** | **.Or/çamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ: 01.875.665/0001-01** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 3 quadrimestre** |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (pg 1 a 4)**

| Despesas com Pessoal | Despesas Executadas com Pessoal | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESCPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
| | <MR11> | <MR10> | <MR9> | <MR8> | <MR7> | <MR6> | <MR5> | <MR4> | <MR3> | <MR2> | <MR1> | <MR> | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| Despesas com Pessoal (Ultimos 12 Meses) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (**I**) | 145215,13 | 159.870,98 | 152.927,02 | 158.528,47 | 172.643,27 | 156.553,90 | 158.306,05 | 159.068,52 | 158.265,82 | 151.617,77 | 150.487,18 | 178.644,99 | | 1.902.129,10 |
| Pessoal Ativo | 145215,13 | 159.870,98 | 152.927,02 | 158.528,47 | 172.643,27 | 156.553,90 | 158.306,05 | 159.068,52 | 158.265,82 | 151.617,77 | 150.487,18 | 178.644,99 | | 1.902.129,10 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 123594,51 | 136.325,83 | 131.066,37 | 134.824,25 | 145.974,72 | 133.125,18 | 134.365,47 | 137.293,95 | 136.664,68 | 130.542,99 | 129.567,27 | 153.665,48 | | 1.627.010,70 |
| Obrigações Patronais | 21620,62 | 23.545,15 | 21.860,65 | 23.704,22 | 26.668,55 | 23.428,72 | 23.940,58 | 21.774,57 | 21.601,14 | 21.074,78 | 20.919,91 | 24.979,51 | | 275.118,40 |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reservas e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (**II**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8548,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8548,34 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8548,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8543,34 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| **Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados** | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (**III**) = (**I-II**) | 145215,13 | 159870,98 | 152.927,02 | 158.528,47 | 172.643,27 | 156.553,90 | 158.306,05 | 159.068,52 | 149.717,48 | 151.617,77 | 150.487,18 | 178.644,99 | | 1.893.580,76 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (pg 2 a 4)**

| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | |
|---|---|---|
| | Valor | % sobre a RCL Ajustada |
| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (**IV** | 140292484,03 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (§ 13º, art. 166 da CF) (V) | 0,00 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas de Bancadas (§ 13º, art. 166 da CF) (**VI**) | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (**VII**) = (**IV** – V - **VI**) | 140.292.484,03 | |
| DESPESA COM PESSOASL – DTP (**VIII**) = (**III** a + **III** b) | 1.894.896,76 | **1,35** |
| LIMITE MÁXIMO (**IX**) (incisos **I**, **II** e **III**, art. 20 da LRF) | 8.417.549,04 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x **IX**) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 7.996.671,59 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (**XI**) = (0,90 x **IX**) (inciso **II** do §1º do art. 59 da LRF) | 7.575.794,14 | 5,40 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (pg 2 a 4)**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| Notas Explicativas | 31/12/20 |
| Notas Explicativas | - |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (pg 3 a 4)**

| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício em que Excedeu o Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | |
| | No Quadrimestre/Semestre | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b-a) | Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c) | Limite (e) = (b-d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f-a) | Limite (h) = (a) | % DTP (i) |
| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | -- | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Valores Percentuais | | | | | | | | | |

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (pg 4 a 4)

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| Notas Explicativas | 31/12/20 |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| Digitally Signed By IRANI RODRIGUES DOS SANTOS:40837505291<br>Date: 2020.09.23 09:31:25 GMT-04:00<br>Perfil: Titular do Poder Legilsativo<br>Instituição Câmara de Vereadores de Aripuanã - MT |
| Assinatura: 2 |
| Assinatura: 3 |
| Assinatura: 4 |
| Assinatura: 5 |
| Assinatura: 6 |

## LICITAÇÃO
## ATA DE R.P. N.º 19/2021

**Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 089/2020**

**Validade: 12 (doze) meses.**

*Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.*

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Fracisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Srª. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO**

**E EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ N.º 04.347.124/0001-07, Inscrição Estadual N.° 13.200.164-0, Inscrição Municipal N.º 27.609, com sede na Avenida Frei Coimbra, n.º 500, Bairro: Nova Várzea Grande, município de Várzea Grande , Estado de Mato Grosso - CEP N.º 78.130-386, Telefone: (065) 3029-1234 / (065) 3684-7209, e-mail: licitacao@3mmateriaiseletricos.com.br, representada por sua proprietária **Srª. Edileia Araújo Almeida Macedo**, portadora do RG N.º 1589481-9 SSP/MT e CPF N.º 007.364.371-85, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 089/2020,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1.OBJETO E PREÇOS**

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 089/2020, abaixo especificados:

| SEQ. | ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | UND. | QNTD. | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 51620 | BRACO LUMINARIA 3.0MTS GALVANIZADO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E DATA DE FABRICACAO. | M3 | UNIDADE | 200 | R$ 92,20 | R$ 18. 440,00 |
| 2 | 689971 | CONECTOR PERFURANTE 25-120/25-120 | ALLED | UNIDADE | 100 | R$ 19,24 | R$ 1. 924,00 |
| 3 | 707006 | FIO COBRE FLEXIVEL 1,5 MM, ROLO COM 100M, NA COR BRANCA | SILFLEX | UNIDADE | 2 | R$ 145,65 | R$ 291,30 |
| 4 | 707004 | FIO COBRE FLEXIVEL 1,5 MM, ROLO COM 100M, NA COR PRETA | SILFLEX | UNIDADE | 2 | R$ 145,65 | R$ 291,30 |
| 5 | 707005 | FIO COBRE FLEXIVEL 1,5 MM, ROLO COM 100M, NA COR VERMELHA | SILFLEX | UNIDADE | 2 | R$ 145,65 | R$ 291,30 |
| 6 | 694347 | REATOR VAPOR DE SODIO/METALICO - EXTERNO - PINTADO - DE 400 W - MODELO RVS AFP - DE ALTA PRESSAO - FP DE 0,94 - PERDA NO MAXIMO 32W - RENDIMENTO DE 0,85 - CORRENTE DE REDE DE 2.090 MA - TENSAO NOMINAL DE 220V - TENSAO DE PULSO DE 2,8 A 4,5 KV - CAPACITOR DE 45 ?F - PESO DE 5,91 KG - DIMENSOES A=90MM X B=200MM C=85MM X D=100MM - QUANTIDADE POR CAIXA 04 UNIDADES - COM INFORMAÇÕES DO PRODUTO DE LOTE FABRICAÇÃO SELO PROCEL E INFORMAÇÕES TECNICAS I MPRESSA NO CORPO DO PRODUTO EXTERNO GRAVADA E OU PINTADA E NÃO COLADA - GARANTIA DE UM ANO APARTIR DA NOTA FISCAL DE COMPRA. INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM E PRODUTO. (DESCRIÇÃO REFERENCIA DE MAPE OU SIMILAR). | DEMAPE | UNIDADE | 500 | R$ 125,00 | R$ 62. 500,00 |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | | **R$ 83. 737,90** |

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 089/2020**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**3. DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária**, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, após a execução do objeto solicitado parceladamente,** e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 12 (doze) meses, porém a entrega deverá ser em até **05 (cinco) dias** após a Contratada receber a "NAD" (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A entrega será executada de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

**5. DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1. Órgão Gerenciador:**

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

**5.2. Da Detentora da Ata:**

5.2.1. Fornecer os objetos solicitados nas quantidades, prazo e local indicado pela Secretaria, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta; 5.2.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia; 5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o que determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação; 5.2.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato; 5.2.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.10. A contratada ficará responsável para a entrega dos objetos em horário comercial, das 7:00h às 13:00h (horário local) de segunda a sexta-feira, no seguinte endereço. 5.2.11. Local da Entrega:

| LOCAL | TELEFONE | ENDEREÇO |
|---|---|---|
| Secretaria Municipal de Infraestrutura | (66) 3565-1694 | Rua Salustiano Alves Correia, esq. com a Rua Divina Fritzen, nº 191. – Bairro Modulo I |

**6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. Os serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Todo o serviço deverá ser executado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**7. DAS PENALIDADES**

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. Os serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. Os serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**11. DAS COMUNICAÇÕES**

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 089/2020** e a proposta da empresa **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**13. DO FORO**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privi vlegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

**Aripuanã – MT, 27 de Janeiro de 2021.**

**SELUIR PEIXER REGHIN**

Prefeita Municipal

**3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA**

CNPJ N.º 04.347.124/0001-07

Edileia Araújo Almeida Macedo

CPF N.º 007.364.371-85

Proprietária

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

---

**LICITAÇÃO**
**ATA DE R.P. N.º 21/2021**

**Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 089/2020**

**Validade: 12 (doze) meses.**

*Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.*

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Fracisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Srª. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **LUZ & CIA EIRELI,** inscrita no CNPJ N.º 31.075.299/0001-77, Inscrição Estadual N.° 13.731.664-0, Inscrição Municipal N.º 037.348-6, com sede na Rua Um – Esq. Fernando C. Costa, n.º 4646B, Bairro: Lote JD Alencastro/Coxipó, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP N.º 78.085-008, Telefone: (065) 3661-1700, e-mail: licitacao2@luzecia.net, representada por seu proprietário **Sr. Carlos Alberto Mendonça**, portador do RG N.º 9.210.691-2 SSP/MT e CPF N.º 229.630.651-91, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 089/2020,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1.OBJETO E PREÇOS**

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.*** Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços nº 089/2020, abaixo especificados:

| SEQ. | ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | UND. | QNTD. | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 707475 | CONECTOR PERFURANTE CDP 6 | MCI | UNIDADE | 500 | R$ 5,35 | R$ 2.675,00 |
| 2 | 707007 | FIO COBRE FLEXIVEL 4 MM ROLO COM 100M, NA COR PRETA | TECNOFIOS | UNIDADE | 2 | R$ 364,00 | R$ 728,00 |
| 3 | 694345 | FITA ISOLANTE UTILIZADA PARA ISOLACAO DE FIOS E CABOS ELETRICOS EM GERAL, COBERTURA FINA EM EMEN DAS TERMINACOES FORMANDO UMA CAPA PROTETORA E ALTAMENTE RESISTENTE A ABRASAO. DADOS TECNICOS; FITA ISOLANTE P22; EMBALAGEM ROLO DE 20M X 19MM DE LARGURA X 1,13MM DE ESPESSURA; CONSTITUIDA DE PVC ANTI-CHAMAS; COM CAMADA DE ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINAS SINTETICAS. ADESIVO DE ALTA QUALIDADE RESULTANDO EM GRANDE DURABILIDADE. INFORMACOES NA EMBALAGEM E PRODUTO. ( DESCRICAO REFERENCIA PRISMIAN OU SIMILAR). | DECORLUX | UNIDADE | 200 | R$ 4,60 | R$ 920,00 |
| 4 | 671555 | LAMPADA VAPOR METALICO 400W E-40 (ALTO FATOR DE POTENCIA), EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, GARANTIA MINIMA DE 02 ANOS COM SELO PROCEL/INMETRO. | AVANT | UNIDADE | 200 | R$ 33,70 | R$ 6.740,00 |
| 5 | 707594 | PARAFUSO CABECA QUADRADA (MAQUINA) 16 X 350 MM ACO GALVANIZADO. | SANTA FÉ | UNIDADE | 200 | R$ 11,90 | R$ 2.380,00 |
| 6 | 694343 | REATOR VAPOR DE SODIO/METALICO - EXTERNO - PINTADO - DE 250 W - MODELO RVS AFP - DE ALTA PRESSÃO - FP DE 0,94 - PERDA NO MAXIMO 24W - RENDIMENTO DE 0,85 - CORRENTE DE REDE DE 1320 MA - TENSÃO NOMINAL DE 220V - TENSÃO DE PULSO DE 2,8 A 4,5 KV - CAPACITOR DE 30 ?F - PESO DE 4,06 KG - DIMENSÕES A=90MM X B=175MM X C=75MM X D=88MM - QUANTIDADE POR CAIXA 04 UNIDADES - COM INFORMAÇÕES DO PRODUTO DE LOTE FABRICAÇÃO SELO PROCEL E INFORMAÇÕES TECNICAS IMPRESSA NO CORPO DO PRODUTO EXTERNO GRAVADA E OU PINTADA E NÃO COLADA - GARANTIA DE UM ANO APARTIR DA NOTA FISCAL DE COMPRA. INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM E PRODUTO. (DESCRIÇÃO REFERENCIA DE MAPE OU SIMILAR). | IDEAL | UNIDADE | 1000 | R$ 100,00 | R$ 100.000,00 |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | | **R$ 113.443,00** |

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 089/2020**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**3. DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária**, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, após a execução do objeto solicitado parceladamente,** e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 12 (doze) meses, porém a entrega deverá ser em até **05 (cinco) dias** após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A entrega será executada de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

**5. DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1. Órgão Gerenciador:**

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o

recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

**5.2. Da Detentora da Ata:**

5.2.1. Fornecer os objetos solicitados nas quantidades, prazo e local indicado pela Secretaria, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta; 5.2.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia; 5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o que determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 5.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação; 5.2.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 5.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato; 5.2.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; 5.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato; 5.2.10. A contratada ficará responsável para a entrega dos objetos em horário comercial, das 7:00h às 13:00h (horário local) de segunda a sexta-feira, no seguinte endereço. 5.2.11. Local da Entrega:

| LOCAL | TELEFONE | ENDEREÇO |
|---|---|---|
| Secretaria Municipal de Infraestrutura | (66) 3565-1694 | Rua Salustiano Alves Correia, esq. com a Rua Divina Fritzen, nº 191. – Bairro Modulo I |

**6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. Os serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Todo o serviço deverá ser executado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**7. DAS PENALIDADES**

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. Os serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. Os serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**11. DAS COMUNICAÇÕES**

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 089/2020** e a proposta da empresa **LUZ & CIA EIRELI** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**13. DO FORO**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privi vlegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

**Aripuanã – MT, 27 de Janeiro de 2021.**

**SELUIR PEIXER REGHIN**

Prefeita Municipal

**LUZ & CIA EIRELI**

CNPJ N.º 31.075.299/0001-77

Carlos Alberto Mendonça

CPF N.º 229.630.651-91

Proprietário

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

### DECRETO Nº 008/2021

**DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**, Prefeita do município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 562/2020, de 17 de dezembro de 2020.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para atender as despesas nas rubricas assim classificadas:

Órgão: 01 – CAMARA MUNICIPAL

Unid. Orçamentária: 01 – Câmara Municipal

Atividade: 2001 – Manutenção e Encargos da Câmara

| Dotação | Valor |
|---|---|
| 3.1.90.11.00.0100000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 21.000,00 |
| 3.3.70.41.00.0100000000 - CONTRIBUIÇÕES | 5.000,00 |
| 3.3.90.30.00.0100000000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.000,00 |
| 3.3.90.40.00.0100000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA | 14.000,00 |
| **TOTAL** | **50.000,00** |

Art. 2º - O Crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da redução das rubricas a seguir:

Órgão: 01 – CAMARA MUNICIPAL

Unid. Orçamentária: 01 – Câmara Municipal

Atividade: 2001 – Manutenção e Encargos da Câmara

| Dotação | Valor |
|---|---|
| 3.3.90.93.00.0100000000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 50.000,00 |
| **TOTAL** | **50.000,00** |

Art. 3º **-** Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º **-** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 27 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se

**MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**

**Prefeita Municipal**

### CONTRATO DE RATEIO N. º 001/2021

**AS PARTES:**

**CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – BARÃO-PREVI,** com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ nº 05.204.707/0001-33 situado na Avenida Augusto Leverger, s/n°, Bairro Centro, Barão de Melgaço/MT, representado neste ato pela **Sr. Victor Hugo Lucas Silva,** portadora do CPF n.041.427.941-75 e do RG n. 2054054-0 SSP/MT, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, residente e domiciliado em Barão de Melgaço/MT,doravante denominado simplesmente **CONSORCIADO** e, de outro lado, o

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ N. 26.469.179/0001-14, sediado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representado pelo seu presidente o Sr. **Pedro Ferreira de Souza**, brasileiro, residente e domiciliado Rua 07 de setembro, n° 259, Centro, na cidade de Jauru/MT, portador da Cédula de Identidade n.º 07565909 SSP/MT e do CPF n.º 522.356.531-20, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO,** considerando o disposto na Lei Federal nº. 11.107/05, Decreto 6.017/

07 e alterações posteriores, resolvem formalizar o presente **CONTRATO DE RATEIO**, nos termos a seguir dispostos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**

**1.1.** O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11. 107/05, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do CONSÓRCIO, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO no tocante ao modelo de governança estadual para oferta de serviços relativos à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA DAS DESPESAS**

**2.1**. As despesas cujos valores serão repassados ao CONSÓRCIO, com base neste contrato são referentes a:

**2.1.2. Despesas de Pessoal e Encargos**: referente ao custeio das despesas de pessoal do CONSÓRCIO, consistentes em valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho;

**2.1.3**. **Despesas com manutenção das atividades do Consórcio**: referente ao custeio das despesas gerais de manutenção das atividades do CONSÓRCIO.

**2.1.3. Despesas com contratos:** referente a valores destinados ao pagamento de serviços prestados por Pessoa Jurídica devidamente credenciada nas atividades mencionadas neste Instrumento;

**2.1.4**. **Despesas com Investimento:** para bens patrimoniais do CONSÓRCIO, consistentes nos valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação e funcionamento do CONSÓRCIO.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO ORÇAMENTO E INDIVIDUALIZAÇÃO DA DESPESA**

**3.1.** As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO, distribuídas na forma:

| Elementos de Despesa | Valor (R$) |
|---|---|
| 3.1.71.70.00.000 –Rateio pela Participação em Consórcio Público | 488,41 |
| 3.3.71.70.00.000 –Rateio pela Participação em Consórcio Público | 732,48 |
| 4.4.71.70.00.000 –Rateio pela Participação em Consórcio Público | 87,11 |
| **TOTAL GERAL** | **1.308,00** |

**Parágrafo único**. A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei Federal n 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

**CLÁUSULA QUARTA – DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DOS CONSORCIADOS**

**4.1**. A parte fixa da cota de rateio corresponderá às despesas de manutenção do CONSÓRCIO, sendo rateada igualmente por todos os CONSORCIADOS, à razão de uma quantia mensal resultante da multiplicação do total de seus servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas existentes em 31/12/2020, **(218)** pelo valor de **R$ 0,50 (cinquenta centavos),** que corresponderá à cota parte relativa ao exercício financeiro de 2020.

**4.2.**Fica estabelecido que, a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de**R$ 1.308,00(hum mil trezentos e oito reais)**em parcela única ou dividido em 12 (doze) parcelas mensais de **R$ 109,00(cento e nove reais)**, devendo o valor total ser efetivamente repassado durante o corrente exercício financeiro.

**Parágrafo Primeiro.** O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos.

**Parágrafo Segundo**. A parte variável será fixada mediante Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de acordo com os serviços que serão utilizados pelo CONSORCIADO junto às empresas contratadas.

**4.3**. As transferências financeiras dos valores orçados para o CUSTEIO, bem como, para o suporte dos procedimentos pretendidos, referente ao mês em que serão autorizados os serviços, será realizado até o primeiro dia do mês subsequente, por meio de depósito bancário na conta corrente do CONSORCIO, na Caixa Econômica Federal, Agência 3276, Conta Corrente 71002-3, operação 006 ou outro que vier a ser indicado, conforme programação financeira e/ou operacional do CONSORCIADO.

**Paragrafo único.**A parte variável deverá ser paga diretamente às empresas prestadoras dos serviços administrativos contratados via procedimento licitatório compartilhado

**4.4.** As transferências serão realizadas mensalmente, mediante RECIBOS DE TRANSFERÊNCIAS, individualizados, com a respectiva classificação da despesa, encaminhados previamente pelo Consórcio, observando o seguinte:

**4.4.1.** RECIBO DE TRANSFERÊNCIA : PELA PARTICIPAÇÃO DO RATEIO – para cobrir despesas com a manutenção das atividades do Consórcio.

**4.4.1.1.** Os valores a serem transferidos relativo a participação do rateio (para despesas de manutenção do Consórcio) serão divididos em parcelas mensais de acordo com as necessidades do Consórcio, não excedendo ao orçado, salvo quando previamente acordado e após celebração dos termos legais.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSÓRCIO**

**5.1.** O CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**5.2**. O CONSÓRCIO encaminhará até dez dias do mês subsequente a execução das despesas, como relatório de Prestação de Contas, planilha demonstrando as transferências dos recursos recebidos e o rateio das despesas pertencentes aos entes consorciados.

**5.3.** Os recursos recebidos mediante contratos de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme estabelece o § único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**5.3.1**. Caso a não utilização dos recursos transferidos por meio de Contrato de Rateio no exercício em que forem recebidos implique o não atendimento dos limites mínimos anuais previstos no § 2º do art. 198 e no art. 212 da Constituição Federal, a diferença será acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente, sem prejuízo da base anual de impostos e transferências previstas constitucionalmente para os entes consorciados.

**5.4**. O CONSÓRCIO encaminhará ao RPPS DO MUNICÍPIO CONSORCIADO as informações necessárias para a elaboração dos demonstrativos fiscais pertinentes.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

**6.1** O CONSÓRCIO deverá seguir as normas de Direito Financeiro aplicáveis às entidades públicas, estando sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, órgão competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo

do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

**6.2**. A fiscalização é atribuída ao próprio CONSÓRCIO, aos órgãos de controle interno e externo dos entes consorciados e da sociedade civil organizada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO**

**7.1.** O CONSÓRCIO deverá dar ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de acesso público, dos documentos relativos ao orçamento, contrato de rateio, demonstrações contábeis, demonstrativos fiscais e relatório resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Portaria 72/2012 da STN.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**8.1.** É de responsabilidade do CONSORCIADO:

repassar ordinariamente ao CONSÓRCIO, valores acordados neste instrumento para ter direito ao acesso continuado aos serviços pretendidos; informar o CONSÓRCIO quaisquer situações que impossibilitem de formalizar o repasse dos valores, bem como as providências adotadas para regularizar tais pendências; denunciar ao CONSÓRCIO quaisquer irregularidades de natureza financeira, no atendimento pelos prestadores por ventura apresentados para cobrança do cidadão/servidor ou do próprio CONSORCIADO; incluir em sua prestação de contas os valores repassados ao CONSÓRCIO; apresentar ao seu legislativo, quando necessário, proposta de alteração orçamentária, a tempo de se elaborar termo aditivo, a fim de adequar sua legislação para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato; Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Terceira; Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas deste Contrato.

**8.2.** São obrigações do CONSÓRCIO:

gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada à aplicação de recursos de modo diverso ao disposto no orçamento do CONSÓRCIO, aprovado em Assembléia Geral; aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Programa, observadas as normas da contabilidade pública; executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas apresentar em assembléia geral ordinária aos CONSORCIADOS, relatório contábil semestral, bem como relatório discriminando serviços contratados, utilizado e os respectivos valores; prestar informações pertinentes quando solicitado; encaminhar no prazo estipulado neste contrato a planilha de prestação de contas; cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas do Contrato de Rateio.

**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**

**9.1.** Este contrato terá vigência de 11 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA INADIMPLÊNCIA E PENALIDADES**

**10.1**. A inadimplência do CONSORCIADO importará na suspensão de sua participação no Consórcio, bem como sua exclusão, conforme disciplina constante do Protocolo de Intenções.

**10.2**. No caso de inadimplência o CONSORCIADO será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESLIGAMENTO DO CONSORCIADO**

**11.1.** Havendo o desligamento do CONSORCIADO, e a consequente perda da condição de integrante do presente Consórcio, ocorrerá automaticamente a rescisão do presente instrumento.

**11.2**. A retirada ou exclusão do CONSORCIADO, ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações já cumpridas pelo CONSORCIADO, ficando este obrigado a repassar os valores referentes a serviços que tenham sido utilizados, bem como a parcela proporcional às despesas administrativas.

**11.3.** O CONSORCIADO inadimplente será inscrito em Dívida Ativa no Consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AÇÃO PROMOCIONAL**

**12.1.** Fica acordado que em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste CONTRATO, será obrigatoriamente destacado a participação do CONSÓRCIO e do CONSORCIADO.

**12.2.** As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CONSÓRCIO ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas

**13.2.** Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio do Leverger/MT, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Barão de Melgaço/MT, 11 de janeiro de 2021.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – BARÃO-PREVI.

**Victor Hugo Lucas Silva** – *Secretário*

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

**Pedro Ferreira de Souza**

Presidente do Consórcio

Testemunhas:

Renato Ferreira de Santana Lara Débora Simone Rocha Faria

R.G. n. º 0742716-6 SSP/MT OAB/MT. n. º 4198

CPF n. º 569.651.251-87CPF. n. º 442.328.611-49

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2021**

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município Barão de Melgaço – BARÃO-PREVI

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO: “O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05. ”

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 11.01.2021 até 31.12.2021, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR ANUAL de R$ 1.308,00 (hum mil trezentos e oito reais)

DATA: 11/01/2021

**DECRETO N.º 06/2021**

**“Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2021, e dá outras providências.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Medida Provisória n.º 1.021 de 30 de dezembro de 2020, edita o seguinte **DECRETO**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2021, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Barão de Melgaço/MT, será de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) e o valor horário a R$ 5,00 (cinco reais).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2021, não terão valor inferior a R$ 1. 100,00 (um mil e cem reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias e pensão por morte (valor global) pagos pelo BARÃO-PREVI.

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto nos artigos 1º e 2º, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Barão de Melgaço/MT, 27 de janeiro de 2.021.

**Margareth Gonçalves da Silva**

**Prefeita Municipal**

**CONVITE N. 001/2021**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO**

**AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO**

**E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Convite nº 001/2021, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada no fornecimento, manutenção, conversão, migração, implantação, customização de banco de dados e treinamento de usuários de Softwares de Gestão Pública, envolvendo os seguintes softwares: Contabilidade, Tesouraria, Planejamento e Execução Orçamentária, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Compras, Controle de Licitações, Controle de Patrimônio Público, Controle de Almoxarifado, Controle de Protocolo e Processos, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referencia n. 001/2021 e anexos, cujo certame teve como vencedora a empresa **SS SERVIÇOS SOFTWARE EIRELI,** com o valor de **R$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais)**, por ter atendido a todos os requisitos do Convite e anexos e apresentado a menor proposta de preços.

Barão de Melgaço - MT, 26 de janeiro de 2021.

***JOANA DARQUE DA SILVA***

**Presidente da CPL**

O Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **Processo n. 001/2021**, **HOMOLOGA/ADJUDICA** o procedimento licitatório **Convite n. 001/2021.**

Barão de Melgaço - MT, 26 de janeiro de 2021.

**FRANCISCO ODENILSON DA SILVA**

**Presidente da Câmara**

**CONVITE N. 002/2021**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO**

**AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO**

**E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Convite nº 002/2021, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada em execução contábil com responsabilidade técnica de um contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade para realizar os serviços contábeis como empenho, liquidação e pagamentos, conciliação bancária. Contabilizar as dotações orçamentárias e demais atos de execução orçamentária e financeira. Fechamento dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial. Fechamento dos balancetes mensais de janeiro a dezembro e Balanço Geral, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referencia n. 002/2021 e anexos, cujo certame teve como vencedora a empresa **STANDARDSOSFT SISTEMAS EIRELI,** com o valor de **R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**, por ter atendido a todos os requisitos do Convite e anexos e apresentado a menor proposta de preços.

Barão de Melgaço - MT, 26 de janeiro de 2021.

**JOANA DARQUE DA SILVA**

**Presidente da CPL**

O Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas por meio da Lei Orgânica do Município e em cumprimento aos dispositivos legais supracitados e informações constante nos autos do **Processo n. 002/2021**, **HOMOLOGA/ADJUDICA** o procedimento licitatório **Convite n. 002/2021.**

Barão de Melgaço - MT, 26 de janeiro de 2021.

**FRANCISCO ODENILSON DA SILVA**

**Presidente da Câmara**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

**EXTRATO DE DÉCIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 44/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

**CONTRATADA**: L. P. DOS SANTOS – MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO - ME

***OBJETO:*** O presente Termo Aditivo tem por objeto o REEQUILIBRIO econômico financeiro da obra do Contrato nº. 44/2016 de Contratação de empresa para execução de obra na Construção de uma Quadra Poliesportiva coberta com arquibancada de 02 degraus nas duas laterais - dimensão da quadra 24x32m e instalações elétricas, com fornecimento de material de mão de obra, Referente o Termo de Convenio nº. 0685/2016/SEDUC a ser construída na E. M. Otavio Ribeiro Borin (Vila Campinas do Araguaia) neste Município, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos anexos ao edital correspondente, referente Termo de Convênio nº 0685/2016/SEDUC.

Fica o valor do contrato aditivado em 8,6533%, conforme planilha abaixo:

| Descrição | Valor inicial do contrato | Porcentagem de aumento | Valor atualizado (8,6533%) | Valor total atualizado |
|---|---|---|---|---|
| CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (CONVENIO Nº 0685/2016/SEDUC) | R$: 459.180,40 | 8,6533% | R$: 39.734,26 | **R$: 498.914,66** |

**Bom Jesus do Araguaia–MT. 04 de Novembro de 2020. RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 139 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e,

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando sob nº 2.455, de 22 de janeiro de 2021;

**R E S O L V EM:**

**Art. 1º** Nomear a senhora **FRANCIANE DA SILVA RAMOS,** para exercer o cargo em Comissão de Gerência de Aquisição de Bens e Serviços da Secretaria Municipal de Administração, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 25 de janeiro de 2021.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

Secretário Municipal de Administração

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

### RESOLUÇÃO N° 043 DE 12 DE JANEIRO DE 2021 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS

RESOLUÇÃO Nº 043 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a análise, reexame e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde sobre a decisão de reprovações dos instrumentos de Gestão do SUS – Relatórios Anuais de Gestão 2013,2014,2015 e 2016, Relatórios Quadrimestrais dos exercícios de 2015 e 2016 e Programação Anual de Saúde de 2017e Plano Municipal de Saúde 2014/2017, nos períodos acima descrito.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACERES-MT, no uso e gozo das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 2006 de 09 de junho de 2006, com fulcro no seu Regimento Interno, e.

CONSIDERANDO as normas constitucionais estabelecidas nas Leis Orgânicas da Saúde, Lei 8.080 de 19/09/1990 e a Lei N° 8.142, de 28 /12/ 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde,

CONSIDERANDO as diretrizes para fortalecimento do controle social, instituídas pela Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de maio de 2012;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde subscreveu um Plano de Ação, com objetivo de propor sanear as inconformidades apresentadas pelo Departamento de Auditoria do SUS;

CONSIDERANDO que foi construído um relatório analítico e que ficou demostrado neste elemento documental que permitiu ao plenário rediscutir e reavaliar as medidas adotadas frente as inconformidades, presumindo-as como superadas;

CONSIDERANDO todos fatos narrados no relatório nº 001 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO, que a gestão Municipal possui atualizado e aprovados todos os instrumentos de gestão necessários e legais para a condução da Saúde nesta urbe, e, que o Sistema DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, encontra-se devidamente alimentado e atualizado,

CONSIDERANDO, que os órgãos de controle externo (tribunal de Contas do Estado de Mato Gsrosso e Câmara Municipal de Cáceres) consideraram regulares as contas referente ao período analisado (2014/2018)

CONSIDERANDO que se encontra de posse do Conselho de Saúde, todas as peças de planejamento do SUS, as quais foram a época reprovadas Relatórios Anuais de Gestão 2013,2014,2015 e 2016, Relatórios Quadrimestrais dos exercícios de 2015 e 2016 e Programação Anual de Saúde de 2017e Plano Municipal de Saúde 2014/2017;

CONSIDERANDO que foram alimentadas e devidamente disponibilizadas as informações no Sistema SARGSUS, enquanto estava em vigência, ora substituído por outro sistema (DIGISUS) e, não mais em vigência (2013/ 2017);

CONSIDERANDO o lapso temporal decorrido sem que se verificasse uma aparente medida punitiva ao ente municipal (2014/2020);

CONSIDERANDO o decurso de tempo (2014/2020) sem que se verificasse providencias fato que permitiu que novas peças de planejamento de gestão fossem confeccionadas, apresentadas e, devidamente aprovadas e surtindo os efeitos legais que delas se espera, e que já estão disponibilizadas e devidamente atualizadas no novo Sistema – DIGISUS/ DGPM (2020);

CONSIDERANDO o compromisso deste colegiado, e entendo a necessidade em reestabelecer e ou restituir a normalidade documental a gestão municipal,

CONSIDERANDO que havia uma lacuna na Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres e, uma situação inusitada, uma vez que a Secretaria Municipal de saúde, a pesar de ter instrumentos de gestão reprovados, continuava em pleno vigor administrando da saúde local.

CONSIDERANDO que este colegiado não mediu esforços para a luz dos princípios legais encontrar uma solução alternativa que pudesse respeitar o posicionamento dos conselheiros e conselheiras que dedicaram parte de suas vidas e tempo para contribuir com as decisões que foram tomadas naquela época.

CONSIDERANDO que não se pretendia com o presente reexame mudar e ou desqualificar a decisão que foi tomada, menos ainda apagar, ou suprimir parte da história factual do Sistema Único no Município de Cáceres.

E, CONSIDERANDO as discussões, e deliberações ocorridas de maneira presencial no âmbito do plenário do Conselho de Saúde de Cáceres no dia 12 de janeiro de 2021, nas dependências da Câmara Municipal;

RESOLVE,

Art. 1º Reconhecer que a gestão do SUS no município de Cáceres-MT está efetivamente e legalmente seguindo seu curso administrativo como se pretendia e se esperava, e que pelos motivos acima arguidos e exaustivamente apresentados declarar prescrição por decurso de tempo e, ao mesmo tempo certificar em decorrência de todos os atuais instrumentos de gestão que já foram aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde a regularidade da Gestão da SUS no Munícipio de Cáceres nos termos desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na dada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Josué Valdemir de Alcântara

Presidente “pró-tempore” do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres-MT

Homologo:

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres-MT

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 151 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando sob nº 1334, de 13 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a senhora **ALESSANDRA CASTILHO PAIVA PAULINO**, Secretária de Turismo e Cultura, para responder cumulativamente ao cargo em Comissão de Secretária Interina da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento do Município de Cáceres Estado de Mato Grosso, com efeitos de 13 de janeiro de 2021.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERADO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 143 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 2.482, de 22 de janeiro de 2021;

**RESOLVE**:

**Art. 1º**- Revogar o Decreto 336 de 19 de junho 2020 que cedeu a servidora **MARLENE DAS GRAÇAS FORNANCIARI** - Técnica de Nível Superior da Prefeitura Municipal de Cáceres para a Autarquia de Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso,com efeitos a partir de 14 de janeiro de 2021.

**Art. 2º**- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 150 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando sob nº 1834, de 13 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar o senhor **JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA**, do cargo em Comissão de Secretário Interino da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento do Município de Cáceres Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 13 de janeiro de 2021.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**
**EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**

**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Intimação Fiscal (ITR)** |
| EDSON FREITAS DE OLIVEIRA | 032.060.418-72 | 9047/00006/2020 |
| NILZA RAPP PINTO DE ARRUDA | 237.695.561-00 | 9047/00007/2020 |
| RAYMUNDO VICTOR DA COSTA RAMOS SHARP | 001.214.877-68 | 9047/00008/2020 |
| JOSE ALVES DA SILVA | 468.317.971-72 | 9047/00009/2020 |
| ANTONIO FRANCISCO ROSA | 205.882.831-34 | 9047/00011/2020 |
| SEBASTIAO SILVA | 090.898.291-72 | 9047/00012/2020 |
| ANTONIO RODRIGUES CARVALHO | 097.249.829-04 | 9047/00014/2020 |
| ENERILDO MOTTA RAMOS | 111.482.921-87 | 9047/00018/2020 |
| ALMIRA SPALENZA FACHETI | 658.448.667-20 | 9047/00026/2020 |
| JOAO PEDRO CURVO DE ARRUDA | 110.225.581-53 | 9047/00028/2020 |
| RAYMUNDO VICTOR DA COSTA RAMOS SHARP | 001.214.877-68 | 9047/00029/2020 |
| ALVERINO SILVEIRA TAVARES | 075.131.606-78 | 9047/00030/2020 |
| RUBENS RAMOS DE MOURA | 001.705.931-34 | 9047/00033/2020 |
| LUIZ CARLOS MARIOTTO | 399.645.900-91 | 9047/00036/2020 |
| ALMIRA SPALENZA FACHETI | 658.448.667-20 | 9047/00037/2020 |
| **Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR** | | |
| Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos / 642014 Assinatura: | | |

Data de afixação: 25/01/2021

Data de desafixação: 09/02/2021

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 154 DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** a Lei nº 2.473, de 29 de abril de 2015;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo sob Memorando nº. 2790, de 26 de janeiro de 2021;

**RESOLVEM**:

**Art.1º** Nomear os senhores relacionados abaixo para compor como membros representantes do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**, para o biênio 2019/2021.

**REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS**

**Titular:** Fernanda Nascimento de Oliveira em substituição ao Senhor Raul Camilo Guimarães Garcia

**Suplente:** Renata da Silva Machado em substituição a senhora Thayane Carolina da Silva Magalhães.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**CLAUDIO HENRIQUE DONATONI**

Secretário Municipal de Assistência Social

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

**Prefeita de Municipal Cáceres**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 152, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

*Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento v*igente e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e mediante disposições do Art. 9º da Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$76.180,00 (setenta e seis mil e cento e oitenta reais), distribuídos nas seguintes dotações:

**Suplementações ( + ) 76.180,00**

**02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**

1067 04.122.1007.2013.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SEC. ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 2.600,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

**02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

1063 04.123.1008.2022.0000 ATENDIMENTOS AS DEMANDAS DECISÕES JUDICIAIS 1.500,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1.00

1070 04.123.1008.2021.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS 1.200,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU D F.R. Grupo: 1.00

**02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

1064 10.122.1002.2024.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE 51.200,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1.02

**02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1072 10.302.1002.2146.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REAB. TIPO II 2.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.02

**02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

1054 12.122.1004.2058.0000 MANUT E ENC A/AS ATIVIDADES DA SME 2.280,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1.01

**02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1071 08.122.1007.2092.0000 MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 13.200,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1.00

**02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

1069 15.453.1007.2241.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO 1.200,00

3.3.90.08.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU D F.R. Grupo: 1.00

926 04.129.1008.2182.0000 MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ 1.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e consoante ao que dispõe o inciso III, Parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

**Anulações (-) -76.180,00**

**02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**

66 04.122.1007.2013.0000MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS -2.600,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

**02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

135 04.123.1008.2021.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS -1.200,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.00

146 04.123.1008.2022.0000ATENDIMENTOS AS DEMANDAS DECISÕES JUDICIAIS -1.500,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1.00

**02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

170 10.122.1002.2024.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE -51.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

**02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

283 10.302.1002.2146.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REAB. TIPO II -2.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1.02

**02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

401 12.122.1004.2058.0000MANUT E ENC A/AS ATIVIDADES DA SME -2.280,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ F.R. Grupo: 1.01

**02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

709 08.122.1007.2092.0000MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -13.200,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

**02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

924 04.129.1008.2182.0000MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ -1.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

946 15.453.1007.2241.0000MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO -1.200,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de janeiro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

**Prefeita Municipal**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 114 DE 20 DE JANEIRO DE 2021.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando nº 2073, de 19 de janeiro de 2021;

**R E S O L V EM:**

**Art. 1º** Nomear o senhor **CALOS AMILTON DUARTE CORDEIRO**, para responder pelo cargo em Comissão de Coordenação de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde em substituição a titular **Ronilma da Cunha Martins**, que encontra-se de atestado médico pelo período de 20 de janeiro a 31 de janeiro de 2021.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de janeiro de 2021.

**SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**

Secretário Municipal de Saúde

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

**Prefeita Municipal de Cáceres**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 068 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 35.822, de 25 de novembro de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder afastamento médico à servidora **JUNIA PORTES BALDUINO BRANDAO,** portadora do CPF nº 534.907.381-87, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 27/11/2020 a 28/02/2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 27 de novembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**WILSOM MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 069 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 34.228, de 09 de novembro de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder afastamento médico ao servidor **DENIS FERNANDES COSTA CAVALCANTE,** portador do CPF: 872.179.881-87, efetivo no cargo de Auxiliar de Farmácia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 09 de dezembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 09 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**
**EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**

**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei

nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Intimação Fiscal (ITR)** |
| LUIZ CARLOS MARIOTTO | 399.645.900-91 | 9047/00038/2020 |
| ALEX ROSA JORGE DA CUNHA | 699.602.081-68 | 9047/00041/2020 |
| ROBERTO NEY GOMES DA SILVA | 111.893.471-72 | 9047/00043/2020 |
| MANOEL BENEDITO ROSA FILHO | 229.783.051-34 | 9047/00045/2020 |
| ALMIRA SPALENZA FACHETI | 658.448.667-20 | 9047/00047/2020 |
| ALMIRA SPALENZA FACHETI | 658.448.667-20 | 9047/00048/2020 |
| ANTONIO LINO DA SILVA PINTO | 021.808.471-49 | 9047/00049/2020 |
| ALMIRA SPALENZA FACHETI | 658.448.667-20 | 9047/00050/2020 |
| OSCAR LEONEL DE MENESES | 031.513.618-97 | 9047/00051/2020 |
| JOSE LUIZ VIEIRA FILHO | 018.893.408-12 | 9047/00053/2020 |
| MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA | 705.088.361-15 | 9047/00055/2020 |
| CLETON SILVA | 034.285.081-49 | 9047/00065/2020 |
| CRISTIANE COSTA MARQUES BARBOSA | 567.622.161-53 | 9047/00069/2020 |
| RUBENS GATTASS | 027.816.381-53 | 9047/00070/2020 |
| MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA | 705.088.361-15 | 9047/00071/2020 |
| **Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR** | | |
| Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos / 642014 Assinatura: | | |

Data de afixação: 25/01/2021

Data de desafixação: 09/02/2021

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**
**EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**

**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Intimação Fiscal (ITR)** |
| SEBASTIAO SILVA | 090.898.291-72 | 9047/00072/2020 |
| **Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR** | | |
| Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos / 642014 Assinatura: | | |

Data de afixação: 25/01/2021

Data de desafixação: 09/02/2021

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 083 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 614, de 10 de novembro de 2020, que** regulamenta, em âmbito municipal, a aplicação da lei federal nº 14.017/2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública;

**CONSIDERANDO** que o Município de Cáceres, por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SMTC e Conselho Municipal de Cultura – CMC publicou o EDITAL CULTURA CÁCERES - EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº. 001/2020, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios em 16 de novembro de 2020;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao memorando sob 2621, de 25 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Incluir na Portaria nº 052 de 19 de janeiro de 2021 os nomes dos representantes relacionados abaixo para responderem pela Comissão **de Avaliação e Prestação de Contas das propostas selecionadas no** EDITAL CULTURA CÁCERES - EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº. 001/2020.

**MEMBRO PRESIDENTE**

Arnaldo Donizeti Traldi

**REPRESENTANTE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Membro: Elizeu Lucas Monteiro

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**ALESSANDRA CASTILHO PAIVA PAULINO**

Secretária Municipal de Turismo e Cultura

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 086 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 32.248, de 30 de novembro de 2019;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, designada pela Portaria nº 032, de 13.01.21, a fim de apurar os fatos narrados.

**Art.2º** A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

**§ 1º** Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

**§ 2º** A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

**Art.3º** Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

**Art.4º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

**LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO**

**Secretária Municipal de Educação**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 070 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 2451, de 22 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder afastamento médico ao servidor **JOAO CARLOS DE PAULA,** portador do CPF: 274.523.791-87, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 09 de dezembro de 2020 a 09 de março de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 09 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 071 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 13.897, de 23 de abril de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Prorrogar o benefício de afastamento médico a servidora **LUCINETE DA SILVA MARQUES**, portadora do CPF: 535.325.891-68, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 13 de dezembro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 13 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 072 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 35.837, de 25 de novembro de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Prorrogar o beneficio de afastamento médico da servidora **EVA BENEDITA DE ALMEIDA** portadora do CPF: 778.537.761-87, efetiva no cargo de auxiliar de desenvolvimento infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 01 de janeiro de 2021 a 15 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 01 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 085 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 2484, de 22 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder afastamento médico ao servidor **LUIS CARNEIRO JUNIOR,** portador do CPF: 057.222.618-74, efetivo no cargo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 08 de janeiro de 2021 a 31 de março de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 073 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 17.014, de 26 de maio de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Prorrogar o benefício de afastamento médico a servidora **ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA**, portadora do CPF nº 910.896.381-91, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 01 de janeiro de 2021 a 28 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

**RESOLUÇÃO N° 044 DE 12 DE JANEIRO DE 2021 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS**

RESOLUÇÃO Nº 044 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres, referente a Implantação e funcionamento de serviços de assistência a saúde intermediaria realizada por Unidade de Pronto Atendimento - UPA – tipo I, na Cidade de Cáceres-MT

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACERES-MT, no uso e gozo das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 2006 de 09 de junho de 2006, com fulcro no seu Regimento Interno, e.

CONSIDERANDO as normas constitucionais estabelecidas nas Leis Orgânicas da Saúde, Lei 8.080 de 19/09/1990 e a Lei N° 8.142, de 28 /12/ 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde,

CONSIDERANDO as diretrizes para fortalecimento do controle social, instituídas pela Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de maio de 2012;

CONSIDERANDO que foi apresentado documentos probatórios da constituição legal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, tipo I;

CONSIDERANDO que a Unidade de Pronto Atendimento-UPA, encontra-se devidamente cadastrada no Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

CONSIDERANDO que a Unidade de Pronto Atendimento- UPA – tipo 1 denominada de Unidade de Pronto atendimento “José Souto Farias”, encontra-se em pleno funcionamento desde o mês de agosto de 2020;

E, CONSIDERANDO as discussões, e deliberações ocorridas de maneira presencial no âmbito do plenário do Conselho de Saúde de Cáceres no dia 12 de janeiro de 2021, nas dependências da Câmara Municipal;

RESOLVE,

Art. 1º Declinar favorável a implantação e o funcionamento da política de assistência ao usuário do SUS, desenvolvida pela UPA – Unidade de Pronto Atendimento, tipo I, instalada em Cáceres-MT, nos termos da Portaria nº 1.601, de 07 de julho de 2011 e Portaria nº 10 de 03 de janeiro de 2017, e demais legislações correlatas, devendo a gestão providenciar o competente credenciamento e a habilitação nos respectivos órgãos do Ministério da Saúde

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na dada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Josué Valdemir de Alcântara

Presidente “pró-tempore” do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres-MT

Homologo:

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres-MT.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 084 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 32525, de 21 de outubro de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder afastamento médico a servidora **ALAIDE ALVES TEIXEIRA DA SILVA,** portadora do CPF: 536.124.501-15, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade de remuneração contributiva pelo período de 08 de janeiro 2021 a 28 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 077 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 2449, de 22 de janeiro de 2021;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder o afastamento médico a servidora **DAVILIN PEREIRA DOURADO** portadora do CPF: 063.063.281-22, efetiva no cargo de auxiliar de desenvolvimento infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 01 de dezembro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 01 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 153 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 2731, de 26 de janeiro de 2021;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica declarado Hóspede Ilustre do Município de Cáceres a Governadora do Rotary **BRÍGIDA MARIA FISCHER**,Distrito 4440, Gestão 2020-2021, que estará em visita oficial ao Município de Cáceres, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2021.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 074 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 13913, de 23 de abril de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder afastamento médico a servidora **ANA SUELY GATTAS ALVARES,** portadora do CPF: 432.568.801-34, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Biologia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 16 de dezembro de 2020 a 14 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 16 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 080 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o Artigo 101 da Lei Complementar nº 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo nº 20.742, de 15 de dezembro de 2020;

**RESOLVE**:

**Art.1º** Conceder à servidora **EDNA MARIA DA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2014/2019, no período de 04 de janeiro a 03 de abril de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 20/2020 - SSAAP**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

**CONSIDERANDO** os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

**CONSIDERANDO** a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

**CONSIDERANDO** a troca da COORDENAÇÃO DE ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E TRANSPORTES, da COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e da COORDENAÇÃO DE COMPRAS.

**CONSIDERANDO que** os Contratos Administrativosn°(s) 07/2020-SSAAP, 11/2020-SSAAP, 20/2020-SSAAP, 33/2020-SSAAP, 01/2019-SSAAP, 02/2020-SSAAP, 10/2018-SSAAP, 11/2018-SSAAP, 15/2017-SSAAP, 17/2017-SSAAP e 56/2019-SSAAP, 42/2020-SSAAP, 43/2020-SSAAP, 44/2020-SSAAP, 45/2020-SSAAP, 46/2020-SSAAP, 47/2020-SSAAP e 53/2020-SSAAP encontravam-se sob a fiscalização da antiga Coordenadora de Almoxarife, Patrimônio e Transporte, exonerado pela Portaria n° 08/2021 publicada no diário oficial da AMM no dia 26/01/2021.

**CONSIDERANDO que** os Contratos Administrativosnº(s) 02/2018-SSAAP, 21/2020-SSAAP, 50/2020-SSAAP, 51/2020-SSAAP e 54/2019-SSAAP encontravam-se sob a fiscalização do antigo Coordenador de Tecnologia da Informação, exonerado pela Portaria n° 02/2021, publicada no diário oficial da AMM no dia 26/01/2021.

**CONSIDERANDO que** o Contrato Administrativonº 49/2020-SSAAP, encontrava-se sob a fiscalização da antiga Coordenadora de Compras, exonerado pela Portaria n° 04/2021, publicada no diário oficial da AMM no dia 26/01/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar o novo Coordenador de Almoxarife, Patrimônio e Transportes, **Sr. CLEVAILTON DOS SANTOS BRITO**, portador do **CPF: 022.453.841-13**, nomeada para o cargo desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n° 10/2021 de 20/01/2021, publicada no diário oficial da AMM no dia 26/01/2021, para exercer a fiscalização dos Contratos AdministrativosNº(S) 07/2020-SSAAP, 11/2020-SSAAP, 20/2020-SSAAP, 33/2020-SSAAP, 01/2019-SSAAP, 02/2020-SSAAP, 10/2018-SSAAP, 11/2018-SSAAP, 15/2017-SSAAP, 17/2017-SSAAP e 56/2019-SSAAP, 42/2020-SSAAP, 43/2020-SSAAP, 44/2020-SSAAP, 45/2020-SSAAP, 46/2020-SSAAP, 47/2020-SSAAP e 53/2020-SSAAP.

**Art. 2º.** Designar o novo Coordenador de Tecnologia da Informação, **Sr. ALANDER ALMEIDA OURIVES SILVA**, portador do **CPF: 000.266.831-99**, nomeada para o cargo desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n° 12/2021 de 20/01/2021, publicada no diário oficial da AMM no dia 26/01/2021, para exercer a fiscalização dos Contratos AdministrativosNº(S) 02/2018-SSAAP, 21/2020-SSAAP, 50/2020-SSAAP, 51/2020-SSAAP e 54/2019-SSAAP.

**Art. 3º.** Designar o novo Coordenador de Compras, **Sr. ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES**, portadora do **CPF: 886.839.901-68**, nomeado para o cargo desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n° 13/2021 de 20/01/2021, publicada no diário oficial da AMM no dia 27/01/2021, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº 49/2020-SSAAP.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 27 de janeiro de 2020.

**MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA**

*Diretor Executivo*

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 075 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 34.237, de 09 de novembro de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Prorrogar o benefício de afastamento médico a servidora **MARIA CRISTINA DE ALMEIDA,** portadora do CPF: 830.929.781-53, efetiva no cargo de Professora/com magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 01 de Janeiro de 2021 a 28 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 01 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 078 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 38.242 de 17 de dezembro de 2020;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder afastamento médico ao servidor **JOSE HENRIQUE RIBEIRO DA FONSECA,** portador do CPF: 274.539.281-68, efetivo no cargo de Assistente Administrativo (S/G), lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade de remuneração contributiva pelo período de 18 de dezembro 2020 a 28 de fevereiro de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 18 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 076 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

**CONSIDERANDO** a emenda constitucional nº 103 de 13/11/2019 Art. 9 § 3º Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.

**CONSIDERANDO** o que consta no processo sob Memorando nº 32.523 de 21 de outubro de 2020,

**RESOLVE:**

**Art.1º** Prorrogar o benefício de afastamento médico à servidora **MICHELA MARCIA CAMARGO DA SILVA EGUES,** portadora do CPF nº 014.470.521-45, efetiva no cargo de Arquiteto (a), lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, com a integralidade de remuneração contributiva a partir de 01de janeiro de 2020 a 01 de março de 2021.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de janeiro de 2021.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 001/2021**

***PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 001/2021***

***EDITAL ABERTURA***

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1295/2021, Lei 1233/2019 Lei 1154/2016 e Decreto nº 3545/2021, **RESOLVE:**

**TORNAR PÚBLICO** o Presente Edital que estabelece instruções especiais destinadas à realização de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS,** para área indígena , sede do município, zona rural e distrito deCampinápolis - MT, para fins de provimento de funções em caráter temporário no Quadro de Pessoal junto a Secretaria Municipal de Transporte, à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Saúde, e à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. como segue nos **Quadros 1.0, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 2.0, 3.0, 4.0 e 5.0 em Anexo**:

**1.0 DAS INSCRIÇÕES**

**1.1 -** As inscrições para os interessados em concorrer às Funções de Professor, e AAE/Nutrição e AAE/Limpeza das Escolas Municipal Indígenas serão realizadas presencialmente pelo próprio candidato ou por seu procurador no período de 08/02/2021 ao dia 19/02/2021 de Educação e Cultura - SEMEC na Avenida Benônico José Lourenço e também no site oficial da Prefeitura Municipal de Campinápolis através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal - http://www.campinapolis.mt.gov.br/, no link " PROCESSO SELETIVO" no período de 08/02/2021 ao dia 19/02/2021.

**1.2 -** Havendo necessidade de retificação da inscrição esta deverá ser feita presencialmente nas dependências da Prefeitura Municipal de Campinápolis na Sala Adjunto ao Gabinete.

**1.3 -** O candidato poderá se inscrever somente para 01(um) cargo.

**1.4 - Não haverá cobrança de taxa de inscrição** para o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021;

**1.5 –** Atendendo as legislações, não há vagas reservadas para **portadores de necessidades especiais (PNE).**

**2.0 - DOS PRÉ-REQUISITOS**

**2.1 -** Ter idade igual ou superior a 18 anos na data da admissão;

**2.1.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;**

**2.1.2 -** Estar em dia com as obrigações Eleitorais;

**2.1.3 -** Estar em pleno gozo de sua sanidade física e mental;

**2.1.4 -** Ter a escolaridade compatível com o cargo pretendido;

**2.1.5 -** Declaração de residência/carta de aceite assinada pelo respectivo cacique e membros da aldeia para qual se inscreve, conforme **Anexo – VI**

**2.1.5.1** - Aos professores indígenas que concorrerão ao cargo de professor, será exigida a formação mínima de Ensino Médio.

**2.1.5.2 -** Aos professores não indígenas que concorrerão ao cargo de professor na área indígena será exigida a formação mínima de Magistério.

**3.0 - DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO**

**3.1 -** Compete **EXCLUSIVAMENTE** ao candidato:

**a)** acompanhar todas as publicações feitas **no Jornal Eletrônico dos Municípios - https://diariomunicipal.org/mt/amm/, no site da Prefeitura Municipal de Campinápolis(www.campinapolis.mt.gov.br)**, conforme cronograma constante do **Anexo V** e/ou outras que forem extraordinariamente necessárias para otimizar o certame.

**b)** o candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência.

**c)** o não comparecimento no dia, horário e local referenciada neste Edital para realização das provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará a **DESISTÊNCIA** do candidato e resultará em sua **ELIMINAÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021.

**4.0 - DAS PROVAS**

**4.1-** O Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, será constituído de prova objetiva e prova de títulos para o cargo de professor (área indígena); provas objetiva e prova pratica para os cargos de AAE/Transporte Escolar, Motorista e Operador de retroescavadeira; e provas objetiva e entrevista para o cargo de Professor Bilíngue e prova objetiva para os demais cargos conforme as disposições especificadas neste Edital, item 5.0.

**4.1.1-** Os candidatos às vagas para Professores das Escolas Municipal Indígenas **contarão**, no ato da inscrição, **pontos relativos aos títulos** elencados no item 5.3.1, (a, b, c, d, e).

**4.2 -** As provas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, serão regidas pelas disposições do quadro 3 deste Edital e do conteúdo programático constante do **Anexo IV**

**4.2.1 -** Os números de questões das provas objetivas constam do Quadro 6.0 em Anexo e serão constituídas por questões contendo 04(quatro) alternativas (a, b, c, d), sendo que apenas uma estará correta.

**4.2.2 -** O candidato deverá marcar no Cartão Resposta a assertiva correspondente ao caderno de provas.

**4.2.3 –** Todos os candidatos somente poderão levar o caderno de provas após, transcorridos 60 (sessenta) minutos do início das provas.

**4.3** – As provas objetivas para os candidatos às vagas para os cargos de Professor Ensino Fundamental e Professor Educação Infantil, AAE/Limpeza, AAE/Nutrição, AAE/Transporte escolar, e demais cargos descritos nesse edital serão aplicadas no dia 28/02/2021, com INÍCIO às 08h30min e TÉRMINO ás 12h30min (horário local), nas dependências da Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves, situada na Av. Flávio Ferreira Lima, nº 630, Setor Zé Viola, Campinápolis – MT.

**4.3.1** - As provas para Professores Indígena, Professores não indígenas e Apoio Administrativo Educacional Indígena (nutrição e limpeza) serão aplicadas no dia 28/02/2021, com INÍCIO às 13h30min e TÉRMINO ás 17h30min (horário local), nas dependências da Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves, situada na Av. Flávio Ferreira Lima, nº 630, Setor Zé Viola, Campinápolis – MT.

**4.3.2** - As provas práticas para os cargos de AAE/transporte Escolar, Motorista e Operador de retroescavadeira serão aplicadas no dia 28/02/2020, com INÍCIO às 14h00min e TÉRMINO ás 18h00min (horário local), no pátio do DMER situada na Rua Benônico José Lourenço saída para Novo São Joaquim. Campinápolis – MT.

**4.3.3** – A entrevista será realizada Dia 28/02/2021 Às 18:00(horário local) nas dependências da Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves, situada na Av. Flávio Ferreira Lima, nº 630, Setor Zé Viola, Campinápolis – MT.

**4.4 -** O candidato deverá comparecer ao local mencionado no item 4.3 e 4.3.1 deste Edital, **com antecedência mínima de 30(trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação com foto e caneta esferográfica transparente de tinta azul.**

**4.4.1**- Serão aceitos como documento de identificação: RG, CNH, Carteira de Trabalho, Identidade Profissional.

**4.4.2-** Os portões da escola onde serão realizadas as provas objetivas serão **FECHADOS** 15 minutos antes do início das provas(horário local) para os candidatos.

**4.5 -** O acesso às dependências ao local de realização de provas **somente será permitido**: aos candidatos, Comissão Organizadora, Fiscais de Sala, Coordenadores de Ambiente e representante do Ministério Público.

**4.5.1-** Os candidatos somente poderão acessar as dependências do local de realização de provas mediante **a apresentação do comprovante de inscrição**.

**4.5.2-** Não será permitido o acesso às dependências do local de realização de provas, candidato portando bolsas, capacetes e outros objetos referenciados neste Edital.

**4.5.3 -** Nenhum candidato poderá adentrar o local de realização de provas se apresentarem sinais de embriaguez.

**4.6-** Ao candidato é **terminantemente proibida** a utilização de quaisquer aparelhos eletroeletrônicos (calculadoras, celulares e/ou similares, relógios, etc.), na sala onde serão realizadas as provas;

**4.6.1-** Ficam terminantemente proibidos aos candidatos, durante o período destinado a realização das provas objetivas, o uso de bonés, óculos de sol, chapéus etc.

**4.7 -** Os fiscais de provas não se responsabilizarão pela guarda de nenhum objeto dos candidatos.

**4.8 -** Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados neste Edital.

**4.9 -** Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido **60 (sessenta) minutos;**

**4.9.1-** Às lactantes será permitida a amamentação, todavia, não será aumentado o tempo total para a realização das provas.

**4.9.2 -** A candidata lactante **deverá informar** no ato da inscrição a sua condição para que a Comissão Organizadora providencie local apropriado para amamentação.

**4.9.3 -** O período para a amamentação será acompanhado integralmente por uma coordenadora de ambiente e Fiscal de Sala.

**4.9.4** - A criança será conduzida do portão do local de realização de provas até a sala de amamentação por uma coordenadora de ambiente.

**4.10- Sinais sonoros serão acionados para indicar o momento de início e término do tempo para a realização das provas objetivas.**

**4.10.1-** Após o acionamento do sinal sonoro para início das provas objetivas nenhum candidato poderá ser admitido na sala.

**4.10.2** - Após a emissão de sinal sonoro indicando o término do tempo para a realização das provas objetivas o candidato deverá entregar imediatamente o Cartão Resposta ao Fiscal de Sala.

**4.10.3 -** A resistência ao disposto nos itens 4.10.2 deverá ser registrado em Ata Circunstanciada pelo Fiscal de Sala e resultará **na eliminação do candidato** faltoso do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021.

**4.10.4** - Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala e somente poderão sair quando todos tiverem concluído as provas e/ou houver sido acionado o sinal sonoro indicando o encerramento do prazo para a realização das provas objetivas.

**4.11 -** Após a entrega do Cartão Resposta e/ou Caderno de Provas, o candidato deverá se retirar imediatamente das dependências onde serão realizadas as provas.

**4.11.1** - A inobservância ao disposto no item anterior implicará na eliminação do candidato do Certame.

**4.12-** Os candidatos às vagas dos cargos destinados a sede, zona urbana e Distrito que não obtiverem 50% de acertos nas provas objetivas ou zerar em alguma área de conhecimento será eliminado.

**4.12.1-** Os candidatos às vagas dos cargos destinados a área indígena não poderão zerar nenhuma área de conhecimento.

**5.0 - DA ETAPA**

**5.1 -** O presente Processo Seletivo Simplificado compreenderá na seguinte etapa:

**5.2 - PRIMEIRA ETAPA PROVAS OBJETIVAS**

**5.2.1-PARA OS CARGOS DE AAE/Limpeza, AAE/Nutrição Área Indígena e Professor Indígena**

**5.2.1.1-**Composta por prova objetiva contendo 30(trinta) questões conforme (ver quadro 6.0)

5.2.2-**PARA OS DEMAIS CARGOS**

5.2.2.3- Composta por prova objetiva de 40 (quarenta) questões (ver quadro 6.0)

**5.3 – SEGUNDA ETAPA – CONTAGEM DE TÍTULOS , PROVA PRÁTICA E ENTREVISTA**

**5.3.1 –** Para a contagem de Títulos dos Professores – EMI será observado o seguinte:

**a)** Participação em Curso de Formação Continuada ofertado pela SEMEC – 1,0 (um) ponto por ano, com máximo de 3,0(três), nos últimos 3.0(três) anos;

**b)** Formação em Ensino Médio - 5,0 (cinco) pontos;

**c)** Formação em Ensino Médio - Magistério – 10,0 (dez) pontos;

**d)** Graduação com Licenciatura na área de educação – 20 (vinte) pontos;

**5.3.2 -** Os títulos deverão ser contados no ato da inscrição e o total deverá ser informado em campo específico do requerimento de inscrição.

**5.4 -** Cópia do certificado de participação nos cursos relacionados no item 5.3.1 e suas alíneas deverão ser apensadas ao requerimento de inscrição.

**5.5** - Em nenhuma hipótese será aceita a apresentação da comprovação de títulos fora dos prazos referenciados neste edital.

**5.6 -** O responsável pela inscrição atestará de próprio punho, que a cópia do título apresentada pelo candidato confere com o original.

**5.7-** Os candidatos ás vagas de AAE/ Transporte escolar, Motorista e Operador de Retroescavadeira serão submetidos à prova prática. Será exigido dos candidatos aos cargos de AAE/ Transporte escolar, Motorista e Operador de Retroescavadeira apresentação da Carteira Nacional de Habilitação da Categoria descrita no quadro 2.0 antes da realização da prova prática.

**5.8**- Os candidatos à vaga de Professor Bilíngue serão submetidos à entrevista.

**6.0 – DOS RECURSOS**

**6.1 -** Os recursos deverão ser feitos por escrito e protocolados junto a Comissão Organizadora na SEMEC, utilizando-se do Anexo VII, não sendo consideradas reclamações verbais.

**6.1.1 -** Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos neste Edital, conforme Anexo V

**6.1.2 -** A Comissão de Processo Seletivo Simplificado disponibilizará no **Jornal Eletrônico dos Municípios -https://diariomunicipal.org/mt/amm/,no site da Prefeitura Municipal de Campinápolis(www.campinapolis.mt.gov.br)**, a lista das inscrições deferidas e indeferidas, a partir do dia 23/02/2021 para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

**7.0 - DA VALIDADE**

**7.1** - O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, será de 01 (um) ano prorrogável por até igual período, se assim o interesse público exigir.

**8.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**:

**8.1 -** O não comparecimento do candidato ao local e horário das provas implicará na sua desistência e desclassificação;

**8.2 - A** Comissão fará divulgar sempre que necessário, e, sem prejuízo aos candidatos, normas complementares a este Edital;

**8.3 -** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado - PSS.

**8.4 -** Os editais complementares (deferimentos/indeferimentos de inscrições, resultados, etc.), serão publicados no **Jornal Eletrônico dos Municípios - https://diariomunicipal.org/mt/amm/, e no site da Prefeitura Municipal de Campinápolis(www.campinapolis.mt.gov.br)**.

**9.0 - DO REGIME JURÍDICO**

**9.1 -** Os candidatos aprovado no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados em Regime de Direito Administrativo, em estrita observância aos Princípios Constitucionais que Regem a Administração Pública (CF/88), Lei Complementar nº 001/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município Campinápolis – MT, Lei Complementar nº 027/2011, Lei Complementar nº 017/2008, Lei Complementar nº 015/2007 Lei Complementar 1.117/2015 Plano Municipal de Educação de Campinápolis-MT (PME), Lei Municipal nº 1.154/2016,Lei 1233/2019, Lei Municipal 1295/2021 e/ou Normas Complementares editadas em consonância com o que dispõe a Lei Orgânica Municipal.

**10 - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

**10.1 -** O contratado contribuirá para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

**11 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**11.1 -** Para desempate entre os candidatos às funções para as quais haverá a realização de provas serão observados respectivamente os seguintes critérios:

**a)** melhor desempenho na prova objetiva de Língua Portuguesa;

**b)** Maior idade.

**12 - DO PROVIMENTO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS**

**12.1 -** O provimento das vagas para as funções de que trata este Edital ocorrerá de acordo com a necessidade das Secretaria Municipal de Transporte, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Saúde, e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**12.2 -** Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

**12.2.1** - Caso o candidato convocado abdique formalmente da vaga, será reclassificado e passará a figurar do final da lista de aprovado-classificados.

**12.2.2** - O candidato não eliminado no Presente Processo Seletivo Simplificado constituirá cadastro de reserva.

**12.3 -** A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas às partes mediante a comunicação prévia de 30(trinta) dias**.**

**12.4 -** A aprovação do candidato não gera a contratação imediata no cargo para o qual se habilitou, estando a mesma condicionada à necessidade da Secretaria Municipal de Transporte, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Saúde, e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**12.5 -** Os Contratos Temporários originados do presente Processo de Seleção serão rescindidos nas datas do calendário escolar para as funções constantes da SEMEC.

**12.6 -** Os contratos poderão ser aditados se assim o interesse público exigir, observado em todo caso, a data de validade do presente Processo Seletivo.

**12.7 -** Para as funções constantes da Secretaria Municipal de Transporte, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Saúde, e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderão ser aditados contratos para atendimento ao ano subsequente, desde que observada à data de validade deste Processo de Seleção.

**12.8 -** Os candidatos aprovados e convocados terão que comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos nos prazos estabelecidos no Edital de Convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e deverão apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos a seguinte documentação:

**I.** CPF, RG, Título de Eleitor;

**II.** Certidão de Nascimento ou Casamento;

**III.** Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

**IV.** Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou;

**V.** Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos;

**VI.** Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta correnteno Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP.

**VII.** Comprovante de quitação eleitoral;

**VIII.** Declaração de bens (modelo disponibilizado pela Chefia de Recursos Humanos);

**IX.** Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo disponibilizado pela Chefia de Recursos Humanos);

**X.** Exame Admissional;

**XI.** Comprovação da Escolaridade mínima exigida mediante a apresentação de Diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação e/ou Atestado de Conclusão acompanhado de Histórico Escolar (cópia acompanhada do original para conferência);

**XII.** Declaração emitida pela Chefia de Recursos Humanos atestando que o candidato não foi demitido por justa causa do serviço público municipal.

**13 -** O Edital de convocação poderá exigir documento além daqueles elencados item 12.8 - I a XII.

**14 -** A falta de qualquer documento no ato da assinatura do contrato acarretará na desclassificação do candidato.

**15 -** O não comparecimento junto a Chefia de Recursos Humanos nos prazos estabelecidos no Edital de Convocação implica na imediata eliminação do candidato do Processo Seletivo 001/2021.

Campinápolis - MT, 27 de Janeiro de 2021**.**

Armanda Guedes Parreira

Presidente da Comissão

Decreto nº 3545/2021

**ANEXOS:**

| **Quantitativo de vagas para o Processo Seletivo Simplificado:** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **QUADRO - 1. 0 - ESCOLAS MUNICIPAL INDÍGENAS - E.M.I.** | | | | | | | |
| | **QUADRO - 1.1 - APOIO ADMINISTRATIVO E DUCACIONAL - AAE/NUTRIÇÃO** | | | | | | | |
| **Ord.** | **NOME DA FUNÇAO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CARGA HORARIA SEMANAL** | **ALDEIA** | **ESCOLA** | **REMUNERAÇÃO (R$)** | **FORMAÇÃOEXIGIDA** |
| 01 | AAE/NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | *ALDEINHA* | *E.M.I. ALDEINHAS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 02 | AAE/NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | *ALDEONA* | *E.M.I. ALDEONA S.A COHAB* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 03 | AAE/ NUTRIÇÃO | 01 | -- | 30h | *BURITIZAL* | *E.M.I.SÃO MIGUEL* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 04 | AAE/NUTRIÇÃO | 02 | - | 30h | *CAMPINAS* | *E.M.I. SANTO ANTONIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 | AAE/ NUTRIÇÃO | 01 | - | 30h | *CHÃO PRETO* | *E.M.I.SÃO PAULO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 06 | AAE/ NUTRIÇÃO | -- | 01 | 30h | CORREGO DOS PATOS | E.M.I.CORREGO DOS PATOS S.A E.M.I. SANTO ANTONIO | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 07 | AAE/ NUTRIÇÃO | -- | 01 | 30h | DZÉPA | *E.M.I. SÃO JOÃO BATISTA S.A E.M. I CORAÇÃO DE JESUS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 08 | AAE/ NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | EGITO | *E.M.I.EGITO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| **09** | AAE/ NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | ESPÍRITO SANTO | *E.M.I.LAGOA ENCANTADA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 10 | AAE/ NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | *ESTRELA* | *E.M.I.ESTRELA S. A. E.M.I.SANTA HELENA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 11 | AAE/ NUTRIÇÃO | - | **01** | 30h | *PALMEIRAS* | *E.M.I. CORAÇÃO DE JESUS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 12 | AAE/ NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | PARABUBURE | *E.M.I.DOM BOSCO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 13 | AAE/NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | *RIO MARIA* | *E.M.I. RIO MARIA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 14 | AAE/ NUTRIÇÃO | 02 | - | 30h | *SANTA CLARA* | *E.M.I.SANTA CLARA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 15 | AAE/NUTRIÇÃO | 01 | - | 30h | *SANTA CRUZ* | *E.M.I. SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 16 | AAE/ NUTRIÇÃO | -- | 01 | 30h | SANTA HELENA | *E.M.I.* **SANTA HELENA** | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 17 | AAE/ NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | *SANTA ROSA* | *E.M.I.SANTA ROSA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 18 | AAE/ NUTRIÇÃO | - | 01 | 30h | *SÃO DOMINGOS SÁVIO* | *E.M.I.SÃO DOMINGOS SÁVIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 19 | AAE/ NUTRIÇÃO | 01 | - | 30h | *SÃO JOSÉ* | *E.M.I.PARINAI`A* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 20 | AAE/NUTRIÇÃO | 02 | - | 30h | *SÃO PEDRO* | *E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 21 | AAE/ NUTRIÇÃO | 01 | - | 30h | *SUCURI* | *E.M.I.SÃO CARME TSABABA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |

**QUADRO 1.2 - ESCOLAS MUNICIPAL INDÍGENAS - E.M.I.**

**1.2.1- APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AAE/LIMPEZA**

| Ord. | NOME DA FUNÇAO | PROV. IMEDIATO | CADASTRO DE RESERVA | CARGA HORARIA SEMANAL | ALDEIA | ESCOLA | REMUNERAÇÃO (R$) | FORMAÇÃO EXIGIDA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *ALDEINHA* | *E.M.I. ALDEINHA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 02 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *BAIXAO* | *E.M.I. LUIZÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 03 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *BURITIZAL* | *E.M.I. SÃO MIGUEL* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 04 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *CAMPINAS* | *E.M.I. SANTO ANTONIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 05 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *CAMPOS BELOS* | *E.M.I.CAMPOS BELOS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 06 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *ESPIRITO SANTO* | *E.M.I. LAGOA ENCANTADA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 07 | AAE/LIMPEZA | 01 | | 30h | *PARABUBURE* | *E.M..I DOM BOSCO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 08 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *SANTA CLARA* | *E.M.I. SANTA CLARA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 09 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *SANTA CRUZ* | *E.M.I. SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 10 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *SANTA HELENA* | *E.M.I. SANTA HELENA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 11 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *SANTA ROSA* | *E.M.I. SANTA ROSA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 12 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *SÃO JOSÉ* | *E.M.I. PARINAI'A* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 13 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *SÃO PEDRO* | *E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |
| 14 | AAE/LIMPEZA | 01 | - | 30h | *SUCURI* | *E.M.I. SÃO CARME TSABABA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Fundamental |

**QUADRO 1.3 - ESCOLAS MUNICIPAL INDÍGENAS - *E.M.I.***

**1.3.1 - PROFESSOR**

| Ord. | NOME DA FUNÇAO | PROV. IMEDIATO | CADASTRO DE RESERVA | CARGA HORARIA SEMANAL | ALDEIA | ESCOLA | REMUNERAÇÃO (R$) | FORMAÇÃO EXIGIDA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *A´ AWE* | *E.M.I. A´Awe S. A. E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 02 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *ALDEINHA* | *E.M.I. ALDEINHAS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 03 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *ALDEIONA* | *E.M.I. Aldeiona S. A. E.M.I. COAB* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 04 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *ALTO DA VITÓRIA* | *E.M.I. Alto Da Vitória S.A. E.M.I. ABDZUWÊ* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 05 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *ALVORADA* | *E.M.I. ATEBERE* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 06 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *BAIXÃO* | *E.M.I. LUIZÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 07 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *BARREIRO* | *E.M.I. Novo Barreiro S.A. E.M.I. SANTA BERTIOGA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| **08** | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *BELA VISTA* | *E.M.I. Bela Vista S. A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 09 | PROFESSOR | - | 01 | Conforme atribuição | *BELA VISTA 2* | *E.M.I. Morodzarawê S.A. E.M.I. DOM BOSCO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 10 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *BOA VIDA* | *E.M.I. ABDZUWÊ* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 11 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *BOM JESUS DA LAPA* | *E.M.I. Bom Jesus S.A. E.M.I.IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 12 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *BURITIZAL* | *E.M.I. SÃO MIGUEL* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 13 | PROFESSOR | 01 | 01 | Conforme atribuição | *BURUWE* | *E.M.I. Aedzane S. A. E.M.I. SÃO JORGE* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 14 | PROFESSOR | 06 | - | Conforme atribuição | *CAMPINAS* | *E.M.I.SANTO ANTONIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 15 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *CAMPOS BELOS* | *E.M.I. CAMPOS BELOS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 16 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *CAMPOS DO JORDÃO* | *E.M.I.Campos do Jordão S.A. E.M.I. SANTA BERTIOGA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 17 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *CHÃO PRETO* | *E.M.I. SÃO PAULO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 18 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *COHAB* | *E.M.I. COHAB* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 19 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *CÓRREGO DA MATA* | *E.M.I. KULUENE* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 20 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *CÓRREGO DOS PATOS* | *E.M.I. Córrego Dos Patos S.A. E.M.I. SANTO ANTÔNIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 21 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *COUTO MAGALHÃES* | *E.M.I.BENEDITO LOASO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 22 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *DARITIDZÈ* | *E.M.I. Wa`Aiho S. A. EMI SANTO ANTÔNIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 23 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *DEUS E AMOR* | *E.M.I. Deus E Amor S.A. E.M.I. SÃO CRISTÓVÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 24 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *DEZ MANDAMENTOS* | *E.M.I.Pari Uptsewewe S. A. EMI PARINAI'A* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 25 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *DUTERÓ* | *E.M.I.Duteró S.A. E.M.I.SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 26 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *DZEIWAWU* | *E.M.I. Corumbá S. A. E.M.I.SANTA BERTIOGA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 27 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *DZEPA* | *E.M.I.São João Batista S.A. E.M.I. CORAÇÃO DE JESUS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 28 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *EGITO* | *E.M.I.EGITO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 29 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *ESPÍRITO SANTO* | *E.M.I.LAGOA ENCANTADA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 30 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *ESTRELA* | *E.M.I.Estrela S. A. E.M.I. SANTA HELENA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *ETEIPORE* | *E.M.I. Eteipore S. A. E.M.I. SANTO ANTÔNIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 32 | PROFESSOR | - | 01 | Conforme atribuição | *HOIWAPREDZAWI* | *E.M.I. Hoiwapredzawi S. A. E.M.I. ABDZUWÊ* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 33 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *HU ' UHI* | *E.M.I.Hu ' Uhi S. A. EMI SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 34 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *IMACULADA CONCEIÇÃO* | *E.M.I. Wa´ané S.A. E.M.I.IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 35 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *JACÚ* | *E.M.I. JACÚ* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 36 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *LAGOINHA* | *EMI Lagoinha S. A. EMI LUIZÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 37 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *MADRE LAURA* | *E.M.I. EMI Madre Laura S. A. E.M.I. SANTA CLARA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 38 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *MATA VERDE* | *E.M.I.Mata Verde S.A. SÃO JORGE* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 39 | PROFESSOR | - | 01 | Conforme atribuição | *MATO GROSSO* | *E.M.I. Mato Grosso S.A. E.M.I. SÂO MIGUEL* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 40 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *MATRINCHÃ* | *E.M.I. Matrinchã S. A. E.M.I. SÃO PAULO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 41 | PROFESSOR | - | 01 | Conforme atribuição | *MONTE PASCOAL* | *EMI Monte Pascoal S.A. EMI SÃO DOMINGOS SÁVIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 42 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *NATAL* | *EMI Natal S.A. EMI LAGOA ENCANTADA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 43 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *NOSSA SENHORA APARECIDA* | *E.M.I.Nossa Senhora Aparecida S. A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 44 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *NOVO PARAISO* | *E.M.I. Owara S.A. E.M.I. SANTA BERTIOGA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 45 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *PÁLMEIRAS* | *E.M.I. CORAÇÃO DE JESUS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 46 | PROFESSOR | 01 | 01 | Conforme atribuição | *PARABUBURE* | *E.M.I.DOM BOSCO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 47 | PROFESSOR | 01 | 01 | Conforme atribuição | *PEDRA PRETA* | *E.M.I. PEDRA PRETA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 48 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *PIRANHÃO* | *E.M.I.TOMOPSÉ* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 49 | PROFESSOR | - | 01 | Conforme atribuição | *QUERÊNCIA* | *E.M.I.Homohi S.A. E.M.I.SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 50 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *RIO KULUENE* | *E.M.I.Rio Kuluene S.A. E.M.I. ALDEINHAS* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 51 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *RIO MARIA* | *E.M.I. Rio Maria S. A. E.M.I. SÂO MIGUEL* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 52 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SALVADOR* | *E.M.I. Salvador S. A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 53 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SANTA BERTIOGA* | *E.M.I.I SANTA BERTIOGA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 54 | PROFESSOR | 08 | - | Conforme atribuição | *SANTA CLARA* | *E.M.I.SANTA CLARA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 55 | PROFESSOR | 03 | - | Conforme atribuição | *SANTA CRUZ* | *E.M.I. SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 56 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *SANTA FÉ* | *E.M.I.SANTA FÉ* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 57 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *SANTA HELENA* | ***E.M.I. SANTA HELENA*** | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 58 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SANTA MARIA* | *E.M.I.SÃO CRISTÓVÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 59 | PROFESSOR | 01 | | Conforme atribuição | *SANTA RITA DE CÁSSIA* | *E.M.I. Santa Rita de Cássia S.A. E. M.I. PARINAI'A* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 60 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *SANTA ROSA* | *E.M.I. SANTA ROSA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 61 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SANTO ANDRE* | *E.M.I. Jeronimo Contador S.A. E.M. I. DOM BOSCO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 62 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *SANTO DO CÉU* | *E.M.I. Santo Do Céu S. A. EMI SÃO MIGUEL* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 63 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *SÃO DOMINGOS SÁVIO* | *E.M.I.SÃO DOMINGOS SÁVIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 64 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *SÃO FELIPE* | *E.M.I.São Felipe S. A. E.M.I. SANTA CLARA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 65 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SÃO FRANCISCO* | *E.M.I. São Francisco S.A. E.M.I. SÃO CRISTÓVÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 66 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *SÃO GABRIEL* | *E.M.I. Santa Laura De Montoya S. A. E.M.I.IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 67 | PROFESSOR | - | 01 | Conforme atribuição | *SÃO JORGE* | *E.M.I. SÃO JORGE* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 68 | PROFESSOR | 03 | - | Conforme atribuição | *SÃO JOSÉ* | *E.M.I.PARINAI'A* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 69 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SÃO MATEUS* | *E.M.I.São Mateus S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 70 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *SÃO PAULO* | *E.M.I.São Paulo S. A. E.M.I.PARINAI'A* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 71 | PROFESSOR | 08 | - | Conforme atribuição | *SÃO PEDRO* | *E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 72 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SÃO THIAGO* | *E.M.I. São Thiago S.A .SÃO DOMINGOS SÁVIO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 73 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SERRA VERDE* | *E.M.I. Serra Verde S. A. E.M.I.PARINAIÁ* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 74 | PROFESSOR | 02 | - | Conforme atribuição | *SUCURI* | *E.M.I. SÃO CARME TSABABA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 75 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *TELA AVIVE* | *E.M.I. Tela Avive S.A. E.M.I. SÃO MIGUEL* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 76 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *TIREREPÁ* | *E.M.I. Tirerepá S. A. EMI BENEDITO LOASO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 77 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *TRÊS MARIAS* | *E.M.I. Três Marias S.A. EMI SANTO AGOSTINHO* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 78 | PROFESSOR | 01 | - | Conforme atribuição | *TRÊS REIS MAGOS* | *EMI Três Reis Magos S. A. E.M.I. SANTA CLARA* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 79 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *TSEREDZATSE* | *E.M.I.Tseredzatse S.A. E.M.I. KULUENE* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |
| 80 | PROFESSOR BILINGUE | -- | 01 | Conforme atribuição | *SEDE* | *SEDE* | *Conforme LEI 027 e suas alterações* | Diploma devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino superior, reconhecida pelo MEC. |
| 81 | PROFESSOR | -- | 01 | Conforme atribuição | *SEDE* | *SEDE KULUENE* | ***Conforme LEI 027 e suas alterações*** | Ensino Médio/e ou Magistério para não indígena |

**QUADRO 1.4 – SEDE DO MUNICÍPIO**

| Ord. | NOME DA FUNÇAO | PROV. IMEDIATO | CADASTRO DE RESERVA | CARGA HORARIA SEMANAL | *LOCAL* | *REMUNERAÇÃO (R$)* | *FORMAÇÃO EXIGIDA* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL | 01 | - | Conforme atribuição | *SEDE* | ***R$ 2.308,98 Conforme LC 027/ 2011 Lei nº 1266/2020*** | Diploma devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino superior, reconhecida pelo MEC, de conclusão de curso de graduação em Pedagogia |
| 02 | AAE/TECNICO ADMINISTRATIVO | -- | 01 | Conforme atribuição | *SEDE* | R$ 1.100,00 Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores | Ensino Médio |
| 03 | FONOAUDIÓLOGO | 01 | -- | Conforme atribuição | *SEDE* | ***R$ 3.195,67*** | Ensino Superior em Fonoaudiologia + Registro no Conselho de Classe |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | ***Conf. lei nº 1.220/ 2018 (An.I) c/c LC 090/2020*** | |
| 04 | AAE/LIMPEZA | 01 | -- | Conforme atribuição | *SEDE* | R$ 1.100,00 Conforme LC 027/2011 e alterações | Ensino Médio |
| 05 | AAE/NUTRIÇÃO | 01 | -- | Conforme atribuição | *SEDE* | R$ 1.100,00 Conforme LC 027/2011 e alterações | Ensino Médio |
| 06 | AAE/TRANSPORTE ESCOLAR | 01 | -- | Conforme atribuição | *SEDE* | R$ 1.100,00 Conforme LC 027/2011 e alterações | Ensino Médio |
| **QUADRO 1.5- DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO COUTO** | | | | | | | |
| **Ord.** | **NOME DA FUNÇAO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CARGA HORARIA SEMANAL** | ***LOCAL*** | ***REMUNERAÇÃO (R$)*** | ***FORMAÇÃO EXIGIDA*** |
| 01 | PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL | 01 | -- | Conforme atribuição | DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO COUTO | ***R$ 2.308,98 Conforme LC 027/ 2011 Lei nº 1266/2020*** | Diploma devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino superior, reconhecida pelo MEC, de conclusão de curso de graduação em Pedagogia |
| 02 | AAE/LIMPEZA | 01 | -- | Conforme atribuição | DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO COUTO | R$ 1.100,00 Conforme LC 027/2011 e alterações | Ensino Médio |
| 03 | AAE/NUTRIÇÃO | 01 | -- | Conforme atribuição | DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO COUTO | R$ 1.100,00 Conforme LC 027/2011 e alterações | Ensino Médio |
| **QUADRO 1.6-ZONA RURAL ESCOLA JOSÉ CORDEIRO** | | | | | | | |
| **Ord.** | **NOME DA FUNÇAO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CARGA HORARIA SEMANAL** | ***LOCAL*** | ***REMUNERAÇÃO (R$)*** | ***FORMAÇÃO EXIGIDA*** |
| 01 | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | -- | 01 | Conforme atribuição | *ZONA RURAL* | ***R$ 2.308,98 Conforme LC 027/ 2011 Lei nº 1266/2020*** | Diploma devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino superior, reconhecida pelo MEC, de conclusão de curso de graduação em Pedagogia |
| 02 | PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL | -- | 01 | Conforme atribuição | *ZONA RURAL* | ***R$ 2.308,98 Conforme LC 027/ 2011 Lei nº 1266/2020*** | Diploma devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino superior, reconhecida pelo MEC, de conclusão de curso de graduação em Pedagogia |
| **QUADRO 2.0 SECRETARIA DE TRANSPORTES** | | | | | | | |
| **Ord.** | **NOME DA FUNÇAO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CARGA HORARIA SEMANAL** | ***LOCAL*** | ***REMUNERAÇÃO (R$)*** | ***FORMAÇÃO EXIGIDA*** |
| 01 | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | 01 | -- | 40h | SEDE | R$ 1.100,00 LC n° 17/2008 e alterações | Ensino Fundamental + CNH "'C" (será solicitado prova prática) |
| 02 | MOTORISTA | 02 | -- | 40h | SEDE | R$ 1.100,00 LC n° 17/2008 e alterações | Ensino Fundamental + CNH "'D" (será solicitado prova prática) |
| 03 | MOTORISTA | 01 | -- | 40h | SEDE | R$ 1.100,00 LC n° 17/2008 e alterações | Ensino Fundamental + CNH "'E" (será solicitado prova prática) |
| 04 | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | 01 | -- | 40h | DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO COUTO | R$ 1.100,00 LC n° 17/2008 e alterações | Ensino Fundamental + CNH "'C" (será solicitado prova prática) |
| 05 | MOTORISTA | 01 | --- | 40h | DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO COUTO | R$ 1.100,00 LC n° 17/2008 e alterações | Ensino Fundamental + CNH "'D" (será solicitado prova prática) |
| **QUADRO 3.0 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** | | | | | | | |
| **Ord.** | **NOME DA FUNÇAO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CARGA HORARIA SEMANAL** | ***LOCAL*** | ***REMUNERAÇÃO (R$)*** | ***FORMAÇÃO EXIGIDA*** |
| 01 | DIGITADOR | 01 | -- | 40h | SEDE | R$ 1.100,00 LC n° 017/2008 e alterações | Ensino Médio |
| **QUADRO 4.0 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** | | | | | | | |
| **Ord.** | **NOME DA FUNÇAO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CARGA HORARIA SEMANAL** | ***LOCAL*** | ***REMUNERAÇÃO (R$)*** | ***FORMAÇÃO EXIGIDA*** |
| 01 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 03 | -- | 40 H | SEDE | R$ 1.100,00 LC N° 17/2008 e Alterações | ENSINO MÉDIO |
| **QUADRO 5.0 SECRETARIA DE SAUDE** | | | | | | | |
| **Ord.** | **NOME DA FUNÇAO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CARGA HORARIA SEMANAL** | ***LOCAL*** | ***REMUNERAÇÃO (R$)*** | ***FORMAÇÃO EXIGIDA*** |
| 01 | FONOAUDIÓLOGO | 01 | -- | 30 H | SEDE | R$ 3.195,67 CONF. LEI Nº 1. 220/2018 (AN.I) C/C LC 090/2020 | ENSINO SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA + REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE |

**Quadro 6.0–Demonstrativo das Provas Objetivas e Títulos do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021**

| Ord | NOME DO CARGO/ FUNÇAO | ÁREA DO CONHECIMENTO | Nº DE QUESTÕES | PONTOS POR QUESTÃO | PROVA OBJETIVA | PROVA PRÁTICA | ENTREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | **AAE/ *NUTRIÇÃO* ÁREA INDÍGENA** | ***Língua Portuguesa e Língua materna*** | ***10*** | *2,0* | ***Sim*** | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | *2,0* | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | *1,0* | | | |
| 02 | **AAE/ *LIMPEZA* ÁREA INDÍGENA** | ***Língua Portuguesa e Língua materna*** | ***10*** | *2,0* | ***Sim*** | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | *2,0* | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | *1,0* | | | |
| 03 | PROFESSOR **ÁREA INDÍGENA** | ***Língua Portuguesa e Língua materna*** | ***10*** | *2,0* | ***Sim*** | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 04 | PROFESSOR NÃO INDÍGENA **ÁREA INDÍGENA** | ***Língua Portuguesa e Língua materna*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos/ para não Indígena*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 05 | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 06 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 07 | FONOAUDIOLOGO | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 08 | PROFESSOR BILINGUE | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | Sim |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Entrevista*** | ***10*** | ***3,0*** | | | |
| 09 | AAE/LIMPEZA | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 10 | AAE/NUTRIÇÃO | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 11 | AAE/TRANSPORTE ESCOLAR | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Sim*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Prova Prática*** | ***10*** | ***3,0*** | | | |
| 12 | AAE/TECNICO ADMINISTRATIVO | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 13 | MOTORISTA | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Sim*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Prova Prática*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| 14 | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Sim*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Prova Prática*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| 15 | DIGITADOR | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| 16 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | ***Língua Portuguesa*** | ***10*** | ***1,0*** | Sim | ***Não*** | ***Não*** |
| | | ***Conhecimentos Matemáticos*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Específicos*** | ***10*** | ***2,0*** | | | |
| | | ***Conhecimentos Gerais*** | ***10*** | ***1,0*** | | | |

**ANEXO I AO EDITAL DE ABERTURA**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2021**

**Apoio Administrativo Educacional – AAE/Nutrição (Área indígena)**

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | Inscrição nº _____ /2021 | |
| **Processo Seletivo Simplificado 001/2021**<br>**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO** | | | | | | | | | | | |
| Dados Pessoais | Nome: | | | | | | | | | | |
| | Data de nascimento: | | | | | | | | | | |
| | Local de nascimento: | | | | | | | | | UF | |
| | Sexo: | Masculino: ( ) | | Feminino: ( ) | | Lactante: ( ) | | | | CPF: | |
| | RG: | | | | Órgão Exp.: | | | | | Data de Exp.: / / | |
| | Título de Eleitor nº: | | | | | | | | | | |
| | Endereço: | | | | | | | | | | |
| | Nome da mãe: | | | | | | | | | | |
| | Nome do Pai: | | | | | | | | | | |
| | Nacionalidade: | | | | | | Estado Civil: | | | | |
| | Nome do Cônjuge: | | | | | | | | | | |
| | Escolaridade: | | | | | | | | | | |
| | Tel. contato: | | | | | | | | | | |
| | **Filhos até 14 anos:** | | | | | | | | | | |
| Nome da Aldeia: | | | | | | | | | | | |
| Função: | | | | Local da Vaga: | | | | | | | |
| Eu, signatário da presente Ficha de Inscrição, li e estou de acordo com as disposições do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021. | | | | | | | | | | | |

Campinápolis-MT, _____ de Fevereiro de 2021.

_____

Assinatura do Candidato

_____

Responsável pela Inscrição

**ANEXO II AO EDITAL DE ABERTURA**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2021**

**Apoio Administrativo Educacional – AAE/Limpeza (Área indígena)**

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | Inscrição nº _____ /2021 | |
| Processo Seletivo Simplificado 001/2021<br>REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO | | | | | | | | | | | |
| **DADOS PESSOAIS** | Nome: | | | | | | | | | | |
| | Data de nascimento: | | | | | | | | | | |
| | Local de nascimento: | | | | | | | | | UF: | |
| | Sexo: | Masculino: ( ) | | Feminino: ( ) | | Lactante: ( ) | | | | CPF: Nº | |
| | RG: Nº: | | | | Org. Exp.: | | | | | Data de Exp.: | |
| | Título de Eleitor nº: | | | | | | | | | | |
| | Endereço: | | | | | | | | | | |
| | Nome da mãe: | | | | | | | | | | |
| | Nome do Pai: | | | | | | | | | | |
| | Nacionalidade: | | | | | | | Estado Civil: | | | |
| | Nome do Cônjuge: | | | | | | | | | | |
| | Escolaridade: | | | | | | | | | | |
| | Tel. contato: | | | | | | | | | | |
| | Filhos até 14 anos: | | | | | | | | | | |
| | **Função:** | | | | **Nome da Escola:** | | | | | | |
| | **Nome da Aldeia:** | | | | | | | | | | |
| Eu, signatário da presente Ficha de Inscrição, li e estou de acordo com as disposições do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021. | | | | | | | | | | | |

Campinápolis-MT, _____ de Fevereiro de 2021.

_____

Assinatura do Responsável pela inscrição

_____

Assinatura do Candidato

**ANEXO III AO EDITAL DE ABERTURA**

**Processo Seletivo Simplificado N° 001/2021**

**Professor Escolas Municipal Indígena**

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | Inscrição nº _____ /2021 | |
| Processo Seletivo Simplificado 001/2021<br>REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO | | | | | | | | | | | |
| **DADOS PESSOAIS** | Nome: | | | | | | | | | | |
| | Data de nascimento: | | | | | | | | | | |
| | Local de nascimento: | | | | | | | | | UF | |
| | Sexo: | Masculino: ( ) | | Feminino: ( ) | | Lactante: ( ) | | | | CPF:Nº | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | RG: | | SSP: | | Data de Exp.: | |
| | Título de Eleitor | | | | | |
| | Endereço: | | | | | |
| | Nome da mãe: | | | | | |
| | Nome do Pai: | | | | | |
| | Nacionalidade: | | | | Estado Civil: | |
| | Nome do Cônjuge: | | | | | |
| | Escolaridade: | | | | | |
| | Tel. contato: | | | | | |
| | Filhos até 14 anos: | | | | | |
| | **Função:** | **Nome da Escola** | | | | |
| | **Nome da Aldeia** | | | | | |
| Títulos | PNAIC/1(um) por ano; máximo 3.0 (três) pontos. | Formação Continuada/1(um) por ano; máximo 3.0 (três) pontos. | Ens. Médio – 5. 0(cinco) pontos. | Magistério – 10 (dez) pontos. | Graduação – 20 (vinte) pontos. | Total de Pontos: |
| | Eu, signatário da presente Ficha de Inscrição, li e estou de acordo com as disposições do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021. | | | | | |

Campinápolis-MT,_____ de Fevereiro de 2021.

_____
Assinatura do Responsável pela inscrição

_____
Assinatura do Candidato

**ANEXO IV**

**Processo Seletivo Simplificado 001/2021**

***Conteúdo Programático/Prova Objetiva***

**1.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA INDÍGENAS/AAE (Nutrição e Limpeza):**

**1.1 LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUA MATERNA** – Interpretação de texto, emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação e pontuação; letra/som; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; processo de formação de palavras; substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes; verbos.

**1.2 MATEMÁTICA** - Números; Operações envolvendo adição, subtração, multiplicação e divisão; Cálculos e Resoluções de Problemas. **1.3 CONHECIMENTOS GERAIS:** História de Campinápolis e do povo Xavante; Higiene e limpeza. **2.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA PROFESSORES INDÍGENAS 2.1 LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUA MATERNA – Interpretação de texto, emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação e pontuação; letra/som; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; processo de formação de palavras; substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes; verbos.**

**2.2 MATEMÁTICA** – Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas.

**2.3 CONHECIMENTOS GERAIS -** História de Campinápolis e do povo Xavante, conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**3.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA PROFESSORES NÃO INDÍGENAS: 3.1 LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUA MATERNA -** Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; **Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.**

**3.2 CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS –** Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais;

Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**3.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

Concepções de Educação; Concepções de Currículo; Projeto político-pedagógico da escola; O desenvolvimento infantil nos aspectos: Intelectuais, Sociais e Emocionais; A Escola e o desenvolvimento do pensamento; Desenvolvimento e Aprendizagem; Pensamento e Linguagem; Os estágios do desenvolvimento; Inteligências múltiplas; A formação do pensamento lógico matemático; Letramento; Lei 8,069/1990/ECA. Avaliação no processo de ensino e aprendizagem.

**3.4 CONHECIMENTOS GERAIS –** Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993; LC nº 027/2011.

**4.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS- FONOAUDIÓLOGO**

**4.1 LÍNGUA PORTUGUESA** - Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes

(pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**4.2 CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993;Estatuto do Servidor Municipal e Lei municipal 015/2007 (PCCS)

**4.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS** Anatomia e Fisiologia dos Órgãos da Fala e Audição; Neuroanatomia; Fala e Linguagem (desenvolvimento normal de fala e linguagem, atraso e distúrbios no desenvolvimento de fala e linguagem, distúrbio articulatório, gagueira); Desenvolvimento motor e cognitivo da criança normal e com atraso; Fonoaudiologia em Neurologia (síndromes, deficiência intelectual, paralisia cerebral, afasia, disartria, apraxia, autismo, fissura labiopalatina, demências); Motricidade Orofacial (sucção, mastigação, deglutição, respiração e fonação); Voz (produção normal, avaliação, diagnóstico e tratamento das disfonias); Audiologia (avaliação audiológica, exames audiológicos, deficiência auditiva); Prótese Auditiva (indicação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual - AASI); Reabilitação do deficiente auditivo; Processamento Auditivo Central; Fonoaudiologia Escolar, Dificuldades Escolares, Distúrbios de Aprendizagem (leitura e escrita, dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia); Fonoaudiologia em Saúde Pública; Aleitamento Materno; Atualidades em Fonoaudiologia; Cancêr de cabeça e pescoço; Código de Ética da Fonoaudiologia.

**4.4 CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais;Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**5.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS- PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL:**

**5.1 LÍNGUA PORTUGUESA** - Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**5.2 CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993, Estatuto do Servidor Municipal e Lei municipal 027/2011 (PCCS)

**5.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**: Base Nacional Comum Curricular, Concepções de Educação; Concepções de Currículo; Projeto político-pedagógico da escola; O desenvolvimento infantil nos aspectos: Intelectuais, Sociais e Emocionais; A Escola e o desenvolvimento do pensamento; Desenvolvimento e Aprendizagem; Pensamento e Linguagem; Os estágios do desenvolvimento; Inteligências múltiplas; A formação do pensamento lógico matemático; Letramento; Lei 8,069/1990/ECA. Avaliação no processo de ensino e aprendizagem.

**5.4 CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**6.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS – AAE/TRANSPORTE ESCOLAR.**

**6.1 LÍNGUA PORTUGUESA** - Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**6.2CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993, Estatuto do Servidor Municipal e Lei municipal 027/2011(PCCS)

**6.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**: Noções básicas de mecânica. Código de trânsito brasileiro e conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**6.4 CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**7.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS- AAE/ LIMPEZA**

**7.1 LÍNGUA PORTUGUESA** - Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações,

classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**7.2 CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; História e Geografia do Brasil; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993; LC nº 027/2011.

**7.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**: Boas práticas de higiene e limpeza. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**7.4 CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**8.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS- AAE/NUTRIÇÃO**

**8.1 LÍNGUA PORTUGUESA** - Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**8.2 CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; História e Geografia do Brasil; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993; LC nº 027/2011.

**8.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**: Boas práticas de higiene e limpeza. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**8.4 CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**9.0 CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS- AAE/ TECNICO ADMINISTRATIVO**

**9.1 LÍNGUA PORTUGUESA** - Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**9.2 CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; História e Geografia do Brasil; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993; LC nº 027/2011.

**9.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**: Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo, Conhecimento sobre: Ata; Ofício; Memorando; Certidão; Atestado; Declaração; Curriculum; Procuração; Aviso; Comunicado; Circular; Requerimento; Portaria; Edital; Decreto; Formas de tratamento em correspondências oficiais; Tipos de Correspondência; Atendimento ao Público; Noções de Protocolo; Arquivo e as Técnicas de Arquivamento; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint 2010 ou superior). Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet.

**9.4 CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**10.0-CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA PROFESSORE BILINGUE**

**10.1 LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUA MATERNA –** Interpretação de texto, emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação e pontuação; letra/som; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; processo de formação de palavras; substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes; verbos.

**10.2 MATEMÁTICA** – Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas.

**10.3 CONHECIMENTOS GERAIS -** Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993; LC nº 027/2011.

História do povo Xavante.

**10.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

Base Nacional Comum Curricular, Concepções de Educação; Concepções de Currículo; Projeto político-pedagógico da escola; O desenvolvimento infantil nos aspectos: Intelectuais, Sociais e Emocionais; Lei 8,069/1990/ECA.

**11-MOTORISTA**

**11.1-LÍNGUA PORTUGUESA -** Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo

de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**11.2-CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993, Estatuto do Servidor Municipal e Lei municipal 017/2008(PCCS)

**11.3- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:** Noções básicas de mecânica. Código de trânsito brasileiro e conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**11.4-CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**12-OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA**

**12.1-LÍNGUA PORTUGUESA -** Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**12.2-CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993, Estatuto do Servidor Municipal e Lei municipal 017/2008(PCCS)

**12.3- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:** Noções básicas de mecânica. Código de trânsito brasileiro e conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**12.4-CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**13-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

**13.1-LÍNGUA PORTUGUESA -** Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**13.2-CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993, Estatuto do Servidor Municipal e Lei municipal 017/2008(PCCS)

**13.3- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:** Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**13.4-CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**14-DIGITADOR**

**14.1-LÍNGUA PORTUGUESA -** Interpretação de texto. Níveis de linguagem: formal e informal. Ortografia: emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica, gráfica e pontuação; Fonologia/fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Morfologia: processo de formação de palavras, prefixos, sufixos e radicais; Classes de palavras – identificação e flexões: substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronomes (pessoais, de tratamento, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), preposição, conjunção, interjeição, verbos (conjugação dos regulares, irregulares e auxiliares nas formas simples e compostas; conjugação pronominal, vozes verbais), advérbios; Sintaxe: termos das orações, classificação das coordenadas e subordinadas. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Regência nominal e verbal; crase; Semântica: denotação, conotação sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; polissemia e ambiguidade; Estilística: Figuras de linguagem.

**14.2-CONHECIMENTOS GERAIS**: Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas; História e Geografia do Brasil; História e Geografia de Mato Grosso; História e Geografia do Município de Campinápolis (IBGE); Lei Orgânica do Município; LC nº 001/1993, Estatuto do Servidor Municipal e Lei municipal 017/2008(PCCS)

**14.3- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:** Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

**14.4-CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS** – Números e Operações: Números Naturais, Porcentagens, Cálculos e Resoluções de Problemas; Grandezas e Medidas: Medidas Convencionais, Unidades e Medidas Padronizadas; Cálculos Operacionais; Gráficos e Tabelas; Espaço e Forma: Dimensões e Figuras Geométricas; as tecnologias da informação e comunicação.

**ANEXO V**

**Processo Seletivo Simplificado 001/2021**

**Cronograma**

| Ord. | Etapa | Data/Período |
|---|---|---|
| 01 | Publicação do Edital | 27/01/2021 |
| 02 | Recursos contra o Edital de Abertura | A partir de 27/01/2021, observados os prazos deste Edital. |
| 03 | Período de Inscrição | 08/02/2021 a 19/02/2021 |
| 04 | Divulgação Previa das Inscrições Deferidas | 23/02/2021 |
| 05 | Interposição recursos Administrativos contra o deferimento/indeferimento das inscrições | 23/02/2021 – 24/02/2021 |
| 06 | Resposta aos recursos Administrativos contra o deferimento/indeferimento das inscrições | A partir de 25/02/2021 |
| 07 | Homologação das Inscrições/Publicação | 26 /02/2021 |
| 08 | Realização das Provas Objetivas | 28/02/2021 |
| 09 | Divulgação do Gabarito | A partir de 01/03/2021 |
| 10 | Resultado Preliminar | A partir de 02/03/2021 |
| 11 | Interposição recursos Administrativos contra o resultado preliminar | A partir de 02/03/2021 |
| 12 | Resultado dos Recursos Administrativos contra o resultado preliminar do PSS | 04/03/2021 |
| 13 | Resultado Final | 04/03/2021 |
| 14 | Homologação do Resultado Final | 05/03/2021 |
| 15 | Convocação para os cargos de provimento imediato | 05/03/2021 |

**ANEXO - VI**

**Processo Seletivo Simplificado 001/2021**

**Declaração de Aceite**

Declaramos, para fins de inscrição no Processo Seletivo para Contratação Temporária de servidores para compor o quadro da Educação Indígena que, _____. Inscrito no CPF.: ____.____.____-___ e do RG.: _____ _____-_____ é residente na Aldeia _____ e possui boa convivência com a comunidade. Cientes de que afirmações falsas importam em responsabilidade criminal, nos termos do Artigo 299, do Código Penal. Declaramos serem verdadeiras as informações constantes nesta Declaração.

_____

Cacique da Aldeia:_____

Assinatura de Membros da Comunidade:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Campinápolis – MT. ____/____/_____

**ANEXO - VII**

**Processo Seletivo Simplificado 001/2021**

**Modelo de Recurso**

| **Recurso** | |
|---|---|
| Nome do Candidato: | **Inscrição nº:** |
| **Fundamentos do Recurso:** | |

_____

Assinatura

Campinápolis – MT ____/____/_____

**GABINETE DO PREFEITO**
**ERRATA PORTARIA Nº 092 DE CAMPINÁPOLIS**

**Errata**

Na **PORTARIA Nº 092,** da Prefeitura Municipal de Campinápolis, publicada em 27 de janeiro de 2021 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição ANO XVI | N° 3.655, às páginas nº 269/270,

ONDE SE LÊ :

"**Art. 5º** - Revogadas as disposições em contrário"

*DEVE-SE LER:*

**Art. 5º** - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 054/2021.

Campinápolis, 27 de janeiro de 2021.

**JOSÉ BUENO VILELA**

Prefeito de Campinápolis

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 3.546 DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre o lançamento e o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o Exercício Financeiro de 2021 e dá outras providências.

**JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe o art. 156, I da Constituição Federal/1988; Considerando o que dispõe o art. 2º, I, e art.32 da Lei Complementar nº 046/2013;

**D E C R E T A**

**Art.1°.** O prazo para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –IPTU, para o Exercício Financeiro de 2021, será de 120(cento e vinte) dias compreendidos no período de 01/04/2021 a 31/07/2021.

**§1º**. Os contribuintes receberão o carnê referente ao IPTU do seu imóvel predial até o dia 30.04.2021; porém, o não recebimento deste não exclui a responsabilidade do contribuinte quanto ao pagamento tempestivo desta obrigação tributária;

**§2º.** Os contribuintes que não receberem o carnê - Documento de Arrecadação – DAM do Município inerente ao IPTU- Imposto Predial Territorial Urbano; bem como inerente ao ITU – Imposto Territorial Urbano do seu imóvel predial deverão retirar o mesmo junto ao setor de Arrecadação de Tributos da Prefeitura;

**Art. 2º**. Após o vencimento será cobrada multa de 2% (dois por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês sobre o valor do imposto devido.

**Art. 3º**. Para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício de 2021 será utilizado o percentual de 100% (cem por cento) do valor venal do imóvel, apurado, com a observância da Atualização Cadastral da Planta Genérica de Valores, nos termos da legislação tributária vigente.

**Art.4º**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal em Campinápolis – MT, 26 de janeiro de 2021.

**JOSÉ BUENO VIELA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP 003/2021**

**ABERTURA: 11 de fevereiro de 2021**.

**CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.**

**INÍCIO DA SESSÃO: 11 de fevereiro às 08h15min.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diversos graus de dependência, serviços que devem ser assegurados pela Política Municipal de Assistência Social em sua rede de proteção especial de alta complexidade.**

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**Campo Novo do Parecis-MT,** 27 de janeiro de 2021**.**

**Leandro Nery Varaschin**

**Pregoeiro**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA/MT, em conformidade com art. 11, da Resolução 085/2014 – Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA tornam públicas as seguintes licenças emitidas.

| Protocolo | Nº Licença | Razão Social | Atividade Licenciada | Município |
|---|---|---|---|---|
| 00177/2020 | RLO nº 00299/2021 | TERRA SANTA AGRO S.A - ARMAZÉNS GERAIS PARA DEPÓSITO DE PRODUTOS NÃO PERIGOSOS | ARMAZÉNS GERAIS PARA DEPÓSITO DE PRODUTOS NÃO PERIGOSOS | Campo Novo do Parecis/MT |

Campo Novo do Parecis, 27 de Janeiro de 2021

**VANESSA LUIZA VASELI** ***Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente Portaria 801/2020***

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA/MT, em conformidade com art. 11, da Resolução 085/2014 – Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA tornam públicas as seguintes licenças emitidas.

| Protocolo | Nº Licença | Razão Social | Atividade Licenciada | Município |
|---|---|---|---|---|
| 00125/2020 | LP nº 00297/2021 e LI nº 00298/2021 | SÉRGIO ANDRADE - CONDOMÍNIO UNIFAMILIAR OU CONJUNTOS HABITACIONAIS (JACARANDA) | CONDOMÍNIO UNIFAMILIAR OU CONJUNTOS HABITACIONAIS | Campo Novo do Parecis/MT |

Campo Novo do Parecis, 27 de Janeiro de 2021

**VANESSA LUIZA VASELI** ***Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente Portaria 801/2020***

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**COVID-19: DECRETO Nº. 13, DE 25 DE JANEIRO DE 2021**

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

**ATUALIZA MEDIDAS EXCEPCIONAIS, DE CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO; DISPÕE SOBRE OS GRUPOS DE RISCO E ALTERA O DECRETO Nº. 61 DE 13 DE ABRIL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e, em especial,

**CONSIDERANDO** as medidas adotadas pela Administração Pública Municipal para o enfrentamento da emergência de saúde pública em âmbito local;

**CONSIDERANDO** a publicação do Decreto Executivo nº 61, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre a consolidação das medidas emergenciais e temporárias de prevenção dos riscos de disseminação e contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito das atividades públicas e privadas no Município de Campo Novo do Parecis e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 18, 23, II, e 30, I, da Constituição Federal, em especial a competência concorrente do Ente Municipal para a adoção de providências normativas e administrativas em âmbito local, e, também, considerando a decisão monocrática exarada pelo Ministro Marco Aurélio na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341 MC/DF (DJE 25/03/2020), referendada pelo Tribunal, por maioria, em 15/04/2020.

**CONSIDERANDO** a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em ação de controle concentrado de constitucionalidade, que conferiu aos Municípios o poder para, diante da realidade, adotar as medidas restritivas à circulação de pessoas e de funcionamento de atividades econômicas para preservar a vida;

**CONSIDERANDO** que o isolamento seletivo é uma das formas viáveis de afastamento das pessoas inseridas no grupo de risco;

**CONSIDERANDO** o princípio da continuidade do serviço público que deve ser observado pela Administração Pública e as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelas secretarias e entes vinculados ao Poder Executivo Estadual;

***CONSIDERANDO t****odas as medidas já adotadas em âmbito municipal pela Administração Pública e principalmente as medidas executadas pela Secretaria Municipal de Saúde;*

**CONSIDERANDO** a deliberação do COMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS - COVID – 19 para a retomada gradual das atividades econômicas no âmbito do município de Campo Novo do Parecis.

**CONSIDERANDO** o Parecer Técnico em Saúde nº. 01/2021 _SMS/CNP onde atualiza as comorbidades que se enquadram no grupo de risco,

**CONSIDERANDO** a necessidade administrativa e o interesse público;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto atualiza as medidas excepcionais, para a prevenção dos riscos de disseminação do novo coronavírus (COVID-19) no âmbito interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º.**Atualiza as comorbidades que se enquadram no grupo de risco e altera o inciso IV, do §1º, do art. 6º do Decreto nº 61, de 13 de abril de 2020, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

***Art. 6º.***

***§1º.(…)***

***IV. grupo de risco:***

***a)*** *Pessoas com 60 (sessenta) anos completos ou mais ou ;*

***b)*** *Doenças cardíacas descompensadas (insuficiência cardíaca, miocardiopatia isquêmica, etc.)*

***c)*** *Pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave, DPOC);*

***d)*** *Displasia bronco pulmonar com complicações;*

***e)*** *Doença hepática em estágio avançado de insuficiência hepática;*

***f)*** *Imunossupresão por doenças e/ou medicamentos (em vigência de quimioterapia/radioterapia, entre outros medicamentos);*

***g)*** *Doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);*

***h)*** *Pacientes em diálise;*

***i)*** *Doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica;*

***j)*** *Neoplastia maligna (exceto câncer não melanótico de pele)*

***k)*** *Algumas doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme e talassemia);*

***l)*** *Transplantados de órgãos sólidos e de medula óssea;*

***m)*** *Gestação de alto risco;*

***n)*** *Obesidade com IMC maior ou igual 40 (conforme juízo clinico)*

***o)*** *Diabetes (conforme juízo clinico)*

**Art. 3º. Acrescenta o §7º ao artigo 13 do Decreto nº 61, de 13 de abril de 2020,** que passa a vigorar com as seguintes alterações:

(…)

***§7º. O servidor submetido ao regime de teletrabalho deve, obrigatoriamente, sujeitar-se às medidas de restrição social e demais orientações emanadas dos órgãos sanitários federais, estaduais e municipais que não conflitem com o presente Decreto, sob pena de responsabilização funcional.***

**Art. 4º.** Os servidores públicos que não se enquadrem no grupo de risco atualizado e contido no inciso IV, do §1º, do art. 6º do Decreto nº 61, de 13 de abril de 2020, devidamente alterado, estão convocados a retornarem ao trabalho no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação do presente.

**Art. 5º** Os servidores públicos municipais que não se enquadram nas condições contidas no inciso IV, do §1º, do art. 6º do Decreto nº 61, de 13 de abril de 2020, devidamente alterado e entendam que necessitam permanecer afastados, deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos, requerimento de afastamento, relatório médico circunstanciado e exames recentes, aptos à comprovação da comorbidade que justifique a manutenção de seu enquadramento no grupo de risco e manutenção do afastamento, no prazo de 05 dias.

**§1º** Até que seja avaliada a documentação apresentada, e designada perícia **pela Comissão médica de avaliação**, o servidor público municipal deverá permanecer afastado, mediante comunicação à chefia imediata;

**§2º** Comprovada a necessidade de manutenção do servidor público no grupo de risco, por meio de laudo expedido pela Comissão Médica, será ele dispensado do retorno às atividades presenciais.

**Art. 6º. Acrescenta o art. 71-A ao Decreto nº 61, de 13 de abril de 2020,** que passa a vigorar com as seguintes alterações:

***Art. 71-A****. Fica instituída a Comissão de Atendimento em Intercorrências do Coronavirus com os seguintes membros:* ***I.*** *Rosana Miola Klasen* ***II.*** *Simone Santos de Oliveira Cobra* ***III.*** *Edilson José Sonsin* ***IV.*** *Jonatan Jardel Cardias Gomes;* ***V.*** *Neide Pantaleão dos Santos*

**Art. 7º.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis – MT, 25 de janeiro de 2021.

**RAFAEL MACHADO**

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN**

Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 374/2020**

**PREGÃO ELETRÔNICO 083/2020 – REGISTRO DE PREÇOS**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

**FORNECEDOR: SAN MARINO ONIBUS LTDA.**

**VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de veículos tipos, vans, micro-ônibus e ônibus escolares, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.**

**VALOR TOTAL:** 1.212.000,00.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 375/2020**

**PREGÃO ELETRÔNICO 083/2020 – REGISTRO DE PREÇOS**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

**FORNECEDOR: TATIANA CAPITANIO – VEICULOS.**

**VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de veículos tipos, vans, micro-ônibus e ônibus escolares, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.**

**VALOR TOTAL:** 1.032.000,00.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 005/2021**

**Recebimento das propostas**: **a partir do dia 28 de janeiro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

**Do encerramento das propostas**: **dia 10 de fevereiro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

**Data de abertura das propostas**: **dia 10 de fevereiro de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

**Início da sessão de disputa de preços**: **dia 10 de fevereiro de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

**OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Produtos Químicos para atender as necessidades do Departamento de Água do Município.**

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**Campo Novo do Parecis-MT**, 27 de janeiro de 2021**.**

**_____**

**Leandro Nery Varaschin**

**Pregoeiro**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP 002/2021**

**ABERTURA: 09 de fevereiro de 2021**.

**CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.**

**INÍCIO DA SESSÃO: 09 de fevereiro às 08h15min.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem de eventos esportivos.**

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**Campo Novo do Parecis-MT,** 27 de janeiro de 2021**.**

**Leandro Nery Varaschin**

**Pregoeiro**

**TERMO DE APOSTILAMENTO**

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 221 – 222 – 223 – 224 – 225 e 226 de 2020** DO PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 063/2020.**

**Contratante:** ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS****,* pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

**Contratadas: STAR PRIME LTDA**

**JOSÉ JADIR FACCIO – ME**

**CORMAQ - COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**

**COMERCIAL PRZ DE MÁQUINAS EIRELI**

**ECO-TEC AMBIENTAL COMÉRCIO DE MÁQUINAS EIRELI**

**EMBRATOP GEOTECNOLOGIAS LTDA**

**Objeto:** O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a substituição do Agente fiscalizador **SUPLENTE** Ivan Luiz Biezus Junior, das presentes Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização dos presentes Contratos pelo servidor: **Diogo Gonçalves Ribeiro**, inclusão solicitada através do Memorando nº 20/2021, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de janeiro de 2021.

***RAFAEL MACHADO***

***Prefeito Municipal***

***Contratante***

**AVISO DE RESULTADO PE 083/2020**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 083/2020**, destinado a **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de veículos tipos, vans, micro-ônibus e ônibus escolares, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação,teve como vencedoras as empresas**: SAN MARINO ÔNIBUS LTDA,** com valor total de **R$ 1.212.000,00 (um milhão e duzentos e doze mil reais), e TATIANA CAPITANIO – VEÍCULOS,** com valor total de **R$ 1.032.000,00 (um milhão e trinta e dois mil reais)**.

Campo Novo do Parecis-MT, 27 de janeiro de 2021.

_____

**Leandro Nery Varaschin**

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2021**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONSULTÓRIOS, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 10 de Fevereiro de 2021, hora: 09:30 horas (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 13:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 27 de Janeiro de 2021.

***FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO***

Pregoeira

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO N° 007/2020**

**OBJETO: Credenciamento para contratação de pessoa jurídica (empresas ou microempresas) para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em: cardiologia, cirurgião geral, pediatria, geriatria, anestesia, ortopedia, vascular, dermatologista, endocrinologista, oftalmologista e exames de ultrassom.**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento da empresa CLAUDIMIR JOSÉ SCABENI – CLÍNICA EIRELI,CNPJ N° 10.927.478/0001-15, para a prestação de serviços médicos na especialidade de GERIATRIA (lote 04 - item 09) e EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA (LOTE 07 – itens 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23 e 27), sendo o profissional credenciado: Dr. CLAUDIMIR JOSÉ SCABENI, CPF N° 486.653.391-91, CRM/MT 5403. Mais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Campo Verde – MT, 27 de janeiro de 2021. Hélida B. M. P. Hubner - Presidente da CPL.

**AVISO DE PREGÃO N. 008/2021**

**AVISO DE PREGÃO N° 008/2021**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMODATO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 008/2021** a se realizar no dia **09 de FEVEREIRO de 2021 às 09h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 27 de Janeiro de 2021.

***Hélida B. M. P. Hubner***

Pregoeira

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2021 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2021 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião extraordinária do dia 26 de Janeiro de 2021, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e que institui o FNAS; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e sobre a Conferência Municipal de Assistência Social; Lei Municipal Nº 1.456/2009 de 18 de Fevereiro de 2009 – que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Deliberações da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 26 de Janeiro de 2021 na ATA Nº 002/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- **APROVAR** Prestação de Contas dos recursos do FUPIS/BPC ESCOLA/PMAC/IGD PBF/IGD SUAS/PSB/FEAS/LC/COVID-EPI/COVID-ACOLHIMENTO do 3º Quadrimestre de 2020 (Setembro a Dezembro).

**Art. 2º** - **Esta** Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Verde-MT, 26 de Janeiro de 2021.

**HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

**NOTIFICAÇÃO CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA - EPP**

Campos de Júlio, 19 de Janeiro de 2021

**Ao Ilmo. Sr.**

**FELIPE CAMPESATTO**

**CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA - EPP**

**Avenida Almirante Tamandaré, 1881 Bairro Mirassol II**

**78.280-000 MIRASSOL D’OESTE/MT**

**NOTIFICAÇÃO**

**EMPREENDIMENTO:** Pavimentação Asfáltica e Drenagem da Av. André A. Maggi

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

**CONTRATADA:** Construtora Campesatto Ltda EPP – Contrato 053/2020

Informamos V. S.ª que por falha no processo de adequação no sistema de drenagem, de formas a impedir o acúmulo de água, foi construída canaletas drenantes, “Veja relatório fotográfico anexo”, que tem causado danos aos veículos que alí transitam, causando com isso muita reclamação por parte da população.

**Art. 618 do Código Civil de 2002 –** Nos contratos de empreitada de edifícios e outras construções

consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de

cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.

Solicitamos portanto que as mesmas passem por revisão de formas a sanar essa situação que tem causado muito desgaste à nova gestão.

Diante desta situação, fica V.Sas. **“NOTIFICADA”** que dentro de um prazo de 30 dias proceda as devidas correções.

Atenciosamente

_____

_____

LUIZ CARLOS C. DE OLIVEIRA ESTEFÂNIA MORAIS GONÇALVES

Eng. Civil – CREA 1202470122 Fiscal de Contratos

_____

ALEXANDRE MURILO PELLICIOLI

Secretário Municipal de Planejamento

ccp. Câmara Municipal

**AVISO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2021- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2021**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2021**

**A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT**, com sede na Avenida Valdir Masutti, 779-W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, através da Comissão de Licitações, torna público para todos os interessados o Edital para CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para o fornecimento de refeições prontas, tipo marmitex e self-service, para atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus Departamentos, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento ocorrerá do dia **01/02/2021 até o dia 31/12/2021, de 2ª a 6ª feira, das 07:00hs às 10:30hs e das 13:00hs às 16:30hs, no endereço acima indicado**. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, no Departamento de Licitação e Contratos, de segunda à sexta, das 07h00 até as 13h00, com a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (65) 3387-2800 ou (65)9.9963-3595 pelo site www.camposdejulio.mt.gov.br, ou pelos e-mail: licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br; licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 27 de janeiro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CL

PORTARIA: Nº 73/2021

**NOTIFICAÇÃO MILANI & MACHADO LTDA - ME**

Campos de Júlio-MT, 26 de Janeiro de 2021

**Ao Sr.**

**DAVI MACHADO**

**MILANI & MACHADO LTDA - ME**

**Avenida das Flores nº 1151 Bairro Cidezal II**

**78.365-000 SAPEZAL/MT**

**NOTIFICAÇÃO**

**EMPREENDIMENTO:** Construção da Sede do Serviço social

Contrato 075/20

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

**CONTRATADA:** Milani & Machado Ltda

Informamos a V. S.ª que a obra acima referenciada encontra-se com

evoluções muito aquém do considerado satisfatório.

Temos notado na obra equipes muito reduzidas o que vem comprometendo bastante a boa evolução dos trabalhos.

Salientamos ainda da necessidade de melhor acompanhamento do

responsável técnico pela obra e/ou mestre, com boa capacidade e liderança e de bom

relacionamento com toda a equipe, de forma que os trabalhos sejam efetivamente

realizados com maior fluidez.

Diante dessa situação, solicitamos a imediata adequação das equipes, com qualificações adequadas nas obras visto que não será concedido aditamento no prazo determinado para execução.

Atenciosamente

_____

_____

LUIZ CARLOS C. DE OLIVEIRA ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES

Eng. Civil Fiscal de Contratos

_____

ALEXANDRE MURILO PELLICIOLI

Secretário Municipal de Planejamento

**NOTIFICAÇÃO MILANI & MACHADO LTDA - ME**

Campos de Júlio-MT, 26 de Janeiro de 2021

**Ao Sr.**

**DAVI MACHADO**

**MILANI & MACHADO LTDA - ME**

**Avenida das Flores nº 1151 Bairro Cidezal II**

**78.365-000 SAPEZAL/MT**

Prezado Senhor

Conforme preconizado nos contratos, solicitamos que essa Empreiteira nos encaminhem no prazo de 10 dias, os documentos abaixo relacionados das obras da Cozinha Centralizada e da Sede do Serviço Social, que encontram-se em andamento por essa Construtora em nosso Município:

ü Contrato de trabalho de todos os colaboradores de cada obra ü ASO – Atestado de saúde ocupacional de todos os funcionários ü PPRA – Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes ü PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional ü Ficha de entrega de EPI’s ü Certificado de treinamento (NR-35 Trabalho em altura).

Atenciosamente

_____

_____

LUIZ CARLOS C. DE OLIVEIRA ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES

Eng. Civil Fiscal de Contratos

_____

ALEXANDRE MURILO PELLICIOLI

Secretário de Planejamento

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 95/ 2020.**

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA V – DOS PRAZOS do contrato original.

DO PRAZO DE VIGENCIA CONTRATUAL: até 27/05/2021.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI– Prefeito Municipal / CONTRATANTE e a Rafael Tognini Pereira Eirelli- ME, CNPJ: 26.770.119/ 0001-37/CONTRATADO.

**NOTIFICAÇÃO MILANI & MACHADO LTDA - ME**

Campos de Júlio-MT, 26 de Janeiro de 2021

**Ao Sr.**

**DAVI MACHADO**

**MILANI & MACHADO LTDA - ME**

**Avenida das Flores nº 1151 Bairro Cidezal II**

**78.365-000 SAPEZAL/MT**

**NOTIFICAÇÃO**

**EMPREENDIMENTO:** Reforma do Ginásio Poliesportivo

Contrato 108/20

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

**CONTRATADA:** Milani & Machado Ltda

Informamos a V. S.ª que a obra acima referenciada encontra-se com

evoluções muito aquém do considerado satisfatório.

Temos notado na obra equipes muito reduzidas o que vem comprometendo bastante a boa evolução dos trabalhos.

Salientamos ainda da necessidade de melhor acompanhamento do

responsável técnico pela obra e/ou mestre, com boa capacidade e liderança e de bom

relacionamento com toda a equipe, de forma que os trabalhos sejam efetivamente

realizados com maior fluidez.

Diante dessa situação, solicitamos a imediata adequação das equipes, com qualificações adequadas nas obras visto que não será concedido aditamento no prazo determinado para execução.

Atenciosamente

_____

_____

LUIZ CARLOS C. DE OLIVEIRA ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES

Eng. Civil Fiscal de Contratos

_____

ALEXANDRE MURILO PELLICIOLI

Secretário Municipal de Planejamento

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO - MT AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021**

A Presidente da CL da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Portaria Municipal nº 73/2021, vem a público divulgar, para o conhecimento dos interessados e para fazer constar no EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021, cujo o objeto é o Referente Contratação de empresa consorciada para fornecimento de energia elétrica para secretarias e seus departamentos por um período de 12 meses.

**Onde se lê:**

**(…)**

**Contratado:** Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energisa S.A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ/MF nº. 03.467.321/0001-99

**Leia-se**:

**(…)**

**Contratado:** Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energisa S.A, CNPJ/MF nº. 03.467.321/0001-99

Campos de Júlio - MT, 27 de janeiro de 2021.

Rosineia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CL

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 70/ 2020**

DA ESPÉCIE: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular.

DO OBJETO: Aditivo de aumento na quantidade do objeto.

DO ADITAMENTO: seguro para mais 04 veículos e 04 motos para atender a secretaria municipal de obras e secretaria municipal de saúde.

DO VALOR GLOBAL: passará de R$:61.030,00(Sessenta e um mil e trinta reais) Para 67.930,00(Sessenta sete mil, novecentos e trinta Reais).

DO VALOR ADITADO: R$ 6.900,00 (Seis mil e novecentos Reais).

DA VIGÊNCIA: 21/01/2021 a 03/08/2021.

ASSINAM:IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº: 90.180. 605/0001-02/CONTRATADA

**NOTIFICAÇÃO MILANI & MACHADO LTDA - ME**

Campos de Júlio-MT, 26 de Janeiro de 2021

**Ao Sr.**

**DAVI MACHADO**

**MILANI & MACHADO LTDA - ME**

**Avenida das Flores nº 1151 Bairro Cidezal II**

**78.365-000 SAPEZAL/MT**

**NOTIFICAÇÃO**

**EMPREENDIMENTO:** Construção da Cozinha Unificada

Contrato 106/20

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT

**CONTRATADA:** Milani & Machado Ltda

Informamos a V. S.ª que a obra acima refenciada encontra-se com

evoluções muito aquém do considerado satisfatório.

Temos notado na obra equipes muito reduzida o que vem comprometendo bastante a boa evolução dos trabalhos.

Salientamos ainda da necessidade de melhor acompanhamento do

responsável técnico pela obra e/ou mestre, com boa capacidade e liderança e de bom

relacionamento com toda a equipe, de formas que os trabalhos sejam efetivamente

realizados com maior fluidez.

Diante dessa situação, solicitamos a imediata adequação das equipes, com qualificações adequadas nas obras visto que não será concedido aditamento no prazo determinado para execução.

Atenciosamente

_____

_____

LUIZ CARLOS C. DE OLIVEIRA ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES

Eng. Civil Fiscal de Contratos

_____

ALEXANDRE MURILO PELLICIOLI

Secretário Municipal de Planejamento

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N. 787/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**DECRETO N. 787/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**INSTITUI A ATUALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE DADOS CADASTRAIS E A QUALIFICAÇÃO CADASTRAL DE SERVIDORES ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, incisos III e V, da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte,

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos servidores remunerados pelo Município e a obrigatoriedade de efetuar o levantamento de novas informações para efeito e adequação do Sistema de Recursos Humanos com o Sistema de Escrituração Fiscal, Previdenciário e Trabalhista (e-Social), instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, 11 de dezembro de 2014;

**CONSIDERANDO** a obrigatoriedade de utilização do sistema do e-Social por todos os órgãos públicos a partir de 08 de julho de 2021, senso escalonadas as referidas obrigações por fases, sendo a quarta e última fase em 11 de julho de 2022, conforme Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

**CONSIDERANDO** a implantação dos Exames Periódicos de Saúde; da implantação do Serviço Especializado em engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; e da efetiva implantação do Ponto Eletrônico em todos os órgãos municipais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** A atualização e qualificação cadastral obrigatória observarão as disposições deste Decreto e os procedimentos são de caráter obrigatório para os servidores públicos, temporários e estagiários da administração direta e indireta.

**Art. 2º.** Para fins de melhor entendimento deste Decreto considera-se:

**I –** Servidor público é toda pessoa física que, legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, presta serviço remunerado à Administração Pública Municipal;

**II –** Servidor Temporário é aquele admitido por teste seletivo para atender a necessidade temporária excepcional de interesse público, em que sua contratação é por tempo determinado;

**III –** Estagiário é o educando em ato educativo escolar supervisionado desenvolvido em ambiente de trabalho e remunerado;

**IV –** Dependente Econômico é o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 (vinte e hum) anos de idade, o menor de 21 (vinte e hum) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e a expensas do servidor, ou do inativo, a mãe e o pai sem economia própria.

**Art. 3º.** A qualificação cadastral tem por finalidade identificar divergências associadas à documentação pessoal e dos dependentes, sendo obrigatória para todos os mencionados no artigo 1º deste Decreto.

**Art. 4º.** A atualização cadastral visa atender a necessidade de adequação dos dados pessoais dos servidores e contemplada as considerações acima, bem como, efetuar o levantamento de novas informações para adaptação ao Sistema de Recursos Humanos do Município com o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social), instituído pelo Decreto Federal n. 8.373, de 01 de dezembro de 2.014.

**Parágrafo único.** As informações devem, necessariamente, coincidir com o cadastro da Receita Federal (nome, data de nascimento e CPF) e com o constante no Ministério da Previdência.

**Art. 5º.** O Recadastramento dos Servidores Públicos Municipais de Canabrava do Norte, será presencial mediante o comparecimento pessoal e a apresentação dos documentos originais e cópias constantes do ANEXO I, e preenchimento do formulário do ANEXO II e as Declarações anexas.

**§1º**. Os servidores ativos que se encontrarem cedidos e afastados por Licenças, na data de publicação deste Decreto, deverão recadastrar-se diretamente na Coordenadoria de Recursos Humanos, localizado no Paço Municipal.

**§2º.** Para os servidores municipais ocupantes de cargos em comissão, é obrigatória a apresentação de cópia da Declaração de Imposto de Renda – DIRPF, se for declarante.

**§3º.** A atualização dos dados deverá, obrigatoriamente, ser renovada anualmente, a partir do ano de 2022, no mês de aniversário dos servidores relacionados no art. 1°.

**§4º.** Para servidores públicos concursados com mais de um vínculo, os procedimentos efetuados em relação a um vínculo serão aproveitados para o outro.

**Art. 6º.** O recadastramento de que trata este Decreto será coordenado por uma Comissão a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SAPLAFI.

**Parágrafo único.** Os procedimentos de coleta de dados e a digitalização dos documentos exigidos ficarão a cargo da Gerência de Administração e da Coordenadoria de Recursos Humanos.

**Art. 7º.** A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, por intermédio da Gerência de Administração, ficará encarregada pela atualização de dados no sistema da folha de pagamento e no e-social.

**Art. 8º.** No período de 01.02.2021 à 30.04.2021, todos os servidores especificados no artigo 1° deste Decreto deverão se submeter ao recadastramento, juntamente com a documentação constante do ANEXO I, por cópia simples, desde que, acompanhada do documento original ou cópia autenticada em cartório.

**§1º.** Verificada qualquer irregularidade na conferência das cópias dos documentos apresentados referente aos dados declarados no cadastro, o servidor será convocado pela Coordenadoria de Recursos Humanos para regularizar a pendência no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**§2º.** As pendências relativas ao recadastramento serão sanadas, impreterivelmente, até o dia 30.04.2021.

**§3º.** O formulário de recadastramento do Servidor Público Municipal, é o constante do ANEXO II que deverá, necessariamente, conter a data e a assinatura do servidor recadastrado.

**§4º.** O servidor que não apresentar a documentação completa ou apresentar de forma diferente da estipulada neste Decreto não terá o seu cadastro atualizado.

**Art. 9º.** Expirado o prazo estabelecido no artigo 8°, a partir do mês posterior, os servidores públicos elencados neste Decreto que não tiverem efetuado a atualização obrigatória dos dados cadastrais ou providenciado a correção das informações inclusive para efeito da qualificação cadastral, estarão sujeitos a aplicação de penalidade de advertência por escrito.

**Parágrafo único.** A inobservância dos prazos fixados neste Decreto possibilita a aplicação de sansões disciplinares aos agentes políticos e servidores públicos concursados, comissionados e contratados.

**Art. 10º.** O Servidor Público Municipal ativo e de funções temporárias responderão civilmente e administrativamente pelas informações falsas ou incorretas, que prestarem no ato do recadastramento, conforme "Declaração" para esse fim a ser prestada na forma do Anexo III.

**Art. 11º.** Se algum servidor estiver impossibilitado de comparecer ao posto de recadastramento no período previsto no cronograma, seja por motivo de doença grave, internação ou impossibilidade de locomoção, deverá entrar em contato com a Comissão e solicitar o agendamento de visita domiciliar, o qual também poderá ser solicitado por familiares junto a Coordenadoria de Recursos Humanos.

**Parágrafo único.** Os casos de servidores que se encontrarem em gozo de férias ou de licenças, deverão realizar a atualização cadastral na Coordenadoria de Recursos Humanos, no horário das 7h30min às 13h30min impreterivelmente até o dia 30 de abril de 2021.

**Art. 12º.** Caberá a Equipe Técnica de Recadastramento, validar, comprovar e emitir o protocolo de entrega do recadastramento somente se:

**I -** Todas as informações contidas nos formulários e anexos estiverem de acordo com as exigências deste Decreto;

**II -** Todas as informações constantes do formulário estiverem devidamente comprovadas;

**III -** As cópias de todo os documentos obrigatórios forem entregues.

**Art. 13º.** Compete a Comissão de Recadastramento:

**I -** Zelar pelo cumprimento das normas estipuladas neste Decreto, especificamente no que se refere ao ato de recadastramento;

**II -** Verificar a documentação apresentada e sua regularidade;

**III -** Exigir a comprovação documental, quando constatada divergência entre o informado e o que consta no cadastro;

**IV -** Utilizar o sistema informatizado apropriado para proceder às atualizações dos dados cadastrais.

**Art. 14º.** A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças poderá convocar os servidores municipais para participarem do processo de recadastramento através dos secretários e/ou diretores de departamentos a que estiverem vinculados.

**Art. 15º.** A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças editará as instruções complementares a este Decreto que se fizerem necessárias para assegurar a efetividade do recadastramento.

**Art. 16º.** Este Decreto entra e vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Canabrava do Norte – MT, em 27 de janeiro de 2021.

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:**

**I – Para servidores ativos, cedidos ou em licença:**

**a)** Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia (RG);

**b)** Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou quitação eleitoral;

**c)** Cadastro nacional de pessoa física (CPF), conforme estado civil;

**d)** Carteira de Trabalho e número do PIS/PASEP;

**e)** Carteira de habilitação;

**f)** CPF dos pais;

**g)** Certificado de reservista ou dispensa de incorporação, se do sexo masculino com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade;

**h)** Comprovante de residência atualizado em nome do servidor;

**i)** Comprovante de registro em órgão de classe quando se tratar de profissão regulamentada;

**j)** Certidão de nascimento ou casamento quando for o caso;

**k)** Documentos do cônjuge;

**l)** Certidão de nascimento dos filhos e CPF, quando houver menor de 14 anos;

**m)** Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia, ou certidão de nascimento dos dependentes legais, se houver, e documento que comprove legalmente a condição de dependência para manutenção e abatimento no IRRF.

**n)** Cartão de vacinação atualizado;

**o)** Apresentar 01 (uma) foto 3x4;

**p)** Preencher e assinar o Formulário de Recadastramento do Servidor Público Municipal, conforme Anexo II deste decreto.

**q)** Preencher e assinar a Declaração de Não Acumulação de Cargos, conforme modelo Anexo III deste decreto;

**r)** Preencher e assinar a Declaração de Bens, conforme modelo Anexo IV deste decreto.

**s)** Preencher e assinar a Declaração de Endereço conforme anexo V;

**t)** Preencher e assinar a Declaração de Dependentes conforme Anexo VI;

**u)** Para os ocupantes em cargos em comissão, apresentar cópia da Declaração de Imposto de Renda - DIRPF.

**v)** Endereço de e-mail eletrônico pessoal;

**x)** Número de telefones móvel e fixo;

**y)** Certificados de formação acadêmica (Diploma com histórico escolar e/ou declaração escolar);

**w)** Diplomas de cursos de formação técnica e complementares.

**II – Dos Dependentes Econômicos para fins de Imposto de Renda (IR):**

**a)** Cônjuge ou Companheiro (a) com quem tenha filho ou viva há mais de 5 anos;

**b)** filhos ou enteados, até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

**c)** irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem o servidor detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

**d)** pais, avós e bisavós que tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até o limite de isenção do imposto;

**e)** menor até 21 anos que o servidor crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;

**f)** pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

**III – Estagiários:**

**a)** Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia (RG);

**b)** Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou quitação eleitoral;

**c)** Cadastro nacional de pessoa física (CPF), conforme estado civil;

**d)** Carteira de Trabalho e número do PIS;

**e)** CPF dos pais;

**f)** Certificado de reservista ou dispensa de incorporação, se do sexo masculino com até 45 (quarenta e cinco) anos de idade;

**g)** Comprovante de residência atualizado em nome do servidor;

**h)** Certidão de nascimento dos filhos e CPF, quando houver menor de 14 anos;

**i)** Apresentar 01 (uma) foto 3x4;

**j)** Endereço de e-mail eletrônico pessoal;

**k)** Número de telefones móvel e fixo.

**l)** Certidão de nascimento ou casamento quando for o caso;

**m)** Declaração de frequência escolar assinada pelo diretor da instituição escolar;

**n)** Preencher e assinar o Formulário de Recadastramento constante do Anexo II;

**p)** Certificados de formação acadêmica (Diploma com histórico escolar e/ou declaração escolar);

**q)** Diplomas de cursos de formação técnica e complementares.

**ANEXO II**

**FORMULÁRIO DE RECADASTRAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **DADOS PESSOAIS** | | | | | |
| **MATRÍCULA:** | **NOME:** | | | | |
| **DATA DE NASCIMENTO:** | **NATURALIDADE** | | | **NACIONALIDADE:** | |
| **DOADOR DE SANGUE: ( ) SIM ( ) NÃO** | **SEXO: ( ) SIM ( ) NÃO** | **POSSUI DEFICIÊNCIA: ( ) SIM ( ) NÃO** | **TIPO DE DEFICIÊNCIA:** | | |
| **DOCUMENTOS** | | | | | |
| **CPF:** | **RG:** | **ORGÃO EMISSOR:** | **DATA DE EMISSÃO:** | **PIS/PASEP:** | |
| **TÍTULO DE ELEITOR:** | **ZONA/SEÇÃO:** | **CTPS/SERIE:** | **DATA DE EMISSÃO:** | **NÚMERO DA CNH:** | **CATEGORIA:** |
| **RESERVISTA:** | **ORGÃO RESERVISTA E DATA DE EMISSÃO:** | | | | |
| **ENDEREÇO** | | | | | |
| **LOGRADOURO:** | | | | **NÚMERO:** | |
| **COMPLEMENTO:** | | **BAIRRO:** | | **CEP:** | |
| **CIDADE:** | **UF:** | **CELULAR:** | **E-MAIL:** | | |
| **DEPENDENTES** | | | | | |
| **NOME DO CONJUNGE:** | | | **DATA DE NASCIMENTO:** | **CPF:** | |
| **DEPENDENTE:** | | | **DATA DE NASCIMENTO:** | **CPF:** | |
| **DEPENDENTE:** | | | **DATA DE NASCIMENTO:** | **CPF:** | |
| **DEPENDENTE:** | | | **DATA DE NASCIMENTO:** | **CPF:** | |
| **DEPENDENTE:** | | | **DATA DE NASCIMENTO:** | **CPF:** | |
| **DEPENDENTE:** | | | **DATA DE NASCIMENTO:** | **CPF:** | |

**DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO MOMENTO DO RECADASTRAMENTO:**

ü **Formulário de Recadastramento do Servidor Público Municipal (Anexo II) devidamente preenchido;** ü **Declaração de não acúmulo de cargo, função ou emprego público;** ü **Declaração de Bens;** ü **Fotocópia dos documentos constantes no Anexo I;** ü **01 (uma) foto 3X4 recente;** ü **Declaração de pendência de entrega de documento (quando for o caso).**

| | | |
|---|---|---|
| **O SERVIDOR RESPONDERÁ CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVAMENTE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.** | | **DATA DO RECADASTRAMENTO: _____/_____/_____** |
| **_____ ASSINATURA DO SERVIDOR PÚBLICO DECLARANTE** | | **_____ Assinatura do Servidor responsável pelo cadastro** |
| **USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** | | |
| **SERVIDOR EM DESVIO DE FUNÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO** | **SERVIDOR EM DESVIO DE LOTAÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO** | **LOTAÇÃO DE CADASTRO:** |

**ANEXO III**

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

Eu_____, inscrito(a) no CPF_____, **DECLARO**, que:

( ) **NÃO** exerço qualquer outro cargo público (função ou emprego público Federal, Estadual ou Municipal, bem como Autarquias, Empresas públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo (s) público (s) ou emprego(s) abaixo:

a) De _____ no _____, cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais das _____ às ____ horas.

b) De _____ no _____, cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais das _____ às ____ horas.

c) De _____ no _____, cuja jornada de trabalho é de _____ horas semanais das _____ às ____ horas.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das normas relacionada à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos conforme norteia o inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal; do Art. 11 da Emenda Constitucional nº20 de 15/12/1998 e §§ 8º e 9º do Art. 26 da Lei N° 140/2011 Estatuto do Servidor Público do Município de Canabrava do Norte-MT, e que estou ciente de que estarei sujeito ás penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para qual fui nomeado.

Canabrava do Norte -MT, ____de _____de 2021.

**_____**

**ASSINATURA DO SERVIDOR**

**ANEXO IV**

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Declaro para finalidade de atualização cadastral, de acordo com o disposto na Lei e estabelecido no Art. 23 da Lei Complementar 034/2005 e Art. 24 da Lei Complementar 029/2005, que eu, _____, brasileiro(a), maior, CPF _____, RG _____, sou residente e domiciliado na _____ na cidade de _____**.**

**1. DISCRIMINAÇÃO DE BENS E DIREITOS**

| BENS E DIREITO | DISCRIMINAÇÃO DO BEM OU DIREITO | VALOR VENAL ATUALIZADO |
|---|---|---|
| | | |

**2. DISCRIMINAÇÃO DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS**

| BENS E DIREITO | DISCRIMINAÇÃO DO BEM OU DIREITO | VALOR VENAL ATUALIZADO |
|---|---|---|
| | | |

**3.** Relação de **funções e/ou cargos de direção** que eventualmente exerça ou tenha exercido nos dois anos anteriores em órgãos colegiados, em empresa ou instituições, públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior**:**

**1.**

**2.**

**3.**

**DECLARO sob as penas da lei que as informações constantes das 2 (duas) vias que fazem parte desta declaração são verdadeiras.**

Canabrava do Norte -MT, ____de _____de 2021.

_____

**ASSINATURA DO SERVIDOR**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO**

Declaro para fins de comprovação de endereço que eu,_____, brasileiro(a), inscrito no CPF_____, RG _____, sou residente e domiciliado na _____, bairro _____na cidade de _____, CEP _____.

Por ser verdadeira, firmo presente declaração para todos os efeitos legais de direito.

Canabrava do Norte -MT, ____de _____de 2021.

_____

**ASSINATURA DO SERVIDOR**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES**

| | |
|---|---|
| Fonte Pagadora: | Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT |
| CNPJ da Fonte: | 37.465.200/0001-20 |
| Endereço: | Avenida Áurea Tavares de Amorim, S/nº, Vila São João, Canabrava do Norte-MT. CEP: 78.658-000 |

| | |
|---|---|
| Declarante: | |
| CPF do Declarante: | |

**Relação de Dependentes e Finalidade**

| Nome | Data de Nascimento | CPF | Grau de Parentesco |
|---|---|---|---|
| | | | |

Canabrava do Norte -MT, ____de _____de 2021.

_____

**ASSINATURA DO SERVIDOR**

**ADMINISTRAÇÃO**
**ATO DE DESIGNAÇÃO 002/2021/SEMAACDEC**

**ATO DE DESIGNAÇÃO 002/2021/SEMAACDEC**

**DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**GISELLE LUZ BRITO,** Secretária municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o princípio da segregação de funções,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar o Servidor Público Municipal Sr. **Rael Coelho Gomes**, matrícula funcional nº 2222 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 317.942.201-78, com e-mail Elder.dimedeiros@gmail.com para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa Suzuki & Silva Ltda. inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 09. 229.177/0001-57, que tem por objeto fazer o carregamento de 02 (dois) resfriadores para colocar encima do caminhão, para serem transportados para o município de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 2º.** Designar o Servidor Público Municipal Sr. **Luís Ferreira de Souza**, matrícula funcional nº 127 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 954.868.441-15, para conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Suzuki

& Silva Ltda. inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 09.229.177/0001-57, que tem por objeto fazer o carregamento de 02 (dois) resfriadores para colocar encima do caminhão, para serem transportados para o município de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 3º.** Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Canabrava do Norte - MT, em 26 de janeiro de 2021.

**Registre-se,**

**Publique-se,**

**Cumpra-se.**

**GISELLE LUZ BRITO**

Secretária municipal de Meio Ambiente, Agricultura,

Comércio e Desenvolvimento Econômico,

Portaria n. 033/2021

**EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 002/2021**

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, para o Município de CANABRAVA DO NORTE/MT;

DO VALOR: R$ 379.735,00 (TREZENTOS E SETENTA E NOVE MIL SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS);;

DATA: Canabrava do Norte, 27 de Janeiro de 2.021;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: JEAN P. CARDOSO - ME; CNPJ: 26.713.353/0001-22;

**EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 003/2021**

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, para o Município de CANABRAVA DO NORTE/MT;

DO VALOR: R$ 248.362,50 (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MIL TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS);

DATA: Canabrava do Norte, 27 de Janeiro de 2.021;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: DENILSON DA SILVA PIAGEM - ME; CNPJ: 27.040.287/0001-30;

**ADMINISTRAÇÃO**
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO EDITAL N. 001/2021**

**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na edição nº. 3.655, do Diário Oficial dos Municípios no dia 27 de JANEIRO de 2021,

**ONDE SE LÊ: 3° QUADRIMESTRE**, **LEIA-SE: 2° SEMESTRE**, passando a vigorar com a seguinte redação.

**EDITAL N. 001/2021 DE: 26 de Janeiro de 2021**

**"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 166º, Inciso III e Art. 182º, parágrafo único da Resolução n. 14/2007/TCE-MT."**

Torna-se público o **RGF – Relatório Gestão Fiscal**, referente ao 2º semestre do exercício financeiro de 2020, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

**REGISTRE-SE,**

**PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRE-SE**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO**
**ATO DE DESIGNAÇÃO 009/2021/SMS**

**ATO DE DESIGNAÇÃO 009/2021/SMS**

**CANABRAVA DO NORTE, 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**GABRIELA PEREIRA LIMA,** Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o princípio da segregação de funções,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa JOSE DE SOUSA ROSA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº 17.168.044/0001-28, que tem por objeto prestação de serviços de instalaçãoe revisão completa em ar condicionadosda Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º.** Designar o Servidor Público Municipal **RONES RODRIGUES VASCONCELOS**, matrícula funcional nº 1756 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 003.917.441-78, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa JOSE DE SOUSA ROSA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº 17.168.044/0001-28, que tem por objeto prestação de serviços de instalaçãoe revisão completa em ar condicionados**,** da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 3º.** Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

**Registre-se,**

**Publique-se,**

**Cumpra-se**

**Gabriela Pereira Lima**

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 032/2021

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 140/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**PORTARIA N. 140/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA DO TRABALHADOR-DEP/VIT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e nos termos do artigo 114º da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, expede a seguinte **PORTARIA**:

**RESOLVE**

**Art. 1º. NOMEAR** a Sra. **FRANCYELLE DE PAULA VIANA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade – CI/RG n. 4638498 , emitida por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n.005.365. 751-93, para prover o cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DP DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA DO TRABALHO**, do município de Canabrava do Norte – MT, simbologia **DEP/VIT**, integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, lotada no Gabinete do Prefeito Municipal, constante da Lei Municipal n.908/2019, servindo-lhe de título a presente Portaria.

**Art. 2º.** A nomeada de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal.

**Art. 3º.** No ato da posse a nomeada deverá apresentar a declaração de bens atualizada, nos termos do artigo 90º e 108º da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 4º.** Autorizar a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 01 de janeiro de 2021 e revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Canabrava do Norte – MT, em 27 de janeiro de 2021.

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 141/2020, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**PORTARIA N. 141/2020, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA DO CONSELHO TUTELAR, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º. NOMEAR**, a senhora **FERNANDA MARTINS DE SOUSA,** inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 029.468.881-18, no cargo de membro do Conselho Tutelar deste Município, conforme ata de posse, exarada pelo conselho municipal de Direito da Criança e Adolescente.

**Art. 2°.** Esta portaria entrará em vigor no ato de sua publicação , revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

**Registra-se,**

**Publique-se,**

**Cumpra-se.**

Canabrava do Norte - MT, em 27 de janeiro de 2021.

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**ATO DE DESIGNAÇÃO 02 2021/SINSPU**

ATO DE DESIGNAÇÃO 02 2021/SINSPU

**DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ASSINAR MEMORANDOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**MANOEL DA SILVA,** Secretário municipal de Infraestrutura, Serviços e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o princípio da segregação de funções,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar a Servidor Público Municipal **VALDIR SOARES DOS SANTOS**, matrícula funcional nº 1860 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 961.721.181-53, para conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa de **ARAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME** - inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CPF/ CNPJ/MF 04.180.371/0001-53 que tem por objeto prestação de serviços para o município

**Art. 2º.** Designar o Servidora Pública Municipal **JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional nº 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 770.870.891-53, com e-mail nega.73@hotmail.com. Para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **ARAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME** - inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CPF/ CNPJ/MF 04.180.371/0001-53 que tem por objeto prestação de serviços para o município

**Art. 3º.** Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021

**Registre-se,**

**Publique-se,**

**Cumpra-se.**

**MANOEL DA SILVA**

**Secretário Municipal de Infra-Estrutura, Serviços e Urbanismo**

Portaria n°028/2021

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

**ERRATA – EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2021**

A Prefeitura Municipal de Canarana - MT, em correção à "publicação" do **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2021,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM), Diário Oficial de Contas do TCE/MT , **COMUNICA** a todos que:

**AONDE SE LÊ:**

**GISLENO MANOEL ILÍDIO LTDA;**

VENCEDOR DOS ITENS: 01 AO 15;

VALOR TOTAL: R$ 723.500,00(Setecentos e vinte e três mil e quinhentos reais).

**LEIA-SE:**

**GISLENO MANOEL ILÍDIO LTDA;**

VENCEDOR DOS ITENS: 01 AO 15;

VALOR TOTAL: R$ 778.250,00(Setecentos e setenta e oito mil duzentos e cinquenta reais).

**PORTARIA Nº 283/2021**

**Portaria nº 283/2021**

**De 27 de janeiro de 2021**

Exonera Servidora a pedido.

**Fábio Marcos Pereira de Faria,** Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal

Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Exonerar **Stella Kalkmann** do cargo de **Gerente em Vigilância em Saúde**, cargo de provimento em comissão constante no anexo I da Lei Complementar 156 de 22 de março de 2017.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 15 de janeiro de 2021.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de janeiro de 2021.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº281/2021**

**Portaria Nº281/2021**

**De 27 de janeiro de 2021.**

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear **Luciane Rosa Miranda** para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Trânsito, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 26/01/2021.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de janeiro de 2021.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº282/2021**

**Portaria Nº282/2021**

**De 27 de janeiro de 2021.**

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** -Nomear **Julio César Bispo** para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Obras e Serviços Interior, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 26/01/2021.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de janeiro de 2021.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**

Prefeito Municipal

**PORTARIA N. º 284/2021**

**Portaria n. º 284/2021**

**De 27 de janeiro de 2021**

Nomeia Membros da Comissão de Vistoria e Recebimento de Obras.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam nomeados membros para compor a Comissão de Vistoria e Recebimento de Obras, nos termos do Art. 73 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

I – Presidente: Gustavo Henrique Machado Alves;

II – Membro: Eliane de Oliveira Felten;

III – Membro: Diego Ferreira da Silva;

IV – Membro substituto: Marciano Mendes de Oliveira;

V – Membro substituto: Enisio Melato.

**Art. 2º** - A presente Comissão tem finalidade de Vistoriar Obras, conferir e efetuar medições, assinar relatórios e atestar o seu recebimento provisório e definitivo até 31/12/2021, desde que sejam atendidas as exigências do contrato da obra, bem como atestar o recebimento das compras nos termos do parágrafo único.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no caput deste artigo, a Comissão de Vistoria deverá emitir os seguintes termos.

a) Termo de Recebimento Provisório das Obras ou Aquisição;

b) Termo de Recebimento Definitivo das Obras ou Aquisição;

c) Termo de Recebimento das Obrigações Patronais da Empresa Contratada se houver Previsão no Contrato.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 597/2020 de 07 de outubro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 27 de janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº3155/2021**

**Decreto nº3155/2021**

**De 27 de janeiro de 2021.**

"Cria o Conselho Escolar Ampliado no âmbito do Município de Canarana, e dá outras providências".

**Fábio Marcos Pereira de Faria**, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**Considerando** o início do ano letivo, e a necessidade de organização para retomada das aulas no município de Canarana e as recomendações do Ministério da Educação,

**DECRETA:**

**Art. 1.º** Fica nomeado o Conselho Escolar Ampliado, responsável por coordenar o processo de retomada das aulas, indicar desafios, demandas e propostas exitosas, bem como buscar parcerias locais que possam contribuir com a biossegurança do ambiente escolar para o retorno das aulas presenciais e promoção do processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 2º** O Conselho será composto pelos seguintes membros:

**I – Representante do Poder Legislativo:**

**Titular:** Márcia Graciela Luft;

RG Nº 1002998 SSP/MT;

CPF Nº 851.359.841-00;

Endereço: Rua Tenente Portela Nº 898 – Centro;

E-mail – luft_marcia@hotmail.com;

Contato: 66 99953-1907.

**II – Representante do Conselho Tutelar:**

**Titular:** Gesival Ribeiro de Sousa;

RG Nº 1893405-6 SSP/MT;

CPF Nº 024.162.261-18;

Endereço: Rua Boa Vista do Buricá, Nº 126, Bairro União;

E-mail – gesimensan@hotmail.com;

Contato: 66 99667-3732.

**III – Representante do Conselho Municipal de Educação:**

**Titular:** Michelle Lehnen;

RG Nº 11717976 SSP/MT;

CPF Nº 945.700.431-00;

Endereço: Avenida Mato Grosso, Nº 1025, Bairro Nova Canarana;

E-mail – michelle_lehnen@hotmail.com;

Contato: 66 99631-8846.

**IV – Representantes dos Gestores das Escolas da Rede Privada de Ensino:**

**Titular:** Elsa Aparecida Coelho;

RG Nº 10.612.825 SSP/SP;

CPF Nº 036.242.038-60;

Endereço: Rua Tuparendi, Nº 473, Bairro Nova Canarana;

E-mail – elsacoelho07@gmail.com;

Contato: 66 99601-6444.

**Suplente:** Eduardo Júnior de Oliveira;

RG Nº 18272261 SSP/SP;

CPF Nº 614.714.616-53;

Endereço: Rua Tuparandi, Nº 463 A, Centro;

E-mail – edumgmt@hotmail.com;

Contato: 66 3478-3444 / 66 99672-2613.

**Suplente:** Izabel Gomes Aguiar;

RG Nº 199002255102 SSP/CE;

CPF Nº 863.637.603-30;

Endereço: Rua Erechim, Nº 332, jardim Tropical;

E-mail – isabelaguiarjmj@gmail.com;

Contato: 62 99692-1296 / 66 3478-1279.

**V – Representantes dos Gestores da Rede Pública de Ensino:**

**Titular:** Liliane Spode;

RG Nº 1065902-1 SSP/MT;

CPF Nº 846.151.921-34.

Endereço: Rua Cedro Marcado, Nº 863 – Bairro Nova Canarana;

E-mail – lilianeorientadorapedagogia@gmail.com;

Contato: 66 99631-7072.

**Suplente:** Denise Pertile;

RG Nº 4064348404 PC/RS;

CPF Nº 712.901.680-91;

Endereço: Rua vista Gaúcha, Nº 1434, Bairro Nova Canarana;

E-mail: depertile31@gmail.com;

Contato: 66 99617-0296.

**VI – Representantes dos Professores das Escolas de Canarana:**

**Titular:** Thainara Nominato Silva Coelho;

RG Nº 16950810 SSP/MT;

CPF Nº 023.539.471-82;

Endereço: Rua Cuiabá, Nº 1378 B, Jardim Panorama;

E-mail – thainara25nominato@gmail.com;

Contato: 66 99216-0806.

**Suplente:** Patricia de Abreu Lopes Ferreira;

RG Nº 1073382-5 SSP/MT;

CPF Nº 952.809.601-87;

Endereço: Rua Santa Luzia, Nº 457, Bairro Morada do Sol;

E-mail – patriciapedagogia2019@gmail.com;

Contato: 66 99202-6154.

**VII – Representante dos professores das Instituições de Ensino Superior (IES):**

**Titular:** Joseny Soares de Amorim;

RG Nº 4606212 SSP/GO;

CPF Nº 570.659.771-53;

Endereço: Rua Centro Novo, Nº 521, Jardim Tropical;

E-mail – josenyprof@hotmail.com;

Contato: 66 99976-4759.

**Suplente:** Lidia Rafaela Pereira Noleto;

RG Nº 1792507-0 SSP/MT;

CPF Nº 022.896.651-50;

Endereço: Rua Centro Novo, Nº 521, Jardim Tropical;

E-mail – lidianoleto2305@gmail.com;

Contato: 66 99982-2426.

**VIII – Representante dos Pais de alunos:**

**Titular:** Lucimar Maria de Aguiar;

RG Nº 15107442 SSP/MT;

CPF Nº 010.407.001-36;

Endereço: Rua Lagoa Vermelha, Nº 1203, Bairro Sol Nascente;

E-mail – lucimarmaguiar@hotmail.com;

Contato: 66 99952-8805.

**Suplente:** Aline Cássia Alves Pereira;

RG: 942820 SSP/TO;

CPF: 025.953.531-10;

Endereço: Rua Capoeira Grande, Nº 1043, Bairro Nova Canarana;

E-mail: alinealiceraimundo@gmail.com;

Contato: 66 99694-5725.

**IX – Representante da Unidade Básica de Saúde (UBS, EMSIs, DSEIs):**

**Titular:** Alene Natalia da Silva Vitti;

RG Nº 9.409.370-8 SESPII/PR;

CPF Nº 059.978.389-35;

E-mail: alene_nsv@yahoo.com.br;

Endereço: Rua São Borja, Nº 863, Bairro Jardim Tropical;

Contato: 66 99691-1979.

**Suplente:** Pollyana Martins da Mata;

RG Nº 13500112 SSP/MT;

CPF N° 013.035.641-73;

E-mail: pollyeber@gmail.com;

Endereço: Rua Travessa Jatobá, Nº 654, Bairro Nova Canarana;

Contato: 66 99911-7333.

**X – Representante das Comunidades Indígenas:**

**Titular**: Rogerio Amitoro Hurume Xavante;

RG Nº 2357486-0 SSP/MT;

CPF Nº 046.930.821-47;

Endereço: Aldeia Atsererê;

E-mail – rogerioamitoroxavante@hotmail.com;

Contato: 66 99944-7504.

**XI – Representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI):**

**Titular:** Glínia Cardoso Nascimento;

RG Nº 2739514 SSP/PI;

CPF Nº 651.474.303-00;

Endereço: Rua Guilherme M. Lustosa, Bairro Jardim Tangará, S/N Ribeirão Cascalheira;

E-mail – glinia.nascimento@funai.gov.br;

Contato: 66 99923-1515.

**XII – Representante do Sindicato dos trabalhadores da Educação –SINTEP Subsede:**

**Titular:** Paulo Roberto Guimarães;

RG Nº 3756723 DGPC/GO;

CPF Nº 003.585.871-07;

Endereço: Rua Tenente Portela, Nº 1497, Jardim Panorama;

Contato: 66 99964-3546.

**XIII – Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:**

**Titular:** Eduardo Ferreira da Silva;

RG Nº 11.870.176 SSP/MG;

CPF Nº 046.145.626-55;

Endereço: Avenida Tocantins, Nº 467, Bairro Morada do Sol;

E-mail: Eduardo.semec.canarana@gmail.com;

Contato: 66 99626-0034.

**Suplente:** Bruna Marques Muhlbeier;

RG Nº 2088254-8 SSP/MT;

CPF Nº 700.294.641-29;

Endereço: Avenida Rio Grande do Sul, Nº 317, Centro;

E-mail: brunamarques95@hotmail.com;

Contato: 62 98536-6857.

**Art.3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 27 de janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**CAMARA MUNICIPAL**
**CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA - NOMEAÇÃO ASSESSOR JURÍDICO**

**PORTARIA Nº. 013/2021**

**SÚMULA:** "Dispõe sobre a nomeação de Assessor jurídico da Câmara Municipal de Carlinda, e dá outras providencias".

O Senhor **José Claudio Souza Franco**, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

**Considerando** a necessidade de dispor no quadro de servidores da Câmara Municipal de Carlinda, serviço de Assessoramento Jurídico para subsidiar aos parlamentares na tomada de decisões,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear **RODRIGO ALVES DE SOUZA,** ao cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Carlinda.

**Art. 2º** - A presente Portaria entra em vigor da data da publicação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 26/01/2021.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

**JOSÉ CLAUDIO SOUZA FRANCO**

**Presidente em exercício**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA-DRH Nº 033 DE 21 DE JANEIRO DE 2021.**

**SÚMULA: "Dispõe sobre a suspensão de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *SALUA GAZALI*".**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**CONSIDERANDO,** nos termos do art. 04 da Lei Municipal nº 1.199 de 09 de Janeiro de 2020.

**CONSIDERANDO,** Portarias/DRH nº 15, 125 e 241/2020.

**CONSIDERANDO,** art. 128, § 2º da Lei Municipal nº 892/2015;

**CONSIDERANDO,** o envio do atestado emitido por médico especialista, via whatsapp em 07/01/2021, mensagem em anexo.

**CONSIDERANDO,** a necessidade de submissão a perícia médica junto ao perito municipal.

**CONSIDERANDO,** que o tratamento oncológico está sendo realizado no município de Cuiabá/MT.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Suspender a concessão do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***SALUA GAZALI***,efetiva no cargo de Procuradora Jurídica, lotada no Gabinete da Prefeita, apartir de **02/01/2021** até que seja realizada nova perícia.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

**CAMARA MUNICIPAL**
**CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA - EDITAL COMPLEMENTAR N° 003**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003**

**ROL DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS PELA NÃO ISENÇÃO**

O Presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, da Câmara Municipal de Carlinda, Sr. **José Claudio de Souza Franco**, nomeado através da Portaria nº 040, de 23 de dezembro de 2020, faz saber que a Câmara Municipal de Carlinda publicou o Edital de Concurso Público na íntegra no site oficial da Câmara de Vereadores: https://www.camaracarlinda.mt.gov.br e no site oficiais dos Municípios AMM, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

**Considerando** a razoabilidade do prazo para o requerimento da isenção da taxa de inscrição, de 14 a 19 de janeiro de 2021, e que no Edital de Abertura do Concurso Público está explícito que o requerimento da isenção deve seguir instruído da documentação específica para cada caso, conforme o item 3 do Edital de Abertura;

**Considerando** o atendimento do prazo legal para acolhimento dos recursos administrativos até as 17:00hs do dia 25 de janeiro de 2021;

**Considerando** que 04 (quatro) candidatos apresentaram recursos, e a Banca Examinadora fez a reavaliação das argumentações dos interessados, e recomendou à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, a elaboração da Declaração da qual emergiu este Edital Complementar, Anexo II;

**Diante da exposição acima,**

**Resolve,** apresentar no Anexo I,deste Edital Complementar, a relação dos candidatoscom **INSCRIÇÕES INDEFERIDAS** pela não isenção da taxa de inscrição, por não terem apresentado a documentação corretamente, não atendendo à íntegra do pleito, conforme se requer no Edital de Abertura.

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1.**Apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, a relação dos candidatos com inscrições "**INDEFERIDAS PELA ISENÇÃO**".

**1.2.** Apresentar no Anexo II deste Edital Complementar, a Declaração oriunda da recomendação da Banca Examinadora, para a tomada de decisão e emissão deste Edital Complementar.

**2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**2.1.Os candidatos listados no Anexo I deste Edital Complementar deverão apresentar pagamentro da Taxa de Inscrição para concorrerem ao certame.**

Carlinda MT, 27 de janeiro de 2021.

**José Claudio de Souza Franco**

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

**ANEXO I**

**ROL DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES NÃO ISENTAS "INDEFERIDAS"**

| Nº INSC | CANDIDATO | Solicitação | Status | Justificativa |
|---|---|---|---|---|
| 2063657 | Adrielli Georg De Alcantara | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061938 | Alessandra Alves Pereira | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Documentação Insuficiente para comprovação |
| 2061399 | Alumara Dins Teixeira | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2063406 | Amanda Martins Dos Santos De Oliveira | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061499 | Andreia Rodrigues De Carvalho | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061074 | Carla Tiemi Mizukami | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/ 1992 | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.2. 1 - Documentação Insuficiente |
| 2063197 | Cirila Fernandes Benites Ribeiro | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.3. 1 - Documentação Insuficiente |
| 2063523 | Deisiane Fernandes Trindade Ferreira | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2063524 | Douglas Alencar Batista Ferreira | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2062516 | Eline Alexandre Chagas | Isenção: Estar Desempregado(a) | **RECURSO IMPROVIDO** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061415 | Ellen Daiane Tedesco De Souza | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Documentação Insuficiente para comprovação |
| 2061250 | Eloisa Da Silva Lima | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Documentação Insuficiente para comprovação |
| 2061572 | Fernando Salles Micheletti | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061930 | Josiele Da Cruz Chagas | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2062093 | Leinara Teodoro Dos Santos | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061389 | Lucas Cesar Lima Jardim | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2063322 | Marcieli Tavares Ferreira | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2062359 | Matilde Moreira Cardozo | Isenção: Estar Desempregado(a) | **RECURSO IMPROVIDO** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061092 | Pamela Tauana Miller Da Silva | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Documentação Insuficiente para comprovação |
| 2062193 | patricia paz da costa | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.3. 1 - Documentação Insuficiente |
| 2061318 | Prislene Paiva Dos Santos | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2062013 | Rafael Menequelli | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Prazo Superior a 6 Meses |
| 2061299 | Reanata Stefani Rodrigues Alencar | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Documentação Insuficiente para comprovação |
| 2062106 | Regiane Schweitzer De Almeida | Isenção: Estar Desempregado(a) | **RECURSO IMPROVIDO** | Em desconformidade com o Item 3.1.4. 1 - Documentação Insuficiente para comprovação |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 2061362 | Vinicius Fonseca Rezende | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Indeferido** | Em desconformidade com o Item 3.1.3.1 - Documentação Insuficiente |

Carlinda MT, 27 de janeiro de 2021.

**José Claudio de Souza Franco**

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÕES**

Com a publicação do Edital Complementar nº 001 de 22 de janeiro de 2021, o qual apresentou rol dos candidatos com inscrições preliminarmente isentas e não isentas a concorrerem ao certame, devidamente publicado conforme estabelecido no cronograma do Edital de Abertura.

A veiculação do Edital Complementar foi publicada na data de 22 de janeiro de 2021, no site da Câmara Municipal de Carlinda em www.camaracarlinda.mt.gov.br e, no site da empresa organizadora do seletivo em http://sosconsultoria.listaeditais.com.br, ainda, no jornal oficial dos municípios do Estado de Mato Grosso em www.amm.org.br edição nº 3.653 de 25 de janeiro de 2021, páginas 180 e 181.

Nesse diapasão, abriu-se o prazo legal até as 17:00 hs do dia 25/01/2021, para que os candidatos que se sentissem prejudicados impetrassem recurso administrativo contra o resultado preliminar apresentado, com justificativas plausíveis. Nessa tangente, 04 (quatro) candidatos que tiveram seus requerimentos de isenções negados, por não atenderem à integra do edital de abertura nos diversos itens das isenções, apresentaram recursos e contra-argumentos, conforme anexos para os anais desta Câmara de Vereadores, e ainda, a avaliação e decisão da Banca Examinadora.

No atendimento dos recursos somente 01 (um) candidato conseguiu reverter a decisão preliminar da Banca Examinadora, tornando dessa forma, necessária a expedição de Editais Complementares com as inscrições autorizadas pela isenção “DEFERIDAS” e as não autorizadas pela isenção “INDEFERIDAS”, como segue:

**RECORRENTE: Assistente Administrativo - inscrição nº 2061459**

**RECURSO:** Alega o candidato que o motivo do indeferimento expressa desconformidade com o Item 3.1.2.1. “*O Presente contrato de prestação de serviço entrará em vigor a partir de fevereiro de 2021*”. Meu contrato de prestação de serviço não entra em vigor em fevereiro de 2021, como foi mencionado na decisão preliminar, mas sim, encerra-se em fevereiro de 2021.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** ao avaliar os detalhes do contrato de Prestação de Serviços, observa-se que o mesmo está em plena vigência, o valor mensal é de R$ 1.390,40, e está, portanto, dentro dos limites da isenção da Taxa de Inscrição, conforme preconiza o item 3.1.2 do Edital de Abertura e requerido pelo candidato.

**DECISÃO DA BANCA:** Recurso **PROVIDO**,o pedido do requerente atende à integra do Edital.

- - - -

**CAMARA MUNICIPAL**
**CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA - EDITAL COMPLEMENTAR N° 004**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004**

**INCLUSÃO DO CONTEUDO PROGRAMÁTICO NIVEL MÉDIO**

O Presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, da Câmara Municipal de Carlinda, Sr. **José Claudio de Souza Franco**, nomeado através da Portaria nº 040, de 23 de dezembro de 2020, faz saber que a Câmara Municipal de Carlinda publicou o Edital de Concurso Público na íntegra no site oficial da Câmara de Vereadores: https://www.camaracarlinda.mt.gov.br e no site oficiais dos Municípios AMM, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

**Considerando** a necessidade de corrigir falha apresentada no Edital de Abertura aos cargos de Nível Médio Completo: Assistente Administrativo e Assistente de Comunicação, os quais não apresenta o conteúdo programático da disciplina de Matemática.

**Diante da exposição acima,**

**Resolve,** apresentar neste Edital Complementar o conteúdo programático de Matemática aos cargos de Nível Médio, igualmente ao cargo do Nível Fundamental, resguardado o grau de dificuldade.

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1.** Incluir o Conteúdo Programático da disciplina de Matemática aos cargos de Nível Médio.

**2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**2.1.** Os cargos de Nível Médio realizarão prova da disciplina de matemática, num total de 10 (dez) questões, cuja validade será de 2,0 pontos cada, conforme já disposto no Edital de Abertura, item 7.2.4. Tabela de peso das disciplinas.

**2.2.** A disciplina de matemática disporá sobre os seguintes temas: **Matemática:** Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo.

**OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.**

Carlinda MT, 27 de janeiro de 2021.

**José Claudio de Souza Franco**

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

---

**DECRETO Nº 56/2021**

**DECRETO Nº 56/2021**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

**Artigo 1º -** Fica **DESIGNADO** o Senhor MARCOS DA SILVA DE OLIVEIRA**,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 05 de janeiro de 2021.

I. Tomada de preços nº 013/2020.

II. Contrato n.º 001/2021.

III. Objeto: Contratação de empresa para construção de faixa de pedestres elevadas no Município de Carlinda/MT.

**Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**Artigo 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 27 de janeiro de 2021.**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA-DRH Nº 042 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *SALUA GAZALI*".**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**CONSIDERANDO,** os termos dos art. 02 e 03 da Lei Municipal nº 1.199 de 09 de Janeiro de 2020.

**CONSIDERANDO,** Portaria/DRH nº 015/2020;

**CONSIDERANDO,** Portaria/DRH nº 125/2020;

**CONSIDERANDO,** Portaria/DRH nº 241/2020;

**CONSIDERANDO,** Portaria/DRH nº 033/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***SALUA GAZALI***,efetiva no cargo de Procuradora Jurídica, lotada no Gabinete, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **27/01/2021 à 07/07/2021**, conforme processo do DRH nº 03/2020.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA - EDITAL COMPLEMENTAR N° 002**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002**

**ROL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS PELA ISENÇÃO**

O Presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, da Câmara Municipal de Carlinda, Sr. **José Claudio de Souza Franco**, nomeado através da Portaria nº 040, de 23 de dezembro de 2020, faz saber que a Câmara Municipal de Carlinda publicou o Edital de Concurso Público na íntegra no site oficial da Câmara de Vereadores: https://www.camaracarlinda.mt.gov.br e no site oficiais dos Municípios AMM, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

**Considerando** a razoabilidade do prazo para o requerimento da isenção da taxa de inscrição, de 14 a 19 de janeiro de 2021, e que no Edital de Abertura do Concurso Público está explícito que o requerimento da isenção deve seguir instruído da documentação específica para cada caso, conforme o item 3 do Edital de Abertura;

**Considerando** o atendimento do prazo legal para acolhimento dos recursos administrativos até as 17:00hs do dia 25 de janeiro de 2021;

**Considerando** que 04 (quatro) candidatos apresentaram recursos, e a Banca Examinadora fez a reavaliação das argumentações dos interessados, e recomendou à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, a elaboração da Declaração da qual emergiu este Edital Complementar, Anexo II;

**Diante da exposição acima,**

**Resolve,** apresentar no Anexo I,deste Edital Complementar, a relação dos candidatoscom **INSCRIÇÕES DEFERIDAS** pela isenção da taxa de inscrição, por terem apresentado a documentação corretamente, atendendo ao pleito, conforme se requer no Edital de Abertura.

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1.**Apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, a relação dos candidatos com inscrições "**DEFERIDAS PELA ISENÇÃO**" a serem homologadas gratuitamente.

**1.2.** Apresentar no Anexo II deste Edital Complementar, a Declaração oriunda da recomendação da Banca Examinadora, para a tomada de decisão e emissão deste Edital Complementar.

Carlinda MT, 27 de janeiro de 2021.

**José Claudio de Souza Franco**

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

**ANEXO I**

**ROL DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES ISENTAS "DEFERIDAS"**

| Nº INSC | CANDIDATO | Solicitação | Status | Justificativa |
|---|---|---|---|---|
| 2063324 | Alanna Pagliarini De Oliveira | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063618 | Alice De Souza Lima | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063601 | Anna Carolina Jonas Figueira | Isenção: Estar Desempregado(a) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063651 | Camila Pinheiro Da Silva Correa | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061974 | Carla Regina Dauck | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061728 | Claudia Dos Santos De Oliveira | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2062124 | Clecio Gomes De Souza | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061856 | Dario Douglas Da Silva | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061116 | Fernanda Da Silva Dorca | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063240 | Jesiel Castro Ribeiro | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2062542 | Jose Carlos De Holanda Magalhaes | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063217 | Josi Kelly Rodrigues De Andrade | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061262 | Maiara Cristina Dos Santos Mantovani | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2062763 | Maisa Ribeiro | Isenção: Possui CadÚnico (NIS) | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061721 | Marcia Regina Martins Aguiar | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063499 | Maria Leticia Amorim Lima | Isenção: Baixa renda conforme Decreto nº 6.135/2007 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063761 | Osmar Luiz De Oliveira Mendonca | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2062062 | Rafael Wesley Cardoso Da Silva | Isenção: Doador de Sangue | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2063771 | Rose Garcia Da Costa | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061097 | Tahanytachely Dos Reis | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **Deferido** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |
| 2061459 | Bruno Henrique Dos Santos | Isenção: Um salário mínimo e meio conforme Lei Estadual nº 6.156/1992 | **DEFERIDO COM RECURSO** | Em conformidade com o Edital de Abertura Nº 001/2020 |

Carlinda MT, 27 de janeiro de 2021.

**José Claudio de Souza Franco**

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÕES**

Com a publicação do Edital Complementar nº 001 de 22 de janeiro de 2021, o qual apresentou rol dos candidatos com inscrições preliminarmente isentas e não isentas a concorrerem ao certame, devidamente publicado conforme estabelecido no cronograma do Edital de Abertura.

A veiculação do Edital Complementar foi publicada na data de 22 de janeiro de 2021, no site da Câmara Municipal de Carlinda em www.camaracarlinda.mt.gov.br e, no site da empresa organizadora do seletivo em http://sosconsultoria.listaeditais.com.br, ainda, no jornal oficial dos municípios do Estado de Mato Grosso em www.amm.org.br edição nº 3.653 de 25 de janeiro de 2021, páginas 180 e 181.

Nesse diapasão, abriu-se o prazo legal até as 17:00 hs do dia 25/01/2021, para que os candidatos que se sentissem prejudicados impetrassem recurso administrativo contra o resultado preliminar apresentado, com justificativas plausíveis. Nessa tangente, 04 (quatro) candidatos que tiveram seus requerimentos de isenções negados, por não atenderem à integra do edital de abertura nos diversos itens das isenções, apresentaram recursos e contra-argumentos, conforme anexos para os anais desta Câmara de Vereadores, e ainda, a avaliação e decisão da Banca Examinadora.

No atendimento dos recursos somente 01 (um) candidato conseguiu reverter a decisão preliminar da Banca Examinadora, tornando dessa forma, necessária a expedição de Editais Complementares com as inscrições autorizadas pela isenção "DEFERIDAS" e as não autorizadas pela isenção "INDEFERIDAS", como segue:.

**RECORRENTE: Assistente Administrativo - inscrição nº 2061459**

**RECURSO:** Alega o candidato que o motivo do indeferimento expressa desconformidade com o Item 3.1.2.1. "*O Presente contrato de prestação de serviço entrará em vigor a partir de fevereiro de 2021*". Meu contrato de prestação de serviço não entra em vigor em fevereiro de 2021, como foi mencionado na decisão preliminar, mas sim, encerra-se em fevereiro de 2021.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** ao avaliar os detalhes do contrato de Prestação de Serviços, observa-se que o mesmo está em plena vigência, o valor mensal é de R$ 1.390,40, e está, portanto, dentro dos limites da isenção da Taxa de Inscrição, conforme preconiza o item 3.1.2 do Edital de Abertura e requerido pelo candidato.

**DECISÃO DA BANCA:** Recurso **PROVIDO**,o pedido do requerente atende à integra do Edital.

- - - -

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – para mandato de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022.

I - Representantes do Lions Clube

Titular: Rosilaine Vieira

CPF: 006.541.201-02

RG: 1436606-1 SSP/MT

END: Rua Afonso Pena, 1089 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99692-5081

Suplente: Iris Traudi Gutjahr Vollbrecht

CPF: 461.209.986-54

RG: 3.086.706-0 SS/PR

END: Rua Afonso Pena, 694 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99606-4412

II - Representantes da Pastoral da Criança

Titular: Maria Terezinha Brolo

CPF: 799.550.701-10

RG: 734158 SSP/MT

END: Rua Ferreira Mendes, 478 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99663-6822

Suplente: Noeli Kochemborger

CPF: 812.030.981-20

RG: 4675139-6 SSP/PR

END: Rua Floriano Peixoto, 1842 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99995-1680

III - Representantes da Maçonaria

Titular: Roberto Machado

CPF: 913.667.981-04

RG: 1158639-7 SSP/MT

END: Rua Washington Luiz, 222 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99911-8116

Suplente: Maicon Seganfredo

CPF: 883.947.601-63

RG: 12419036 SSP/MT

END: Rua José de Mesquita, 969 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99985-3323

IV - Representantes do Rotary Clube

Titular: Isaias Cavalcante da Silva

CPF: 146.555.351-72

RG: 005042 SSP/PR

END: Rua Afonso pena, 909 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99637-3900

Suplente: Ary Garcia Filho

CPF: 190.286.529-49

RG: 1.245.598-4 SSP/PR

END: Rua Campos Sales, 1092 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99965-0131

V - Representantes do Sindicato Rural

Titular: Sérgio Dalmaso Ferreira

CPF: 498.931.227-51

RG: 3534262-1 SSP/PR

END: Rua Hermes da Fonseca, 1090 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99902-2499

Suplente: Luiz Alberto Fritsch

CPF: 212.336.321-91

RG: 1250568-4 SSP/MT

END: Avenida Gaspar Dutra, 579 - Cláudia/MT

Fone: (66) 9 9654-5892

VI - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Celir Coan

CPF: 738.436.959-20

RG: 4266924-5 SSP/PR

END: Rua Castelo Branco, nº 414 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99648-2100

Suplente: Valdir Araujo Costa

CPF: 098.212.318-37

RG: 20397665 SSP/SP

END: Rua Amarílio Nóvis, nº 49 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99632-7403

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Silvia Schmeing

CPF: 021.072.801-93

RG: 1232933-9 SSP/MT.

END: Rua Dom Aquino Correia, 239 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99904-9352

Suplente: Everson Céser Konzen

CPF: 945.010.251-15

RG: 1377774-2 SSP/MT

END: Rua Antonio João Ribeiro, 456 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99606-9370

VIII - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Lucimara Pagliari

CPF: 024.849.701-45

RG: 2569680-7 SSP/MT

END: Rua Jose de Mesquita, 644 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99681-0134

Suplente: Mayara Melissa Lazzeri

CPF: 027.946.771-01

RG: 1832247-6SSP/MT

END: Rua Rodrigues Alves, 1271 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99637-2368

IX - Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Carlos Divino Cardoso

CPF: 632.083.001-82

RG: 1085921-7 SSP/MT

END: Rua Manoel Corsino Amarante, 158 - Cláudia/MT

Fone: (66) 99626-7472

Suplente: Augusto Gonçalves da Silva Neto

CPF: 222.761.038.76

RG: 32.285.844-6 SSP/SP

END: Rua Luiz da Costa Ribeiro, nº 185 – Cláudia/MT

Fone: (66)9 9627-2565

X - Representantes da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Titular: Dagmeri Pereira de Souza

CPF: 023.518.021.10

RG: 1.606.926-9 SSP/MT

END: Rua Pedro Celestino, 791

Fone: (66)9 9999-9836

Suplente: Gilmarques Soares de Oliveira

CPF: 918.892.191-34

RG: 42456632 SESP/PR

END: Rua Hermes da Fonseca, 1715

Fone: (66)9 9911-9469

Art. 2º O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA funcionará em estrito cumprimento do disposto nos artigos 9º a 18, da Lei nº 567, de 20 de maio de 2015.

Art. 3º A função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não remunerada.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 1º de janeiro de 2021.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 139/2018.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 20 de janeiro de 2021.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO**
**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2020**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2020, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASPERSÃO DE ÁGUA EM RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS SEM ASFALTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT E A EMPRESA AMARILDO SEBASTIÃO DA SILVA.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:**

**1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência, bem como aditar o valor da contratação, previstos nas Cláusulas Quarta e Quinta, respectivamente, do Contrato nº 034/2020, que passam a ter as seguintes redações:**

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO**

**4.4.** A vigência do contrato fica prorrogada em mais 14 (quatorze) dias, contado a partir da data de assinatura do mesmo, encerrando-se, assim, em **30/10/2020.**

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

**5.1.** O valor global do presente termo aditivo é de **R$ 2.350,00 (dois mil e trezentos e cinquenta reais),** conforme valores descritos no quadro abaixo:

| Item | Cód.TCE | Descrição dos Serviços | UND. | QTD. | VALOR MENSAL | VALOR GLOBAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 215022-0 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASPERSÃO DE ÁGUA COM UM CAMINHÃO TERCEIRO EIXO NO CHASSIS COM TOMADA DE FORÇA, EM RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS SEM ASFALTO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT(O VEÍCULO DEVERÁ SE ADEQUAR AS DIMENSÕES DO TANQUE DISPONIVEL DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA). MODELO: RABO DE PAVÃO. | 300 Horas/Mês | 5 | R$ 14.100,00 | R$ 2.350,00 |
| | | **TOTAL** | | | | R$ 2.350,00 |

2.1. A CONTRATADA, em expresso aceite, concorda com as alterações efetuadas no contrato originário.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

3.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada:

**(388)** 08.001.15.452.0007.2028/3390.39.00.00.00 -**Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.**

**CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL:**

4.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 57, II, da Lei Federal n° 8.666/93, bem comonaCláusulaQuarta, Item 4.5,do Contrato n° 034/2020.

**CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

5.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 14/05/2020.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.Cláudia - MT, 16 de Outubro de 2020.

**RH**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020**

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA ESCRITA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS**

O Município de Cláudia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Altamir Kurten**, Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado 001/2020, fundamentado no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.350/2006 e demais legislação pertinente, resolve tornar público o presente EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA ESCRITA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS conforme ANEXO I deste.

Desta forma, inicia-se a contagem do prazo recursal, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2020.

**Claudia/MT, 27 de janeiro de 2021.**

**Altamir Kurten**

**Prefeito Municipal**

**Dalila Tributino Colman**

**Presidente da Comissão**

**PROCESSO SELETIVO 001/2020**

**PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS**

**SETOR URBANO-ESCOLAS E CRECHES**

| Classificação | NOME | CPF | CARGO | LOCAL DE ATUAÇÃO | NOTA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º | FERNANDA APARECIDA VIANA LEDESMAN | 060.712.629-92 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 97,00 |
| 2º | NUBIA MARINHO DE CARVALHO | 007.744.173-74 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 94,00 |
| 3º | DENISE ROSA GONÇALVES | 535.848.641-00 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 90,00 |
| 4º | ANA CARINA CAVALINI | 018.043.710-09 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 87,00 |
| 5º | ALEX BOENO CUSTÓDIO | 058.586.041-61 | Professor-Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 86,00 |
| 6º | ANDREZA LOURENÇO LOPES | 877.345.751-53 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 82,00 |
| 7º | GABRIELI STEFANI DE OLIVEIRA | 061.098.871-96 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 80,00 |
| 8º | CRISTIANA PEREIRA DA SILVA | 025.709.661-26 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 74,00 |
| 9º | BRUNO STEFANO VIEIRA ARAUJO | 003.750.832-60 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 74,00 |
| 10 | DANIELY FIGUEIREDO DOS SANTOS KRAFT | 040.785.891-11 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 69,00 |
| 11 | ROSELENE RODRIGUES DE OLIVEIRA | 022.896.271-43 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 68,00 |
| 12 | EDUCILEI PEREIRA LOPES | 033.566.701-58 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 66,00 |
| 13 | CLISNEIDE ALVES DE SOUZA | 979.039.901-44 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 66,00 |
| 14 | MARILENE FERREIRA LEMES | 921.550.221-15 | Professor-Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 65,00 |
| 15 | VANESSA CAETANO DE SOUZA C.DOS SANTOS | 037.240.271-25 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 64,00 |
| 16 | VERONICA FERRANTE | 009.991.241-45 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 62,00 |
| 17 | VERONICE FERREIRA DOS SANTOS | 854.788.301-00 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 61,00 |
| 18 | SIMONE COUTINHO DIAS GOBI | 852.073.221-68 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 60,00 |
| 19 | ROSANGELA ROCHA DE OLIVEIRA | 008.685.381-32 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 60,00 |
| 20 | LUCINEIA BATISTA NASCIMENTO | 036.581.531-48 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 59,00 |
| 21 | MEIRILENE OLIVEIRA NEVES | 001.493.681-00 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 57,00 |
| 22 | LILIAN MATOSO FELINI | 005.251.091-37 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 54,00 |
| 23 | LUCIANA DA CRUZ SILVA | 028.195.751-70 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 52,00 |
| | ISMAEL DE AREIAS CRUZ | 016.323.183-83 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 35,00 |
| | ISLA GRACIELLE GONÇALVES MACHADO | 036.265.411-50 | Professor - Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 27,00 |

**PROCESSO SELETIVO 001/2020**

**PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-40 HORAS**

**SETOR URBANO-CRECHES**

| Classificação | NOME | CPF | CARGO | LOCAL DE ATUAÇÃO | NOTA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º | SIRLEI SOARES LEITE SMANHOTO | 474.086.501-72 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 76,00 |
| 2º | ELIDA MARIA GIROLDO COSTA | 485.029.366-20 | Professor-Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 73,00 |
| 3º | MARGARETE ALVES DA SILVA | 864.751.691-53 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 73,00 |
| 4º | SILVILENE RODRIGUES DE O. CORTIM | 013.405.841-07 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 71,00 |
| | ROVE LUZ GONÇALO | 029.570.541-83 | Professor -Pedagogia | Setor Urbano – Escolas e Creches | 46,00 |

**PROCESSO SELETIVO 001/2020**

**PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS**

**SETOR RURAL-ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES**

| Classificada | NOME | CPF | CARGO | LOCAL DE ATUAÇÃO | NOTA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º | RUTH BATISTA BARABACH | 884.017.661-68 | Professor-Pedagogia | Setor Rural – Assentamento Zumbi | 67,00 |

**PROCESSO SELETIVO 001/2020**

**PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA-30 HORAS**

**SETOR RURAL-ASSENTAMENTO KENO**

| Classificação | NOME | CPF | CARGO | LOCAL DE ATUAÇÃO | NOTA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º | GRACIELA MARIA DE OLIVEIRA ALVES | 022.607.611-09 | Professor-Pedagogia | Setor Rural – Assentamento Keno | 85,00 |
| 2º | ANDREIA RODRIGUES TORLAI DOS ANJOS | 021.489.591-23 | Professor-Pedagogia | Setor Rural – Assentamento Keno | 82,00 |
| 3º | ELIETE DA SILVEIRA MALDONATO | 006.878.181-41 | Professor-Pedagogia | Setor Rural – Assentamento Keno | 59,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | KEILA MONTEIRO SCHNEIDER | 010.465.592-57 | Professor-Pedagogia | Setor Rural – Assentamento Keno | 41,00 |

**PROCESSO SELETIVO 001/2020**

**PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA /MATEMÁTICA-30 HORAS**

**SETOR URBANO-ESCOLAS**

| Classificação | NOME | CPF | CARGO | LOCAL DE ATUAÇÃO | NOTA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º | PATRICK GODOI | 043.691.191-46 | Professor - Matemática | Setor Urbano – Escolas | 97,00 |
| 2º | ANDERSON FERREIRA DOS SANTOS | 020.253.691-23 | Professor - Matemática | Setor Urbano – Escolas | 86,00 |
| 3º | DEISE CRISTINA NORONHA D. NEUMANN | 003.117.540-66 | Professor - Matemática | Setor Urbano – Escolas | 79,00 |
| 4º | MARISSA LIMA PUTON | 044.506.331-99 | Professor - Matemática | Setor Urbano – Escolas | 78,00 |

**PROCESSO SELETIVO 001/2020**

**PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA GEOGRAFIA-30 HORAS**

**SETOR URBANO-ESCOLAS**

| Classificação | NOME | CPF | CARGO | LOCAL DE ATUAÇÃO | NOTA |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º | CLEONICE APRECIDA DE OLIVEIRA | 580.775.291-00 | Professor - Geografia | Setor Urbano – Escolas | 79,00 |
| 2º | DAIANY TRIPODI ARAGÃO | 045.890.451-17 | Professor - Geografia | Setor Urbano – Escolas | 61,00 |

**PROCESSO SELETIVO 001/2020**

**PROFESSOR-LICENCIATURA PLENA LETRAS -30 HORAS**

**SETOR URBANO-ESCOLAS**

| NOME | CPF | CARGO | LOCAL DE ATUAÇÃO | ASSINATURA |
|---|---|---|---|---|
| LARISSA LOURENÇO LOPES MARINS | 055.513.171-88 | Professor - Letras | Setor Urbano – Escolas | 85,00 |
| ANISLEIA SILVA SANTOS RODRIGUES | 016.370.771-57 | Professor - Letras | Setor Urbano – Escolas | 69,00 |
| NAYARA CAROLINE ANDERLE | 019.541.531-04 | Professor - Letras | Setor Urbano – Escolas | 69,00 |
| ELIENE LEITE DA COSTA | 051.176.431-66 | Professor - Letras | Setor Urbano – Escolas | 57,00 |
| MARCIA MARIA WINK | 945.227.741-68 | Professor - Letras | Setor Urbano – Escolas | AUSENTE |

**LICITAÇÃO**
**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2017**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2017, REFERENTE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT E O SR. JACOMO DOMINGOS BIANCHIN.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência e aditar o valor da locação, previstos nas Cláusulas Segunda e Terceira, respectivamente, do Contrato nº 005/2017, que passam a ter as seguintes redações:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:**

**2.1.** O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **22 de Abril de 2021,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

**2.2.** O prazo de locação do imóvel será de 10 (dez) meses, sendo de Julho de 2019 a Abril de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:**

**3.1.** O valor do presente aditivo é de R$ **37.000,00 (trinta e sete mil reais)**, que será pago em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R$ **3.700,00 (três mil e setecentos reais),** pagas impreterivelmente a cada mês subsequente ao da locação, mediante apresentação de Recibo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada na peça orçamentária do exercício de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:**

O presente Termo Aditivo está amparado pela Lei Federal nº 8.666/93, sendo que sua vigência fica adstrita a Lei Federal nº 8.245/91.

**CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes.

E, por estarem certas, justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Cláudia - MT, 26 de Junho de 2020.

**LICITAÇÃO**
**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 032/2019**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 032/2019, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRA DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIO FIO E SARJETAS, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, ACESSIBILIDADE, CALÇADAS E URBANIZAÇÃO, NAS AVENIDAS JOSE DE CASTRO DORIA, NO SEGMENTO DA AVENIDA ZENOBIO DA COSTA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA E A EMPRESA LENZ & LENZ LTDA ME.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução das obras e serviços contratados, previsto na Cláusula Oitava, Paragrafo Primeiro, do Contrato nº 032/2019, que passam a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS:**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO –** Fica prorrogadoo prazo de execução das obras e serviços contratados, com encerramento previsto para o dia **24 DE DEZEMBRO DE 2020,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL:**

O presente Termo Aditivo fundamenta-se no artigo 57, § 1°, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato originário, celebrado entre as partes em data de 24/06/2019.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Cláudia - MT, 25 de Setembro de 2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**DECRETO Nº 515, DE 20 DE JANEIRO DE 2021**

DECRETO Nº 515, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre reformulação da composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Cláudia – COMDIC – e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei nº 827, de 21 de outubro de 2020, que reestruturou o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Cláudia – COMDIC – e criou o Fundo Municipal de Direitos do Idoso de Cláudia - FUMDIC;

Considerando a necessidade de reformulação da composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso em observância à legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, com vigência de 02 (dois) anos, pelo período de 01 de agosto de 2020 até 31 de Julho de 2022, com os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Adriane Albuquerque Portes

RG: 1.144.114-3 SSP-MT

CPF: 922.666.571-00

Endereço: Rua Antonio Correia, 1483

Fone: (66)9 9912-3333

E-mail: driportes2@hotmail.com

Suplente: Flavia Carolina da Silva

RG: 2.662.008-1 SSP-MT

CPF: 059.180.891-95

Endereço: Rua Prof. Nilo Póvoas, 1809

Fone: (66)9 9696-4103

E-mail: nutricionistaflaviadiesel@outlook.com

II - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Claudete Guareze Viecelli

RG: 2.845.462-6 SSP/MT

CPF: 786.708.299-91

End.: Rua Rodrigues Alves, 1468

Fone: (66)9 9951-2087

E-mail: claudeteviecelli@hotmail.com

Suplente: Joseane Silva Rocha

RG:1.492.619-9 SSP/MT

CPF: 009.186.701-01

End.: Rua João Antonio Ribeiro,941

Fone: (66)9 9693-8808

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Augusto Gonçalves da Silva Neto

RG: 32.285.844-6 SSP/SP

CPF: 222.761.038.76

End.: Rua Luiz da Costa Ribeiro, 185

Fone: (66)9 9627-2565

Suplente: Claudevânia Barbon Anderle

RG: 0745099-0 SSP/MT

CPF: 488.579.551-68

End.: Rua Pedro Celestino, 821

Fone: (66)9 9922-8140

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:

Titular: Dagmeri Pereira de Souza

RG: 1.606.926-9 SSP/MT

CPF: 023.518.021.10

End.: Rua Pedro Celestino, 791

Fone: (66)9 9999.9836

Suplente: Gilmarques Soares de Oliveira

RG: 42456632 SESP/PR

CPF: 918.892.191-34

End.: Rua Hermes da Fonseca, 1715

Fone: (66)9 9911-9469

V – Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Vânia da Silva Santos

RG: 2183401-6 SSP/MT

CPF: 041.247.451-41

End.: Rua Antônio João Ribeiro, 357

Fone: (66)9 9661-2073

Suplente: Maria Aparecida Bueno

RG: 1694423-2 SSP/MT

CPF: 011.842.501-38

End.: Manoel Corsino do Amarante, 38

Fone: (66)9 9977-2331

VI – Representantes do Poder Legislativo

Titular: Marciel Pereira Ricarte

RG: 15575039 SSP/MT

CPF: 991.354.691-53

End.: Rua Venceslau Brás, 903

Fone: (66)9 9665-8402

Suplente: Marcos Fernando Feldhaus

RG: 1242000-0 SSP/MT

CPF: 032.253.511-56

End.: Rua Castelo Branco, 1405

Fone: (66)9 9615-5450

VII - Representantes da Igreja Católica:

Titular: Luzia Batista Pinto

RG: 503.689 SSP/MT

CPF: 570.021.421-00

End.: Frederico Campos, 491

Fone: (66)9 9624-4044

Suplente: Rodineia Alves Pereira

RG: 001429129 SSP MS

CPF: 010.564.161-81

End.: Rua Pará, Casa 8, Meu Lar

Fone: (66)9 9901-5891

VIII – Representantes das Igrejas Evangélicas:

Titular: Esdra Nunes de Andrade

RG: 12.505.404 SSP/MT

CPF: 843.363.581-68

End.: Rua Afonso Pena, 578

Fone: (66)9 9614-6234

Suplente: Marcelo Labanca Filho

RG: 4196120 DGP/GO

CPF: 910.270.041-72

End.: Rua Campos Sales, 1211

Fone: (64)9 9948-1612

IX – Representantes do Lions Clube:

Titular: Alceu dos Santos Franco

RG: 2209502-2 SSP/MT

CPF: 355.249.280-15

End.: Rua Campos Sales, 1398

Fone: (66)9 9951-1951

Suplente: Walmi Rodrigues

RG: 706067 SSP/MT

CPF: 885.418.001-72

End.: Rua Castelo Branco, 701

Fone: (66)9 9991-6060

X – Representantes do Rotary Club:

Titular: Ercules Lopes Moraes

RG: 2024740-0 SSP/MT

CPF: 027.860.571-08

End.: Rua Campos Sales, 1271

Fone: (66)9 9651-7894

Suplente: Ivo Schleicher

RG: 049.883-3 SSP/MT

CPF: 361.576.271-15

End.: Rua Floriano Peixoto, 1014

Fone: (66)9 9977-2372

XI – Representantes da Loja Maçônica:

Titular: Georges Toufic Toufic Junior

RG: 0.853.100-9 SSP/MT

CPF: 593.055.331-91

End.: Rua Ferreira Mendes, 583

Fone: (66)9 9918-9362

Suplente: Edilson Morais

RG: 760.802 SSP/MT

CPF: 580.802.871-04

End.: Rua Ferreira Mendes, 386

Fone: (66)9 9654-2208

XII – Representantes do Clube dos Idosos:

Titular: Norma Amália Konzen

RG: 259.853 SSP/SC

CPF: 651.771.261-53

End.: Rua Venceslau Brás, 1250

Fone: (66)9 9615-6394

Suplente: Ivone Viadroski

RG: 831103 SSP/MT

CPF: 568.775.441-53

End.: Mário Correia da Costa, 275

Fone: (66)9 9600-2483

Art. 2º O COMDIC é órgão permanente da Administração, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com as competências de formular, deliberar sobre a aplicação e fiscalização dos recursos, controlar as ações de implementação da política dos direitos do idoso, bem como gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos

Art. 3º O colegiado tem autoridade e competência para intervir, formular, propor alterações, acompanhar, e avaliar as políticas públicas e ações privadas destinadas ao atendimento da pessoa idosa

Art. 4º Sem prejuízo das competências previstas nos artigos anteriores, incumbe ainda ao COMDIC:

I - Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

II - Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, (política nacional do idoso), a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

III - Fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

IV - Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

V - Inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VI - Estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

VII - Apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

VIII - Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

IX - Elaborar o seu regimento interno;

X - Outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Art. 5º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros,

por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais

Art. 6º Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenário, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 7º A função do membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 9º O Conselho Municipal de Direitos do Idoso reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 422/2020 e nº 172/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 20 de janeiro de 2021.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

### DECRETO MUNICIPAL Nº 1.551/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.551/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**“Dispõe sobre nomeação de Diretora Escolar e dá outras providências”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelo art. 3º, inciso II, alínea “a” e seus §§ 1º, 2º e 3º, c/c art. 39, ambos da Lei Complementar nº 003, de 23 de dezembro de 2011,

Considerando a declaração de inconstitucionalidade do inciso IV do art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso por meio da medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 282, Processo Número Único 0022125-04.1990.1.00.0000,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica nomeada a Professora **POLIANA ALVES SOARES AMARAL**, portadora da **CI-RG nº 5132996 SPTC-GO** e **CPF nº 266.656. 758-31**, no cargo de Diretora da Escola Municipal José Humberto Moreira.

**Art. 2º** Em consequência da nomeação, fica concedida gratificação de Dedicação Exclusiva de 60% (sessenta por cento), conforme art. 1º da Lei Complementar nº 005, de 29 de novembro de 2013.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

### DECRETO MUNICIPAL Nº 1.949/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.949/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**“Dispõe sobre nomeação de Diretora Escolar e dá outras providências”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelo art. 3º, inciso II, alínea “a” e seus §§ 1º, 2º e 3º, c/c art. 39, ambos da Lei Complementar nº 003, de 23 de dezembro de 2011,

Considerando a declaração de inconstitucionalidade do inciso IV do art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso por meio da medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 282, Processo Número Único 0022125-04.1990.1.00.0000,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica nomeada a Professora **CATIA LÉA PEREIRA**, portadora da **CI-RG nº 1000224 SSP-MT** e **CPF nº 838.558.151-00**, no cargo de Diretora da Escola Municipal Raimundo Soares Nava,

**Art. 2º** Em consequência da nomeação, fica concedida gratificação de Dedicação Exclusiva de 55% (cinquenta e cinco por cento), conforme art. 1º da Lei Complementar nº 005, de 29 de novembro de 2013.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

### DECRETO MUNICIPAL Nº 1948/2021, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1948/2021, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

“Dispõe sobre nomeação de Servidor em cargo de Comissão e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica nomeado no cargo em comissão de **DIRETOR DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS**,de livre nomeação e exoneração, o senhor **CELIMARIO GOMES DE OLIVEIRA**, portador da CI-RG nº 1838892 SSP/GO e CPF nº 147.178.288-36.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

### DECRETO MUNICIPAL Nº 1.953/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.953/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**“Dispõe sobre nomeação de Secretária Escolar e dá outras providências”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelo art. 3º, inciso II, alínea “c” e seus §§ 1º, 2º e 3º, c/c art. 39, ambos da Lei Complementar nº 003, de 23 de dezembro de 2011,

Considerando a declaração de inconstitucionalidade do inciso IV do art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso por meio da medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 282, Processo Número Único 0022125-04.1990.1.00.0000,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica nomeada a Professora **DIANA SARAIVA DA SILVA SOUZA**, portadora da **CI-RG nº 3129260 2ª Via SSP-GO** e **CPF nº 593.611.151-20,** no cargo de Secretária do CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil "Creche Mãe Preta".

**Art. 2º** Em consequência da nomeação, fica concedida gratificação de Dedicação Exclusiva de 35% (trinta e cinco por cento), conforme art. 1º da Lei Complementar nº 005, de 29 de novembro de 2013.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.950/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.950/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**"Dispõe sobre nomeação de Diretora Escolar e dá outras providências".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelo art. 3º, inciso II, alínea "a" e seus §§ 1º, 2º e 3º, c/c art. 39, ambos da Lei Complementar nº 003, de 23 de dezembro de 2011,

Considerando a declaração de inconstitucionalidade do inciso IV do art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso por meio da medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 282, Processo Número Único 0022125-04.1990.1.00.0000,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica nomeada a Professora **SUZY DE FATIMA PIRES DA SILVA**, portadora da **CI-RG nº 2316499-9 SSP-MT** e **CPF nº 420.946.742-15,** no cargo de Diretora do CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil "Creche Mãe Preta".

**Art. 2º** Em consequência da nomeação, fica concedida gratificação de Dedicação Exclusiva de 55% (cinquenta e cinco por cento), conforme art. 1º da Lei Complementar nº 005, de 29 de novembro de 2013.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.552/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.552/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**"Dispõe sobre nomeação de Secretária Escolar e dá outras providências".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelo art. 3º, inciso II, alínea "c" e seus §§ 1º, 2º e 3º, c/c art. 39, ambos da Lei Complementar nº 003, de 23 de dezembro de 2011,

Considerando a declaração de inconstitucionalidade do inciso IV do art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso por meio da medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 282, Processo Número Único 0022125-04.1990.1.00.0000,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica nomeada a Professora **QUEZIA CRISTINA BORGES SANTOS OLIVEIRA**, portadora da **CI-RG nº 2.664.869 SSP-GO** e **CPF nº 476. 793.601-20**, no cargo de Secretária da Escola Municipal José Humberto Moreira.

**Art. 2º** Em consequência da nomeação, fica concedida gratificação de Dedicação Exclusiva de 40% (quarenta por cento), conforme art. 1º da Lei Complementar nº 005, de 29 de novembro de 2013.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.954/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.954/2.021, DE 26 DE JANEIRO DE 2.021**

**"Dispõe sobre nomeação de Secretária Escolar e dá outras providências".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelo art. 3º, inciso II, alínea "c" e seus §§ 1º, 2º e 3º, c/c art. 39, ambos da Lei Complementar nº 003, de 23 de dezembro de 2011,

Considerando a declaração de inconstitucionalidade do inciso IV do art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso por meio da medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 282, Processo Número Único 0022125-04.1990.1.00.0000,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica nomeada a Professora **LEILA AGUIAR FIGUEIRA DE LIMA**, portadora da **CI-RG nº 2432380-2 SEJSP-MT** e **CPF nº 605.026.221-72**, no cargo de Secretária da Escola Municipal Raimundo Soares Nava.

**Art. 2º** Em consequência da nomeação, fica concedida gratificação de Dedicação Exclusiva de 35% (trinta e cinco por cento), conforme art. 1º da Lei Complementar nº 005, de 29 de novembro de 2013.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

| | |
|---|---|
| Objeto | Locação do imóvel comercial para acomodação SEFAZ (secretaria de Estado de Fazenda), Junta de Serviço Militar, Politec e CTPF – Carteira de Trabalho e Previdência Social. |
| Favorecido | **Srª. Lauri Rosa Gomes,** brasileiro, casado, portadora da Cédula de Identidade RG nº 856959 – SSP/GO, e do CPF nº |

| | |
|---|---|
| | 234.656.381-15, residente e domiciliada à Rua 106, Bairro Terra Firme, Cocalinho M.T. |
| Prazo de execução | 08/01/2021 a 31/12/2021 |
| Valor global | R$ 13.200,00 |
| Fundamento Legal | Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93. E Decreto Federal nº 9.412/2018 |
| Justificativa | Anexa nos autos do processo. |

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 001/2021 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Cocalinho – MT, 08 de JANEIRO de 2021.

**MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

### DEPARTAMENTO DE PROJETOS
### PORTARIA Nº 249/2021

**"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA PORTARIA N° 388/2019 QUE NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE NOS TERMOS DA LEI 173/90."**

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º-** Fica substituído os seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde de Colíder:

**I – DO SEGMENTO GOVERNO E PRESTADOR DE SERVIÇOS:**

**TITULAR:** Franciano Renato Perego – Secretaria Municipal de Saúde

**SUPLENTE:** Rogério Nunes Silva – Secretaria Municipal de Saúde

**TITULAR:** Benaia Teixeira Gonzaga – Secretaria Municipal de Assistência Social

**SUPLENTE:** Andressa Silvani de Souza Máximo - Secretaria Municipal de Assistência Social

**II – O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SERÁ DIRIGIDO PELOS SEGUINTES CONSELHEIROS:**

**VICE PRESIDENTE:** Cargo em Vacância

**Artigo 2º-** Os demais representantes estão nomeados pelas Portarias de n° 388/2019 e de n° 138/2019.

**Artigo 3º-** Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colíder-MT, em 25 de janeiro de 2021.

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal de Colíder-MT**

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

### DEPARTAMENTO DE PROJETOS
### DECRETO Nº 014/2021

**"DECRETA LUTO OFICIAL POR TRÊS (3) DIAS, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SERVIDOR APOSENTADO JOSÉ PEDRO BATISTA."**

**HEMERSON LOURENHÇO MAXIMO,** Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais:

**CONSIDERANDO** a consternação da Família pelo falecimento do Servidor Aposentado, o Senhor José Pedro Batista, que exerceu suas funções neste Município desde 1999;

**CONSIDERANDO** os preciosos trabalhos dedicados à comunidade colídense no decorrer de sua vida;

**CONSIDERANDO** ainda, que é dever do Poder Público colídense render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem estar da coletividade;

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - **LUTO OFICIAL** de três (3) dias, contados desta data, em razão do falecimento do Senhor José Pedro Batista, pelos inestimáveis serviços prestados à comunidade colídense.

**Artigo 2º**. - Os serviços públicos não serão afetados por este Decreto.

**Artigo 3º**. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colíder/MT, em 27 de janeiro de 2021.

**HEMERSON LOURENÇO MAXIMO**

Prefeito Municipal de Colíder/MT

### DEPARTAMENTO DE PROJETOS
### DECRETO Nº 013/2021

**"DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO NA FORMA DA LEI 3.143/220 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais e constitucionais;

**CONSIDERANDO** a campanha de recuperação fiscal 2020 realizada no Município de Colíder/MT;

**CONSIDERANDO** o artigo 10 da Lei 3143/2020 onde o Poder Executivo poderá editar e publicar os atos regulamentares que se fizerem necessários para implantação e regulamentação;

**DECRETA:**

**Art. 1º.**Fica decretado que o contribuinte que descumpriu o acordo firmado em refis dos anos anteriores poderá reparcelar sua dívida, devendo a primeira parcela totalizar no mínimo 30% do total de sua dívida.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Colíder, 26 de janeiro de 2021**

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**

Prefeito Municipal de Colíder/MT

### DEPARTAMENTO PESSOAL
### ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Ofício nº 044/2021/SME** Colíder, 25 de janeiro de 2021.

Senhor Secretário:

Solicitamos a concessão de licença prêmio ao profissional da educação, conforme quadro:

**ESCOLA PROFESSORA IVANIRA MOREIRA JUNGLOS**

| NOME | CARGO | PERÍODO | Total dias | Período aquisitivo |
|---|---|---|---|---|
| 1. Edileus de Oliveira | Professor | 01/02/21 a 01/04/21<br>05/04/21 a 03/07/21<br>05/07/21 a 02/10/21 | 60<br>90<br>90 | 2005/2010<br>2010/2015<br>2015/2020 |

Atenciosamente,

Ao Senhor Carlos Frederico Carvalho de Oliveira,

Secretário Municipal de Gestão Pública,

Colíder/MT.

MBM

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 024/GP/2021**

**DECRETO Nº 024/GP/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**"Dispõe sobre a fixação de novas idades para o cônjuge ou companheiro no que diz respeito a cessação da percepção de cada cota individual referente ao benefício de pensão por morte. "**

**MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT,

**DECRETO**

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 009/2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico do Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM MT, no dia 19 de janeiro de 2021, edição nº 3.649, que "*Dispõe sobre a fixação de novas idades para o cônjuge ou companheiro no que diz respeito a cessação da percepção de cada cota individual referente ao benefício de pensão por morte. "*

**Onde se lê***:* (...) Considerandoa autorização legislativa contida na Lei do Regime Próprio de Previdência, que poderão ser fixadas em números inteiros, acerca da previsão de novas idades para os fins previstos na alínea "c", inciso V, § 1º, da **Portaria ME nº 424, de 29 de dezembro de 2020**, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento; (...)

**Leia-se**: (...) Considerandoa autorização legislativa contida na Lei do Regime Próprio de Previdência, que poderão ser fixadas em números inteiros, acerca da previsão de novas idades para os fins previstos no art. 32, § 1º, inciso V, alínea "c", da Lei Municipal nº 878/2020, que alterou a Lei Municipal nº 663/2016, que reestrutura o RPPS do Município, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento; (...)

**Art. 2°** Este Decreto entra em vigor na data da publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, 27 de janeiro de 2021.

**Certidão de Publicação**
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 27 de janeiro de 2021.

_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE CONTRATOS**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2019**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.**

**CONTRATADO: ALEXANDRE JOSE DE SOUZA LOPES inscrição CNPJ nº 08.878.857/0001-10 sediada na rua Barão de Melgaço 2350 Sala 402/ Centro-Sul/Cuiabá/MT Cep:78020-800,**

**OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo contratual por mais dez meses.**

**DATA EMISSÃO: 18/01/2021**

**INICIO DA VIGENCIA: 17/01/2021**

**DATA VENCIMENTO: 17/11/2021**

# RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL (RGF) 3º QUADRIMESTRE 2020

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal** |
| | **Câmara de Vereadores de Colniza - MT (Poder Legislativo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 3º quadrimestre** |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Despesa com Pessoal | Despesa Executada com Pessoal | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| **Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 149.944,70 | 144.792,70 | 164.608,51 | 145.927,82 | 148.113,79 | 149.664,05 | 133.137,81 | 147.572,43 | 161.896,84 | 162.194,60 | 134.771,62 | 215.502,75 | 1.858.127,62 | |
| Pessoal Ativo | 149.944,70 | 144.792,70 | 164.608,51 | 145.927,82 | 148.113,79 | 149.664,05 | 133.137,81 | 147.572,43 | 161.896,84 | 162.194,60 | 134.771,62 | 215.502,75 | 1.858.127,62 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 127.076,25 | 122.630,02 | 139.026,41 | 123.023,54 | 125.301,77 | 127.080,62 | 112.454,78 | 125.686,46 | 138.374,47 | 140.229,49 | 114.384,03 | 181.758,04 | 1.577.025,88 | |
| Obrigações Patronais | 22.868,45 | 22.162,68 | 25.582,10 | 22.904,28 | 22.812,02 | 22.583,43 | 20.683,03 | 21.885,97 | 23.522,37 | 21.965,11 | 20.387,59 | 33.744,71 | 281.101,74 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | | 25.147,94 | 25.147,94 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | 25.147,94 | 25.147,94 | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 149.944,70 | 144.792,70 | 164.608,51 | 145.927,82 | 148.113,79 | 149.664,05 | 133.137,81 | 147.572,43 | 161.896,84 | 162.194,60 | 134.771,62 | 190.354,81 | 1.832.979,68 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal**
**Câmara de Vereadores de Colniza - MT (Poder Legislativo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 3º quadrimestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | |
|---|---|---|
| | Valor | % sobre a RCL Ajustada |
| **DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV) | 89.416.457,83 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 89.416.457,83 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b) | 1.832.979,68 | 2,05 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 5.364.987,47 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 5.096.738,10 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 4.828.488,72 | 5,40 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal**
**Câmara de Vereadores de Colniza - MT (Poder Legislativo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 3º quadrimestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício em que Excedeu o Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | |
| | No Quadrimestre/Semestre | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b-a) | Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c) | Limite (e) = (b-d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f-a) | Limite (h) = (a) | % DTP (i) |
| **Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal** | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Percentuais | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal** |
| | **Câmara de Vereadores de Colniza - MT (Poder Legislativo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 3º quadrimestre** |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal**
**Câmara de Vereadores de Colniza - MT (Poder Legislativo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 3º quadrimestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Disponibilidade de Caixa | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | |
| | | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | |
| | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g) |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | | | | | | | | | |
| Recursos Ordinários | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Não Vinculados | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | | | | | | | | | |
| Recursos Vinculados ao RPPS | | | | | | | | | |
| Recursos de Operações de Crédito | | | | | | | | | |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | | | | | | | | | |
| Recursos Vinculados a Precatórios | | | | | | | | | |
| Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Vinculados | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

| |
|---|
| **Relatório de Gestão Fiscal** |
| **Câmara de Vereadores de Colniza - MT (Poder Legislativo)** |
| **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| **CNPJ:** |
| **Exercício: 2020** |
| **Período de referência: 3º quadrimestre** |

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

| Receita Corrente Líquida | Valor Até o Quadrimestre |
|---|---|
| | Valor Até o Quadrimestre |
| **Receita Corrente Líquida** | - |
| Receita Corrente Líquida | 89.416.457,83 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 89.416.457,83 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

| Despesa com Pessoal | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Despesa com Pessoal** | - | - |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.832.979,68 | 2,05 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%> | 5.364.987,47 | 6,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> | 5.096.738,91 | 5,70 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 4.828.488,72 | 5,40 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

| Restos a Pagar | Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa | |
|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| **Restos a Pagar** | - | - |
| Valor Total | | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |



**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

"Dispõe sobre a convocação de servidor Afastado por motivo de licença para tratar de assuntos de interesses particulares".

**MILTON DE SOUZA AMORIM,** Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

***RESOLVE:***

***Art. 1º.*** Convocar para retorno ao trabalho o Srº. **IGOR HENRIQUE DE MELO FERNANDES**, Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, afastado por motivo de Licença Para Tratar de Assuntos de Interesses Particulares, pelo período de 24 (Vinte e Quatro) meses, ou seja, 02 (dois) anos consecutivos, compreendidos do dia 01 de setembro do ano de 2020 a 19 de agosto de 2022, com retorno previsto para dia 19/08/2022, conforme Portaria nº 314/ADM/2020, circulada no DOM-AMM.

**Art. 2º.** Considerando o interesse público materializado na solicitação de convocação de servidor, feita pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto Lazer e Juventude por meio da CI-032/RH/SEMEC/2021, protocolada na data de 21 de janeiro de 2021, sob nº. 23.348 para atendimento as demandas do município, fica revogado a licença sem vencimentos a partir de 30 de janeiro de 2021, fica convocado o retorno do servidor ao trabalho para o dia **01 de fevereiro de 2021**, uma vez que este dispensou o cumprimento do prazo de 30 (trinta) dias corridos da alínea) nos termos do § 1º do art. 109 da Lei Municipal nº 499/2011, sendo que o não comparecimento do servidor resultará em abandono do cargo público nos termos do inciso II do art. 154 e 156 da Lei Municipal nº 499/2011.

**Art. 3º.** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

*Colniza/MT, em 25 de janeiro de 2021.*

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**Certidão de Publicação**
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 25 de janeiro de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

### CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 009/2021 DE 27/01/2021

**PORTARIA Nº 009/2021 DE 27/01/2021**

**JOÃO FERNANDES DA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

***Considerando***, as atribuições da Controladoria Interna da Câmara Municipal, criada através da Lei Municipal nº 1.035/2007 e Lei nº 1.258/2010, alteradas pela Lei nº 1.320/2011,

***R E S O L V E***

**Art. 1º.** ***APROVAR,*** no âmbito da Câmara Municipal de Comodoro/MT, a **Versão 2** da **Instrução Normativa SCI nº 001/2021,** datada de 27/01/2021,que "Dispõe sobre a disciplina, padrões, responsabilidades e procedimentos para elaboração, emissão, implementação e acompanhamento de Instruções Normativas a serem observadas, objetivando a execução de ações de controle (Norma das Normas)", **revisada**, conforme ***Anexo Único*** da presente Portaria.

**Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Instrução Normativa SCI nº 001/2009.

**Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso,** aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

| ***João Fernandes da Silva*** | ***Aline Queiroz dos Santos Rios*** |
|---|---|
| Presidente<br>Biênio 2019/2020 | Portaria nº 023/2012 de 08/12/2012<br>Controladora Interna da Câmara Municipal |

**Registre-se e Publique-se:**

***Wender Bier de Souza -*** 1º Secretário

Biênio 2019/2020

**ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 009/2021**

**DE 27/01/2021**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI - Nº. 001/2021**

**Versão:** 02

**Aprovação em:** 27/01/2021

**Ato de aprovação:** Portaria nº 009/2021

**Publicação: 27/01/2021.**

**Unidade Responsável:** SCI – Sistema de Controle Interno

***Dispõe sobre a disciplina, padrões, responsabilidades e procedimentos para elaboração, emissão, implementação e acompanhamento de Instruções Normativas a serem observadas, objetivando a execução de ações de controle (Norma das Normas).***

**I. ABRANGÊNCIA**

Abrange todas as unidades da estrutura organizacional da Câmara Municipal, quer como executoras de tarefas, quer como fornecedoras ou recebedoras de dados e informações em meio documental ou informatizado.

**II. CONCEITOS**

**1. Instrução Normativa**

Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho que devem processar de forma constante e periódica.

**2. Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle**

Coletânea de Instruções Normativas que tem por objetivo veicular as informações necessárias a execução das atividades.

**3. Fluxograma**

Demonstração gráfica das rotinas de trabalho relacionada a cada sistema administrativo, com a identificação das unidades executoras.

**4. Alteração**

Modificações efetuadas em qualquer item da Instrução Normativa com a finalidade de aperfeiçoar e/ou adequar e/ou racionalizar o procedimento e/ou rotina.

**5. Atualização**

Modificações efetuadas em qualquer item da Instrução Normativa decorrente de alterações na legislação vigente e/ou normas técnicas.

**6. Setor**

Cada uma das divisões ou subdivisões de uma repartição pública ou de um estabelecimento qualquer, que corresponde a serviço ou assunto determinado; seção.

**7. Sistema**

Conjunto de ações que, coordenadas, concorrem para um determinado fim.

**8. Sistema Administrativo**

Conjunto de atividades afins, relacionadas a funções finalísticas ou de apoio, distribuídas em diversas unidades da organização e executadas sob a orientação técnica do respectivo órgão central, com o objetivo de atingir algum resultado.

**9. Ponto de Controle**

Aspectos relevantes em um sistema administrativo, integrantes das rotinas de trabalho ou na forma de indicadores, sobre os quais, em função de sua importância, grau de risco ou efeitos posteriores, deva haver algum procedimento de controle.

**10. Procedimentos de Controle**

Procedimentos inseridos nas rotinas de trabalho com o objetivo de assegurar a conformidade das operações inerentes a cada ponto de controle, visando restringir o cometimento de irregularidades ou ilegalidades e/ou preservar o patrimônio público.

**11. Sistema de Controle Interno**

Conjunto de procedimentos de controle inseridos nos diversos sistemas administrativos, executados ao longo da estrutura organizacional sob a coordenação, orientação técnica e supervisão da unidade responsável pela coordenação do controle interno.

**III. BASE LEGAL**

A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Legislativo, no sentido de implementação do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Comodoro/MT, sobre o qual dispõe os artigos 74 da Constituição Federal, 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 8º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, além da Lei Municipal 1.035/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Comodoro/MT.

**IV. ORIGEM DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS**

As Instruções Normativas fundamentam-se na necessidade da padronização de procedimento e do estabelecimento de normas de controle, tendo em vista as exigências legais ou regulamentares, as orientações da administração e as constatações da unidade responsável pela coordenação de controle interno na Câmara Municipal, decorrentes de suas atividades de auditoria interna.

Cabe à unidade que atua como órgão central, no caso a Diretoria Geral da Câmara Municipal (art. 13 da Lei Municipal nº 1259/10), de cada sistema administrativo, que passa a ser identificada como “Unidade Responsável” pela Instrução Normativa, a definição e formatação das Instruções Normativas inerente ao sistema.

As diversas unidades da estrutura organizacional que se sujeitam à observância das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle estabelecidos na Instrução Normativa passam a ser denominadas “Unidades Executoras”.

**V. RESPONSABILIDADES**

**1. Do órgão central do sistema administrativo (Unidade Responsável pela Instrução Normativa):**

Ao órgão central do sistema administrativo compete:

a) promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação do controle interno, para definir as rotinas de trabalho e identificar os pontos de controle e respectivos procedimentos de controle, objetos das Instruções Normativas, a ser elaboradas;

b) obter a aprovação da Instrução Normativa, após submetê-la à apreciação da unidade de controle interno e promover sua divulgação e implementação;

c) manter atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar a aplicação da Instrução Normativa.

**2. Das Unidade Executoras:**

As unidades executoras competem:

a) Atender as solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa na fase de sua formatação, quanto ao funcionamento de informações e à participação no processo de elaboração;

b) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

c) Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;

d) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

**3. Da Unidade de Controle Interno:**

A Unidade de Controle Interno tem a função de:

a) Prestar o apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas instruções Normativas;

c) Organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

**VI. FORMATO E CONTEÚDO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS**

O formato do presente documento serve como modelo-padrão para as Instruções Normativas, que deverão conter os seguintes campos obrigatórios:

**1. Na Identificação:**

**1.1. Número da Instrução Normativa**

A numeração deverá ser única e sequencial para cada sistema administrativo, com a identificação da sigla do sistema antes do número e aposição do ano de sua expedição.

Formato: **INSTRUÇÃO NORMATIVA S..... Nº ...../.....**

**1.2. Indicação da Versão**

Indica o número da versão do documento, atualizado após alterações.

Considera-se nova versão o documento pronto, ou seja, aquele que, após revisão, alteração ou modificação sob o acompanhamento, coordenação e apreciação da responsável pela Controladoria Interna, devendo ser encaminhado à aprovação da Presidência.

**1.3. Aprovação**

A aprovação da Instrução Normativa ou suas alterações será sempre do Chefe do Legislativo, salvo delegação expressa deste.

Formato da data: .../...../.....

**1.4. Ato de Aprovação**

Indica o tipo e número de ato que aprovou o documento original ou suas alterações.

Sempre que a Instrução Normativa passar por modificações e/ou alterações, deverá aprovada pela Presidência através de Portaria da Câmara Municipal, visando sua ampla publicidade.

**1.5. Unidade Responsável**

Informa o nome da unidade responsável pela Instrução Normativa (Diretoria, Setor/Departamento ou denominação equivalente), que atua como órgão central do sistema administrativo a que se referem as rotinas de trabalho objeto do documento.

**2. No conteúdo da Instrução Normativa deve conter:**

**2.1. SÚMULA**

Especificar de forma sucinta a finalidade da Instrução Normativa, que pode ser identificada mediante uma avaliação sobre quais os motivos que levaram à conclusão da necessidade de sua elaboração.

Exemplo:

***Estabelecer procedimentos para aditamento (valor e prazo) de contratos de aquisição de materiais e contratação de obras ou serviços, desde o pedido até a publicação do extrato do contrato.***

**2.2. Abrangência**

Identificação das Unidades Executoras a que se referem a Instrução Normativa.

Quando os procedimentos estabelecidos na normatização são gerais, devendo ser observado, mesmo que parcialmente, por todos da administração, será necessário constar todas as unidades da estrutura organizacional e esta condição deve ser explicitada.

**2.3. Conceitos**

Têm por objetivo uniformizar o entendimento sobre aos aspectos mais relevantes inerentes ao assunto objeto da normatização.

Deverá ser dedicada atenção especial a esta seção nos casos em que a Instrução Normativa venha abranger todas as unidades da estrutura organizacional.

**2.4. Base legal e regulamentar**

Indicar os principais instrumentos legais e regulamentares que interferem ou orientam as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle a que se destina a Instrução Normativa.

**2.5 Responsabilidades**

Esta seção destina-se à especificação das responsabilidades da unidade (s) executora (s) a que se refere a Instrução Normativa (órgão central do respectivo sistema administrativo), inerentes à matéria objeto da normatização.

Não se deve confundir com aquelas especificadas no item V deste documento, pois cada uma das Instruções Normativas se difere da outra, assim como também em cada uma delas a unidade executora terá sua responsabilidade segundo o assunto que está sendo normatizado.

**2.6. Procedimento**

Trata-se da descrição das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle.

**2.7. Considerações finais**

Esta seção é dedicada à inclusão de orientações ou esclarecimentos adicionais, não especificadas anteriormente, tais como:

a) Medidas que poderão ser adotadas e/ou consequências para os casos de inobservâncias ao que está estabelecido na Instrução Normativa;

b) Situações ou operações que estão dispensadas da observância total ou parcial ao que está estabelecido;

c) Unidade ou pessoas autorizadas a prestar esclarecimentos a respeito da aplicação da Instrução Normativa.

**VII. PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS**

Com base na análise preliminar das rotinas e procedimentos que vêm sendo adotadas em relação ao assunto a ser normatizado, deve-se identificar, inicialmente, as diversas unidades da estrutura organizacional que têm alguma participação no processo e para cada uma, quais as atividades desenvolvidas, para fins da elaboração do fluxograma.

Também devem ser identificados e analisados os formulários utilizados para o registro das operações e as interfaces entre os procedimentos manuais e os sistemas computadorizados (aplicativos).

A demonstração gráfica das atividades (rotinas de trabalho e procedimentos de controle) e dos documentos envolvidos no processo, na forma de fluxograma, deve ocorrer de cima para baixo e da esquerda para direita, observando-se os padrões e regras geralmente adotados neste tipo de instrumento, que identifiquem, entre outros detalhes, as seguintes ocorrências:

a) Início do processo (num mesmo fluxograma pode haver mais de um ponto de início, dependendo do tipo de operação);

b) Emissão de documentos;

c) Ponto de decisão;

d) Junção de documentos;

e) Ação executada (analise, autorização, checagem de autorização, confrontação, baixa, registro, etc.) além das atividades normais, inerente ao processo, devem ser indicados os procedimentos de controle aplicáveis.

As diversas unidades envolvidas no processo deverão ser segregadas por linhas verticais, com a formação de colunas com a identificação de cada unidade ao topo. No caso de um segmento das rotinas de trabalho ter que ser observado por todas as unidades da estrutura organizacional, a identificação pode ser genérica, como por exemplo: “área requisitante”.

Se uma única folha não comportar a apresentação de todo o processo, serão abertas tantas quantas necessárias, devidamente numeradas, sendo que neste caso devem ser utilizados conectores, também numerados, para que possa ser possível a identificação da continuidade do fluxograma na folha subsequente, e vice-versa. Procedimento idêntico deverá ser adotado no caso da necessidade do detalhamento de algumas rotinas específicas em folhas auxiliares.

O fluxograma, uma vez consolidado e testado, orientará a descrição das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle na Instrução Normativa e dela fará parte integrante como anexo.

As rotinas de trabalho e os procedimentos de controle na Instrução Normativa deverão ser descritos de maneira objetiva e organizada, com o emprego de frases curtas e claras, de forma a não facultar duvidas ou interpretações dúbias, com uma linguagem essencialmente didática e destituída de termos ou expressões técnicas, especificando o “como fazer” para a operacionalização das atividades, identificando os respectivos responsáveis e prazos.

Deverá conter, porém, os detalhamentos necessários para a clara compreensão de tudo que deverá ser observado no dia-a-dia, em especial quanto aos procedimentos de controle cuja especificação não consta do fluxograma. Incluem-se neste caso, por exemplo:

a) Especificação dos elementos obrigatórios em cada documento;

b) Destinação das vias dos documentos;

c) Detalhamento das análises, confrontações e outros procedimentos de controle a serem executados em cada etapa do processo;

d) Relação de documentos obrigatórios para a validação da operação;

e) Aspectos legais ou regulamentares a serem observados;

f) Os procedimentos de segurança em tecnologia da informação aplicáveis ao processo (controle de acesso lógico às rotinas e bases de dados dos sistemas aplicativos, crítica nos dados de entrada, geração de cópias back-up, etc.).

Quando aplicáveis, os procedimentos de controle poderão ser descritos à parte, na forma de *“check list”*, que passarão a ser parte integrante da Instrução Normativa como anexo. Neste caso, a norma deverá estabelecer qual a unidade responsável pela sua aplicação e em que fase do processo deverá ser adotado.

No emprego de abreviaturas ou siglas, deve-se identificar o seu significado, por extenso, na primeira vez que o termo for mencionado no documento e, a partir daí, pode ser utilizada apenas a abreviatura ou sigla, como

por exemplo: Setor de Recursos Humanos – SRH; Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Uma vez concluída a versão final da Instrução Normativa ou de sua atualização, a minuta deve ser encaminhada à unidade responsável pela coordenação do controle interno, que aferirá a observância desta norma e avaliará os procedimentos de controle, podendo propor alterações, quando cabíveis.

Devolvida a minuta pela unidade de coordenação do controle interno à unidade responsável pela Instrução Normativa, a mesma será encaminhará para aprovação e, posteriormente, providenciará sua divulgação e implantação.

**VIII. PROCEDIMENTOS PARA ALTERAÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA**

As Instruções Normativas devem ser alteradas ou atualizadas sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim exigirem.

Independente da aprovação das adaptações que se fizerem necessárias nas Instruções Normativas, a Unidade competente comunica oficialmente aos usuários envolvidos no processo, sempre que houver alterações na legislação vigente, normas técnicas ou administrativas, determinando prazo para adequação e implantação dos novos procedimentos.

Para toda e qualquer alteração, modificação ou atualização de procedimentos e rotinas normatizadas, que forem detectadas como sendo necessárias pela Unidade Executora competente, deve ser protocolizada a solicitação, anexando o embasamento legal, técnico ou administrativo, encaminhando, obrigatoriamente, a Unidade de Controle Interno.

Após o encaminhamento, o processo segue no mesmo trâmite.

**IX. PROCEDIMENTOS PARA REVOGAR INSTRUÇÃO NORMATIVA**

Caso haja direito fundamentado na legislação pátria e interesse da Unidade Administrativa em revogar a Instrução Normativa, deve-se proceder da seguinte forma:

a) Protocolar a solicitação devidamente justificada na Unidade de Controle Interno;

b) Após análise da Controladoria, deverá ser encaminhado a Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer;

c) O Parecer Jurídico será encaminhado ao chefe do Poder Legislativo, para fins de aprovação e devida publicação.

**X. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Unidade de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da mesma.

***Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso***, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

***ALINE QUEIROZ DOS SANTOS RIOS***

Portaria nº 023/2012 de 08/12/2012

Controladora Interna da Câmara Municipal

***JOÃO FERNANDES DA SILVA***

Presidente da Câmara Municipal

Biênio 2019/2020

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 046/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 046/2021 de 25 de Janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **17/02/2021 a 17/05/2021** referente ao período aquisitivo 17/04/2012 a 16/04/2017, a Servidora Pública Municipal DANIELY CAROLINE CRACO WAGNER, matricula 012002, ocupante do cargo efetivo de PNSS - ENFERMEIRO - 40 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/UBS Veranopolis.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de Janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CPL 099/2020**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 217/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2019

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMA INTEGRADO ( SOFTWARE) DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA COMPREENDENDO, SUPORTE, MANUTENÇÃO E TODA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA , NECESSÁRIA PARA SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais **12 meses**, finalizando no dia 27/01/2022.

PARTES:CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – CONTRATADO: INOVATUS SISTEMA DE INFORMATICA LTDA - MECNPJ: 11.247.425/0001-16

DATA: CONFRESA, 25 DE JANEIRO DE 2021.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 005/2021**

PROCESSO LICITATÓRIO n° 001/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 001/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVOS E ALMOXARIFADO, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.

DO VALOR GLOBAL: **R$ 3.000,00 (Três Mil Reais).**

VIGÊNCIA: 12 meses – 27/01/2021 Á 27/01/2022.

DATA: Confresa -MT, 27 de janeiro de 2021.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – LOCADORA: Lilia França de Souza Rodrigues CPF: 974.955.901-06

FORO: Porto Alegre do Norte - MT.

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 232/2020 PREGÃO ELETRONICO – SRP N° 032/2020**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 232/2020**

**PREGÃO ELETRONICO – SRP N° 032/2020**

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRONICO – SRP N°032/2020,** conforme segue:

**OBJETO:PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS PARAEVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFOMATICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETÁRIAS DO PODER EXECUTIVO JUNTO AOMUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.**

**HOMOLOGADO/ADJUDICADO** para as empresas:

**ANTONIA DE PAULA BONFIM**

**CNPJ:** 32.154.542/0001-05

**ENDEREÇO:** R DOS CUPUACUS nº 401 JARDIM JACARANDAS

**MUNICIPIO:** SINOP-MT

**CEP:** 78.557-643

**FONE:** (66) 9249-5355

**EMAIL:** MASTERINFOTECNO@GMAIL.COM

Vencedora dos LOTES 01,02,05,10,11,15,29,33 do Certame no valor global de **R$ 152.396,90 (Cento e Cinquenta e Dois Mil e Trezentos Noventa e Seis Reais e Noventa Centavos.)**.

**DAVID DE S. SILVA**

**CNPJ:** 13.009.081/0001-32

**ENDEREÇO:** R SAO GONCALO Nº 02A SETOR SANTA LUZIA

**MUNICIPIO:** CONFRESA-MT

**CEP:** 78.652-000

**FONE:** (66) 98458-5884

**EMAIL:** MARCIACONFRESA@HOTMAIL.COM

Vencedora do LOTE 03,04,14,24, 31 do Certame no valor global de **R$ 15. 228,30 (Quinze Mil e Duzentos Vinte e Oito Reais e Trinta Centavos)**.

**DI BENTO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ:** 14.238.297/0001-32

**ENDEREÇO:** RUA 25A Nº 628 QD.61-A LT.29 CASA 02 SETOR AEROPORTO

**MUNICIPIO:** GOIANIA-GO

**CEP:** 74.070-150

**FONE:** (62) 3922-1155/ (62) 3086-2006

**EMAIL:** COMERCIAL@DIBENTOTECNOLOGIA.COM

Vencedora do LOTE 16,21,22,30,37,39,40,44, do Certame no valor global de **R$ 90.812 ,00 (Noventa Mil e Oitocentos e Doze Reais)**.

**ERICA DE FATIMA GENTILA**

**CNPJ:** 36.656.877/0001-82

**ENDEREÇO:** AV MATO GROSSO Nº 92 SL 01 MODULO 02

**MUNICIPIO:** JUINA-MT

**CEP:** 78.320.000

**FONE:** (66) 3566-1240

**EMAIL:** OMIELETRO@GMAIL.COM

Vencedora do LOTE 08,09,20,26,32,34,36,42,43 do Certame no valor global de **R$ 862.384,81 ( Oitocentos Sessenta e Dois Mil e Trezentos e Oitenta e Quatro Reais e Oitenta Um Centavos )**.

**M. CORREA HUGUENEY**

**CNPJ:** 36.564.097/0001-02

**ENDEREÇO:** RUA PRES. ARTHUR BERNADES Nº 422 BAIRRO DUQUE DE CAXIAS

**MUNICIPIO:** CUIABA-MT

**CEP:** 78.043.365

**FONE:** (65) 99697-4431

**EMAIL:** ALE.CES@TERRA.COM.BR

Vencedora do LOTE 27,41 do Certame no valor global de **R$ 56.569,80 ( Cinquenta Seis Mil e Quinhentos Sessenta e Nove Reais e Oitenta Centavos )**.

**MULTIPLICAR COMPRAS E COMERCIO EIRELI**

**CNPJ:** 07.508.571/0001-80

**ENDEREÇO:** R QUINZE, ESQ. C/ RUA 02 S/N QUADRA32 LOTE 07-5 SETOR AURELIO

**MUNICIPIO:** MINEIROS-GO

**CEP:** 75.830-182

**FONE:** (64) 3661-2580/ (64) 3661-9183

**EMAIL:** CEMISP@YAHOO.COM.BR

Vencedora dos LOTES 06,07,12,17,18,19,28,35,38 do Certame no valor global de **R$ 338.016,41 (Trezentos Trinta e Oito Mil e Dezesseis Reais e Quarenta e Um Centavos )**.

**RICHARDE AMORIM DA SILVA-ME**

**CNPJ:** 25.532.098/0001-59

**ENDEREÇO:** R FIRMINO MENDES Nº 600 SL.01 CENTRO

**MUNICIPIO:** PARAISO DO TOCANTINS-TO

**CEP:** 77.600-000

**FONE:** (63) 98429-5733

**EMAIL:** RICHARDEAMORIM698@HOTMAIL.COM

Vencedora dos LOTEs 13,23, 25 do Certame no valor global de **R$ 9. 742,98 (Nove Mil Setecentos Quarenta e Dois Reais e Noventa e Oito Centavos )**.

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

**Confresa- MT, 27 de JANEIRO de 2021.**

_____

**CEZAR QUEIROZ DA SILVA**

**Pregoeiro Municipal**

**PORTARIA Nº082/2020**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**EXTRATO DO CONTRATO N°006/2021**

PROCESSO LICITATÓRIO n° 003/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 003/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAMENTO DE ENERGIA CONTINUA SENDO BATERIA ESTACIONARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL, LABORATÓRIO MUNICIPAL E HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

DO VALOR GLOBAL: **R$ 8.716,56 (oito mil setecentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos).**

VIGÊNCIA: 02 meses – 27/01/2021 Á 27/03/2021.

DATA: Confresa -MT, 27 de janeiro de 2021.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – CONTRATADA ANKER DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 30.815.452/0001-92

FORO: Porto Alegre do Norte - MT.

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**PORTARIA 012/2021 ADM DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO**: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CONSIDERANDO**:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

**RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores público municipal como **FISCAIS DE CONTRATO,** do Contrato abaixo discriminado.

| | **FISCAL** | **FISCAL SUPLENTE** |
|---|---|---|
| FINANÇAS | MACIEL RIBEIRO MENDES | ANA PAULA RIBEIRO DA COSTA |

| **CONTRATO** | **005/2021** | **CPF** | **VALOR TOTAL** |
|---|---|---|---|
| **LOCADORA** | **LILIA FRANÇA DE SOUZA RODRIGUES** | **974.955.901-06** | **R$ 36.000,00** |
| **OBJETO** | LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVOS E ALMOXARIFADO, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT | | |
| **PRAZO DE VIGÊNCIA** | 12 Meses – 27/01/2021 Á 27/01/2022. | | |

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Janeiro de 2021.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**Prefeito Municipal**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 035/2021 DE 21 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 035/2021 de 21 de janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: a portaria 038/2020 de 08/12/2020.

CONSIDERANDO: o oficio 065/2021 SMEEL de 19/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a REMOÇÃO da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Jacaré Valente para Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer para Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer Escola Municipal Vila Tapiraguaia ao servidor público municipal PEDRO BRITO DE AGUIAR, matricula 000311, efetivo no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 027/2021 DE19 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 027/2021 de19 de janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: a portaria 038/2020 de 08/12/2020.

CONSIDERANDO: o oficio 048/2021/SMEEL de 18/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a REMOÇÃO da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Vereador Valdemiro Nunes Araújo para Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer Escola Municipal Vida e Esperança a servidora pública municipal ELIANE VAZ DA SILVA GOMES, matricula 001160, efetiva no cargo de APOIO ADM EDUC/MANUTENÇÃO INFRAESTRUTURA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 030/2021 DE 19 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 030/2021 de 19 de janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: a portaria 038/2020 de 08/12/2020.

CONSIDERANDO: o oficio 045/2021 SMEEL de 18/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a REMOÇÃO da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Vereador Valdemiro Nunes Araújo para Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Angelina Fernandes Fonseca ao servidor público municipal GLÊNIO GOMES DA SILVEIRA, matricula 012523, efetivo no cargo de APOIO ADM EDUC/VIGILÂNCIA PATRIMONIAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 002/2021**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**

**CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**RESOLUÇÃO Nº 002/2021**

Aprovar a aquisição de um carro para o Programa Bolsa Família. (Cadastro Único).

**O Conselho Municipal da Assistência Social de Confresa, Estado de Mato Grosso, de Acordo com suas competências estabelecidas na Lei Municipal 318/2008.**

**Considerando a Assembleia Ordinária do CMAS realizada em 27 de janeiro de 2021 e apreciação pelos membros do Conselho.**

**RESOLVE:**

**Art. 1°** Aprovar a aquisição de um carro para o Programa Bolsa Família. (Cadastro Único).

Parágrafo 1. Aprovar o projeto elaborado e apresentando a este conselho para aquisição de um veículo Pick Up, cuja a necessidade de atender as demandas do Programa Bolsa Família (Cadastro Único), a ser adquirida através do recurso em conta do IGD-PBF- 30.948-6.

**Art. 2°-** Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Confresa-MT, 27 de janeiro de 2021

_____

Daiana Cristina Dourado Bonfim Rosa

Presidente do CMAS

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**PORTARIA 013/2021 ADM DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO**: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CONSIDERANDO**:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

**RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidor público municipal como **FISCAL DE CONTRATO,** do Contrato abaixo discriminado.

| **SECRETARIA** | **FISCAL** |
|---|---|
| SAÚDE | CARLOS LOYSE ALVES LUZ |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **CONTRATO** | **006/2021** | **CNPJ** | **VALOR TOTAL** |
| **EMPRESA** | **ANKER DISTRIBUIDORA LTDA** | **30.815.452/0001-92** | **R$ 8.716,56** |
| **OBJETO** | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAMENTO DE ENERGIA CONTINUA SENDO BATERIA ESTACIONARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL, LABORATORIO MUNICIPAL E HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT | | |
| **PRAZO DE VIGÊNCIA** | 02 Meses – 27/01/2021 Á 27/03/2021. | | |

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Janeiro de 2021.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**Prefeito Municipal**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 029/2021 DE 19 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 029/2021 de 19 de Janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: a portaria 038/2020 de 08/12/2020.

CONSIDERANDO: o oficio 046/2021/SMEEL de 18/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a REMOÇÃO da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Creche Municipal professora Lucinara Aparecida Lima e Silva para CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Sarah Jhenyffer Barbosa de Freitas a servidora pública municipal IVONIRA SANTOS BARROS, matricula 010319, efetiva no cargo de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 001/2021**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**

**CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**RESOLUÇÃO Nº 001/2021**

Aprovar Demonstrativo Sintético de Execução Físico- Financeiro do Exercício de 2019.

**O Conselho Municipal da Assistência Social de Confresa, Estado de Mato Grosso, de Acordo com suas competências estabelecidas na Lei Municipal 318/2008.**

**Considerando a Assembleia Ordinária do CMAS realizada em 27 de janeiro de 2021 e apreciação pelos membros do Conselho.**

**RESOLVE:**

**Art. 1° -** Aprovar Demonstrativo Sintético de Execução Físico- Financeiro do Exercício de 2019.

Parágrafo 1. Recursos Federais das contas do:

IGD - PBF

IDG- SUAS

AEPETI

ACE SUAS – Trabalho

PAEIF/ SCFV- Piso Básico Fixo

PPEF- Piso Média Complexidade

**Art. 2°-** Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Confresa-MT, 27 de janeiro de 2021

_____

Daiana Cristina Dourado Bonfim Rosa

Presidente do CMAS

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 028/2021 DE 19 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 028/2021 de 19 de janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: a portaria 038/2020 de 08/12/2020.

CONSIDERANDO: o oficio 047/2021/SMEEL de 18/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a REMOÇÃO da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Vereador Valdemiro Nunes Araújo para Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Creche Municipal professora Lucinara Aparecida Lima e Silva a servidora pública municipal DEIJANE EVANGELISTA COSTA, matricula 001021, efetiva no cargo de APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 045/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 045/2021 de 25 de janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

CONSIDERANDO o oficio 027/SMDST/2021 de 25/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. LUCELIA MARTA MARQUES DE SOUZA OLIVEIRA, brasileira, casada, estudante, inscrita no CPF/MF 697.643.871-87 e RG 1236426-6 SSP/MT, residente e domiciliada neste município, eleita e classificada como 4º Suplente e empossada em 05/01/2021 conforme Termo de Posse 001/2021, para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR**, junto a** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Conselho Tutelar.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**PREVICON**
**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021**

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021**

**CARTA CONVITE 001/2021**

A Comissão de Licitações do PREVICON, torna público que a licitação realizada no dia 25/01/2021, às 09hs00min, na modalidade de Carta Convite n. 001/2021, que objetivava a **: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ASSESSORIA NO ENVIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS JUNTO AO TCE/MT ATRAVÉS DA FERRAMENTA APLIC, SENDO CARGAS MENSAIS E/OU CARGAS TEMPESTIVAS (PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONCURSOS, APOSENTADORIAS) E DEMAIS ALTERAÇÕES OU INFORMAÇÕES RELACIONADAS PARA EXERCÍCIO DE 2021**, foi considerada FRACASSADA, tendo em vista que não foi atingido o número mínimo de três Propostas válidas.

Confresa-MT, 26 de janeiro de 2021.

Rafael Ferreira Flores Silva

Presidente da Comissão de Licitações

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 047/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

Portaria 047/2021 de 25 de Janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 23/01/2021 – Dr. Edvardes Carmona Gomes- CRM 2492/MS.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 23/01/2021 a 22/05/2021 a servidora pública municipal JULIANA MELO FESTI MURANO, matricula 011942, efetiva no cargo de PNSS - ENFERMEIRO - 40 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Tributos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 23/01/2021.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 11 de Janeiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

### CONTABILIDADE
### RREO 6. BIMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 22.476.600,00 | 22.476.600,00 | 6.086.994,78 | 27,08 | 28.168.957,59 | 125,33 | -5.692.357,59 |
| RECEITAS CORRENTES | 21.966.600,00 | 21.966.600,00 | 5.254.169,78 | 23,92 | 25.232.155,79 | 114,87 | -3.265.555,79 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 1.165.000,00 | 1.165.000,00 | 323.505,93 | 27,77 | 1.720.618,67 | 147,69 | -555.618,67 |
| Impostos | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 | 312.736,98 | 30,22 | 1.615.000,83 | 156,04 | -580.000,83 |
| Taxas | 130.000,00 | 130.000,00 | 10.768,95 | 8,28 | 105.617,84 | 81,24 | 24.382,16 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 724.500,00 | 724.500,00 | 279.483,09 | 38,58 | 873.391,20 | 120,55 | -148.891,20 |
| Contribuições Sociais | 653.700,00 | 653.700,00 | 235.217,97 | 35,98 | 719.107,57 | 110,01 | -65.407,57 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 70.800,00 | 70.800,00 | 44.265,12 | 62,52 | 154.283,63 | 217,91 | -83.483,63 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 155.000,00 | 155.000,00 | 30.885,64 | 19,93 | 96.371,25 | 62,18 | 58.628,75 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | | | | | | | 0,00 |
| Valores Mobiliários | 97.000,00 | 97.000,00 | 30.385,64 | 31,33 | 71.159,45 | 73,36 | 25.840,55 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | | | | | | | 0,00 |
| Exploração de Recursos Naturais | | | | | | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | | | | | | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 58.000,00 | 58.000,00 | 500,00 | 0,86 | 25.211,80 | 43,47 | 32.788,20 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 80.000,00 | 80.000,00 | 37.498,62 | 46,87 | 182.072,39 | 227,59 | -102.072,39 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 1.500,00 | 1.500,00 | | 0,00 | 2.580,00 | 172,00 | -1.080,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | | | | | | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | | | | | | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Outros Serviços | 78.500,00 | 78.500,00 | 37.498,62 | 47,77 | 179.492,39 | 228,65 | -100.992,39 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 19.812.100,00 | 19.812.100,00 | 4.575.803,23 | 23,10 | 22.326.752,47 | 112,69 | -2.514.652,47 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 8.939.000,00 | 8.939.000,00 | 2.164.289,85 | 24,21 | 10.506.935,72 | 117,54 | -1.567.935,72 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 8.503.100,00 | 8.503.100,00 | 1.835.305,60 | 21,58 | 8.991.042,54 | 105,74 | -487.942,54 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 2.370.000,00 | 2.370.000,00 | 576.207,78 | 24,31 | 2.828.774,21 | 119,36 | -458.774,21 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 30.000,00 | 30.000,00 | 6.993,27 | 23,31 | 32.949,81 | 109,83 | -2.949,81 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | | | | | | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 18.000,00 | 18.000,00 | 358,44 | 1,99 | 4.293,69 | 23,85 | 13.706,31 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 12.000,00 | 12.000,00 | 6.634,83 | 55,29 | 28.656,12 | 238,80 | -16.656,12 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 510.000,00 | 510.000,00 | 832.825,00 | 163,30 | 2.936.801,80 | 575,84 | -2.426.801,80 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 10.000,00 | 10.000,00 | | 0,00 | | 0,00 | 10.000,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | | | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 500.000,00 | 500.000,00 | 832.825,00 | 166,57 | 2.936.801,80 | 587,36 | -2.436.801,80 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 285.000,00 | 285.000,00 | 547.825,00 | 192,22 | 2.481.801,80 | 870,81 | -2.196.801,80 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 215.000,00 | 215.000,00 | 285.000,00 | 132,56 | 455.000,00 | 211,63 | -240.000,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | 0,00 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | | | | | | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 650.000,00 | 650.000,00 | 264.468,99 | 40,69 | 766.580,45 | 117,94 | -116.580,45 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 23.126.600,00 | 23.126.600,00 | 6.351.463,77 | 27,46 | 28.935.538,04 | 125,12 | -5.808.938,04 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 23.126.600,00 | 23.126.600,00 | 6.351.463,77 | 27,46 | 28.935.538,04 | 125,12 | -5.808.938,04 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 23.126.600,00 | 23.126.600,00 | 6.351.463,77 | 27,46 | 28.935.538,04 | 125,12 | -5.808.938,04 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | 2.246.707,36 | | | 2.246.707,36 | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | | | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | 2.246.707,36 | | | 2.246.707,36 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| **Despesas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 22.208.300,00 | 26.231.617,21 | 5.520.812,79 | 24.245.471,62 | 1.986.145,59 | 5.399.432,25 | 23.467.808,54 | 2.763.808,67 | 22.659.063,62 | 777.663,08 |
| DESPESAS CORRENTES | 20.193.400,00 | 22.029.729,42 | 3.939.183,96 | 20.365.814,80 | 1.663.914,62 | 3.793.686,73 | 20.006.542,80 | 2.023.186,62 | 19.995.697,87 | 359.272,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 10.870.200,00 | 11.905.792,19 | 2.361.805,51 | 11.619.224,90 | 286.567,29 | 2.361.805,51 | 11.619.224,90 | 286.567,29 | 11.619.224,90 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 5.000,00 | 1,00 | | | 1,00 | | | 1,00 | | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 9.318.200,00 | 10.123.936,23 | 1.577.378,45 | 8.746.589,90 | 1.377.346,33 | 1.431.881,22 | 8.387.317,90 | 1.736.618,33 | 8.376.472,97 | 359.272,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.934.900,00 | 4.201.887,79 | 1.581.628,83 | 3.879.656,82 | 322.230,97 | 1.605.745,52 | 3.461.265,74 | 740.622,05 | 2.663.365,75 | 418.391,08 |
| INVESTIMENTOS | 1.919.900,00 | 4.201.886,79 | 1.581.628,83 | 3.879.656,82 | 322.229,97 | 1.605.745,52 | 3.461.265,74 | 740.621,05 | 2.663.365,75 | 418.391,08 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 15.000,00 | 1,00 | | | 1,00 | | | 1,00 | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 80.000,00 | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 651.100,00 | 743.030,00 | 200.140,59 | 736.581,65 | 6.448,35 | 200.140,60 | 736.581,65 | 6.448,35 | 736.581,65 | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 22.859.400,00 | 26.974.647,21 | 5.720.953,38 | 24.982.053,27 | 1.992.593,94 | 5.599.572,85 | 24.204.390,19 | 2.770.257,02 | 23.395.645,27 | 777.663,08 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Dívida Contratual | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Dívida Contratual | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 22.859.400,00 | 26.974.647,21 | 5.720.953,38 | 24.982.053,27 | 1.992.593,94 | 5.599.572,85 | 24.204.390,19 | 2.770.257,02 | 23.395.645,27 | 777.663,08 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | 3.953.484,77 | | | 4.731.147,85 | | 5.539.892,78 | |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 22.859.400,00 | 26.974.647,21 | 5.720.953,38 | 28.935.538,04 | | 5.599.572,85 | 28.935.538,04 | | 28.935.538,05 | 777.663,08 |
| RESERVA DO RPPS | 267.200,00 | 267.200,00 | | | 267.200,00 | | | 267.200,00 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 650.000,00 | 650.000,00 | 264.468,99 | 40,69 | 766.580,45 | 117,94 | -116.580,45 |
| RECEITAS CORRENTES | 650.000,00 | 650.000,00 | 264.468,99 | 40,69 | 766.580,45 | 117,94 | -116.580,45 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | | | | | | | 0,00 |
| Taxas | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 650.000,00 | 650.000,00 | 264.468,99 | 40,69 | 766.580,45 | 117,94 | -116.580,45 |
| Contribuições Sociais | 650.000,00 | 650.000,00 | 264.468,99 | 40,69 | 766.580,45 | 117,94 | -116.580,45 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | | | | | | | 0,00 |
| Valores Mobiliários | | | | | | | 0,00 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | | | | | | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Exploração de Recursos Naturais | | | | | | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | | | | | | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | | | | | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | | | | | | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | | | | | | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Outros Serviços | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | | | | | | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | | | | | | | 0,00 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | | | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | | | | | | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | | | | | | | 0,00 |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| **Despesas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 651.100,00 | 743.030,00 | 200.140,59 | 736.581,65 | 6.448,35 | 200.140,60 | 736.581,65 | 6.448,35 | 736.581,65 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 651.100,00 | 743.030,00 | 200.140,59 | 736.581,65 | 6.448,35 | 200.140,60 | 736.581,65 | 6.448,35 | 736.581,65 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 651.100,00 | 743.030,00 | 200.140,59 | 736.581,65 | 6.448,35 | 200.140,60 | 736.581,65 | 6.448,35 | 736.581,65 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 22.208.300,00 | 26.231.617,21 | 5.520.812,79 | 24.245.471,62 | 97,05 | 1.986.145,59 | 5.399.432,25 | 23.467.808,54 | 96,96 | 2.763.808,67 | 777.663,08 |
| Legislativa | 980.000,00 | 975.000,00 | 187.275,11 | 909.054,23 | 3,64 | 65.945,77 | 209.570,81 | 909.054,23 | 3,76 | 65.945,77 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 980.000,00 | 975.000,00 | 187.275,11 | 909.054,23 | 3,64 | 65.945,77 | 209.570,81 | 909.054,23 | 3,76 | 65.945,77 | |
| Controle Externo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU01 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU01 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU02 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU02 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Essencial à Justiça | 163.000,00 | 134.623,00 | 26.632,29 | 134.614,72 | 0,54 | 8,28 | 26.632,29 | 134.614,72 | 0,56 | 8,28 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 163.000,00 | 134.623,00 | 26.632,29 | 134.614,72 | 0,54 | 8,28 | 26.632,29 | 134.614,72 | 0,56 | 8,28 | |
| FU03 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU03 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração | 3.452.000,00 | 3.235.954,00 | 587.283,46 | 3.235.370,49 | 12,95 | 583,51 | 640.461,33 | 3.232.498,49 | 13,36 | 3.455,51 | 2.872,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU04 - Administração Geral | 3.058.000,00 | 2.861.707,00 | 522.587,55 | 2.861.660,64 | 11,45 | 46,36 | 569.305,48 | 2.861.660,64 | 11,82 | 46,36 | |
| Administração Financeira | 394.000,00 | 374.247,00 | 64.695,91 | 373.709,85 | 1,50 | 537,15 | 71.155,85 | 370.837,85 | 1,53 | 3.409,15 | 2.872,00 |
| Controle Interno | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Tecnologia da Informação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ordenamento Territorial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Receitas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Concessões | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicação Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU04 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Naval | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Terrestre | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU05 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU05 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Civil | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Informação e Inteligência | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU06 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU06 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Cooperação Internacional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU07 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU07 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Social | 1.442.000,00 | 1.185.166,00 | 193.678,23 | 971.679,97 | 3,89 | 213.486,03 | 274.551,38 | 947.535,87 | 3,91 | 237.630,13 | 24.144,10 |
| Assistência ao Idoso | 42.000,00 | 6.909,00 | 801,44 | 6.895,14 | 0,03 | 13,86 | 801,44 | 6.895,14 | 0,03 | 13,86 | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 15.000,00 | 4,00 | | | 0,00 | 4,00 | | | 0,00 | 4,00 | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 175.000,00 | 106.788,00 | 18.212,38 | 106.760,09 | 0,43 | 27,91 | 20.320,38 | 106.760,09 | 0,44 | 27,91 | |
| Assistência Comunitária | 1.052.000,00 | 1.029.284,00 | 173.700,41 | 815.862,72 | 3,27 | 213.421,28 | 252.465,56 | 791.718,62 | 3,27 | 237.565,38 | 24.144,10 |
| FU08 - Administração Geral | 143.000,00 | 42.178,00 | 964,00 | 42.162,02 | 0,17 | 15,98 | 964,00 | 42.162,02 | 0,17 | 15,98 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU08 - Demais Subfunções | 15.000,00 | 3,00 | | | 0,00 | 3,00 | | | 0,00 | 3,00 | |
| Previdência Social | 1.052.400,00 | 1.052.400,00 | 139.902,10 | 815.178,69 | 3,26 | 237.221,31 | 162.247,30 | 815.178,69 | 3,37 | 237.221,31 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência do Regime Estatutário | 822.000,00 | 822.000,00 | 139.888,86 | 685.660,37 | 2,74 | 136.339,63 | 139.888,86 | 685.660,37 | 2,83 | 136.339,63 | |
| Previdência Complementar | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Especial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU09 - Administração Geral | 230.400,00 | 230.400,00 | 13,24 | 129.518,32 | 0,52 | 100.881,68 | 22.358,44 | 129.518,32 | 0,54 | 100.881,68 | |
| FU09 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saúde | 5.126.000,00 | 6.201.859,29 | 1.296.922,82 | 5.957.051,99 | 23,85 | 244.807,30 | 1.377.103,53 | 5.944.011,09 | 24,56 | 257.848,20 | 13.040,90 |
| Atenção Básica | 2.240.000,00 | 1.851.141,56 | 350.155,20 | 1.784.963,69 | 7,14 | 66.177,87 | 408.901,29 | 1.784.963,69 | 7,37 | 66.177,87 | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 2.243.000,00 | 3.404.536,59 | 786.417,89 | 3.363.481,75 | 13,46 | 41.054,84 | 804.800,51 | 3.350.440,85 | 13,84 | 54.095,74 | 13.040,90 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 190.000,00 | 372.489,58 | 64.038,41 | 369.516,96 | 1,48 | 2.972,62 | 65.222,41 | 369.516,96 | 1,53 | 2.972,62 | |
| Vigilância Sanitária | 142.000,00 | 63.601,00 | 8.608,56 | 63.590,36 | 0,25 | 10,64 | 8.608,56 | 63.590,36 | 0,26 | 10,64 | |
| Vigilância Epidemiológica | 125.000,00 | 88.489,25 | 23.227,80 | 87.688,15 | 0,35 | 801,10 | 25.095,80 | 87.688,15 | 0,36 | 801,10 | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU10 - Administração Geral | 186.000,00 | 421.601,31 | 64.474,96 | 287.811,08 | 1,15 | 133.790,23 | 64.474,96 | 287.811,08 | 1,19 | 133.790,23 | |
| FU10 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações de Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Empregabilidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU11 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU11 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação | 4.800.000,00 | 5.028.786,92 | 1.318.610,66 | 4.313.490,39 | 17,27 | 715.296,53 | 1.548.010,04 | 4.313.490,39 | 17,82 | 715.296,53 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 3.513.000,00 | 4.164.228,76 | 1.190.030,83 | 3.589.792,98 | 14,37 | 574.435,78 | 1.416.840,43 | 3.589.792,98 | 14,83 | 574.435,78 | |
| Ensino Médio | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Profissional | 18.000,00 | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Superior | 35.000,00 | 7.000,00 | -967,93 | 4.260,29 | 0,02 | 2.739,71 | 1.621,85 | 4.260,29 | 0,02 | 2.739,71 | |
| Educação Infantil | 746.000,00 | 611.203,16 | 100.539,32 | 517.747,72 | 2,07 | 93.455,44 | 100.539,32 | 517.747,72 | 2,14 | 93.455,44 | |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Especial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU12 - Administração Geral | 143.000,00 | 105.201,00 | 16.862,34 | 94.651,54 | 0,38 | 10.549,46 | 16.862,34 | 94.651,54 | 0,39 | 10.549,46 | |
| FU12 - Demais Subfunções | 345.000,00 | 141.154,00 | 12.146,10 | 107.037,86 | 0,43 | 34.116,14 | 12.146,10 | 107.037,86 | 0,44 | 34.116,14 | |
| Cultura | 392.000,00 | 180.424,99 | 68.344,95 | 180.355,06 | 0,72 | 69,93 | 68.344,95 | 180.355,06 | 0,75 | 69,93 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão Cultural | 392.000,00 | 180.424,99 | 68.344,95 | 180.355,06 | 0,72 | 69,93 | 68.344,95 | 180.355,06 | 0,75 | 69,93 | |
| FU13 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU13 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU14 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU14 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Urbanismo | 1.572.000,00 | 3.338.756,21 | 502.146,29 | 3.181.630,16 | 12,74 | 157.126,05 | 532.463,44 | 3.175.750,07 | 13,12 | 163.006,14 | 5.880,09 |
| Infra-Estrutura Urbana | 504.000,00 | 1.037.436,21 | 183.865,02 | 954.099,92 | 3,82 | 83.336,29 | 184.100,80 | 948.219,83 | 3,92 | 89.216,38 | 5.880,09 |
| Serviços Urbanos | 750.000,00 | 2.102.480,00 | 308.029,87 | 2.028.718,59 | 8,12 | 73.761,41 | 326.597,24 | 2.028.718,59 | 8,38 | 73.761,41 | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU15 - Administração Geral | 256.000,00 | 198.820,00 | 10.251,40 | 198.811,65 | 0,80 | 8,35 | 21.765,40 | 198.811,65 | 0,82 | 8,35 | |
| FU15 - Demais Subfunções | 62.000,00 | 20,00 | | | 0,00 | 20,00 | | | 0,00 | 20,00 | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação Urbana | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU16 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU16 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento | 322.000,00 | 163.505,00 | 21.344,24 | 153.385,45 | 0,61 | 10.119,55 | 25.664,24 | 153.385,45 | 0,63 | 10.119,55 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento Básico Urbano | 322.000,00 | 163.505,00 | 21.344,24 | 153.385,45 | 0,61 | 10.119,55 | 25.664,24 | 153.385,45 | 0,63 | 10.119,55 | |
| FU17 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU17 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Gestão Ambiental | 59.000,00 | 155.093,00 | 10.266,99 | 155.082,16 | 0,62 | 10,84 | 14.097,58 | 155.082,16 | 0,64 | 10,84 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Controle Ambiental | 59.000,00 | 155.093,00 | 10.266,99 | 155.082,16 | 0,62 | 10,84 | 14.097,58 | 155.082,16 | 0,64 | 10,84 | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Hídricos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Meteorologia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU18 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU18 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU19 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU19 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Agricultura | 1.115.000,00 | 1.496.170,22 | 251.023,60 | 1.399.155,50 | 5,60 | 97.014,72 | 300.900,37 | 1.387.429,51 | 5,73 | 108.740,71 | 11.725,99 |
| Abastecimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Extensão Rural | 90.000,00 | 63.696,00 | 1.491,00 | 58.674,35 | 0,23 | 5.021,65 | 4.435,00 | 58.674,35 | 0,24 | 5.021,65 | |
| Irrigação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU20 - Administração Geral | 655.000,00 | 766.730,01 | 144.940,15 | 766.709,09 | 3,07 | 20,92 | 148.396,15 | 766.709,09 | 3,17 | 20,92 | |
| FU20 - Demais Subfunções | 370.000,00 | 665.744,21 | 104.592,45 | 573.772,06 | 2,30 | 91.972,15 | 148.069,22 | 562.046,07 | 2,32 | 103.698,14 | 11.725,99 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Colonização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU21 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU21 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Produção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Mineração | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Propriedade Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normalização e Qualidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU22 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU22 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comercialização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio Exterior | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Financeiros | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Turismo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU23 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU23 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Telecomunicações | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU24 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU24 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Energia | 105.000,00 | 110.592,32 | 43.996,82 | 104.920,24 | 0,42 | 5.672,08 | 43.996,82 | 104.920,24 | 0,43 | 5.672,08 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 105.000,00 | 110.592,32 | 43.996,82 | 104.920,24 | 0,42 | 5.672,08 | 43.996,82 | 104.920,24 | 0,43 | 5.672,08 | |
| Energia Elétrica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Combustíveis Minerais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Biocombustíveis | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU25 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU25 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte | 1.047.000,00 | 2.511.451,00 | 840.763,64 | 2.352.683,06 | 9,42 | 158.767,94 | 124.958,33 | 1.632.683,06 | 6,75 | 878.767,94 | 720.000,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 1.047.000,00 | 2.511.451,00 | 840.763,64 | 2.352.683,06 | 9,42 | 158.767,94 | 124.958,33 | 1.632.683,06 | 6,75 | 878.767,94 | 720.000,00 |
| Transporte Ferroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Hidroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transportes Especiais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU26 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU26 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto e Lazer | 255.000,00 | 174.211,00 | 0,00 | 94.197,92 | 0,38 | 80.013,08 | 0,00 | 94.197,92 | 0,39 | 80.013,08 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto Comunitário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Lazer | 175.000,00 | 72.136,00 | | 72.122,92 | 0,29 | 13,08 | | 72.122,92 | 0,30 | 13,08 | |
| FU27 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU27 - Demais Subfunções | 80.000,00 | 102.075,00 | | 22.075,00 | 0,09 | 80.000,00 | | 22.075,00 | 0,09 | 80.000,00 | |
| Encargos Especiais | 245.900,00 | 287.624,26 | 32.621,59 | 287.621,59 | 1,15 | 2,67 | 50.429,84 | 287.621,59 | 1,19 | 2,67 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Interna | 20.000,00 | 2,00 | | | 0,00 | 2,00 | | | 0,00 | 2,00 | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Encargos Especiais | 225.900,00 | 287.622,26 | 32.621,59 | 287.621,59 | 1,15 | 0,67 | 50.429,84 | 287.621,59 | 1,19 | 0,67 | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU28 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Reserva de Contingência | 80.000,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 651.100,00 | 743.030,00 | 200.140,59 | 736.581,65 | 2,95 | 6.448,35 | 200.140,60 | 736.581,65 | 3,04 | 6.448,35 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 22.859.400,00 | 26.974.647,21 | 5.720.953,38 | 24.982.053,27 | 100,00 | 1.992.593,94 | 5.599.572,85 | 24.204.390,19 | 100,00 | 2.770.257,02 | 777.663,08 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/III b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/III d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 651.100,00 | 743.030,00 | 200.140,59 | 736.581,65 | 2,95 | 6.448,35 | 200.140,60 | 736.581,65 | 3,04 | 6.448,35 | 0,00 |
| Legislativa | 30.000,00 | 35.000,00 | 8.535,63 | 32.738,48 | 0,13 | 2.261,52 | 8.535,63 | 32.738,48 | 0,14 | 2.261,52 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 30.000,00 | 35.000,00 | 8.535,63 | 32.738,48 | 0,13 | 2.261,52 | 8.535,63 | 32.738,48 | 0,14 | 2.261,52 | |
| Controle Externo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU01 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU01 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU02 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU02 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Essencial à Justiça | 12.000,00 | 15.890,00 | 4.259,25 | 15.889,26 | 0,06 | 0,74 | 4.259,25 | 15.889,26 | 0,07 | 0,74 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 12.000,00 | 15.890,00 | 4.259,25 | 15.889,26 | 0,06 | 0,74 | 4.259,25 | 15.889,26 | 0,07 | 0,74 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/□ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/□ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU03 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU03 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração | 103.000,00 | 107.302,00 | 28.497,96 | 107.296,29 | 0,43 | 5,71 | 28.497,96 | 107.296,29 | 0,44 | 5,71 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU04 - Administração Geral | 82.000,00 | 81.399,00 | 21.509,58 | 81.397,25 | 0,33 | 1,75 | 21.509,58 | 81.397,25 | 0,34 | 1,75 | |
| Administração Financeira | 21.000,00 | 25.903,00 | 6.988,38 | 25.899,04 | 0,10 | 3,96 | 6.988,38 | 25.899,04 | 0,11 | 3,96 | |
| Controle Interno | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Tecnologia da Informação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ordenamento Territorial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Receitas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Concessões | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicação Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU04 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Naval | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Terrestre | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU05 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU05 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Civil | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Informação e Inteligência | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU06 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU06 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Cooperação Internacional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU07 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU07 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Social | 39.000,00 | 41.387,00 | 10.430,69 | 40.885,11 | 0,16 | 501,89 | 10.430,69 | 40.885,11 | 0,17 | 501,89 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Comunitária | 32.000,00 | 41.386,00 | 10.430,69 | 40.885,11 | 0,16 | 500,89 | 10.430,69 | 40.885,11 | 0,17 | 500,89 | |
| FU08 - Administração Geral | 7.000,00 | 1,00 | | | 0,00 | 1,00 | | | 0,00 | 1,00 | |
| FU08 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Social | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência do Regime Estatutário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Complementar | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Especial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU09 - Administração Geral | 100,00 | 100,00 | | | 0,00 | 100,00 | | | 0,00 | 100,00 | |
| FU09 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saúde | 194.000,00 | 228.399,00 | 63.633,67 | 228.369,21 | 0,91 | 29,79 | 63.633,67 | 228.369,21 | 0,94 | 29,79 | 0,00 |
| Atenção Básica | 95.000,00 | 122.525,00 | 31.913,91 | 122.518,50 | 0,49 | 6,50 | 31.913,91 | 122.518,50 | 0,51 | 6,50 | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 72.000,00 | 78.749,00 | 24.133,59 | 78.735,04 | 0,32 | 13,96 | 24.133,59 | 78.735,04 | 0,33 | 13,96 | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 10.000,00 | 15.870,00 | 4.384,38 | 15.862,25 | 0,06 | 7,75 | 4.384,38 | 15.862,25 | 0,07 | 7,75 | |
| Vigilância Sanitária | 8.000,00 | 3.552,00 | 1.192,48 | 3.551,06 | 0,01 | 0,94 | 1.192,48 | 3.551,06 | 0,01 | 0,94 | |
| Vigilância Epidemiológica | 5.000,00 | 4.402,00 | 1.148,22 | 4.401,54 | 0,02 | 0,46 | 1.148,22 | 4.401,54 | 0,02 | 0,46 | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU10 - Administração Geral | 4.000,00 | 3.301,00 | 861,09 | 3.300,82 | 0,01 | 0,18 | 861,09 | 3.300,82 | 0,01 | 0,18 | |
| FU10 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações de Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Empregabilidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU11 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU11 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação | 213.000,00 | 229.674,00 | 61.665,90 | 226.128,36 | 0,91 | 3.545,64 | 61.665,90 | 226.128,36 | 0,93 | 3.545,64 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 162.000,00 | 187.692,00 | 50.166,64 | 186.271,63 | 0,75 | 1.420,37 | 50.166,64 | 186.271,63 | 0,77 | 1.420,37 | |
| Ensino Médio | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Profissional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Superior | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Infantil | 49.000,00 | 39.982,00 | 11.499,26 | 39.856,73 | 0,16 | 125,27 | 11.499,26 | 39.856,73 | 0,16 | 125,27 | |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Especial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU12 - Administração Geral | 2.000,00 | 2.000,00 | | | 0,00 | 2.000,00 | | | 0,00 | 2.000,00 | |
| FU12 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Cultura | 5.000,00 | 6.331,00 | 752,10 | 6.330,36 | 0,03 | 0,64 | 752,10 | 6.330,36 | 0,03 | 0,64 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão Cultural | 5.000,00 | 6.331,00 | 752,10 | 6.330,36 | 0,03 | 0,64 | 752,10 | 6.330,36 | 0,03 | 0,64 | |
| FU13 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU13 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU14 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU14 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Urbanismo | 14.000,00 | 25.651,00 | 5.757,54 | 25.650,35 | 0,10 | 0,65 | 5.757,54 | 25.650,35 | 0,11 | 0,65 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Urbanos | 10.000,00 | 24.420,00 | 5.213,55 | 24.419,90 | 0,10 | 0,10 | 5.213,55 | 24.419,90 | 0,10 | 0,10 | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU15 - Administração Geral | 4.000,00 | 1.231,00 | 543,99 | 1.230,45 | 0,00 | 0,55 | 543,99 | 1.230,45 | 0,01 | 0,55 | |
| FU15 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação Urbana | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU16 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU16 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento | 2.000,00 | 1.943,00 | 543,99 | 1.942,90 | 0,01 | 0,10 | 543,99 | 1.942,90 | 0,01 | 0,10 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento Básico Urbano | 2.000,00 | 1.943,00 | 543,99 | 1.942,90 | 0,01 | 0,10 | 543,99 | 1.942,90 | 0,01 | 0,10 | |
| FU17 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU17 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Gestão Ambiental | 1.000,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Controle Ambiental | 1.000,00 | 1,00 | | | 0,00 | 1,00 | | | 0,00 | 1,00 | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Hídricos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Meteorologia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU18 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU18 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU19 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU19 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Agricultura | 20.000,00 | 33.471,00 | 9.860,22 | 33.470,54 | 0,13 | 0,46 | 9.860,23 | 33.470,54 | 0,14 | 0,46 | 0,00 |
| Abastecimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Extensão Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Irrigação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU20 - Administração Geral | 20.000,00 | 33.471,00 | 9.860,22 | 33.470,54 | 0,13 | 0,46 | 9.860,23 | 33.470,54 | 0,14 | 0,46 | |
| FU20 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Colonização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU21 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU21 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Produção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Mineração | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Propriedade Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normalização e Qualidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU22 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU22 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comercialização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio Exterior | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Financeiros | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Turismo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU23 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU23 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Telecomunicações | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU24 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU24 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Energia Elétrica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Combustíveis Minerais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Biocombustíveis | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU25 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU25 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte | 18.000,00 | 17.881,00 | 6.203,64 | 17.880,79 | 0,07 | 0,21 | 6.203,64 | 17.880,79 | 0,07 | 0,21 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 18.000,00 | 17.881,00 | 6.203,64 | 17.880,79 | 0,07 | 0,21 | 6.203,64 | 17.880,79 | 0,07 | 0,21 | |
| Transporte Ferroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Hidroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transportes Especiais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU26 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU26 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desporto Comunitário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Lazer | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU27 - Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU27 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Encargos Especiais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| FU28 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Reserva de Contingência | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Especificação | Evolução da Receita Corrente Líquida | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | | |
| **Especificação** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.864.012,54 | 2.055.209,93 | 2.137.302,59 | 1.896.067,19 | 1.704.638,29 | 2.120.302,67 | 2.786.711,17 | 2.276.276,27 | 2.811.240,30 | 2.406.391,40 | 2.213.272,04 | 3.452.728,81 | 27.724.153,20 | 25.747.905,98 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 91.055,44 | 80.285,70 | 106.670,95 | 82.339,45 | 87.463,84 | 95.118,67 | 128.149,93 | 140.067,97 | 453.023,76 | 132.937,03 | 143.708,53 | 179.797,40 | 1.720.618,67 | 1.165.000,00 |
| IPTU | 5.135,58 | 3.197,30 | 3.945,56 | 3.357,52 | 2.231,61 | 7.384,36 | 32.707,91 | 43.774,60 | 31.020,58 | 30.203,15 | 16.500,84 | 18.770,64 | 196.229,65 | 165.000,00 |
| ISS | 7.083,88 | 11.393,69 | 27.271,02 | 12.512,98 | 23.366,34 | 20.735,15 | 19.023,01 | 17.524,23 | 23.940,54 | 13.628,08 | 58.870,60 | 32.115,93 | 267.465,45 | 176.000,00 |
| ITBI | 1.591,01 | 1.042,60 | 3.850,00 | 3.500,00 | 835,20 | 4.897,48 | 1.300,00 | 3.140,00 | 327.801,91 | 16.633,43 | 2.800,00 | 17.477,30 | 384.858,93 | 72.000,00 |
| IRRF | 69.550,66 | 51.085,61 | 61.727,51 | 58.653,95 | 57.880,85 | 58.017,37 | 59.015,58 | 58.191,93 | 60.640,19 | 63.481,48 | 59.576,63 | 108.625,04 | 766.446,80 | 622.000,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 7.704,31 | 13.566,50 | 9.876,86 | 4.315,00 | 3.149,84 | 4.084,31 | 16.103,43 | 17.437,21 | 9.620,54 | 8.990,89 | 5.960,46 | 4.808,49 | 105.617,84 | 130.000,00 |
| Contribuições | 9.983,31 | 10.643,34 | 7.132,98 | 0,00 | 15.470,49 | 0,00 | 0,00 | 37.048,39 | 9.614,24 | 20.125,76 | 20.495,06 | 23.770,06 | 154.283,63 | 70.800,00 |
| Receita Patrimonial | 7.349,79 | 12.803,41 | 11.760,24 | 5.317,59 | 7.737,61 | 4.740,35 | 1.164,65 | 1.419,51 | 678,65 | 991,64 | 1.531,02 | 1.135,97 | 56.630,43 | 155.000,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 7.349,79 | 5.120,91 | 4.766,89 | 3.040,76 | 3.017,62 | 2.696,22 | 669,65 | 919,51 | 678,65 | 991,64 | 1.031,02 | 1.135,97 | 31.418,63 | 97.000,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 7.682,50 | 6.993,35 | 2.276,83 | 4.719,99 | 2.044,13 | 495,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 | 25.211,80 | 58.000,00 |
| Receita Agropecuária | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 14.402,04 | 10.526,41 | 7.015,84 | 20.184,67 | 16.858,01 | 16.074,40 | 17.533,24 | 11.930,64 | 13.590,16 | 16.458,36 | 19.791,19 | 17.707,43 | 182.072,39 | 80.000,00 |
| Transferências Correntes | 1.740.771,96 | 1.940.659,11 | 2.004.292,58 | 1.787.755,35 | 1.576.458,34 | 2.003.840,70 | 2.639.863,35 | 2.085.276,11 | 2.333.752,53 | 2.235.878,61 | 2.027.387,80 | 3.230.317,95 | 25.606.254,39 | 24.247.105,98 |
| Cota-Parte do FPM | 606.292,89 | 876.066,17 | 512.260,15 | 502.128,33 | 525.337,03 | 427.652,52 | 737.229,24 | 468.305,77 | 377.224,42 | 507.591,79 | 672.774,49 | 1.003.158,72 | 7.216.021,52 | 8.300.000,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 683.925,15 | 609.112,48 | 913.696,66 | 575.270,15 | 539.674,32 | 686.071,69 | 729.333,31 | 692.532,35 | 982.097,45 | 882.020,53 | 789.747,88 | 1.075.580,89 | 9.159.062,86 | 8.368.678,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 28.345,03 | 20.785,69 | 29.076,69 | 11.575,06 | 29.889,89 | 21.081,60 | 23.430,95 | 17.814,42 | 13.592,22 | 18.309,17 | 14.168,08 | 25.236,95 | 253.305,75 | 300.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | 26.903,37 | 5.117,67 | 0,00 | 0,00 | 86,00 | 670,84 | 29,40 | 0,00 | 9.337,03 | 196.799,03 | 75.871,49 | 51.003,47 | 365.818,50 | 300.000,00 |
| Transferências da LC nº 87/1996 | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 50.000,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Transferências do FUNDEB | 220.610,25 | 231.644,06 | 269.945,27 | 183.298,07 | 180.492,68 | 207.186,50 | 213.906,13 | 205.895,05 | 266.089,11 | 273.499,31 | 251.634,04 | 324.573,74 | 2.828.774,21 | 2.706.169,00 |
| Outras Transferências Correntes | 174.695,27 | 197.932,84 | 279.313,81 | 515.483,74 | 300.978,42 | 661.177,55 | 935.804,32 | 700.728,52 | 685.412,30 | 357.658,78 | 223.191,82 | 750.764,18 | 5.783.271,55 | 4.222.258,98 |
| Outras Receitas Correntes | 450,00 | 291,96 | 430,00 | 470,13 | 650,00 | 528,55 | 0,00 | 533,65 | 580,96 | 0,00 | 358,44 | 0,00 | 4.293,69 | 30.000,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 269.093,17 | 302.216,31 | 291.006,57 | 217.794,60 | 218.997,33 | 227.095,20 | 238.271,27 | 235.730,39 | 276.450,08 | 320.943,98 | 310.512,22 | 371.390,30 | 3.279.501,42 | 3.130.000,00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | | | | | | | | | | | | | | |
| Compensações Financ. entre Regimes Previdência | | | | | | | | | | | | | | |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 269.093,17 | 302.216,31 | 291.006,57 | 217.794,60 | 218.997,33 | 227.095,20 | 238.271,27 | 235.730,39 | 276.450,08 | 320.943,98 | 310.512,22 | 371.390,30 | 3.279.501,42 | 3.130.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 1.594.919,37 | 1.752.993,62 | 1.846.296,02 | 1.678.272,59 | 1.485.640,96 | 1.893.207,47 | 2.548.439,90 | 2.040.545,88 | 2.534.790,22 | 2.085.447,42 | 1.902.759,82 | 3.081.338,51 | 24.444.651,78 | 22.617.905,98 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art, 166-A, § 1º, da CF) (IV) | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) | 1.594.919,37 | 1.752.993,62 | 1.846.296,02 | 1.678.272,59 | 1.485.640,96 | 1.893.207,47 | 2.548.439,90 | 2.040.545,88 | 2.534.790,22 | 2.085.447,42 | 1.902.759,82 | 3.081.338,51 | 24.444.651,78 | 22.617.905,98 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) | 1.594.919,37 | 1.752.993,62 | 1.846.296,02 | 1.678.272,59 | 1.485.640,96 | 1.893.207,47 | 2.548.439,90 | 2.040.545,88 | 2.534.790,22 | 2.085.447,42 | 1.902.759,82 | 3.081.338,51 | 24.444.651,78 | 22.617.905,98 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.319.700,00 | 1.319.700,00 | 1.554.084,96 | 1.415.854,93 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 653.700,00 | 653.700,00 | 719.107,57 | 661.909,13 |
| Civil | 653.700,00 | 653.700,00 | 719.107,57 | 661.909,13 |
| Ativo | 653.700,00 | 653.700,00 | 719.107,57 | 661.909,13 |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 650.000,00 | 650.000,00 | 766.580,45 | 660.485,83 |
| Civil | 650.000,00 | 650.000,00 | 766.580,45 | 660.485,83 |
| Ativo | 650.000,00 | 650.000,00 | 766.580,45 | 660.485,83 |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita Patrimonial | 4.000,00 | 4.000,00 | 39.740,82 | 66.011,76 |
| Receitas Imobiliárias | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | 4.000,00 | 4.000,00 | 39.740,82 | 66.011,76 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 12.000,00 | 12.000,00 | 28.656,12 | 27.448,21 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 12.000,00 | 12.000,00 | 28.656,12 | 27.448,21 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II) | 1.319.700,00 | 1.319.700,00 | 1.554.084,96 | 1.415.854,93 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios - Civil | 820.000,00 | 820.000,00 | 685.660,37 | 768.250,38 | 685.660,37 | 768.250,38 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 500.000,00 | 500.000,00 | 495.381,75 | 419.369,34 | 495.381,75 | 419.369,34 | | |
| Pensões | 100.000,00 | 100.000,00 | 98.076,40 | 93.848,17 | 98.076,40 | 93.848,17 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 220.000,00 | 220.000,00 | 92.202,22 | 255.032,87 | 92.202,22 | 255.032,87 | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 2.000,00 | 2.000,00 | | | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V) | 822.000,00 | 822.000,00 | 685.660,37 | 768.250,38 | 685.660,37 | 768.250,38 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) | 497.700,00 | 497.700,00 | 868.424,59 | 647.604,55 | 868.424,59 | 647.604,55 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário** | - |
| VALOR | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Reserva Orçamentária do RPPS** | - |
| VALOR | 267.200,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS** | - |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | |
| Outros Aportes para o RPPS | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
| | 2020 | 2019 |
| **Bens e Direitos do RPPS** | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 300.388,86 |
| Investimentos e Aplicações | 18.703.010,46 | 16.542.478,94 |
| Outros Bens e Direitos | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | | | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X) | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor** | - |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | |
| Recursos para Formação de Reserva | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas da Administração - RPPS | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas da Administração - RPPS** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | | | | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas da Administração - RPPS | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas da Administração - RPPS** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 226.900,00 | 226.900,00 | 129.397,32 | 127.665,52 | 129.397,32 | 127.665,52 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 3.600,00 | 3.600,00 | 121,00 | 76,29 | 121,00 | 76,29 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | | | | | | | | |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias | Receita Orçamentária | |
|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 |
| | | RECEITAS REALIZADAS (a) |
| **Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias** | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 23.271.605,98 | 25.232.155,79 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.165.000,00 | 1.720.618,67 |
| IPTU | 165.000,00 | 196.229,65 |
| ISS | 176.000,00 | 267.465,45 |
| ITBI | 72.000,00 | 384.858,93 |
| IRRF | 622.000,00 | 766.446,80 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 130.000,00 | 105.617,84 |
| Contribuições | 724.500,00 | 873.391,20 |
| Receita Patrimonial | 155.000,00 | 96.371,25 |
| Aplicações Financeiras (II) | 97.000,00 | 71.159,45 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 58.000,00 | 25.211,80 |
| Transferências Correntes | 21.117.105,98 | 22.326.752,47 |
| Cota-Parte do FPM | 6.800.000,00 | 5.892.155,79 |
| Cota-Parte do ICMS | 6.868.678,00 | 7.327.250,51 |
| Cota-Parte do IPVA | 240.000,00 | 202.645,57 |
| Cota-Parte do ITR | 240.000,00 | 292.654,84 |
| Transferências da LC 87/1996 | 40.000,00 | |
| Transferências da LC nº 61/1989 | | |
| Transferências do FUNDEB | 2.706.169,00 | 2.828.774,21 |
| Outras Transferências Correntes | 4.222.258,98 | 5.783.271,55 |
| Demais Receitas Correntes | 110.000,00 | 215.022,20 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | | |
| Receitas Correntes Restantes | 110.000,00 | 215.022,20 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III) | 23.174.605,98 | 25.160.996,34 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 1.073.533,87 | 2.936.801,80 |
| Operações de Crédito (VI) | | |
| Amortização de Empréstimos (VII) | | |
| Alienação de Bens | 10.000,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | | |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | | |
| Outras Alienações de Bens | 10.000,00 | |
| Transferências de Capital | 1.063.533,87 | 2.936.801,80 |
| Convênios | 1.003.533,87 | 2.478.326,80 |
| Outras Transferências de Capital | 60.000,00 | 458.475,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | | |
| Outras Receitas de Capital Primárias | | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X) | 1.073.533,87 | 2.936.801,80 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI) | 24.248.139,85 | 28.097.798,14 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias | Despesa Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 | | | | | |
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| **Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 22.029.729,42 | 20.365.814,80 | 20.006.542,80 | 19.995.697,87 | 165.467,80 | 22.652,48 | 22.652,48 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 11.905.792,19 | 11.619.224,90 | 11.619.224,90 | 11.619.224,90 | 160.068,84 | 5.473,96 | 5.473,96 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 1,00 | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | 10.123.936,23 | 8.746.589,90 | 8.387.317,90 | 8.376.472,97 | 5.398,96 | 17.178,52 | 17.178,52 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 22.029.728,42 | 20.365.814,80 | 20.006.542,80 | 19.995.697,87 | 165.467,80 | 22.652,48 | 22.652,48 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 4.201.886,79 | 3.879.656,82 | 3.461.265,74 | 2.663.365,74 | 426.530,00 | 729.057,62 | 729.057,62 |
| Investimentos | 4.201.886,79 | 3.879.656,82 | 3.461.265,74 | 2.663.365,74 | 426.530,00 | 729.057,62 | 729.057,62 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | | | | | | | |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | | | | | | | |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | | | | | | | |
| Demais Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida (XX) | | | | | | | |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 4.201.886,79 | 3.879.656,82 | 3.461.265,74 | 2.663.365,74 | 426.530,00 | 729.057,62 | 729.057,62 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | | | | | | | |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII) | 26.231.615,21 | 24.245.471,62 | 23.467.808,54 | 22.659.063,61 | 591.997,80 | 751.710,10 | 751.710,10 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Primário - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)) | 4.095.026,63 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Primário | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Primário** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | -668.000,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Juros Nominais | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Juros Nominais** | - |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) | 71.159,45 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) | 4.166.186,08 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Nominal | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Nominal** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | -200.049,84 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal | Saldo | |
|---|---|---|
| | Em 31/12/2019 (a) | Até o Bimestre 2020 (b) |
| **Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal** | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | | |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 7.453.665,54 | 11.475.789,01 |
| Disponibilidade de Caixa | 7.453.665,54 | 11.475.789,01 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 8.047.094,97 | 11.475.789,01 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 593.429,43 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | -7.453.665,54 | -11.475.789,01 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | 4.022.123,47 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Ajuste Metodológico | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Ajuste Metodológico** | - |
| VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 0,00 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) | |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 4.022.123,47 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

| Resultado Primário - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) | 3.357.534,59 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Informações Adicionais | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Informações Adicionais** | - |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2.246.707,36 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 2.246.707,36 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a+ b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | Saldo Total L = (e + k) |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 0,00 | 591.997,80 | 591.997,80 | 0,00 | 0,00 | 92.245,11 | 762.477,31 | 751.710,10 | 751.710,10 | 66.177,25 | 36.835,07 | 36.835,07 |
| PODER EXECUTIVO | | 591.997,80 | 591.997,80 | | | 92.245,11 | 762.477,31 | 751.710,10 | 751.710,10 | 66.177,25 | 36.835,07 | 36.835,07 |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | | | | | | | | | | | | |
| Tribunal de Contas do Município | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | 1.431,63 | 1.431,63 | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 0,00 | 593.429,43 | 593.429,43 | 0,00 | 0,00 | 92.245,11 | 762.477,31 | 751.710,10 | 751.710,10 | 66.177,25 | 36.835,07 | 36.835,07 |

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão - Intra | Poder/Órgão - Intra | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão Intra | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | Saldo Total L = (e + k) |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0,00 | 1.431,63 | 1.431,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PODER EXECUTIVO | | 1.431,63 | 1.431,63 | | | | | | | | | |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | | | | | | | | | | | | |
| Tribunal de Contas do Município | | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Receitas | Receitas de Operações de Crédito | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I) | | | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Despesas | Despesas de Capital | | |
|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e) |
| **Despesas** | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 4.201.887,79 | 3.879.656,82 | 322.230,97 |
| Investimentos | 4.201.886,79 | 3.879.656,82 | 322.229,97 |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | 1,00 | | 1,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte | | | |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras | | | |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 4.201.887,79 | 3.879.656,82 | 322.230,97 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Resultado para Apuração da Regra de Ouro | Resultado para Apuração da Regra de Ouro | | |
|---|---|---|---|
| | (d - a) | (e - b) | (f - c) |
| **Resultado para Apuração da Regra de Ouro** | - | - | - |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I) | 4.201.887,79 | 3.879.656,82 | 322.230,97 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | 16.842.867,80 | | 16.842.867,80 | 31.038.329,51 |
| 2020 | 2.655.356,94 | 474.236,77 | 2.181.120,17 | 33.219.449,68 |
| 2021 | 2.784.854,95 | 515.136,53 | 2.269.718,42 | 35.489.168,10 |
| 2022 | 2.904.091,19 | 638.385,62 | 2.265.705,57 | 37.754.873,67 |
| 2023 | 3.024.204,48 | 721.836,94 | 2.302.367,54 | 40.057.241,21 |
| 2024 | 3.156.952,76 | 771.279,45 | 2.385.673,31 | 42.442.914,52 |
| 2025 | 3.390.712,63 | 823.996,96 | 2.566.715,67 | 45.009.630,19 |
| 2026 | 3.496.314,94 | 1.052.834,32 | 2.443.480,62 | 47.453.110,81 |
| 2027 | 3.633.106,43 | 1.112.522,70 | 2.520.583,73 | 49.973.694,54 |
| 2028 | 3.772.564,05 | 1.175.722,05 | 2.596.842,00 | 52.570.536,54 |
| 2029 | 3.878.856,02 | 1.323.820,71 | 2.555.035,31 | 55.125.571,85 |
| 2030 | 4.088.311,02 | 1.422.447,11 | 2.665.863,91 | 57.791.435,76 |
| 2031 | 4.161.803,22 | 1.723.282,41 | 2.438.520,81 | 60.229.956,57 |
| 2032 | 4.264.471,51 | 1.944.531,03 | 2.319.940,48 | 62.549.897,05 |
| 2033 | 4.337.856,20 | 2.196.264,43 | 2.141.591,77 | 64.691.488,82 |
| 2034 | 4.265.811,04 | 2.697.593,41 | 1.568.217,63 | 66.259.706,45 |
| 2035 | 4.619.604,26 | 2.935.795,80 | 1.683.808,46 | 67.943.514,91 |
| 2036 | 4.632.888,96 | 3.222.309,94 | 1.410.579,02 | 69.354.093,93 |
| 2037 | 4.681.213,04 | 3.322.526,97 | 1.358.686,07 | 70.712.780,00 |
| 2038 | 4.682.051,39 | 3.738.114,20 | 943.937,19 | 71.656.717,19 |
| 2039 | 4.603.370,11 | 4.300.922,93 | 302.447,18 | 71.959.164,37 |
| 2040 | 4.492.674,76 | 4.594.420,51 | -101.745,75 | 71.857.418,62 |
| 2041 | 4.397.143,57 | 4.693.190,79 | -296.047,22 | 71.561.371,40 |
| 2042 | 4.290.143,29 | 4.834.050,24 | -543.906,95 | 71.017.464,45 |
| 2043 | 4.169.014,49 | 4.988.223,80 | -819.209,31 | 70.198.255,14 |
| 2044 | 4.021.386,61 | 5.046.459,21 | -1.025.072,60 | 69.173.182,54 |
| 2045 | 3.824.456,24 | 5.112.601,57 | -1.288.145,33 | 67.885.037,21 |
| 2046 | 3.714.503,19 | 4.945.652,51 | -1.231.149,32 | 66.653.887,89 |
| 2047 | 3.626.902,36 | 5.359.283,70 | -1.732.381,34 | 64.921.506,55 |
| 2048 | 3.527.875,51 | 5.053.355,79 | -1.525.480,28 | 63.396.026,27 |
| 2049 | 3.440.778,76 | 4.707.774,02 | -1.266.995,26 | 62.129.031,01 |
| 2050 | 2.872.091,21 | 4.327.970,52 | -1.455.879,31 | 60.673.151,70 |
| 2051 | 2.786.957,59 | 3.909.760,44 | -1.122.802,85 | 59.550.348,85 |
| 2052 | 2.721.356,97 | 3.471.184,57 | -749.827,60 | 58.800.521,25 |
| 2053 | 2.677.629,23 | 3.021.424,80 | -343.795,57 | 58.456.725,68 |
| 2054 | 2.657.712,41 | 2.570.989,92 | 86.722,49 | 58.543.448,17 |
| 2055 | 2.603.226,81 | 2.131.711,86 | 471.514,95 | 59.014.963,12 |
| 2056 | 2.630.904,73 | 1.716.182,93 | 914.721,80 | 59.929.684,92 |
| 2057 | 2.684.598,90 | 1.338.867,24 | 1.345.731,66 | 61.275.416,58 |
| 2058 | 2.763.593,35 | 1.013.945,16 | 1.749.648,19 | 63.025.064,77 |
| 2059 | 2.866.297,70 | 753.880,71 | 2.112.416,99 | 65.137.481,76 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2060 | 2.990.296,58 | 565.497,01 | 2.424.799,57 | 67.562.281,33 |
| 2061 | 3.132.632,31 | 445.436,02 | 2.687.196,29 | 70.249.477,62 |
| 2062 | 3.290.370,73 | 376.020,81 | 2.914.349,92 | 73.163.827,54 |
| 2063 | 3.461.443,07 | 333.126,99 | 3.128.316,08 | 76.292.143,62 |
| 2064 | 3.645.075,23 | 298.800,66 | 3.346.274,57 | 79.638.418,19 |
| 2065 | 3.841.501,55 | 267.459,37 | 3.574.042,18 | 83.212.460,37 |
| 2066 | 4.051.297,82 | 239.413,53 | 3.811.884,29 | 87.024.344,66 |
| 2067 | 4.275.055,43 | 214.062,67 | 4.060.992,76 | 91.085.337,42 |
| 2068 | 4.513.435,70 | 211.513,62 | 4.301.922,08 | 95.387.259,50 |
| 2069 | 4.765.958,53 | 208.993,86 | 4.556.964,67 | 99.944.224,17 |
| 2070 | 5.033.452,36 | 206.493,62 | 4.826.958,74 | 104.771.182,91 |
| 2071 | 5.316.794,83 | 204.773,66 | 5.112.021,17 | 109.883.204,08 |
| 2072 | 5.616.870,48 | 203.056,17 | 5.413.814,31 | 115.297.018,39 |
| 2073 | 5.934.661,38 | 201.327,64 | 5.733.333,74 | 121.030.352,13 |
| 2074 | 6.271.208,07 | 199.569,37 | 6.071.638,70 | 127.101.990,83 |
| 2075 | 6.627.613,26 | 197.758,02 | 6.429.855,24 | 133.531.846,07 |
| 2076 | 7.005.045,76 | 196.512,51 | 6.808.533,25 | 140.340.379,32 |
| 2077 | 7.404.706,66 | 195.198,49 | 7.209.508,17 | 147.549.887,49 |
| 2078 | 7.827.904,79 | 193.793,24 | 7.634.111,55 | 155.183.999,04 |
| 2079 | 8.276.027,14 | 192.285,15 | 8.083.741,99 | 163.267.741,03 |
| 2080 | 8.750.542,80 | 190.666,12 | 8.559.876,68 | 171.827.617,71 |
| 2081 | 9.253.007,56 | 189.530,41 | 9.063.477,15 | 180.891.094,86 |
| 2082 | 9.785.033,67 | 188.315,97 | 9.596.717,70 | 190.487.812,56 |
| 2083 | 10.348.360,99 | 187.015,03 | 10.161.345,96 | 200.649.158,52 |
| 2084 | 10.944.832,00 | 185.618,70 | 10.759.213,30 | 211.408.371,82 |
| 2085 | 11.576.397,82 | 184.119,45 | 11.392.278,37 | 222.800.650,19 |
| 2086 | 12.245.124,56 | 183.067,56 | 12.062.057,00 | 234.862.707,19 |
| 2087 | 12.953.167,31 | 181.942,62 | 12.771.224,69 | 247.633.931,88 |
| 2088 | 13.702.838,20 | 180.737,43 | 13.522.100,77 | 261.156.032,65 |
| 2089 | 14.496.585,51 | 179.443,71 | 14.317.141,80 | 275.473.174,45 |
| 2090 | 15.337.001,74 | 178.054,44 | 15.158.947,30 | 290.632.121,75 |
| 2091 | 16.226.831,94 | 177.079,52 | 16.049.752,42 | 306.681.874,17 |
| 2092 | 17.168.952,41 | 176.036,79 | 16.992.915,62 | 323.674.789,79 |
| 2093 | 18.166.436,56 | 174.919,54 | 17.991.517,02 | 341.666.306,81 |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |

Documento gerado em 27/01/2021 15:30:03

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Receitas | Execução da Receita | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | 10.000,00 | | 10.000,00 |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | | | |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Despesas | Execução da Despesa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (f) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g) | SALDO (h) = (d-e) |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral da Previdência Social | | | | | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Saldo Financeiro a Aplicar | Saldo Financeiro a Aplicar | | |
|---|---|---|---|
| | 2019 (i) | 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg)) | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
| **Saldo Financeiro a Aplicar** | - | - | - |
| VALOR (**III**) | | | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Impactos das Contratações de PPP | Especificação de PPP | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | REGISTROS EFETUADOS EM 2020 | |
| | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| **Impactos das Contratações de PPP** | - | - | - |
| TOTAL DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| TOTAL DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| Provisões de PPP | | | |
| Outros Passivos | | | |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Contratuais | | | |
| Riscos não Provisionados | | | |
| Garantias Concedidas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Total das Despesas de PPP | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |
| **Total das Despesas de PPP** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II) | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV) | 23.135.680,01 | 24.444.651,28 | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV) | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Balanço Orçamentário | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Balanço Orçamentário** | - |
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 23.126.600,00 |
| Previsão Atualizada | 23.126.600,00 |
| Receitas Realizadas | 28.935.538,04 |
| Déficit Orçamentário | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 2.246.707,36 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 23.126.600,00 |
| Dotação Atualizada | 27.241.847,21 |
| Despesas Empenhadas | 24.982.053,27 |
| Despesas Liquidadas | 24.204.390,19 |
| Despesas Pagas | 23.395.645,27 |
| Superávit Orçamentário | 4.731.147,85 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas por Função/Subfunção | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Despesas por Função/Subfunção** | - |
| Despesas Empenhadas | 24.982.053,27 |
| Despesas Liquidadas | 24.204.390,19 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita Corrente Líquida - RCL | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receita Corrente Líquida - RCL** | - |
| Receita Corrente Líquida | 24.444.651,78 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 24.444.651,78 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores** | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 1.554.084,96 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 685.660,37 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 685.660,37 |
| Resultado Previdenciário | 868.424,59 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Resultados Primário e Nominal | Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário | | |
|---|---|---|---|
| | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| **Resultados Primário e Nominal** | - | - | - |
| Resultado Primário - Acima da Linha | -688.000,00 | 4.095.026,63 | 595,20 |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | -200.049,84 | 4.166.186,08 | 2.082,57 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| **Restos a Pagar por Poder e Ministério Público** | - | - | - | - |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 593.429,43 | 0,00 | 593.429,43 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| Poder Executivo | 593.429,43 | | 593.429,43 | |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 854.722,42 | 66.177,25 | 751.710,10 | 36.835,07 |
| Poder Executivo | 854.722,42 | 66.177,25 | 751.710,10 | 36.835,07 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| TOTAL | 1.448.151,85 | 66.177,25 | 1.345.139,53 | 36.835,07 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | Apuração das Despesas com Ensino | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** | - | - | - |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 4.826.251,93 | 25,00 | 25,93 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio | | | |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | 1.819.944,40 | 60,00 | 64,28 |
| Complementação da União ao FUNDEB | | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo Não Realizado |
| **Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital** | - | - |
| Receitas de Operações de Crédito | | |
| Despesa de Capital Líquida | 3.879.656,82 | 322.230,97 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Exercício de Apuração | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| **Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência** | - | - | - | - |
| Plano Previdenciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | 2.655.356,94 | 4.088.311,02 | 4.492.674,76 | 3.841.501,55 |
| Despesas Previdenciárias | 474.236,77 | 1.422.447,11 | 4.594.420,51 | 267.459,37 |
| Resultado Previdenciário | 2.181.120,17 | 2.665.863,91 | -101.745,75 | 3.574.042,18 |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo a Realizar |
| **Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos** | - | - |
| Receitas da Alienação de Ativos | | |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | Apuração das Despesas com Saúde | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde** | - | - | - |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos | 3.497.667,80 | 15,00 | 19,42 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício Corrente |
| **Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP** | - |
| Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE RATIFICAÇAO DE ADESAO DE ATA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2021

O Processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, que tem como objeto, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECIMENTO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, aceitos por parte da Prefeitura e pela empresa fornecedora DIAG-X DIGITAL DIAGNOSTICO RADIOLÓGICOS LTDA, CNPJ 22.545.782/0001-87. O valor total dos serviços a serem aderido é de R$ 207.855,00 (duzentos e sete mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

CONQUISTA D'OESTE-MT, 27 de janeiro de 2021.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2021

O Processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, que tem como objeto, CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FONOAUDIOLOGIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSULTAS E SESSÕES AOS PACIENTES DO MUNICIPIO, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, aceitos por parte da PREFEITURA e pela empresa fornecedora UNICLIN CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LTDA, CNPJ 36. 753.918/0001-59. O valor total a ser aderido é de R$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

Conquista D'Oeste, 27 de janeiro de 2021

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

# CONTABILIDADE
# RGF 2. SEMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

| Despesa com Pessoal | Despesa Executada com Pessoal | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| **Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 793.681,77 | 1.028.047,57 | 891.917,42 | 1.042.807,04 | 937.423,45 | 1.244.631,40 | 853.864,23 | 1.089.037,43 | 971.294,44 | 1.029.891,95 | 922.616,36 | 1.653.491,89 | 12.458.704,95 | 6.400,00 |
| Pessoal Ativo | 791.696,77 | 917.778,66 | 885.983,72 | 942.799,70 | 932.645,95 | 1.092.109,25 | 845.829,73 | 950.204,92 | 968.415,94 | 925.456,95 | 917.699,16 | 1.504.232,03 | 11.674.852,78 | 0,00 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 714.606,20 | 838.645,74 | 801.212,99 | 858.038,12 | 846.429,37 | 1.039.141,95 | 767.254,49 | 851.877,48 | 861.795,70 | 817.092,44 | 812.282,98 | 1.304.096,19 | 10.512.475,65 | |
| Obrigações Patronais | 77.088,57 | 79.132,92 | 84.770,73 | 84.761,58 | 86.216,58 | 52.967,30 | 78.575,24 | 98.327,44 | 106.620,24 | 108.364,51 | 105.416,18 | 200.135,84 | 1.162.377,13 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 101.049,21 | 0,00 | 93.274,44 | 0,00 | 135.561,95 | 0,00 | 121.650,91 | 0,00 | 94.235,00 | 0,00 | 139.888,86 | 685.660,37 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | 67.400,26 | | 73.290,83 | | 79.145,40 | | 79.145,40 | | 79.145,40 | | 117.254,46 | 495.381,75 | |
| Pensões | | 15.083,60 | | 15.089,60 | | 15.089,60 | | 15.089,60 | | 15.089,60 | | 22.634,40 | 98.076,40 | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | 18.565,35 | | 4.894,01 | | 41.326,95 | | 27.415,91 | | | | | 92.202,22 | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 1.985,00 | 9.219,70 | 5.933,70 | 6.732,90 | 4.777,50 | 16.960,20 | 8.034,50 | 17.181,60 | 2.878,50 | 10.200,00 | 4.917,20 | 9.371,00 | 98.191,80 | 6.400,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 0,00 | 101.049,21 | 0,00 | 93.274,44 | 0,00 | 135.561,95 | 0,00 | 121.650,91 | 0,00 | 94.235,00 | 0,00 | 139.888,86 | 685.660,37 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | 101.049,21 | | 93.274,44 | | 135.561,95 | | 121.650,91 | | 94.235,00 | | 139.888,86 | 685.660,37 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 793.681,77 | 926.998,36 | 891.917,42 | 949.532,60 | 937.423,45 | 1.109.069,45 | 853.864,23 | 967.386,52 | 971.294,44 | 935.656,95 | 922.616,36 | 1.513.603,03 | 11.773.044,58 | 6.400,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | |
|---|---|---|
| | Valor | % sobre a RCL Ajustada |
| **DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 24.444.651,28 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 24.444.651,28 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 11.779.444,58 | 48,19 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 13.200.111,69 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 12.540.106,11 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 11.880.100,52 | 48,60 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | |
| | No Quadrimestre/Semestre | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b-a) | Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c) | Limite (e) = (b-d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f-a) | Limite (h) = (a) | % DTP (i) |
| **Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal** | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida | Cálculo da Dívida Consolidada Líquida | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Dívida Consolidada** | - | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 7.453.665,54 | 9.561.170,48 | 11.475.789,01 |
| Disponibilidade de Caixa | 7.453.665,54 | 9.561.170,48 | 11.475.789,01 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 8.047.094,97 | 9.561.170,48 | 11.475.789,01 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 593.429,43 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -7.453.665,54 | -9.561.170,48 | -11.475.789,01 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 23.091.627,80 | 23.822.649,64 | 24.444.651,28 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 23.091.627,80 | 23.822.649,64 | 24.444.651,28 |
| % da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI) | -32,28 | -40,13 | -46,95 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outros Valores Não Integrantes da DC** | - | - | - |
| Precatórios Anteriores a 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 14.195.461,71 | 14.195.461,71 | 14.195,71 |
| Insuficiência Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos e Consignações Sem Contrapartida | 56.354,41 | 90.410,50 | 28.273,36 |
| RP Não-Processados | 854.722,42 | 103.826,92 | 36.835,07 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Apropriação de Depósitos Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 2º semestre** |

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | **-** |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | | Exercício do Terceiro Período Seguinte | | |
| | Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | | Terceiro Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DCL (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c) | Limite (e) = (b - d) | % DCL (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | Limite (h) = (e) | % DCL (i) | Redutor Residual (j) = (i - a) | Limite (k) = (a) | % DCL (j) |
| Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Percentuais | | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| AOS ESTADOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 23.091.627,80 | 23.822.649,64 | 24.444.651,28 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas IndividuaiS (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII) | 23.091.627,80 | 23.822.649,64 | 24.444.651,28 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| DOS ESTADOS (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DOS MUNICÍPIOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII) | | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Apuração do Cumprimento dos Limites | Apuração do Cumprimento dos Limites | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Apuração do Cumprimento dos Limites** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 24.444.651,28 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 24.444.651,28 | |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 3.911.144,20 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 3.520.029,78 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 1.711.125,59 | 7,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada** | - | - |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | | |
| Contribuições Previdenciárias | | |
| FGTS | | |
| Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas | | |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Disponibilidade de Caixa | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
| | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 3.263.198,53 | 0,00 | 0,00 | 8.703,29 | 28.273,36 | 0,00 | 3.226.221,88 | 593.863,51 | 0,00 | 2.632.358,37 |
| Recursos Ordinários | 3.263.198,53 | 0,00 | 0,00 | 8.703,29 | 28.273,36 | 0,00 | 3.226.221,88 | 593.863,51 | 0,00 | 2.632.358,37 |
| Outros Recursos não Vinculados | 0,00 | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 26.915.600,94 | 0,00 | 797.900,00 | 28.131,78 | 0,00 | 0,00 | 26.089.569,16 | 183.799,57 | 0,00 | 25.905.769,59 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 665.102,38 | | 214.000,00 | | | | 451.102,38 | | | 451.102,38 |
| Transferências do FUNDEB | 699.533,77 | | 583.900,00 | | | | 115.633,77 | | | 115.633,77 |
| Outros Recursos Vinculados à Educação | 241.640,29 | | | 28.131,78 | | | 213.508,51 | 2.147,01 | | 211.361,50 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 753.734,31 | | | | | | 753.734,31 | 13.040,90 | | 740.693,41 |
| Outros Recursos Vinculados à Saúde | 1.661.098,33 | | | | | | 1.661.098,33 | | | 1.661.098,33 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 301.310,02 | | | | | | 301.310,02 | | | 301.310,02 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário | 18.703.010,46 | | | | | | 18.703.010,46 | | | 18.703.010,46 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro | | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde) | | | | | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | 7.774,96 | | | | | | 7.774,96 | | | 7.774,96 |
| Outros Recursos Vinculados | 3.882.396,42 | | | | | | 3.882.396,42 | 168.611,66 | | 3.713.784,76 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 30.178.799,47 | 0,00 | 797.900,00 | 36.835,07 | 28.273,36 | 0,00 | 29.315.791,04 | 777.663,08 | 0,00 | 28.538.127,96 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Receita Corrente Líquida | Valor Até o Semestre |
|---|---|
| | Valor Até o Semestre |
| **Receita Corrente Líquida** | - |
| Receita Corrente Líquida | 24.444.651,28 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 24.444.651,28 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 24.444.651,28 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Despesa com Pessoal | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Despesa com Pessoal** | - | - |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 11.779.444,58 | 48,19 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> | 13.200.111,69 | 54,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> | 12.540.106,11 | 51,30 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 11.880.100,52 | 48,60 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Dívida Consolidada | Comparativo do Saldo da Dívida | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Dívida Consolidada** | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | -11.475.789,01 | -46,87 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Garantias de Valores | Comparativo do Saldo de Garantia | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Garantias de Valores** | - | - |
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Operações de Crédito Internas e Externas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 3.917.502,74 | 16,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 1.713.907,45 | 7,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Restos a Pagar | Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa | |
|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| **Restos a Pagar** | - | - |
| Valor Total | 777.663,08 | 28.538.127,96 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |
| Assinatura: 6 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

**SEC. GOVERNO**
**LEI N.º 1.132/2021**

Regulamenta o procedimento a ser adotado pelos Poderes da Administração Pública, direta e indireta, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, na realização do Processo Seletivo Simplificado e nas Contratações Temporárias, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º A presente Lei regulamenta o procedimento a ser adotado e as providências necessárias para a realização do Processo Seletivo Simplificado pela Administração Pública, direta e indireta, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, para a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal.

§ 1.º Para a realização do Processo Seletivo Simplificado autorizado pela Lei Municipal que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, no âmbito do Município de Cotriguaçu-MT, e suas alterações posteriores, deverá ser observado às disposições da presente Lei.

§ 2.º O Processo Seletivo Simplificado será identificado pela expressão “PSS”.

Art. 2.º Para efeitos da presente Lei, entende-se como:

I - Imprensa Oficial:

a) Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM; ou,

b) qualquer outra, adotada legalmente pelo Município, por Decreto do Executivo.

II – Autoridade Competente:

a) o Prefeito Municipal, quando o PSS a ser realizado e para o Poder Executivo Municipal; e,

b) o Presidente da Câmara, quando o PSS a ser realizado e para o Poder Legislativo Municipal.

III - Poder realizador do PSS, respectivamente:

a) Poder Executivo, para as contratações temporárias pertinentes aos Quadros de Pessoal do Executivo Municipal de Cotriguaçu-MT; e,

b) Poder Legislativo, para as contratações temporárias pertinentes ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Cotriguaçu-MT.

IV – Responsável superior pelo Setor de Recursos Humanos:

a) no Poder Executivo, o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; e;

b) no Poder Legislativo, o servidor equivalente.

V - Responsável pelo Setor Contábil: o servidor com competência e atribuições para assinar como contador do Poder realizador do PSS.

CAPÍTULO II

DA ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Art. 3.º O PSS iniciar-se-á com a publicação da Portaria da Autoridade Competente, autorizando a abertura do procedimento e designando a Comissão Especial do Processo Seletivo e seu respectivo Presidente, determinando desde já a elaboração e a publicação do Edital pela comissão.

Parágrafo Único. A publicação da Portaria far-se-á na Imprensa Oficial.

Art. 4.º O PSS poderá ser realizado individual ou conjuntamente pelos Poderes Municipais.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO ESPECIAL

Art. 5.º As Autoridades Competentes, para cada PSS a ser realizado, designarão por Portaria, os integrantes que comporão a Comissão Especial, cujos membros atuarão conjuntamente quando o PSS for conjunto, sob a presidência do indicado pelo Poder Executivo, sendo que neste caso deverá estar expresso nas Portarias que o procedimento será realizado de forma conjunta.

§ 1.º A Portaria que trata este artigo deverá ser publicada no local de costume de cada Poder.

§ 2.º A Comissão Especial designada será responsável pela realização do PSS de cada Poder, salvo quando conjunta.

Art. 6.º A Comissão Especial do PSS será composta por 03 (três) membros, sendo:

I – 01 (um) servidor indicado pelas Entidades de Classe dos servidores públicos municipais;

II - 01 (um) servidor municipal efetivo e estável no serviço público, pertencente ao Quadro de Pessoal do respectivo Poder realizador; e,

III - 01 (um) servidor municipal investido no cargo de responsável superior pelo Setor de Recursos Humanos de cada Poder ou por servidor indicado por esse, porém lotado no Setor.

§ 1.º A função de Presidente da Comissão Especial será desempenhada pelo servidor investido no cargo de responsável superior pelo Setor de Recursos Humanos de cada Poder.

§ 2.º Quando da necessidade da realização do PSS, a Autoridade Competente oficiará as Entidades de Classe dos servidores públicos municipais para fins de fazer a indicação dos membros que comporão a Comissão Especial, sendo 1 (um) titular e 01 (um) suplente, na sua totalidade.

§ 3.º A designação dos membros da Comissão Especial recairá, preferencialmente, em servidores municipais que possuem habilitação superior ou que se encontram cursando e devidamente matriculados em curso de formação superior;

§ 4.º O secretário da comissão será escolhido e designado em ata pelo presidente.

§ 5.º No caso do Poder Legislativo, quando da insuficiência de servidores para cumprimento das exigências dispostas no *caput*, do presente artigo, deverá solicitar ao Chefe do Poder Executivo a indicação de servidores para integrar a comissão, observadas para tanto as citadas exigências.

§ 6.º A atividades da comissão serão exercidas com independência e imparcialidade podendo para tanto na elaboração do Edital, na avaliação das provas e na apreciação de eventuais impugnações recursos, buscar auxílio e suporte técnico junto a Assessoria Jurídica Municipal ou Procuradoria Geral do Município, conforme o caso, a Controladoria Interna Municipal, perante qualquer servidor da Administração Municipal, bem como de profissional estranho ao serviço público, caso necessário.

§ 7.º A Comissão Especial, de forma autônoma e soberana, coordenará as atividades específicas do Processo Seletivo Simplificado referente à sua realização, elaboração do edital e das provas, avaliação das provas, dos títulos e dos *curriculum vitae* dos candidatos, realização das entrevistas quando exigidas no edital, e, apreciação e deliberação das eventuais impugnações e recursos interpostos.

§ 8.º Se necessário, a comissão solicitará as Autoridades Competentes de cada Poder a designação de servidores públicos para auxiliar nas atividades específicas do PSS, bem como para figurar como fiscais nos dias da realização e aplicação das provas.

§ 9.º No caso de ser contratada empresa especializada para a realização do Processo Seletivo Simplificado no Município, a Comissão Especial atuará como Órgão Fiscalizador em todas as fases do procedimento de recrutamento, e deverá além de fiscalizar todos os atos do Processo aprovar todos os documentos passíveis de publicação, seja no Diário Oficial seja no Quadro de Avisos, utilizados de praxe pelo Poder Realizador.

CAPÍTULO IV

DOS AUTOS DO PSS

Art. 7.º Os autos do PSS será autuado e registrado com a expressão “Processo n.º”, com as seguintes identificações, separadas por barra:

I – iniciais “PSS”;

II - número de ordem em série anual do Poder realizador, seguindo ordem diferenciada quando conjunto;

III – Sigla do Poder ou dos Poderes realizadores, separados por hífen.

IV - ano da sua abertura, precedido, sem separador, da expressão “COTRIGUAÇU”.

Parágrafo Único. Quando o PSS for conjunto será autuado e registrado com a expressão “Processo Conjunto n.º”.

Art. 8.º Inicialmente, por ocasião da autuação e registro do Processo Seletivo Simplificado, deverão ser juntados os seguintes documentos:

I – cópia da Portaria que autorizou a abertura do PSS, designou a Comissão Especial e o respectivo presidente;

II – certidão de publicação da Portaria citada no inciso anterior.

III - justificativa da necessidade da contratação e da realização do Processo Seletivo Simplificado, firmada pelo responsável superior do Setor de Recursos Humanos do respectivo Poder realizador;

IV - Termo de Ratificação do Chefe do Poder quanto à justificativa da necessidade da contratação e da realização do Processo Seletivo Simplificado;

V - cópia da Lei Municipal que dispõe sobre a contratação temporária;

VI - cópia da Lei Municipal que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado;

VII - demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a despesa entrará em vigor, bem como nos 02 (dois) exercícios subsequentes, conforme ANEXO, do Manual de Orientações para Remessa de Documentos, em vigor no TCE-MT, firmado pelo Chefe

do Poder em conjunto com o responsável do Setor Contábil do respectivo Poder realizador;

VIII - declaração do Chefe do Poder respectivo quanto à adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO;

IX - declaração firmada pelo Chefe do Poder em conjunto com o responsável pelo Setor de Recursos Humanos sobre a existência ou não de candidatos remanescentes de concursos anteriores, em validade, bem como sobre a existência ou não de servidores em disponibilidade para a função objeto da contratação;

X - demonstrativo analítico do lotacionograma atualizado, demonstrando somente as vagas a serem preenchidas pelo Processo Seletivo Simplificado, com informação do número de vagas criadas em lei, número de vagas ocupadas e disponíveis, conforme ANEXO, do **Manual de Orientações Para Remessa de Documentos, em vigor no TCE-MT**, firmado pelo Chefe do Poder em conjunto com o responsável pelo Setor de Recursos Humanos.

§ 1.º. Na justificativa que trata o inciso III, deste artigo, deverá ser indicada a necessidade das contratações, exposto detalhadamente os cargos, empregos ou funções e o, respectivo, número de vagas que necessitam ser providas, bem como informado, expressamente, a ocorrência ou não das hipóteses fáticas previstas na Lei Municipal que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal**.**

§ 2.º Antes de ratificar a justificativa da necessidade da contratação e da realização do Processo Seletivo Simplificado, o Chefe do Poder respectivo poderá requisitar informações e documentos de qualquer servidor lotado nos órgãos da Administração Pública, com o fim de firmar o seu posicionamento quanto à autorização de abertura ou não do PSS.

CAPÍTULO V

DO EDITAL DO PSS

Art. 9.º O Edital do PSS será elaborado e publicado resumidamente na Imprensa Oficial com a expressão “Edital n.º”, com as seguintes identificações, separadas por barra:

I – iniciais “PSS”;

II - número de ordem em série anual do Poder realizador, seguindo ordem diferenciada quando conjunto;

III – Sigla do Poder ou dos Poderes realizadores, separados por hífen.

IV - ano da sua abertura, precedido, sem separador, da expressão “COTRIGUAÇU”.

Parágrafo Único. Quando o PSS for conjunto o Edital será elaborado e publicado com a expressão “Edital Conjunto n.º”

Art. 10. O edital conterá no seu contexto, as instruções que regerão o procedimento, que observarão as disposições legais relativas à natureza e às atribuições do cargo, emprego ou função pública, consubstanciadas nos seguintes itens:

I - o período, horário e local das inscrições;

II – a data, horário e local da realização e aplicação das provas;

III - a jornada de trabalho a que ficarão sujeitos os candidatos contratados ou nomeados;

IV - a remuneração mensal;

V - o número de cargos vagos destinados ao preenchimento;

VI - os critérios e formas para recebimento das inscrições;

VII - as condições para inscrição e provimento do cargo, emprego ou função pública, referentes a:

a) diploma, certificados e títulos;

b) registro profissional;

c) conduta; e,

d) outras consideradas necessárias na forma da legislação específica e de acordo com a natureza e as atribuições do cargo;

VIII - se o Processo Seletivo Simplificado:

a) conterá provas (escritas, práticas ou orais) ou de provas e títulos; entrevistas e/ou análise de *curriculum vitae*; e,

b) será por disciplinas, por especialização ou por modalidades profissionais, quando o cargo assim o exigir.

IX - os títulos e os documentos necessários à sua comprovação;

X - os critérios de aprovação, classificação e desempate;

XI - o prazo de validade do PSS, não poderá exceder a 12 (doze) meses da sua homologação;

XII - os critérios para o protocolo e recebimento das impugnações e recursos;

XIII - a autoridade responsável pela homologação do Processo Seletivo Simplificado;

XIV - os critérios e as condições da posse no cargo, emprego ou função pública; e,

XV – os casos de rescisão contratual.

§ 1.º No Edital deverá constar cláusulas que possibilitem a admissão de candidato aprovado para vagas que forem criadas, ou que se vagarem, no decorrer do prazo de sua validade, previsto no inciso XI, deste artigo.

§ 2.º O Edital conterá, no mínimo, os seguintes ANEXOS, dele fazendo parte integrante:

I – Relação dos Cargos e Especificações, contendo o nome do cargo, emprego ou função, jornada de trabalho, escolaridade exigida para o provimento, vencimento, número de vagas, local para o exercício das atribuições e demais observações necessárias; e,

II – Formulário dos Recursos;

III – Cronograma da Realização e Aplicação das Provas.

Art. 11. O Edital Completo, após elaborado, aprovado e firmado pela Autoridade Competente e pela Comissão Especial será publicado no local de costume do Poder realizador e o seu extrato resumido ou Aviso de Processo Seletivo Simplificado na Imprensa Oficial com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data inicial do período de inscrição, bem como divulgado desde a data da publicação até o final deste período nos meios de comunicações locais.

Art. 12. Qualquer cidadão poderá impugnar o Edital do Processo Seletivo Simplificado por irregularidades ou ilegalidades, mediante petição fundamentada dirigida ao Presidente da Comissão Especial.

Parágrafo Único. O não exercício do direito de impugnação não obsta o direito de representação ao Tribunal de Contas do Estado ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades e ilegalidades perpetradas na realização do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 13. No prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do edital do Processo Seletivo Simplificado, deverão ser encaminhados para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, eletronicamente via sistema APLIC, os seguintes documentos:

I - justificativa para abertura do Processo Seletivo Simplificado e autorização da autoridade competente;

II - cópia da lei que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado e a contração temporária no Município de Cotriguaçu-MT;

III - cópia da lei que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplificado e o provimento das respectivas vagas dos cargos destinadas à contratação temporária;

IV - demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a despesa entrará em vigor, bem como nos 02 (dois) exercícios subsequentes, conforme ANEXO, do **Manual de Orientações Para Remessa de Documentos, do TCE-MT**;

V - declaração do ordenador de despesa do respectivo Poder realizador da adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO;

VI - comprovante de publicação do ato administrativo que designa a Comissão Especial, na Imprensa Oficial;

VII - declaração assinada pelo respectivo Chefe do Poder em conjunto com o responsável pelo Setor de Recursos Humanos sobre a existência ou não de candidatos remanescentes de concursos pretéritos, em validade, bem como sobre a existência ou não de servidores em disponibilidade para a função objeto da contratação;

VIII - demonstrativo analítico do lotacionograma atualizado, demonstrando somente as vagas a serem preenchidas pelo Processo Seletivo Simplificado, com informação do número de vagas criadas em lei, número de vagas ocupadas e disponíveis, conforme ANEXO, do **Manual de Orientações Para Remessa de Documentos, do TCE-MT;**

IX - cópia na íntegra do edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado;

X - comprovante resumido da publicação do edital de abertura ou do aviso de Processo Seletivo Simplificado, na Imprensa Oficial;

XI - Parecer da unidade de controle interno;

XII - cópia da publicação do resultado do certame licitatório ou dispensa/inexigibilidade que originou a contratação da empresa responsável pela realização do processo seletivo simplificado, a partir de 2015; e,

XIII - justificativa do não encaminhamento de documentos, conforme ANEXO, Manual de Orientações Para Remessa de Documentos, do TCE-MT, firmada pela Autoridade Competente e pelo responsável superior do Setor de Recursos Humanos do respectivo Poder realizador.

Art. 14. O Edital do Processo Seletivo Simplificado poderá sofrer alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito ou até a data da realização das provas correspondentes, circunstância que constará de publicação na Imprensa Oficial.

Parágrafo Único. Quando houver modificação do Edital, a Autoridade Competente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do Edital de Retificação, deverá encaminhar para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, eletronicamente via sistema APLIC, os seguintes documentos:

I - **termo de aditamento ao Edital do PSS; e,**

**II – comprovante de publicação do termo de aditamento ao Edital do PSS na Imprensa Oficial.**

CAPÍTULO VI

DAS INSCRIÇÕES

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 15. A inscrição no Processo Seletivo será feita a pedido do próprio interessado, ou por procurador legalmente constituído, mediante a comprovação dos requisitos estabelecidos no Edital.

§ 1.º O interessado assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.

§ 2.º A inexatidão das afirmações ou as irregularidades na documentação apresentada, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, redundando na anulação de todos os atos decorrentes da inscrição.

§ 3.º Nas condições previstas no Edital, para a efetivação da inscrição poderá ser exigido o pagamento de uma Taxa de Inscrição, cujo valor não poderá ultrapassar o patamar de 5% (cinco pontos percentuais) do salário ou vencimento básico inicial do cargo, emprego ou função pública a que o candidato pretende concorrer.

§ 4.º A pessoa com deficiência deverá declarar no ato da inscrição, o tipo e o grau de deficiência que apresenta, bem como se necessita de condições especiais para participar da prova, e quais condições, que será registrada no anverso do Formulário de Inscrição do candidato pela Comissão Especial.

§ 5.º Além da manifestação citada no parágrafo anterior, à pessoa com deficiência deverá apresentar no ato da inscrição laudo ou atestado médico, com data dentro dos 30 (trinta) dias anterior ao prazo final do período das inscrições, indicando espécie, grau ou nível de deficiência, com a expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, firmado por especialista da área da deficiência do interessado, devidamente inscrito no respectivo Conselho de Classe, sob pena de não poder participar do Processo Seletivo Simplificado, nesta condição.

§ 6.º A pessoa com deficiência, que necessitarem de condições especiais para a realização da prova e que não se manifestarem, expressamente, no ato da inscrição, terão seus direitos exauridos com relação à realização do Processo Seletivo Simplificado, nesta condição.

Art. 16. No ato de inscrição o interessado deverá preencher todos os dados do Formulário de Inscrição e apresentar a Cédula de Identidade ou documento hábil e bastante que comprove a sua maioridade.

Art. 17. O responsável pelas inscrições rejeitará de plano as solicitações de inscrições dos maiores de 70 (setenta) anos.

Parágrafo Único. Os interessados maiores de 17 (dezessete) e menores de 18 (dezoito) anos poderão realizar a inscrição e ser submetidos às provas, porém o Edital do PSS deverá prever expressamente que os candidatos somente serão contratados se maiores de 18 (dezoito) anos, no ato da contratação.

Art. 18. Quando da inscrição, o interessado receberá a 2.ª (segunda) via do Formulário de Inscrição.

Art. 19. Os interessados que efetuar a inscrição poderão fundamentadamente arguir a suspeição ou impedimento dos membros da Comissão Especial, mediante petição fundamentada dirigida à Autoridade Competente do Poder realizador.

§ 1.º O membro da Comissão Especial está impedido de exercer suas funções no Processo Seletivo Simplificado quando:

I – efetuar a inscrição para participar do PSS; e,

II - o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau, efetuou a inscrição para participar do PSS.

§ 2.º Reputa-se fundada a suspeição de imparcialidade do membro da Comissão Especial, quando:

I – amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos candidatos;

II – algum dos que efetuar a inscrição for credor ou devedor do membro, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

III - herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de algum dos que realizar a inscrição;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o Processo Seletivo; e,

V - interessado no julgamento dos recursos em favor de um dos que realizar a inscrição, no caso de conflito de interesses entre estes.

§ 3.º Após a fase da Homologação das Inscrições as circunstâncias de suspeição e impedimento dos membros da Comissão Especial somente se verificarão em relação aos candidatos.

Seção II

Da Homologação das Inscrições

**Art. 20.** Expirado o prazo de inscrição, a Comissão Especial elaborará Edital com a relação de todas as inscrições aprovadas, contendo a relação dos candidatos inscritos e aptos a realizar o Processo Seletivo, com os respectivos números de inscrição, ato contínuo, procederá a sua homologação mediante termo.

§ 1.º O Edital de Homologação das Inscrições deverá ser publicado na Imprensa Oficial, para conhecimento de todos os interessados.

§ 2.º Caberá recurso contra o Edital de Homologação das Inscrições para a Comissão Especial.

CAPÍTULO VII

DAS PROVAS, DO GABARITO E DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Seção I

Das Provas

Art. 21. As provas do PSS serão, obrigatoriamente, escrita e, facultativamente, de títulos, de entrevistas e de análise de *curriculum vitæ*, sem prejuízo de outras modalidades que, a critério da Administração Pública, venham a ser exigidas no Edital.

§ 1.º A prova escrita poderá ser realizada na forma oral, com o auxílio de um *leiturista*, quando se tratar de provimento de cargo, emprego ou função pública que para a investidura não exigir habilitação escolar ou contenha a exigência de nível de alfabetização, bem como, caso necessário, quando se tratar de candidato considerado pessoa com deficiência.

§ 2.º A análise da prova de título e do *curriculum vitæ* dar-se-á a partir de sistema de pontuação previamente divulgado no Edital, que contemple, entre outros fatores considerados necessários para o desempenho das atividades a serem realizadas, a qualificação, experiência e habilidades específicas do candidato.

§ 3.º Nos casos de urgência e emergência na contratação, devidamente, comprovada e fundamentada nos autos do PSS pela Autoridade Realizadora, autoriza a substituição da prova escrita pela contagem de pontos de títulos.

Art. 22. Para ser admitido a prestar as provas, o candidato deverá exibir, no ato da realização das mesmas, a 2.ª (segunda) via do Formulário de Inscrição, documento hábil de comprovação de sua identidade que contenha fotografia, o qual deverá estar em perfeitas condições, permitindo a identificação do candidato com clareza.

Parágrafo Único. Para efeitos do *caput*, deste artigo, não serão aceitos documentos tais como: protocolos, certidão de nascimento, título eleitoral, carteira de estudante, crachás e Boletim de Ocorrência Policial por extravio de documentos.

Art. 23. A eventual anulação de questão das provas reverterá a sua respectiva pontuação em benefício de todos os candidatos, indistintamente.

Seção II

Do Gabarito Oficial

Art. 24. O Gabarito Oficial das provas será publicado pela Comissão Especial por afixação no local de costume do Poder realizador do Processo Seletivo, após expirado o prazo para a realização das provas.

§ 3.º Dos erros, omissões, obscuridades e/ou inconsistências do Gabarito Oficial caberá recurso para a Comissão Especial.

Seção III

Da Aprovação e Classificação dos Candidatos

**Art. 25.** Realizadas todas as provas, dispostas no Edital do PSS, e procedida a correspondente avaliação, os candidatos serão classificados conforme a nota ou pontos obtidos na prova ou provas.

§ 1.º Na classificação, será elaborada somente uma relação dos candidatos aprovados e classificados.

§ 2.º Na hipótese de empate, será melhor classificado o candidato que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no art. 27, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

§ 3.º Não sendo averiguada a hipótese do item acima, será classificado/a, preferencial e sucessivamente, o/a candidato/a que possuir maior nota na prova:

I – subjetiva, se for o caso;

II - objetiva;

III – de conhecimentos específicos;

IV - de língua portuguesa;

V - de matemática, se for o caso;

VI - de conhecimentos gerais; e,

§ 4.º persistindo o empate, será classificado o candidato com maior idade, e, por fim, sorteio público, em data a ser previamente informada pela Comissão Especial.

§ 5.º Efetuada a classificação, a comissão elaborará e fará publicar na Imprensa Oficial, a relação dos candidatos aprovados e classificados.

Art. 26. Sobre questões relacionadas com a realização e aplicação das provas; pontuação atribuída às provas, aos títulos, entrevista e *curriculum vitae*; e, aprovação e classificação dos candidatos, caberá recurso para a Comissão Especial.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS EM SENTIDO AMPLO

Seção I

Dos Autos dos Recursos

Art. 27. Os autos dos recursos deverão ser autuados em apartados e juntados aos autos do Processo Seletivo Simplificado, na data da publicação da respectiva decisão, com a certidão e/ou extrato da publicação, e registrado com a expressão “Recurso n.º”, seguido de um espaço, e com as seguintes identificações, separadas por barra:

I – iniciais “PSS”;

II - número de ordem em série cronológica da interposição;

III – Sigla do Poder ou dos Poderes realizadores, separados por hífen.

IV - ano da interposição, precedido, sem separador, da expressão “COTRIGUAÇU”.

Parágrafo Único. No anverso dos autos de cada recurso deverá constar abaixo do registro das identificações citadas no *caput* e nos incisos deste artigo, as seguintes informações, sucessivamente, uma abaixo da outra:

I – Espécie de Exceção, Impugnação ou Recurso;

II - Nome do Recorrente;

III – Nome do Destinatário; e,

IV – a expressão “Município de Cotriguaçu-MT”.

Seção II

Das Exceções e da Impugnação ao Edital

Art. 28. Os candidatos poderão fundamentadamente arguir as Exceções de Suspeição e/ou Impedimento dos membros da Comissão Especial, até o dia útil subsequente da data de encerramento das inscrições, caso que

a Autoridade Competente apreciará e julgará a Exceção no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do protocolo da arguição.

Art. 29. Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar o Edital do Processo Seletivo Simplificado por irregularidades ou ilegalidades, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da sua publicação na Imprensa Oficial, caso que a Comissão Especial apreciará e julgará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do protocolo da Impugnação.

Seção III

Dos Recursos Propriamente Ditos

Art. 30. Os candidatos poderão fundamentadamente interpor no Processo Seletivo Simplificado os seguintes recursos nos respectivos prazos:

I – contra o Edital de Homologação das Inscrições, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da respectiva publicação, caso que a Comissão Especial apreciará e julgará no prazo de 24 (vinte e quatro), a contar da interposição;

II – contra o Gabarito Oficial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da respectiva publicação, nos seguintes casos:

a) erros;

b) omissões;

c) obscuridades; e,

d) inconsistências.

III - contra a Relação dos Candidatos Aprovados e Classificados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da respectiva publicação, sobre as seguintes questões:

a) realização e aplicação das provas;

b) pontuação atribuída às provas, aos títulos, à entrevista e ao *curriculum vitae*; e ainda,

c) aprovação e classificação final.

Parágrafo Único. No caso de recurso contra o Gabarito Oficial a Comissão Especial apreciará e julgará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e, no caso de recurso contra a Relação dos Candidatos Aprovados e Classificados, no prazo de no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ambos a contar da interposição do respectivo recurso.

Seção IV

Do Protocolo, da Apresentação e do Destinatário

Art. 31. As Exceções de Suspeição e/ou Impedimento, a Impugnação ao Edital e os Recursos propriamente ditos deverão ser protocolados no Setor de Recursos Humanos do Poder realizador, apresentados por escritos e dirigidos ao Presidente da Comissão Especial, salvo a Exceção de Suspeição e/ou Impedimento, disposta no art. 28, da presente lei, que deverá ser dirigida diretamente à Autoridade Competente do Poder realizador.

§ 1.º Os recursos deverão estar devidamente fundamentados e conter o nome do interessado ou candidato, número de documento de identidade e endereço para correspondência.

§ 2.º Quando o recorrente for candidato, além das informações exigidas no *caput* deste artigo, deverá ser indicado o número de sua inscrição.

§ 3.º Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo e que apontarem os fundamentos e as circunstâncias que os justifiquem.

Art. 32. Os recursos serão interpostos pelo próprio interessado ou candidato, ou ainda, por procurador devidamente constituído por procuração pública ou particular com firma reconhecida.

Seção V

Dos Efeitos dos Recursos

Art. 33. Os recursos em relação ao Processo Seletivo Simplificado serão recebidos somente no efeito devolutivo e, em ambos, devolutivo e suspensivo, em relação a participação do candidato no recrutamento, o qual participará, condicionalmente, das provas que se realizar na pendência da decisão.

Seção VI

Do Reexame Recursal

Art. 34. No caso da Comissão Especial julgar pelo improvimento do recurso interposto, deverá fazê-lo subir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devidamente informado, à Autoridade Competente do Poder realizador para fins de Reexame Recursal, caso que, deverá proferir decisão dentro do prazo 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento dos autos informados, sob pena de responsabilidade.

Art. 35. Todos os recursos não providos pela Comissão Especial deverão ser objeto de Reexame Recursal, salvo as Exceções de Suspeição e/ou Impedimento, devendo os autos do recurso ser encaminhados, devidamente informados, para apreciação e julgamento da Autoridade Competente.

Seção VII

Da Publicação das Decisões Recursais

Art. 36. Todas as decisões recursais prolatadas pela Comissão Especial e pela Autoridade Competente deverão ser publicadas no local de costume do Poder realizador, e, as seguintes, inclusive, na Imprensa Oficial:

I - recurso contra o Edital de Homologação das Inscrições; e,

II - recurso contra a Relação dos Candidatos Aprovados e Classificados.

Parágrafo Único. Cabe a Comissão Especial fazer publicar as decisões recursais na data em que forem proferidas ou, na impossibilidade, no dia imediatamente subsequente.

CAPÍTULO IX

DA HOMOLOGAÇÃO, DO ENCERRAMENTO E DOS ENCAMINHAMENTOS

Seção I

Da Homologação do PSS

Art. 37. Expirado o prazo dos recursos contra a relação dos candidatos aprovados e classificados a Comissão Especial elaborará e publicará o edital do resultado final do PSS no **local de costume do respectivo Poder realizador e, encaminhará os autos do Processo Seletivo Simplificado à Autoridade Competente para homologação.**

Art. 38. O Processo Seletivo Simplificado será homologado por Decreto, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, do recebimento dos autos do PSS encaminhado pela Comissão Especial.

Parágrafo Único. O Decreto Homologatório do Processo Seletivo Simplificado deverá ser publicada na Imprensa Oficial e no local de costume do respectivo Poder realizador do procedimento de recrutamento de pessoal, para conhecimento de todos os interessados.

Seção II

Do Encerramento do PSS e do Encaminhamento para o RH

Art. 39. Homologado o PSS, a Autoridade Competente encerrará o PSS e encaminhará os autos para o Setor de Recursos Humanos do Poder realizador do processo de recrutamento de pessoal os autos do Processo Seletivo Simplificado, com todas as folhas numeradas e rubricadas, contendo, além dos documentos relacionados e citados nos incisos do art. § 8.º, da presente Lei, os seguintes documentos:

I - edital de homologação das inscrições;

II - comprovante da publicação do edital de homologação das inscrições no local de costume do respectivo Poder realizador;

III – petição e decisão quanto aos eventuais recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições;

IV - comprovante da publicação da decisão quanto aos recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições, no local de costume do respectivo Poder realizador;

V - comprovante de publicação e relação dos candidatos aprovados e classificados, destacando as pessoas com deficiência, no local de costume do respectivo Poder realizador;

VI – petição e decisão quanto aos eventuais recursos interpostos contra a relação dos candidatos aprovados e classificados;

VII - comprovante da publicação da decisão quanto aos recursos interpostos contra a relação dos candidatos aprovados e classificados, no local de costume do respectivo Poder realizador;

VIII - comprovante de residência dos candidatos inscritos tempestivo à data da seleção quando se tratar de Agentes Comunitários de Saúde;

IX - edital de resultado final do Processo Seletivo Simplificado no local de costume do respectivo Poder realizador;

X - comprovante de publicação e o edital do resultado final do Processo Seletivo Simplificado no **local de costume do respectivo Poder realizador**;

XI - ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado;

XII - comprovante de publicação do ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado no local de costume do respectivo Poder realizador;

XIII – Termo de Encerramento do Processo Seletivo Simplificado firmado pela Autoridade Competente.

XIV - Termo de Remessa dos Auto ao Setor de Recursos Humanos do Poder realizador do processo de recrutamento de pessoal; e,

XV – demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado, tais como cópia de atas, relatórios e deliberações da Comissão Especial; pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre o Processo Seletivo; despachos de anulação ou de revogação do processo de recrutamento, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente; e, outros comprovantes de publicações, se houver;

Parágrafo Único. Os documentos enumerados nos incisos XIII a XVII, deste artigo, deverão ser juntados aos autos, observada a ordem cronológica temporal em que foram elaborados, produzidos ou firmados.

Seção III

Do Encaminhamento para o TCE-MT

Art. 40. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da **homologação do Edital do Processo Seletivo Simplificado**, deverão ser encaminhados para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, eletronicamente via sistema APLIC, os seguintes documentos:

I - cópia do edital de homologação das inscrições;

II - comprovante da publicação do edital de homologação das inscrições na Imprensa Oficial;

III - cópia da decisão quanto aos recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições;

IV - comprovante da publicação da decisão quanto aos recursos interpostos contra o edital de homologação das inscrições, na Imprensa Oficial;

V - comprovante de publicação da relação dos candidatos aprovados e classificados, destacando as pessoas com deficiência, na Imprensa Oficial;

VI - cópia da decisão quanto aos recursos interpostos contra a relação dos candidatos aprovados e classificados;

VII - comprovante da publicação da decisão quanto aos recursos interpostos contra a relação dos candidatos aprovados e classificados, na Imprensa Oficial;

VIII - comprovante de residência dos candidatos inscritos tempestivo à data da seleção quando se tratar de Agentes Comunitários de Saúde;

IX - cópia do edital de resultado final do Processo Seletivo Simplificado na Imprensa Oficial;

X - comprovante de publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado na Imprensa Oficial;

XI - cópia do ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado;

XII - comprovante de publicação do ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado na Imprensa Oficial; e,

XIII - justificativa do não encaminhamento de documentos, conforme ANEXO, do Manual de Orientações Para Remessa de Documento, do TCE-MT, firmada pela Autoridade Competente e pelo responsável superior do Setor de Recursos Humanos do respectivo Poder realizador.

CAPÍTULO X

DOS ATOS DE ADMISSÃO

Seção I

Do Regime de Contratação e da Convocação dos Candidatos

Art. 41. As contratações serão efetivadas por meio de Contrato Administrativo Temporário, com vínculo jurídico-administrativo, em regime estatutário, de caráter precário e por prazo determinado, de acordo com as disposições da presente Lei, da Lei Municipal que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cotriguaçu-MT, e dos demais Planos de Cargos, Carreira e Vencimento dos Poderes Municipais.

Art. 42. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura o direito de ingresso definitivo nos Quadros de Pessoal da Administração Pública do Poder Executivo ou Legislativo de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso.

Art. 43. A classificação definitiva gera para o candidato apenas à expectativa de direito à contratação ou nomeação, reservando-se a Administração o direito de proceder às convocações dos candidatos aprovados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas de cargos autorizados a serem providos temporariamente, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 44. A convocação obedecerá à ordem de classificação, sob pena de nulidade do ato.

§ 1.º Deverá constar do ato convocatório o prazo para o candidato manifestar, por escrito, o seu aceite ou não para exercer as atribuições do cargo, ser contratado e o prazo não superior a 10 (dez) dias corridos para entrar em exercício, bem como para fornecer ao Setor de Recursos Humanos do Poder realizador, os seguintes documentos:

**I –** cópia do documento de identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia;

**II – cópia da** certidão de casamento ou de nascimento;

**III - cópia do** certificado de alistamento militar, de reservista ou de dispensa (homens);

**IV - cópia do** título de eleitor/a, bem como comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral;

**V - cópia do** cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda – CPF/MF;

VI - cópia da certidão de nascimento dos filhos/as menores de 14 (catorze) anos;

VII- cópia da respectiva caderneta de vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;

VIII - cópia do comprovante de habilitação escolar exigida para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino oficial ou legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC;

IX - cópia do comprovante de regular situação de inscrição no Órgão de classe respectivo, quando o exercício da atividade profissional do candidato/a o exigir;

X – cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e número do PIS/PASEP;

XI – cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, quando exigida para o exercício das atribuições do cargo;

XII - cópia de comprovante de endereço;

XIII – declaração de que nunca foi demitido por justa causa do serviço público federal, estadual ou federal;

XIV - declaração de que não ocupa outro cargo ou função pública (nos casos de acumulação lícita de cargos, deverá ser indicado o cargo já ocupado), conforme modelo a ser oferecido pelo Setor de Recursos Humanos do Poder realizador;

XV - declaração de que não é aposentado por invalidez, nos órgãos de previdência da União, Estado ou Município;

**XVI -** declaração de propriedade de bens móveis, imóveis, veículos, fontes de rendas e outros bens patrimoniais, inclusive de direitos de valor igual ou superior a R$ 500,00 (quinhentos reais); e,

XVII – outros a ser previamente informado pelo Setor de Recursos Humanos do Poder realizador.

§ 2.º O Ato Convocatório será identificado com a expressão em letras maiúsculas “ATO CONVOCATÓRIO N.º”, seguido da sua numeração sequencial;

I – separada com barra do ano da sua publicação do ato de convocação;

II – separada com barra da expressão “PSS”;

III – separada com barra da expressão “PE” ou “PL”, conforme o Poder Realizador;

IV – separada com barra do número do Processo Seletivo Simplificado;

V – separada com barra do ano do Processo Seletivo Simplificado; e,

VI – sem separador, da expressão “COTRIGUAÇU”.

§ 3.º O candidato que, por qualquer motivo, não atender o ato convocatório será considerado como desistente e excluído da Relação dos Aprovados e Classificados, devendo ser convocado o classificado imediatamente subsequente.

Art. 45. A documentação deverá ser fornecida por meio de cópias legíveis, sendo facultada à Administração Municipal proceder a autenticação, desde que sejam apresentados os documentos originais.

Art. 46. Para a contratação, o candidato com deficiência aprovado será submetido à avaliação médica pelo Município, ou por especialista em Saúde do Trabalhador indicado por este, com o fim de verificar a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo e, caso nesta, seja concluída pela incompatibilidade entre a deficiência e o exercício das atribuições do cargo, o candidato será excluído da Relação dos Aprovados e Classificados, e, consequentemente, do Procedimento do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 47. O candidato que dentro do prazo estabelecido pelo Poder realizador no ato convocatório manifestar-se pela não aceitação do exercício do cargo, deixar de manifestar o seu aceite, não celebrar o contrato temporário ou deixar de entrar em exercício será considerado para todos os efeitos legais desistente, sendo automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

§ 1.º Fica sustado os efeitos da desistência, caso o candidato dentro do prazo estabelecido no ato convocatório, comprovadamente, estiver internado ou sendo submetido a qualquer tipo de cirurgia, quando então, terá mais 15 (quinze) dias de prazo improrrogável para dar cumprimento às exigências do ato convocatório.

§ 2.º A apresentação dos documentos necessários para contratação, dispostos nos incisos do § 1.º, art. 44, da presente Lei, dentro do prazo estabelecido no ato convocatório suprirá a manifestação de aceite do candidato.

Art. 48. O candidato classificado poderá desistir voluntária e definitivamente da vaga oferecida, caso em que seu nome será excluído da Relação de Aprovados e Classificados, sendo convocado o candidato subsequente, consoante à ordem de classificação.

Art. 49. A desistência após a contratação será considerada definitiva, para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único. No prazo do ato de convocação, o candidato poderá solicitar a inclusão de seu nome no final da Relação dos Aprovados e Classificados, podendo assim ser convocado novamente em outra ocasião, a critério da Administração.

Seção II

Da Formalização dos Contratos

Art. 50. Os contratos administrativos temporários e seus aditamentos serão lavrados no Setor de Recursos Humanos do Poder realizador, o qual manterá em arquivo um via do instrumento, com numeração cronológica e anual, conforme a data da celebração, e registro sistemático do seu extrato.

Parágrafo Único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração.

Art. 51. Todo contratos administrativos temporários deve mencionar, entre outros requisitos legais e normativos, os nomes da Autoridade Competente e dos contratados e os de seus representantes, a finalidade da contratação, o ato que autorizou a sua lavratura do contrato, o número dos autos do Processo Seletivo Simplificado, e a sujeição dos contraentes às normas desta Lei e das cláusulas contratuais.

Art. 52. Os candidatos aprovados e classificados, excedentes ao número de vagas oferecidas e autorizadas para contratação temporária, serão colocados em relação de Cadastro de Reserva, e poderão ser convocados e contratados na medida em que houver a vacância das vagas, observado o prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado e, sempre, a ordem de classificação.

Art. 53. Diante da necessidade do Poder realizado, uma vez esgotado os candidatos aprovados e classificados para o provimento de cargo para determinada localidade, onde a classificação foi efetuada por localidade, havendo candidatos classificados para este cargo em outra localidade, será convocado para contratação o candidato melhor classificado para o provimento do cargo, no cômputo geral de classificação de todas as localidades, inclusive da sede do Município, observada a ordem de classificação geral.

Art. 54. A medida que trata o *caput*, do artigo anterior, está condicionada a anuência do candidato aprovado; no caso de recusa, serão convocados, sucessivamente, os subsequentes na Ordem de Classificação, sem prejuízo dos candidatos que não anuíram que deverão aguardar a sua convocação para exercer o cargo na localidade para a qual concorreram no PSS.

Art. 56. Das questões relacionadas com a convocação e contratação dos candidatos, cabe recurso ou direito de petição, na forma da Lei Orgânica do Município e do Estatuto dos Servidores Municipais de Cotriguaçu-MT.

Seção III

Do Encaminhamento dos Atos de Admissão ao TCE-MT

**Art. 57. Quando da admissão do pessoal recrutado pelo PSS, a Autoridade Competente,** deverá encaminhar para o Tribunal de Contas do

Estado de Mato Grosso - TCE-MT, eletronicamente via sistema APLIC na carga mensal, os seguintes documentos:

I - contrato administrativo temporário;

II - documentação pessoal do contratado (RG e CPF);

III - declaração de não acumulação ilegal de cargo, emprego ou função pública, assinada pelo contratado;

IV - cópia da publicação resumida do instrumento de contrato, no local de costume do respectivo Poder realizador e na Imprensa Oficial;

V - comprovação, por meio de declaração assinada pelo Ordenador de Despesas, do cumprimento do disposto no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

VI - comprovante de residência à data da contratação em nome do contratado quando se tratar de provimento de Agentes Comunitários de Saúde; e,

VII - Parecer da unidade de controle interno, o qual pode ser enviado de forma individual ou conjunta, desde que sejam relacionados todos os atos admissionais do período; e,

CAPÍTULO XI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Art. 58. Os contratos administrativos temporários regidos por esta Lei poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, com as devidas justificativas, nos casos de alterações legislativas que incidam sobre as disposições dos mesmos e nos casos permissivos de prorrogação de sua vigência, sempre por meio de termo de aditamento ao contrato.

Art. 59. Nos casos de alterações do contrato, deverão ser encaminhar para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, eletronicamente via sistema APLIC na carga mensal, com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento;

II – termo de aditamento ao contrato;

III – copia da publicação resumida do instrumento do termo de aditamento, na Imprensa Oficial;

IV - comprovação, por meio de declaração assinada pelo Ordenador de Despesas, do cumprimento do disposto no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (LRF);

V - para os casos de provimento ou prorrogação de contratos de Agentes Comunitários de Saúde, comprovante de residência à data da contratação em nome do admitido ou contratado;

VI - parecer da unidade de controle interno, o qual pode ser enviado de forma individual ou conjunta, desde que sejam relacionados todos os atos admissionais do período; e,

VII - justificativa do não encaminhamento de documentos, conforme ANEXO, do Manual de Orientações Para Remessa de Documentos, do TCE-MT, firmada pela Autoridade Competente e pelo responsável superior do Setor de Recursos Humanos do respectivo Poder realizador.

CAPÍTULO XII

DA RESCISÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Art. 60. Os Contratos Administrativos Temporários regulamentados pela presente Lei serão rescindidos, nos seguintes casos:

I – término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - por conveniência e oportunidade da Administração;

IV – quando houver cessado as situações e circunstâncias que deram causa a contratação;

V – nas contensões de despesas, principalmente, em atendimento ao limite constitucional com gastos com pessoal;

VI - quando o contratado incorrer em falta disciplinar, com pena de demissão, apurada em competente processo administrativo disciplinar;

VII - quando da homologação de concurso público para provimento dos cargos, na convocação dos aprovados, simultaneamente, para os casos específicos de carência de pessoal, excluindo os casos de contratações para suprir estados de emergência e de calamidade pública, assim como surtos epidêmicos de natureza transitória;

VIII - outros, de acordo e na forma como previstos na legislação vigente.

§ 1.º As rescisões previstas neste artigo não geram indenizações para os contratados, exceto no caso do inciso III, deste artigo, cuja indenização deverá ser no montante da metade do saldo devedor apurado do ato da rescisão até o termo final de vigência do contrato.

§ 2.º Nas rescisões e contratações sucessivas para substituir servidores, licenciados ou afastados em decorrência da lei, deverá ser observada a ordem de classificações dos candidatos para provimento do cargo.

§ 3.º Nos casos dos incisos III, IV, V e VII, do presente artigo, deverão ser rescindidos, em ordem sequencial, os contratos celebrados com os candidatos que estiver em posição menos favorecida na ordem de classificação para o provimento do cargo.

Art. 61. Nos casos de rescisão do contrato, deverão ser encaminhar para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, eletronicamente via sistema APLIC na carga mensal, com os seguintes documentos:

I – termo de rescisão; e,

II - cópia da publicação do termo de rescisão, na Imprensa Oficial.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 62. Na contagem dos prazos previstos nesta Lei exclui-se o dia em que o ato se realizar ou for publicado e inclui-se o do seu término, exceto quanto o prazo for estabelecido em horas, em que a contagem deverá ser efetuada hora após hora, e será considerado em dias úteis quando houver disposição expressa neste sentido.

Parágrafo Único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente, se o seu término recair em dia em que não houver expediente ou que o expediente for encerrado antes da hora normal, principalmente, em feriados, sábados e domingos.

Art. 63. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Resultado Final.

Art. 64. As folhas dos documentos que integram os autos do PPS deverão ser numeradas e rubricadas, na ordem cronológica dos atos, inicialmente, pelo secretário da Comissão Especial e, posteriormente, pelo responsável pelo Setor de Recursos Humanos do respectivo Poder realizador.

Art. 65. Os seguintes modelos e formulários de documentos a serem utilizados na realização do Processo Seletivo Simplificado deverão ser elaborados e aprovados por Decreto do Executivo:

I – especificações dos cargos e vagas;

II – formulário da ficha de inscrição;

III – cronograma de realização das provas;

IV – formulário de recursos diversos;

V - minuta do contrato administrativo temporário;

VI – termo de aditamento ao contrato;

VII - aqueles pertinentes ao PSS e estabelecido nos ANEXOS do **Manual de Orientações Para Remessa de Documentos, aprovado pelo TCE-MT;** e,

VIII – qualquer outro que for entendido como necessário tanto para o Processo Seletivo Simplificado quanto para o Contrato Administrativo Temporário.

Art. 66. Aplica-se aos servidores públicos contratados com base na presente Lei o regime disciplinar constante no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cotriguaçu-MT.

Art. 67. Os autos do Processo Seletivo Simplificado poderão ser incinerados após 3 (anos) anos, a contar do término do seu prazo de vigência.

Art. 68. Fica admitida a contratação temporária para o emprego público de Agentes Comunitários de Saúde até decisão final da Ação de Declaração de Inconstitucionalidade n.º 2.135, em tramitação no Supremo Tribunal Federal - STF, conforme Resolução de Consulta n.º 20/2008, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.

Art. 69. Quando não for possível a remessa dos documentos, eletronicamente via Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas - APLIC, deverá ser protocolado no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, no prazo de 05 (cinco) dias, a justificativa contendo todos os documentos por meio físico, firmada pela Autoridade Competente e pelo responsável superior do Setor de Recursos Humanos.

Art. 70. Havendo dúvida quanto à legalidade ou regularidade das normas que regulam o Processo Seletivo Simplificado e os contratos administrativos temporários, prevalecem às disposições editalícias sobre as contratuais - salvo se de forma diversa for, expressamente, disposto no Edital do PSS - e as dispostas nesta Lei sobre aquelas.

Art. 71. Os casos omissos nesta Lei serão solucionados pela Comissão Especial e pela Autoridade Competente, sempre ouvidos a Assessoria Jurídica Municipal ou Procuradoria Geral do Município, conforme o caso, a Controladoria Interna do Município, e a deliberação objeto de Decreto do Executivo.

Art. 72. O número de vagas autorizadas para contratação temporária pelos Poderes Municipais está estabelecido na Lei Municipal que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal.

Art. 73. As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 74. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 75. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei, sempre que necessário, por Decreto bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, a partir de sua publicação.

Art. 76. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 77. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de janeiro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**SEC. GOVERNO**
**LEI COMPLEMENTAR N.º 090/2021**

Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar Municipal n.º 038/2009 e altera dispositivo da Lei Complementar Municipal n.º 048/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º O art. 74, da Lei Complementar Municipal n.º 038/2009, que dispõe sobre a alteração, criação, estruturação e atribuições dos órgãos do Poder Executivo do Município de Cotriguaçu, bem como criação de cargos comissionados e suas remunerações, fixa princípios e diretrizes de gestão, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74. Ao servidor público efetivo que for investido em cargo em comissão de assessoramento, direção, chefia ou coordenação, é devida uma gratificação pelo seu exercício, observados os seguintes parâmetros e percentuais sobre o valor do vencimento/subsídio do cargo em comissão:

I – 67% (sessenta e sete por cento), quando investido no cargo de Chefe de Departamento;

II – 62% (sessenta e dois), quando investido no cargo de Chefe de Divisão;

III – 40% (quarenta por cento), quando investido no cargo de Coordenador;

IV – 38% (trinta e oito por cento), quando investido no cargo de Assessor Administrativo;

V – 45% (quarenta e cinco por cento), quando investido no cargo de Assessor de Desenvolvimento;

VI – 50% (cinquenta por cento), quando investido no cargo de Tesoureiro; e,

VII – 14% (quatorze por cento), quando investido no cargo de Assessor Jurídico.

Art. 2.º O art. 74, da Lei Complementar Municipal n.º 038/2009, passa a vigorar acrescido dos §§ 1.º a 6.º, com a seguinte redação:

§ 1.º A gratificação que trata o *caput*, do presente artigo, não será incorporada ao vencimento ou a remuneração do servidor, e somente será devida ao servidor público efetivo que for investido em cargo em comissão.

§ 2.º O exercício de cargo em comissão somente assegurará o direito do servidor a gratificação durante o período em que estiver exercendo o referido cargo.

§ 3.º afastando-se ou sendo exonerado do cargo em comissão o servidor perderá a respectiva gratificação.

§ 4.º O servidor público efetivo quando investido em cargo em comissão de assessoramento, direção, chefia ou coordenação, poderá optar pelo vencimento/subsídio do cargo em comissão ou do seu cargo efetivo, em qualquer dos casos, acrescido da gratificação que trata o *caput*, do presente artigo, exceto quando investido no cargo de Secretário Municipal.

§ 5.º Quando o servidor optar pelo recebimento do vencimento/subsídio do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação, não serão devidas as vantagens de caráter transitórias e eventuais que não se incorpora ao seu vencimento/subsídio.

Art. 3.º O art. 30, da Lei Complementar Municipal n.º 048/2014, que Reestrutura o Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, revoga leis e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30. O servidor público efetivo quando investido em cargo em comissão de assessoramento, direção, chefia ou coordenação, é devida a gratificação que trata o art. 74, da Lei Complementar Municipal n.º 038/2009.

Art. 4.º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar, sempre que necessário, por Decre-

to bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, a partir de sua publicação.

Art. 5.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de janeiro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**SEC. GOVERNO**
**LEI COMPLEMENTAR N.º 091/2021**

Altera o ANEXO VII, da Lei Complementar Municipal n.º 002/2001, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Cotriguaçu (MT), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º O ANEXO VII, da Lei Complementar Municipal n.º 002/2001, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Cotriguaçu (MT), passara a vigorar como estabelecido no ANEXO ÚNICO, da presente Lei Complementa, passando dessa a ser parte integrante.

Art. 2.º O Poder Executivo Municipal regulamentará e disciplinará por Decreto do Executivo a locação de máquinas e veículos de propriedade do Município, previstos no ANEXO VII, da Lei Complementar Municipal n.º 002/2001.

Parágrafo Único. A locação de máquinas e veículos de propriedade do Município deverá:

I – ser efetivada mediante instrumento formal, cuja Minuta deverá constar em ANEXO, do Decreto do Executivo que trata o *caput*, do presente artigo;

II – preferentemente, aos sábados e domingos, de modo a não prejudicar os serviços públicos de natureza continuadas e autorizados por Ordem de Serviço do Secretário Municipal de Infraestrutura, bem como quando ociosas no Parque de Máquinas Municipal; e,

III – com cláusula de requisição imediata no caso de necessidade de ser realizado um serviço público de natureza urgente ou emergente.

Art. 3.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.o Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de janeiro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Lei Complementar n.º 091/2021

ANEXO VII

TAXA DE EXPEDIENTE

| ESPECIFICAÇÃO DA TAXA | UPFM |
|---|---|
| Atestado de Rede | 9 |
| Autorizações de Qualquer Espécie | 12 |
| Baixas de Qualquer Natureza e Lançamentos de Registros, Exceto as Extinções de Créditos Tributários | 12 |
| Certidão de Despachos, Pareceres, Informações e Demais atos ou Fatos Administrativos, Independente do Número de Linhas e Laudos. | 12,5 |
| Certidão de Inteiro Teor | 18 |
| Certidão do uso do Solo | 12,5 |
| Certidão Negativa de Débitos Municipais | 12,5 |
| Concessões de Qualquer Forma | 12 |
| Demarcação de Terreno | 9 |
| Expedição de Mapas | 12,5 |
| Expedição de Título | 18 |
| Hora de Trator 110 cv | 43,5 |
| Hora de Trator 85 cv | 29 |
| Hora de Caminhão ou veículo congênere | 40 |
| Inseminação Artificial | 9 |
| Limpeza com uso de Maquinas do Município (Iniciativa do Executivo) por Carga. | 30 |
| Limpeza com uso de Máquinas do Município (Iniciativa do Interessado) por Carga | 25,5 |
| Permissões de Qualquer Tipo | 12 |
| Reconhecimento de Isenções ou Imunidades | 9 |
| Sepultamento | 12 |
| Taxa de Expediente | 3,6 |
| Taxa de Registro de Marca de Gado | 9 |
| Transferência | 9 |
| Taxa de abate de animais por cabeça | 1,04 |
| Taxa de estadia de veículo 2 rodas no DETRAN | 1,17 |
| Taxa de estadia de veículo 4 rodas no DETRAN | 2,38 |
| Taxa de estadia de veículo 6 ou mais rodas no DETRAN | 3,54 |
| Taxa de aluguel do Ginásio de Esportes p/ hora semanal | 31,61 |
| Taxa de aluguel da quadra coberta p/ hora semanal | 22 |
| Taxa de aluguel da quadra de Areia p/ hora semanal | 16 |

**SEC. GOVERNO**
**COVID-19: LEI N.º 1.133/2021**

Estabelece o valor das multas pecuniárias, a ser impostas aos infratores das medidas sanitárias e restritivas, que visam a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Novo Coronavírus – COVID-19, no âmbito do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º Ficam estabelecidas as seguintes penalidades e multas pecuniárias, aos infratores das** medidas sanitárias e restritivas, que visam a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Novo Coronavírus – COVID-19, no Município de Cotriguaçu-MT:

I – advertência, mediante Notificação Prévia;

II – multa de 40 (Quarenta) Unidades Padrão Fiscal do Município – UPFMs, caso não atendida à penalidade de advertência;

III – multa de 45 (quarenta e cinco) Unidades Padrão Fiscal do Município – UPFMs, no caso de reincidência;

IV – multa de 50 (cinquenta) Unidades Padrão Fiscal do Município – UPFMs, no caso da segunda reincidência; e,

V – abertura de Processo Administrativo de Interdição ou embargo de funcionamento do estabelecimento, após a segunda reincidência, sem prejuízo da determinação de embargo ou interdição liminar, mediante decisão, motivada e fundamentada, do Chefe do Poder Executivo, uma vez presente as condicionantes das medidas cautelares em geral.

§ 1.º Caso o Decreto do Executivo definir medidas sanitárias e restritivas de enfrentamento ao Novo Coronavírus – COVID-19 a ser observadas por pessoa física a multa pecuniária que trata o presente artigo fica limitada a 18 (dezoito) Unidades Padrão Fiscal do Município – UPFMs, dobrada no caso de reincidência.

§ 2.º O auto de infração e imposição de multa somente deverá ser lavrado caso não cumprido o auto de notificação prévia pelo infrator.

Art. 2.º As medidas sanitárias e restritivas de enfrentamento ao Novo Coronavírus – COVID-19 serão definidas por Decreto do Executivo, com auxílio do Comitê de Enfretamento ao Novo Coronavírus - COVID-19, do Município de Cotriguaçu-MT, bem como em conformidade com as normas e regras emanadas dos Órgãos de Saúde e Vigilância Sanitária federal, estadual e municipal, com base em estudos técnicos e científicos e observada a peculiaridade local e regional.

**Art. 3.º A instauração do** Processo Administrativo de Interdição ou embargo de funcionamento do estabelecimento comercial será determinada por Portaria do Executivo, assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, cuja medida administrativa será apreciada e decidida em primeira instância pelo Secretário Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito Municipal, em sede de última instância administrativa.

Art. 4.º No caso de decisão administrativa pela interdição ou embargo de funcionamento do estabelecimento, poderá ser celebrado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com o Poder Executivo Municipal, para fins de reabertura do local, após o pagamento ou recolhimento aos cofres públicos pelo infrator da multa imposta.

Art. 5.º As multas impostas e recolhidas aos cofres públicos, com base na presente Lei, deverão ser aplicadas em ações que visam o enfrentamento do contágio do Novo Coronavírus – COVID-19, no Município de Cotriguaçu-MT.

Art. 6.º Os autos de notificação prévia e de infração e imposição de multas, visando o fiel, efetivo e pleno cumprimento das medidas definidas pelo Decreto do Executivo deverão ser lavrados por Agentes ou Fiscais da Vigilância Sanitária ou em Saúde, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único. No caso de não existir no Quadro de Pessoal da Municipalidade os servidores públicos que trata o presente artigo, poderá ser delegado por ato do Chefe do Poder Executivo atribuições e poderes a todos os Fiscais e Agentes de Fiscalização de todas as áreas da Administração Pública Municipal, para fins de cumprimento do Decreto do Executivo, que trata o art. 2.º, da presente Lei.

Art. 7.º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei, sempre que necessário, por Decreto bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, a partir de sua publicação.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de janeiro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

### AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73.567/2020/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, neste ato representado pela sua PREGOEIRA OFICIAL, designada pela Portaria SMGE nº 459/2020/ publicada no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso vem a público divulgar o **RESULTADO do** Pregão Eletrônico nº 032/2020, tendo como objeto: **:** Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Combustível (Gasolina Comum, Etanol, Diesel Comum, Diesel S-10), através de sua rede de postos credenciados com atuação em Cuiabá, para os veículos, máquinas e equipamentos próprios ou locados de uso exclusivo pela Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Tendo em vista a inabilitação de todas as empresas, o pregão em tela foi declarado fracassado.** Neste ato, também, a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições ratifica a o resultado o pregão 032/2020 nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002.

**Cuiabá, 18 de janeiro 2021**

**Priscila R.N.Moraes**

Pregoeira

**De acordo:**

Mariana Cristina Ribeiro dos Santos

Secretária Municipal de Gestão Retifica-se por ter saído incorreto

Original assinado nos autos do processo.

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

**SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 005/2021/PMC**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73.567/2020)**

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual Fornecimento de Combustível (Gasolina Comum, Etanol, Diesel Comum, Diesel S- 10), através de sua rede de postos credenciados com atuação em Cuiabá, para os veículos, máquinas e equipamentos próprios ou locados de uso exclusivo pela Prefeitura Municipal de Cuiabá.

**Data/Horário:** 09/02/2021 às 9h30min (nove horas e trinta minutos) – Fuso Horário de Brasília.

**Informações/Contato**: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2021

Priscila R.N.Moraes

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 27 de janeiro de 2021.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

### CONTRATOS
### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2020

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2020**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**Contratada**: CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA

**CNPJ: 03.722.632/0001-57**

**OBJETO:** Contratação de Empresa especializada em engenharia para execução de Obras de pavimentação asfáltica e Drenagem Superficial na Avenida Brasil no município de Curvelândia/MT, mediante Contrato de Repasse nº 896267/2019, 2ª etapa, compreendendo 6.380,27 m², entre as ruas Portugal e Desbravadores, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Curvelândia, objetivando a Execução de Ações Relativas ao Planejamento Urbano

**Prazo de execução:** 29/01/2021 à 09/03/2021.

Tomada de Preços nº 007/2020.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sr. FERNANDO GIACOMAZZI CAMPESATTO, Representante Legal.

### CONTRATOS
### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2020

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2020**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**Contratada**: CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA

**CNPJ: 03.722.632/0001-57**

**OBJETO:** Contratação de Empresa especializada em engenharia para execução de Obras de pavimentação asfáltica e Drenagem Superficial na Avenida Brasil no município de Curvelândia/MT, mediante Contrato de Repasse nº 893086/2019, 1ª etapa, compreendendo 5.170,80 m², entre as ruas Minas Gerais e Portugal, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Curvelândia, objetivando a Execução de Ações Relativas ao Planejamento Urbano

**Prazo de execução:** 30/01/2021 à 10/03/2021.

Tomada de Preços nº 007/2020.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sr. FERNANDO GIACOMAZZI CAMPESATTO, Representante Legal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

### SETOR DE RH

**PORTARIA Nº 144/2021**

*"Padroniza e Determina os Prazos para Encaminhamento de Relatórios de Fiscalização de Contratos – no Município de Diamantino/MT".*

A Secretaria Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de poderes que lhes são conferidos de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Lei de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93, prevê, nas entrelinhas de seus artigos, que o Administrador Público deve organizar e implantar em órgãos públicos um sistema de gestão de contratos, compreendendo o gerenciamento, o acompanhamento e a fiscalização da execução até o recebimento do objeto. CONSIDERANDO a lei complementar nº 056/2019 dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Diamantino – MT., e seu art. 47. trata do fiscal de contrato. CONSIDERANDO as Normas de envio das cargas mensais do sistema APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso - TCE/MT.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Fica estabelecida o prazo de apresentação dos Relatórios de Contratos Mensais até o dia 12(doze) de cada mês.

Parágrafo Único. Os relatórios devem ser entregues ao Gestor de Contratos, para conferencia e inclusão nos sistemas devidos.

**Artigo 2º** - Fica condicionado o recebimento da Gratificação prevista na lei complementar 056/2019 anexo III, a apresentação do Relatório de Contratos no data estipulado do artigo 1°.

Parágrafo Único. Os relatórios não entregues na data prevista no artigo 1, ao ser entregues não cumulam recebimento no mês seguinte.

**Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração de Diamantino – MT, 26 de janeiro de 2021.

Registre-se e afixe-se.

Alfredo de Araujo Granja Filho

Secretário Municipal de Administração

### SETOR DE RH

**ERRATA DA PORTARIA RH Nº 149/2021 de 25 de Janeiro de 2021**

**PORTARIA RH Nº 149/2021, publicada no Diário Oficial AMM-mt Nº 3. 655, DE 27 de Janeiro de 2021**

**Correção:**

**ONDE SE LÊ:**

**Art. 1º** - Nomear a Srª **ANDRESSA BUENO BATISTONI,** portadora do RG nº 2121023-3 SSP/MT, inscrita no CPF nº 048.736.711-16,, como Fiscal de Obras do Contrato **nº 039/2020.**

**LEIA-SE:**

**Art. 1º** - Nomear a Srª **ANDRESSA BUENO BATISTONI,** portadora do RG nº 2121023-3 SSP/MT, inscrita no CPF nº 048.736.711-16,, como **Fiscal do Contrato nº 039/2020**..

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de **27/01/2021**, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 27 de Janeiro de 2021.

**MANOEL LOUREIRO NETO**

***Prefeito Municipal***

### SETOR DE RH

**ERRATA DAS PORTARIAS RH Nº 146; 147 e 148/2021 de 25 de Janeiro de 2021**

**PORTARIAS RH Nº 146; 147 e 148/2021, publicadas no Diário Oficial AMM-mt Nº 3.655, DE 27 de Janeiro de 2021**

**Correção:**

**ONDE SE LÊ:**

**Art. 1º** - Nomear o Sr. **BRUNO RICARDO FREIRE LACHMANN,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 2137646-8 SSP/MT e CPF N.º 025.579.941-11, como Fiscal de Obras do Contrato..

**LEIA-SE:**

**Art. 1º** - Nomear o Sr. **BRUNO RICARDO FREIRE LACHMANN,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 2137646-8 SSP/MT e CPF N.º 025.579.941-11, como **Fiscal de Contrato**...

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de **27/01/2021**, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 27 de Janeiro de 2021.

**MANOEL LOUREIRO NETO**

***Prefeito Municipal***

### LICITAÇÃO
### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO 071/2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº 071/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO NO BAIRRO BENTO PORTO) NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

CONTRATADO: ELITON LUIZ LOPES BARROS - ME

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 27 DE JANEIRO DE 2021.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 002/2019.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE LIMPEZA PUBLICA NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, COM COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS E LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, COMO VARRIÇÃO, CAPINA, ROÇADA, E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT E A EMPRESA ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

ACRÉSCIMO DE VALOR: R$ 1.513.417,50.

CONTRATADO: ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO– PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 27 DE JANEIRO DE 2021.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALORES REFERENTE ARP Nº 149/2020.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALORES A ARP Nº 149/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE METARIAIS INSUMOS E INSTRUMENTAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO- MT.

ACRÉSCIMO DE VALOR: R$ 415,83.

CONTRATADO: RINALDI E COGO LTDA

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO– PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 27 DE JANEIRO DE 2021.

**SETOR DE RH**

**ERRATA DA PORTARIA RH Nº 145/2021 de 25 de Janeiro de 2021**

**PORTARIA RH Nº 145/2021, publicada no Diário Oficial AMM-mt Nº 3. 655, DE 27 de Janeiro de 2021**

**Correção:**

**ONDE SE LÊ:**

**Art. 1º** - Nomear o Sr. **BRUNO RICARDO FREIRE LACHMANN,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 2137646-8 SSP/MT e CPF N.º 025.579. 941-11, como Fiscal de Obras do Contrato **nº 116/2019 -** cujo OBJETO é: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recapeamento de pavimento em ruas e avenidas do município de Diamantino-MT.**

**LEIA-SE:**

**Art. 1º** - Nomear o Sr. **BRUNO RICARDO FREIRE LACHMANN,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 2137646-8 SSP/MT e CPF N.º 025.579. 941-11, como Fiscal de Obras do Contrato **nº 116/2020 -** cujo OBJETO é: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recapeamento de pavimento em ruas e avenidas do município de Diamantino-MT.**

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de **27/01/2021**, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 27 de Janeiro de 2021.

**MANOEL LOUREIRO NETO**

***Prefeito Municipal***

**SETOR DE RH**

**PORTARIA Nº 154/2021**

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação, para conduzirem os processos licitatórios nas modalidades previstas na Lei 8. 666/93, e demais legislações inerentes, para o exercício de 2021 e da outras Providências.

**MANOEL LOUREIRO NETO,** Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

**Art. 1º -**Nomear para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Diamantino os seguintes servidores:

**I – Presidente:** Sr. **JOÃO PAULO LIMA**, portador do RG nº 1789600 SSP/MT, inscrito no CPF nº 017.024.611-65.

**II – Secretario:** Sr. **ODAIR DE SOUZA BARBOSA,** brasileiro, solteiro, portador do RG sob nº 962399 SSP/MT e CPF sob nº 651.860.791-20

**III – Membro:** Sr. **GILSON DA SILVA**, portador do RG nº 999.549 SSP/MT, inscrito no CPF nº 667.853.401-87.

**SUPLENTES:**I – Sr. **ODILO RENATO DA SILVA,** portador do RG nº 0458478-3 SSP/MT, inscrito no CPF nº 346.194.611-72.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor, a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 18 de Janeiro de 2021.

**MANOEL LOUREIRO NETO**

Prefeito Municipal

**SETOR DE RH**

**PORTARIA Nº 153/2021**

Dispõe sobre a nomeação do Pregoeiro e sua Equipe Apoio, para conduzirem os processos licitatórios na modalidade Pregão, conforme a Lei nº 10.520/02 e demais legislações inerentes, para o exercício de 2021 e da outras Providências.

**MANOEL LOUREIRO NETO,** Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear o Sr. **SERGIO VINICIUS MASSAROLO DIAS,** brasileiro, solteiro**,** portador do RG nº 64367062-2 SSP/SP, inscrito no CPF nº 044. 957.331-17, como Pregoeiro Oficial da Prefeitura de Diamantino, incumbindo-se nas suas atribuições a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

**Art. 2º -** Compõem a Equipe de Apoio os seguintes membros:

I – **SERGIO VINICIUS MASSAROLO DIAS**, portador do RG nº 64367062-2 SSP/SP, inscrito no CPF nº 044.957.331-17

II – **DULCILENE VIEIRA DE BARROS,** portadora do RG nº 740 976 SSP/MT, inscrita no CPF nº 486.839.731-15.

.

III – **GILSON DA SILVA**, portador do RG nº 999.549 SSP/MT, inscrito no CPF nº 667.853.401-87.

**SUPLENTES:**

I – **ODILO RENATO DA SILVA,** portador do RG nº 0458478-3 SSP/MT, inscrito no CPF nº 346.194.611-72.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor, a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 18 de Janeiro de 2021.

**MANOEL LOUREIRO NETO**

Prefeito Municipal

**SETOR DE RH**

**ERRATA DAS PORTARIAS RH Nº 150, 151 E 152/2021 de 25 de Janeiro de 2021**

**PORTARIAS RH Nº 150; 151 E 152/2021, publicadas no Diário Oficial AMM-mt Nº 3.655, DE 27 de Janeiro de 2021**

**Correção:**

**ONDE SE LÊ:**

**Art. 1º** - Nomear a Sra. ***ADRIANE MARCIA SCHMITT ORIBES BARBOSA*****,** brasileira, casada, portadora do RG sob nº 1025613-0-3 SSP/MT e CPF sob nº 860.737.451-68como Fiscal de Obras do Contrato..

**LEIA-SE:**

**Art. 1º** - Nomear a Sra. ***ADRIANE MARCIA SCHMITT ORIBES BARBOSA*****,** brasileira, casada, portadora do RG sob nº 1025613-0-3 SSP/MT e CPF sob nº 860.737.451-68 **como Fiscal do Contrato..**

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de **27/01/2021**, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 27 de Janeiro de 2021.

**MANOEL LOUREIRO NETO**

***Prefeito Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

**PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 088/2021**

**DATA: 26 DE JANEIRO DE 2021**

**JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear a Sra. **DAYANE ALINE MASSUCATE GALLON**, para ocupar o cargo comissionado de **ASSESSORIA II**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

**Artigo 2º** - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 055/2019, cumulado com a Lei Municipal n° 691/2020.

**Artigo 3º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de janeiro de 2021.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021.**

**JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**EMANUEL LIMA COSTA**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,**

**PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

**PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 048/2021**

**CONCURSO PÚBLICO 001/2018**

**JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público, objeto do Edital do Concurso Público n° 001/2018 para se apresentar junto a Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia, Centro, em horário comercial das 7 h às 13 h, **A PARTIR DE 27 DE JANEIRO DE 2021 ATÉ A DATA MÁXIMA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021**, munido dos documentos necessários, constantes no item n° 12 do Edital Completo n° 001/2018, para eventual contratação.

| CARGO: NUTRICIONISTA | | | |
|---|---|---|---|
| **NOME** | **INSCRIÇÃO** | **PONTUAÇÃO** | **CLASSIFICAÇÃO** |
| EMILLY DELLA PASQUA ESPINDOLA | 1320465 | 71,50 | 2° CLASSIFICADA |

FELIZ NATAL – MT, 27 DE JANEIRO DE 2021

**JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**EMANUEL LIMA COSTA**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,**

**PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

**CONTRATO Nº 003/2021**

**CONTRATO Nº 003/2021, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E A EMPRESA SSA CONSULTORIA E PLANEJAMENTOS, COMO ABAIXO SE DECLARA.**

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Voney Rodrigues Goulart**, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade n. 2477543 SSP/GO e do CPF n. 402.603.301-59, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **SSA CONSULTORIA E PLANEJAMENTOS**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 35.580.035/0001-21 estabelecida na cidade de Cuiabá MT na Av. Jardim Tropical , neste ato representada por Hermes Eduardo de Souza e Silva, Carteira de Identidade nº.1384409-1 SSP/MT, CPF nº005.998.261-69 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 008/2020**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital n**º. 007/2020**, e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 –** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de ***ENVIO DE INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO APLIC*****, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração**do município de Gaúcha do norte-MT.

**1.2** - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL**

**2.1 -** O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial cujo **Processo Administrativo nº. 008/2020**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital n**º. 007/2020**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA.**

**3.1 -** orientar no levantamento e apontamento das inconsistências, ferramenta (sistema) para validação e geração dos arquivos pela entidade, fornecimento de relatórios para confrontar com os dados lançados nos sistemas, fornecimento de todas as orientações pertinentes ao assunto e necessárias para envio de forma correta e eficiente, fornecimento de alertas sobre alterações necessárias para acompanhar os ajustes do TCE-MT. Efetivar o envio das cargas mensais, inclusive as validações junto ao site do TCE/MT.

**3.2-** Garantir a entrega dos arquivos referentes as cargas de envio mensal, dentro das especificações do TCE-MT para a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte MT para acelerar o cumprimento de suas atribuições regimentais esculpidas nas disposições das normatizações, buscando celeridade e qualidade das ações dentro dos padrões legais esperados, a partir de consultoria quanto as obrigatoriedades dos envios do APLIC de acordo com a legislação vigente.

3.3- O serviço será executado pela contratada, através de visita presencial, telefone fixo e celular, e-mail, skype, whatsapp e outros meios de comunicação disponíveis.

3.4- Executar os serviços em conformidade com as normas legais pertinentes ao TCE conforma abaixo:

Ø Refazer, as suas expensas, eventuais serviços que contem erro sem nenhum custo a mais ao município uma vez que é de responsabilidade da contratante o envio das cargas do município;

Ø Efetuar o pagamento das suas contribuições sociais e previdenciárias;

Ø Comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada, que implique direta ou indiretamente na execução contratual;

Ø Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressão que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei;

Ø Comprovar e manter a sua regularidade fiscal durante todo o período do contrato;

Ø Outras atribuições de inquestionável obrigação da contratada conforme minuta de contrato anexa ao edital da licitação.

**3.4-** Todas as despesas para a prestação dos serviços será por conta da contratada, tais como, impostos, encargos sociais, transportes, hospedagens, alimentação, etc.

**3.5- O presente contrato terá sua vigência até o dia 27 de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado**.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

**4.1 -** O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de ***R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) sendo pagos por cada envio de cargas do APLIC no valor de 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)***, cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contrata;

**4.2 -** O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pela **Secretaria Municipal de Administração *de Gaúcha do Norte-MT***.

**4.3 -** O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal discriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

**4.4 -** O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

**4.5 -** Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

**5 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**5.1 -** Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2019 e anos seguintes, nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ORGAO: 11

UNIDADE: 001

PROJ/ATIV: 20045

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.33

REDUZIDO: 394

**6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**6.1 –** São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes a prestação de serviços do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

e) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

f) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

**g)** o **CONTRATADO** não terá direito a **férias e 13º salário**.

**6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:**

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou serviços, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

**7 – DAS SANÇÕES**

**7.1 -** A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

**7.2 -** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

**7.3 -** As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

**7.4 -** Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

**7.5 -** Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

**7.6 -** Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no "item 7.7.4", de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**7.7 -** Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**7.8 -** A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

**7.9 -** A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

**7.9.1 -** A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

**7.9.2 -** De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

**7.9.3 -** O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

**7.9.4 -** Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

**7.9.5 -** Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

**7.10 -** A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

**7.11 -** Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

**7.12 -** As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

**8 – DOS CASOS DE RESCISÃO**

**8.1 –** O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

**8.2 -** Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

**8.3 -** A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

**8.4 –** A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

**8.5 –** A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

**8.6 –** A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**8.7 -** A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

**9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**9.1 -** A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente,

ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**10.1 -** O Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº. 8. 666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

**10.1.1 - I -** Unilateralmente pela Administração:

**a)** Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

**10.1.2 - II -** Por acordo das partes:

**b)** Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento.

**10.2 –** De acordo com o Artigo 57 e Outros casos previstos na Lei nº. 8. 666/93.

**10.2.1 -** O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da Contratante nos termos do item 10. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento, ficando prevalecendo o valor mensal a ser pago de acordo com o último mês de prestação dos serviços.

**11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1 -** O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pela disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

**11.2 -** Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

**11.3 -** Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

**11.4 -** Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

**11.5 -** Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Edital nº 007/2020 Pregão Presencial - SRP**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 27 de janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE **SSA CONSULTORIA E PLANEJAMENTOS**

Voney Rodrigues Goulart CNPJ nº 35.580.035/0001-21

CONTRATANTE CONTRATADA

NOME

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS: _____

_____

**EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 004/2021**

Contrato nº. 08/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ALEXANDRO SIQUEIRA**

CPF: 705.456.181-34

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AGENTE DE SANEAMENTO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 04/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 2.068,17

Data da rescisão: 25/01/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

**DECRETO Nº 1079/2020 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL**

**DECRETO Nº 1079/2020 DE QUARTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2020**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de GAUCHA DO NORTE, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 932/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 99.196,20 (NOVENTA E NOVE MIL E CENTO E NOVENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

**06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Cód. Reduzido 93**

002.10.301.0075.20009 MANUT. E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAUDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5. 080,00

**Cód. Reduzido 100**

002.10.301.0075.20010 MANUT. E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAUDE

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 800,00

**Cód. Reduzido 114**

002.10.301.0075.20012 MANUT. E ENCARGOS COM O BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

0.1.46.000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS - PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL -

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 275,47

**Cód. Reduzido 134**

002.10.301.0075.20017 MANUT. DO PROGRAMA SAÚDE FAMILIAR - PSF

0.1.46.000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS - PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL -

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.429,15

**SUBTOTAL 9.584,62 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO**

**Cód. Reduzido 229**

003.20.122.0004.20035 MANUT. ENCARGOS COM SEC. DE DESENVOLVIMENTO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 386,00

**SUBTOTAL 386,00 09 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS**

**Cód. Reduzido 278**

001.04.122.0003.20042 MANUT. E ENCARGOS C/ SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 0,02

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 34.780,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 22.000,00

**Cód. Reduzido 370**

002.17.512.0076.20044 MANUT. E ENCARGOS COM O DAE DEPTO. AGUA E ESGOTO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 0,10

**SUBTOTAL 56.780,12 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Cód. Reduzido 385**

001.04.122.0003.20045 MANUT. E ENCARGOS COM SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.075,16

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 329,81

**Cód. Reduzido 406**

001.11.331.0084.20046 FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390470000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 21.728,46

**SUBTOTAL 23.133,43 12 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**

**Cód. Reduzido 414**

001.12.361.0042.20051 MANUT. E ENCARGOS COM GAB. DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.918,22

**Cód. Reduzido 511**

003.12.361.0042.20060 MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE EDUCAÇÃO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 926,00

**Cód. Reduzido 743**

007.13.392.0048.20073 MANUT. E ENCARGOS COM DEPTO DE CULTURA

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 3.109,31

**SUBTOTAL 6.953,53 13 SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Cód. Reduzido 651**

002.08.244.0015.20080 MANUT. E ENCARGOS COM FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 2.100,00

**Cód. Reduzido 727**

004.16.482.0190.20092 MANUT. E ENCARGOS PROGRAMA DE HABITAÇÃO

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 258,50

**SUBTOTAL 2.358,50**

**TOTAL 99.196,20**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

**08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO**

**Cód. Reduzido 218**

001.20.122.0003.10028 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÓVEIS E UTENSÍLIOS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 386,00

**SUBTOTAL 386,00 09 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS**

**Cód. Reduzido 355**

001.26.782.0260.20043 MANUT. E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS (FETHAB)

0.1.30.000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 11.139,63

**SUBTOTAL 11.139,63 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Cód. Reduzido 407**

001.28.843.0003.20050 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA JUNTO AO INSS

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3290210000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO 798,10

**SUBTOTAL 798,10 12 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**

**Cód. Reduzido 508**

003.12.361.0042.20060 MANUT. E ENCARGOS COM DEP. DE EDUCAÇÃO

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 926,00

**SUBTOTAL 926,00 13 SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Cód. Reduzido 652**

002.08.244.0015.20080 MANUT. E ENCARGOS COM FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 2.100,00

**Cód. Reduzido 666**

002.08.244.0015.20081 MANUT. E ENCARGOS COM BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BL P

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 4.901,00

**Cód. Reduzido 678**

002.08.244.0015.20083 MANUT. SERV. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PSB-FEAS

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.260,00

**Cód. Reduzido 679**

002.08.244.0015.20084 MANUT. E APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO IGD-SUAS

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 4.500,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 7.500,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 5.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 2.000,00

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 5.000,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.080,00

**Cód. Reduzido 688**

002.08.244.0015.20086 MANUT. DO PROGRAMA DO FUPIS

0.1.43.000000 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTENCIA SOCIAL

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 820,00

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 99,00

**Cód. Reduzido 690**

002.08.244.0015.20087 MANUT. DA GESTÃO DA BOLSA FAMÍLIA -IGD/PBF

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 4.000,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 400,00

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 9.790,73

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.485,50

**Cód. Reduzido 698**

002.08.244.0015.20089 MANUT. DA GESTÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS - BE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 11.514,50

**Cód. Reduzido 702**

002.08.244.0015.20115 FORTALECIMENTO CONTROLE SOCIAL 03% IGD - SUAS

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 204,40

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 258,56

**Cód. Reduzido 708**

003.08.243.0015.10108 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MÓVEIS UTENSÍLIOS P/FMDCA - CONS. TUTE

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.500,00

**Cód. Reduzido 718**

003.08.243.0015.20090 MANUT. E ENCARGOS COM FMDCA - CONS. TUTELAR

0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.532,78

**SUBTOTAL 85.946,47**

**TOTAL 99.196,20**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO GAUCHA DO NORTE - MT.**

**AOS DOIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.**

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

## PORTARIA MUNICIPAL Nº 074/2021

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**VONEY RODRIGUES GOULART**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**Considerando**, a Lei Orgânica 335/2008, Art. 97.

**RESOLVE:**

**Art. 1° -** Conceder a servidor (a) **LUIZ CARLOS SANTOS LOPES**,brasileiro (a), nascido (a) em 19/04/1975, portador (a) do RG nº 11161333 SSP/MT e do CPF nº 765.341.201-78, Servidor (a) público (a) **EFETIVO** no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, gozo de 15 (dias) dias de **licença prêmio** referente ao período aquisitivo 2013/2018 a data do gozo será a partir do dia 25/01/2021 até 08/02/2021, com data prevista para retorno no dia 09/02/2021.

**Art. 2°** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 25/01/2021.

Gaúcha do Norte-MT, 27 de janeiro de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 005/2021

Contrato nº. 94/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ADRIANA RIBEIRO RODRIGUES**

CPF: 017.261.061-36

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE LIMPEZA

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 01/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data da rescisão: 23/01/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

**ERRATA 2021**

**ERRATA DA PORTARIA N.º 034/GP/2021**

***"Retifica a Portaria n° 034/GP/2021 e da outras providências"***

**O Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, resolve:**

**RETIFICAR**

**Onde se lê:**

**"**Que serão gozadas de 20 de Janeiro de 2021 a 18 de Janeiro de 2021**"**

**Leia-se:**

"Que serão gozadas de 20 de Janeiro de 2021 a 18 de Fevereiro de 2021**"**

**Gabinete do Prefeito, 27 de Janeiro de 2021.**

***Marcelo de Aquino***

***Prefeito Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 074/2021**

**SÚMULA:** ***"***Designa servidor, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora **Renate Langhorst,** inscrita no CPF n° 023.497.911-90, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato de Rateio n° 001/2021,** celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e **CONSORCIO PÚBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES,** inscrito no CNPJ n.º 23.019.551/0001-00, que tem por objeto a "CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA LEI MUNICIPAL 434/2017, QUE AUTORIZOU O INGRESSO NO CONSORCIO."

**Art. 2°** - Designar a servidora ADRIANA LAURETH, inscrita no CPF n° 026.652.851.18, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, bem como coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade; elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC, propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 4º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 5º -** Revogam-se as disposições em contrário;

**CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.**

Itanhangá-MT, 26 de janeiro de 2021

Caixa de Texto: Afixado no Mural desta Prefeitura Em _____/_____/2021

**EDU LAUDI PASCOSKI**

**Prefeito Municipal**

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**EMERSON SABATINE**

Secretário de Finanças

Secretária de Administração e Planejamento

**BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX**

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Ciente em: _____/_____/_____ CPF: _____

Nome por extenso: _____

**RENATE LANGHORST**

Fiscal do Contrato de Rateio – 001/2021

Ciente em: _____/_____/_____ CPF: _____

Nome por extenso: _____

**ADRIANA LAURETH**

Fiscal Suplente do Contrato de Rateio – 001/2021

Ciente em: _____/_____/_____ CPF: _____

Nome por extenso: _____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2021**

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 008/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM EXECUTADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, REALIZANDO ATENDIMENTOS DE CONSULTAS E DEMAIS PROCEDIMENTOS PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **12 de fevereiro de 2021, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 27 de janeiro de 2021.

**CAMILA BRUNA MORESCO**

Pregoeira Oficial

# CONTABILIDADE
# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2020

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 2º semestre** |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Despesa com Pessoal | Despesa Executada com Pessoal | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| **Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 804.744,88 | 986.573,51 | 1.041.744,74 | 1.206.289,40 | 960.295,97 | 967.965,95 | 975.672,85 | 930.666,85 | 914.870,64 | 1.038.594,19 | 1.008.668,57 | 2.431.197,49 | 13.267.285,04 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 804.744,88 | 917.201,01 | 927.599,65 | 968.324,75 | 849.610,61 | 852.357,99 | 852.314,49 | 851.962,05 | 835.316,14 | 892.539,16 | 865.160,95 | 2.152.895,21 | 11.770.026,89 | 0,00 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 681.128,79 | 769.172,03 | 777.841,53 | 812.964,10 | 709.783,71 | 711.190,66 | 710.989,59 | 711.318,09 | 698.630,36 | 743.855,58 | 729.195,73 | 1.885.600,46 | 9.941.670,63 | 0,00 |
| Obrigações Patronais | 123.616,09 | 148.028,98 | 149.758,12 | 155.360,65 | 139.826,90 | 141.167,33 | 141.324,90 | 140.643,96 | 136.685,78 | 148.683,58 | 135.965,22 | 267.294,75 | 1.828.356,26 | 0,00 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | | 69.372,50 | 114.145,09 | 237.964,65 | 110.685,36 | 115.607,96 | 123.358,36 | 78.704,80 | 79.554,50 | 146.055,03 | 143.507,62 | 278.302,28 | 1.497.258,15 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 32.371,85 | 23.111,68 | 11.105,64 | 53.642,49 | 21.232,46 | 6.637,89 | 7.048,63 | 2.580,00 | 7.574,69 | 12.118,25 | 15.639,44 | 169.350,91 | 362.413,93 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 32.371,85 | 23.111,68 | 11.105,64 | 53.642,49 | 21.232,46 | 6.637,89 | 7.048,63 | 2.580,00 | 7.574,69 | 12.118,25 | 15.639,44 | 169.350,91 | 362.413,93 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 772.373,03 | 963.461,83 | 1.030.639,10 | 1.152.646,91 | 939.063,51 | 961.328,06 | 968.624,22 | 928.086,85 | 907.295,95 | 1.026.475,94 | 993.029,13 | 2.261.846,58 | 12.904.871,11 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | |
|---|---|---|
| | Valor | % sobre a RCL Ajustada |
| **DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 29.987.428,41 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V) | 150.000,00 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 29.837.428,41 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 12.904.871,11 | 43,25 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 16.112.211,34 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 15.306.600,77 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 14.500.990,21 | 48,60 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | |
| | No Quadrimestre/Semestre | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b-a) | Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c) | Limite (e) = (b-d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f-a) | Limite (h) = (a) | % DTP (i) |
| **Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal** | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida | Cálculo da Dívida Consolidada Líquida | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Dívida Consolidada** | - | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 2.343,22 | 440.857,94 | 2.903.115,65 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 2.343,22 | 440.857,94 | 2.903.115,65 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 440.857,94 | 2.903.115,65 |
| Internos | 0,00 | 440.857,94 | 2.903.115,65 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 2.343,22 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 2.343,22 | 0,00 | 0,00 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 5.024.055,60 | 6.541.230,51 | 7.349.456,69 |
| Disponibilidade de Caixa | 5.024.055,60 | 6.541.230,51 | 7.349.456,69 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 5.043.485,75 | 6.545.915,88 | 7.373.929,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 19.430,15 | 4.685,37 | 24.472,31 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -5.021.712,38 | -6.100.372,57 | -4.446.341,04 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 26.069.527,95 | 28.308.599,46 | 29.987.428,41 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 26.069.527,95 | 28.308.599,46 | 29.987.428,41 |
| % da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI) | 0,01 | 1,56 | 9,68 |
| % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI) | -19,26 | -21,55 | -14,83 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 31.283.433,54 | 33.971.261,76 | 35.985.699,89 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 28.155.090,19 | 30.574.135,58 | 32.387.129,90 |
| **Outros Valores Não Integrantes da DC** | - | - | - |
| Precatórios Anteriores a 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Insuficiência Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos e Consignações Sem Contrapartida | 1.782,07 | 128.955,06 | 2.250,41 |
| RP Não-Processados | 709.422,48 | 154.622,35 | 1.685.244,11 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Apropriação de Depósitos Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 2º semestre** |

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | **-** |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | | Exercício do Terceiro Período Seguinte | | |
| | Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | | Terceiro Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DCL (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c) | Limite (e) = (b - d) | % DCL (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | Limite (h) = (e) | % DCL (i) | Redutor Residual (j) = (i - a) | Limite (k) = (a) | % DCL (j) |
| Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Percentuais | | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| AOS ESTADOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 26.069.527,95 | 28.309.384,80 | 29.987.428,41 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas IndividuaiS (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII) | 26.069.527,95 | 28.309.384,80 | 29.987.428,41 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> | 5.213.905,59 | 5.661.876,96 | 5.997.616,65 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 4.692.515,03 | 5.095.689,26 | 5.397.854,99 |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| DOS ESTADOS (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DOS MUNICÍPIOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 2.970.939,89 | 2.970.939,89 |
| Interna | 2.970.939,89 | 2.970.939,89 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I) | 2.970.939,89 | 2.970.939,89 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) | 2.970.939,89 | 2.970.939,89 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Apuração do Cumprimento dos Limites | Apuração do Cumprimento dos Limites | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Apuração do Cumprimento dos Limites** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 29.987.428,41 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 150.000,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 29.837.428,41 | |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa) | | |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 4.773.988,55 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 4.296.589,69 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 2.088.619,99 | 7,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada** | - | - |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Disponibilidade de Caixa | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
| | | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | |
| | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 3,988,238.47 | 4,320.00 | 20,152.31 | 0.00 | 1,940.56 | 0.00 | 3,961,825.60 | 655,634.07 | 0.00 | 3,306,191.53 |
| Recursos Ordinários | 3,988,238.47 | 4,320.00 | 20,152.31 | 0.00 | 1,940.56 | 0.00 | 3,961,825.60 | 655,634.07 | 0.00 | 3,306,191.53 |
| Outros Recursos não Vinculados | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 3,385,754.58 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 309.85 | 0.00 | 3,385,444.73 | 1,029,610.04 | 0.00 | 2,355,834.69 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Transferências do FUNDEB | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Outros Recursos Vinculados à Educação | 829,474.36 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 829,474.36 | 312,150.84 | 0.00 | 517,323.52 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Outros Recursos Vinculados à Saúde | 966,198.56 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 966,198.56 | 208,404.57 | 0.00 | 757,793.99 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde) | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Outros Recursos Vinculados | 1,590,081.66 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 309.85 | 0.00 | 1,589,771.81 | 509,054.63 | 0.00 | 1,080,717.18 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 7,373,993.05 | 4,320.00 | 20,152.31 | 0.00 | 2,250.41 | 0.00 | 7,347,270.33 | 1,685,244.11 | 0.00 | 5,662,026.22 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Receita Corrente Líquida | Valor Até o Semestre |
|---|---|
| | Valor Até o Semestre |
| **Receita Corrente Líquida** | - |
| Receita Corrente Líquida | 29.987.428,41 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 29.987.428,41 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 29.837.428,41 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Despesa com Pessoal | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Despesa com Pessoal** | - | - |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 12.904.871,11 | 43,25 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> | 16.112.211,34 | 54,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> | 15.306.600,77 | 51,30 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 14.500.990,21 | 48,60 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Dívida Consolidada | Comparativo do Saldo da Dívida | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Dívida Consolidada** | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | -4.446.341,04 | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 35.985.699,89 | 0,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Garantias de Valores | Comparativo do Saldo de Garantia | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Garantias de Valores** | - | - |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 5.997.616,65 | 0,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 4.773.988,55 | 16,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 2.088.619,99 | 7,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Restos a Pagar | Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa | |
|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| **Restos a Pagar** | - | - |
| Valor Total | 1.685.244,11 | 5.662.026,22 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |
| Assinatura: 6 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 02/2021**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 02/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2020

ITANHANGÁ - MT, 27 DE JANEIRO DE 2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2020 homologado em 11 de janeiro de 2021. CONVOCA os candidatos classificados para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, 13:00 horas as 17:00, no prazo de 72 horas (setenta e duas) 3 dias, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

A Contratação, será, a partir da data de 01 de Fevereiro de 2021, nas condições da legislação e regulamentos específicas.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

| **Auxiliar de Serviços Gerais 30H** | | | |
|---|---|---|---|
| **Escolas Sede do Município** | | | |
| NOME | CPF | NASC. | CLASSIFICAÇÃO |

| | | | |
|---|---|---|---|
| SONIA GARCIA | 572.058.921-04 | 19/04/1965 | 4º - CLASSIFICADA |
| **Professor Licenciatura Plena em Educação Física 24H** | | | |
| **Escola Municipal Paulo Freire / Escola Municipal Cecília Meireles – Agrovila Monte Alto** | | | |
| NOME | CPF | NASC. | CLASSIFICAÇÃO |
| SEBASTIAO RODRIGUES PEREIRA | 318.411.121-00 | 17/07/1964 | 4º - CLASSIFICADA |
| RICARDO MATHIS JUNIOR | 017.608.301-43 | 07/02/1986 | 5º - CLASSIFICADA |
| **Motorista de Ônibus e Veículos Escolares 40H** | | | |
| NOME | CPF | NASC. | CLASSIFICAÇÃO |
| LECIANO PEDRO DA SILVA | 027.309.861-62 | 18/04/1988 | 4º - CLASSIFICADO |

***Edu Laudi Pascoski***

**Prefeito Municipal**

**ITEM II**

**DOCUMENTOS PARA A ADMISSÃO**

**CÓPIA E ORIGINAL**

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma Registrado no Órgão Competente;

6. Histórico Escolar da Faculdade;

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

**ORIGINAL**

14. FOTO 3X4 (atual, colorida);

15. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente Processo Seletivo;

17. Certidão de Quitação Eleitoral;

18. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM (do município de Itanhangá – MT);

19. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

21. Declaração para IRFF e salário família

22. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

23. Exame médico Admissional.

**ITEM III**

**DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA**

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.*

**ITEM IV**

**DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO**

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

**a.** ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011.

**b.** ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior)

Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

| DISCRIMINAÇÃO DO BEM | VALOR (R$) |
|---|---|
| | |
| | |
| | |

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

**ITEM V**

**DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.**

| IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nome: | | | | |
| Matricula: | Lotação: | | | |
| Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo | | | | |
| CPF: | RG: | | | |
| Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____<br>Bairro: _____ CEP: _____<br>Município: _____ UF: _____<br>Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____ | | | | |
| Nome do Dependente | Sexo | Código do Dependente | Data de Nascimento | É portador de necessidade especial ou estudante |
| | | | | |
| Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização.<br>Data: ____/_____/_____ _____<br>Assinatura | | | | |
| CÓDIGO DE DEPENDENTES:<br>C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe | | | | |

| |
|---|
| Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI)<br>Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. |
| Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão |

**ITEM VI**

**DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO**

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, **DECLARO** para o fim específico de ingresso **no Cargo de _____,n**a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2021**

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 016/2021 de 04/01/2021, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 003/2021**, instaurada para o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR, PNEUS E PROTETORES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".,** sagrou-se vencedora as seguintes empresas: a empresa **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA – CNPJ: 03.532.991/0001-41** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 442.346,50 (quatrocentos e quarenta e dois mil trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) e a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA – CNPJ: 01.976.860/0048-91** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 472.707,16 (quatrocentos e setenta e dois mil setecentos e sete reais e dezesseis centavos), o item 45 teve como resultado fracassado.

Itanhangá-MT, 27 de janeiro de 2021.

**CAMILA BRUNA MORESCO**

Pregoeira Oficial

**CONTABILIDADE**
**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 6º BIMESTRE 2020**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional

| |
|---|
| **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| **CNPJ:** |
| **Exercício: 2020** |
| **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 24.750.000,00 | 29.127.197,19 | 5.892.787,61 | 20,23 | 33.351.224,11 | 114,50 | -4.224.026,92 |
| RECEITAS CORRENTES | 24.458.000,00 | 26.444.878,74 | 5.278.679,15 | 19,96 | 29.987.428,41 | 113,40 | -3.542.549,67 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 2.851.600,00 | 2.996.600,00 | 589.528,08 | 19,67 | 3.907.933,57 | 130,41 | -911.333,57 |
| Impostos | 2.342.000,00 | 2.487.000,00 | 516.238,07 | 20,76 | 3.399.566,89 | 136,69 | -912.566,89 |
| Taxas | 485.800,00 | 485.800,00 | 62.113,57 | 12,79 | 448.204,15 | 92,26 | 37.595,85 |
| Contribuição de Melhoria | 23.800,00 | 23.800,00 | 11.176,44 | 46,96 | 60.162,53 | 252,78 | -36.362,53 |
| CONTRIBUIÇÕES | 120.000,00 | 120.000,00 | 25.738,49 | 21,45 | 92.245,13 | 76,87 | 27.754,87 |
| Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 120.000,00 | 120.000,00 | 25.738,49 | 21,45 | 92.245,13 | 76,87 | 27.754,87 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 111.050,00 | 111.050,00 | 3.142,98 | 2,83 | 41.896,35 | 37,73 | 69.153,65 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Valores Mobiliários | 111.050,00 | 111.050,00 | 3.142,98 | 2,83 | 41.896,35 | 37,73 | 69.153,65 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 799.000,00 | 799.000,00 | 181.104,48 | 22,67 | 933.456,56 | 116,83 | -134.456,56 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 794.000,00 | 794.000,00 | 181.104,48 | 22,81 | 933.456,56 | 117,56 | -139.456,56 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Serviços | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | | 0,00 | | 5.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 20.558.200,00 | 22.400.078,74 | 4.475.802,01 | 19,98 | 24.907.084,94 | 111,19 | -2.507.006,20 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 9.026.700,00 | 10.584.419,74 | 1.811.330,38 | 17,11 | 11.630.238,02 | 109,88 | -1.045.818,28 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 7.631.000,00 | 7.915.159,00 | 1.758.155,91 | 22,21 | 8.840.882,79 | 111,70 | -925.723,79 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 3.889,12 | | 3.889,12 | | -3.889,12 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 3.900.000,00 | 3.900.000,00 | 902.426,60 | 23,14 | 4.431.111,00 | 113,62 | -531.111,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 500,00 | 500,00 | 0,00 | | 964,01 | 192,80 | -464,01 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 18.150,00 | 18.150,00 | 3.363,11 | 18,53 | 104.811,86 | 577,48 | -86.661,86 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | | 0,00 | | 1.000,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 17.150,00 | 17.150,00 | 3.363,11 | 19,61 | 89.811,86 | 523,68 | -72.661,86 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 15.000,00 | | -15.000,00 |

Documento gerado em 27/01/2021 16:52:54

Página 1 de 41

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 292.000,00 | 2.682.318,45 | 614.108,46 | 22,89 | 3.363.795,70 | 125,41 | -681.477,25 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 2.390.318,45 | 580.621,44 | 24,29 | 2.970.939,89 | 124,29 | -580.621,44 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 2.390.318,45 | 580.621,44 | 24,29 | 2.970.939,89 | 124,29 | -580.621,44 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 142.000,00 | 142.000,00 | 33.487,02 | 23,58 | 100.741,07 | 70,94 | 41.258,93 |
| Alienação de Bens Móveis | 500,00 | 500,00 | 0,00 | | 0,00 | | 500,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 141.500,00 | 141.500,00 | 33.487,02 | 23,67 | 100.741,07 | 71,20 | 40.758,93 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 150.000,00 | 150.000,00 | 0,00 | | 292.114,74 | 194,74 | -142.114,74 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 75.000,00 | 75.000,00 | 0,00 | | 0,00 | | 75.000,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 75.000,00 | 75.000,00 | 0,00 | | 292.114,74 | 389,49 | -217.114,74 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 24.750.000,00 | 29.127.197,19 | 5.892.787,61 | 20,23 | 33.351.224,11 | 114,50 | -4.224.026,92 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 24.750.000,00 | 29.127.197,19 | 5.892.787,61 | 20,23 | 33.351.224,11 | 114,50 | -4.224.026,92 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 24.750.000,00 | 29.127.197,19 | 5.892.787,61 | 20,23 | 33.351.224,11 | 114,50 | -4.224.026,92 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 4.182.357,80 | | | 4.182.357,80 | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | 4.182.357,80 | | | 4.182.357,80 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| **Despesas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 24.749.000,00 | 34.163.965,56 | 5.215.506,48 | 31.882.758,13 | 2.281.207,43 | 6.587.911,97 | 30.186.892,59 | 3.977.072,97 | 30.154.654,87 | 1.695.865,54 |
| DESPESAS CORRENTES | 23.276.900,00 | 26.143.445,38 | 4.113.530,25 | 24.463.205,45 | 1.680.239,93 | 5.347.161,45 | 23.592.088,48 | 2.551.356,90 | 23.559.850,76 | 871.116,97 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 12.285.684,00 | 13.161.866,92 | 3.074.203,39 | 12.450.274,45 | 711.592,47 | 3.075.073,39 | 12.450.274,45 | 711.592,47 | 12.440.427,25 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 1.000,00 | 79.086,33 | 4.473,10 | 63.559,43 | 15.526,90 | 19.915,21 | 52.909,50 | 26.176,83 | 52.909,50 | 10.649,93 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 10.990.216,00 | 12.902.492,13 | 1.034.853,76 | 11.949.371,57 | 953.120,56 | 2.252.172,85 | 11.088.904,53 | 1.813.587,60 | 11.066.514,01 | 860.467,04 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.422.100,00 | 7.994.911,72 | 1.101.976,23 | 7.419.552,68 | 575.359,04 | 1.240.750,52 | 6.594.804,11 | 1.400.107,61 | 6.594.804,11 | 824.748,57 |
| INVESTIMENTOS | 1.419.600,00 | 7.924.511,72 | 1.102.151,99 | 7.349.385,08 | 575.126,64 | 1.223.794,46 | 6.524.636,51 | 1.399.875,21 | 6.524.636,51 | 824.748,57 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 2.500,00 | 70.400,00 | -175,76 | 70.167,60 | 232,40 | 16.956,06 | 70.167,60 | 232,40 | 70.167,60 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 50.000,00 | 25.608,46 | | | 25.608,46 | | | 25.608,46 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 24.750.000,00 | 34.163.965,56 | 5.215.506,48 | 31.882.758,13 | 2.281.207,43 | 6.587.911,97 | 30.186.892,59 | 3.977.072,97 | 30.154.654,87 | 1.695.865,54 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 24.750.000,00 | 34.163.965,56 | 5.215.506,48 | 31.882.758,13 | 2.281.207,43 | 6.587.911,97 | 30.186.892,59 | 3.977.072,97 | 30.154.654,87 | 1.695.865,54 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | 1.468.465,98 | | | 3.164.331,52 | | 3.196.569,24 | |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 24.750.000,00 | 34.163.965,56 | 5.215.506,48 | 33.351.224,11 | | 6.587.911,97 | 33.351.224,11 | | 33.351.224,11 | 1.695.865,54 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| **Despesas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 24.749.000,00 | 34.163.965,56 | 5.215.506,48 | 31.882.758,13 | 100,00 | 2.281.207,43 | 6.587.911,97 | 30.186.892,59 | 100,00 | 3.977.072,97 | 1.695.865,54 |
| Legislativa | 1.204.284,00 | 1.322.142,00 | 78.715,97 | 984.290,81 | 3,09 | 337.851,19 | 86.551,29 | 973.669,38 | 3,23 | 348.472,62 | 10.621,43 |
| Ação Legislativa | 1.204.284,00 | 1.322.142,00 | 78.715,97 | 984.290,81 | 3,09 | 337.851,19 | 86.551,29 | 973.669,38 | 3,23 | 348.472,62 | 10.621,43 |
| Controle Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Judiciária | 125.000,00 | 108.421,00 | -1.770,00 | 106.650,00 | 0,33 | 1.771,00 | 26.550,00 | 106.650,00 | 0,35 | 1.771,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 125.000,00 | 108.421,00 | -1.770,00 | 106.650,00 | 0,33 | 1.771,00 | 26.550,00 | 106.650,00 | 0,35 | 1.771,00 | 0,00 |
| FU02 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 3.365.500,00 | 3.492.284,45 | 491.610,70 | 3.394.025,05 | 10,65 | 98.259,40 | 836.242,39 | 3.332.291,54 | 11,04 | 159.992,91 | 61.733,51 |
| Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Administração Geral | 1.984.500,00 | 2.155.424,71 | 324.642,50 | 2.096.199,70 | 6,57 | 59.225,01 | 532.658,74 | 2.071.725,58 | 6,86 | 83.699,13 | 24.474,12 |
| Administração Financeira | 1.195.000,00 | 1.148.405,29 | 117.488,04 | 1.110.283,28 | 3,48 | 38.122,01 | 253.484,74 | 1.073.023,89 | 3,55 | 75.381,40 | 37.259,39 |
| Controle Interno | 180.000,00 | 185.773,24 | 49.418,28 | 184.860,86 | 0,58 | 912,38 | 49.418,28 | 184.860,86 | 0,61 | 912,38 | 0,00 |
| Normatização e Fiscalização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tecnologia da Informação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ordenamento Territorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Concessões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicação Social | 6.000,00 | 2.681,21 | 61,88 | 2.681,21 | 0,01 | 0,00 | 680,63 | 2.681,21 | 0,01 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Naval | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Terrestre | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Informação e Inteligência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cooperação Internacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 942.050,00 | 1.370.143,90 | 275.214,95 | 1.171.223,03 | 3,67 | 198.920,87 | 218.124,94 | 1.051.087,37 | 3,48 | 319.056,53 | 120.135,66 |
| Assistência ao Idoso | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 6.000,00 | 14.928,00 | 0,00 | 14.928,00 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 14.928,00 | 0,05 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 218.500,00 | 289.031,75 | 74.593,64 | 262.613,38 | 0,82 | 26.418,37 | 52.388,07 | 232.475,16 | 0,77 | 56.556,59 | 30.138,22 |
| Assistência Comunitária | 714.550,00 | 963.683,05 | 157.143,53 | 795.575,13 | 2,50 | 168.107,92 | 122.259,09 | 705.577,69 | 2,34 | 258.105,36 | 89.997,44 |
| FU08 - Administração Geral | 0,00 | 102.501,10 | 43.477,78 | 98.106,52 | 0,31 | 4.394,58 | 43.477,78 | 98.106,52 | 0,32 | 4.394,58 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU08 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Complementar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 5.948.600,00 | 7.884.309,85 | 831.061,17 | 7.335.359,22 | 23,01 | 548.950,63 | 1.414.574,27 | 7.126.460,75 | 23,61 | 757.849,10 | 208.898,47 |
| Atenção Básica | 3.283.000,00 | 3.978.400,31 | 354.397,52 | 3.780.727,21 | 11,86 | 197.673,10 | 655.399,97 | 3.693.439,60 | 12,24 | 284.960,71 | 87.287,61 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 2.267.100,00 | 2.743.877,80 | 102.428,74 | 2.522.811,26 | 7,91 | 221.066,54 | 304.250,57 | 2.405.524,98 | 7,97 | 338.352,82 | 117.286,28 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 163.000,00 | 151.630,61 | -22.192,86 | 129.437,75 | 0,41 | 22.192,86 | -882,19 | 129.437,75 | 0,43 | 22.192,86 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 155.500,00 | 227.537,49 | 21.895,20 | 215.310,26 | 0,68 | 12.227,23 | 21.676,76 | 210.985,68 | 0,70 | 16.551,81 | 4.324,58 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU10 - Administração Geral | 80.000,00 | 782.863,64 | 374.532,57 | 687.072,74 | 2,15 | 95.790,90 | 434.129,16 | 687.072,74 | 2,28 | 95.790,90 | 0,00 |
| FU10 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Trabalho | 273.916,00 | 319.075,46 | 16.017,55 | 318.064,24 | 1,00 | 1.011,22 | 85.338,21 | 318.064,24 | 1,05 | 1.011,22 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 250.000,00 | 300.675,46 | 16.017,55 | 299.664,24 | 0,94 | 1.011,22 | 69.238,21 | 299.664,24 | 0,99 | 1.011,22 | 0,00 |
| Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 23.916,00 | 18.400,00 | 0,00 | 18.400,00 | 0,06 | 0,00 | 16.100,00 | 18.400,00 | 0,06 | 0,00 | 0,00 |
| Fomento ao Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 7.404.250,00 | 9.504.327,37 | 1.836.372,57 | 8.889.478,81 | 27,88 | 614.848,56 | 2.157.946,59 | 8.187.985,46 | 27,12 | 1.316.341,91 | 701.493,35 |
| Ensino Fundamental | 4.243.450,00 | 5.755.004,84 | 1.083.787,71 | 5.294.218,59 | 16,61 | 460.786,25 | 1.124.315,91 | 4.792.875,82 | 15,88 | 962.129,02 | 501.342,77 |
| Ensino Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Superior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 2.093.800,00 | 2.681.924,96 | 576.243,74 | 2.566.632,88 | 8,05 | 115.292,08 | 752.749,49 | 2.378.378,92 | 7,88 | 303.546,04 | 188.253,96 |
| Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Administração Geral | 764.500,00 | 886.017,05 | 180.252,03 | 879.538,03 | 2,76 | 6.479,02 | 241.347,96 | 868.374,44 | 2,88 | 17.642,61 | 11.163,59 |
| FU12 - Demais Subfunções | 302.500,00 | 181.380,52 | -3.910,91 | 149.089,31 | 0,47 | 32.291,21 | 39.533,23 | 148.356,28 | 0,49 | 33.024,24 | 733,03 |
| Cultura | 186.000,00 | 148.480,88 | 47.961,99 | 147.765,48 | 0,46 | 715,40 | 71.288,67 | 146.875,48 | 0,49 | 1.605,40 | 890,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 186.000,00 | 148.480,88 | 47.961,99 | 147.765,48 | 0,46 | 715,40 | 71.288,67 | 146.875,48 | 0,49 | 1.605,40 | 890,00 |
| FU13 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 679.000,00 | 4.375.757,95 | 1.040.584,46 | 4.320.145,00 | 13,55 | 55.612,95 | 772.125,71 | 3.899.146,66 | 12,92 | 476.611,29 | 420.998,34 |
| Infra-Estrutura Urbana | 62.000,00 | 3.720.023,97 | 1.059.745,93 | 3.716.450,66 | 11,66 | 3.573,31 | 667.669,27 | 3.298.776,45 | 10,93 | 421.247,52 | 417.674,21 |
| Serviços Urbanos | 617.000,00 | 655.733,98 | -19.161,47 | 603.694,34 | 1,89 | 52.039,64 | 104.456,44 | 600.370,21 | 1,99 | 55.363,77 | 3.324,13 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU16 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento | 497.000,00 | 623.637,36 | 24.465,81 | 569.295,25 | 1,79 | 54.342,11 | 99.551,46 | 540.488,15 | 1,79 | 83.149,21 | 28.807,10 |
| Saneamento Básico Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 497.000,00 | 623.637,36 | 24.465,81 | 569.295,25 | 1,79 | 54.342,11 | 99.551,46 | 540.488,15 | 1,79 | 83.149,21 | 28.807,10 |
| FU17 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU17 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Controle Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Meteorologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 431.000,00 | 288.160,84 | 18.840,04 | 235.106,08 | 0,74 | 53.054,76 | 39.262,80 | 222.335,95 | 0,74 | 65.824,89 | 12.770,13 |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Extensão Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Irrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 431.000,00 | 288.160,84 | 18.840,04 | 235.106,08 | 0,74 | 53.054,76 | 39.262,80 | 222.335,95 | 0,74 | 65.824,89 | 12.770,13 |
| Defesa Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Colonização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Produção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mineração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normalização e Qualidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comercialização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Telecomunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Energia | 290.600,00 | 265.303,16 | 8.366,00 | 253.716,13 | 0,80 | 11.587,03 | 38.972,32 | 253.716,13 | 0,84 | 11.587,03 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia Elétrica | 290.600,00 | 265.303,16 | 8.366,00 | 253.716,13 | 0,80 | 11.587,03 | 38.972,32 | 253.716,13 | 0,84 | 11.587,03 | 0,00 |
| Combustíveis Minerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Biocombustíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 2.900.300,00 | 3.829.052,04 | 508.739,68 | 3.579.819,92 | 11,23 | 249.232,12 | 664.537,84 | 3.475.057,31 | 11,51 | 353.994,73 | 104.762,61 |
| Transporte Aéreo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 2.900.300,00 | 3.829.052,04 | 508.739,68 | 3.579.819,92 | 11,23 | 249.232,12 | 664.537,84 | 3.475.057,31 | 11,51 | 353.994,73 | 104.762,61 |
| Transporte Ferroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Hidroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 441.000,00 | 552.774,51 | 19.605,92 | 523.669,75 | 1,64 | 29.104,76 | 59.163,61 | 509.564,74 | 1,69 | 43.209,77 | 14.105,01 |
| Desporto de Rendimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 441.000,00 | 552.774,51 | 19.605,92 | 523.669,75 | 1,64 | 29.104,76 | 59.163,61 | 509.564,74 | 1,69 | 43.209,77 | 14.105,01 |
| Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 3.500,00 | 54.486,33 | 19.719,67 | 54.149,36 | 0,17 | 336,97 | 17.681,87 | 43.499,43 | 0,14 | 10.986,90 | 10.649,93 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 3.500,00 | 54.486,33 | 19.719,67 | 54.149,36 | 0,17 | 336,97 | 17.681,87 | 43.499,43 | 0,14 | 10.986,90 | 10.649,93 |
| Serviço da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências para a Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU28 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 50.000,00 | 25.608,46 | | | | 25.608,46 | | | | 25.608,46 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 24.750.000,00 | 34.163.965,56 | 5.215.506,48 | 31.882.758,13 | 100,00 | 2.281.207,43 | 6.587.911,97 | 30.186.892,59 | 100,00 | 3.977.072,97 | 1.695.865,54 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/Total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/Total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Controle Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU03 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Controle Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normatização e Fiscalização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tecnologia da Informação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ordenamento Territorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Concessões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicação Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Naval | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Terrestre | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Informação e Inteligência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cooperação Internacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU08 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU08 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Complementar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Atenção Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU10 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU10 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∑ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∑ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fomento ao Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Superior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Administração Geral | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU17 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU17 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Controle Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Meteorologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Extensão Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Irrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Colonização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Produção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mineração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normalização e Qualidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comercialização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Telecomunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia Elétrica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Combustíveis Minerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Biocombustíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Ferroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Hidroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∎ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∎ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desporto Comunitário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências para a Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU28 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Especificação | Evolução da Receita Corrente Líquida | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | | |
| **Especificação** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 2.043.219,81 | 2.310.561,89 | 2.642.483,90 | 2.943.173,12 | 2.047.782,54 | 2.989.403,79 | 3.323.976,73 | 2.846.511,54 | 3.082.274,78 | 3.041.421,08 | 2.494.687,77 | 3.281.293,93 | 33.046.790,88 | 29.499.678,74 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 132.397,52 | 174.703,78 | 365.143,87 | 953.000,67 | 203.709,00 | 568.924,25 | 177.802,09 | 265.387,55 | 266.876,21 | 270.460,55 | 253.230,79 | 336.297,29 | 3.907.933,57 | 2.996.600,00 |
| IPTU | 26.851,34 | 46.856,55 | 187.599,89 | 337.182,83 | 44.986,51 | 45.777,96 | 38.021,98 | 29.197,78 | 43.478,83 | 31.424,28 | 22.127,66 | 41.917,15 | 895.422,76 | 772.500,00 |
| ISS | 41.769,96 | 38.805,97 | 59.195,15 | 85.945,18 | 68.225,94 | 52.731,68 | 70.427,80 | 72.833,92 | 98.077,16 | 90.394,24 | 92.990,73 | 113.911,68 | 886.309,41 | 688.400,00 |
| ITBI | 20.348,18 | 5.477,80 | 2.731,08 | 433.988,32 | 15.014,41 | 404.090,60 | 18.336,74 | 15.919,50 | 91.163,73 | 90.198,86 | 54.748,96 | 33.133,61 | 1.185.151,79 | 631.900,00 |
| IRRF | 16.775,91 | 22.280,89 | 42.191,10 | 34.865,75 | 35.265,94 | 24.058,18 | 19.751,04 | 50.367,87 | 7.503,11 | 22.214,86 | 53.922,15 | 103.486,13 | 432.682,93 | 394.200,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 26.652,13 | 61.282,57 | 73.426,65 | 61.018,59 | 39.216,20 | 42.265,83 | 31.264,53 | 37.068,48 | 26.653,38 | 36.228,31 | 29.441,29 | 43.848,72 | 508.366,68 | 509.600,00 |
| Contribuições | 3.624,44 | 3.837,67 | 3.757,48 | 0,00 | 10.507,92 | 4.663,12 | 10.071,21 | 9.423,25 | 8.118,91 | 12.502,64 | 13.552,69 | 12.185,80 | 92.245,13 | 120.000,00 |
| Receita Patrimonial | 6.624,96 | 5.204,06 | 5.770,27 | 4.068,02 | 4.509,43 | 4.143,32 | 3.522,30 | 1.914,69 | 1.415,86 | 1.580,46 | 1.511,88 | 1.631,10 | 41.896,35 | 111.050,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 6.624,96 | 5.204,06 | 5.770,27 | 4.068,02 | 4.509,43 | 4.143,32 | 3.522,30 | 1.914,69 | 1.415,86 | 1.580,46 | 1.511,88 | 1.631,10 | 41.896,35 | 111.050,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 58.234,97 | 59.163,42 | 62.427,89 | 80.305,33 | 67.781,51 | 80.377,87 | 88.177,67 | 93.318,65 | 72.948,68 | 89.616,09 | 89.084,33 | 92.020,15 | 933.456,56 | 799.000,00 |
| Transferências Correntes | 1.841.767,24 | 2.067.053,78 | 2.204.140,40 | 1.903.621,27 | 1.744.172,81 | 2.329.262,77 | 2.968.296,30 | 2.535.083,24 | 2.732.804,00 | 2.666.734,14 | 2.135.460,32 | 2.837.596,31 | 27.965.792,58 | 25.451.878,74 |
| Cota-Parte do FPM | 606.292,96 | 876.066,18 | 512.259,11 | 502.128,80 | 525.337,84 | 427.653,18 | 737.228,23 | 468.305,53 | 377.224,55 | 507.592,74 | 672.774,35 | 1.003.159,10 | 7.216.022,57 | 8.675.000,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 593.195,67 | 545.519,52 | 818.304,30 | 515.210,43 | 483.330,88 | 614.443,99 | 653.188,96 | 620.230,12 | 879.563,87 | 789.935,25 | 707.296,11 | 963.287,39 | 8.183.506,49 | 6.584.159,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 35.027,50 | 49.392,93 | 89.877,85 | 35.067,66 | 63.619,65 | 67.631,97 | 42.476,48 | 29.580,55 | 34.750,29 | 30.002,83 | 25.768,17 | 89.937,39 | 593.133,27 | 645.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | 15.881,72 | 2.468,63 | 2.149,96 | 19.461,51 | 15.028,22 | 2.427,23 | 1.354,65 | 9.415,42 | 28.682,19 | 478.625,92 | 43.866,63 | 31.487,16 | 650.849,24 | 317.000,00 |
| Transferências da LC nº 87/1996 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 869,25 | 5.162,63 | 3.026,30 | 2.760,20 | 2.314,12 | 2.416,47 | 2.652,00 | 2.877,21 | 3.878,55 | 4.269,85 | 4.134,10 | 5.209,44 | 39.570,12 | 35.500,00 |
| Transferências do FUNDEB | 346.340,42 | 362.788,83 | 422.774,27 | 287.071,86 | 282.678,23 | 324.484,72 | 335.008,64 | 322.462,11 | 416.734,95 | 426.340,37 | 394.096,18 | 508.330,42 | 4.431.111,00 | 3.900.000,00 |
| Outras Transferências Correntes | 244.159,72 | 225.655,06 | 355.748,61 | 541.920,81 | 371.863,87 | 890.205,21 | 1.196.387,34 | 1.082.212,30 | 991.769,60 | 427.967,18 | 287.524,78 | 236.185,41 | 6.851.599,89 | 5.273.219,74 |
| Outras Receitas Correntes | 570,68 | 599,18 | 1.243,99 | 2.177,83 | 17.101,87 | 2.032,46 | 76.107,16 | 1.384,16 | 311,12 | 527,20 | 1.847,76 | 1.563,28 | 105.466,69 | 21.150,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 250.079,45 | 294.689,32 | 284.518,08 | 214.373,53 | 217.463,18 | 222.431,13 | 227.116,88 | 225.506,20 | 264.044,04 | 361.231,21 | 289.940,96 | 357.968,49 | 3.209.362,47 | 3.051.800,00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensações Financ. entre Regimes Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 250.079,45 | 294.689,32 | 284.518,08 | 214.373,53 | 217.463,18 | 222.431,13 | 227.116,88 | 225.506,20 | 264.044,04 | 361.231,21 | 289.940,96 | 357.968,49 | 3.209.362,47 | 3.051.800,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 1.793.140,36 | 2.015.872,57 | 2.357.965,82 | 2.728.799,59 | 1.830.319,36 | 2.766.972,66 | 3.096.859,85 | 2.621.005,34 | 2.818.230,74 | 2.680.189,87 | 2.204.746,81 | 2.923.325,44 | 29.837.428,41 | 26.447.878,74 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) | 1.793.140,36 | 2.015.872,57 | 2.357.965,82 | 2.728.799,59 | 1.830.319,36 | 2.766.972,66 | 3.096.859,85 | 2.621.005,34 | 2.818.230,74 | 2.680.189,87 | 2.204.746,81 | 2.923.325,44 | 29.837.428,41 | 26.447.878,74 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) | 1.793.140,36 | 2.015.872,57 | 2.357.965,82 | 2.728.799,59 | 1.830.319,36 | 2.766.972,66 | 3.096.859,85 | 2.621.005,34 | 2.818.230,74 | 2.680.189,87 | 2.204.746,81 | 2.923.325,44 | 29.837.428,41 | 26.447.878,74 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado |
|---|---|
| | Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo) |
| | CNPJ: |
| | Exercício: 2020 |
| | Período de referência: 6º bimestre |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário** | - |
| VALOR | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Reserva Orçamentária do RPPS** | - |
| VALOR | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS** | - |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 0,00 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
| | 2020 | 2019 |
| **Bens e Direitos do RPPS** | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e Aplicações | 0,00 | 0,00 |
| Outros Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor** | - |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas da Administração - RPPS | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas da Administração - RPPS** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas da Administração - RPPS | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas da Administração - RPPS** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias | Receita Orçamentária | |
|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 |
| | | RECEITAS REALIZADAS (a) |
| **Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias** | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 26.444.878,74 | 29.987.428,41 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.996.600,00 | 3.907.933,57 |
| IPTU | 772.500,00 | 895.422,76 |
| ISS | 688.400,00 | 886.309,41 |
| ITBI | 631.900,00 | 1.185.151,79 |
| IRRF | 394.200,00 | 432.682,93 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 509.600,00 | 508.366,68 |
| Contribuições | 120.000,00 | 92.245,13 |
| Receita Patrimonial | 111.050,00 | 41.896,35 |
| Aplicações Financeiras (II) | 111.050,00 | 41.896,35 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 22.400.078,74 | 24.907.084,94 |
| Cota-Parte do FPM | 7.075.000,00 | 5.892.156,53 |
| Cota-Parte do ICMS | 5.324.159,00 | 6.546.805,46 |
| Cota-Parte do IPVA | 516.000,00 | 474.507,58 |
| Cota-Parte do ITR | 258.600,00 | 520.679,53 |
| Transferências da LC 87/1996 | 17.600,00 | 0,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 35.500,00 | 39.570,12 |
| Transferências do FUNDEB | 3.900.000,00 | 4.431.111,00 |
| Outras Transferências Correntes | 5.273.219,74 | 7.002.254,72 |
| Demais Receitas Correntes | 817.150,00 | 1.038.268,42 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 400,00 | 34,44 |
| Receitas Correntes Restantes | 816.750,00 | 1.038.233,98 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III) | 26.333.428,74 | 29.945.497,62 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 2.682.318,45 | 3.363.795,70 |
| Operações de Crédito (VI) | 2.390.318,45 | 2.970.939,89 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 142.000,00 | 100.741,07 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 142.000,00 | 100.741,07 |
| Transferências de Capital | 150.000,00 | 292.114,74 |
| Convênios | 100.000,00 | 292.114,74 |
| Outras Transferências de Capital | 50.000,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X) | 292.000,00 | 392.855,81 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI) | 26.625.428,74 | 30.338.353,43 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias | Despesa Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 | | | | | |
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| **Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 26.143.445,38 | 24.463.205,45 | 23.592.088,48 | 23.559.850,76 | 19.007,67 | 308.124,32 | 308.124,32 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 13.161.866,92 | 12.450.274,45 | 12.450.274,45 | 12.440.427,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 79.086,33 | 63.559,43 | 52.909,50 | 52.909,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 12.902.492,13 | 11.949.371,57 | 11.088.904,53 | 11.066.514,01 | 19.007,67 | 308.124,32 | 308.124,32 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 26.064.359,05 | 24.399.646,02 | 23.539.178,98 | 23.506.941,26 | 19.007,67 | 308.124,32 | 308.124,32 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 7.994.911,72 | 7.419.552,68 | 6.594.804,11 | 6.594.804,11 | 0,00 | 237.604,60 | 237.604,60 |
| Investimentos | 7.924.511,72 | 7.349.385,08 | 6.524.636,51 | 6.524.636,51 | 0,00 | 237.604,60 | 237.604,60 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XX) | 70.400,00 | 70.167,60 | 70.167,60 | 70.167,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 7.924.511,72 | 7.349.385,08 | 6.524.636,51 | 6.524.636,51 | 0,00 | 237.604,60 | 237.604,60 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 25.608,46 | | | | | | |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII) | 34.014.479,23 | 31.749.031,10 | 30.063.815,49 | 30.031.577,77 | 19.007,67 | 545.728,92 | 545.728,92 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Primário - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)) | -257.960,93 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Primário | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Primário** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Juros Nominais | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Juros Nominais** | - |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) | 41.896,35 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) | -216.064,58 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Nominal | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Nominal** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal | Saldo | |
|---|---|---|
| | Em 31/12/2019 (a) | Até o Bimestre 2020 (b) |
| **Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal** | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 2.343,22 | 2.903.115,65 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 5.020.158,08 | 7.576.272,30 |
| Disponibilidade de Caixa | 5.020.158,08 | 7.576.272,30 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 5.043.485,75 | 7.580.592,30 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 23.327,67 | 4.320,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | -5.017.814,86 | -4.673.156,65 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | -344.658,21 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Ajuste Metodológico | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Ajuste Metodológico** | - |
| VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 19.007,67 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 2.903.115,65 |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | 0,00 |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | 0,00 |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | 0,00 |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) | 0,00 |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 2.539.449,77 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Resultado Primário - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) | 2.497.553,42 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Informações Adicionais | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Informações Adicionais** | - |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 4.182.357,80 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 4.182.357,80 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a+ b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 4.320,00 | 19.007,67 | 0,00 | 19.007,67 | 4.320,00 | 0,00 | 709.422,48 | 545.728,92 | 545.728,92 | 163.693,56 | 0,00 | 4.320,00 |
| PODER EXECUTIVO | 4.320,00 | 19.007,67 | 0,00 | 19.007,67 | 4.320,00 | 0,00 | 709.422,48 | 545.728,92 | 545.728,92 | 163.693,56 | 0,00 | 4.320,00 |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tribunal de Contas do Município | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 4.320,00 | 19.007,67 | 0,00 | 19.007,67 | 4.320,00 | 0,00 | 709.422,48 | 545.728,92 | 545.728,92 | 163.693,56 | 0,00 | 4.320,00 |

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão - Intra | Poder/Órgão Intra | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PODER EXECUTIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tribunal de Contas do Município | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Receitas | Receitas de Operações de Crédito | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I) | 0,00 | 2.970.939,89 | -2.970.939,89 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Despesas | Despesas de Capital | | |
|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e) |
| **Despesas** | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 7.994.911,72 | 7.419.552,68 | 575.359,04 |
| Investimentos | 7.924.511,72 | 7.349.385,08 | 575.126,64 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 70.400,00 | 70.167,60 | 232,40 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 7.994.911,72 | 7.419.552,68 | 575.359,04 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Resultado para Apuração da Regra de Ouro | Resultado para Apuração da Regra de Ouro | | |
|---|---|---|---|
| | (d - a) | (e - b) | (f - c) |
| **Resultado para Apuração da Regra de Ouro** | - | - | - |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I) | 7.994.911,72 | 4.448.612,79 | 3.546.298,93 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | | | | |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Receitas | Execução da Receita | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 142.000,00 | 100.741,07 | 41.258,93 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | 500,00 | 0,00 | 500,00 |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | 141.500,00 | 100.741,07 | 40.758,93 |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Despesas | Execução da Despesa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (f) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g) | SALDO (h) = (d-e) |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral da Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Saldo Financeiro a Aplicar | Saldo Financeiro a Aplicar | | |
|---|---|---|---|
| | 2019 (i) | 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg)) | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
| **Saldo Financeiro a Aplicar** | - | - | - |
| VALOR (**III**) | 0,00 | 100.741,07 | 100.741,07 |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Impactos das Contratações de PPP | Especificação de PPP | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | REGISTROS EFETUADOS EM 2020 | |
| | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| **Impactos das Contratações de PPP** | - | - | - |
| TOTAL DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Riscos não Provisionados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos Contingentes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Total das Despesas de PPP | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |
| **Total das Despesas de PPP** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV) | 26.069.527,95 | 29.988.083,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Balanço Orçamentário | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Balanço Orçamentário** | - |
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 24.750.000,00 |
| Previsão Atualizada | 29.127.197,19 |
| Receitas Realizadas | 33.351.224,11 |
| Déficit Orçamentário | 0,00 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 4.182.357,80 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 24.750.000,00 |
| Dotação Atualizada | 34.163.965,56 |
| Despesas Empenhadas | 31.882.758,13 |
| Despesas Liquidadas | 30.186.892,59 |
| Despesas Pagas | 30.154.654,87 |
| Superávit Orçamentário | 3.164.331,52 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas por Função/Subfunção | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Despesas por Função/Subfunção** | - |
| Despesas Empenhadas | 31.882.758,13 |
| Despesas Liquidadas | 30.186.892,59 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita Corrente Líquida - RCL | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receita Corrente Líquida - RCL** | - |
| Receita Corrente Líquida | 29.837.428,41 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 29.837.428,41 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 29.837.428,41 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores** | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Resultados Primário e Nominal | Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário | | |
|---|---|---|---|
| | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| **Resultados Primário e Nominal** | - | - | - |
| Resultado Primário - Acima da Linha | 0,00 | -257.960,93 | 0,00 |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | 0,00 | -216.064,58 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| **Restos a Pagar por Poder e Ministério Público** | - | - | - | - |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 23.327,67 | 0,00 | 19.007,67 | 4.320,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| Poder Executivo | 23.327,67 | 0,00 | 19.007,67 | 4.320,00 |
| Poder Legislativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 709.422,48 | 163.693,56 | 545.728,92 | 0,00 |
| Poder Executivo | 709.422,48 | 163.693,56 | 545.728,92 | 0,00 |
| Poder Legislativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 732.750,15 | 163.693,56 | 564.736,59 | 4.320,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | Apuração das Despesas com Ensino | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** | - | - | - |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 8.187.985,46 | 25,00 | 28,07 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | 3.099.100,21 | 60,00 | 69,92 |
| Complementação da União ao FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo Não Realizado |
| **Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital** | - | - |
| Receitas de Operações de Crédito | 2.970.939,89 | -2.970.939,89 |
| Despesa de Capital Líquida | 7.419.552,68 | 575.359,04 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Exercício de Apuração | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| **Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência** | - | - | - | - |
| Plano Previdenciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo a Realizar |
| **Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos** | - | - |
| Receitas da Alienação de Ativos | 100.741,07 | 41.258,93 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | Apuração das Despesas com Saúde | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde** | - | - | - |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos | 7.126.460,75 | 15,00 | 22,73 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício Corrente |
| **Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP** | - |
| Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) | 0,00 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO MUNICIPAL N° 210/2020**

SÚMULA: "Concede Permissão de Uso de Bem Publico, e dá Outras Providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com Art. 105 §4 da lei Orgânica.

DECRETA:

**Art. 1º** - Fica concedida permissão de uso de bem publico, a EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL - EMPAER.

Art. 2° - A concessão de que se trata o Artigo 1° refere-se a utilização de espaço físico, composto por uma sala / espaço administrativo, localizada no Centro Administrativo Hilario da Rocha, devidamente descrito no Termo de Permissão de Uso anexo a este Decreto, concedido a título precário, até o dia 31/12/2024.

Art. 3° - O espaço objeto deste Instrumento destina-se a execução de Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural às famílias rurais do município, difusão de conhecimentos específicos de natureza técnica, econômica e social, necessárias ao aumento da produtividade e qualidade da produção agropecuária e a melhoria das condições de vida da família rural, sem agredir o meio ambiente.

**Art. 4°** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

**Art. 5°** Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 30 de Dezembro de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2020*

Registre-se, Publique-se e Afixe

Cirlene Natal Contreras

*Secretário de Finanças*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**PORTARIAS DE FISCAL DE CONTRATOS**

**PORTARIA DLC N° 042/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor João Carlos Souza de Oliveira, inscrito no CPF n° 012.767.581-70, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 080/2018, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **INVIOLÁVEL TAPURAH LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.269.586/0001-00, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento 24 horas com instalação e manutenção de sistema de alarme e imagem e ronda noturna com fornecimento de equipamentos em regime de comodato para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar o servidor Neimar da Silva, portador do CPF n° 048.663. 701-81, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos e Saneamento.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**JEFERSON DA SILVA SANTOS**

Secretário Adjunto de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 043/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor João Carlos Souza de Oliveira, inscrito no CPF n° 012.767.581-70, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 003/2019, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **M R G C ABRAHÃO – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.610.754/0001-38, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos (Classe IIA e IIB NBR 10.004 ABNT).".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar o servidor Neimar da Silva, portador do CPF n° 048.663. 701-81, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**JEFERSON DA SILVA SANTOS**

Secretário Adjunto de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 044/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar o servidor João Carlos Souza de Oliveira, inscrito no CPF n° 012.767.581.70, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 042/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **10.242.459/0001-55**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS, (CLASSIFICADOS SEGUNDO NBR 10.004 COMO CLASSE IIA E IIB) GERADOS NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar o servidor Rudi Preis, portador do CPF n° 049.010. 019-81, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**JEFERSON DA SILVA SANTOS**

Secretário Adjunto de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 045/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor Joao Carlos Souza de Oliveira, inscrito no CPF n° 012.767.581-70, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 065/2020, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **DIOGO AUGUSTO CAVAZZINI**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.997.264/0001-64, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração de Plano de Exploração Florestal para atender a demanda da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Itanhangá – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar o servidor Edinei Caminski, portador do CPF n° 007.181.511-27, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**JEFERSON DA SILVA SANTOS**

Secretário Adjunto de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 046/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor Joao Carlos Souza de Oliveira, inscrito no CPF n° 012.767.581-70, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 066/2020, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **RETA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.541.815/0001-88, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS E VIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar o servidor Edinei Caminski, portador do CPF n° 007.181.511-27, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**JEFERSON DA SILVA SANTOS**

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 047/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar a servidora Mayka Borges Nogueira Damaceno, inscrita no CPF n° 040.772.391-92, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 019/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a Sra. **ROSA APARECIDA PALIOSA**, inscrita no CPF sob o nº 589.032-169-20, qual tem por objeto a **"Locação de imóvel destinado a instalação e funcionamento da Escola Municipal Joaquim Barbosa, Distrito de Simione, localizado na Rua das Oliveiras, s/n°, Qd. 01 – Lt. 09 Distrito de Simione na cidade de Itanhangá-MT."** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

**Art. 3º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 4°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 5°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 6º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 7º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**SUZANA BÊSS**

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 048/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar a servidora Janaina Oliveira de Paula Villa Assad, inscrita no CPF n° 030.273.111.31, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 040/2020, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **JAVA AUTO PEÇAS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.572/0001-71, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços mecânicos em veículos da linha leve da Frota Municipal do Município de Itanhangá-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar a servidora Silvana Matter, portadora do CPF n° 990.540.191.15, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Finanças e Gabinete do Prefeito.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**EMERSON SABATINE**

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 049/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor Marcos Delavy, inscrito no CPF n° 516.887.609.97, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 040/2020, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **JAVA AUTO PEÇAS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.572/0001-71, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços mecânicos em veículos da linha leve da Frota Municipal do Município de Itanhangá-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar a servidora Aline Berti, portadora do CPF n° 029.962.321.19, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX**

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 050/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor Neimar da Silva, inscrito no CPF n° 048.663.701-81, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 040/2020, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **JAVA AUTO PEÇAS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.572/0001-71, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços mecânicos em veículos da linha leve da Frota Municipal do Município de Itanhangá-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 2°** - Designar o servidor Joebson Ferreira da Silva, portador do CPF n° 045.210.771-70, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

**Art. 3°** - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento.

**Art. 4º** - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

**Art. 5°** - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

**Art. 6°** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

**Art. 7º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 04 de janeiro de 2021 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**JEFERSON DA SILVA SANTOS**

Secretário Adjunto de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

**PORTARIA DLC N° 051/2021**

**DATA:** 27 de janeiro de 2021.

***SÚMULA:*** *"Revoga Portarias de Fiscais de Contrato e dá outras providências."*

Considerando as nomeações dos servidores contratados para o exercício de 2021;

Considerando o início da nova gestão 2021/2024;

Considerando a necessidade de designação de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam Revogadas as Portarias abaixo relacionadas quais designava fiscais de contratos, conforme segue:

ü Portaria DLC n° 184/2020;

ü Portaria DLC n° 185/2020;

ü Portaria DLC n° 186/2020;

ü Portaria DLC n° 071/2019;

ü Portaria DLC n° 266/2020;

ü Portaria DLC n° 267/2020;

ü Portaria DLC n° 019/2017;

ü Portaria DLC n° 131/2020;

ü Portaria DLC n° 133/2020;

ü Portaria DLC n° 192/2020;

ü Portaria DLC n° 135/2020;

**Art. 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 073, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

*Retifica período de gozo de férias regulares por assiduidade de servidor, e dá outras providencias.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO,** que houve o erro formal de digitação nos atos abaixo relacionados**, e;**

**CONSIDERANDO,** o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

**R E S O L V E:**

Art. 1º **-** Retificar o período de gozo de férias regularesdo servidor, conforme segue abaixo:

| MAT | NOME | CARGO | DOCUMENTO | ONDE SE LÊ | É CORRETO LER |
|---|---|---|---|---|---|
| 355 | WALDERSON SANTOS SOUZA | GUARDA | PORTARIA Nº 505/2020 | 11/12/2020 à 09/01/2021 | **11/12/2020 à 03/01/2021** |

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT., 25 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 071, DE 25 DE JANEIRO DE 2021**

*"Dispõe sobre a* ***concessão do benefício de Aposentadoria por Idade,*** *em favor da servidoraefetiva* ***Senhora Neiva Carmem Presotto de Mattos."***

O Prefeito Municipal de Itiquira do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

**CONSIDERANDO** o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 675/2010, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 827/2014 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Itiquira/MT; e Anexo I do Decreto Municipal nº 056 de 28 de maio de 2020, que Aplica a Revisão Geral Anual de 4,3060% concedida pela Lei

Municipal nº 1.090/2020 e aprova as tabelas de vencimentos e subsídios e bolsa estagio em anexos, dá outras providências;

Resolve:

**Art. 1º** Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, a **Sra. Neiva Carmem Presotto de Mattos**, brasileira, portadora do RG n.º 1455680-4 SSP/MT, e do CPF sob n.º 049.238.249-21, residente e domiciliada no Município de Itiquira/MT, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível "V", Classe "A", lotada na Secretaria de Saúde, devidamente matriculada sob o n.º 722, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contando com 15 (quinze) anos, 08 (oito) meses e 22 (vinte e dois) dias de tempo de contribuição, com **proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2021. 02.00003P**, a partirde **01/01/2021**, até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Janeiro de 2021, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira aos 25 de janeiro de 2021.

**GLENIO FABIO VIEIRA FERNANDES**

Secretária Municipal de Administração

Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Homologo:

**FABIANO DALLAVALLE**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 074, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

*Concede Licença Maternidade à servidora que menciona, e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder Licença Maternidade a servidora abaixo relacionada:

**1. DINAMARA TELES DE FARIAS ,** servidora pública do quadro permanente de servidores do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS, admitida em contrato temporário, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 14/01/2021 à 12/07/2021, devendo retornar ao trabalho no dia 13/07/2021.

**Art. 2º -**Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

**Art. 3°** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/12/2020.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT., 25 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 070, DE 25 DE JANEIRO DE 2021**

*"Dispõe sobre a* ***concessão do benefício de Aposentadoria por Idade,*** *em favor da servidoraefetiva* ***Senhora Maria de Fátima Pacheco Ferreira."***

O Prefeito Municipal de Itiquira do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

**CONSIDERANDO** o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 675/2010, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 827/2014 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Itiquira/MT; e Anexo I do Decreto Municipal nº 056 de 28 de maio de 2020, que Aplica a Revisão Geral Anual de 4,3060% concedida pela Lei Municipal nº 1.090/2020 e aprova as tabelas de vencimentos e subsídios e bolsa estagio em anexos, dá outras providências;

**Resolve:**

**Art. 1º** Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, a **Sra. Maria de Fátima Pacheco Ferreira**, brasileira, portadora do RG n.º 1044093-3 SJ/MT, e do CPF sob n.º 001.235.611-59, residente e domiciliada no Município de Itiquira/MT, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível "VII", Classe "A", lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, devidamente matriculada sob o n.º 024, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contando com 19 (dezenove) anos, 06 (seis) meses e 25 (vinte e cinco) dias de tempo de contribuição, com **proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2021.02.00005P**, a partirde **01/01/2021**, até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Janeiro de 2021, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira aos 25 de janeiro de 2021.

**GLENIO FABIO VIEIRA FERNANDES**

Secretária Municipal de Administração

Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Homologo:

**FABIANO DALLAVALLE**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 069, DE 25 DE JANEIRO DE 2021**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, ao servidor Efetivo* ***Sr. Gumercino de Souza"****.*

O Prefeito Municipal de Itiquira do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

**CONSIDERANDO** o preenchimento dos requisitos estatuídos no art.6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003; Art. 82, incisos I, II, III e IV e parágrafo único da Lei Municipal n.º 675/2010, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 827 de 07 de maio de 2014 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários de Itiquira/MT; e Anexo I do Decreto Municipal nº 056 de 28 de maio de 2020, que Aplica a Revisão Geral Anual de 4,3060% concedida pela Lei Municipal nº 1.090/2020 e aprova as tabelas de vencimentos e subsídios e bolsa estagio em anexos, dá outras providências;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor **Sr.GUMERCINDO DE SOUZA**, brasileiro, portador do RG n.º 702593 SSP/MT, e do CPF sob n.º 183.155.776-20, residente e

domiciliada no Município de Itiquira-MT, servidor efetivo no cargo de Gari, Classe “B”, Nível “06”, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, devidamente matriculado sob o n.º 571, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contando com **35 (trinta e cinco) anos, 03 (meses) meses e 07 (sete) dias** de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **ITIPREV n.º 2021.04.0004P**, a partir-de **01/01/2021**, até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **01/01/2021**, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal “Rosa Pereira Campos”, Gabinete do Prefeito, em Itiquira aos 25de janeiro de 2021.

**GLENIO FABIO VIEIRA FERNANDES**

Secretária Municipal de Administração

Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Homologo:

**FABIANO DALLAVALLE**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 068, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

Exonera os Servidores que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

**R E S O L V E:**

Art. 1° - - Exonerar os Servidores abaixo relacionados, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, como segue:

**1- SERGIO FERREIRA TUNES LEITE** CPF/MF nº 270.777.698-01

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

**2- ANTÔNIO MARCOS CUSTODIO DA SILVA** CPF/MF nº 778.587.358-53

Secretário Municipal de Educação

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT, 25 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 075, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

*Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

**R E S O L V E:**

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, aos servidor abaixo relacionado:

**1. LAZARA NUNES DA SILVA,** servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ARTÍFICE DE COPA COZINHA, empossado em 20/09/2013, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 18/01/2021 à 18/04/2021 referente ao período aquisitivo 20/09/2013 a 20/09/2018,** com o retorno ao trabalho no dia **19/04/2021.**

**2. NADYA ZANINI CASTELO BRANCO,** servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossado em 03/02/2000, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 25/01/2021 à 25/04/2021 referente ao período aquisitivo 03/02/2010 a 03/02/2015,** com o retorno ao trabalho no dia **26/04/2021.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT., 25 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 065, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

Retificar a Portaria nº 62/2020 que nomeia os Servidores que menciona para exercerem cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO,** que houve o erro formal no nome do cargo da servidora **ADRIELY DA SILVA FERREIRA GAMA**, e;

**CONSIDERANDO,** o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

**R E S O L V E:**

Art. 1° - Retificar a Portaria nº 62/2020 que nomeia os Servidores que menciona para exercerem cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, como segue:

**ONDE SE LÊ:**

**1- ADRIELY DA SILVA FERREIRA GAMA**

CPF: 054.212.671-05

Gerente de Conservação de Prédios Públicos

**LEIA-SE:**

**1- ADRIELY DA SILVA FERREIRA GAMA**

CPF: 054.212.671-05

Gerente de Conservação de Prédios Públicos de Ouro Branco do Sul

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT, 25 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 362/2019.**

**RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 362/2019.**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

**CONTRATADO(A):** ROGERIO DINIZ DOS REIS

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 362/2019, a partir de 25/01/2021, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS.

**PROCURADORIA JURIDICA**
**TERMO DE POSSE Nº 001/2021**

**TERMO DE POSSE Nº 001/2021**

Aos vinte e dois (22) dias do mês de Janeiro, do ano de 2021 (Dois Mil e vinte e um), ás 16:08 horas, na Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, compareceu JOYCE BARCELOS DE OLIVEIRA, brasileiro(a), casado(a), inscrito no CPF/MF sob o nº 048.399.421-96, portador (a) da cédula de identidade RG. Nº 2170692-1 SSP/MT, natural Itiquira-MT, nascida no dia 21 de Agosto de 1995, residente e domiciliado no Ong 3, nº 12, bairro: Jardim Planalto, na cidade de Itiquira-MT, na presença das duas testemunhas supra assinadas e identificadas para TOMAR POSSE, no cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, tendo em vista o Processo Seletivo e Eleitoral nº 001/2019/CMDCA e Edital de Abertura do Processo de Escolha para Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar 001/2019, datado de 10/01/2019, e Edital de Convocação nº 007 de 21 de Janeiro de 2021, publicado por afixação nos murais das repartições publicas municipais e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pelo mandato eletivo de **2021 à 2023** e cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria, exarada no art. 13 da Lei Municipal nº 379 de 03/03/1999 para ser LOTADO (a) na Secretária de Assistência Social disposto no art. 6º da Lei Municipal nº900 de 12/05/2015 , a qual determina suas atribuições, de que tem **perfeita ciências e está plenamente de acordo, SUJEITANDO-SE ás disposições legais e formais que disciplinam a matéria , em vigor , NÃO PODENDO ALEGAR IGNORANCIA em hipótese alguma.**

No ato da posse o (a) Servidor (a) apresentou os documentos exigidos pelo Edital de Abertura do Processo de Escolha para Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar 001/2019 de 10 de Janeiro de 2019, COMPROMISSANDO-SE a cumprir fielmente seus deveres, e reinvidicar seus direitos pelos tramites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinentes em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

**FABIANO DALLA VALLE JOYCE BARCELOS DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal EMPOSSADO (A)**

**TESTEMUNHAS**

**Meryellen Alves de Oliveira Samia Conceição Campos**

**CPF./MF. nº 063.075.281-84 CPF/MF nº 018.930.301-80**

**RG. nº 2767276-0 SESP/MT RG. nº 2967360-7 SESP/MT**

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 078, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

Nomeia os Servidores que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

**R E S O L V E:**

Art. 1° - Nomear os Servidores abaixo relacionados, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, bem como para compor os conselhos e comissões onde os titulares das respectivas secretarias são membros natos, como segue:

**1- ROSANGELA DE CARVALHO FREDERICO** CPF/MF nº 823.026.931-91

Secretário Municipal de Educação

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT, 26 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 076, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

Nomeia os Servidores que menciona para exercerem cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

**R E S O L V E:**

Art. 1° - Nomear os Servidores abaixo relacionados, para o exercício do cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, como segue:

1- **CLAUDIO HENRIQUE FERREIRA**

CPF: 949.813.371-91

Coordenador de Trânsito

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT, 26 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 072, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.**

*"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor abaixo relacionado:

**1. VANIA CANDIDA MARCOLINA,** servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de RECEPCIONISTA, admitido em 12/09/2013, aprovado em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 25/01/2021 à 25/01/2024, referente ao período aquisitivo de 12/09/2014 À 24/01/2021.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT, 25 de janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

**CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA**
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO/2020 ADEZEMBRO/2020**

**2º SEMESTRE DE 2020**

RGF – anexo I (LRF. art.55, inciso I, alínea "a")

**DESPESA COM PESSOAL** DESPESA EXECUTADA

ÚLTIMO 12 MESES

LIQUIDADA E INSCRITA EM

RESTOS A PAGAR

NÃO PROCESSADOS

(a) (b)

DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)1.836.602,02

Pessoal Ativo 1.836.602,020,00

Pessoal Inativo e Pensionistas0,00 0,00

Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) 0,00 0,00

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) 16. 758,710,00

Indenizações Por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária 0,00 0,00

Decorrentes de Decisão Judicial 0,00 0,00

Despesas de Exercícios Anteriores 0,00 0,00

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 0,00 0,00

**DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)1.819.843,310,00**

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL Valor % Sobre a RCL**

**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)94.419.778,13**

**(–) Transferência Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V)(§ 13º do art. 166 da CF) 0,00**

**= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) 94.419.778,13**

**DESPESA TOTAL COM PESSOAL– DTP (VII) = (IIIa + IIIb) 1.819. 843,311,93**

**LIMITE MÁXIMO (VIII) = (0.06 x VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)5. 665.186,696,00**

**LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0.95 x VIII) - (Parágrafo Único art. 22 da LRF)5.381.927,365,70**

**LIMITE DE ALERTA (X)= (0.90 x VIII) - (inciso II do § 1º do art. 59 dada LRF)5.098.668,025,40**

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021**

**CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO**

**A Prefeitura Municipal de Jaciara/MT,** através de suas atribuições legais torna publico as alterações no Edital de Processo Seletivo Simplificado, a seguir:

I. Onde se lê:

| **Vagas para a Zona Urbana** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cargo | Vagas | Vencimento (R$) | Horária Semanal | Requisitos |
| 11-Professor – Licenciatura Plena em Educação Física | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Ensino Religioso. |

Leia-se:

| **Vagas para a Zona Urbana** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cargo | Vagas | Vencimento (R$) | Horária Semanal | Requisitos |
| 11-Professor – Licenciatura Plena em Educação Física | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Educação Física. |

II. Fica acrescido no item 7.2 a pontuação da analise curricular dos cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI e Técnico Administrativo Educacional:

| EXPERIENCIA PROFISSIONAL COMO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI | |
|---|---|
| **Experiência Profissional na área** | **Pontos** |
| Até 01 ano | 0,50 |
| De 01 até 02 anos | 1,00 |
| De 02 até 03 anos | 1,50 |
| De 03 até 04 anos | 2,00 |
| De 04 até 05 anos | 2,50 |

| FORMAÇÃO ACADÊMICA | |
|---|---|
| **Curso** | **Pontuação** |
| Graduação | *3,00* |
| Pós Graduação (Especialização) | *3,50* |
| Mestrado | *5,00* |
| Doutorado | *7,00* |

| CURSOS DE CAPACITAÇÃO | | |
|---|---|---|
| **Curso** | **Pontuação** | **Pontuação Máxima** |
| Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais. Obs: Será considerando os cursos a partir do ano de 2018. | 0,5 (meio) ponto p/cada 40 horas. | *5,00* |
| Participação como ministrante em Seminários, Fóruns, Conferências, Simpósios e Ciclo de Palestras, na área da Educação, com Declaração especifica no ano de 2020. | 0,25 (vinte e cinco centé-simos) p/cada certificado | *2,00* |
| Curso de informática básica, mínimo de 40 (quarenta) horas. | | *2,00* |

| EXPERIENCIA PROFISSIONAL COMO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL | |
|---|---|
| **Experiência Profissional na área** | **Pontos** |
| Até 01 ano | 0,50 |
| De 01 até 02 anos | 1,00 |
| De 02 até 03 anos | 1,50 |
| De 03 até 04 anos | 2,00 |
| De 04 até 05 anos | 2,50 |

| FORMAÇÃO ACADÊMICA | |
|---|---|
| **Curso** | **Pontuação** |
| Graduação | *3,00* |
| Pós Graduação (Especialização) | *3,50* |
| Mestrado | *5,00* |
| Doutorado | *7,00* |

| CURSOS DE CAPACITAÇÃO | | |
|---|---|---|
| **Curso** | **Pontuação** | **Pontuação Máxima** |
| Curso de informática básica, mínimo de 40 (quarenta) horas. | | *2,00* |

III. Mantém-se os demais itens do Edital Normativo.

Jaciara/MT, 27 de Janeiro de 2021.

**Andréia Wagner**

Prefeita Municipal

**Márcia Cristina Ferreira Farias Geraldo**

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**João Pedro Ricardo De Arruda**

Presidente da Comissão

**Sandro Lucio Gomes de Souza**

Membro da Comissão

**Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira**

Secretaria da Comissão

**Sidney Francisco Gomes**

Representante do SINTEP

**Ana Vilma dos Santos Sebastião**

Representante dos Pais da Comunidade Escolar

**Zilmar Barbosa Medeiros**

Vereador

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021**

**CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO - CONSOLIDADO**

**A Prefeitura Municipal de Jaciara/MT,** através de suas atribuições legais torna publico a realização de Processo Seletivo Simplificado – Análise de Currículo, para provimento de cargos em Caráter Temporário para o quadro único do Magistério Público Municipal, conforme dispõe o art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais n.ºs 1158/2009, 1208/2009 e 1228/2010, para contratação e formação de cadastro reserva de servidores para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos

do art. 37, IX da Constituição Federal/88, para substituições de vagas decorrentes de designação do titular de cargo efetivo para o exercício de funções gratificadas, licenças médicas, licença prêmio, licenças Maternidade, licenças sem remuneração, qualificação profissional, licença eleitoral, vagas abertas decorrentes de aumento de alunos, aposentadoria e outras, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

**1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação(site www.jaciara.mt.gov.br), e compreenderá: 1ª etapa – análise curricular, de caráter classificatório; 2ª Etapa - comprovação de requisitos, apresentação de atestado médico, de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo.

2. A Comissão Especial para a Coordenação e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado foi designada através da Portaria nº 070, de 21 de janeiro de 2021.

3. O presente Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital.

4. Os candidatos contratados pelo Regime Jurídico estatutário de natureza especial e prevalecendo o Regime Geral da Previdência Social- RGPS/INSS como regime previdenciário.

5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de atestado médico.

6. O contrato será por tempo determinado de até 12 (doze) meses.

7. Extinguir-se-á pelo término do prazo contratual e respectivas prorrogações, por iniciativa do contratante.

8. Para todos os fins deste Processo Seletivo Simplificado será considerado o horário oficial de Cuiabá/MT.

**2 – DAS VAGAS, CARGA HORARIA, REMUNERAÇÃO E EXIGÊNCIAS**

1. O presente Edital de Chamada para Cadastro Reserva da Secretaria Municipal de Educação para contratação por tempo determinado alcançará o cargo, conforme quadro abaixo:

| **Vagas para a Zona Urbana** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cargo | Vagas | Vencimento (R$) | Horária Semanal | Requisitos |
| 01-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI | Cadastro Reserva | 1.472,34 | 30 horas. | Ensino Médio Completo. |
| 02-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI - PCD | Cadastro Reserva | 1.472,34 | 30 horas. | Ensino Médio Completo. |
| 03-Professor – Licenciatura Plena em Pedagogia | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Pedagogia e/ou normal superior. |
| 04-Professor – Licenciatura Plena em Pedagogia - PCD | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Pedagogia e/ou normal superior. |
| 05-Professor – Licenciatura Plena em Língua Portuguesa/Inglês | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Letras/Português/Inglês. |
| 06-Professor – Licenciatura Plena em Matemática | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Matemática. |
| 07-Professor – Licenciatura Plena em História | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em História. |
| 08-Professor – Licenciatura Plena em Geografia | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Geografia. |
| 09-Professor – Licenciatura Plena em Ciências Natureza - Biologia | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Ciências Biológica. |
| 10-Professor – Licenciatura Plena em Artes | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Artes. |
| 11-Professor – Licenciatura Plena em Educação Física | Cadastro Reserva | 3.053,43 | 24 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Educação Física. |
| 12-Técnico Administrativo Educacional (Secretaria Escolar) | Cadastro Reserva | 1.472,34 | 30 horas. | Ensino Médio Completo. |
| 13-Técnico Administrativo Educacional (Informática) | Cadastro Reserva | 1.472,34 | 30 horas. | Ensino Médio Completo. |
| **VAGAS PARA A ZONA RURAL – DISTRITO DE CELMA** | | | | |
| Cargo | Vagas | Vencimento (R$) | Horária Semanal | Requisitos |
| 14-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI | CR | 1.472,34 | 30 horas. | Ensino Médio Completo. |
| 15-Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI - PCD | CR | 1.472,34 | 30 horas. | Ensino Médio Completo. |
| 16-Professor – Licenciatura Plena em Pedagogia | CR | 3.053,43 | 30 horas. | Ensino Superior específico em Licenciatura Plena em Pedagogia e/ou normal superior. |

2. A pessoa com deficiência deverá declarar sua condição na Ficha de Inscrição anexando respectivo laudo de comprovação.

3. A carga horária poderá ser modificada, em qualquer época do ano, por excepcional interesse desta Municipalidade.

4. O contratado estará sujeito ao cumprimento do Calendário Escolar da Unidade de Ensino na qual estiver localizado, bem como do horário de trabalho determinado pela Secretaria Municipal de Educação e, na impossibilidade do cumprimento, será formalizada a desistência da vaga ou rescisão contratual.

**3 - DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO**

1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998 - art. 3º).

2. Ter, na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

5. Possuir aptidão física e mental.

6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

7. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

**4 - DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

1. Os portadores de deficiência, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

1.1. Do total de vagas oferecidas no processo seletivo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, 10% (dez por cento), nos termos do §1º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, ficarão reservadas aos candidatos portadores de deficiência, desde que apresentem atestado médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do **ANEXO III – MODELO DE ATESTADO MÉDIO PARA DEFICIENTES**, deste Edital.

1.2. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá obrigatoriamente anexar laudo médico (cópia simples ou original) conforme determinações do subitem 1.1 deste Edital.

1.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar:

I. ser portador de deficiência;

II. estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação.

1.3. Considerando ser cadastro reserva, não será destinada ao candidato portador de deficiência, regendo-se a disputa pela igualdade de condições, atendendo, assim, ao princípio da competitividade. Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, o percentual de reserva será observado, conforme especificado no subitem 1.1.

1.4. Se na aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas a cada cargo resultar número fracionado superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos portadores de deficiência por cargo.

3. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Simplificado, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4. O candidato que apresentar atestado médico, porém não for enquadrado como portador de deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo Simplificado, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

5. Se, quando da convocação, não existirem candidatos portadores de deficiência enquadrados como tal, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

6.Os candidatos contratados na condição de pessoa com deficiência serão avaliados quanto à compatibilidade da deficiência e o exercício da função docente podendo a incompatibilidade resultar na dispensa do mesmo.

6.1.O acompanhamento e a avaliação dos candidatos a que se refere o item 6 é de responsabilidade do corpo pedagógico e da Direção da unidade escolar sob supervisão da Secretaria Municipal de Educação.

**5 – DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

1. Apresentar juntamente com a ficha de inscrição os documentos comprobatórios, nos dias úteis, das **08h00min** do **28/01/2021 às 18h00min do dia 03/02/2021**, observado o horário de Cuiabá/MT, no endereço eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br.

2. As inscrições serão realizadas mediante o preenchimento do formulário no link do processo seletivo pelo candidato, da ficha de inscrição para o cargo desejado e anexar os documentos comprobatórios, cujo conteúdo norteia a pontuação de cada situação a ser comprovada:

a) Cursos de Pós-graduação no cargo a que se candidata neste processo;

b) Cursos complementares no cargo a que se candidata neste processo;

c) Documentos pessoais (CPF e Identidade).

3. Os candidatos inscritos como portadores de deficiência que desejarem entregar a documentação comprobatória de sua condição.

4. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

5. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

6. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

7. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização de prazos estipulados.

8. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a contratação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

10. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

11. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

12. O preenchimento do cadastro e a entrega da documentação comprobatória são de inteira responsabilidade do candidato. Não serão realizados cadastros condicionais e/ou extemporâneos, nem aceitos via postal ou por fax e nem por procuração.

13. O candidato que declarar falsamente qualquer informação será excluído do processo, se confirmada tal situação, sujeitando-se às consequências legais pertinentes.

14. Só será aceito um único cadastro, por candidato. Em havendo mais de um cadastro, prevalecerá o de data/hora mais recentes.

**6 – DA DOCUMENTAÇÃO**

1. Os interessados deverão apresentar, no ato da inscrição, cópia dos seguintes documentos, que deverão ser acompanhados do original para fins de autenticação pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo:

a) Currículo;

b) Comprovante de escolaridade (certificado ou declaração);

c) Comprovante de experiências profissionais (carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou certidão de comprovação de experiência profissional). A comprovação de experiência profissional citada no item anterior “c” deste Edital poderá ser comprovada por meio de declaração do empregador em papel timbrado com carimbo contendo o CNPJ, datada e assinada especificando função e período (s) prestado (s) ou carteira profissional, desde que esteja especificado a função e o cargo pleiteado;

d) Comprovante de cursos complementares (certificado ou declaração);

e) CPF, Carteira de Identidade.

**7 - DO PROCESSO SELETIVO**

1. O Processo Seletivo Público Simplificado consistirá em análise curricular.

2. A Comissão Organizadora analisará e selecionará os currículos segundo critérios de experiência profissional, formação acadêmica e cursos complementares relacionados ao objeto da contratação, nos limites fixados neste edital e conforme os quadros abaixo:

| **EXPERIENCIA PROFISSIONAL COMO PROFESSOR** | | |
|---|---|---|
| **Experiência Profissional em Educação** | **Pontos** | |
| Até 01 ano | 0,50 | |
| De 01 até 02 anos | 1,00 | |
| De 02 até 03 anos | 1,50 | |
| De 03 até 04 anos | 2,00 | |
| De 04 até 05 anos | 2,50 | |
| **FORMAÇÃO ACADÊMICA** | | |
| **Curso** | **Pontuação** | |
| Graduação | *3,00* | |
| Pós Graduação (Especialização) | *3,50* | |
| Mestrado | *5,00* | |
| Doutorado | *7,00* | |
| **CURSOS DE CAPACITAÇÃO** | | |
| **Curso** | **Pontuação** | **Pontuação Máxima** |
| Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais. Obs: Será considerando os cursos a partir do ano de 2018. | 0,5 (meio) ponto p/cada 40 horas. | *5,00* |
| Artigo publicado em Revistas cientifica referente ao ano em exercício de 2020. | 0,25 (vinte e cinco centésimos) p/cada | *3,00* |
| Participação como ministrante em Seminários, Fóruns, Conferências, Simpósios e Ciclo de Palestras, na área da Educação, com Declaração especifica no ano de 2020. | 0,25 (vinte e cinco centésimos) p/cada certificado | *2,00* |
| Curso de informática básica, mínimo de 40 (quarenta) horas. | | *2,00* |
| **EXPERIENCIA PROFISSIONAL COMO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI** | | |
| **Experiência Profissional na área** | **Pontos** | |
| Até 01 ano | 0,50 | |
| De 01 até 02 anos | 1,00 | |
| De 02 até 03 anos | 1,50 | |
| De 03 até 04 anos | 2,00 | |
| De 04 até 05 anos | 2,50 | |
| **FORMAÇÃO ACADÊMICA** | | |
| **Curso** | **Pontuação** | |
| Graduação | *3,00* | |
| Pós Graduação (Especialização) | *3,50* | |
| Mestrado | *5,00* | |
| Doutorado | *7,00* | |
| **CURSOS DE CAPACITAÇÃO** | | |

| Curso | Pontuação | Pontuação Máxima |
|---|---|---|
| Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais. Obs: Será considerando os cursos a partir do ano de 2018. | 0,5 (meio) ponto p/cada 40 horas. | *5,00* |
| Participação como ministrante em Seminários, Fóruns, Conferências, Simpósios e Ciclo de Palestras, na área da Educação, com Declaração especifica no ano de 2020. | 0,25 (vinte e cinco centé-simos) p/cada certificado | *2,00* |
| Curso de informática básica, mínimo de 40 (quarenta) horas. | | *2,00* |
| **EXPERIENCIA PROFISSIONAL COMO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL** | | |
| **Experiência Profissional na área** | **Pontos** | |
| Até 01 ano | 0,50 | |
| De 01 até 02 anos | 1,00 | |
| De 02 até 03 anos | 1,50 | |
| De 03 até 04 anos | 2,00 | |
| De 04 até 05 anos | 2,50 | |
| **FORMAÇÃO ACADÊMICA** | | |
| **Curso** | **Pontuação** | |
| Graduação | *3,00* | |
| Pós Graduação (Especialização) | *3,50* | |
| Mestrado | *5,00* | |
| Doutorado | *7,00* | |
| **CURSOS DE CAPACITAÇÃO** | | |
| **Curso** | **Pontuação** | **Pontuação Máxima** |
| Curso de informática básica, mínimo de 40 (quarenta) horas. | | *2,00* |

3. Para efeito de aferição da pontuação dos candidatos serão considerados os somatórios cumulados do tempo de experiência profissional, bem como do somatório cumulado dos cursos complementar estreitamente pertinente ao cargo pretendido, limitada a pontuação máxima demonstrada nos quadros acima.

4. Na aferição da pontuação acadêmica dos candidatos das áreas de graduação superior será considerada uma única especialização.

5. É de responsabilidade dos candidatos, no momento do preenchimento da ficha de inscrição, apresentar as declarações dos períodos de atuação profissional e os cursos complementares, se houver que comporão os elementos de aferição da pontuação classificatória final.

**8 – DA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR**

1. No prazo de um dia, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.

2. Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, bem como, no site: **www.jaciara.mt.gov.br** abrindo se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

**9. DOS RESULTADOS E RECURSOS**

1. O resultado será divulgado na Internet, no site www.jaciara.mt.gov.br.

2. O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado disporá de 01 (um) dia útil, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Simplificado no endereço eletrônico: **www.jaciara.mt.gov.br**.

3. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação da pontuação provisória e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido de até 01 (um) dia útil após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

4. Os recursos julgados serão divulgados no site: **www.jaciara.mt.gov.br**, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

5. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

6. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentado, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

7. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

**10 – DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

1. A classificação ocorrera por ordem decrescente de pontos, obedecida a seguinte ordem da somatória dos títulos e tempo de serviço.

2. No caso de empate, o desempate será em favor do candidato:

a) Maior graduação;

b) Maior tempo de serviço;

c) Maior idade;

d) Sorteio.

**11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. As vagas serão preenchidas de acordo com a disponibilidade financeira, a necessidade de preenchimento por ordem de prioridade e, respeitando os dispositivos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. O Contrato poderá ser rescindo quando ocorrer:

2.1. Insuficiência de desempenho profissional, verificada por instrumento próprio e atestada pela direção da unidade escolar;

2.2. Que apresentar ao longo do vínculo, quantidade excessiva de faltas, justificadas ou não.

2.3. Automaticamente, quando terminado o prazo contratual, por iniciativa do contratado ou, ainda, a qualquer momento, por conveniência da Prefeitura.

3. Os candidatos deverão respeitar a carga horária e o dia de planejamento por área em cada unidade escolar.

4. Sendo convocado, o candidato terá 48 (quarenta e oito) horas para se apresentar, caso contrário será convocado o próximo na ordem de classificação, entendida sua desistência.

5. Se por qualquer impedimento o candidato selecionado, mesmo tendo comparecido à convocação, não puder iniciar as atividades no prazo de 48 (quarenta e oito) horas será considerado desclassificado, sendo convocado o próximo na ordem de classificação.

6. No ato de apresentação após a convocação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

7.1. (uma) foto 3 x 4;

7.2. Cópia do Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;

7.3. Cópia do Título de Eleitor;

7.4. Cópia do CPF;

7.5. Cópia da Carteira de Identidade;

7.6. Cópia do PIS/PASEP;

7.7. Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

7.8. Cópia do Comprovante de Residência;

7.9. Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido;

7.10. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

7.11. Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

7.12. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 (sete) anos;

7.13. Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 a 14 anos;

7.14. Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

7.15. Declaração de Bens de valores que constituem o patrimônio;

7.16. Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade; (emitida na Secretaria de Administração);

7.17. Laudo médico.

7.18. Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir).

8. O contrato poderá ser extinto por iniciativa exclusiva do Município caso o profissional não corresponda às expectativas no desempenho de suas funções e for evidenciada a insuficiência de desempenho profissional, má conduta ou, ainda, quando expirado o prazo para contratação por tempo determinado previsto na legislação municipal pertinente.

9. O Candidato contratado compromete-se ao fiel cumprimento do prazo contratual e, portanto, se compromete a não acumular remunerações de cargos, funções ou emprego públicos em nenhum dos 03 (três) Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou em qualquer Entidade da Administração Indireta (Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas), ressalvadas as hipóteses permissivas do art. 37, inciso XVI da CF/88.

10. O Processo seletivo público simplificado terá validade de 12 (doze) meses.

11. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

12. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

13. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do processo seletivo.

14. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado imediatamente ao ser convocado, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas fases previstas neste Edital. A não apresentação no prazo previsto da convocação será considerado desistente a vaga pleiteada.

15. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções imediatamente.

16. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos, perderá automaticamente o direito à contratação.

17. A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado, para atender necessidades da rede escolar pública Municipal, seguindo rigorosa ordem de classificação.

18. **A classificação no processo seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame.**

19. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do processo seletivo.

20. A Administração Municipal definirá o seu critério, sobre as áreas para o exercício das funções inerentes aos cargos disponibilizados neste Edital, podendo o candidato nomeado ser lotado tanto na zona urbana quanto rural.

21. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

22. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e divulgado no site www.jaciara.mt.gov.br.

23. Os resultados divulgados no site: www.jaciara.mt.gov.br terão caráter oficial.

24. O candidato classificado no processo seletivo poderá desistir, definitivamente.

25. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado a Secretaria municipal de Educação, até o dia útil anterior à data da contratação.

26.Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do processo seletivo.

29. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

30. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pela Secretária de Educação do município.

31. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado constituída por ato do Sra. Prefeita.

32. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível na Prefeitura Municipal de Jaciara/MT e no endereço eletrônico: www.jaciara.mt.gov.br.

33. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corridos a partir da sua data de publicação.

34. Faz parte deste Edital os anexos I a III.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Jaciara/MT, 26 de Janeiro de 2021.

**Andréia Wagner**

Prefeita Municipal

**Márcia Cristina Ferreira Farias Geraldo**

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**João Pedro Ricardo De Arruda**

Presidente da Comissão

**Sandro Lucio Gomes de Souza**

Membro da Comissão

**Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira**

Secretaria da Comissão

**Sidney Francisco Gomes**

Representante do SINTEP

**Ana Vilma dos Santos Sebastião**

Representante dos Pais da Comunidade Escolar

**Zilmar Barbosa Medeiros**

Vereador

| **ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO** | |
|---|---|
| **Cargo** | **Atribuições** |

| | |
|---|---|
| Auxiliar de Desenvolvimento Infantil | Auxiliar os professores em sala; acompanhar os alunos nas suas atividades; participar da elaboração dos projetos e propostas educacionais; utilizar recursos e metodologias disponíveis para atingir os objetivos educacionais; acompanhar e orientar na alimentação das crianças e zelar pela sua qualidade; executar atividades de orientação infantil; executar atividades diárias de recreação com as crianças e trabalhos educacionais de artes; orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal; vigiar e manter boa convivência das crianças sob sua responsabilidade; acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora levando-a até sua independência para realizar tarefas simples de acordo com a faixa etária; comunicar a seus pares as ocorrências do dia, qualquer incidente ou dificuldades ocorridas; incentivar a autonomia das crianças; ensinar a criança a conviver com as outras e com o ambiente; auxiliar no desenvolvimento de sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; cuidar do desenvolvimento emocional das crianças e executar tarefas afins. |
| Professor | São atribuições específicas do Profissional da Educação na atividade de docência: participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Plano Político- Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; controlar e avaliar o rendimento escolar, de forma parcial semestralmente, e relatório anual no final da etapa; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; elaborar procedimentos objetivando o encaminhamento dos alunos para o assessoramento pedagógico na unidade escolar; desenvolver pesquisa educacional; e, participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade. |
| Técnico Administrativo Educacional | São atribuições específicas do Profissional da Educação na atividade de Técnico Administrativo Educacional: Responsabilizar-se pelo planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à secretaria escolar e sua execução; Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar; Participar da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola; Orientar e controlar as atividades de registro e escrituração de livros, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes; Verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação e transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do diretor; Providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais; Preparar a escala de férias e gozo de licença dos servidores da escola submetendo à deliberação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar; Elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades; Elaborar atas, boletins, relatórios das atividades da secretaria e colaborar na elaboração do relatório anual da escola; Cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor, do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes; Facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Conselho Municipal de Educação sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores, fornecendo-lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios nos prazos devidos; Redigir as correspondências oficiais da escola, responsabilizando-se pelo protocolo de documentos e arquivamento de papéis diversos; Dialogar com o diretor sobre assunto que diga respeito à melhoria do andamento de seu serviço; Não permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço da secretaria; Tomar as providências necessárias para manter a atualização dos serviços pertinentes ao estabelecimento, inclusive serviços de planejamento, orçamento e finanças da escola; Responsabilizar-se pelo almoxarifado e pela guarda e controle dos materiais e equipamentos utilizados na prática de esportes escolares e outros; Tabular os dados dos rendimentos escolares, e realizar estatísticas em conformidade ao processo de recuperação e no final de cada ano letivo; Organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos tais como: mimeógrafo, videocassete, televisor, projetor de slides, computador, calculadora, fotocopiadora, retroprojetor; Operacionalizar outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências. |

| **ANEXO II – CRONOGRAMA** | |
|---|---|
| **Data** | **Evento** |
| 27/01/2021 | Publicação do Edital |
| 28/01/2021 à 03/02/2021 | Inscrições |
| 28/01/2021 à 03/02/2021 | Análise de Curriculum |
| 05/02/2021, às 17h00min | Divulgação da Classificação Provisória |
| 08/02/2021, das 08h00 às 17h00min | Prazo de Recurso |
| 09/02/2021, às 17h00min | Divulgação do Resultado Classificatório |
| 10/02/2021, das 08h00 às 17h00min | Prazo de Recurso |
| 11/02/2021, às 17h00min | Divulgação do Resultado Definitivo para Homologação |

**ANEXO III – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES**

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____, sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo, conforme Edital do Processo Seletivo nº 001/2021.
Jaciara/MT, _____de _____ de 2021.

_____
Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença
do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

**CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA**
**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO 002/2021**

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO 002/2021**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA/MT,** Sr. **CLOVES PEREIRA DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1.993, **RETIFICA O EXTRATO DO CONTRATO N.º 002 de 2021**, publicado Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na data de 27 de janeiro de 2021, Ano XVI, Nº 3.655, pág. 741, em favor de **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO CNJP: 33.003.757/0001 -98** , com a qual a Câmara Municipal de Jaciara/MT, celebrará contrato que tem objetivo a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de JACIARA/MT, junto à União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT, e, por conseqüência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto.

**E ONDE SE LÊ:** VIGÊNCIA 06/01/2021 à 31/12/2021

**LEIA-SE:** VIGÊNCIA 20/01/2021 à 31/12/2021

**E ONDE SE LÊ:** Jaciara-MT, 06 de janeiro de 2021

**LEIA-SE:** Jaciara-MT, 20 de janeiro de 2021

Jaciara/MT, 27 de janeiro de 2021.

_____

**CLOVES PEREIRA DA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Jaciara/MT

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**TERMO DE ADESÃO N.º 001/2021**

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 050/2020, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 0018/2020. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, da anuência à solicitação de adesão ao referido Pregão Eletrônico, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT e da empresa detentora do Registro de Preços **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**, detentora do CNPJ/MF nº **01.016.616/0001-13,** cujo objeto é **"Registro de preços para futura e eventual aquisição de 03 (três) veículos novos, zero km, tipo pick-up cabine simples para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo/MT, sendo que 01 (uma) pick-up será adquirida com recurso do convênio nº 870474/2018/MAPA do Ministério da Agri-**

**cultura, Pecuária e Abastecimento"**,ao valor global de **R$ 212.820,00 (Duzentos e doze mil reais e oitocentos e vinte reais).** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925, das 07h00m às 11h00m das 13h00m às 17h00m. Jaciara-MT, 27 de janeiro de 2021.

**ANA CLAUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA**

**Pregoeira**

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 064/2019**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA – EPP ; CNPJ n°** 07.360.460/0001-70; **OBJETO: "Contratação de empresa especializada para executar obra de Pavimentação e Drenagem na Av. Cecílio Jesus Gaeta no bairro Vila Martins no Município de Jaciara-MT";** resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, referente ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 064/2019, que fora resultado da TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019.

**ASSINATURA: 27/01/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº. 028/2021 DE 08 DE JANEIRO DE 2021**

**PORTARIA Nº. 028/2021 DE 08 DE JANEIRO DE 2021**

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art.1º. – NOMEAR**, o servidor abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, a partir de 04 de Janeiro de 2021, conforme segue:

- **ROBSON CASANOVA** – Superintendente Execução e Prestação de Contas.

**Art.2º.** – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de Janeiro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

**ANDRÉIA WAGNER**

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

**ALEXANDRE RUSSI**

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

**MARI ROSE DE OLIVEIRA SILVA**

Secretária Municipal de Saúde – Portaria nº 012/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

**ANDRÉIA WAGNER**

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

**PORTARIA Nº. 064/2021 DE 14 DE JANEIRO DE 2021**

**PORTARIA Nº. 064/2021 DE 14 DE JANEIRO DE 2021**

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art.1º. – NOMEAR**, a servidora abaixo relacionada, para exercer o Cargo Comissionado, a partir de 04 de Janeiro de 2021, conforme segue:

- **EVERTON RIBEIRO DA SILVA** – Diretor de Desenvolvimento Turístico.

**Art.2º.** – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Janeiro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

**ANDRÉIA WAGNER**

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

**ALEXANDRE RUSSI**

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

**ANDRÉIA WAGNER**

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 051/2019**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELLI – ME; CNPJ n°** 24.816.340/0001-53; **OBJETO: "Contratação de empresa especializada para Construção de Meio Fio e Sarjetas em Diversas Ruas nos Bairros João de Barro, Elias Domingos, Jardim Leblon e Jardim Clementina no Município de Jaciara-MT";** resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, referente ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 051/2019, que fora resultado da CONVITE N° 009/2019.

**ASSINATURA: 27/01/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

**REQUERIMENTO DE LICENÇA**

A Prefeitura Municipal de Jangada, CNPJ nº 24.772.147/0001-68, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para Aplicação de Micro Revestimento em diversas Ruas e Avenidas do município de Jangada/MT.

**DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

Eu, Rogério de Oliveira Meira, Prefeito de Jangada, Estado de Mato Grosso, CNPJ nº 24.772.147/0001-68, na condição de Representante Legal deste Município DECLARO que o projeto foi elaborado, analisado, aprovado e encontra-se dentro das normas vigentes da SINFRA respeitando todos os Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado, sem pendencias técnicas para execução da obra de Conservação de Pavimento, no município de Jangada - MT conforme análise realizada pela engenheira civil - Suelen Martins, CREA nº MT029.602 deste município.Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

Jangada, 25 de Janeiro de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal de Jangada - MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 007/2021/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.**

**OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos para Academia ao Ar Livre e Parques Infantis,** emAtendimento a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude**,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

**EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital poderá ser obtido a partir de 27/01/2020, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

**ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:** Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

**SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 12 de fevereiro de 2021 às 08h30 – Horário Local**.

Juara-MT, em 27 de janeiro de 2021.

**Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena**

**Pregoeiro Prefeito Municipal**

**PREV-JUARA**
**PREV-JUARA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUARA – PREVJUARA,

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO:“O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n. º 11.107/05. ”

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 04/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR ANUALde R$ 6.606,00 (seis mil e seiscentos e seis reais) em 12 (doze) parcelas de R$ 550,50

DATA: 25/01/2021

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**REAJUSTE DE PREÇO**

**Oficio nº 053/2021/Licitação/PMJURUENA**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 11/2020**

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020**

A empresa **OLMI IORIS & CIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 70.429.956/0001-99, protocolou junto à Prefeitura Municipal de Juruena – MT, requerimento de Reajuste no valor dos itens dos quais foi sagrada vencedora no Pregão Presencial 011/2020, **Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Móveis para Escritório, Eletroeletrônicos e Equipamentos de Informatica**, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital pelo período de 12 (doze) meses.

Em que pese em processos administrativos não haja severidade quanto ao formalismo, para que o recurso seja recebido e analisado pela Administração, deverá haver a observância de requisitos mínimos como a identificação correta da empresa e o modo correto de encaminhamento, bem como ao formalismo inerente ao processo administrativo, sendo os mesmos observados do referido Requerimento.

Após análise da assessoria Jurídica deste município, tem-se o seguinte parecer:

A empresa Detentora do referido Pregão, sagrou-se vencedora do Item:

| ITEM | CÓD. SISTEMA | DESCRIÇÃO | MARCA | UNIDADE | QUANTI. | VALOR UNIT. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 046 | 36130 | FONTE DE ALIMENTACAO PARA MICROCOMPUTADOR (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | BRAZIL PC | UNIDADE | 30 | R$ 100,00 |
| 052 | 36138 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - IMPRESSORA LASER (COMUM) (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | LEXMARK | UNIDADE | 63 | R$ 1. 580,00 |
| 057 | 36139 | MEMORIA DDR4 3200MHZ CAPACIDADE: 8GB; LATENCIA: CL =15-16; VELOCIDADE: DDR4 3200MHZ; TENSAO: 1,35V; (288 PINOS). | CRUCIAL | UNIDADE | 32 | R$ 350,00 |
| 062 | 36141 | MICROCOMPUTADOR - MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5 | BRAZIL PC | UNIDADE | 20 | R$ 3. 300,00 |
| 066 | 36143 | MONITOR DE VIDEO - TIPO LED WIDE FLAT PANEL DISPLAY MATRIZ ATIVA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | BRAZIL PC | UNIDADE | 10 | R$ 507,00 |
| 064 | 36145 | MONITOR DE VIDEO - 19 POLEGADAS LCD OU SUPERIOR RESOLUCAO MINIMA 1920 X 1080, BIVOLT MINIMO 01 (UM) ANO DE GARANTIA. | LG | UNIDADE | 28 | R$ 450,00 |
| 068 | 36154 | NO-BREAK - ALIMENTADOR AUTOMATICO - (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | TS SHARA | UNIDADE | 66 | R$ 760,00 |
| 069 | 36155 | NOTEBOOK - COM PROCESSADOR INTEL CORE I5, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | SAMSUNG | UNIDADE | 19 | R$ 3. 700,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 070 | 36157 | NOTEBOOK - DO TIPO NOTEBOOK INTEL CORE I7, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | ACER | UNIDADE | 7 | R$ 3.850,00 |
| 072 | 36161 | PROJETOR MULTIMIDIA - DATA SHOW,TIPO S12 ALTO BRILHO DE 3000 ANSI LUMENS, ( CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | TOMATE | UNIDADE | 10 | R$ 1.500,00 |
| 075 | 36163 | ROTEADOR - EQUIPAMENTOS DE REDE, 8 PORTAS FXS, 2 X RJ-45 10/100 MBPS (ATUANDO COMO SWITCH OU ROTEADOR), (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | GRADSTREAM | UNIDADE | 22 | R$ 2.200,00 |
| 04 | 36172 | APARELHO TELEFONICO ANALOGICO - NA COR PRETO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | INTELBRAS | UNIDADE | 34 | R$ 165,00 |
| 10 | 36178 | ASPIRADOR DE PO - DOMESTICO, 220V, PORTATIL, 1200 WATTS | BLACK E DECKER | UNIDADE | 3 | R$ 1.200,00 |
| 012 | 36182 | BATEDEIRA - ESTRUTURA EM FERRO FUNDIDO, TIPO PLANETARIA INDUSTRIAL, BACIA E GARFO EM ACO INOXIDAVEL, COM CAPACIDADE PARA 05 LITROS, 01 BATEDOR NO MINIMO, COM CONTROLE DE VELOCIDADE, VOLTAGEM 220V | GASTROMAQ | UNIDADE | 8 | R$ 2.680,00 |
| 013 | 36184 | BEBEDOURO ELETRICO - DE GARRAFAO 10/20 LITROS, COM GABINETE EM CHAPA ELETROZINCADA, COM TAMPO E FRONTAL EM PLASTICO DE ALTA DENSIDADE, NA COR AREIA, COM RESERVATORIO PARA AGUA GELADA/NATURAL, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | KARINA | UNIDADE | 7 | R$ 530,00 |
| 015 | 36187 | BEBEDOURO ELETRICO - TIPO INDUSTRIAL, MODELO 180 LS CAPACIDADE DE 200 LITROS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | REFRIGERAÇÃO NACIONAL | UNIDADE | 7 | R$ 2.500,00 |
| 014 | 36190 | BEBEDOURO ELETRICO - DE INDUSTRIAL, DE PRESSAO, COM JATO REGULAVEL PARA QUATRO TORNEIRAS DUAS CONVENCIONAIS E DUAS DE PRESSAO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | REFRIGERAÇÃO NACIONAL | UNIDADE | 11 | R$ 2.750,00 |
| 027 | 36193 | CENTRIFUGA - PARA ROUPAS, NO MINIMO 10 KG DE ROUPA MOLHADA, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | WANKE | UNIDADE | 6 | R$ 550,00 |
| 028 | 36194 | CILINDRO LAMINADOR - INOX,PADRAO,TENSAO DE ALIMENTACAO 380V TRIFASICO, COM 04 HP DE POTENCIA,220V,ROLOS EM FERRO FUNDIDO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | ANODILAR | UNIDADE | 3 | R$ 750,00 |
| 029 | 36195 | CONDICIONADOR DE AR - CAPACIDADE DE 24.000 BTUS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | TCL | UNIDADE | 10 | R$ 2.570,00 |
| 033 | 36196 | CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 30.000 BTU/H, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | PHILCO | UNIDADE | 12 | R$ 3.515,00 |
| 030 | 36200 | CONDICIONADOR DE AR - COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU'S, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | TCL | UNIDADE | 26 | R$ 1.408,00 |
| 032 | 36201 | CONDICIONADOR DE AR - COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU'S,TIPO SPLIT, E POTENCIA DE 2 HP, NA VOLTAGEM 220V | TCL | UNIDADE | 5 | R$ 1.240,00 |
| 031 | 36203 | CONDICIONADOR DE AR - COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU`S , (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | TCL | UNIDADE | 8 | R$ 2.390,00 |
| 037 | 36205 | EXAUSTOR AXIAL - DO TIPO INDUSTRIAL DE 50 CM DE DIAMETRO, ROTACAO MINIMA 1.500 RPM, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | VENTISOL | UNIDADE | 5 | R$ 255,00 |
| 038 | 36206 | FERRO ELETRICO - DE ESTRUTURA EM ACO,CERAMICA,E CABO EM POLIPROPILENO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | MULTILASER | UNIDADE | 5 | R$ 170,00 |
| 039 | 36207 | FOGAO - CONVENCIONAL DE MESA, ESMALTADO, A GAS, 2 BOCAS, QUEIMADORES SIMPLES, COM ACENDIMENTO MANUAL, SEM FORNO, SEM PRATELEIRAS | CRISTAL AÇO | UNIDADE | 2 | R$ 400,00 |
| 042 | 36208 | FOGAO - TIPO FOGAO DOMESTICO A GAS, ELETRICO COM ACENDIMENTO AUTOMATICO, (CONFORME SOLICITAÇÃO NO EDITAL) | MUELLER | UNIDADE | 1 | R$ 983,00 |
| 040 | 36209 | FOGAO - TIPO CONVENCIONAL, COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | ATLAS | UNIDADE | 5 | R$ 580,00 |
| 041 | 36210 | FOGAO - TIPO CONVENCIONAL, COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, ALIMENTACAO A GAS/FUNCIONAMENTO ELETRICO - 110 V, COM 06 BOCAS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | MUELLER | UNIDADE | 7 | R$ 1.630,00 |
| 043 | 36212 | FOGAO INDUSTRIAL - DE 4 BOCAS, QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, QUEIMADOR 2 DUPLOS E 2 SIMPLES, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | CRISTAL AÇO | UNIDADE | 7 | R$ 1.370,00 |
| 044 | 36214 | FOGAO INDUSTRIAL - DE 6 BOCAS COM FORNO E TORNEIRAS DE CONTROLE EM DOIS LADOS OPOSTOS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | CRISTAL AÇO | UNIDADE | 5 | R$ 1.430,00 |
| 045 | 36216 | FOGAO INDUSTRIAL - EM FERRO FUNDIDO, A GAS, 02 BOCAS, COM FORNO, BOCAS MEDINDO 30X30CM, QUEIMADORES SIMPLES, BAIXA PRESSAO, DIMENSAO APROXIMADA DO FOGAO MONTADO (81X65X61)CM, GARANTIA DE 12 MESES. | CRISTAL AÇO | UNIDADE | 1 | R$ 712,00 |
| 047 | 36218 | FORNO - DOMESTICO, ELETRICO, EM ACO, MODELO LUXO CLASSIC CLEAN 2.4, MEDINDO (490 X 385 X 490)MM, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | NARDELLI | UNIDADE | 4 | R$ 635,00 |
| 048 | 36219 | FREEZER - 521 LITROS (AROXIMADAMENTE), 220V - 60HZ, HORIZONTAL, NA COR BRANCA, COM 02 COMPARTIMENTOS | CONSUL | UNIDADE | 3 | R$ 2.700,00 |
| 049 | 36220 | FREEZER - DO TIPO VERTICAL, COM CAPACIDADE DE 300 LITROS, COMPARTIMENTOS DE CONGELAMENTO RAPIDO, FUNÇAO FREEZER, COM 07 GAVETAS, NA COR BRANCO E VOLTAGEM 110 V. | CONSUL | UNIDADE | 3 | R$ 2.600,00 |
| 050 | 36221 | FREEZER - HORIZONTAL, COM CAPACIDADE PARA ATE 200 LITROS, 01 TAMPA, USO DOMESTICO, TENSAO 220V. | ELECTROLUX | UNIDADE | 3 | R$ 1.580,00 |
| 073 | 36223 | REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE MINIMA DE 300 LITROS, DIMENSOES APROXIMADAS: 176 X 62 X 69 CM (AXLXP), GELADEIRA DE USO DOMESTICO FROST-FREE , REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA CLASSIFICACAO ENERGETICA "A" VOLTAGEM 110 V OU 220 V | CONSUL | UNIDADE | 1 | R$ 1.750,00 |
| 074 | 36224 | REFRIGERADOR - DO TIPO GELADEIRA INDUSTRIAL, COM REVESTIMENTO EXTERNO EM INOX BRILHOSO, REVESTIMENTO INTERNO COM ACO GALVANIZADO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOM EDITAL) | KOFISA | UNIDADE | 3 | R$ 4.990,00 |
| 054 | 36225 | LAVADORA DE ALTA PRESSAO - 1600 LBS, 500LTS, 3500RPM, 22KGS, 2a20/V 60HZ, ACOMPANHA CARRINHO, MANGUEIRA E BICO SEMI PROFISSIONAL. | ELECTROLUX | UNIDADE | 14 | R$ 440,00 |
| 055 | 36227 | LIQUIDIFICADOR - DO TIPO INDUSTRIAL EM ACO,COMPATIVEL,INOX, BASE EXECUTADA EM ALUMINIO FUNDIDO,COM CAPACIDADE PARA 08 LITROS,MOTOR 1.1/2 CV, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | JL COLOMBO | UNIDADE | 8 | R$ 576,00 |
| 056 | 36231 | MAQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM ACO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, | COLORMAQ | UNIDADE | 11 | R$ 1.665,00 |
| 063 | 36236 | MICROFONE PROFISSIONAL - DE MAO COM FIO,PADRAO POLAR SUPER CARDIOIDE,CAPSULA DINAMICA,RESPOSTA DE FREQUENCIA 40 HZ - 15 KHZ,IMPENDANCIA DE SAIDA: 300 OHMS,CONECTORES DE SAIDA TIPO P10 - 4M | SKP | UNIDADE | 8 | R$ 165,00 |
| 079 | 36242 | TELEVISOR - A CORES,LCD 32¨ DE ALTA DEFINICAO 1366X768 LINHAS,FORMATO DA TELA 16:9 (WIDESCREEN), (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | MULTILASER | UNIDADE | 6 | R$ 1.200,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 078 | 36243 | TELEVISOR - A CORES, COM 42¨, LCD, TELA PLANA, ANTI-REFLEXIVA, ENTRADA DE VIDEO, DVD, FONE DE OUVIDO E OUTROS EQUIPAMENTOS, RECEPCAO PARA VHF, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | MULTILASER | UNIDADE | 16 | R$ 1.595,00 |
| 080 | 36244 | VENTILADOR - TIPO DE PAREDE, OSCILANTE, GRADE PROTETORA, 3 PAS EM ACO, 60 CM DE DIAMETRO, COM 3 VELOCIDADES, NA VOLTAGEM BIVOLT | VENTISOL | UNIDADE | 44 | R$ 200,00 |
| 034 | 36249 | DISCO RIGICO - HD SSD SATA 3.0 - ESPECIFICACOES TECNICAS: CAPACIDADES: 120GB; FORMATO: 2,5; INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) VELOCIDADE DE TRANSFERENCIA DE DADOS (ATTO): ATE 550MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVAÇÃO. | CRUCIAL | UNIDADE | 12 | R$ 185,00 |
| 09 | 36250 | ARQUIVO - MADEIRA PRENSADA REVESTIDA EM MELAMINICO, 0.47 X 0.51 X 1.27 DE ALTURA, PARA PASTA SUSPENSA, AGLOMERADO, REVESTIMENTO EM MELAMINICO BP, BORDAS EM PVC 180 GRAUS, OVO, QUATRO GAVETAS | VANDAFLEX | UNIDADE | 15 | R$ 510,00 |
| 08 | 36253 | ARQUIVO - DE ACO, MEDINDO (1,33X0,47X0,67)M, COM 4 GAVETAS, COM FECHADURA CILINDRICA, PUXADORES EM POLIETILENO DE ALTO IMPACTO, COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS GAVETAS EM NYLON, PINTURA EM EPOXI PO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, NA COR CINZA | PANDIN | UNIDADE | 45 | R$ 426,00 |
| 06 | 36260 | ARMARIO DE COZINHA - MADEIRA MACICA TIPO DE PAREDE, PARA COPA-COZINHA, COM 3 PORTAS, COM 01 PRATELEIRA, REVESTIMENTO FOLHEADO EM MADEIRA, ACABAMENTO SUPERFICIAL, ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA | VERONA | UNIDADE | 1 | R$ 799,00 |
| 019 | 36292 | CADEIRA - PARA NECESSIDADE DIVERSA, COM CAPACIDADE DE SUPORTAR ATE 100KG,EM PLASTICO POLIPROPILENO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | DOLFIN | UNIDADE | 330 | R$ 45,00 |
| 026 | 36296 | CAMA - BELICHE, EM MADEIRA DE LEI, COM ESTRADO DE PEROBA, E ESTRUTURA TAMBEM DE MADEIRA, MEDINDO (1,90 X 1,50 X 0,80)M, COM ESCADA DE ACESSO, NA COR MOGNO | VERONA | UNIDADE | 1 | R$ 600,00 |
| 060 | 36301 | MESA DE PASSAR ROUPAS - COM PORTAS, PRATELEIRAS E PES, MEDIDAS APROXIMADAS 83X105X33CM. | PASSE BEM | UNIDADE | 9 | R$ 500,00 |
| 053 | 36345 | IMPRESSORA PLOTTER 24" SURECOLOR T3170 SCT3170SR EPSON, IMPRESSÃO A1TAMANHO MINIMO DE GOTICULA DE TINTA: 4 PICOLITROS. | EPSON | UNIDADE | 1 | R$ 3.540,00 |
| 036 | 36377 | ESTANTE - ACO TRATADO POR FOSFORIZACAO, PINTADO EM EPOXI PO COR CINZA, PROFUNDIDADE 0,30M X LARGURA 0,92M X ALTURA 1,98M, VERTICAL, ESTANTE DE ACO COM 6 PRATELEIRAS CHAPA 26 COLUNA 20 COM REFORCO EM X NAS LATERAIS E NO FUNDO. | PANDIN | UNIDADE | 2 | R$ 150,00 |

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária realizada no dia 12 de junho de 2013, proferiu o entendimento de que: *"o desequilíbrio econômico financeiro do contrato não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um serviço ou insumo, devendo resultar de um exame global da variação de todos os itens da avença" (Acórdão nº 1466/2013 – Plenário).*

*O Sistema de Registro de Preços adotado no Pregão presencial* 011/2020*, visa justamente o Registro do valor o objeto licitado por um período de 12 meses, e conforme previsão Editalícia em seu item 9.1.*

*" Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços";*

*O valor praticado pode sofrer variações no período de vigência da Ata de Registro de Preços, onde alguns itens podem sofrer reajustes para valores maiores enquanto outros podem sofrer reajustes para valores menores, devido a inúmeras razões.*

*Conforme o instrumento convocatório, sobre o valor registrado deve incidir alguns cálculos, conforme segue:*

*9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.*

*No tocante ao Requerimento postulado pela empresa* **OLMIR IORIS E CIA LTDA***, a assessoria jurídica do município de* Juruena entende que confirma o desequilíbrio *econômico financeiro, principalmente devido a que a empresa Licitante ofertou valores globais por* ITENS*, adequando o valor unitário de cada item a seu critério.*

*O Parecer da assessoria jurídica foi acatado pelo Pregoeiro e Equipe de apoio, entendendo de igual forma* ***PROCEDENTE*** **O AUMENTO DE REAJUSTE de 22% (vinte e dois por cento), PARA OS ITENS GANHO PELA EMPRESA, Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Móveis para Escritório, Eletroeletrônicos e Equipamentos de Informatica**, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital pelo período de 12 (doze) meses**,** *o pedido postulado pela empresa* **OLMIR IORIS E CIA LTDA**.

*PASSANDO OS ITENS RESULTANTES DE SAUDOS A SE COMPRA REAJUSTADOS OS PREÇOS DE 22% VICANDO DA SEGUINTE FORMA:*

| ITEM | CÓD. SISTEMA | DESCRIÇÃO | MARCA | UNIDADE | VALOR UNIT. | VALOR RESJUSTE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 046 | 36130 | FONTE DE ALIMENTACAO PARA MICROCOMPUTADOR (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | BRAZIL PC | UNIDADE | R$ 100,00 | R$ 130,00 |
| 052 | 36138 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - IMPRESSORA LASER (COMUM) (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | LEXMARK | UNIDADE | R$ 1.580,00 | R$ 2.054,00 |
| 057 | 36139 | MEMORIA DDR4 3200MHZ CAPACIDADE: 8GB; LATENCIA: CL =15-16; VELOCIDADE: DDR4 3200MHZ; TENSAO: 1,35V; (288 PINOS). | CRUCIAL | UNIDADE | R$ 350,00 | R$ 455,00 |
| 062 | 36141 | MICROCOMPUTADOR - MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5 | BRAZIL PC | UNIDADE | R$ 3.300,00 | R$ 4.290,00 |
| 066 | 36143 | MONITOR DE VIDEO - TIPO LED WIDE FLAT PANEL DISPLAY MATRIZ ATIVA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | BRAZIL PC | UNIDADE | R$ 507,00 | R$ 659,00 |
| 064 | 36145 | MONITOR DE VIDEO - 19 POLEGADAS LCD OU SUPERIOR RESOLUCAO MINIMA 1920 X 1080, BIVOLT MINIMO 01 (UM) ANO DE GARANTIA. | LG | UNIDADE | R$ 450,00 | R$ 585,00 |
| 068 | 36154 | NO-BREAK - ALIMENTADOR AUTOMATICO - (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | TS SHARA | UNIDADE | R$ 760,00 | R$ 988,00 |
| 069 | 36155 | NOTEBOOK - COM PROCESSADOR INTEL CORE I5, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | SAMSUNG | UNIDADE | R$ 3.700,00 | R$ 4.955,00 |
| 070 | 36157 | NOTEBOOK - DO TIPO NOTEBOOK INTEL CORE I7, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | ACER | UNIDADE | R$ 3.850,00 | R$ 5.197,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 072 | 36161 | PROJETOR MULTIMIDIA - DATA SHOW,TIPO S12 ALTO BRILHO DE 3000 ANSI LUMENS, ( CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | TOMATE | UNIDADE | R$ 1.500,00 | R$ 1.950,00 |
| 075 | 36163 | ROTEADOR - EQUIPAMENTOS DE REDE, 8 PORTAS FXS, 2 X RJ-45 10/100 MBPS (ATUANDO COMO SWITCH OU ROTEADOR), (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | GRADSTREAM | UNIDADE | R$ 2.200,00 | R$ 2.684,00 |
| 04 | 36172 | APARELHO TELEFONICO ANALOGICO - NA COR PRETO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | INTELBRAS | UNIDADE | R$ 165,00 | R$ 201,00 |
| 10 | 36178 | ASPIRADOR DE PO - DOMESTICO, 220V, PORTATIL, 1200 WATTS | BLACK E DECKER | UNIDADE | R$ 1.200,00 | R$ 1.464,00 |
| 012 | 36182 | BATEDEIRA - ESTRUTURA EM FERRO FUNDIDO, TIPO PLANETARIA INDUSTRIAL, BACIA E GARFO EM ACO INOXIDAVEL, COM CAPACIDADE PARA 05 LITROS, 01 BATEDOR NO MINIMO, COM CONTROLE DE VELOCIDADE, VOLTAGEM 220V | GASTROMAQ | UNIDADE | R$ 2.680,00 | R$ 3.269,00 |
| 013 | 36184 | BEBEDOURO ELETRICO - DE GARRAFAO 10/20 LITROS, COM GABINETE EM CHAPA ELETROZINCADA, COM TAMPO E FRONTAL EM PLASTICO DE ALTA DENSIDADE, NA COR AREIA, COM RESERVATORIO PARA AGUA GELADA/NATURAL, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | KARINA | UNIDADE | R$ 530,00 | R$ 646,00 |
| 015 | 36187 | BEBEDOURO ELETRICO - TIPO INDUSTRIAL, MODELO 180 LS CAPACIDADE DE 200 LITROS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | REFRIGERAÇÃO NACIONAL | UNIDADE | R$ 2.500,00 | R$ 3.050,00 |
| 014 | 36190 | BEBEDOURO ELETRICO - DE INDUSTRIAL, DE PRESSAO, COM JATO REGULAVEL PARA QUATRO TORNEIRAS DUAS CONVENCIONAIS E DUAS DE PRESSAO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | REFRIGERAÇÃO NACIONAL | UNIDADE | R$ 2.750,00 | R$ 3.355,00 |
| 027 | 36193 | CENTRIFUGA - PARA ROUPAS, NO MINIMO 10 KG DE ROUPA MOLHADA, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | WANKE | UNIDADE | R$ 550,00 | R$ 3.300,00 |
| 028 | 36194 | CILINDRO LAMINADOR - INOX,PADRAO,TENSAO DE ALIMENTACAO 380V TRIFASICO, COM 04 HP DE POTENCIA,220V,ROLOS EM FERRO FUNDIDO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | ANODILAR | UNIDADE | R$ 750,00 | R$ 915,00 |
| 029 | 36195 | CONDICIONADOR DE AR - CAPACIDADE DE 24.000 BTUS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | TCL | UNIDADE | R$ 2.570,00 | R$ 3.135,00 |
| 033 | 36196 | CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT HI WALL,CAPACIDADE DE REFRIGERACAO DE 30.000 BTU/H, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | PHILCO | UNIDADE | R$ 3.515,00 | R$ 4.288,00 |
| 030 | 36200 | CONDICIONADOR DE AR - COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU'S, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | TCL | UNIDADE | R$ 1.408,00 | R$ 36.608,00 |
| 032 | 36201 | CONDICIONADOR DE AR - COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU'S,TIPO SPLIT, E POTENCIA DE 2 HP, NA VOLTAGEM 220V | TCL | UNIDADE | R$ 1.240,00 | R$ 1.717,00 |
| 031 | 36203 | CONDICIONADOR DE AR - COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU`S , (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | TCL | UNIDADE | R$ 2.390,00 | R$ 2.915,00 |
| 037 | 36205 | EXAUSTOR AXIAL - DO TIPO INDUSTRIAL DE 50 CM DE DIAMETRO, ROTACAO MINIMA 1.500 RPM, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | VENTISOL | UNIDADE | R$ 255,00 | R$ 311,00 |
| 038 | 36206 | FERRO ELETRICO - DE ESTRUTURA EM ACO,CERAMICA,E CABO EM POLIPROPILENO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | MULTILASER | UNIDADE | R$ 170,00 | R$ 207,00 |
| 039 | 36207 | FOGAO - CONVENCIONAL DE MESA, ESMALTADO, A GAS, 2 BOCAS, QUEIMADORES SIMPLES, COM ACENDIMENTO MANUAL, SEM FORNO, SEM PRATELEIRAS | CRISTAL AÇO | UNIDADE | R$ 400,00 | R$ 488,00 |
| 042 | 36208 | FOGAO - TIPO FOGAO DOMESTICO A GAS, ELETRICO COM ACENDIMENTO AUTOMATICO, (CONFORME SOLICITAÇÃO NO EDITAL) | MUELLER | UNIDADE | R$ 983,00 | R$ 1.199,00 |
| 040 | 36209 | FOGAO - TIPO CONVENCIONAL, COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | ATLAS | UNIDADE | R$ 580,00 | R$ 707,00 |
| 041 | 36210 | FOGAO - TIPO CONVENCIONAL, COM CORPO EM ACABAMENTO ESMALTADO E MESA EM INOX, ALIMENTACAO A GAS/FUNCIONAMENTO ELETRICO - 110 V, COM 06 BOCAS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | MUELLER | UNIDADE | R$ 1.630,00 | R$ 1.988,00 |
| 043 | 36212 | FOGAO INDUSTRIAL - DE 4 BOCAS, QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, QUEIMADOR 2 DUPLOS E 2 SIMPLES, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | CRISTAL AÇO | UNIDADE | R$ 1.370,00 | R$ 1.671,00 |
| 044 | 36214 | FOGAO INDUSTRIAL - DE 6 BOCAS COM FORNO E TORNEIRAS DE CONTROLE EM DOIS LADOS OPOSTOS, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | CRISTAL AÇO | UNIDADE | R$ 1.430,00 | R$ 1.744,00 |
| 045 | 36216 | FOGAO INDUSTRIAL - EM FERRO FUNDIDO, A GAS, 02 BOCAS, COM FORNO, BOCAS MEDINDO 30X30CM, QUEIMADORES SIMPLES, BAIXA PRESSAO, DIMENSAO APROXIMADA DO FOGAO MONTADO (81X65X61)CM, GARANTIA DE 12 MESES. | CRISTAL AÇO | UNIDADE | R$ 712,00 | R$ 868,00 |
| 047 | 36218 | FORNO - DOMESTICO, ELETRICO, EM ACO, MODELO LUXO CLASSIC CLEAN 2.4, MEDINDO (490 X 385 X 490)MM, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | NARDELLI | UNIDADE | R$ 635,00 | R$ 774,00 |
| 048 | 36219 | FREEZER - 521 LITROS (AROXIMADAMENTE), 220V - 60HZ, HORIZONTAL, NA COR BRANCA, COM 02 COMPARTIMENTOS | CONSUL | UNIDADE | R$ 2.700,00 | R$ 3.294,00 |
| 049 | 36220 | FREEZER - DO TIPO VERTICAL, COM CAPACIDADE DE 300 LITROS, COMPARTIMENTOS DE CONGELAMENTO RAPIDO, FUNÇAO FREEZER, COM 07 GAVETAS, NA COR BRANCO E VOLTAGEM 110 V. | CONSUL | UNIDADE | R$ 2.600,00 | R$ 3.172,00 |
| 050 | 36221 | FREEZER - HORIZONTAL, COM CAPACIDADE PARA ATE 200 LITROS, 01 TAMPA, USO DOMESTICO, TENSAO 220V. | ELECTROLUX | UNIDADE | R$ 1.580,00 | R$ 1.927,00 |
| 073 | 36223 | REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE MINIMA DE 300 LITROS, DIMENSOES APROXIMADAS: 176 X 62 X 69 CM (AXLXP), GELADEIRA DE USO DOMESTICO FROST-FREE , REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA CLASSIFICACAO ENERGETICA "A" VOLTAGEM 110 V OU 220 V | CONSUL | UNIDADE | R$ 1.750,00 | R$ 2.135,00 |
| 074 | 36224 | REFRIGERADOR - DO TIPO GELADEIRA INDUSTRIAL, COM REVESTIMENTO EXTERNO EM INOX BRILHOSO, REVESTIMENTO INTERNO COM ACO GALVANIZADO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOM EDITAL) | KOFISA | UNIDADE | R$ 4.990,00 | R$ 6.087,00 |
| 054 | 36225 | LAVADORA DE ALTA PRESSAO - 1600 LBS, 500LTS, 3500RPM, 22KGS, 2a20/V 60HZ, ACOMPANHA CARRINHO, MANGUEIRA E BICO SEMI PROFISSIONAL. | ELECTROLUX | UNIDADE | R$ 440,00 | R$ 536,00 |
| 055 | 36227 | LIQUIDIFICADOR - DO TIPO INDUSTRIAL EM ACO,COMPATIVEL,INOX, BASE EXECUTADA EM ALUMINIO FUNDIDO,COM CAPACIDADE PARA 08 LITROS,MOTOR 1.1/2 CV, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | JL COLOMBO | UNIDADE | R$ 576,00 | R$ 702,00 |
| 056 | 36231 | MAQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM ACO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, | COLORMAQ | UNIDADE | R$ 1.665,00 | R$ 2.031,00 |
| 063 | 36236 | MICROFONE PROFISSIONAL - DE MAO COM FIO,PADRAO POLAR SUPER CARDIOIDE,CAPSULA DINAMICA,RESPOSTA DE FREQUENCIA 40 HZ - 15 KHZ,IMPENDANCIA DE SAIDA: 300 OHMS,CONECTORES DE SAIDA TIPO P10 - 4M | SKP | UNIDADE | R$ 165,00 | R$ 214,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 079 | 36242 | TELEVISOR - A CORES,LCD 32¨ DE ALTA DEFINICAO 1366X768 LINHAS,FORMATO DA TELA 16:9 (WIDESCREEN), (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | MULTILASER | UNIDADE | R$ 1.200,00 | R$ 1.560,00 |
| 078 | 36243 | TELEVISOR - A CORES, COM 42¨, LCD, TELA PLANA, ANTI-REFLEXIVA, ENTRADA DE VIDEO, DVD, FONE DE OUVIDO E OUTROS EQUIPAMENTOS, RECEPCAO PARA VHF, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL) | MULTILASER | UNIDADE | R$ 1.595,00 | R$ 2.073,00 |
| 080 | 36244 | VENTILADOR - TIPO DE PAREDE, OSCILANTE, GRADE PROTETORA, 3 PAS EM ACO, 60 CM DE DIAMETRO, COM 3 VELOCIDADES, NA VOLTAGEM BIVOLT | VENTISOL | UNIDADE | R$ 200,00 | R$ 244,00 |
| 034 | 36249 | DISCO RIGICO - HD SSD SATA 3.0 - ESPECIFICACOES TECNICAS: CAPACIDADES: 120GB; FORMATO: 2,5; INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) VELOCIDADE DE TRANSFERENCIA DE DADOS (ATTO): ATE 550MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVAÇÃO. | CRUCIAL | UNIDADE | R$ 185,00 | R$ 240,00 |
| 09 | 36250 | ARQUIVO - MADEIRA PRENSADA REVESTIDA EM MELAMINICO, 0.47 X 0.51 X 1.27 DE ALTURA, PARA PASTA SUSPENSA, AGLOMERADO, REVESTIMENTO EM MELAMINICO BP, BORDAS EM PVC 180 GRAUS, OVO, QUATRO GAVETAS | VANDAFLEX | UNIDADE | R$ 510,00 | R$ 622,00 |
| 08 | 36253 | ARQUIVO - DE ACO, MEDINDO (1,33X0,47X0,67)M, COM 4 GAVETAS, COM FECHADURA CILINDRICA, PUXADORES EM POLIETILENO DE ALTO IMPACTO, COM SISTEMA DE DESLIZAMENTO DAS GAVETAS EM NYLON, PINTURA EM EPOXI PO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, NA COR CINZA | PANDIN | UNIDADE | R$ 426,00 | R$ 519,00 |
| 06 | 36260 | ARMARIO DE COZINHA - MADEIRA MACICA TIPO DE PAREDE, PARA COPA-COZINHA, COM 3 PORTAS, COM 01 PRATELEIRA, REVESTIMENTO FOLHEADO EM MADEIRA, ACABAMENTO SUPERFICIAL, ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA | VERONA | UNIDADE | R$ 799,00 | R$ 974,00 |
| 019 | 36292 | CADEIRA - PARA NECESSIDADE DIVERSA, COM CAPACIDADE DE SUPORTAR ATE 100KG,EM PLASTICO POLIPROPILENO, (CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL). | DOLFIN | UNIDADE | R$ 45,00 | R$ 54,00 |
| 026 | 36296 | CAMA - BELICHE, EM MADEIRA DE LEI, COM ESTRADO DE PEROBA, E ESTRUTURA TAMBÉM DE MADEIRA, MEDINDO (1,90 X 1,50 X 0,80)M, COM ESCADA DE ACESSO, NA COR MOGNO | VERONA | UNIDADE | R$ 600,00 | R$ 732,00 |
| 060 | 36301 | MESA DE PASSAR ROUPAS - COM PORTAS, PRATELEIRAS E PES, MEDIDAS APROXIMADAS 83X105X33CM. | PASSE BEM | UNIDADE | R$ 500,00 | R$ 610,00 |
| 053 | 36345 | IMPRESSORA PLOTTER 24" SURECOLOR T3170 SCT3170SR EPSON, IMPRESSÃO A1TAMANHO MINIMO DE GOTICULA DE TINTA: 4 PICOLITROS. | EPSON | UNIDADE | R$ 3.540,00 | R$ 4.602,00 |
| 036 | 36377 | ESTANTE - ACO TRATADO POR FOSFORIZACAO, PINTADO EM EPOXI PO COR CINZA, PROFUNDIDADE 0,30M X LARGURA 0,92M X ALTURA 1,98M, VERTICAL, ESTANTE DE ACO COM 6 PRATELEIRAS CHAPA 26 COLUNA 20 COM REFORCO EM X NAS LATERAIS E NO FUNDO. | PANDIN | UNIDADE | R$ 150,00 | R$ 183,00 |

*Desta forma, a empresa Detentora da Ata de Registro de Preços* deverá nos enviar um aceite de reequilíbrio de, **para Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Móveis para Escritório, Eletroeletrônicos e Equipamentos de Informatica**, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital pelo período de 12 (doze) meses, e *deverá seguir com o fornecimento dos produtos ofertados, conforme solicitação da Secretaria, sob pena de sanções previstas no instrumento Convocatório, bem como na Lei de Licitações de n 8.666/1993.*

Nada mais havendo, lavrou-se a presente que vai assinada pelos membros abaixo identificado.

Juruena, 27 de janeiro de 2021.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2021**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2021

- **RATIFICO**, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **Dispensa de Licitação nº 005/2021, Processo Administrativo n° 011/2021,** para a AQUISIÇÃO DE PAPEIS SULFITE (A4), PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JURUENA – MT. Amparado pela **Lei 8.866/93** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 27 de Janeiro de 2021.

**Manoel Gontijo de Carvalho**

**Prefeito Municipal de Juruena**

**EDITAL SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 003/2021/GS/SME - JURUENA/MT**

**Retifica em parte o Edital Simplificado de Seleção Nº 001/2021/GS/SME - Juruena/MT, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de adequação de texto, bem como tornar publico retificações referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS 2021, destinado à seleção, formação de cadastro de reservas e contratação temporária de profissionais para exercerem os cargos de Professores, Auxiliar de turma, Apoio Administrativo Educacional e Motorista de transporte escolar.

**RESOLVEM**:

**I –** Retificar o item **2.3, inciso I alínea c** e **inciso II alínea c**, abaixo descrito:

2.3 **–** O Processo Seletivo será composto de:

**I.** Duas etapas para os cargos de Professor, Auxiliar de Turma e Apoio Administrativo Educacional (AAE):

**a) - .....**

**b) - 2ª Etapa:** 1ª chamada para Atribuição de Aulas e/ou Jornada de Trabalho:

**-** Para Professor: **dia 28/01/2021, a partir das 7h30min.**

**-** Para Auxiliar de Turma e Apoio Administrativo Educacional (AAE): **dia 29/01/2021, a partir das 08h00min.**

**II.** Quatro etapas para o cargo de Motorista de Transporte Escolar:

**a) - .....**

**b) - 2ª Etapa:** Prova Prática – dia **25/01/2021, a partir das 7h30min.**

**c) - 3ª Etapa:** 1ª chamada para Atribuição da Jornada de Trabalho **29/01/2021, a partir das 13h00min.**

Passará a vigorar com nova redação conforme expresso:

2.3 **–** O Processo Seletivo será composto de:

**I.** Duas etapas para os cargos de Professor, Auxiliar de Turma e Apoio Administrativo Educacional (AAE):

**a) - .....**

**b) - 2ª Etapa:** 1ª chamada para Atribuição de Aulas e/ou Jornada de Trabalho:

**-** Para Professor: **dia 28/01/2021, a partir das 7h30min.**

**-** Para Auxiliar de Turma e Apoio Administrativo Educacional (AAE): O candidato aprovado poderá ser convocado para a posse temporária no cargo público inscrito, por meio de ligação no número do telefone informado na ficha de inscrição, no retorno das atividades presenciais dependendo da necessidade e do interesse público.

**II.** Quatro etapas para o cargo de Motorista de Transporte Escolar:

**a) - .....**

**b) - .....**

**c) - 3ª Etapa:** 1ª chamada para Atribuição da Jornada de Trabalho. O candidato aprovado poderá ser convocado para a posse temporária no cargo público inscrito, por meio de ligação no número do telefone informado na ficha de inscrição, no retorno das atividades presenciais dependendo da necessidade e do interesse público.

**II –** Retificar o item **4.1,** abaixo descrito:

**4– DA 1ª CHAMADA:**

4.1 **-** A 1ª chamada para atribuições de classes, aulas e/ou regime/jornada de trabalho para os candidatos a contrato temporário de Professor, Auxiliar de Turmas, Apoio Administrativo Educacional (AAE) e Motorista de Transporte Escolar deverá contar com a presença de TODOS OS INSCRITOS CLASSIFICADOS, conforme local, data e horários especificados neste Edital.

**Local:** Secretaria Municipal de Educação.

**Datas e horários:**

28/01/2021 - 7h30min. para Professor;

29/01/2021 - 08h para Auxiliar de Turma e Apoio Administrativo Educacional (AAE);

29/01/2021 – 13h para Motorista de Transporte Escolar.

Passará a vigorar com nova redação conforme expresso:

4.1 **-** A 1ª chamada para atribuições de classes, aulas e/ou regime/jornada de trabalho para os candidatos a contrato temporário de Professor, Auxiliar de Turmas, Apoio Administrativo Educacional (AAE) e Motorista de Transporte Escolar deverá contar com a presença de TODOS OS INSCRITOS CLASSIFICADOS, conforme local, data e horários especificados neste Edital.

**Local:** Secretaria Municipal de Educação.

**Datas e horários:**

28/01/2021 - 7h30min. para PROFESSOR;

O candidato aprovado para AUXILIAR DE TURMA E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AAE); MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR poderá ser convocado para a posse temporária no cargo público inscrito, por meio de ligação no número do telefone informado na ficha de inscrição, no retorno das atividades presenciais dependendo da necessidade e do interesse público.

**III –** Retificar o item **24.3,** abaixo descrito:

24.3- Considerar para efeito de data inicial do contrato temporário, a data de:

a) Para Motorista de Transporte Escolar – início das atividades/início do ano letivo;

b) Para Professor - dia **28/01/2021** início das atividades na unidade escolar em que for lotado - destinada ao planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo/2021, e demais atividades pertinentes;

c) Para Auxiliar de Turma–início das atividades/início do ano letivo;

d) Apoio Administrativo Educacional –início das atividades/início do ano letivo.

Passará a vigorar com nova redação conforme expresso:

24.3- Considerar para efeito de data inicial do contrato temporário, a data de:

a) Para Motorista de Transporte Escolar – Após a convocação para início das atividades presenciais;

b) Para Professor - dia 01/02/2021 início das atividades na unidade escolar em que for lotado - destinada ao planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo/2021, e demais atividades pertinentes;

c) Para Auxiliar de Turma– Após a convocação para início das atividades presenciais

d) Apoio Administrativo Educacional – Após a convocação para início das atividades presenciais;

**ANEXO VIII**

| **CRONOGRAMA DE ATRIBUIÇÃO** | | | |
|---|---|---|---|
| **CARGO** | **DATA** | **HORÁRIO** | **LOCAL** |
| **PROFESSOR** | **28/01/2021** | **7h.30min.** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (sala 1)** |
| **AUXILIAR DE TURMA APOIO ADMIONISTRATIVO EDUCACIONAL** | O candidato aprovado poderá ser convocado para a posse temporária no cargo público inscrito, por meio de ligação no número do telefone informado na ficha de inscrição, no retorno das atividades presenciais dependendo da necessidade e do interesse público. | | |
| **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR** | O candidato aprovado poderá ser convocado para a posse temporária no cargo público inscrito, por meio de ligação no número do telefone informado na ficha de inscrição, no retorno das atividades presenciais dependendo da necessidade e do interesse público. | | |

Juruena, 13 de janeiro de 2021.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena MT

Saturnina Carneiro Maraia

Secretária Municipal de Educação**.**

Portaria nº 009/2021

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 052/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 005/2021, Processo Administrativo n° 011/2021, AQUISIÇÃO DE PAPEIS SULFITE (A4), para uso nas Escolas Municipais do Município de Juruena – MT. através da Empresa J. M. KUZMINSKI, CNPJ 03.620.667/0001-85, com valor total de R$ 2.990,00 (DOIS MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).**

Juruena - MT, 26 de Janeiro de 2021

**Robson Gomes Dias**

**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

### PORTARIA Nº 051/2021, 26 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE **LICENÇA PRÊMIO** A SERVIDOR EFETIVO **SRª ADEMAR FRANCISCO DA SILVA,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**MOISES DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Conceder 90 (noventa) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 362 – Ademar Francisco da Silva,** lotado na Secretaria de Infraestrutura no Cargo de Serviço Gerais, no período de 01 de Fevereiro a 01 de Maio de 2021, com retorno em **02/05/2021**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 04/05/2015 à 03/05/2020.

**Artigo 2º -** A presente portaria entra em vigor na data de 26 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2021.

**CELSO KITTIRO FUJII**

**Secretario de Infraestrutura**

**MOISÉS DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

### PORTARIA Nº 054/2021, 27 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE **LICENÇA PRÊMIO** A SERVIDOR EFETIVO **SRª MARIA VANETE DOS SANTOS BARROS,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**MOISES DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Conceder 90 (noventa) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 1505 – Maria Vanete dos Santos Barros,** lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social no Cargo de Apoio Adm. Educ. em Serv. Manut. e Infraestrutura, no período de 01 de Fevereiro a 01 de Maio de 2021, com retorno em **02/05/2021**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 01/03/2013 à 28/02/2018.

**Artigo 2º -** A presente portaria entra em vigor na data de 26 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 27 de Janeiro de 2021.

**SILVANI GOMES DA SILVA SANTOS**

**Secretária de Desenvolvimento Social**

**MOISÉS DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

### DECRETO MUNICIPAL Nº 662/2021 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

***"DIVULGA OS DIAS DE FERIADOS NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PONTO FACULTATIVO NO MUNCIPIO DE JUSCIMEIRA, PARA O ANO DE 2021, E DA OUTRA PROVIDENCIAS".***

O Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso**,** Senhor **MOISÉS DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Artigo 1º -** Divulga os dias de feriado nacional, estadual, municipal, e ponto facultativo para o ano de 2021, no Município de Juscimeira-MT, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos considerados essenciais:

I – 15 de fevereiro (segunda-feira) Carnaval – ponto facultativo;

II – 16 de fevereiro (terça-feira) Carnaval – ponto facultativo;

III – 17 de fevereiro (quarta-feira) Cinzas – ponto facultativo;

IV – 01 de abril (quinta-feira) comemorações semana Santa – ponto facultativo;

V – 02 de abril (sexta-feira) Paixão de Cristo – feriado nacional;

VI – 21 de abril (terça-feira) Tiradentes – feriado nacional;

VII – 01 de maio (Sabado) dia do Trabalho – feriado nacional;

VIII – 03 de junho (quinta-feira) Corpus Christi – feriado nacional;

IX - 04 de junho (sexta-feira) Ponto facultativo;

X – 06 de agosto (sexta-feira) Padroeiro Bom Jesus – feriado municipal;

XI – 06 de setembro (segunda-feira) ponto facultativo;

XII – 07 de setembro (terça-feira) feriado nacional;

XIII - 11 de outubro (segunda-feira) ponto facultativo;

XIV – 12 de outubro (terça-feira) Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;

XV - 29 de outubro (sexta-feira) Comemoração do Dia do Servidor Publico – ponto facultativo;

XVI – 01 de novembro (segunda-feira) – ponto facultativo;

XVII - 02 de novembro (terça-feira) – feriado nacional;

XVIII - 15 de novembro (segunda-feira) – proclamação da republica – feriado nacional

XIX – 20 de novembro (sabado) Consciência Negra – feriado estadual;

XX – 10 de dezembro (sexta-feira) Aniversário de Juscimeira – feriado municipal;

XXI – 24 de dezembro (sexta-feira) ponto facultativo;

XXII – 25 de dezembro (sabado) Natal – feriado nacional;

XXIII – 31 de dezembro (sexta-feira) ponto facultativo.

**Art. 2º -** Osserviços públicos essenciais permanecerão inalterados e serão executados em conformidade com as atribuições e competência de cada secretaria, ficando a cargo dos Secretários as devidas delegações.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

***Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito, em 27 de Janeiro de 20121

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 035/2019

**PARTES:** Prefeitura Municipal de Juscimeira e Aerotri Aerofotogrametria e Cartografia Ltda-ME

**OBJETO:** "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, PLANTA GENÉRICA DE VALORES DOS IMÓVEIS RURAIS, PARA FINS DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL DO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT"**

**PRAZO:** 20/03/2021

**SIGNATARIOS/CONTRATANTES:** Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Aerotri Aerofotogrametria e Cartografia Ltda - ME – CNPJ: 08.748.599/0001-58

**ATA DE POSSE DA SESSÃO SOLENE PARA A LEGISLATURA 2021/ 2024**

No Primeiro dia do mês de Janeiro de dois mil e vinte e um, às dez horas. Inicia-se a Sessão Solene de Posse no Salão Social Kolping na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso. Na oportunidade foi convidado o Vereador Ronival Soares Santos, para presidir os trabalhos, por ter sido o Vereador mais votado nas Eleições de 15 de Novembro de 2020. Segue a Sessão com a chamada dos Vereadores Eleitos, sendo eles: **ANIRSON FRANCISCO DE OLIVEIRA, JOÃO NETO LIMA AGUIAR, JOSÉ QUIRINO DA SILVA, LINDOMAR DUARTE DA SILVA, LÚCIA FERRAZ GONÇALVES DE ALMEIDA, ROSIEL FERREIRA DE OLIVEIRA, SILVANEI PEREIRA CORREIA CAVALHEIRO E SILVANO DOURADO DE SOUZA**. Segue a Sessão com a chamada para tomar assento, o Prefeito Eleito **MOISÉS DOS SANTOS** e esposa e o Vice-Prefeito **SANDOVAL VAZ SIMÃO** e esposa para compor a Mesa. Segue a Sessão, com a apresentação de autoridades Estaduais e Municipais presentes e em seguida, benção apostólica. O Presidente Ronival, declarou aberta a Sessão e convidou o povo presente para execução do Hino Nacional Brasileiro. O Presidente informou que todos os eleitos estão com sua situação eleitoral em dias, Diplomados pela Justiça Eleitoral e suas Declarações de Bens disponíveis na Câmara Municipal. Segue com o Presidente chamando todos Vereadores para prestarem o Termo de Compromisso: **"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DE JUSCIMEIRA, OBSERVAR AS LEIS E PROMOVER O BEM ESTAR GERAL DO MUNICÍPIO.** Após a leitura do Termo de Compromisso o Presidente declarou empossados os Vereadores para a 10ª (Décima) Legislatura da Câmara Municipal de Juscimeira, com mandato para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Segue-se a Sessão com o Presidente solicitando a leitura do Termo de Posse dos Senhores Vereadores e assinatura por todos os Vereadores. O Presidente Ronival Soares, convidou o **Prefeito Moisés dos Santos** e Vice-Prefeito **Sandoval Simão Vaz,** para que diante da Mesa Diretora, prestem o Termo de Compromisso: **"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DE JUSCIMEIRA, OBSERVAR AS LEIS E PROMOVER O BEM ESTAR GERAL DO MUNICÍPIO.** Assim feito o Presidente Declarou empossados, o Sr. **Moisés dos Santos** no Cargo de Prefeito Municipal de Juscimeira e o Senhor **Sandoval Simão Vaz** no Cargo de Vice-Prefeito, para o exercício de mandato no pleito de 01 de janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2024. Segue com a leitura do Termo de Posse e assinatura pelo Prefeito e Vice-Prefeito. O Presidente convidou o Prefeito **Moisés dos Santos** para o uso da palavra, o Prefeito agradeceu a Deus e ao povo Juscimeirense, por essa conquista e disse que continuará exercendo seu mandato com eficiência e transparência. Encerrou suas palavras desejando um Feliz 2021 a todos juscimeirense. Segue-se com a palavra do Vereador Presidente da Mesa, Ronival Soares, que agradeceu a Deus e a todos, dizendo que o Parlamento Municipal, estará ajudando o Prefeito Municipal na conclusão de governo, trabalhando com seriedade, transparência e eficiência na aplicação do dinheiro público, concluiu suas palavras desejando um Feliz 2021 a todos juscimeirense e convidou os presentes para continuar assistindo na Câmara Municipal a Eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2021/2022. Não tendo mais a tratar nesta Sessão Solene de Posse, encerrou a mesma em nome de Deus e da Justiça, esta Ata após lida e aprovada será assinada por todos os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito. **ANIRSON FRANCISCO DE OLIVEIRA, JOÃO NETO LIMA AGUIAR, JOSÉ QUIRINO DA SILVA, LINDOMAR DUARTE DA SILVA, LUCIA FERRAZ GONÇALVES DE ALMEIDA. RONIVAL SOARES SANTOS, ROSIEL FERREIRA DE OLIVEIRA, SILVANEI PEREIRA CORREIA CAVALHEIRO E SILVANO DOURADO DE SOUZA, MOISÉS DOS SANTOS, SANDOVAL SIMÃO VAZ.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

**PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**
**ANEXO I DA PORTARIA N. 01/2021. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REAJUSTE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES POR MORTE DOS SEGURADOS DO LAMBARI-PREVI".**

**ANEXO I DA PORTARIA N. 01/2021.**

***"Dispõe sobre a concessão de reajuste do valor dos benefícios de Aposentadoria e pensões por morte dos segurados do Lambari-Previ".***

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2021.**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| Até janeiro de 2020 | 5,45 |
| em fevereiro de 2020 | 5,25 |
| em março de 2020 | 5,07 |
| em abril de 2020 | 4,88 |
| em maio de 2020 | 5,12 |
| em junho de 2020 | 5,39 |
| em julho de 2020 | 5,07 |
| em agosto de 2020 | 4,61 |
| em setembro de 2020 | 4,23 |
| em outubro de 2020 | 3,34 |
| em novembro de 2020 | 2,42 |
| em dezembro de 2020 | 1,46 |

Lambari D´Oeste – MT, 25 de janeiro de 2021.

**NÉLITON DA SILVA MOTA**

**Diretor Executivo**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

**PORTARIA Nº 048/2021- NOMEIA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA**

**PORTARIA N.º 048/2021 DE 27 DE JANEIRO DE 2021**

"NOMEIA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - **NOMEAR** o Senhor **VITORIA PEREIRA DE SOUZA KANELA,** portador do RG nº 1883733 - 6 – SSP/MT e do CPF nº 022.149.551 - 78, para o Cargo em Comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA** da Prefeitura Municipal de Luciara MT.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 27 de janeiro de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 002/2021 DE 05 DE JANEIRO DE 2021**

**DECRETO Nº 002/2021**

**de 05 DE JANEIRO DE 2021**

**"ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO PAÇO MUNICIPAL, DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**PARASSU DE SOUZA FREITAS**, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo Com a Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - A partir de

11 de janeiro de 2021, o horário de funcionamento do atendimento ao público no Paço Municipal e demais unidades administrativas do município será o seguinte:

I. Paço Municipal (Prefeitura) - das 08:00h às 12:00h e das 14:00 às 18:00hs;

II. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, Meio Ambiente e Assuntos Indígenas – das 08:00h às 12:00h e das 14:00hs às 18hs;

III. Secretaria Municipal de Esportes - 08:00h às 12:00h e das 14:00 às 18:00hs;

IV. Creche Municipal Pequeno Polegar e Escola Municipal Raimundo de Pano – das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h;

V. Secretaria de Saúde e Centro de Saúde de Luciara – das das 08:00h às 12:00h e das 14:00 às 18:00hs, mais plantões;

VI. Secretaria de Promoção e Assistência Social, Centro de Reabilitação, Centro de Assistência Social e Centro dos Idosos – das das 08:00h às 12:00h e das 14:00 às 18:00hs;Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h;

VII. Escola Municipal do Campo São Bento – das 07:30h às 11:30h, das 13:00h às 17:00h e das 19:00h às 22:30h.

**Artigo 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado De Mato Grosso, 05 de janeiro de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 044/2021 - EXONERA MOTORISTA DO GABINETE

**PORTARIA N.º 044/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021**

"EXONERAÇÃO DO MOTORISTA DO GABINETE DA PREFITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - **EXONERAR** o Senhor **ROBERTO ARAÚJO DOS SANTOS,** portador do RG nº 521589 – SSP/MT e do CPF nº378.258.441-49, do Cargo em Comissão de **MOTORISTA DO GABINETE** do Município de Luciara MT.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 25 de janeiro de 2021.

## PORTARIA Nº 047/2021 - CONSEDE AFASTAMENTO

**PORTARIA N.º 047/2021 DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

"CONSEDE AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES AO Sr. VIRGINO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - **DEFERIR** a solicitação do senhor **VIRGINO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO,** servidor público municipal, inscrito no CPF. Nº 334.212. 728-75, com data de 20/01/2021, sendo recebido pela a administração na mesma data.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 26 de janeiro de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 043/21- NOMEIA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

**PORTARIA N.º 043/2021 DE 15 DE JANEIRO DE 2021**

"NOMEIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - **NOMEAR** o Senhor **OSMAR REIS MOTA,** portador do RG nº 14236575 – SSP/MT e do CPF nº 942.609.741 - 49, para o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS** da Prefeitura Municipal de Luciara MT.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 15 de janeiro de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 045/2021 -NOMEIA SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA

**PORTARIA N.º 045/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021**

"NOMEIA SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA DA PREFITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - **NOMEIA** o Senhor **AGEO FONSECA BRITO,** portador do RG nº 424857 – SSP/MT e do CPF nº 667.978.451-49, para o Cargo em Comissão de **SECRETARIO DE TURISMO E CULTURA**do Município de Luciara MT.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 25 de janeiro de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 046/2021- CONSEDE AFASTAMENTO

**PORTARIA N.º 046/2021 DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

"CONSEDE AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES AO Sr. FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - **DEFERIR** a solicitação do senhor **FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO,** servidor público municipal, inscrito no CPF. Nº 707. 369.951-53, com data de 07/01/2021, sendo recebido pela a administração no dia 11/01/2021.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 26 de janeiro de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

**ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021**

DATA: 26 de janeiro de 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre a Prorrogação do Prazo para o Retorno de Servidor Afastado por motivo de Licença sara Tratar de Assuntos de Interesses Particulares.

O SR. Celso Luiz Padovani, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Fica prorrogado em 15 (quinze) dias o prazo para o retorno ao trabalho da Sra. CAMILA DALL PIZZOL MOREIRA, Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal Saúde, no cargo de Farmacêutica, afastada por motivo de Licença Para Tratar de Assuntos de Interesses Particulares, em virtude da impossibilidade da mesma retornar ao trabalho no prazo estipulado através do Edital de Convocação nº 001/2021, conforme justificativa apresentada via Ofício nº 012/SMS/2021.

ART. 2º - Considerando o interesse público e necessidade por falta de Farmacêuticos para atendimento das demandas do município para o enfrentamento ao COVID-19 e em razão de não haver mais vagas no Lotacionograma para convocação de novos Farmacêuticos do Concurso Público. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação deste para a servidora comparecer ao trabalho e o não comparecimento da servidora resultará em abandono de emprego e desistência do cargo público.

ART. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de janeiro de 2021.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Tatiane Bulgarelli Grelak

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO RETIFICADO - PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2020 – SRP.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do Pregão Eletrônico nº 038/2020, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual aquisição de medicamentos para Farmácia Básica e Hospital municipal Maria Zélia do Município de Marcelândia – MT. Sagraram-se vencedoras as empresas: **MD COMERCIO E EMPREENDIMENTOS FAMACEUTICOS**, inscrita no CNPJ n° 14.234.142/0001-28, com o valor de **R$ 110.250,1164; NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14.595.725/0001-84, com o valor **de R$ 166.196,54; FARMACIA BOM PREÇO LTDA, inscrita no CNPJ nº 11. 504.314/0001-48, com o valor de R$ 40.657,122**; **VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 36.960.961/0001-95, com o valor de R$ 1.833,60**; **DISMART DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ nº 33.688. 692/0001-61, com o valor de R$ 119.543,23**; **MT – PHARMACY DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 04.227.210/0001-78, com o valor de **R$ 44. 364,31; INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, com o valor de R$ 227.147,132**; **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.520.829/0001-40, com o valor de R$ 284.036,27**; **WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 04.372.020/0001-44, com o valor de R$ 67.791,606**; **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 28.418.133/0001-00, com o valor de R$ 90.227,72**; **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 03.652.030/0001-70, com o valor de R$ 100.577,864**; **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.706. 251/0001-98, com o valor de R$ 49.985,06**; **EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 23. 312.871/0001-46, com o valor de R$ 5.340,00**; **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.417.694/ 0004-72, com o valor de R$ 215.454,69**; **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 1.523.405,2604. A relação completa com os itens de cada empresa, encontra-se a disposição no site: www.marcelandia.mt.gov. br**.

**Marcelândia/MT, 26 de janeiro de 2021.**

**Raphaella Espíndola Benício**

**Pregoeira Oficial**

**Publique-se**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 075/2019**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO PADRÃO INCRA/ALIMENTADORA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PADOVANI NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT CONFORME CONVÊNIO 855968/2017 CELEBRADO COM O INCRA. Contidas nos anexos do Edital 074/2019, TOMADA DE PREÇO 019/ 2019, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

**CONTRATADA: CONSTRUTORA KULUENE EIRELI ME**

**OBJETIVO**: **Ficam alteradas as *Cláusula Quinta – 5.1* e *Cláusula Sexta – 6.1* que passa a vigorar com a seguinte redação:**

***5.1 - Cláusula Quinta – Vigência Do Contrato***

O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em **59 (cinquenta e nove)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **30 DE MARÇO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

***06-1- PRAZO DE EXECUÇÃO -*** O novo prazo de **Execução** do contrato é aditado em **59 (cinquenta e nove)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **30 DE MARÇO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

**Assinatura:** 27/01/2021

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2021**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **AUTO POSTO ZURC LTDA-EPP,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 20.985.352/0001-50 e Inscrição Estadual n° 13.625.664-3, com sede na Av Interpeninsular, nº 2.221, Lote 22 Quadra 21, Bairro ZH2-002, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado por seu sócio Proprietário o Sr. **MARCOS ELIAS RIOS DA CRUZ**,portador do RG nº 3192070-5 SSP/MT e CPF nº. 146.778.061-87, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

**1 - OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2021.**

**2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1 -** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.2 -** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3 -** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1 -** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

**3.2 -** A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3 -** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**4 - DO CONTRATADO**

**4.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Código | Nome | Unidade de Fornecimento | Marca | Quant. | Valor Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **366792** | **DIESEL S-10** | **LITRO** | **BANDEIRA BRANCA** | **169.800** | **4,13** | **701.274,00** |
| **366794** | **GASOLINA COMUM** | **LITRO** | **BANDEIRA BRANCA** | **102.250** | **4,67** | **477.507,50** |
| **TOTAL DO FORNECEDOR:** | | | | | | **1.178.781,50** |

**5 – DOS PRODUTOS**

**5.1 –** O fornecimento será efetuado fracionado, com abastecimento diretamente no posto mediante requisição. A entrega dos combustíveis deverá ser feita imediatamente, no Estabelecimento Comercial da Licitante, diretamente nos veículos, ao motorista credenciado pelo Município de Matupá/MT munido da Ordem de Abastecimento expedida e assinada pela Autoridade Competente. A empresa contratada deverá colocar à disposição do contratante a entrega dos combustíveis **24 horas por dia durante 07 dias por semana**, haja visto que existe veículos que tem a necessidade de rodar em casos de urgência em horários não comerciais, como por exemplo as ambulâncias e veículos de socorro;

**5.2 –** Para os itens GASOLINA COMUM e DIESEL S-10 as bombas devem estar localizadas na área urbana/comercial/industrial do perímetro urbano da Cidade de Matupá;

**5.3 -** Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

**5.4 -** Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

**5.5 –** Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**5.6 -** Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, ANP (Agencia Nacional do Petróleo) etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor;

**5.7** O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

**5.7.1** Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

**5.7.2** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

**5.7.3** O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93;

**5.7.4** Não apresente avaria ou adulteração.

**5.8 -** Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

**5.9 –** Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

**5.10 -** A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas;

**5.11 -** Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1 -** Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3 -** Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4 -** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5 -** Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8** - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**6.10 -** Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.11 –** Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

**6.12** – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

**6.13 -** O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

**6.14 -** A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1 -** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

**7.2 -** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3 -** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4 -** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5** -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6** - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8 - DO PAGAMENTO**

**8.1 -** Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

**8.2 -** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3 -** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4 -** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

**8.5 -** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1 -** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2 -** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3 -** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4 -** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5 -** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**9.6** – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**9.7 -** Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1 -** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2 -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

**10.6 -** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7 -** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.**

**11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1 -** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12 - DAS PENALIDADES**

**12.1 -** Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

**12.1.1 -** Cometer fraude fiscal;

**12.1.2 -** Apresentar documento falso;

**12.1.3 -** Fizer declaração falsa;

**12.1.4 -** Comportar-se de modo inidôneo;

**12.1.5 -** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

**12.1.6 -** Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

**12.1.7 -** Não mantiver a proposta.

**12.2 -** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.2.1 -** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

**12.3 -** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

**e)** Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

**f)** - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

**12.4 -** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.1 -** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.5 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.6 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**13.1 -** Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

**13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:**

**13.2.1 –** A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

**13.2.2 -** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

**13.2.3 -** O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

**14 - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.1** - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1 -** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0030.20089 – MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

**16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**16-1 –** Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

| Secretaria | Servidor | Portaria |
|---|---|---|
| Secretaria de Planejamento, Finanças, Gabinete e Meio Ambiente | Andressa Sobrinho Sousa | 8879/2021 |
| Secretaria de Educação | Douglas Santos Da Silva | 8880/2021 |
| Secretaria de Saúde / Hospital | João Carlos Ortiz de Oliveira | 8856/2021 |
| Secretaria de Assistência social | Cynthia Passos Carvalho Ximenes | 7451/2018 |
| Secretaria de Agricultura | Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi | 7202/2018 |
| Secretaria de Obras | Flávia Biguelini | 8813/2021 |

**16.2 -** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**16.3 -** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.4 -** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I - T**odas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 02/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**18 - DO FORO**

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 27 de janeiro de 2021.

_____

**Município de Matupá**

**FERNANDO ZAFONATO**

**Contratante**

_____

**AUTO POSTO ZURC LTDA**

CNPJ sob o nº. 20.985.352/0001-50

**MARCOS ELIAS RIOS DA CRUZ**

CPF nº. 146.778.061-87

**Contratada**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**DECRETO Nº 3463 DE 27 DE JANEIRO DE 2021**

***"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".***

**FERNANDO ZAFONATO,** Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 09/03/2020;

**CONSIDERANDO** a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na sede da Secretaria Municipal de Agricultura de Matupá, situada à Rua Periférica R-1, s/nº, Bairro ZP-01, Matupá – MT, fone: (66) 3595-1272 no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 ou das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

**Art. 2º.** Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

**Art. 3º.** Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

**- Prefeito Municipal de Matupá –**

**Estado de Mato Grosso**

**Prefeitura Municipal de Matupá**

**ANEXO I**

**1.** Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

**2.** Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

**3.** Certidão de Casamento ou Nascimento;

**4.** Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos (se for o caso);

**5.** Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

**6.** Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

**7.** Cartão do PIS/PASEP;

**8.** Certidão de regularidade eleitoral;

**9.** Título de Eleitor;

**10.** Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

**11.** Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

**12.** Atestado de Saúde Física e Mental (Admissional);

**13.** 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

**14.** Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

**15.** Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

**16.** Certificado de Curso Básico de Computação (com carga horária mínima de 20 horas);

**17.** Certificado de Curso de Boas Práticas de Fabricação – BPF (com carga horária mínima de 06 horas);

**18.** Certificado de Curso de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle – APPCC (com carga horária mínima de 16 horas);

**19**. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

**20.** Declaração contendo endereço residencial;

**21**. Declaração de Bens;

**22.** Cópia do RG e CPF do cônjuge;

**23.** Cópia ou número de inscrição do RG e CPF de pai e mãe;

**24.** Cópia da Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão).

**25.** Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue:

**25.1.** A inspeção médica terá carater eliminatório, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo;

**25.2.** Todos os exames correrão às expensas do candidato;

**Estado de Mato Grosso**

**Prefeitura Municipal de Matupá**

**ANEXO II**

**CARGO: AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA**

| NOME | RG | P | CG | CE | NOTA FINAL | CLASSIFI-CAÇÃO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| WANDERSON GOMES COSTA | 23880422 | 3 | 3 | 11 | 17 | 33º | Classificado(a) |
| WILAINE DUTRA DOS SANTOS | 16767543 | 5 | 2 | 10 | 17 | 34º | Classificado(a) |

**FERNANDO ZAFONATO**

**- Prefeito Municipal de Matupá –**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8840 DE 04 DE JANEIRO DE 2021**

***"Conceder FÉRIAS aos Servidores e dá outras providências".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Conceder férias aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, conforme anexo:**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor no dia 04 de janeiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

**-Prefeito Municipal de Matupá-**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2021**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato, "**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES PARA VEICULAÇÃO DE AVISOS E EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, EXTRATOS DE CONTRATOS, LEIS E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS EXIGIDOS POR LEI CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 06 deste Contrato que são partes integrantes do Edital 01/2020 do respectivo **Pregão Presencial nº 01/2020.**

**CONTRATADA**: **IDEAL AGÊNCIA DE PUBLICIDADES EIRELI**

**Valor/Global**: O preço global para aquisição de produtos, ora contratados, será de **R$ 30.250,00 (trinta mil, duzentos e cinquenta reais)**.

**Assinatura: 26/01/2021**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8874 DE 08 DE JANEIRO DE 2021**

*"Concede **RETORNO DELICENÇA SAÚDE**a servidora **FRANCISCA APARECIDA PEREIRA RIBEIRO,***no cargo de***TECNICO EM ENFERMAGEM* e** dá outras providências*".*

**FERNANDO ZAFONATO,** Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder***RETORNO DE LICENÇA SAÚDE* a servidora *FRANCISCA APARECIDA PEREIRA RIBEIRO,*** matrícula nº 6750, a partir do dia 04 de janeiro de 2020.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor no dia 08 de janeiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

-Prefeito Municipal de Matupá-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8875 DE 11 DE JANEIRO DE 2021**

***"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a Sra. ***JOSIANE ONEIDE SAVOLDI COSTA*** *a exercer o cargo de* ***ASSESSOR EXECUTIVO*** *junto a* ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,*** a qual assume total responsabilidade pelos bons serviços prestados.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor no dia 11 de janeiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

**-Prefeito Municipal de Matupá-**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8777 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.**

***"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA EFETIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Concede ***FUNÇÃO GRATIFICADA (FG-01 – R$ 1.200,00)***, conforme Anexo VI do PCCV, a Servidora ***MAURINA MARQUES DA SILVA*** *p*ara exercer a função de ***Responsabilidade pelo Compras da Assistência Social e Documentação de Pessoal, Controle Interno e Ofícios*** referentes a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL,*** a qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços a qual está sendo recompensada.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor no dia 04 de janeiro do ano corrente.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

-Prefeito Municipal de Matupá-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8854 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.**

***"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE CANCELAMENTO DE AFASTAMENTO PREVENTIVO AO SERVIDOR NILSON DOS SANTOS LIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Revogar a Portaria n°8751, a qual afastava o Sr. ***NILSON DOS SANTOS LIMA,*** matrícula 7171 de suas atividades.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor no dia 04 de janeiro do ano corrente.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

-Prefeito Municipal de Matupá-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8855 DE 04 DE JANEIRO DE 2021**

***"Conceder LICENÇA PRÊMIO aos servidores, e dá outras providências".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - ***CONCEDER LICENÇA PRÊMIO***aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Educação e Desporto:

| Matricula | Nome | Período Aquisitivo | Período de Gozo | Secretaria de Lotação |
|---|---|---|---|---|
| 0119 | PEDRO FAGUNDES DE MACEDO NETO | 01/06/2014 - 01/06/2019 | 01/01/2021 a 31/01/2021 | Sec. Mun. Educação |
| 2836 | MARCIO COLOMBO DA LUZ | 12/07/2012 - 12/07/2017 | 01/01/2021 a 31/01/2021 | Sec. Mun. Educação |

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor no dia 04 de janeiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

**-Prefeito Municipal de Matupá-**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8860 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.**

***"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder ***FUNÇÃO GRATIFICADA (FG-03 – R$ 800,00)***, conforme Anexo VI do PCCV, a servidora ***AMANDA LARA DE MATOS, TECNICO EM ENFERMAGEM,*** onde junto a Secretaria Municipal de Saúde, ficará responsável pela escala de radiologia, imobilização e colação de gesso.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor no dia 04 de janeiro, revogando as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

-Prefeito Municipal de Matupá-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8861 DE 04 DE JANEIRO 2021**

***"DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ (PREVI-MUNI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Art. 140 e 141 da Lei Complementar nº 081, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Matupá – MT, e dá outras providências.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Ceder o Sr. **OMAR ANTONIO CHISTE,** RG 1015289315 SSP-RS, CPF 284.622.380-72, servidor efetivo no cargo de Agente de Tributos, Classe C, Nível 10, matrícula 0117, para o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá (PREVI-MUNI), com ônus para o Município de Matupá, a qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços da função para a qual for nomeado.

**Art. 2º- O Município poderá, por interesse público, requisitar aos servidores cedidos de volta aos seus quadros funcionais, com comunicação previa de 30 dias ao órgão cessionário.**

**Art. 3º -** Esta Portaria entrará em vigor no dia 04 de janeiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

**-Prefeito Municipal de Matupá-**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8862 DE 04 DE JANEIRO DE 2021**

***"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder ***FUNÇÃO GRATIFICADA (FG-02 – R$ 900,00)***, conforme Anexo VI do PCCV, a servidora ***DALILA MARQUES FRAGA DE CAR-***

***LI, ODONTOLOGO,*** onde junto a Secretaria Municipal de Saúde, sendo responsável pelas equipes de saúde bucal das unidades básicas de saúde, respondendo pela coordenação de recursos humanos; gerenciamento de material, insumos e equipamentos odontológicos; participação em processos licitatórios; consolidação de procedimentos; planejamento de metas assistenciais e de promoção e prevenção em saúde bucal; produção e monitoramento de indicadores; e elaboração de relatórios técnicos.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor no dia 04 de janeiro, revogando as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

-Prefeito Municipal de Matupá-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2021**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **VIEIRA E PIZZOLI VIEIRA LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 10.737.595/0001-16 e Inscrição Estadual n° 13.373.125-1, com sede na Rod BR 163 entroncamento Rod MT 322, s/nº, Km 1.029,1, Bairro ZE-009, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representado por seu Credenciado o Sr. **AILTON DE ALENCAR MARTINS**,portador do RG nº 16086619 SSP/MT e CPF nº. 025.213.451-64, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

**1 - OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2021.**

**2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1 -** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.2 -** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3 -** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1 -** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

**3.2 -** A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3 -** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**4 - DO CONTRATADO**

**4.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Código | Nome | Unidade de Fornecimento | Marca | Quant. | Valor Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **366791** | **DIESEL COMUM** | **LITRO** | **BANDEIRA BRANCA** | **766.000** | **4,06** | **3.109.960,00** |
| **TOTAL DO FORNECEDOR:** | | | | | | **3.109.960,00** |

**5 – DOS PRODUTOS**

**5.1 –** O fornecimento será efetuado fracionado, com abastecimento diretamente no posto mediante requisição. A entrega dos combustíveis deverá ser feita imediatamente, no Estabelecimento Comercial da Licitante, diretamente nos veículos, ao motorista credenciado pelo Município de Matupá/MT munido da Ordem de Abastecimento expedida e assinada pela Autoridade Competente. A empresa contratada deverá colocar à disposição do contratante a entrega dos combustíveis **24 horas por dia durante 07 dias por semana**, haja visto que existe veículos que tem a necessidade de rodar em casos de urgência em horários não comerciais, como por exemplo as ambulâncias e veículos de socorro;

**5.2 –** Para o item DIESEL COMUM as bombas devem estar localizadas na área urbana/comercial/industrial do perímetro urbano da Cidade de Matupá;

**5.3 -** Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

**5.4 -** Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

**5.5 –** Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**5.6 -** Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, ANP (Agencia Nacional do Petróleo) etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor;

**5.7** O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

**5.7.1** Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

**5.7.2** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

**5.7.3** O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93;

**5.7.4** Não apresente avaria ou adulteração.

**5.8 -** Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

**5.9 –** Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

**5.10 -** A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas;

**5.11 -** Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1 -** Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3 -** Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4 -** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5 -** Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8** - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**6.10 -** Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.11 –** Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

**6.12** – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

**6.13 -** O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

**6.14 -** A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1 -** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

**7.2 -** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3 -** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4 -** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5** -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6** - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8 - DO PAGAMENTO**

**8.1 -** Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

**8.2 -** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3 -** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4 -** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

**8.5 -** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1 -** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2 -** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3 -** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4 -** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5 -** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**9.6** – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**9.7 -** Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1 -** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2 -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

**10.6 -** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7 -** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.**

**11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1 -** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12 - DAS PENALIDADES**

**12.1 -** Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

**12.1.1 -** Cometer fraude fiscal;

**12.1.2 -** Apresentar documento falso;

**12.1.3 -** Fizer declaração falsa;

**12.1.4 -** Comportar-se de modo inidôneo;

**12.1.5 -** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

**12.1.6 -** Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

**12.1.7 -** Não mantiver a proposta.

**12.2 -** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.2.1 -** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

**12.3 -** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

**e)** Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

**f)** - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

**12.4 -** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.1 -** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.5 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.6 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**13.1 -** Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

**13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:**

**13.2.1 –** A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

**13.2.2 -** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

**13.2.3 -** O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

**14 - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.1** - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1 -** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0030.20089 – MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.304.0041.20105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

**16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**16-1 –** Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

| Secretaria | Servidor | Portaria |
|---|---|---|
| Secretaria de Planejamento, Finanças, Gabinete e Meio Ambiente | Andressa Sobrinho Sousa | 8879/2021 |
| Secretaria de Educação | Douglas Santos Da Silva | 8880/2021 |
| Secretaria de Saúde / Hospital | João Carlos Ortiz de Oliveira | 8856/2021 |
| Secretaria de Assistência social | Cynthia Passos Carvalho Ximenes | 7451/2018 |
| Secretaria de Agricultura | Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi | 7202/2018 |
| Secretaria de Obras | Flávia Biguelini | 8813/2021 |

**16.2 -** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**16.3 -** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.4 -** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I - T**odas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 02/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**18 - DO FORO**

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 27 de janeiro de 2021.

_____

**Município de Matupá**

**FERNANDO ZAFONATO**

**Contratante**

_____

**VIEIRA E PIZZOLI VIEIRA LTDA**

CNPJ sob o nº. 10.737.595/0001-16

**AILTON DE ALENCAR MARTINS**

CPF nº. 025.213.451-64

**Contratada**

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 03/2021**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 12 de fevereiro de 2021 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JUNTO AO DISTRITO FEDERAL/BRASÍLIA CONFORME NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 010/2021, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 27 de janeiro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8876 DE 12 DE JANEIRO DE 2021**

***"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a Sra. ***TUELLEN KARINE TERUEL*** a exercer o cargo de ***ASSESSOR EXECUTIVO*** junto a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS URBANISMO E TRANSPORTE,*** a qual assume total responsabilidade pelos bons serviços prestados.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor no dia 12 de janeiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

**-Prefeito Municipal de Matupá-**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**
**DECRETO Nº 3464 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

***"ATUALIZA OS VALORES DA TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 160 de 25 de Junho de 2019, que altera a Lei nº 687/2009;

CONSIDERANDO, que a data da sanção da Lei Complementar foi em 25 de Junho de 2019 e não houve atualização neste intervalo, o período da inflação contada neste Decreto será de Julho/2019 à Dezembro/2020;

**DECRETA:**

**Art. 1°** Ficam atualizados os valores constantes no **Art. 50-A, § 1º** da Lei nº 687/2019, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC-IBGE acumulado (Jul 2019/Dez 2020 – 7,53%), passando a vigorar com a seguinte a redação:

Art. 50-A ...

- § 1º O Valor da Taxa é de R$ 3.849,77 (Três mil Oitocentos e Quarenta e Nove Reais e Setenta e Sete Centavos) por dia de inspeção, compreendendo o período de 6 (seis) a 10 (dez) horas diárias conforme horário de funcionamento do estabelecimento.

**Art. 2°** Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e sete dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se;

Publique-se.

**FERNANDO ZAFONATO**

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**
**PORTARIA Nº 8879 DE 13 DE JANEIRO DE 2021**

***"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de Atas eContratos da Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências".***

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a ***SR. ANDRESSA SOBRINHO SOUSA***, Assessor Executivo, portadora do CPF nº 045.855.891-55, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas e contratos, celebrado com o município que atendam a Administração Municipal.

**Art. 2º -** O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

**Parágrafo único –** O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se - Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**PORTARIA Nº 8877 DE 12 DE JANEIRO DE 2021**

***"Dispõe sobre Exoneração do Servidor, conforme Art. 42, Lei Complementar 081/2013, e dá outras providências".***

**FERNANDO ZAFONATO**, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a Sra. ***GESSICA PEREIRA DASSOLLER*** a pedido, com Registro Geral de Identificação nº 2422754-4 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 059.018.911-55, no quadro de servidores do Município de Matupá-MT, a qual exercia o cargo de ***TECNICO EM NIVEL SUPERIOR***, revogando a Portaria n° 7612 de 14 de fevereiro de 2019.

**Art. 2º** Esta Portaria entrara em vigor no dia 12 de janeiro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

**-Prefeito Municipal de Matupá-**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**
**PORTARIA Nº 8880 DE 13 DE JANEIRO DE 2021.**

***"Dispõe sobre nomeação de servidora pública responsável pelo acompanhamento e fiscalização de atas de registro de preço e contratos de aquisição e prestação de serviço no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Desporto/departamento de transporte, e dá outras providências".***

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear o ***DOUGLAS SANTOS DA SILVA***, Chefe De Departamento, portador do CPF nº 061.976.821-50, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas de registro de preços e contratos de aquisição e prestação de serviços celebrados com o município que atendam a Secretaria Municipal de Educação e Desporto/ departamento de transporte.

**Art. 2º -** O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

**Parágrafo único –** O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se - Publique-se

**FERNANDO ZAFONATO**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT**
**DECRETOS PLANEJAMENTO 2020**

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

# DECRETO Nº 3876 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020 - LEI N.1584

***Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências***

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 90.158,79 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

| | | | |
|---|---|---|---|
| 60 | 04.122.0002.2005.0000 | MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADM | 10.270,00 |
| | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R.: 0 1 00 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 110 000 | GERAL | |

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

| | | | |
|---|---|---|---|
| 308 | 27.812.0011.2034.0000 | MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O DESPORTO COMUI | 8.500,00 |
| | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R.: 0 1 00 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 110 000 | GERAL | |

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

| | | | |
|---|---|---|---|
| 509 | 15.451.0013.1060.0000 | PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS | 45.052,72 |
| | 4.4.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | F.R.: 0 1 00 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 110 000 | GERAL | |
| 533 | 26.782.0016.1086.0000 | MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS | 9.500,00 |
| | 4.4.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R.: 0 1 30 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 100 004 | FETHAB | |

02 07 05 COORDENADORIA DE TRANSITO

| | | | |
|---|---|---|---|
| 546 | 26.782.0018.2141.0000 | MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM A JARI | 1.963,77 |
| | 3.3.90.36.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | F.R.: 0 1 00 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 110 000 | GERAL | |

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

| | | | |
|---|---|---|---|
| 572 | 04.123.0023.2053.0000 | MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A TESOURARIA | 8.265,00 |
| | 3.3.90.91.00 | SENTENÇAS JUDICIAIS | F.R.: 0 1 00 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 110 000 | GERAL | |

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

# DECRETO Nº 3876 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020 - LEI N.1584

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 634 | 08.244.0035.2062.0000 | SERVICO DE PROTECAO E ATENCAO INT. A FAMILIA - PAII | | 6.607,30 |
| | 3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | F.R.: 0 1 29 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 500 003 | Prog. PAIF | | |

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 23 | 04.122.0002.2002.0000 | MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO | | -3.270,00 |
| | 3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |
| 26 | 04.122.0002.2002.0000 | MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO | | -13.342,49 |
| | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |

02 04 02 DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 143 | 20.606.0004.1014.0000 | APOIO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO | | -8.265,00 |
| | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |
| 145 | 20.606.0004.1125.0000 | REALIZAÇAO DE EVENTOS P/ EXPOSIÇAO AGROPECUARIA | | -7.000,00 |
| | 3.3.90.31.00 | PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP( | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 307 | 27.812.0011.2034.0000 | MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O DESPORTO COMUNIT | | -8.500,00 |
| | 3.3.90.36.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 507 | 15.451.0013.1017.0000 | PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO DISTRITO DE SONHO AZUL | | -4.051,01 |
| | 4.4.90.51.00 | OBRAS E INSTALAÇÕES | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |
| 510 | 15.451.0013.1060.0000 | PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS | | -953,00 |
| | 4.4.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |
| 511 | 15.451.0013.1060.0000 | PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS | | -2.254,46 |
| | 4.4.90.51.00 | OBRAS E INSTALAÇÕES | F.R. Grupo: 0 1 00 | |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | |
| | 110 000 | GERAL | | |
| 520 | 17.512.0015.1167.0000 | AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA | | -7,76 |
| | 4.4.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | F.R. Grupo: 0 1 00 | |

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

# DECRETO Nº 3876 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020 - LEI N.1584

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 07 | 02 | COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS | | | | | |
| | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | 110 000 | GERAL | | | | |
| | 521 | | 17.512.0015.1236.0000 | CONST. E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA DO SONHO AZUL | -44,00 | | | |
| | | | 4.4.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | F.R. Grupo: | 0 | 1 | 00 |
| | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | 110 000 | GERAL | | | | |
| | 523 | | 26.782.0016.1083.0000 | CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES | -4.400,00 | | | |
| | | | 4.4.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | F.R. Grupo: | 0 | 1 | 00 |
| | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | 110 000 | GERAL | | | | |
| | 525 | | 26.782.0016.1083.0000 | CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES | -9.500,00 | | | |
| | | | 4.4.90.36.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | F.R. Grupo: | 0 | 1 | 30 |
| | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | 100 004 | FETHAB | | | | |
| 02 | 07 | 05 | COORDENADORIA DE TRANSITO | | | | | |
| | 539 | | 26.782.0018.1088.0000 | IMPLEMENTAÇAO DA SINALIZAÇAO NO PERIMETRO URBANO | -21.963,77 | | | |
| | | | 4.4.90.51.00 | OBRAS E INSTALAÇÕES | F.R. Grupo: | 0 | 1 | 00 |
| | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | 110 000 | GERAL | | | | |
| 02 | 09 | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | | | | |
| | 643 | | 08.244.0035.2083.0000 | SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESP. A FAMILIAS E | -6.607,30 | | | |
| | | | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R. Grupo: | 0 | 1 | 29 |
| | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | 500 019 | PAEFI | | | | |

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 07 de dezembro de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

---

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N. 075/2021**

**PORTARIA N. 075 DE 22 DE JANEIRO DE 2021**

**CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Decisão Liminar deferida nos autos sob nº 1002122-55.2020.8.11.0011,

**RESOLVE**

**Artigo 1º -** Concede Progressão Funcional na respectiva classe, conforme o que dispõe os artigos 16,§§ 1º e 2º da Lei Complementar 158/2016 aos servidores com direito adquirido durante a competência OUTUBRO/2020, constantes do quadro abaixo a saber:

| CÓDIGO | NOME | CARGO | ENQUADRAMENTO |
|---|---|---|---|
| 506 | BRUNO VILAS BOAS PANARO LEITE | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | C-05 |
| 4487 | JOÃO PAULO SANCHES | ODONTOLOGO | A-10 |
| 247 | JOSÉ MARIO DO AMARAL E SILVA | AGENTE DE TRANSPORTE | B-11 |
| 2715 | NELSON JOSÉ DOS SANTOS | MOTORISTA | B-05 |
| 4426 | WENDERSON DE SOUZA CAMARA | MOTORISTA | C-05 |

**Artigo 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 22 de janeiro de 2021.

***HECTOR ALVARES BEZERRA***

**Prefeito Municipal**

HAB/vl

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI**
**DECRETO Nº 3911/2021**

Decreto nº 3911/2021

*Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos membros do Comitê de Investimentos do MIRASSOL-PREVI, nomeia suplente e da outras providências.*

O Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

Considerando o art. 3º-A da Portaria MPS n.º 170 de 25 de abril de 2012, com redação dada pela Portaria n.º 440 de 09 de outubro de 2013;

Considerando a necessidade de instituição do Comitê de Investimentos que visa auxiliar na gestão dos recursos previdenciários do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mirassol D'Oeste MIRASSOL-PREVI;

Considerando a necessidade de nomeação de 05 (cinco) servidores efetivos e estáveis, como membros, para a composição do Comitê de Investimentos, conforme art. 79 da Lei Complementar Municipal nº 160 de 21 de dezembro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o mandato dos membros do *COMITÊ DE INVESTIMENTOS* do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mirassol D' Oeste com fulcro no art. 2º §1º do Decreto nº 3261/2018.

Art. 2º - Nomear a sra. Ana Paula Belisário do Nascimento, brasileira, portadora do RG nº 153654-9 e do CPF nº 010.509.271-52, servidora do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAEMI, como membro suplente do Comitê de Investimentos.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mirassol D'Oeste – MT, 26 de janeiro de 2021.

Héctor Alvares Bezerra

Prefeito Municipal

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 080/2021**

PORTARIA Nº 080 DE 26 DE JANEIRO DE 2021

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Secretario Municipal de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 81 da Lei Complementar n. 157/2016, bem como o que dispõe o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

**RESOLVE**

**Artigo 1º** - Conceder para o servidor **EVERSON CUSTÓDIO DO NASCIMENTO,** lotado na Secretária de Desenvolvimento Sustentável, no cargo de **TECNICO AGRICOLA,** 05 (Cinco) dias de **LICENÇA PATERNIDADE**, de acordo com o artigo 80 inciso VI, alínea a) da Lei Complementar 157 de 21/12/16, conforme requerimento protocolado 321/2021 a partir de 26/01/2021.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.**

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho", em 26 de janeiro de 2021.

**HAROLDO GUSTAVO GREVE**

Secretario De Administração e Planejamento

HGG/vl

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N. 078/2021**

**PORTARIA N. 078 DE 22 DE JANEIRO DE 2021**

**CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Decisão Liminar deferida nos autos sob nº 1002122-55.2020.8.11.0011,

**RESOLVE**

**Artigo 1º -** Concede Progressão Funcional na respectiva classe, conforme o que dispõe os artigos 16,§§ 1º e 2º da Lei Complementar 158/2016 aos servidores com direito adquirido durante a competência JANEIRO/2021, constantes do quadro abaixo a saber:

| CÓDIGO | NOME | CARGO | ENQUADRAMENTO |
|---|---|---|---|
| 3302 | ADRIANA CRISTINA FERREIRA | AUXILIAR DE ENFERMAGEM – PSF | B-04 |
| 3401 | ALTAMIRO LINO SANTIAGO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | C-04 |
| 2196 | AMARILDO PEDRO DO NASCIMENTO | AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO | B-11 |
| 3901 | ANA LUCIA LINHARES | AUXILIAR DE ENFERMAGEM – PSF | C-04 |
| 2852 | ANTONIO MARCOS DE CARVALHO | VIGIA | C-04 |
| 4961 | ARLETE MARCIA SCATOLIN | ENFERMEIRA – PSF | B-04 |
| 3497 | CICERA FRANCISCA DE LIMA ULIANA | AUXILIAR DE ENFERMAGEM – PSF | A-04 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 3884 | EDSON GONÇALVES DOS SANTOS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | C-11 |
| 4794 | ELAINE APARECIDA LIU | AUXILIAR DE ENFERMAGEM – PSF | B-04 |
| 316 | ELVIS JAIR BENTO DA SILVA | ODONTOLOGO – PSF | B-04 |
| 3495 | JUSTINO CORREIA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | A-11 |
| 3570 | KEILA SILVEIRA | AUDITOR PÚBLICO INTERNO | B-05 |
| 86 | LEONARDO JOSÉ FERREIRA MAIA | ODONTOLOGO - PSF | B-04 |
| 128 | LEONICE DO PILAR JOVIO RIBEIRO | ATENDENTE EM SAÚDE | C-04 |
| 24 | LIDIANA NEVES DA SILVA | ENFERMEIRO – PSF | B-04 |
| 3161 | LUCIENE FERREIRA LUPERINI | ATENDENTE EM SAÚDE | B-04 |
| 3831 | LUCIENE MARIA DA CRUZ | ATENDENTE EM SAUDE | A - 03 |
| 3328 | MARINEZ DE CAMPOS | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | B-11 |
| 845 | RAFAEL ALVES MOURA | ENFERMEIRO – PSF | B-04 |
| 803 | REGINA LOPES MARQUES TOMICHA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | C-04 |
| 527 | RODRIGO SOUZA OLIVEIRA | BIOQUIMICO/ FARMACEUTICO | B-04 |
| 3268 | ROMAURA DOS SANTOS ALVES | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | C-04 |
| 2178 | SUELENE DE FATIMA PRATINHA DELBONE | AGENTE ADMINISTRATIVO | C-11 |
| 4012 | VILSON TOMAZ DA SILVA | MOTORISTA | B-11 |

**Artigo 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 22 de janeiro de 2021.

***HECTOR ALVARES BEZERRA***

**Prefeito Municipal**

HAB/vl

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL Nº 001/2021**

**EDITAL Nº 001/2021**

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.**

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram entrar em contato à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos local de trabalho.

Considerando a urgência na contratação os candidatos que informaram número de telefone na inscrição foram contactados, bem como encaminhado e-mail de convocação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 13 de janeiro de 2021.

**HECTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.**

**ANEXO ÚNICO**

| **ASSISTENTE SOCIAL - CREAS/PAEFI** | |
|---|---|
| **NOME** | **RESULTADO** |
| PATRICIA ONESMA BARBOSA DA SILVA | 2º COLOCADO(A) |
| HAISSA CARDOSO | 3º COLOCADO(A) |
| **ENFERMEIRO** | |
| **NOME** | **RESULTADO** |
| MARIANA APARECIDA SOUZA NASCIMENTO | 5º COLOCADO(A) |
| MARINEIDE APARECIDA NUNES | 6º COLOCADO(A) |
| JENIFFER LARANJA | 7º COLOCADO(A) |
| PATRICIA SOARES DOS SANTOS | 8º COLOCADO(A) |

**Mirassol D'Oeste,** 13 de janeiro de 2021**.**

**HECTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº 073 DE 21 DE JANEIRO DE 2021**

**DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A EQUIPE RESPONSÁVEL POR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO E DEFINE ATRIBUIÇÕES.**

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA,** Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste-MT, no uso de suas legais atribuições e, conforme disposições do Decreto nº 1563 de 16 de junho de 2005, bem como no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Designar servidores para comporem a equipe responsável pela licitação na modalidade Pregão da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste-MT, e definir suas funções e atribuições, conforme segue:

**I – Representante do Comprador:**

Héctor Alvares Bezerra – Prefeito

**II – Coordenadores/Pregoeiros:**

Célia Regina de Mattos Prado - Matrícula nº 18840

Mara Aparecida Amarante - Matrícula nº 511

Juscelino da Silva Almeida – Matrícula 2609

Luismar da Silva Martins - Matrícula nº 478

Danilo Cezar Ochiuto - Matrícula nº 5213

**III – Equipe de apoio:**

José Ricardo Rodrigues Pereira - Matrícula 3913

Masterson Felipe da Silva – Matrícula 4763

Natália da Silva Rosa – Matrícula 26561

**Artigo 2º -** São Atribuições do Representante do Comprador:

I - determinar a abertura de licitação na modalidade de pregão;

II – administrar as compras e contratações no âmbito da Prefeitura Municipal;

III – decidir os recursos com atos do pregoeiro;

IV – homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato;

**Artigo 3º -** São atribuições do Coordenador/Pregoeiro:

I - Zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;

II – Auditar o processo e propor alterações, caso necessário, visando atendimento à legislação;

III – Consolidar entendimentos, visando a celeridade nas licitações;

IV – Aprovar, após o crivo da Assessoria Jurídica, e assinar o Edital;

V – Determinar a publicidade da licitação, na conformidade da legislação;

VI – receber, examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre recursos;

VII - credenciar os interessados em participar do pregão;

VIII - receber os envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

IX - realizar a abertura, exame e classificação das propostas de preços;

X - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

XI – exigir habilitação de fornecedor vencedor;

XII - adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor;

XIII – Propor penalização de fornecedor, no âmbito da sessão de licitação, caso ocorra descumprimento da legislação;

XIII – elaborar e assinar a ata da licitação na modalidade pregão;

XIV – conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

XV – Informar sobre os recursos interpostos contra seus atos e outros;

XVI – encaminhar o processo devidamente instruído, após adjudicação, ao Representante do Comprador, visando a homologação e a contratação;

**Artigo 4º -** São atribuições da equipe de apoio assistir o pregoeiro na condução dos trabalhos relativos ao certame licitatório e:

I – Buscar permanentemente esmerar-se no conhecimento da legislação e sua aplicação;

II – Cumprir as determinações do Pregoeiro, desde que manifestadamente legais;

III – Instruir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender à legislação;

IV – Operar o Sistema de Pregão;

V - Responsabilizar-se pela montagem do processo;

VI – Levar ao conhecimento do Pregoeiro qualquer ato ou informações que possam impactar na licitação;

VII – Notificar com antecedência o pregoeiro, na ordem constante do inciso II do artigo 1º;

VIII – Substituir o pregoeiro impedido ou com ausência justificada, pelo seu imediato, e nomeando o substituído para o pregão subseqüente.

**Artigo 5º -** Fica autorizada a substituição de Pregoeiro, quando em impedimento legal ou ausência plenamente justificada e deferida pelo seu superior imediato, devendo a substituição ser anotada nos autos.

**Artigo 6º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 143/2018 e alterações posteriores.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 21 de janeiro de 2021.

**Héctor Alvares Bezerra**

**Prefeito**

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N. 077/2021**

**PORTARIA N. 077 DE 22 DE JANEIRO DE 2021**

**CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Decisão Liminar deferida nos autos sob nº 1002122-55.2020.8.11.0011,

**RESOLVE**

**Artigo 1º -** Concede Progressão Funcional na respectiva classe, conforme o que dispõe os artigos 16,§§ 1º e 2º da Lei Complementar 158/2016 aos servidores com direito adquirido durante a competência DEZEMBRO/2020, constantes do quadro abaixo a saber:

| CÓDIGO | NOME | CARGO | ENQUADRAMENTO |
|---|---|---|---|
| 4604 | ANTONIO ADRIANO RAMOS | VIGIA | C-03 |
| 3363 | ANTONIO ROBERTO GREVE | MOTORISTA | C-05 |
| 588 | BONNYEK CALIXTO GONZAGA | VIGIA | C-04 |
| 503 | IZAQUE MIRANDA DE CARVALHO | VIGIA | C-04 |
| 797 | JACIMARA CASTRO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | C-04 |
| 4025 | MARCOS ANTONIO DOS SANTOS | TECNICO EM CONTABILIDADE | C-05 |
| 3142 | SILVANA KHIPPAIZ NOGUEIRA | AGENTE ADMINISTRATIVO | C-06 |
| 4271 | VILSON CLEMENTE DIOGO FERREIRA | MOTORISTA | B-05 |

**Artigo 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 22 de janeiro de 2021.

***HECTOR ALVARES BEZERRA***

**Prefeito Municipal**

HAB/vl

**CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE**
**PORTARIA FISCAL DE CONTRATO**

**PORTARIA Nº. 007 DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** Usando de suas legais atribuições;

**R E S O L V E :**

**ARTIGO 1º. –** DESIGNAR a servidora **DAIANE REIS FARIAS DA COSTA, Auxiliar Parlamentar de Serviços Gerais, portadora do RG. nº 22651586/SEJSP/MT e do CPF. Nº 037.066.041-24,** para nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, exercer o acompanhamento e fiscalização do TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2021 abaixo relacionado:

| | |
|---|---|
| **TERMO DE FILIAÇÃO E CO-** | **001/2021** |

| | |
|---|---|
| **OPERAÇÃO TÉCNICA** | |
| **Objeto** | **O objeto do presente instrumento é a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de MIRASSOL D´OESTE/MT, junto à União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT ,e, por consequência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto.** |
| **Contratada** | **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ/MF sob o nº 33.003.757/0001 -98** |
| **Vigência** | **O prazo de vigência do presente instrumento de filiação é de 11 (ONZE) meses, tendo início em 26/01/2021 e término em 27/12/2021** |

**ARTIGO 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ARTIGO 3º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICA-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE:**

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em 26 (vinte e seis) de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um).

**ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ**

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

## PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS PORTARIA N. 076/2021

**PORTARIA N. 076 DE 22 DE JANEIRO DE 2021**

**CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Decisão Liminar deferida nos autos sob nº 1002122-55.2020.8.11.0011,

**RESOLVE**

**Artigo 1º -** Concede Progressão Funcional na respectiva classe, conforme o que dispõe os artigos 16,§§ 1º e 2º da Lei Complementar 158/2016 aos servidores com direito adquirido durante a competência NOVEMBRO/2020, constantes do quadro abaixo a saber:

| CÓDIGO | NOME | CARGO | ENQUADRAMENTO |
|---|---|---|---|
| 26480 | ELIANE RODRIGUES DE OLIV EIRA | MONITOR DE CRECHE | C-03 |
| 4429 | GILSON DOS SANTOS FERREIRA | MOTORISTA | B-05 |
| 3038 | JANDIRA DA SILV A | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | A-11 |
| 3877 | MADALENA BRITO DE CARVALHO CORREA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | C-04 |
| 4442 | NEI ALEXANDRE STORTI | MOTORISTA | C-05 |
| 4743 | ROSIMEIRE SOARES DA SILVA | MERENDEIRA | C-05 |
| 4855 | VERA LUCIA DE OLIVEIRA CARVALHO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | A-04 |

**Artigo 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 22 de janeiro de 2021.

***HECTOR ALVARES BEZERRA***

**Prefeito Municipal**

HAB/vl

## PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS EDITAL Nº 002/2021

**EDITAL Nº 002/2021**

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/2020 DE 27/01/2020.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiário conforme Decreto 3.665/2020.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 13 de janeiro de 2021.

**HECTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/2020 DE 27/01/2020.**

**ANEXO ÚNICO**

| **DIREITO** | |
|---|---|
| **NOME** | **RESULTADO** |
| FRANCILAINE RODRIGUES DA CONCEIÇÃO | 5º COLOCADO(A) |
| ISADORA PAULINO BINDADE | 6º COLOCADO(A) |
| GABRIELLY CAMARGO LIRA | 7º COLOCADO(A) |
| GABRIELLI TEIXEIRA FERNANDES | 8º COLOCADO(A) |
| **CIENCIAS CONTABEIS** | |
| **NOME** | **RESULTADO** |
| RENAN DA SILVA BANDEIRA | 2º COLOCADO(A) |
| ARLINDO DA SILVA SANTOS | 3º COLOCADO(A) |

Mirassol D'Oeste, 13 de janeiro de 2021.

**HECTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 081/2021

**PORTARIA Nº 081 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

AUTORIZA TRABALHO EM SISTEMA HOME-OFFICE EM CARÁTER EXPECIONAL E PROVISÓRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições e,

Considerando o disposto na portaria136/2020:

***RESOLVE***

**Artigo 1º-** Autorizar a trabalhar em Sistema HOME-OFFICE o servidor abaixo relacionado, de acordo com os termos da portaria 136/2020, devendo apresentar relatório, conforme anexo I da mesma portaria.

| Matrícula | Nome | Nome Cargo Atual | Data |
|---|---|---|---|
| 27555 | ISAQUE BATISTA FARIAS | ASSESSOR DE GESTÃO II | 27/01/2021 |

**Artigo 2º-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Gabinete do Secretário de Administração de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de janeiro de 2021.

**HAROLDO GUSTAVO GREVE**

Secretário de Administração

HGG/vl

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

### ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº. 071/2021

*"Dispõe sobre a designação da Sra.* ***Leidinete Santana Pereira****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar a Servidora ***Leidinete Santana Pereira***, inscrita no RG n.º 23928140 e devidamente cadastrada no CPF n.º 039.498.281-92, para o cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria de Municipal de Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

### ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº. 140/2021

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Tais Candido de Jesus****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear a Sra ***Tais Candido de Jesus***, portadora do RG nº. 2320568-7 SSP/MT, e devidamente cadastrada no CPF nº. 054.496. 651-13, para o cargo em comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, tornando seus efeitos na data 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

### ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº. 009/2021

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr****. Paulo Roberto Campos Filho****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr***. Paulo Roberto Campos Filho***, portador do RG nº. 6.896.423-7 SSP/PR, e inscrito no CPF nº. 035.289.481-40, e cadastrado na OAB/MT sob o nº 23568/B, para o cargo em Comissão de Secretário Chefe da Procuradoria Geral.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 04 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

### ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº. 194/2021

*"Dispõe sobre a designação dos servidores* ***Angélica Secchi, Willian de Souza Romero e Andréia Caroline Santiago de Pinho Mattar****, para os cargos de fiscais de contratos da Secretaria de Saúde".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar a servidora ***Angélica Secchi***, inscrita no RG nº. 1932044-2 SSP/MT, e devidamente cadastrada no CPF sob o nº. 020. 719811-03: **Fiscal de Contrato de materiais e equipamentos odontológicos**;

**Art. 2º.** Designar o servidor ***Willian de Souza Romero***, inscrito no RG nº. 400576387 SSP/SP, e devidamente cadastrado no CPF sob o nº. 735.045. 051-68: **Fiscal de Contrato de materiais, peças, manutenção, aquisição e serviços de veículos, serviços de terceiros e materiais gráficos**,

**Art. 3º.** Designar o servidor ***Andréia Caroline Santiago de Pinho Mattar***, inscrita no RG nº. 1525572-7 SSP/MT, e devidamente cadastrada no CPF sob o nº. 008.726.321-13: **Fiscal de Contrato de materiais de expediente, gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.**

**Art. 4º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

### ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº. 192/2021

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor* ***Dhenner Hebart Ribeiro****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade ao servidor ***Dhenner Hebart Ribeiro***, portador do RG nº. 706427 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 567.616.351-87, a contar a partir dos dias:

Novembro de 2019 – 30 dias Janeiro de 2020 – 30 dias Março de 2020 -21 dias

Novembro de 2020 – 09 dias (de 26/11 à 04/12/2020), Período aquisitivo em 02/12/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 143/2021**

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr.* ***Marcelo Pereira dos Santos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Exonerar o Sr. ***Marcelo Pereira dos Santos,*** portador do RG nº. 32.585.009-4 SSP/BA, devidamente cadastrado no CPF nº. 659.787. 815-91, do cargo em Comissão de Chefe de Departamento da Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 18/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 122/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.* ***Elza de Oliveira Souza****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FG de 50% para a Sra. ***Elza de Oliveira Souza***, portadora do RG nº. 0592893-1 SESP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 427.903.521-00.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 04/01/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 124/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***Fabiano José da Silva,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 50% para o Sr. ***Fabiano José da Silva*** portador do RG nº. 1.342.048-8 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 966.882.971-91.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 125/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***José Carlos da Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FG de 40% para o Sr. ***José Carlos da Silva***, portador do RG nº. 816.721 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 468.505. 891-72.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 11/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 091/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Thiago Albuquerque,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o *Sr.* ***Thiago Albuquerque***, portadora do RG nº. 1531983-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 024.689.111-48, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria de Educação e Desportos.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 106/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Ailton Alves dos Reis,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o *Sr.* ***Ailton Alves dos Reis,*** portador do RG nº. 16.632. 594-6 SSP/MG, devidamente cadastrado no CPF nº. 465.958.566-20, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico na Secretaria de Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 105/2021**

*"Dispõesobre a Nomeação do Sr****. Rogério Pereira dos Santos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Rogério Pereira dos Santos,*** portador do RG nº 2305567-7 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 040.897.561-03, para o cargo em comissão de Monitor Técnico na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 193/2021**

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor* ***Vandionor Nunes Lima****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade ao servidor ***Vandionor Nunes Lima***, portador do RG nº. 0768143-7 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 522855101-87, a contar a partir do dia 04 de janeiro de 2021. Período aquisitivo em 02/12/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 104/2021**

*"Dispõesobre a Nomeação da Sra.* ***Joraci Santos da Silva,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. ***Joraci Santos da Silva,*** portadora do RG nº 1640509-9 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 009.724.611-59, para o cargo em comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 103/2021**

*"Dispõesobre a Nomeação do Sr****. Wesley Lourenço de Souza,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Wesley Lourenço de Souza,*** portador do RG nº 1616107-6 SSP/GO, devidamente cadastrado no CPF nº. 011.544.291-05, para o cargo em comissão de Monitor Técnico na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 093/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Daniel de Oliveira Moreira,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Daniel de Oliveira Moreira,*** portador do RG nº. 2554910-3 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 056.696.431-78, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria na Subprefeitura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 178/2021**

*"Dispõe sobre Nomeação da Sra.* ***Simone Andrade da Silva Ribeiro****, e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. ***Simone Andrade da Silva Ribeiro,*** portadora do RG nº. 15080765 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº 000.422. 101-00, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos ano dia 04/01/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 029/2021**

*"Dispõe sobre a exoneração daSra* ***Dirce Tomásia da Silva*** *,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Exonerar a Sra. ***Dirce Tomásia da Silva***, portadora do RG nº 1432388-5 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 914.327.581-87, do cargo em Comissão sem remuneração de Ouvidora Municipal.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 07 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 079/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Jorge Mitsuo Takagi** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Jorge Mitsuo Takagi**, portador do RG nº. 527134 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 205.343.371-04, para o car-

go em Comissão de Encarregado de Divisão na Secretaria de Infraestrutura.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 141/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação daSra* ***Isadora Alves Barbosa*** *,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. ***Isadora Alves Barbosa***, portadora do RG nº 2718555-9 SESP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 061.985. 001-95, do cargo em Comissão sem remuneração de Ouvidora Municipal.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornado seus efeitos a partir do dia 12/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 190/2021**

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr.***Luiz Gustavo Alves Santana** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Exonerar o Sr. **Luiz Gustavo Alves Santana**, portador do RG nº. 2099973-9 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 060.634.561-20, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 21 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 061/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Stephanie Gabriela Real da Silva****, e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. ***Stephanie Gabriela Real da Silva****,* portadora do RG nº. 1863141-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 018.335. 391-92, para o cargo em Comissão de Assessora Jurídica.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 069/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Márcio Ezequiel Nunes***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Márcio Ezequiel Nunes**, portador do RG nº. 1330557-3 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 954.130.301.34, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 072/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Marcos Josiel Cardoso de Souza***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Marcos Josiel Cardoso de Souza**, portador do RG nº. 2301067-3 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 039.322. 821-59, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº.076 /2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Clerisvaldo Lino dos Santos** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Clerisvaldo Lino dos Santos**, portador do RG nº. 19090277 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 846.031.511-87, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 095/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Geovane de Almeida****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Geovane de Almeida***, portador do RG nº. 1967616-6 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 033.563. 651-93, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico na Secretaria de Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 14 de janeiro de 2021.

**LEOCIR HANEL Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 077/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* **Ana Gabriela Lenz Albuquerque** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. **Ana Gabriela Lenz Albuquerque**, portador do RG nº. 2709158-9 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 056.934. 521-90, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 111/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Silas de Oliveira Souto****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Silas de Oliveira Souto***, portador do RG nº. 12053911 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 057.892. 556-71, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos na data 12/ 01/2021, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 096/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Ivo Querobino,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art.1º.** – Nomear o Sr. ***Ivo Querobino***, portador do RG nº. 065.4224-7 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 015.127.331-64, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art.2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 142/2020**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Srta.* ***Kemilly Emanuely de Sá Carvalho*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Srta. ***Kemilly Emanuely de Sá Carvalho*** portadora do RG nº. 2473937-5 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 051. 812.441-06, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria da Secretaria de Finanças.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 06/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 065/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Aécio Leite de Paula***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Aécio Leite de Paula**, portador do RG nº. 06235700 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 551.809.571-68, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 097/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Joilson Mendes de Almeida****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. ***Joilson Mendes de Almeida***, portador do RG nº. 1471468-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 94563683191, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico de Secretaria de Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº.075/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sra.* ***Gracieli Greice de Moraes Gonçalves****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sra. ***Gracieli Greice de Moraes Gonçalves***, portador do RG nº. 21500371 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 032. 640.161-09, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 003 / 2021:**

Contratante = Câmara Municipal de Nobres

Presidente Responsável = José Dias Filho

Empresa Contratada = UCMMAT – União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso

Nome Fantasia = UCMMAT (CNPJ Nº 33.003.757/0001-98)

Responsável pela Empresa = Edclay Lopes Coelho

Objeto do Contrato = Este contrato tem por objeto a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nobres / MT junto a UCMMAT Valor do Contrato = R$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Reais)

Forma de Pagamento = 03(três) parcelas mensais de R$ 500,00 (Quinhentos Reais)

Data de Assinatura do Contrato = 26 de Janeiro de 2021

Vigência = 26/01/2021 á 26/04/2021

Nobres – MT, 26 de Janeiro de 2021.

ASSINARAM:

Câmara Municipal de Nobres

José Dias Filho – Presidente

Empresa = UCMMAT – União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso

Representante Legal = Edclay Lopes Coelho

Testemunhas:

_____

Nome = José Pereira de Sousa

CPF= 218.505.263-20

Luzinéia Soares de Moraes

Fiscal de Contratos e Licitações

CPF = 420.424.881-00

Vânia dos Santos

Assessora Jurídica = OAB / MT Nº 11.332

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº.033/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.***Leidinete Santana Pereira***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. **Leidinete Santana Pereira**, portadora do RG nº. 23928140 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 039.498.281-92, para o cargo em Comissão de Coordenador de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 098/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Rafael de Almeida Viana****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. ***Rafael de Almeida Viana*** portador do RG nº. 1961179-0 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 028.025. 081-99, do cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/ 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 126/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***Joilson da Costa,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 45% para o Sr. **Joilson da Costa,** portador do RG nº. 1.395082-7 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 857.094.411-04.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 108/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Maria Sidnei Modesto,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. ***Maria Sidnei Modesto*** portadora do RG nº. 17660599 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 581.636.621-15, para o cargo em Comissão de Secretária Municipal de Turismo e Cultura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 101/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Silvane Ferreira Mendes de Almeida,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a *Sra.* ***Silvane Ferreira Mendes de Almeida***, portadora do RG nº. 2182744-3 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 037. 700.351-43, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 100/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***João Claudio Rei Querobin,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o *Sr.* ***João Claudio Rei Querobin,*** portador do RG nº. 445.939 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 304.243.481-87, do cargo em Comissão de Monitor Técnico da Secretaria de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 099/2021**

*"Dispõesobre a Nomeação do Sr.* ***Romário da Silva Sales,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Romário da Silva Sales,*** portador do RG nº 2373176-1 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 045.058.411-97, para o cargo em comissão de Monitor Técnico de Secretaria de Obras.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 174/2021**

*"Dispõe sobre a Exoneração da Sra.* ***Gracieli Greice de Moraes Gonçalves****, e dá outra providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Exonerar a Sra. ***Gracieli Greice de Moraes Gonçalves,*** portadora do RG nº. 21500371 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 032.640.161-09, do cargo em Comissão de Assessor Técnico.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos em 08/01/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 059/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Renata Souza Rezende,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. **Renata Souza Rezende,** portadora do RG nº. 560977-8 PC/GO, devidamente cadastrada no CPF nº. 040.710.351-10, para o cargo em Comissão de Gerente de Secretaria na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal, de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 063/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.***Bruno de Almeida Pires de Camargo***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Bruno de Almeida Pires de Camargo**, portador do RG nº. 22480978 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 068. 909.221-07, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 148/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Odair José Balastrelli****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear Sr. ***Odair José Balastrelli***, portador do RG nº. 2086372 SSP/PR, e devidamente cadastrado no CPF nº. 251.520.259-49, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 090/2021**

*"Dispõesobre a Nomeação do Sr.* ***Donizete Aparecido,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Donizete Aparecido,*** portador do RG nº 14.433.252 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 255.047.206-30, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 112/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Giullyano Cristaldo da Rocha****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Giullyano Cristaldo da Rocha***, portador do RG nº. 1375163 SSP/MS, e devidamente cadastrado no CPF nº. 018.962.061-74, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos na data 11/01/2021, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 064/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.***Francisco Dantas Pereira***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Francisco Dantas Pereira**, portador do RG nº. 1654461 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 775.877.071-15, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 139/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sra.* ***Neila Da Silva Campos****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. ***Neila da Silva Campos*** portadora do RG nº. 0743769-2 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 593517301-82, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos em 07/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 064/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.***Francisco Dantas Pereira***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Francisco Dantas Pereira**, portador do RG nº. 1654461 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 775.877.071-15, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 102/2021**

*"Dispõe sobre Nomeação da Sra.* ***Maria Eduarda Moreira Bosco****, e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. ***Maria Eduarda Moreira Bosco,*** portadora do RG nº. 31607217SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº.068.951.871-46, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico, na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos retroativos ao dia 04/01/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 080/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Kamila Simone da Rosa,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. **Kamila Simone da Rosa,** portadora do RG nº. 108945680 SESP/PR, devidamente cadastrada no CPF nº. 041.632.551-33, para o cargo em Comissão de Gerente de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal, de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 066/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Luis Gustavo Alves Santana***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Luiz Gustavo Alves Santana**, portador do RG nº. 2099973-9 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 060.634.561-20, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 186/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Luiz Paulo Pedrozo****, e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Luiz Paulo Pedrozo***, portador do RG nº. 1389299-1 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 949.940.641-72, para exercer o cargo em Comissão de Analista de Secretaria na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 078/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Antônio Benitez** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Antônio Benitez**, portador do RG nº. 274495-6 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 733.812.761-15, para o cargo em Comissão Assistente de Secretaria na Secretaria de Infraestrutura.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº.074/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Edno Cardoso de Souza** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Edno Cardoso de Souza**, portador do RG nº. 16518136 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 034.278.821-36, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº.073/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **João Fiorindo Silveira Dutra** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **João Fiorindo Silveira Dutra**, portador do RG nº. 15568270 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 593.549.339-04, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 070/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Romário Cardozo da Paixão***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Romário Cardozo da Paixão**, portador do RG nº. 2145930-4 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 034.074.091-41, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 084/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Juliano Filho****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Juliano Filho,*** portador do RG nº. 1694384-8 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 041.076.661-58, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 068/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Guilherme da Silva***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Guilherme da Silva**, portador do RG nº. 1284385-7 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 918.174.551.68, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 067/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Benedito Lemes de Moraes***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. **Benedito Lemes de Moraes**, portador do RG nº. 2041330-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 035.272.051.44, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 089/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Andreia Caroline Santiago de Pinho Mattar,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a *Sra.* ***Andreia Caroline Santiago de Pinho Mattar***, portadora do RG nº. 1525572-74 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 008.726.321-13, para o cargo em Comissão Assistente de Secretaria na Secretaria de Saúde.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 151/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***José Francisco de Souza,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o *Sr.* ***José Francisco de Souza,*** portador do RG nº. 22198741 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 337.120.771-49, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria da Subprefeitura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 150/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.* ***Lucilene Vargas,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. ***Lucilene Vargas***, portadora do RG nº 0702419-3 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 429.387.081-49, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 149/2021**

*Dispõe sobre a Nomeaçãodo Sr.* ***Dener Junior Silva Leite,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Dener Junior Silva Leite,*** portador do RG nº. 16986555 SSP/MT, e inscrito no CPF nº.017.383.921-55, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 088/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Jeverson Barbosa Moura****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. ***Jeverson Barbosa Moura***, portador do RG nº. 1322140-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 913.461.421-49, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 147/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação da Sra.***Miralda Inês Campos***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra.**Miralda Inês Campos**, portadora do RG nº. 1087611-1 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 812.018.501-34, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria de Assistência Social..

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 134/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***Valmir Felix de Andrade,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 25% do Sr. ***Valmir Felix de Andrade*** portador do RG nº. 4761459-7 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 644.904.759-34

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de dezembro de 2020.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 109/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Célio Fernando Silva de Souza****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. Célio Fernando Silva de Souza, portador do RG nº. 113461-5 SJ/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 000.643.201-89, para o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Agricultura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos na data 18/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 087/2021**

*"Dispõesobre a Nomeação do Sr****. Mateus Rodrigues da Silva Pereira,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Mateus Rodrigues da Silva Pereira,*** portador do RG nº 2683571-1 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 850.046. 501-87, para o cargo em comissão de Assistente de Secretaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 110/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Carlos Bueno Rocha,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Carlos Bueno Rocha,*** portador do RG nº. 556.884 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 405.238.881-04, para o cargo em comissão de Supervisor de Departamento.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 18/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 117/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***Agnaldo Soares de Campos****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 30% para o *Sr.* ***Agnaldo Soares de Campos***, portador do RG nº. 569.154 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 442.142. 431-53.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 086/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeaçãoo Sr.* ***João Alves de Oliveira,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o *Sr.* ***João Alves de Oliveira*** portador do RG nº. 06025447 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 441.788.081-68, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 118/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.* ***Andrea Cristina da Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 30% para *a Sra.* ***Andrea Cristina da Silva***, portador do RG nº. 1547205-1 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 005.773.881-50.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 085/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Benedito Ramos da Silva****, e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Benedito Ramos da Silva*** portador do RG nº. 164239 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 079.751.391-49, para o cargo em comissão de Agente Executivo de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 119/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.***Arcilio Pereira Filho*****,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 20% para o Sr. **Arcilio Pereira Filho**, portador do RG nº. 990.093 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 567.991.441-72.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 120/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.***Célia Gomes Ferreira Delfino de Araújo*****,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 20% para a Sra. **Célia Gomes Ferreira Delfino de Araújo**, portadora do RG nº. 0.799.720-5 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 890.817.651-91.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 113/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* **Hernani Alves de Souza***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr.**Hernani Alves de Souza**, portador do RG nº. 1190284-01 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 654.116.251-49, para o cargo em Comissão de Coordenador de Secretaria do PROCON.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 18/01/2021.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 121/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.****Edilman Conceição Rondon*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 40% para a Sra. ***Edilman Conceição Rondon***, portadora do RG nº. 0899653-9 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 604.552.091-20.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 114/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Halfe da Silva Almeida*** *,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. ***Halfe da Silva Almeida***, portador do RG nº. 2319239 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 054.551.821-02, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 11/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 127/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***Lázaro Alves Dias,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 20% para o Sr. **Lázaro Alves Dias** portador do RG nº. 00190969-1 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 079.283.086-57.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrara em vigor, retroagindo seus efeitos a 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 146/2021**

*"Dispõe sobre Nomeação da Sra.* ***Maria Janaina Santana Nunes da Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. ***Maria Janaina Santana Nunes da Silva***, portadora do RG nº. 1716595-4 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 031.855.801.-76, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 145/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Rogério de Almeida Pires Camargo,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Rogério de Almeida Pires Camargo***, portador do RG nº. 2151866-1 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 056.724.011-80, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria da Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 15 de janeiro de 2021.

**LEOCIR HANEL Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 128/2021**

*"Dispõe sobre aConcessão de FG ao Sr.* ***Marcel Karlay Albues Santiago,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder o FG de 20% para o Sr. ***Marcel Karlay Albues Santiago,*** portador do RG nº. 1303456-1 SEJSP/MT, e inscrito no CPF nº. 955.914.351-49.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 130/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***Micael Miqueias Calisto****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 50% do *Sr.* ***Micael Miqueias Calisto***, portador do RG nº. 191052-6 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 025.169.661-80.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos no dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 107/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Flávio Dalmolin****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr***. Flávion Dalmolin***, portador do RG nº. 553800 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 383.819.741-00, para o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Comércio, Industria, Meio Ambiente e Mineração.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 083/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Laercio Bruno dos Santos****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Laercio Bruno dos Santos***, portador do RG nº. 729445 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 652.209.861-04, para o cargo em Comissão de Chefe de Departamento.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 081/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Andre Luiz Rosa dos Santos Godoy****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Andre Luiz Rosa dos Santos Godoy***, portador do RG nº.2473958-8 SESP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 048. 733.251-29, para o cargo em Comissão de Supervisor de Departamento.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 131/2021**

*"Dispõe sobre aConcessão de FG a Sra.* ***Nizeth Inês de Almeida,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder o FG de 50% para a Sra. ***Nizeth Inês de Almeida,*** portadora do RG nº. 0570069-8 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 419.937.801-49.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 132/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.* ***Odeniria Nunes Frazão Sampaio,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 30% para a Sra. ***Odeniria Nunes Frazão Sampaio*** portador do RG nº. 412.253 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 654.185. 061-53.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrara em vigor, retroagindo seus efeitos a 04/01/ 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

Prefeito Municipal de Nobres

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 133/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.* ***Sirlene Gonçalves Sandra****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 50% para *a Sra.* ***Sirlene Gonçalves Sandra***, portadora do RG nº. 11504005-2 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 865.896. 361-68.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de dezembro de 2020.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 115/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG a Sra* ***Dirce Tomásia da Silva*** *,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º. Conceder**FG de 30% a Sra. ***Dirce Tomásia da Silva***, portadora do RG nº 1432388-5 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 914. 327.581-87.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de Janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 092/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Amarildo Sampaio Anchieta****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. ***Amarildo Sampaio Anchieta*** portador do RG nº. 03319377 SJ/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 304.257.781-34, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data 11/01/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 138/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.* ***Gilson Queiroz de Carvalho****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 25% para o *Sr.* ***Gilson Queiroz de Carvalho***, portador do RG nº. 478 791 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 396.383911-20.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 094/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Adrian Alex de Arruda Costa****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear o Sr. ***Adrian Alex de Arruda Costa,*** portador do RG nº. 2786869-9 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 062.034. 291-98, para exercer o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 136/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.* ***Vitória Benedita da Cruz****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Revogar FG de 50% para *a Sra.* ***Vitória Benedita da Cruz***, portador do RG nº. 606.936 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 383.821.561-34.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 135/2021**

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra.* ***Vânia Salete de Campos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder FG de 30% para a Sra. ***Vânia Salete de Campos***portadora do RG nº. 1298867 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 911.623.001-91.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 144/2021**

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr.* ***Orlando Soares,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Nomear o Sr. ***Orlando Soares***, portador do RG nº. 834155 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 535.234.901-20, para o cargo em Comissão de Analista de Secretaria na Secretaria de Infraestrutura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 04/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 15 de janeiro de 2021.

**LEOCIR HANEL Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 167/2021**

*"Dispõe sobre a designação da Sra.* ***Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar a Servidora ***Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon***, inscrita no RG n.º 0780928-0 e devidamente cadastrada no CPF n.º 488.505. 601-25, para o cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria de Municipal de Educação e Desportos.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos dia 13/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 082/2021**

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr.* ***Marcos Alves de Albuquerque,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Marcos Alves de Albuquerque,*** portador do RG nº. 1158689-3 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº.880.036.711-91, para exercer o cargo Interino de Secretário Municipal de Educação e Desportos, no período de 13/01/2021 à 22/01/2021.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de janeiro de 2021.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal, de Nobres**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**PORTARIA N° 002/2021**

**PORTARIA N° 002/2021**

"Confere a responsabilidade técnica à servidora que desempenha as atribuições de Enfermeiro Responsável Técnico."

A Secretária Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, Rita Aurélia Proença Malaquias, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Designa Edenilze Maciel, servidora efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, RG**: 882135 SSP-MT, **CPF**: 594.683.511-49 Enfermeira Responsável Técnica do PSF Rural.

Nossa Senhora do Livramento, 04 de Janeiro de 2021

.

**Rita Aurélia Proença Malaquias**

**Secretária Municipal de Saúde**

**PORTARIA Nº 079/2021**

**PORTARIA Nº 079/2021**

**DESIGNAÇÃO**

**Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712. 301-97, residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 039/2018,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção Volante, preventiva, e emergencial, exclusiva dos veículos operacionais ônibus, micro ônibus, caminhões e máquinas pesadas independente de marca e categoria para atendimento da frota da Prefeitura da Secretaria Municipal de Educação, Empresa **PEDRO JOSÉ DA COSTA** a partir de 13/01/2021**.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de Janeiro de 2021.

**Silmar de Souza Gonçalves**

**Prefeito Municipal**

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 79/2019**

**Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Trabalho por Tempo Determinado Nº. 79/2019**

Fica alterado Clausula terceira (remuneração) e Clausula quarta (forma de execução de serviço) do presente contrato, passando a vigorar com a seguinte redação a partir 04 de janeiro de 2021:

***CLÁUSULA 3 – REMUNERAÇÃO***

O salário será ajustado entre as partes R$ 2.637,49 (dois mil seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e nove centavos).

**CLÁUSULA 4 – FORMA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**

O presente instrumento terá sua carga horária alterada para 30 horas semanais a iniciar-se a parir de 04/01/2021.

Por estarem de acordo, assinam o presente juntamente com duas testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento – MT 27 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE CONTRATADO

**ALICE LUIZA SILVA Testemunhas:**

_____

RG

_____

RG

**1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 089 2020 EMPRESA: MVR1 MOVEIS E MATERAIS PARA ESCRITORIO EIRELI**

**1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 089 2020 EMPRESA: MVR1 MOVEIS E MATERAIS PARA ESCRITORIO EIRELI PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n. º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 089 2020 sendo o objeto presente ***CONTRATO DE Adesão à Ata de Registro de Preços 85/ 2019, proveniente do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 42/2019 - Processo Administrativo nº. 069/2019, realizado pelo órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE/MT, objeto de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA A NOVA SEDE DO PAÇO MUNICIPAL*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: MVR1 MOVEIS E MATERAIS PARA ESCRITORIO EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002193/2020 ADESÃO 16/2020**

O presente instrumento advém **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002193/2020 ADESÃO 16/2020** *OBJETO É "**CONTRATO DE Adesão à Ata de Registro de Preços 85/2019, proveniente do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 42/2019 - Processo Administrativo nº. 069/2019, realizado pelo órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE/MT, objeto de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA A NOVA SEDE DO PAÇO MUNICIPAL*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO"***e outro lado a **Empresa** lado **Empresa MVR1 MOVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.071.896/0001-28, Inscrição Estadual: 13.519.633-7 sediada na Avenida Tenente Praeiro, 3255, Portal Lateral Bairro Jardim Califórnia Município de Cuiabá/MT CEP:78.070-300 representado pela senhora Vanessa Iasmim Rodrigues Machado, portador do RG: 2615463-3 SSP/MT e do CPF: 055.891.981-27 residente e domiciliado Avenida das Seringueiras, 1533, Bairro Jardim das Palmeiras município Cuiabá/MT CEP: 78080-250, **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Modificação unilateral do Contrato Administrativo quanto a Inclusão de Dotação Orçamentária para o exercício de 2020 da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, oriundo da **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 002193/2020 ADESÃO 16/2020**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFCAÇÃO

**ONDE SE LÊ**

**7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS**

**7.1**. A despesa decorrente das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

| Secretaria/Unidade | Recurso | Projeto | Ficha | Natureza de Despesa | Fonte | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | Atividade | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saúde | Próprio | 02305 – Manutenção da Atenção Básica | 362 | 44.90.52.00 | 100 | R$ 14.066,80 |
| Saúde | Estadual | 02305 – Manutenção da Atenção Básica | 363 | 44.90.52.00 | 142 | R$ 19.835,20 |
| Educação | Próprio | 02045 – Manutenção e Encargos da Educação | 097 | 44.90.52.00 | 100 | R$ 20.148,92 |
| ADM | Próprio | 02089 – Manutenção das Atividades de ADM e Planejamento | 70 | 44.90.52.00 | 100 | R$ 121.733,48 |
| **TOTAL** | | | | | | R$ 175.784,40 |

**LEIA-SE:**

**7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS**

A despesa decorrente das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, na dotação orçamentária conforme estabelecidos no Processo Administrativo nº 033/2021 e parecer Juridico nº 005/2021

| Secretaria/ Unidade | Recurso | Projeto Atividade | Ficha | Natureza de Despesa | Fonte | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saúde | Próprio | 02305 – Manutenção da Atenção Básica | 319 | 44.90.52.00 | 102 | R$ 14.066,80 |
| Saúde | Estadual | 02305 – Manutenção da Atenção Básica | 320 | 44.90.52.00 | 146 | R$ 19.835,20 |
| Educação | Próprio | 02045 – Manutenção e Encargos da Educação | 114 | 44.90.52.00 | 101 | R$ 20.148,92 |
| ADM | Próprio | 02089 – Manutenção das Atividades de ADM e Planejamento | 085 | 44.90.52.00 | 100 | R$ 121.733,48 |
| **TOTAL** | | | | | | R$ 175.784,40 |

**3. CLAUSULA TERCEIRA– DAS DEMAIS CLAUSULAS**

**3.1** As demais clausulas constantes no contrato 089/2020, permanecem inalterados. O disposto do presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de Janeiro de 2021.

**Silmar de Souza Gonçalves**

Prefeito Municipal

## DECRETO N° 007/2021

**DECRETO N° 007/2021**

*"Homologa Aposentadoria Voluntária por Idade em favor de* ***ILZA HELENA DE SOUZA****."*

**SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento no uso de suas atribuições legais,** e nos termosdo Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", combinado com o § 8º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n. º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; combinado com o Art. 12, inciso III, alínea "b", parágrafo 5º da Lei Municipal n.º 516 de 25 de outubro de 2005, que rege a previdência municipal, e Lei Complementar Nº 007/2004 que dispõe sobre a carreira dos profissionais do município, resolve:

**Art. 1º - Homologar** o beneficio de Aposentadoria por Idade em favor de **Ilza Helena de Souza**, portadora do RG Nº 2768764-3 SSP/MT e do CPF Nº 108.591.951-04, Efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, Classe "B", Nível "04" e Matricula N.º 617, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos **Proporcionais**, calculados ao tempo de contribuições, conforme o processo da NOSSA-PREVI N.º 2020.05.005, a partir da data da portaria nº 005/2021 da NOSSA PREVI, 18 de janeiro de 2021, até posterior deliberação.

**Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 25 de Janeiro de 2.021.**

**Silmar de Souza Gonçalves**

**Prefeito Municipal**

## PORTARIA N° 078/2021

**PORTARIA N° 078/2021**

**Silmar de Souza Gonçalves**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a Senhora **Dayanna Izabel Costa,** para exercer o Cargo em Comissão de Diretora da EM Profª Eliete Pedrosa da Costa – Comunidade de Pedro, a partir de 25/01/2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 26 de Janeiro de 2021.

**Silmar de Souza Gonçalves**

**Prefeito Municipal**

## PORTARIA N° 077/2021

**PORTARIA N° 077/2021**

**Silmar de Souza Gonçalves**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **TORNA SEM EFEITO** a **portaria n° 016-2021** que nomeou a senhora **Stefanne Carolynne Pereira Silva,** para o Cargo em Comissão de Coordenadora na Secretaria Municipal de Saúde, **DAS – 3**, publicado no diário oficial da AMM-MT, do dia 05.01.2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 26 de Janeiro de 2021.

**Silmar de Souza Gonçalves**

**Prefeito Municipal**

## PORTARIA N° 004/2021

**PORTARIA N° 004/2021**

"Confere a responsabilidade técnica à servidora que desempenha as atribuições de Farmacêutico Responsável Técnico."

A Secretária Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, Rita Aurélia Proença Malaquias, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** LUIZ HENRIQUE QUEIROZ RODRIGUES, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **RG**: 1805770 SSP-MT, **CPF**: 040.209. 771-86 Farmacêutico Responsável Técnico do Hospital.

Nossa Senhora do Livramento, 04 de Janeiro de 2021

.

**Rita Aurélia Proença Malaquias**

**Secretária Municipal de Saúde**

**PORTARIA N° 003/2021**

**PORTARIA N° 003/2021**

"Confere a responsabilidade técnica à servidora que desempenha as atribuições de Enfermeiro Responsável Técnico."

A Secretária Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, Rita Aurélia Proença Malaquias, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** DULCE FERRAZ DE OLIVEIRA MAGALHAES, servidora efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **RG**: 869697 SSP-MT, **CPF**: 581. 191.751-15 Enfermeira Responsável Técnica do Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa.

Nossa Senhora do Livramento, 04 de Janeiro de 2021

.

**Rita Aurélia Proença Malaquias**

**Secretária Municipal de Saúde**

**ERRATA DO 6º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 043 2018**

**ERRATA DO 6º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 043 2018 PUBLICADO NO JORNAL AMM MT E TCE MT**

**ONDE SE LÊ**

**5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 043/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT PARA O ANO LETIVO DE 2018, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017**

**LEIA SE**

**6º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 043/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT PARA O ANO LETIVO DE 2018, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017**

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017** Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8. 666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 2798/2020 de aditivação de prazo ao contrato nº 043/2018 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO**

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2798/2020 de aditivação de prazo ao contrato nº 043/2018 decide celebrar este termo aditivo de valor referente ao objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2020 por quilometragem e veículo com a Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000 decide celebrar este termo aditivo de prazo

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGENCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (meses) meses a partir do termino da termo aditivo em 01/01/2021

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. e 65, I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 548/2020.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 043 2018 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de Dezembro de 2020

**CONTRATANTE**

**SILMAR DE SOUZA GONÇALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATADO:**

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

**PORTARIA N° 001/2021**

**PORTARIA N° 001/2021**

"Confere a responsabilidade técnica à servidora que desempenha as atribuições de Enfermeiro Responsável Técnico."

A Secretária Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, Rita Aurélia Proença Malaquias, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Designa Geisa Alexandra Proença Pimentel, servidora efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, RG**: 928747-7 SSP-MT, **CPF**: 667.876.961-91 Enfermeira Responsável Técnica do PSF Urbano.

Nossa Senhora do Livramento, 04 de Janeiro de 2021

.

**Rita Aurélia Proença Malaquias**

**Secretária Municipal de Saúde**

**PORTARIA N° 005/2021**

**PORTARIA N° 005/2021**

"Confere a atribuição de Diretor Clínico do Hospital Municipal."

A Secretária Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento, Rita Aurélia Proença Malaquias, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar THIAGO GONCALO LUNGUINHO DE ALMEIDA servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, RG nº 1832008 SSP-MT, CPF 023.805.251-61 como Diretor Clínico do Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa.

.

Nossa Senhora do Livramento, 04 de Janeiro de 2021

.

**Rita Aurélia Proença Malaquias**

**Secretária Municipal de Saúde**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**COVID-19: EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021**

**EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 006/2021**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes (MT)

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA DIAGNOSTICO, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID – 19 (Sars-CoV-2),** nos termos da **LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 E LEI Nº 14.035 DE 11 DE AGOSTO DE 2020,** conforme especificaçõesem anexo.

**CONTRATADAS:**

**CONTRATADA:DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ Nº**: 02.520.829/0001-40

**VALOR TOTAL:** R$ 1.000,00 (Hum mil reais)

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 0007246 | BROMOPRIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 10 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA, VIA PARENTERAL. | AMPOLA | 800 | 1,25 | 1.000,00 |

**CONTRATADA:VALLEN DIAGNOSTICA – LEITE E RIBEIRO LTDA – EPP**

**CNPJ Nº**: 18.849.143/0001-38

**VALOR TOTAL:** R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | SEM CÓDIGO TCE | TESTE COVID AG (ANTIGENO) | KIT | 10 | 1.600,00 | 16.000,00 |

**CONTRATADA:INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

**CNPJ Nº**: 12.889.035/0001-02

**VALOR TOTAL:** R$ 3.805,00 (três mil oitocentos e cinco reais).

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 328253-8 | AMBROXOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO,FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | UNIDADE | 400 | 1,80 | 720,00 |
| 4 | 319708-5 | PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 750 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | UNIDADE | 5.000 | 0,13 | 650,00 |
| 5 | 318045-0 | IVERMECTINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 6 MG, FORMA FARMACEUTICA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | UNIDADE | 1.000 | 0,85 | 850,00 |
| 6 | 307599-0 | PROPOFOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA EMULSAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO SERINGA PREENCHIDA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA | AMPOLA | 50 | 31,70 | 1.585,00 |

**CONTRATADA:NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

**CNPJ Nº**: 34.772.843/0001-28

**VALOR TOTAL:** R$ 3.230,00 (Três mil duzentos e trinta reais).

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7 | 0000943 | VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 2ML. | AMPOLA | 800 | 1,45 | 1.160,00 |
| 8 | 308054-4 | ACIDO ASCORBICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL | AMPOLA | 1000 | 2,07 | 2.070,00 |

**CONTRATADA:JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES ISAFARMA**

**CNPJ Nº**: 30.153.492/0001-16

**VALOR TOTAL:** R$ 6.698,80 (Seis mil seiscentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | 319704-2 | PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | UNIDADE | 500 | 2,31 | 1.155,00 |
| 10 | 00013656 | SAIS DE REIDRATACAO ORAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 27,9 G, FORMA FARMACEUTICA PO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | CAIXA COM 50 UNIDADES | 20 | 62,09 | 1.241,80 |
| 11 | 338049-1 | DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO + BETAMETASONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG + 0,25 MG RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | UNIDADE | 200 | 7,16 | 1.432,00 |
| 12 | 00023426 | SERINGA DESCARTAVEL - MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 5 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDACAO: EMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTERIL, DESCARTAVEL, APRESENTACAO: EMBALAGEM INDIVIDUAL | UNIDADE | 500 | 0,54 | 270,00 |
| 13 | 0008992 | SERINGA DESCARTAVEL - CAPACIDADE PARA 10 ML, SEM AGULHA, ESTERIL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TRANSLUCIDO, ATOXICO, COM GRADUACAO EXTERNA DE BOA VISUALI- | UNIDADE | 1000 | 1,00 | 1.000,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ZACAO. ESCALA DE GRADUACAO A CADA 1ML E SUBDIVISAO A CADA 0,2ML. BICO LUER SLIP (TIPO LISO) CENTRAL OU LATERAL. EMBOLO COM FORMATO ANATOMICO, PONTEIRA DE BORRACHA ATOXICA, SILICONIZADA, PERFEITAMENTE AJUSTADA A SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PETALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZACAO E TEMPO DE VALIDADE. EM CUMPRIMENTO A NR32 E NORMAS DO INMETRO. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA. UNIDADE. | | | | |
| 14 | 00023428 | SERINGA DESCARTAVEL - MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 20 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDACAO: EMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTERIL, DESCARTAVEL, APRESENTACAO: EMBALAGEM INDIVIDUAL | UNIDADE | 1000 | 1,60 | 1.600,00 |

**CONTRATADA:HIPERDENTAL MATERIAL HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO**

**CNPJ Nº**: 13.994.852/0001-93

**VALOR TOTAL:** R$ 3.506,00 (Três mil quinhentos e seis reais).

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 | SEM CÓDIGO TCE | FILME RAIO X FUJI FILME 35X43 | CAIXA 100 UNIDADE | 3 | 480,00 | 1.440,00 |
| 16 | SEM CÓDIGO TCE | FILME RAIO X FUJI FILME 35X35 | CAIXA 100 UNIDADE | 3 | 392,00 | 1.176,00 |
| 17 | SEM CÓDIGO TCE | REVELADOR FUJI FILME | CAIXA | 1 | 555,00 | 555,00 |
| 18 | SEM CÓDIGO TCE | FIXADOR FUJI FILME | CAIXA | 1 | 335,00 | 335,00 |

**CONTRATADA:CMC PRODUTOS HOSPITALARES**

**CNPJ Nº**: 13.470.384/0001-58

**VALOR TOTAL:** R$ 6.070,00 (Seis mil e setenta reais).

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 19 | 00018133 | OXIMETRO DE PULSO - COM MONITOR DE DEDO, PULSACAO EXIBIDA POR GRAFICO, BOTAO UNICO DE LIGACAO, CASE DE PROTECAO, COM DESLIGAMENTO AUTOMATICO, METODO DE MEDICAO FOTOELETRICO. FAIXA DE MEDICAO: SPO2 70 -100%; PULSO: 30-220 BPM. ALARME DE O2 ABAIXO DE 90%. ALIMENTACAO: 2 PILHAS ALCALINAS “AAA” E AUTONOMIA MINIMA DE 4 HORAS. | UNIDADE | 10 | 269,00 | 2.690,00 |
| 20 | SEM CÓDIGO TCE | APARELHO AEROSOL 2 SAIDAS | UNIDADE | 2 | 1.690,00 | 3.380,00 |

**VALOR TOTAL R$ 40.309,80 (Quarenta mil trezentos e nove reais e oitenta centavos).**

**FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.**

**Nova Bandeirantes/MT, 27 de janeiro de 2021**

_____

**ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA**

**Presidente da CPL (Portaria n°. 04/2021).**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020**

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 052/2020

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, através da Pregoeira oficial Andressa Cristine F. Moreira, nomeada pelo Decreto nº 045/2021, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação realizada no dia 29 de junho de 2020, às 11:00hs do processo licitatório nº 052/2020, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 027/2020, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE (01) CAMINHÃO NOVA 0 KM TRUCADO, PESO MÍNIMO DE 23.000KG, CARGA ÚTIL NO MÍNIMO DE 16360KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 275CV, COM DISTÂNCIA ENTRE EIXO DE NO MÍNIMO DE 3,56 M, COM CAÇAMBA METÁLICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 12M³ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA, CONFORME CONVENIO Nº 867658/2018 CONFORME_ESPECIFICAÇÕES TECNICAS NO TERMO DE REFERENCIA CONTIDAS NO ANEXO I. DECLARA**, que a empresa participante e vencedora do certame, M DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA – CNPJ 07.811.058/0001-64, onde a proposta ofertada teve prazo de validade de 60 (sessenta) e após esse período não foi assinado o contrato administrativo, por esse motivo a empresa solicitou desistência da proposta em questão. Devido a morosidade do processo. Desistindo do fornecimento pela falta de matéria prima, além dos aumentos consecutivos do fabricante devido ao cenário atual (Pandemia do Covid-19), diante do exposto declara-se a licitação em epígrafe **FRACASSADA.**

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Jornal Oficial dos Municípios-AMM, DOE, DOU e no site www.novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes-MT, 27 de janeiro de 2021

_____

**Andressa Cristine F. Moreira**

***Pregoeira Oficial (Decreto n° 045/2021)***.

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 040/2021**

**PORTARIA Nº 040/2021** – DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

**NOMEIA SUBTITUTO DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

.

**CESAR AUGUSTO PERIGO**, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Artigo 192 c/c 217 e seguintes da Lei nº 111/97 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Nova Bandeirantes); de acordo com o **DECRETO n° 67/2021**, (que nomeia membros da sindicância processual e administrativa) e;

**Decreta:**

Art. 1º - Fica nomeado para **Substituição** da membra **Marcia Haruko Yamamoto**, da Comissão Municipal Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, o seguinte membro:

I – **Angela Aparecida Franzon** brasileira, solteira, portadora do **CPF: 643. 020.599-15 ,** e **RG: 45469972/ SSP-PR** , Funcionária Pública Efetiva, residente domiciliada nesta cidade Nova Bandeirantes- MT.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

_____

**CESAR AUGUSTO PERIGO**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

**LEI N.º 553/2014**

**APROVA O ESTATUTO DO LAR DE IDOSO "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS" DISPÕE SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Prefeito do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.**

**Faz saber que a Câmara de Vereadores de Nova Brasilândia, aprovou na sessão Ordinária do dia 19 de maio de 2014 e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica aprovado o Estatuto do Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS", instituição assistencial mantida pelo Município, ligada a Secretaria Municipal de Assistência Social, que acolherá a pessoa idosa de ambos os sexos, prestando-lhes assistência material, moral, intelectual, psicológica, social e espiritual, para que tenham uma velhice de respeito, de liberdade e dignidade humana.

**Parágrafo Único:** O referido Estatuto visa obedecer e manter consonância com a política do idoso ditada pela Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, e o mesmo é parte integrante desta Lei, através de **ANEXO ÚNICO**.

**Art. 2º.** O Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS" tem sua sede na Avenida Joari Benedito de Campos, n. 304 – bairro Centro, em Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso.

**Art. 3º.** Para dar cumprimento a esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações necessárias nas Leis, do Plano Plurianual- PPA/ 2014/2017, na de Diretriz Orçamentárias-LDO/Exercício 2014 e na Lei Orçamentária Anual-LOA.

**Art. 4°.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia – MT, 20 de maio de 2014.

**JAMAR DA SILVA LIMA**

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO ESTATUTO DO LAR DO IDOSO**

**"BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS" NOVA BRASILÂNDIA - MT**

**TÍTULO I CAPITULO I**

**DA NATUREZA, OBJETIVO E SEDE**

**Artigo 1º.** – O Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS", instituição assistencial mantida pelo Município de Nova Brasilândia, ligada a Secretaria Municipal de Assistência Social, tem como objetivo acolher a pessoa idosa de ambos os sexos, em especial de Nova Brasilândia, que se encontra desamparadas e necessitando de ajuda, ainda, o de promover uma velhice a ser vivida com respeito e dignidade humana.

**Artigo 2º.** – No desenvolvimento das suas atividades do Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS", todos a ele diretamente ligados, observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, e não fará distinção alguma quanto a raça, cor, sexo, condição pessoal, ideologia política ou de credo religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

**Artigo 3º.** – O Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS" tem sua sede na Avenida Joari Benedito de Campos, nº 304 – Centro, nesta cidade de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, sendo que sua denominação se deu por meio da Lei Municipal n°.088, de 25 de março de 199 9.

**CAPITULO II DA FINALIDADE**

**Artigo 4º.** – O Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS", está destinado única e exclusivamente à:

a) O amparo à velhice; b) Proporcionar aos idosos internos, a assistência material, moral, intelectual, psicológica, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental; e c) Manter o estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, integrando-os socialmente. **TITULO II**

**Capitulo I**

**DA ORGANIZAÇÃO**

**Artigo 5º.** – O Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS" terá um Regimento Interno, instituído através de portaria expedida pela Secretário (a) Municipal de Assistência Social, que disciplinará o seu funcionamento, critérios e normas a serem observadas, podendo ser modificado a qualquer tempo.

**Artigo 6º.** – O Lar de Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS", será administrado por um Coordenador do Lar a ser nomeado pelo Prefeito Municipal.

**Artigo 7º.** – Compete ao Coordenador Geral do Lar, além de outras a serem atribuídas:

a)- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e demais

normas;

b) - Dirigir e orientar todas atividades e de serviços do Lar; c) - Abrir e movimentar conta em banco oficial em nome da instituição,

assinar cheques e ou outros documentos de natureza administrativa, econômico- financeira, sempre em conjunto com o Secretário(a) Municipal de Assistência Social;

d) - Publicar todas as noticias das atividades da Instituição, elaborar os relatórios das atividades e atender ao expediente interno e as correspondências recebidas; e) - Preparar e manter organizado o fichário, cadastros e outros documentos pessoais dos idosos sob sua guarda, e o livro de identificação de entrada e saída de visitantes; f) - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas de qualquer tipo, donativos em dinheiro ou espécie mantendo em dia a escrituração; h) - Apresentar relatórios da receita e despesas, sempre que forem solicitadas, bem como de qualquer outro documento; i) - Convocar e dirigir as reuniões ordinárias e extraordinárias que se fizerem necessárias. j) - Distribuir os serviços dos funcionários e manter o regime de horário de trabalho adequadamente; e

l) – Prestar contas de quaisquer recursos destinados à instituição, dentro dos prazos legais, sob pena de responder administrativamente, civilmente e penalmente.

**TITULO III**

**Capitulo I**

**DO PATRIMÔMIOE DE OUTRAS FONTES DE RECURSOS.**

**Artigo 8º.** - O Patrimônio do Lar do Idoso "BENEDITO ALBERTO DE CAMPOS" é constituído por todos os bens de qualquer natureza, que possua ou venha possuir.

**Artigo 9º.** - São fontes de outros recursos destinados ao Lar:

I-Donativos, contribuições, transferências de outros entes, auxílios, subvenções, convênios, doações e legados patrimoniais de pessoas físicas e/ou jurídicas;

II - Rendas de bens patrimoniais; III - Promoções e eventos;

IV - Rendimentos de aplicações financeiras; V - Participação para fins de custeio do Lar de até 70%(setenta por cento)do valor dos benefícios previdenciários e ou outros com destinação ao Idoso interno; VI - doações de Conselhos, Conferências e/ou outras; VII - aluguéis; VII - coletas realizadas em reuniões e/ou outras atividades; e IX - outras, especialmente atividades desenvolvidas com

intenção especial de arrecadar recursos financeiros.

**Artigo 10.** - Os bens patrimoniais do Lar do Idoso estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e o Coordenador do Lar responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.

**Artigo 11.** - Os bens móveis, imóveis e outros, deverão ser identificados e cadastrados em inventário, segundo a legislação aplicável, e deve ser mantido rigorosamente atualizado.

**TÍTULO IV CAPÍTULO I**

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

**Artigo 12.** - A prestação de contas observará, no mínimo:

Contabilidade;

I- Os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de II- A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento

do exercício, do Relatório de Atividades e demonstrações financeiras, colocando- os à disposição para o exame de qualquer cidadão ou aos órgãos de controle;

III-A realização de auditoria independente, nos casos previstos na legislação; e

IV- de todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre.

**Artigo 13.** - Para efeito de encerramento do Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis devendo ser feita por meio de formalidades legais, ser publicados nos prazos previstos, de acordo com as exigências legais.

**TITULO V CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 14.** – Os atos necessários ao detalhamento do Regimento Interno, escala e quadro de horários de trabalho dos servidores, normas, rotinas, instruções circulares serão baixadas pelo Coordenador do Lar, ouvido o(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social.

**Artigo 15.** – O presente Estatuto, pode ser reformado a qualquer tempo, sendo que as alterações propostas devem ser encaminhadas pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, ouvida a maioria do Conselho Municipal do Idoso.

**Artigo 16.** - Os casos omissos, os que exijam decisão ou deliberação de urgência, que momentaneamente tenham qualquer impedimento, serão tomadas pelo (a) Secretário (a) Municipal de assistência Social.

Nova Brasilândia – MT, em 20 de maio de 2014.

---

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 115/2019**

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 115/2019**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AMILSON FERREIRA SILVA ME**

CNPJ nº 04.848.770/0001-40

**OBJETO:**Prorrogação do prazo de execução do contrato original por mais **90 (noventa)** dias contados a partir **16 de janeiro 2021 até 16 de abril 2021**.

**ASSINATURA: 15 de janeiro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

---

**EXTRATO DO CONTRATO N°14/2021**

EXTRATO DO CONTRATO N°14/2021

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA ME**

CNPJ: 20.936.958/0001-04

Objeto: O presente contrato tem como objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E APOIO TECNICO NO ENVIO DAS CARGAS MENSAIS DO APLIC, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DA PREFEITURA DE NOVA BRASILANDIA/MT,**DISPENSA Nº. 001/2021.**

VALOR: **R$ 16.200,000 (dezesseis mil e duzentos reais).**

ASSINATURA**: 22 de janeiro de 2021**

VIGENCIA: **22 de janeiro de 2021 a 31 de maio de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 003/2021**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N°. 003/2021**

**REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 005/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N°. 003/2021**

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitaçãona modalidade Pregão Presencial **Nº.003/2021**, Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** de acordo com as leis 10. 520/2002 e 8.666/1993 e as alterações posteriores, Lei Complementar Federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014,** no que couber, ao Decreto Estadual Nº.7.217/2006, Decreto federal nº. 7.892/2013 edos Decretos Municipais nº s. 024/2016 e 025/2016 de 06/05/2016.**OBJETO:**

CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NO **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA** DESTE EDITAL, com abertura dia **10 de fevereiro de 2021** ás **08:00 (oito horas)** horáriodo Estado de Mato Grosso Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada localizada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 993, Centro, Nova Brasilândia – MT.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 27 de Janeiro de 2021.

**Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza**

**Pregoeira**

**Portaria:056/2021**

**PREVBRAS**
**PORTARIA 080/2021 DE 25 DE JANEIRO DE 2021**

**Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa "SER FAMILIA", define diretrizes gerais e dá outras providencias**.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas nos artigos nº 13 e 19 e seus incisos da Lei nº 413/2009 de 17 de agosto de 2009; e

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020;

Considerando a Instrução Normativa SETASC Nº.05 de 10 de dezembro de 2020 estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para execução da lei estadual n. 10.523, de 17 de março de 2017 alterada pela lei nº. 11222 de 07 de outubro de 2020 que cria o programa ser família e dá outras providências.

**RESOLVE**:

**Art. 1º**. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família com as seguintes competências:

I - Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

II - Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

III - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

IV - Definir competências, composição e funcionamento;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

MATO GROSSO

**PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA**

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

novabrasilandia@outlook.com.br

VI - A seleção das famílias beneficiárias será feita por equipes de referência municipal da Assistência Social, atuantes no Programa, nos municípios, competindo ao Comitê Gestor Municipal a aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas, encaminhados para posterior aprovação e/ou reprovação, a inserção ou o descredenciamento das famílias pelo Comitê Gestor Estadual;

VII - Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VIII - Elaborar seu Regimento Interno;

IX - O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias substituídas, acrescentando se a família que será incluída no Programa em substituição à família excluída, bem como o motivo da substituição, e anexar a publicação deste procedimento, aprovados pelo Comitê Municipal;

**Art. 2º** - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

**Art. 3º** - A gestão municipal da Assistência Social, de acordo com o que dispõe a legislação estadual que criou o Programa SER Família, instituirá o Comitê Gestor Municipal do Programa, presidido pelo/a Secretário/a Municipal de Assistência Social, composto por representantes de Secretarias Municipais, estratégicas para o sucesso do Programa e outros Órgãos e Entidades não governamentais, ficando assim composto:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania;

II - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos;

III - Secretaria de Municipal de Saúde;

IV – Secretaria Municipal de Infraestrutura;

V – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

VI- Secretaria Municipal de Administração;

VII- Câmara Municipal;

VIII- Gestão do Programa Bolsa Família/ CadÚnico

**Órgãos Não Governamentais:**

I-Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

II-Sindicato Rural;

III- Grupo de Juventude Unida por Nova Brasilandia- JUNB

IV- Associação Missionaria Servos dos Pobres- Bocado do Pobre

V- Igreja Evangélica Assembleia de Deus da Missão;

VI- Igreja Evangélica Assembleia Madureira

MATO GROSSO

**PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA**

GABINETE DA PREFEITA

www.novabrasilandia.mt.gov.br

novabrasilandia@outlook.com.br

O Comitê Gestor Municipal do Programa 'SER Família' será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria dos votos presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - A Presidente do Comitê Gestor Municipal, Gestora Gleysiana Souza Lutke Secretária Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de janeiro de 2021.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 25 de janeiro de 2021.

**MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

Prefeita de Nova Brasilândia

*A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.*

**JEOLLI CERUTTI AMORIM**

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

**(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2021**

**EDITAL Nº 002/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ANÁLISE DE TÍTULOS**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT** e **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** no uso de suas atribuições e competências legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, Lei 694/2018 e Lei nº 789/2019, através da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado Análise de Títulos, instituída através da Portaria nº 416/2020,04 dezembro 2020 resolve:

***TORNAR PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados o **RESULTADO FINAL** da **CLASSIFICAÇÃO** dos candidatos que realizaram sua contagem de títulos conforme segue abaixo:*

A relação completa estará disponível na página da Prefeitura Municipal em, www.novabrasilandia.mt.gov.br, no dia de publicação deste Edital.

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ANÁLISE DE TÍTULOS 2021.

CONTRATOS TEMPORÁRIO.

CARGO DE PROFESSOR- UNIDOCÊNCIA

| CLASSIFICAÇÃO | NOME | HABILITAÇÃO | TITULAÇÃO | FORMAÇÃO CONTINUADA | ESPECÍFICO | TOTAL GERAL PONTOS | DATA DE NASCIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | ANA LÚCIA DE LIMA | N.SUPERIOR | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 30/03/1967 |
| 2º | VERONICA DE SOUZA LIMA | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 22/05/1978 |
| 3º | ROSIMEIRE DO NASCIMENTO BOLANDINI | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 02/06/1978 |
| 4º | ROMILDA LEMES QUEIROZ ALMEIDA | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 16/04/1980 |
| 5º | LEIDIANE TEIXEIRA CAMPOS FARIAS | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 11/05/1985 |
| 6º | NATÁLIA KAROLINY OLIVEIRA DA COSTA | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 18/12/1995 |
| 7º | SOLANGE HELENA PORTO | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 19.25 | 59,25 | 01/01/1975 |
| 8º | MARQUELE HOANE SILVA CAMPOS | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 18,75 | 58,75 | 13/03/1984 |
| 9º | MARIA APARECIDA DE JESUS | N.SUPERIOR | 30,0 | 10,0 | 11,25 | 51,25 | 09/05/1969 |
| 10º | ROSA CRISTIANE DA SILVA | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 10,25 | 50,25 | 19/02/1976 |
| 11º | ANA ANGELA GONÇALVES | PEDAGOGIA | 30,0 | 9,25 | 9,25 | 48,5O | 10/07/1971 |
| 12º | ADEIZIELY DA SILVA TAVARES | PEDAGOGIA | 20,0 | 10,0 | 18,45 | 48,45 | 06/08/1986 |
| 13º | MARCIA CERQUEIRA DE MELO | N. SUPERIOR | 30,0 | 5.75 | 11,25 | 47,0 | 07/09/1974 |
| 14º | KARLA MARINHO VIEIRA | N.SUPERIOR | 30,0 | 10,0 | 5,95 | 45,95 | 05/07/1977 |
| 15º | LETICÍA CAROLINE MENDES CAMPOS | PEDAGOGIA | 30,0 | 4,90 | 9,85 | 44,77 | 23/12/1993 |
| 16º | ELIENE ROSA DE SOUZA | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 4,0 | 44,00 | 09/10/1973 |
| 17º | VALDELICE VIEIRA DOS SANTOS | PEDAGOGIA | 20,0 | 10,0 | 13,50 | 43,50 | 15/04/1977 |
| 18º | ELDA FLÁVIA DA SILVA | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | 3,0 | 43,00 | 10/10/1976 |
| 19º | JOCIMARA CARVALHO DOS REIS SOARES | PEDAGOGIA | 30,0 | ********** | 10,25 | 40,25 | 21/01/1968 |
| 20º | BIANCA MARTINS PEREIRA | PEDAGOGIA | 30,0 | 10,0 | ******** | 40,00 | 29/03/1989 |
| 21º | ANDRÉIA DOS SANTOS | PEDAGOGIA | 20,0 | 10,0 | 5,25 | 35,25 | 24/05/1980 |
| 22ª | NELIMAR MARIA DIAS MARTINS | PEDAGOGIA | 20,0 | ********** | 8,0 | 28,00 | 09/04/1970 |
| 23º | VANIA LUIZA DA COSTA | PEDAGOGIA | 20,0 | ********** | 5,0 | 25,00 | 27/03/1969 |
| 24º | SUZETE FERREIRA ROCHA ANDRADE | PEDAGOGIA | 20,0 | 4,5 | ******** | 24,50 | 20/10/1975 |
| 25º | SILVANA CRISPIM DE SOUZA | PEDAGOGIA | 20,0 | 1,0 | 1,0 | 22,00 | 10/03/1977 |
| 26º | VALÉRIA CORREIA DA SILVA | PEDAGOGIA | 20,0 | 2,0 | ******** | 22,00 | 05/01/1989 |
| 27º | NEUSÂNGELA DE OLIVEIRA SOUZA | N.SUPERIOR | 20,0 | ********** | ******** | 20,00 | 16/02/1986 |

**CARGO DE PROFESSOR- LÍNGUA PORTUGUESA**

| CLASSIFICAÇÃO | NOME | HABILITAÇÃO | TITULAÇÃO | FORMAÇÃO CONTINUADA | ESPECÍFICO | TOTAL GERAL PONTOS | DATA DE NASCIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | RAQUEL MAZOCHIN DA SILVA | LETRAS | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 13/10/1987 |
| 2º | JOCIMAR PORTUGAL DE JESUS | LETRAS | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 18/11/1995 |
| 3º | CARMEN CENIRA DE ARRUDA PINTO | LETRAS | 30,0 | 9,25 | 6,25 | 45,5 | 24/10/1968 |
| 4º | JORGE LUIZ NASC. DOS SANTOS | LETRAS | 30,0 | 0,75 | ********** | 30,75 | 17/09/1993 |

**CARGO DE PROFESSOR- MATEMÁTICA**

| CLASSIFICAÇÃO | NOME | HABILITAÇÃO | TITULAÇÃO | FORMAÇÃO CONTINUADA | ESPECÍFICO | TOTAL GERAL PONTOS | DATA DE NASCIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | GREICIELLY F. GOMES DA SILVA | MATEMÁTICA | 30,0 | 10,0 | 14,50 | 54,50 | 03/01/1989 |
| 2º | WILSON FLORENTINO BORGES | MATEMÁTICA | 30,0 | 10,0 | 8,75 | 48,75 | 10/12/1982 |
| 3º | ALDEMY GONÇALVES DE LIMA | MATEMÁTICA | 30,0 | 10,0 | 8.5 | 48,50 | 18/10/1974 |

**CARGO DE PROFESSOR-GEOGRAFIA**

| CLASSIFICAÇÃO | NOME | HABILITAÇÃO | TITULAÇÃO | FORMAÇÃO CONTINUADA | ESPECÍFICO | TOTAL GERAL PONTOS | DATA DE NASCIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | JOCIANO PORTUGAL DE JESUS | GEOGRAFIA | 30,0 | 10,0 | 20,0 | 60,0 | 18/11/1995 |
| 2º | ELIZANE SOUZA DOS SANTOS | GEOGRAFIA | 30,0 | 10,0 | 12,0 | 52,0 | 24/09/1991 |
| 3º | JÉSSICA DAYANE Q. DE ALMEIDA | GEOGRAFIA | 20 | 10,0 | 20,0 | 50,0 | 20/08/1996 |

**CARGO DE PROFESSOR -ARTES**

| CLASSIFICAÇÃO | NOME | HABILITAÇÃO | TITULAÇÃO | FORMAÇÃO CONTINUADA | ESPECÍFICO | TOTAL GERAL PONTOS | DATA DE NASCIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | KÉLIA APARECIDA L. GOMES | ARTES | 30,0 | 8,25 | 10,0 | 48,25 | 31/01/1981 |

Nova Brasilândia/MT, 28 de janeiro de 2021.

**Comissão Processo Seletivo Simplificado Analise de Títulos:**

**Nilza Luzia Bezerra – Presidente Beatriz de Souza Cardoso- Secretária**

**Corina Pereira da Silva– Membro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

### CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
### PORTARIA N° 08/2021

**PORTARIA N° 08/2021**

Claudiney da Silva, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – **RG sob o n°** 819.702 SSP/MT e CPF sob nº 488.727.091-72, residente e domiciliado na Av. Uirapuru, 1111, Centro, Nova Lacerda – MT, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições:

**RESOLVE**

**Art. 1°** - RETIFICAR Portaria n° 06/2021 de 22 de janeiro de 2021 e a Portaria n° 07/2021 de 22 de janeiro de 2021.

**Desse modo, onde se lê:**

Conceder a Joyce Lucio Cavalcante, servidora efetiva, Função Gratificada (FG 05) equivalente à 20% (vinte por cento) sobre o salário base, conforme Lei Complementar 140/2019, por presidir a Comissão de Avaliação de Bens Móveis, a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e a Comissão de Inventários de Bens Móveis e Imóveis da Câmara de Nova Lacerda.

**Leia-se:**

Conceder a Joyce Lucio Cavalcante, servidora efetiva, Função Gratificada (FG 08) equivalente à 20% (vinte por cento) sobre o salário base, conforme Lei Complementar 140/2019, por presidir a Comissão de Avaliação de Bens Móveis, a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e a Comissão de Inventários de Bens Móveis e Imóveis da Câmara de Nova Lacerda.

**E na Portaria n° 07/2020, onde se lê**

Conceder a Antonio Jose de Oliveira, servidor efetivo, Função Gratificada (FG 05) equivalente à 20% (vinte por cento) sobre o salário base, conforme Lei Complementar 140/2019, por ser membro da Comissão Permanente de Licitação, da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e da Comissão de Inventários de Bens Móveis e Imóveis da Câmara de Nova Lacerda.

**Leia-se:**

Conceder a Antonio Jose de Oliveira, servidor efetivo, Função Gratificada (FG 02) equivalente à 20% (vinte por cento) sobre o salário base, conforme Lei Complementar 140/2019, por ser membro da Comissão Permanente de Licitação, da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e da Comissão de Inventários de Bens Móveis e Imóveis da Câmara de Nova Lacerda.

**Art. 2°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, 27 de janeiro de 2021.

**Claudiney da Silva**

**Presidente**

**Registre, Publique-se e Cumpra-se.**

### ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
### DECRETO Nº1.637/2021

**DECRETO Nº1.637/2021**

**SÚMULA:** HOMOLOGA RESULTADO FINAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ABERTO PELO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2020.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

**Art. 1º -** Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para os cargos de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – EM 15 DE SETEMBRO, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – EM INDÍGENA TERRANTESU – BACURIZAL, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – EXTENSÃO ÂNGELO TRIPOLONI, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE SAÚDE, AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO, INSTRUTOR DE MÚSICA – EQUIPE VOLANTE, MÉDICO, MOTORISTA NÍVEL II – SECRETARIA DA SAÚDE, MOTORISTA NÍVEL II – SECRETARIA DE OBRAS, ODONTÓLOGO, OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA DE PNEU, PEDREIRO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – EM 15 DE SETEMBRO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – EM VALE DO GUAPORÉ, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I – EM

15 DE SETEMBRO, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/EM VALE DO GUAPORÉ – EXTENSÃO ÂNGELO TRIPOLONI - 1ª OPÇÃO, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/EM VALE DO GUAPORÉ – EXTENSÃO ÂNGELO TRIPOLONI - 2ª OPÇÃO, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/EM VALE DO GUAPORÉ – EXTENSÃO ÂNGELO TRIPOLONI - 4ª OPÇÃO, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/EM VALE DO GUAPORÉ – EXTENSÃO EM BARRA MANSA - 1ª OPÇÃO, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/EM VALE DO GUAPORÉ – EXTENSÃO EM BARRA MANSA - 3ª OPÇÃO, PSICÓLOGO – EQUIPE VOLANTE, TÉCNICO ADMINISTRATIVO – EQUIPE VOLANTE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, VIGIA - EM 15 DE SETEMBRO, VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, cujo resultado final foi devidamente divulgado nos termos do **Edital nº 003/2020 - F**.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Lacerda - MT, 26 de janeiro de 2021.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### LEI MUNICIPAL N.º 896/2021

**"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE UM CREDITO ESPECIAL PARA INCLUSÃO NO PPA, LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2021, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**, Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer um Crédito Especial para incluir no Orçamento Geral do Município, exercício de 2021, no valor de R$ ***220.774,00 (duzentos e vinte mil setecentos e setenta e quatro reais)*****,** conforme discriminado:

**Art. 2º -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **crédito adicional especial** no orçamento financeiro de 2021, para investimento na Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, destinados a Secretaria de Municipal Trabalho Emprego e Cidadania através Transferência de Recursos Fundo a Fundo entre Município de Nova Marilândia e o Ministério da Cidadania**,** adicionando recursos ao orçamento do município na seguinte Dotação:

**Órgão: 10 –** Secretaria Municipal Trabalho Emprego e Cidadania

**Unidade: 001 –** Departamento de Promoção e Assistência Social

**Função: 08 –** Assistência Social

**Subfunção: 241 –** Assistência ao Idoso

**Programa: 0015 – Cidadania e Integração das Políticas Sociais**

**Ação: 1045 –** Aquisição Equipamento e Material Permanente

**Fonte/Recurso: 0.3.24.054.000 –** Transf. Convênios União – Superavit Financeiro 2020

**44.90.52.00.00 –** Equipamento Material Permanente R$ 220.774,00

**Total Fonte 0.3.2.4.054.000 R$ 220.774,00**

**Art. 3º -** Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 2º, serão utilizados recursos:

I – Para os créditos abertos na Fonte/Recurso **0.3.24.054.000,** de acordo com Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superavit Financeiro,** apurado na fonte **0.1.24.054.000** no Balanço Patrimonial do exercício de 2020.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, aos 27 de Janeiro de 2021.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### LEI MUNICIPAL N.º 894/2021

**"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE UM CREDITO ESPECIAL PARA INCLUSÃO NO PPA, LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2021, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**, Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer um Crédito Especial para incluir no Orçamento Geral do Município, exercício de 2021, no valor de R$ ***125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)*****,** conforme discriminado:

**Art. 2º -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **crédito adicional especial** no orçamento financeiro de 2021, para fazer face ao investimento para Construção da Academia da Saúde**,** adicionando recursos ao orçamento do município na seguinte Dotação:

**Órgão: 11 –** Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade: 002 –** Departamento de Apoio as Ações de Saúde Pública

**Função: 10 –** Saúde

**Subfunção: 301 –** Atenção Básica

**Programa: 0014 – Saúde de Queremos**

**Ação: 1067 –** Construção, Reforma e Ampliação Pronto Atendimento

**Fonte/Recurso: 0.3.47.000.000 –** Outros Recursos SUS Investimento – Superavit Financeiro 2020

**44.90.51.00.00 –** Obras e Instalações R$ 125.000,00

**Total Fonte 0.3.4.7.000.000 R$ 125.000,00**

**Art. 3º -** Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 2º, serão utilizados recursos:

I – Para os créditos abertos na Fonte/Recurso **0.3.47.000.000,** de acordo com Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superavit Financeiro**, apurado na fonte **0.1.47.000.000** no Balanço Patrimonial do exercício de 2020.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, aos 27 de Janeiro de 2021.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL Nº 898/2021**

**LEI MUNICIPAL Nº 898/2021**

**Autoriza a abertura de crédito especial no valor de R$ 27.584,07 (Vinte e sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sete centavos) e dá outras providências.**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º)** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Lei Orçamentária Anual 2021, Crédito Especial no valor de **R$ 27.584,07 (Vinte e sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sete centavos)**, para atender a finalidade abaixo especificada:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.002 DEPTO DE APOIO DAS AÇÕES SAÚDE PÚBLICA

11.002.10 SAÚDE

11.002.10.301 ATENÇÃO BÁSICA

11.002.10.301.0014 – SAÚDE QUE QUEREMOS

11.002.10.301.0014.2070 – PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

33.90.41.00 – CONTRIBUIÇÕES R$ 27.584,07

**FONTE: 0102000000 – Recursos Saúde 15% R$ 27.584,07**

**TOTAL: R$ 27.584,07**

**Art. 2º)** A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através de Anulação de dotações orçamentárias de acordo com o Art. 43, Inciso III da Lei 4.320/64 de 17 de Março de 1964, abaixo descritas:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.002 DEPTO DE APOIO DAS AÇÕES SAÚDE PÚBLICA

11.002.10 SAÚDE

11.002.10.301 ATENÇÃO BÁSICA

11.002.10.301.0014 – SAÚDE QUE QUEREMOS

11.002.10.301.0014.2070 – PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

33.90.39.00 – OUTROS SERV. PESSOAS JURIDICAS R$ 27.584,07

**FONTE: 0102000000 – Recursos Saúde 15% R$ 27.584,07**

**TOTAL: R$ 27.584,07**

**Art. 3º)** Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

**Art. 4º)** Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2021, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

**Art. 5º)** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, 27 DE JANEIRO DE 2021.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL N.º 895/2021**

**"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE UM CREDITO ESPECIAL PARA INCLUSÃO NO PPA, LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2021, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**, Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer um Crédito Especial para incluir no Orçamento Geral do Município, exercício de 2021, no valor de R$ ***428.201,92 (quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e um reais e noventa e dois centavos)*****,** conforme discriminado:

**Art. 2º -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **crédito adicional especial** no orçamento financeiro de 2021, para investimento na Execução de Obras e Serviços na Pavimentação Asfáltica em diversas ruas do Município de Nova Marilândia-MT, conforme Contrato de Repasse CEF n. 782257/12 e Contrato n. 038/2020**,** adicionando recursos ao orçamento do município na seguinte Dotação:

**Órgão: 08 –** Secretaria Municipal de Infra Estrutura

**Unidade: 002 –** Departamento de Obras e Serviços Públicos

**Função: 15 –** Urbanismo

**Subfunção: 451 –** Infra Estrutura Urbana

**Programa: 0009 – Nova Marilândia em Desenvolvimento**

**Ação: 1029 –** Pavimentação Asfaltica, Construção de Calçadas, Meio Feio e Restauração de Vias

**Fonte/Recurso: 0.3.24.054.000 –** Transf Convênios União – Superavit Financeiro 2020

**44.90.51.00.00 –** Obras e Instalações R$ 428.201,92

**Total Fonte 0.3.2.4.054.000 R$ 428.201,92**

**Art. 3º -** Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 2º, serão utilizados recursos:

I – Para os créditos abertos na Fonte/Recurso **0.3.24.054.000,** de acordo com Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superavit Financeiro,** apurado na fonte **0.1.24.054.000** no Balanço Patrimonial do exercício de 2020.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, aos 27 de Janeiro de 2021.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 039/2021**

DATA: 27 de janeiro de 2021.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE ACONCESSÃO DO AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Sr.º **MARCIANO MARTINS DE LIMA.**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRI-

BUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**RESOLVENDO**

**Art. 1º**. – Conceder afastamento para o benefício Auxílio Doença, ao Sr. º **MARCIANO MARTINS DE LIMA**, servidor público municipal ocupante do cargo comissionado de Diretor do Sistema de Água e Esgoto, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Saneamento do Município de Nova Marilândia-MT, com vencimentos pagos pela Previdência Social - INSS, a partir de 16/12/2020 à 09/04/2021, retornando as atividades no dia 10/04/2021.

**Art**. **2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM – 27/01/2021.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

Prefeito Municipal de Nova Marilândia - MT

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL N.º 893/2021**

**LEI MUNICIPAL N.º 893/2021**

**"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE PROGRAMA E AÇÃO ESPECÍFICA PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS – COVID E ABERTURA DE UM CREDITO ESPECIAL PARA INCLUSÃO NO PPA, LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2021. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**, Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer um Crédito Especial para criar o Programa e a Ação para Enfrentamento da Emergência decorrente do Coronavírus – COVID 19 e incluir no Orçamento Geral do Município, exercício de 2021, no valor de R$ ***131.411,69 (cento e trinta e um mil quatrocentos e onze reais e sessenta e nove centavos),*** conforme discriminado:

**Programa: 0017** – **COVID - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.**

**Parágrafo Único:** o programa a que se refere o caput será multisetorial, abrangendo todas as ações relacionadas ao combate e enfrentamento do Coronavírus – COVID19.

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **crédito adicional especial** no orçamento financeiro de 2021, para fazer face ao custeio das Ações e Serviços Públicos relacionadas ao Enfrentamento da Circulação da **COVID19,** adicionando recursos ao orçamento do município nas seguintes Dotações:

**Órgão: 11 –** Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade: 002 –** Departamento de Apoio as Ações de Saúde Pública

**Função: 10 –** Saúde

**Subfunção: 301 –** Atenção Básica

**Programa: 0017 – COVID - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.**

**Ação: 2122 –** COVID - AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA NO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS

**Fonte/Recurso: 0.3.26.076.000 –** Transferência recurso do Programa de Enfrentamento do Coronavírus – LC nº 173 art.5º., I. Para a saúde – Superavit Financeiro 2020

**33.90.30.00.00 –** Material de consumo R$ 1.422,17

**Total Fonte 0.3.2.6.076.000 R$ 1.422,17**

**Órgão: 10–** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Unidade: 007 –** Fundo Municipal de Assistência Social

**Função: 08 –** Assistência Social

**Subfunção: 244 –** Assistência Comunitária

**Programa: 0017 – COVID - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.**

**Ação: 2123 – COVID - AÇÕES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DO CORONA VÍRUS**

**XI - Fonte/Recurso: 0.3.27.076.000** Transferência recurso do Programa de Enfrentamento do Coronavírus – LC nº 173 art.5º., I. Para assistência social – Superavit Financeiro 2020

**33.90.30.00.00 –** Material de Consumo R$ 63,67

**Total Fonte 0.3.27.076.000R$ 63,67**

**Fonte/Recurso: 0.3.29.074.000 –** Transferência FNAS – Ações para Enfrentamento do Coronavírus – Superavit Financeiro 2020

**33.90.30.00.00 –** Material de Consumo R$. 30.000,00

**33.90.39.00.00** – Outros Serviços Terceiros P. Juridica R$ 21.465,82

**Total Fonte 0.3.29.074.000 R$. 51.465,82**

**Órgão: 11 –** Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade: 002 –** Departamento de Apoio as Ações de Saúde Pública

**Função: 10 –** Saúde

**Subfunção: 301 –** Atenção Básica

**Programa: 0017 – COVID - Enfrentamento da Emergência Decorrente do Coronavírus.**

**Ação: 2124 –** COVID - AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA NO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS

**Fonte/Recurso: 0.3.46.074.000** Transferência recurso do Programa de Enfrentamento do Coronavírus – Superavit Financeiro 2020

**33.90.30.00.00 –** Material de Consumo R$. 45.000,00

**33.90.32.00.00** – Material para Distribuição Gratuita R$ 6.000,00

**33.90.39.00.00** – Outros Serviços Terceiros P. Juridica R$ 27.460,03

**Total Fonte 0.3.4.6.074.000 - R$ 78.460,03**

**Art. 3º** Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 2º, serão utilizados recursos:

I – Para os créditos abertos na Fonte/Recurso **0.3.26.076.000,** de acordo com Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superavit Financeiro**, apurado na fonte **0.1.26.076.000** no balanço do exercício de 2020.

II – Para os créditos abertos na Fonte/Recurso **0.3.27.076.000,** de acordo com Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superavit Financeiro**, apurado na fonte **0.1.27.076.000** no balanço do exercício de 2020.

III - Para os créditos abertos na Fonte/Recurso **0.3.29.074.000,** de acordo com Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superavit Financeiro,** apurado na fonte **0.1.29.074.000** no balanço do exercício de 2020.

IV – Para os créditos abertos na Fonte/Recurso **0.3.46.074.000,** de acordo com Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superavit Financeiro**, apurado na fonte **0.1.46.074.000** no balanço do exercício de 2020.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, aos 27 de Janeiro de 2021.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL Nº 899 /2021**

**EMENTA:** AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO** Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a estrutura administrativa da prefeitura municipal, art. 37 inc. IX da Constituição federal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado ao Poder Executivo proceder, em nome do Município de Nova Marilândia-MT, a contratação de serviços pessoais, específicos, profissionais, ocupacionais e/ou técnicos, para a complementação dos serviços de manutenção dos órgãos públicos municipais, em garantia da prestação continuada dos serviços essenciais à população e ainda para atendimento de situação de emergência, casos fortuitos, força maior e acréscimo extraordinário de serviço.

**Parágrafo Único** - A contratação temporária dos serviços de que trata o *caput* deste artigo se dará de forma precária para suprir a deficiência de recursos humanos, em atendimento ao interesse eminentemente público atendido aos pressupostos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

**Art. 2º** - Para o atendimento aos objetivos a que se propõe a presente lei, fica também autorizado ao Poder Executivo a proceder, em nome da municipalidade, a contratação de prestadores de serviços eventuais objetivando, a continuidade dos serviços públicos, e acréscimos extraordinários de serviços, descritas na estrutura do ANEXO I desta lei.

**Art. 3º** - A seleção de pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, dentro de critérios isonômicos, sujeito a ampla e prévia divulgação por meio de edital, onde constara obrigatoriamente:

**I –** O número de vagas a serem preenchidas;

**II –** O número de vagas de classificados onde obrigatoriamente constarão do cadastro de reserva;

**III** – A remuneração do cargo;

**IV**- A carga horária que o servidor contratado por excepcionalidade estará sujeito;

**V –** As atribuições do cargo;

**§1º** - Os vencimentos dos servidores a serem contratados estarão sujeitos às disposições desta Lei,com a necessidade administrativa e a disponibilidade financeira dos cofres públicos municipais.

**§2º -** Fica autorizada a contratação dos classificados que ficaram fora do número de vagas e do cadastro de reserva conforme a excepcionalidade e a necessidade do poder público, em estrita obediência à ordem de classificação;

**§3º** - Fica autorizada a suspensão unilateral do contrato de trabalho pela administração pública, com a paralisação dos serviços e a prestação pecuniária em casos específicos devidamente justificados;

**Art. 4º** - Fica autorizada a contratação por excepcional interesse público de agente comunitário de saúde e agente de endemias, por meio de Teste Seletivo Simplificado nos casos de prestação de serviços vinculados a programas, projetos e convênios do Governo Federal e Estadual;

**Parágrafo único** – A contratação para agente comunitário de saúde e agentes de endemias se dará de forma simplificada regida pelos contratos de excepcional interesse público sem direito a estabilidade;

**Art. 5º** - As contratações por excepcional interesse público autorizado por essa lei se darão no decorrer do exercício financeiro de 2021 e 2022, e extinguir-se-á:

**I –** Pelo término do prazo contratual

**II –** Por iniciativa de ambas as partes

**III-** Unilateralmente a qualquer tempo por conveniência da administração pública sendo a mesma devidamente justificada, e caso regressar os motivos da excepcionalidade, no caso da rescisão unilateral pela administração, fica assegurado à contratação do mesmo classificado;

**Parágrafo único** - As contratações extinguir-se-á sem direito a indenização subsistindo somente o direito de férias e 13º conforme entendimento (***STF*** *– RE 1066677, Relator(a): Min. MARCO*

*AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-165 DIVULG 30-06-2020 PUBLIC 01-07-2020)*:

**Art. 6º** - Os contratos somente poderão ser firmados com observância de dotação orçamentária e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 7º** - É vedada a contratação de servidores que já estejam em regime de acumulação legal de cargos, empregos ou funções, bem assim aquela que importe em acumulação não permitida constitucionalmente.

**Art. 8º** - A contratação deverá ser efetivada em cumprimento ao disposto nesta lei respeitado os princípios gerais de direito público.

**Art. 9º** – As contratações por excepcional interesse público terão duração máxima de até 01 (um) ano prorrogável por igual período a critério da administração.

**Art. 10.** Fica autorizada a rescisão unilateral do contrato pela administração pública sem direito a indenização justificado pela perda da excepcionalidade da contratação conforme dispositivos legais vigentes, e em obediência ao princípio de legalidade, economicidade e excepcionalidade;

**Art. 11** - Além das condições estabelecidas nesta Lei, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

**Art. 12** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2021 e subsequentes, suplementadas se necessário.

**Parágrafo único** – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2021/2024 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2021 e subsequentes caso necessário.

**Art. 13** – Fica o poder executivo autorizado a regulamentar essa Lei no que couber caso necessário no prazo de até 90 (noventa) dias de sua publicação.

**Art. 14** – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei.

**Art. 15** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Nova Marilândia/MT, aos 27 (vinte e sete) dias de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um).

_____

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

**PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT**

**ANEXO I**

| Cargos/Carga horária | VAGAS | CAD. RESERVA | Vencimento base | SECRETARIAS |
|---|---|---|---|---|
| Professor Pedagogia (30 horas) | 06 | 14 | R$ 2.762,25 | Educação |
| Professor Historia (15 horas) | 00 | 02 | R$ 1.381,12 | Educação |
| Professor Geografia (15 horas) | 00 | 02 | R$ 1.381,12 | Educação |
| ADI (30 horas) | 05 | 15 | R$ 1.236,00 | Educação |
| Técnico Enfermagem (40 horas) | 00 | 05 | R$ 1.493,50 | Saúde |
| Instrutor / Inclusão Digital (30 horas) | 00 | 05 | R$ 1.311,62 | Educação |
| Técnico em Radiologia (40 horas) | 02 | 05 | R$ 1.591,77 | Saúde |
| Agente Comunitário de Saúde/ Pompeia (40 horas) | 02 | 05 | R$ 1.100,00 | Saúde |
| Monitor Ônibus/Assentamento Bela Vista (40 horas) | 00 | 05 | R$ 1.100,00 | Educação |
| Monitor Ônibus/ Assentamento Pompeia (40 horas) | 00 | 05 | R$ 1.100,00 | Educação |
| Psicólogo (20 horas) | 00 | 02 | R$ 1.851,72 | Saúde |
| Fonoaudiólogo (20 horas) | 00 | 05 | R$ 1.234,48 | Saúde |

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL Nº 897/2021**

**LEI MUNICIPAL Nº 897/2021**

**Autoriza a abertura de crédito especial no valor de R$ 1.207,83 (Hum mil duzentos e sete reais e oitenta e três centavos) e dá outras providências.**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º)** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Lei Orçamentária Anual 2021, Crédito Especial no valor de **R$ 1.207,83 (Hum mil duzentos e sete reais e oitenta e três centavos)**, para atender a finalidade abaixo especificada:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.002 DEPTO DE APOIO DAS AÇÕES SAÚDE PÚBLICA

11.002.10 SAÚDE

11.002.10.301 ATENÇÃO BÁSICA

11.002.10.301.0014 – SAÚDE QUE QUEREMOS

11.002.10.301.0014.2070 – PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

33.90.92.00 – DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES R$ 1.207,83

**FONTE: 0102000000 – Recursos Saúde 15% R$ 1.207,83**

**TOTAL: R$ 1.207,83**

**Art. 2º)** A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através de Anulação de dotações orçamentárias de acordo com o Art. 43, Inciso III da Lei 4.320/64 de 17 de Março de 1964, abaixo descritas:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.002 DEPTO DE APOIO DAS AÇÕES SAÚDE PÚBLICA

11.002.10 SAÚDE

11.002.10.301 ATENÇÃO BÁSICA

11.002.10.301.0014 – SAÚDE QUE QUEREMOS

11.002.10.301.0014.2070 – PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

33.90.36.00 – OUTROS SERV. PESSOAS FÍSICAS R$ 1.207,83

**FONTE: 0102000000 – Recursos Saúde 15% R$ 1.207,83**

**TOTAL: R$ 1.207,83**

**Art. 3º)** Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

**Art. 4º)** Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2021, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

**Art. 5º)** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, 27 DE JANEIRO DE 2021.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 040/2021**

**PORTARIA MUNICIPAL Nº 040/2021**

Data: 27 de Janeiro de 2021.

**EMENTA:** CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR.º. **ITALO RAÇAL SOUTO CHAVES.**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI MUNICIPAL Nº. 725/2016 E LEI MUNICIPAL Nº 782/2017, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**RESOLVENDO:**

**Art. 1º** – Conceder 30 (Trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Sr.º. **ITALO RAÇAL SOUTO CHAVES**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 20317590 – SSP/MT, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Fiscalização Tributária, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Saneamento do município de Nova Marilândia – MT, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com a Art. 180 da Lei Nº 725/2016.

**Art. 2º** - O período concedido neste ato terá início em 25/01/2020 e término em 23/02/2021, retornando as suas atividades no dia 24/02/2021.

**Parágrafo único** – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

**Art. 3º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE UM – 27/01/2021.

_____

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

**PORTARIA Nº. 075/2021**

*"Dispõe sobre nomeação de cargo Chefe de Departamento de Fiscalização de Transporte de Frota Pesada Sr. Edson Henrique Vieira".*

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

**Considerando** o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a **Sr. *Edson Henrique Vieira*** portador do RG Nº. 0616305-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 442.093.391-72, ao cargo de *Chefe de Departamento de Fiscalização de Transporte de Frota Pesada* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 25 de Janeiro de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº. 076/2021**

*"Dispõe sobre nomeação de cargo Chefe de Divisão de Cultura Sra. Gabrielly Aparecida Oliveira Vieira de Carvalho".*

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

**Considerando** o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a *Sra. Gabrielly Aparecida Oliveira Vieira de Carvalho*portadora do RG Nº. 2717159-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 022.091.901-18, ao cargo de *Chefe de Divisão de Cultura* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 22 de Janeiro de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 27 de janeiro de 2021.

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 045/2021.**

**DECRETO Nº 045/2021.**

**DE 27 DE JANEIRO DE 2021**

**SÚMULA:** EXONERA A PEDIDO A SENHORA **ELLEN KARINA DOS SANTOS,** DO CARGO DE **CHEFE DE DIVISÃO,** DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**DECRETA:**

**ARTIGO 1º -** Fica exonerada a pedido a senhora **ELLEN KARINA DOS SANTOS,** do cargo de chefe de divisão, lotada na Assessoria Jurídica, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

**ARTIGO 2º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 27 de janeiro de 2021.

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

**LICITACAO**
**AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 01/2021**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE:** CONVITE Nº. 01/2021

**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL

**CONVOCAÇÃO:**

O Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 021/2021/PMNMV/GAB de 07/01/2021, comunica que estará realizando Procedimento Licitatório conforme descrição abaixo:

**OBJETO:**

***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA CONTÁBIL EM CONTRATOS E SERVIÇOS NO EXERCÍCIO DE 2019 E 2020, REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.***

**ABERTURA:** As propostas serão recebidas pela Comissão Permanente de Licitação até o dia **04/02/2021 às 08:00 horas.** A sessão de abertura e julgamento terá início no mesmo dia às 08:30 horas, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2021 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 27 de Janeiro de 2021.

***LUCIANO ROGERIO CORDEIRO***

Presidente da CPL

Decreto 021/2021

***Publique-se.***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "**

**LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -**

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT**

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público ***Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para*****fornecimento de passagens interestadual (passagem terrestre)** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **10/02/2021 às 08h30min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 27 de janeiro de 2021.

**ENOQUE DE SOUSA LIMA**

Pregoeiro Oficial

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°001/2021**

| | |
|---|---|
| **Objeto** | Contratação de assessoria e consultoria jurídica para atuação perante o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso/TCE-MT, apresentando esclarecimentos, defesas, interpondo recursos, apresentando memoriais e realizando sustentações orais, especialmente no que tange à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, a fim de que, na gestão fiscal, a municipalidade cumpra com os princípios da legalidade, economicidade e legitimidade e consultoria preventiva e contenciosa na área do Direito Público, dando suporte a Direção Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, emitindo pareceres pelo período de 90 (noventa) dias. |
| **Favorecido** | **SECCHI SOECIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº 34.348.047/0001-62, com escritorio na Av. Historiador Rubens de Mendonça nº 1856, Edificio Cuiabá Office Toer, sala 1109, Bairro Bosque da Saúde em Cuiabá-MT |
| **Prazo de Vigência** | 90 dias |
| **Valor global** | **R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)** |
| **Fundamento Legal** | art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, corrigida e atualizada pelo Decreto Federal 9.412/2018 |
| **Justificativa** | Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 001/2021. |

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Nova Nazaré – MT, 26 de Janeiro de 2021.

**JOÃO TEODORO FILHO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL N.º 069 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL"**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES POR LEI, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica nomeados para ocupar o cargo de Provimento em Comissão **de Diretora da Rede Municipal de Educação**, conforme o nome relacionado abaixo.

**RITA MARIA DA CRUZ** –ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA APARECIDA CAVALINI SOARES MOZAR.

Art. 2º - As atribuições do cargo estão prescritas em lei e restritas a ela, cabendo a servidora ora nomeada, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E LAZER,** todas as atividades e responsabilidade inerente ao seu cargo.

Art. 3º - A remuneração da servidora ora nomeada será nos termos da Lei Complementar Municipal N.º 072 de 20/01/2020;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 27 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL N.º 068 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL"**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES POR LEI, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica nomeados para ocupar o cargo de Provimento em Comissão **de Coordenadores Pedagógica da Rede Municipal de Educação**, conforme os nomes relacionados abaixo.

**MARIA DAS DORES CUNHA ARANDA** – CRECHEESCOLA MUNICIPAL APARECIDA PORTILHO BENTO DE AZEVEDO.

**NEIDE DA SILVA VITAL DE BARROS** –ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA APARECIDA CAVALINI SOARES MOZAR.

**ROSIMEIRE DE OLIVEIRA ROSA MELO** – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS.

Art. 2º - As atribuições do cargo estão prescritas em lei e restritas a ela, cabendo as servidoras ora nomeadas, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E LAZER,** todas as atividades e responsabilidades inerentes ao seu cargo.

Art. 3º - A remuneração das servidoras ora nomeadas será nos termos da Lei Complementar Municipal N.º 072 de 20/01/2020;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 27 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº046/2020/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 166/2020/PMNO**

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 046/2020/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA DE LIXO HOSPITALAR, RESÍDUOS BIOLÓGICOS, RESÍDUOS QUIMICOS, RESÍDUOS COMUNS E RESÍDUOS PERFURO CORTANTE PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT** a reabertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **18 de fevereiro de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital retificado completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 27 de janeiro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 052 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**“QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO”**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Fica designado para ocupar a função **COORDENADOR PEDAGÓGICO ESCOLAR**, junto a **Escola Municipal 13 de Maio,** o Professor efetivo municipal Senhor **JOSUÉ DE CAMPOS,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG: nº. 993.497-SSP/MT e do CPF: n.º 855.389.731-15, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da função de Dedicação Exclusiva de Coordenador Escolar estão previstas na letra “b” do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de maio de 2010.

Art.3º - O servidor ora designado será concedido adicional por dedicação exclusiva de conformidade com o parágrafo único do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de Maio de 2010.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 04/01/2021 revogando as disposições contrárias.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 053 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**“QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA”**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Fica designada para ocupar a função **DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR**, junto a **Escola Municipal Maria Aparecida Cavalini Soares Mozar,** a Professora efetiva municipal Senhora **BELIZA PEREIRA FRANÇA MOURA DELFINO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG: nº. 1797540-9-SSP/MT e do CPF: n.º 020.167.741-50, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar estão previstas na letra “a” do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de maio de 2010.

Art.3º - À servidora ora designada será concedido adicional por dedicação exclusiva de conformidade com o parágrafo único do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de Maio de 2010.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 04/01/2021 revogando as disposições contrárias.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 051 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**“QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA”**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Fica designada para ocupar a função **DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR**, junto a **Escola Municipal 13 de Maio,** a Professora efetiva municipal Senhora **ANGELA ROMÃO SOBRINHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG: nº. 11030305-SSP/MT e do CPF: n.º 655.219.601-63, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar estão previstas na letra “a” do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de maio de 2010.

Art.3º - À servidora ora designada será concedido adicional por dedicação exclusiva de conformidade com o parágrafo único do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de Maio de 2010.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 04/01/2021 revogando as disposições contrárias.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 054 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**“QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA”**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Fica designada para ocupar a função **COORDENADORA PEDAGÓGICA ESCOLAR**, junto a **Escola Municipal Deputado Rene Barbour,** a Professora efetiva municipal Senhora **SANDRA ANTÔNIA RODRIGUES PEDERIVA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG: nº. 15019241-SSP/MT e do CPF: n.º 404.492.131-20, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da função de Dedicação Exclusiva de Coordenadora Escolar estão previstas na letra "b" do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de maio de 2010.

Art.3º - À servidora ora designada será concedido adicional por dedicação exclusiva de conformidade com o parágrafo único do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de Maio de 2010.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 04/01/2021 revogando as disposições contrárias.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 056 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**"QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA"**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Fica designada para ocupar a função **DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR**, junto a **CRECHE APARECIDA PORTILHO BENTO DE AZEVEDO**, a Professora efetiva municipal Senhora **LEIKA DE ALMEIDA ALEXANDRE,** brasileira, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSORA** portadora da Cédula de Identidade RG: n.º 12892238 SSP-MT e CPF: nº. 879.985.481-34, residente e domiciliada no município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar estão previstas na letra "a" do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de maio de 2010.

Art.3º - À servidora ora designada será concedido adicional por dedicação exclusiva de conformidade com o parágrafo único do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de Maio de 2010.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 04/01/2021 revogando as disposições contrárias.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 055 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**"QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA"**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Fica designada para ocupar a função **DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR**, junto a **Escola Municipal de Educação Especial Dante Martins de Oliveira,** a Professora efetiva municipal Senhora **APARECIDA DA SILVA BENÍCIO FRANÇA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG: nº. 09307630 SSP/MT e do CPF: n.º 572.025.401-34, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da função de Dedicação Exclusiva de Diretora de Unidade Escolar estão previstas na letra "a" do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de maio de 2010.

Art.3º - À servidora ora designada será concedido adicional por dedicação exclusiva de conformidade com o parágrafo único do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de Maio de 2010.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 04/01/2021 revogando as disposições contrárias.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL N.º 064 DE 15 DE JANEIRO DE 2021.**

**"QUE DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA MUNICIPAL DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE."**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Revogar a Portaria Municipal n.º 038/2020 de 04/01/2021 que concedeu a **LICENÇA PRÊMIO** a Servidora Pública deste Município, Senhora **SONIA FATIMA DA SILVA** ocupante ao cargo efetivo de Agente de Serviços Públicos, motivo à pedido do Servidor ao gozo da Licença Prêmio conforme Lei Municipal 775 de 13 de Fevereiro de 2008 em seu Artigo 99.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 15 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 057 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**"QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA"**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Fica designada para ocupar a função **DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR**, junto a **Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus,** a Professora efetiva municipal **ROZIMEIRE RAMOS OLIVEIRA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG: nº. 12497240-SSP/MT e do

CPF: n.º 654.819.841-72, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições da função de Dedicação Exclusiva de Diretor de Unidade Escolar estão previstas na letra "a" do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de maio de 2010.

Art.3º - A servidora ora designada será concedido adicional por dedicação exclusiva de conformidade com o parágrafo único do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 022 de 03 de Maio de 2010.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 04/01/2021 revogando as disposições contrárias.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Janeiro de 2021.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

### EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021 PARA PROVIMENTO DE VAGAS E DE CADASTRO RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – MT**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001**

A presidente da Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado 002/2021 do Município de Nova Santa Helena MT, Sra. Juliane Oscar de Souza Moura, nomeada através da **Portaria nº 050, de 19 de janeiro de 2021**, no âmbito de sua competência, apontou a necessidade de se promover alguns ajustes no Edital de Abertura, visando a correção e interpretação dos ditames do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 002/2021.

**Considerando** a necessidade de alterar as atribuições pertinentes ao cargo de Zeladora, que foi definido no anexo II do Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2021, **SINTESE DAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES A CADA CARGO: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO,** VAGAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, **CARGO: ZELADORA,** conforme determina a LEI 506/2012, Artigo 16 e seus incisos**.**

**Considerando** a necessidade de alterar as atribuições pertinentes ao cargo de Recepcionista, que foi definido no anexo II do Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2021, **SINTESE DAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES A CADA CARGO: ENSINO MÉDIO COMPLETO,** VAGAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, **CARGO: RECEPCIONISTA,** conforme determina a LEI 506/2012, Artigo 15 e seus incisos**.**

Considerando que no anexo VI do Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2021 **PREVISÃO DE CRONOGRAMA DOS TRABALHOS** constou como período de recurso para as Inscrições não homologadas sendo "04 e 05 de janeiro 2021", bem como a data de Aplicação das Provas objetivas sendo "07 de janeiro 2021".

**Considerando** que o Edital nº 002/2021, estabelece no seu item 12.30 que quaisquer alterações nas regras nele fixadas só poderão ser feitas por meio de outro edital,

RESOLVE, corrigir pontualmente através deste Edital Complementar os enunciados no edital de abertura, para que se evitem distorções e interpretações errôneas.

NOVA SANTA HELENA-MT, 27 de janeiro de 2021

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**Juliane Oscar de Souza Moura**

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 002/2021

**ANEXO II**

**SINTESE DAS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES A CADA CARGO:**

**ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

VAGAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

**CARGO: ZELADORA**

**I** - Fazer limpeza e conservação das áreas internas e externas, do prédio-sede da Câmara Municipal, bem como, móveis e instalações, promovendo a guarda do material utilizado.

**II** – Executar tarefas de copa e cozinha, inclusive nas sessões da Câmara Municipal.

**III** – Auxiliar na conservação dos Jardins internos e externos da Câmara Municipal quando possível e necessário.

**IV** – Na ausência da Recepcionista auxiliar no envio das correspondências e no atendimento das ligações telefônicas.

**V** - Executar tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo Presidente da Câmara Municipal.

**ENSINO MÉDIO COMPLETO**

VAGAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CARGO: RECEPCIONISTA

**I** - Efetuar protocolo das correspondências recebidas e encaminhá-las aos órgãos competentes;

**II** - Auxiliar no envio de correspondências quando necessário.

**III** - Efetuar as publicações no Mural da Câmara Municipal.

**IV** – Efetuar as compras para manutenção do setor de copa, cozinha e limpeza.

**ENSINO SUPERIOR COMPLETO**

VAGA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE NOVA SANTA HELENA

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

O **Engenheiro Agrônomo** é o profissional responsável por estudar a cultura dos campos e a teoria da agricultura. Um **Engenheiro Agrônomo** é responsável por conceber e orientar a execução de trabalhos relacionados à produção agropecuária. Está sob as responsabilidades de um **Engenheiro Agrônomo** responder parte de todas as etapas da produção e comercialização dos produtos, fazer o acompanhando desde o plantio até o armazenamento e distribuição da mercadoria ou, no caso de animais, do controle de doenças, reprodução e abate. O Engenheiro Agrônomo planeja, auxilia e executa os serviços ligados a escolha da cultura, realizando a preparação do solo, do plantio, da adubação e da colheita, cuidar da criação, alimento, saúde, reprodução e abate de rebanhos, bem como no combate a pragas e doenças que atacam plantações e animais, acompanhar o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a venda dos produtos, planejar e executar obras e serviços técnicos de engenharia rural, incluindo construções para fins rurais, visando a aumentar a funcionalidade das instalações e irrigação e drenagem para fins agrícolas, pesquisando e implantando novas tecnologias no setor agroindustrial, incluindo beneficiamento e conservação de produtos e seu aproveitamento industrial.

**ANEXO VI**

**PREVISÃO DE CRONOGRAMA DOS TRABALHOS**

| | |
|---|---|
| Período de Inscrição | 20 de janeiro de 2021 a 02 de fevereiro de 2021 |
| Homologação das Inscrições | 03 de fevereiro 2021 |
| Período de recurso para as inscrições não homologadas | 04 e 05 de fevereiro 2021 |
| **Aplicação das Provas objetivas** | **07 de fevereiro 2021** |
| Divulgação do gabarito preliminar | 08 de fevereiro de 2021 |

| | |
|---|---|
| Prazo para recurso contra o gabarito preliminar | 09 e 10 de fevereiro 2021 |
| Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado | 11 de fevereiro de 2021 |
| Prazo para Recurso contra o resultado preliminar | 12 e 18 de fevereiro de 2021 |
| Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado após recursos (se tiver) | 19 de fevereiro de 2021 |
| Homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado | 22 de fevereiro de 2021 |

**PORTARIA 066/2021**

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E NOS TERMOS DA LEI Nº 061/2.002 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

**RESOLVE DESIGNAR**

Nos termos da Lei 061/2.002 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), as Servidoras Públicas **RONIZE APARECIDA CHIODI FORLIN, CICERA RICARDO FURQUIM e SILVANA CARRARA**, para sob a Presidência da primeira, comporem a **Comissão de Processo Administrativo** destinada a apurar os fatos e atos praticados na convocação e posse dos candidatos classificados no Concurso Público 001/2018, nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato, em desacordo com o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, na forma do seu art. 21, que veda o aumento de despesas com pessoal nos 180 dias que antecedem a posse dos novos gestores eleitos, configurando anulação do ato de nomeação de pessoal, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da publicação desta Portaria e concluí-los no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 26 de janeiro de 2021.

**PAULINHO BORTOLINI**

- Prefeito Municipal -

**Publique-se.**

**Registre-se.**

**Cumpra-se.**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RESOLUÇÃO CMAS Nº. 0002/2021**

**Súmula**: Aprova a Reprogramação do Saldo Financeiro do FMAS – Fundo Municipal de Assistência social do ano de 2020, oriundo do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social e do FEAS/MT Fundo Estadual de Assistência social do Mato Grosso.

**O Conselho Municipal de Assistência Social** de Nova Santa Helena, em reunião ordinária, realizada no dia 27 de janeiro de 2021, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

**Considerando** que os recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social do Cofinanciamento do Sistema Único Nacional de Assistência Social do Governo Estadual, para o exercício de 2019 que foi creditado na conta de número 34991-7 no ano de 2020.

**Considerando** que o órgão gestor assegurou à população, durante o exercício de 2020, os serviços socioassistenciais co-financiados, correspondentes ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Programa Bolsa Família; IGD Bolsa Família – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família; BPC Escola Capacitada – Benefício da Prestação Continuada Escola Capacitada; PAIF SCFV – Programa de Atendimento Integral a Família; IGD SUAS – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social Municipal e FUPIS – Fundo Partilhado de Investimento Social.

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Aprovar a reprogramação do saldo dos Recursos Financeiro repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social do Mato Grosso, conforme valores descritos abaixo:

| Recurso | Valores Para Reprogramação |
|---|---|
| FUPIS | R$ 4.243,62 |
| CO- FINANCIAMENTO | R$ 61.829,46 |
| IGD – BOLSA FAMÍLIA | R$ 25.587,35 |
| PAIF- SCFV | R$ 31.485,41 |
| BPC – ESCOLA CAPACITADA | R$ 167,82 |
| IGD – SUAS | R$ 16.841,29 |

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

**Nova Santa Helena - MT, 27 de janeiro de 2021.**

**Valeria Almeida Ubeda Costa**

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPROGRAMADOS**

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPROGRAMADOS

1. Justificativa da reprogramação:

Mediante a necessidade de reprogramação de saldo financeiro não executado no exercício anterior (2020), mediante a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, torna-se necessário esclarecer que em nenhum momento houve a descontinuidade dos programas e serviços, mas sim problemas relacionados à morosidade dos processos licitatórios, aquisição de materiais e também na redução dos atendimentos e interrupção dos grupos presenciais, ambos passando a serem de forma remota isentando assim os gastos em relação aos anos anteriores em decorrência da pandemia do novo Covid-19. Portanto, há necessidade de reprogramação de acordo com as necessidades encontradas, visando o melhor desenvolvimento dos serviços e programas e atendimento aos usuários.

2. Planilha detalhada da reprogramação:

| FUNDO PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS-FUPIS | | |
|---|---|---|
| CONTA: 23.128-2 | SALDO A REPROGRAMAR: R$4.243.62 | |
| SALDO | DETALHAMENTO DA AÇÃO | VALOR A SER INVESTIDO (R$) |
| R$ 4.243,62 | Auxilio em situação de vulnerabilidade social. | R$ 3.707,10 |
| R$ 536,52 | Contratação de palestrante para qualificação e/ou orientação para população visando melhorar a qualidade de vida dos munícipes. | R$ 536,52 |
| 0,00 | | 0,00 |

| CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL | | |
|---|---|---|
| CONTA: 34.991-7 | SALDO A REPROGRAMAR: R$61.829,46 | |
| SALDO | DETALHAMENTO DA AÇÃO | VALOR A SER INVESTIDO (R$) |
| R$ 61.829,46 | Material permanente. | R$ 12.365,90 |
| R$ 49.463,56 | Material de consumo para manutenção do CRAS e/ou para desenvolvimento dos serviços e programas. | R$ 9.892,72 |
| R$ 39.570,84 | Gêneros alimentícios. | R$ 5.000,00 |
| R$ 34.570,84 | Combustível. | R$ 3.000,00 |
| R$ 31.570,84 | Utensílios de copa e cozinha. | R$ 2.000,00 |
| R$ 29.570,84 | Material de expediente. | R$ 4.957,10 |
| R$ 24.613,74 | Contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica. | R$ 6.957,62 |
| R$ 17.656,12 | Contratação de serviços de terceiros pessoa física para realização de oficinas com as famílias e/ou prestação de serviço. | R$ 7.000,00 |
| R$ 10.656,12 | Conservação e adaptação de imóvel. | R$ 2.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| R$ 8.656,12 | Auxilio funeral. | R$ 3.091,47 |
| R$ 5.564,65 | Auxilio por natalidade. | R$ 1.236,58 |
| R$ 4.328,07 | Auxilio em situação de vulnerabilidade temporária. | R$ 3.091,48 |
| R$ 1.236,59 | Auxilio em situação de calamidade pública. | R$ 1.236,59 |
| 0,00 | | 0,00 |
| **Obs:** A reprogramação respeitará o Plano de ação. Sendo o recurso para melhor desenvolvimento e execução do PAIF, SCFV, Benefícios Eventuais e gestão do SUAS. | | |

| **BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA** | | |
|---|---|---|
| PAIF/SCFV | | |
| CONTA: 36.055-4 | SALDO A REPROGRAMAR: R$31.485,41 | |
| SALDO | DETALHAMENTO DA AÇÃO | VALOR A SER INVESTIDO (R$) |
| R$ 31.485,41 | 3% para manutenção do CMAS. | R$ 944,57 |
| R$ 30.540,84 | Pagamento de salario de servidores do CRAS. | R$ 4.900,84 |
| R$ 25.640,00 | Lanches para desenvolvimento do SCFV, reuniões com as famílias, conselhos, conferencias e para oficinas/cursos desenvolvidos no CRAS. | R$ 800,00 |
| R$ 24.840,00 | Gêneros alimentícios e material de limpeza para manutenção do CRAS e melhor desenvolvimento dos serviços e programas. | R$ 4.000,00 |
| R$ 20.840,00 | Material de consumo. | R$ 3.000,00 |
| R$ 17.840,00 | Materiais para cursos/oficinas e para desenvolvimento de atividades com as gestantes. | R$ 1.500,00 |
| R$ 16.340,00 | Materiais esportivos, jogos e brinquedos para melhor atender os grupos de idosos, crianças e adolescentes do SCFV. | R$ 540,00 |
| R$ 15.800,00 | Uniformes para usuários e equipe de trabalho. | R$ 2.000,00 |
| R$ 13.800,00 | Camisetas para desenvolvimento de campanhas. | R$ 1.000,00 |
| R$ 12.800,00 | Contratação de serviços de terceiro para atender as atividades com os idosos, crianças e adolescentes. | R$ 3.000,00 |
| R$ 9.800,00 | Material de expediente para desenvolvimento e manutenção dos serviços e projetos. | R$ 500,00 |
| R$ 9.300,00 | Aquisição de utensílios de copa e cozinha. | R$ 500,00 |
| R$ 8.800,00 | Combustível. | R$ 200,00 |
| R$ 8.600,00 | Moveis equipamentos eletrônicos. | R$ 2.000,00 |
| R$ 6.600,00 | Pacotes turísticos para os grupos do SCFV, com objetivo de possibilitar acesso a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer. | R$ 6.000,00 |
| R$ 600,00 | Ações de Marketing, divulgação e propaganda. Ex: faixas, banners, folhetos e cartazes. | R$ 600,00 |
| 0,00 | | 0,00 |

| **BLOCO DOS PROGRAMAS** | | |
|---|---|---|
| BPC NA ESCOLA | | |
| CONTA: 36.048-1 | SALDO A REPROGRAMAR: R$167,82 | |
| SALDO | DETALHAMENTO DA AÇÃO | VALOR A SER INVESTIDO (R$) |
| R$ 167,82 | Materiais de expediente para aplicação dos questionários. | R$ 100,00 |
| R$ 67,82 | Combustível usando nas visitas para aplicação dos questionários. | R$ 67,82 |
| 0,00 | | 0,00 |

| **BLOCO DA GESTÃO** | | |
|---|---|---|
| IGD-BOLSA FAMÍLIA | | |
| CONTA: 36.050-3 | SALDO A REPROGRAMAR: R$25.587,35 | |
| SALDO | DETALHAMENTO DA AÇÃO | VALOR A SER INVESTIDO (R$) |
| R$25.587,35 | 3% para manutenção do CMAS | R$ 767,63 |
| R$24.819,72 | Diárias, passagens e adiantamento de viajem de funcionarias do CRAS visando o aperfeiçoamento e especialização para melhor atender os usuários. | R$ 5.000,00 |
| R$ 19.819,72 | Materiais permanentes. | R$ 3.722,95 |
| R$ 16.096,77 | Materiais de consumo. | R$ 2.500,00 |
| R$ 13.596,77 | Uniformes para equipe de trabalho. | R$ 1.300,00 |
| R$ 12.296,77 | Manutenção, reparos e peças de ares condicionados. | R$ 800,00 |
| R$ 11.496,77 | Manutenção, reparos e peças de veículos usados nas busca ativa de famílias. | R$ 1.100,00 |
| R$ 10.396,77 | Material de construção para reforma e ampliação do espaço físico de atendimento do Bolsa Família. | R$ 1.000,00 |
| R$ 9.396,77 | Locação de tendas para realização de reuniões com as Famílias beneficiarias do Bolsa Família. | R$ 1.300,00 |
| R$ 8.096,77 | Materiais para execução de oficinas com as famílias. | R$ 900,00 |
| R$ 7.196,77 | Lanche para as reuniões com as famílias. | R$ 496,77 |
| R$ 6.700,00 | Gêneros alimentícios e materiais de limpeza para manutenção do espaço de atendimento. | R$ 1.500,00 |
| R$ 5.200,00 | Material de expediente. | R$ 1.200,00 |
| R$ 4.000,00 | Combustível para visitas para atualização e averiguação cadastral. | R$ 2.000,00 |
| R$ 2.000,00 | Ações de Marketing, divulgação e propaganda. | R$ 800,00 |
| R$ 1.200,00 | Materiais gráficos para execução dos serviços no âmbito do SUAS. | R$ 1.200,00 |
| 0,00 | | 0,00 |

| **IGD-SUAS** | | |
|---|---|---|
| CONTA: 36.052-X | SALDO A REPROGRAMAR: R$16.841,29 | |
| SALDO | DETALHAMENTO DA AÇÃO | VALOR A SER INVESTIDO (R$) |
| R$ 16.841,29 | | R$ 505,23 |
| R$ 16.336,06 | Viagens, Diárias, passagens e adiantamento de viajem dos trabalhadores do SUAS, gestora e conselheiros de assistência social para participação nos eventos do SUAS e apoio técnico. | R$ 8.500,00 |
| R$ 7.836,06 | Equipamentos eletrônicos destinados a gestão do SUAS, controle social ou á execução dos serviços socioassistencial. | R$ 3.134.42 |
| R$ 4.701,64 | Materiais de consumo e expediente. | R$ 2.301,64 |
| R$ 2.400,00 | Combustíveis e lubrificantes para veículos utilizados na oferta de serviços socioassistenciais. | R$ 1.600,00 |
| R$ 800,00 | Ações de Marketing, divulgação e propaganda para campanhas, ações de divulgação sobre os direitos socioassistenciais, sobre os serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS, BPC. | R$ 800,00 |
| 00,00 | | 0,00 |

**ANDREZA TANHOLI**

Secretária Municipal de Assistência Social

## DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
## ATA 01/2021

ATA 01/2021

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2021, reuniram-se os conselheiros do conselho municipal de Assistência Social – CMAS, no centro de referencia de assistência social - CRAS para reunião ordinária. A senhora Larissa Cristina da Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos e apresentou a nova secretaria executiva, senhora Pâmela Michelle Langer de Moraes Korte, na qual foi nomeada, no dia 06 de Janeiro de 2021 por meio da Resolução n° 01 de 2021, publicada no diário oficial n° 3.648, foi apresentado também os membros participantes do conselho, que foram nomeados por meio da portaria 64 de 2021, publicada no diário oficial n° 3.654. São membros do conselho: Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social-CMAS, Titular: Valeria Almeida Ubeda Costa, Suplente: Suelen Andreia Doleyas Paulatti, Representante da secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Titular: Adriano Bortolin, Suplente: Jhonny Sur, Representante da Secretaria Municipal de Saúde, Titular: Cely Aranha Borges Suplente: Eliane Missasse, Representante da Sociedade civil: Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Titular: Silvio Pereira de Souza, Suplente: Ademir Missasse, Representante

dos trabalhadores da Área de Assistência Social, Titular: Eva Neide Ferreira, Suplente: Rosangela Soares Nascimento, Representante dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social, Titular: Olinda Angélica Caetano da Silva, Suplente: Lucinéia Arruda. Em seguida foi apresentada a senhora Andreza Tanholi, nova Secretaria Municipal de Assistente Social. A palavra foi passada à senhora Suelen Andreia Doleys Paulatti, Coordenadora do CRAS para a apresentação do plano de aplicação dos recursos reprogramados, na qual explicou que a reprogramação é apenas uma previsão, podendo haver mudanças a depender da situação fática. Houve a justificativa de que o recurso no valor total de R$ 230.775,72 encontra-se disponível em conta tendo em vista a dificuldade em sua utilização em 2020, haja vista problemas com a morosidade dos processos licitatórios e redução do atendimento e interrupção dos grupos presenciais devido à pandemia do novo Covid -19. Foi explicado que o recurso de ações de saúde para enfrentamento do Corona Vírus – COVID-19 disponível na conta 39924-8 para compra de EPI suas Portaria 369 no valor de R$ 3.151,51 e o disponível na conta 36.055-4 FMAS-PAIF-SCFV no valor de R$ 83.488,39 não foi reprogramado tendo em vista a necessidade de aguardar o Ato normativo do Ministério da Cidadania para que haja sua devida reprogramação. Foram apresentados o extrato das contas bancárias, bem como a Planilha detalhada de reprogramação no qual constou os seguintes recursos: Fundo Partilhado de Investimentos Sociais – FUPIS, conta 23.128-2 com saldo de R$ 4.243,62, Co-Financiamento Estadual, conta 34.991-7 com saldo R$ 61.829,46, Bloco de Proteção Social Básica PAIF/SCFV conta: 36055-4, com saldo de R$ 31.485,41, Bloco dos Programas BPC na escola Conta: 36048-1 com saldo R$ 167,82, Bloco da Gestão IGD/ Bolsa família conta: 36050-3 com saldo R$ 25.587,35, IGD-SUAS conta:36052-x com saldo R$ 16.841,29. O detalhamento de cada recurso encontra-se em anexo na ATA do CMAS bem como no diário Oficial do Município. Após a apresentação da proposta de reprogramação de saldos existentes nas contas do fundo municipal de Assistência Social e por entender que os serviços foram assegurados a população durante o ano de 2020 sem descontinuidade, os conselheiros aprovaram a reprogramação e em seguida foi elaborada a resolução 02/2020. Não havendo mais assuntos a serem tratados eu, Pâmela Michelle Langer de Moraes Korte encerro a presente Ata na qual segue assinada pelos presentes.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 60.869.200,00 | 70.163.985,30 | 17.467.455,43 | 24,90 | 79.368.709,83 | 113,12 | -9.204.724,53 |
| RECEITAS CORRENTES | 59.469.200,00 | 62.878.488,03 | 15.741.791,11 | 25,04 | 73.687.430,31 | 117,19 | -10.808.942,28 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 8.673.000,00 | 9.858.612,52 | 3.402.735,28 | 34,52 | 11.520.890,39 | 116,86 | -1.662.277,87 |
| Impostos | 7.814.900,00 | 9.000.512,52 | 3.219.641,20 | 35,77 | 10.625.111,91 | 118,05 | -1.624.599,39 |
| Taxas | 533.600,00 | 533.600,00 | 121.712,86 | 22,81 | 715.929,19 | 134,17 | -182.329,19 |
| Contribuição de Melhoria | 324.500,00 | 324.500,00 | 61.381,22 | 18,92 | 179.849,29 | 55,42 | 144.650,71 |
| CONTRIBUIÇÕES | 1.945.000,00 | 1.945.000,00 | 615.993,21 | 31,67 | 1.857.736,58 | 95,51 | 87.263,42 |
| Contribuições Sociais | 1.849.000,00 | 1.849.000,00 | 615.993,21 | 33,31 | 1.839.202,24 | 99,47 | 9.797,76 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 96.000,00 | 96.000,00 | 0,00 | | 18.534,34 | 19,31 | 77.465,66 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 109.000,00 | 109.000,00 | 2.616,88 | 2,40 | 25.589,55 | 23,48 | 83.410,45 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Valores Mobiliários | 109.000,00 | 109.000,00 | 2.616,88 | 2,40 | 25.589,55 | 23,48 | 83.410,45 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 908.000,00 | 908.000,00 | 153.848,21 | 16,94 | 914.875,31 | 100,76 | -6.875,31 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 908.000,00 | 908.000,00 | 153.848,21 | 16,94 | 914.875,31 | 100,76 | -6.875,31 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 47.302.000,00 | 49.525.675,51 | 11.520.822,82 | 23,26 | 59.034.241,29 | 119,20 | -9.508.565,78 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 15.654.000,00 | 16.923.919,23 | 4.323.560,08 | 25,55 | 22.517.761,63 | 133,05 | -5.593.842,40 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 21.648.000,00 | 22.119.253,00 | 4.961.978,33 | 22,43 | 25.542.598,40 | 115,48 | -3.423.345,40 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 10.000.000,00 | 10.482.503,28 | 2.235.284,41 | 21,32 | 10.973.881,26 | 104,69 | -491.377,98 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 532.200,00 | 532.200,00 | 45.774,71 | 8,60 | 334.097,19 | 62,78 | 198.102,81 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 48.000,00 | 48.000,00 | 16.000,00 | 33,33 | 81.986,00 | 170,80 | -33.986,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 350.200,00 | 350.200,00 | 4.358,49 | 1,24 | 78.899,01 | 22,53 | 271.300,99 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 134.000,00 | 134.000,00 | 25.416,22 | 18,97 | 173.212,18 | 129,26 | -39.212,18 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.400.000,00 | 7.285.497,27 | 1.725.664,32 | 23,69 | 5.681.279,52 | 77,98 | 1.604.217,75 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 5.385.497,27 | 1.413.039,32 | 26,24 | 4.551.519,48 | 84,51 | 833.977,79 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 5.385.497,27 | 1.413.039,32 | 26,24 | 4.551.519,48 | 84,51 | 833.977,79 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 112.300,00 | | 194.601,38 | | -194.601,38 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 112.300,00 | | 194.601,38 | | -194.601,38 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.400.000,00 | 1.900.000,00 | 200.325,00 | 10,54 | 935.158,66 | 49,22 | 964.841,34 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 1.200.000,00 | 1.700.000,00 | 200.325,00 | 11,78 | 935.158,66 | 55,01 | 764.841,34 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 200.000,00 | 200.000,00 | 0,00 | | 0,00 | | 200.000,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 3.385.000,00 | 3.385.000,00 | 1.010.783,19 | 29,86 | 3.420.608,47 | 101,05 | -35.608,47 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 64.254.200,00 | 73.548.985,30 | 18.478.238,62 | 25,12 | 82.789.318,30 | 112,56 | -9.240.333,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 64.254.200,00 | 73.548.985,30 | 18.478.238,62 | 25,12 | 82.789.318,30 | 112,56 | -9.240.333,00 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 64.254.200,00 | 73.548.985,30 | 18.478.238,62 | 25,12 | 82.789.318,30 | 112,56 | -9.240.333,00 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 19.260.661,74 | 21.828.039,37 | | | 2.567.377,63 | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 19.260.661,74 | 19.260.661,74 | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | 2.567.377,63 | | | 2.567.377,63 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| Despesas Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 59.337.780,00 | 73.957.109,01 | 11.031.292,60 | 70.121.929,05 | 3.835.179,96 | 17.167.849,36 | 69.847.136,89 | 4.109.972,12 | 69.720.302,40 | 274.792,16 |
| DESPESAS CORRENTES | 52.473.300,00 | 62.928.793,38 | 10.993.724,29 | 60.226.646,26 | 2.702.147,12 | 14.579.130,10 | 60.070.921,32 | 2.857.872,06 | 59.951.572,83 | 155.724,94 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 28.812.100,00 | 31.367.440,71 | 6.513.726,67 | 30.539.689,32 | 827.751,39 | 7.264.143,21 | 30.539.689,32 | 827.751,39 | 30.539.689,32 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 1.000,00 | 72.685,52 | 24.611,05 | 41.243,50 | 31.442,02 | 29.554,47 | 41.243,50 | 31.442,02 | 41.243,50 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 23.660.200,00 | 31.488.667,15 | 4.455.386,57 | 29.645.713,44 | 1.842.953,71 | 7.285.432,42 | 29.489.988,50 | 1.998.678,65 | 29.370.640,01 | 155.724,94 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 6.764.480,00 | 11.028.315,63 | 37.568,31 | 9.895.282,79 | 1.133.032,84 | 2.588.719,26 | 9.776.215,57 | 1.252.100,06 | 9.768.729,57 | 119.067,22 |
| INVESTIMENTOS | 6.364.480,00 | 10.642.515,63 | 37.568,31 | 9.509.532,79 | 1.132.982,84 | 2.588.719,26 | 9.390.465,57 | 1.252.050,06 | 9.382.979,57 | 119.067,22 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 400.000,00 | 385.800,00 | 0,00 | 385.750,00 | 50,00 | 0,00 | 385.750,00 | 50,00 | 385.750,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 100.000,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 2.637.600,00 | 3.380.293,05 | 760.527,07 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 761.806,56 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 3.290.903,12 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 61.975.380,00 | 77.337.402,06 | 11.791.819,67 | 73.412.832,17 | 3.924.569,89 | 17.929.655,92 | 73.138.040,01 | 4.199.362,05 | 73.011.205,52 | 274.792,16 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 61.975.380,00 | 77.337.402,06 | 11.791.819,67 | 73.412.832,17 | 3.924.569,89 | 17.929.655,92 | 73.138.040,01 | 4.199.362,05 | 73.011.205,52 | 274.792,16 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | 9.376.486,13 | | | 9.651.278,29 | | 9.778.112,78 | |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 61.975.380,00 | 77.337.402,06 | 11.791.819,67 | 82.789.318,30 | | 17.929.655,92 | 82.789.318,30 | | 82.789.318,30 | 274.792,16 |
| RESERVA DO RPPS | 2.278.820,00 | 2.278.820,00 | | | 2.278.820,00 | | | 2.278.820,00 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 3.385.000,00 | 3.385.000,00 | 1.010.783,19 | 29,86 | 3.420.608,47 | 101,05 | -35.608,47 |
| RECEITAS CORRENTES | 3.385.000,00 | 3.385.000,00 | 1.010.783,19 | 29,86 | 3.420.608,47 | 101,05 | -35.608,47 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 3.385.000,00 | 3.385.000,00 | 1.010.783,19 | 29,86 | 3.420.608,47 | 101,05 | -35.608,47 |
| Contribuições Sociais | 3.385.000,00 | 3.385.000,00 | 1.010.783,19 | 29,86 | 3.420.608,47 | 101,05 | -35.608,47 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| **Despesas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 2.637.600,00 | 3.380.293,05 | 760.527,07 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 761.806,56 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 3.290.903,12 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 2.637.600,00 | 3.380.293,05 | 760.527,07 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 761.806,56 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 3.290.903,12 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.637.600,00 | 3.380.293,05 | 760.527,07 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 761.806,56 | 3.290.903,12 | 89.389,93 | 3.290.903,12 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 01614521000100** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 59.337.780,00 | 73.957.109,01 | 11.031.292,60 | 70.121.929,05 | 95,52 | 3.835.179,96 | 17.167.849,36 | 69.847.136,89 | 95,50 | 4.109.972,12 | 274.792,16 |
| Legislativa | 2.800.000,00 | 2.983.000,00 | 381.823,82 | 2.951.344,85 | 4,02 | 31.655,15 | 847.677,51 | 2.951.344,85 | 4,04 | 31.655,15 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 2.800.000,00 | 2.983.000,00 | 381.823,82 | 2.951.344,85 | 4,02 | 31.655,15 | 847.677,51 | 2.951.344,85 | 4,04 | 31.655,15 | 0,00 |
| Controle Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 5.805.400,00 | 6.639.227,47 | 920.551,71 | 6.333.690,00 | 8,63 | 305.537,47 | 1.255.983,97 | 6.313.485,09 | 8,63 | 325.742,38 | 20.204,91 |
| Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Administração Geral | 3.572.600,00 | 3.882.473,20 | 656.113,82 | 3.619.553,02 | 4,93 | 262.920,18 | 756.986,26 | 3.603.473,51 | 4,93 | 278.999,69 | 16.079,51 |
| Administração Financeira | 2.096.000,00 | 2.614.953,27 | 237.618,84 | 2.578.864,31 | 3,51 | 36.088,96 | 472.178,66 | 2.574.738,91 | 3,52 | 40.214,36 | 4.125,40 |
| Controle Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normatização e Fiscalização | 136.800,00 | 141.801,00 | 26.819,05 | 135.272,67 | 0,18 | 6.528,33 | 26.819,05 | 135.272,67 | 0,18 | 6.528,33 | 0,00 |
| Tecnologia da Informação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ordenamento Territorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Concessões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicação Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Naval | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Terrestre | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 10.000,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 |
| Policiamento | 10.000,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 |
| Defesa Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Informação e Inteligência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cooperação Internacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 2.582.420,00 | 4.116.845,52 | 960.320,03 | 3.948.040,98 | 5,38 | 168.804,54 | 1.503.393,71 | 3.946.972,98 | 5,40 | 169.872,54 | 1.068,00 |
| Assistência ao Idoso | 39.000,00 | 5.318,20 | 0,00 | 5.223,20 | 0,01 | 95,00 | 0,00 | 5.223,20 | 0,01 | 95,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 176.200,00 | 169.141,00 | 27.251,48 | 161.201,03 | 0,22 | 7.939,97 | 36.304,89 | 161.201,03 | 0,22 | 7.939,97 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 2.367.220,00 | 3.942.386,32 | 933.068,55 | 3.781.616,75 | 5,15 | 160.769,57 | 1.467.088,82 | 3.780.548,75 | 5,17 | 161.837,57 | 1.068,00 |
| FU08 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU08 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Social | 2.968.780,00 | 2.968.780,00 | -127.093,07 | 2.497.242,04 | 3,40 | 471.537,96 | 581.212,50 | 2.463.308,07 | 3,37 | 505.471,93 | 33.933,97 |
| Previdência Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 2.968.780,00 | 2.968.780,00 | -127.093,07 | 2.497.242,04 | 3,40 | 471.537,96 | 581.212,50 | 2.463.308,07 | 3,37 | 505.471,93 | 33.933,97 |
| Previdência Complementar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 11.646.100,00 | 16.675.172,85 | 2.845.098,49 | 15.888.031,04 | 21,64 | 787.141,81 | 3.603.449,05 | 15.859.792,11 | 21,68 | 815.380,74 | 28.238,93 |
| Atenção Básica | 4.087.000,00 | 5.256.984,44 | 1.233.936,25 | 5.048.904,14 | 6,88 | 208.080,30 | 1.443.264,41 | 5.048.525,37 | 6,90 | 208.459,07 | 378,77 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 1.595.000,00 | 1.387.803,13 | 119.706,26 | 1.260.525,84 | 1,72 | 127.277,29 | 189.159,39 | 1.260.525,84 | 1,72 | 127.277,29 | 0,00 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 705.000,00 | 481.370,38 | 36.443,75 | 324.849,03 | 0,44 | 156.521,35 | 36.443,75 | 324.849,03 | 0,44 | 156.521,35 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 89.000,00 | 131.438,55 | 31.405,79 | 122.286,19 | 0,17 | 9.152,36 | 31.405,79 | 122.286,19 | 0,17 | 9.152,36 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 42.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU10 - Administração Geral | 5.128.100,00 | 9.415.576,35 | 1.423.606,44 | 9.131.465,84 | 12,44 | 284.110,51 | 1.903.175,71 | 9.103.605,68 | 12,45 | 311.970,67 | 27.860,16 |
| FU10 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fomento ao Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 19.905.200,00 | 18.520.385,91 | 2.944.441,67 | 17.948.235,22 | 24,45 | 572.150,69 | 3.774.701,42 | 17.815.621,78 | 24,36 | 704.764,13 | 132.613,44 |
| Ensino Fundamental | 15.550.600,00 | 14.894.424,32 | 2.385.325,84 | 14.490.069,72 | 19,74 | 404.354,60 | 3.012.597,96 | 14.358.128,28 | 19,63 | 536.296,04 | 131.941,44 |
| Ensino Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Superior | 180.000,00 | 85.000,00 | -17.000,00 | 68.000,00 | 0,09 | 17.000,00 | 17.000,00 | 68.000,00 | 0,09 | 17.000,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 3.616.200,00 | 3.289.270,45 | 718.276,31 | 3.228.882,10 | 4,40 | 60.388,35 | 737.554,11 | 3.228.210,10 | 4,41 | 61.060,35 | 672,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 13.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Especial | 5.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Demais Subfunções | 540.100,00 | 251.691,14 | -142.160,48 | 161.283,40 | 0,22 | 90.407,74 | 7.549,35 | 161.283,40 | 0,22 | 90.407,74 | 0,00 |
| Cultura | 189.000,00 | 127.000,00 | 39.000,00 | 39.000,00 | 0,05 | 88.000,00 | 39.000,00 | 39.000,00 | 0,05 | 88.000,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 189.000,00 | 127.000,00 | 39.000,00 | 39.000,00 | 0,05 | 88.000,00 | 39.000,00 | 39.000,00 | 0,05 | 88.000,00 | 0,00 |
| FU13 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 6.110.900,00 | 12.438.598,73 | 1.908.200,84 | 11.401.970,55 | 15,53 | 1.036.628,18 | 3.646.435,29 | 11.356.616,64 | 15,53 | 1.081.982,09 | 45.353,91 |
| Infra-Estrutura Urbana | 4.891.400,00 | 11.839.267,73 | 1.876.753,37 | 10.883.207,56 | 14,82 | 956.060,17 | 3.560.304,34 | 10.840.053,65 | 14,82 | 999.214,08 | 43.153,91 |
| Serviços Urbanos | 1.219.500,00 | 599.331,00 | 31.447,47 | 518.762,99 | 0,71 | 80.568,01 | 86.130,95 | 516.562,99 | 0,71 | 82.768,01 | 2.200,00 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU16 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento | 865.000,00 | 1.774.591,12 | 288.476,80 | 1.751.557,81 | 2,39 | 23.033,31 | 485.622,34 | 1.748.119,81 | 2,39 | 26.471,31 | 3.438,00 |
| Saneamento Básico Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 865.000,00 | 1.774.591,12 | 288.476,80 | 1.751.557,81 | 2,39 | 23.033,31 | 485.622,34 | 1.748.119,81 | 2,39 | 26.471,31 | 3.438,00 |
| FU17 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU17 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 445.500,00 | 408.124,07 | 39.686,72 | 325.139,70 | 0,44 | 82.984,37 | 64.915,89 | 324.803,70 | 0,44 | 83.320,37 | 336,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 442.500,00 | 408.124,07 | 39.686,72 | 325.139,70 | 0,44 | 82.984,37 | 64.915,89 | 324.803,70 | 0,44 | 83.320,37 | 336,00 |
| Controle Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Meteorologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 609.100,00 | 759.788,74 | 179.360,41 | 703.847,89 | 0,96 | 55.940,85 | 216.834,22 | 703.457,89 | 0,96 | 56.330,85 | 390,00 |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Extensão Rural | 599.100,00 | 658.888,15 | 108.339,17 | 604.737,00 | 0,82 | 54.151,15 | 143.046,81 | 604.347,00 | 0,83 | 54.541,15 | 390,00 |
| Irrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Demais Subfunções | 10.000,00 | 100.900,59 | 71.021,24 | 99.110,89 | 0,14 | 1.789,70 | 73.787,41 | 99.110,89 | 0,14 | 1.789,70 | 0,00 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Colonização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 389.200,00 | 512.975,00 | 126.158,57 | 482.859,96 | 0,66 | 30.115,04 | 153.093,09 | 482.523,96 | 0,66 | 30.451,04 | 336,00 |
| Promoção Industrial | 389.200,00 | 512.975,00 | 126.158,57 | 482.859,96 | 0,66 | 30.115,04 | 153.093,09 | 482.523,96 | 0,66 | 30.451,04 | 336,00 |
| Produção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mineração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normalização e Qualidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 66.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | 66.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comercialização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Telecomunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Energia | 104.000,00 | 115.789,37 | 8.886,60 | 115.784,07 | 0,16 | 5,30 | 32.231,29 | 115.784,07 | 0,16 | 5,30 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia Elétrica | 104.000,00 | 115.789,37 | 8.886,60 | 115.784,07 | 0,16 | 5,30 | 32.231,29 | 115.784,07 | 0,16 | 5,30 | 0,00 |
| Combustíveis Minerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Biocombustíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 2.860.900,00 | 3.930.594,60 | 139.180,57 | 3.776.557,83 | 5,14 | 154.036,77 | 506.857,92 | 3.776.557,83 | 5,16 | 154.036,77 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 2.860.900,00 | 3.930.594,60 | 139.180,57 | 3.776.557,83 | 5,14 | 154.036,77 | 506.857,92 | 3.776.557,83 | 5,16 | 154.036,77 | 0,00 |
| Transporte Ferroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Hidroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 489.280,00 | 879.496,00 | 234.521,10 | 852.750,49 | 1,16 | 26.745,51 | 254.244,22 | 843.871,49 | 1,15 | 35.624,51 | 8.879,00 |
| Desporto de Rendimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 489.280,00 | 879.496,00 | 234.521,10 | 852.750,49 | 1,16 | 26.745,51 | 254.244,22 | 843.871,49 | 1,15 | 35.624,51 | 8.879,00 |
| Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 991.000,00 | 1.106.738,63 | 142.678,34 | 1.105.876,62 | 1,51 | 862,01 | 202.196,94 | 1.105.876,62 | 1,51 | 862,01 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 401.000,00 | 418.485,52 | 17.736,42 | 418.434,82 | 0,57 | 50,70 | 22.679,84 | 418.434,82 | 0,57 | 50,70 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos Especiais | 590.000,00 | 688.253,11 | 124.941,92 | 687.441,80 | 0,94 | 811,31 | 179.517,10 | 687.441,80 | 0,94 | 811,31 | 0,00 |
| Transferências para a Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU28 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 100.000,00 | 0,00 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 2.637.600,00 | 3.380.293,05 | 760.527,07 | 3.290.903,12 | 4,48 | 89.389,93 | 761.806,56 | 3.290.903,12 | 4,50 | 89.389,93 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 61.975.380,00 | 77.337.402,06 | 11.791.819,67 | 73.412.832,17 | 100,00 | 3.924.569,89 | 17.929.655,92 | 73.138.040,01 | 100,00 | 4.199.362,05 | 274.792,16 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/Total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/Total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 2.637.600,00 | 3.380.293,05 | 760.527,07 | 3.290.903,12 | 4,48 | 89.389,93 | 761.806,56 | 3.290.903,12 | 4,50 | 89.389,93 | 0,00 |
| Legislativa | 100.000,00 | 97.000,00 | 20.446,12 | 96.087,98 | 0,13 | 912,02 | 20.446,12 | 96.087,98 | 0,13 | 912,02 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 100.000,00 | 97.000,00 | 20.446,12 | 96.087,98 | 0,13 | 912,02 | 20.446,12 | 96.087,98 | 0,13 | 912,02 | 0,00 |
| Controle Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU03 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 261.000,00 | 244.731,00 | 47.851,60 | 216.684,86 | 0,30 | 28.046,14 | 47.851,60 | 216.684,86 | 0,30 | 28.046,14 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Administração Geral | 96.000,00 | 123.851,00 | 23.324,00 | 101.397,35 | 0,14 | 22.453,65 | 23.324,00 | 101.397,35 | 0,14 | 22.453,65 | 0,00 |
| Administração Financeira | 140.000,00 | 87.380,00 | 19.141,75 | 86.554,05 | 0,12 | 825,95 | 19.141,75 | 86.554,05 | 0,12 | 825,95 | 0,00 |
| Controle Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normatização e Fiscalização | 25.000,00 | 33.500,00 | 5.385,85 | 28.733,46 | 0,04 | 4.766,54 | 5.385,85 | 28.733,46 | 0,04 | 4.766,54 | 0,00 |
| Tecnologia da Informação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ordenamento Territorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Concessões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicação Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Naval | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Terrestre | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Informação e Inteligência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cooperação Internacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 170.000,00 | 220.361,32 | 50.635,93 | 219.892,77 | 0,30 | 468,55 | 50.635,93 | 219.892,77 | 0,30 | 468,55 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 500,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 169.500,00 | 220.360,32 | 50.635,93 | 219.892,77 | 0,30 | 467,55 | 50.635,93 | 219.892,77 | 0,30 | 467,55 | 0,00 |
| FU08 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU08 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Social | 6.600,00 | 6.600,00 | -583,57 | 3.416,43 | 0,00 | 3.183,57 | 695,92 | 3.416,43 | 0,00 | 3.183,57 | 0,00 |
| Previdência Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 6.600,00 | 6.600,00 | -583,57 | 3.416,43 | 0,00 | 3.183,57 | 695,92 | 3.416,43 | 0,00 | 3.183,57 | 0,00 |
| Previdência Complementar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 647.500,00 | 715.568,53 | 173.821,24 | 697.235,41 | 0,95 | 18.333,12 | 173.821,24 | 697.235,41 | 0,95 | 18.333,12 | 0,00 |
| Atenção Básica | 157.000,00 | 109.000,00 | 10.918,94 | 99.973,86 | 0,14 | 9.026,14 | 10.918,94 | 99.973,86 | 0,14 | 9.026,14 | 0,00 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 7.500,00 | 14.400,00 | 2.965,12 | 12.403,14 | 0,02 | 1.996,86 | 2.965,12 | 12.403,14 | 0,02 | 1.996,86 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU10 - Administração Geral | 480.000,00 | 592.168,53 | 159.937,18 | 584.858,41 | 0,80 | 7.310,12 | 159.937,18 | 584.858,41 | 0,80 | 7.310,12 | 0,00 |
| FU10 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/▮ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/▮ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fomento ao Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 1.218.200,00 | 1.791.709,81 | 405.038,48 | 1.779.274,25 | 2,42 | 12.435,56 | 405.038,48 | 1.779.274,25 | 2,43 | 12.435,56 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 980.000,00 | 1.368.055,40 | 312.310,40 | 1.356.014,14 | 1,85 | 12.041,26 | 312.310,40 | 1.356.014,14 | 1,85 | 12.041,26 | 0,00 |
| Ensino Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Superior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 236.300,00 | 423.654,41 | 92.728,08 | 423.260,11 | 0,58 | 394,30 | 92.728,08 | 423.260,11 | 0,58 | 394,30 | 0,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 900,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Especial | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 166.000,00 | 211.000,00 | 46.606,10 | 203.016,55 | 0,28 | 7.983,45 | 46.606,10 | 203.016,55 | 0,28 | 7.983,45 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 166.000,00 | 211.000,00 | 46.606,10 | 203.016,55 | 0,28 | 7.983,45 | 46.606,10 | 203.016,55 | 0,28 | 7.983,45 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento | 12.000,00 | 14.700,00 | 1.113,04 | 7.832,31 | 0,01 | 6.867,69 | 1.113,04 | 7.832,31 | 0,01 | 6.867,69 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 12.000,00 | 14.700,00 | 1.113,04 | 7.832,31 | 0,01 | 6.867,69 | 1.113,04 | 7.832,31 | 0,01 | 6.867,69 | 0,00 |
| FU17 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU17 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 12.000,00 | 15.000,00 | 3.124,12 | 13.757,19 | 0,02 | 1.242,81 | 3.124,12 | 13.757,19 | 0,02 | 1.242,81 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 12.000,00 | 15.000,00 | 3.124,12 | 13.757,19 | 0,02 | 1.242,81 | 3.124,12 | 13.757,19 | 0,02 | 1.242,81 | 0,00 |
| Controle Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Meteorologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 34.000,00 | 42.500,00 | 8.912,65 | 39.798,29 | 0,05 | 2.701,71 | 8.912,65 | 39.798,29 | 0,05 | 2.701,71 | 0,00 |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Extensão Rural | 34.000,00 | 42.500,00 | 8.912,65 | 39.798,29 | 0,05 | 2.701,71 | 8.912,65 | 39.798,29 | 0,05 | 2.701,71 | 0,00 |
| Irrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Colonização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 8.500,00 | 10.450,00 | 1.932,30 | 8.884,20 | 0,01 | 1.565,80 | 1.932,30 | 8.884,20 | 0,01 | 1.565,80 | 0,00 |
| Promoção Industrial | 8.500,00 | 10.450,00 | 1.932,30 | 8.884,20 | 0,01 | 1.565,80 | 1.932,30 | 8.884,20 | 0,01 | 1.565,80 | 0,00 |
| Produção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mineração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normalização e Qualidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comercialização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Telecomunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia Elétrica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Combustíveis Minerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Biocombustíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Ferroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Hidroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 1.800,00 | 10.672,39 | 1.629,06 | 5.022,88 | 0,01 | 5.649,51 | 1.629,06 | 5.022,88 | 0,01 | 5.649,51 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desporto Comunitário | 1.800,00 | 10.672,39 | 1.629,06 | 5.022,88 | 0,01 | 5.649,51 | 1.629,06 | 5.022,88 | 0,01 | 5.649,51 | 0,00 |
| Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências para a Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU28 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 01614521000100** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Especificação | Evolução da Receita Corrente Líquida | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | | |
| **Especificação** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 4.780.486,89 | 4.946.515,14 | 6.870.303,89 | 5.739.386,12 | 4.649.924,80 | 5.687.000,51 | 7.049.483,79 | 7.590.192,98 | 8.035.469,94 | 8.973.355,12 | 7.621.058,44 | 9.678.374,93 | 81.621.552,55 | 69.613.488,03 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 326.237,48 | 310.612,12 | 920.675,18 | 580.964,49 | 693.337,76 | 473.040,05 | 681.864,30 | 1.569.151,87 | 1.004.145,87 | 1.558.125,99 | 2.186.501,55 | 1.216.233,73 | 11.520.890,39 | 9.858.612,52 |
| IPTU | 9.600,24 | 10.740,26 | 41.027,78 | 22.346,76 | 16.491,36 | 18.078,90 | 54.102,67 | 37.511,62 | 58.321,11 | 158.574,86 | 114.187,83 | 89.445,51 | 630.428,90 | 616.500,00 |
| ISS | 134.380,40 | 157.802,41 | 284.433,92 | 207.795,52 | 290.733,11 | 185.743,93 | 298.507,80 | 315.058,96 | 307.066,90 | 475.464,16 | 286.696,28 | 354.407,44 | 3.298.030,83 | 3.759.900,00 |
| ITBI | 66.459,68 | 32.369,57 | 337.891,98 | 289.799,64 | 134.500,79 | 79.273,95 | 111.163,41 | 1.028.148,18 | 458.894,40 | 814.647,24 | 1.536.452,73 | 246.871,98 | 5.136.473,55 | 3.485.612,52 |
| IRRF | 38.569,31 | 9.972,10 | 184.445,74 | 10.066,05 | 195.430,88 | 145.549,58 | 127.167,89 | 111.833,04 | 116.610,85 | 28.953,76 | 209.687,87 | 381.891,56 | 1.560.178,63 | 1.138.500,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 77.227,85 | 99.727,78 | 72.875,76 | 50.956,52 | 56.181,62 | 44.393,69 | 90.922,53 | 76.600,07 | 63.252,61 | 80.545,97 | 39.476,84 | 143.617,24 | 895.778,48 | 858.100,00 |
| Contribuições | 43.918,91 | 140.922,63 | 120.273,32 | 124.214,87 | 119.085,16 | 120.681,05 | 123.396,21 | 122.980,25 | 171.062,10 | 155.206,87 | 156.616,97 | 459.376,24 | 1.857.736,58 | 1.945.000,00 |
| Receita Patrimonial | 4.621,88 | 3.355,92 | 3.443,91 | 2.030,02 | 2.447,35 | 2.216,94 | 1.933,62 | 959,35 | 689,12 | 1.274,56 | 1.343,74 | 1.273,14 | 25.589,55 | 109.000,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 4.621,88 | 3.355,92 | 3.443,91 | 2.030,02 | 2.447,35 | 2.216,94 | 1.933,62 | 959,35 | 689,12 | 1.274,56 | 1.343,74 | 1.273,14 | 25.589,55 | 109.000,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 55.800,36 | 57.042,78 | 111.103,02 | 65.611,62 | 67.977,86 | 74.351,41 | 81.880,91 | 81.698,43 | 77.189,17 | 88.371,54 | 80.094,93 | 73.753,28 | 914.875,31 | 908.000,00 |
| Transferências Correntes | 4.348.356,40 | 4.396.221,47 | 5.674.045,58 | 4.934.512,92 | 3.764.445,87 | 5.015.266,56 | 6.111.209,64 | 5.719.849,76 | 6.772.688,70 | 7.153.301,55 | 5.170.405,85 | 7.908.059,23 | 66.968.363,53 | 56.460.675,51 |
| Cota-Parte do FPM | 806.390,54 | 1.168.088,24 | 683.013,52 | 669.504,45 | 700.449,39 | 570.203,37 | 982.972,30 | 624.407,69 | 502.965,89 | 676.789,07 | 897.032,66 | 1.337.544,99 | 9.621.362,11 | 11.240.000,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 1.874.651,74 | 1.695.470,40 | 2.543.283,41 | 1.601.269,98 | 1.502.188,67 | 1.909.687,11 | 2.030.106,22 | 1.927.670,40 | 2.733.677,64 | 2.455.112,60 | 2.198.270,78 | 2.993.889,71 | 25.465.278,66 | 20.471.253,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 93.275,76 | 119.045,84 | 149.448,47 | 111.848,91 | 110.344,53 | 111.762,20 | 77.247,50 | 30.690,48 | 49.243,62 | 50.697,24 | 48.326,92 | 88.938,34 | 1.040.869,81 | 1.000.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | 205.065,30 | 19.289,01 | 73.421,96 | 616.834,99 | 21.175,80 | 11.521,98 | 40.595,16 | 17.183,55 | 591.816,15 | 2.120.212,95 | 337.189,45 | 284.390,39 | 4.338.896,69 | 3.444.030,00 |
| Transferências da LC nº 87/1996 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 4.351,27 | 16.074,33 | 12.454,49 | 9.826,04 | 8.036,03 | 8.051,02 | 9.108,22 | 10.408,96 | 12.054,48 | 16.149,43 | 12.867,91 | 18.694,00 | 138.076,18 | 130.000,00 |
| Transferências do FUNDEB | 856.023,80 | 898.617,27 | 1.047.199,48 | 711.068,66 | 700.185,79 | 803.739,10 | 829.806,63 | 798.729,23 | 1.032.240,34 | 1.060.986,55 | 976.164,72 | 1.259.119,69 | 10.973.881,26 | 10.482.503,28 |
| Outras Transferências Correntes | 506.597,99 | 479.636,38 | 1.165.224,25 | 1.214.159,89 | 722.065,66 | 1.600.301,78 | 2.141.373,61 | 2.316.759,45 | 1.850.690,58 | 773.353,71 | 700.553,41 | 1.925.482,11 | 15.390.198,82 | 9.617.889,23 |
| Outras Receitas Correntes | 1.551,86 | 38.360,22 | 40.762,88 | 32.052,20 | 2.630,80 | 1.444,50 | 49.199,11 | 95.553,32 | 9.694,98 | 17.072,61 | 26.095,40 | 19.679,31 | 334.097,19 | 532.200,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 640.195,45 | 741.301,17 | 810.106,66 | 724.106,39 | 585.916,70 | 641.315,85 | 669.936,73 | 642.970,51 | 928.068,44 | 1.215.771,11 | 852.780,80 | 1.320.854,67 | 9.773.324,48 | 8.794.000,00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | 43.918,91 | 140.922,63 | 120.273,32 | 124.214,87 | 119.085,16 | 120.681,05 | 123.396,21 | 122.980,25 | 152.527,76 | 155.206,87 | 156.616,97 | 459.376,24 | 1.839.202,24 | 1.849.000,00 |
| Compensações Financ. entre Regimes Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 596.276,54 | 600.378,54 | 689.833,34 | 599.891,52 | 466.831,54 | 520.634,80 | 546.540,52 | 519.990,26 | 775.540,68 | 1.060.562,24 | 696.163,83 | 861.478,43 | 7.934.122,24 | 6.935.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 4.140.291,44 | 4.205.213,97 | 6.060.197,23 | 5.015.279,73 | 4.064.008,10 | 5.045.684,66 | 6.379.547,06 | 6.947.222,47 | 7.107.401,50 | 7.757.584,01 | 6.768.277,64 | 8.357.520,26 | 71.848.228,07 | 61.019.488,03 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) | 4.140.291,44 | 4.205.213,97 | 6.060.197,23 | 5.015.279,73 | 4.064.008,10 | 5.045.684,66 | 6.379.547,06 | 6.947.222,47 | 7.107.401,50 | 7.757.584,01 | 6.768.277,64 | 8.357.520,26 | 71.848.228,07 | 61.019.488,03 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) | 4.140.291,44 | 4.205.213,97 | 6.060.197,23 | 5.015.279,73 | 4.064.008,10 | 5.045.684,66 | 6.379.547,06 | 6.947.222,47 | 7.107.401,50 | 7.757.584,01 | 6.768.277,64 | 8.357.520,26 | 71.848.228,07 | 61.019.488,03 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 01614521000100** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (**I**) | 1.869.200,00 | 1.869.200,00 | 1.896.278,82 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 1.849.000,00 | 1.849.000,00 | 1.839.202,24 | 0,00 |
| Civil | 1.849.000,00 | 1.849.000,00 | 1.839.202,24 | 0,00 |
| Ativo | 1.829.000,00 | 1.829.000,00 | 1.839.038,64 | 0,00 |
| Inativo | 10.000,00 | 10.000,00 | 163,60 | 0,00 |
| Pensionista | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 20.200,00 | 20.200,00 | 57.076,58 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (**II**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 10.200,00 | 10.200,00 | 57.076,58 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (**III**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (**IV**) = (**I** + **III** - **II**) | 1.869.200,00 | 1.869.200,00 | 1.896.278,82 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios - Civil | 2.523.000,00 | 2.513.000,00 | 2.228.000,93 | 1.715.000,00 | 2.228.000,93 | 887.974,98 | 0,00 | 827.025,02 |
| Aposentadorias | 1.300.000,00 | 1.850.000,00 | 1.759.608,64 | 1.200.000,00 | 1.759.608,64 | 725.947,78 | | 474.052,22 |
| Pensões | 550.000,00 | 550.000,00 | 444.174,08 | 500.000,00 | 444.174,08 | 159.487,86 | | 340.512,14 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 673.000,00 | 113.000,00 | 24.218,21 | 15.000,00 | 24.218,21 | 2.539,34 | | 12.460,66 |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 6.600,00 | 6.600,00 | 3.416,43 | 4.000,00 | 3.416,43 | 1.270,10 | 0,00 | 2.729,90 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 6.600,00 | 6.600,00 | 3.416,43 | 4.000,00 | 3.416,43 | 1.270,10 | | 2.729,90 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V) | 2.529.600,00 | 2.519.600,00 | 2.231.417,36 | 1.719.000,00 | 2.231.417,36 | 889.245,08 | 0,00 | 829.754,92 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) | -660.400,00 | -650.400,00 | -335.138,54 | -1.719.000,00 | -335.138,54 | -889.245,08 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário** | - |
| VALOR | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Reserva Orçamentária do RPPS** | - |
| VALOR | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS** | - |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 0,00 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
| | 2020 | 2019 |
| **Bens e Direitos do RPPS** | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 910.310,74 | 21.371,90 |
| Investimentos e Aplicações | 23.363.872,22 | 19.239.289,84 |
| Outros Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 01614521000100** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor** | - |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas da Administração - RPPS | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas da Administração - RPPS** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas da Administração - RPPS | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas da Administração - RPPS** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias | Receita Orçamentária | |
|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 |
| | | RECEITAS REALIZADAS (a) |
| **Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias** | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 62.878.488,03 | 73.687.430,31 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 9.858.612,52 | 11.520.890,39 |
| IPTU | 616.500,00 | 630.428,90 |
| ISS | 3.759.900,00 | 3.298.030,83 |
| ITBI | 3.485.612,52 | 5.136.473,55 |
| IRRF | 1.138.500,00 | 1.560.178,63 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 858.100,00 | 895.778,48 |
| Contribuições | 1.945.000,00 | 1.857.736,58 |
| Receita Patrimonial | 109.000,00 | 25.589,55 |
| Aplicações Financeiras (II) | 109.000,00 | 25.589,55 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 49.525.675,51 | 59.034.241,29 |
| Cota-Parte do FPM | 9.160.000,00 | 7.856.207,66 |
| Cota-Parte do ICMS | 16.471.253,00 | 20.372.223,15 |
| Cota-Parte do IPVA | 800.000,00 | 832.696,70 |
| Cota-Parte do ITR | 2.804.030,00 | 3.470.957,52 |
| Transferências da LC 87/1996 | 60.000,00 | 0,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 130.000,00 | 138.076,18 |
| Transferências do FUNDEB | 10.482.503,28 | 10.973.881,26 |
| Outras Transferências Correntes | 9.617.889,23 | 15.390.198,82 |
| Demais Receitas Correntes | 1.440.200,00 | 1.248.972,50 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Correntes Restantes | 1.440.200,00 | 1.248.972,50 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III) | 62.769.488,03 | 73.661.840,76 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 7.285.497,27 | 5.681.279,52 |
| Operações de Crédito (VI) | 5.385.497,27 | 4.551.519,48 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 194.601,38 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 0,00 | 194.601,38 |
| Transferências de Capital | 1.900.000,00 | 935.158,66 |
| Convênios | 1.100.000,00 | 734.833,66 |
| Outras Transferências de Capital | 800.000,00 | 200.325,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X) | 1.900.000,00 | 1.129.760,04 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI) | 64.669.488,03 | 74.791.600,80 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias | Despesa Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 | | | | | |
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| **Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 62.928.793,38 | 60.226.646,26 | 60.070.921,32 | 59.951.572,83 | 168.037,23 | 429.028,20 | 428.770,35 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 31.367.440,71 | 30.539.689,32 | 30.539.689,32 | 30.539.689,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 72.685,52 | 41.243,50 | 41.243,50 | 41.243,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 31.488.667,15 | 29.645.713,44 | 29.489.988,50 | 29.370.640,01 | 168.037,23 | 429.028,20 | 428.770,35 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 62.856.107,86 | 60.185.402,76 | 60.029.677,82 | 59.910.329,33 | 168.037,23 | 429.028,20 | 428.770,35 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 11.028.315,63 | 9.895.282,79 | 9.776.215,57 | 9.768.729,57 | 0,00 | 134.144,31 | 134.144,31 |
| Investimentos | 10.642.515,63 | 9.509.532,79 | 9.390.465,57 | 9.382.979,57 | 0,00 | 134.144,31 | 134.144,31 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XX) | 385.800,00 | 385.750,00 | 385.750,00 | 385.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 10.642.515,63 | 9.509.532,79 | 9.390.465,57 | 9.382.979,57 | 0,00 | 134.144,31 | 134.144,31 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 0,00 | | | | | | |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII) | 73.498.623,49 | 69.694.935,55 | 69.420.143,39 | 69.293.308,90 | 168.037,23 | 563.172,51 | 562.914,66 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Primário - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)) | 4.767.340,01 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Primário | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Primário** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Juros Nominais | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Juros Nominais** | - |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) | 25.589,55 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) | 4.792.929,56 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Nominal | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Nominal** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal | Saldo | |
|---|---|---|
| | Em 31/12/2019 (a) | Até o Bimestre 2020 (b) |
| **Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal** | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 1.157.250,00 | 4.745.987,77 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 3.763.711,42 | 10.040.152,70 |
| Disponibilidade de Caixa | 3.763.711,42 | 10.040.152,70 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 4.010.691,28 | 10.044.139,99 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 246.979,86 | 3.987,29 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | -2.606.461,42 | -5.294.164,93 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | 2.687.703,51 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Ajuste Metodológico | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Ajuste Metodológico** | - |
| VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 242.992,57 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 4.745.987,77 |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | 0,00 |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | 0,00 |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | 0,00 |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) | 0,00 |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 7.190.698,71 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Resultado Primário - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) | 7.165.109,16 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Informações Adicionais | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Informações Adicionais** | - |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2.567.377,63 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 2.567.377,63 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

### RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

| Poder/Órgão | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a+ b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 25,670.00 | 146,096.67 | 167,779.38 | 0.00 | 3,987.29 | 91,012.40 | 739,314.17 | 563,172.51 | 562,914.66 | 196,485.66 | 70,926.25 | 74,913.54 |
| PODER EXECUTIVO | 25,670.00 | 146,096.67 | 167,779.38 | 0.00 | 3,987.29 | 91,012.40 | 449,036.51 | 429,458.20 | 429,200.35 | 39,922.31 | 70,926.25 | 74,913.54 |
| PODER LEGISLATIVO | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 290,277.66 | 133,714.31 | 133,714.31 | 156,563.35 | 0.00 | 0.00 |
| Câmara Municipal | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 290,277.66 | 133,714.31 | 133,714.31 | 156,563.35 | 0.00 | 0.00 |
| Tribunal de Contas do Município | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0.00 | 83,361.73 | 83,361.73 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 25,670.00 | 229,458.40 | 251,141.11 | 0.00 | 3,987.29 | 91,012.40 | 739,314.17 | 563,172.51 | 562,914.66 | 196,485.66 | 70,926.25 | 74,913.54 |

### RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

| Poder/Órgão - Intra | Poder/Órgão - Intra | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0.00 | 83,361.73 | 83,361.73 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| PODER EXECUTIVO | 0.00 | 83,361.73 | 83,361.73 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| PODER LEGISLATIVO | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Câmara Municipal | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Tribunal de Contas do Município | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Receitas | Receitas de Operações de Crédito | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I) | 0,00 | 4.551.519,48 | -4.551.519,48 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Despesas | Despesas de Capital | | |
|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e) |
| **Despesas** | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 11.028.315,63 | 9.895.282,79 | 1.133.032,84 |
| Investimentos | 10.642.515,63 | 9.509.532,79 | 1.132.982,84 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 385.800,00 | 385.750,00 | 50,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 11.028.315,63 | 9.895.282,79 | 1.133.032,84 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Resultado para Apuração da Regra de Ouro | Resultado para Apuração da Regra de Ouro | | |
|---|---|---|---|
| | (d - a) | (e - b) | (f - c) |
| **Resultado para Apuração da Regra de Ouro** | - | - | - |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I) | 11.028.315,63 | 5.343.763,31 | 5.684.552,32 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | 4.642.977,00 | 2.475.897,00 | 2.167.080,00 | 32.769.996,26 |
| 2020 | 4.903.943,00 | 2.704.662,00 | 2.199.281,00 | 34.969.277,26 |
| 2021 | 5.172.659,00 | 2.878.744,00 | 2.293.915,00 | 37.263.192,26 |
| 2022 | 5.454.650,00 | 2.969.115,00 | 2.485.535,00 | 39.748.727,26 |
| 2023 | 5.799.126,00 | 3.189.533,00 | 2.609.593,00 | 42.358.320,26 |
| 2024 | 6.217.918,00 | 3.303.950,00 | 2.913.968,00 | 45.272.288,26 |
| 2025 | 6.636.294,00 | 3.812.363,00 | 2.823.931,00 | 48.096.219,26 |
| 2026 | 7.056.540,00 | 4.283.543,00 | 2.772.997,00 | 50.869.216,26 |
| 2027 | 7.489.390,00 | 4.578.735,00 | 2.910.655,00 | 53.779.871,26 |
| 2028 | 7.933.310,00 | 4.913.437,00 | 3.019.873,00 | 56.799.744,26 |
| 2029 | 8.429.613,00 | 5.565.814,00 | 2.863.799,00 | 59.663.543,26 |
| 2030 | 8.942.048,00 | 5.902.011,00 | 3.040.037,00 | 62.703.580,26 |
| 2031 | 9.455.933,00 | 6.500.607,00 | 2.955.326,00 | 65.658.906,26 |
| 2032 | 9.988.561,00 | 6.814.019,00 | 3.174.542,00 | 68.833.448,26 |
| 2033 | 10.538.659,00 | 7.169.043,00 | 3.369.616,00 | 72.203.064,26 |
| 2034 | 11.089.660,00 | 7.819.296,00 | 3.270.364,00 | 75.473.428,26 |
| 2035 | 11.662.808,00 | 8.118.056,00 | 3.544.752,00 | 79.018.180,26 |
| 2036 | 12.244.765,00 | 8.662.949,00 | 3.581.816,00 | 82.599.996,26 |
| 2037 | 12.751.921,00 | 9.148.101,00 | 3.603.820,00 | 86.203.816,26 |
| 2038 | 13.043.786,00 | 9.379.250,00 | 3.664.536,00 | 89.868.352,26 |
| 2039 | 13.334.628,00 | 9.703.096,00 | 3.631.532,00 | 93.499.884,26 |
| 2040 | 13.607.307,00 | 10.311.718,00 | 3.295.589,00 | 96.795.473,26 |
| 2041 | 13.857.870,00 | 10.968.207,00 | 2.889.663,00 | 99.685.136,26 |
| 2042 | 14.090.915,00 | 11.526.107,00 | 2.564.808,00 | 102.249.944,26 |
| 2043 | 14.308.542,00 | 12.031.657,00 | 2.276.885,00 | 104.526.829,26 |
| 2044 | 14.528.581,00 | 12.224.743,00 | 2.303.838,00 | 106.830.667,26 |
| 2045 | 14.749.516,00 | 12.445.692,00 | 2.303.824,00 | 109.134.491,26 |
| 2046 | 8.771.872,00 | 12.639.854,00 | -3.867.982,00 | 105.266.509,26 |
| 2047 | 8.567.332,00 | 12.778.853,00 | -4.211.521,00 | 101.054.988,26 |
| 2048 | 8.318.352,00 | 13.320.963,00 | -5.002.611,00 | 96.052.377,26 |
| 2049 | 8.031.105,00 | 13.715.813,00 | -5.684.708,00 | 90.367.669,26 |
| 2050 | 7.703.240,00 | 14.111.621,00 | -6.408.381,00 | 83.959.288,26 |
| 2051 | 7.367.794,00 | 13.916.275,00 | -6.548.481,00 | 77.410.807,26 |
| 2052 | 7.014.650,00 | 13.882.021,00 | -6.867.371,00 | 70.543.436,26 |
| 2053 | 6.648.476,00 | 13.752.320,00 | -7.103.844,00 | 63.439.592,26 |
| 2054 | 6.017.161,00 | 13.775.590,00 | -7.758.429,00 | 55.681.163,26 |
| 2055 | 5.441.353,00 | 16.261.494,00 | -10.820.141,00 | 44.861.022,26 |
| 2056 | 4.830.062,00 | 16.283.538,00 | -11.453.476,00 | 33.407.546,26 |
| 2057 | 4.195.549,00 | 16.065.832,00 | -11.870.283,00 | 21.537.263,26 |
| 2058 | 3.814.097,00 | 15.856.068,00 | -12.041.971,00 | 9.495.292,26 |
| 2059 | 3.852.238,00 | 15.603.719,00 | -11.751.481,00 | -2.256.188,74 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2060 | 3.890.760,00 | 15.581.900,00 | -11.691.140,00 | -13.947.328,74 |
| 2061 | 3.929.668,00 | 15.974.506,00 | -12.044.838,00 | -25.992.166,74 |
| 2062 | 3.968.964,00 | 15.958.423,00 | -11.989.459,00 | -37.981.625,74 |
| 2063 | 4.008.654,00 | 16.086.589,00 | -12.077.935,00 | -50.059.560,74 |
| 2064 | 4.048.741,00 | 15.960.225,00 | -11.911.484,00 | -61.971.044,74 |
| 2065 | 4.089.228,00 | 16.476.762,00 | -12.387.534,00 | -74.358.578,74 |
| 2066 | 4.130.120,00 | 16.506.201,00 | -12.376.081,00 | -86.734.659,74 |
| 2067 | 4.171.422,00 | 16.419.765,00 | -12.248.343,00 | -98.983.002,74 |
| 2068 | 4.213.136,00 | 16.645.879,00 | -12.432.743,00 | -111.415.745,74 |
| 2069 | 4.255.267,00 | 16.466.032,00 | -12.210.765,00 | -123.626.510,74 |
| 2070 | 4.297.820,00 | 16.809.146,00 | -12.511.326,00 | -136.137.836,74 |
| 2071 | 4.340.798,00 | 16.896.916,00 | -12.556.118,00 | -148.693.954,74 |
| 2072 | 4.384.206,00 | 17.188.867,00 | -12.804.661,00 | -161.498.615,74 |
| 2073 | 4.428.048,00 | 17.234.062,00 | -12.806.014,00 | -174.304.629,74 |
| 2074 | 4.472.329,00 | 16.860.921,00 | -12.388.592,00 | -186.693.221,74 |
| 2075 | 4.517.052,00 | 16.723.557,00 | -12.206.505,00 | -198.899.726,74 |
| 2076 | 4.562.220,00 | 16.948.141,00 | -12.385.921,00 | -211.285.647,74 |
| 2077 | 4.607.845,00 | 17.144.850,00 | -12.537.005,00 | -223.822.652,74 |
| 2078 | 4.653.923,00 | 17.450.153,00 | -12.796.230,00 | -236.618.882,74 |
| 2079 | 4.700.462,00 | 17.736.398,00 | -13.035.936,00 | -249.654.818,74 |
| 2080 | 4.747.467,00 | 17.840.279,00 | -13.092.812,00 | -262.747.630,74 |
| 2081 | 4.794.942,00 | 17.685.013,00 | -12.890.071,00 | -275.637.701,74 |
| 2082 | 4.842.891,00 | 17.762.088,00 | -12.919.197,00 | -288.556.898,74 |
| 2083 | 4.891.320,00 | 17.657.777,00 | -12.766.457,00 | -301.323.355,74 |
| 2084 | 4.940.233,00 | 18.187.004,00 | -13.246.771,00 | -314.570.126,74 |
| 2085 | 4.989.635,00 | 18.533.126,00 | -13.543.491,00 | -328.113.617,74 |
| 2086 | 5.039.532,00 | 18.937.438,00 | -13.897.906,00 | -342.011.523,74 |
| 2087 | 5.089.927,00 | 18.563.098,00 | -13.473.171,00 | -355.484.694,74 |
| 2088 | 5.140.826,00 | 18.404.830,00 | -13.264.004,00 | -368.748.698,74 |
| 2089 | 5.192.235,00 | 18.246.026,00 | -13.053.791,00 | -381.802.489,74 |
| 2090 | 5.244.157,00 | 18.285.957,00 | -13.041.800,00 | -394.844.289,74 |
| 2091 | 5.296.598,00 | 21.619.157,00 | -16.322.559,00 | -411.166.848,74 |
| 2092 | 5.349.564,00 | 21.657.343,68 | -16.307.779,68 | -427.474.628,42 |
| 2093 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |

Documento gerado em 27/01/2021 10:59:12

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 01614521000100** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Receitas | Execução da Receita | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 194.601,38 | -194.601,38 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 194.601,38 | -194.601,38 |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Despesas | Execução da Despesa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (f) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g) | SALDO (h) = (d-e) |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral da Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Saldo Financeiro a Aplicar | Saldo Financeiro a Aplicar | | |
|---|---|---|---|
| | 2019 (i) | 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg)) | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
| **Saldo Financeiro a Aplicar** | - | - | - |
| VALOR (**III**) | 0,00 | 194.601,38 | 194.601,38 |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Impactos das Contratações de PPP | Especificação de PPP | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | REGISTROS EFETUADOS EM 2020 | |
| | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| **Impactos das Contratações de PPP** | - | - | - |
| TOTAL DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Riscos não Provisionados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos Contingentes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Total das Despesas de PPP | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |
| **Total das Despesas de PPP** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV) | 64.153.065,98 | 71.848.228,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Balanço Orçamentário | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Balanço Orçamentário** | - |
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 64.254.200,00 |
| Previsão Atualizada | 73.548.985,30 |
| Receitas Realizadas | 82.789.318,30 |
| Déficit Orçamentário | 0,00 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 2.567.377,63 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 61.975.380,00 |
| Dotação Atualizada | 77.337.402,06 |
| Despesas Empenhadas | 73.412.832,17 |
| Despesas Liquidadas | 73.138.040,01 |
| Despesas Pagas | 73.011.205,52 |
| Superávit Orçamentário | 9.651.278,29 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas por Função/Subfunção | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Despesas por Função/Subfunção** | - |
| Despesas Empenhadas | 73.412.832,17 |
| Despesas Liquidadas | 73.138.040,01 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita Corrente Líquida - RCL | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receita Corrente Líquida - RCL** | - |
| Receita Corrente Líquida | 71.848.228,07 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 71.848.228,07 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 71.848.228,07 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores** | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 1.896.278,82 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 2.231.417,36 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 2.231.417,36 |
| Resultado Previdenciário | -335.138,54 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Resultados Primário e Nominal | Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário | | |
|---|---|---|---|
| | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| **Resultados Primário e Nominal** | - | - | - |
| Resultado Primário - Acima da Linha | 0,00 | 4.767.340,01 | 0,00 |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | 0,00 | 4.792.929,56 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| **Restos a Pagar por Poder e Ministério Público** | - | - | - | - |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 255.128,40 | 0,00 | 251.141,11 | 3.987,29 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| Poder Executivo | 255.128,40 | 0,00 | 251.141,11 | 3.987,29 |
| Poder Legislativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 830.326,57 | 196.485,66 | 562.914,66 | 70.926,25 |
| Poder Executivo | 540.048,91 | 39.922,31 | 429.200,35 | 70.926,25 |
| Poder Legislativo | 290.277,66 | 156.563,35 | 133.714,31 | 0,00 |
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 1.085.454,97 | 196.485,66 | 814.055,77 | 74.913,54 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | Apuração das Despesas com Ensino | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** | - | - | - |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 14.376.515,60 | 25,00 | 28,06 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | 9.219.923,72 | 60,00 | 83,99 |
| Complementação da União ao FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo Não Realizado |
| **Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital** | - | - |
| Receitas de Operações de Crédito | 4.551.519,48 | -4.551.519,48 |
| Despesa de Capital Líquida | 9.895.282,79 | 1.133.032,84 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Exercício de Apuração | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| **Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência** | - | - | - | - |
| Plano Previdenciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo a Realizar |
| **Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos** | - | - |
| Receitas da Alienação de Ativos | 194.601,38 | -194.601,38 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | Apuração das Despesas com Saúde | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde** | - | - | - |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos | 12.079.993,29 | 15,00 | 23,58 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício Corrente |
| **Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP** | - |
| Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) | 0,00 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 01614521000100** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

| Despesa com Pessoal | Despesa Executada com Pessoal | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| **Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 2.992.187,48 | 2.564.550,62 | 2.974.521,70 | 2.478.134,79 | 3.056.358,39 | 2.817.215,99 | 2.950.139,88 | 2.770.789,35 | 3.015.535,60 | 2.994.644,47 | 5.091.691,29 | 3.834.657,35 | 37.540.426,91 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 2.270.358,99 | 2.335.626,42 | 2.479.662,22 | 2.077.514,21 | 2.625.961,56 | 2.388.882,03 | 2.493.772,97 | 2.362.914,35 | 2.516.408,62 | 2.553.209,49 | 4.827.719,14 | 2.870.561,51 | 31.602.591,51 | 0,00 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 1.900.857,96 | 1.958.616,45 | 2.088.832,87 | 1.942.256,31 | 2.007.717,46 | 2.012.071,58 | 2.115.409,77 | 1.991.497,82 | 2.147.532,84 | 2.181.320,08 | 3.930.239,11 | 2.496.428,09 | 26.772.780,34 | 0,00 |
| Obrigações Patronais | 369.501,03 | 377.009,97 | 390.829,35 | 135.257,90 | 618.244,10 | 376.810,45 | 378.363,20 | 371.416,53 | 368.875,78 | 371.889,41 | 697.480,03 | 374.133,42 | 4.829.811,17 | 0,00 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 186.355,15 | 158.630,61 | 161.095,39 | 164.792,56 | 164.792,56 | 164.792,56 | 166.818,01 | 175.504,65 | 174.182,45 | 183.367,87 | 180.488,70 | 347.180,42 | 2.228.000,93 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 125.787,02 | 125.907,01 | 128.371,79 | 132.068,96 | 132.068,96 | 132.068,96 | 134.094,41 | 142.781,05 | 141.458,85 | 143.953,43 | 143.953,43 | 277.094,77 | 1.759.608,64 | 0,00 |
| Pensões | 36.349,92 | 32.723,60 | 32.723,60 | 32.723,60 | 32.723,60 | 32.723,60 | 32.723,60 | 32.723,60 | 32.723,60 | 39.414,44 | 36.535,27 | 70.085,65 | 444.174,08 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 24.218,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.218,21 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 535.473,34 | 70.293,59 | 333.764,09 | 235.828,02 | 265.604,27 | 263.541,40 | 289.548,90 | 232.370,35 | 324.944,53 | 258.067,11 | 283.483,45 | 616.915,42 | 3.709.834,47 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 204.545,61 | 189.234,54 | 193.130,31 | 169.165,79 | 169.967,88 | 178.063,68 | 233.000,86 | 203.199,23 | 278.870,58 | 339.978,35 | 199.574,59 | 890.370,46 | 3.249.101,88 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 18.190,46 | 30.603,93 | 32.034,92 | 4.373,23 | 5.175,32 | 13.271,12 | 66.182,85 | 27.694,58 | 104.688,13 | 156.610,48 | 19.085,89 | 543.190,04 | 1.021.100,95 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 186.355,15 | 158.630,61 | 161.095,39 | 164.792,56 | 164.792,56 | 164.792,56 | 166.818,01 | 175.504,65 | 174.182,45 | 183.367,87 | 180.488,70 | 347.180,42 | 2.228.000,93 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 2.787.641,87 | 2.375.316,08 | 2.781.391,39 | 2.308.969,00 | 2.886.390,51 | 2.639.152,31 | 2.717.139,02 | 2.567.590,12 | 2.736.665,02 | 2.654.666,12 | 4.892.116,70 | 2.944.286,89 | 34.291.325,03 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | |
|---|---|---|
| | Valor | % sobre a RCL Ajustada |
| **DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV) | 71.848.228,07 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V) | 440.000,00 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 71.408.228,07 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 34.291.325,03 | 48,02 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 38.560.443,16 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 36.632.421,00 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 34.704.398,84 | 48,60 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | |
| | No Quadrimestre/Semestre | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b-a) | Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c) | Limite (e) = (b-d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f-a) | Limite (h) = (a) | % DTP (i) |
| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida | Cálculo da Dívida Consolidada Líquida | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Dívida Consolidada** | - | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 1.157.250,00 | 771.500,00 | 4.745.987,77 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 2.574.487,77 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 2.574.487,77 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 2.574.487,77 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 1.157.250,00 | 771.500,00 | 2.171.500,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 3.763.711,42 | 6.589.753,78 | 10.040.152,70 |
| Disponibilidade de Caixa | 3.763.711,42 | 6.589.753,78 | 10.040.152,70 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 4.010.691,28 | 6.622.131,07 | 10.044.139,99 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 246.979,86 | 32.377,29 | 3.987,29 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -2.606.461,42 | -5.818.253,78 | -5.294.164,93 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 64.153.065,98 | 64.297.233,55 | 71.848.228,07 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | 0,00 | 440.000,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 64.153.065,98 | 64.297.233,55 | 71.408.228,07 |
| % da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI) | 1,80 | 1,20 | 6,65 |
| % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI) | -4,06 | -9,05 | -7,41 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Outros Valores Não Integrantes da DC** | - | - | - |
| Precatórios Anteriores a 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 16.471.700,00 | 16.471.700,00 | 17.043.107,09 |
| Insuficiência Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos e Consignações Sem Contrapartida | 82.194,12 | 15.849,19 | 3.086,07 |
| RP Não-Processados | 828.428,35 | 297.826,62 | 70.668,40 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Apropriação de Depósitos Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 01614521000100** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 2º semestre** |

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | **-** |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | | Exercício do Terceiro Período Seguinte | | |
| | Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | | Terceiro Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DCL (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c) | Limite (e) = (b - d) | % DCL (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | Limite (h) = (e) | % DCL (i) | Redutor Residual (j) = (i - a) | Limite (k) = (a) | % DCL (j) |
| Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Percentuais | | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| AOS ESTADOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 64.153.065,98 | 64.297.233,55 | 71.848.228,07 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas IndividuaiS (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII) | 0,00 | 0,00 | 440.000,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII) | 64.153.065,98 | 64.297.233,55 | 71.408.228,07 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| DOS ESTADOS (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DOS MUNICÍPIOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 3.987.814,29 | 3.987.814,29 |
| Interna | 3.987.814,29 | 3.987.814,29 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 1.400.000,00 | 1.400.000,00 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I) | 2.587.814,29 | 2.587.814,29 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) | 3.987.814,29 | 3.987.814,29 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Apuração do Cumprimento dos Limites | Apuração do Cumprimento dos Limites | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Apuração do Cumprimento dos Limites** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 71.848.228,07 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 440.000,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 71.408.228,07 | |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa) | 1.400.000,00 | 1,96 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 11.425.316,49 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 10.282.784,84 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 4.998.575,96 | 7,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada** | - | - |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Disponibilidade de Caixa | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
| | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 5.019.859,71 | 0,00 | 96.701,99 | 69.998,40 | 2.339,75 | 0,00 | 4.850.819,57 | 79.945,82 | 0,00 | 4.770.873,75 |
| Recursos Ordinários | 5.019.859,71 | 0,00 | 96.701,99 | 69.998,40 | 2.339,75 | 0,00 | 4.850.819,57 | 79.945,82 | 0,00 | 4.770.873,75 |
| Outros Recursos não Vinculados | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 5.052.326,59 | 3.987,29 | 17.998,54 | 670,00 | 3.045,02 | 0,00 | 5.026.625,74 | 160.912,37 | 0,00 | 4.865.713,37 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | | | | | | | | | | |
| Transferências do FUNDEB | | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Vinculados à Educação | 1.345.448,86 | 3.317,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.342.131,57 | 40.634,28 | 0,00 | 1.301.497,29 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Vinculados à Saúde | 1.333.555,55 | 670,00 | 16.690,54 | 670,00 | 2.351,13 | 0,00 | 1.313.173,88 | 28.238,93 | 0,00 | 1.284.934,95 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | | | | | | | | | | |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro | | | | | | | | | | |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde) | | | | | | | | | | |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Vinculados | 2.373.322,18 | 0,00 | 1.308,00 | 0,00 | 693,89 | 0,00 | 2.371.320,29 | 92.039,16 | 0,00 | 2.279.281,13 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 10.072.186,30 | 3.987,29 | 114.700,53 | 70.668,40 | 5.384,77 | 0,00 | 9.877.445,31 | 240.858,19 | 0,00 | 9.636.587,12 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 01614521000100**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Receita Corrente Líquida | Valor Até o Semestre |
|---|---|
| | Valor Até o Semestre |
| **Receita Corrente Líquida** | - |
| Receita Corrente Líquida | 71.848.228,07 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 71.408.228,07 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 71.408.228,07 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Despesa com Pessoal | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Despesa com Pessoal** | - | - |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 34.291.325,03 | 48,02 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> | 38.560.443,16 | 54,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> | 36.632.421,00 | 51,30 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 34.704.398,84 | 48,60 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Dívida Consolidada | Comparativo do Saldo da Dívida | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Dívida Consolidada** | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | -5.294.164,93 | -7,37 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Garantias de Valores | Comparativo do Saldo de Garantia | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Garantias de Valores** | - | - |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Operações de Crédito Internas e Externas | 1.400.000,00 | 1,96 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 11.425.316,49 | 16,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 4.998.575,96 | 7,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Restos a Pagar | Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa | |
|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| **Restos a Pagar** | - | - |
| Valor Total | 240.858,19 | 9.636.587,12 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |
| Assinatura: 6 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3985/2020**

**FUNDO DE PREV. DE NOVA XAVANTINA**
RUA VER FRANCISCO A MILHOMEN
04909731/0001-05 Exercício: 2020

# DECRETO Nº 3985 , DE 28 DE OUTUBRO DE 2020 - LEI N.2167

*SUMULA: ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS:*

*O SENHOR JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA. ESTADO DE MATO GROSSO, EM USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TENDO EM VISTA O CONTIDO NA LEI MUNICIPAL 2037/2017. E EM CONSONÂNCIA COMA LEI FEDERAL 4320/64*

**Suplementação ( + )** **455.000,00**

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$455.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 12 01 PREVINX

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | 09.122.0130.2057.0000 | MANUTENCAO ADMINISTRATIVA DA PREVINX | 45.000,00 |
| | 3.1.90.11.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | F.R.: 0 1 50 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 600 000 | REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | |
| 9 | 09.122.0130.2057.0000 | MANUTENCAO ADMINISTRATIVA DA PREVINX | 10.000,00 |
| | 3.3.90.36.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | F.R.: 0 1 50 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 600 000 | REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | |
| 16 | 09.272.0130.2058.0000 | BENEFICIOS DE APOSENTADORIAS E PENSOES | 400.000,00 |
| | 3.1.90.01.00 | APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA | F.R.: 0 1 50 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 600 000 | REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | |

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 12 01 PREVINX

| | | | |
|---|---|---|---|
| 19 | 99.999.0130.2060.0000 | RESERVA LEGAL | -455.000,00 |
| | 9.9.99.99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | F.R. Grupo: 0 150 |
| | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | 600 000 | REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | |

**Anulação ( - )** **-455.000,00**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3938/2020**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 3938/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2167/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

## DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o credito adicional suplementar no valor de R$ 6.122.633,25 destinado a dar cobertura às seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

***02.001-DIVISAO DE GABINETE***

| | | |
|---|---|---|
| 02.001.04.122.0105.2005.3.1.9.0.13.00.00.00 | Obrigações Patronais | R$ 15.000,00 |
| 02.001.04.131.0105.2006.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 5.300,00 |
| 02.001.04.122.0105.2005.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 30.000,00 |
| 02.001.04.122.0105.2005.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 20.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 70.300,00** |

***04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO***

| | | |
|---|---|---|
| 04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 10.000,00 |
| 04.001.04.122.0107.2009.3.3.9.0.47.00.00.00 | Obrigações Tributarias e Contributivas | R$ 57.000,00 |
| 04.001.28.841.0107.1002.4.6.9.0.71.00.00.00 | Principal da Divida Contratual Resgatado | R$ 178.000,00 |
| 04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 21.500,00 |
| 04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.40.00.00.00 | Serviços de Tecnologia da Informação e | R$ 15.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 281.500,00** |

***04.003-DIVISAO DE TRIBUTACAO E ARRECADACAO***

| | | |
|---|---|---|
| 04.003.04.129.0108.2017.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 50.000,00 |
| 04.003.04.129.0108.2017.3.1.9.0.13.00.00.00 | Obrigações Patronais | R$ 3.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 53.000,00** |

***04.004-DIVISAO DE GESTAO DE PESSOAS***

| | | |
|---|---|---|
| 04.004.04.122.0106.2007.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 2.000,00 |
| 04.004.04.122.0106.2007.3.3.9.1.97.00.00.00 | Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial | R$ 463.728,72 |
| | | **Sub-Total: R$ 465.728,72** |

***05.001-FUNDEB***

| | | |
|---|---|---|
| 05.001.12.361.0109.2023.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 568.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 568.000,00** |

***05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA***

| | | |
|---|---|---|
| 05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 20.000,00 |
| 05.002.12.361.0111.2031.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 10.550,00 |
| 05.002.12.361.0111.1016.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 430.000,00 |
| 05.002.12.361.0110.1014.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 174.800,00 |
| 05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 55.635,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 690.985,00** |

***05.003-DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL***

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.12.365.0112.2033.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 10.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 10.000,00** |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 3938/2020

***05.004-DIVISAO DE ORIENTACAO EDUCACIONAL***

| | | |
|---|---|---|
| 05.004.12.364.0113.2035.3.1.9.0.13.00.00.00 | Obrigações Patronais | R$ 4.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 4.000,00** |

***05.006-DIVISAO DE CULTURA***

| | | |
|---|---|---|
| 05.006.13.392.0114.2038.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 6.600,00 |
| 05.006.13.392.0114.2038.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 30.000,00 |
| 05.006.13.392.0114.2038.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 60.000,00 |
| 05.006.13.392.0114.2038.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 6.600,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 103.200,00** |

***06.001-DIVISAO DE DESPORTO***

| | | |
|---|---|---|
| 06.001.27.811.0115.2087.3.1.9.0.11.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal | R$ 50.000,00 |
| 06.001.27.811.0115.2087.3.1.9.1.13.00.00.00 | OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | R$ 5.000,00 |
| 06.001.27.811.0115.2087.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 20.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 75.000,00** |

***07.001-DIVISAO DE SAUDE***

| | | |
|---|---|---|
| 07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.0.04.00.00.00 | Contratação por Tempo Determinado | R$ 250.000,00 |
| 07.001.10.304.0118.2043.3.1.9.0.11.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal | R$ 160.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.91.00.00.00 | Sentenças Judiciais | R$ 10.600,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.1.13.00.00.00 | OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | R$ 80.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 82.400,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 75.000,00 |
| 07.001.10.301.0120.2045.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 25.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 90.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 10.000,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 20.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 803.000,00** |

***07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE***

| | | |
|---|---|---|
| 07.011.10.302.0117.2066.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 22.000,00 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 101.486,26 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 4.573,27 |
| 07.011.10.302.0117.2101.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 35.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2099.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 15.400,00 |
| 07.011.10.302.0117.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 285.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2099.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 37.000,00 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 21.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2065.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 101.000,00 |
| 07.011.10.302.0117.2066.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 10.000,00 |
| 07.011.10.302.0117.2066.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 20.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2065.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 10.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2065.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 3.650,00 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 50.000,00 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 50.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 766.109,53** |

***08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS***

| | | |
|---|---|---|
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 68.000,00 |
| 08.001.26.782.0122.1038.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 370.000,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 130.000,00 |
| 08.001.26.782.0122.1036.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 80.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 3938/2020

| | | |
|---|---|---|
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 300.000,00 |
| 08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 238.500,00 |
| 08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 533.100,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.93.00.00.00 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | R$ 12.000,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 210.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 1.941.600,00** |

***08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS***

| | | |
|---|---|---|
| 08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 160.210,00 |
| 08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 50.000,00 |
| 08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.14.00.00.00 | Diarias - Civil | R$ 2.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 212.210,00** |

***08.004-DIVISAO DE ELETRICIDADE***

| | | |
|---|---|---|
| 08.004.25.752.0123.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 70.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 70.000,00** |

***09.001-DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL***

| | | |
|---|---|---|
| 09.001.08.244.0124.2049.3.1.9.0.13.00.00.00 | Obrigações Patronais | R$ 3.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 3.000,00** |

***09.004-FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL***

| | | |
|---|---|---|
| 09.004.08.244.0136.2103.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 5.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 5.000,00** |

**Total Geral: R$ 6.122.633,25**

Art.2º - Para dar cobertura será utilizado o valor de R$ 6.122.633.25 oriundo do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

***02.001-DIVISAO DE GABINETE***

| | | |
|---|---|---|
| 02.001.04.122.0105.2005.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 15.000,00 |
| 02.001.04.122.0105.2005.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 3.300,00 |
| 02.001.04.122.0105.2005.3.3.9.0.14.00.00.00 | Diárias - Civil | R$ 2.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 20.300,00** |

***04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO***

| | | |
|---|---|---|
| 04.001.04.122.0122.1120.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 558.728,72 |
| 04.001.04.122.0122.1103.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 11.500,00 |
| 04.001.99.999.0107.2015.9.9.9.9.99.00.00.00 | Reserva de Contingencia | R$ 85.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 655.228,72** |

***04.004-DIVISAO DE GESTAO DE PESSOAS***

| | | |
|---|---|---|
| 04.004.04.122.0106.2007.3.1.9.0.04.00.00.00 | Contratação por Tempo Determinado | R$ 1.000,00 |
| 04.004.04.122.0106.2037.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | R$ 1.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 2.000,00** |

***05.001-FUNDEB***

| | | |
|---|---|---|
| 05.001.12.361.0109.1012.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 300.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 300.000,00** |

***05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA***

| | | |
|---|---|---|
| 05.002.12.361.0111.2031.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 550,00 |
| 05.002.12.361.0110.1014.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 174.800,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 3938/2020

| | | |
|---|---|---|
| 05.002.12.361.0111.1017.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 25.635,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 200.985,00** |

***05.003-DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL***

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.12.365.0112.1018.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 20.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 20.000,00** |

***05.004-DIVISAO DE ORIENTACAO EDUCACIONAL***

| | | |
|---|---|---|
| 05.004.12.364.0113.2035.4.4.9.0.30.00.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO | R$ 4.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 4.000,00** |

***05.006-DIVISAO DE CULTURA***

| | | |
|---|---|---|
| 05.006.13.392.0114.2074.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 16.600,00 |
| 05.006.13.392.0114.2074.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 6.600,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 23.200,00** |

***06.001-DIVISAO DE DESPORTO***

| | | |
|---|---|---|
| 06.001.27.811.0115.1025.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 75.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 75.000,00** |

***07.001-DIVISAO DE SAUDE***

| | | |
|---|---|---|
| 07.001.10.302.0117.2042.3.3.9.0.33.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomoção | R$ 160.000,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.0.11.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal | R$ 80.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 44.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 45.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 10.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 339.000,00** |

***07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE***

| | | |
|---|---|---|
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 13.000,00 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 1.486,26 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 4.573,27 |
| | | **Sub-Total: R$ 19.059,53** |

***08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS***

| | | |
|---|---|---|
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 210.000,00 |
| 08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 80.500,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 268.000,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.93.00.00.00 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | R$ 12.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 570.500,00** |

***08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS***

| | | |
|---|---|---|
| 08.002.15.451.0123.1049.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 10.000,00 |
| 08.002.23.122.0128.1105.4.4.9.0.61.00.00.00 | AQUISICAO DE IMOVEIS | R$ 520.000,00 |
| 08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa | R$ 210,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 530.210,00** |

***08.004-DIVISAO DE ELETRICIDADE***

| | | |
|---|---|---|
| 08.004.25.752.0123.1045.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 746.500,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 746.500,00** |

***09.001-DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL***

| | | |
|---|---|---|
| 09.001.08.244.0124.2049.3.1.9.0.04.00.00.00 | Contratação por Tempo Determinado | R$ 3.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 3938/2020

| | | |
|---|---|---|
| | | **Sub-Total: R$ 3.000,00** |
| ***09.004-FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL*** | | |
| 09.004.08.244.0124.1109.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 330.000,00 |
| 09.004.08.244.0124.1053.4.4.9.0.61.00.00.00 | AQUISICAO DE IMOVEIS | R$ 60.000,00 |
| 09.004.08.244.0124.1110.4.4.9.0.52.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | R$ 641.000,00 |
| 09.004.08.244.0124.1111.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 189.050,00 |
| 09.004.08.244.0124.1054.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 100.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 1.320.050,00** |
| ***11.001-DIVISAO DE TURISMO*** | | |
| 11.001.23.695.0129.2088.3.3.9.0.31.99.00.00 | Outras Premiacoes | R$ 50.000,00 |
| 11.001.23.695.0129.2088.3.3.9.0.39.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa | R$ 100.000,00 |
| 11.001.23.695.0129.1068.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 230.000,00 |
| 11.001.23.695.0129.1118.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 258.000,00 |
| 11.001.23.695.0129.2088.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 40.000,00 |
| 11.001.23.695.0129.2098.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 50.000,00 |
| 11.001.23.695.0129.2094.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 20.000,00 |
| 11.001.23.695.0132.2071.3.3.9.0.36.00.00.00 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | R$ 50.000,00 |
| 11.001.23.695.0129.2094.3.3.9.0.30.00.00.00 | Material de Consumo | R$ 20.000,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 818.000,00** |
| ***11.002-DIVISAO DE MEIO AMBIENTE*** | | |
| 11.002.18.542.0129.1095.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 175.000,00 |
| 11.002.18.512.0129.1064.4.4.9.0.51.00.00.00 | OBRAS E INSTALACOES | R$ 300.600,00 |
| | | **Sub-Total: R$ 475.600,00** |
| | | **Total Geral: R$ 6.122.633,25** |

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Xavantina, 03 de Agosto de 2020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal



**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 4036, DE 12 DE JANEIRO DE 2021**

**DECRETO N.º 4036, DE 12 DE JANEIRO DE 2021**

*Aprova o desmembramento de uma área de terras, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando o disposto na **Certidão 076/2.020 – retificada – favorável ao desmembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9

- Considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79; **Decreta:**

**Art. 1º** Fica aprovado o **desmembramento de 02 (duas) áreas urbana** correspondentes a uma área de terras, situada no perímetro urbano desta cidade e Comarca de Nova Xavantina – MT, que se encontra Matriculada sob n.º 8.629 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade do espólio de **Maria de Fátima Santos**, herdeira única, **Clizeide Pereira Magalhães de Campos**, brasileiro(a), portador(a) do CI/RG n.º 1110052-4-SSP/MT, inscrito(a) no CPF sob o n.º 843.930.681-49, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que passam a ser assim descritas e caracterizadas:

**I – lote desmembramento**: 01 (um) lote urbano, com área de **370,50m²**, denominado de **Lote 7-A (sete "A") da Quadra 12 (doze)**, **bairro Toneto, setor Nova Brasília, Cadastro Municipal 001.20.012.07-A.001**,nesta cidade, de **Roseny Campos da Luz**, portadora do CI/RG n.º 1066944-2-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 928.811.221-91, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Maceió, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 8, medindo 24,80 metros, lado esquerdo para a Avenida Mato Grosso, medindo 24,60 metros e fundos para o lote 7, medindo 15,00 metros;

**II – lote desmembramento/Remanescente**: 01 (um) lote urbano, com área de **154,50m²**, denominado de **Lote 7 (sete) da Quadra 12 (doze)**, **bairro Jardim das Oliveira, setor Nova Brasília, Cadastro Municipal 001.20.012.07.001**,nesta cidade, de **Clizeide Pereira Magalhães de Campos**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Avenida Mato Grosso, medindo 10,40 metros, lado direito para o lote 7-A, medindo 15,00 metros, lado esquerdo para o lote 1, medindo 15,00 metros e fundos para o lote 8, medindo 10,20 metros.

*Parágrafo único.* Integram o presente Decreto: ART 1220200134285, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Adriano Fábio Sousa e Silva, Engenheiro Civil – RNP 2615345737.

**Art. 2º** Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

**Art. 3º** Para a efetivação do desmembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Divisão de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 12 de janeiro de 2021.

**João Machado Neto –** João Bang

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 4014, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
CNPJ: 15024045000173
Av Expedição Roncador Xingu, 0000249 - Centro
Telefone 06634382653
rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor JOAO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de NOVA XAVANTINA, estado do Mato Grosso, atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **02167/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

## DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R$ 3.776.685,96, destinado a dar cobertura as seguintes dotações orcamentárias relacionadas abaixo:

**02.001-DIVISAO DE GABINETE**

**Anul. Total ou Parcial de Dotação**

| | | |
|---|---|---|
| 02.001.04.122.0105.2005.3.1.9.0.11.00.00.0 0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 26.890,00 |
| 02.001.04.122.0105.2005.3.1.9.1.13.00.00.0 0 | OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 6.710,00 |
| | **Sub-Total:** | **33.600,00** |

**04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO**

| | | |
|---|---|---|
| 04.001.04.121.0107.2008.3.1.9.0.11.00.00.0 0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 38.860,00 |
| 04.001.04.121.0107.2008.3.1.9.1.13.00.00.0 0 | OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 4.880,00 |
| 04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.39.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 2.000,00 |
| 04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.40.00.00.0 0 | Servicos de Tecnologia da Informacao e Comunicacao | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 26.700,00 |
| 04.001.04.122.0107.2009.3.3.9.0.47.00.00.0 0 | Obrigacoes Tributarias e Contributivas | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 44.500,00 |
| | **Sub-Total:** | **116.940,00** |

**04.003-DIVISAO DE TRIBUTACAO E ARRECADACAO**

| | | |
|---|---|---|
| 04.003.04.129.0108.2017.3.1.9.0.11.00.00.0 0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 9.920,00 |
| 04.003.04.129.0108.2017.3.3.9.0.93.00.00.0 0 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 2.050,00 |
| | **Sub-Total:** | **11.970,00** |

**04.004-DIVISAO DE GESTAO DE PESSOAS**

| | | |
|---|---|---|
| 04.004.04.122.0106.2007.3.1.9.0.13.00.00.0 0 | Obrigacoes Patronais | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 42.000,00 |
| 04.004.04.122.0106.2007.3.3.9.0.30.00.00.0 0 | Material de Consumo | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 7.428,36 |
| 04.004.04.122.0106.2007.3.3.9.0.36.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 1.200,00 |
| | **Sub-Total:** | **50.628,36** |

**05.001-FUNDEB**

| | | |
|---|---|---|
| 05.001.12.361.0109.2018.3.1.9.0.04.00.00.0 0 | Contratacao por Tempo Determinado | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | | 60.620,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**

CNPJ: 15024045000173

Av Expedição Roncador Xingu, 0000249 - Centro

Telefone 06634382653

rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020

| | |
|---|---|
| 05.001.12.361.0109.2018.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | 271.360,00 |
| 05.001.12.361.0109.2018.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | 27.630,00 |
| 05.001.12.361.0109.2023.3.1.9.0.04.00.00.0 0 Contratacao por Tempo Determinado | |
| 0119000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) | 9.920,00 |
| 05.001.12.361.0109.2023.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0119000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) | 37.620,00 |
| 05.001.12.361.0109.2023.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0119000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) | 3.160,00 |
| 05.001.12.365.0109.2019.3.1.9.0.04.00.00.0 0 Contratacao por Tempo Determinado | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | 84.630,00 |
| 05.001.12.365.0109.2019.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | 133.520,00 |
| 05.001.12.365.0109.2019.3.1.9.0.13.00.00.0 0 Obrigacoes Patronais | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | 6.840,00 |
| 05.001.12.365.0109.2021.3.1.9.0.04.00.00.0 0 Contratacao por Tempo Determinado | |
| 0119000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) | 1.250,00 |
| 05.001.12.365.0109.2021.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0119000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) | 98.160,00 |
| 05.001.12.365.0109.2021.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0119000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) | 4.740,00 |
| **Sub-Total:** | **739.450,00** |

**05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA**

| | |
|---|---|
| 05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 16.100,00 |
| 05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.36.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 10.000,00 |
| 05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 25.000,00 |
| 05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.93.00.00.0 0 INDENIZACOES E RESTITUICOES | |
| 0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN | 1.500,00 |
| 05.002.12.361.0111.2031.4.4.9.0.52.00.00.0 0 Equipamentos e Material Permanente | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 355.310,00 |
| **Sub-Total:** | **407.910,00** |

**05.003-DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL**

| | |
|---|---|
| 05.003.12.365.0112.2033.3.3.9.0.36.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 10.000,00 |
| **Sub-Total:** | **10.000,00** |

**05.004-DIVISAO DE ORIENTACAO EDUCACIONAL**

| | |
|---|---|
| 05.004.12.364.0113.2035.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 15.330,00 |
| 05.004.12.364.0113.2035.3.1.9.0.13.00.00.0 0 Obrigacoes Patronais | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 810,00 |
| 05.004.12.364.0113.2035.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 10,00 |
| 05.004.12.364.0113.2035.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 5.300,00 |
| **Sub-Total:** | **21.450,00** |

ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**

CNPJ: 15024045000173

Av Expedição Roncador Xingu, 0000249 - Centro

Telefone 06634382653

rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020

**05.006-DIVISAO DE CULTURA**

| | | |
|---|---|---|
| 05.006.13.392.0114.2038.3.1.9.0.11.00.00.0 0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 5.100,00 |
| 05.006.13.392.0114.2038.3.1.9.0.13.00.00.0 0 | Obrigacoes Patronais | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 570,00 |
| 05.006.13.392.0114.2038.3.3.9.0.36.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 7.700,00 |
| 05.006.13.392.0114.2038.3.3.9.0.39.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 7.500,00 |
| | **Sub-Total:** | **20.870,00** |

**06.001-DIVISAO DE DESPORTO**

| | | |
|---|---|---|
| 06.001.27.811.0115.2087.3.1.9.0.11.00.00.0 0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 21.350,00 |
| 06.001.27.811.0115.2087.3.1.9.0.13.00.00.0 0 | Obrigacoes Patronais | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 1.420,00 |
| 06.001.27.811.0115.2087.3.1.9.1.13.00.00.0 0 | OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 1.190,00 |
| 06.001.27.811.0115.2087.4.4.9.0.52.00.00.0 0 | Equipamentos e Material Permanente | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 42.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **65.960,00** |

**07.001-DIVISAO DE SAUDE**

| | | |
|---|---|---|
| 07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.0.04.00.00.0 0 | Contratacao por Tempo Determinado | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 26.680,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.0.11.00.00.0 0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 8.000,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.0.13.00.00.0 0 | Obrigacoes Patronais | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 5.460,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.1.13.00.00.0 0 | OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 16.130,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.3.9.0.30.00.00.0 0 | Material de Consumo | |
| 0102077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | | 1.155,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.3.9.0.30.00.00.0 0 | Material de Consumo | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 4.300,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.3.9.0.36.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0102077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | | 9.600,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.3.9.0.36.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 500,00 |
| 07.001.10.301.0116.2039.3.3.9.0.39.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 35.200,00 |
| 07.001.10.301.0120.2045.3.1.9.0.11.00.00.0 0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 64.780,00 |
| 07.001.10.301.0120.2045.3.1.9.0.13.00.00.0 0 | Obrigacoes Patronais | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 870,00 |
| 07.001.10.301.0120.2045.3.1.9.1.13.00.00.0 0 | OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 7.160,00 |
| 07.001.10.301.0120.2045.3.3.9.0.36.00.00.0 0 | Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0102077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | | 1.520,11 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.0.04.00.00.0 0 | Contratacao por Tempo Determinado | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | 104.320,00 |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**

CNPJ: 15024045000173

Av Expedicao Roncador Xingu, 0000249 - Centro

Telefone 06634382653

rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020

| | |
|---|---|
| 07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 458.620,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.0.13.00.00.0 0 Obrigacoes Patronais | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 9.650,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 55.250,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 79.783,42 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.36.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0142000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado | 32.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0102077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | 3.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 75.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.91.00.00.0 0 Sentencas Judiciais | |
| 0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 20.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.91.00.00.0 0 Sentencas Judiciais | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 31.800,00 |
| 07.001.10.304.0118.2043.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 32.170,00 |
| 07.001.10.304.0118.2043.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 17.470,00 |
| **Sub-Total:** | **1.100.418,53** |

**07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

| | |
|---|---|
| 07.011.10.301.0116.2065.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 2.000,00 |
| 07.011.10.302.0117.2066.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 38.000,00 |
| 07.011.10.302.0117.2066.4.4.9.0.52.00.00.0 0 Equipamentos e Material Permanente | |
| 0147000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 100.067,73 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 | 48.300,00 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.36.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | |
| 0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 | 16.400,00 |
| 07.011.10.302.0135.2102.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 | 34.580,00 |
| 07.011.10.305.0118.2067.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 98.510,00 |
| **Sub-Total:** | **337.857,73** |

**08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS**

| | |
|---|---|
| 08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 77.000,00 |
| 08.001.26.122.0122.1106.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 52.000,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 138.350,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 3.140,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB | 53.951,00 |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**

CNPJ: 15024045000173

Av Expedição Roncador Xingu, 0000249 - Centro

Telefone 06634382653

rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020

| | | |
|---|---|---|
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | | |
| 0116000000-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE | | 6.320,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.36.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 7.000,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | | |
| 0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB | | 4.455,00 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 130.000,00 |
| 08.001.26.782.0122.1036.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 54.500,00 |
| | **Sub-Total:** | **526.716,00** |

**08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS**

| | | |
|---|---|---|
| 08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 25.500,00 |
| 08.002.26.781.0123.1112.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | | |
| 0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê | | 35.800,00 |
| | **Sub-Total:** | **61.300,00** |

**08.003-DIVISAO DE LIMPEZA URBANA**

| | | |
|---|---|---|
| 08.003.15.452.0134.2076.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 14.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **14.000,00** |

**08.004-DIVISAO DE ELETRICIDADE**

| | | |
|---|---|---|
| 08.004.25.752.0123.1045.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 58.200,00 |
| 08.004.25.752.0123.2080.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 39.900,00 |
| 08.004.25.752.0123.2080.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | | |
| 0117000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP | | 10.250,00 |
| 08.004.25.752.0123.2080.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 104.515,34 |
| | **Sub-Total:** | **212.865,34** |

**09.001-DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL**

| | | |
|---|---|---|
| 09.001.08.244.0124.2049.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 5.700,00 |
| 09.001.08.244.0124.2049.3.1.9.0.13.00.00.0 0 Obrigacoes Patronais | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 890,00 |
| 09.001.08.244.0124.2049.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 12.620,00 |
| 09.001.08.244.0124.2049.3.3.9.0.32.00.00.0 0 Material de Distribuicao Gratuita | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 4.500,00 |
| 09.001.08.244.0124.2049.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 1.420,00 |
| | **Sub-Total:** | **25.130,00** |

**09.002-DIVISAO DE INFANCIA E DO ADOLESCENTE**

| | | |
|---|---|---|
| 09.002.14.243.0133.2064.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 19.620,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**

CNPJ: 15024045000173

Av Expedição Roncador Xingu, 0000249 - Centro

Telefone 06634382653

rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020

| | |
|---|---|
| **Sub-Total:** | **19.620,00** |
| **Total Parcial Suplementado:** | **3.776.685,96** |

Art. 2º - Para dar cobertura sera utilizado o valor de R$ 3.776.685,96, oriundo do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orcamentárias relacionadas abaixo:

**04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO**

**Anul. Total ou Parcial de Dotação**

| | |
|---|---|
| 04.001.04.122.0122.1107.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê | 202.000,00 |
| **Sub-Total:** | **202.000,00** |

**05.001-FUNDEB**

| | |
|---|---|
| 05.001.12.361.0109.2018.3.1.9.0.13.00.00.0 0 Obrigacoes Patronais | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | 49.000,00 |
| 05.001.12.365.0109.2019.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis | 46.000,00 |
| **Sub-Total:** | **95.000,00** |

**05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA**

| | |
|---|---|
| 05.002.12.361.0110.2029.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0122000000-Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação | 911.468,25 |
| 05.002.12.361.0110.2029.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN | 34.531,75 |
| 05.002.12.361.0111.1016.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN | 22.754,43 |
| 05.002.12.361.0111.1016.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 233.245,57 |
| 05.002.12.361.0111.2031.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 69.000,00 |
| 05.002.12.361.0111.2031.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 47.000,00 |
| **Sub-Total:** | **1.318.000,00** |

**06.001-DIVISAO DE DESPORTO**

| | |
|---|---|
| 06.001.27.812.0115.1076.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê | 344.754,59 |
| 06.001.27.812.0115.1076.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 6.245,41 |
| **Sub-Total:** | **351.000,00** |

**07.001-DIVISAO DE SAUDE**

| | |
|---|---|
| 07.001.10.301.0119.2044.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 44.000,00 |
| 07.001.10.301.0120.2045.3.1.9.0.04.00.00.0 0 Contratacao por Tempo Determinado | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 55.000,00 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0102077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | 556,60 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 56.443,40 |

ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**

CNPJ: 15024045000173

Av Expedicao Roncador Xingu, 0000249 - Centro

Telefone 06634382653

rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020

| | |
|---|---|
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0102077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | 6.279,39 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 97.720,61 |
| 07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 106.000,00 |
| **Sub-Total:** | **366.000,00** |

**07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

| | |
|---|---|
| 07.011.10.301.0116.2065.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 173.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2065.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 81.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2065.3.1.9.1.13.00.00.0 0 OBRIGACOES PATRONAIS RPPS | |
| 0142000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado | 16.000,00 |
| 07.011.10.301.0116.2065.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal | 111.500,00 |
| 07.011.10.301.0116.2065.3.3.9.0.39.00.00.0 0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica | |
| 0123000000-Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Saúde | 27.500,00 |
| 07.011.10.305.0118.2067.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0142000000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado | 110.000,00 |
| **Sub-Total:** | **519.000,00** |

**08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS**

| | |
|---|---|
| 08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê | 294.322,67 |
| 08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0100077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | 158.488,41 |
| 08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 23.188,92 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0116000000-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE | 5.172,96 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB | 80.387,05 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 53.764,99 |
| 08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.0 0 Material de Consumo | |
| 0100077000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui | 22.675,00 |
| **Sub-Total:** | **638.000,00** |

**08.003-DIVISAO DE LIMPEZA URBANA**

| | |
|---|---|
| 08.003.15.452.0134.2076.3.1.9.0.11.00.00.0 0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 43.000,00 |
| 08.003.15.452.0134.2076.3.1.9.0.13.00.00.0 0 Obrigacoes Patronais | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | 42.000,00 |
| **Sub-Total:** | **85.000,00** |

**08.004-DIVISAO DE ELETRICIDADE**

| | |
|---|---|
| 08.004.25.752.0123.1045.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | |
| 0117000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP | 202.672,48 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
CNPJ: 15024045000173
Av Expedicao Roncador Xingu, 0000249 - Centro
Telefone 06634382653
rh@novaxavantina.mt.gov.br

**DECRETO SUPLEMENTAR Nº 04014/2020**

| | | |
|---|---|---|
| 08.004.25.752.0123.1045.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES | | |
| 0100000000-Recursos Ordinários | | 13,48 |
| | **Sub-Total:** | **202.685,96** |
| | **Total Parcial Reduzido:** | **3.776.685,96** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. NOVA XAVANTINA, 02, Dezembro de 2020

JOAO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito

Emissão: 20/01/2021 12:49:54 Page 8 de 8

Homologado

**SECRETARIA DE GABINETE**
**NORMA DISCIPLINAR N.º 001/2021/SMS/NX**

**Norma disciplinar n.º 001/2021/SMS/NX**

Dispõe sobre o exercício do poder disciplinar no âmbito do sistema único de saúde do Município de Nova Xavantina-MT para assegurar à aplicação de vacinas contra covid-19 nos grupos prioritários e dá outras providências.

CONSIDERANDO a lei municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT.

CONSIDERANDO o Plano Nacional, Estadual e **Municipal** de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, os quais estão baseados nos princípios similares estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Programa Nacional de Imunização (PNI), que dentre vários fatores e critérios também definiu a seguinte ordem de priorização preservação do funcionamento dos serviços de saúde, proteção dos indivíduos com maior risco de desenvolvimento de formas graves e óbitos, seguido da preservação do funcionamento dos serviços essenciais e proteção dos indivíduos com maior risco de infecção;

CONSIDERANDO que foram elencados grupos prioritários para vacinação devido ao cenário atual, onde ainda não há ampla disponibilidade da vacina no mercado brasileiro e mundial;

CONSIDERANDO a importância de seguir os pressupostos supracitados, assegurando o controle e a transparência na Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19, documentos técnicos ou normativas complementares, bem como os princípios que regem a Administração Pública;

Art. 1º. Estabelecer que constitui **falta funcional grave** do servidor público à aplicação de vacina contra COVID-19 em pessoas que não façam parte dos grupos prioritários ou que não siga a ordem de prioridade estabelecida na Campanha de Vacinação contra a Covid-19.

§1º. O cometimento desta falta funcional implicará em abertura de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do profissional que aplicar a vacina em desacordo com o enquadramento em grupo prioritário, estando este, passível das punições previstas no Art. 188, da lei municipal n.º 1. 752, de 03 de dezembro de 2013, Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Xavantina, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§2º. Se a aplicação de vacina em usuário do Sistema Único de Saúde - SUS que não pertença ao grupo prioritário estabelecido se der por negligência ou inobservância da identificação do usuário, o servidor responsável pela aplicação sujeitar-se-á a penalidade de acordo com o desfecho do Processo Administrativo Disciplinar.

§3º. Na hipótese do servidor da rede pública de saúde receber a vacinação não sendo classificado como pertencente ao grupo prioritário, sujeitar-se-á a penalidades conforme desfecho do já citado Processo Administrativo Disciplinar, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§4°. É vedado ao servidor ou empregado da Rede SUS Municipal valer-se do uso do cargo, emprego ou função, bem como facilidades, amizades, tempo, posição ou influências para obter favorecimento para si ou para outrem, no que diz respeito ao recebimento da vacina Covid-19, em desrespeito as fases da campanha de vacinação, bem como dos grupos eleitos como prioritários.

Art. 2º. Os usuários do SUS que não pertencerem ao grupo prioritário e receberem a vacina contra a Covid-19 não obedecendo a ordem priorizada no calendário de vacinação, mediante declaração falsa, fraudulenta ou distorcida, estarão sujeitos à responsabilização cível e penal dos órgãos competentes.

Art. 3º. O disposto na presente norma disciplinar aplica-se aos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados temporariamente, especialmente aqueles que atuam na operacionalização da campanha de vacinação (coordenador ou gestor do setor responsável pela campanha, servidor encarregado de realizar a identificação e/ou o registro do trabalhador/usuário do SUS que receberá a vacina e/ou o servidor que aplica a vacina, entre outros);

Art. 4º. As denúncias de casos abrangentes nesta portaria deverão ser enviadas a Ouvidoria Municipal, através do telefone 0800-643-2840 ou pelo Link da Ouvidoria: https://novaxavantina.mt.gov.br/ouvidoria.

Nova Xavantina, MT, 27 de janeiro de 2021.

**ILZA FABÍOLA ZUFFO**

Secretária Municipal de Saúde Nova Xavantina

Portaria 86/2021

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 4023, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**

CNPJ: 15024045000173
Av Expedicao Roncador Xingu, 0000249 - Centro
Telefone 06634382653
rh@novaxavantina.mt.gov.br

## DECRETO ESPECIAL Nº 04023/2020

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor JOAO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de NOVA XAVANTINA, estado do Mato Grosso, atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **02238/2020** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

## DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o credito adicional especial no valor de R$ 162.847,65, destinado a dar cobertura as seguintes dotações orcamentárias relacionadas abaixo:

**05.005-FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

| **Anul. Total ou Parcial de Dotação** | |
|---|---|
| 05.005.13.392.0137.2104.3.3.9.0.31.01.00.0 0 Premiacoes Culturais | |
| 0182078000-Transferencia de recursos para aplicacao em outras acoes emergenciais (Lei n. 1 | 162.847,65 |
| **Sub-Total:** | **162.847,65** |
| **Total Suplementado:** | **162.847,65** |

Art. 2º - Para dar cobertura sera utilizado o valor de R$ 162.847,65, oriundo do recurso da Lei 14.017/2020 que dispõe sobre ações emergênciais destinadas ao setor cultural da receita orçamentária relacionada abaixo:

| | | |
|---|---|---|
| ***0.1.7.1.8.99.1.1.03.00.00 – Transf. Rec. p/ Aplic. Ações Emergenciais Lei 14.017/2020*** | **Total Reduzido:** | **162.847,65** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. NOVA XAVANTINA, 11, Dezembro de 2020

JOAO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito

Emissão: 20/01/2021 13:00:36 Page 1 de 1

Homologado

**LICITAÇÃO**
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA - MT. Data de abertura dos envelopes: 10/02/2.021, às 9h00 (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital e obter informações, poderão fazê-lo na Prefeitura Municipal – Sala de Licitações e/ou através dos telefones (66) 3438-3362 e e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://www.novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-lic...

Nova Xavantina – MT, 27 de janeiro de 2.021.

**Marina Angélica Marca**

Pregoeira Oficial.

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 4037, DE 12 DE JANEIRO DE 2021**

**DECRETO N.º 4037, DE 12 DE JANEIRO DE 2021**

*Aprova o desdobramento de área urbana, e dá outras providências*.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na ***Certidão 087/2020***, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior; **Decreta**:

**Art. 1º** Fica aprovado o **desdobramento de 3 (três) lotes urbano,** correspondentes a uma **área de 535,30m², locado sob o n.º 6 (seis) da quadra 2 (dois), Conjunto "N", Cadastro Municipal 001.01.02N.06.001**,Centro,, setor Nova Brasília, nesta cidade, que se encontra Matriculada sob n.º 12.260 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Alvando Barbosa da Silva**, portador do CI/RG n.º 1.917. 183-SSP/GO, inscrito no CPF sob o n.º 387.610.251-00, residente e domiciliado nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

**I – Desdobramento 1 -** 01 (um) lote de terras, com área de **234,25m²**, Centro, Setor Nova Brasília, nesta cidade, denominado **Lote 6 (seis) da quadra 2 (dois), Conjunto "N", Cadastro Municipal 001.01.02N.06.001,** com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Santarém, nº 400, medindo 9,50 metros, lado direito para o lote 6-A da quadra 02N, medindo 13,50 metros, lado direito para o lote 6-B da quadra 02N, medindo 14,90 metros, lado esquerdo para o lote 4 da quadra 02N, medindo 27,80 metros e fundos com o lote 3 da quadra 02N, medindo 7,20 metros;

**II – Desdobramento 2 -** 01 (um) lote de terras, com área de **150,48m²**, Centro, Setor Nova Brasília, nesta cidade, denominado **Lote 6-A (seis "A") da quadra 2 (dois), Conjunto "N", Cadastro Municipal 001.01. 02N.06-A.001,** com os seguintes limites e confrontações: frente para Avenida Araés, medindo 14,15 metros, lado direito para o lote 6-B da quadra 02N, medindo 10,42 metros, lado esquerdo para Rua Santarém, medindo 11,50 metros e fundos para o lote 6 da quadra 02N, medindo 13,50 metros;

**III – Desdobramento 2 -** 01 (um) lote de terras, com área de **150,57m²**, Centro, Setor Nova Brasília, nesta cidade, denominado **Lote 6-B (seis "B") da quadra 2 (dois), Conjunto "N", Cadastro Municipal 001.01. 02N.06-B.001,** com os seguintes limites e confrontações: frente para Avenida Araés, medindo 15,15 metros, lado direito para o lote 3 da quadra 02N, medindo 9,30 metros, lado esquerdo para o lote 6-A da quadra 02N, medindo 10,42 metros e fundos para o lote 6 da quadra 02N, medindo 14,90 metros.

*Parágrafo único.* Integra o presente Decreto, memoriais, mapas e ART 1220200175584, da lavra de Wallas Alves Pires dos Santos – Engenheiro Civil – Engenheiro de Segurança do Trabalho – RNP 1014443334.

**Art. 2º** Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desdobramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

**Art. 3º** Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desmembramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 12 de janeiro de 2021

**João Machado Neto** – João Bang

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 4.035, DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**DECRETO N.º 4.035, DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

*Dispõe sobre atualização da Unidade Padrão Fiscal do município de Nova Xavantina e dá outras providencias.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe a Lei Municipal n.º 921, de 21 de dezembro de 2001, *Código Tributário Municipal – CTM*, alterada através da Lei Municipal n.º 1.976, de 29 de dezembro de 2016, que *altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 921/2.001, e dá outras providências;* e demais legislação que trata da matéria;

- Considerando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado no período de outubro 0,89%, novembro 0,95% e dezembro/2020 1,46%; **Decreta:**

**Art. 1º** Fica atualizado o valor da *Unidade Padrão Fiscal de Nova Xavantina – UPF/NX*, em 3,3% (um vírgula sessenta e sete por cento) referente ao período de 10/2020 a 12/2020, que passará de R$ 34,11 (trinta e quatro reais e onze centavos) para R$ 35,23 (trinta e cinco reais e vinte e três centavos).

**Art. 2º** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 12 de janeiro de 2021.

**João Machado Neto – João Bang**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

**PORTARIA Nº 044/2021**

***O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:***

**Artigo 1º-** Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor: **WANDERLEY VIEIRA** brasileiro, maior, portador do RG: nº 629.255 SSP/MT e do CPF: nº 535.814.231-20, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO** no cargo de **AUXILIAR DE CONTABILIDADE,** referente

ao período aquisitivo de 2019/2020 a partir de 27/01/2021 á 15/02/2021, retornando em 16/02/2021.

**Artigo 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 27 de Janeiro de 2021.

**SILVANO PEREIRA NEVES**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

### EDITAL Nº 03/2021 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 19 DE JANEIRO DE 2021 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PUBLICO N°. 01/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔ

**EDITAL Nº 03/2021 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019**

**19 DE JANEIRO DE 2021**

**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PUBLICO N°. 01/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, e:

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 067, de 25 de Janeiro de 2013, "Dispõe sobre o Plano de cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Gerais da Prefeitura do Município de Novo Santo Antônio e alterações posteriores, na forma que estabelece e dá outras providências";

**CONSIDERANDO** a Homologação do Resultado Final do Concurso Público preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT;

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

**R E S O L V E:**

**Art. 1° - CONVOCAR** os candidatos das vagas remanescentes aprovados relacionados no ANEXO I desde Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**I -** Os candidatos relacionados no Anexo I do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos - Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, localizada na Av. 29 de Setembro n° 244, Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no Anexo II do presente edital, parte integrante da presente convocação.

**II -** Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II, acarretará o não cumprimento do mesmo.

**III -** O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

**Art. 2° -** Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no ANEXO II.

**Art. 3° -** A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho de acordo com o constate no Edital do Concurso Público nº 01/2019 e Edital Complementar n° 01/2019 - UNIFICADO.

**Art. 4° -** O presente Edital de convocação, com a relação completa dos CONVOCADOS, estará publicado no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, no site oficial **www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparencia/Outro...** e no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, atendendo a necessidade e conveniência de cada órgão administrativo da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio /MT.

**Art. 5° -** É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

**Art. 6° -** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 7° -** Integram o presente Edital:

ANEXOI – Relação de Candidatos Convocados;

ANEXO II – Relação dos documentos a serem apresentados em conformidade Edital do Concurso Público nº 01/2019 e Edital Complementar n° 01/2019 - UNIFICADO.

Novo santo Antônio/MT, 25 de Janeiro de 2021.

**ADÃO SOARES NOGUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**ANTONIO FERNANDO FERREIRA**

**Secretario de Administração**

**A N E X O I**

| 006 - PSICÓLOGO - NOVO SANTO ANTÔNIO | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | **Nome** | **Nome** | **Nome** |
| 0000064 | JULIANA FERREIRA DO NASCIMENTO | 54,00 | 3º |

**A N E X O II**

**I**. Para efeito de posse, o candidato aprovado, classificado e convocado **FICARÁ SUJEITO À APROVAÇÃO EM EXAME MÉDICO PERICIAL**, devendo apresentar atestado de aptidão mental(expedido por médico psiquiatra), atestado de saúde física ***e o resultado dos seguintes exames***:

**a)** RX Coluna Lombar;

**b)** Hemograma Completo;

**c)** VDRL;

**d)** Audiometria Tonal;

**e)** RX Tórax;

**f)** Eletrocardiograma - ECG;

**g)** Eletroencefalograma - EEG

**h)** Glicemia.

**II- Documentação necessária no Ato da Posse:**

No ato da Posse, deve ser apresentada a documentação abaixo:

? Cédula de Identidade **(RG);**

? Certidão de Casamento ou Nascimento;

? CPF do Cônjuge, Companheiro (a).

? Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

? Cartão de Identificação do Contribuinte **(CPF);**

? Cartão do PIS/PASEP;

? Título de Eleitor e comprovante de regularidade junto a justiça eleitoral;

? Comprovante de Escolaridade;

? Comprovante de residência;

? Declaração de Imposto de Renda ou de Bens (conforme o caso);

? Declaração de não acumulo de Cargo público, anexo V (Reconhecida Firma);

? Nº conta corrente Banco do Brasil, Bradesco e/ou Caixa Econômica Federal;

? Carteira do Registro no Conselho (conforme o cargo);

? CARTEIRA DE HABILITAÇÃO (CNH) (conforme o cargo);

? Certidão de Regularidade do Conselho de Classe (conforme o cargo);

? Certidão de Negativa Criminal Fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Novo Santo Antônio –MT (São Félix do Araguaia/MT) ou do domicílio do candidato nos últimos cinco anos, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

? Atestado de Sanidade Física e Mental;

? Certidões de quitação com a Fazenda Publica Municipal;

? Certidão Conjunta da Receita Federal;

? 01 (uma) foto 3x4 recente;

? Copia de Carteira de Trabalho (página do último contrato de trabalho e página em Branco, ou somente página em branco pra quem nunca teve carteira assinada);

---

**04- EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04-2021**

**EDITAL Nº 04/2021 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019**

**27 DE JANEIRO DE 2021**

**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PUBLICO N°. 01/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, e:

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar n° 067, de 25 de Janeiro de 2013, "Dispõe sobre o Plano de cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Gerais da Prefeitura do Município de Novo Santo Antônio e alterações posteriores, na forma que estabelece e dá outras providências";

**CONSIDERANDO** a Homologação do Resultado Final do Concurso Público preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT;

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

**R E S O L V E:**

**Art. 1° - CONVOCAR** os candidatos das vagas remanescentes aprovados relacionados no ANEXO I desde Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**I -** Os candidatos relacionados no Anexo I do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos - Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, localizada na Av. 29 de Setembro n° 244, Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no Anexo II do presente edital, parte integrante da presente convocação.

**II -** Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II, acarretará o não cumprimento do mesmo.

**III -** O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

**Art. 2° -** Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no ANEXO II.

**Art. 3° -** A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho de acordo com o constate no Edital do Concurso Público nº 01/2019 e Edital Complementar n° 01/2019 - UNIFICADO.

**Art. 4° -** O presente Edital de convocação, com a relação completa dos CONVOCADOS, estará publicado no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, no site oficial **www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparencia/Outro...** e no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, atendendo a necessidade e conveniência de cada órgão administrativo da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio /MT.

**Art. 5° -** É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

**Art. 6° -** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 7° -** Integram o presente Edital:

ANEXOI – Relação de Candidatos Convocados;

ANEXO II – Relação dos documentos a serem apresentados em conformidade Edital do Concurso Público nº 01/2019 e Edital Complementar n° 01/2019 - UNIFICADO.

Novo santo Antônio/MT, 27 de Janeiro de 2021.

**ADÃO SOARES NOGUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**ANTONIO FERNANDO FERREIRA**

**Secretario de Administração**

**A N E X O I**

| 019 - VIGIA - NOVO SANTO ANTÔNIO | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | **Nome** | **Nome** | **Nome** |
| 0000982 | EVANDRO PEREIRA RODRIGUES | 75,00 | 2º |

**A N E X O II**

**I**. Para efeito de posse, o candidato aprovado, classificado e convocado **FICARÁ SUJEITO À APROVAÇÃO EM EXAME MÉDICO PERICIAL**, devendo apresentar atestado de aptidão mental(expedido por médico psiquiatra), atestado de saúde física ***e o resultado dos seguintes exames***:

**a)** RX Coluna Lombar;

**b)** Hemograma Completo;

**c)** VDRL;

**d)** Audiometria Tonal;

**e)** RX Tórax;

**f)** Eletrocardiograma - ECG;

**g)** Eletroencefalograma - EEG

**h)** Glicemia.

**II- Documentação necessária no Ato da Posse:**

No ato da Posse, deve ser apresentada a documentação abaixo:

? Cédula de Identidade **(RG);**

? Certidão de Casamento ou Nascimento;

? CPF do Cônjuge, Companheiro (a).

? Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

? Cartão de Identificação do Contribuinte **(CPF);**

? Cartão do PIS/PASEP;

? Título de Eleitor e comprovante de regularidade junto a justiça eleitoral;

? Comprovante de Escolaridade;

? Comprovante de residência;

? Declaração de Imposto de Renda ou de Bens (conforme o caso);

? Declaração de não acumulo de Cargo público, anexo V (Reconhecida Firma);

? Nº conta corrente Banco do Brasil, Bradesco e/ou Caixa Econômica Federal;

? Carteira do Registro no Conselho (conforme o cargo);

? CARTEIRA DE HABILITAÇÃO (CNH) (conforme o cargo);

? Certidão de Regularidade do Conselho de Classe (conforme o cargo);

? Certidão de Negativa Criminal Fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Novo Santo Antônio –MT (São Félix do Araguaia/MT) ou do domicílio do candidato nos últimos cinco anos, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

? Atestado de Sanidade Física e Mental;

? Certidões de quitação com a Fazenda Publica Municipal;

? Certidão Conjunta da Receita Federal;

? 01 (uma) foto 3x4 recente;

? Copia de Carteira de Trabalho (página do último contrato de trabalho e página em Branco, ou somente página em branco pra quem nunca teve carteira assinada);

**TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 02/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 01/2021**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**Processo nº: 02/2021**

**Dispensa de Licitação nº: 01/2021**

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GALERIAS DE CONCRETO PARA SUBSTITUIR PONTE DE MADEIRA SOBRE O CORREGO SETE VOLTAS LOCALIZADA NA ESTRADA VICINAL DO MURERE PROXIMO A VILA NOVA TRINDADE (ZE 300) ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS MUNICIPAL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERÇAO DE ESTRADAS.**

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativos de Dispensa de Licitação n° 01/2021, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GALERIAS DE CONCRETO PARA SUBSTITUIR PONTE DE MADEIRA SOBRE O CORREGO SETE VOLTAS LOCALIZADA NA ESTRADA VICINAL DO MURERE PROXIMO A VILA NOVA TRINDADE (ZE 300) ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS MUNICIPAL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERÇAO DE ESTRADAS.

*Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº 01/2021.*

FAVORECIDA: **MARTINS OLIVEIRA - CONSTRUTORA EQUILIBRIO LTDA**

CNPJ: **21.037.364/0001-16**

VALOR TOTAL: **R$ 30.744,73 (Trinta Mil Setecentos e Quarenta e Quatro Reais, Setenta e Três Centavos).**

FUNDAMENTO LEGAL: **Artigo 24 Inciso IV da Lei nº 8.666/93.**

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT, 28 de Janeiro de 2.021.

_____

**ADÃO SOARES NOGUEIRA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 055/2021**

**PORTARIA Nº 055/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe de Departamento de Informática, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Chefe de Departamento de Informática da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Zenaide Castro de Oliveira,** portadora do RG: 5294139 SPTC/GO e do CPF: 015.992.851-69.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 064/2021**

**PORTARIA Nº 064/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Assessor Pedagógico, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Artigos 9º e 42, Incisos IV e II da Lei Municipal nº. 453/2007 de 01 de fevereiro de 2007

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Assessora Pedagógica do município de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Tatiane Camargo Marçal,** portadora do RG: 1596225-3 SSP/MT e do CPF: 024.826.181-93.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 048/2021**

**PORTARIA Nº 048/2021**

**"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

**LEONARDO FARIA ZAMPA**, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Considerando O Artigo 127 da Lei 456/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Novo São Joaquim-Mt.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses, referente ao quinquênio 17/10/2014 a 17/10/2019, no período de 04/01/2021 a 04/04/2021 para a funcionária: **Angelina Carvalho dos Santos Silva,** portadora do RG: 2303806-3 SEJUSP/MT e do CPF: 045.526.751-09, efetiva com o cargo de Agente Administrativo AA7, matrícula nº. 1280.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 049/2021**

**PORTARIA Nº 049/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Visitador Social do Programa Criança Feliz, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no § 5º da Lei Municipal nº. 813/2019 de 24 de junho de 2019.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Visitador Social do Programa Criança Feliz da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Leidiane Rebouças de Souza,** portadora do RG: 27338207 SSP/MT e do CPF: 060. 791.941-80.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 050/2021**

**PORTARIA Nº 050/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Visitador Social do Programa Criança Feliz, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no § 5º da Lei Municipal nº. 813/2019 de 24 de junho de 2019.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Visitador Social do Programa Criança Feliz da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Cecilia Aparecida Teixeira,** portadora do RG: 4720513DGPC/GO e do CPF: 027.690. 611-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 051/2021**

**PORTARIA Nº 051/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Gestor do Programa Bolsa Família, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no § 6º da Lei Municipal nº. 813/2019 de 24 de junho de 2019.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Gestora do Programa Bolsa Família da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Divina Nunes de Jesus Roque,** portadora do RG: 13658336 SSP/MT e do CPF: 002. 692.731-40.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 065/2021**

**PORTARIA Nº 065/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Orientador Educacional, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Artigos 9º e 42, Incisos IV e II da Lei Municipal nº. 453/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Orientadora Educacional do município de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Nilza D'arc Rosa ,** portadora do RG: 241656-9 SSP/GO e do CPF: 435.840.551-72.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 052/2021**

**PORTARIA Nº 052/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Coordenador de Trânsito, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no 6º da Lei Municipal nº. 456/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Coordenadora Municipal de Trânsito da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Emanuela Batista Ribeiro,** portadora do RG: 12805939 SSP/MT e do CPF: 014.272.131-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 053/2021**

**PORTARIA Nº 053/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe de Departamento de Guarda e Vigilância, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Departamento de Guarda e Vigilância da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt o Senhor: **Vinicius Braz da Silva,** portador do RG: 30624037 SSP/MT e do CPF: 062.204.981-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 054/2021**

**PORTARIA Nº 054/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe de Departamento de Inclusão Social e Apoio aos Programas Sociais, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Chefe de Departamento de Inclusão Social e Apoio aos Programas Sociais da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Débora Correia Assis,** portadora do RG: 7811507 PC/PA e do CPF: 032.643.122-55.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 056/2021**

**PORTARIA Nº 056/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe de Departamento de Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Chefe de Departamento de Fomento ao Trabalho, Renda e Cidadania da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Rosania da Silva,** portadora do RG: 15564770 SSP/MT e do CPF: 952.927.721-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 057/2021**

**PORTARIA Nº 057/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe de Departamento de Vigilância Sanitária, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Chefe de Departamento de Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Roselany Maria Gomes,** portadora do RG: 1401778-4 2ª via e do CPF: 026. 970.381-08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 058/2021**

**PORTARIA Nº 058/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Coordenador de Urgência e Emergência, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Chefe de Coordenador de Urgência e Emergência da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhorita: **Luciani Rodrigues de Moraes,** portadora do RG: 22552650 SSP/MT e do CPF: 023.072.081-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 059/2021**

**PORTARIA Nº 059/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Departamento de Central de Regulação e Auditoria, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Chefe de Departamento de Central de Regulação e Auditoria da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Alessandra Novais de Oliveira,** portadora do RG: 3712730/2ª via SSP/MT e do CPF: 954.735.721-20.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 060/2021**

**PORTARIA Nº 060/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe Departamento de Agricultura e Pecuária, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 454/2007 de 01 de fevereiro de 2007.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Chefe de Departamento de Agricultura e Pecuária da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt o Senhor: **Gilberto augusto Filho,** portador do RG: 2077040-5 SSP/MT e do CPF: 038. 140.121-94.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 061/2021**

**PORTARIA Nº 061/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Diretor Escolar, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei Municipal nº. 715/2015 de 26 de fevereiro de 2015.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Diretora Escolar da Escola Municipal de Educação Básica Tio Patinhas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Varlei Aparecida de Jesus,** portadora do RG: 776464 SSP/MT e do CPF: 867.199.041-91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 062/2021**

**PORTARIA Nº 062/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Diretor Escolar, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei Municipal nº. 715/2015 de 26 de fevereiro de 2015.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Diretora Escolar da Unidade Municipal de Educação Infantil José Maurício Zampa da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: **Pollyanne Viana de Souza Dal Pascoal,** portadora do RG: 001474429 SSP/MS e do CPF: 003.513.941-25.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 063/2021**

**PORTARIA Nº 063/2021**

**04 JANEIRO DE 2021**

"Dispõe sobre a Nomeação do Coordenador Escolar, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 1º da Lei Municipal nº. 715/2015 de 26 de fevereiro de 2015.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear para o cargo de Coordenadora Escolar da Municipal de Educação Básica Itaquerê a Senhora: **Rosangela Assis de Jesus,** portadora do RG: 8.652.717-0 SSP/PR e do CPF: 005.770.031-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2021.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**LICITAÇÃO**
**HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 02/2021**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, a homologação do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 02/2021**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de 01 (um) Trator Cortador de Grama, dirigível, Gasolina, motor mínimo 15 hp, 420 CC**, **transmissão hidráulica automática**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Paranatinga/MT, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018. **Empresa: MULTI COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - EPP. CNPJ nº. 14.232.071/0001-24. Valor Total R$: 17.000,00 (dezessete mil reais).** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 27 de janeiro de 2021.

**OUVIDORIA MUNICIPAL**
**ATA-02 DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA "SER FAMILIA" DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA – MT**

ATA-02 do Comitê Gestor Municipal do Programa "SER FAMILIA" do Município de Paranatinga – MT. Reunidos para aprovação das famílias selecionadas ao Programa Ser Família. No dia vinte e um do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, sito a Avenida Bandeirantes nº 1822, Bairro Centro, as nove horas e trinta minutos, por unanimidade os membros do Comitê Gestor Municipal, aprovam a relação das famílias, que serão contempladas com os benefícios do Programa Estadual de Transferência de Renda "Ser Família", nas modalidades de cartões: Ser Família, Ser Criança, Ser Idoso, Ser Inclusivo, conforme critérios, de cada família. São elas:

| | | |
|---|---|---|
| AGUINALDA BARBOSA DE CAMARGO, | LINEY COELHO VIEIRA | APARECIDA GLORIA DOS SANTOS |
| ALBA LILA BORGES LINO | LUCIA BARBOSA VIEIRA | MYGUELL SANTOS DO VALE |
| ALINE APARECIDA DOS SANTOS DO AMARAL | LUCIANA MOREIRA FARIA | APARECIDA PEDROSA DA GUIA |
| WAGNER AMARAL DE BRITO | GABRIELLY FARIA DE SOUZA | EMILY VITORIA PEDROSA DA SILVA |
| AVANILDA SOUZA SANTOS | LUCILEIA ALVES SANTANA | CARINE MOURÃO FERREIRA |
| BENEDITA DE PONTES | MARIA EDUARDA ALVES SANTANA LOPES | CASSIANA PEREIRA DA SILVA |
| BIATRIZ MATOS CORREA | LUCIMARA SANDRA SIGNOR | CIRLEI BORGES PEREIRA |
| CHERLI MORAES DIAS | JOSIAS LECHNER | DEBORA SILVA DE OLIVEIRA |
| CRISTINA MARIA DO SOCORRO | LUCINEIA RIBEIRO ALVES | EVELLYN BEATRIZ OLIVEIRA DE CARVALHO |
| GEORGE MYGUELL SOCORRO | ITALLO RYAN RIBEIRO FERNADES | DENISE SOUZA DA SILVA MELO |
| DAIANE ANGELA DA SILVA | LUCINEZ BARBOSA DE SOUZA | PEDRO RAPHAEL DE SOUZA MELO |
| DALVINA FIGUEIREDO DA SILVA | AMANDA EDUARDA DE SOUZA CORREA | DEUVANIA DOMINGOS DE FREITAS |
| PEDRO EPIFANO DA SILVA | LUIZA DE MATOS | GUILHERME FREITAS FERNADES |
| DIVINA DE JESUS FERREIRA | LUZIANE SOUZA BARBOSA | ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA NONATO |
| DIVINA MARIA FERREIRA DA SILVA | MARIA APARECIDA FERREIRA BERNARDO | LORENA SENGER |
| EDNEIA SOUZA LOPES | MARIA DE FATIMA SANTANA | ELIANE DIAS DA SILVA |
| VALTER CAUÃ SOUZA DE FREITAS | YNGRID LARISSA SANTANA DA SILVA | MIGUEL DA SILVA |
| ELIANE FERREIRA LUIZ | MARIA JOSE FERREIRA LEITE | ELIZANGELA DA SILVA DE MATOS |
| JOSE MILTON DOS SANTOS ALECRIM | EDEMILSON LEITE PEREIRA | GRAZIELLY DE MATOS VIANA |
| ERICA PATRICIA DA SILVA | MARIA JOSE OLIVEIRA SOUZA | EVELIN PATRICIA DO CARMO SILVA |
| JOÃO MIGUEL DA SILVA MIRANDA LACERDA | MARIA VILMA TIBURTINO FIGUEIREDO | MARIA JULIA RIBEIRO DA SILVA |
| ERIK LUCIANO RODRIGUES | GRAZIELA DA SILVA TRIBUTINO FIGUEIREDO | FRANCISCA MARIA AVELINO DA SILVA |
| EVA MARIA DE SOUZA | MARILENE BARBOSA DA SILVA | FRANCISCO AVELINO DA SILVA |
| RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA DIAS | MARINA MARTINS GULARTE | GARDENIA OLIVEIRA CARDOSO |
| FERNANDO FERREIRA DOS SANTOS | NATHALIA KELLY DE OLIVEIRA | JAYANE PEREIRA CRUZ |
| FRANCISCA ISABEL RIBEIRO DA SILVA | ENZO GABRIEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO | ANDRESSA CRUZ SILVA |
| THIAGO RIBEIRO DA SILVA | PATRICIA MORAES MAIA | JOCASTA TORRES |
| FRANCISCA MARIA CARDOSO DA SILVA | RAIMUNDA SANTO DA SILVA | SAMUEL TORRES DA SILVA |
| ANDRESSA DA SILVA PALHARES | REGINA PEREIRA DE JESUS | JOCIMAR MOREIRA DO CARMO |
| GESSICA APARECIDA DA SILVA BORGES | ROSA ALMEIDA SILVA | JULIANA RODRIGUES DE LIMA |
| DALILA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA | ROSILEIDE DE OLIVEIRA | AMANDA DE LIMA VIEIRA |
| GILDALIA ALMEIDA PEREIRA | GABRIELA OLIVEIRA DA SILVA | KARLIANA MARQUES DA SILVA |

| | | |
|---|---|---|
| PALOMA RODASSA PEREIRA BARBOSA | ROSILENE REIS MAGALHAES SIQUEIRA | JOSE VINICIUS DA SILVA ALBURQUERQUE |
| GISELI DA SILVA DOS SANTOS | LARISSA MAGALHÃES DOS SANTOS | MARCIA AMARA MARIA DA CONCEIÇÃO |
| GEOVANE DOS SANTOS RONDON | SEBASTIANA FERREIRA DE ASSIS | MARIA ADRIANA ROCHA SOUZA |
| GUIOMAR BERNARDES DE JESUS | SAMUEL ANTONIO GOMES FERREIRA | MARIELE SILVEIRA BARROS |
| IAGO DE ARRUDA LEAL | SILVANA ALVES DA SILVA | MAYARA SIQUEIRA FERREIRA |
| IRACEMA FERREIRA DOS SANTOS | SOLANGE DA SILVA DOS SANTOS | MURILO OTAVIO SIQUEIRA FERREIRA |
| LUIZ EDUARDO FERREIRA SILVA | SUELI DE OLIVEIRA SILVA | NATIELI RODRIGUES DE AGUIAR |
| IRANILDA DE MORAIS PESSOA | TEREZA CARNEIRO DA SILVA | YHANARA VALENTINHA AGUIAR DE ALMEIDA |
| ANY VITORIA DE MORAIS ROSA | VILMA RIBEIRO DE SOUZA | PAMELA MEDEIROS CARVALHO |
| JESSICA SANTANA DOS SANTOS | ADRIELE CAMPOS NETO | LUCAS ANTONIO CARVALHO DOS SANTOS |
| WELLINGTON VICENTE SANTANA DOS SANTOS | HENRIQUE GABRIEL CAMPOS DA SILVA | PAULA GERONY SANTOS |
| JOSEFA RICARDO DOS SANTOS TAVARES | ADRIELI MOREIRA BORGES | SELMA PEREIRA DOS SANTOS |
| MANOEL DA SILVA | CAUAN MOREIRA ALVES | KAUAN PEREIRA MELO |
| JOSIENE DE AMORIM CLAUDINO | ANA MARIA SILVA CARDOSO | THAIS REGINA MOREIRA DE SOUZA |
| KETLY APARECIDA VIEIRA RODRIGUES | ANDERSON DE OLIVEIRA GONÇALVES | DAVI MOREIRA DOS SANTOS |
| LAURA ALVES DE SOUZA | PETTERSON RYAN DA SILVA GONÇALVES | VALDECI RIBEIRO DE SOUZA |
| LAURA CRISTINA DE ASSIS SILVA | | JOÃO MIGUEL RIBEIRO DA CRUZ |
| SOPHIA SILVA MARCIANO DOS SANTOS | | |

Comitê Gestor Municipal do Programa Ser Família, representado por: Fatima Rosane Ritter Pereira, Leidiane Barbosa Pereira, Claudia Michels Martins, Geralda Policeno da Silva, Elso Martins.

**OUVIDORIA MUNICIPAL**
**DECRETO N°. 1895 DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

**DECRETO N°. 1895 DE 26 DE JANEIRO DE 2021**

***"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 1892/2021 - PARANATINGA-PREV, QUE TRATA DA FIXAÇÃO DE NOVAS IDADES PARA O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO NO QUE DIZ RESPEITO A CESSAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE CADA COTA INDIVIDUAL REFERENTE AO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. "***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E CONSIDERANDO A EXISTÊNCIA DE ERRO MERAMENTE MATERIAL:**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - **RETIFICAR** o Decreto nº 1892/2021, publicada no Jornal Oficial Eletrônico do Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM MT, no dia 14 de janeiro de 2021, edição nº 3.646, que "Dispõe sobre a fixação de novas idades para o cônjuge ou companheiro no que diz respeito a cessação da percepção de cada cota individual referente ao benefício de pensão por morte. "

**Onde se lê**: (...) **CONSIDERANDO** a autorização legislativa contida na Lei do Regime Próprio de Previdência, que poderão ser fixadas em números inteiros, acerca da previsão de novas idades para os fins previstos na alínea "c", inciso V, § 1º, da Portaria ME nº 424, de 29 de dezembro de 2020, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento; (...)

**Leia-se**: (...) **CONSIDERANDO** a autorização legislativa contida na Lei do Regime Próprio de Previdência, que poderão ser fixadas em números inteiros, acerca da previsão de novas idades para os fins previstos no art. 32, § 1º, inciso V, alínea "c", da Lei Municipal nº 181/2006, com redação dada pela Lei nº 1351/2016, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento; (...)

**Onde se lê**: (...) **CONSIDERANDO** o disposto no § 3º do artigo 32 da Lei Municipal n. 1351/2016, que alterou a Lei Municipal n. 181/2006 que rege RPPS de Campinápolis;

**Leia-se:** (...) **CONSIDERANDO** o disposto no §3º do artigo 32 da Lei Municipal n. 1351/2016, que alterou a Lei Municipal n. 181/2006 que rege RPPS de Paranatinga-MT;

**Artigo 2° -** Este Decreto entra em vigor na data da publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 26 de janeiro de 2021.

**JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LICITAÇÃO**
**ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 02/2021**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 02/2021**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de 01 (um) Trator Cortador de Grama, dirigível, Gasolina, motor mínimo 15 hp, 420 CC**, **transmissão hidráulica automática**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Paranatinga/MT, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.Departamento de Licitações e Contrato em 27 de janeiro de 2021.

**OUVIDORIA MUNICIPAL**
**RESOLUÇÃO CMAS N.0 001 DE 13 DE JANEIRO DE 2021**

***RESOLUÇÃO CMAS N.0 001 de 13 de janeiro de 2021***

**Aprova o Termo de Adesão do município de Paranatinga - MT ao Programa SER FAMÍLIA.**

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS,no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Municipal nº 1035/2013.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657 que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º**. – Aprovar o Termo de Adesão do município de Paranatinga- MT ao Programa SER Família, criado no âmbito do Governo Estadual, destinado a ações de transferência de renda com condicionalidades, tendo como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até 1/3 do salário mínimo nacional.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranatinga – MT, em 13 de janeiro de 2021.

Vanessa Godoi de Souza

*PRESIDENTE DO CMAS*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**DECRETO Nº 016/2021.**

**DECRETO Nº 016, DE 15 DE JANEIRO DE 2021.**

**"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4ª do Decreto Municipal nº 21, de 18 de março de 2020 e a necessidade de complementação das ações fixadas no mesmo dispositivo através de reforço de profissionais para o enfrentamento emergencial no combate ao novo Coronavírus - COVID 19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 22, de 18 de março de 2020, qual Declara Situação de Emergência em saúde, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19);

CONSIDERANDO a necessidade de normatização da concessão do Adicional de Insalubridade em grau máximo aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento que prestam serviços na linha de frente ao combate ao covid-19, nos termos do artigo 65, III, da Lei Complementar nº 003, de 26 de agosto de 2005;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Fica concedido adicional de insalubridade em grau máximo aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento que prestam serviços na linha de frente ao combate ao covid-19, nos termos do artigo 65, III, da Lei Complementar nº 003, de 26 de agosto de 2005.

**Art. 2º** - Os efeitos do presente Decreto ficam vigentes enquanto perdurar a situação de emergência declarada no Decreto Municipal nº 22, de 18 de março de 2020.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias de Janeiro de 2021.

**Mauricio Ferreira de Souza**

**Prefeito Municipal**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 002/2021, Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, RATIFICOU a Licitação em epígrafe, para a **"AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA PARA REFORMA/CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE LOCALIZADA NA MT-410 (ESTRADA DO GAVIÃO) EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS" -** no valor total de **R$ 12.199,91 (DOSE MIL, CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS**), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo-MT, Fundamentação Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993. Peixoto de Azevedo-MT, 27 de janeiro de 2021.

Cheila Migliavaca

Presidente da CPL

**DECRETO Nº 017/2021.**

**DECRETO Nº 017, DE 15 DE JANEIRO DE 2021.**

**"OFICIALIZA OS VALORES DOS PLANTÕES DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA MÉDICA, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

**Considerando** o disposto no §8º, do artigo 39, da Lei Complementar nº 21, de 05 de abril de 2012, alterada pela lei Complementar nº 22, de 28 de dezembro de 2012.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Fica oficializado os valores dos plantões dos profissionais da área médica, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, disposto no §8º, do artigo 39, da Lei Complementar nº 21, de 05 de abril de 2012, alterada pela lei Complementar nº 22, de 28 de dezembro de 2012 conforme a seguir:

| | | |
|---|---|---|
| I. | noturno - 12 horas - segunda à sexta | R$ 900,00 |
| II. | noturno/diurno - 12 horas - sábado, domingo e feriado | R$ 1.000,00 |

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias de Janeiro de 2021.

**Mauricio Ferreira de Souza**

**Prefeito Municipal**

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT.**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PEIXOTO DE AZEVEDO**

**LEI Orgânica Do Município**

**P R E Â M B U L O**

"Nós Vereadores, legítimos representantes da população peixotense, vereadores agentes da vida política e partícipes da história do município de Peixoto de Azevedo, investidos dos poderes constituintes nos outorgados pelo artigo 24 das disposições transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso, objetivando assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais e dos valores humanos na busca da concretização de uma sociedade fraterna, solidária, justa e digna, invocando a proteção de Deus e o aval de nossas consciências, promulgamos a seguinte Lei Orgânica".

**TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO I**

**DO MUNICÍPIO**

**Artigo 1°** - O Município de Peixoto de Azevedo é uma das unidades do território do Estado de mato Grosso, parte integrante da República Federativa do Brasil, e pessoa jurídica de direto público interno, dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

**Artigo 2°** - São Poderes do Município, interdependentes e colaborativos entre si, o Executivo e o Legislativo.

**Artigo 3°** - Os limites do território do Município, só poderão ser alterados, na forma estabelecida na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

**Parágrafo Único** - A Sede do Município é a cidade de Peixoto de Azevedo.

**Artigo 4°** - São símbolos do Município de Peixoto de Azevedo, o Brasão, o Hino, a Bandeira e outros a serem estabelecidos em Lei Municipal.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPETÊNCIA**

**Artigo 5°** - Ao Município de Peixoto de Azevedo compete:

**I** - suplementar a Legislação Federal e Estadual, no que couber e naquilo, que for de seu peculiar interesse;

**II-** legislar sobre assunto de interesse local;

**III** - elaborar, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos da seção II, do Título IV da Constituição Federal;

**IV** - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, sem prejuízo, da obrigatoriedade de publicar os balancetes, nos prazos fixados em Lei;

**V** - arrecadar e aplicar as rendas que lhe pertencerem na forma da Lei;

**VI** - criar, organizar e suprimir distritos, observando a legislação Estadual;

**VII** - promover o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

**VIII** - elaborar o seu plano diretor desenvolvimento;

**IX** - legislar, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os seus serviços públicos de interesse local;

**X** - Legislar sobre a administração, utilização e alienação de seus bens;

**XI** - adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

**XII** - promover, incentivar e criar áreas destinadas à instalação de indústrias, agropecuária e à extração mineral;

**XIII** - estabelecer as servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

**XIV** - regulamentar a utilização dos logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano:

a) Provendo sobre o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado através de concessão, permissão ou de forma direta, regulamentando sua gestão, objetivando sua função social;

b)provendo sobre o transporte individual de passageiros, regulamento sua gestão, objetivando sua função social;

c)fixando e sinalizando os locais de estacionamento de veículos, os limites das zonas de silêncio de trânsito e de tráfego, em condições especiais;

d)disciplinando a execução dos serviços e atividades neles desenvolvidos;

**XV** - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

**XVI** - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destinação do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

**XVII** - ordenar as atividades urbanas fixando condições e horários para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares, observadas as normas pertinentes;

**XVIII** - quanto aos estabelecimentos comerciais, industriais e similares:

a) conceder e renovar, licença para instalação, localização e funcionamento;

b) revogar a licença daqueles, cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde à higiene, ao bem estar à recreação, ao sossego público e aos bons costumes;

**XIX** - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, administrando aqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes à entidades privadas;

**XX** - constituir guardas municipais, destinados a proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme dispuser a Lei;

**XXI** - instituir regime jurídico único, plano de carreira e plano de cargos e salários para os servidores da administração pública direta das autarquias e das fundações públicas;

**XXII** - regulamentar, autorizar e fiscalizar, a afixação de cartazes e anúncios, bem com a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais, sujeitos ao poder de polícia municipal;

**XXIII** - dispor sobre o registro a vacinação e a captura de animais e de mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão à legislação municipal;

**XXIV**- dispor sobre o registro, a vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua, de erradicação da raiva e de outras moléstias, das quais, possam ser portadoras ou transmissores;

**XXV** - promover a proteção do patrimônio histórico cultural local;

**XXVI** - promover e incentivar o turismo local, com fator de desenvolvimento social e econômico;

**XXVII** - promover guarda da documentação pública e histórica do Município e franquear sua consulta a quem delas necessitar;

**XXVIII** - promover e incentivar órgão de combate de incêndio;

**XXIX** - estabelecer e impor penalidade, por infração às suas leis e ou regulamentados;

**XXX** - apoiar as entidades representativas comunitárias materializando, as legais e necessárias reivindicações, que forem apresentadas.

**Artigo 6°**- Ao Município de Peixoto de Azevedo, compete em comum com a União, o Estado e o Distrito Federal observadas as normas de cooperação fixadas em Lei complementar:

**I** - zelar pela guarda da Constituição Federal da Constituição Estadual, desta Lei Orgânica, das Leis e das Instituições Democráticas;

**II** - cuidar da proteção e das garantias, das pessoas portadoras de deficiência;

**III** - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os arqueológicos;

**IV** - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

**V** - proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e à ciência;

**VI** - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

**VII** - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

**VIII** - promover programa de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

**IX** - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos respectivos segmentos atestados;

**X** - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração hídricos minerais, em seu território;

**XI** - estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito;

**XII** - prestar serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

**XIII**- manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental com a cooperação técnica do União e do Estado.

**TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS**

**CAPÍTULO I**

**DO PODER LEGISLATIVO**

**SEÇÃO I**

**DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Artigo 7°**- O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos através de sistema proporcional, dentre cidadãs e cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, no exercício dos direitos políticos pelo voto direto e secreto.

**Parágrafo Único** - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano, uma sessão legislativa.

**Artigo 8°**- O número de Vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, proporcional à população do Município, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 29, inciso IV e na Constituição Estadual em seu artigo 132.

**Artigo 9°**- A Câmara Municipal, reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 (quinze) de fevereiro a 30 (trinta) de junho e de 1° (primeiro) de agosto à 15 (quinze) de dezembro.

**§1°**- As reuniões marcadas para essas datas, serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

**§2°**- A Câmara Municipal se reunirá em sessões ordinárias, solenes ou secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

**§3°**- A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

**I**- pelo Prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante;

**II** - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, em caso de urgência ou interesse relevante.

**§4°**- Na sessão legislativa extraordinária a Câmara Municipal, somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada;

**§5°**- As Sessões serão públicas salvo deliberação em contrário, por 2/3 (dois terços) dos Vereadores, por motivo relevante.

**SEÇÃO II**

**DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA**

**Artigo 10** - No primeiro ano de cada legislatura, no 1° (primeiro) dia de Janeiro às 10 (dez) horas em sessão solene de instalação, independente do número, e sob a presidência do mais votado(a) dentre os presentes, os Vereadores, prestarão compromisso e tomarão posse.

**§1°**- O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá o fazer no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo aceito pela Câmara;

**§2°**- Imediatamente, após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão, através de votação aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário, os componentes da Mesa Diretora, que será automaticamente empossada.

*(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99)*

**§3°**- Inexistente número legal, o Vereador(a) mais votado(a) dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa Diretora.

**§4°-** A eleição da Mesa Diretora da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á em Sessão Extraordinária, marcada para antes da Sessão de Encerramento do primeiro biênio e, a posse ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subseqüente.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de14/09/99).***

**§5°**- No ato da posse e ao término do mandato, os vereadores deverão fazer declaração de bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando em respectiva ata o seu resumo.

**Artigo 11**- O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo, na eleição subsequente.

**Artigo 12**- A Mesa Diretora da Câmara, se compõe de Presidente, de Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, de Primeiro Secretário e de Segundo Secretário os quais se substituirão nessa ordem.

**§1°**- Na constituição da Mesa Diretora, e assegurada, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares, que participam da Câmara.

**§2°**- Na ausência dos Membros da Mesa, o Vereador(a) mais votado assumirá a presidência.

**§3°**- Qualquer componente da Mesa Diretora, poderá ser destituído da mesma, pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, podendo a votação ser aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário, quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, assumindo o seu substituto imediato ou, caso não haja, elegendo se outro Vereador para a complementação do mandato.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99.)***

**Artigo 13**- A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais.

**§1°**- As comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

**I** - realizar audiência pública com entidades da sociedade civil;

**II** - convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações, sobre assuntos inerentes à suas atribuições;

**III** - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer cidadão, referente a atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

**IV** - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

**V** - exercer, no âmbito de sua competência a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

**§ 2°**- As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e a representação da Câmara Municipal em congressos, solenidade ou atos públicos.

**§ 3°**- As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara, serão criadas pelo Legislativo Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões procedentes encaminhadas ao Ministério Público, para fins de direito.

**§ 4°**- Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que compõem o Legislativo Municipal.

**Artigo 14** - As representações partidárias na Câmara Municipal, terão líder e Vice-líder, quando as mesmas, tiverem mais de um Vereador.

**Parágrafo Único** - A indicação de líder e Vice-líder, será subscrita em documento, pelo respectivo partido político, à Mesa da Câmara, nos 07 (sete) primeiros dias de instalação da sessão legislativa.

**Artigo 15** - Além de outras atribuições previstas do Regimento Interno, os lideres indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.

**Parágrafo Único** - Ausente ou impedido o líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-líder.

**Artigo 16** - A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno dispondo sobre sua organização política e provimento de cargos de seus serviços e especialmente sobre:

**I** - a sua instalação e funcionamento;

**II** - a posse de seu membro;

**III** - a eleição da Mesa Diretora, sua composição e suas atribuições;

**IV** - o número de reuniões mensais;

**V** - as comissões;

**VI** - as sessões;

**VII**- as deliberações;

**VIII**- os assuntos de sua administração interna;

**IX** - a fixação dos salários do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

**X** - a fixação de expediente dos vereadores para oatendimento ao público, de no mínimo de 06 (seis) horas semanais, além do cumprimento em sessões.

**Artigo 17** - Por deliberação da Maioria Absoluta de seus membros, mediante votação aberta, secreta ou simbólica, a Câmara poderá convocar, Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99)***

**Parágrafo Único** - O não comparecimento do mesmo, será considerado desacato à Câmara, e:

**I** - Se Vereador, será instaurado processo, na forma da Lei Federal com conseqüente cassação do mandato do mesmo;

**II** - se não for Vereador, receberá moção de protesto, co-responsabilizando o Prefeito Municipal.

**Artigo 18** - Os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, a pedido, e através do Prefeito Municipal, poderão comparecer perante o Plenário ou qualquer comissão da Câmara, par expor assunto e discutir projeto de lei, ou qualquer outro ato normativo, relacionado com a sua atividade administrativa.

**Artigo 19** - A mesa Diretora da Câmara Municipal poderá encaminhar pedidos escritos de informações, aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

**Parágrafo Único** - A recusa ou o não atendimento no prazo de 15 (quinze) dias, ou a prestação da falsas informações, importará em crime de responsabilidade.

**Artigo 20** - A Mesa Diretora da Câmara Municipal, dentre outras atribuições, compete:

**I** - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

**II** - propor projetos que criem ou extinguem cargos, nos serviços da Câmara Municipal e fixem os respectivos vencimentos em conformidade com a Lei;

**III** - apresentar projetos de lei, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara Municipal;

**IV** - promulgar as emendas, apresentadas e aprovadas, à esta Lei Orgânica;

**V** - representar junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna;

**VI** - contratar pessoal na forma da lei, por tempo determinado para atender à necessidade temporária, de excepcional interesse público.

**Artigo 21** - Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara Municipal:

**I** - representar a Câmara Municipal em Juízo ou fora dele;

**II** - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal;

**III** - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;

**IV** - promulgar as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceita esta decisão em tempo hábil, pelo Prefeito Municipal;

**V** - fazer publicar os atos da Mesa Diretora, as resoluções, decretos legislativos as leis que vierem a promulgar;

**VI** - autorizar as despesa da Câmara;

**VII** - representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

**VIII** - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

**IX** - manter a ordem no recinto da Câmara Municipal, podendo solicitar a força necessária para este fim;

**X** - encaminhar para parecer prévio, a prestação de contas da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas do Estado.

**SEÇÃO III**

**DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Artigo 22** - Compete a Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

**I** - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação Federal e Estadual;

**II** - legislar sobre tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas;

**III** - autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

**IV** - votar o orçamento anual e plurianual de investimento, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

**V** - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de créditos, bem como as formas e os meios de pagamento;

**VI** - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

**VII** - autorizar a concessão de serviços públicos;

**VIII** - autorizar a concessão do direito real de uso dos bens municipais;

**IX** - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

**X** - autorizar a alienação de bens imóveis;

**XI** - autorizar a aquisição de bens imóveis salvo quando se tratar de doações sem encargos;

**XII** - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;

**XIII** - criar e estruturar os órgãos da administração pública;

**XIV** - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

**XV** - autorizar convênios com entidades públicas e consórcios com outros municípios;

**XVI** - delimitar o perímetro urbano;

**XVII** - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

**XVIII** - estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e a loteamento;

**XIX** - aprovar aumento de tarifas dos serviços públicos, praticados pela Prefeitura ou pelas concessionárias;

**XX** - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município.

**XXI** - conferir atribuições à Secretários Municipais ou Diretores Equivalentes.

**Artigo 23** - Compete privativamente a Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

**I**- eleger sua Mesa Diretora, bem como, destituí-la na forma regimental;

**II**- elaborar o seu Regimento Interno;

**III** - organizar serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

**IV** - propor a criação ou extinção de cargos nos serviços administrativos internos e fixação de vencimentos;

**V** - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, e conhecer de sua renúncia;

**VI** - conceder licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, para afastamento do cargo;

**VII** - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias, por necessidade do serviço;

**VIII** - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento observados os seguintes preceitos:

a) parecer do Tribunal de Contas do Estado, somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem a deliberação pela Câmara Municipal, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas do Estado;

c) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente remetidas ao Ministério Público, para fins de direito;

**IX** - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previsto na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação específica;

**X** - autorizar a realização de empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza de interesse do Município;

**XI** - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara Municipal, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

**XII** - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento a ser celebrado pelo Município com a União e o Estado, com outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistências;

**XIII** - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

**XIV** - convocar o Prefeito e os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes para prestarem esclarecimentos sobre assuntos referentes a administração, aprazando dia e hora para o comparecimento;

**XV** - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

**XVI** - criar comissão parlamentar de inquérito, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

**XVII** - conceder Título de Cidadão ou conferir homenagem à pessoas, que reconhecidamente tenham relevantes serviços prestados ao Município, ou que nele tenha destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, sendo a votação pelo modo secreto.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99.)***

**XVIII** - solicitar a intervenção do Estado, no Município, na forma da Lei;

**XIX** - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos em Lei;

**XX** - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da Administração Indireta;

**XXI** - fixar a remuneração do Prefeito do Vice-Prefeito e dos Vereadores em cada legislatura, par a subsequente, observando o que dispõem os artigos 37, inciso XI; 150, inciso II, 153, inciso III e 153, § 2°, inciso I, da Constituição Federal.

**SEÇÃO IV DOS VEREADORES**

**Artigo 24** - Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões palavras e votos.

**Artigo 25** - É vedado ao Vereador:

**I**- desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto nesta Lei Orgânica.

**II** - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável "ad nutum", salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b)exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direto público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município, em que seja interessada qualquer das entidades, a que se refere a alínea "A" do inciso II.

**Artigo 26** - Perderá mandato, o Vereador:

**I**- que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

**II**- cujo procedimento, for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatória às instituições vigentes;

**III** - que se utilizar o mandato, para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

**IV** - que deixar de comparecer 04 (quatro) sessões ordinárias e 03 (três) sessões extraordinárias sucessivas, em cada sessão legislativa, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada, pela Câmara Municipal;

**V**- que fixar residência, fora do Município;

**VI** - que perder ou tiver suspendido, os seus direitos políticos;

**VII** - que abusar das prerrogativas asseguradas e perceber vantagens indevidas.

**§1°**- Nos casos dos incisos I e II deste artigo, a perda do mandato, será declarada pela Câmara Municipal por voto secreto de 2/3 (dois terços), mediante iniciativa da Mesa Diretora ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

**§2°**- Nos casos previstos nos incisos III e VI, deste artigo, a perda do mandato, será declarada pela Mesa Diretora da Câmara, de ofício mediante provocação, de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

**§3°**- O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.

**Artigo 27** - O Vereador poderá licenciar-se:

**I**- por motivo de doença;

**II**- para tratar sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

**III** - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do município.

**§1°**- Ao Vereador licenciado, nos termos dos incisos I e III deste artigo a Câmara, poderá determinar o pagamento de auxílio doença ou auxílio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.

**§2°**- O auxílio de que trata o parágrafo anterior, poderá ser fixado no curso da legislatura, e não será computado, para efeito de cálculo da remuneração do Vereador.

**§3°**- A licença para tratar de interesse particular, não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador, poderá reassumir o exercício do mando antes do término da mesma.

**Artigo 28** - Dar-se-á a convocação do suplente de Vereador, nos casos de vaga ou de licença.

**§1°**- O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de convocação salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o mesmo.

**§2°**- Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior, não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

**§3°**- Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

**SEÇÃO V DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS**

**Artigo 29** - O Subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e Secretários será fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2°, I, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - No último ano da legislatura, a Câmara Municipal fixará a remuneração dos agentes políticos, para a legislatura seguinte, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, observando o disposto do caput deste artigo.

**Artigo 30** - O Subsídio do Prefeito do Vice-Prefeito, dos Vereadores e Secretários será fixada determinando-se o valor, em moeda corrente no País.

**§1°**- O Subsídio de que trata este artigo será corrigido anulamente, aplicando-se os índices federais.

**§2°**- O Subsídio do Prefeito, será composta de subsídio.

**§3°**- (...)A verba de representação do Prefeito Municipal, não poderá exceder à 2/3 (dois terços) de seus subsídios.

**§4°**- (...) A verba de representação do Vice-Prefeito, não poderá exceder a metade do que for fixado, para o Prefeito Municipal.

**§5°**- Os Subsídios dos Vereadores em parcela Única.

**§6°**- (...) A verba de representação do Presidente da Câmara Municipal que integra a remuneração, não poderá exceder a 50% (cinqüenta por cento), do que for fixado para o Prefeito Municipal.

Artigo 31 - O total do recurso, que destinar-se à remuneração dos agentes políticos do Poder Legislativo Municipal, não poderá ultrapassar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do orçamento anual do Município.

***( modificado pelo Decreto legislativo n.º 006/99 de 14/09/99).***

**Artigo 32** - Poderá ser prevista a remuneração para as sessões extraordinárias, desde que observado o limite fixado no artigo anterior.

**SEÇÃO VI**

**DO PROCESSO LEGISLATIVO**

**Artigo 33** - O processo legislativo compreende a elaboração de:

**I** - emendas à Lei Orgânica Municipal;

**II** - leis complementares;

**III** - leis ordinárias;

**IV** - leis delgadas;

**V** - resoluções;

**VI** - decretos legislativos;

**Artigo 34** - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

**I** - de 1/3 (um terço), no mínimo dos membros da Câmara Municipal;

**II** - do Prefeito Municipal;

**§1°**- A proposta será votada em 02 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

**§2°**- A emenda à Lei Orgânica, será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

**§3°**- A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

**§4°-** A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

**Artigo 35** - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador(a), ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita no mínimo por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

**Artigo 36** - As leis complementares, somente serão aprovadas, se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, sendo a votação de modo aberto ou simbólico, respeitando a decisão do Soberano Plenário, observados os demais termos de votação das Leis Ordinárias.

***(modificado pelo Decreto legislativo n.º 006/99 de 14/09/99)***

**Parágrafo Único** - Serão leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

**I** - código tributário do município;

**II** - código de obras;

**III** - Plano diretor de desenvolvimento Integrado;

**I** - código de parcelamento do solo;

**V** - código de zoneamento;

**V** - regime jurídico dos servidores.

**Artigo 37** - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

**I**- a criação a transformação ou a extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica e fixação de remunerações;

**II**- os servidores públicos, seu regime jurídico seu provimento de cargos e sua aposentadoria;

**II**- a criação e estruturação de órgãos da Administração Pública;

**III** - as atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes;

**V**- matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos, ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

**Parágrafo Único** - Não será admitido aumento da despesa prevista, nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvando o disposto nesse inciso, na sua primeira parte.

**Artigo 38** - É da competência exclusiva da Mesa da Câmara Municipal, a iniciativa de leis que disponham sobre:

**I**- a autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial, das consignações orçamentárias da Câmara Municipal;

**II**- a organização dos serviços administrativos da Câmara, a criação, a transformação ou extinção de seus cargos, empregos ou funções e a fixação de remuneração.

**Parágrafo Único** - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara Municipal não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista ressalvando o disposto o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos vereadores.

**Artigo 39** - O prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa.

**§ 1°**- Solicitam a urgência, a Câmara Municipal deverá se manifestar sobre a proposição em até 30 (trinta) dias, contados da data em que foi feita a solicitação.

**§ 2º** - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem deliberação pela Câmara Municipal será incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais, para que se utilize a votação.

**§3°**- O prazo previsto no parágrafo 1° não ocorre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica, aos projetos de Lei Ordem Complementar.

**Artigo 40 -** Aprovado o Projeto de Lei, será o mesmo, enviado ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará.

**§1°** - O Prefeito Municipal, considerando o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, só podendo ser rejeitado, pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto, aberto ou simbólico, respeitando a decisão do soberano plenário.

***( modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99)***

**§2°** - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

**§3°** - Decorrido o prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo, o silêncio do Prefeito, importará em sanção.

**§4°** - A apreciação do Veto pelo plenário da Câmara Municipal, far-se-á dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto, aberto ou simbólico, respeitando a decisão do Soberano Plenário.

***( modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99.)***

**§5°** - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

**§6°** - Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo 4°, sem deliberação o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o artigo 30 (trinta) desta Lei Orgânica.

**§7°** - A não promulgação da Lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 3° e 5° deste artigo, criará para o Presidente da Câmara Municipal, a obrigação de o fazer em igual prazo.

**Artigo 41** - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

**§1°** - Os atos de competência privativa da Câmara Municipal, a matéria reservada a Lei Complementar, os planos plurianuais e os orçamentos, não serão objetos de delegação.

**§2°** - A delegação ao Prefeito, será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos do seu exercício.

**§3°**- O decreto legislativo poderá determinar, a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, que a fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

**Artigo 42** - Os projeto de resolução, disporão sobre os demais casos de competência privativa.

**Parágrafo Único** - Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final, a elaboração de norma jurídica que será promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.

**Artigo 43** - A matéria constante, de projeto de Lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa ou mediante proposta da maioria absoluta, dos membros da Câmara Municipal.

**SEÇÃO VII**

**DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**Artigo 44** - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

**§1°**- O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem com o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

**§2°**- As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal, dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, considerando-se julgadas nos termos das conclusões dentro desse prazo.

**§3°**- Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

**§4°**- As contas relativas à aplicação dos recursos, transferidos pela União e Estado, serão prestadas na forma da Legislação Federal e Estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

**Artigo 45** - O Prefeito remeterá uma via do balancete mensal à Câmara Municipal, até o último dia subsequente, para que os Vereadores possam acompanhar os atos da administração municipal.

**Artigo 46** - O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

**I** - criar condições indispensáveis, para assegurar eficácia ao controle externo e a regularidade na realização da receita e despesas;

**II** - acompanhar as execuções de programas de trabalho e orçamento;

**III** - avaliar resultados alcançados pelos administradores;

**IV** - verificar a execução de contratos.

**Artigo 47** - As contas do Município ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição para exame e apreciação, de qualquer contribuinte, que poderá questionar a sua legitimidade, nos termos da Lei.

**CAPÍTULO II**

**DO PODER EXECUTIVO**

**SEÇÃO I**

**DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO**

**Artigo 48** - O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

**Artigo 49** - O mandato do Prefeito é de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição para o período subsequente e terá início em 1° (primeiro) de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

**Artigo 50** - O Prefeito e o Vice-Prefeito, registradas as respectivas candidaturas, serão eleitos simultaneamente, por eleição direta em sufrágio universal e secreto, até 90 (noventa) dias antes do termino do mandato de seu antecessor, dentre brasileiros de maiores de 21 (vinte um) anos e no exercício de seus direitos políticos.

**§1°** - Será considerado eleito Prefeito o candidato que registrado por partido político, obtiver a maioria de votos, não computados os em branco e nulos.

**§ 2°**- A eleição do Prefeito importará a do Vice-prefeito com ele registrado.

**§ 3°-** Poderá, o Vice-Prefeito, sem perda do mandato, mediante licença da Câmara Municipal, aprovada por 2/3 (dois terços) de seus membros, sendo a votação aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário, aceitar exercer cargo ou função de confiança Municipal, Estadual ou Federal.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99)***

**Artigo 51** - O prefeito e o Vice-Prefeito, tomarão posse no dia 1° (primeiro) de janeiro do ano subseqüente ao da eleição, em sessão solene de instalação da Câmara Municipal, prestando o compromisso de defender, respeitar e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal e de exercerem os respectivos cargos, sob a inspiração da legitimidade, da legalidade e da democracia, visando promover o bem-estar social de seus munícipes.

**Parágrafo Único** - Decorridos 10 (dez) dias da data fixada par a posse, se o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tiverem assumido o respectivo cargo, e não havendo motivo de força maior, o mesmo será declarado vago pela Câmara Municipal.

**Artigo 52** - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, os quais serão transcritos em livro próprio, constatando em ata, o seu resumo.

**Artigo 53** - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

**§ 1°**- O Vice-Prefeito não poderá se recusar, a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

**§ 2°**- O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que for convocado para missões especiais.

**Artigo 54** - Em caso de impedimento do Prefeito o Vice-Prefeito ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal, o Presidente da Câmara.

**§ 1°**- O Presidente da Câmara Municipal recusando-se por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará incontinente a função de dirigente do legislativo, ensejando assim, a ascensão do seu substituto imediato, ou a eleição de outro membro, para ocupar como Presidente da Câmara Municipal a chefia do Poder Executivo.

**§ 2°**- Caso não haja substituto, responderá pelo expediente da Prefeitura, o Secretário Geral do Município ou servidor equivalente.

**Artigo 55** - Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito, e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

**I**- ocorrendo a vacância antes do último ano do período de governo, a eleição para ambos os cargos será feita em 30 (trinta) dias após a mesma ser declarada pela Câmara Municipal, na forma da Lei, para completar o período de seus antecessores.

**II**- ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

**Artigo 56** - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a receber a remuneração quando:

**I**- a serviço ou em missão de representação do Município;

**II** - impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada.

**Artigo 57** - Ao Prefeito, como Chefe da Administração Pública, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara Municipal, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar de acordo com a Lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

**Artigo 58** - Compete ao Prefeito privativamente, dentre outra atribuições:

**I**- a iniciativa das Leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

**II**- representar o Município em Juízo ou fora dele na forma da Lei;

**III** - sancionar, promulgar e fazer publicar, as leis aprovadas pela Câmara Municipal, e expedir regulamentos para sua fiel execução;

**IV** - vetar, no todo ou em partes, projetos de Lei aprovados pela Câmara Municipal;

**V**- decretar nos termos da Lei, a desapropriação por utilidade pública, ou por interesse social;

**VI** - expedir decretos portarias e outros atos administrativos;

**VII** - permitir, conceder ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros, de acordo com as normas de licitação;

**VIII** - prover e extinguir, os cargos públicos municipais, na forma da Lei, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos serviços;

**IX** - nomear e exonerar os Secretários ou Diretores Municipais;

**X**- exercer, com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal;

**XI** - estabelecer e encaminhar à Câmara Municipal, o projeto de Lei relativo ao orçamento anual das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual de investimentos;

**XII** - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração Municipal, na forma da Lei;

**XIII** - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do município e solicitando as providências que julgar necessárias;

**XIV** - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 31 (trinta e um) de março da cada ano a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara Municipal, bem como os balanços do exercício findado;

**XV** - encaminhar aos órgãos competentes, os planos de aplicação e as prestações de contas, exigidas em Lei;

**XVI** - encaminhar a Câmara Municipal, até dia 15 (quinze) de abril a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

**XVII** - fazer publicar os atos oficiais;

**XVIII** - prestar à Câmara Municipal, dentro de 15 (quinze) dias as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por igual prazo, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

**XIX** - superintender, a arrecadação dos tributos e seus valores bem como a guarda da aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara Municipal;

**XX -** prover os serviços e obras da administração pública;

**XXI** - colocar a disposição da Câmara Municipal, dentro de 15 (quinze) dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez, e, até o dia 05 (cinco) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária acompanhada de relatório das receitas do mês correspondente;

**XXII** - aplicar multas prevista em Leis e contratos bem como, relevá-las quando impostas irregularmente;

**XXIII** - resolver questões, sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações, que lhe forem dirigidas.

**XXIV** - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis às vias e logradouros públicos; suas respectivas denominações aprovadas pela Câmara Municipal;

**XXV** - aprovar projetos de edificação e saneamento urbano;

**XXVI** - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, quando o interesse da administração o exigir;

**XXVII**- solicitar o auxílio da Polícia do Estado, para a garantia do cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da Guarda Municipal no que couber;

**XXVIII**- editar medidas provisórias, com força de lei nos termos desta Lei Orgânica;

**XXIV** - elaborar o Plano Diretor;

**XXX** - conferir condecorações a distinções honoríficas;

**XXXI** - solicitar autorização da Câmara Municipal, para se ausentar do Município, por tempo superior a 15 (quinze) dias;

**XXXII** - providenciar sobre o incremento do ensino;

**XXXIII** - decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública, quando for necessário, e prontamente procurar restabelecer a ordem pública e a paz social no município;

**XXXIV**- estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

**XXXV**- conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovada pela Câmara Municipal;

**XXXVI**- contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara Municipal;

**XXXVII**- adotar providências para a conservação e a salvaguarda do patrimônio Municipal;

**XXXVIII** - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica;

**Artigo 59** - O Prefeito Municipal poderá delegar por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas, que não sejam de sua competência.

**SEÇÃO II**

**DA VEDAÇÃO E EXTINÇÃO DO MANDATO**

**Artigo 60** - É vedado ao Prefeito Municipal, assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta e indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no artigo 38, incisos I, IV e V da Constituição Federal.

**§ 1º**- É igualmente vedado, ao Prefeito, desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

**§ 2º**- A infringência ao disposto neste artigo e em seu parágrafo primeiro, importará em perda de mandato.

**Artigo 61** - O Prefeito não poderá desde a posse sob pena de perda do cargo:

**I**- firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;

**II**- aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remuneração inclusive o de que seja demissível “ad nutum”, nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

**III** - ser titular, de mais de um cargo ou mandato eletivo;

**IV** - patrocinar causas, em que seja interessado a qualquer das entidades já referidas;

**V**- ser proprietário, controlador ou diretor de empresa, que goze de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

**Artigo 62** - O Prefeito não poderá, sob pena de perda de cargo, ausentar-se do Município, sem prévia autorização de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, sendo a votação aberta ou simbólica, por um período superior a 15 (quinze) dias.

***( modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99.)***

**Artigo 63** - A extinção ou cassação do mandato do Prefeito Municipal e Vice-prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou seu substituto, acorrerão na forma e nos prazos previstos na Legislação Federal, Estadual e nesta Lei Orgânica.

**Artigo 64** - As incompatibilidades declaradas no artigo 25, seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estende-se no que forem aplicáveis, aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

**Artigo 65** - São crimes de responsabilidade, definidos em Lei especial, e apenados com a perda de mandato, os atos do Prefeito que atentarem contra:

**I**- a probidade na administração;

**II**- o cumprimento das normas constitucionais, leis e decisões judiciais;

**III** - o livre exercício do Poder Legislativo;

**V**- o exercício dos direitos polític

os, individuais e sociais.

**§ 1º** - A perda do mandato será decidida por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, após processo instaurado com base em representação circunstanciada por Vereador ou eleitor, devidamente acompanhada de provas assegurando-lhe ampla defesa.

**§ 2º** - O prefeito Poderá ser afastado liminarmente de suas funções, em qualquer fase do processo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, quando dificultar a plena apuração dos fatos, ou quando se tratar de ilícito continuado.

**§ 3º**- Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a decisão da Câmara Municipal não tiver sido proferida, cessará o afastamento liminar do Prefeito Municipal, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

**Artigo 66** - São infrações político administrativas do Prefeito as previstas em Lei Federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado pela prática de infrações político administrativas, perante a Câmara Municipal.

**Artigo 67** - Será declarado vago pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

**I** - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

**II** - deixar de tomar posse sem motivo justo, aceito pela Câmara Municipal, dentro do prazo de 10 (dez) dias;

**III** - infringir as normas do artigo 52 desta Lei Orgânica;

**IV** - perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

**SEÇÃO III**

**DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO**

**Artigo 68** - São auxiliares diretos do Prefeito:

**I** - os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

**II** - os Subprefeitos;

**Parágrafo Único** - os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

**Artigo 69** - Os Secretários Municipais serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos, residentes no Município de Peixoto de Azevedo e no exercício dos direitos políticos.

**Artigo 70** - A Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência os deveres e a s responsabilidades.

**Artigo 71** - Além das atribuições fixadas em Lei, compete aos Secretários o Diretores:

**I** - subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

**II** - expedir instruções para a boa execução das Leis, decretos e regulamentos;

**III** - apresentar ao Prefeito, relatório anual dos serviços realizados em suas repartições;

**IV** - comparecer a Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

**§ 1°**- Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor de Administração.

**§ 2°**- A infringência do inciso IV deste artigo, importará em crime de responsabilidade, quando: não apresentar justificativa; se apresentada a justificativa e a mesma não for aceita pela maioria absoluta dos Vereadores.

**Artigo 72** - Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

**Parágrafo Único** - Todo o auxiliar direto do Prefeito que no exercício de suas funções comprovadamente praticar atos de maneira ilícita e lesiva ao patrimônio público municipal, será liminarmente afastado do cargo que ocupa, mediante determinação aprovada pela maioria absoluta da Câmara de Vereadores.

**Artigo 73** - A competência do Subprefeito limitar-se-á ao Distrito para o qual foi nomeado.

**Artigo 74** - Ao Subprefeito, como delegado do Executivo compete:

**I** - cumprir e fazer cumprir as instruções, os regulamentos e os demais atos do Prefeito e da Câmara;

**II** - fiscalizar os serviços distritais;

**III** - acolher as reivindicações da população e encaminhá-las ao Executivo Municipal, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições;

**IV** - indicar ao Prefeito às providências necessárias ao Distrito;

**V** - prestar contas ao Prefeito bimestralmente e quando lhe forem solicitadas.

**Artigo 75** - O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

**Artigo 76** - Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, as quais serão transcritos em livro próprio, constando em ata, seus resumos.

**TÍTULO III**

**DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**SEÇÃO I**

**DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

**Artigo 77** - O Município deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente orientado para o desenvolvimento pleno e ordenado da cidade, do bem estar dos habitantes e o do cumprimento da função social da propriedade urbana.

**Parágrafo Único** - Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos, determinada em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.

**Artigo 78** - O Município iniciará o seu processo de planejamento, tendo como instrumento básico a política de desenvolvimento e expansão urbana, no plano diretor.

**§ 1°**- O Plano Diretor deverá ser adequado, de recursos financeiros do Município e às suas exigências administrativas.

**§ 2°**- O sistema de planejamento é o conjunto de órgãos, normas recursos humanos e técnicos, voltamos à coordenação da ação planejada da Administração Municipal:

**§ 3°**- Será assegurada, pela participação em órgão competente do Sistema de Planejamento Municipal, a cooperação de associações representativas legalmente organizadas, com o planejamento municipal.

**Artigo 79** - A delimitação do zoneamento urbano, será definida por lei, e somente poderá ser alterada uma vez a cada ano.

**SEÇÃO II**

**DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Artigo 80** - A Administração Pública Municipal é o conjunto de órgãos institucionais, materiais, financeiros e humanos destinados à execução das decisões do governo local, compreendendo:

**I** - administração pública direta. Aquela realizada por órgãos da Prefeitura ou da Câmara;

**II** - administração pública indireta. Aquela realizada por:

a) Autarquia;

b) Sociedade de economia mista;

c) Empresa pública.

**§ 1°**- As entidades compreendidas na administração indireta serão criadas por Lei específica e vinculadas às Secretarias ou órgãos e, em cuja área de competência, estiver enquadrada sua principal atividade.

**§ 2°**- A administração pública municipal é fundamental, quando realizada por fundação instituída ou mantida pelo Município.

**§ 3°**- Somente por Lei específica poderão ser criadas autarquias, sociedade de economia mista, empresa pública e fundações municipais.

**Artigo 81** - A atividade administrativa do Município, direta ou indireta obedecerá aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da licitação e da responsabilidade.

**Parágrafo Único** - Todo o órgão Municipal prestará aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade funcional, as informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas, cujo sigilo seja imprescindível, nos casos referidos na Constituição Federal.

**Artigo 82** - Qualquer munícipe poderá levar ao conhecimento da autoridade municipal, irregularidades, ou abuso de poder, imputável a qualquer agente público.

**§ 1°**- O atendimento à petições, formuladas em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de dados junto à repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, independem de pagamento de taxas.

**§ 2°**- É dever de todo o servidor público, perante o seu superior hierárquico, oficializar todo e qualquer ato, que possa ser enquadrado no disposto nesse artigo.

**Artigo 83** - A publicação das Leis e atos municipais far-se-á na imprensa local e na sua inexistência em jornal regional editado do Município mais próximo, ou mediante edital fixado na Sede da Prefeitura Municipal.

**§ 1°**- Os atos de efeitos externos, só serão válidos após a sua publicação.

**§ 2º**- Publicação dos atos normativos, poderá ser resumida.

**§ 3°**- A Prefeitura e a Câmara Municipal, organizarão registros de sues atos e documentos de forma a lhes preservar a inteireza e lhes possibilitar a consulta e a extração de cópias e certidões, sempre que necessários.

**Artigo 84** - Na publicidade de atos programas, obras serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, qualquer que seja o veículo de comunicação social, não poderão conter nome, símbolo, imagem ou slogan que caracterize a promoção pessoal, de autoridade ou de servidor público.

**SEÇÃO III**

**DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

**Artigo 85** - O município estabelecerá em Lei, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores municipais da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, atendendo aos princípios da Constituição Federal.

**Artigo 86** - A Lei assegurará, aos servidores da administração pública direta, isonomia de vencimentos, para cargos de atribuições iguais ou assemelhados sejam eles do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, ressal-

vado as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

**Artigo 87** - A investidura em cargo ou emprego público depende sempre de aprovação prévia, em concurso público de provas, ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

**§ 1°**- A lei definirá os cargos de confiança de livre provimento em comissão e exoneração.

**§ 2°**- A lei municipal estabelecerá os casos, de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, cuja regulamentação se dará por ato próprio de cada um dos poderes.

**§ 3°**- O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos. Prorrogável por igual período.

**§ 4°**- Durante o prazo improrrogável, previsto no Edital de Convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, terá prioridade sobre os novos concursados, para assumir cargo ou função na carreira.

**Artigo 88** - Todo servidor da administração pública, direta ou indireta, que em razão do cargo, praticar ato em proveito próprio ou alheio, será responsabilizado civil, criminal e administrativamente.

**§ 1°**- Após a apreciação pela Câmara Municipal esta encaminhará cópias ao Ministério Público, para fins de direito.

**§ 2°**- Caberá ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal, decretar a prisão administrativa dos servidores que lhes sejam subordinados, omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiro públicos sujeito a sua guarda.

**Artigo 89** - A Lei reservará 10% (dez por cento) dos cargos e empregos públicos, para as pessoas portadoras de deficiências físicas e definirá critérios de sua admissão.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99.)***

**Parágrafo Único -** Em caso do não preenchimento das vagas, por parte dos portadores de deficiências físicas, elas poderão ser preenchidas por qualquer pessoa.

***(instituído pelo Decreto Legislativo n.º 006/99 de 14/09/99)***

**Artigo 90** - A remuneração referente aos cargos de Poder Legislativo, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

**SEÇÃO IV**

**DA POLÍTICA SALARIAL**

**Artigo 91** - O pagamento da remuneração dos servidores municipais, dar-se-á obedecendo a seguinte ordem: do menor para o maior salário.

**§ 1°** - O pagamento da remuneração dos servidores municipais, dar-se-á até o dia 05 (cinco) do mês seguinte a que se refere.

**§ 2°** - O não pagamento da remuneração até a data referida no parágrafo anterior, importará na correção do seu valor, aplicando-se os índices federais de correção diária, a partir do dia seguinte ao do vencimento até a data do efetivo pagamento.

**§ 3°** - O montante da correção será pago juntamente com o vencimento do mês subseqüente.

**§ 4°**- A revisão geral e o reajuste de salário, dos servidores públicos, a qualquer título, far-se-ão sempre na mesma data.

**SEÇÃO V**

**DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Artigo 92** - É de responsabilidade do município, de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, ou contratá-las a particulares somente através de processo licitatório.

**Artigo 93** - Nenhuma obra pública, salvo em casos de extrema urgência, devidamente justificados será realizada sem que conste:

**I**- o respectivo projeto;

**II**- o orçamento de seu custo;

**III**- a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

**IV**- a viabilização do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;

**V**- o prazo para o seu início e o seu término.

**Artigo 94** - A concessão ou permissão de serviços públicos somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato precedido de licitação.

**§ 1°**- Serão nulas de pleno direito, as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

**§ 2°**- Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regularização e à fiscalização da Administração Municipal, aprovar as respectivas tarifas.

**Artigo 95** - Os usuários estarão representados nas entidades, prestadoras de serviços públicos, na forma que dispuser a Legislação Municipal, assegurando-se a participação em decisões relativas a:

**I** - planos e programas de expansão dos serviços;

**II**- revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

**III**- política tarifária;

**IV**- nível qualitativo e quantitativo de atendimento à população;

**V**- mecanismos de atenção a pedidos e reclamações de usuários;

**VI**- mecanismos de atenção à causas de danos à terceiros.

**Artigo 96** - As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando em especial sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programa de trabalho.

**Artigo 97** - Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

**I**- os direitos do usuário, inclusive a hipótese de gratuidade;

**II**- as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

**III**- as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir fiscalização pelo Município, de modo a manter um serviço contínuo adequado e acessível;

**IV**- as regras para orientar a revisão periódica da base de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que, estipulada em contrato anterior.

**V**- a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como, a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes, beneficiados pela existência de serviços;

**VI**- as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

**Parágrafo Único** - Na concessão ou permissão de serviços públicos o município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, criando mecanismos que inibam a dominação do mercado, a exploração monopólica e o lucro abusivo.

**Artigo 98** - O Município poderá revogar a concessão ou permissão dos serviços públicos, que forem executados, em desconformidade com o con-

trato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios, para o atendimento dos usuários.

**Artigo 99** - As licitações para concessões ou a permissão dos serviços públicos, deverão ser precedidas de ampla publicidade, na imprensa local e regional, mediante edital ou comunicado resumido.

**Artigo 100** - As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou órgão de sua administração serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo a Câmara Municipal, definir os serviços que serão remunerados pelo custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

**Parágrafo Único** - Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para a expansão dos serviços.

**Artigo 101** - O Município poderá consorciar-se com outros Municípios para a realização de obras, ou prestação de serviços públicos de interesse comum.

**Parágrafo Único** - O Município deverá proporcionar mecanismos para a criação, nos consórcios de órgão consultivo constituído por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

**Artigo 102** - Ao Município, é facultado conveniar-se com a União ou com o Estado, para a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem os recursos técnicos ou financeiros, para a execução dos mesmos em padrões adequados, ou quando houver interesses mútuos para a celebração de convênio.

**Parágrafo Único** - Na celebração de convênio de que trata este artigo, deverá o Município;

**I** - propor os planos de expansão dos serviços públicos;

**II**- propor critérios para fixação de tarifas;

**III**- realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

**Artigo 103** - A criação pelo Município de entidade de administração indireta, para a execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a mesma possa assegurar sua auto suficiência.

**Artigo 104** - Nos órgãos colegiados das entidades de administração indireta do município, haverá a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida pelo Executivo Municipal.

**SEÇÃO VI DOS BENS PATRIMONIAIS**

**Artigo 105** - Constituem bens municipais os seus bens móveis, os imóveis de seu domínio pleno, direto ou útil, direito e ações, e a renda proveniente do exercício das atividades de sua competência e prestação de seus serviços.

**Artigo 106** - Cabe ao Prefeito Municipal a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal, quanto àqueles utilizados em seus serviços.

**Artigo 107** - Todos os bens municipais deverão ser cadastrados com a respectiva identificação, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento.

**Artigo 108** - A alienação de bens municipais, subordinados a existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

**I**- quando imóveis, dependerá de autorização Legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de seus cumprimento e a cláusula de retrocessão sob pena de nulidade do ato;

b) permuta;

**II** - quando imóveis dependerá da licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;

b) permuta;

c) ações que serão vendidas em bolsa;

**§ 1°**- O Município só poderá efetuar venda ou doação de seus bens imóveis e outorgar concessão de direito real de uso, mediante prévia concorrência e autorização legislativa.

**§ 2°**- A concorrência de que trata o parágrafo anterior, poderá ser dispensada por lei, quando se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

**§ 3°**- A venda, aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação para edificação de obras públicas, bem como as resultantes de modificação de alinhamento, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

**Artigo 109** - A aquisição de bens imóveis por compra, doação ou permuta dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

**Artigo 110** - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o interesse público assim exigir.

**§ 1°**- A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e uso dominiais, dependerá de lei e concorrência e far-se-á mediante contrato sob pena de nulidade do ato.

**§ 2°**- A concorrência poderá ser dispensada mediante lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, à entidades assistências ou quando houver interesse público relevante devidamente justificado.

**§ 3°**- A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá se outorgado para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

**§ 4°**- A permissão que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria para as atividades ou uso específico e transitórios pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**TÍTULO IV CAPÍTULO I**

**DAS RECEITAS MUNICIPAIS SEÇÃO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 111** - Constituem receitas Municipais:

**I**- tributos que lhes são constitucionalmente discriminados, compreendendo impostos taxas e contribuição de melhoria;

**II**- transferências provenientes de sua participação na arrecadação de tributos da União e do Estado;

**III**- rendas de seus bens, serviços e atividades compreendendo preços públicos e preços privados;

**IV**- financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades e pessoas.

**Parágrafo Único** - Os preços e tarifas públicas, serão fixadas pelo executivo, observadas as normas gerais de direito financeiro e as leis atinentes às espécies.

**SEÇÃO II**

**DOS TRIBUTOS**

**Artigo 112** - Atendidos os princípios da Constituição Federal e as normas do direito tributário, estabelecidas em Lei Complementar Federal, sem prejuízo de outras garantias que a legislação municipal assegura ao contribuinte, poderá o município instituir através de lei os seguintes tributos:

**I**- impostos;

**II**- taxas;

**III**- contribuição de melhoria.

**Artigo 113** - Compete ao Município instituir impostos sobre:

**I** - IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

a) IPTU poderá ser progressivo ou regressivo nos termos da Lei de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

b) imposto referido no inciso I, poderá ter alíquotas diversificadas em função de zonas de interesses, estabelecidas no Plano Diretor;

c) lei municipal estabelecerá critérios objetivos, para a edição da planta genérica de valores de imóveis tendo em vista a incidência do referido imposto, sobre os mesmos;

**II** - o ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, Transmissão Intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

**III** - o IVV – Imposto sobre vendas e varejo de combustíveis líquidos e gasosos exceto o óleo diesel:

a) lei municipal definirá critérios de incidência e a alíquota sobre venda de combustíveis líquidos e gasosos;

**IV** -o ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos na competência do Estado e definido em lei complementar Federal;

**V** - contribuição para o custo do sistema de previdência e Assistência Social.

**§ 1°**- Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e se não graduados, segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultada à administração tributária, identificar efetiva observância a este objetivo, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

**§ 2°**- O imposto previsto no inciso II compete ao Município da situação do bem e não incide sobre a transmissão de bens e direitos incorporados ao patrimônio de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

**Artigo 114** - As taxas só poderão ser instituídas por lei municipal, em razão do exercício do poder de polícia, ou pela utilização efetiva do potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou colocados a disposição do contribuinte pelo Município.

**Artigo 115** - A Constituição de Melhoria será instituída por Lei, para ser cobrada em decorrência da execução de obras públicas municipais.

**Artigo 116** - O Município instituirá por Lei, contribuições sociais a serem cobradas dos servidores, para custeio, em benefício do Sistema Municipal de Previdência e Assistência Social, a ser instituído.

**Artigo 117** - O Executivo Municipal, promoverá periodicamente a atualização da base de cálculo dos Tributos Municipais.

**Artigo 118** - Aconcessão de isenção e de anistia de tributos Municipais, dependerá de autorização legislativa, aprovada por 2/3 (dois terços) de seus membros, através de votação aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99)***

**Artigo 119** - A remissão de créditos tributários, só será acatada nos casos de calamidade pública, ou notória pobreza do contribuinte, devendo, a lei que o autorize, ser aprovado por 2/3 (dois terços) dos Vereadores, em votação aberta simbólica ou secreta, respeitando a decisão do soberano Plenário.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99)***

**Artigo 120** - A concessão de isenção, anistia ou moratória, não gera direito adquirido e, será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não mais satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não mais cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a sua concessão.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99.)***

**Artigo 121** - É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal, a inscrição em dívida ativa, dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infração à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

**Artigo 122** - O município, através de Lei, poderá instituir unidade fiscal municipal, para efeito de atualização monetária de seus créditos.

**SEÇÃO III**

**DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR**

**Artigo 123** - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado ao Município:

**I** - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

**II** - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção ou razão de nação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

**III** - cobrar tributos;

a) relativamente e fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da Lei que os instituiu ou aumentou;

b) no mesmo exercício financeiro, em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

**IV** - utilizar tributo com efeito de confisco;

**V** - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos;

**VI** - instituir imposto sobre:

a) patrimônio e serviços da União;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da lei;

d) imóveis tombadas pelos órgãos competentes;

e) livros, jornais periódicos e o papel destinado à sua impressão;

**VII** - estabelecer diferenciação tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

**VIII** - instituir taxas que atentem contra.

a) direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas em defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

**SEÇÃO IV**

**DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS**

**Artigo 124** - Pertence ao Município:

**I**- o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e produtos de qualquer natureza, incidentes da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título pelo Município, pelas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem;

**II**- 50% (cinqüenta por cento) do produto da arrecadação dos impostos da União, sobre a propriedade territorial rural, relativo aos imóveis situados no Município;

**III**- 50% (cinqüenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado, sobre a propriedade dos veículos automóveis, licenciados no Município;

**IV**- 25% (vinte e cinco por cento) do produto arrecadado do imposto do Estado, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal de comunicação;

**V**- 70% (setenta por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativa a títulos ou valores mobiliários, incidentes sobre o ouro, quando definidos em lei federal como ativo financeiro ou instrumento cambial.

**Parágrafo Único** - As parcelas de receitas pertencentes ao Município, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

a) ¾ (três quartos), no mínimo, na prorrogação do valor adicionado nas operações, relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizados no Município;

b) até ¼ (um quarto) de acordo com o que dispuser a lei do Sistema Financeiro e Tributário do Estado.

**Artigo 125** - O Município receberá da União através do Fundo de Participação dos Municípios, em virtude do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, o valor em percentual fixado pelo Tribunal de Contas da União.

**Artigo 126** - O Município receberá do Estado, 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos que receber da União, nos termos do artigo 159, inciso II da Constituição Federal, observado os critérios estabelecidos no artigo 157, Parágrafo Único, incisos I e II da Constituição Estadual.

**SEÇÃO V**

**DOS ORÇAMENTOS**

**Artigo 127** - Leis de iniciativa exclusiva do Poder Executivo estabelecerão:

**I**- o Plano Plurianual;

**II**- as Diretrizes Orçamentárias;

**III**- o Orçamento Anual.

**§ 1°**- O Plano Plurianual compreenderá:

**I**- diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;

**II**- investimentos de execução plurianual;

**III**- gastos com a execução de programas de duração continuada.

**§ 2°**- As Diretrizes Orçamentárias compreenderão:

**I**- as prioridades da Administração Pública Municipal, quer de órgãos da administração direta ou indireta, com as suas respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;

**II**- orientação para a elaboração da lei orçamentária anual;

**III**- alteração na legislação tributária;

**IV**- autorização para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da administração direta ou indireta, pelas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

**§ 3°**- O orçamento anual compreenderá:

**I**- o orçamento fiscal da administração direta municipal, incluído os fundos especiais;

**II**- os orçamentos das entidades de administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;

**III** - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

**IV** - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

**§ 4°**- O Poder Executivo publicará e enviará ao Poder Legislativo, até 30 (trinta) dias após o encerramento da cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta, e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

**Artigo 128** - O Poder Executivo Municipal não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento) do Programa Orçamento Anual, em dotação para pessoal e seus encargos.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99)***

**Artigo 129** - Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal, sendo aprovados por 2/3 (dois terços) de seus membros, através de votação aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99)***

**Artigo 130** - O Poder Público Municipal estabelecerá, calendário de realização das assembléias gerais, de 10 (dez) de fevereiro à 30 (trinta) de maio de cada ano, onde serão discutidas as prioridades, para o orçamento do ano subsequente.

**Artigo 131** - Os projetos de Leis Orçamentárias, serão acompanhados de demonstrativos dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

**Artigo 132** - A Lei orçamentária anual não contará dispositivo estranho previsão de receita e a fixação de despesas, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação de receitas nos termos da Lei.

**Artigo 133** - Projetos de Lei, relativos ao plano plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, bem como suas emendas, serão apreciados pela Câmara Municipal, sendo aprovados por 2/3 (dois terços) de seus membros, através de votação aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário. ***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99.)***

**§ 1°** - as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, serão admitidas desde que:

**I** - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

**II** - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços da dívida.

**III** - relacionadas com:

a) a correção de erros e omissão;

b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

**§ 2°**- As emendas ao projeto de Lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

**§ 3°**- Poderão ser apresentadas emendas populares à lei orçamentária anual de acordo com o parágrafo primeiro deste artigo, subscritas por no mínimo de 1% (um por cento) dos eleitores, de acordo com as formas regimentais.

**§ 4°** - Aplica-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao poder legislativo.

**§ 5°**- Os recursos financeiros que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição total ou parcial do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia autorização do poder legislativo.

**Artigo 134** - O Prefeito enviará à Câmara Municipal Projeto de Lei:

**I**- de diretrizes orçamentárias, até 31 (trinta e um) de março de cada exercício;

**II**- do orçamento anual, até o dia 15 (quinze) de Setembro de cada exercício.

**Parágrafo Único** - Junto com o projeto de lei anual, o prefeito municipal encaminhará também projeto de lei plurianual, correspondente ao período necessário, para que, tenha vigência permanente de no mínimo 03 (três) anos.

**SEÇÃO VI DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**Artigo 135** - São vedados:

**I**- a vinculação pelo Executivo, de receitas oriundas de transferências tributárias, sem a apreciação e aprovação por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, através de votação aberta, simbólica o secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99.)***

**II**- a inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação de despesas, excluindo-se autorizações para abertura de créditos suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza objetivo;

**III**- o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

**IV**- a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas, que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;

**V**- capital, ressalvadas as autorizações mediante créditos suplementares ou especiais, aprovadas pela Câmara Municipal por 2/3 (dois terços) de seus membros, através de votação aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário.

**(*modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99.)***

**VI** - a vinculação da receita de Imposto à órgão, fundo ou despesas, ressalvadas a destinação de recurso para o desenvolvimento do ensino e prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita;

**VII**- a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

**VIII**- a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria para outra, ou entre órgãos, sem autorização legislativa, referendada por 2/3 (dois terços) de seus membros, através de votação aberta, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/9)***

**IX**- a concessão ou utilização de crédito ilimitado;

**X**- a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos de orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais/

**XI**- a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

**§ 2°**- Os créditos especiais e extraordinários, terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato tiver sido promulgado, nos últimos 04 (quatro) meses do mesmo.

**§ 3°**- A abertura de crédito extraordinário, somente será admitida, para atender despesas imprevisíveis e urgentes.

**CAPÍTULO II**

**DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**Artigo 136** - O Município organizará a sua contabilidade de modo a evidenciar, com transparência, os fatos e atos ligados a sua administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial.

**Artigo 137** - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Município e das entidades de sua administração pública direta ou indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicamente, aplicação nas subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal.

**Artigo 138 -** Nenhuma despesa será ordenada ou realizada sem que exista recursos orçamentários ou créditos, votados pela Câmara Municipal, por 2/3 (dois terços) dos seus membros, através de votação aberta, simbólica ou secreta, respeitada a decisão do Soberano Plenário.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 007/99 de 27/09/99)***

**Parágrafo Único** - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou a alteração da estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta ou indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, só poderão ser feitas:

**I** - se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

**II**- se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economista.

**Artigo 139** - Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária Anual o Poder Executivo elaborará a programação financeira, levando em conta os recursos orçamentários, para a utilização dos respectivos critérios pelas unidades administrativas.

**Parágrafo Único** - O disposto nesse artigo aplica-se ao executivo e ao Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas.

**Artigo 140** - O numerário correspondente às dotações orçamentárias do Legislativo, compreendidos os critérios suplementares e especiais, serão entregues em duodécimo até o dia 05 (cinco) de cada mês em contas estabelecidas na programação financeira.

**Artigo 141** - As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de administração indireta deverão ser feitas através de rede bancária e ou Federal, mediante convênio.

**Artigo 142** - Serão destinados a Associação dos Municípios e a União dos Vereadores do Mato Grosso, à razão de metade para cada uma de 1% (um por cento) da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do ICMS.

**Artigo 143** - As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

**I** - pelos critérios adicionais suplementares, especiais e extraordinários;

**II** - pelos remanejamentos de transferências e transposição de recursos, de uma categoria de programação para outra.

**Parágrafo Único** - o remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizadas, em lei específica, que contenha justificativa.

**Artigo 144** - As receitas e despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente instituído.

**Artigo 145** - A Câmara Municipal terá a sua própria contabilidade e sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhes forem liberados.

**Parágrafo Único** - A contabilidade da Câmara Municipal encaminhará suas demonstrações, até o dia 15 (quinze) de cada mês, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

**Artigo 146** - Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal, encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado, as contas do Município, que se comporão de:

**I**- demonstrações contábeis orçamentárias e financeiras, consolidadas dos órgãos da administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

**II** - notas explicativas às demonstrações, de que trata este artigo;

**III** - relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais, no exercício demonstrado.

**Artigo 147** - O controle externo a carga da Câmara Municipal será exercido o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

**§ 1°**- O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o prefeito prestar anualmente, nos termos do artigo 207, da Constituição Estadual, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, mediante votação nominal, simbólica ou secreta, respeitando a decisão do Soberano Plenário.

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99.)***

**Artigo 148** - São sujeitos a tomada de prestação de contas os agentes da administração municipal, responsáveis por bens e valores pertencentes ou confinados à Fazenda Pública Municipal.

**§ 1°** - O tesoureiro do Município, ou o servidor que exercer função equivalente, fica obrigado à apresentação de boletim diário da tesouraria, que será afixado em local próprio, na sede da Prefeitura Municipal.

**§ 2°** - Os demais agentes Municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente aquele, em que o valor tenha sido recebido.

**§ 3°** - Prestará contas, qualquer pessoa física ou entidade pública, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores Municipais, ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

**CAPÍTULO III**

**DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Artigo 149** - Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entrega ao seu sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da administração municipal, que conterá, entre outras, informações atualizadas sobre:

**I**- dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da administração municipal de realizar operações e crédito de qualquer natureza;

**II**- mediadas necessárias à regularização das contas municipais, perante o Tribunal de Contas do Estado;

**III**- prestação de contas, de convênios celebrados com organismos da União e dos Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

**IV** - situação com as concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

**V**- estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e a pagar, e os seus respectivos prazos;

**VI**- transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

**VII**- situação dos servidores do Município, seu custo e sue lotacionograma completo.

**Artigo 150** - É vedado ao Prefeito Municipal, assumir por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término do seu mandato, que não estejam previstos na legislação orçamentária.

**§ 1°**- O disposto neste artigo, não se aplica em casos de comprovada calamidade pública.

**§ 2º**- Serão nulos e não produzirão nenhum efeito, os empenhos e atos, praticados em desacordo a este artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

**TÍTULO V**

**DA ORDEM ECONÔMICA**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 151** - O Município dentro de sua competência, auxiliará o Estado e a União na execução de planos econômicos, conciliando a liberdade de iniciativa, criando sempre que possível, condições para o desenvolvimento, visando os superiores interesses da coletividade.

**Artigo 152** - O Município manterá processo permanente de planejamento, visando promover o seu desenvolvimento, o bem estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

**§ 1°**- O desenvolvimento Municipal terá por objetivo, a plena realização do seu potencial econômico, a redução das desigualdades sociais e o aceso aos bens de serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura local, e, preservado o seu patrimônio ambiental, natural e imóvel.

**§ 2°**- Fica garantido a instituição de Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, na forma do artigo 181, inciso V, da Constituição do Estado.

**Artigo 153** - O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

**Artigo 154** - O Município considerará o capital não apenas como instrumento gerador de lucros, mas também como meio de expansão econômica e de bem estar coletivo.

**Artigo 155 -** O Município assistirá aos trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preços justos, saúde e bem estar social.

**Artigo 156** - O Município assistirá aos trabalhadores do garimpo e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, preços justos ao produto de seu trabalho, saúde e bem estar social.

**Artigo 157** - São isentas de impostos, as cooperativas das classes enunciadas, nos artigos 155 e 156 desta Lei Orgânica.

**Artigo 158** - O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços por ele concedidos.

**Parágrafo Único** - A fiscalização de que trata este artigo, compreende o exame contábil e as perícias necessárias, à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

**Artigo 159** - O Município dispensará à microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definidas em Lei Federal, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las, através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela redução e ou eliminação destas, por intermédio de normas legais.

**TÍTULOS VI**

**DA ORDEM SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

**Artigo 160** - O Município assegurará, a imediata e plena efetividade dos direitos e suas garantias individuais e coletivas, mencionadas na Constituição Federal e na Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como aqueles constantes dos contratos e convenções internacionais, firmados pela república Federativa do Brasil.

**Artigo 161** - Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão do nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, orientação sexual, estado civil, profissão, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiências física ou mental, por Ter cumprido pena, por qualquer particularidade ou condição social.

**Artigo 162** - O Município estabelecerá, em Lei, dentro de seu âmbito de competência, sanções de natureza administrativa, para quem descumprir o disposto no artigo anterior.

**Artigo 163** - O Município atuará, em cooperação com a União e o Estado, coibindo a exigência de atestado de esterilização e de teste de gravidez, como condição para a admissão ou a permanência no trabalho.

**Artigo 168** - Entende-se como saúde a resultante das condições de alimentação, educação, meio ambiente, trabalho, salário, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde, garantidas através de um plano de desenvolvimento urbano elaborado de acordo com o Capítulo IV do Título I da Constituição do Estado de Mato Grosso.

**Artigo 169** - O conjunto de ações e serviços de saúde deste Município e que integrem a rede regionalizada e hierarquizada, será desenvolvido por órgãos e instituições públicas, federais, estaduais e municipais, de administração direta e indireta e constituirá o Sistema de Saúde (SUS) que é regulamentado por esta Lei.

**Parágrafo Único** - O setor privado participa do SUS em caráter complementar, segundo diretrizes deste, mediante contrato ou convênio através de licitação pública, tendo preferência as entidades filantrópicas sem fins lucrativos.

**SEÇÃO II**

**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

**Artigo 170 -** O Sistema Único de Saúde de Peixoto de Azevedo, será regido pelos princípios fundamentais do:

**I**- comando público, normativo, gerencial e administrativo exercido pela Secretaria ou Departamento Municipal de Saúde em articulação com Secretaria Estadual de Saúde;

**II**- integralidade na prestação das ações de Saúde;

**III**- gratuidade dos serviços prestados, sendo vedada a cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde, mantidos pelo Poder Público ou serviço privado contratado ou conveniado pelo Sistema Único de Saúde;

**IV**- controle social através da participação e fiscalização da comunidade;

**V**- articulação com as instâncias técnicas e de apoio em infra-estruturação do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde;

**VI**- O SUS investirá em práticas alternativas de saúde, homeopatia, acupuntura e em práticas populares ou tradicionais que visem promover, proteger ou recuperar a saúde, incorporando-se, sempre que possível, ao modelo assistencial e à rede de serviços do sistema.

**SEÇÃO III**

**DO MODELO ASSISTENCIAL**

**Artigo 171** - As ações de saúde, no âmbito deste Município, reger-se-ão por um modelo assistencial que contemple as ações promocionais preventivas e curativas, integradas através de uma rede assistencial composta pelo nível básico, geral, especializado e de internação, conforme a complexidade do quadro epidemiológico local.

**Artigo 172** - O modelo assistencial, constituir-se-á pelo conjunto de unidades compostas de Centros de Saúde e serviços especializados organizados hierarquicamente, cada qual compreendendo população e referência em termos de população de risco ou área de abrangências.

**SEÇÃO IV**

**DO MODELO DE SERVIÇOS**

**Artigo 173** - Os serviços Municipais de saúde compreenderão unidades com as seguintes características:

**§ 1°**- A unidade básica de serviços de saúde será o Centro de Saúde e sua rede satélite de postos, com capacidade de realizar serviços gerais de atendimentos curativo, integrado à prática de saúde coletiva, controle ambiental, de vetores, roedores e reservatórios, das doenças edêmicas, imunizações, vigilância sanitária e epidemiológica, acompanhamento nutricional e controle das condições de saúde de populações de risco, atendimento às doenças profissionais, aos acidentes de trabalho e vigilância das suas condições.

**§ 2°**- Os serviços especializados constituir-se-ão em ambulatórios, Unidades Mistas e Policlínicas com capacidade tecnlógica de diagnóstico e terapia.

**§ 3°**- Os serviços de alta complexidade compreenderão serviços especializados que envolvam a utilização de tecnologia complexa.

**§ 4°**- Os serviços especializados e de alta complexidade poderão ser organizados por este Município quando suas necessidades exigirem, ou por um conjunto de Municípios em consórcio ou pelo Estado, quando ultrapassar a capacidade de resposta do Município, de acordo com o artigo 225 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

**SEÇÃO V**

**DA GESTÃO**

**Artigo 174** - O Sistema Único de Saúde, será gerido e administrado por uma Secretaria Municipal de Saúde.

**Parágrafo Único** - Os titulares dos cargos de direção e assessoramento da Secretaria Municipal de Saúde, deverão Ter formação ou vínculos profissionais com a saúde.

**Artigo 175** - A instância deliberativa, consultiva e recursal do SUS do Município será o Conselho Municipal de Saúde.

**Artigo 176** - São de competências do Conselho Municipal de Saúde:

**I** - propor a política de saúde elaborada na Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo mesmo;

**II** - propor, anualmente, com base nas políticas de saúde, o orçamento e acompanhamento das ações e serviços de saúde;

**III** - deliberar sobre questões de coordenação, gestão, normatização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;

**IV** - a decisão sobre a contratação ou convênio de serviços privados;

**V** - acompanhamento das licitações do setor de saúde;

**VI** - acolher solicitações impetradas para apuração de responsabilidades.

**§ 1°** - O Conselho Municipal de Saúde será composto paritariamente distribuído de forma a assegurar que 50% dos membros sejam representantes

de entidades representativas de usuários e 50% representantes dos segmentos entidades representativas dos trabalhadores do setor de saúde, de representantes do Poder Público Municipal (Executivo), prestadores de serviços de saúde (públicos) e o Conjunto de trabalhadores do SUS (Sistema Único de Saúde), que será regulamentado por Lei:

***(modificado pelo Decreto Legislativo n.º 003/99 de 11/05/99.)***

**§ 2°** - A Conferência Municipal de Saúde será convocada a cada 02 (dois) anos para a elaboração e a avaliação das políticas plurianuais, do início e no meio da cada legislatura municipal.

**SEÇÃO VI**

**DO ACESSO A INFORMAÇÃO**

**Artigo 177** - É dever do serviço de saúde fornecer as informações disponíveis ao cidadão e à coletividade:

**I**- as informações concernentes a horário de funcionamento dos serviços e jornada de trabalho de servidores, devem ser afixadas em cada unidade, em quadro próprio e em local visível aos usuários;

**II**- as informações referentes a surtos epidêmicos, condições de risco à saúde do indivíduo e da coletividade devem ser fornecidas através de divulgação, pelos meios de comunicação disponíveis; **III** - as informações referentes a comprovação de inspeção sanitária, devem ser fornecidas através de atestado de regularidade, com data e períodos de validade, a ser afixado em local visível, nos estabelecimentos visitados, em situação regular;

**IV** - as informações referentes a prontuário de pessoas física, devem ser fornecidas somente por solicitação da mesma ou seu responsável legal;

**V** - as informações sobre providências sobre providências requer idas para sindicância, apuração de responsabilidades e outras, realizadas por usuários ou entidades representativas dos mesmos, devem ser fornecidas sempre que solicitadas, pelo órgão onde foi dado entrada a solicitação.

**SEÇÃO VII**

**DO CONTROLE SOCIAL**

**Artigo 178** - É direito de qualquer cidadão ou entidade representativa impetrar solicitação e acompanhar junto ao Conselho Municipal de Saúde quando:

**I**- se julgar prejudicado no acesso às informações que devem estar disponíveis aos cidadãos, segundo o artigo 177 desta Lei Orgânica;

**II**- julgar que a Prefeitura, não estiver cumprido o parágrafo primeiro do artigo 173 desta Lei, no oferta de serviços básicos de saúde;

**III**- na omissão de atendimento, nos casos de imperícia profissional de omissão de informações e de irregularidades no funcionamento dos serviços.

**Artigo 179** - As apurações de responsabilidade pelo Conselho Municipal de Saúde, seguirão os seguintes procedimentos:

**I**- O Conselho Municipal de Saúde deverá nomear um relator dentre seus membros para num prazo de 15 (quinze) dias, aparar a procedência da solicitação, e tendo o mesmo, prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o relatório, que será apreciado pelo Conselho;

**II**- nas solicitações procedentes, o Conselho Municipal de Saúde instalará uma sindicância, com participação paritária de membros indicados pelas entidades representativas, para a apuração das responsabilidades, num prazo não superior a 30 (trinta) dias.

**III**- nos casos de comprovadas irregularidades técnicas, administrativas ou funcionais, o Conselho Municipal de Saúde indicará as penalidades, segundo o Código de Postura Disciplinar da Prefeitura Municipal ou da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando à autoridade competente solicitação, para fins de direito.

**Artigo 180** - Nos casos em que o impetrante julgar que o Conselho Municipal de Saúde for inócuo, poderá impetrar ação popular ou petição contra o Poder Público Municipal.

**SEÇÃO VIII**

**DO FUNCIONAMENTO E ORÇAMENTO**

**Artigo 181** - O Sistema único de Saúde deste Município será financiado por recursos:

**I**- do orçamento municipal;

**II** - das transferências estaduais e federais

**III**- das taxas, multas e emolumentos obtidos em função de serviços e ações específicas;

**IV**- dos Convênios e contratos;

**V**- de outras fontes.

**§ 1°**- O Município aplicará anualmente na área de saúde, o mínimo de 13% (treze por cento) da receita, resultante de impostos, inclusive o proveniente de transferências.

**§ 2°** - Fica criado o Fundo Municipal de Recursos para a Saúde conforme o artigo 167, incisos V e IX, da Constituição Federal.

**§ 3°** - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio e subvenções à instituições privadas com fins lucrativos.

**Artigo 182** - O Município deverá assegurar anualmente recursos para os serviços implantados e existentes no que se referem a:

**I**- pagamento pessoal;

**II**- manutenção da rede física, frota de veículos e equipamentos;

**III**- insumos, medicamentos, materiais administrativos, materiais de limpeza e higiene, inseticidas, e, outros necessários à operação dos serviços;

**IV**- atividades administrativas de planejamento, reciclagem e treinamento de pessoal da área de saúde e demais serviços de terceiros.

**§ 1°** - Deverão ser agregados os valores necessários para cobrir taxa inflacionária destes custos durante cada ano.

**§2°**- Anualmente será assegurado um adicional de recursos de 20% (Vinte por cento) do orçamento básico, deste Município referido no “Caput” deste artigo, que se destinarão a:

**I**- 10% (dez por cento) de reserva estratégica para cobertura em caso de epidemia, surtos sinistros que venham a ocorrer na rede pública;

**II**- 10% (dez por cento) para a expansão da rede física, equipamentos e pessoal até que se atinja a cobertura universal das necessidades da população, segundo preceitos constitucionais.

**Artigo 183** - A administração dos recursos financeiros do SUS se fará através do fundo único municipal de saúde, que será planejado e controlado pelo Conselho Municipal de Saúde, gerenciado e executado pela Secretaria Municipal de Saúde, a ser regulamentado pelo Código Municipal de Saúde.

**SEÇÃO IX**

**DA COMPETÊNCIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MUNICIPAL.**

**Artigo 184** - Ao Sistema Único de Saúde Municipal, compete além de outras atribuições:

I - a organização, manutenção e expansão da rede pública de serviços, que possibilidade a total cobertura assistencial à saúde de seus munícipes;

**II** - instituir planos de carreira para os profissionais de saúde, baseados nos princípios e critérios aprovados em nível nacional, observando os pisos salariais nacionais e incentivos a dedicação exclusiva e em tempo integral, capacitação e reciclagem permanente, condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades em todos os níveis;

**III** - a elaboração e atualização periódica do plano municipal de saúde, em termos de prioridades e estratégia, em consonância com o plano Estadual de Saúde, de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e outras aprovadas em Lei;

**IV** - assistência a saúde;

**V** - a execução e atualização da proposta orçamentária do SUS necessária ao Município;

**VI** - a proposição de projetos de Leis municipais que contribuam para a viabilização e concretização do SUS no Município;

**VII** - a compatibilização e complementação das normas técnicas do Ministério da Saúde e da secretaria Estadual de Saúde de acordo com a realidade municipal;

**VIII** - a administração e execução das ações e serviços de saúde e de promoção nutricional, de abrangência Municipal.

**IX** - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde, garantido a admissão através de concurso público, bem como a capacitação técnica e a reciclagem permanente, de acordo com suas prioridades locais, em consonância com os planos nacional e estadual;

**X -** implantação e implementação do sistema de informações da saúde, com acompanhamento, avaliação e divulgação dos indicadores;

**XI** - o planejamento e execução das ações de vigilância sanitária e epidemiológica, e de saúde do trabalhador;

**XII** - o planejamento e execução das ações de controle do meio ambiente e de saneamento básico;

**XIII** - a normatização e execução de insumos e equipamentos para a saúde, no Município.

**XIV** - a execução, no âmbito local de programas e projetos estratégicos para o enfrentamento das prioridades nacionais, estaduais e municipal, assim como situações de emergência;

**XV** - estabelecimento de normas e padrões higiênicos sanitários mínimos, para edificações individuais e coletivas, estabelecimentos comerciais e industriais de risco a saúde e ao meio ambiente;

**XVI** - a celebração de consórcios intermunicipais para a formação de sistema de saúde, quando houver indicação técnica e consenso das partes;

**XVII** - organização de Distritos Sanitários, com a locação de recursos técnicos, para práticas de saúde adequadas a realidade epidemiológica local, discriminando o conjunto de unidades básica e especializadas, que os comporão.

**Parágrafo Único** - Os limites dos Distritos Sanitários, referidos no inciso anterior, do presente artigo, constarão do Plano Diretor do Município e serão fixados segundo:

**I** - a área geográfica de abrangência;

**II** - a discriminação da clientela;

**III** - a resolutividade dos serviços a disposição da população.

**CAPÍTULO III**

**DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO E RECREAÇÃO**

**SEÇÃO I**

**DA EDUCAÇÃO**

**Artigo 185** - O ensino municipal será pautado nos ideais de igualdade e liberdade social, tendo como objetivo o desenvolvimento do homem que, com o domínio do conhecimento científico e intelectual, e, respeitando a natureza, seja capaz de atuar positiva e produtivamente, no processo de transformação da sociedade.

**Artigo 186** - O ensino do Município, integrado ao Sistema Único de Ensino, tem como base o conhecimento e o progresso científico universal, que assegurará uma educação pluralista, e, oferecerá aos educandos, condições de acesso às diferentes concepções filosóficas, sociais e econômicas.

**Artigo 187** - O Ensino Pré-Escolar e de 1° (primeiro) grau, da 1ª (primeira) a 4ª (Quarta) séries, para crianças e jovens, é prioritariamente de responsabilidade do Município.

**§ 1°**- O que se refere no "caput" deste artigo, com relação ao ensino de 1° (primeiro) Grau, é extensivo aos adultos que, à ele não tiveram acesso quando em idade apropriada.

**§ 2°**- O que se refere no "caput" deste artigo, no seu parágrafo primeiro, e o ensino da 5ª (Quinta) à 8ª (oitava) séries, deverão ser implantados gradativamente, com a participação técnica e financeira do Estado.

**Artigo 188** - O Município organizará seu sistema de ensino, de modo articulado e em colaboração com os órgãos Estaduais e Federais, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, e o preparo para o exercício da cidadania.

**Parágrafo Único** - A educação pública deve ser de qualidade e gratuita em todos os níveis e, é de direito de todos.

**Artigo 189** - O Poder Público Municipal realizará a ampliação, recuperação e o aparelhamento das escolas da rede Municipal.

**Artigo 190** - O Município organizará e manterá sistema de ensino próprio, com extensão correspondente às necessidades locais, de educação geral e qualificação, respeitadas as diretrizes e as bases fixadas pela Legislação Federal e as disposições supletivas da Legislação Estadual.

**Artigo 191** - A Administração da educação pública municipal, deve assegurar o conteúdo mínimo necessário, no ensino pré-escolar e de 1° (primeiro) grau, de maneira a propiciar formação básica comum, e transferências de valores culturais e artísticos, regionais, estaduais e nacionais.

**Artigo 192** - As unidades escolares Terão autonomia na definição da política pedagógica, respeitados em seus currículos, os conteúdos mínimos estabelecidos a nível nacional, tendo como referência os valores culturais e artísticos, a iniciação técnico-científica e os valores ambientais.

**Parágrafo Único** - O Município assegurará às unidades escolares, autonomia administrativa, patrimonial e mecanismos democráticos, que permitem o controle do gerenciamento de seus recursos.

**Artigo 193** - É dever do Município, garantir, o número suficiente de vagas, para atender a demanda, de ensino pre-escolar e de 1° (primeiro) grau, em todo o seu território.

**Artigo 194** - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

**I**- participação no atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, obedecendo o disposto nos itens abaixo:

a) criar recursos para programas educativos, com o objetivo de orientar e conscientizar a coletividade, dos meios de prevenção;

b) em decorrência do desgaste físico e emocional, a que se submetem os profissionais da área, incluí-los no regime de aposentadoria especial;

c) para garantir às mães maior assistência ao filho deficiente , dar prioridade, aos irmãos do mesmo, no atendimento em creches;

d) a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dispensará anualmente, o mínimo de 5% (cinco por cento), do seu orçamento, em programas de educação especial, numa ação simultânea e integrada, às demais secretarias;

e) educando com necessidade de educação especial, a terá assegurada, e, integrada a programas de assistência à saúde e à alimentação;

f) atendimento poderá ser feito, em classes e ou escolas especiais, quando recomendado;

g) atendimento especializado, será oferecido a cada categoria, através de currículos adaptados, métodos, técnicas e recursos didáticos, que deverão corresponder às suas necessidades;

h) os atendimentos especializados, serão oferecidos a cada categoria, através de oficinas de trabalho, visando a sua integração à vida comunitária;

i) atendimento especializado, iniciar-se-á na faixa de 0 (zero) ano, compreendendo ações de prevenção, educação precoce e pré-escolar, em centros adequados, creches e escolas;

j) os portadores de deficiência, terão prioridade à educação pré-escolar;

k) Poder Público garantirá, através de seus próprios recursos, em convênio com instituições particulares, complementação curricular, ao superdotado ou talentoso, de acordo com seu potencial;

l) Município prestará em regime de Convênio, apoio técnico-financeiro às entidades beneficentes e de assistência, que atuem em programas sócios-educativos, destinados à crianças e adolescentes carentes, portadores de deficiência, na forma da Lei;

m) ensino de 1° (primeiro) e de 2° (segundo) graus, deve ser gratuito através de bolsa de estudos, à todo educando, que demonstrar efetivo aproveitamento e comprovar falta de insuficiência de recursos financeiros próprios

n) fazer o levantamento anual, do número de educandos, portadores de necessidades especiais de educação, e, efetuar o encaminhamento adequado, segundo o diagnóstico;

o) proibir a discriminação quanto a implantação de atendimentos em escolas públicas;

p) assegurar o acesso e permanência aos níveis mais elevados de ensino, segundo as capacidades individuais;

q) assegurar um programa de suplementação alimentar aos educandos, que dela necessitem;

r) atuar em colaboração com o Estado em educação especial;

s) a criação de uma Divisão de Educação Especial, à nível municipal para o planejamento, a implantação, o gerenciamento e o atendimento das necessidades locais do setor;

t) a Secretaria Municipal de Educação terá Departamento específico da Educação especial a fim de garantir a qualificação, o acesso e a permanência dos serviços oferecidos ao portador de necessidades especiais, no atendimento educacional;

u) as escolas especiais de caráter filantrópico, receberão do órgão Público Municipal amparo e apoio com vistas à educação, habilitação e reabilitação.

**II** - atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 (zero) à 6 (seis) anos de idade;

**III** - execução de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde no ensino fundamental.

**Artigo 195** - O ensino de religião é obrigatório e não poderá se restringir apenas uma, e será livre opção dos educando ou de seus pais.

**Artigo 196** - No currículo escolar da rede municipal, é obrigatório, o ensino de inglês e de Espanhol, como línguas estrangeiras.

**Artigo 197** - A educação ambiental será enfatizada em todas as séries de ensino, nas disciplinas que disponham de instrumental ou conteúdo para estudo ambientais.

**Artigo 198** - O Poder Público Municipal, instalará bibliotecas, na sede do Município e de seus distritos.

**Artigo 199** - Caberá ao Município:

**I**- incluir no ensino, conteúdos sobre o processo de envelhecimento, em vistas a melhoria da imagem social do idoso;

**II**- realizar cursos, congressos e simpósios, visando a difusão e o intercâmbio de experiências entre o idoso e o jovem;

**III**- implementar cursos de capacitação de recursos humanos para atendimento à população infantil e geriátrica;

**IV**- criar programas educativos, para a conscientização da importância da família no contexto social.

**Artigo 200** - O Município deve elaborar seu plano de educação, de duração plurianual visando a articulação, a integração e o desenvolvimento da mesma, no sentido de:

**I** - erradicar o analfabetismo;

**II** - melhorar a qualidade de ensino;

**III** - capacitar recursos humanos;

**IV** - valorizar o profissional do ensino;

**V** - Promover o conhecimento humanístico, científico e tecnológico.

**Artigo 201** - O Município criará e assegurará o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

**Artigo 202** - O Conselho Municipal de Educação será composto por:

**I** - 1/3 (um terço) dos usuários da educação municipal;

**II** - 1/3 (um terço) dos representantes das entidades do magistério;

**III** - 1/3 (um terço) do Poder Executivo e Legislativo.

**Artigo 203** - São atribuições do Conselho Municipal de Educação:

**I** - estabelecer e fiscalizar a política educacional;

**II** - decidir sobre a aplicação e a fiscalização dos recursos destinados à educação;

**III** - definir critérios para a educação do adulto, visando atender ao item I, do artigo 200 desta Lei Orgânica;

**IV** - avaliar, no máximo a cada 02 (dois) anos, faz condições físicas, estruturais e funcionais das unidades escolares;

**V** - participar da elaboração do plano Municipal de educação;

**VI** - estabelecer critérios de produtividade, no desempenho de suas funções, para a ascensão no quadro de carreira;

**VII** - normatizar e estabelecer critérios para a formação e dinamização dos conselhos deliberativos escolares;

**VIII** - estabelecer normas de contratação de professores leigos, no caso de vacância de professores habilitados;

**Artigo 204** - Cabe à administração municipal assegurar a valorização dos profissionais do magistério, mediante:

**I** - estatuto e plano de carreira único para todos os profissionais;

**II** - concurso público, para ingresso no quadro de carreira;

**III** - A garantia de aperfeiçoamento de capacitação, ou formação continuada, atualização e qualificação na área de Educação, através do FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização da Educação Básica. Enquanto este existir, àqueles que demonstrarem maior produtividade e interesse no desempenho de suas funções, cuja regulamentação, para tanto, será efetuada pelo Município, através da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação.

***(modificada pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99)***

**Parágrafo Único** - Aos profissionais beneficiados pelo que trata esse inciso, caberá em contrapartida, a transferência dos conhecimentos adquiridos e a prestação de serviços, ao Município, por um determinado período de tempo, anteriormente estipulado pelo Conselho Municipal de Educação.

**IV** - manutenção de equipe técnica pedagógica nas unidades escolares;

**V** - uma jornada de trabalho de trabalho de 25 (vinte e cinco) a 38 (trinta e oito) horas, de acordo com o previsto no Estatuto do Magistério.

***(modificada pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99.)***

**VI**- reserva de 30% (trinta por cento) da carga horária, do professor, para planejamento, estudos extra classe e atendimento e atendimento individual a alunos, de acordo com o previsto no Estatuto do Magistério.

***(modificada pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99.)***

**VII** - remuneração de acordo com o piso e isonomia salarial, estabelecidas no Estatuto do Magistério;

**VIII** - Incentivo de no mínimo 50% (cinqüenta por cento) do piso salarial aos professores das escolas urbanas de difícil acesso e das escolas rurais, a serem especificadas pelo Conselho Municipal de Educação;

**IX** - a garantia da aposentadoria com proventos integrais, aos trabalhadores na educação, concedida:

- às mulheres, após 25 (vinte e cinco) anos, de exercício profissional;

- aos homens, após 30 (trinta anos) de exercício profissional.

**X** - Incentivo à formação de professores da Rede Municipal, a nível de 30 grau, subsidiado pelo FUNDEF, enquanto este existir.

***(modificada pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99)***

**XI** - Criar ou instalar no Município, um curso específico parra os professores leigos, da Rede de Ensino Municipal, à nível de magistério, através de convênios ou quaisquer outros mecanismos.

***(modificada pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99)***

**XII-** Incentivo aos professores da Rede Municipal de Ensino , que demonstrarem merecimento, à cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

***(modificada pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99.)***

**Artigo 205** - O Município aplicará anualmente na manutenção e desenvolvimento da Educação, o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita, resultante de impostos, inclusive o proveniente de transferências.

**Artigo 206** - A parcela da arrecadação de impostos, transferidos pelo Estado ao Município, não é considerada, para efeito de cálculo, previsto no artigo 205 desta Lei Orgânica;

**Artigo 207** - A distribuição dos recursos públicos destinados à educação, assegurará prioridade ao atendimento das necessidades de ensino de 1° (primeiro) grau, oferecido pelo município.

**Artigo 208** - Fica criado o Fundo Único de Educação, que deverá executar, toda a programação orçamentária e financeira da área, sob gestão da Secretaria Municipal de Educação e fiscalização direta do Conselho Municipal de Educação.

**§ 1°**- o montante de que trata o artigo 206 desta Lei Orgânica, deverá ser depositado no Fundo Único Municipal de Educação no máximo 05 (cinco) dias após ter sido recolhido ao órgão financeiro Municipal responsável pela arrecadação.

**§ 2°**- Os recursos oriundos das transferências federais e estaduais bem como dos convênios destinados à Educação, serão depositados no Fundo Único Municipal de Educação.

**§ 3°**- O não cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, desse artigo, implicará em sanção administrativa, cabendo:

a) moção de desconfiança ao Secretário Municipal de Finanças;

b) moção de desconfiança aos responsáveis, a nível estadual e federal, quando procedente;

c) impeachment do prefeito em caso de comprovada reincidência.

**Artigo 209** - A Secretaria Municipal de Educação, através do Fundo único Municipal de Educação, repassará às unidades escolares, recursos destinados ao custeio, na forma da Lei.

**Artigo 210** - Recursos humanos da rede pública poderão ser destinados às escolas comunitárias e filantrópicas, conforme normas estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação.

**Artigo 211** - É proibida qualquer forma de isenção tributária ou fiscal para as entidades de ensino privado.

**Parágrafo Único** - Nos casos de anistia fiscal ou incentivos fiscais de qualquer natureza, fica o Poder Público proibido de incluir nos 25% (vinte e cinco por cento) destinados à Educação.

**Artigo 212 -** Fica proibida qualquer forma de financiamento e repasses de verbas públicas, para atividades de ensino privado.

**Artigo 213** - O ensino na zona rural, deverá ter dotação orçamentária específica para o desenvolvimento de suas atividades, exceto nos casos previstos no artigo 241 da Constituição Estadual.

**Artigo 214** - O Município deverá implantar, gradativamente, o sistema de ensino em turno integral.

**Artigo 215** - A merenda escolar é direito de todo estudante municipal, não podendo faltar nos estabelecimentos de ensino.

**Artigo 216** - O Município deverá incentivar de todas as formas a prática de iniciação esportiva, em todas as modalidades.

**Artigo 217** - O Município garantirá meio de transporte, para atender os alunos da rede de ensino municipal, na zona rural.

**Artigo 218 -** A eleição de Diretores para a unidades escolares, serão realizadas pela forma de gestão democrática (eletiva), de acordo com o previsto no Plano de Cargo Carreira e Salários do Servidores do Magistério.

***(modificada pelo Decreto Legislativo n.º 008/99 de 11/10/99)***

**Parágrafo Único** - Os dirigentes municipais de ensino, deverão ser escolhidos dentre profissionais da área.

**Artigo 219** - Fica criado o Conselho Deliberativo em cada unidade escolar.

**Artigo 220** - O Município deverá obedecer as diretrizes técnicas regulamentadas em Lei, para a construção de estabelecimentos de ensino.

**Artigo 221** - O Município implantará dispositivos, para a segurança no trânsito, nas proximidades das unidades escolares.

**Artigo 222** - O escotismo e a guarda mirim, deverão ser considerados, como métodos complementares à educação.

**SEÇÃO II**

**DA CULTURA**

**Artigo 223** - Ao Município caberá:

**I**- apoiar e incentivar as atividades de aprendizagem cultural e artística de modo em geral;

**II** - apoiar e incentivar a apresentação das tradições, para reforçar e transmitir as raízes culturais do Município, da Região, do Estado e do País;

**III**- incentivar a participação de pessoas portadoras de deficiência, nas atividades de lazer e cultura;

**IV**- garantir o acesso, dos portadores de deficiência física, à fontes de cultura e lazer, através da eliminação de barreiras arquitetônicos.

**Artigo 224** - Fica criado, o Conselho Municipal de Cultura como órgão colegiado, com a finalidade básica, de definir os interesses públicos, relacionados com o Planejamento e a fixação da política cultural.

**Artigo 225** - O Conselho Municipal de Cultura, será formado paritariamente, por munícipes de Peixoto de Azevedo.

**Artigo 226** - Compete ao Conselho Municipal de Cultura deliberar sobre a política cultural do Município e especialmente:

**I**- estabelecer diretrizes e prioridades para o desenvolvimento cultural do Município;

**II**- emitir parecer técnico cultural, inclusive sobre implicações culturais de plano sócio-econômico;

**III**- deliberar e fiscalizar projetos culturais e aplicações de recursos;

**IV**- fiscalizar o cumprimento de normas, a serem regulamentadas em Lei, no que se refere a utilização dos meios de comunicação, na promoção cultural;

**V**- deliberar e fiscalizar o cumprimento do disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal;

**VI**- orientar, quanto a atualização do cadastramento e, a conservação do patrimônio cultural, histórico e ambiental do Município.

**SEÇÃO III**

**DO DESPORTO E RECREAÇÃO**

**Artigo 227** - Cabe ao Município incrementar as práticas desportivas, da comunidade , observando:

**I**- a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, formais à sua organização e funcionamento;

**II**- a destinação de recursos humanos, financeiros e materiais para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto amador;

**III**- é vedado ao município, destinar qualquer recurso ao desporto profissional.

**Artigo 228** - O Município proporcionará meios de recreação, sadia e construtiva, à comunidade.

**Artigo 229** - Os serviços municipais, de esportes e recreação articular-se-ão entre si e com as atividades culturais, visando a implantação e o desenvolvimento do turismo.

**Artigo 230** - A ação do Poder Público Municipal e a destinação de recursos para o desporto, dará prioridade:

**I** - ao esporte educacional;

**II** - ao lazer popular;

**III** - à criação e manutenção de instalações esportivas e recreativas, nos programas e projetos educacionais;

**IV** - à criação de espaços físicos adequados ao lazer e à prática esportiva, para todas as faixas etárias;

**V** - à integração dos portadores de deficiência física.

**Artigo 231** - A promoção, o apoio e ao incentivo aos esportes e ao lazer serão garantidos mediante:

**I**- o incentivo e a pesquisa no campo da educação física e do lazer social;

**II** - programas de construção, preservação e manutenção de áreas para a prática esportiva e para o lazer comunitário;

**III**- o provimento, por profissionais habilitados, na área específica dos cargos atinentes à educação física e ao esporte, tanto nas instituições públicas, como nas privadas.

**IV** - o estímulo à participação da iniciativa privada;

**V**- o apoio ao atleta, que se destacar em sua modalidade esportiva.

**CAPÍTULO IV**

**DO MEIO AMBIENTE**

**SEÇÃO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 232** - Todos têm direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à adequação da qualidade de vida, impondo-se a todos e, em especial, ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício de seus munícipes.

**Artigo 233** - O Poder Público Municipal, deverá elaborar e implantar, através de lei, um plano municipal de meio ambiente e recursos naturais, que contemplará a necessidade de conhecimento, de diagnóstico, de sua utilização, recuperação e definição de diretrizes, para o seu melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico e social.

**Artigo 234** - Cabe no poder público, através de seus órgãos da administração direta, indireta e fundacional:

**I**- preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais às espécies e os ecossistemas;

**II**- definir, criar, implantar e administrar áreas e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais no espaço territorial do Município, a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão, inclusive dos já existentes, permitida somente por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

**III**- garantir educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública, para a preservação do meio ambiente;

**IV**- proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

**V**- proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

**VI**- promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e ocupação do solo urbano;

**VII**- proteger o patrimônio natural local, assegurando-lhe a perpetuação e a minimização do impacto ambiental, observadas a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual;

**VIII**- promover o zoneamento antrópico-ambiental local, como instrumento para o zoneamento estadual, contendo dados sobre os ambientes naturais, paisagens notáveis, mananciais de água, áreas de relevante interesse ecológico, do ponto de vista fisiográfico, ecológico, hídrico e biológico, como também dos ambientes alterados pela ação humana, através de atividades poluidoras e degradadoras;

**IX**- registrar, acompanhar e fiscalizar, as concessões de direitos de pesquisa e exploração, de recursos hídricos e minerais;

**X**- proteger as florestas, estimulando e promovendo o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

**XI**- criar e manter áreas verdes na proporção mínima de 10 (dez) metros quadrados por habitante;

**XII**- remover os invasores e ou ocupantes, das áreas verdes de domínio público;

**XIII**- exigir o reflorestamento, com utilização preferencial de espécies nativas, das áreas de preservação permanente, principalmente das matas ciliares;

**XIV**- criar e manter viveiros de mudas, destinados à arborização de vias e logradouros públicos;

**XV**- recuperar a vegetação em áreas urbanas, segundo critérios definidos em Lei;

**XVI**- fazer levantamento ecológico, do território urbano e rural, de forma a reservar áreas para produtos hortifrutigranjeiros;

**XVII**- requisitar a realização periódica, de auditorias, nos sistemas de controle de população e de prevenção de riscos de acidentes nas instalações

e atividades de risco, incluindo a monitoragem e avaliação detalhada, dos efeitos de sua operação, sobre a qualidade física, química e ecológica dos recursos ambientais, bem como sobre a saúde dos trabalhadores e da população;

**XVIII** - garantir o amplo acesso aos interessados, às informações sobre as fontes e causa de poluição e degradação ambiental e, em particular, aos resultados do que se refere o inciso anterior;

**XIX**- informar sistemática e amplamente a população, sobre os níveis da poluição, a quantidade do meio ambiente, as situações de riscos de acidentes e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde, bem como dos meios de proteção;

**XX**- promover medidas judiciais e administrativas, responsabilizando os causadores de poluição e ou de degradação ambiental;

**XXI**- incentivar a integração das universidades, instituições de pesquisa e associações civis, nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição ambiental;

**XXII**- estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes alternativas não poluentes, bem como de tecnologias poupadoras de energia;

**XXIII**- exigir o inventário, das condições ambientais, das áreas sob ameaça de degradação ou degradadas.

**Artigo 235** - O Município deverá criar e manter obrigatoriamente o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente Vinculado à Secretaria Geral, composto paritariamente por representantes dos órgãos públicos, associações legalmente constituídas e afins e representantes da sociedade civil, que dentre outras atribuições, fixadas em lei, devera:

**I** - apreciar e aprovar, os estudos prévios, de impacto ambiental, de projetos públicos ou privados;

**II**- definir e coordenar a implantação dos espaços territoriais, escolhidos para serem especialmente protegidos;

**III**- avaliar e propor, normas de proteção e conservação do meio ambiente.

**Artigo 236** - O Poder Público Municipal, poderá formar consórcios com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns, relativos ao saneamento básico e a preservação dos recursos hídricos naturais.

**Parágrafo Único** - Fica assegurada, a participação do Estado e da União, sempre que necessários o apoio técnico financeiro.

**Artigo 237** - A pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que exerça, atividades consideradas de ação efetiva e potencialmente poluidoras, ou que possam causar danos ao meio ambiente deverá:

**I** - ser responsável, pelo tratamento e destino adequado dos resíduos e poluentes por ela emanados;

**II** - auto monitorar suas atividades, de acordo, com o requerido tecnicamente, pelo órgão ambiental competente.

**Artigo 238** - São indisponíveis as terras públicas, patrimoniais ou devolutas do Município, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, devendo ter destinação exclusiva para esse fim.

**Artigo 239** - O direito de usucapião especial, assegurado na Constituição Federal, não incidirá, nem se aplicará, às áreas públicas, destinadas a preservação ambiental.

**Artigo 240** - Não poderão, ser desafetadas, as áreas verdes e praças públicas, enquanto estiverem servindo a finalidade para que foram criadas, ou em qualquer hipótese, quando forem originárias de projetos de loteamento.

**Artigo 241** - O proprietário de lote urbano, que mantiver adequadamente no mesmo o mínimo de 10% (dez por cento) de área verde, poderá pleitear, na forma da lei, redução no valor de seu respectivo imposto predial e territorial urbano.

**Artigo 242** - Nos serviços públicos, prestados pelo Município, ou por concessionárias, deverá ser avaliada o seu impacto ambiental.

**Parágrafo Único** - As empresas detentoras de concessão ou permissão para a exploração de serviços públicos, deverão atender rigorosamente, aos dispositivos de proteção ambiental, sob pena de rescisão de contrato, no caso de reincidência comprovada.

**Artigo 243** - Não será permitido o uso de agentes poluentes, não autorizados, por órgão competente do Ministério da Saúde e da Defesa do Meio Ambiente, bem como será vedada, a aplicação dos mesmos, em áreas de preservação permanente.

**Parágrafo Único** - São de preservação permanente:

**I** - as áreas de proteção das nascentes dos rios;

**II**- as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora;

**III**- as áreas esturianas;

**IV**- as áreas que sirvam, para pouso e reprodução de espécies migratórias;

**V**- as áreas com paisagens notáveis.

**Artigo 244** - As condutas e atividades, lesivas ao meio ambiente, estarão sujeitas a sanções administrativas e penalidades, a serem previstas, em leis complementares.

**Artigo 245** - O Poder Público Municipal, legislará sobre os aspectos, relativos à poluição sonora, de acordo com as normas previstas em Leis Estaduais e Federal.

**Artigo 246** - Deve o Poder Público Municipal, destinar os recursos necessários, para o funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e para implantação de suas diretrizes.

**SEÇÃO II**

**DOS RECURSOS MINERAIS**

**Artigo 247** - O Município definirá o sistema de geologia e aproveitamento racional dos minerais, levando em conta a existência e a importância de jazimentos que, pela sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possam ser aproveitadas, por lavra garimpeira, nos termos da Constituição Federal e Estadual.

**Parágrafo Único** - Qualquer projeto a ser desenvolvido no Município, mesmo de urbanização, será antecedido de pesquisa geológica, visando:

**I**- conhecer o potencial de substância mineral garimpável, que seja tecnicamente, racionalmente e economicamente garimpável;

**II**- conhecer, as condições de segurança do solo, relacionadas aos fenômenos naturais;

**III**- localizar lençóis aqüíferos que possam ser aproveitados na distribuição de água potável à comunidade.

**Artigo 248** - Fica proibido, a exploração mineral por pessoas físicas ou jurídicas, no perímetro urbano e nos distritos.

**§ 1°**- Na área rural, a exploração mineral, será permitida, mediante autorização concedida pelos órgãos competentes.

**§ 2°**- Da autorização, de que trata o parágrafo anterior, implicará em observância rigorosa, aos critérios técnicos, para a preservação do meio ambiente.

**Artigo 249** - Os recursos financeiros, recolhidos pelo Município, advindos da exploração mineral, deverão ser aplicadas, preferencialmente, em projetos que visem minimizar o impacto ambiental, decorrente dessa atividade.

**SEÇÃO III**

**DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**Artigo 250** - O Poder Público Municipal instituirá um plano de recursos hídricos, regulamentando, através de Lei Complementar, um sistema dotado de recursos necessários que garanta:

**I** - o armazenamento e a utilização racional, dos lençóis aqüíferos, superficiais e subterrâneos;

**II** - o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, mediante a execução de projetos, concedidos na forma da Lei:

**III** - a proteção das águas, contra sinistros, que possam comprometer a sua utilização a qualquer tempo;

**IV** - a proteção das águas contra ocorrências, que possam oferecer riscos à saúde e a segurança pública, bem como prejuízos econômicos e sociais.

**Artigo 251** - O Município, celebrará com o Estado, convênios para que o mesmo, de acordo com diretrizes comuns, administre as bacias hidrográficas de interesse local.

**Artigo 252** - Constarão no Plano Diretor, disposições relativas à conservação, a proteção e ao controle e uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, no sentido de:

**I** - ser obrigatório a conservação e proteção das águas reservadas para o abastecimento da população;

**II** - zonear as áreas inundáveis e restringir determinadas edificações nas mesmas;

**III**- diminuir a velocidade de escoamento a montante, por retenção superficial;

**IV**- implantar programas permanentes, visando à racionalização do uso das águas, para abastecimento público, industrial e para irrigação;

**V**- implantar sistemas de alerta e de defesa civil que garatam a segurança e a saúde pública, em relação a sinistros hidrográficos.

**Artigo 253** - O Município e o Estado, estabelecerão programas em conjunto, visando o tratamento adequado de despejos industrias e resíduos sólidos.

**CAPÍTULO V**

**DO DESENVOLVIMENTO URBANO**

**SEÇÃO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 254** - Os objetivos da prática de desenvolvimento urbano, serão de garantir, as funções sociais da cidade e o bem estar de seus habitantes, na sua plenitude.

**Artigo 255** - A Política de Desenvolvimento Urbano, norteará o Poder Público Municipal no sentido de alocar sua população e suas atividades sociais, de modo a proporcionar a plena realização dos direitos garantidos em lei, aos cidadãos.

**Artigo 256** - Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, o Poder Público Municipal poderá utilizar os seguintes instrumentos:

**I** - tributários e financeiros;

a) imposto territorial e predial urbano, progressivo e diferenciado por zona, ou por outros critérios de ocupação e uso de solo;

b) taxas e tarifas, diferenciadas por zona, segundo os serviços públicos oferecidos;

c) contribuição de melhoria;

d) incentivo, benefícios fiscais e financeiros;

**II** - institutos jurídicos, tais como:

a) discriminação de terras públicas, destinadas prioritariamente, à população de baixa renda;

b) desapropriação, por interesse social ou utilidade pública;

c) parcelamento ou edificações compulsórias;

d) servidão administrativa;

e) inventário, registro e tombamento de imóveis públicos em áreas de preservação paisagísticas ou ecológica;

f) declaração de áreas de preservação ou proteção ambiental;

g) cessão ou concessão de uso;

h) legitimidade da posse;

i) medidas previstas no artigo 182, parágrafo 4° da Constituição Federal.

**§ 1°** - As terras públicas, não utilizadas ou sub-utilizadas, serão prioritariamente destinadas à assentamentos urbanos de população de baixa renda, obedecendo as diretrizes fixadas em lei.

**§ 2°** - O direito da prioridade territorial urbana pressupõe o direito de construir, cujo exercício será norteado, pelo poder público, segundo critérios previstos em lei.

**§ 3°** - O Poder Público Municipal, assegurará, urbanização e regularização fundiária da área em que estiver situada, população periférica e ou de baixa renda.

**§ 4°** - Não se aplica, em áreas de risco, de preservação ambiental e cultural e em logradouros públicos, o que dispõe o parágrafo anterior.

**§ 5°**- A remoção de população, para assentamento e área definitiva só poderá ser executada após prévia consulta da mesma.

**Artigo 257** - O Plano Diretor para ser elaborado, deverá ser constituído de, pelo menos, três partes: Fundamentação, Diretrizes e Instrumentação.

**§ 1°** - A fundamentação, será explicitada pelos objetivos, diagnósticos e prognósticos, alternativas e critérios de caracterização e avaliação.

**§ 2°** - As diretrizes deverão abranger, no mínimo, os aspectos relativos ao tipo e a intensidade de ocupação e uso do solo, ao sistema viário e respectivos padrões, à infra-estrutura urbana e aos instrumentos sociais da propriedade urbana.

**§ 3°** - A instrumentação, será constituída por mecanismos legais, técnicos, orçamentários, financeiros e administrativos de forma a integrar perfeitamente os programas, orçamentos e instrumentos do município, com suas diretrizes, viabilizando sua implantação.

**Artigo 258** - O Plano Diretor só terá validade legal, após a aprovação pelo Legislativo Municipal, dos seguintes documentos:

**I** - lei do plano diretor;

**II** - lei do zoneamento e uso do solo;

**III** - lei de parcelamento do solo;

**IV** - código de obras e edificações;

**V** - código de postura municipal;

**Parágrafo Único** - O Plano Diretor, deverá ser apresentado suficientemente instrumentado, na forma de peças gráficas e relatórios, que traduzam adequadamente a sua instrumentação, de forma a torná-la um documento compreensível e acessível aos munícipes.

**Artigo 259** - Abertura de loteamento a qualquer título, obedecerá normas estabelecidas em lei e o Executivo Municipal autorizará a sua comercialização e ocupação, após a aprovação pelo Legislativo, por 2/3 (dois terços) de seus membros.

**Artigo 260** - O Município instituirá, através de lei específica, os critérios e os requisitos mínimos, para a definição e a delimitação da área urbana.

**Artigo 261** - Cabe ao Município promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir condições habitacionais e infra-estrutura urbana, em especial as leis de saneamento básico e transportes, assegurando-se um nível compatível com a dignidade da pessoa humana.

**Parágrafo Único** - O Poder Público dará apoio a criação de cooperativas e outras organizações, que tenham por objetivo a realização de programas de habitação.

**Artigo 262** - A Lei estabelecerá a Política Municipal de Habitação e Saneamento, que deverá prever a articulação e a integração das ações do Poder Público e a participação da comunidade, através de suas entidades representativas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros de sua execução.

**§ 1°** - A distribuição de recursos púbicos assegurará a prioridade do atendimento das necessidades sociais, nos termos da Política Municipal de Habitação e Saneamento, e será prevista no Plano Plurianual de Investimentos do Município e no Orçamento Municipal.

**§ 2°** - As medidas de saneamento serão estabelecidas de forma integrada com as demais atividades da administração pública, visando ordenar as atividades na utilização racional da água, do solo e do ar.

**§ 3°** - Deverão ser instituídos sistemas de provimento ou financiamento habitacional diferenciados, para atender a demanda dos segmentos menos favorecidos da população.

**§ 4°** - O Município apoiará e estimulará a pesquisa que vise a melhoria das condições habitacionais.

**Artigo 263** - O Poder Público Municipal, em colaboração com os seguimentos organizados, promoverá e executará programas de interesse social, que visem:

**I**- a regularização fundiária;

**II**- a dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;

**III** - a solução do déficit habitacional e do problema de sub-habilitação.

**Artigo 264** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, será o órgão coordenador da Política Municipal de Habitação e Saneamento.

**SEÇÃO II**

**DOS TRANSPORTES**

**Artigo 265** - O transporte coletivo urbano é direito fundamental do cidadão cabendo ao Município, assegurará as condições de uso, de acesso e de qualidade do sistema à população.

**Parágrafo Único** - Os sistemas viários e os meios de transporte, subordinar-se-ão, à preservação da vida à segurança e ao conforto de seus usuários ao respeito à ecologia, ao patrimônio paisagístico e às diretrizes do uso de solo.

**Artigo 266** - Compete ao Município, com a participação das entidades representativas da população, o planejamento do transporte:

**I** - o Poder Executivo Municipal, definirá, segundo os critérios do Plano Diretor, a operacionalização do sistema;

**II** - o transporte coletivo será feito de forma direta ou por concessão, na forma da lei.

**Artigo 267** - O transporte que sob a responsabilidade do Estado venha a utilizar a malha viária do Município, deve ser operado de acordo com o respectivo Plano Diretor.

**Parágrafo Único** - O planejamento e as condições de operacionalização dos serviços de transporte intermunicipais, são de responsabilidade do Estado e do Município que poderão consorciar-se, na forma da lei.

**Artigo 268** - As áreas contíguas aos locais determinados como parada de coletivos, terão tratamento especial, através de disposições urbanísticas que visem a segurança dos usuários.

**Artigo 269** - O transporte coletivo e individual de passageiros rodoviários e urbanos, realizados no Município é um serviço público essencial e de sua responsabilidade.

**§ 1°**- O Poder Público Municipal, no que se refere ao transporte de passageiros, estabelecerá:

**I**- o valor da tarifa;

**II**- a freqüência;

**III**- o tipo de veículo;

**IV**- o itinerário;

**V**- os pontos de parada;

**VI** - os padrões de segurança e manutenção;

**VII**- as normas de poluição ambiental sonora e atmosférica ;

**VIII**- as normas relativas ao conforto e a saúde dos usuários e dos operadores.

**§ 2°**- A concessão mencionada no inciso II do artigo 267 desta Lei Orgânica somente será renovada se atendida o disposto no parágrafo anterior.

**§ 3°**- As informações, referentes a observância ou não do disposto no parágrafo primeiro deste artigo deverão estar acessíveis ao público.

**§ 4°**- A regra geral para a adjudicação dos serviços de exploração de transportes coletivos é a licitação.

**Artigo 270** - Caberá ao Executivo Municipal a elaboração da Política de Transportes, que deverá ser aprovada pela Câmara Municipal, ouvido os pareceres técnicos.

**SEÇÃO III**

**DA POLÍTICA AGRÁRIA**

**Artigo 271** - As terras e outros bens públicos municipais, não poderão ser locados ou arrendados, salvo, mediante autorização do Poder Legislativo.

**Artigo 272** - Os proprietários rurais, que tiverem suas terras, valorizadas por projetos do Poder Público, tornar-se-ão passíveis de cobrança, da correspondente contribuição de melhoria, cumprindo o disposto no artigo 145, inciso III e parágrafo primeiro da Constituição Federal.

**Artigo 273** - Os agricultores que tiverem suas terras atingidas pela execução de projetos do Poder Público Municipal, deverão ser indenizados, mediante a outorga definitiva de imóvel de características e valores equivalentes ou em dinheiro, respeitando o valor do mercado imobiliários regional vigente.

**Artigo 274** - O Município poderá, por interesse social relevante, e mediante prévia indenização em dinheiro, promover desapropriação, com o objetivo de formentar a sua produção agropecuária e o seu abastecimento alimentar.

**Artigo 275** - Os proprietários rurais municipais, que fizerem representar, por entidade de classe, terão espaço garantido para a comercialização de seus produtos nas feiras livres.

**Artigo 276** - Os limites de sua competência, o Município colaborará na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, com os meios, os instrumentos e os recursos que puder dispor.

**Artigo 277** - Observados os limites de sua competência, o Município planejará, através de Lei específica , sua própria “Política Agrária”, procurando atender, as particularidades da agricultura regional.

**§ 1°**- Farão parte do planejamento da política agrária as atividades agropecuária, agro-industrial, pesquisa e florestal.

**§ 2°**- Serão compatibilizados, as ações de política agrária com as do meio ambiente.

**Artigo 278** - Na formulação da Política Agrária, deverá ser observado:

**I** - os instrumentos creditícios e fiscais;

**II** - a política de preços e custos de produção, a comercialização, a armazenagem e os estoques reguladores;

**III** - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

**IV** - a assistência técnica e extensão rural;

**V** - o cooperativismo, o sindicalismo e o associativismo;

**VI** - a habilitação, a educação e saúde, para o trabalhador rural;

**VII** - a proteção ao meio ambiente;

**VIII** - a recuperação, proteção e a exploração dos recursos n aturais;

**IX** - a formação profissional e educação rural;

**X** - o apoio à agroindústria;

**XI** - o desenvolvimento da propriedade, em todas as suas potencialidades a partir do zoneamento agroecológico;

**XII** - o incentivo à produção de alimentos de consumo interno;

**XIII** - a diversificação e rotação de culturas;

**XIV** - a classificação, de produtos e subprodutos, de origem vegetal e animal;

**XV** - as áreas que cumpram, as funções sociais da propriedade.

**Artigo 279** - O Conselho de Desenvolvimento Agrário do Município de Peixoto de Azevedo, será um órgão vinculado à Secretaria de Agricultura, de caráter normativo deliberativo, composto por representantes do poder público, dos produtores rurais e das entidades afins, que serão regulamentadas em lei.

**Artigo 280** - A Lei Orçamentária do Município, fixará anualmente, as metas físicas, a serem atingidas pela política agropecuária, alocando os recursos necessários à sua execução.

**Artigo 281** - O exercício da atividade de extração e ou exploração florestal no Município, fica condicionado à observação das normas da Legislação Federal pertinente, sendo vedada a saída de madeira em toras.

**Artigo 282** - O Município, em consonância com o Estado e a União, definirá os termos da lei, a política para o setor florestal, priorizando a utilização dos seus recursos, com observância às normas, de preservação e conservação, dos mesmos.

**SEÇÃO IV**

**DA POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL**

**Artigo 283** - O Município, através de Lei, elaborará sua política industrial e comercial, priorizando as microempresas, com tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservando o desenvolvimento, através da eliminação, da redução e ou da simplificação, de suas obrigações administrativas e tributárias, nos termos da lei.

**Parágrafo Único** - O Município apoiará e incentivará, também, as empresas de bens e serviços, com sede e foro jurídico em seu território.

**Artigo 284** - As isenções tributárias, a qualquer título, só poderão determinadas em Lei específica.

**Parágrafo Único** - O Município priorizará, como concessão de incentivos, as empresas, que beneficiarem seus produtos, dentro de seus limites territoriais.

**SEÇÃO V**

**DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL**

**Artigo 285** - Compete ao Município, quanto ao patrimônio histórico cultural, definir-se e proteger, em seu espaço territorial e físico, áreas urbanísticas e paisagísticas de importância histórica, artística e/ou cultural, que passem a compor o patrimônio municipal, ficando vedadas alterações que comprometam a integridade de qualquer atributo, que justifique a sua proteção.

**SEÇÃO VI**

**DO COOPERATIVISMO**

**Artigo 286** - O Município apoiará o cooperativismo como instrumento de minimização das diferenças sociais, com as seguintes medidas:

a) com incentivo, ajuda ou participação na fundação de cooperativas de pequeno porte, nas comunidades rurais organizadas;

b) através da Secretaria de Agricultura do Município, em casos especiais, prestar ajuda à agricultores e pequenas cooperativas que demonstrarem necessidade, no tocante a sementes, mudas, adubos, defensivos agricolas e outros, devendo aquela secretaria estabelecer normas para esse atendimento.

***(instituído pelo Decreto Legislativo n° 009/99 de 29/10/99)***

**Artigo 287** - As cooperativas de médio e grande porte que se instalarem e arregimentarem associados no município somente receberão o reconhecimento de utilidade pública se observado as seguintes condições:

a) afiliando os sócios de uma comunidade rural, no índice de no mínimo 50% dos agricultores, deverá instalar, no local, um armazém, compatível para o recebimento do cereal produzidos pelos associados;

b) afiliando sócios, de 30% (trinta por vento) das comunidades de uma região agrícoloa do município, deverá instalar no mesmo uma filial ou sucursal, equipada com armazém, secador, máquina de beneficiamento, loja de compra e venda de produtos agrícolas e para a agricultura, semelhante a da sede, no entanto, compatível com o número de associados;

c) no caso de filial ou sucursal, a criação de um conselho local, cujos membros sejam associados dessa área, com funções deliberativas para os casos e assuntos de interesse dos sócios no âmbito local;

d) os recursos financeiros, oriundos de convênios, contratos, ajuda e outros, destinados aos agricultores de uma comunidade ou região agrícola do município, quer através da cooperativa ou não, deverão na mesma serem aplicados em benefício dos associados.

***(instituído pelo Decreto Legislativo n° 009/99 de 29/10/99)***

**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 1°** - O Município, após 6 (seis) meses após a promulgação desta Lei Orgânica Municipal, instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e plano de cargos, salários e de carreira para os servidores da administração pública direta e indireta.

**Artigo 2°** - Todos os Conselhos criados na presente Lei Orgânica, serão definidores da política de suas respectivas áreas, tendo caráter deliberativo consultivo e recursal e serão composto paritariamente pelo Poder Executivo, representantes dos trabalhadores do setor e dos usuários.

**§° 1°**- O Executivo terá prazo de 150 (cento e cinqüenta) dias após a promulgação desta Lei Orgânica, para a instalação dos Conselhos.

**§ 2°**- Os Conselhos serão regulamentados por Leis Ordinárias.

**§ 3º** - Os fundos de qualquer natureza, deverão ser criados e regulamentados em Lei.

**Artigo 3°** - O Poder Público Municipal, deverá instituir um Plano Diretor, através de Leis, um ano após a promulgação desta Lei Orgânica.

**Artigo 4°** - Após a promulgação desta Lei Orgânica, o que rege o parágrafo primeiro do artigo 30, será retroativo ao mês de fevereiro e subsequentes do corrente ano.

**Artigo 5°** - Serão revistos pela Câmara Municipal, através de Comissão Especial, no prazo de 30 (trinta) meses a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica, todas as doações, vendas, concessões e permutas de terras públicas, com área superior a quinhentos hectares na zona rural e duzentos e cinqüenta metros quadrados na zona urbana, realizadas no período de primeiro de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1989.

**§ 1°**- No tocante a revisão, far-se-á com base, exclusivamente no critério de legalidade da operação.

**§ 2°**- No caso de concessão e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

**§ 3°**- Nas hipótese previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a legalidade, ou quando não exibir a conveniência do interesse público, as terras reverterão ao patrimônio do Município, cabendo apenas nos casos de revisão das doação e concessões, indenizações em dinheiro, das benfeitorias necessárias e úteis.

**Artigo 6°** - A imprensa Oficial do Município, promoverá a edição popular de 1000 (um mil) exemplares do texto integral desta Lei Orgânica, que será colocada à disposição das Escolas, dos Cartórios, dos Sindicatos, das Autoridades Civis e Militares, das Igrejas e de outras instituições, gratuitamente.

**Artigo 7°**- Fica declarado Feriado Municipal o dia 13 de maio de cada ano em comemoração ao aniversário de Emancipação político-administrativo do Município.

**Artigo 8°**- No prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação desta Lei Orgânica o Município criará e regulamentará a Secretaria Municipal de Saúde.

**Parágrafo Único** - Em um prazo de 90 (noventa) dias após sua criação, a Secretaria Municipal de Saúde reverá todos os contratos, convênios e credenciamentos, celebrados com entidades de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, e com entidades privadas e com pessoas físicas, para efeito de manutenção ou rescisão dos instrumentos e apresentar os relatórios aos Poderes Executivo e Legislativo.

**Artigo 9°** - No prazo máximo de 12 (doze) meses após a promulgação desta Lei Orgânica, o Município realizará a recuperação e o reaparelhamento das escolas existentes.

**Artigo 10** - A adequação do Código Tributário à Lei Orgânica, será feita até o dia 05 de outubro de 1990.

**Artigo 11** - O poder Público Municipal, terá um prazo de 7 (sete) anos, para a implantação gradativa do ensino da 5a (Quinta) à 8a (oitava) séries.

**Artigo 12** - A revisão geral desta Lei Orgânica será feita 05 (cinco) anos após a sua promulgação, pela Câmara Municipal, nas funções constituintes, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

**Peixoto de Azevedo/MT., em 05 de Abril de 1990.**

Edelsio Souza Lelis: (PSDB) Presidente da Câmara Municipal

Valdivino Francisco dos Santos: (PSB) 1° Vice-Presidente

Edvan Ferreira Pontes: (PSDB) 2° Vice-Presidente

Fernando Alves da Silva (PTB) – 1° Secretário

Luiz Rodrigues de Moura (PSDB) – 2° Secretário

Antonio Dias de Oliveira (PMDB)

Antonio Eudson Brilhante Silva (PSDB)

Cesar Augusto Milhomen de Figueredo (PSDB)

Francisco Alves Camelo (PSB)

Francisco Vieira de Freitas-Valdo (PSDB)

Itamar Dias (PSDB)

Miguel Gomes do Nascimento (PTB)

Rosângela de Matos Dias (PPS)

**Nota:**

A Lei Orgânica do Município, foi aprovada em data de 05 de abril de 1990, somente vindo a ser modificada nesta data (06/12/99), pela comissão instituída pela Resolução n° 004/99, de16 de Agosto de 1.999, composta pelos seguintes Vereadores:

***Francisco Vieira de Freitas-Valdo (PSDB) – Presidente***

***Miguel Gomes do Nascimento (PTB) – Relator***

***Edelsio Souza Lelis (PSDB) – Membro***

Fernando Alves da Silva (PSDB) – Membro

***Itamar Dias (PSDB) – Membro***

***Atuando como Assessor Jurídico: Dr. José Carvalho Duarte***

***como Secretário Executivo: Ricardo José da S. Filho.***

---

**DECRETO Nº 019/2021.**

**DECRETO Nº 019, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

***"Consolida novas medidas temporárias do Setor Privado para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus - COVID19, no âmbito do Município de Peixoto de Azevedo, e dá outras providências."***

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

**Considerando** o aumento abrupto do número de pacientes contaminados pelo COVID – 19 no município de Peixoto de Azevedo, bem como no Estado de Mato Grosso;

**Considerando** as recomendações do Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19que o isolamento social é considerado a principal estratégia de proteção e prevenção para contaminação da COVID-19;

**Considerando** que o isolamento social é considerado a principal estratégia de proteção e prevenção para contaminação da COVID-19;

**Considerando** a necessidade do funcionamento do comércio e preservação dos empregos e da economia do Município;

**Considerando** que já foi declarada a situação de emergência pelo Município de Peixoto de Azevedo, conforme Decreto n° 022/2020;

**D E C R E T A:**

**DAS MEDIDAS APLICADAS AO SETOR PRIVADO**

**Art. 1º.** Observado as medidas restritivas dos Decreto Estadual nº 522, de 12 de junho de 2020 e as recomendações do Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, as empresas do comércio e as de prestação de serviços, para funcionamento deverão cumprir a determinações para mitigação do contágio do COVID – 19, sob pena de suspensão do alvará de funcionamento conforme segue:

I - realizar constantemente a higienização das mesas, balcões e cadeiras;

II - ampliar a frequência de limpeza de pisos, corrimãos, maçanetas e banheiros, bem como reforçar as medidas de higienização dos ambientes internos e externos dos estabelecimentos, utilizando-se de água sanitária ou cloro para desinfecção dos ambientes, com intervalo máximo de 3 (três) horas;

III - disponibilizar na entrada e nos balcões de atendimento de álcool na concentração de 70% para funcionários e clientes e dentro do estabelecimento local com água e sabão para lavar as mãos de funcionários e clientes;

IV - organização da equipe para orientação dos consumidores no tocante da efetiva higienização das mãos;

V - se houver permanência de pessoas no interior do estabelecimento, limita-se à 70% (setenta por cento) de sua capacidade no seu interior;

VI - adotar de medidas para impedir aglomerações, tais como a manutenção de distanciamento entre pessoas no estabelecimento;

VII - evitar aglomerações e/ou filas internas e externas, adotando medidas se necessário, como a distribuição de senhas;

VIII - quando possível, realizar atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

IX - deverá priorizar, se for o caso, os sistemas de entrega (delivery), bem como acrescentando-se o serviço de vendas online e/ou por telefones e afins, nas quais os consumidores poderão retirar no local ou agendar entrega/retirada.

X - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

IX - o uso de máscara pelos funcionários e colaboradores.

X - Aos restaurantes, lanchonetes, padarias e demais estabelecimentos de gêneros alimentícios:

a) Fica obrigatório o uso de máscara e higienização das mãos para o atendimento por *Self-Service* através de bufê. b) Limitado o atendimento a 70% (setenta por cento) da capacidade, com espaçamento mínimo de 01 (um) metro entre as mesas.

**Art. 2º.** As instituições financeiras, correspondentes bancários e lotéricas deverão organizar as filas de atendimento dentro e fora estabelecimento, mantendo o distanciamento entre as pessoas de no mínimo 1 (um) metro, inclusive com disponibilização de tendas se necessário, bem como as determinações do artigo anterior.

§ 1° - Deverão fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar aglomeração de pessoas dentro ou fora do estabelecimento aguardando atendimento.

§ 2° - Nos estabelecimentos mencionados no caput deste artigo, é permitido somente 01 (um) membro da família, ressalvados os casos de representantes legais, idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.

**Art. 3º.** As feiras livres de pequenos produtores somente poderão serem realizadas em ambiente aberto, com o espaçamento mínimo entre as barracas de 02 (dois) metros.

**Art. 4º.** Fica determinado aos supermercados, mercados e congêneres, que disponibilizem horário especial de atendimento ao público em geral, estendendo o horário de funcionamento.

**Parágrafo único** - Fica determinado ainda que disponibilizem horário especial de atendimento exclusivo aos idosos, preferencialmente das 07h00-min às 08hmin.

**Art. 5º.** Todas as empresas instaladas no âmbito do Município de Peixoto de Azevedo, deverão adotar as medidas de prevenção do artigo 1º deste decreto.

**Art. 6º.** Os templos religiosos deverão disponibilizar na entrada álcool na concentração de 70%, manter o ambiente arejado e ventilado exigir a utilização de máscaras pelos seus frequentadores

**Art. 7º.** Fica proibido no âmbito do Município de Peixoto de Azevedo realização de shows, festas e congêneres, inclusive em danceterias, boates e estabelecimentos similares.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º.** As determinações contidas no presente decreto perdurarão até o dia 28 de fevereiro de 2021, podendo ser prorrogado.

**Art. 9º.** O descumprimento das determinações contidas nos decretos municipais relacionados a prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19), além das sanções administrativas e cíveis, poderá incorrer nas penalidades do art. 268 e art. 330, ambos do Código Penal.

**Art. 10.** Para fins de cumprimento ao disposto neste Decreto, fica determinado que os servidores públicos municipais integrantes das carreiras de fiscalização do Município de Peixoto de Azevedo deverão exercer suas atribuições de forma integrada e coordenada.

**Art. 11.** Fica proibido a aglomeração de pessoas em espaço público (praças, parques, balneários, calçadas e vias públicas) em todo território do município de Peixoto de Azevedo.

**Art. 12.** Em caso de descumprimento das medidas expedidas nos decretos municipais relacionados a prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19), os estabelecimentos serão penalizados com multa de 500 UPFM e cassação do alvará de funcionamento.

**Art. 13.** Ficam prorrogados, até 28 de fevereiro de 2021, todos os prazos contidos nos Decretos nº 021, 022 e 023/2020.

**Art. 14**. Este decreto entra em vigor a partir desta data, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 076, de 15 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias de janeiro de 2021.

**Mauricio Ferreira De Souza**

**Prefeito Municipal**

---

**DECRETO Nº 020/2021.**

**DECRETO Nº 020, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, IX da Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 31, §1º da Lei Complementar nº 002, de 26 de agosto de 2005,

**D E C R E T A:**

**Art.1º** - Fica **Nomeado**, o Senhor **SIDNEY NASCIMENTO DE PAULO,** portador do RG nº 1403855-2 e do CPF nº**964.748.311-20,** para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Governo - DAS,** do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, a partir de 20 de janeiro de 2021, nos termos do artigo 31, §1º da Lei Complementar nº 002, de 26 de agosto de 2005.

**Art.2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias de janeiro de 2021.

**Mauricio Ferreira de Souza**

**Prefeito Municipal**

---

**DECRETO Nº 015/2021.**

**DECRETO Nº 015, DE 15 DE JANEIRO DE 2021.**

**"EXTENDE EFEITOS FINANCEIROS DA LEI MUNICIPAL Nº 966/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

**Considerando** as disposições legais contidas no artigo 10º da Lei Complementar nº 001 de 26 de agosto de 2005, em especial a contida no inciso XVIII;

**Considerando** queas atribuições do servidor designado formalmente para responder pela titularidade de Secretaria Municipal serem idênticas a dos Secretários Municipais;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Fica extendida a verba indenizatória instituída pela Lei Municipal nº 966/2017, aos servidores públicos municipais que forem designados formalmente para responder pela titularidade de Secretaria Municipal.

**Art. 2º** -Os efeitos financeiros do presente Decreto serão concedidos enquanto perdurar respectiva designação.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias de Janeiro de 2021.

**Mauricio Ferreira de Souza**

**Prefeito Municipal**

**3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2019.**

***3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2019.***

3º **TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº006/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO COMO CONCEDENTE, O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, E DO OUTRO COMO PROPONENTE CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.**

Pelo presente Instrumento Particular de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 3462335-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 408.557.409-49 e do outro lado O **CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT,** estabelecida a Rua Joselandia s/n, Bairro Bela Vista, neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº32.812.918/0001-21, neste ato representada pela Presidente o **Sr. PAULO HENRIQUE VACARIO DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, advogado, inscrita no CPF-862.378.702-10 e RG-389381585-SSP-SP, residente e domiciliado em Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** e ainda como outro partícipe **CADEIA PÚBLICA DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito público vinculada a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, inscrita no CNPJ sob nº03.507.415/0020-17, com sede na Rua Joselândia, S/N, Bairro Bela Vista, Município de Peixoto de Azevedo-MT, neste ato representado pelo seu Diretor, MANOY DA SILVA RODRIGUES, portador da RG-140.170.9-1 SSP-MT e CPF-840.549.481-20, resolvem fazer aditivo no presente Termo e Fomento:

*I – DO FUNDAMENTO LEGAL*

Constitui objeto do presente Termo de Fomento viabilizar todos os dispositivos da LEI MUNICIPAL Nº1.040, de 16 de Maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Peixoto de Azevedo-MT Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Peixoto de Azevedo-MT.

**II – DA ALTERAÇÃO**

**Pelo presente Instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Termo de Fomento nº006/2019:**

**CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Fica aditivado o presente TERMO DE FOMENTO pelo prazo de 06(seis) a contar de 31/12/2020 a 30/06/2021.

**III – DA RATIFICAÇÃO**

**As demais cláusulas do Convênio original permanecem inalteradas.**

**IV – DO FORO**

**Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.**

**E, por estarem, justos e conveniados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo, que após lido e achado conforme, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.**

**Peixoto de Azevedo-MT, 30 de Dezembro de 2020**

**MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**

Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo

**CONCEDENTE**

**PAULO HENRIQUE VACARIO DOS SANTOS**

Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca

dePeixoto de Azevedo-MT

**CONVENENTE**

**MANOY DA SILVA RODRIGUES**

CADEIA PÚBLICA DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

| | |
|---|---|
| Nome: VANDERLEI FERRARI | Nome: SÓSTENES ÁQUILA SILVA PINHEIRO |
| CPF.: 507.680.349-49 | CPF.: 008.829.951-11 |

**PORTARIA Nº 105/2021.**

**PORTARIA Nº 105, DE 21 DE JANEIRO DE 2021.**

DISPÕE SOBRE A **NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR/ORDENADOR DAS DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**,**E** DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Maurício Ferreira de Souza** - Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora Marisete Teresinha Alberti de Souza como ORDENADOR DE DESPESAS do FMI DE PEIXOTO DE AZEVEDO. A Senhora **Marisete Teresinha Alberti de Souza**,matrícula funcional n. **8427,** portador da cédula de Identidade RG n. 13678299-SSP/MT e CPF n. 529.880.239.72 ocupante do cargo de secretaria municipal de assistência social, como Administrador/Ordenador das despesas do Fundo Municipal do Idoso – FMI.

**Art. 2º** - Regulamenta a nomeação do Presidente do FMI o Sr. **Irineu Paiano Filho**, portador da cédula de Identidade RG n. 1.773.862-6-SSP/MT, CPF n.058.878.698-52.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 21 de Janeiro de 2021.

**Maurício Ferreira de Souza**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

**EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº008/2021.

OBJETO: Contrato de prestação de serviços por tempo determinado

**CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra - MT**

**CONTRATADO**: ADENIRDE OLIVEIRA MACHADO

**CARGO:** Agente comunitária de saúde

VIGENCIA: 14/01/2021 a 13/07/2021

**VALOR MENSAL: R$**$ 1.550,00(Um e Mil quinhentos e cinquenta reais)

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

### SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
### PORTARIA Nº 046/GP/2021

PORTARIA Nº 046/GP/2021 Em 27 de Janeiro de 2021.

**"**Dispõe sobre Homologação das Resoluções COMAS-PA Nº 001 e 002/ 2021 e dá outras providências**".**

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

**Resolução COMAS-PA Nº 001 de 22/01/2021,** dispõe sobre a aprovação da Reprogramação dos recursos do Fundo Municipal de Ação Social; do Fundo Municipal de Investimento Social; do Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social DBL GSUAS e BLGBF; do Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social Serviços e Programas da proteção Social Básica; do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, e dá outras providências.

**Resolução COMAS-PA Nº 002 de 22/01/2021,** dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho Anual, ano 2021, e dá outras providências.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 27 de janeiro de 2021.

***ADELCINO FRANCISCO LOPO***

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL – SRP N.º 001/2021**

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA REALIZAR MIGRAÇÃO/CONVERSÃO, TREINAMENTO E FORNECIMENTO DE LINCENÇAS DE USO DE SOFTWARE COM REFERIDA MANUTENÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA PARA OS SETORES DE CONTABILIDADE TESOURARIA, PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS, TRIBUTOS, PATRIMONIO, FROTAS, ALMOXARIFADO, COMPRAS, LICITAÇÃO, ENVIO DE APLIC, CARGAS MENSAIS E SUPORTE NAS CARGAS TEMPESTIVAS, PROTOCOLO/PROCESSOS, ASSESSORIA EM: CONTROLE INTERNO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE, PRESTAÇÃO DE CONTAS SIOPS, SIOPE, SICONFI, DCTF, PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

**A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 10/02/2021, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.**

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL e da PROPOSTA ELETRÔNICA para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 27 de janeiro de 2021.

**ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA**

PREGOEIRO MUNICIPAL

### SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
### PORTARIA Nº 045/GP/2021

PORTARIA Nº 045/GP/2021 Em 27 de Janeiro de 2021.

**"Retifica Termos da Portaria nº 044/GP/2021 e dá outras providências".**

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Retificar a Portaria nº ***044/GP/2021*** que dispõe sobre nomeação de servidor para responder pelo cargo comissionado de Secretária Municipal da Mulher e dá outras providências:

**Onde se lê**: (...) "sem ônus."

**Leia-se**: (...) "com ônus"

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 27 de janeiro de 2021.

***ADELCINO FRANCISCO LOPO***

Prefeito Municipal

### SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
### DECRETO N.º 2214/2021

**DECRETO N.º 2214/2021 De 26 de Janeiro de 2021.**

**"Altera a Alíquota de Contribuição Patronal incidente sobre a folha de contribuição dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia e Câmara Municipal de Pontal do Araguaia e dá outras providências."**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA,** Estado de Mato Grosso, o Sr.ADELCINO FRANCISCO LOPO, no uso de sua atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a realização da Reavaliação Atuarial Anual, conforme Lei Municipal nº 937/2019, que previu um escalonamento de contribuição previdenciária patronal a ser seguido pela municipalidade, visando diminuir o déficit atuarial existente.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica alterado a Alíquota de Contribuição Patronal para 17,26% (dezessete ponto vinte e seis por cento), a partir de janeiro de 2021, compreendendo 12,32% relativo ao custo normal e 4,92% referente à alíquota de

custo especial, escalonado nos termos do Anexo I da Lei Municipal nº 937/2019 de 01 de outubro de 2019, incidentes sobre a contribuição dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia e Câmara Municipal de Pontal do Araguaia

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Pontal do Araguaia/MT, 26 de Janeiro de 2021.

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
### DECRETO N.º 09/2021

**"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Ponte Branca - MT, e dá outras providências."**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal**, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com a atual redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019;

Considerando o disposto na Portaria n.° 477, de 12 de janeiro de 2021,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ponte Branca, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a partir de 1o de janeiro de 2021, em **5,45%** (cinco inteiros e quarenta e cinco décimos por cento).

**§ 1º.** Para os benefícios concedidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ponte Branca (IMPBRAN) a partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

**§ 2º.** Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 1.100,00 (um mil e cem reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

**Art. 2º.** Para os benefícios concedidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ponte Branca (IMPBRAN) anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Ponte Branca/MT, 27 de Janeiro de 2021.

_____

**CLENEI PARREIRA DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2020**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| até janeiro de 2020 | **5,45** |
| em fevereiro de 2020 | **5,25** |
| em março de 2020 | **5,07** |
| em abril de 2020 | **4,88** |
| em maio de 2020 | **5,12** |
| em junho de 2020 | **5,39** |
| em julho de 2020 | **5,07** |
| em agosto de 2020 | **4,61** |
| em setembro de 2020 | **4,23** |
| em outubro de 2020 | **3,34** |
| em novembro de 2020 | **2,42** |
| em dezembro de 2020 | **1,46** |

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
### LEI Nº 723/2021– DE 27/01/2021.

Lei nº 723/2021– de 27/01/2021.

*Dispõe sobre a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial,** e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2018/2021, e LDO/2021, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **Clenei Parreira da Silva**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de projeto no valor de **R$356.635,45**(Trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco e quarenta e cinco centavos), no Orçamento Municipal vigente.

10 - Secretaria Municipal de Viação e Transportes

02.10.03 – Obras e Infraestrutura Urbanismo

25 – Energia

751- Conservação de Energia

4020 – Cidade Bonita

Projeto: 1048__ – Implantação de Iluminação Pública com Substituição de Lâmpadas, Braços e Reles no Município de Ponte Branca - MT

Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00–Obras e Instalações

**Fonte: 1.24 R$ 356.635,45**

**Fonte STN: 1.510**

**Art. 2º -** Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão por ocasião dos recursos de **Convênio nº 884115-2019, do Programa Calha Norte**, na forma do §1º, inciso II do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

**Art. 4º-** A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 27 de janeiro de 2021.**

**Clenei Parreira da Silva**

**Prefeito Municipal**

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
### LEI Nº 725/2021 - DE 27/01/2021.

*Dispõe sobre a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial,** e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2018/2021, e LDO/2021, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **Clenei Parreira da Silva**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de projeto no valor de **R$ 125. 769,53**(Cento e Vinte e Cinco Mil, Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Cinquenta e Três Centavos), no Orçamento Municipal vigente.

02.04.90 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Secretaria Mun. de Saúde

10.301.7050 - Projeto: 1049– OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAÚDE EM PONTE BRANCA-MT

Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R$ 125.000,00

**Fonte: 1.47**

**Fonte STN: 1.215**

Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações..... R$ 769,53

**Fonte: 1.00**

**Fonte STN: 1.001**

**Art. 2º -** Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão por ocasião dos recursos de **Proposta Número Nº 11386. 0770001/18-002 do Ministério da Saúde,** na forma do §1º e incisos II e III respectivamente, constante do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, será regulamentado por Decreto do Executivo.

**Parágrafo Único** – Com relação à indicação de recursos pela anulação parcial ou total correspondente à contrapartida será a seguinte dotação orçamentária:

**12 361 6010 1093 - CONSTRUIR QDA COBERTA NA ESC PADRE HUMB ANGELONI**

**232 - 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 769,53**

**Art. 3º** - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

**Art. 4º-** A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 27 de Janeiro de 2021.**

**Clenei Parreira da Silva**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**LEI MUNICIPAL Nº.724/2021- DE, 27 DE JANEIRO DE 2021**

*Dispõe sobre autorização para abertura de **Crédito Adicional Especial** no orçamento corrente, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT**, Senhor **Clenei Parreira da Silva**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Especial no orçamento corrente no valor de **R$ 183.000,00,** (Cento e Oitenta e Três Mil Reais), que passa a viger com a seguinte redação:

*02.04.90- Fundo Municipal de Saúde*

*10 – Saúde*

*301- Atenção Básica*

*7010 - Programa: Atenção Básica*

*1053 – AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA CAMINHONETE A DIESEL 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 150.000,00*

*Fonte : 1.42*

*Fonte STN: 1.213*

*4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 33.000,00*

*Fonte : 1.00*

*Fonte STN: 1.001*

**Art. 2º** - O Crédito aberto e alterado no artigo anterior será coberto com recursos vinculados provenientes do Termo de Compromisso nº 050/2020 do FUNDO ESTADUAL DE SÁUDE, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, tendo como a indicação de recursos para atender a despesa POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

**Art. 3º** - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

**Art. 4º-** A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, 27 de janeiro de 2021.**

**Clenei Parreira da Silva**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N°. 01/2021**

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**TOMADA DE PREÇO N°. 01/2021**

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, Comunica aos interessados que revogará a licitação na modalidade de Tomada de Preço nº01/2021 – do tipo menor preço -Global, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTUTA PRE-MOLDADA CONFORME RELATORIO TECNICO REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA FEIRA COBERTA NA AV. JK NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, CONFORME PROJETO BÁSICO E RECURSO ORIUNDO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 864334/2018/SUDECO/CAIXA. Motivo: Para adequação do edital.

Maiores informações www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Presidente da CPL

Maria Adriane Teixeira da Silva

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021**

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso II e X do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZA a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando a AQUISIÇÃO DE 250 CAIXA COM 50 UNIDADES DE MÁSCARA DE PROCEDIMENTOS PARA DOAÇÃO Á POPULAÇÃO NA PREVENÇÃO E COMBATE A PANDEMIA COVID 19, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT.

Favorecido: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 12.313.826/0001-90 Valor R$ 8.750,00(Oito Mil Setecentos e Cinqüenta Reais)

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 27 de JANEIRO de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2021**

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO PORTO ESTRELA – PREVI-PORTO

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n. º 11.107/05. "

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 04/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR ANUAL de R$ 1.302,00 (um mil e trezentos e dois reais)

DATA: 04/01/2021

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE VALOR PP 009/2020**

1º Termo Aditivo de Valor da Ata de Registro de Preços nº 027/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA, NOVA. Decorrente do Pregão Presencial n° 009/2020, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a empresa ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 15.239.988/0002-02. Aditivam a Ata de Registro de Preços na importância de R$ 71.780,33 (setenta e um mil, setecentos e oitenta reais e trinta e três centavos) O item passando a ter o valor de R$ 401.333,33 (quatrocentos e um mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) nos termos da Lei de licitações nº 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

POXOREU 26 de janeiro de 2021.

**NELSON ANTÔNIO PAIM**
**PREFEITO MUNICIPAL**

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2021**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2021**

**PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2020**

**Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu** –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2020, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 25/01/2021, homologado em 26/01/2021, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

**C O N V O C A:**

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2020, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

**a)** Carteira de Identidade;

**b)** CPF;

**c)** Título de Eleitor;

**d)** Comprovante de Quitação Eleitoral;

**e)** Certificado de Quitação do Serviço Militar (para o sexo masculino);

**f)** PIS/PASEP;

**g)** Certidão de Nascimento ou casamento;

**h)** Comprovante de escolaridade compatível com o cargo;

**i)** Certidão de nascimento dos filhos menores, com caderneta de vacinação (para os menores de 06 anos) e comprovante de escolaridade (até 14 anos);

**j)** Declaração de bens reconhecida em cartório;

**l)** Certidão negativa de ações cíveis e criminais (estadual);

**m)** Certidão negativa de ações cíveis e criminais (federal);

**n)** Certidão negativa da Fazenda municipal/estadual/federal;

**o)** Comprovante de conta corrente;

**p)** Comprovante de Residência (água, energia, telefone ou declaração);

**q)** Declaração de não acumulação de cargo público e/ou acumulação legal com firma reconhecida em cartório, conforme anexo III deste edital;

**r)** 02 fotos recentes 3x4;

**s)** Atestado médico admissional.

**t) Títulos apresentados na inscrição;**

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

**CONVOCA:**

**COZINHEIRA**

| Classificação | Nome | CPF | INSCRIÇÃO |
|---|---|---|---|
| **01º** | **FRANCISCA MICELANGE BARBOSA FREITAS** | **032.458.051-79** | **322** |
| **02º** | **ANA PAULA PEREIRA DA SILVA** | **008.614.181-31** | **238** |

**LIMPEZA PREDIAL**

| Classificação | Nome | CPF | INSCRIÇÃO |
|---|---|---|---|
| **01º** | **MARIA APARECIDA LOPES** | **327.764.701-34** | **221** |
| **02º** | **WÂNIA FIGUEIREDO DOS SANTOS** | **907.627.701-04** | **362** |
| **03º** | **MARCIA REGINA XAVIER PEREIRA** | **015.252.251-40** | **202** |
| **04º** | **LUZIA CARVALHO CARDOSO** | **825.314.711-20** | **525** |
| **05º** | **SIMONE RESPLANDE DE FREITAS** | **037.266.801-10** | **555** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **06º** | **PATRICIA ROSA DA SILVA** | **016.855. 331-75** | **533** |

**PROFESSOR**

| Classificação | Nome | CPF | INSCRIÇÃO |
|---|---|---|---|
| **01º** | **SULENY MESSIAS PEREIRA BRIVIO** | **352.311. 571-04** | **297** |
| **02º** | **LEIDINAURA ALVES REGO SILVA** | **006.890. 961-60** | **514** |
| **03º** | **ALESSANDRA CRISTINA SANTOS DE ALMEIDA** | **990.895. 641-87** | **218** |
| **04º** | **ROSINEY BRAGANÇA LOPES** | **882.967. 841-49** | **543** |
| **05º** | **LILIAN ELICKER** | **000.762. 231-75** | **399** |
| **06º** | **MARIA DO CARMO MACEDO** | **691.524. 111-68** | **113** |
| **07º** | **FERNANDA FARIAS DOS SANTOS** | **036.428. 961-97** | **143** |
| **08º** | **BRUNA MORGANA PEREIRA FLORENTIM** | **050.755. 881-23** | **496** |
| **09º** | **MARTA ALVES GUIA DE ALMEIDA** | **487.378. 601-00** | **682** |
| **10º** | **PATRICIA APARECIDA RODRIGUES** | **022.168. 391-75** | **539** |
| **11º** | **ZIZIANE SUHELEN GOMES DOS SANTOS XAVIER** | **907.636. 291-20** | **149** |
| **12º** | **MARINALVA DE SOUZA GALVÃO LEITE** | **917.731. 561-87** | **454** |
| **13º** | **THYENE RODRIGUES PERES** | **034.662. 241-79** | **594** |
| **14º** | **LIBERALINA NUNES VIEIRA ALVES DA SILVA** | **522.122. 891-20** | **116** |
| **15º** | **MARIA LUCIA GOMES SANTOS** | **522.635. 091-00** | **217** |
| **16º** | **MALVINA BANDEIRA DUARTE** | **352.246. 731-00** | **206** |
| **17º** | **MARIA SULENI DARQUES DA SILVA** | **004.489. 471-61** | **441** |
| **18º** | **DIRCILENE DA SILVA VIEIRA ALCANTARA** | **000.735. 311-11** | **443** |

**VIGIA**

| Classificação | Nome | CPF | INSCRIÇÃO |
|---|---|---|---|
| **01º** | **CELINO DO CARMO MACEDO** | **453.551. 261-20** | **335** |
| **02º** | **CLAUDIO BENTO** | **849.345. 901-10** | **232** |
| **03º** | **DONIZETE RODRIGUES VENANCIO** | **979.377. 971-34** | **549** |
| **04º** | **ALEXSANDER VINICIUS PEREIRA KLOCZINSKI** | **057.232. 331-06** | **637** |
| **05º** | **JANAIRA FERREIRA DO NASCIMENTO** | **036.312. 711-90** | **552** |
| **06º** | **NILDETE LEMES NOVAIS** | **569.497. 151-53** | **354** |
| **07º** | **JUSCIRLEY DE OLIVEIRA SOUZA JUNIOR** | **040.416. 501-00** | **350** |
| **08º** | **RODRIGO COELHO DE JESUS** | **034.556. 861-33** | **662** |

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 27 de janeiro de 2021.

**NELSON ANTÔNIO PAIM**

**Prefeito Municipal de Poxoréu/MT**

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

**RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2021**

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RESERVA DO CABAÇAL – RESER-PREVI

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n. º 11.107/05. "

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 04/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR ANUAL de R$ 1.164,00 (um mil cento e sessenta e quatro reais)

DATA: 04/01/2021

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO DE RATEIO N. º 001/2021**

**AS PARTES:**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RESERVA DO CABAÇAL – RESER-PREVI**, com natureza jurídica de Fundo Contábil nos termos ao artigo 71 da Lei Federal n.º 4.320/64, neste ato representado legalmente pelo seu Gestor Sr. **Valdinei Martins de Souza**, brasileiro, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade R.G n.º 243872008 SSP/SP, inscrito no C.P.F sob o n.º 201.877.798-05, residente e domiciliado na Rua/Avenida José Júlio de Lima, Bairro Centro – CEP 78.265-000, na cidade de Reserva do Cabaçal/MT, doravante denominado simplesmente **CONSORCIADO** e, de outro lado, o

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ N. 26.469.179/0001-14, sediado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representado pelo seu presidente o Sr. **Pedro Ferreira de Souza**, brasileiro, residente e domiciliado Rua 07 de setembro, n° 259, Centro, na cidade de Jauru/MT, portador da Cédula de Identidade n.º 07565909 SSP/MT e do CPF n.º 522.356.531-20, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO,** considerando o disposto na Lei Federal nº. 11.107/05, Decreto 6.017/07 e alterações posteriores, resolvem formalizar o presente **CONTRATO DE RATEIO**, nos termos a seguir dispostos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**

**1.1.** O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do CONSÓRCIO, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO no tocante ao modelo de governança estadual para oferta de serviços relativos à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA DAS DESPESAS**

**2.1**. As despesas cujos valores serão repassados ao CONSÓRCIO, com base neste contrato são referentes a:

**2.1.2. Despesas de Pessoal e Encargos**: referente ao custeio das despesas de pessoal do CONSÓRCIO, consistentes em valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho;

**2.1.3**. **Despesas com manutenção das atividades do Consórcio**: referente ao custeio das despesas gerais de manutenção das atividades do CONSÓRCIO.

**2.1.3. Despesas com contratos:** referente a valores destinados ao pagamento de serviços prestados por Pessoa Jurídica devidamente credenciada nas atividades mencionadas neste Instrumento;

**2.1.4**. **Despesas com Investimento:** para bens patrimoniais do CONSÓRCIO, consistentes nos valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação e funcionamento do CONSÓRCIO.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO ORÇAMENTO E INDIVIDUALIZAÇÃO DA DESPESA**

**3.1.** As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO, distribuídas na forma:

| Elementos de Despesa | Valor (R$) |
|---|---|
| 3.1.71.70.00.000 –Rateio pela Participação em Consórcio Público | 434,64 |
| 3.3.71.70.00.000 –Rateio pela Participação em Consórcio Público | 651,84 |
| 4.4.71.70.00.000 –Rateio pela Participação em Consórcio Público | 77,52 |
| **TOTAL GERAL** | **1.164,00** |

**Parágrafo único**. A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei Federal n 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

**CLÁUSULA QUARTA – DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DOS CONSORCIADOS**

**4.1**. A parte fixa da cota de rateio corresponderá às despesas de manutenção do CONSÓRCIO, sendo rateada igualmente por todos os CONSORCIADOS, à razão de uma quantia mensal resultante da multiplicação do total de seus servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas existentes em 31/12/2020, **(194)** pelo valor de **R$ 0,50 (cinquenta centavos),** que corresponderá à cota parte relativa ao exercício financeiro de 2020.

**4.2.** Fica estabelecido que, a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de **R$ 1.164,00 (um mil cento e sessenta e quatro reais)** em parcela única ou dividido em 12 (doze) parcelas mensais de **R$ 97,00 (noventa e sete reais)**, devendo o valor total ser efetivamente repassado durante o corrente exercício financeiro.

**Parágrafo Primeiro.** O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos.

**Parágrafo Segundo**. A parte variável será fixada mediante Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de acordo com os serviços que serão utilizados pelo CONSORCIADO junto às empresas contratadas.

**4.3**. As transferências financeiras dos valores orçados para o CUSTEIO, bem como, para o suporte dos procedimentos pretendidos, referente ao mês em que serão autorizados os serviços, será realizado até o primeiro dia do mês subsequente, por meio de depósito bancário na conta corrente do CONSORCIO, na Caixa Econômica Federal, Agência 3276, Conta Corrente 71002-3, operação 006 ou outro que vier a ser indicado, conforme programação financeira e/ou operacional do CONSORCIADO.

**Paragrafo único.** A parte variável deverá ser paga diretamente às empresas prestadoras dos serviços administrativos contratados via procedimento licitatório compartilhado

**4.4.** As transferências serão realizadas mensalmente, mediante RECIBOS DE TRANSFERÊNCIAS, individualizados, com a respectiva classificação da despesa, encaminhados previamente pelo Consórcio, observando o seguinte:

**4.4.1.** RECIBO DE TRANSFERÊNCIA : PELA PARTICIPAÇÃO DO RATEIO – para cobrir despesas com a manutenção das atividades do Consórcio.

**4.4.1.1.** Os valores a serem transferidos relativo a participação do rateio (para despesas de manutenção do Consórcio) serão divididos em parcelas mensais de acordo com as necessidades do Consórcio, não excedendo ao orçado, salvo quando previamente acordado e após celebração dos termos legais.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSÓRCIO**

**5.1.** O CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**5.2**. O CONSÓRCIO encaminhará até dez dias do mês subsequente a execução das despesas, como relatório de Prestação de Contas, planilha demonstrando as transferências dos recursos recebidos e o rateio das despesas pertencentes aos entes consorciados.

**5.3.** Os recursos recebidos mediante contratos de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme estabelece o § único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**5.3.1**. Caso a não utilização dos recursos transferidos por meio de Contrato de Rateio no exercício em que forem recebidos implique o não atendimento dos limites mínimos anuais previstos no § 2º do art. 198 e no art. 212 da Constituição Federal, a diferença será acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente, sem prejuízo da base anual de impostos e transferências previstas constitucionalmente para os entes consorciados.

**5.4**. O CONSÓRCIO encaminhará ao RPPS DO MUNICÍPIO CONSORCIADO as informações necessárias para a elaboração dos demonstrativos fiscais pertinentes.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

**6.1** O CONSÓRCIO deverá seguir as normas de Direito Financeiro aplicáveis às entidades públicas, estando sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, órgão competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

**6.2**. A fiscalização é atribuída ao próprio CONSÓRCIO, aos órgãos de controle interno e externo dos entes consorciados e da sociedade civil organizada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO**

**7.1.** O CONSÓRCIO deverá dar ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de acesso público, dos documentos relativos ao orçamento, contrato de rateio, demonstrações contábeis, demonstrativos fiscais e relatório resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Portaria 72/2012 da STN.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**8.1.** É de responsabilidade do CONSORCIADO:

I. repassar ordinariamente ao CONSÓRCIO, valores acordados neste instrumento para ter direito ao acesso continuado aos serviços pretendidos; II. informar o CONSÓRCIO quaisquer situações que impossibilitem de for-

malizar o repasse dos valores, bem como as providências adotadas para regularizar tais pendências; III. denunciar ao CONSÓRCIO quaisquer irregularidades de natureza financeira, no atendimento pelos prestadores por ventura apresentados para cobrança do cidadão/servidor ou do próprio CONSORCIADO; IV. incluir em sua prestação de contas os valores repassados ao CONSÓRCIO; V. apresentar ao seu legislativo, quando necessário, proposta de alteração orçamentária, a tempo de se elaborar termo aditivo, a fim de adequar sua legislação para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato; VI. Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Terceira; VII. Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas deste Contrato.

**8.2.** São obrigações do CONSÓRCIO:

I. gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada à aplicação de recursos de modo diverso ao disposto no orçamento do CONSÓRCIO, aprovado em Assembléia Geral; II. aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Programa, observadas as normas da contabilidade pública; III. executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas IV. apresentar em assembléia geral ordinária aos CONSORCIADOS, relatório contábil semestral, bem como relatório discriminando serviços contratados, utilizado e os respectivos valores; V. prestar informações pertinentes quando solicitado; VI. encaminhar no prazo estipulado neste contrato a planilha de prestação de contas; VII. cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas do Contrato de Rateio.

**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**

**9.1.** Este contrato terá vigência de 4 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA INADIMPLÊNCIA E PENALIDADES**

**10.1**. A inadimplência do CONSORCIADO importará na suspensão de sua participação no Consórcio, bem como sua exclusão, conforme disciplina constante do Protocolo de Intenções.

**10.2**. No caso de inadimplência o CONSORCIADO será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESLIGAMENTO DO CONSORCIADO**

**11.1.** Havendo o desligamento do CONSORCIADO, e a consequente perda da condição de integrante do presente Consórcio, ocorrerá automaticamente a rescisão do presente instrumento.

**11.2**. A retirada ou exclusão do CONSORCIADO, ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações já cumpridas pelo CONSORCIADO, ficando este obrigado a repassar os valores referentes a serviços que tenham sido utilizados, bem como a parcela proporcional às despesas administrativas.

**11.3.** O CONSORCIADO inadimplente será inscrito em Dívida Ativa no Consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AÇÃO PROMOCIONAL**

**12.1.** Fica acordado que em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste CONTRATO, será obrigatoriamente destacado a participação do CONSÓRCIO e do CONSORCIADO.

**12.2.** As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CONSÓRCIO ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas

**13.2.** Fica eleito o foro da Comarca de Araputanga/MT, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Reserva do Cabaçal – Mato Grosso, 04 de janeiro de 2021.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL - RESER-PREVI

**Valdinei Martins de Souza– Gestor**

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

**Pedro Ferreira de Souza**

Presidente do Consórcio

Testemunhas:

Renato Ferreira de Santana Lara Débora Simone Rocha Faria

R.G. n. º 0742716-6 SSP/MT **OAB/MT**. n. º 4198

CPF n. º 569.651.251-87CPF. n. º 442.328.611-49

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

### PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

"A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, CNPJ nº 24.772.113/0001-73, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT), o Licenciamento Simplificado (LAS) referente ao projeto de instalação da área de recebimento e armazenamento temporário de materiais originados da escavação superficial do solo e vegetação em obras de pavimentação,classificados como Classe A, no município de Ribeirão Cascalheira/MT.".

**Luiz Fernando Ferreira Alves**

**Engenheiro Civil**

**CREA 1015255043D/GO**

### SETOR DE LICITAÇÃO
### TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 04 2021

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

| | |
|---|---|
| **Objetos:** | ALUGUEL DE IMÓVEL POR PRAZO DETERMINADO PARA FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT |
| **Favorecido:** | DORALICE CARVALHO DE AZEVEDO, CPF nº 309.379.731-49, *Valor global do Contrato:* **R$ 212.062,08** *(duzentos e doze mil sessenta e dois reais e oito centavos);* |
| **Fundamento Legal** | Artigo 24, inciso X e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93 |
| **Justificativa** | Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 004/2021. |

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 004/2021, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira-MT, 27 de Janeiro de 2021.

***Luzia Nunes Brandão***

***Prefeita Municipal***

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 024 2020**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 024/2020**

**Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica**

**GOLFÃO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS-EPP, CNPJ nº 10.975.972/000155**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE INÍCIO E EXECUÇÃO**

**Em decorrência deste Termo Aditivo, o presente contrato será prorrogado pelo prazo de 09 (nove), passando a vigorar até o dia 31/09/2021, sendo a data de apresentação do show artístico o dia 30/05/2021.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO**

**Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original, não mencionadas neste Termo Aditivo.**

**DA ASSINATURA: 04/01/2021 ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa GOLFÃO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS-EPP**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

**PROCURADORIA MUNICIPAL**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 - 2021**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- EDITAL N° 001/2021 PMRO/SEMED- DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO PARA CADASTRO DE RESERVA

A Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, por meio do Excelentíssimo Senhor Prefeito ALEX STEVES BERTO, faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo de contagem de pontos e Títulos para o ingresso em seu quadro de pessoal por tempo determinado para os cargos constantes ao que rege o presente Edital de Seleção nº. 001/2021/PMRO/SEMED.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O processo seletivo de Cadastro Reserva para Contratos Temporários de Professores, Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI/PNE, Auxiliares de Serviços Gerais, Vigilantes e merendeira tem como objetivo selecionar Profissionais para atenderem as situações de excepcional interesse público, em face da ausência de pessoal efetivo, com fulcro no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, bem como no Art. 66, da Lei Complementar n.º 220, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Os contratos temporários serão para provimento de pessoal em cargos de Professor, TDI,TDI/PNE, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigilantes e merendeira a fim de suprir vagas existentes, Desvios de função, Licença médica nas unidades de Ensino da Rede Municipal urbana e rural.

Art. 3º - Após a lotação dos profissionais efetivos, e permanecendo vagas livres e/ou em substituição, devidamente documentada, a unidade de ensino deverá, antes de convocar os contratados, atribuir aulas excedentes aos professores interessados, obedecendo aos critérios estabelecidos na Instrução Normativa 001/2021/PMRO/SEMED.

Art. 4º - Os contratos temporários obedecerão ao regime de trabalho de acordo Lei nº 11.738, percebendo o valor correspondente do PISO NACIONAL SALARIAL DO MAGISTERIO aplicado aos profissionais da rede pública municipal de ensino de Rosário Oeste - MT para Professores e Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI/PNE, proporcional a Jornada de trabalho, sendo que para os cargos de Auxiliar de Serviços gerais, Vigilante e merendeira a jornada de trabalho será de 40h semanais, com remuneração em conformidade com a Lei nº 13.152 de 29 de Julho de 2015.

2 – DO QUADRO DE VAGAS DE CADASTRO RESERVA:

Parágrafo Único: Os classificados para preenchimento do Quadro de vagas serão chamados conforme a necessidade da Secretaria de Educação em atendimento as Unidades de Ensino na zona urbana e rural.

3 - DAS INSCRIÇÕES:

Art. 5º - A inscrição e entrega dos documentos necessários para o processo seletivo de contratação para o Cadastro Reserva de 2021 acontecerão, no período de 26 a 29 de janeiro 2021, das 08:00h as 14:00h na SEMED de Rosário Oeste.

Art. 6º - A avaliação dos currículos será realizada pela Comissão de Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: O resultado será divulgado no dia 03/02/2021, tendo os candidatos prazo para apresentação de recursos de 24h.

Art. 7º A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o Professor, o Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI/PNE, o Auxiliar de Serviços Gerais, Vigilantes e merendeira não poderão alegar desconhecimento das normas estabelecidas neste Edital e deverão, no ato da inscrição, apresentar os seguintes documentos:

I - Professor:

a) Diploma de Nível Superior na área da Educação;

b) Comprovação de formação ou capacitação específica, no caso de opção por atuar na Educação Infantil;

c) Declaração de não acúmulo de cargo público, assinada pelo interessado. Caso possua, indicar o cargo, a carga horária, o órgão e o local de lotação, para avaliação da legalidade e compatibilidade de horário;

d) Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

e) Comprovante de residência;

f) Comprovante de experiência na área que atua mínimo de 01 ano;

g) Declaração de disponibilidade para a flexibilização da carga horária;

h) Declaração de assiduidade expedida pela Unidade Escolar que atuou no último ano;

II – Técnico em Desenvolvimento Infantil – TDI/PNE:

a) Certificado de Conclusão de Curso Técnico - TDI/PNE ou atestado que está cursando o ensino superior.

b) Declaração de não acúmulo de cargo público, assinada pelo interessado;

c) Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF).

d) Comprovante de residência;

e) Comprovante de experiência na área que atua mínimo de 01 ano;

f) Certificado de capacitações/formação ou curso na área que concorrer;

g) Declaração de disponibilidade para a flexibilização da carga horária;

h) Declaração de assiduidade expedida pela Unidade Escolar que atuou no último ano;

III. Auxiliar de Serviços Gerais e Vigilantes:

a) Documento que comprove o Ensino Fundamental;

b) Declaração de não acúmulo de cargo público, assinada pelo interessado.

c) Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

d) Certificado de capacitações/formação ou curso na área que concorrer;

e) Declaração de assiduidade expedida pela Unidade Escolar que atuou no último ano;

f) Comprovante de residência;

g) Declaração de disponibilidade para a flexibilização da carga horária;

IV. Merendeira:

h) Documento que comprove o Ensino Fundamental;

i) Declaração de não acúmulo de cargo público, assinada pelo interessado.

j) Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

k) Certificado de capacitações/formação ou curso na área que concorrer;

l) Declaração de assiduidade expedida pela Unidade Escolar que atuou no último ano;

m) Comprovante de residência;

n) Declaração de disponibilidade para a flexibilização da carga horária;

Art.8 º - O preenchimento das vagas apresentadas ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação conforme a necessidade das Unidades de Ensino obedecendo aos critérios de pontuação da contagem de títulos.

4 - DAS ATRIBUIÇÕES

**I – Professor:**

a) Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do sistema público de Educação Básica;

b) Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

c) Participar da implementação do Projeto Político Pedagógico;

d) Exercer a docência em consonância com a política educacional do município;

e) Analisar e propor intervenções didáticas, adequadas às dificuldades de aprendizagem dos alunos;

f) Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, bem como dos cursos de formação continuada e programas oferecidos pela SEMED;

g) Participar das atividades extracurriculares;

h) Outras atribuições inerentes ao cargo, previstas em lei;

i) Manter rigorosamente atualizados os registros no sistema de informação do Setor de Escrituração da SEMED.

j) Implementar os conhecimentos construídos durante os cursos de formação oferecidos pela SEMED.

**II - Técnico em Desenvolvimento Infantil:**

a) Cuidar e educar crianças na idade de 0 a 03 (três) anos e 11(onze) meses;

b) Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, bem como dos cursos de formação continuada e programas oferecidos pela SEMED;

c) Exercer o trabalho educativo em consonância com a política educacional do município;

d) Participar da implementação do Projeto Político Pedagógico;

e) Planejar semanalmente suas ações educativas;

f) Desenvolver projetos que considerem o cuidar e o educar, adequados à faixa etária em que atuam.

**III- Auxiliar de Serviços Gerais e Vigilante ;**

a) Auxiliar de Serviços Gerais - Atividades de limpeza e higienização de todos os materiais e equipamentos utilizados nas unidades de ensino, nas áreas internas e externas, apoio na preparação e distribuição da alimentação escolar e manutenção da infraestrutura;

b) Vigilante - Atividade de vigilância das áreas internas e externas das unidades de ensino e manutenção da infraestrutura (execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria);

c) Merendeira - preparação e distribuição da alimentação escolar e manutenção da infraestrutura;

5 - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO.

Art. 9 - A seleção para contratação do Cadastro Reserva para Professores, Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI/PNE, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigilantes e Merendeira para suprir a existência de vagas e/ou substituição nas Unidades de Ensino, será realizada pela Comissão do Processo Seletivo.

Art. 10 - A Comissão da Secretaria de Educação fará a contagem de pontos e análise dos documentos apresentados pelos candidatos, procedendo à classificação dos inscritos, em ordem decrescente, por cargo e/ou função.

Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de empate entre os candidatos, a decisão dar-se-á mediante os critérios abaixo:

a) Professor - Em primeiro lugar a formação específica para o cargo pretendido; em segundo maior número de títulos e por último, a maior idade.

b) Técnicos e Auxiliares - Em primeiro lugar maior formação para o cargo pretendido, segundo a maior idade.

Art. 11 - A Comissão de Avaliação, responsável pela seleção de professores e técnicos a serem contratados, deverá adotar os seguintes procedimentos:

I. Divulgar a relação dos inscritos deferidos e indeferidos para contratos temporários de Professores, de Técnicos em Desenvolvimento Infantil, Auxiliar em Serviços Gerais, Vigilantes e Merendeira no quadro mural, Diário oficial do Estado e sites da Prefeitura, no dia 01 de fevereiro de 2021.

II. Os candidatos que suas inscrições forem indeferidas terão 48hs para entrar com recurso junto a Comissão de Contagem de pontos, sendo que a divulgação do julgamento dos recursos se dará no dia 03 de fevereiro de 2021;

III. Divulgar o resultado classificatório da contagem de pontos da seleção para contratos temporários de Professores, TDI (Técnico em Desenvolvimento Infantil), Auxiliar em Serviços Gerais, Vigilantes e Merendeira será disponibilizado no mural da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, sites Unidade de ensino, dia 05 de fevereiro de 2021.

Art. 12 - Para o processo seletivo de contagem de pontos/classificação dos professores, TDI (Técnico Desenvolvimento Infantil), TDI/PNE, Serviços Gerais, Vigilantes e Merendeira candidatos a contratos temporários, a Comissão deverá considerar os critérios constantes nos ANEXOS deste Edital.

Parágrafo Único - Para contagem de pontos referente à Formação/Titulação, deve-se considerar o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 13 – Todos os documentos apresentados a Comissão em todas suas fases deverão ser devidamente autenticados, ou apresentados junto com os documentos originais para autenticação pela própria comissão.

Art. 14. Todos os atos e publicação de resultados do certame serão divulgados no mural da prefeitura e site oficial da Prefeitura de Rosário Oeste – MT e site diário oficial do Município.

Art. 15. Para os profissionais contratados temporariamente com amparo neste Edital nos cargos, que necessitem se ausentar das unidades escolares, por motivo de doença superior a 15 (quinze) dias, a licença médica será submetida à Perícia do INSS, ficando o ônus dos subsídios a cargo do Instituto.

Art. 16 - Os contratos temporários de vagas livres e/ou substituição previstos neste Edital serão rescindidos, no decorrer do ano, nas seguintes situações:

I - No caso da posse de concursados;

II- A pedido do interessado;

III- Quando do retorno do Profissional titular da vaga;

IV - Apresentar no bimestre 10 % (dez por cento) ou mais de faltas;

V - Atestado Médico entregue após 72 horas de ausência na Unidade de Ensino, conforme estabelecido em Lei;

VI - Descumprirem as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;

VII - Desempenho das atribuições, de forma insatisfatória, causando prejuízo ao processo educativo, comprovados com evidência (Atas, relatórios e outros);

VIII – Prática educativa que contrarie as concepções do Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino, comprovados com evidência (atas, relatórios e outros);

IX - a título de penalidade, nos termos da legislação pertinente;

X - em caso de subemprego;

XI - em caso de junção de turmas ou ajuste, de acordo com a freqüência média de alunos, nas unidades de ensino;

XII - em caso de remoção do profissional efetivo, fora do período de férias, amparada por lei;

XIII - No interesse da administração pública;

Art. 17 - Nas hipóteses previstas nos incisos acima citados desse Edital, a rescisão do contrato será efetuada com base em relatório circunstanciado, elaborado pela Equipe Gestora, Secretaria Municipal de Educação e encaminhado a Secretaria Municipal de Administração;

Art. 18 - Fica sob a responsabilidade da Equipe Gestora a comunicação ao Departamento de Recursos Humanos /SEMED, da ocorrência das situações constantes no Art.13 e Art. 14, deste Edital, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 19 - Os Professores ,TDI, TDI/PNE, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigilantes e Merendeira que, no ano de 2020, infringiram os incisos IV, V, VI, VII, VIII, do Art.13 deste Edital, com registro e comprovação da Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Ensino e Assessoria Jurídica/SEMED, estarão impossibilitados de serem contratados nas Unidades de Ensino da Rede Municipal.

Art. 20 - Os candidatos penalizados em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, no Serviço Público, não serão contratados.

Art. 21 - É vedada a acumulação do cargo de professor, Auxiliares e Técnicos, com qualquer outro cargo público Municipal, Estadual ou Federal, independente da carga horária.

Art. 22 - Para atendimento da demanda de contratações no ano de 2021, a PMRO/SEMED deverá recorrer ao Cadastro Reserva de classificados, conforme disposto nas atas e formulários de classificação da Secretaria de Educação e ou Administração;

Art. 23 - Para os profissionais que serão contratados no ano de 2021, serão exigidos os seguintes documentos:

I. Cópia dos documentos pessoais: CPF e RG

II. Número do PIS ou PASEP;

III. Certificado de reservista;

IV. Abertura de Conta Corrente (pessoal) no Banco do Brasil, em Agência do Município;

V. Comprovante de residência;

VI. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca, dos últimos 05 (cinco) anos;

VII. Atestado admissional emitido por médico do trabalho;

VIII. Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo;

Art. 24 - A Equipe Gestora da Secretaria de Educação que descumprir as leis vigentes e as orientações deste edital será responsabilizada pelos seus atos na forma da Lei.

Art. 25 - Após o término do processo de seleção dos profissionais, mediante a divulgação da lista dos classificados eventuais discordâncias deverão ser apresentadas como pedido de reavaliação à própria Comissão de Avaliação, no prazo de 24hs (vinte e quatro) horas.

Art. 26 - A não concordância com o resultado final emitido pela Comissão de Avaliação, caberá recursos ao PMRO/SEMED.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pela elaboração deste Edital.

O candidato receberá seu comprovante de inscrição no ato do Protocolo.

Art. 27 - Em decorrência do período de pandemia, as inscrições dos candidatos ao processo seletivo 001/2021 serão preenchidos e protocolados pelo candidato na SEMED, juntamente com os títulos.

Art. 28 - Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRA-SE.

Rosário Oeste, 25 de janeiro de 2021.

Odenete Maria Nunes

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA CONTAGEM DE PONTOS - CONTRATO TEMPORÁRIO 2021

PROFESSOR E TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL-TDI/PNE

1. Dados Pessoais:

a) Nome _____

b) Data de Nascimento: _____/_____/_____ RG. Nº _____CPF: _____

c) E-mail: _____Telefone: _____Cel: _____

d) Possui vinculo empregatício: (_) NÃO (_) SIM - Cargo ocupado: _____e) Tipo: (_) Público (_) Privado (_) Aposentado local: _____Jornada de trabalho _____

e) Endereço: _____Nº _____

f) Bairro: _____Cidade _____CEP: _____

02 - Formação: considerar a maior titulação

| | |
|---|---|
| b) Médio profissionalizante/Magistério | 5,0 (cinco) pontos |
| c) Curso Superior | 8,0 (oito) pontos |
| d) Pedagogia com ênfase em Educação Infantil | 10.0 (dez) pontos |
| e) Especialização | 12,0 (doze ) pontos |
| 03 - Atualização pedagógica: | |

| | |
|---|---|
| a) Cursos de formação na área de educação, referentes aos últimos 3 anos, registrados pela Instituição formadora, contendo carga horária e conteúdo ministrado - 1,0 (um) ponto para cada 60 horas. | Até 6,0 (seis) pontos |
| b) Curso de formação específica na área de atuação, referente aos 3 últimos anos, registrado pela instituição formadora, contendo carga horária e conteúdo ministrado 1,0 (um) ponto para cada 60 horas: | Até 6,0 (seis) Pontos |
| c) Participação de formação em programas/projetos através de redes sociais na área de Educação. | 1,0 (um) ponto |

04 - Qualificação profissional:

| | |
|---|---|
| a) Experiência comprovada a partir de 06 meses, em outra rede de ensino nos últimos 2 anos. | 3,0 (três) pontos |
| b) Ficha de Avaliação e Desempenho funcional, na rede Municipal de Ensino nos últimos 2 anos. | Conforme Anexo III |
| Total de pontos | |
| Observação: | |

a) Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

b) Em caso de empate, considerar:

(1º) ficha de desempenho funcional

(2º) maior titulação

(3º) maior idade

Assinatura da Comissão: _____

_____

_____

Assinatura Candidato: _____

Rosário Oeste -MT, ____de _____de 2021

ANEXO II

FORMULÁRIO DE CONTAGEM DE PONTOS - AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, VIGILANTE E MERENDEIRA

Opção para atribuição: ( ) LIMPEZA ( ) VIGILÂNCIA ( ) MERENDEIRA

1. Dados Pessoais:

a) Nome _____

b) Data de Nascimento:___/___/_____ RG. _____CPF:_____

c)e-mail: _____Telefone: _____ Cel: _____

d) Possui vinculo empregatício: (_) NÃO (_) SIM - Cargo ocupado: _____

e) Tipo: ( ) Público ( ) Privado( ) Aposentado local: _____Jornada de trabalho _____

e) Endereço: _____Nº _____

f) Bairro: _____Cidade _____CEP _____

02 - Formação:

| | |
|---|---|
| a) Ensino Fundamental. | 5,0 (cinco) pontos |
| 03 - Qualificação profissional: | |
| LIMPEZA- Certificado na área específica (limpeza, higienização, relacionamento interpessoal). | Com limite máximo. 3,0 (três) pontos, 0.5 (meio) ponto para cada 40 horas. |
| VIGILÂNCIA- Certificado na área específica (vigilância, segurança, relacionamento interpessoal, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem). | Com limite máximo de 3,0 (três) pontos, 0.5 (meio) ponto para cada 40 horas. |
| 04 - Qualificação profissional: | |
| a) Experiência comprovada a partir de 01 ano na área pleiteada | 5,0 (cinco) pontos |
| b) Ficha de Avaliação e Desempenho funcional (Assiduidade e Disponibilidade) | |
| Total de pontos | |

Observação:

a) Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

b) Em caso de empate, considerar:

(1º) ficha de desempenho funcional

(2º) maior idade

Assinatura da

Comissão:_____

Assinatura do Candidato: _____

Data: _____/_____/ 2021.

ANEXO III

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL NOS CARGOS DE:

( )Professor

( ) TDI/PNE

( ) Auxiliar de serviços gerais

( ) Vigilante

( ) Merendeira

Situação Funcional: _____

Escolaridade: _____ Habilitação _____

| Nº | Categoria | Pontos | Pontuação do Candidato |
|---|---|---|---|
| 01 | Assiduidade | 0,5 | |
| 02 | Pontualidade | 0,5 | |
| 03 | Planejamento técnico Pedagógico | 0,5 | |
| 04 | Participação em cursos de formação continuada na escola. | 0,5 | |
| 05 | Utilização de novas técnicas e metodologias de ensino. | 0,5 | |
| 06 | Relacionamento interpessoal com os colegas e seus superiores | 0,5 | |

Assinatura do(a) Diretor(a) da

Escola/Empresa:_____

Assinatura do(a) Professor(a) Candidato (a):

_____

Data: _____/_____/ 2021.

**FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021/PMRO/SEMED**

2. Dados Pessoais:

g) Nome _____

h) Data de Nascimento: _____/_____/_____ RG. Nº _____CPF: _____

i) E-mail: _____Telefone: _____Cel: _____

j) Possui vinculo empregatício: (_) NÃO (_) SIM - Cargo ocupado: _____e) Tipo: (_) Público (_) Privado (_) Aposentado local: _____Jornada de trabalho _____

k) Endereço: _____Nº _____

l) Bairro: _____Cidade _____CEP: _____

CARGOS:

( ) PROFESSOR

( ) TDI

( ) TDI/PNE

( ) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

( ) VIGILANTE

( ) MERENDEIRA

Assinatura :

PROTOCOLO:_____

Assinatura do Candidato: _____

Data: _____/_____/ 2021.

---

**FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021/PMRO/SEMED**

3. Dados Pessoais:

m) Nome _____

n) Data de Nascimento: _____/_____/_____ RG. Nº _____CPF: _____

o) E-mail: _____Telefone: _____Cel: _____

p) Possui vinculo empregatício: (_) NÃO (_) SIM - Cargo ocupado: _____e) Tipo: (_) Público (_) Privado (_) Aposentado local: _____Jornada de trabalho _____

q) Endereço: _____Nº _____

r) Bairro: _____Cidade _____CEP: _____

CARGOS:

( ) PROFESSOR

( ) TDI

( ) TDI/PNE

( ) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

( ) VIGILANTE

( ) MERENDEIRA

Assinatura :

PROTOCOLO:_____

Assinatura do Candidato: _____

Data: _____/_____/ 2021.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 017/2021**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA:CENTRO AMÉRICA COMERCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n. 09.179.444/0001-00;

DATA DA ASSINATURA: 26 de janeiro de 2021.

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE-MT**

PROCURADORIA JURÍDICA

LEI Nº 1.595/2021

**Autoria: Mesa Diretora.**

DISPÕE A EXTINÇÃO DO CARGOS COMISSIONADOS CRIADOS PELA LEI 1.111/2008, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 72, *§1º, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL.*

**O Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e no uso das atribuições que lhe são conferidas, Ele promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º**. Fica **EXTINTO** os Cargos em Comissão mencionados no anexo III, da Lei Municipal nº 1.111/2008:

**ANEXO III**

**PLANO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

| CARGO | SIMBOLO | SUBSÍDIO |
|---|---|---|
| Chefe de Gabinete | DAS-01 | R$ 1.300,00 |
| Assessor Parlamentar | DAS-02 | R$ 800,00 |
| Assistente Administrativo | DAS-03 | R$ 650,00 |
| Assistente Operacional | DAS-03 | R$ 650,00 |

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Rosário Oeste, 27 de janeiro de 2.021.

**VER. AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO**

**=PRESIDENTE DA CMRO=**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE-MT**

PROCURADORIA JURÍDICA

LEI Nº 1.593/2021

**Autoria: Mesa Diretora**

**DISPÕE A ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI 1470/2016, 1471/2016 E 1582/2020, QUE INSTITUI DE VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA PARA VEREADORES E PROCURADOR JURÍDICO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e no uso das atribuições que lhe são conferidas, Ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º da lei 1.471/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º - Fica instituída a todos os membros do Poder Legislativo (Vereadores) sem distinção dos representantes da Mesa, verba indenizatória no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), destinada a cobrir despesas relacionadas ao desempenho de suas funções institucionais, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.**

Art.2º fica alterado o artigo 1º da lei 1.582/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º - Fica instituída verba indenizatória ao Procurador Jurídico do Poder Legislativo Municipal, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) de forma compensatória ao não recebimento de diárias, adiantamentos, dentre outras despesas inerentes ao cargo para custeio de viagens a trabalho dentro do Estado com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.**

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 01 de janeiro de 2022.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Rosário Oeste, 27 de janeiro de 2.021.

**VER. AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO**

**=PRESIDENTE DA CMRO=**

**PROCURADORIA MUNICIPAL**
**PORTARIA 015 - 2021**

**PORTARIA Nº 015/2021**

de 21 de Janeiro de 2021

*"Dispõe sobre nomeação de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica, e dá outras providencias".*

**O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, Sr. ALEX STEVES BERTO,** no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Ficam nomeados para exercer cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, as seguintes pessoas:

a) **ELOY SCHULZ** – Diretor do Departamento de Tributos - DAS 06, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças;

**Artigo 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 21 de Janeiro de 2.021.

**ALEX STEVES BERTO**

*Prefeito Municipal*

**CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE-MT**

PROCURADORIA JURÍDICA

LEI Nº 1.594/2021

**Autoria: Mesa Diretora.**

**DISPÕE A ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI 1551/2019.**

**O Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e no uso das atribuições que lhe são conferidas, Ele promulga a seguinte Lei:**

Art. 1º. Fica alterado o ANEXO II- A da lei 1551/2019, conforme planilha anexa:

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 01 de janeiro de 2022.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Rosário Oeste, 27 de janeiro de 2.021.

VER. AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO

=PRESIDENTE DA CMRO=

LEI Nº. 1.594/2021

ANEXO II

TABELA SALARIAL

ANEXO II - A

Tabela de salário para cargos de: *Auditor de Controle Interno, Contador e Procurado Legislativo.*

| Nível / Classe | A (R$) | B (R$) | C (R$) | D (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | R$ 4.323,24 | R$ 5.187,89 | R$ 6.225,47 | R$ 7.470,56 |
| 2 | R$ 4.517,79 | R$ 5.421,34 | R$ 6.505,61 | R$ 7.806,73 |
| 3 | R$ 4.721,09 | R$ 5.665,30 | R$ 6.798,36 | R$ 8.158,04 |
| 4 | R$ 4.933,54 | R$ 5.920,24 | R$ 7.104,29 | R$ 8.525,15 |
| 5 | R$ 5.155,54 | R$ 6.186,65 | R$ 7.423,98 | R$ 8.908,78 |
| 6 | R$ 5.387,54 | R$ 6.465,05 | R$ 7.758,06 | R$ 9.309,68 |
| 7 | R$ 5.629,98 | R$ 6.755,98 | R$ 8.107,18 | R$ 9.728,61 |
| 8 | R$ 5.883,33 | R$ 7.060,00 | R$ 8.472,00 | R$ 10.166,40 |
| 9 | R$ 6.148,08 | R$ 7.377,70 | R$ 8.853,24 | R$ 10.623,89 |
| 10 | R$ 6.424,75 | R$ 7.709,70 | R$ 9.251,63 | R$ 11.101,96 |

**CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE-MT**

PROCURADORIA JURÍDICA

LEI Nº 1.592/2021

"Autoria do Vereador **Carlos Cesar Ribeiro de Souza**, que Institui Plantão em sistema de rodízio para atendimento nos finais de semana de Farmácias e Drogarias do Município de Rosário Oeste - MT e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e no uso das atribuições que lhe são conferidas,* Ele promulga a seguinte Lei:

DA REGULAMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO

Art. 1º - As farmácias e drogarias localizadas em Rosário Oeste - MT, ficam autorizadas a realizar o atendimento, nos finais de semanas e feriados somente em escala de plantão, com sistema de rodízio.

**Parágrafo Único -** Durante a semana as farmácias que não estiverem de plantão deverão fechar ás 19:00 horas, ficando apenas a que estiverem em plantão aberta até ás 22:00 horas.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal designará órgão competente para organizar uma escala de rodízio de plantão de atendimento aos finais de semana, feriados e após as 19:00 horas.

**Parágrafo Único** – para cumprir a escala de rodízio, as farmácias e drogarias observarão a alternância de funcionamento.

Art. 3º - No período estabelecido, o plantão deverá ter a participação simultânea de no "mínimo" 01 (uma) farmácia localizada no Município.

Art. 4º - A escala de rodízio de plantão poderá ser alterada pelo órgão competente ou entidade representativa das farmácias e drogarias, sempre que motivos de interesse público ou das partes, desde que previamente comunicado a população, caso isso ocorra superados os motivos que alteraram a escala essa deverá voltar ao estado em que parou respeitando assim o próximo da escala.

Parágrafo Primeiro – Não havendo acordo entre as farmácias e drogarias compete ao órgão municipal de saúde intervir estabelecendo a Escala de Rodízio e forma de atendimento, que será obrigatoriamente obedecida.

Art. 5º - A escala de rodízio de plantão será fixada em local de fácil visualização das unidades de saúde do município e caberá aos proprietários dos estabelecimentos confeccionarem placas indicativas informando a escala de rodízio de plantão de atendimento, de forma bem visível, quando o mesmo estiver fechado.

Art. 6º - Por medida de segurança, o atendimento de farmácias e drogarias no horário de 20h às 22h poderá ser feito através de "campainha", "janela" de fácil acesso ao consumidor, ou outro meio mais seguro para quem for trabalhar à noite.

Art. 7º - Havendo 03 (três) ou mais reclamações nos órgãos regularizadores da falta de medicamentos nos plantões das farmácias, essa deverá ser excluída da escala de plantão por 06 (seis) meses, para isso deverá ser respeitado o princípio do contraditório e ampla defesa.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal regulamentará e designará órgão competente para fiscalização do cumprimento desta Lei, aplicando-se aos infratores a penalidade de:

I - Advertência

II – Exclusão da escala

III – Multa; e

III – Suspensão de Alvará de Funcionamento.

Parágrafo Único – as penalidades previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, quando tratar-se de reiteração da ilegalidade e observando-se a necessária prevalência de relevante interesse público.

A suspensão do Alvará de Funcionamento atenderá ao pressuposto da contumácia na conduta infracional, perdendo efeito após compromisso escrito de cumprimento aos pressupostos desta Lei.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º - Todos os Cidadãos são partes legítimas para oferecer denúncia de inobservância desta Lei junto ao órgão fiscalizador.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste, 27 de janeiro de 2.021.

**VER. AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO**

**=PRESIDENTE=**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

**JURÍDICO**
**EDITAL Nº 04/2021 – DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

O Presidente da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado nº 01/2020 da Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT, no exercicio de suas atribuições legais, e no dever de fazer cumprir o Cronograma do Edital de Reabertura do Teste Seletivo Simplificado 01/2020, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

**RESOLVE:**

I – Dilvugar os Locais e Horários das Provas;

II – Divulgar Medidas de Proteção Contra o Novo Coronavírus (COVID-19).

Salto do Céu - MT, em 28 de Janeiro de 2021.

Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado

**I - LOCAIS DE PROVAS E HORÁRIOS:**

**LOCAL DA PROVA** : ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO FRANCISCO VILLANOVA (**QUADRA DE ESPORTE**). END: Rua Espírito Santo, Bairro Bela Vista.

**HORÁRIO DA PROVA** : 08H00MIN (**HORÁRIO LOCAL**), a Comissão sugere ainda que os candidatos compareçam ao menos com 30 minutos de antecedência ao local da prova.

**CARGOS** : Secretário Escolar, Agente Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate de Endemias.

**LOCAL DA PROVA** : ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO DE BORORÓ (**SALÃO PAROQUIAL**), Rua Mato Grosso, s/n, Centro, Salto do Céu - MT.

**HORÁRIO DA PROVA** : 08H00MIN (**HORÁRIO LOCAL**), a Comissão sugere ainda que os candidatos compareçam ao menos com 30 minutos de antecedência ao local da prova.

**CARGOS** : Monitor Infantil, Técnico de Laboratório, Auxiliar de Laboratório, Recepcionista, Auxiliar de Consultório Odontológico, Agente de Inspeção e Fiscalização Animal, Técnico de Enfermagem.

**LOCAL DA PROVA** : ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO FRANCISCO VILLANOVA (**QUADRA DE ESPORTE**). END: Rua Espírito Santo, Bairro Bela Vista.

**HORÁRIO DA PROVA** : 14H00MIN (**HORÁRIO LOCAL**), a Comissão sugere ainda que os candidatos compareçam ao menos com 30 minutos de antecedência ao local da prova.

**CARGOS** : Fisioterapeuta, Enfermeiro (a), Odontólogo, Professor (a) de Letras, Professor (a) de Matemática, Professor (a) de Educação Física, Professor (a) de Geografia, Professor (a) de Ciências, Professor (a) de Pedagogia.

**LOCAL DA PROVA** : ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO DE BORORÓ (**SALÃO PAROQUIAL**), Rua Mato Grosso, s/n, Centro, Salto do Céu - MT.

**HORÁRIO DA PROVA** : 14H00MIN (**HORÁRIO LOCAL**), a Comissão sugere ainda que os candidatos compareçam ao menos com 30 minutos de antecedência ao local da prova.

**CARGOS** : Auxiliar de Serviços Gerais (feminino), Auxiliar de Serviços Gerais (masculino), Lavadeira, Coveiro, Cozinheira, Auxiliar de Mecânico, Merendeira, Gari, Trabalhador Braçal, Zelador (a), Borracheiro, Operador de Maquina Agrícola, Operador de Motoniveladora, Operador de Pá Carregadeira, Operador de Retroescavadeira, Mecânico, Motorista.

**OBS.: AS PROVAS TERÃO 3 (TRÊS) HORAS DE DURAÇÃO, CONFORME O ITEM 4. DO EDITAL DE REABERTURA DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020.**

**II – MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS**

Ø Na entrada do prédio da aplicação das provas será aferida a temperatura corporal dos candidatos e os que apresentarem temperatura acima de 37,8º graus não poderão adentrar ao local e realizar a prova, visando assegurar a saúde e seguranças dos demais.

Ø O candidato deverá se apresentar ao local de prova usando máscara de proteção respiratória descartável ou caseira feita de tecido, permanecendo de máscara até sua saída do local da prova.

Ø Não será permitida a entrada no prédio de aplicação de prova, de candidatos que não estiverem usando máscara de proteção respiratória.

Ø Durante a identificação do candidato, será necessária a retirada da máscara de proteção respiratória, através dos elásticos ou atilhos, sem tocar sua parte frontal, prosseguida da higienização das mãos com álcool em gel próprio ou fornecido pelo fiscal. Após a identificação, o candidato deverá recolocar a máscara de proteção respiratória.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

# RGF ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS OPERACOES DE CREDITO - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II) | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAIS (III)** | **0,00** | **0,00** |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.827.498,57 | 100,00 |
| (-) Transf. Obrigatória União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)F)(V) | 21.827.498,57 | 100,00 |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII) - (Ia + IIa) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | 0,00 | 0,00 |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 27/01/2021 17:26:00 Page 1 de 2

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. Homologado

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

## RGF ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL - CONSOLIDADO - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 21.827.498,57 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | 21.827.498,57 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | 21.827.498,57 |
| **DESPESA COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| Despesa Total com Pessoal DTP | 10.560.971,20 | 48,38 |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 59,00% | 12.878.224,16 | 59,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 56,05 % | 12.234.312,95 | 56,05 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00% | 11.590.401,74 | 53,10 |
| **DIVIDA CONSOLIDADA** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA | -5.053.679,69 | -23,15 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 120,00 % | 26.192.998,28 | 120,00 |
| **GARANTIAS DE VALORES** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **OPERACOES DE CREDITO** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **RESTOS A PAGAR** | **RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
| Valor Total | 627.518,37 | 6.283.423,39 |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 18:57:07
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 883.592,60 | 633.826,42 | 850.262,89 | 763.592,90 | 764.857,77 | 772.674,43 | 907.449,56 | 794.432,67 | 678.878,16 | 1.006.901,35 | 842.599,80 | 955.985,29 | 9.855.053,84 | |
| Pessoal Ativo | 854.692,60 | 633.826,42 | 792.462,89 | 763.592,90 | 735.897,77 | 743.324,43 | 843.849,56 | 740.472,67 | 620.360,16 | 944.461,35 | 783.549,80 | 791.116,29 | 9.247.606,84 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 723.741,74 | 520.461,82 | 633.304,95 | 621.655,79 | 603.089,91 | 618.876,83 | 681.868,42 | 596.382,96 | 620.360,16 | 657.118,89 | 634.512,97 | 638.170,49 | 7.549.544,93 | |
| Obrigações Patronais | 130.950,86 | 113.364,60 | 159.157,94 | 141.937,11 | 132.807,86 | 124.447,60 | 161.981,14 | 144.089,71 | | 287.342,46 | 149.036,83 | 152.945,80 | 1.698.061,91 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 28.900,00 | | 57.800,00 | | 28.960,00 | 29.350,00 | 63.600,00 | 53.960,00 | 58.518,00 | 62.440,00 | 59.050,00 | 164.869,00 | 607.447,00 | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 28.900,00 | | 57.800,00 | | 28.960,00 | 29.350,00 | 63.600,00 | 53.960,00 | 58.518,00 | 62.440,00 | 59.050,00 | 164.869,00 | 607.447,00 | |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | | | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 883.592,60 | 633.826,42 | 850.262,89 | 763.592,90 | 764.857,77 | 772.674,43 | 907.449,56 | 794.432,67 | 678.878,16 | 1.006.901,35 | 842.599,80 | 955.985,29 | 9.855.053,84 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 9.855.053,84 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.827.498,57 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 21.827.498,57 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 9.855.053,84 | 45,15 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 11.786.849,23 | 54,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 11.197.506,77 | 51,30 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 10.608.164,31 | 48,60 % |

**FONTE:** MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 17:04:18
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

**MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU**

Page 1 de 2
Homologado

## RGF ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - CONSOLIDADO - 3 QUADRIMESTRE

MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — em Reais

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | até o 1º Quadrimestre | até o 2º Quadrimestre | até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 853.337,28 | 830.428,28 | 818.883,38 | 794.477,40 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 853.337,28 | 830.428,28 | 818.883,38 | 794.477,40 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 853.337,28 | 830.428,28 | 818.883,38 | 794.477,40 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 853.337,28 | 830.428,28 | 818.883,38 | 794.477,40 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 3.925.795,66 | 4.843.383,89 | 5.965.635,80 | 5.848.157,09 |
| Disponibilidade de Caixa | 3.925.795,66 | 4.837.332,11 | 5.965.635,80 | 5.848.157,03 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 4.078.590,78 | 4.885.436,84 | 5.969.749,80 | 5.852.271,03 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 152.795,12 | 48.104,73 | 4.114,00 | 4.114,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 6.051,78 | 0,00 | 0,06 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -3.072.458,38 | -4.012.955,61 | -5.146.752,42 | -5.053.679,69 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 20.632.661,55 | 21.101.084,97 | 22.183.944,67 | 21.827.498,57 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV - V) | 20.632.661,55 | 21.101.084,97 | 22.183.944,67 | 21.827.498,57 |
| % da DC sobre a RCL (I / RCL) (I/VI) | 4,14 | 3,94 | 3,69 | 3,64 |
| % da DCL sobre a RCL (III / RCL) (III/VI) | -14,89 | -19,02 | -23,20 | -23,15 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 24.759.193,86 | 25.321.301,96 | 26.620.733,60 | 26.192.998,28 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%] | 22.283.274,47 | 22.789.171,76 | 23.958.660,24 | 23.573.698,45 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO ATUARIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA | 87.414,10 | 190.319,84 | 75.086,22 | 55.076,82 |
| RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 67.551,38 | 25.509,88 | 2.003,91 | 803,90 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Notas:

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 18:54:01 — Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homolc

## RGF ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)** | **4.422.733,51** | **0,00** | **6.720,49** | **803,90** | **75.428,56** | **0,00** | **4.339.780,56** | **177.565,09** | **0,00** | **4.162.215,47** |
| Recursos Ordinários | 4.422.733,51 | 0,00 | 6.720,49 | 803,90 | 75.428,56 | 0,00 | 4.339.780,56 | 177.565,09 | 0,00 | 4.162.215,47 |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)** | **2.608.249,14** | **4.114,00** | **274,16** | **0,00** | **32.699,78** | **0,00** | **2.571.161,20** | **449.953,28** | **0,00** | **2.121.207,92** |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação | 208.592,74 | 3.994,00 | 0,00 | 0,00 | 10.058,12 | 0,00 | 194.540,62 | 0,00 | 0,00 | 194.540,62 |
| Transferências do FUNDEB | 32.687,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.779,66 | 0,00 | 22.907,51 | 0,00 | 0,00 | 22.907,51 |
| Outros Recursos Destinados à Educação | 460.538,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 460.538,29 | 0,00 | 0,00 | 460.538,29 |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde | -931.397,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.820,05 | 0,00 | -942.217,27 | 0,00 | 0,00 | -942.217,27 |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 724.345,44 | 0,00 | 274,16 | 0,00 | 1.401,01 | 0,00 | 722.670,27 | 0,00 | 0,00 | 722.670,27 |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 2.113.482,72 | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 640,94 | 0,00 | 2.112.721,78 | 449.953,28 | 0,00 | 1.662.768,50 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **7.030.982,65** | **4.114,00** | **6.994,65** | **803,90** | **108.128,34** | **0,00** | **6.910.941,76** | **627.518,37** | **0,00** | **6.283.423,39** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 18:56:48
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

## RGF ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS OPERACOES DE CREDITO - CONSOLIDADO - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") — em Reais

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II) | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAIS (III)** | **0,00** | **0,00** |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.827.498,57 | 100,00 |
| (-) Transf. Obrigatória União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)F)(V) | 21.827.498,57 | 100,00 |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII) - (Ia + IIa) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | 0,00 | 0,00 |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 27/01/2021 18:55:46 — Page 1 de 2

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 938.648,30 | 695.356,79 | 902.197,68 | 829.157,21 | 820.923,14 | 830.853,31 | 963.772,11 | 852.671,50 | 734.906,63 | 1.044.115,66 | 909.480,48 | 1.038.888,39 | 10.560.971,20 | |
| Pessoal Ativo | 909.748,30 | 695.356,79 | 844.397,68 | 829.157,21 | 791.963,14 | 801.503,31 | 900.172,11 | 798.711,50 | 676.388,63 | 981.675,66 | 850.430,48 | 874.019,39 | 9.953.524,20 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 768.604,78 | 572.521,90 | 675.961,38 | 675.716,35 | 647.996,65 | 665.721,73 | 727.231,01 | 643.341,83 | 665.341,28 | 694.333,20 | 689.679,37 | 693.560,22 | 8.120.009,70 | |
| Obrigações Patronais | 141.143,52 | 122.834,89 | 168.436,30 | 153.440,86 | 143.966,49 | 135.781,58 | 172.941,10 | 155.369,67 | 11.047,35 | 287.342,46 | 160.751,11 | 180.459,17 | 1.833.514,50 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 28.900,00 | | 57.800,00 | | 28.960,00 | 29.350,00 | 63.600,00 | 53.960,00 | 58.518,00 | 62.440,00 | 59.050,00 | 164.869,00 | 607.447,00 | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 28.900,00 | | 57.800,00 | | 28.960,00 | 29.350,00 | 63.600,00 | 53.960,00 | 58.518,00 | 62.440,00 | 59.050,00 | 164.869,00 | 607.447,00 | |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | | | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 938.648,30 | 695.356,79 | 902.197,68 | 829.157,21 | 820.923,14 | 830.853,31 | 963.772,11 | 852.671,50 | 734.906,63 | 1.044.115,66 | 909.480,48 | 1.038.888,39 | 10.560.971,20 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 10.560.971,20 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.827.498,57 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 21.827.498,57 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 10.560.971,20 | 48,38 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 12.878.224,16 | 59,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 12.234.312,95 | 56,05 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 11.590.401,74 | 53,10 % |

**FONTE:** MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | |
|---|---|---|
| 3º Quadrimestre de 2020 | | |
| **Limite Máximo (a)** | **% DTP (b)** | **% Excedente (c) = (b - a)** |
| 59,00 % | 48,38 % | -10,62 % |

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

## RGF ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 21.827.498,57 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | 21.827.498,57 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | 21.827.498,57 |
| **DESPESA COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| Despesa Total com Pessoal DTP | 10.560.971,20 | 48,38 |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 59,00% | 12.878.224,16 | 59,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 56,05 % | 12.234.312,95 | 56,05 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00% | 11.590.401,74 | 53,10 |
| **DIVIDA CONSOLIDADA** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA | -5.053.679,69 | -23,15 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 120,00 % | 26.192.998,28 | 120,00 |
| **GARANTIAS DE VALORES** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **OPERACOES DE CREDITO** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **RESTOS A PAGAR** | **RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
| Valor Total | 627.518,37 | 6.283.423,39 |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 17:27:49
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 938.648,30 | 695.356,79 | 902.197,68 | 829.157,21 | 820.923,14 | 830.853,31 | 963.772,11 | 852.671,50 | 734.906,63 | 1.044.115,66 | 909.480,48 | 1.038.888,39 | 10.560.971,20 | |
| Pessoal Ativo | 909.748,30 | 695.356,79 | 844.397,68 | 829.157,21 | 791.963,14 | 801.503,31 | 900.172,11 | 798.711,50 | 676.388,63 | 981.675,66 | 850.430,48 | 874.019,39 | 9.953.524,20 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 768.604,78 | 572.521,90 | 675.961,38 | 675.716,35 | 647.996,65 | 665.721,73 | 727.231,01 | 643.341,83 | 665.341,28 | 694.333,20 | 689.679,37 | 693.560,22 | 8.120.009,70 | |
| Obrigações Patronais | 141.143,52 | 122.834,89 | 168.436,30 | 153.440,86 | 143.966,49 | 135.781,58 | 172.941,10 | 155.369,67 | 11.047,35 | 287.342,46 | 160.751,11 | 180.459,17 | 1.833.514,50 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 28.900,00 | | 57.800,00 | | 28.960,00 | 29.350,00 | 63.600,00 | 53.960,00 | 58.518,00 | 62.440,00 | 59.050,00 | 164.869,00 | 607.447,00 | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 28.900,00 | | 57.800,00 | | 28.960,00 | 29.350,00 | 63.600,00 | 53.960,00 | 58.518,00 | 62.440,00 | 59.050,00 | 164.869,00 | 607.447,00 | |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | | | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 938.648,30 | 695.356,79 | 902.197,68 | 829.157,21 | 820.923,14 | 830.853,31 | 963.772,11 | 852.671,50 | 734.906,63 | 1.044.115,66 | 909.480,48 | 1.038.888,39 | 10.560.971,20 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 10.560.971,20 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.827.498,57 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 21.827.498,57 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 10.560.971,20 | 48,38 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 12.878.224,16 | 59,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 12.234.312,95 | 56,05 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 11.590.401,74 | 53,10 % |

**FONTE:** MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | |
|---|---|---|
| 3º Quadrimestre de 2020 | | |
| **Limite Máximo (a)** | **% DTP (b)** | **% Excedente (c) = (b - a)** |
| 59,00 % | 48,38 % | -10,62 % |

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

## RGF ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| A ENTIDADES CONTROLADAS(III) | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | |
| AOS ESTADOS (I) | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | | | |
| TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 20.632.661,55 | 21.363.809,71 | 21.827.498,57 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(VII) | | | |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VI | 20.632.661,55 | 21.363.809,71 | 21.827.498,57 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | | | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 % | | | |

| CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX) | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X) | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | |
| DOS ESTADOS (VII) | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | |
| DOS MUNICÍPIOS (VIII) | | | |
| TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X) | | | |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 17:25:36

Page 1 de 1

Portaria N° 286 - 7 de Maio de 2019.

Homologado

## RGF ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)** | **4.422.733,51** | **0,00** | **6.720,49** | **803,90** | **75.428,56** | **0,00** | **4.339.780,56** | **177.565,09** | **0,00** | **4.162.215,47** |
| Recursos Ordinários | 4.422.733,51 | 0,00 | 6.720,49 | 803,90 | 75.428,56 | 0,00 | 4.339.780,56 | 177.565,09 | 0,00 | 4.162.215,47 |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)** | **2.608.249,14** | **4.114,00** | **274,16** | **0,00** | **32.699,78** | **0,00** | **2.571.161,20** | **449.953,28** | **0,00** | **2.121.207,92** |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação | 208.592,74 | 3.994,00 | 0,00 | 0,00 | 10.058,12 | 0,00 | 194.540,62 | 0,00 | 0,00 | 194.540,62 |
| Transferências do FUNDEB | 32.687,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.779,66 | 0,00 | 22.907,51 | 0,00 | 0,00 | 22.907,51 |
| Outros Recursos Destinados à Educação | 460.538,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 460.538,29 | 0,00 | 0,00 | 460.538,29 |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde | -931.397,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.820,05 | 0,00 | -942.217,27 | 0,00 | 0,00 | -942.217,27 |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 724.345,44 | 0,00 | 274,16 | 0,00 | 1.401,01 | 0,00 | 722.670,27 | 0,00 | 0,00 | 722.670,27 |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 2.113.482,72 | 120,00 | 0,00 | 0,00 | 640,94 | 0,00 | 2.112.721,78 | 449.953,28 | 0,00 | 1.662.768,50 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **7.030.982,65** | **4.114,00** | **6.994,65** | **803,90** | **108.128,34** | **0,00** | **6.910.941,76** | **627.518,37** | **0,00** | **6.283.423,39** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 17:27:15
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

## RGF ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| A ENTIDADES CONTROLADAS(III) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| AOS ESTADOS (I) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | | | | |
| TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 20.632.661,55 | 21.101.084,97 | 22.183.944,67 | 21.827.498,57 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(VII) | | | | |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VI | 20.632.661,55 | 21.101.084,97 | 22.183.944,67 | 21.827.498,57 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | | | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | | | | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 % | | | | |

| CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| DOS ESTADOS (VII) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| DOS MUNICÍPIOS (VIII) | | | | |
| TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X) | | | | |

Fonte: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 18:55:20

Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

Homologado

## RGF ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - CONSOLIDADO

MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") em Reais

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
|---|---|---|---|
| | | até o 1º Semestre | até o 2º Semestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 853.337,28 | 825.879,54 | 794.477,40 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 853.337,28 | 825.879,54 | 794.477,40 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 853.337,28 | 825.879,54 | 794.477,40 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 853.337,28 | 825.879,54 | 794.477,40 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos. | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 3.925.795,66 | 5.174.044,98 | 5.848.157,09 |
| Disponibilidade de Caixa | 3.925.795,66 | 5.174.044,98 | 5.848.157,03 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 4.078.590,78 | 5.178.158,98 | 5.852.271,03 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 152.795,12 | 4.114,00 | 4.114,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,06 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -3.072.458,38 | -4.348.165,44 | -5.053.679,69 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 20.632.661,55 | 21.363.809,71 | 21.827.498,57 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV - V) | 20.632.661,55 | 21.363.809,71 | 21.827.498,57 |
| % da DC sobre a RCL (I / RCL) (I/VI) | 4,14 | 3,87 | 3,64 |
| % da DCL sobre a RCL (III / RCL) (III/VI) | -14,89 | -20,35 | -23,15 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 24.759.193,86 | 25.636.571,65 | 26.192.998,28 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%] | 22.283.274,47 | 23.072.914,49 | 23.573.698,45 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | | | |
|---|---|---|---|
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO ATUARIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA | 87.414,10 | 73.638,94 | 55.076,82 |
| RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 67.551,38 | 2.003,91 | 803,90 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Notas:

MAICOL ANGELO SOARES
Prefeito(a)

ALDO CORREA FERREIRA
Contador(a)

MAURO CARVALHO
Controlador(a)

Emissão: 27/01/2021 17:24:59 Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. Homologado

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**RECURSOS HUMANOS**
**RETIFICAÇÃO**

Retifica-se a portaria nº 0061/2021 publicada no diário oficial ANO XV | N° 3651 no dia 21 de Janeiro de 2021 por motivos formais.

**Onde se lê:** . RG nº 8027764276 SSP/RS e no CPF/MF sob o nº 409.662. 750-04

**Lê se:** RG nº 1366883-8 SSP/MT e no CPF/MF sob o nº 710.528.601-68

Santa Rita do Trivelato-MT, 27 de Janeiro de 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 072/2021**

**DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA LUCINEIA SILVA DA LUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art.1º-** Fica prorrogado a licença maternidade da servidora **LUCINEIA SILVA DA LUZ** portadora do RG nº: 13893750 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 97337072104, lotada na Secretaria Municipal de Educação e cultura, no cargo efetivo de TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, sendo assim, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias com retorno na data de 28/03/2021.

**Art. 2º-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º-** Revogam-se e demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**EGON HOEPERS**

**Prefeito Municipal**

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 071/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARA REGINA FERNANDES ".**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Conceder férias a servidora **MARA REGINA FERNANDES**, portadora do RG nº 8774367 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 289.208. 306.06, no período de 01/02/2021 a 06/02/2021, referente ao período aquisitivo 02/07/2019 a 01/07/2020.

**Art. 2º**. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 27 de Janeiro de 2021.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

**GABINETE DO PREFEITO**
**DESPACHO DO PREFEITO**

**ASSUNTO: Processo ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 006/2020**

Decido pelo acatamento do Relatório Final elaborado pela Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 333/2020, determino o *arquivamento* do processo administrativo disciplinar nº 006/ 2020.

É a decisão.

Santa Rita do Trivelato – MT, 25 de Janeiro de 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 070/2021 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – C.P.L., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso**, no uso das suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

**Art. 1° - Nomear os membros da Comissão Permanente de Licitação – C.P.L. do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, para o exercício de 2021, que será composta pelos seguintes servidores:**

| Servidor(a) | Cargo na C.P.L. |
|---|---|
| Joyce Suaely Afonso Barbosa | Presidente |
| Maria Cilene Pereira | Secretária |
| Pierre Francis Haubricht | Membro |
| Vanderleia Pereira da Cruz Silva | Suplente |

**Parágrafo único - A nomeação de que trata o *caput* deste artigo tem a validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação desta Portaria.**

**Art. 2° - A Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela presente Portaria, atuará nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Santa Rita do Trivelato – MT.**

**Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 4° - Ficam revogadas as disposições em contrário.**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE JANEIRO DE 2021.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

# FINANÇAS
# SICONFI RGF 2 SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Despesa com Pessoal | Despesa Executada com Pessoal | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| **Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.067.979,20 | 1.197.594,86 | 1.274.342,10 | 1.274.843,01 | 1.243.234,29 | 1.241.644,35 | 1.624.266,75 | 1.283.419,05 | 1.303.487,55 | 1.277.247,98 | 1.279.347,68 | 2.262.103,30 | 16.329.510,12 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 1.030.398,41 | 906.675,88 | 975.897,34 | 971.682,56 | 939.534,83 | 924.421,19 | 1.293.775,66 | 944.294,38 | 971.887,44 | 945.786,89 | 925.515,35 | 1.839.324,89 | 12.669.194,82 | 0,00 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 898.975,75 | 771.267,60 | 835.271,10 | 826.561,42 | 799.919,89 | 788.833,56 | 1.162.270,64 | 809.696,08 | 826.706,17 | 820.482,18 | 799.048,21 | 1.586.257,69 | 10.925.290,29 | 0,00 |
| Obrigações Patronais | 127.685,99 | 130.661,08 | 132.251,62 | 134.487,34 | 127.035,22 | 129.619,18 | 124.952,86 | 134.598,30 | 129.423,29 | 125.304,71 | 126.467,14 | 253.067,20 | 1.675.553,93 | 0,00 |
| Benefícios Previdenciários | 3.736,67 | 4.747,20 | 8.374,62 | 10.633,80 | 12.579,72 | 5.968,45 | 6.552,16 | | 15.757,98 | | | | 68.350,60 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 37.580,79 | 37.904,11 | 37.904,11 | 37.904,11 | 37.904,11 | 37.904,11 | 39.115,87 | 39.115,87 | 39.115,87 | 42.227,29 | 34.967,31 | 69.328,74 | 490.972,29 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 25.900,95 | 26.224,27 | 26.224,27 | 26.224,27 | 26.224,27 | 26.224,27 | 27.436,03 | 27.436,03 | 27.436,03 | 30.547,45 | 23.287,47 | 45.969,06 | 339.134,37 | 0,00 |
| Pensões | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 11.679,84 | 23.359,68 | 151.837,92 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 253.014,87 | 260.540,65 | 265.256,34 | 265.795,35 | 279.319,05 | 291.375,22 | 300.008,80 | 292.484,24 | 289.233,80 | 318.865,02 | 353.449,67 | 3.169.343,01 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 92.351,73 | 72.533,25 | 75.899,58 | 62.101,10 | 75.488,52 | 50.153,02 | 66.489,91 | 57.864,13 | 60.813,81 | 64.161,30 | 46.535,46 | 436.494,77 | 1.160.686,58 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 51.034,27 | 29.881,94 | 29.620,85 | 13.563,19 | 25.004,69 | 6.280,46 | 20.821,88 | 18.748,26 | 21.497,94 | 21.934,01 | 11.568,15 | 367.166,03 | 617.121,67 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 41.317,46 | 42.651,31 | 46.278,73 | 48.537,91 | 50.483,83 | 43.872,56 | 45.668,03 | 39.115,87 | 39.115,87 | 42.227,29 | 34.967,31 | 69.328,74 | 543.564,91 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 975.627,47 | 1.125.061,61 | 1.198.442,52 | 1.212.741,91 | 1.167.745,77 | 1.191.491,33 | 1.557.776,84 | 1.225.554,92 | 1.242.673,74 | 1.213.086,68 | 1.232.812,22 | 1.825.608,53 | 15.168.823,54 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | |
|---|---|---|
| | Valor | % sobre a RCL Ajustada |
| **DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV) | 33.576.628,50 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 33.576.628,50 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 15.168.823,54 | 45,18 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 18.131.379,39 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 17.224.810,42 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 16.318.241,45 | 48,60 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | |
| | No Quadrimestre/Semestre | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b-a) | Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c) | Limite (e) = (b-d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f-a) | Limite (h) = (a) | % DTP (i) |
| **Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal** | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida | Cálculo da Dívida Consolidada Líquida | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Dívida Consolidada** | - | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 1.700.000,00 | 1.583.392,34 | 1.428.157,84 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 1.700.000,00 | 1.583.392,34 | 1.428.157,84 |
| Empréstimos | 1.700.000,00 | 1.583.392,34 | 1.428.157,84 |
| Internos | 1.700.000,00 | 1.583.392,34 | 1.428.157,84 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 18.989.243,04 | 20.324.454,82 | 21.906.238,94 |
| Disponibilidade de Caixa | 18.989.243,04 | 20.324.454,82 | 21.906.238,94 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 19.099.505,63 | 20.334.308,85 | 22.013.660,63 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 110.262,59 | 9.854,03 | 107.421,69 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -17.289.243,04 | -18.741.062,48 | -20.478.081,10 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 29.055.662,00 | 30.851.112,43 | 33.576.628,50 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 29.055.662,00 | 30.851.112,43 | 33.576.628,50 |
| % da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI) | 5,85 | 5,13 | 4,25 |
| % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI) | -59,50 | -60,75 | -60,99 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 3.613.379,97 | 4.936.177,99 | 5.372.260,56 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 3.252.041,97 | 4.442.560,19 | 4.835.034,50 |
| **Outros Valores Não Integrantes da DC** | - | - | - |
| Precatórios Anteriores a 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Insuficiência Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos e Consignações Sem Contrapartida | 124.275,55 | 26.063,16 | 14.166,70 |
| RP Não-Processados | 1.339.423,73 | 308.920,92 | 1.242.963,47 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Apropriação de Depósitos Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04205596000117** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 2º semestre** |

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | **-** |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | | Exercício do Terceiro Período Seguinte | | |
| | Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | | Terceiro Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DCL (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c) | Limite (e) = (b - d) | % DCL (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | Limite (h) = (e) | % DCL (i) | Redutor Residual (j) = (i - a) | Limite (k) = (a) | % DCL (j) |
| Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Percentuais | | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| AOS ESTADOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 29.055.662,00 | 30.851.112,43 | 33.576.628,50 |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas IndividuaiS (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII) | 29.055.662,00 | 30.851.112,43 | 33.576.628,50 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> | 2.033.896,31 | 2.159.577,87 | 2.350.364,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 1.830.506,68 | 1.943.620,08 | 2.115.327,60 |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| DOS ESTADOS (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DOS MUNICÍPIOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Apuração do Cumprimento dos Limites | Apuração do Cumprimento dos Limites | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Apuração do Cumprimento dos Limites** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 33.576.628,50 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 33.576.628,50 | |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa) | 0,00 | |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 5.372.260,56 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 4.835.034,50 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 2.350.364,00 | 7,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada** | - | - |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Disponibilidade de Caixa | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | | |
| | | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | |
| | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 2,463,978,95 | 15,244,03 | 60,550,47 | 124,148,14 | -48,755,87 | 0,00 | 2,312,792,18 | 418,226,36 | 0,00 | 1,894,565,82 |
| Recursos Ordinários | 2,463,978,95 | 15,244,03 | 60,550,47 | 124,148,14 | -48,755,87 | 0,00 | 2,312,792,18 | 418,226,36 | 0,00 | 1,894,565,82 |
| Outros Recursos não Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 4,259,876,68 | 0,00 | 37,017,19 | 85,233,37 | 78,135,20 | 0,00 | 4,059,490,92 | 615,355,60 | 0,00 | 3,444,135,32 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados à Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados à Saúde | 347,976,26 | 0,00 | 9,400,00 | 0,00 | 17,807,28 | 0,00 | 320,768,98 | 71,927,81 | 0,00 | 248,841,17 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados | 3,911,900,42 | 0,00 | 27,617,19 | 85,233,37 | 60,327,92 | 0,00 | 3,738,721,94 | 543,427,79 | 0,00 | 3,195,294,15 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 6,723,855,63 | 15,244,03 | 97,567,66 | 209,381,51 | 29,379,33 | 0,00 | 6,372,283,10 | 1,033,581,96 | 0,00 | 5,338,701,14 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Receita Corrente Líquida | Valor Até o Semestre |
|---|---|
| | Valor Até o Semestre |
| **Receita Corrente Líquida** | - |
| Receita Corrente Líquida | 33.576.628,50 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 33.576.628,50 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 33.576.628,50 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Despesa com Pessoal | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Despesa com Pessoal** | - | - |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 15.168.823,54 | 45,18 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> | 18.131.379,39 | 54,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> | 17.224.810,42 | 51,30 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 16.318.241,45 | 48,60 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Dívida Consolidada | Comparativo do Saldo da Dívida | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Dívida Consolidada** | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | -20.478.081,10 | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 5.372.260,56 | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Garantias de Valores | Comparativo do Saldo de Garantia | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Garantias de Valores** | - | - |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Operações de Crédito Internas e Externas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Restos a Pagar | Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa | |
|---|---|---|
| | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| **Restos a Pagar** | - | - |
| Valor Total | 1.033.581,96 | 5.338.701,14 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |
| Assinatura: 6 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

# FINANÇAS
# SICONFI RREO 6 BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 29.713.200,00 | 30.527.388,96 | 7.394.688,13 | 24,22 | 34.791.389,01 | 113,97 | -4.264.000,05 |
| RECEITAS CORRENTES | 28.825.200,00 | 29.639.388,96 | 7.181.954,98 | 24,23 | 34.457.815,38 | 116,26 | -4.818.426,42 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 3.386.500,00 | 3.386.500,00 | 623.448,57 | 18,41 | 3.977.954,82 | 117,47 | -591.454,82 |
| Impostos | 2.971.000,00 | 2.971.000,00 | 591.348,09 | 19,90 | 3.538.935,46 | 119,12 | -567.935,46 |
| Taxas | 255.500,00 | 255.500,00 | 7.549,26 | 2,95 | 220.946,92 | 86,48 | 34.553,08 |
| Contribuição de Melhoria | 160.000,00 | 160.000,00 | 24.551,22 | 15,34 | 218.072,44 | 136,30 | -58.072,44 |
| CONTRIBUIÇÕES | 675.000,00 | 675.000,00 | 290.709,28 | 43,07 | 897.971,00 | 133,03 | -222.971,00 |
| Contribuições Sociais | 629.000,00 | 629.000,00 | 287.805,26 | 45,76 | 881.186,88 | 140,09 | -252.186,88 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 46.000,00 | 46.000,00 | 2.904,02 | 6,31 | 16.784,12 | 36,49 | 29.215,88 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 161.300,00 | 161.300,00 | 47.144,57 | 29,23 | 127.202,64 | 78,86 | 34.097,36 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 700,00 | 700,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 700,00 |
| Valores Mobiliários | 160.600,00 | 160.600,00 | 47.144,57 | 29,36 | 127.202,64 | 79,20 | 33.397,36 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 271.600,00 | 271.600,00 | 48.744,58 | 17,95 | 292.900,50 | 107,84 | -21.300,50 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Serviços | 271.100,00 | 271.100,00 | 48.744,58 | 17,98 | 292.900,50 | 108,04 | -21.800,50 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 24.308.600,00 | 25.122.788,96 | 6.120.960,94 | 24,36 | 29.050.666,49 | 115,63 | -3.927.877,53 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 9.673.300,00 | 9.889.443,02 | 2.639.899,03 | 26,69 | 11.683.193,72 | 118,14 | -1.793.750,70 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 11.335.300,00 | 11.933.345,94 | 2.759.982,94 | 23,13 | 13.826.345,51 | 115,86 | -1.892.999,57 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 3.300.000,00 | 3.300.000,00 | 721.078,97 | 21,85 | 3.541.127,26 | 107,31 | -241.127,26 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 22.200,00 | 22.200,00 | 50.947,04 | 229,49 | 111.119,93 | 500,54 | -88.919,93 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 4.200,00 | 4.200,00 | 50.947,04 | 1.213,02 | 109.885,66 | 2.616,33 | -105.685,66 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 18.000,00 | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.234,27 | 6,86 | 16.765,73 |

Documento gerado em 27/01/2021 15:57:14

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 888.000,00 | 888.000,00 | 212.733,15 | 23,96 | 333.573,63 | 37,56 | 554.426,37 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 888.000,00 | 888.000,00 | 212.733,15 | 23,96 | 333.573,63 | 37,56 | 554.426,37 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 300.000,00 | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 588.000,00 | 588.000,00 | 212.733,15 | 36,18 | 333.573,63 | 56,73 | 254.426,37 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 919.800,00 | 919.800,00 | 344.119,34 | 37,41 | 1.180.269,17 | 128,32 | -260.469,17 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 30.633.000,00 | 31.447.188,96 | 7.738.807,47 | 24,61 | 35.971.658,18 | 114,39 | -4.524.469,22 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 30.633.000,00 | 31.447.188,96 | 7.738.807,47 | 24,61 | 35.971.658,18 | 114,39 | -4.524.469,22 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 30.633.000,00 | 31.447.188,96 | 7.738.807,47 | 24,61 | 35.971.658,18 | 114,39 | -4.524.469,22 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 3.911.091,59 | | | 3.911.091,59 | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | 3.911.091,59 | | | 3.911.091,59 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| Despesas Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 29.307.130,00 | 34.422.126,74 | 4.595.548,29 | 32.264.377,46 | 2.157.749,28 | 7.815.127,93 | 31.230.795,50 | 3.191.331,24 | 31.128.433,81 | 1.033.581,96 |
| DESPESAS CORRENTES | 26.274.330,00 | 28.775.236,92 | 4.471.550,23 | 27.177.900,91 | 1.597.336,01 | 6.222.349,10 | 26.563.078,03 | 2.212.158,89 | 26.467.944,87 | 614.822,88 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 13.572.200,00 | 13.630.980,21 | 2.780.190,06 | 13.071.856,79 | 559.123,42 | 2.831.094,63 | 13.071.856,79 | 559.123,42 | 13.071.856,79 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 90.040,39 | -40.387,76 | 49.652,63 | 40.387,76 | 7.563,36 | 49.652,63 | 40.387,76 | 49.652,63 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 12.702.130,00 | 15.054.216,32 | 1.731.747,93 | 14.056.391,49 | 997.824,83 | 3.383.691,11 | 13.441.568,61 | 1.612.647,71 | 13.346.435,45 | 614.822,88 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.762.800,00 | 5.646.889,82 | 123.998,06 | 5.086.476,55 | 560.413,27 | 1.592.778,83 | 4.667.717,47 | 979.172,35 | 4.660.488,94 | 418.759,08 |
| INVESTIMENTOS | 2.762.800,00 | 5.367.467,72 | 123.998,06 | 4.807.054,45 | 560.413,27 | 1.530.685,03 | 4.388.295,37 | 979.172,35 | 4.381.066,84 | 418.759,08 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 279.422,10 | 0,00 | 279.422,10 | 0,00 | 62.093,80 | 279.422,10 | 0,00 | 279.422,10 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 270.000,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 854.300,00 | 1.165.497,87 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 1.106.973,16 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 30.161.430,00 | 35.587.624,61 | 4.863.294,13 | 33.371.350,62 | 2.216.273,99 | 8.082.873,77 | 32.337.768,66 | 3.249.855,95 | 32.235.406,97 | 1.033.581,96 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 30.161.430,00 | 35.587.624,61 | 4.863.294,13 | 33.371.350,62 | 2.216.273,99 | 8.082.873,77 | 32.337.768,66 | 3.249.855,95 | 32.235.406,97 | 1.033.581,96 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | 2.600.307,56 | | | 3.633.889,52 | | 3.736.251,21 | |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 30.161.430,00 | 35.587.624,61 | 4.863.294,13 | 35.971.658,18 | | 8.082.873,77 | 35.971.658,18 | | 35.971.658,18 | 1.033.581,96 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 919.800,00 | 919.800,00 | 344.119,34 | 37,41 | 1.180.269,17 | 128,32 | -260.469,17 |
| RECEITAS CORRENTES | 919.800,00 | 919.800,00 | 344.119,34 | 37,41 | 1.180.269,17 | 128,32 | -260.469,17 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Taxas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 919.800,00 | 919.800,00 | 344.119,34 | 37,41 | 1.180.269,17 | 128,32 | -260.469,17 |
| Contribuições Sociais | 919.800,00 | 919.800,00 | 344.119,34 | 37,41 | 1.180.269,17 | 128,32 | -260.469,17 |
| Contribuições Econômicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| **Despesas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 854.300,00 | 1.165.497,87 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 1.106.973,16 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 854.300,00 | 1.165.497,87 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 1.106.973,16 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 854.300,00 | 1.165.497,87 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 58.524,71 | 1.106.973,16 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04205596000117** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 29.778.700,00 | 34.893.696,74 | 4.595.548,29 | 32.264.377,46 | 96,68 | 2.629.319,28 | 7.815.127,93 | 31.230.795,50 | 96,58 | 3.662.901,24 | 1.033.581,96 |
| Legislativa | 1.525.000,00 | 1.525.000,00 | 184.993,99 | 1.411.677,24 | 4,23 | 113.322,76 | 311.556,74 | 1.411.677,24 | 4,37 | 113.322,76 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 1.525.000,00 | 1.525.000,00 | 184.993,99 | 1.411.677,24 | 4,23 | 113.322,76 | 311.556,74 | 1.411.677,24 | 4,37 | 113.322,76 | 0,00 |
| Controle Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 5.710.900,00 | 5.534.250,81 | 786.837,93 | 5.346.206,15 | 16,02 | 188.044,66 | 1.158.689,32 | 5.101.758,74 | 15,78 | 432.492,07 | 244.447,41 |
| Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Administração Geral | 3.810.000,00 | 3.796.008,83 | 597.847,91 | 3.697.122,98 | 11,08 | 98.885,85 | 731.820,14 | 3.535.319,69 | 10,93 | 260.689,14 | 161.803,29 |
| Administração Financeira | 1.900.900,00 | 1.368.779,49 | 229.377,78 | 1.320.008,44 | 3,96 | 48.771,05 | 357.212,02 | 1.237.364,32 | 3,83 | 131.415,17 | 82.644,12 |
| Controle Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normatização e Fiscalização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tecnologia da Informação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ordenamento Territorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Concessões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicação Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Demais Subfunções | 0,00 | 369.462,49 | -40.387,76 | 329.074,73 | 0,99 | 40.387,76 | 69.657,16 | 329.074,73 | 1,02 | 40.387,76 | 0,00 |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Naval | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Terrestre | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Informação e Inteligência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cooperação Internacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 1.403.150,00 | 1.364.713,34 | 256.677,18 | 1.271.089,37 | 3,81 | 93.623,97 | 296.204,51 | 1.247.576,85 | 3,86 | 117.136,49 | 23.512,52 |
| Assistência ao Idoso | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 474.000,00 | 334.760,67 | 58.158,53 | 293.719,76 | 0,88 | 41.040,91 | 67.537,91 | 282.801,79 | 0,87 | 51.958,88 | 10.917,97 |
| Assistência Comunitária | 403.650,00 | 260.584,56 | 56.599,74 | 229.543,01 | 0,69 | 31.041,55 | 73.607,95 | 225.763,71 | 0,70 | 34.820,85 | 3.779,30 |
| FU08 - Administração Geral | 523.500,00 | 769.368,11 | 141.918,91 | 747.826,60 | 2,24 | 21.541,51 | 155.058,65 | 739.011,35 | 2,29 | 30.356,76 | 8.815,25 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU08 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Social | 1.612.900,00 | 1.612.900,00 | 112.630,97 | 673.205,10 | 2,02 | 939.694,90 | 128.940,47 | 673.205,10 | 2,08 | 939.694,90 | 0,00 |
| Previdência Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 1.612.900,00 | 1.612.900,00 | 112.630,97 | 673.205,10 | 2,02 | 939.694,90 | 128.940,47 | 673.205,10 | 2,08 | 939.694,90 | 0,00 |
| Previdência Complementar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 5.671.600,00 | 7.834.413,63 | 1.403.652,32 | 7.571.115,43 | 22,69 | 263.298,20 | 1.791.848,76 | 7.157.299,65 | 22,13 | 677.113,98 | 413.815,78 |
| Atenção Básica | 1.499.100,00 | 1.710.662,46 | 224.865,40 | 1.629.826,30 | 4,88 | 80.836,16 | 282.579,52 | 1.548.572,02 | 4,79 | 162.090,44 | 81.254,28 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 3.358.100,00 | 4.455.324,01 | 973.453,43 | 4.333.349,88 | 12,99 | 121.974,13 | 1.255.854,58 | 4.017.882,04 | 12,42 | 437.441,97 | 315.467,84 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 127.300,00 | 94.014,22 | 16.692,04 | 92.536,40 | 0,28 | 1.477,82 | 16.692,04 | 92.536,40 | 0,29 | 1.477,82 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 76.100,00 | 215.051,13 | 20.995,23 | 202.845,07 | 0,61 | 12.206,06 | 20.377,29 | 202.165,07 | 0,63 | 12.886,06 | 680,00 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU10 - Administração Geral | 611.000,00 | 1.359.361,81 | 167.646,22 | 1.312.557,78 | 3,93 | 46.804,03 | 216.345,33 | 1.296.144,12 | 4,01 | 63.217,69 | 16.413,66 |
| FU10 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fomento ao Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 7.266.800,00 | 6.952.417,78 | 1.143.775,15 | 6.691.673,99 | 20,05 | 260.743,79 | 2.193.171,17 | 6.503.452,37 | 20,11 | 448.965,41 | 188.221,62 |
| Ensino Fundamental | 3.932.100,00 | 3.821.317,43 | 408.276,28 | 3.763.817,62 | 11,28 | 57.499,81 | 1.242.978,11 | 3.710.608,81 | 11,47 | 110.708,62 | 53.208,81 |
| Ensino Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Superior | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 1.335.500,00 | 1.342.297,99 | 310.235,15 | 1.326.525,61 | 3,98 | 15.772,38 | 411.185,65 | 1.318.642,02 | 4,08 | 23.655,97 | 7.883,59 |
| Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Especial | 92.000,00 | 100.910,25 | 56.410,25 | 56.410,25 | 0,17 | 44.500,00 | 56.410,25 | 56.410,25 | 0,17 | 44.500,00 | 0,00 |
| Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Administração Geral | 1.476.000,00 | 1.438.332,64 | 451.001,27 | 1.383.965,61 | 4,15 | 54.367,03 | 451.011,93 | 1.256.883,73 | 3,89 | 181.448,91 | 127.081,88 |
| FU12 - Demais Subfunções | 429.200,00 | 247.559,47 | -82.147,80 | 160.954,90 | 0,48 | 86.604,57 | 31.585,23 | 160.907,56 | 0,50 | 86.651,91 | 47,34 |
| Cultura | 214.500,00 | 102.774,82 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,06 | 82.774,82 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,06 | 82.774,82 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 214.500,00 | 102.774,82 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,06 | 82.774,82 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,06 | 82.774,82 | 0,00 |
| FU13 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 4.819.550,00 | 9.135.561,54 | 556.162,34 | 8.607.793,52 | 25,79 | 527.768,02 | 1.762.911,77 | 8.451.769,39 | 26,14 | 683.792,15 | 156.024,13 |
| Infra-Estrutura Urbana | 872.000,00 | 2.556.336,82 | -388.249,48 | 2.084.678,61 | 6,25 | 471.658,21 | 235.373,99 | 2.057.371,79 | 6,36 | 498.965,03 | 27.306,82 |
| Serviços Urbanos | 3.947.550,00 | 6.579.224,72 | 944.411,82 | 6.523.114,91 | 19,55 | 56.109,81 | 1.527.537,78 | 6.394.397,60 | 19,77 | 184.827,12 | 128.717,31 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU16 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento | 435.000,00 | 322.650,86 | 18.614,44 | 236.161,09 | 0,71 | 86.489,77 | 25.767,70 | 234.361,09 | 0,72 | 88.289,77 | 1.800,00 |
| Saneamento Básico Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 435.000,00 | 322.650,86 | 18.614,44 | 236.161,09 | 0,71 | 86.489,77 | 25.767,70 | 234.361,09 | 0,72 | 88.289,77 | 1.800,00 |
| FU17 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU17 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 67.000,00 | 22.210,89 | 162,03 | 17.810,47 | 0,05 | 4.400,42 | 1.499,82 | 12.049,97 | 0,04 | 10.160,92 | 5.760,50 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Controle Ambiental | 60.000,00 | 22.210,89 | 162,03 | 17.810,47 | 0,05 | 4.400,42 | 1.499,82 | 12.049,97 | 0,04 | 10.160,92 | 5.760,50 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Meteorologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 141.000,00 | 122.173,28 | 49.798,00 | 96.221,28 | 0,29 | 25.952,00 | 49.798,00 | 96.221,28 | 0,30 | 25.952,00 | 0,00 |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Extensão Rural | 33.000,00 | 46.423,28 | 0,00 | 46.423,28 | 0,14 | 0,00 | 0,00 | 46.423,28 | 0,14 | 0,00 | 0,00 |
| Irrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Demais Subfunções | 108.000,00 | 75.750,00 | 49.798,00 | 49.798,00 | 0,15 | 25.952,00 | 49.798,00 | 49.798,00 | 0,15 | 25.952,00 | 0,00 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Colonização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Produção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mineração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normalização e Qualidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comercialização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Telecomunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Energia | 161.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia Elétrica | 161.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Combustíveis Minerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Biocombustíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 157.300,00 | 115.730,39 | 0,00 | 115.730,39 | 0,35 | 0,00 | 0,00 | 115.730,39 | 0,36 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 157.300,00 | 115.730,39 | 0,00 | 115.730,39 | 0,35 | 0,00 | 0,00 | 115.730,39 | 0,36 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Ferroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Hidroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 323.000,00 | 248.899,40 | 62.243,94 | 205.693,43 | 0,62 | 43.205,97 | 74.739,67 | 205.693,43 | 0,64 | 43.205,97 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 323.000,00 | 248.899,40 | 62.243,94 | 205.693,43 | 0,62 | 43.205,97 | 74.739,67 | 205.693,43 | 0,64 | 43.205,97 | 0,00 |
| Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências para a Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU28 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 270.000,00 | 0,00 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 854.300,00 | 1.165.497,87 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 3,32 | 58.524,71 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 3,42 | 58.524,71 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 30.633.000,00 | 36.059.194,61 | 4.863.294,13 | 33.371.350,62 | 100,00 | 2.687.843,99 | 6.082.873,77 | 32.337.768,66 | 100,00 | 3.721.425,95 | 1.033.581,96 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/III b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/III d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 854.300,00 | 1.165.497,87 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 3,32 | 58.524,71 | 267.745,84 | 1.106.973,16 | 3,42 | 58.524,71 | 0,00 |
| Legislativa | 100.000,00 | 100.000,00 | 20.583,43 | 83.761,86 | 0,25 | 16.238,14 | 20.583,43 | 83.761,86 | 0,26 | 16.238,14 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 100.000,00 | 100.000,00 | 20.583,43 | 83.761,86 | 0,25 | 16.238,14 | 20.583,43 | 83.761,86 | 0,26 | 16.238,14 | 0,00 |
| Controle Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU01 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU02 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU03 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU03 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 176.000,00 | 196.306,83 | 43.895,44 | 188.217,30 | 0,56 | 8.089,53 | 43.895,44 | 188.217,30 | 0,58 | 8.089,53 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Administração Geral | 141.000,00 | 157.371,06 | 33.262,86 | 149.282,53 | 0,45 | 8.088,53 | 33.262,86 | 149.282,53 | 0,46 | 8.088,53 | 0,00 |
| Administração Financeira | 35.000,00 | 38.935,77 | 10.632,58 | 38.934,77 | 0,12 | 1,00 | 10.632,58 | 38.934,77 | 0,12 | 1,00 | 0,00 |
| Controle Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normatização e Fiscalização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tecnologia da Informação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ordenamento Territorial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Receitas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Administração de Concessões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicação Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU04 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Naval | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Terrestre | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU05 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Informação e Inteligência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU06 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cooperação Internacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU07 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 10.500,00 | 14.532,64 | 3.179,73 | 14.312,95 | 0,04 | 219,69 | 3.179,73 | 14.312,95 | 0,04 | 219,69 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 3.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 781,31 | 0,00 | 218,69 | 0,00 | 781,31 | 0,00 | 218,69 | 0,00 |
| FU08 - Administração Geral | 6.000,00 | 13.532,64 | 3.179,73 | 13.531,64 | 0,04 | 1,00 | 3.179,73 | 13.531,64 | 0,04 | 1,00 | 0,00 |
| FU08 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Social | 10.100,00 | 10.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.100,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 10.100,00 | 10.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.100,00 | 0,00 |
| Previdência Complementar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Especial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU09 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 216.000,00 | 289.898,33 | 67.556,14 | 285.650,81 | 0,86 | 4.247,52 | 67.556,14 | 285.650,81 | 0,88 | 4.247,52 | 0,00 |
| Atenção Básica | 74.100,00 | 114.497,56 | 30.794,00 | 113.406,94 | 0,34 | 1.090,62 | 30.794,00 | 113.406,94 | 0,35 | 1.090,62 | 0,00 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 104.400,00 | 125.469,32 | 28.270,52 | 122.498,78 | 0,37 | 2.970,54 | 28.270,52 | 122.498,78 | 0,38 | 2.970,54 | 0,00 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 11.000,00 | 11.089,12 | 961,02 | 11.088,12 | 0,03 | 1,00 | 961,02 | 11.088,12 | 0,03 | 1,00 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 314,65 | 0,00 | 185,35 | 0,00 | 314,65 | 0,00 | 185,35 | 0,00 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU10 - Administração Geral | 26.000,00 | 38.342,33 | 7.530,60 | 38.342,32 | 0,11 | 0,01 | 7.530,60 | 38.342,32 | 0,12 | 0,01 | 0,00 |
| FU10 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações de Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empregabilidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fomento ao Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU11 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 269.000,00 | 424.842,03 | 103.003,18 | 405.228,87 | 1,21 | 19.613,16 | 103.003,18 | 405.228,87 | 1,25 | 19.613,16 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 132.000,00 | 224.683,71 | 56.617,09 | 224.681,68 | 0,67 | 2,03 | 56.617,09 | 224.681,68 | 0,69 | 2,03 | 0,00 |
| Ensino Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Profissional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Superior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 109.000,00 | 135.355,78 | 26.245,13 | 115.745,65 | 0,35 | 19.610,13 | 26.245,13 | 115.745,65 | 0,36 | 19.610,13 | 0,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Especial | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU12 - Administração Geral | 24.000,00 | 64.802,54 | 20.140,96 | 64.801,54 | 0,19 | 1,00 | 20.140,96 | 64.801,54 | 0,20 | 1,00 | 0,00 |
| FU12 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cultura | 5.000,00 | 958,79 | 0,00 | 958,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 958,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 5.000,00 | 958,79 | 0,00 | 958,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 958,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU13 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU14 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 60.000,00 | 117.331,52 | 26.756,38 | 117.331,02 | 0,35 | 0,50 | 26.756,38 | 117.331,02 | 0,36 | 0,50 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 60.000,00 | 117.331,52 | 26.756,38 | 117.331,02 | 0,35 | 0,50 | 26.756,38 | 117.331,02 | 0,36 | 0,50 | 0,00 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU15 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU16 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento | 5.000,00 | 8.016,49 | 1.957,13 | 8.015,98 | 0,02 | 0,51 | 1.957,13 | 8.015,98 | 0,02 | 0,51 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 5.000,00 | 8.016,49 | 1.957,13 | 8.015,98 | 0,02 | 0,51 | 1.957,13 | 8.015,98 | 0,02 | 0,51 | 0,00 |
| FU17 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU17 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Controle Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Hídricos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Meteorologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU18 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∑ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∑ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU19 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Extensão Rural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Irrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU20 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Colonização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU21 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Produção Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mineração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Normalização e Qualidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU22 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comercialização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU23 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Telecomunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU24 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia Elétrica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Combustíveis Minerais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Biocombustíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU25 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Ferroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Hidroviário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transportes Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU26 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 2.700,00 | 3.511,24 | 814,41 | 3.495,58 | 0,01 | 15,66 | 814,41 | 3.495,58 | 0,01 | 15,66 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∑ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∑ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desporto Comunitário | 2.700,00 | 3.511,24 | 814,41 | 3.495,58 | 0,01 | 15,66 | 814,41 | 3.495,58 | 0,01 | 15,66 | 0,00 |
| Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU27 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências para a Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FU28 - Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04205596000117** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | **-** |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

### RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

| Especificação | Evolução da Receita Corrente Líquida | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | | |
| **Especificação** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 2.818.328,80 | 3.066.277,66 | 3.057.058,93 | 2.496.084,40 | 2.533.265,06 | 2.859.503,99 | 3.478.587,18 | 2.997.826,32 | 3.709.237,09 | 4.084.747,54 | 3.162.224,94 | 4.985.305,00 | 39.248.446,91 | 33.959.388,96 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 409.568,14 | 480.337,00 | 254.381,66 | 307.254,21 | 455.724,92 | 232.337,20 | 260.020,44 | 302.630,18 | 377.895,94 | 274.356,56 | 234.734,23 | 388.714,34 | 3.977.954,82 | 3.386.500,00 |
| IPTU | 14.169,14 | 13.391,61 | 34.667,24 | 124.855,67 | 55.614,65 | 16.480,20 | 13.626,08 | 42.272,40 | 25.446,59 | 16.114,78 | 4.618,77 | 8.223,34 | 369.480,47 | 363.200,00 |
| ISS | 87.936,58 | 143.015,86 | 125.045,33 | 108.815,20 | 146.282,01 | 145.652,93 | 130.431,60 | 188.799,56 | 141.662,48 | 187.993,57 | 71.060,03 | 71.712,08 | 1.548.317,23 | 1.366.700,00 |
| ITBI | 148.951,86 | 196.260,00 | 0,00 | 0,00 | 181.840,00 | 4.317,02 | 23.473,16 | 2.980,48 | 141.017,83 | 1.145,93 | 91.012,94 | 110.670,57 | 901.669,79 | 700.000,00 |
| IRRF | 5.572,54 | 61.557,11 | 50.466,52 | 50.171,88 | 51.074,83 | 48.124,61 | 54.381,82 | 51.148,04 | 55.146,35 | 57.773,91 | 56.370,60 | 177.679,76 | 719.467,97 | 538.000,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 152.938,02 | 66.112,42 | 44.202,57 | 23.411,46 | 20.913,43 | 17.762,44 | 38.107,78 | 17.429,70 | 14.622,69 | 11.418,37 | 11.671,89 | 20.428,59 | 439.019,36 | 418.600,00 |
| Contribuições | 48.982,40 | 52.363,73 | 49.351,44 | 61.293,70 | 58.494,04 | 55.015,77 | 68.390,35 | 69.120,09 | 71.595,80 | 72.654,40 | 76.990,23 | 213.719,05 | 897.971,00 | 675.000,00 |
| Receita Patrimonial | 9.471,37 | 11.309,15 | 24.811,44 | 6.014,95 | 6.639,25 | 7.025,61 | 4.344,90 | 3.547,68 | 2.465,12 | 4.428,60 | 4.518,03 | 42.626,54 | 127.202,64 | 161.300,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 9.471,37 | 11.309,15 | 24.811,44 | 6.014,95 | 6.639,25 | 7.025,61 | 4.344,90 | 3.547,68 | 2.465,12 | 4.428,60 | 4.518,03 | 42.626,54 | 127.202,64 | 160.600,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 700,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 21.321,09 | 24.575,31 | 17.146,84 | 14.249,27 | 24.454,71 | 23.118,21 | 29.561,19 | 35.298,18 | 24.961,67 | 29.469,45 | 24.249,74 | 24.494,84 | 292.900,50 | 271.600,00 |
| Transferências Correntes | 2.328.985,80 | 2.491.348,61 | 2.698.683,77 | 2.094.107,51 | 1.967.952,14 | 2.515.631,98 | 3.116.270,30 | 2.586.857,22 | 3.231.086,26 | 3.703.838,53 | 2.770.785,67 | 4.315.750,23 | 33.841.298,02 | 29.442.788,96 |
| Cota-Parte do FPM | 606.292,89 | 876.066,17 | 512.260,15 | 502.128,33 | 525.337,03 | 427.652,52 | 737.229,24 | 468.305,77 | 377.224,42 | 507.591,79 | 672.774,49 | 1.003.158,72 | 7.216.021,52 | 8.463.400,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 1.114.569,99 | 999.057,98 | 1.407.631,64 | 943.550,28 | 885.166,48 | 1.125.285,45 | 1.196.242,55 | 1.135.882,13 | 1.610.822,86 | 1.446.678,09 | 1.295.333,73 | 1.764.153,15 | 14.924.374,33 | 12.498.045,94 |
| Cota-Parte do IPVA | 26.453,89 | 40.950,80 | 159.939,40 | 39.238,63 | 27.878,79 | 26.254,81 | 36.243,42 | 19.230,39 | 9.957,36 | 13.667,88 | 8.459,01 | 19.796,38 | 429.970,76 | 350.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | 86.192,96 | 81.351,28 | 26.189,29 | 28.607,50 | 29.472,45 | 42.504,07 | 36.144,32 | 47.484,87 | 264.292,24 | 975.022,90 | 233.550,74 | 128.677,91 | 1.979.490,53 | 1.500.000,00 |
| Transferências da LC nº 87/1996 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 1.854,78 | 9.454,77 | 5.542,34 | 5.054,99 | 4.238,06 | 4.425,50 | 4.856,85 | 5.269,31 | 7.103,12 | 7.819,74 | 7.571,15 | 9.540,51 | 72.731,12 | 77.500,00 |
| Transferências do FUNDEB | 277.213,98 | 289.884,40 | 337.815,40 | 229.383,20 | 225.872,50 | 259.277,72 | 267.686,84 | 257.661,51 | 332.989,76 | 342.262,98 | 314.258,85 | 406.820,12 | 3.541.127,26 | 3.300.000,00 |
| Outras Transferências Correntes | 216.407,31 | 194.583,21 | 249.405,55 | 346.144,58 | 289.986,83 | 628.231,91 | 837.867,08 | 653.023,24 | 628.696,50 | 410.795,15 | 236.837,70 | 983.603,44 | 5.677.582,50 | 3.203.843,02 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 6.343,86 | 12.683,78 | 13.164,76 | 0,00 | 26.375,22 | 0,00 | 372,97 | 1.232,30 | 0,00 | 50.947,04 | 0,00 | 111.119,93 | 22.200,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 415.684,20 | 451.848,83 | 470.535,38 | 363.998,51 | 350.288,97 | 379.754,98 | 399.422,04 | 403.300,59 | 524.055,06 | 659.549,63 | 517.923,40 | 735.456,82 | 5.671.818,41 | 4.962.000,00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| Compensações Financ. entre Regimes Previdência | 48.982,40 | 52.363,73 | 49.351,44 | 61.293,70 | 56.718,14 | 55.015,77 | 57.982,93 | 69.120,09 | 71.595,80 | 70.957,62 | 75.899,95 | 211.905,31 | 881.186,88 | 640.000,00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 366.701,80 | 399.485,10 | 421.183,94 | 302.704,81 | 293.570,83 | 324.739,21 | 341.439,11 | 334.180,50 | 452.459,26 | 588.592,01 | 442.023,45 | 523.551,51 | 4.790.631,53 | 4.320.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 2.402.644,60 | 2.614.428,83 | 2.586.523,55 | 2.132.085,89 | 2.182.976,09 | 2.479.749,01 | 3.079.165,14 | 2.594.525,73 | 3.185.182,03 | 3.425.197,91 | 2.644.301,54 | 4.249.848,18 | 33.576.628,50 | 28.997.388,96 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) | 2.402.644,60 | 2.614.428,83 | 2.586.523,55 | 2.132.085,89 | 2.182.976,09 | 2.479.749,01 | 3.079.165,14 | 2.594.525,73 | 3.185.182,03 | 3.425.197,91 | 2.644.301,54 | 4.249.848,18 | 33.576.628,50 | 28.997.388,96 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) | 2.402.644,60 | 2.614.428,83 | 2.586.523,55 | 2.132.085,89 | 2.182.976,09 | 2.479.749,01 | 3.079.165,14 | 2.594.525,73 | 3.185.182,03 | 3.425.197,91 | 2.644.301,54 | 4.249.848,18 | 33.576.628,50 | 28.997.388,96 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04205596000117** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.623.000,00 | 1.623.000,00 | 2.112.403,09 | 1.403.293,76 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 629.000,00 | 629.000,00 | 881.186,88 | 1.331.985,37 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 545.063,70 |
| Ativo | | | | 545.063,70 |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 629.000,00 | 629.000,00 | 881.186,88 | 786.921,67 |
| Ativo | 629.000,00 | 629.000,00 | 881.186,88 | 786.921,67 |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 994.000,00 | 994.000,00 | 1.231.216,21 | 71.308,39 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | | | | 40.810,50 |
| Demais Receitas Correntes | 994.000,00 | 994.000,00 | 1.231.216,21 | 30.497,89 |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II) | 1.623.000,00 | 1.623.000,00 | 2.112.403,09 | 1.362.483,26 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios - Civil | 941.000,00 | 941.000,00 | 558.479,86 | 578.486,97 | 558.479,86 | 578.486,97 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 390.000,00 | 390.000,00 | 339.134,37 | 255.679,90 | 339.134,37 | 255.679,90 | | |
| Pensões | 195.000,00 | 195.000,00 | 51.837,92 | 145.327,26 | 51.837,92 | 145.327,26 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 356.000,00 | 356.000,00 | 167.507,57 | 177.479,81 | 167.507,57 | 177.479,81 | | |
| Benefícios - Militar | 682.000,00 | 682.000,00 | 114.725,24 | 110.766,14 | 114.725,24 | 110.766,14 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 682.000,00 | 682.000,00 | 114.725,24 | 110.766,14 | 114.725,24 | 110.766,14 | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | 0,00 | | 0,00 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V) | 1.623.000,00 | 1.623.000,00 | 673.205,10 | 689.253,11 | 673.205,10 | 689.253,11 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 1.439.197,99 | 673.230,15 | 1.439.197,99 | 673.230,15 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário** | - |
| VALOR | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Reserva Orçamentária do RPPS** | - |
| VALOR | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS** | - |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 0,00 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
| | 2020 | 2019 |
| **Bens e Direitos do RPPS** | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e Aplicações | 0,00 | 0,00 |
| Outros Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04205596000117** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor** | - |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas da Administração - RPPS | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas da Administração - RPPS** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas da Administração - RPPS | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas da Administração - RPPS** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias | Receita Orçamentária | |
|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 |
| | | RECEITAS REALIZADAS (a) |
| **Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias** | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 29.639.388,96 | 34.457.815,38 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 3.386.500,00 | 3.977.954,82 |
| IPTU | 363.200,00 | 369.480,47 |
| ISS | 1.366.700,00 | 1.548.317,23 |
| ITBI | 700.000,00 | 901.669,79 |
| IRRF | 538.000,00 | 719.467,97 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 418.600,00 | 439.019,36 |
| Contribuições | 675.000,00 | 897.971,00 |
| Receita Patrimonial | 161.300,00 | 127.202,64 |
| Aplicações Financeiras (II) | 160.600,00 | 127.202,64 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 700,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 25.122.788,96 | 29.050.666,49 |
| Cota-Parte do FPM | 6.903.400,00 | 5.892.155,79 |
| Cota-Parte do ICMS | 10.118.045,94 | 11.921.299,50 |
| Cota-Parte do IPVA | 280.000,00 | 362.177,77 |
| Cota-Parte do ITR | 1.200.000,00 | 1.583.592,55 |
| Transferências da LC 87/1996 | 40.000,00 | 0,00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 77.500,00 | 72.731,12 |
| Transferências do FUNDEB | 3.300.000,00 | 3.541.127,26 |
| Outras Transferências Correntes | 3.203.843,02 | 5.677.582,50 |
| Demais Receitas Correntes | 293.800,00 | 404.020,43 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Correntes Restantes | 293.800,00 | 404.020,43 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III) | 29.478.788,96 | 34.330.612,74 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 888.000,00 | 333.573,63 |
| Operações de Crédito (VI) | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 888.000,00 | 333.573,63 |
| Convênios | 588.000,00 | 200.000,00 |
| Outras Transferências de Capital | 300.000,00 | 133.573,63 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X) | 888.000,00 | 333.573,63 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI) | 30.366.788,96 | 34.664.186,37 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias | Despesa Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 | | | | | |
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| **Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 28.775.236,92 | 27.177.900,91 | 26.563.078,03 | 26.467.944,87 | 38.829,78 | 270.877,78 | 270.877,78 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 13.630.980,21 | 13.071.856,79 | 13.071.856,79 | 13.071.856,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 90.040,39 | 49.652,63 | 49.652,63 | 49.652,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 15.054.216,32 | 14.056.391,49 | 13.441.568,61 | 13.346.435,45 | 38.829,78 | 270.877,78 | 270.877,78 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 28.685.196,53 | 27.128.248,28 | 26.513.425,40 | 26.418.292,24 | 38.829,78 | 270.877,78 | 270.877,78 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 5.646.889,82 | 5.086.476,55 | 4.667.717,47 | 4.660.488,94 | 573,69 | 1.071.870,30 | 1.071.870,30 |
| Investimentos | 5.367.467,72 | 4.807.054,45 | 4.388.295,37 | 4.381.066,84 | 573,69 | 1.071.870,30 | 1.071.870,30 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XX) | 279.422,10 | 279.422,10 | 279.422,10 | 279.422,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 5.367.467,72 | 4.807.054,45 | 4.388.295,37 | 4.381.066,84 | 573,69 | 1.071.870,30 | 1.071.870,30 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 0,00 | | | | | | |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII) | 34.052.664,25 | 31.935.302,73 | 30.901.720,77 | 30.799.359,08 | 39.403,47 | 1.342.748,08 | 1.342.748,08 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Primário - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)) | 2.482.675,74 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Primário | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Primário** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Juros Nominais | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Juros Nominais** | - |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) | 127.202,64 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) | 2.609.878,38 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Nominal | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Nominal** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal | Saldo | |
|---|---|---|
| | Em 31/12/2019 (a) | Até o Bimestre 2020 (b) |
| **Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal** | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 1.676.533,04 | 1.428.157,84 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 19.090.931,06 | 21.998.416,60 |
| Disponibilidade de Caixa | 19.090.931,06 | 21.998.416,60 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 19.108.611,98 | 22.013.660,63 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 17.680,92 | 15.244,03 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | -17.414.398,02 | -20.570.258,76 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | 3.155.860,74 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Ajuste Metodológico | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Ajuste Metodológico** | - |
| VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 2.436,89 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 1.428.157,84 |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | 0,00 |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | 0,00 |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | 0,00 |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) | 0,00 |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 4.581.581,69 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Resultado Primário - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) | 4.454.379,05 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Informações Adicionais | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Informações Adicionais** | - |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 3.911.091,59 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 3.911.091,59 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

### RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

| Poder/Órgão | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a+ b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | Saldo Total L = (e + k) |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 15.244,03 | 39.403,47 | 0,00 | 39.403,47 | 15.244,03 | 245.752,30 | 1.344.904,74 | 1.342.748,08 | 1.342.748,08 | 38.007,45 | 209.901,51 | 225.145,54 |
| PODER EXECUTIVO | 9.854,03 | 39.403,47 | 0,00 | 39.403,47 | 9.854,03 | 245.752,30 | 1.341.943,73 | 1.339.787,07 | 1.339.787,07 | 38.007,45 | 209.901,51 | 219.755,54 |
| PODER LEGISLATIVO | 5.390,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.390,00 | 0,00 | 2.961,01 | 2.961,01 | 2.961,01 | 0,00 | 0,00 | 5.390,00 |
| Câmara Municipal | 5.390,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.390,00 | 0,00 | 2.961,01 | 2.961,01 | 2.961,01 | 0,00 | 0,00 | 5.390,00 |
| Tribunal de Contas do Município | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0,00 | 73.296,01 | 0,00 | 73.296,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 15.244,03 | 112.699,48 | 0,00 | 112.699,48 | 15.244,03 | 245.752,30 | 1.344.904,74 | 1.342.748,08 | 1.342.748,08 | 38.007,45 | 209.901,51 | 225.145,54 |

### RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

| Poder/Órgão - Intra | Poder/Órgão - Intra | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão Intra | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | Saldo Total L = (e + k) |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0,00 | 73.296,01 | 0,00 | 73.296,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PODER EXECUTIVO | 0,00 | 73.296,01 | 0,00 | 73.296,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tribunal de Contas do Município | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Receitas | Receitas de Operações de Crédito | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Despesas | Despesas de Capital | | |
|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e) |
| **Despesas** | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 5.646.889,82 | 5.086.476,55 | 560.413,27 |
| Investimentos | 5.367.467,72 | 4.807.054,45 | 560.413,27 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 279.422,10 | 279.422,10 | 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 5.646.889,82 | 5.086.476,55 | 560.413,27 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Resultado para Apuração da Regra de Ouro | Resultado para Apuração da Regra de Ouro | | |
|---|---|---|---|
| | (d - a) | (e - b) | (f - c) |
| **Resultado para Apuração da Regra de Ouro** | - | - | - |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I) | 5.646.889,82 | 5.086.476,55 | 560.413,27 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04205596000117** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Receitas | Execução da Receita | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Despesas | Execução da Despesa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (f) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g) | SALDO (h) = (d-e) |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral da Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Saldo Financeiro a Aplicar | Saldo Financeiro a Aplicar | | |
|---|---|---|---|
| | 2019 (i) | 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg)) | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
| **Saldo Financeiro a Aplicar** | - | - | - |
| VALOR (**III**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Impactos das Contratações de PPP | Especificação de PPP | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | REGISTROS EFETUADOS EM 2020 | |
| | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| **Impactos das Contratações de PPP** | - | - | - |
| TOTAL DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Riscos não Provisionados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos Contingentes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

### RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

### RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

### RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

### RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

### RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

| Total das Despesas de PPP | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |
| **Total das Despesas de PPP** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV) | 29.055.661,52 | 33.576.628,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Balanço Orçamentário | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Balanço Orçamentário** | - |
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 30.633.000,00 |
| Previsão Atualizada | 31.447.188,96 |
| Receitas Realizadas | 35.971.658,18 |
| Déficit Orçamentário | 0,00 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 3.911.091,59 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 30.161.430,00 |
| Dotação Atualizada | 35.587.624,61 |
| Despesas Empenhadas | 33.371.350,62 |
| Despesas Liquidadas | 32.337.768,66 |
| Despesas Pagas | 32.235.406,97 |
| Superávit Orçamentário | 3.633.889,52 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas por Função/Subfunção | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Despesas por Função/Subfunção** | - |
| Despesas Empenhadas | 33.371.350,62 |
| Despesas Liquidadas | 32.337.768,66 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita Corrente Líquida - RCL | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receita Corrente Líquida - RCL** | - |
| Receita Corrente Líquida | 33.576.628,50 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 33.576.628,50 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 33.576.628,50 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores** | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Resultados Primário e Nominal | Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário | | |
|---|---|---|---|
| | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| **Resultados Primário e Nominal** | - | - | - |
| Resultado Primário - Acima da Linha | 0,00 | 2.482.675,74 | 0,00 |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | 0,00 | 2.609.878,38 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| **Restos a Pagar por Poder e Ministério Público** | - | - | - | - |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 127.943,51 | 0,00 | 112.699,48 | 15.244,03 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04205596000117**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| Poder Executivo | 122.553,51 | 0,00 | 112.699,48 | 9.854,03 |
| Poder Legislativo | 5.390,00 | 0,00 | 0,00 | 5.390,00 |
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 1.590.657,04 | 38.007,45 | 1.342.748,08 | 209.901,51 |
| Poder Executivo | 1.587.696,03 | 38.007,45 | 1.339.787,07 | 209.901,51 |
| Poder Legislativo | 2.961,01 | 0,00 | 2.961,01 | 0,00 |
| Poder Judiciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ministério Público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defensoria Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 1.718.600,55 | 38.007,45 | 1.455.447,56 | 225.145,54 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | Apuração das Despesas com Ensino | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** | - | - | - |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 6.908.681,24 | 25,00 | 29,06 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | 2.183.011,84 | 60,00 | 61,62 |
| Complementação da União ao FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo Não Realizado |
| **Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital** | - | - |
| Receitas de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Despesa de Capital Líquida | 5.086.476,55 | 560.413,27 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Exercício de Apuração | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| **Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência** | - | - | - | - |
| Plano Previdenciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo a Realizar |
| **Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos** | - | - |
| Receitas da Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | Apuração das Despesas com Saúde | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde** | - | - | - |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos | 7.442.950,46 | 15,00 | 21,99 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício Corrente |
| **Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP** | - |
| Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) | 0,00 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04205596000117** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

**PREFEITURA / RECURSOS HUMANOS**
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

***PORTARIA Nº 015/2021– ADM***

***DE 26 DE JANEIRO DE 2.021***

**TRANSFERE SERVIDOR EFETIVO**

***JOÃO LOPES DE OLIVEIRA*****,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

**CONSIDERAND**O pedido do servidor e a bem do serviço público;

***R E S O L V E:***

**Artigo 1º** - Transferir o Sr. **LUIZ CARLOS ALVES DOS SANTOS FILHO**, servidor público municipal, matricula nº 673, cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes, para a Secretaria de Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 04/01/2021, revogam-se as disposições em contrário.

***Registre-se.***

***Publique-se.***

***Cumpra-se.***

***Santa Terezinha – MT, 26 de janeiro de 2.021.***

***JOÃO LOPES DE OLIVEIRA***

***Secretário Municipal de Administração***

***Portaria nº 003/2021***

***Matricula nº 15.257***

***PORTARIA Nº 014/2021– ADM***

***DE 26 DE JANEIRO DE 2.021***

**TRANSFERE SERVIDOR EFETIVO**

***JOÃO LOPES DE OLIVEIRA*****,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

**CONSIDERAND**O pedido do servidor e a bem do serviço público;

***R E S O L V E:***

**Artigo 1º** - Transferir a Sra. **MARIA DENISE GOMES MORAIS**, servidora pública municipal, matricula nº 15240, cargo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria de Ação Social e Cidadania, para a Secretaria de Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021, revogam-se as disposições em contrário.

***Registre-se.***

***Publique-se.***

***Cumpra-se.***

***Santa Terezinha – MT, 26 de janeiro de 2.021.***

***JOÃO LOPES DE OLIVEIRA***

***Secretário Municipal de Administração***

***Portaria nº 003/2021***

***Matricula nº 15.257***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 050/2021**

**SÚMULA**: DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA E LOTAÇÃO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**R E S O L V E N D O**

**Art. 1º** Fica transferido e alterada a lotação da servidora abaixo relacionada, de acordo com a necessidade da Administração.

| Mat. | Nome | Cargo | Lotação Atual | Nova Lotação |
|---|---|---|---|---|
| 876 | CAMILA CARVALHO DE MENEZES | AUXILIAR DE INFORMÁTICA | SECRETARIA DE FAZENDA | SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CIDADANIA |
| 45 | LUCINEIDE BATISTA SCARPATT | RECEPCIONISTA | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CIDADANIA |
| 289 | LILIAN ASSIS COUTO PEÇANHA | RECEPCIONISTA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CIDADANIA |
| 857 | WENDERSON TAVARES DE MENEZES | AUXILIAR DE INFORMÁTICA | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS |
| 880 | ELISEU OLIVEIRA DE SOUZA | MOTORISTA CNH C D e E | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |
| 400 | MARCIA VALDIRENE CASO DE SOUZA | ASSISTENTE SOCIAL | SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CIDADANIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |
| 890 | MIRIAN ALVES DE LIMA | AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |
| 869 | CLAUDETE SCARPAT RODRIGUES | AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |
| 886 | PEDRO AUGUSTO FENNER | AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |
| 887 | CARLINDO DIAS DA ROCHA | VIGIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO |
| 865 | EUZAIDE LIMA DE SOUZA | VIGIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO |
| 407 | LUCINETE JESUS DA SILVA | VIGIA | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 18 DE JANEIRO DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

**LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 051/2021**

**SÚMULA**: EXONERA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU (EMPG) SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**R E S O L V E N D O**

**Art. 1º** Fica exonerada a **Srª MARTA DEL MAZZO LOPES**, portadora da Cédula de Identidade com RG nº 1433285-0 - SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 487.740.571-20 do cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU (EMPG) SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA**.

**Art. 2º** - A exoneração ocorre a pedido da Servidora, e os direitos decorrentes, se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 18 DE JANEIRO DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

**LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 052/2021**

**SÚMULA**: EXONERA DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**R E S O L V E N D O**

**Art. 1º** Fica exonerada a **Srª Sra. VERONICE CORREA CAMARGO,** brasileira, casada, portadora do RG 1074942-0 - SSP/MT e CPF/MF 795.861. 551-53 do cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO**.

**Art. 2º** - A exoneração ocorre a pedido da Servidora, e os direitos decorrentes, se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 18 DE JANEIRO DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

**LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 057/2021**

**SÚMULA**: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**R E S O L V E N D O**

**Art. 1º** - Fica concedida elevação de Nível e Classe, aos seguintes servidores:

| MATRICULA | NOME | CARGO | NÍVEL | CLASSE |
|---|---|---|---|---|
| 157 | ADENILDA ALVES NASCIMENTO | PROFESSORA | - | D |

**Art. 2º** A elevação de Nível do servidor de que esta portaria observa o que lhes são assegurados pela Lei Complementar N° 011 de 12 de Dezembro de 2011.

**Art.3°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 26 DE JANEIRO DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

**LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2021**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2021**

**CONTRATANTE:** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município Santo Antônio do Leverger – PREVI-LEVERGER.

**CONTRATADO:**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

**OBJETO:**"O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05."

**VIGÊNCIA:**a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 04/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

**VALOR MENSAL:**R$ 227,00 (duzentos e vinte e sete reais)

**VALORANUAL:**R$ 2.724,00 (dois mil setecentos e vinte e quatro reais)

_____

**EVALDO DIAS DA CRUZ**

Secretário Municipal de Recursos Humanos

Gestor do Fundo RPPS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS**
**RETIFICAÇÃO DA ATA 001/2021 DE APROVAÇÃO DA REPROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS 2020 PARA 2021**

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 004, 27de janeiro de 2021.**

Dispõe sobre a Retificação da ATA 001/2021 deAprovação da Reprogramação dos Recursos 2020 para 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Leste/ MT – CMAS no uso de suas atribuições e com base na deliberação do Colegiado em Assembleia Ordinária realizada no dia 27 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Artigo 1º - Retificação da ATA 001/2021 deAprovação da Reprogramação dos Recursos do Fundo Nacional da Assistência Social, IGD SUAS, IGD BF e BPC na escola, do ano de 2020 para 2021.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Leste - MT, 27 de janeiro de 2021.

**Rosiane de Oliveira**

Presidente do Conselho Municipal

De Assistência Social - CMAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI**
**PORTARIA Nº 107/2021, DE 11/01/2021 - NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 107, DE 11 DE JANEIRO DE 2021.**

Designa servidores para desempenhar as funções de Equipe de Apoio ao Pregoeiro Municipal, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando:**

**I -** o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;

**II -** o contido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores; e

**III -** a nomeação do Senhor **Jean Flávio dos Santos Milhomem** no Cargo em Comissão de Pregoeiro Municipal, via da Portaria nº 16, de 4 de janeiro de 2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os membros abaixo, pertencentes ao quadro de servidores do Município, para comporem a **Equipe de Apoio,** que atuará nos procedimentos licitatórios, na modalidade Pregão, conjuntamente com o Pregoeiro JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM, nomeado pela Portaria nº 16, de 4 de janeiro de 2021:

**I -** GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA, CPF nº 555.127.121-87 e Identidade nº 878.155 – SSP-MT, servidor efetivo no cargo de Fiscal de Tributos;

**II -** WEDILA MARTINS SOUZA, CPF nº 962.991.261-91 e identidade RG nº 1.413.549-3 - SSP-MT, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativa;

**III -** CONCEIÇÃO APARECIDA DE ALMEIDA SALUSTIANO, CPF nº 360.713.401-44 e identidade RG nº 536.376 – SSP-MT, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativa; e

**IV -** VALÉRIA BARBOSA AZEVEDO, CPF nº 015.639.901-64, identidade RG nº 780.855 - SSP-TO, servidora não efetiva, nomeada no cargo em comissão de Diretora do Departamento de Contabilidade, via da Portaria nº 99, de 11 de janeiro de 2021.

**Parágrafo único**. O Pregoeiro poderá convidar servidor público municipal, preferencialmente ocupante de cargo público de provimento efetivo, lotado no órgão que requereu a aquisição do bem e/ou serviço, para acompanhar o certame, a fim de auxiliar a Equipe de Apoio no desenvolvimento de seus trabalhos.

**Art. 2º** Compete ao Pregoeiro:

**I -** o credenciamento dos interessados;

**II -** o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

**III -** a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

**IV -** a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

**V -** a adjudicação da proposta de menor preço;

**VI -** a elaboração de ata;

**VII -** a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

**VIII -** o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;

**IX -** o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação; e

**X -** demais atividades correlatas.

**Art. 3º** Compete à equipe de apoio:

**I -** prestar assistência ao pregoeiro, dando suporte às atividades que lhe incumbe executar;

**II -** formalizar os atos processuais; e

**III -** realizar diligências diversas.

**Art. 4º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revoga-se a Portaria nº 777, de 21 de novembro de 2019.

São Félix do Araguaia (MT), em 11 de janeiro de 2021.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

**JANAILZA TAVEIRA LEITE**

**Prefeita Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI**
**PORTARIA Nº 70/2021, DE 04/01/2021 - NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)**

**PORTARIA Nº 70, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.**

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Permanente de Licitações (CPL), no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando**:

**I -** o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, especialmente o art. 51, que trata dos membros da Comissão; e

**II -** que a última Comissão Permanente de Licitação foi designada pela Portaria nº 423, de 3 de agosto de 2020.

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Nomear os servidores abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações (CPL), que passa a vigorar com a seguinte composição:

**I – presidente**: GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA, CPF nº 555.127.121-87 e Identidade nº 878.155 – SSP-MT, servidor efetivo no cargo de Fiscal de Tributos;

**II – membros:**

**a) secretária**: WEDILA MARTINS SOUZA, CPF nº 962.991.261-91 e identidade RG nº 1.413.549-3 - SSP-MT, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativa;

**b) membro**: CONCEIÇÃO APARECIDA DE ALMEIDA SALUSTIANO, CPF nº 360.713.401-44 e identidade RG nº 536.376 – SSP-MT, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativa; e

**c) membro suplente**: ESLAINE RODRIGUES AGUIAR, CPF nº 615.442.211-34 e identidade RG nº 984.660 – SSP-MT, servidora efetiva no cargo de Agente de Administração Pública.

**Art. 2º** A Comissão Permanente de Licitação terá as seguintes competências:

**I -** receber o projeto básico/termo de referência, devidamente autorizado pela autoridade superior, escolhendo a modalidade a ser adotada, em conformidade com os critérios previstos na Lei nº 8.666/1993, formando o processo administrativo licitatório;

**II -** elaborar os editais, cartas–convite e manifestações nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, em conformidade com o pedido formulado pelo órgão interessado na aquisição do bem, serviço ou obra, utilizando, quando necessário, o assessoramento técnico exigível;

**III -** encaminhar o processo às áreas competentes para elaboração da minuta do contrato e parecer jurídico;

**IV -** receber o processo originário da Assessoria Jurídica, efetuando os ajustes, quando pertinentes;

**V -** fazer a divulgação da licitação por meio do instrumento próprio;

**VI -** formar e acompanhar o processo administrativo licitatório, observando todos os requisitos legais necessários;

**VII -** instruir esclarecimentos e impugnações apresentados por interessados quanto aos termos do edital, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

**VIII -** abrir os envelopes de documentação para a habilitação na data, local e horário estabelecidos no edital e julgar os documentos contidos nos envelopes;

**IX -** tornar público o resultado da habilitação, devolvendo aos inabilitados os envelopes contendo as propostas de preços, devidamente lacrados;

**X -** instruir recursos, relativos à fase de habilitação, e submetê-los à autoridade superior para decisão;

**XI -** resolver sobre qualquer incidente na fase de habilitação, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

**XII -** abrir os envelopes de propostas dos habilitados, depois de resolvidos os recursos da fase de habilitação;

**XIII -** examinar se as propostas estão em conformidade com as especificações estabelecidas no edital;

**XIV -** proceder à escolha do vencedor de acordo com os critérios de julgamento previstos no edital, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

**XV -** elaborar e publicar a lista dos que forem classificados, seguindo a ordem crescente de classificação;

**XVI -** instruir recursos relativos à fase de classificação e submetê-los à autoridade superior para decisão;

**XVII -** encaminhar à autoridade superior a homologação do processo e a adjudicação do objeto vencedor da licitação;

**XVIII -** publicar o resultado e encaminhar o processo licitatório para a área responsável elaborar o contrato definitivo;

**XIX -** tramitar os processos licitatórios em sistema eletrônico, quando exigível;

**XX -** disponibilizar meios tecnológicos, estruturais e materiais para realização da sessão; e

**XXI -** exercer outras atividades compatíveis com a finalidade da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

**Art. 3º** Constituem atribuições exclusivas do Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia:

**I -** representar oficialmente a CPL, prestando as informações que se fizerem necessárias;

**II -** aprovar a programação das licitações e as pautas das reuniões;

**III -** controlar participação dos membros da CPL e convocar, alternadamente, quando necessário, os suplentes;

**IV -** convocar equipes técnicas setoriais, dependendo da natureza da licitação, da qualidade, da complexidade ou especialização do bem, obra ou serviço em licitação, para participação do procedimento licitatório que a motivou, quando necessário;

**V -** resolver sobre esclarecimentos e impugnações apresentados por interessados quanto aos termos do edital, submetendo, caso necessário, sua deliberação à autoridade superior, e modificá-lo quando procedente a impugnação;

**VI -** convocar e presidir as reuniões, abrir e encerrar as sessões;

**VII -** coordenar os trabalhos, promovendo os meios necessários para o funcionamento da CPL e o exato cumprimento das Leis, Decretos, Regulamentos e Instruções relativos aos procedimentos licitatórios;

**VIII -** promover diligências, determinadas a esclarecer ou complementar a instrução dos processos licitatórios;

**IX -** encaminhar à autoridade superior os recursos devidamente instruídos para decisão;

**X -** propor à autoridade superior o processo para homologação e a adjudicação do objeto vencedor da licitação; e

**XI -** apresentar à autoridade superior relatório anual dos trabalhos realizados pela Comissão.

**Art. 4º** Os membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia terão, exclusivamente, as seguintes atribuições:

**I -** receber, registrar e controlar a movimentação de processos submetidos à CPL;

**II -** secretariar os trabalhos da CPL e lavrar atas das reuniões;

**III -** prestar informação de caráter público, quando autorizado pelo Presidente da CPL;

**IV -** manter arquivo atualizado de todas as atas, documentos e papéis da CPL;

**V -** organizar e manter atualizada toda a legislação relativa às licitações e contratos administrativos ou de outras matérias, que interessem aos trabalhos da CPL; e

**VI -** prestar assessoria ao Presidente da CPL relativa às matérias submetidas a seu exame, dados de jurisprudência, levantamentos estatísticos e outros elementos informativos necessários ao andamento dos processos.

**Art. 5º** Aos membros suplentes da Comissão Permanente de Licitação (CPL) compete substituir os membros efetivos em todas as suas atribuições, mediante convocação do Presidente da CPL.

**Art. 6º** O Presidente será substituído, em suas ausências, por um dos membros efetivos, devendo a informação da substituição ficar anexa aos autos do processo licitatório.

**Art. 7º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

**Art. 8º** Revoga-se a Portaria nº 423, de 3 de agosto de 2020.

São Félix do Araguaia (MT), em 4 de janeiro de 2021.

**Registre-se,**

**Publique-se e**

**Cumpra-se.**

**JANAILZA TAVEIRA LEITE**

**Prefeita Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM**
**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

**Pregão Eletrônico nº. 001/2021.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021.**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-

los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Decide: REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021 – PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 001/2021, cujo o objeto e "**PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FUTURA E EVENTUAL "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SENDO UM (01) DIGITALIZADOR RAIOS-X - DE PRIMEIRA LINHA COM REGISTRO NA ANVISA, COM VISTAS A TORNAR MAIS EFICIENTE A ATUAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO JOAO ABREU LUZ NO MUNICIPIO DE MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT". (ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - RECURSO FEDERAL)**", pela seguinte motivação:

**1º - CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF).

**2º - CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF).

**3º - CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021 – PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 001/2021.

São Felix do Araguaia – MT, 27 de janeiro de 2021.

***JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal***

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI**
**CMDCA - CONSELHO TUTELAR - CONVOCAÇÃO DA 4ª SUPLENTE PARA ASSINAR TERMO DE POSSE**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 17 AO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019 DO SEGUNDO PROCESSO DE ESCOLHA, EM DATA UNIFICADA, PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR**

**Ø CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE PARA ASSINAR TERMO DE POSSE**

Dispõe sobre a convocação de Conselheira Tutelar Suplente para substituição de Conselheiros Tutelares em gozo de férias e outros afastamentos, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT (CMDCA/SFA-MT),** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 118 de 6 de maio de 2019, em conjunto com a **PRESIDENTA DA COMISSÃO ESPECIAL DO SEGUNDO PROCESSO DE ESCOLHA, EM DATA UNIFICADA, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR** e, **considerando**:

**I -** a Lei Complementar Municipal (LCM) nº 118, de 6 de maio de 2019, que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, e dá outras providências."

II - a concessão de férias e outros afastamentos aos Conselheiros Tutelares Titulares;

III - a necessidade de recompor a equipe de Conselheiros Tutelares, posto que o número de membros deve ser igual a 5 (cinco), conforme previsão no art. 132 da Lei Ordinária Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a redação dada pela Lei Ordinária Federal nº 13.824, de 9 de maio de 2019;

**IV -** que a candidata 1ª suplente **ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO**, convocada via do Edital Complementar nº 14, de 20 de outubro de 2020, devidamente publicado em 21/10/2020 no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Ano XV, Edição nº 3.589, páginas 167-168, apresentou em 27/10/2020 o "**REQUERIMENTO DE DISPENSA TEMPORÁRIA"** relativamente ao Edital Complementar nº 14/2020, sendo reposicionada no final da lista de suplentes, em razão do disposto no art. 101, em especial o seu § 3º, da LCM nº 118/2019;

**V -** que a candidata 2ª suplente **ADRIANA DE ARAÚJO**, convocada por meio do Edital Complementar nº 15, de 28 de outubro de 2020, devidamente publicado em 29/10/2020 no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Ano XV, Edição nº 3.595, páginas 334-335, apresentou em 30/10/2020 o "**REQUERIMENTO DE DISPENSA TEMPORÁRIA"** relativamente ao Edital Complementar nº 15/2020, sendo reposicionada no final da lista de suplentes, em razão do disposto no art. 101, em especial o seu § 3º, da LCM nº 118/2019;

**VI -** que a candidata 3ª suplente **DUANA VIANA RAMOS**, convocada por meio do Edital Complementar nº 16, de 11 de novembro de 2020, devidamente publicado em 12/11/2020 no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Ano XV, Edição nº 3.604, página 266, compareceu para a posse e está laborando como Conselheira Tutelar desde o dia 18/11/2020;

**VII -** que a candidata ora convocada é a 4ª suplente do Processo de Escolha, conforme o Anexo 01 ao Edital Complementar nº 10, de 9 de outubro de 2019, devidamente publicado em 10/10/2019 no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/ Edição nº 3.332 – ANO XIV – Página 292; e

**VIII -** que a candidata ora convocada fora nomeada via da alínea "d" do inciso II do art. 1º da Portaria nº 47, de 10 de janeiro de 2020, devidamente publicada em 29/01/2020 no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/ - Edição nº 3.407 – ANO XV – Página 571.

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** Convocar, em substituição temporária de Conselheiros Tutelares Titulares em gozo de férias ou outros afastamentos, a quarta suplente **AÉRICA BEZERRA DA SILVA**, identidade nº 1.621.532-0 – SSP-MT e CPF nº 003.538.481-66, para assinar **Termo de Posse como Conselheira Tutelar Suplente (Interina),** já nomeada pela alínea "d" do inciso II do art. 1º da Portaria nº 47, de 10 de janeiro de 2020;

**Art. 2º** Informar à Conselheira Tutelar ora convocada, para comparecer na sede do CMDCA ou no Departamento de Administração de Recursos Humanos, situados na Avenida Araguaia, nº 248 – Centro – São Félix do Araguaia (MT), das 14h00min às 17h00min, horário de Brasília, nos dias 28/01/2021 a 04/02/2021.

**Art. 3º** Este Edital entra em vigência na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 27 de janeiro de 2021.

**JUNIO DE SOUZA ALVES**

**Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)**

**LUCIANA NASCIUTTI CURADO**

**Presidenta da Comissão Especial do Segundo Processo de Escolha, em data unificada, para o Cargo de Conselheiro Tutelar**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO**
**COVID-19: DECRETO Nº 012/2021**

**DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 002/2021, DE 12 DE JANEIRO DE 2021.**

**Levi Ribeiro**, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 47, IV, da Lei Orgânica do município, e;

**CONSIDERANDO** as deliberações realizadas pelo Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 23, II, da Constituição Federal, que atribui competência concorrente da União dos Estados e dos Municípios para legislar sobre defesa da saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 1.272, de 29 de junho de 2020, que Dispõe sobre a fixação de multa para o caso de descumprimento das determinações do Poder Público Municipal destinadas ao combate a prevenção de contaminação pelo Coronavírus e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** que no Município de São José do Rio Claro-MT houve evolução e aumento de casos confirmados e suspeitos de COVID-19

**CONSIDERANDO** que o princípio da Dignidade da Pessoa Humana bem como os valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa constituem fundamentos da República Federativa do Brasil;

**CONSIDERANDO** a necessidade de compatibilização das medidas de preservação da vida sem, contudo, deixar de garantir a subsistência das famílias Rio-clarenses.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica prorrogada a vigência do Decreto nº 002/2021, de 12 de janeiro de 2021, que **dispõe sobre adoção de medidas excepcionais de caráter temporário, para prevenção e controle da contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de São José do Rio Claro-MT**, pelo prazo de 15 (quinze) dias, iniciando-se em 28 de janeiro de 2021 e encerrando-se em 11 de fevereiro de 2021.

**Art. 2º -** Este Decreto entra em vigor no dia 28 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de janeiro de 2021.

***LEVI RIBEIRO***

***Prefeito Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

# RGF ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS OPERACOES DE CREDITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") — em Reais

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II) | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAIS (III)** | **0,00** | **0,00** |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | 100,00 |
| (-) Transf. Obrigatória União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)F)(V) | 35.244.528,20 | 100,00 |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII) - (Ia + IIa) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | 0,00 | 0,00 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 26/01/2021 19:37:08

Page 1 de 2

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

## RGF ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| A ENTIDADES CONTROLADAS(III) | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | |
| AOS ESTADOS (I) | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | | | |
| TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 30.693.846,62 | 30.980.114,92 | 35.244.528,20 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(VII) | | | |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VI | 30.693.846,62 | 30.980.114,92 | 35.244.528,20 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | | | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 % | | | |

| CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX) | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X) | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | |
| DOS ESTADOS (VII) | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | |
| DOS MUNICÍPIOS (VIII) | | | |
| TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X) | | | |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 26/01/2021 19:40:23 Page 1 de 1

Portaria N° 286 - 7 de Maio de 2019. Homologado

## RGF ANEXO 02 - DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") em Reais

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | |
|---|---|---|---|
| | | até o 1º Semestre | até o 2º Semestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 1.056.005,88 | 1.020.089,90 | 983.851,90 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 1.056.005,88 | 1.020.089,90 | 983.851,90 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 1.056.005,88 | 1.020.089,90 | 983.851,90 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 1.056.005,88 | 1.020.089,90 | 983.851,90 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos. | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 5.807.900,18 | 5.628.775,70 | 9.378.586,24 |
| Disponibilidade de Caixa | 5.909.012,43 | 5.732.891,57 | 9.482.551,36 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 6.689.111,80 | 5.836.642,32 | 9.562.133,60 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 780.099,37 | 103.750,75 | 79.582,24 |
| Demais Haveres Financeiros | -101.112,25 | -104.115,87 | -103.965,12 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -4.751.894,30 | -4.608.685,80 | -8.394.734,34 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 30.693.846,62 | 30.980.114,92 | 35.244.528,20 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV - V) | 30.693.846,62 | 30.980.114,92 | 35.244.528,20 |
| % da DC sobre a RCL (I / RCL) (I/VI) | 3,44 | 3,29 | 2,79 |
| % da DCL sobre a RCL (III / RCL) (III/VI) | -15,48 | -14,88 | -23,82 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 36.832.615,94 | 37.176.137,90 | 42.293.433,84 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%] | 33.149.354,35 | 33.458.524,11 | 38.064.090,46 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | | | |
|---|---|---|---|
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO ATUARIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA | 216.251,87 | 244.572,05 | 227.215,12 |
| RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 800.867,75 | 233.896,13 | 179.601,13 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Notas:

Emissão: 26/01/2021 19:39:39 Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. Homologado

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | 153.733,43 | | 163.251,50 | | 158.634,74 | | 159.145,46 | | 151.233,96 | | 189.473,30 | 975.472,39 | |
| Pessoal Ativo | | 153.733,43 | | 163.251,50 | | 158.634,74 | | 159.145,46 | | 151.233,96 | | 189.473,30 | 975.472,39 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | | 128.207,38 | | 136.715,98 | | 132.720,27 | | 133.550,50 | | 124.841,40 | | 159.223,11 | 815.258,64 | |
| Obrigações Patronais | | 25.526,05 | | 26.535,52 | | 25.914,47 | | 25.594,96 | | 26.392,56 | | 30.250,19 | 160.213,75 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | | | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | 153.733,43 | | 163.251,50 | | 158.634,74 | | 159.145,46 | | 151.233,96 | | 189.473,30 | 975.472,39 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 975.472,39 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 35.244.528,20 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 975.472,39 | 2,76 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | | 0,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | | 0,00 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | | 0,00 % |

**FONTE:** CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.298.974,57 | 1.377.310,12 | 1.413.817,37 | 1.430.771,76 | 1.458.884,24 | 1.385.519,74 | 1.495.226,14 | 1.532.825,28 | 1.432.265,92 | 1.477.480,47 | 1.506.275,24 | 1.788.639,25 | 17.597.990,10 | 27.813,33 |
| Pessoal Ativo | 1.285.039,37 | 1.259.929,92 | 1.313.055,69 | 1.319.546,76 | 1.349.334,14 | 1.280.054,74 | 1.389.331,14 | 1.422.420,28 | 1.334.365,92 | 1.367.490,47 | 1.390.297,24 | 1.632.331,29 | 16.343.196,96 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 1.045.207,32 | 1.017.192,06 | 1.064.760,84 | 1.065.867,73 | 1.093.811,71 | 1.033.818,68 | 1.123.818,59 | 1.154.337,05 | 1.075.903,43 | 1.104.105,38 | 1.123.338,18 | 1.304.340,09 | 13.206.501,06 | |
| Obrigações Patronais | 239.832,05 | 242.737,86 | 248.294,85 | 253.679,03 | 255.522,43 | 246.236,06 | 265.512,55 | 268.083,23 | 258.462,49 | 263.385,09 | 266.959,06 | 327.991,20 | 3.136.695,90 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.298.974,57 | 1.377.310,12 | 1.413.817,37 | 1.430.771,76 | 1.458.884,24 | 1.385.519,74 | 1.495.226,14 | 1.532.825,28 | 1.432.265,92 | 1.477.480,47 | 1.493.165,52 | 1.788.639,25 | 17.584.880,38 | 27.813,33 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 17.612.693,71 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 35.244.528,20 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 17.612.693,71 | 49,97 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 19.032.045,23 | 54,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 18.080.442,97 | 51,30 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 17.128.840,71 | 48,60 % |

**FONTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | |
|---|---|---|
| 3º Quadrimestre de 2020 | | |
| **Limite Máximo (a)** | **% DTP (b)** | **% Excedente (c) = (b - a)** |
| 54,00 % | 49,97 % | -4,03 % |

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.298.974,57 | 1.531.043,55 | 1.413.817,37 | 1.594.023,26 | 1.458.884,24 | 1.544.154,48 | 1.495.226,14 | 1.691.970,74 | 1.432.265,92 | 1.628.714,43 | 1.506.275,24 | 1.978.112,55 | 18.573.462,49 | 27.813,33 |
| Pessoal Ativo | 1.285.039,37 | 1.413.663,35 | 1.313.055,69 | 1.482.798,26 | 1.349.334,14 | 1.438.689,48 | 1.389.331,14 | 1.581.565,74 | 1.334.365,92 | 1.518.724,43 | 1.390.297,24 | 1.821.804,59 | 17.318.669,35 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 1.045.207,32 | 1.145.399,44 | 1.064.760,84 | 1.202.583,71 | 1.093.811,71 | 1.166.538,95 | 1.123.818,59 | 1.287.887,55 | 1.075.903,43 | 1.228.946,78 | 1.123.338,18 | 1.463.563,20 | 14.021.759,70 | |
| Obrigações Patronais | 239.832,05 | 268.263,91 | 248.294,85 | 280.214,55 | 255.522,43 | 272.150,53 | 265.512,55 | 293.678,19 | 258.462,49 | 289.777,65 | 266.959,06 | 358.241,39 | 3.296.909,65 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.298.974,57 | 1.531.043,55 | 1.413.817,37 | 1.594.023,26 | 1.458.884,24 | 1.544.154,48 | 1.495.226,14 | 1.691.970,74 | 1.432.265,92 | 1.628.714,43 | 1.493.165,52 | 1.978.112,55 | 18.560.352,77 | 27.813,33 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 18.588.166,10 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 35.244.528,20 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 18.588.166,10 | 52,74 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 21.146.716,92 | 60,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 20.089.381,07 | 57,00 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 19.032.045,23 | 54,00 % |

**FONTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 26/01/2021 19:24:30 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU** Page 1 de 2
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | |
|---|---|---|
| 3º Quadrimestre de 2020 | | |
| **Limite Máximo (a)** | **% DTP (b)** | **% Excedente (c) = (b - a)** |
| 60,00 % | 52,74 % | -7,26 % |

# RREO ANEXO 08 - DESPESA COM EDUCACAO

MUNÍCIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** **em Reais**

## RECEITAS DO ENSINO

| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1-RECEITA DE IMPOSTOS | 2.473.750,93 | 2.473.750,93 | 3.988.562,95 | 161,24 % |
| 1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 80.636,85 | 80.636,85 | 58.172,32 | 72,14 % |
| 1.1.1-IPTU | 40.902,75 | 40.902,75 | 19.994,74 | 48,88 % |
| 1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 39.734,10 | 39.734,10 | 38.177,58 | 96,08 % |
| 1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 1.230.584,33 | 1.230.584,33 | 2.384.293,55 | 193,75 % |
| 1.2.1-ITBI | 1.230.000,00 | 1.230.000,00 | 2.384.293,55 | 193,84 % |
| 1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 584,33 | 584,33 | | |
| 1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 772.529,75 | 772.529,75 | 871.520,00 | 112,81 % |
| 1.3.1-ISS | 755.000,00 | 755.000,00 | 861.014,03 | 114,04 % |
| 1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 17.529,75 | 17.529,75 | 10.505,97 | 59,93 % |
| 1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 390.000,00 | 390.000,00 | 674.577,08 | 172,97 % |
| 2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 17.648.121,75 | 17.648.121,75 | 21.984.169,68 | 124,57 % |
| 2.1-Cota-Parte FPM | 7.854.000,00 | 7.854.000,00 | 7.216.021,52 | 91,88 % |
| 2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 7.854.000,00 | 7.854.000,00 | 6.619.330,27 | 84,28 % |
| 2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | | | 298.027,92 | |
| 2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | | | 298.663,33 | |
| 2.2-Cota-Parte ICMS | 8.458.800,00 | 8.458.800,00 | 12.039.198,37 | 142,33 % |
| 2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996 | 35.059,50 | 35.059,50 | | |
| 2.4-Cota-Parte IPI-Exportação | 5.843,25 | 5.843,25 | | |
| 2.5-Cota-Parte ITR | 1.224.300,00 | 1.224.300,00 | 2.535.218,27 | 207,07 % |
| 2.6-Cota-Parte IPVA | 70.119,00 | 70.119,00 | 193.731,52 | 276,29 % |
| 2.7-Cota-Parte IOF-Ouro | | | | |
| **3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)** | **20.121.872,68** | **20.121.872,68** | **25.972.732,63** | **129,08 %** |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | | | | |
| 5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 369.643,76 | 369.643,76 | 345.391,47 | 93,44 % |
| 5.1-Transferências do Salário-Educação | 256.284,71 | 256.284,71 | 214.649,36 | 83,75 % |
| 5.2-Transferências Diretas - PDDE | 11.686,50 | 11.686,50 | | |
| 5.3-Transferências Diretas - PNAE | 65.444,40 | 65.444,40 | 85.362,20 | 130,43 % |
| 5.4-Transferências Diretas - PNATE | 36.228,15 | 36.228,15 | 45.341,69 | 125,16 % |
| 5.5-Outras Transferências do FNDE | | | | |
| 5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | | | 38,22 | |
| 6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 2.592.279,95 | 2.792.219,95 | 357.133,68 | 12,79 % |
| 6.1-Transferências de Convênios | 2.592.279,95 | 2.792.219,95 | 357.133,68 | 12,79 % |
| 6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | | | | |
| 7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | |
| 8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 12.855,16 | 12.855,16 | | |
| **9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)** | **2.974.778,87** | **3.174.718,87** | **702.525,15** | **22,13 %** |

Emissão: 26/01/2021 17:57:09
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.

MUNÍCIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** — **em Reais**

**FUNDEB**

| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 3.529.624,35 | 3.529.624,35 | 4.277.495,67 | 121,19 % |
| 10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1) | 1.570.800,00 | 1.570.800,00 | 1.323.866,05 | 84,28 % |
| 10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2) | 1.691.760,00 | 1.691.760,00 | 2.407.839,67 | 142,33 % |
| 10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3) | 7.011,90 | 7.011,90 | | |
| 10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4) | 1.168,65 | 1.168,65 | | |
| 10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5) | 244.860,00 | 244.860,00 | 507.043,65 | 207,07 % |
| 10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6) | 14.023,80 | 14.023,80 | 38.746,30 | 276,29 % |
| 11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 3.360.000,00 | 3.360.000,00 | 3.866.006,05 | 115,06 % |
| 11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB | 3.360.000,00 | 3.360.000,00 | 3.866.006,05 | 115,06 % |
| 11.2-Complementação da União ao FUNDEB | | | | |
| 11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | | | | |
| **12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)** | **-169.624,35** | **-169.624,35** | **-411.489,62** | **242,59 %** |

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

**DESPESAS DO ENSINO**

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) [7] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 3.267.264,00 | 3.817.048,00 | 3.816.001,76 | 99,97 % | 3.816.001,76 | 99,97 % | |
| 13.1-Com Educação Infantil | 920.860,27 | 1.080.898,27 | 1.080.665,09 | 99,98 % | 1.080.665,09 | 99,98 % | |
| 13.2-Com Ensino Fundamental | 2.346.403,73 | 2.736.149,73 | 2.735.336,67 | 99,97 % | 2.735.336,67 | 99,97 % | |
| 14-OUTRAS DESPESAS | 92.736,00 | 53.236,00 | 12.114,75 | 22,76 % | 12.114,75 | 22,76 % | |
| 14.1-Com Educação Infantil | 62.879,61 | 23.379,61 | 11.195,53 | 47,89 % | 11.195,53 | 47,89 % | |
| 14.2-Com Ensino Fundamental | 29.856,39 | 29.856,39 | 919,22 | 3,08 % | 919,22 | 3,08 % | |
| **15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)** | **3.360.000,00** | **3.870.284,00** | **3.828.116,51** | **98,91 %** | **3.828.116,51** | **98,91 %** | |

| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | VALOR |
|---|---|
| 16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | |
| 16.1-FUNDEB 60% | |
| 16.2-FUNDEB 40% | |
| 17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 142.340,67 |
| 17.1-FUNDEB 60% | 130.225,92 |
| 17.2-FUNDEB 40% | 12.114,75 |
| 18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | 142.340,67 |

Emissão: 26/01/2021 17:57:09
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.
Page 2 de 4
Homologad

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** — **em Reais**

| INDICADORES DO FUNDEB | VALOR |
|---|---|
| 19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | 3.685.775,84 |
| 19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % | 95,34 |
| 19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % | |
| 19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) | 4,66 |

| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | VALOR |
|---|---|
| 20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | |
| 21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 [2] | |

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 22-EDUCAÇÃO INFANTIL | 1.270.023,95 | 1.486.481,40 | 1.282.842,12 | 86,30 % | 1.282.842,12 | 86,30 % | |
| 22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 983.739,88 | 1.104.277,88 | 1.091.860,62 | 98,88 % | 1.091.860,62 | 98,88 % | |
| 22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 286.284,07 | 382.203,52 | 190.981,50 | 49,97 % | 190.981,50 | 49,97 % | |
| 23-ENSINO FUNDAMENTAL | 6.191.412,77 | 6.700.941,14 | 5.681.566,34 | 84,79 % | 5.650.574,93 | 84,32 % | 30.991,41 |
| 23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 2.376.260,12 | 2.766.006,12 | 2.736.255,89 | 98,92 % | 2.736.255,89 | 98,92 % | |
| 23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 3.815.152,65 | 3.934.935,02 | 2.945.310,45 | 74,85 % | 2.914.319,04 | 74,06 % | 30.991,41 |
| 24-ENSINO MÉDIO | | | | | | | |
| 25-ENSINO SUPERIOR | | | | | | | |
| 26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | | | | | | | |
| 27-OUTRAS | | | | | | | |
| **28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)** | **7.461.436,72** | **8.187.422,54** | **6.964.408,46** | **85,06 %** | **6.933.417,05** | **84,68 %** | **30.991,41** |

| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | VALOR |
|---|---|
| 29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | -411.489,62 |
| 30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | |
| 31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | |
| 32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | |
| 33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO {4} | |
| 34-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j) | |
| **35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) {6}** | **-411.489,62** |
| **36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35)) {6}** | **7.344.906,67** |
| **37-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}** | **28,27** |

Emissão: 26/01/2021 17:57:09
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.
Page 3 de 4
Homologad

MUNÍCIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** **em Reais**

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 38-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | | | | | | | |
| 39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| 40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| 41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 2.694.745,52 | 2.022.158,66 | 429.284,59 | 21,23 % | | | 429.284,59 |
| 42-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41) | 2.694.745,52 | 2.022.158,66 | 429.284,59 | 21,23 % | | | 429.284,59 |
| 43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42) | 10.156.182,24 | 10.209.581,20 | 7.393.693,05 | 72,42 % | 6.933.417,05 | 67,91 % | 460.276,00 |

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2020 (j) |
|---|---|---|
| 44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 16.229,42 | |
| 44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 13.744,03 | |
| 44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB | 2.485,39 | |

| CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA | FUNDEB | SALÁRIO EDUCAÇÃO |
|---|---|---|
| 45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | | |
| 46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 37.889,55 | 214.649,36 |
| 47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | 37.889,55 | |
| 47.1-Orçamento do Exercício | 37.889,55 | |
| 47.2-Restos a Pagar | | |
| 48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | |
| 49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | 1.180.698,47 | 214.649,36 |
| 50-(+) Ajustes | 855.811,07 | 2.338,64 |
| 50.1-(+)Retenções | 855.811,07 | 2.338,64 |
| 50.2-(-)Valores a recuperar | | |
| 50.3-(+)Outros valores extraorçamentários | | |
| 50.4-(+)Conciliação Bancária | | |
| 51-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO | 893.700,62 | 216.988,00 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos á conta dos Fundos, inclusive relativos á complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 - Caput do artigo 212 da CF/1988

4 - Os valores referentes á parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada á educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Emissão: 26/01/2021 17:57:09
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.

Page 4 de 4
Homologad

# RREO ANEXO 14 - RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 _ Bimestre DE NOVEMBRO /DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — em Reais

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | Até o Bimestre |
|---|---|
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 36.898.610,94 |
| Previsão Atualizada | 38.142.134,60 |
| Receitas Realizadas | 35.707.003,20 |
| Déficit Orçamentário | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 3.132.668,59 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 36.898.610,94 |
| Créditos Adicionais | 6.731.793,39 |
| Dotação Atualizada | 43.630.404,33 |
| Despesas Empenhadas | 32.947.899,32 |
| Despesas Liquidadas | 32.087.350,96 |
| Despesas Pagas | 31.520.118,38 |
| Superávit Orçamentário | 3.619.652,24 |

| DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | Até o Bimestre |
|---|---|
| Despesas Empenhadas | 32.947.899,32 |
| Despesas Liquidadas | 32.087.350,96 |

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | Até o Bimestre |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo dos Limites De Endividamento | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo dos Limites Da Despesa Com Pess | 35.244.528,20 |

| RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Até o Bimestre |
|---|---|
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdênciário | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | |
| Resultado Previdenciário | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | |
| Resultado Previdenciário | |

| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | Meta Fixada no AMF da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
|---|---|---|---|
| Resultado Nominal | -276.091,61 | 2.937.255,05 | -63,87% |
| Resultado Primário | -45.792,06 | 2.880.740,99 | -290,92% |

| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre | Pagamento até o Bimestre | Saldo a Pagar |
|---|---|---|---|---|
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 780.099,37 | | 700.257,13 | 79.842,24 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 799.957,75 | | 619.003,19 | 180.954,56 |
| Poder Legislativo | 910,00 | | 910,00 | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| **TOTAL** | **1.580.967,12** | | **1.320.170,32** | **260.796,80** |

| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | Valor Apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
|---|---|---|---|
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento | 7.344.906,67 | 25,00 % | 28,27 % |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fun | | 0,00 % | 0,00 % |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação I | 3.685.775,84 | 60,00 % | 95,34 % |
| Complementação da União ao FUNDEB | | 0,00 % | 0,00 % |

| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo não realizado |
|---|---|---|
| Receita de Operação de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Despesa de Capital Líquida | 3.474.276,10 | 5.251.626,00 |

| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Exercício[1] | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
|---|---|---|---|---|
| Plano Previdênciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | | | | |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | | | | |

| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | 15.000,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor Apurado até o Bimestre | Limite Constitucional Anual | |
|---|---|---|---|
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos | 5.764.803,27 | 15,00 % | 22,72 % |

| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | Valor Apurado no Exercício Corrente |
|---|---|
| Total das Despesas / RCL (%) | |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 26/01/2021 19:22:10 — Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

# RREO ANEXO 07 - RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (e + k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i - j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro 2019 | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro 2019 | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 80.414,08 | 699.685,29 | 700.257,13 | | 79.842,24 | 149.752,57 | 651.115,18 | 651.710,35 | 619.913,19 | | 180.954,56 | 260.796,80 |
| EXECUTIVO | 80.414,08 | 699.685,29 | 700.257,13 | | 79.842,24 | 149.752,57 | 650.205,18 | 650.800,35 | 619.003,19 | | 180.954,56 | 260.796,80 |
| GABINE DO PREFEITO | 971,17 | 6.464,86 | 7.111,16 | | 324,87 | 16.425,00 | 265,00 | 16.515,00 | 16.515,00 | | 175,00 | 499,87 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO | 3.560,16 | 167.436,18 | 163.655,13 | | 7.341,21 | 61.245,97 | 21.593,00 | 92.493,27 | 62.049,54 | | 20.789,43 | 28.130,64 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA | 10.146,55 | 79.091,63 | 79.079,99 | | 10.158,19 | | 32.115,89 | 24.647,76 | 24.647,76 | | 7.468,13 | 17.626,32 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | 27.652,78 | 96.771,11 | 99.571,11 | | 24.852,78 | 59.111,23 | 118.790,70 | 115.406,77 | 115.406,77 | | 62.495,16 | 87.347,94 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV.URBANOS | 16.656,13 | 268.675,90 | 269.253,36 | | 16.078,67 | 2.094,76 | 370.562,40 | 304.900,36 | 304.900,36 | | 67.756,80 | 83.835,47 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | 6.721,63 | 4.679,72 | 4.520,49 | | 6.880,86 | 7.125,04 | 23.367,51 | 13.867,51 | 13.867,51 | | 16.625,04 | 23.505,90 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOCAO SOCIAL | 4.289,95 | 39.752,42 | 40.252,42 | | 3.789,95 | 3.650,84 | 27.079,42 | 26.754,42 | 25.530,99 | | 5.199,27 | 8.989,22 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS | 10.261,21 | 28.536,63 | 28.536,63 | | 10.261,21 | 99,73 | 30.968,59 | 30.752,59 | 30.622,59 | | 445,73 | 10.706,94 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INDIGENAS | 24,50 | | | | 24,50 | | | | | | | 24,50 |
| CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE ARAGUAIA E XINGU | | | | | | | 18.720,00 | 18.720,00 | 18.720,00 | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER | 130,00 | 8.276,84 | 8.276,84 | | 130,00 | | 6.742,67 | 6.742,67 | 6.742,67 | | | 130,00 |
| LEGISLATIVO | | | | | | | 910,00 | 910,00 | 910,00 | | | |
| CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU | | | | | | | 910,00 | 910,00 | 910,00 | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | | | |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **80.414,08** | **699.685,29** | **700.257,13** | | **79.842,24** | **149.752,57** | **651.115,18** | **651.710,35** | **619.913,19** | | **180.954,56** | **260.796,80** |

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (e + k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i - j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) | | | | | | | | | | | | |

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

# RREO ANEXO 06 - RESULTADOS PRIMARIOS E NOMINAL

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | Até DEZEMBRO / 2020 |
|---|---|---|
| | | RECEITAS REALIZADAS (a) |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 29.384.265,07 | 35.244.528,20 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.637.375,27 | 4.109.884,26 |
| IPTU | 80.636,85 | 58.172,32 |
| ISS | 772.529,75 | 871.520,00 |
| ITBI | 1.230.584,33 | 2.384.293,55 |
| IRRF | 390.000,00 | 674.577,08 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 163.624,34 | 121.321,31 |
| Contribuições | 102.855,16 | 174.336,93 |
| Receita Patrimonial | 432.539,63 | 56.514,06 |
| Aplicações Financeiras (II) | 432.539,63 | 56.514,06 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 26.001.477,16 | 30.685.443,12 |
| Cota-parte do FPM | 6.283.200,00 | 5.892.155,79 |
| Cota-parte do ICMS | 6.767.040,00 | 9.631.358,95 |
| Cota-parte do IPVA | 56.095,20 | 154.986,22 |
| Cota Parte do ITR | 979.440,00 | 2.028.174,75 |
| Transferências da LC 87/1996 | 28.047,60 | 0,00 |
| Transferências da LC 61/1989 | 4.674,60 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB | 3.360.000,00 | 3.866.006,05 |
| Outras Transferências Correntes | 8.522.979,76 | 9.112.761,36 |
| Demais Receitas Correntes | 210.017,85 | 218.349,83 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Correntes Restantes | 210.017,85 | 218.349,83 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III)) | 28.951.725,44 | 35.188.014,14 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 8.757.869,53 | 462.475,00 |
| Operações de Crédito (VI) | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 15.000,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 15.000,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 8.742.869,53 | 462.475,00 |
| Convênios | 5.293.465,07 | 462.475,00 |
| Outras Transferências de Capital | 3.449.404,46 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X)) | 8.757.869,53 | 462.475,00 |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)** | **37.709.594,97** | **35.650.489,14** |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até DEZEMBRO / 2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 34.768.502,23 | 29.473.623,22 | 29.331.438,35 | 28.873.562,11 | 437.694,83 | 267.480,70 | 266.127,27 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 18.523.950,94 | 17.318.669,35 | 17.318.669,35 | 17.270.951,87 | 25.438,82 | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 40.000,00 | 2.201,67 | 2.201,67 | 2.201,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 16.204.551,29 | 12.152.752,20 | 12.010.567,33 | 11.600.408,57 | 412.256,01 | 267.480,70 | 266.127,27 |
| Transferências Constitucionais e Legais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Correntes | 15.719.281,89 | 11.671.815,76 | 11.529.630,89 | 11.160.150,75 | 396.254,91 | 251.477,70 | 250.124,27 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 34.728.502,23 | 29.471.421,55 | 29.329.236,68 | 28.871.360,44 | 437.694,83 | 267.480,70 | 266.127,27 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 8.725.902,10 | 3.474.276,10 | 2.755.912,61 | 2.646.556,27 | 264.175,73 | 353.785,92 | 353.785,92 |
| Investimentos | 8.595.902,10 | 3.404.323,79 | 2.685.960,30 | 2.576.603,96 | 264.175,73 | 353.785,92 | 353.785,92 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XX) | 130.000,00 | 69.952,31 | 69.952,31 | 69.952,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 8.595.902,10 | 3.404.323,79 | 2.685.960,30 | 2.576.603,96 | 264.175,73 | 353.785,92 | 353.785,92 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 136.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)** | **43.460.404,33** | **32.875.745,34** | **32.015.196,98** | **31.447.964,40** | **701.870,56** | **621.266,62** | **619.913,19** |

| | |
|---|---|
| **RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]** | **2.880.740,99** |

| META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência** | **-45.792,06** |

Emissão: 26/01/2021 às 17:52
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

| JUROS NOMINAIS | Até DEZEMBRO / 2020 |
|---|---|
| | VALOR INCORRIDO |
| JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV) | 56.514,06 |
| JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVO (XXVI) | 0,00 |

| | |
|---|---|
| **RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)** | **2.937.255,05** |

| META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência** | **-276.091,61** |

| ABAIXO DA LINHA | | |
|---|---|---|
| CALCULO DO RESULTADO NOMINAL | SALDO | |
| | Em 31/Dez / 2019 (a) | Até DEZEMBRO / 2020) (b) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 1.056.005,88 | 983.851,90 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 5.807.900,18 | 9.378.586,24 |
| Disponibilidade de Caixa | 5.909.012,43 | 9.482.551,36 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 6.689.111,80 | 9.562.133,60 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 780.099,37 | 79.582,24 |
| Demais Haveres Financeiros | -101.112,25 | -103.965,12 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | -4.751.894,30 | -8.394.734,34 |
| **RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)** | | **3.642.840,04** |

| AJUSTE METODOLÓGICO | Até DEZEMBRO / 2020) |
|---|---|
| VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 700.517,13 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 983.851,90 |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | 0,00 |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC(XXXVI) | 0,00 |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | 0,00 |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) | 0,00 |
| **RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV -) XXXVI** | **3.926.174,81** |

| | |
|---|---|
| **RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)** | **3.869.660,75** |

| INFORMAÇÕES ADICIONAIS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 3.132.668,59 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 3.132.668,59 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 |

# RREO ANEXO 03 - RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/20 | FEV/20 | MAR/20 | ABR/20 | MAI/20 | JUN/20 | JUL/20 | AGO/20 | SET/20 | OUT/20 | NOV/20 | DEZ/20 | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 2.539.826,07 | 2.601.441,67 | 3.024.631,70 | 2.262.688,71 | 2.117.937,30 | 2.711.413,34 | 3.630.018,35 | 3.368.420,50 | 3.409.797,27 | 4.117.802,73 | 3.079.353,04 | 6.658.691,49 | 39.522.022,17 | 32.913.889,42 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 146.498,06 | 190.948,88 | 421.025,73 | 142.072,17 | 149.987,40 | 123.906,77 | 146.995,76 | 695.795,46 | 193.730,20 | 139.525,09 | 104.173,19 | 1.655.225,55 | 4.109.884,26 | 2.637.375,27 |
| IPTU | 3.607,36 | 4.609,76 | 1.861,74 | 560,78 | 3.672,93 | 6.590,66 | 3.210,06 | 6.095,70 | 14.782,39 | 7.197,65 | 3.562,45 | 2.420,84 | 58.172,32 | 80.636,85 |
| ISS | 81.228,13 | 90.899,46 | 60.618,63 | 73.674,44 | 71.416,85 | 47.169,71 | 81.833,71 | 74.405,00 | 62.236,84 | 66.454,30 | 43.903,87 | 117.679,06 | 871.520,00 | 772.529,75 |
| ITBI | 18.000,94 | 52.440,42 | 300.000,00 | | 7.600,00 | | 3.400,00 | 558.354,47 | | | 320,00 | 1.444.177,72 | 2.384.293,55 | 1.230.584,33 |
| IRRF | 25.814,47 | 32.673,17 | 53.059,86 | 62.395,68 | 53.988,71 | 57.189,30 | 45.838,87 | 44.122,86 | 108.995,17 | 57.340,33 | 48.306,78 | 84.851,88 | 674.577,08 | 390.000,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria | 17.847,16 | 10.326,07 | 5.485,50 | 5.441,27 | 13.308,91 | 12.957,10 | 12.713,12 | 12.817,43 | 7.715,80 | 8.532,81 | 8.080,09 | 6.096,05 | 121.321,31 | 163.624,34 |
| Contribuições | 14.123,06 | 23.448,18 | 11.456,92 | | 20.091,06 | 2.416,60 | 23.242,20 | 1.292,37 | 34.032,60 | 15.303,74 | 15.274,72 | 13.655,48 | 174.336,93 | 102.855,16 |
| Receita Patrimonial | 11.187,84 | 8.039,70 | 9.282,29 | 6.169,97 | 5.204,20 | 4.135,08 | 3.244,09 | 2.081,29 | 424,90 | 2.069,62 | 1.739,89 | 2.935,19 | 56.514,06 | 432.539,63 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 11.187,84 | 8.039,70 | 9.282,29 | 6.169,97 | 5.204,20 | 4.135,08 | 3.244,09 | 2.081,29 | 424,90 | 2.069,62 | 1.739,89 | 2.935,19 | 56.514,06 | 432.539,63 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Agropecuária | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Industrial | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Serviços | | | | 41.592,11 | 38.215,51 | | | | | | | | 79.807,62 | 10.517,85 |
| Transferências Correntes | 2.362.084,76 | 2.359.356,08 | 2.572.737,27 | 2.063.742,97 | 1.893.136,21 | 2.573.000,45 | 3.445.830,13 | 2.662.033,32 | 3.172.045,53 | 3.943.832,81 | 2.949.263,50 | 4.965.874,06 | 34.962.937,09 | 29.531.101,51 |
| Cota Parte do FPM | 606.292,89 | 876.066,17 | 512.260,15 | 502.128,33 | 525.337,03 | 427.652,52 | 737.229,24 | 468.305,77 | 377.224,42 | 507.591,79 | 672.774,49 | 1.003.158,72 | 7.216.021,52 | 7.854.000,00 |
| Cota Parte do ICMS | 902.638,57 | 800.390,24 | 1.200.622,09 | 755.920,52 | 709.146,63 | 901.516,73 | 958.363,65 | 910.006,20 | 1.290.502,56 | 1.158.998,80 | 1.037.750,04 | 1.413.342,34 | 12.039.198,37 | 8.458.800,00 |
| Cota Parte do IPVA | 18.768,68 | 16.488,63 | 17.973,55 | 17.493,16 | 18.024,96 | 16.957,99 | 15.915,12 | 11.931,60 | 10.208,05 | 13.844,00 | 16.771,44 | 19.354,34 | 193.731,52 | 70.119,00 |
| Cota Parte do ITR | 201.653,41 | 22.350,37 | 39.712,00 | 33.461,37 | 4.584,79 | 29.916,03 | 396,32 | 7.248,55 | 41.510,60 | 1.349.587,10 | 345.464,88 | 459.332,85 | 2.535.218,27 | 1.224.300,00 |
| Transferência da LC 87/1966 | | | | | | | | | | | | | | 35.059,50 |
| Transferência LC 61/1989 | | | | | | | | | | | | | | 5.843,25 |
| Transferências FUNDEB | 303.102,51 | 316.439,16 | 368.760,96 | 250.395,82 | 246.563,51 | 283.028,78 | 292.208,25 | 281.264,58 | 363.493,21 | 373.615,91 | 343.746,79 | 443.386,57 | 3.866.006,05 | 3.360.000,00 |
| Outras Transferências Correntes | 329.628,70 | 327.621,51 | 433.408,52 | 504.343,77 | 389.479,29 | 913.928,40 | 1.441.717,55 | 983.276,62 | 1.089.106,69 | 540.195,21 | 532.755,86 | 1.627.299,24 | 9.112.761,36 | 8.522.979,76 |
| Outras Receitas Correntes | 5.932,35 | 19.648,83 | 10.129,49 | 9.111,49 | 11.302,92 | 7.954,44 | 10.706,17 | 7.218,06 | 9.564,04 | 17.071,47 | 8.901,74 | 21.001,21 | 138.542,21 | 199.500,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 345.870,59 | 343.058,97 | 354.113,37 | 261.800,55 | 251.418,53 | 275.208,52 | 282.648,02 | 279.498,31 | 343.888,98 | 606.004,17 | 414.552,02 | 519.431,94 | 4.277.493,97 | 3.529.624,35 |
| Contrib. Servidor para o Plano de Previdência | | | | | | | | | | | | | | |
| Comp. Financeira entre Regimes de Previdência | | | | | | | | | | | | | | |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 345.870,59 | 343.058,97 | 354.113,37 | 261.800,55 | 251.418,53 | 275.208,52 | 282.648,02 | 279.498,31 | 343.888,98 | 606.004,17 | 414.552,02 | 519.431,94 | 4.277.493,97 | 3.529.624,35 |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)** | **2.193.955,48** | **2.258.382,70** | **2.670.518,33** | **2.000.888,16** | **1.866.518,77** | **2.436.204,82** | **3.347.370,33** | **3.088.922,19** | **3.065.908,29** | **3.511.798,56** | **2.664.801,02** | **6.139.259,55** | **35.244.528,20** | **29.384.265,07** |
| **Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)(CF) (IV)** | **2.193.955,48** | **2.258.382,70** | **2.670.518,33** | **2.000.888,16** | **1.866.518,77** | **2.436.204,82** | **3.347.370,33** | **3.088.922,19** | **3.065.908,29** | **3.511.798,56** | **2.664.801,02** | **6.139.259,55** | **35.244.528,20** | **29.384.265,07** |
| **Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)(IV)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)(V)** | **2.193.955,48** | **2.258.382,70** | **2.670.518,33** | **2.000.888,16** | **1.866.518,77** | **2.436.204,82** | **3.347.370,33** | **3.088.922,19** | **3.065.908,29** | **3.511.798,56** | **2.664.801,02** | **6.139.259,55** | **35.244.528,20** | **29.384.265,07** |

Emissão: 26/01/2021 17:50:58 — Page 1 de .
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. — Homologado

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/20 | FEV/20 | MAR/20 | ABR/20 | MAI/20 | JUN/20 | JUL/20 | AGO/20 | SET/20 | OUT/20 | NOV/20 | DEZ/20 | | |

## RREO ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA EXECUCAO DAS DESPESAS POR FUNCAO-SUBFUNCAO - CONSOLIDADO

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — em Reais

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | 36.898.610,94 | 43.630.404,33 | 4.669.246,92 | 32.947.899,32 | 100,00 | 10.682.505,01 | 6.266.598,63 | 32.087.350,96 | 100,00 | 11.543.053,37 | 860.548,36 |
| LEGISLATIVA | 1.688.225,11 | 1.740.808,51 | 297.303,12 | 1.707.741,94 | 5,18 | 33.066,57 | 448.517,09 | 1.707.741,94 | 5,32 | 33.066,57 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 1.688.225,11 | 1.740.808,51 | 297.303,12 | 1.707.741,94 | 5,18 | 33.066,57 | 448.517,09 | 1.707.741,94 | 5,32 | 33.066,57 | 0,00 |
| JUDICIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 4.016.226,51 | 5.756.955,64 | 797.592,26 | 5.307.665,82 | 16,11 | 449.289,82 | 946.669,56 | 5.303.234,35 | 16,53 | 453.721,29 | 4.431,47 |
| Administração Geral | 3.029.644,51 | 4.704.378,90 | 646.737,97 | 4.394.621,51 | 13,34 | 309.757,39 | 748.891,73 | 4.391.248,64 | 13,69 | 313.130,26 | 3.372,87 |
| Administração Financeira | 908.982,00 | 999.976,74 | 146.433,29 | 877.329,72 | 2,66 | 122.647,02 | 193.356,83 | 876.271,12 | 2,73 | 123.705,62 | 1.058,60 |
| Ordenamento Territorial | 8.500,00 | 8.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.500,00 | 0,00 |
| Comunicação Social | 69.100,00 | 44.100,00 | 4.421,00 | 35.714,59 | 0,11 | 8.385,41 | 4.421,00 | 35.714,59 | 0,11 | 8.385,41 | 0,00 |
| DEFESA NACIONAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 10.075,60 | 10.075,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.075,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.075,60 | 0,00 |
| Policiamento | 10.075,60 | 10.075,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.075,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.075,60 | 0,00 |
| RELAÇÕES EXTERIORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.706.068,86 | 3.128.947,32 | 81.449,58 | 2.165.281,26 | 6,57 | 963.666,06 | 464.694,36 | 2.153.130,26 | 6,71 | 975.817,06 | 12.151,00 |
| Assistência ao Idoso | 40.000,00 | 40.000,00 | 2.415,60 | 5.977,43 | 0,02 | 34.022,57 | 2.415,60 | 5.977,43 | 0,02 | 34.022,57 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 268.000,00 | 268.000,00 | 34.683,71 | 169.595,62 | 0,51 | 98.404,38 | 36.577,64 | 169.595,62 | 0,53 | 98.404,38 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 2.398.068,86 | 2.820.947,32 | 44.350,27 | 1.989.708,21 | 6,04 | 831.239,11 | 425.701,12 | 1.977.557,21 | 6,16 | 843.390,11 | 12.151,00 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SAÚDE | 8.843.826,08 | 10.064.480,12 | 1.270.876,64 | 8.325.765,36 | 25,27 | 1.738.714,76 | 1.535.354,76 | 8.250.984,25 | 25,71 | 1.813.495,87 | 74.781,11 |
| Administração Geral | 0,00 | 75.000,00 | 0,00 | 52.051,76 | 0,16 | 22.948,24 | 0,00 | 52.051,76 | 0,16 | 22.948,24 | 0,00 |
| Atenção Básica | 6.168.111,35 | 6.578.587,19 | 848.162,07 | 5.444.523,57 | 16,52 | 1.134.063,62 | 974.100,08 | 5.433.370,24 | 16,93 | 1.145.216,95 | 11.153,33 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 1.963.175,73 | 2.620.247,97 | 350.457,92 | 2.205.725,86 | 6,69 | 414.522,11 | 480.297,33 | 2.143.757,53 | 6,68 | 476.490,44 | 61.968,33 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 150.000,00 | 191.780,78 | 18.873,01 | 172.264,57 | 0,52 | 19.516,21 | 28.127,70 | 171.161,11 | 0,53 | 20.619,67 | 1.103,46 |
| Vigilância Sanitária | 30.000,00 | 41.666,09 | 546,19 | 4.167,47 | 0,01 | 37.498,62 | -7,80 | 3.611,48 | 0,01 | 38.054,61 | 555,99 |
| Vigilância Epidemiológica | 532.539,00 | 557.198,09 | 52.837,45 | 447.032,13 | 1,36 | 110.165,96 | 52.837,45 | 447.032,13 | 1,39 | 110.165,96 | 0,00 |
| TRABALHO | 311.000,00 | 354.000,00 | 47.445,28 | 352.445,28 | 1,07 | 1.554,72 | 88.106,32 | 352.445,28 | 1,10 | 1.554,72 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 311.000,00 | 354.000,00 | 47.445,28 | 352.445,28 | 1,07 | 1.554,72 | 88.106,32 | 352.445,28 | 1,10 | 1.554,72 | 0,00 |
| EDUCAÇÃO | 10.156.182,24 | 10.209.581,20 | 1.374.722,40 | 7.393.693,05 | 22,44 | 2.815.888,15 | 1.280.553,30 | 6.943.945,62 | 21,64 | 3.265.635,58 | 449.747,43 |
| Ensino Fundamental | 7.823.158,29 | 7.864.407,27 | 1.353.832,78 | 6.063.479,62 | 18,40 | 1.800.927,65 | 1.250.001,35 | 5.613.732,19 | 17,50 | 2.250.675,08 | 449.747,43 |
| Educação Infantil | 2.033.023,95 | 2.045.173,93 | 26.618,21 | 1.282.842,12 | 3,89 | 762.331,81 | 30.551,95 | 1.282.842,12 | 4,00 | 762.331,81 | 0,00 |
| Demais Subfunções | 300.000,00 | 300.000,00 | -5.728,59 | 47.371,31 | 0,14 | 252.628,69 | 0,00 | 47.371,31 | 0,15 | 252.628,69 | 0,00 |
| CULTURA | 566.622,22 | 596.949,65 | 106.705,77 | 373.935,60 | 1,13 | 223.014,05 | 196.688,65 | 363.407,03 | 1,13 | 233.542,62 | 10.528,57 |
| Difusão Cultural | 566.622,22 | 596.949,65 | 106.705,77 | 373.935,60 | 1,13 | 223.014,05 | 196.688,65 | 363.407,03 | 1,13 | 233.542,62 | 10.528,57 |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 324.622,22 | 361.112,22 | 73.498,17 | 232.633,00 | 0,71 | 128.479,22 | 91.201,89 | 232.633,00 | 0,72 | 128.479,22 | 0,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas | 324.622,22 | 361.112,22 | 73.498,17 | 232.633,00 | 0,71 | 128.479,22 | 91.201,89 | 232.633,00 | 0,72 | 128.479,22 | 0,00 |
| URBANISMO | 2.930.161,06 | 2.527.499,14 | 126.156,59 | 1.579.498,49 | 4,79 | 948.000,65 | 358.961,53 | 1.287.419,59 | 4,01 | 1.240.079,55 | 292.078,90 |
| Infra-Estrutura Urbana | 2.405.122,22 | 1.808.446,75 | -10.573,77 | 898.954,05 | 2,73 | 909.492,70 | 218.607,92 | 609.875,15 | 1,90 | 1.198.571,60 | 289.078,90 |
| Serviços Urbanos | 525.038,84 | 719.052,39 | 136.730,36 | 680.544,44 | 2,07 | 38.507,95 | 140.353,61 | 677.544,44 | 2,11 | 41.507,95 | 3.000,00 |
| HABITAÇÃO | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| SANEAMENTO | 475.590,18 | 745.135,94 | 196.944,37 | 598.991,07 | 1,82 | 146.144,87 | 207.916,15 | 598.991,07 | 1,87 | 146.144,87 | 0,00 |

Emissão: 26/01/2021 17:49:18
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1
Homolo

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| Saneamento Básico Urbano | 475.590,18 | 745.135,94 | 196.944,37 | 598.991,07 | 1,82 | 146.144,87 | 207.916,15 | 598.991,07 | 1,87 | 146.144,87 | 0,00 |
| GESTÃO AMBIENTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AGRICULTURA | 719.965,06 | 1.403.204,02 | -79.119,47 | 454.864,98 | 1,38 | 948.339,04 | 11.526,77 | 454.662,35 | 1,42 | 948.541,67 | 202,63 |
| Abastecimento | 684.965,06 | 1.382.804,02 | -79.119,47 | 454.864,98 | 1,38 | 927.939,04 | 11.526,77 | 454.662,35 | 1,42 | 928.141,67 | 202,63 |
| Demais Subfunções | 35.000,00 | 20.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.400,00 | 0,00 |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INDUSTRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMUNICAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ENERGIA | 100.000,00 | 109.000,00 | 15.499,20 | 63.522,79 | 0,19 | 45.477,21 | 12.999,20 | 61.022,79 | 0,19 | 47.977,21 | 2.500,00 |
| Energia Elétrica | 100.000,00 | 109.000,00 | 15.499,20 | 63.522,79 | 0,19 | 45.477,21 | 12.999,20 | 61.022,79 | 0,19 | 47.977,21 | 2.500,00 |
| TRANSPORTES | 2.975.945,80 | 5.956.126,74 | 354.092,77 | 4.132.597,96 | 12,54 | 1.823.528,78 | 578.431,23 | 4.118.470,71 | 12,84 | 1.837.656,03 | 14.127,25 |
| Transporte Rodoviário | 2.975.945,80 | 5.956.126,74 | 354.092,77 | 4.132.597,96 | 12,54 | 1.823.528,78 | 578.431,23 | 4.118.470,71 | 12,84 | 1.837.656,03 | 14.127,25 |
| DESPORTO E LAZER | 768.000,00 | 360.428,23 | 18.728,35 | 187.108,74 | 0,57 | 173.319,49 | 31.986,22 | 187.108,74 | 0,58 | 173.319,49 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 768.000,00 | 360.428,23 | 18.728,35 | 187.108,74 | 0,57 | 173.319,49 | 31.986,22 | 187.108,74 | 0,58 | 173.319,49 | 0,00 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 170.000,00 | 170.000,00 | -12.648,11 | 72.153,98 | 0,22 | 97.846,02 | 12.991,60 | 72.153,98 | 0,22 | 97.846,02 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 170.000,00 | 170.000,00 | -12.648,11 | 72.153,98 | 0,22 | 97.846,02 | 12.991,60 | 72.153,98 | 0,22 | 97.846,02 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 136.000,00 | 136.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 136.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 136.000,00 | 0,00 |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | 36.898.610,94 | 43.630.404,33 | 4.669.246,92 | 32.947.899,32 | 100,00 | 10.682.505,01 | 6.266.598,63 | 32.087.350,96 | 100,00 | 11.543.053,37 | 860.548,36 |

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesa Empenhada | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/III b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/III d) | | |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LEGISLATIVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| JUDICIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEFESA NACIONAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RELAÇÕES EXTERIORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRABALHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CULTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| URBANISMO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| HABITAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Emissão: 26/01/2021 17:49:18

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 2

Homolo

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesa Empenhada | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/III b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/III d) | | |
| SANEAMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| GESTÃO AMBIENTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AGRICULTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INDUSTRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMUNICAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ENERGIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSPORTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPORTO E LAZER | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

## RREO ANEXO 01 - BALANCO ORCAMENTARIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

| RECEITAS | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (a - c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 36.898.610,94 | 38.142.134,60 | 8.807.535,57 | 23,09 | 35.707.003,20 | 93,62 | 2.435.131,40 |
| RECEITAS CORRENTES | 29.259.765,07 | 29.384.265,07 | 8.804.060,57 | 29,96 | 35.244.528,20 | 119,94 | -5.860.263,13 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 2.637.375,27 | 2.637.375,27 | 1.759.398,74 | 66,71 | 4.109.884,26 | 155,83 | -1.472.508,99 |
| Impostos | 2.473.750,93 | 2.473.750,93 | 1.745.417,70 | 70,56 | 3.989.008,35 | 161,25 | -1.515.257,42 |
| Taxas | 99.348,59 | 99.348,59 | 2.677,76 | 2,70 | 48.721,58 | 49,04 | 50.627,01 |
| Contribuição de Melhoria | 64.275,75 | 64.275,75 | 11.303,28 | 17,59 | 72.154,33 | 112,26 | -7.878,58 |
| CONTRIBUIÇÕES | 102.855,16 | 102.855,16 | 28.930,20 | 28,13 | 174.336,93 | 169,50 | -71.481,77 |
| Contribuições Sociais | 12.855,16 | 12.855,16 | | | | | 12.855,16 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Socia | | | | | | | |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú | 90.000,00 | 90.000,00 | 28.930,20 | 32,14 | 174.336,93 | 193,71 | -84.336,93 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 432.539,63 | 432.539,63 | 4.675,08 | 1,08 | 56.514,06 | 13,07 | 376.025,57 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | | | | | | | |
| Valores Mobiliários | 432.539,63 | 432.539,63 | 4.675,08 | 1,08 | 56.514,06 | 13,07 | 376.025,57 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P | | | | | | | |
| Exploração de Recursos Naturais | | | | | | | |
| Exploração do Patrimônio Intangível | | | | | | | |
| Cessão de Direitos | | | | | | | |
| Demais Receitas Patrimoniais | | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 10.517,85 | 10.517,85 | | | 79.807,62 | 758,78 | -69.289,77 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 5.843,25 | 5.843,25 | | | | | 5.843,25 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Financeiras | | | | | | | |
| Outros Serviços | 4.674,60 | 4.674,60 | | | 79.807,62 | 1.707,26 | -75.133,02 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 25.876.977,16 | 26.001.477,16 | 6.981.153,60 | 26,85 | 30.685.443,12 | 118,01 | -4.683.965,96 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 11.804.718,99 | 11.929.218,99 | 3.247.231,66 | 27,22 | 13.777.895,30 | 115,50 | -1.848.676,31 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su | 10.712.258,17 | 10.712.258,17 | 2.946.788,58 | 27,51 | 13.041.541,77 | 121,74 | -2.329.283,60 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 3.360.000,00 | 3.360.000,00 | 787.133,36 | 23,43 | 3.866.006,05 | 115,06 | -506.006,05 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 199.500,00 | 199.500,00 | 29.902,95 | 14,99 | 138.542,21 | 69,44 | 60.957,79 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | | | | | | |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 11.686,50 | 11.686,50 | 10.188,32 | 87,18 | 41.109,95 | 351,77 | -29.423,45 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb | | | | | | | |
| Demais Receitas Correntes | 187.813,50 | 187.813,50 | 19.714,63 | 10,50 | 97.432,26 | 51,88 | 90.381,24 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 7.638.845,87 | 8.757.869,53 | 3.475,00 | 0,04 | 462.475,00 | 5,28 | 8.295.394,53 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 15.000,00 | 15.000,00 | | | | | 15.000,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 15.000,00 | 15.000,00 | | | | | 15.000,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 7.623.845,87 | 8.742.869,53 | 3.475,00 | 0,04 | 462.475,00 | 5,29 | 8.280.394,53 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 4.622.999,71 | 5.742.023,37 | 3.475,00 | 0,06 | 462.475,00 | 8,05 | 5.279.548,37 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su | 3.000.846,16 | 3.000.846,16 | | | | | 3.000.846,16 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | | | | | | | |
| Resgate de Títulos do Tesouro | | | | | | | |
| Demais Receitas de Capital | | | | | | | |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 36.898.610,94 | 38.142.134,60 | 8.807.535,57 | 23,09 | 35.707.003,20 | 93,62 | 2.435.131,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 36.898.610,94 | 38.142.134,60 | 8.807.535,57 | 23,09 | 35.707.003,20 | 93,62 | 2.435.131,40 |
| DÉFICIT (VI)' | | | | | | | |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 36.898.610,94 | 38.142.134,60 | 8.807.535,57 | 23,09 | 35.707.003,20 | 93,62 | 2.435.131,40 |

Emissão: 26/01/2021 17:47:19
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | 3.132.668,59 | | | 3.132.668,59 | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | | | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | 3.132.668,59 | | | 3.132.668,59 | | |

Emissão: 26/01/2021 17:47:19
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019
Page 2 de 2
Homolo

# RREO ANEXO 01 - BALANCO ORCAMENTARIO - DESPESA- CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

| DESPESAS | Dotação Inicial (d) | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Despesas Pagas Até o Bimestre (j) | Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | Saldo (g) = (e - f) | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | Saldo (i) = (e - h) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 36.898.610,94 | 43.630.404,33 | 4.669.246,92 | 32.947.899,32 | 10.682.505,01 | 6.266.598,63 | 32.087.350,96 | 11.543.053,37 | 31.520.118,38 | 860.548,36 |
| DESPESAS CORRENTES | 28.914.615,54 | 34.768.502,23 | 4.853.296,88 | 29.473.623,22 | 5.294.879,01 | 5.758.056,20 | 29.331.438,35 | 5.437.063,88 | 28.873.562,11 | 142.184,87 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 14.850.715,74 | 18.523.950,94 | 3.197.408,10 | 17.318.669,35 | 1.205.281,59 | 3.212.101,83 | 17.318.669,35 | 1.205.281,59 | 17.270.951,87 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 40.000,00 | 40.000,00 | -2.207,42 | 2.201,67 | 37.798,33 | | 2.201,67 | 37.798,33 | 2.201,67 | |
| Outras Despesas Correntes | 14.023.899,80 | 16.204.551,29 | 1.658.096,20 | 12.152.752,20 | 4.051.799,09 | 2.545.954,37 | 12.010.567,33 | 4.193.983,96 | 11.600.408,57 | 142.184,87 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 7.847.995,40 | 8.725.902,10 | -184.049,96 | 3.474.276,10 | 5.251.626,00 | 508.542,43 | 2.755.912,61 | 5.969.989,49 | 2.646.556,27 | 718.363,49 |
| Investimentos | 7.717.995,40 | 8.595.902,10 | -173.609,27 | 3.404.323,79 | 5.191.578,31 | 495.550,83 | 2.685.960,30 | 5.909.941,80 | 2.576.603,96 | 718.363,49 |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | 130.000,00 | 130.000,00 | -10.440,69 | 69.952,31 | 60.047,69 | 12.991,60 | 69.952,31 | 60.047,69 | 69.952,31 | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 136.000,00 | 136.000,00 | | | 136.000,00 | | | 136.000,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 36.898.610,94 | 43.630.404,33 | 4.669.246,92 | 32.947.899,32 | 10.682.505,01 | 6.266.598,63 | 32.087.350,96 | 11.543.053,37 | 31.520.118,38 | 860.548,36 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI) | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Interna | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Externa | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 36.898.610,94 | 43.630.404,33 | 4.669.246,92 | 32.947.899,32 | 10.682.505,01 | 6.266.598,63 | 32.087.350,96 | 11.543.053,37 | 31.520.118,38 | 860.548,36 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | 2.759.103,88 | | | 3.619.652,24 | | 4.186.884,82 | |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 36.898.610,94 | 43.630.404,33 | 4.669.246,92 | 35.707.003,20 | 7.923.401,13 | 6.266.598,63 | 35.707.003,20 | 7.923.401,13 | 35.707.003,20 | 860.548,36 |
| RESERVA DO RPPS | | | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 17:47:21
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

## RGF ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | 35.244.528,20 |
| **DESPESA COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| Despesa Total com Pessoal DTP | 18.588.166,10 | 52,74 |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00% | 21.146.716,92 | 60,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 57,00 % | 20.089.381,07 | 57,00 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00% | 19.032.045,23 | 54,00 |
| **DIVIDA CONSOLIDADA** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA | -8.394.734,34 | -23,82 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 120,00 % | 42.293.433,84 | 120,00 |
| **GARANTIAS DE VALORES** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **RESTOS A PAGAR** | **RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
| Valor Total | 860.548,36 | 7.680.527,73 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 26/01/2021 19:43:55
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

## RGF ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL - LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 0,00 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 0,00 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal DTP | 975.472,39 | 2,76 |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00% | 0,00 | 0,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00% | 0,00 | 0,00 |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 0,00 | 0,00 |

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 17:32:02
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

# RGF ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso **III**, alínea "a")

em Reais

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)** | **2.956.353,74** | **45.061,20** | **285.364,43** | **108.106,74** | **99.626,99** | **0,00** | **2.418.194,38** | **124.006,46** | **0,00** | **2.294.187,92** |
| Recursos Ordinários | 2.956.353,74 | 45.061,20 | 285.364,43 | 108.106,74 | 99.626,99 | 0,00 | 2.418.194,38 | 124.006,46 | 0,00 | 2.294.187,92 |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)** | **6.639.830,73** | **34.521,04** | **281.868,15** | **71.494,39** | **129.065,44** | **0,00** | **6.122.881,71** | **736.541,90** | **0,00** | **5.386.339,81** |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação | 1.826.166,40 | 16.577,75 | 17.209,59 | 6.928,13 | 9.892,54 | 0,00 | 1.775.558,39 | 2.520,00 | 0,00 | 1.773.038,39 |
| Transferências do FUNDEB | 464.522,81 | 2.511,22 | 0,00 | 0,00 | 51.958,43 | 0,00 | 410.053,16 | 0,00 | 0,00 | 410.053,16 |
| Outros Recursos Destinados à Educação | 1.525.661,34 | 1.277,97 | 102.137,23 | 2.012,00 | 0,00 | 0,00 | 1.420.234,14 | 464.265,50 | 0,00 | 955.968,64 |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde | 337.901,59 | 1.195,66 | 21.624,38 | 3.079,63 | 67.214,47 | 0,00 | 244.787,45 | 16.734,79 | 0,00 | 228.052,66 |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 935.187,62 | 12.032,00 | 30.705,72 | 59.415,53 | 0,00 | 0,00 | 833.034,37 | 29.129,53 | 0,00 | 803.904,84 |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 1.550.390,97 | 926,44 | 110.191,23 | 59,10 | 0,00 | 0,00 | 1.439.214,20 | 223.892,08 | 0,00 | 1.215.322,12 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **9.596.184,47** | **79.582,24** | **567.232,58** | **179.601,13** | **228.692,43** | **0,00** | **8.541.076,09** | **860.548,36** | **0,00** | **7.680.527,73** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 26/01/2021 19:43:19
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

## RGF ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Recursos Ordinários | 1.717,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.717,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 17:31:28
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.298.974,57 | 1.531.043,55 | 1.413.817,37 | 1.594.023,26 | 1.458.884,24 | 1.544.154,48 | 1.495.226,14 | 1.691.970,74 | 1.432.265,92 | 1.628.714,43 | 1.506.275,24 | 1.978.112,55 | 18.573.462,49 | 27.813,33 |
| Pessoal Ativo | 1.285.039,37 | 1.413.663,35 | 1.313.055,69 | 1.482.798,26 | 1.349.334,14 | 1.438.689,48 | 1.389.331,14 | 1.581.565,74 | 1.334.365,92 | 1.518.724,43 | 1.390.297,24 | 1.821.804,59 | 17.318.669,35 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 1.045.207,32 | 1.145.399,44 | 1.064.760,84 | 1.202.583,71 | 1.093.811,71 | 1.166.538,95 | 1.123.818,59 | 1.287.887,55 | 1.075.903,43 | 1.228.946,78 | 1.123.338,18 | 1.463.563,20 | 14.021.759,70 | |
| Obrigações Patronais | 239.832,05 | 268.263,91 | 248.294,85 | 280.214,55 | 255.522,43 | 272.150,53 | 265.512,55 | 293.678,19 | 258.462,49 | 289.777,65 | 266.959,06 | 358.241,39 | 3.296.909,65 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.298.974,57 | 1.531.043,55 | 1.413.817,37 | 1.594.023,26 | 1.458.884,24 | 1.544.154,48 | 1.495.226,14 | 1.691.970,74 | 1.432.265,92 | 1.628.714,43 | 1.493.165,52 | 1.978.112,55 | 18.560.352,77 | 27.813,33 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 18.588.166,10 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 35.244.528,20 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 18.588.166,10 | 52,74 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 21.146.716,92 | 60,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 20.089.381,07 | 57,00 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 19.032.045,23 | 54,00 % |

**FONTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 18:38:43
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU**

Page 1 de 2
Homologado

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | |
|---|---|---|
| 3º Quadrimestre de 2020 | | |
| **Limite Máximo (a)** | **% DTP (b)** | **% Excedente (c) = (b - a)** |
| 60,00 % | 52,74 % | -7,26 % |

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - EXECUTIVO - 3 QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.298.974,57 | 1.377.310,12 | 1.413.817,37 | 1.430.771,76 | 1.458.884,24 | 1.385.519,74 | 1.495.226,14 | 1.532.825,28 | 1.432.265,92 | 1.477.480,47 | 1.506.275,24 | 1.788.639,25 | 17.597.990,10 | 27.813,33 |
| Pessoal Ativo | 1.285.039,37 | 1.259.929,92 | 1.313.055,69 | 1.319.546,76 | 1.349.334,14 | 1.280.054,74 | 1.389.331,14 | 1.422.420,28 | 1.334.365,92 | 1.367.490,47 | 1.390.297,24 | 1.632.331,29 | 16.343.196,96 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 1.045.207,32 | 1.017.192,06 | 1.064.760,84 | 1.065.867,73 | 1.093.811,71 | 1.033.818,68 | 1.123.818,59 | 1.154.337,05 | 1.075.903,43 | 1.104.105,38 | 1.123.338,18 | 1.304.340,09 | 13.206.501,06 | |
| Obrigações Patronais | 239.832,05 | 242.737,86 | 248.294,85 | 253.679,03 | 255.522,43 | 246.236,06 | 265.512,55 | 268.083,23 | 258.462,49 | 263.385,09 | 266.959,06 | 327.991,20 | 3.136.695,90 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 13.935,20 | 117.380,20 | 100.761,68 | 111.225,00 | 109.550,10 | 105.465,00 | 105.895,00 | 110.405,00 | 97.900,00 | 109.990,00 | 115.978,00 | 156.307,96 | 1.254.793,14 | 27.813,33 |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | 13.109,72 | | 13.109,72 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.298.974,57 | 1.377.310,12 | 1.413.817,37 | 1.430.771,76 | 1.458.884,24 | 1.385.519,74 | 1.495.226,14 | 1.532.825,28 | 1.432.265,92 | 1.477.480,47 | 1.493.165,52 | 1.788.639,25 | 17.584.880,38 | 27.813,33 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 17.612.693,71 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 35.244.528,20 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 17.612.693,71 | 49,97 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 19.032.045,23 | 54,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 18.080.442,97 | 51,30 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 17.128.840,71 | 48,60 % |

**FONTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | |
|---|---|---|
| 3º Quadrimestre de 2020 | | |
| **Limite Máximo (a)** | **% DTP (b)** | **% Excedente (c) = (b - a)** |
| 54,00 % | 49,97 % | -4,03 % |

## RGF ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - 3 QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — em Reais

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | até o 1º Quadrimestre | até o 2º Quadrimestre | até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 1.056.005,88 | 1.026.538,43 | 1.013.616,06 | 983.851,90 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 1.056.005,88 | 1.026.538,43 | 1.013.616,06 | 983.851,90 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 1.056.005,88 | 1.026.538,43 | 1.013.616,06 | 983.851,90 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 1.056.005,88 | 1.026.538,43 | 1.013.616,06 | 983.851,90 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 5.807.900,18 | 6.001.791,92 | 7.281.380,26 | 9.378.586,24 |
| Disponibilidade de Caixa | 5.909.012,43 | 6.105.885,11 | 7.385.350,27 | 9.482.551,36 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 6.689.111,80 | 6.220.269,59 | 7.469.553,44 | 9.562.133,60 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 780.099,37 | 114.384,48 | 84.203,17 | 79.582,24 |
| Demais Haveres Financeiros | -101.112,25 | -104.093,19 | -103.970,01 | -103.965,12 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -4.751.894,30 | -4.975.253,49 | -6.267.764,20 | -8.394.734,34 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 30.693.846,62 | 30.592.222,59 | 32.772.521,02 | 35.244.528,20 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV - V) | 30.693.846,62 | 30.592.222,59 | 32.772.521,02 | 35.244.528,20 |
| % da DC sobre a RCL (I / RCL) (I/VI) | 3,44 | 3,36 | 3,09 | 2,79 |
| % da DCL sobre a RCL (III / RCL) (III/VI) | -15,48 | -16,26 | -19,13 | -23,82 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 36.832.615,94 | 36.710.667,11 | 39.327.025,22 | 42.293.433,84 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%] | 33.149.354,35 | 33.039.600,40 | 35.394.322,70 | 38.064.090,46 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO ATUARIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA | 216.251,87 | 237.676,34 | 273.879,64 | 227.215,12 |
| RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 800.867,75 | 365.754,35 | 225.251,13 | 179.601,13 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Notas:

Emissão: 27/01/2021 18:45:41 — Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homolc

## RGF ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| A ENTIDADES CONTROLADAS(III) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| AOS ESTADOS (I) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | | | | |
| TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 30.693.846,62 | 30.592.222,59 | 32.772.521,02 | 35.244.528,20 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(VII) | | | | |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VI | 30.693.846,62 | 30.592.222,59 | 32.772.521,02 | 35.244.528,20 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | | | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | | | | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 % | | | | |

| CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| DOS ESTADOS (VII) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| DOS MUNICÍPIOS (VIII) | | | | |
| TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X) | | | | |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 18:41:20

Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

Homologado

# RGF ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS OPERACOES DE CREDITO - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") — em Reais

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II) | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAIS (III)** | **0,00** | **0,00** |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | 100,00 |
| (-) Transf. Obrigatória União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)F)(V) | 35.244.528,20 | 100,00 |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII) - (Ia + IIa) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | 0,00 | 0,00 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 27/01/2021 18:41:55 — Page 1 de 2

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

# RGF ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)** | **2.956.353,74** | **45.061,20** | **285.364,43** | **108.106,74** | **99.626,99** | **0,00** | **2.418.194,38** | **124.006,46** | **0,00** | **2.294.187,92** |
| Recursos Ordinários | 2.956.353,74 | 45.061,20 | 285.364,43 | 108.106,74 | 99.626,99 | 0,00 | 2.418.194,38 | 124.006,46 | 0,00 | 2.294.187,92 |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)** | **6.639.830,73** | **34.521,04** | **281.868,15** | **71.494,39** | **129.065,44** | **0,00** | **6.122.881,71** | **736.541,90** | **0,00** | **5.386.339,81** |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação | 1.826.166,40 | 16.577,75 | 17.209,59 | 6.928,13 | 9.892,54 | 0,00 | 1.775.558,39 | 2.520,00 | 0,00 | 1.773.038,39 |
| Transferências do FUNDEB | 464.522,81 | 2.511,22 | 0,00 | 0,00 | 51.958,43 | 0,00 | 410.053,16 | 0,00 | 0,00 | 410.053,16 |
| Outros Recursos Destinados à Educação | 1.525.661,34 | 1.277,97 | 102.137,23 | 2.012,00 | 0,00 | 0,00 | 1.420.234,14 | 464.265,50 | 0,00 | 955.968,64 |
| Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde | 337.901,59 | 1.195,66 | 21.624,38 | 3.079,63 | 67.214,47 | 0,00 | 244.787,45 | 16.734,79 | 0,00 | 228.052,66 |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 935.187,62 | 12.032,00 | 30.705,72 | 59.415,53 | 0,00 | 0,00 | 833.034,37 | 29.129,53 | 0,00 | 803.904,84 |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 1.550.390,97 | 926,44 | 110.191,23 | 59,10 | 0,00 | 0,00 | 1.439.214,20 | 223.892,08 | 0,00 | 1.215.322,12 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **9.596.184,47** | **79.582,24** | **567.232,58** | **179.601,13** | **228.692,43** | **0,00** | **8.541.076,09** | **860.548,36** | **0,00** | **7.680.527,73** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 18:43:31
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

## RGF ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL - 3 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | 35.244.528,20 |
| **DESPESA COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| Despesa Total com Pessoal DTP | 18.588.166,10 | 52,74 |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00% | 21.146.716,92 | 60,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 57,00 % | 20.089.381,07 | 57,00 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00% | 19.032.045,23 | 54,00 |
| **DIVIDA CONSOLIDADA** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA | -8.394.734,34 | -23,82 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 120,00 % | 42.293.433,84 | 120,00 |
| **GARANTIAS DE VALORES** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **OPERACOES DE CREDITO** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **RESTOS A PAGAR** | **RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
| Valor Total | 860.548,36 | 7.680.527,73 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 18:43:52
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

# RGF ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - LEGISLATIVO - 3 QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | 153.733,43 | | 163.251,50 | | 158.634,74 | | 159.145,46 | | 151.233,96 | | 189.473,30 | 975.472,39 | |
| Pessoal Ativo | | 153.733,43 | | 163.251,50 | | 158.634,74 | | 159.145,46 | | 151.233,96 | | 189.473,30 | 975.472,39 | |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | | 128.207,38 | | 136.715,98 | | 132.720,27 | | 133.550,50 | | 124.841,40 | | 159.223,11 | 815.258,64 | |
| Obrigações Patronais | | 25.526,05 | | 26.535,52 | | 25.914,47 | | 25.594,96 | | 26.392,56 | | 30.250,19 | 160.213,75 | |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | | | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | 153.733,43 | | 163.251,50 | | 158.634,74 | | 159.145,46 | | 151.233,96 | | 189.473,30 | 975.472,39 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 975.472,39 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 35.244.528,20 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 35.244.528,20 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 975.472,39 | 2,76 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | | 0,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | | 0,00 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | | 0,00 % |

**FONTE:** CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 18:48:15 **CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU** Page 1 de 2
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

## RGF ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - LEGISLATIVO - 3 QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Recursos Ordinários | 1.717,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.717,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1.717,70** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 18:48:39
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

## RGF ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL - LEGISLATIVO - 3 QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 35.244.528,20 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 0,00 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 0,00 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal DTP | 975.472,39 | 2,76 |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00% | 0,00 | 0,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00% | 0,00 | 0,00 |

| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 0,00 | 0,00 |

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

Emissão: 27/01/2021 18:48:58
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

# RREO ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SAUDE

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS (I) | 2.473.750,93 | 2.473.750,93 | 3.988.562,95 | 161,24 |
| Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 80.636,85 | 80.636,85 | 58.172,32 | 72,14 |
| IPTU | 40.902,75 | 40.902,75 | 19.994,74 | 48,88 |
| Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 39.734,10 | 39.734,10 | 38.177,58 | 96,08 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI | 1.230.584,33 | 1.230.584,33 | 2.384.293,55 | 193,75 |
| ITBI | 1.230.000,00 | 1.230.000,00 | 2.384.293,55 | 193,85 |
| Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 584,33 | 584,33 | | |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 772.529,75 | 772.529,75 | 871.520,00 | 112,81 |
| ISS | 755.000,00 | 755.000,00 | 861.014,03 | 114,04 |
| Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ISS | 17.529,75 | 17.529,75 | 10.505,97 | 59,93 |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte IRRF | 390.000,00 | 390.000,00 | 674.577,08 | 172,97 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 17.648.121,75 | 17.648.121,75 | 21.387.478,43 | 121,19 |
| Cota-Parte FPM | 7.854.000,00 | 7.854.000,00 | 6.619.330,27 | 84,28 |
| Cota-Parte ITR | 1.224.300,00 | 1.224.300,00 | 2.535.218,27 | 207,07 |
| Cota-Parte IPVA | 70.119,00 | 70.119,00 | 193.731,52 | 276,29 |
| Cota-Parte ICMS | 8.458.800,00 | 8.458.800,00 | 12.039.198,37 | 142,33 |
| Cota-Parte IPI-Exportação | 5.843,25 | 5.843,25 | | |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 35.059,50 | 35.059,50 | | |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 35.059,50 | 35.059,50 | | |
| Outras | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II) | 20.121.872,68 | 20.121.872,68 | 25.376.041,38 | 126,11 |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 4.394.941,10 | 4.736.799,15 | 4.373.237,91 | 92,32 | 4.368.774,11 | 92,23 | 4.337.851,23 | 91,58 | 4.463,80 |
| Despesas Correntes | 4.018.513,87 | 4.588.332,25 | 4.345.965,92 | 94,72 | 4.341.502,12 | 94,62 | 4.310.579,24 | 93,95 | 4.463,80 |
| Despesas de Capital | 376.427,23 | 148.466,90 | 27.271,99 | 18,37 | 27.271,99 | 18,37 | 27.271,99 | 18,37 | |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 1.298.936,12 | 1.328.245,45 | 1.230.163,91 | 92,62 | 1.190.635,58 | 89,64 | 1.190.635,58 | 89,64 | 39.528,33 |
| Despesas Correntes | 1.266.336,12 | 1.311.745,45 | 1.228.138,91 | 93,63 | 1.188.610,58 | 90,61 | 1.188.610,58 | 90,61 | 39.528,33 |
| Despesas de Capital | 32.600,00 | 16.500,00 | 2.025,00 | 12,27 | 2.025,00 | 12,27 | 2.025,00 | 12,27 | |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | 80.000,00 | 109.213,11 | 103.696,71 | 94,95 | 102.593,25 | 93,94 | 102.593,25 | 93,94 | 1.103,46 |
| Despesas Correntes | 80.000,00 | 109.213,11 | 103.696,71 | 94,95 | 102.593,25 | 93,94 | 102.593,25 | 93,94 | 1.103,46 |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | 10.000,00 | 6.464,60 | 1.086,59 | 16,81 | 530,60 | 8,21 | 530,60 | 8,21 | 555,99 |
| Despesas Correntes | 10.000,00 | 6.464,60 | 1.086,59 | 16,81 | 530,60 | 8,21 | 530,60 | 8,21 | 555,99 |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 153.112,50 | 153.975,50 | 56.618,15 | 36,77 | 56.618,15 | 36,77 | 56.618,15 | 36,77 | |
| Despesas Correntes | 153.112,50 | 153.975,50 | 56.618,15 | 36,77 | 56.618,15 | 36,77 | 56.618,15 | 36,77 | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (X) | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) | 5.936.989,72 | 6.334.697,81 | 5.764.803,27 | 91,00 | 5.719.151,69 | 90,28 | 5.688.228,81 | 89,79 | 45.651,58 |

Emissão: 26/01/2021 19:21:39 — Page 1
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019. — Homolo

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM ASPS | DESPESAS EMPENHADAS (d) | DESPESAS LIQUIDADAS (e) | DESPESAS PAGAS (f) |
|---|---|---|---|
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 5.764.803,27 | 5.719.151,69 | 5.688.228,81 |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | | | |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) | | | |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | | | |
| **(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)** | **5.764.803,27** | **5.719.151,69** | **5.688.228,81** |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15 % (LC 141/2012) | | | 3.806.406,21 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00% (Lei Orgânica Municipal) | | | 3.806.406,21 |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (h ou i ) - XVII) | 1.958.397,06 | 1.912.745,48 | 1.881.822,60 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)(Quando valor inferior a zeros) | | | |
| **PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / IIIb) * 100 (mínimo de 15,00% conforme Lei Orgânica Municipal)** | 22,72 | **22,54** | |

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo Inicial (no exercício atual) (h) | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | | | Saldo Final (não aplicado) [1] (l) = (h - (i ou j) |
| | | Empenhados (i) | Liquidados (j) | Pagos (k) | |
| Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo inicial = XIXd) | | | | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) | | | | | |

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

| EXERCÍCIO DO EMPENHO [2] | Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) | Valor aplicado em ASPS no exercício (n) | Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0 | Total inscrito em RP no exercício (p) | RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd) | Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0) | Total de RP pagos (s) | Total de RP a pagar (t) | Total de RP cancelados ou prescritos (u) | Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Empenhos 2020 (regra nova) | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2019 (regra nova) | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2018 | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2017 | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2016 e anteriores | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna 'v') | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior) | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) | | | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2021 19:21:39 Page 2
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019. Homolo

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012 | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo Inicial (w) | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | | | Saldo Final (não aplicado) [1] (d) = (h - (i ou j) |
| | | Empenhados (x) | Liquidados (y) | Pagos (z) | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII) | | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXV) | | | | | |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI) | 2.042.518,95 | 2.042.518,95 | 2.065.378,46 | 101,12 |
| Provenientes da União | 1.814.575,70 | 1.814.575,70 | 1.703.010,93 | 93,85 |
| Provenientes dos Estados | 227.943,25 | 227.943,25 | 362.367,53 | 158,97 |
| Provenientes de Outros Municípios | | | | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (XXVII) | | | | |
| OUTRAS RECEITAS (XVIII) | 12.855,16 | 12.855,16 | 298.663,33 | 323,30 |
| **TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)** | **2.055.374,11** | **2.055.374,11** | **2.364.041,79** | **115,02** |

| DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (e/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXX) | 1.773.170,25 | 1.841.788,04 | 1.071.285,66 | 58,17 | 1.064.596,13 | 57,80 | 1.049.776,05 | 57,00 | 6.689,53 |
| Despesas Correntes | 1.383.236,29 | 1.470.055,09 | 955.829,10 | 65,02 | 949.139,57 | 64,56 | 937.238,49 | 63,76 | 6.689,53 |
| Despesas de Capital | 389.933,96 | 371.732,95 | 115.456,56 | 31,06 | 115.456,56 | 31,06 | 112.537,56 | 30,27 | |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI) | 664.239,61 | 1.242.002,52 | 948.027,45 | 76,33 | 925.587,45 | 74,52 | 911.282,01 | 73,37 | 22.440,00 |
| Despesas Correntes | 629.239,61 | 1.227.002,52 | 947.567,45 | 77,23 | 925.127,45 | 75,40 | 910.822,01 | 74,23 | 22.440,00 |
| Despesas de Capital | 35.000,00 | 15.000,00 | 460,00 | 3,07 | 460,00 | 3,07 | 460,00 | 3,07 | |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII) | 70.000,00 | 82.567,67 | 68.567,86 | 83,04 | 68.567,86 | 83,04 | 68.567,86 | 83,04 | |
| Despesas Correntes | 70.000,00 | 82.567,67 | 68.567,86 | 83,04 | 68.567,86 | 83,04 | 68.567,86 | 83,04 | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII) | 20.000,00 | 35.201,49 | 3.080,88 | 8,75 | 3.080,88 | 8,75 | 3.080,88 | 8,75 | |
| Despesas Correntes | 10.000,00 | 15.101,49 | 3.080,88 | 20,40 | 3.080,88 | 20,40 | 3.080,88 | 20,40 | |
| Despesas de Capital | 10.000,00 | 20.100,00 | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV) | 379.426,50 | 403.222,59 | 390.413,98 | 96,82 | 390.413,98 | 96,82 | 388.836,78 | 96,43 | |
| Despesas Correntes | 379.426,50 | 403.222,59 | 390.413,98 | 96,82 | 390.413,98 | 96,82 | 388.836,78 | 96,43 | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV) | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (XXXVI) | | 75.000,00 | 52.051,76 | 69,40 | 52.051,76 | 69,40 | 52.048,76 | 69,40 | |
| Despesas Correntes | | 75.000,00 | 52.051,76 | 69,40 | 52.051,76 | 69,40 | 52.048,76 | 69,40 | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI + | 2.906.836,36 | 3.679.782,31 | 2.533.427,59 | 68,85 | 2.504.298,06 | 68,06 | 2.473.592,34 | 67,22 | 29.129,53 |

Emissão: 26/01/2021 19:21:39 Page 3
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019. Homolo

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

| DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (e/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX) | 6.168.111,35 | 6.578.587,19 | 5.444.523,57 | 82,76 | 5.433.370,24 | 82,59 | 5.387.627,28 | 81,90 | 11.153,33 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI) | 1.963.175,73 | 2.570.247,97 | 2.178.191,36 | 84,75 | 2.116.223,03 | 82,34 | 2.101.917,59 | 81,78 | 61.968,33 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XL) = (VI + XXXII) | 150.000,00 | 191.780,78 | 172.264,57 | 89,82 | 171.161,11 | 89,25 | 171.161,11 | 89,25 | 1.103,46 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII) | 30.000,00 | 41.666,09 | 4.167,47 | 10,00 | 3.611,48 | 8,67 | 3.611,48 | 8,67 | 555,99 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV) | 532.539,00 | 557.198,09 | 447.032,13 | 80,23 | 447.032,13 | 80,23 | 445.454,93 | 79,95 | |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (IX + XXXV) | | | | | | | | | |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (XLIV) = (X + XXXVI) | | 75.000,00 | 52.051,76 | 69,40 | 52.051,76 | 69,40 | 52.048,76 | 69,40 | |
| | | | | | | | | | |
| (-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes [1] | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI) | 8.843.826,08 | 10.014.480,12 | 8.298.230,86 | 82,86 | 8.223.449,75 | 82,12 | 8.161.821,15 | 81,50 | 74.781,11 |

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

## RREO ANEXO 09 - RECEITAS DAS OPERACOES DE CREDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - CONSOLIDADO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — em Reais

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I) | | | |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e) |
|---|---|---|---|
| DESPESAS DE CAPITAL | 8.725.902,10 | 3.474.276,10 | 5.251.626,00 |
| Investimentos | 8.595.902,10 | 3.404.323,79 | 5.191.578,31 |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | 130.000,00 | 69.952,31 | 60.047,69 |
| (-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE | | | |
| (-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 8.725.902,10 | 3.474.276,10 | 5.251.626,00 |
| RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I) | 8.725.902,10 | 3.474.276,10 | 5.251.626,00 |

Fonte: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO XINGU

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DE APOSTILAMENTO**

**Espécie:** 1º Termo de Apostilamento do Convênio **Nº 01/2020**; **Signatários:** pelo **CONVENENTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONVENIADA**, a **CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS (CONSEG); Objeto:** inclusão de dotação orçamentária do termo de convênio. Data: 27/01/2021.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

**ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO**

ERRATA DE CONTRATO DE RATEIO

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através da Comissão Permanente de licitação nomeada, torna pública ERRATA Onde se lê o valor de R$19.469,99 (dezenove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) , ler-se 233.639,88 (duzentos e trinta e três mil seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) . São Pedro da Cipa-MT, 27 de Janeiro de 2021.

**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2021**

**Contratante:** Município de São Pedro da Cipa-MT

**Contratada:** ***FACTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL LTDA ME***

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em levantamento de dados contábeis, desenvolvimento, preenchimento e envio de planilhas eletrônicas, a serem encaminhadas aos órgãos de acompanhamento e controles federais na forma e prazos determinados por legislação específica que trata a matéria.

**Prazo**: 12 (doze) meses.

**VALOR GLOBAL:** R$ 12.000,00 (doze mil reais)

**ASSINATURA:** 04 de Janeiro de 2021.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

**LICITACAO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021**

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 – Tabaporã – MT 0, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2021 de 07/01/2021**, no uso de suas atribuições, torna público** a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do Tipo **Menor Preço Por LOTE** para o REGISTRO DE PREÇOS para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, ATUANDO NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. CARLOS VIDOTO E NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT,** conforme oTermo de Referência do **ANEXO I.**

**Modalidade de licitação**:---------- PREGÃO PRESENCIAL - SRP

**Tipo de licitação**:---------- MENOR PREÇO POR LOTE

**Conformidade**:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E A LEI FEDERAL 10.520/02.

**Forma de execução**:---------- INDIRETA

**DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO**

**Data**: ---------- 09/02/2021

**Horário**:---------- Das 13h30minh ÀS 14h00-minh (Horário de Local-MT)

**Local:** ---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 – Tabaporã – MT).

**DO JULGAMENTO**

**Data**: ---------- 09/02/2021

**Horário**: ---------- Às 14h00minh (Horário de Local-MT)

**Local:** ---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 – Tabaporã – MT).

***Observação 01:*** *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1505,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 27 de Janeiro de 2021.

**HELIELSON TEODORO ALVES**

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2021

**REPUBLICAR**

***PORTARIA Nº. 058/2021***

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO PARCELADA", pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 02/02/2021 com término em 03/03/2021****, do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração,* o Senhor ***ROGERIO DOS SANTOS*****,** servidor efetivo, admitido em 23/06/2006, com matricula no RH nº. 825, no cargo de **AGENTE DE SAÚDE I – AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**, **lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

**Artigo 2º -** Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 30 (trinta) dias de direito a Licença premio a serem gozadas posteriormente.

**Artigo 3º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de Janeiro de 2021.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**REPUBLICAR**

***PORTARIA Nº. 054/2021***

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/02*2021, com término em 02/03/2021***, *referente ao período aquisitivo de 10/01/2020 à 09/01/2021, a* senhora ***TATIAINE PEREIRA DE SA*****,** servidora contratada, com matricula no RH nº. 1932, admitida em 10/01/2020, no cargo de **Técnica da Saúde II – Técnica em Radiologia**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 26 de Janeiro de 2021.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021**

**MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021**

**F E T H A B**

O Presidente do **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB** do Município de Tabaporã/MT, Ilmo. Sr. VALDIR CANDIDO**,** no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os conselheiros para participar de uma reunião a ser realizada na data de 29/01/2021, em primeira convocação às 15 horas e 00 minutos, e em segunda convocação às 15:00 horas e 15 minutos, na Sala da Coordenadoria dos Conselhos Localizada na Secretaria M. de Assistência Social e Cidadania, sito à Av. Comendador Jose Pedro Dias, S/N, Bairro Centro, Tabaporã – MT, com a seguinte pauta:

Apreciação da Prestação de Contas FETHAB – 3º Quadrimestre de 2020.

Certo de contar com a presença de todos, elevo minha estima e apreço.

Tabaporã – MT, 28 de Janeiro de 2021.

**VALDIR CANDIDO**

**Presidente do Conselho Municipal do Fethab**

**TABAPORÃ / MT**

**PORTARIA Nº 060/2021**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**à Senhora ***MARIA BRASILINA TEODORO PEREIRA*****,** servidora efetiva, com matrícula no RH nº. 804 no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer dest**e Município**, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I, e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. –** Fica determinado à Coordenadoria de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada das Funções Laborais, a partir da data de 21/01/2021, sendo que os encargos salariais serão pagos pelo Município de Tabaporã, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019.

**Artigo 3º. -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 20/01/2021, revogando as disposições em contrário.

**Registre-se;**

**Publique-se;**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 28 de Janeiro de 2021.

***SIRINEU MOLETA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LICITACAO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0032021**

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 fone (66) 3577-1505, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 002/2021 de 07/01/2021, no uso de suas atribuições, torna público a abertura do processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** para o **REGISTRO DE PREÇO do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM para AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DO TIPO ELETRODOMÉSTICOS, INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME EXIGÊNCIA NO TERMO DE CONVENIO N° 1773/2017 SEDUC – FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT**, conforme especificações no Termo de Referencia – **ANEXO I** do Edital.

**Modalidade de licitação**: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
**Tipo de licitação**: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

**Conformidade**:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 E SUA ALTERAÇÃO A LC 147/2014, DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019
**Forma de execução**:---------- INDIRETA

**DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**
AS 08h:30min HORAS DO DIA 28 DE JANEIRO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)
**DATA FINAL DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**
AS 17:00 HORAS DO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

**DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:**
AS 17:00 HORAS DO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:**
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:15 HORAS DO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

***Observação 01:*** *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site* **https://comprasbr.com.br***, in loco na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, pelo telefone 66 3577 1505, por email no licitação@tabapora.mt.gov.br ou no endereço eletrônico http://www.tabapora.mt.gov.br/* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 08h00min horas às 15h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã/MT, 27 de Janeiro de 2021.

**Helielson Teodoro Alves**

Pregoeiro Nomeado

Portaria n° 002/2021

**REPUBLICAR**

***PORTARIA Nº. 053/2021***

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/02/2021, com término em 02/03/2021****, referente ao período aquisitivo de 19/04/2019 à 18/04/2020, a* senhora ***ELIZABETE MARIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA,*** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1367, admitida em 19/04/2012, no cargo de **Técnica da Saúde I – Técnica em Enfermagem**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 26 de Janeiro de 2021.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2020**

**AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2020.** A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 081/2020, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM,** sob a forma de **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual: **AQUISIÇÃO DE CERDAS PARA VARREDEIRAS, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 27.01.2021. Márcia Dourado Ferreira Pregoeira. Portaria nº 074/2021.

**SAMAE**
**AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021/SAMAE**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE**.A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 10 de Fevereiro de 2021 (Horário de Brasília)**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00m às 12h00m e das 14h00m às 18h00m (horário de Brasília). O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 27 de Janeiro de 2021.

**EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA**

**Setor de Licitação - SAMAE**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**LOP LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA -SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - CNPJ nº 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu a SEMMEA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), a LOP Licença de Operação Provisória de uma jazida de empréstimo para extração de Latossolo Vermelho Argiloso e Cascalho Laterítico para as Obras Civis Públicas, localizada na Fazenda Tectona zona rural, município de Tangará da Serra – MT. Tangará da Serra- MT, 27 de Janeiro de 2021. Marcos Scolari Secretário Municipal de Infraestrutura.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2020**

**AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2020.** A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 081/2020, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM,** sob a forma de **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual: **AQUISIÇÃO DE CERDAS PARA VARREDEIRAS, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 27.01.2021. Márcia Dourado Ferreira Pregoeira. Portaria nº 074/2021.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**COVID-19: DECRETO Nº 11, DE 27 DE JANEIRO DE 2021**

**DECRETO Nº 11, DE 27 DE JANEIRO DE 2021**

**SÚMULA:** "ESTABELECE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

***O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR PASCOAL ALBERTON, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E***

**CONSIDERANDO,** o disposto no art. 196 da Constituição Federal que estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à educação do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO,** o decreto estadual vigente, que institui a classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da Covid-19 e dá outras providências;

**CONSIDERANDO,** a Lei Estadual nº11.110, de 22/04/2020 que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscaras como medida não farmacológica para evitar a disseminação da COVID-19 no âmbito do Estado do Mato Grosso e dá outras providências;

**CONSIDERANDO,** a continuidade da pandemia da COVID-19 nos termos declarados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11/03/2020;

**CONSIDERANDO**, a segunda onda da pandemia da COVID-19 e a necessidade de uma atuação sólida da administração Municipal, mediante o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, de forma urgente, a fim de evitar um colapso das unidades de saúde que integram a estrutura da \secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Município de Terra Nova do Norte-MT;

**CONSIDERANDO**, que para o enfrentamento da situação de uma possível crise sanitária se faz necessário à tomada de medidas consentâneas coma realidade econômica do Município, mediante adoção de medidas destinadas a reduzir e adequar os gastos públicos ao fluxo de receitas efetivamente arrecadadas;

**CONSIDERANDO**, que o Município de Terra Nova do Norte/MT, deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19, de forma estratégica com atuação, sobretudo preventiva;

**CONSIDERANDO,** que a saúde, a educação e o trabalho, são considerados direitos sociais pela Constituição Federal;

**CONSIDERANDO,** o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

**CONSIDERANDO,** a Lei Estadual nº 11.110, de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso máscaras de proteção facial, ainda que artesanais no Estado de Mato Grosso como medida não farmacológica complementar à prevenção da propagação da COVID-19;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se aperfeiçoar as metodologias que têm sido utilizadas pelo Poder Público, visando o constante monitoramento da evolução da pandemia causada pelo Coronavírus e das consequências sanitárias, sociais e econômicas;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas novas medidas, por período indeterminado, de prevenção e enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Terra Nova do Norte/MT.

**Art. 2º.** No município de Terra Nova do Norte/MT, independentemente do número de casos confirmados de COVID-19, fica determinado aos cidadãos e aos estabelecimentos públicos e privados a adoção das seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por Coronavírus:

**I –** Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

**II –** Disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

**III –** Ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

**IV –** Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante uso de ferramentas tecnológicas;

**V –** Controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas;

**VI –** Vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal, de acordo com a Lei Estadual no 11.110/2020;

**VII –** Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

**VIII –** Adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

**IX –** Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

**X –** Disponibilizar em local visível, informações acerca das medidas de higienização, e medidas para o enfrentamento do COVID-19.

**Das aulas presenciais**

**Art. 3º.** Fica mantida a suspensão de aulas presenciais em escolas e universidades particulares.

**Dos estabelecimentos comerciais**

**Art. 4º.** Fica determinado que todos os estabelecimentos comerciais e de serviços deverão exigir o uso de máscaras (mesmo que artesanais) de seus colaboradores, além do distanciamento, nos termos do Decreto Estadual nº 437/2020 e durante todo o período declarado como de situação de emergência em saúde pública, bem como a adoção de todas as medidas aplicáveis descritas no artigo 2º deste Decreto e anexo.

**Funcionamento de Restaurantes, Lanchonetes e Congêneres**

**Art. 5º.** Fica autorizado o funcionamento de restaurantes, lanchonetes, conveniências, bares, padarias, feiras de pequenos produtores em ambiente aberto e demais estabelecimentos de gêneros alimentícios, desde que atendendo as regras do Anexo específico, no que couber, ficam orientados ainda a adotar as medidas dispostas no Artigo 2º.

**§1º -** Fica suspensa a permissão para realização de apresentações/shows ao vivo em bares e restaurantes.

**§2º –** Nas feiras ao ar livre, os comerciantes deverão manter o distanciamento de pelo menos 5 (cinco) metros entre barracas expostas na Feira Municipal.

**Eventos e Atividades ao Ar Livre**

**Art. 6º.** Suspenção de todo e qualquer evento que cause aglomeração, tais como festas, reuniões, confraternizações, shows, atividades esportivas, ainda que realizadas em âmbito domiciliar e/ou espaço público.

**Atividades em Templos Religiosos**

**Art. 7º.** Ficam autorizadas a realização de cultos, missas e celebrações/atividades religiosas, salvo as festividades, devendo ser obedecido a permanência de somente 50% (cinquenta por cento) da sua capacidade, limitada a realização de 02 (duas) reuniões semanais, com todas as precauções sanitárias pertinentes, conforme anexo.

**Funcionamento de Academias e Congêneres**

**Art. 8º.** Fica permitido o funcionamento de academias e congêneres, desde que atendendo as regras do Anexo específico, ficando orientados ainda a adotar as medidas dispostas no Artigo 2º.

**Velórios**

**Art. 9º.** Em velórios, fica limitado o acesso e permanência no local, simultaneamente, de no máximo 20 (vinte) pessoas, ficando orientados ainda a adotar as medidas dispostas no Artigo 2º.

**Regras Gerais de Funcionamento e Fiscalização**

**Art. 10.** Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que não cumprirem as medidas de higienização constantes neste Decreto e as descritas nos Anexos, poderão ser multados, ou ter seu Alvará suspenso, conforme disposto no Código Sanitário Municipal.

**Art. 11.** Fica determinada a fiscalização nos estabelecimentos comerciais que realizem a venda de produtos alimentícios e farmacêuticos para a verificação de possíveis infrações à ordem econômica, como preços excessivos e abusivos, aplicando-lhes, se cabível, as penas elencadas na Lei no 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 12.** Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação arbitrária de preços, sem justa causa, dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando os infratores às penalidades previstas na lei específica.

**Art. 13.** Fica recomendada a toda população que, se possível, permaneça em suas casas, e que, caso seja necessário o deslocamento para qualquer local, em decorrência de eventual urgência ou necessidade, que sejam tomadas as precauções, de forma a evitar aglomerações, mantendo a distância mínima de 1,5 metros de outras pessoas,

**§1º –** Fica recomendado o isolamento social dos idosos, crianças e outras pessoas consideradas grupo de risco, o isolamento, evitando a sua exposição.

**§2º -** Recomenda-se realizar a higienização das mãos com álcool 70% ou água e sabão, sempre que houver contato com outras pessoas, ao entrar e ao sair de estabelecimentos públicos ou privados;

**§3º -** Fica recomendado à população que, ao voltar da rua, tome banho — ou lave muito bem as mãos e o rosto com água e sabão — e coloque as roupas para lavar, como medida de prevenção da disseminação do COVID-19.

**Art. 14.** É obrigatório do uso de máscaras de proteção facial por todas as pessoas que circulem dentro do município de Terra Nova do Norte/MT, em todo estabelecimento público e privado, conforme disposto na Lei no 11. 110, de 22 de abril de 2020.

**Art. 15.** O descumprimento deste Decreto será considerado infração, podendo acarretar penalidades (multas), bem como ensejar em outras medidas administrativas, civis e criminais.

**Art. 16.** Caso haja alteração no nível da Matriz de Risco e aumento significativo de casos confirmados, as disposições deste Decreto poderão ser revistas a qualquer momento.

**Art. 17.** Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE.**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 27 dias do mês de Janeiro de 2021.

***PASCOAL ALBERTON***

**Prefeito Municipal**

**ANEXO - REGRAS PARA RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES DE RESTAURANTES/LANCHONETES/CONVENIÊNCIAS/BARES E CONGÊNERES NO MUNICIPIO - Determinação de atitudes de prevenção à disseminação do COVID-19 a serem cumpridas/fornecidas pelos restaurantes e lanchonetes aos seus clientes e colaboradores:**

**1.** Fica permitido o consumo de gêneros alimentícios e bebidas nos restaurantes e lanchonetes, desde que cumpridos os requisitos que seguem abaixo descritos.

**2.** Converse com funcionários: reforce a importância de seguir os procedimentos de higiene na cozinha; Caso algum colaborador/funcionário apresente algum dos sintomas leves de COVID-19, a exemplo de coriza, tosse, sintomas de gripe, o empresário deverá informar a situação à Secretaria de Saúde do Município, que orientará qual as providências a serem adotadas.

**3.** Estar dotado de pia para lavagem de mãos para clientes, com sabão líquido, papel toalha e lixeira com acionamento pedal disponíveis;

**4.** Oriente sobre lavar as mãos (e dê condições para isso): esse é um dos procedimentos mais importantes. Cuide para que todos os funcionários estejam cientes disso no banheiro sabão em barra, papel-toalha.

**5.** Forneça/Disponibilize preferencialmente água e sabão, ou álcool gel a 70% em diversos locais no ambiente, especialmente próximo à entrada. Se álcool em gel, mantenha frascos para clientes e funcionários próximo do buffet de comida. Deixe também no caixa, pelo manuseio do dinheiro, e à disposição dos garçons, que não podem lavar as mãos com frequência.

**6.** Utilização obrigatória de máscaras durante o trabalho.

**7.** Os estabelecimentos deverão preferencialmente oferecer pratos feitos e/ou à La Carte que poderá ser pedido ao atendente, sendo que os Serviços de Buffet e Self Service serão permitidos, desde que isolados e servidos por apenas 01 (um) colaborador paramentado.

**8.** Mantenha 01 (um) colaborador paramentado, próximo ao Serviço de Buffet e Self Service, a fim de incentivar a higienização das mãos dos clientes com álcool gel a 70% (quando for o caso);

**9.** Após espalhar o produto em toda a superfície das mãos, deve-se friccionar por 20 segundos, para então servir-se;

**10.** Redobre a atenção na higienização de pratos, copos e talheres: o funcionário encarregado de manipular utensílios sujos deve utilizar luvas, principalmente ao retirar restos de alimentos. A equipe também deve ser orientada a lavar bem as mãos antes de ofertar pratos e talheres limpos para o cliente – quanto menos contato, melhor. O procedimento deve ser mostrado ao cliente. É preciso demonstrar que o restaurante/lanchonete se preocupa com a limpeza do ambiente. O indicado é colocar os talheres em saquinhos de papel ou plástico. Os itens só devem ser colocados sobre a mesa na hora do serviço.

**11.** Mantenha o ambiente arejado: certifique-se de que o ambiente da cozinha e do salão estejam bem ventilados. Verifique se o ar-condicionado está com os filtros limpos e a manutenção em dia. Realizar a limpeza dos filtros dos aparelhos de ar condicionado diariamente, deixar janelas e portas abertas, ainda que os equipamentos de ar condicionado estejam ligados, mantendo o ambiente bem arejado;

**12.** Mude a frequência da limpeza: mantenha sempre alguém na função de limpeza e deixe isso visível para o cliente.

a. Mesas, utensílios, quiosques – tudo que o cliente e os funcionários tocam devem ser higienizados.

b. Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência (maçanetas, bancadas, cadeiras, mesas, telefones, etc).

c. Intensificar a limpeza geral dos ambientes (utilizar solução desinfetante);

d. Aumentar a frequência da higienização dos banheiros;

**13.** Redução de mesas no ambiente, mantendo um corredor livre de 02 metros entre cada conjunto elas. Essa distância pode ser modificada de acordo com recomendações/orientações da vigilância sanitária.

**14.** Evitar aglomerações dentro do restaurante/lanchonete; Não compartilhar objetos pessoais, tampouco alimentos;

**15.** No momento da refeição, o cliente fica dispensado do uso de máscara;

**16.** Cobrir o nariz e boca ao espirrar ou tossir, de preferência com o antebraço ou com um lenço de papel;

**17.** Trabalhadores idosos, doentes crônicos descompensados, imunossuprimidos, imunodeprimidos, deverão preferencialmente exercer atividades em que não haja aglomeração.

**18.** Realizar campanhas educativas permanentes sobre a importância da higienização de mãos para todos os colaboradores e clientes, mantendo no estabelecimento em local visível, informativos das medidas de higiene que devem ser adotadas;

**19.** Além do atendimento às normas desse anexo, o comerciante deverá adotar as medidas dispostas no Artigo 2º deste Decreto;

**20.** A vigilância sanitária possui competência para alterar ou modificar as exigências ora elencadas, sempre com a finalidade de determinar medidas para contenção do COVID-19.

**ANEXO - REGRAS PARA RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES DE ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO FUNCIONAMENTO DE ACADEMIAS PARTICULARES - Determinação de atitudes de prevenção à disseminação do COVID-19 a serem cumpridas/fornecidas pelas academias de musculação aos seus clientes e colaboradores:**

**1.** Manter uma distância mínima de 2 (dois) metros entre os aparelhos/equipamentos;

**2.** Entre as medidas tomadas, está o aumento da higienização das áreas e aparelhos.

a. Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência (maçanetas, bancadas, cadeiras, mesas, telefones, roletas, catracas, aparelhos, etc).

b. Intensificar a limpeza geral dos ambientes (utilizar solução desinfetante);

c. Aumentar a frequência de higienização dos banheiros e dos equipamentos de uso coletivo;

**3.** Estar o local dotado de pia para lavagem de mãos para clientes, com sabão líquido, papel toalha e lixeira com acionamento a pedal disponíveis;

**4.** Fornecer em local próximo à entrada, álcool gel a 70% para clientes. Após espalhar o produto em toda a superfície das mãos, deve-se friccionar por 20 segundos, para então começar a utilizar o aparelho de exercício;

**5.** Somente são permitidas atividades individuais e que não tenham contato físico; havendo necessidade de orientação de *Personal Trainer*, o profissional deverá evitar ao máximo o contato físico com o aluno;

**6.** Limitar o acesso de alunos para evitar aglomerações, reduzindo o limite de ocupação em aulas coletivas em até 50% da capacidade do ambiente, ou de acordo com de recomendação da vigilância sanitária municipal.

**7.** Os alunos deverão ser orientados a realizar a higienização dos equipamentos após o uso, com álcool gel a 70%, bem como manter uma distância mínima de 2(dois) metros entre si, evitando aglomeração; contudo, tal orientação não exime do proprietário/responsável legal a obrigação de realizar a referida limpeza e/ou determinar o distanciamento entre os alunos;

**8.** Não compartilhar objetos pessoais;

**9.** Deverá ser disponibilizado pelo estabelecimento materiais descartáveis, tais como copos descartáveis, papel toalha entre outros, como forma de prevenção e enfrentamento ao Novo Coronavírus – COVID-19.

**10.** Orientar seus colaboradores e clientes a cobrir o nariz e a boca ao espirrar ou tossir, de preferência com o antebraço ou com lenço de papel;

**11.** Trabalhadores idosos, doentes crônicos descompensados, imunossuprimidos, imunodeprimidos, deverão preferencialmente exercer atividades em que não haja aglomeração;

**12.** Utilização obrigatória de máscaras pelo *personal trainer* e demais funcionários/colaboradores do estabelecimento, durante todo o trabalho, ainda que artesanal. Com relação ao cliente, fica determinado a utilização de máscaras, quando a atividade física oportunizar;

**13.** Realizar campanhas educativas permanentes sobre a importância da higienização de mãos para todos os colaboradores e clientes, mantendo no estabelecimento em local visível, informativos das medidas de higiene que devem ser adotadas;

**14.** Além do atendimento às normas desse anexo, o comerciante deverá adotar as medidas dispostas no Artigo 2º desta Lei;

**15.** A vigilância sanitária possui competência para alterar ou modificar as exigências ora elencadas, sempre com a finalidade de determinar medidas para contenção do COVID-19.

**ANEXO - REGRAS PARA RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS - Determinação de atitudes de prevenção à disseminação do COVID-19 a serem cumpridas/fornecidas pelas academias de musculação aos seus clientes e colaboradores:**

1 . Ficam autorizadas a realização de cultos, missas e celebrações/atividades religiosas, salvo as festividades, devendo ser obedecido a permanência de somente 50% (cinquenta por cento) da sua capacidade, com todas as precauções sanitárias pertinentes, conforme anexo.

2 . Para a realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no Artigo 2º deste Decreto, ficam recomendadas ou determinadas as seguintes medidas:

I – Disponibilização de local e produtos para higienização de mãos, sendo preferencialmente disponibilizado água e sabão, ou alternativamente álcool gel à 70%;

II – Distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas;

III – Recomenda-se o isolamento social das pessoas do grupo de risco, a fim de que não participem das reuniões com aglomeração de pessoas, em especial as pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV – Suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas, salvo se do mesmo núcleo familiar;

V – Suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI – Suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso;

VII - Havendo mais de uma reunião no mesmo dia, fica estabelecido um intervalo mínimo de 1h30min entre as reuniões, promovendo limpeza rigorosa no ambiente;

**3.** Realizar campanhas educativas permanentes sobre a importância da higienização de mãos, mantendo em local visível, informativos das medidas de higiene que devem ser adotadas;

**4.** A vigilância sanitária possui competência para alterar ou modificar as exigências ora elencadas, sempre com a finalidade de determinar medidas para contenção do COVID-19.

## CONTRATOS
## PUBLICAÇÃO PP Nº 005/2021

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021**

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

**PROCESSO: 008/2021**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM CAMINHÃO MUCK E TROCA DE LÂMPADAS, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS SUPER-POSTES NO MUNICÍPIO TERRA NOVA DO NORTE MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**DATA: 09/02/2021**

**HORÁRIO: 13h00min**

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 27 DE JANEIRO DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2021**

**LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISE DE ÁGUA DE REFERÊNCIA REGIONAL DE BAIXA COMPLEXIDADE DE TERRA NOVA DO NORTE/ MT**

***Convênio de integração, cooperação técnica, operacional e financeira no uso do Laboratório de Análise de Água de Referencia Regional, que entre si fazem, de um lado, como Concedente, o Município de Terra Nova do Norte/MT e de outro lado, como Convenente, o Município Nova Canaã do Norte – MT.***

***O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT***, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 01.978.212/0001-00, com sede no Estado de Mato Grosso, sediada à Avenida Cloves Felício Vetoratto, nº 101 - Centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.700.571-1 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 502.469.339-68, **residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, nº 167, na Cidade de Terra Nova do Norte /MT**, juntamente ainda com sua **Secretária Municipal de Saúde**, neste ato o Sra. **ANGELLICA FERNANDES DA OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 17603781 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 027.693.411-38 , e do outro lado como convenente, ***O MUNICÍPIO DE NOVA CANAA DO NORTE/MT,*** pessoa jurídica de direito público interno,inscrito no CNPJ sob o Nº 03.238.912/0001-94, com sede no Estado de Mato Grosso, Avenida São Paulo nº 89 no Bairro Centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **Sr. RUBENS ROBERTO ROSA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.116.343-8 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 955.424.858-04, residente e domiciliado na Avenida Paraná, nº 114, quadra 61, lote 16 no centro da Cidade de Nova Canaã do Norte-MT, juntamente ainda com sua **Secretária Municipal de Saúde**, neste ato o Sra. **GISLAINE MARIA DA SILVA**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 42.011259-5 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 339.151.898-71, concordam em celebrar o presente Convênio, sujeitando-se as cláusulas e condições em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como legislação sanitária pertinente a matéria, e Lei Municipal 1.404/2018, mediante as seguintes Cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.** Constitui objeto deste Convênio a integração, cooperação técnica, operacional e financeira que entre si fazem os Municípios, Concedente e Convenente, para fortalecimento da vigilância da qualidade de água nos municípios, **garantindo acesso mais próximo e célere na realização da análise microbiológicos na Água consumida pela população**, segundo um controle de oferta e acesso de água de qualidade, compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente (Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017), tudo isso ainda como parte integrante das ações de promoção de saúde e prevenção dos agravos transmitidos pela água.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA ADESÃO AOS SERVIÇOS**

**2.** A utilização do Laboratório de Água implantado no Município de Terra Nova do Norte poderá ser usufruída por qualquer município interessado, através da formalização de Convênios e com pagamento mensal através de transferência bancária ao Município Prestador dos Serviços, de acordo com a quantidade de análises mensal solicitadas, conforme tabela:

***2.1 Distribuição de quantidade de análise de qualidade da água por município – microbiológicas***

| MUNICIPIO | POPULAÇÃO (censo 2010) | AMOSTRAS MÍNIMAS/MES | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL MENSAL |
|---|---|---|---|---|
| **NOVA CANAÃ DO NORTE** | 12.127 | 18 | R$60,00 | **R$1.080,00** |

**2.2** O pagamento dos valores mencionados no item 2.1, deverá serrealizado exclusivamente através de **transferência bancária, na Conta Corrente nº 14.480-0, Agência 3863-6, PMTNN – LABORATÓRIO ANALISE AGUA, CNPJ 01.978.212.0001/00.**

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS**

**3.1** – Incumbe ao **MUNICÍPIO PRESTADOR**:

**3.1.1** – Instalar, fornecer, implantar e realizar a manutenção do Laboratório de análises de Água para consumo humano em perfeito uso e condições de prestar o serviço objeto deste Convênio.

**3.1.2** – Contratar, designar funções e disponibilizar os técnicos e profissionais capacitados para realizarem a análise incumbida ao Laboratório de análise de água.

**3.1.3** – Utilizar de metodologia aprovada pelos órgãos reguladores, qual seja atualmente a consistente na utilização e Substrato Cromogênico definido como ONPG-MUG, para realização das análises.

**3.1.4** – Realizar os exames solicitados pelo Município Aderente com observância de prazos e condições de quantidade previamente dispostas.

**3.2** –Incumbe ao **MUNICÍPIO ADERENTE AO SERVIÇO**:

**3.2.1** – Realizar o pagamento mensal a ser acordado segundo os termos deste Convênio.

**3.2.2** – Excepcionalmente, ceder técnicos e profissionais capacitados existentes no quadro de pessoal do Município para auxílio na análise de exames ou eventuais intercorrências.

**3.2.3** – Responsabilizar-se pelo transporte, coleta e conservação fidedigna das amostras captadas no âmbito da localidade do Município Aderente, inclusive na temperatura ideal e prazo técnico fornecido para sua realização.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS ANÁLISES CONTEMPLADAS**

**4.** As análises contempladas pelo Laboratório de análise de água têm como alvo os parâmetros Coliformes Totais e *Escherichia Coli.*

**CLÁUSULA QUINTA: DA METODOLOGIA DE ANÁLISE**

**5.** A metodologia de análise do Laboratório de análise de Águas será o uso do Substrato Cromogênico definido como ONPG-MUG, com resultados confirmativos para presença de Coliformes Totais em 24 horas, pelo desenvolvimento de colaboração amarela e resultados positivos para E. Coli confirmativo em 24 horas pela observação de Fluorescência, sem necessidade de outros reagentes para confirmação.

**CLÁUSULA SEXTA: DO FUNCIONAMENTO, LOCALIZAÇÃO E AGENDAMENTO.**

**6.1.** O Laboratório de Análise de Água de Terra Nova do Norte/MT, funcionará com uma Recepção de Amostras, onde irá recebê-las de segunda à quinta-feira, que terá horário de funcionamento (recebimento de amostras) das 07hs00min às 10hs30min e das 13hs00min às 16hs30min todos os dias úteis, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 276, casa 02, Centro em Terra Nova do Norte-MT.

**6.2.** Todos os agendamentos de envio serão realizados no horário de funcionamento do Laboratório sob responsabilidade do Município aderente ou no endereço de e-mail: laboratorioaguatnn@gmail.com, com datas pré-agendadas segundo prévio cronograma criado pela Recepção de Amostras do Laboratório de análise de Água.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

**7.** O prazo de vigência deste instrumento é de 12 meses (01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021), contados a partir da data de sua adesão, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO**

**8.** Este instrumento pode ser alterado por interesse das partes, mediante a lavratura de Termo Aditivo, respeitada a legislação vigente aplicável à espécie.

**CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

**9.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes, sendo que a resolução da omissão encontrada valerá que como se obrigação fosse, podendo acarretar a denúncia do presente, na hipótese de não cumprimento ou não acolhimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA– DA CONCLUSÃO E DENÚNCIA**

**10.** O presente Convênio poderá ser renovado assim que findar o prazo estabelecido, por vontade das partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VALOR DAS AMOSTRAS**

**11.1.** O valor de cada amostra será embasado de acordo com os custos mensais do laboratório, como por exemplo: recursos humanos, material de expediente, insumos, material de limpeza, telefone, energia e etc.

**11.2.** A transferência bancária dos valores avençados deverá ser realizada até o 10º (décimo) dia útil de cada mês.

**11.3.** A falta de pagamentos implicará na suspensão das análises até que se regularizem as pendências financeiras, estando sujeito a protesto.

**11.4.** Ainda que o município Aderente não entregue as amostras, será cobrado o valor integral correspondente.

**11.5.** No caso do atraso de pagamento, será acrescido de juros legais de 1% (um por cento), multa de 2% (dois por cento) ao mês de atraso, limitando á 10%, bem como correção monetária mensal utilizando o índice INPC.

**11.6.** O valor unitário de cada amostra a ser praticado será de R$ 60,00, (sessenta reais), podendo ser corrigido anualmente pelo índice INPC, quando da confecção do termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

**12.** Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Convênio, que não possam ser solucionadas administrativamente entre as partes, fica eleito o Foro da Comarca de Terra Nova do Norte-MT.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes, por seus representantes legais, firmam o presente Termo, em duas 3 (três) vias, na presença de duas testemunhas.

Terra Nova do Norte/MT, 06 de janeiro de 2021.

**PASCOAL ALBERTON**

**Prefeito Municipal**

**Terra Nova do Norte/MT**

**RUBENS ROBERTO ROSA**

**Prefeito Municipal**

**Nova Canaã do Norte/MT**

| | |
|---|---|
| **ANGELLICA FERNANDES DE OLIVEIRA**<br>**Secretária Municipal de Saúde** | **GISLAINE MARIA DA SILVA**<br>**Secretária Municipal De Saúde** |

| | |
|---|---|
| **Terra Nova do Norte/MT** | **Nova Canaã Do Norte/MT** |

**Testemunhas:**

| | |
|---|---|
| 1)_____ | 2)_____ |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021.**

O Pregoeiro oficial e a Equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT tornam público, com referência ao Edital do Pregão Presencial nº 010/2021, com abertura prevista para o dia 10 de fevereiro 2021, às 09:h00min (horário de Brasília/DF), cujo objeto é **Registro de Preços para Futura e Eventual contratação empresas especializada em serviços na realização de exames tomografia computadorizada com laudo conforme demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Torixoréu – MT**. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu@gmail.com Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021 das 07:00 as 13:00 (horário de Brasília/DF).

Torixoréu - MT, 27 de janeiro de 2021.

***Luiz Alberto Souza Vera***

***Pregoeiro***

## RGF - 3º QUADRIMESTRE DE 2020 - ANEXO 04 - DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") — em Reais

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II) | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAIS (III)** | **0,00** | **0,00** |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 24.937.547,09 | 100,00 |
| (-) Transf. Obrigatória União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)F)(V) | 24.937.547,09 | 100,00 |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII) - (Ia + IIa) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | 0,00 | 0,00 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 18/01/2021 10:51:37 — Page 1 de 2

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

## RGF - 3º QUADRIMESTRE DE 2020 - ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| A ENTIDADES CONTROLADAS(III) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| AOS ESTADOS (I) | | | | |
| Em Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Operações de Crédito Externas | | | | |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | | | | |
| TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 20.616.106,82 | 21.970.870,01 | 24.720.770,72 | 24.937.547,09 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(VII) | | | | |
| R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VI | 20.616.106,82 | 21.970.870,01 | 24.720.770,72 | 24.937.547,09 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII) | | | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | | | | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 % | | | | |

| CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| DOS ESTADOS (VII) | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | | | | |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | | | | |
| DOS MUNICÍPIOS (VIII) | | | | |
| TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X) | | | | |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

Emissão: 18/01/2021 10:51:05 Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | Até DEZEMBRO / 2020 |
|---|---|---|
| | | RECEITAS REALIZADAS (a) |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 20.622.036,04 | 24.823.070,66 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.012.500,00 | 1.765.869,79 |
| IPTU | 92.000,00 | 80.140,40 |
| ISS | 544.000,00 | 755.354,92 |
| ITBI | 303.000,00 | 609.034,49 |
| IRRF | 5.000,00 | 306.859,19 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 68.500,00 | 14.480,79 |
| Contribuições | 585.500,00 | 166.475,09 |
| Receita Patrimonial | 34.000,00 | 3.975,93 |
| Aplicações Financeiras (II) | 34.000,00 | 3.975,93 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 18.675.936,04 | 22.349.995,13 |
| Cota-parte do FPM | 6.660.000,00 | 5.892.155,79 |
| Cota-parte do ICMS | 2.800.000,00 | 3.751.519,13 |
| Cota-parte do IPVA | 468.183,93 | 242.130,97 |
| Cota Parte do ITR | 490.637,21 | 800.714,66 |
| Transferências da LC 87/1996 | 16.000,00 | 0,00 |
| Transferências da LC 61/1989 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB | 1.867.354,73 | 1.589.193,89 |
| Outras Transferências Correntes | 6.373.760,17 | 10.074.280,69 |
| Demais Receitas Correntes | 314.100,00 | 536.754,72 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Correntes Restantes | 314.100,00 | 536.754,72 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III)) | 20.588.036,04 | 24.819.094,73 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 5.432.725,11 | 150.000,00 |
| Operações de Crédito (VI) | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 55.000,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Alienações de Bens | 55.000,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 5.377.725,11 | 150.000,00 |
| Convênios | 4.777.725,11 | 150.000,00 |
| Outras Transferências de Capital | 600.000,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X)) | 5.432.725,11 | 150.000,00 |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)** | **26.020.761,15** | **24.969.094,73** |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até DEZEMBRO / 2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 26.346.907,85 | 22.164.516,02 | 21.659.580,46 | 21.179.748,97 | 278.962,71 | 46.803,45 | 46.803,45 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 10.692.444,74 | 8.137.543,26 | 8.097.576,47 | 7.846.943,63 | 80.312,20 | 0,01 | 0,01 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 83.398,80 | 83.398,79 | 83.398,79 | 83.398,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 15.571.064,31 | 13.943.573,97 | 13.478.605,20 | 13.249.406,55 | 198.650,51 | 46.803,44 | 46.803,44 |
| Transferências Constitucionais e Legais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Correntes | 15.489.678,91 | 13.889.443,97 | 13.424.475,20 | 13.195.276,55 | 198.650,51 | 46.803,44 | 46.803,44 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 26.263.509,05 | 22.081.117,23 | 21.576.181,67 | 21.096.350,18 | 278.962,71 | 46.803,45 | 46.803,45 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 3.436.129,89 | 3.000.526,63 | 1.475.566,44 | 1.475.563,07 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 3.044.175,17 | 2.848.571,94 | 1.323.611,75 | 1.323.608,38 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XX) | 391.954,72 | 151.954,69 | 151.954,69 | 151.954,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 3.044.175,17 | 2.848.571,94 | 1.323.611,75 | 1.323.608,38 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)** | **29.707.684,22** | **24.929.689,17** | **22.899.793,42** | **22.419.958,56** | **281.062,71** | **46.803,45** | **46.803,45** |

| | |
|---|---|
| **RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]** | **2.221.270,01** |

| META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência** | **0,00** |

Emissão: 18/01/2021 às 10:54 — Page 1 de 2
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

| JUROS NOMINAIS | Até DEZEMBRO / 2020 |
|---|---|
| | VALOR INCORRIDO |
| JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV) | 3.975,93 |
| JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVO (XXVI) | 0,00 |

| | |
|---|---|
| **RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)** | **2.225.245,94** |

| META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência** | **0,00** |

| ABAIXO DA LINHA | | |
|---|---|---|
| CALCULO DO RESULTADO NOMINAL | SALDO | |
| | Em 31/Dez / 2019 (a) | Até DEZEMBRO / 2020) (b) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 1.182.733,32 | 947.379,84 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 1.681.045,11 | 2.383.396,97 |
| Disponibilidade de Caixa | 1.045.988,07 | 1.719.665,16 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 1.449.306,30 | 1.841.920,68 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 403.318,23 | 122.255,52 |
| Demais Haveres Financeiros | 635.057,04 | 663.731,81 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | -498.311,79 | -1.436.017,13 |
| **RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)** | | **937.705,34** |

| AJUSTE METODOLÓGICO | Até DEZEMBRO / 2020) |
|---|---|
| VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 281.062,71 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 947.379,84 |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | 0,00 |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC(XXXVI) | 0,00 |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | 0,00 |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) | 0,00 |
| **RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV -) XXXVI** | **1.604.022,47** |

| | |
|---|---|
| **RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)** | **1.600.046,54** |

| INFORMAÇÕES ADICIONAIS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 1.185.368,28 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | 0,00 |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 1.185.368,28 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0,00 |

## RGF - 3º QUADRIMESTRE DE 2020 - ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — em Reais

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO EXERCICIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | até o 1º Quadrimestre | até o 2º Quadrimestre | até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 1.182.733,32 | 1.052.849,66 | 1.014.662,40 | 947.379,84 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 551.109,07 | 421.225,41 | 383.038,15 | 315.755,59 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 551.109,07 | 421.225,41 | 383.038,15 | 315.755,59 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 551.109,07 | 421.225,41 | 383.038,15 | 315.755,59 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos. | 631.624,25 | 631.624,25 | 631.624,25 | 631.624,25 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 1.681.045,11 | 1.925.033,96 | 2.990.116,21 | 2.383.396,97 |
| Disponibilidade de Caixa | 1.045.988,07 | 1.260.695,07 | 2.325.582,84 | 1.719.665,16 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 1.449.306,30 | 1.453.059,69 | 2.450.731,59 | 1.841.920,68 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 403.318,23 | 192.364,62 | 125.148,75 | 122.255,52 |
| Demais Haveres Financeiros | 635.057,04 | 664.338,89 | 664.533,37 | 663.731,81 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -498.311,79 | -872.184,30 | -1.975.453,81 | -1.436.017,13 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 20.616.106,82 | 21.970.870,01 | 24.720.770,72 | 24.937.547,09 |
| (-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| = R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV - V) | 20.616.106,82 | 21.970.870,01 | 24.720.770,72 | 24.937.547,09 |
| % da DC sobre a RCL (I / RCL) (I/VI) | 5,74 | 4,79 | 4,10 | 3,80 |
| % da DCL sobre a RCL (III / RCL) (III/VI) | -2,42 | -3,97 | -7,99 | -5,76 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%] | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO ATUARIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA | 378.174,48 | 500.545,65 | 703.087,90 | 116.809,29 |
| RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 72.145,12 | 34.141,67 | 25.341,67 | 25.341,67 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Notas:

Emissão: 18/01/2021 10:50:32 — Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

## RGF - 3º QUADRIMESTRE DE 2020 - ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL.

MUNICÍPIO DE TORIXOREU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Janeiro/2020 | Fevereiro/2020 | Março/2020 | Abril/2020 | Maio/2020 | Junho/2020 | Julho/2020 | Agosto/2020 | Setembro/2020 | Outubro/2020 | Novembro/2020 | Dezembro/2020 | Total dos Últimos 12 Meses | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.672.893,33 | 832.981,57 | 1.109.576,42 | 947.829,44 | 885.940,21 | 920.205,87 | 1.208.387,35 | 960.377,03 | 1.077.617,93 | 1.007.042,93 | 1.046.288,16 | 1.270.763,72 | 12.939.903,96 | 252.588,39 |
| Pessoal Ativo | 1.137.303,13 | 628.143,37 | 658.914,42 | 678.769,34 | 563.246,21 | 576.138,38 | 812.522,15 | 579.986,34 | 693.475,83 | 544.832,70 | 651.843,16 | 711.294,21 | 8.236.469,24 | 124.761,39 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 1.072.610,52 | 553.613,23 | 574.371,99 | 566.149,48 | 554.274,09 | 570.395,67 | 777.823,16 | 571.024,78 | 592.996,76 | 540.254,67 | 606.369,77 | 578.248,06 | 7.558.132,18 | |
| Obrigações Patronais | 64.692,61 | 74.530,14 | 84.542,43 | 112.619,86 | 8.972,12 | 5.742,71 | 34.698,99 | 8.961,56 | 100.479,07 | 4.578,03 | 45.473,39 | 133.046,15 | 678.337,06 | 124.761,39 |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | | | | | | | | | | | | | |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | | | | | | | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | 535.590,20 | 204.838,20 | 450.662,00 | 269.060,10 | 322.694,00 | 344.067,49 | 395.865,20 | 380.390,69 | 384.142,10 | 462.210,23 | 394.445,00 | 559.469,51 | 4.703.434,72 | 127.827,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF ) | | | | | | | | | | | | | | |
| Serviços Médicos | 535.590,20 | 204.838,20 | 450.662,00 | 269.060,10 | 322.694,00 | 344.067,49 | 395.865,20 | 380.390,69 | 384.142,10 | 462.210,23 | 394.445,00 | 559.469,51 | 4.703.434,72 | 127.827,00 |
| DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | | | | | | | | | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.672.893,33 | 832.981,57 | 1.109.576,42 | 947.829,44 | 885.940,21 | 920.205,87 | 1.208.387,35 | 960.377,03 | 1.077.617,93 | 1.007.042,93 | 1.046.288,16 | 1.270.763,72 | 12.939.903,96 | 252.588,39 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb) | | | | | | | | | | | | | | 13.192.492,35 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 24.937.547,09 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 24.937.547,09 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 13.192.492,35 | 52,90 % |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 13.466.275,43 | 54,00 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF) | 12.792.961,66 | 51,30 % |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 % | 12.119.647,89 | 48,60 % |

**FONTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

Emissão: 18/01/2021 10:49:10 **PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU** Page 1 de 2
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

MUNICÍPIO DE TORIXOREU - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

**NOTAS:**

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL | | |
|---|---|---|
| 3º Quadrimestre de 2020 | | |
| **Limite Máximo (a)** | **% DTP (b)** | **% Excedente (c) = (b - a)** |
| 54,00 % | 52,90 % | -1,10 % |

Emissão: 18/01/2021 10:49:10
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU**

Page 2 de 2
Homologado

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 _ Bimestre DE NOVEMBRO /DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — em Reais

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | Até o Bimestre |
|---|---|
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 23.500.000,00 |
| Previsão Atualizada | 27.903.661,15 |
| Receitas Realizadas | 24.973.070,66 |
| Déficit Orçamentário | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 1.185.368,28 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 23.500.000,00 |
| Créditos Adicionais | 7.650.209,05 |
| Dotação Atualizada | 31.150.209,05 |
| Despesas Empenhadas | 25.466.971,93 |
| Despesas Liquidadas | 23.352.281,58 |
| Despesas Pagas | 22.872.446,72 |
| Superávit Orçamentário | 1.620.789,08 |

| DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | Até o Bimestre |
|---|---|
| Despesas Empenhadas | 25.466.971,93 |
| Despesas Liquidadas | 23.352.281,58 |

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | Até o Bimestre |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 24.823.070,66 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo dos Limites De Endividamento | 24.823.070,66 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo dos Limites Da Despesa Com | 24.823.070,66 |

| RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Até o Bimestre |
|---|---|
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdênciário | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | |
| Resultado Previdenciário | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | |
| Resultado Previdenciário | |

| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | Meta Fixada no AMF da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
|---|---|---|---|
| Resultado Nominal | | 2.225.245,94 | 0% |
| Resultado Primário | | 2.221.270,01 | 0% |

| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre | Pagamento até o Bimestre | Saldo a Pagar |
|---|---|---|---|---|
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 403.318,23 | | 279.592,01 | 123.726,22 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 72.145,12 | | 46.803,45 | 25.341,67 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| **TOTAL** | **475.463,35** | | **326.395,46** | **149.067,89** |

| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | Valor Apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
|---|---|---|---|
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Desenvolvimento do Ensino | 3.547.197,72 | 25,00 % | 23,72 % |
| Fundamental e Médio | | 0,00 % | 0,00 % |
| Educação Infantil e Ensino Fundamental | 1.831.371,16 | 60,00 % | 115,24 % |
| Complementação da União ao FUNDEB | | 0,00 % | 0,00 % |

| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo não realizado |
|---|---|---|
| Receita de Operação de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Despesa de Capital Líquida | 3.000.526,63 | 435.603,26 |

| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Exercício[1] | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
|---|---|---|---|---|
| Plano Previdênciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | | | | |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | | | | |

| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | 55.000,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor Apurado até o Bimestre | Limite Constitucional Anual | |
|---|---|---|---|
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos | 4.637.235,60 | 15,00 % | 32,30 % |

| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | Valor Apurado no Exercício Corrente |
|---|---|
| Total das Despesas / RCL (%) | |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 18/01/2021 13:24:14 — Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO**

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) em Reais

| IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | REGISTROS EFETUADOS EM 2020 | |
|---|---|---|---|
| | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| TOTAL DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Provisões de PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Riscos Não Provisionados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Passivos Contigentes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS DE PPP | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Do Ente Federado, exceto estatatais não dependentes (**I**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Das Estatais Não-Dependentes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PPP A CONTRATAR (**II**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (**III**) | 20.616.106,82 | 24.823.070,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DESP. CONSIDERADAS P/ LIMITE (**IV = I + II**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V / **III**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Emissão: 18/01/2021 13:23:38 Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

# RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS (I) | 944.000,00 | 944.000,00 | 1.751.389,00 | 185,53 |
| Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 92.000,00 | 92.000,00 | 80.140,40 | 87,11 |
| IPTU | 70.000,00 | 70.000,00 | 49.095,09 | 70,14 |
| Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 22.000,00 | 22.000,00 | 31.045,31 | 141,12 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI | 303.000,00 | 303.000,00 | 609.034,49 | 201,00 |
| ITBI | 300.000,00 | 300.000,00 | 609.018,78 | 203,01 |
| Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 3.000,00 | 3.000,00 | 15,71 | 0,52 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 544.000,00 | 544.000,00 | 755.354,92 | 138,85 |
| ISS | 541.000,00 | 541.000,00 | 754.541,86 | 139,47 |
| Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ISS | 3.000,00 | 3.000,00 | 813,06 | 27,10 |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte IRRF | 5.000,00 | 5.000,00 | 306.859,19 | 137,18 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 12.030.000,00 | 12.260.821,14 | 12.605.969,99 | 102,82 |
| Cota-Parte FPM | 7.600.000,00 | 7.600.000,00 | 6.619.330,27 | 87,10 |
| Cota-Parte ITR | 400.000,00 | 570.637,21 | 1.000.893,16 | 175,40 |
| Cota-Parte IPVA | 510.000,00 | 570.183,93 | 303.041,84 | 53,15 |
| Cota-Parte ICMS | 3.500.000,00 | 3.500.000,00 | 4.682.704,72 | 133,79 |
| Cota-Parte IPI-Exportação | | | | |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 20.000,00 | 20.000,00 | | |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 20.000,00 | 20.000,00 | | |
| Outras | | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)** | **12.974.000,00** | **13.204.821,14** | **14.357.358,99** | **108,73** |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 1.520.966,38 | 2.220.816,95 | 2.051.902,16 | 92,39 | 2.013.382,12 | 90,66 | 1.943.595,23 | 87,52 | 38.520,04 |
| Despesas Correntes | 1.466.566,38 | 2.213.965,47 | 2.045.051,75 | 92,37 | 2.006.531,71 | 90,63 | 1.936.744,82 | 87,48 | 38.520,04 |
| Despesas de Capital | 54.400,00 | 6.851,48 | 6.850,41 | 99,98 | 6.850,41 | 99,98 | 6.850,41 | 99,98 | |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 1.667.400,00 | 2.545.973,83 | 2.540.509,66 | 99,79 | 2.484.352,66 | 97,58 | 2.429.359,86 | 95,42 | 56.157,00 |
| Despesas Correntes | 1.618.900,00 | 2.545.973,71 | 2.540.509,66 | 99,79 | 2.484.352,66 | 97,58 | 2.429.359,86 | 95,42 | 56.157,00 |
| Despesas de Capital | 48.500,00 | 0,12 | | | | | | | |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | 5.000,00 | 100.000,10 | 22.859,83 | 22,86 | 22.859,83 | 22,86 | 22.859,83 | 22,86 | |
| Despesas Correntes | | 100.000,00 | 22.859,83 | 22,86 | 22.859,83 | 22,86 | 22.859,83 | 22,86 | |
| Despesas de Capital | 5.000,00 | 0,10 | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 42.400,00 | 21.964,46 | 21.963,95 | 100,00 | 11.741,95 | 53,46 | 11.741,95 | 53,46 | 10.222,00 |
| Despesas Correntes | 39.900,00 | 21.964,31 | 21.963,95 | 100,00 | 11.741,95 | 53,46 | 11.741,95 | 53,46 | 10.222,00 |
| Despesas de Capital | 2.500,00 | 0,15 | | | | | | | |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (X) | 6.000,00 | 0,75 | | | | | | | |
| Despesas Correntes | 4.000,00 | 0,50 | | | | | | | |
| Despesas de Capital | 2.000,00 | 0,25 | | | | | | | |
| **TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)** | **3.241.766,38** | **4.888.756,09** | **4.637.235,60** | **94,86** | **4.532.336,56** | **92,71** | **4.407.556,87** | **90,16** | **104.899,04** |

Emissão: 18/01/2021 13:22:34 — Page 1 de 4
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019. — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM ASPS | DESPESAS EMPENHADAS (d) | DESPESAS LIQUIDADAS (e) | DESPESAS PAGAS (f) |
|---|---|---|---|
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 4.637.235,60 | 4.532.336,56 | 4.407.556,87 |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | | | |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) | | | |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | | | |
| **(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)** | **4.637.235,60** | **4.532.336,56** | **4.407.556,87** |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15 % (LC 141/2012) | | | 2.153.603,85 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00% (Lei Orgânica Municipal) | | | 2.153.603,85 |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (h ou i ) - XVII) | 2.483.631,75 | 2.378.732,71 | 2.253.953,02 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)(Quando valor inferior a zeros) | | | |
| **PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / IIIb) * 100 (mínimo de 15,00% conforme Lei Orgânica Municipal)** | 32,30 | **31,57** | |

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo Inicial (no exercício atual) (h) | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | | | Saldo Final (não aplicado) [1] (l) = (h - (i ou j) |
| | | Empenhados (i) | Liquidados (j) | Pagos (k) | |
| Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo inicial = XIXd) | | | | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) | | | | | |

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

| EXERCÍCIO DO EMPENHO [2] | Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) | Valor aplicado em ASPS no exercício (n) | Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0 | Total inscrito em RP no exercício (p) | RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd) | Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0) | Total de RP pagos (s) | Total de RP a pagar (t) | Total de RP cancelados ou prescritos (u) | Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Empenhos 2020 (regra nova) | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2019 (regra nova) | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2018 | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2017 | | | | | | | | | | |
| Empenhos 2016 e anteriores | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna 'v') | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior) | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) | | | | | | | | | | |

Emissão: 18/01/2021 13:22:34
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

em Reais

| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012 | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo Inicial (w) | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | | | Saldo Final (não aplicado) [1] (d) = (h - (i ou j) |
| | | Empenhados (x) | Liquidados (y) | Pagos (z) | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII) | | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | | | | | |
| TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXV) | | | | | |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI) | 2.276.014,00 | 2.434.267,01 | 3.085.224,19 | 126,74 |
| Provenientes da União | 1.944.514,00 | 2.102.767,01 | 2.329.760,88 | 110,80 |
| Provenientes dos Estados | 331.500,00 | 331.500,00 | 755.463,31 | 227,89 |
| Provenientes de Outros Municípios | | | | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (XXVII) | | | | |
| OUTRAS RECEITAS (XVIII) | | | 786.881,70 | |
| **TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)** | **2.276.014,00** | **2.434.267,01** | **3.872.105,89** | **159,07** |

| DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (e/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXX) | 1.733.861,31 | 2.657.935,52 | 2.246.981,59 | 84,54 | 2.121.795,14 | 79,83 | 2.066.368,42 | 77,74 | 125.186,45 |
| Despesas Correntes | 1.510.085,82 | 2.653.737,31 | 2.242.784,59 | 84,51 | 2.117.598,14 | 79,80 | 2.062.171,42 | 77,71 | 125.186,45 |
| Despesas de Capital | 223.775,49 | 4.198,21 | 4.197,00 | 99,97 | 4.197,00 | 99,97 | 4.197,00 | 99,97 | |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI) | 644.600,00 | 2.037.579,56 | 1.945.084,43 | 95,46 | 1.687.584,43 | 82,82 | 1.687.584,43 | 82,82 | 257.500,00 |
| Despesas Correntes | 583.100,00 | 1.572.964,03 | 1.480.469,14 | 94,12 | 1.480.469,14 | 94,12 | 1.480.469,14 | 94,12 | |
| Despesas de Capital | 61.500,00 | 464.615,53 | 464.615,29 | 100,00 | 207.115,29 | 44,58 | 207.115,29 | 44,58 | 257.500,00 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII) | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII) | 87.500,00 | 188.674,87 | 151.142,60 | 80,11 | 148.942,60 | 78,94 | 140.872,60 | 74,66 | 2.200,00 |
| Despesas Correntes | 82.500,00 | 188.674,72 | 151.142,60 | 80,11 | 148.942,60 | 78,94 | 140.872,60 | 74,66 | 2.200,00 |
| Despesas de Capital | 5.000,00 | 0,15 | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV) | 43.602,20 | 83.603,94 | 59.464,00 | 71,13 | 54.106,00 | 64,72 | 53.106,00 | 63,52 | 5.358,00 |
| Despesas Correntes | 41.102,20 | 83.603,84 | 59.464,00 | 71,13 | 54.106,00 | 64,72 | 53.106,00 | 63,52 | 5.358,00 |
| Despesas de Capital | 2.500,00 | 0,10 | | | | | | | |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV) | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (XXXVI) | | 25.975,01 | 14.658,05 | 56,43 | 14.658,05 | 56,43 | 14.658,05 | 56,43 | |
| Despesas Correntes | | 25.975,01 | 14.658,05 | 56,43 | 14.658,05 | 56,43 | 14.658,05 | 56,43 | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI | 2.509.563,51 | 4.993.768,90 | 4.417.330,67 | 88,46 | 4.027.086,22 | 80,64 | 3.962.589,50 | 79,35 | 390.244,45 |

Emissão: 18/01/2021 13:22:34
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

em Reais

| DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (e/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX) | 3.254.827,69 | 4.878.752,47 | 4.298.883,75 | 88,11 | 4.135.177,26 | 84,76 | 4.009.963,65 | 82,19 | 163.706,49 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI) | 2.312.000,00 | 4.583.553,39 | 4.485.594,09 | 97,86 | 4.171.937,09 | 91,02 | 4.116.944,29 | 89,82 | 313.657,00 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XL) = (VI + XXXII) | | | | | | | | | |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII) | 92.500,00 | 288.674,97 | 174.002,43 | 60,28 | 171.802,43 | 59,51 | 163.732,43 | 56,72 | 2.200,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV) | 86.002,20 | 105.568,40 | 81.427,95 | 77,13 | 65.847,95 | 62,37 | 64.847,95 | 61,43 | 15.580,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (IX + XXXV) | | | | | | | | | |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (XLIV) = (X + XXXVI) | 6.000,00 | 25.975,76 | 14.658,05 | 56,43 | 14.658,05 | 56,43 | 14.658,05 | 56,43 | |
| | | | | | | | | | |
| (-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI) | 5.751.329,89 | 9.882.524,99 | 9.054.566,27 | 91,62 | 8.559.422,78 | 86,61 | 8.370.146,37 | 84,70 | 495.143,49 |

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III ) — em Reais

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO A REALIZAR (c) = (a - b) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 55.000,00 | | 55.000,00 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | 40.000,00 | | 40.000,00 |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | 15.000,00 | | 15.000,00 |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Receita de Rendimento de Aplicações Financeiras | | | |

| DESPESAS | Dotação Atualizada (d) | Despesas Empenhadas (e) | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas (f) | Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | Pagamento de Restos a Pagar (g) | Saldo a Pagar (h) = (d - e) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | |
| Despesas Correntes dos Regimes de Previdência | | | | | | | |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | | | | | | | |

| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | 2019 (i) | 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg)) | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
|---|---|---|---|
| VALOR (III) | | | |

Fonte:

Emissão: 18/01/2021 13:21:34
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em reais

| DESPESAS | Dotação Inicial (d) | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Despesas Pagas Até o Bimestre (j) | Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | Saldo (g) = (e - f) | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | Saldo (i) = (e - h) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 22.650.122,15 | 30.183.037,74 | 3.287.560,25 | 25.165.042,65 | 5.017.995,09 | 4.409.397,36 | 23.135.146,90 | 7.047.890,84 | 22.655.312,04 | 2.029.895,75 |
| DESPESAS CORRENTES | 20.007.702,80 | 26.346.907,85 | 3.085.444,16 | 22.164.516,02 | 4.182.391,83 | 3.932.727,31 | 21.659.580,46 | 4.687.327,39 | 21.179.748,97 | 504.935,56 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 8.975.715,60 | 10.692.444,74 | 1.211.674,85 | 8.137.543,26 | 2.554.901,48 | 1.306.162,24 | 8.097.576,47 | 2.594.868,27 | 7.846.943,63 | 39.966,79 |
| Juros e Encargos da Dívida | 12.000,00 | 83.398,80 | 16.501,80 | 83.398,79 | 0,01 | 16.501,80 | 83.398,79 | 0,01 | 83.398,79 | |
| Outras Despesas Correntes | 11.019.987,20 | 15.571.064,31 | 1.857.267,51 | 13.943.573,97 | 1.627.490,34 | 2.610.063,27 | 13.478.605,20 | 2.092.459,11 | 13.249.406,55 | 464.968,77 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.912.325,49 | 3.436.129,89 | 202.116,09 | 3.000.526,63 | 435.603,26 | 476.670,05 | 1.475.566,44 | 1.960.563,45 | 1.475.563,07 | 1.524.960,19 |
| Investimentos | 1.712.325,49 | 3.044.175,17 | 184.919,87 | 2.848.571,94 | 195.603,23 | 459.473,83 | 1.323.611,75 | 1.720.563,42 | 1.323.608,38 | 1.524.960,19 |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | 200.000,00 | 391.954,72 | 17.196,22 | 151.954,69 | 240.000,03 | 17.196,22 | 151.954,69 | 240.000,03 | 151.954,69 | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 730.093,86 | 400.000,00 | | | 400.000,00 | | | 400.000,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 849.877,85 | 967.171,31 | -515.715,77 | 301.929,28 | 665.242,03 | 70.585,45 | 217.134,68 | 750.036,63 | 217.134,68 | 84.794,60 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 23.500.000,00 | 31.150.209,05 | 2.771.844,48 | 25.466.971,93 | 5.683.237,12 | 4.479.982,81 | 23.352.281,58 | 7.797.927,47 | 22.872.446,72 | 2.114.690,35 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI) | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Interna | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Externa | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 23.500.000,00 | 31.150.209,05 | 2.771.844,48 | 25.466.971,93 | 5.683.237,12 | 4.479.982,81 | 23.352.281,58 | 7.797.927,47 | 22.872.446,72 | 2.114.690,35 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | | | | 1.620.789,08 | | 2.100.623,94 | |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 23.500.000,00 | 31.150.209,05 | 2.771.844,48 | 25.466.971,93 | 5.683.237,12 | 4.479.982,81 | 24.973.070,66 | 6.177.138,39 | 24.973.070,66 | 2.114.690,35 |
| RESERVA DO RPPS | | | | | | | | | | |

Emissão: 18/01/2021 13:14:06

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em reais

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Despesa Pagas Até o Bimestre (j) | Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | Saldo (g) = (e - f) | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | Saldo (i) = (e - h) | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 849.877,85 | 967.171,31 | -515.715,77 | 301.929,28 | 665.242,03 | 70.585,45 | 217.134,68 | 750.036,63 | 217.134,68 | 84.794,60 |
| DESPESAS CORRENTES | 849.877,85 | 967.171,31 | -515.715,77 | 301.929,28 | 665.242,03 | 70.585,45 | 217.134,68 | 750.036,63 | 217.134,68 | 84.794,60 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 849.877,85 | 967.171,31 | -515.715,77 | 301.929,28 | 665.242,03 | 70.585,45 | 217.134,68 | 750.036,63 | 217.134,68 | 84.794,60 |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | | | | | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | | | | | |

Emissão: 18/01/2021 13:14:06

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 2 de 2

Homologado

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

| RECEITAS | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (a - c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 21.651.100,00 | 26.054.761,15 | 5.351.534,49 | 20,54 | 24.973.070,66 | 95,85 | 1.081.690,49 |
| RECEITAS CORRENTES | 19.823.600,00 | 20.622.036,04 | 5.351.534,49 | 25,95 | 24.823.070,66 | 120,37 | -4.201.034,62 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 1.012.500,00 | 1.012.500,00 | 812.952,15 | 80,29 | 1.765.869,79 | 174,41 | -753.369,79 |
| Impostos | 949.500,00 | 949.500,00 | 812.952,15 | 85,62 | 1.751.914,61 | 184,51 | -802.414,61 |
| Taxas | 63.000,00 | 63.000,00 | | | 13.955,18 | 22,15 | 49.044,82 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES | 585.500,00 | 585.500,00 | 32.924,70 | 5,62 | 166.475,09 | 28,43 | 419.024,91 |
| Contribuições Sociais | 525.500,00 | 525.500,00 | | | | | 525.500,00 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Soci | | | | | | | |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação F | 60.000,00 | 60.000,00 | 32.924,70 | 54,87 | 166.475,09 | 277,46 | -106.475,09 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 34.000,00 | 34.000,00 | 379,23 | 1,12 | 3.975,93 | 11,69 | 30.024,07 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | | | | | | | |
| Valores Mobiliários | 34.000,00 | 34.000,00 | 379,23 | 1,12 | 3.975,93 | 11,69 | 30.024,07 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, | | | | | | | |
| Exploração de Recursos Naturais | | | | | | | |
| Exploração do Patrimônio Intangível | | | | | | | |
| Cessão de Direitos | | | | | | | |
| Demais Receitas Patrimoniais | | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 250.000,00 | 250.000,00 | 79.440,20 | 31,78 | 453.779,10 | 181,51 | -203.779,10 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | | 79.440,20 | | 453.779,10 | | -453.779,10 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Financeiras | | | | | | | |
| Outros Serviços | 250.000,00 | 250.000,00 | | | | | 250.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 17.877.500,00 | 18.675.936,04 | 4.422.445,53 | 23,68 | 22.349.995,13 | 119,67 | -3.674.059,09 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 10.067.500,00 | 10.402.763,58 | 2.522.966,91 | 24,25 | 12.253.305,88 | 117,79 | -1.850.542,30 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s | 6.060.000,00 | 6.405.817,73 | 1.576.062,38 | 24,60 | 8.507.495,36 | 132,81 | -2.101.677,63 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 1.750.000,00 | 1.867.354,73 | 323.416,24 | 17,32 | 1.589.193,89 | 85,10 | 278.160,84 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 64.100,00 | 64.100,00 | 3.392,68 | 5,29 | 82.975,62 | 129,45 | -18.875,62 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | | | | | | |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 14.600,00 | 14.600,00 | 330,61 | 2,26 | 2.703,94 | 18,52 | 11.896,06 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Pú | | | | | | | |
| Demais Receitas Correntes | 49.500,00 | 49.500,00 | 3.062,07 | 6,19 | 80.271,68 | 162,17 | -30.771,68 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.827.500,00 | 5.432.725,11 | | | 150.000,00 | 2,76 | 5.282.725,11 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 55.000,00 | 55.000,00 | | | | | 55.000,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 40.000,00 | 40.000,00 | | | | | 40.000,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 15.000,00 | 15.000,00 | | | | | 15.000,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.772.500,00 | 5.377.725,11 | | | 150.000,00 | 2,79 | 5.227.725,11 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 1.436.500,00 | 3.578.461,34 | | | 150.000,00 | 4,19 | 3.428.461,34 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s | 336.000,00 | 1.799.263,77 | | | | | 1.799.263,77 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | | | | | | | |
| Resgate de Títulos do Tesouro | | | | | | | |
| Demais Receitas de Capital | | | | | | | |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.848.900,00 | 1.848.900,00 | | | | | 1.848.900,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 23.500.000,00 | 27.903.661,15 | 5.351.534,49 | 19,18 | 24.973.070,66 | 89,50 | 2.930.590,49 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 23.500.000,00 | 27.903.661,15 | 5.351.534,49 | 19,18 | 24.973.070,66 | 89,50 | 2.930.590,49 |
| DÉFICIT (VI)[1] | | | | | | | |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 23.500.000,00 | 27.903.661,15 | 5.351.534,49 | 19,18 | 24.973.070,66 | 89,50 | 2.930.590,49 |

Emissão: 18/01/2021 13:14:06 — Page 1 de 3
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019 — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | 1.185.368,28 | | | 1.185.368,28 | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | | | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | 1.185.368,28 | | | 1.185.368,28 | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (c - a) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) | |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.848.900,00 | 1.848.900,00 | | | | | 1.848.900,00 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.848.900,00 | 1.848.900,00 | | | | | 1.848.900,00 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | | | | | | | |
| Impostos | | | | | | | |
| Taxas | | | | | | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES | 1.848.900,00 | 1.848.900,00 | | | | | 1.848.900,00 |
| Contribuições Sociais | 1.848.900,00 | 1.848.900,00 | | | | | 1.848.900,00 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Soci | | | | | | | |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação F | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | | | | | | | |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | | | | | | | |
| Valores Mobiliários | | | | | | | |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, | | | | | | | |
| Exploração de Recursos Naturais | | | | | | | |
| Exploração do Patrimônio Intangível | | | | | | | |
| Cessão de Direitos | | | | | | | |
| Demais Receitas Patrimoniais | | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | | | | | | |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Financeiras | | | | | | | |
| Outros Serviços | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | | | | |
| Transferências da União e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s | | | | | | | |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | | | | |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | | | | | | |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | | | | | | | |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Pú | | | | | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | | | | | | | |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Transferências da União e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s | | | | | | | |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | | | | | | | |
| Resgate de Títulos do Tesouro | | | | | | | |
| Demais Receitas de Capital | | | | | | | |

Emissão: 18/01/2021 13:14:06
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — em Reais

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | 22.650.022,15 | 30.183.037,64 | 3.287.560,25 | 25.165.042,65 | 98,81 | 5.017.994,99 | 4.409.397,36 | 23.135.146,90 | 99,07 | 7.047.890,74 | 2.029.895,75 |
| LEGISLATIVA | 1.032.000,00 | 1.032.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.032.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.032.000,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 1.032.000,00 | 1.032.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.032.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.032.000,00 | 0,00 |
| JUDICIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 3.531.900,00 | 5.199.098,09 | 743.762,17 | 5.075.637,94 | 19,93 | 123.460,15 | 868.173,27 | 4.884.938,74 | 20,92 | 314.159,35 | 190.699,20 |
| Administração Geral | 3.471.400,00 | 5.160.551,70 | 733.993,79 | 5.037.092,36 | 19,78 | 123.459,34 | 858.404,89 | 4.846.393,16 | 20,75 | 314.158,54 | 190.699,20 |
| Controle Interno | 60.500,00 | 38.546,39 | 9.768,38 | 38.545,58 | 0,15 | 0,81 | 9.768,38 | 38.545,58 | 0,17 | 0,81 | 0,00 |
| DEFESA NACIONAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RELAÇÕES EXTERIORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.129.200,00 | 1.340.608,64 | 129.267,98 | 1.269.744,98 | 4,99 | 70.863,66 | 160.980,66 | 1.035.722,27 | 4,44 | 304.886,37 | 234.022,71 |
| Assistência ao Idoso | 3.100,00 | 0,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,70 | 0,00 |
| Assistência á Criança e ao Adolescente | 337.500,00 | 199.878,18 | 18.418,82 | 192.157,05 | 0,75 | 7.721,13 | 27.606,32 | 189.996,76 | 0,81 | 9.881,42 | 2.160,29 |
| Assistência Comunitária | 788.600,00 | 1.140.729,76 | 110.849,16 | 1.077.587,93 | 4,23 | 63.141,83 | 133.374,34 | 845.725,51 | 3,62 | 295.004,25 | 231.862,42 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 1.985.500,00 | 1.985.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.985.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.985.500,00 | 0,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 1.985.500,00 | 1.985.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.985.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.985.500,00 | 0,00 |
| SAÚDE | 5.622.329,89 | 9.675.039,30 | 1.139.426,69 | 9.014.863,38 | 35,40 | 660.175,92 | 1.608.971,05 | 8.548.466,97 | 36,61 | 1.126.572,33 | 466.396,41 |
| Administração Geral | 0,00 | 25.975,01 | 0,00 | 14.658,05 | 0,06 | 11.316,96 | 0,00 | 14.658,05 | 0,06 | 11.316,96 | 0,00 |
| Atenção Básica | 3.133.827,69 | 4.671.267,78 | 728.197,52 | 4.259.180,86 | 16,72 | 412.086,92 | 954.074,60 | 4.124.221,45 | 17,66 | 547.046,33 | 134.959,41 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 2.312.000,00 | 4.583.553,39 | 369.287,41 | 4.485.594,09 | 17,61 | 97.959,30 | 593.262,00 | 4.171.937,09 | 17,87 | 411.616,30 | 313.657,00 |
| Vigilância Sanitária | 90.500,00 | 288.674,72 | 48.873,45 | 174.002,43 | 0,68 | 114.672,29 | 49.918,45 | 171.802,43 | 0,74 | 116.872,29 | 2.200,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 86.002,20 | 105.568,40 | -6.931,69 | 81.427,95 | 0,32 | 24.140,45 | 11.716,00 | 65.847,95 | 0,28 | 39.720,45 | 15.580,00 |
| TRABALHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EDUCAÇÃO | 3.815.400,00 | 3.207.574,05 | 470.150,33 | 3.185.701,01 | 12,51 | 21.873,04 | 489.658,70 | 3.154.959,37 | 13,51 | 52.614,68 | 30.741,64 |
| Administração Geral | 626.000,00 | 581.088,16 | 70.146,55 | 573.335,26 | 2,25 | 7.752,90 | 82.929,82 | 568.530,30 | 2,43 | 12.557,86 | 4.804,96 |
| Ensino Fundamental | 2.242.500,00 | 1.399.520,19 | 190.510,78 | 1.393.561,36 | 5,47 | 5.958,83 | 198.280,88 | 1.373.894,68 | 5,88 | 25.625,51 | 19.666,68 |
| Educação Infantil | 946.900,00 | 1.226.965,70 | 209.493,00 | 1.218.804,39 | 4,79 | 8.161,31 | 208.448,00 | 1.212.534,39 | 5,19 | 14.431,31 | 6.270,00 |
| CULTURA | 430.500,00 | 117.719,10 | 14.918,72 | 113.475,01 | 0,45 | 4.244,09 | 18.541,16 | 112.380,87 | 0,48 | 5.338,23 | 1.094,14 |
| Difusão Cultural | 430.500,00 | 117.719,10 | 14.918,72 | 113.475,01 | 0,45 | 4.244,09 | 18.541,16 | 112.380,87 | 0,48 | 5.338,23 | 1.094,14 |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| URBANISMO | 946.248,40 | 1.091.465,90 | 285.030,05 | 1.043.909,81 | 4,10 | 47.556,09 | 273.280,33 | 1.031.913,49 | 4,42 | 59.552,41 | 11.996,32 |
| Infra-Estrutura Urbana | 484.248,40 | 823.753,11 | 215.216,27 | 776.424,57 | 3,05 | 47.328,54 | 215.216,27 | 776.424,57 | 3,32 | 47.328,54 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 462.000,00 | 267.712,79 | 69.813,78 | 267.485,24 | 1,05 | 227,55 | 58.064,06 | 255.488,92 | 1,09 | 12.223,87 | 11.996,32 |
| HABITAÇÃO | 10.000,00 | 0,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,25 | 0,00 |
| Habitação Urbana | 10.000,00 | 0,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,25 | 0,00 |
| SANEAMENTO | 403.500,00 | 1.551.965,50 | 53.414,25 | 1.346.528,59 | 5,29 | 205.436,91 | 321.972,80 | 618.518,81 | 2,65 | 933.446,69 | 728.009,78 |
| Saneamento Básico Urbano | 403.500,00 | 1.551.965,50 | 53.414,25 | 1.346.528,59 | 5,29 | 205.436,91 | 321.972,80 | 618.518,81 | 2,65 | 933.446,69 | 728.009,78 |
| GESTÃO AMBIENTAL | 10.500,00 | 26.756,22 | 7.538,00 | 26.756,01 | 0,11 | 0,21 | 7.819,00 | 26.756,01 | 0,11 | 0,21 | 0,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 10.500,00 | 26.756,22 | 7.538,00 | 26.756,01 | 0,11 | 0,21 | 7.819,00 | 26.756,01 | 0,11 | 0,21 | 0,00 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AGRICULTURA | 186.600,00 | 252.157,98 | -87,84 | 223.325,38 | 0,88 | 28.832,60 | 30.487,69 | 222.042,20 | 0,95 | 30.115,78 | 1.283,18 |

Emissão: 18/01/2021 13:15:28
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| Abastecimento | 22.200,00 | 25.000,55 | -25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,55 | 0,00 |
| Demais Subfunções | 164.400,00 | 227.157,43 | 24.912,16 | 223.325,38 | 0,88 | 3.832,05 | 30.487,69 | 222.042,20 | 0,95 | 5.115,23 | 1.283,18 |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INDUSTRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMUNICAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ENERGIA | 57.250,00 | 0,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,50 | 0,00 |
| Energia Elétrica | 57.250,00 | 0,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,50 | 0,00 |
| TRANSPORTES | 2.261.000,00 | 3.473.604,31 | 367.015,71 | 3.282.214,03 | 12,89 | 191.390,28 | 546.773,51 | 2.922.034,36 | 12,51 | 551.569,95 | 360.179,67 |
| Transporte Rodoviário | 2.261.000,00 | 3.473.604,31 | 367.015,71 | 3.282.214,03 | 12,89 | 191.390,28 | 546.773,51 | 2.922.034,36 | 12,51 | 551.569,95 | 360.179,67 |
| DESPORTO E LAZER | 286.000,00 | 354.194,28 | 43.426,17 | 347.533,03 | 1,36 | 6.661,25 | 49.041,17 | 342.060,33 | 1,46 | 12.133,95 | 5.472,70 |
| Desporto Comunitário | 286.000,00 | 354.194,28 | 43.426,17 | 347.533,03 | 1,36 | 6.661,25 | 49.041,17 | 342.060,33 | 1,46 | 12.133,95 | 5.472,70 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 212.000,00 | 475.353,52 | 33.698,02 | 235.353,48 | 0,92 | 240.000,04 | 33.698,02 | 235.353,48 | 1,01 | 240.000,04 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | 212.000,00 | 475.353,52 | 33.698,02 | 235.353,48 | 0,92 | 240.000,04 | 33.698,02 | 235.353,48 | 1,01 | 240.000,04 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 730.093,86 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II) | 849.877,85 | 967.171,31 | -515.715,77 | 301.929,28 | 1,19 | 665.242,03 | 70.585,45 | 217.134,68 | 0,93 | 750.036,63 | 84.794,60 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | 23.499.900,00 | 31.150.208,95 | 2.771.844,48 | 25.466.971,93 | 100,00 | 5.683.237,02 | 4.479.982,81 | 23.352.281,58 | 100,00 | 7.797.927,37 | 2.114.690,35 |

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesa Empenhada | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/III b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/III d) | | |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 849.877,85 | 967.171,31 | -515.715,77 | 301.929,28 | 1,19 | 665.242,03 | 70.585,45 | 217.134,68 | 0,93 | 750.036,63 | 84.794,60 |
| LEGISLATIVA | 18.000,00 | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 18.000,00 | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 |
| JUDICIÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 85.700,00 | 102.838,76 | -49.829,33 | 15.853,75 | 0,06 | 86.985,01 | 0,00 | 5.877,74 | 0,03 | 96.961,02 | 9.976,01 |
| Administração Geral | 78.900,00 | 91.542,11 | -44.169,27 | 12.642,95 | 0,05 | 78.899,16 | 0,00 | 5.092,68 | 0,02 | 86.449,43 | 7.550,27 |
| Controle Interno | 6.800,00 | 11.296,65 | -5.660,06 | 3.210,80 | 0,01 | 8.085,85 | 0,00 | 785,06 | 0,00 | 10.511,59 | 2.425,74 |
| DEFESA NACIONAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RELAÇÕES EXTERIORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 8.000,00 | 8.000,00 | -2.775,84 | 1.560,11 | 0,01 | 6.439,89 | 0,00 | 369,68 | 0,00 | 7.630,32 | 1.190,43 |
| Assistência Comunitária | 8.000,00 | 8.000,00 | -2.775,84 | 1.560,11 | 0,01 | 6.439,89 | 0,00 | 369,68 | 0,00 | 7.630,32 | 1.190,43 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SAÚDE | 123.000,00 | 207.484,94 | -104.619,71 | 39.702,89 | 0,16 | 167.782,05 | 97,24 | 10.955,81 | 0,05 | 196.529,13 | 28.747,08 |
| Atenção Básica | 121.000,00 | 207.484,69 | -104.619,71 | 39.702,89 | 0,16 | 167.781,80 | 97,24 | 10.955,81 | 0,05 | 196.528,88 | 28.747,08 |
| Vigilância Sanitária | 2.000,00 | 0,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,25 | 0,00 |
| TRABALHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EDUCAÇÃO | 477.000,00 | 492.410,20 | -278.059,96 | 214.135,33 | 0,84 | 278.274,87 | 70.488,21 | 191.316,84 | 0,82 | 301.093,36 | 22.818,49 |
| Administração Geral | 10.000,00 | 69.238,30 | -13.905,81 | 4.925,09 | 0,02 | 64.313,21 | 0,00 | 1.595,99 | 0,01 | 67.642,31 | 3.329,10 |
| Ensino Fundamental | 222.000,00 | 157.842,45 | -119.604,76 | 98.677,86 | 0,39 | 59.164,59 | 30.856,39 | 86.582,78 | 0,37 | 71.259,67 | 12.095,08 |

Emissão: 18/01/2021 13:15:28

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesa Empenhada | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/III b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/III d) | | |
| Educação Infantil | 245.000,00 | 265.329,45 | -144.549,39 | 110.532,38 | 0,43 | 154.797,07 | 39.631,82 | 103.138,07 | 0,44 | 162.191,38 | 7.394,31 |
| CULTURA | 5.000,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 |
| Difusão Cultural | 5.000,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| URBANISMO | 100.032,90 | 108.435,95 | -64.190,24 | 24.691,68 | 0,10 | 83.744,27 | 0,00 | 7.175,43 | 0,03 | 101.260,52 | 17.516,25 |
| Infra-Estrutura Urbana | 60.032,90 | 60.032,90 | -35.340,06 | 13.326,67 | 0,05 | 46.706,23 | 0,00 | 3.998,27 | 0,02 | 56.034,63 | 9.328,40 |
| Serviços Urbanos | 40.000,00 | 48.403,05 | -28.850,18 | 11.365,01 | 0,04 | 37.038,04 | 0,00 | 3.177,16 | 0,01 | 45.225,89 | 8.187,85 |
| HABITAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SANEAMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| GESTÃO AMBIENTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AGRICULTURA | 1.144,95 | 0,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,45 | 0,00 |
| Demais Subfunções | 1.144,95 | 0,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,45 | 0,00 |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INDUSTRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| COMUNICAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ENERGIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSPORTES | 30.000,00 | 30.000,00 | -16.240,69 | 5.985,52 | 0,02 | 24.014,48 | 0,00 | 1.439,18 | 0,01 | 28.560,82 | 4.546,34 |
| Transporte Rodoviário | 30.000,00 | 30.000,00 | -16.240,69 | 5.985,52 | 0,02 | 24.014,48 | 0,00 | 1.439,18 | 0,01 | 28.560,82 | 4.546,34 |
| DESPORTO E LAZER | 2.000,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 2.000,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS** | **849.877,85** | **967.171,31** | **-515.715,77** | **301.929,28** | **1,19** | **665.242,03** | **70.585,45** | **217.134,68** | **0,93** | **750.036,63** | **84.794,60** |

Emissão: 18/01/2021 13:15:28
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 3 de 3
Homologado

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 07 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) — em Reais

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (e + k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i - j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro 2019 | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro 2019 | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 124.288,85 | 279.029,38 | 279.592,01 | | 123.726,22 | 11.678,93 | 60.466,19 | 46.803,45 | 46.803,45 | | 25.341,67 | 149.067,89 |
| EXECUTIVO | 124.288,85 | 279.029,38 | 279.592,01 | | 123.726,22 | 11.678,93 | 60.466,19 | 46.803,45 | 46.803,45 | | 25.341,67 | 149.067,89 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU | 1.700,00 | 9.386,31 | 9.386,31 | | 1.700,00 | | 6.741,60 | 6.741,60 | 6.741,60 | | | 1.700,00 |
| SECRETARIA. ADMINISTRACAO FINANCAS | 13.820,97 | 32.758,63 | 32.318,63 | | 14.260,97 | 2.904,72 | 40.371,85 | 31.510,07 | 31.510,07 | | 11.766,50 | 26.027,47 |
| SECRETARIA MUNIC. DE EDUCUCAO E CULTURA | 32.017,11 | 47.870,11 | 61.102,48 | | 18.784,74 | 16,54 | 3.200,00 | 3.200,00 | 3.200,00 | | 16,54 | 18.801,28 |
| SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO E OBRAS | 5.868,09 | 17.945,75 | 13.096,25 | | 10.717,59 | | | | | | | 10.717,59 |
| SECRETARIA MUNIC. DE SAUDE | 52.095,75 | 118.721,23 | 100.408,49 | | 70.408,49 | 2.121,50 | 10.152,73 | 5.351,77 | 5.351,77 | | 6.922,46 | 77.330,95 |
| SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA E ASSUNT.FUND. | 420,00 | 7.513,07 | 7.933,07 | | | 6.636,17 | | | | | 6.636,17 | 6.636,17 |
| SECRETARIA MUN. DE TRANSPARENCIA GOVERNAMENTAL | | 1.886,77 | 1.886,77 | | | | | | | | | |
| SEC. MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL | 6.926,93 | 15.240,79 | 16.503,29 | | 5.664,43 | | | | | | | 5.664,43 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | | 2.526,01 | 2.526,01 | | | | 0,01 | 0,01 | 0,01 | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | 9.340,00 | 3.184,96 | 10.924,96 | | 1.600,00 | | | | | | | 1.600,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO | | 1.405,07 | 1.405,07 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | | 2.500,47 | 2.500,47 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTOS | | 3.475,71 | 3.475,71 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ARRECADACAO | | 2.513,60 | 2.513,60 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS PUBLICOS | | 3.834,57 | 3.244,57 | | 590,00 | | | | | | | 590,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS PUBLICAS | | 1.107,39 | 1.107,39 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ERSPORTE E LAZER | 2.100,00 | 7.158,94 | 9.258,94 | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | | | |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **124.288,85** | **279.029,38** | **279.592,01** | | **123.726,22** | **11.678,93** | **60.466,19** | **46.803,45** | **46.803,45** | | **25.341,67** | **149.067,89** |

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (e + k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i - j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) | | | | | | | | | | | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

**RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 10 - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) em Reais

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

Emissão: 18/01/2021 13:21:04 Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 09 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — em Reais

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I) | | | |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e) |
|---|---|---|---|
| DESPESAS DE CAPITAL | 3.436.129,89 | 3.000.526,63 | 435.603,26 |
| Investimentos | 3.044.175,17 | 2.848.571,94 | 195.603,23 |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | 391.954,72 | 151.954,69 | 240.000,03 |
| (-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE | | | |
| (-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 3.436.129,89 | 3.000.526,63 | 435.603,26 |
| RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I) | 3.436.129,89 | 3.000.526,63 | 435.603,26 |

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 18/01/2021 13:20:29
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

# RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/20 | FEV/20 | MAR/20 | ABR/20 | MAI/20 | JUN/20 | JUL/20 | AGO/20 | SET/20 | OUT/20 | NOV/20 | DEZ/20 | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.519.940,94 | 1.771.608,81 | 1.865.698,80 | 2.464.167,63 | 1.440.584,67 | 1.802.357,49 | 2.413.156,74 | 3.849.517,30 | 2.042.784,79 | 2.299.482,30 | 2.297.828,74 | 3.572.083,14 | 27.339.211,35 | 23.028.036,04 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 26.350,51 | 128.192,22 | 265.703,13 | 145.387,50 | 17.425,89 | 106.598,98 | 37.537,59 | 35.278,80 | 48.530,35 | 141.912,67 | 123.890,50 | 689.061,65 | 1.765.869,79 | 1.012.500,00 |
| IPTU | 912,51 | 6.519,60 | 1.888,67 | 3.054,97 | 2.153,98 | 12.576,69 | 17.056,32 | 8.157,37 | 13.528,36 | 5.623,16 | 5.782,19 | 2.886,58 | 80.140,40 | 92.000,00 |
| ISS | 21.610,27 | 15.648,10 | 18.101,49 | 16.478,33 | 14.281,86 | 14.268,64 | 18.303,42 | 19.242,18 | 21.551,19 | 24.942,89 | 91.296,64 | 479.629,91 | 755.354,92 | 544.000,00 |
| ITBI | 800,00 | 95.904,65 | 244.869,05 | 38.664,33 | 320,00 | 24.794,22 | 1.557,24 | 7.709,20 | 13.280,75 | 8.254,57 | 3.204,64 | 169.675,84 | 609.034,49 | 303.000,00 |
| IRRF | 161,49 | 161,49 | 138,31 | 87.189,87 | 170,05 | 54.959,43 | 170,05 | 170,05 | 170,05 | 103.092,05 | 23.607,03 | 36.869,32 | 306.859,19 | 5.000,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria | 2.866,24 | 9.958,38 | 705,61 | | 500,00 | | 450,56 | | | | | | 14.480,79 | 68.500,00 |
| Contribuições | 17.995,81 | 14.627,26 | 12.431,91 | 1.545,02 | 15.924,63 | 793,98 | 3.134,94 | 708,36 | 54.099,14 | 12.289,34 | 15.999,59 | 16.925,11 | 166.475,09 | 585.500,00 |
| Receita Patrimonial | 770,56 | 447,92 | 523,96 | 261,67 | 466,32 | 292,30 | 256,44 | 186,23 | 170,24 | 221,06 | 180,62 | 198,61 | 3.975,93 | 34.000,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 770,56 | 447,92 | 523,96 | 261,67 | 466,32 | 292,30 | 256,44 | 186,23 | 170,24 | 221,06 | 180,62 | 198,61 | 3.975,93 | 34.000,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Agropecuária | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Industrial | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Serviços | 36.739,11 | 28.989,26 | 36.098,20 | 32.573,74 | 40.426,39 | 38.020,57 | 38.772,08 | 38.077,18 | 43.747,19 | 40.895,18 | 40.268,46 | 39.171,74 | 453.779,10 | 250.000,00 |
| Transferências Correntes | 1.437.798,91 | 1.597.559,22 | 1.550.877,26 | 2.283.794,85 | 1.324.524,05 | 1.628.031,46 | 2.330.038,54 | 3.774.533,71 | 1.895.550,07 | 2.102.604,83 | 2.115.656,95 | 2.825.165,97 | 24.866.135,82 | 21.081.936,04 |
| Cota Parte do FPM | 606.292,89 | 876.066,17 | 512.260,15 | 502.128,33 | 525.337,03 | 427.652,52 | 737.229,24 | 468.305,77 | 377.224,42 | 507.591,79 | 491.781,18 | 1.184.152,03 | 7.216.021,52 | 8.180.000,00 |
| Cota Parte do ICMS | 346.639,92 | 312.707,05 | 466.945,00 | 294.354,61 | 275.924,98 | 350.379,53 | 374.090,98 | 354.095,97 | 501.657,82 | 451.510,89 | 584.978,47 | 369.419,50 | 4.682.704,72 | 3.500.000,00 |
| Cota Parte do IPVA | 34.134,12 | 31.929,29 | 45.757,61 | 22.280,61 | 22.907,97 | 25.851,22 | 17.191,66 | 16.672,23 | 21.090,22 | 14.400,30 | 19.156,22 | 31.670,39 | 303.041,84 | 570.183,93 |
| Cota Parte do ITR | 84.201,24 | 11.100,75 | 30.814,32 | 19.489,15 | 24.382,26 | 15.188,95 | 5.101,54 | 5.298,50 | 47.320,76 | 543.470,59 | 108.227,49 | 106.297,61 | 1.000.893,16 | 570.637,21 |
| Transferência da LC 87/1966 | | | | | | | | | | | | | | 20.000,00 |
| Transferência LC 61/1989 | | | | | | | | | | | | | | |
| Transferências FUNDEB | 125.272,97 | 130.018,12 | 151.515,97 | 102.882,32 | 101.307,66 | 116.290,47 | 120.062,08 | 115.565,61 | 149.351,60 | 153.510,85 | 141.238,18 | 182.178,06 | 1.589.193,89 | 1.867.354,73 |
| Outras Transferências Correntes | 241.257,77 | 235.737,84 | 343.584,21 | 1.342.659,83 | 374.664,15 | 692.668,77 | 1.076.363,04 | 2.814.595,63 | 798.905,25 | 432.120,41 | 770.275,41 | 951.448,38 | 10.074.280,69 | 6.373.760,17 |
| Outras Receitas Correntes | 286,04 | 1.792,93 | 64,34 | 604,85 | 41.817,39 | 28.620,20 | 3.417,15 | 733,02 | 687,80 | 1.559,22 | 1.832,62 | 1.560,06 | 82.975,62 | 64.100,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 214.088,28 | 245.773,15 | 210.700,17 | 167.291,37 | 169.416,67 | 163.520,10 | 166.657,07 | 168.494,00 | 189.018,03 | 302.804,46 | 240.358,30 | 278.019,09 | 2.516.140,69 | 2.931.500,00 |
| Contrib. Servidor para o Plano de Previdência | | | | | | | | | | | | | | 525.500,00 |
| Comp. Financeira entre Regimes de Previdência | | | | | | | | | | | | | | |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 214.088,28 | 245.773,15 | 210.700,17 | 167.291,37 | 169.416,67 | 163.520,10 | 166.657,07 | 168.494,00 | 189.018,03 | 302.804,46 | 240.358,30 | 278.019,09 | 2.516.140,69 | 2.406.000,00 |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)** | **1.305.852,66** | **1.525.835,66** | **1.654.998,63** | **2.296.876,26** | **1.271.168,00** | **1.638.837,39** | **2.246.499,67** | **3.681.023,30** | **1.853.766,76** | **1.996.677,84** | **2.057.470,44** | **3.294.064,05** | **24.823.070,66** | **20.096.536,04** |
| **Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)(CF) (IV)** | **1.305.852,66** | **1.525.835,66** | **1.654.998,63** | **2.296.876,26** | **1.271.168,00** | **1.638.837,39** | **2.246.499,67** | **3.681.023,30** | **1.853.766,76** | **1.996.677,84** | **2.057.470,44** | **3.294.064,05** | **24.823.070,66** | **20.096.536,04** |
| **Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)(IV)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)(V)** | **1.305.852,66** | **1.525.835,66** | **1.654.998,63** | **2.296.876,26** | **1.271.168,00** | **1.638.837,39** | **2.246.499,67** | **3.681.023,30** | **1.853.766,76** | **1.996.677,84** | **2.057.470,44** | **3.294.064,05** | **24.823.070,66** | **20.096.536,04** |

Emissão: 18/01/2021 13:16:24 — Page 1 de 2
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso II) — Em reais

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/20 | FEV/20 | MAR/20 | ABR/20 | MAI/20 | JUN/20 | JUL/20 | AGO/20 | SET/20 | OUT/20 | NOV/20 | DEZ/20 | | |

# RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** — **em Reais**

## RECEITAS DO ENSINO

| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100 |
|---|---|---|---|---|
| 1-RECEITA DE IMPOSTOS | 939.000,00 | 939.000,00 | 1.748.865,17 | 186,25 % |
| 1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 92.000,00 | 92.000,00 | 80.140,40 | 87,11 % |
| 1.1.1-IPTU | 70.000,00 | 70.000,00 | 49.095,09 | 70,14 % |
| 1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 22.000,00 | 22.000,00 | 31.045,31 | 141,12 % |
| 1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 303.000,00 | 303.000,00 | 609.034,49 | 201,00 % |
| 1.2.1-ITBI | 300.000,00 | 300.000,00 | 609.018,78 | 203,01 % |
| 1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 3.000,00 | 3.000,00 | 15,71 | 0,52 % |
| 1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 544.000,00 | 544.000,00 | 755.354,92 | 138,85 % |
| 1.3.1-ISS | 541.000,00 | 541.000,00 | 754.541,86 | 139,47 % |
| 1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 3.000,00 | 3.000,00 | 813,06 | 27,10 % |
| 1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | | | 304.335,36 | |
| 2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 12.610.000,00 | 12.840.821,14 | 13.202.661,24 | 102,82 % |
| 2.1-Cota-Parte FPM | 8.180.000,00 | 8.180.000,00 | 7.216.021,52 | 88,22 % |
| 2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 7.600.000,00 | 7.600.000,00 | 6.619.330,27 | 87,10 % |
| 2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | 300.000,00 | 300.000,00 | 298.027,92 | 99,34 % |
| 2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | 280.000,00 | 280.000,00 | 298.663,33 | 106,67 % |
| 2.2-Cota-Parte ICMS | 3.500.000,00 | 3.500.000,00 | 4.682.704,72 | 133,79 % |
| 2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996 | 20.000,00 | 20.000,00 | | |
| 2.4-Cota-Parte IPI-Exportação | | | | |
| 2.5-Cota-Parte ITR | 400.000,00 | 570.637,21 | 1.000.893,16 | 175,40 % |
| 2.6-Cota-Parte IPVA | 510.000,00 | 570.183,93 | 303.041,84 | 53,15 % |
| 2.7-Cota-Parte IOF-Ouro | | | | |
| **3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)** | **13.549.000,00** | **13.779.821,14** | **14.951.526,41** | **108,50 %** |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100 |
|---|---|---|---|---|
| 4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | | | | |
| 5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 266.200,00 | 266.200,00 | 140.033,80 | 52,60 % |
| 5.1-Transferências do Salário-Educação | 120.000,00 | 120.000,00 | 87.164,01 | 72,64 % |
| 5.2-Transferências Diretas - PDDE | 1.200,00 | 1.200,00 | | |
| 5.3-Transferências Diretas - PNAE | 50.000,00 | 50.000,00 | 37.512,20 | 75,02 % |
| 5.4-Transferências Diretas - PNATE | 45.000,00 | 45.000,00 | 15.357,59 | 34,13 % |
| 5.5-Outras Transferências do FNDE | 50.000,00 | 50.000,00 | | |
| 5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | | | | |
| 6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 1.080.000,00 | 1.080.000,00 | 165.451,39 | 15,32 % |
| 6.1-Transferências de Convênios | 1.080.000,00 | 1.080.000,00 | 165.451,39 | 15,32 % |
| 6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | | | | |
| 7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | |
| 8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | | | |
| **9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)** | **1.346.200,00** | **1.346.200,00** | **305.485,19** | **22,69 %** |

Emissão: 18/01/2021 13:19:53
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** **em Reais**

**FUNDEB**

| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 2.406.000,00 | 2.452.164,22 | 2.521.193,98 | 102,82 % |
| 10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1) | 1.520.000,00 | 1.520.000,00 | 1.323.866,05 | 87,10 % |
| 10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2) | 700.000,00 | 700.000,00 | 936.540,94 | 133,79 % |
| 10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3) | 4.000,00 | 4.000,00 | | |
| 10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4) | | | | |
| 10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5) | 80.000,00 | 114.127,44 | 200.178,63 | 175,40 % |
| 10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6) | 102.000,00 | 114.036,78 | 60.608,36 | 53,15 % |
| 11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 1.750.000,00 | 1.867.354,73 | 1.589.193,89 | 85,10 % |
| 11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB | 1.750.000,00 | 1.867.354,73 | 1.589.193,89 | 85,10 % |
| 11.2-Complementação da União ao FUNDEB | | | | |
| 11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | | | | |
| **12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)** | **-656.000,00** | **-584.809,49** | **-932.000,09** | **159,37 %** |

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

**DESPESAS DO ENSINO**

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 1.255.200,00 | 1.456.835,64 | 1.346.025,83 | 92,39 % | 1.346.025,83 | 92,39 % | |
| 13.1-Com Educação Infantil | 453.100,00 | 630.460,70 | 569.949,62 | 90,40 % | 569.949,62 | 90,40 % | |
| 13.2-Com Ensino Fundamental | 802.100,00 | 826.374,94 | 776.076,21 | 93,91 % | 776.076,21 | 93,91 % | |
| 14-OUTRAS DESPESAS | 494.800,00 | 622.681,86 | 557.469,50 | 89,53 % | 557.469,50 | 89,53 % | |
| 14.1-Com Educação Infantil | 488.800,00 | 598.015,00 | 532.803,80 | 89,10 % | 532.803,80 | 89,10 % | |
| 14.2-Com Ensino Fundamental | 6.000,00 | 24.666,86 | 24.665,70 | 100,00 % | 24.665,70 | 100,00 % | |
| **15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)** | **1.750.000,00** | **2.079.517,50** | **1.903.495,33** | **91,54 %** | **1.903.495,33** | **91,54 %** | |

| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | VALOR |
|---|---|
| 16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | |
| 16.1-FUNDEB 60% | |
| 16.2-FUNDEB 40% | |
| 17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 72.124,17 |
| 17.1-FUNDEB 60% | 1.510,66 |
| 17.2-FUNDEB 40% | 70.613,51 |
| 18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | 72.124,17 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** **em Reais**

| INDICADORES DO FUNDEB | VALOR |
|---|---|
| 19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | 1.831.371,16 |
| 19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % | 84,60 |
| 19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % | 30,64 |
| 19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) | -15,24 |

| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | VALOR |
|---|---|
| 20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | 446.969,65 |
| 21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 [2] | 446.969,65 |

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 22-EDUCAÇÃO INFANTIL | 941.900,00 | 1.228.475,70 | 1.102.753,42 | 89,77 % | 1.102.753,42 | 89,77 % | |
| 22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 941.900,00 | 1.228.475,70 | 1.102.753,42 | 89,77 % | 1.102.753,42 | 89,77 % | |
| 22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | | | | | | | |
| 23-ENSINO FUNDAMENTAL | 2.244.000,00 | 2.094.909,07 | 1.975.233,32 | 94,29 % | 1.925.433,15 | 91,91 % | 49.800,17 |
| 23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 808.100,00 | 851.041,80 | 800.741,91 | 94,09 % | 800.741,91 | 94,09 % | |
| 23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 1.435.900,00 | 1.243.867,27 | 1.174.491,41 | 94,42 % | 1.124.691,24 | 90,42 % | 49.800,17 |
| 24-ENSINO MÉDIO | | | | | | | |
| 25-ENSINO SUPERIOR | | | | | | | |
| 26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | | | | | | | |
| 27-OUTRAS | 25.100,00 | 78.210,81 | 74.502,55 | 95,26 % | 70.742,59 | 90,45 % | 3.759,96 |
| **28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)** | **3.211.000,00** | **3.401.595,58** | **3.152.489,29** | **92,68 %** | **3.098.929,16** | **91,10 %** | **53.560,13** |

| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | VALOR |
|---|---|
| 29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | -932.000,09 |
| 30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | |
| 31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 446.969,65 |
| 32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | 15.819,46 |
| 33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO {4} | |
| 34-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j) | |
| **35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) {6}** | **-469.210,98** |
| **36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35)) {6}** | **3.547.197,72** |
| **37-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}** | **23,72** |

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

**RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)** **em Reais**

| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i) |
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 38-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | | | | | | | |
| 39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| 40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| 41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 780.400,00 | 112.135,76 | 111.356,14 | 99,30 % | 111.356,14 | 99,30 % | |
| 42-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41) | 780.400,00 | 112.135,76 | 111.356,14 | 99,30 % | 111.356,14 | 99,30 % | |
| 43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42) | 3.991.400,00 | 3.513.731,34 | 3.263.845,43 | 92,89 % | 3.210.285,30 | 91,36 % | 53.560,13 |

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2020 (j) |
|---|---|---|
| 44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 15.041,88 | |
| 44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 15.041,88 | |
| 44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB | | |

| CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA | FUNDEB | SALÁRIO EDUCAÇÃO |
|---|---|---|
| 45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 446.969,65 | |
| 46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 1.589.193,89 | 87.164,01 |
| 47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | 1.903.495,33 | |
| 47.1-Orçamento do Exercício | 1.903.495,33 | |
| 47.2-Restos a Pagar | | |
| 48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | |
| 49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | 132.668,21 | 87.164,01 |
| 50-(+) Ajustes | 287.612,19 | 239.109,72 |
| 50.1-(+)Retenções | 287.612,19 | 239.109,72 |
| 50.2-(-)Valores a recuperar | | |
| 50.3-(+)Outros valores extraorçamentários | | |
| 50.4-(+)Conciliação Bancária | | |
| 51-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO | 420.280,40 | 326.273,73 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 - Caput do artigo 212 da CF/1988
4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Emissão: 18/01/2021 13:19:53
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.
Page 4 de 4
Homologado

## LEI COMPLEMENTAR Nº 32/2021, 26 DE JANEIRO DE 2021.

Lei Complementar Nº 32/2021 26 de janeiro de 2021.

*EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto no IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano de 2016 e, 2020, taxas de captação e distribuição de água e da outras providências.*

**O MUNICÍPIO DE TORIXORÉU -MT**, neste ato representado pelo **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO THIAGO TIMO OLIVEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, encaminha ao augusto escrutínio dos Membros desta Casa Legislativa, Projeto de Lei Complementar, nos seguintes termos:

**Artigo 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder desconto de juros e multas calculadas sobre o IPTU e Taxa de captação, tratamento e distribuição de água referente aos exercícios de 2016 a 2020, nas condições a seguir explicitadas:

**I** - 100% (cem por cento) em cota única, aos contribuintes com débitos com essa municipalidade, que deverão exercer o pedido de parcelamento até 30 de abril de 2021.

**II** - 50% (cinquenta por cento) 3(três) parcelas, aos contribuintes com débitos com essa municipalidade, que deverão exercer o pedido de parcelamento até 30 de abril de 2021.

**III** - 25% (vinte por cento) 6(seis) parcelas, aos contribuintes com débitos com essa municipalidade, que deverão exercer o pedido de parcelamento até 30 de abril de 2021.

**Artigo 2º -** Para o contribuinte que não optar pela parcela única citada no artigo anterior, será permitido o parcelamento do IPTU e Taxa de Captação, Tratamento e Distribuição de Água de 2016 e 2020 sem desconto, em até 06 (seis) parcelas, onde o montante do referido débito não seja inferior a quantidade de R$ 30,00 (trinta reais) por parcela e não ultrapassando para o próximo exercício.

**Parágrafo Primeiro** - Para que o contribuinte possa beneficiar do parcelamento constante deste artigo, é obrigatório o reconhecimento da integralidade do débito e assinatura do termo de parcelamento.

**Parágrafo Segundo** – Caso o beneficiário do parcelamento, torne-se inadimplente no curso das parcelas, será cobrado do mesmo, juros e multas pelo atraso desde a data do fato gerador, sendo as importâncias pagas serão diluídos no saldo devedor.

**Parágrafo Terceiro** - Os débitos parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, e não contrariando o parágrafo anterior, serão acrescidos de atualização monetária, multas e juros de mora em conformidade com a Lei Complementar nº 306/2001 e suas modificações posteriores – Código Tributário Municipal.

**Artigo 4º** - Para execução desta Lei Complementar, o Executivo Municipal poderá além da inscrição na dívida ativa, ajuizar da execução fiscal, inscrição dos devedores inadimplentes no cadastro de inadimplentes mantidos pelo SPC/Serasa, sendo facultativo a notificação pessoal do sujeito passivo da obrigação tributária.

**Artigo 5º** - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Torixoréu – MT, 26 de janeiro de 2021.

**THIAGO TIMO OLIVEIRA**

**Prefeito**

## RREO - 6º BIMESTRE DE 2020 - ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2020 | Até o Bimestre 2019 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | | |
| Civil | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | | | |
| Civil | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita Patrimonial | | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | | |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + (III - II))** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2020 | Até o Bimestre 2019 | Até o Bimestre 2020 | Até o Bimestre 2019 | Em 2020 | Em 2019 |
| Benefícios - Civil | | | | | | | | |
| Aposentadorias | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Benefícios - Militar | | | | | | | | |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |

Emissão: 18/01/2021 13:17:14 — Page 1 de 3
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | | | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)** | | | | | | | | |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV □ V)** | | | | | | | | |

| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| VALOR | |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| VALOR | |

| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDÊNCIÁRIO DO RPPS | APORTES REALIZADOS |
|---|---|
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | |
| Outros Aportes para o RPPS | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | |

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | 2020 | 2019 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Investimentos e Aplicações | | |
| Outros Bens e Direitos | | |

| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2020 | Até o Bimestre 2019 |
| RECEITAS CORRENTES | | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2020 | Até o Bimestre 2019 | Até o Bimestre 2020 | Até o Bimestre 2019 | Em 2020 | Em 2019 |
| DESPESAS CORRENTES - (XIII) | | | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL - (XIV) | | | | | | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XV) = (XIII) + (XIV)** | | | | | | | | |
| **RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XVI) = (XII) - (XV)** | | | | | | | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) Em reais

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU



**ATA DE SESSÃO DE POSSE CÂMARA MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT 2021/2024.**

Às dez horas do dia primeiro de janeiro de dois mil e vinte e um, na sede da Câmara Municipal de Torixoréu, cito a Rua Lazaro Teodoro de Freitas reuniram-se os todos os 09 Vereadores diplomados e eleitos no pleito para o mandato de 2021/2024 (ARTIGO 5º DO RI). Assumiu a direção dos trabalhos o Vereador JOSE WILTON INACIO DE CARVALHO, vez que foi o último presidente na legislatura anterior (ARTIGO 6º DO RI). Aberta a sessão, o Presidente convidou o Vereador JONATHAS DOS SANTOS SOARES para servir de Secretário (ARTIGO 6º DO §1º RI). Constituída a Mesa, o Presidente solicitou que os Vereadores entregassem os diplomas para conferência (ARTIGO 6º, §2º), sendo que após conferidos todos os diplomas dos vereadores, Valdemar de Oliveira Alves, Deon Nunes da Purificação, Erlan de Brito Carolino, Thiago de Oliveira Timo, Jonathas dos Santos Soares, Jose Wilton Inácio de Carvalho, Antônio Joao de Figueiredo, Poliany Figueiredo Sousa, Danilo Dias Ferreira, o Presidente solicitou que todos ficassem de pé em postura solene com a mão direita espalmada sobre o coração(ARTIGO 6º, §3º RI), proferindo todos o seguinte compromisso: “PROMETO CUMPRIR FIELMENTE O MANDATO GUARDANDO AS CONSTITUIÇÕES E AS LEIS”. Tomado o compromisso dos Vereadores, o Presidente, declarou empossado os Vereadores instalada a legislatura (Artigo 7º do RI). Instalada a nova legislatura, o presidente informou aos interessados para manifestarem interesse para disputar os cargos da Mesa Diretora, oportunidade, foi apresentada manifestação pelos seguintes vereadores aos seguintes cargos:

Presidente: Thiago Timo Oliveira;

Vice Presidente: Jose Wilton Inácio de Carvalho;

Primeiro Secretário: Jonathas dos Santos Soares;

Segundo Secretário: Danilo Dias Ferreira;

Primeiro Suplente Secretário: Antônio João de Figueiredo.

Dito isso, o presidente convocou os demais presentes a manifestarem interesse em submeter seu nome a disputa de algum dos cargos da Mesa Diretora, manifestaram interesse em disputar o cargo de Presidente o Senhor Deon Nunes da Purificação, passou-se então a eleição da mesa, de modo que, em razão do disposto no § 1 do artigo 9º do Regimento Interno, o Presidente em exercício informou que será realizada a votação do Presidente.

Presidente: Thiago Timo Oliveira

Antônio Joao de Figueiredo (X) Sim ( ) Não

Jose Wilton Inácio de Carvalho (X) Sim ( ) Não

Danilo Dias Ferreira (X) Sim ( ) Não

Jonatas dos Santos Soares (X) Sim ( ) Não

Thiago Timo Oliveira (X) Sim ( ) Não

Valdemar de Oliveira Alves ( X) Sim ( ) Não

|Poliany Figueiredo Sousa (X) Sim ( ) Não

Presidente Deon Nunes da Purificação

Erlan Brito Carolino (X) Sim ( ) Não

Deon Nunes da Purificação (X) Sim ( ) Não

Foi então colocado em votação por escrutínio aberto, sendo que os vereadores escolheram o Vereador Thiago Timo Oliveira como Presidente, empossado no cargo este procedeu a eleição dos demais cargos da mesa, sendo coletados os votos para os demais cargos. Foi então indagado aos Vereadores presentes, qual tinha intenção de se candidatar a Vice-Presidente da Câmara, sendo que o Vereador Jose Wilton, manifestou o desejo de concorrerem ao cargo:

Vice Presidente: Jose Wilton Inácio de Carvalho

Antônio Joao de Figueiredo (X) Sim ( ) Não

Jose Wilton Inácio de Carvalho ( X ) Sim ( ) Não

Danilo Dias Ferreira (X) Sim ( ) Não

Jonatas dos Santos Soares (X) Sim ( ) Não

Thiago Timo Oliveira (X) Sim ( ) Não

Valdemar de Oliveira Alves (X) Sim ( ) Não

Erlan Brito Carolino (X) Sim ( ) Não

Deon Nunes da Purificação (X) Sim ( ) Não

|Poliany Figueiredo Sousa (X) Sim ( ) Não

Foi então colocado em votação por escrutínio aberto, sendo que os vereadores escolheram o Vereador Jose Wilton como Vice Presidente, empossado no cargo, sendo coletados os votos para os demais cargos. Foi então indagado aos Vereadores presentes, qual tinha intenção de se candidatar ao cargo de Primeiro Secretário, sendo que os Vereadores Jonathas dos Santos, manifestaram o desejo de concorrerem ao cargo:

Primeiro Secretário: Jonathas dos Santos Soares

Antônio Joao de Figueiredo (X ) Sim ( ) Não

Jose Wilton Inácio de Carvalho ( X ) Sim ( ) Não

Danilo Dias Ferreira ( X) Sim ( ) Não

Jonatas dos Santos Soares (X ) Sim ( ) Não

Thiago Timo Oliveira ( X ) Sim ( ) Não

Valdemar de Oliveira Alves ( X) Sim ( ) Não

Erlan Brito Carolino ( X) Sim ( ) Não

Deon Nunes da Purificação ( X) Sim ( ) Não

|Poliany Figueiredo Sousa ( X) Sim ( ) Não

Foi então colocado em votação por escrutínio aberto, sendo que os vereadores escolheram o Vereador Jonathas dos Santos como Primeiro Secretário, empossado no cargo este procedeu a eleição dos demais cargos da mesa, sendo coletados os votos para os demais cargos.

Foi então indagado aos Vereadores presentes, qual tinha intenção de se candidatar ao cargo de Segundo Secretário, sendo que o Vereador Danilo Dias Ferreira foi o único candidato ao cargo:

Segundo Secretário: Danilo Dias Ferreira

Antônio Joao de Figueiredo (X ) Sim ( ) Não

Jose Wilton Inácio de Carvalho ( X ) Sim ( ) Não

Danilo Dias Ferreira ( X) Sim ( ) Não

Jonatas dos Santos Soares (X ) Sim ( ) Não

Thiago Timo Oliveira ( X ) Sim ( ) Não

Valdemar de Oliveira Alves ( X) Sim ( ) Não

Erlan Brito Carolino ( X) Sim ( ) Não

Deon Nunes da Purificação ( X) Sim ( ) Não

|Poliany Figueiredo Sousa ( X) Sim ( ) Não

Foi então colocado em votação por escrutínio aberto, sendo que os vereadores escolheram o Vereador Danilo Dias Ferreira como Segundo Secretário, empossado no cargo.

Após todas as votações, ficou a mesa composta da seguinte forma: o Vereador Thiago Timo Oliveira como Presidente, o Vereador Jose Wilton Inácio de Carvalho como Vice-Presidente, o Vereador Jonathas dos Santos Soares como 1º Secretário e o Vereador Danilo Dias Ferreira como 2º Secretário. Constituída a mesa, tendo em vista a vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, restou assentado então que o Presidente da Câmara, tomará posse como Prefeito interino, por força do artigo 195, parágrafo único do Regimento Interno e artigo 46, parágrafo único da Lei Orgânica desse Munícipio. Para que se procedesse a posse ao cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara transmitiu interinamente a presidência ao Vice-Presidente, sendo que este, ficará na presidência da Câmara enquanto o Presidente estiver como Prefeito interino. Ato contínuo o 1º Secretário, por determinação do Presidente leu o termo de compromisso e posse, colhendo a seguir as assinaturas dos empossados e dos Vereadores presentes. Em seguida em razão da vacância do cargo de vereador em face a ascensão do vereador Presidente ao cargo de Prefeito, bem como a necessidade de manter o quórum completo desta Casa, foram convocado o primeiro suplente João Araújo da Silva, que estando presente no Plenário, apresentou o diploma, prestou juramento e foi empossado. Sendo cumprimentados e assinado, foi instituída a 20ª Legislatura do Município de Torixoréu – MT. Nada mais a Constar, para a presente declara encerrada a presente sessão, e eu Simone Pinto Gonçalves, secretária administrativa, e eu a lavrei em conferencia e segue assinada por todos os senhores vereadores.

## RGF - 3º QUADRIMESTRE DE 2020 - ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 24.937.547,09 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | 24.937.547,09 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | 24.937.547,09 |
| **DESPESA COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| Despesa Total com Pessoal DTP | 13.192.492,35 | 67,78 |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 54,00% | 10.510.467,35 | 54,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 51,30 % | 9.984.943,98 | 51,30 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00% | 9.459.420,62 | 48,60 |
| **DIVIDA CONSOLIDADA** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA | -1.436.017,13 | -5,76 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - % | 0,00 | 0,00 |
| **GARANTIAS DE VALORES** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **OPERACOES DE CREDITO** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 % | 0,00 | 0,00 |
| **RESTOS A PAGAR** | **RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
| Valor Total | 2.115.828,61 | -1.131.037,88 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

Emissão: 18/01/2021 10:54:24 — Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019. — Homologado

**RGF - 3º QUADRIMESTRE DE 2020 - ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR.**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a") — em Reais

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)** | **1.182.041,85** | **31.355,09** | **225.023,28** | **18.419,21** | **390.819,51** | **0,00** | **516.424,76** | **995.621,08** | **0,00** | **-479.196,32** |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.162,54 | 0,00 | -2.162,54 | 0,00 | 0,00 | -2.162,54 |
| Recursos Ordinários | 1.182.041,85 | 31.355,09 | 225.023,28 | 18.419,21 | 388.656,97 | 0,00 | 518.587,30 | 995.621,08 | 0,00 | -477.033,78 |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)** | **826.653,21** | **90.900,43** | **254.811,58** | **6.922,46** | **5.652,77** | **0,00** | **468.365,97** | **1.120.207,53** | **0,00** | **-651.841,56** |
| Transferências do FUNDEB | 120.615,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120.615,63 | 0,00 | 0,00 | 120.615,63 |
| Outros Recursos Destinados à Educação | -1.067.907,15 | 49.211,30 | 174.488,86 | 4.689,86 | 1.623,81 | 0,00 | -1.297.920,98 | 150.136,25 | 0,00 | -1.448.057,23 |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 222.644,93 | 35.689,13 | 64.496,72 | 2.232,60 | 2.832,88 | 0,00 | 117.393,60 | 390.244,45 | 0,00 | -272.850,85 |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 1.551.299,80 | 6.000,00 | 15.826,00 | 0,00 | 1.196,08 | 0,00 | 1.528.277,72 | 579.826,83 | 0,00 | 948.450,89 |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **2.008.695,06** | **122.255,52** | **479.834,86** | **25.341,67** | **396.472,28** | **0,00** | **984.790,73** | **2.115.828,61** | **0,00** | **-1.131.037,88** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXOREU

Emissão: 18/01/2021 10:53:53 — Page 1 de 1
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020.**

O Prefeito do Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições legais,

**RESOLVE**,

**CONVOCAR** a população para a Audiência Pública a ser realizada no dia **03 de fevereiro de 2021, quarta-feira, às 09:00 horas**, nas dependências da Câmara Municipal de Torixoréu, localizada na Rua Lázaro Teodoro de Freitas, nº 52, Setor Aeroporto, para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais, do Poder Executivo Municipal, correspondente ao **3º Quadrimestre/2020 do RGF** – **Relatório de Gestão Fiscal** (art. 53, Lei Complementar n° 101/2000) e encontra-se publicado para divulgação.

Torixoréu – MT, 26 de janeiro de 2021.

Atenciosamente,

**THIAGO TIMO OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO – RREO (RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) 6º BIMESTRE DE 2020.**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO – RREO**

O Prefeito do Município de Torixoréu – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a determinação contida na Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), DECLARA que encontra-se publicado para divulgação dos **RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária** (arts. 52, Lei Complementar n° 101/2000) **referente ao 6° bimestre de 2020**.

Torixoréu – MT, 26 de janeiro de 2021.

**THIAGO TIMO OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO**

**Espécie:** Termo de Convênio nº 01/2021.

**Vínculo Legal:** Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e Lei Municipal nº 677 de 20/03/2018.

**Concedente:** MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Proponente:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO UNISUL FM.

**CNPJ:** 04.687.313/0001-10.

**Objeto:**Concessão de subvenção social a Associação Comunitária Rádio Unisul FM, a título de apoio cultural, visando à conjugação de esforços para a manutenção de suas atividades de radiodifusão comunitária e para viabilizar o serviço comunitário de radiodifusão instalado no Município, nas suas finalidades de divulgação de matérias e notícias de interesse da coletividade e das comunidades do Município, sendo no custeio de suas despesas.

**Valor da subvenção social:** R$ 4.140,00(quatro mil, cento e quarenta reais) por mês.

**Valor total:** R$ 49.680,00.

**Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:**

04.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

04.001.04.123.0001.2.005 – Manutenção de Atividades de Outras Esferas e Entidades.

Elemento: (0050) 3350.43.00.00.00 - Subvenções Sociais.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

**Prazo de Execução:** 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

**Vigência do Termo:** Até 31/12/2021, podendo ser prorrogado para os exercícios de 2022, 2023 e 2024 mediante aditivos firmados pelas partes.

**Data de assinatura:** 27/01/2021, com efeito retroativo a 01/01/2021.

**Signatários:**

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Pelo Concedente

LEOCIR JOSÉ BULLA

Pela Proponente

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

### AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 01/2021

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 01/2021, com objetivo "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA OS PACIENTES DO MUNICÍPIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT". Teve como "VENCEDOR", a empresa WILSA GOMES PAULO-ME, inscrito no CNPJ: 26.801.704/0001-57, vencedor de todo o item no valor global de R$ 192.000,00. Vale de São Domingos – MT, 27 de Janeiro de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

### AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 02/2021

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 02/2021, com objetivo "REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO GRAMA ESMERALDA IMPERIAL, PRONTA PARA PLANTIO, BEM ENRAIZADA, ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS FORNECIDA EM PLACA UNIFORME, MEDINDO 1 DE METRO QUADRADO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT". Teve como "VENCEDOR", a empresa JOAO PAULO FANINI DOURADINHO-EPP, inscrito no CNPJ: 24.613.818/0001-48, vencedor de todo o item no valor global de R$ 63. 175,00. Vale de São Domingos – MT, 27 de Janeiro de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

### TERMO DE POSSE

No décimo quarto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença do Sr.Kalil Sarat Baracat de Arruda Prefeito Municipal e do Sr.Gonçalo Aparecido de barros, Secretário Municipal de Saúde (Interino), a Srª. **JESSICA EVA DA COSTA SILVA SOUZA, RG n° 18064566/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Gestor Publico - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

***JESSICA EVA DA COSTA SILVA SOUZA***

*Compromissado (a)*

***GONÇALO APARECIDO DE BARROS***

*SecretárioMunicipal de Saúde*

*(Interino)*

***KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA***

*Prefeito Municipal*

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N. 019/2020.

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa VÁRZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 07.163.699/0001-50. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo é regido pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666 de 21 de Junho 1993, e suas alterações, nas disposições do Contrato n. 019/2020, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 707258/2021. OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de Pessoa Jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos com motorista: Micro-ônibus e Micro-ônibus especial com rampa, para atender o transporte escolar dos alunos da Rede de Ensino do Município de Várzea Grande. VALOR: Fica mantido para esta contratação o valor estimado de R$ 1.019.520,00 (Hum milhão, dezenove mil quinhentos e vinte reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER. FONTE: 0101/0115052000/0130. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir de seu vencimento (05/02/2021), prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogados pelo prazo de 60 (sessenta) meses, desde que justificado pela Secretaria Gestora, em conformidade com o disposto no Art. 57, II, da Lei 8.666 de 21/06/93. FISCAL: A fiscalização ficará a cargo do seguinte servidor: na função de titular, o senhor FELIPE DE FREITAS CARVALHO, brasileiro, Matrícula n. 130745, portador do RG n. 8322792-3 SSP/PR e inscrito no CPF n. 007.718.039-90; e, na função de suplente, o senhor WAGNER JULIO GOMES TEIXEIRA, brasileiro, Matrícula n.130749, portador do RG n. 1856007-5 SSP/MT e inscrito no CPF n. 034.519.351-20.

DATA DE ASSINATURA: 25.01.2021.

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Contratante

VÁRZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA

Contratada

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N. 020/2020.**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa PENTA SERVICOS DE MAQUINAS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 00.471.442/0001-16. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo é regido pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666 de 21 de Junho 1993, e suas alterações, nas disposições do Contrato n. 020/2020, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 705337/2021. OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de Pessoa Jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos com motorista: Micro-ônibus e Micro-ônibus especial com rampa, para atender o transporte escolar dos alunos da Rede de Ensino do Município de Várzea Grande. VALOR: Fica mantido para esta contratação o valor estimado de R$ 1.049.340,00 (Hum milhão, quarenta e nove mil, trezentos e quarenta reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER. FONTE: 0101/0115052000/0130. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir de seu vencimento (10/02/2021), prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogados pelo prazo de 60 (sessenta) meses, desde que justificado pela Secretaria Gestora, em conformidade com o disposto no Art. 57, II, da Lei 8.666 de 21/06/93. FISCAL: A fiscalização ficará a cargo do seguinte servidor: na função de titular, o senhor FELIPE DE FREITAS CARVALHO, brasileiro, Matrícula n. 130745, portador do RG n. 8322792-3 SSP/PR e inscrito no CPF n. 007.718.039-90; e, na função de suplente, o senhor WAGNER JULIO GOMES TEIXEIRA, brasileiro, Matrícula n.130749, portador do RG n. 1856007-5 SSP/MT e inscrito no CPF n. 034.519.351-20.

DATA DE ASSINATURA: 18.01.2021.

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Contratante

PENTA SERVICOS DE MAQUINAS LTDA - EPP

Contratada

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003/2020 – PORTARIA 254/2020/GS/SMECEL/VG**

**Empresa: CONSTRUTORA W MENDES LIMITADA**

A Comissão de Processo Administrativo, instituída pela Portaria 254/2020/GAB/SMECEL/VG de25 de novembro de 2.020, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, vem respeitosamenteapresentar**DECISÃOnos seguintes termos:**

Vistos e examinados os autos do **Processo Administrativo nº 03/2020**, que visa apurar condutas violadoras da Cláusula Décima Quartado Contrato de Empreitada nº 196/2019, cujo objeto éa contratação de empresa para execução do saldo,remanescentes da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1- PROINFÂNCIA, projetos padronizadosdo FNDE localizada na Av. Rua 01, nº 01, Residencial Milton Figueiredo, CEP: 78.131-108, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº PAC2: 4248/2013-FNDE, conforme aseguir exposto:

**I – DOS FATOS**

Versa o presente expediente sobre instauração de ProcessoAdministrativo da empresa acima citada, com vistas a apurar condutasvioladeras da cláusula Décima Quarta ,**por abandono injustificado da obra, ensejando inexecução parcial do contrato**.

Foi encaminhada a esta Comissão pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande, solicitação de instauração de Processo Administrativo em desfavor da Empresa em epígrafe.

A construtora em comento requereu junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de forma amigável rescisão contratual unilateral, entretanto, a fiscal do contrato aponta em seu relatório técnico irregularidades que ensejam uma suposta inexecução parcial do contrato em análise.

A referida empresa sagrou vencedora na **Concorrência Pública nº 01/2019**,que no limiar do processo licitatório mostrou–se capacitada **para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1- PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Av. Rua 01, nº 01, Residencial Milton Figueiredo, CEP: 78.131-108, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço , conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº PAC2: 4248/2013-FNDE, no valor de R$ 2.876.195,19 (dois milhões e oitocentos e setenta mil e cento e noventa e cinco reais e dezenove centavos).**

**O contrato em comento foi firmado em 30/09/2019**, sendo o mesmo oriundo da Concorrência Pública nº 01/2019, regime de empreitada por preço global, que teve a Sessão de Habilitação realizada em 04/06/2019, Sessão de Abertura de Propostas realizada em 22/06/2019 e Sessão de Julgamento das Propostas realizada em 06/09/2019.

Ressalta-se que a SINAPI utilizada como referência é de MARÇO/2019, assim todas as propostas dos licitantes foram elaboradas a partir desse período.

**O cronograma de execução licitado versa sobre a execução dos serviços em 8 (oito) meses**.

*Que a expedição de Ordem de Início de Serviços se deu 04 de novembro de 2019. Tendo prazo final para entrega na data de 04 de julho de 2.020*.

Consta no Relatório Técnico que **foram efetuados pagamentos de 9 (nove) boletins de medição, totalizando um montante de R$ 767.915,65 (setecentos e sessenta e sete mil e novecentos e quinze reais e sessenta centavos) equivalente a 26,70%,** vejamos:

| MEDIÇÃO | VALORES | PERÍODO |
|---|---|---|
| 1ª MEDIÇÃO | R$ 108.236,59 | 04/11/2019 a 03/12/2019 |
| 2ª MEDIÇÃO | R$ 180.694,69 | 04/12/2019 a 02/01/2019 |
| 3ª MEDIÇÃO | R$ 70.653,71 | 03/01/2020 a 01/02/2020 |
| 4ª MEDIÇÃO | R$ 32.466,29 | 02/02/2020a 02/03/2020 |
| 5ª MEDIÇÃO | R$ 77.567,39 | 03/03/2020 a 01/04/2020 |
| 6ª MEDIÇÃO | R$ 48.073,24 | 02/04/2020 a 01/05/2020 |
| 7ª MEDIÇÃO | R$ 49.336,21 | 02/05/2020 a 31/05/2020 |
| 8ª MEDIÇÃO | R$ 133.135,23 | 01/06/2020 a 30/06/2020 |
| 9ª MEDIÇÃO | R$ 67.752,30 | 01/07/2020 a 30/07/2020 |

0

Em 16 de setembro foi assinado o 1º Termo Aditivo tendo como objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA- DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, a CLÁUSULA DÉCIMA – DO SEGURO, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –DA FISCALIZAÇÃO.

Que inexiste débito junto à empresa em comento.

Que apesar da empresa ser contratada para executar a obra no prazo de 08 (oito) meses,durante o lapso temporal de 12 (doze)meses de vigência do contrato a empresa concluiu apenas o percentual de 26,70% do montante da obra.

Nesse período a contratada conseguiu realizar somente as etapas de serviços preliminares, tais como: movimento de terra para fundação, fundações superestruturadas e sistema de vedação vertical interno e externo (paredes), sistema de cobertura, revestimento internos e externos, instalações elétricas e rede estruturada,sanitária,águas pluvias, muro e calçada e a construção de rede elétrica em tensão primária em tensão primária 13,8Kv e implantação do posto de transformação de 112,5kVA. Ressalta-se, ainda, que tais serviços foram previstos no cronograma da própria empresa para serem concluídos no prazo de 08 (oito) meses. No entanto, os mesmos se encontram inacabados.

Que a empresa, ora investigada,**deixou de executar 73,30%**da obra em tela, que corresponde a R$ 2.108.279,54 (Dois milhões, duzentos e setenta e nove mil e cinquenta e quatro centavos).

Que a equipe Técnica de Fiscalização da SMECEL em vistorias realizada na obra em tela, constatou que a execução de vários itens das instalações hidrossanitária, climatização, pluvial e pavimentação estão em desconformidade com os projetos padrão FNDE, em decorrência disso não foi efetuado a medição dos mesmos, vejamos:

Caixas de gordura executadas divergentes ao especificado em projeto de instalações hidrossanitária padrão FNDE; As caixas de passagem de águas pluviais e esgoto, foram executadas divergentes ao especificado em projeto de instalações hidrossanitária padrão FNDE;

Que em 09/10/2013 foi efetuado desembolso de recursos federais para obra em tela no percentual de 25%representando R$ 425.192, 59 (quatrocentos e vinte e cinco reais e cento e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos), recursos estes utilizados no primeiro contrato.

Após a criação desta obra vinculada no sistema, iniciando em 04/11/2019e devidamente alimentado/monitorado com a evolução da mesma e solicitado o devido recurso, apenas em 23/10/2020 foi efetuado o desembolso de 7% representando R$ 119.053,92 (cento e dezenove mil cinquenta e três reais e noventae dois centavos).

Sendo assim, esta Comissão, nomeada pela Portaria 254/2020/GS/SMECEL/VG/MT, de 23/11/2020, dando início aos trabalhos, notificou a empresa CONSTRUTORA W MENDES LTDApara que apresentasse defesa escrita, em razão do direito do contraditório e da ampla defesa, insculpido no art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal.

A empresa ora investigada em sede de defesa alegou queo atrasoda obra ocorreu em virtude da resposta de seu oficio protocolado em 29/09/2020, de que não havia verba liberada. E que o recurso foi apenas liberado em 23/10/2020, quase um ano após o inicio da obra.

Aduz que mesmo no período de Pandemia e uma devastação na economia do País a empresa se manteve firme.

Afirma que o envio das medições chegou ao ápice de 98 (noventa e oito) dias de atraso prejudicando a empresa financeiramente, mesmo com pedido formalmente protocolado em 19/09/2020,solicitando o pagamento do período executado, não obtendo resposta quanto ao motivo do atraso.

Que diante disso requereu rescisão unilateral.

Que após o pedido de rescisão ocorreu o envio da autorização de faturamento juntamente com a medição na data de 06/11/2020, referente aos serviços executados no período de 98 (noventa e oito) dias.

Assevera que antes mesmo da lavratura do Relatório Técnico da Fiscal do Contrato, a empresa já iniciou as correções referente a divergência do projeto padrão – FNDE.

Ao final requer alternativamente, o reconhecimento do pedido de rescisão unilateral, isentando a empresa de qualquer penalidade a ser imposta ou pretendida ou que seja dada ordem e autorização para que a empresa volte a executar as obras e que o contrato seja cumprido fielmente.

É o contido nos autos.

**II -TEMPESTIVIDADE**

Depois de diversas tentativas em intimar a investigada para apresentar defesa, a empresa em tela foi intimada em 02/12/2020 (quarta-feira). Passando o prazo a correr a partir de 03/12/2020 (quinta-feira). Logo, tendo como o prazo final a data de 16/12/2020.

Portanto, o protocolo datado de 16/12/2020 (quarta-feira)é tempestivo, não merecendo, este tópico, maiores delongas.

**III-DA ANÁLISE DA DEFESA**

Primeiramente, destaca-se que compete a esta Comissão de Processo Administrativo o julgamento/análise estritamente jurídica, não cabendo a esta Comissão de Processo Administrativo examinar questões de natureza eminentemente técnica e/ou financeira. Ademais, registro que a presente **decisão** apresenta natureza meramente investigativa de inexecução contratual da empresa **CONSTRUTORA W MENDES LTDA**.

Fixadas tais premissas, em não havendo preliminares arguidas passamos a análise do mérito apresentado em sede de defesa.

Aduz a empresa investigada que o não cumprimento do prazo estabelecido no contrato ocorreu em decorrência de suposta informações de ausência de recursos liberados, bem como atrasonos pagamentos.

Para melhor elucidações dos fatos se faz necessário observar o cronograma das datas de inicio e fim da execução da obra, vejamos:

Considerando que a Cláusula Oitavado Contrato nº196/2019, prevê que os prazos estabelecidos para fins de prestação dos serviços são de 240 (Duzentos e quarenta) dias conforme cronograma físico-financeiro e a ordem de inicio de serviço se deu 04/11/2019, a obra em comento deveria ter sido executada em 04/06/2020.

Sendo assim, razão não assiste a empresa investigada quanto à tese de que deixou de executar a obra em decorrência do atraso no pagamento referente à 9ª medição correspondente ao período de 01/07/2020 a 30/07/2020, uma vez teria estar pronta, devidamente executada em 04/06/2020.

Observa-se, ainda, que os ínfimos dias de atrasado corresponde ao período em que a obra deveria ser executada, não justifica a execução contratual.

Muito pelo contrário, a execução da obra estava prevista para ser realizada em **08 (oito) meses**.

Ainda, de acordo com o relatório técnico da equipe de fiscalização, no transcurso de **12 (doze) meses** a empresa, ora investigada, realizou tão somente os serviços preliminares, tais como: movimento de terra para fundação, fundações superestruturadas e sistema de vedação vertical interno e externo (paredes), sistema de cobertura, revestimento internos e externos, instalações elétricas e rede estruturada,sanitária, águas pluvias, muro e calçada e a construção de rede elétrica em tensão primária em tensão primária 13,8Kv e implantação do posto de transformação de 112,5kV.

Denota-se, portanto, que no transcurso de 12 (doze) meses a empresa, ora investigada, executou **APENAS O PERCENTUAL 26,70%** do montante da obra.

Destacando que **RESTA A EXECUTAR 73,30% da obra em comento.**

Apesar de a investigada ter corrigido as inconformidades elencadas pelo FNDE, conforme se pode observar pela reprodução fotográfica juntada em sede de defesa, tal fato não tem o condão de isentar a investigada da inexecução contratual.

Portanto, as obras estão paralisadas **desde 30/07/2020**, por **CULPA EXCLUSIVA DA CONTRATADA**.

Depreende-se de todo conjunto probatório que a investigada HÁ MAIS DE 6 (SEIS) MESES NÃO EXECUTA NENHUM SERVIÇO NOS CANTEIROS DAS OBRAS EM COMENTO, estando os canteiros abandonados.

Desse modo, não merece prosperar a arguição quanto aos atrasos das obras.

**VI- DAS PENALIDADES**

Ao deixar de observar esses deveres, evidente se torna o descumprimento de disposições contratuais, razão pela qual se autoriza a aplicação de penalidades e a própria rescisão administrativa, nos moldes da Lei n. 8666/93, in verbis:

*Art.77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.*

*Art.78. Constituem motivo para rescisão do contrato:*

*I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;*

*(...)*

*Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

*I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;*

*(...)*

*II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;*

*III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superiora 2 (dois) anos;*

*IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

De se notar que as alegações de defesa apresentada pela investigada foram totalmente divorciadas das cláusulas contratuais do Contrato 0196/2019, bem como desprovidas de documentos comprobatórios do alegado. Demonstrando que a empresa agiu de má-fé com administração municipal, uma vez que abandonou as obras desde julho de 2020.

Não se pode olvidar que um processo licitatório leva em seu bojo teor solene em suas fases instrutórias na tentativa de sagrar vencedora empresa ilibada.

A empresa tinha conhecimento de sua obrigação quanto à execução do objeto avençado e mesmo assim aderiu às cláusulas contratuais ao assinar o contrato, causando transtornos a administração municipal, que vem sendo constantemente cobrada pela comunidade que será beneficiada pela obra.

Com fundamento na Lei 8.666/93, art. 87, II e III e na Cláusula Vigésimado Contrato, uma vez observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, entendemos regular a aplicação da penalidade administrativa.

**VII - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

Os contratos jurídicos estão submetidos a regime jurídico diferenciado, o qual confere certas prerrogativas exorbitantes ao ente administrativo, a exemplo da possibilidade de rescindir unilateralmente seus contratos, nas hipóteses legalmente previstas. Essas prerrogativas são legítimas, ao tempo em que garantem a satisfação do interesse público.

Como ressaltado anteriormente, as infrações contratuais perpetradas pela Contratada culminam na rescisão unilateral. Tal hipótese, inclusive, está definida na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO do instrumento, a seguir transcrita:

21.1.1. A rescisão contratual poderá ser:

a) Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93:

(...)

21.2. A CONTRATADA reconhece, expressamente, os direitos da Administração, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei o regulamento, nos termos o art. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

(...)

21.5. Na hipótese de sinistro, abandono de obra, falência da CONTRATADA ou rescisão unilateral, os valores atuais, dos contratos posteriormente firmados para continuação da execução deste objeto.

O renomado José dos Santos Carvalho Filho ensina que o contrato administrativo pode se extinguir de diversas maneiras, quais sejam: pelo cumprimento do objeto; pelo término do prazo; pela impossibilidade material ou jurídica; pela invalidação; e pela rescisão. Por sua vez, a rescisão pode ser implementada de forma amigável, judicial ou administrativa.

A Lei n. 8.666/93, em seu artigo 79, I, define a rescisão administrativa como aquela **"determinada por ato unilateral e escrito da Administração"** para os casos referidos nos incisos I a XII do art. 78.

Da análise das hipóteses que autorizam a rescisão administrativa, vê-se que ela tanto pode ocorrer por inadimplemento do contratado, com ou sem culpa, ou em razão interesse da administração.

No presente caso, a rescisão unilateral está motivada na transgressão contratual da empresa **CONSTRUTORA W MENDES LTDA** e, assim, encontra fundamento no art. 78, I da Lei 8.666/93: **"Constituem motivo para a rescisão do contrato: I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos"**.

Os motivos que levam a presente rescisão contratual consistem no abandono das obras por parte da investigada, cuja qual não conseguiu demonstrar motivos plausíveis que possam ser acatados.

Assim, no tocante à rescisão, igualmente se observa atendimento ao contraditório e a ampla defesa.

Por fim, o ato administrativo será formalizado mediante termo, atendendo-se à exigência de que a rescisão seja realizada por meio de ato escrito e unilateral.

**VIII-DA MULTA**

O Contrato **196/2019** em sua Cláusula **Vigésima - Das Sanções**, assim estabelece no caso de inexecução parcial do contrato:

**20.3.2. MULTA, nos seguintes valores:**

**a) (...)**

**b) de10% (dez) por cento, sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;**

Conforme as razões acima elencadas o ato praticado pela **CONTRATADA** constitui grave infração contratual, caracterizando a **INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO DO CONTRATO**, sendo cabível, no presente caso, multa no percentual de **10% (dezpor cento) sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior a 30 (trinta) dias**, haja vista a obra estar paralisada desde julho/2020.

**IX - DA EXECUÇÃO DA GARANTIA**

A rescisão administrativa pode gerar algumas consequências especificas como define o art.80 da Lei 8.666/93, in verbis:

**Art.80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:**

**I – assunção, imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;**

**II – ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários á sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;**

**III – execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;**

**IV – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração. (grifamos)**

Sendo assim, se deve ressaltar ser perfeitamente cabível a execução da garantia para a liquidação da multa aplicada ao contratado.

A esse respeito é oportuno trazer o ensinamento do doutrinador Lucas Rocha Furtado, ao tratar da questão, esclarece que havendo débito do contratado para com a Administração, decorram esses débitos de prejuízos causados à Administração ou de multas aplicadas ao contratado, pode a Administração apropriar-se diretamente da garantia prestada, independentemente da propositura de qualquer ação judicial.

Insta consignar, que no caso em tela a garantia é no montante de R$ 143. 809,76 (Cento e quarenta e três mil e oitocentos e nove reais e setenta e seis reais).

Na hipótese em apreço, estando à rescisão administrativa fundamentada no descumprimento contratual, evidente que admite contornos de punição.

**X - DA DECISÃO**

Considerando que o valor global do Contrato é no montante de R$ 2.876. 195,19 (Dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e dezenove centavos). Sendo efetuado o pagamento a investigada o valor de R$ 767.915,65(setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a 26,70% do contrato.

Restando o valor remanescente de R$ 2.108.279,54 (Dois milhões, cento e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)

Desse modo,tendo por base os fundamentos contratuais e legais expostos, serve o presente para CIENTIFICAR da RESCISÃO do Contrato **nº 0196/2019**, aplicando-se em consonância com Cláusula 20.3.2 a sanção de multa no percentual de **10% (dez por cento) sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior a 30 (trinta) dias**, haja vista a obra estar paralisada desde julho/2020, ou seja, no montante **R$ 210.827,95 (duzentos e dezmil,oitocentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos)**,cumulada com a Suspensão do Direito de Contratar com a Administração Pública pelo prazo de 01(um) ano, cumulada coma pena de Declaração de Inidoneidade, devendo proceder-se ao seu descredenciamento junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, concedendo-lhe PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS da data da publicação desta Decisão, para apresentação de recurso.

No que tange o pagamento de multa, não se permite a infringência da ordem de preferência estabelecida nos parágrafos 2° e 3° do art. 86 e parágrafo I° do art. 87, devendo ser primeiro executado a garantia e, caso não haja êxito nessa operação, por qualquer razão, e sendo a multa superior ao valor da garantia, será possível a retenção, com o desconto dos valores devidos de qualquer fatura ou crédito existente em favor da contratada;

Cientifique-se a Secretaria de Administração, Procuradoria Geral do Município, Controle Interno e Secretaria Municipal de Finanças para conhecimento desta e providências quanto a :

a) Formalização do Termo de Rescisão Contratual;

b) Retenção de eventuais de créditos da empresa investigada até o limite da multa aplicada, caso esses valores não sejam suficientes para satisfazer o valor da multa em sua integralidade, sejam tomadas as providências necessárias para a inscrição da Empresa CONSTRUTORA WMENDES LTDA no rol de devedores do município;

c) Suspensão do Direito de Contratar com a Administração Pública pelo prazo de 01 (UM) ano;

d) Declaração de Inidoniedade da Empresa CONSTRUTORA W MENDES;

e) Proceder o descredenciamento junto ao SICAF;

f) Eventual propositura de ação pertinente;

Por fim, com fundamento no art. 80, inciso I da Lei Federal 8.666/93, determino à assunção imediata das obras previstas no contrato nº 010/2017, no estado e local que se encontra, devendo a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer providenciar os atos necessários à continuidade da obra.

Submetemos à homologação da autoridade hierarquicamente superior.

**Publique-se. Intimem-se.**

**Várzea Grande, 18 de janeiro de 2021.**

**Marcelucy Bueno de Moraes**

**Membro da Comissão**

**Isliene A. Correa de Magalhães**

**Membro da Comissão**

**Juliano Alves Freitas**

**Presidente da Comissão**

***SILVIO APARECIDO FIDELIS***

***Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer***

---

**PORTARIA Nº 111/2021/GAB.SAD**

Dispõe sobre a composição da **Comissão Permanente de Licitação** nos termos da lei 8.666/93 e suas alterações.

O Secretário de Administração, Sr. **ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA**, no uso de suas atribuições legais e usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, bem como considerando o disposto no artigo 51, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** os servidores abaixo para compor a Comissão Permanente de Licitação, com a responsabilidade de realizar as licitações nas modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e ao julgamento previsto na legislação e nas instruções normativas SCL - 09 - IN 01-04 e SCL - 10 - IN 01-07, e suas alterações:

**Presidente:**Elizangela Batista de Oliveira (Matrícula 100772)

**1º Membro:**Silvia Mara Gonçalves (Matrícula 142028)

**2º Membro:**Sérgio Mesquita de Ávila Neto (Matrícula 130083)

**3º Membro:** Carlino Benedito Custodio Araujo Agostinho (Matrícula 143894)

**4º Membro:**Careolano Benedito Moraes de Miranda (Matrícula 6583)

**5º Membro:** Natalye Nazaré Dantas Pereira (Matrícula 142029)

**6º Membro:** Cadilce benta da silva carvalho (Matrícula 142065)

**7º Membro:** Daniel Aparecido Lima de Oliveira (Matrícula 141682)

**§ 1º.** Nas ausências e impedimentos do Presidente da Comissão de Licitação assume o 1º membro, e assim sucessivamente, o que deve ser documentado nos autos do respectivo processo licitatório.

**§ 2º.** A Comissão de Licitação tomará suas decisões por maioria simples e funcionará sempre com pelo menos três membros presentes, registrando-se na ata ou ato decisório o motivo das eventuais ausências.

**§ 3º.** A comissão de licitação poderá solicitar o auxílio de outros servidores ou unidades para a análise de documentos, quando necessário conhecimento técnico especializado.

**§ 4º.** Quando o objeto da licitação tratar de obra ou serviço de engenharia a análise técnica, referente à qualificação técnica e propostas técnicas e de preços, deverá ser precedida de parecer técnico **CONCLUSIVO** de servidores com formação na área, designados pela Secretaria Demandante do processo.

**§ 5º.** Poderão ser constituídas comissões de licitação especiais, quando o objeto licitatório exigir conhecimento técnico especializado para a análise dos documentos de habilitação e proposta.

**Art. 2º.** O edital da licitação e avisos convocatórioserão assinados pelo Secretário Municipal da Secretária Demandante, isoladamente ou em conjunto com o Secretário Adjunto ou Superintendente da área pertinente ao objeto licitado.

**Art. 3º.** O Termo de Referência, Projeto Básico, Projeto Executivo e o Plano de trabalho, quando houver, serão elaborados por servidores com formação e conhecimento técnico compatível com o objeto licitado, mediante aprovação do Secretário Municipal ou Adjunto respectivo.

**Art. 4º. Compete à Comissão de Licitação:**

**I -** Após a assinatura do edital da licitação, publicar o instrumento convocatório nos meios exigidos pela legislação, bem como designar o local, dia e hora para a prática de todos os atos do certame, observados os prazos legais aplicáveis;

**II -** Receber e analisar os documentos apresentados pelos licitantes para fins de habilitação e classificação, exceto quanto aos documentos que exijam conhecimento técnico especializado, cuja análise será feita por servidores com formação e conhecimento pertinentes;

**III -** Decidir sobre a habilitação e classificação dos licitantes, bem como sobre os recursos interpostos regularmente;

**IV -** Submeter ao Secretário Municipal da SecretariaDemandante, os recursos quanto a decisões tomadas pela comissão, quando não houver reforma da decisão questionada;

**V -** Responder os pedidos de esclarecimento e impugnações aos editais, ressalvada a necessidade de prévia manifestação do elaborador O Termo de Referência, Projeto Básico, Projeto Executivo e o Plano de trabalho, quando for o caso;

**VI -** Dar publicidade aos atos do certame de acordo com a legislação aplicável;

**VII -** Após a declaração do vencedor, submeter o procedimento ao Secretário Municipal da Secretaria Demandante, para que este decida pela homologação ou não do resultado; **VIII -** Solicitar, quando necessário, o auxílio ou manifestação de outros servidores ou órgãos do poder executivo municipal;

**IX -** Após a publicação do resultado e da homologação da licitação, encaminhar os autos do processo para a formalização do contrato.

**§ 1º.** Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação coordenar os trabalhos de todos os atos da licitação, após a publicação do edital.

**§ 2º.** Compete aos Membros da Comissão de Licitação auxiliar e praticar os atos determinados pelo Presidente, bem como substituí-lo, observada a ordem estabelecida no art. 1º.

**Art. 5º.** Nos processos licitatórios abrangidos por esta portaria, a assessoria jurídica caberá a qualquer um dos servidores integrantes da unidade de assessoria jurídica, ressalvada a possibilidade de avocação e manifestação da Procuradoria-Geral do Município.

**Art. 6º.** A nomeação de mais membros ou substituição deverá ser feita por Portaria. **Art. 7º.** O Presidente da Comissão poderá solicitar a substituição de membros da Comissão e a nomeação de outros.

**Art. 8º.** Nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia os projetos, planilhas, plantas e memoriais, entre outros pertinentes, somente serão licitados ou contratados, obedecidas as demais normas legais, após parecer técnico conclusivo conforme determinado no § 4º do Art.1, desta portaria, em especial quanto ao atendimento pleno da Resolução Normativa nº 39/2016 - TP - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, de 20 de dezembro de 2016 e da Orientação Técnica nº 001/2006 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas/IBRAOP e equivalentes, normas técnicas ABNT, Manuais Técnicos de Edificações/TCE/MT, no que couber.

**Art. 9º.** O edital de licitação e seus anexos, avisos convocatórios e correlatos serão disponibilizados no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, ou em meio eletrônico indicado no edital e aviso de licitação.

**Parágrafo único.** A disponibilização supra, desde que não ocorra impedimento tecnológico, será completa com o (s) projeto (s) básico (s) e executivo (s), cronograma (s), orçamento (s) e outros pertinentes.

**Art. 10º.** Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

**Registre-se, Publique-se, CUMPRA-SE.**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 27 de janeiro de 2021.

**ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA**

Secretário Municipal de Administração

---

**TERMO DE POSSE**

No décimo quarto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença do Sr. Kalil Sarat Baracat de Arruda Prefeito Municipal e do Sr. Gonçalo Aparecido de barros, Secretário Municipal de Saúde (Interino), a Srª. **MARIA RODRIGUES ARAUJO DE MELO, RG n° 531583/ SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Gestor Publico - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

***MARIA RODRIGUES ARAUJO DE MELO***

*Compromissado (a)*

***GONÇALO APARECIDO DE BARROS***

*SecretárioMunicipal de Saúde*

*(Interino)*

***KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA***

*Prefeito Municipal*

---

**PORTARIA Nº 108/2021**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 706090/2021.

**RESOLVE:**

**Reconhecer** em favor da servidora, **KATIA SOARES DE AMORIM**, matrícula 25.992, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professora, do Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pelo requerente junto à Prefeitura Municipal de Várzea Grande, na função de **Professora I a IV**, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº. 27/20201 emitido pelo **MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV**, relativos aos períodos de **28.02.1994 a 07.01. 1995,** totalizando em **314** (trezentos e quatorze)dias líquidos, correspondendo a **00 (zero) anos, 10 (dez) meses e 14 (quatorze) dias**, contados para **TODOS OS EFEITOS.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de janeiro de 2021.

**Marcos Rodrigues da Silva**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

**ATO N° 036/2021**

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

**RESOLVE:**

**Art. 1° - NOMEAR** os candidatos abaixo relacionados, no cargo de provimento efetivo para o qual foramaprovados:

**CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS**

**PERFIL: GESTOR PÚBLICO**

**NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO**

**TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA**

| CLASS | PROTOCOLO | NOME | DOC. IDENT. | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 38 | 32371 | JESSICA EVA DA COSTA SILVA SOUZA | 18064566 - SSP/MT | APROVADO |
| 39 | 12907 | VICTOR NORONHA SIQUEIRA | 18337767 - SSP/MT | APROVADO |
| 40 | 39811 | MARIA RODRIGUES ARAUJO DE MELO | 531583 - SSP/MT | APROVADO |
| 41 | 29107 | DANDÁRA THAÍS DE OLIVEIRA FERREIRA | 1129235 - SSP/RO | APROVADO |

Várzea Grande-MT, 11 de janeiro de 2021.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

**Kalil Sarat Baracat de Arruda**

**Prefeita Municipal**

***Gonçalo Aparecido de Barros***

***Secretário Municipal de Saúde***

***Interino***

**TERMO DE POSSE**

No décimo quarto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença do Sr. Kalil Sarat Baracat de Arruda Prefeito Municipal e do Sr. Gonçalo Aparecido de barros, Secretário Municipal de Saúde (Interino), o Sr. **VICTOR NORONHA SIQUEIRA, RG n° 18337767/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Gestor Publico - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

***VICTOR NORONHA SIQUEIRA***

*Compromissado (a)*

***GONÇALO APARECIDO DE BARROS***

*Secretário Municipal de Saúde*

*(Interino)*

***KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA***

*Prefeito Municipal*

**ATO Nº. 136/2021**

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA**, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 703049/20;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR a pedido Marleide Araújo de Brito matricula nº 130.623** do cargo em Concurso de Professora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 02 de janeiro de 2021.

***Registra-se, publica-se, cumpra-se.***

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 25 de Janeiro de 2021.

***Kalil Sarat Baracat de Arruda***

***Prefeito Municipal***

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02/2021/PMVG/MT**

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA**, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 - EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 09 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios-MT.

**Considerando a determinação judicial processo n° 1028529-28.2020.8.11.0002;**

**RESOLVE:**Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 18.1 do Edital nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - (Paço Couto Magalhães)

Endereço: Av. Castelo Branco, n° 2.500, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

**Horário: 08:00h às 12:00h.**

**Data da Entrega dos documentos: 20/01/2021 a 18/02/2021**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

**CARGO: PROFESSOR**

**PERFIL: NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**NÍVEL: SUPERIOR**

**TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA**

| CLASS | PROTOCOLO | NOME | DOC. IDENT. | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 272 | 18982 | RODOLFO CÉSAR CORRÊA DA COSTA | 060619 - SSP/MT | APROVADO |

O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

**ANEXO I**

**18. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO**

**18.1.** Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

**18.2.** No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e no subitem 18.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea “m” do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

**18.3.** O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 18.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

**ANEXO II**

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:**

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT(Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

**ANEXO III**

**RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:**

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12–Eletrocardiograma

13 - Avaliação Psiquiátrica

14 - Avaliação Psicológica

Várzea Grande-MT, 20 de janeiro de 2021.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

**Kalil Sarat Baracat de Arruda**

**Prefeito Municipal**

***Silvio Aparecido Fidelis***

***Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer***

**PORTARIA Nº 109/2021**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 704300/2021.

**RESOLVE:**

**Averbar** em favor da servidora, **CLARA MARGARETH DE ARRUDA**, matrícula 7.931, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Merendeira, do Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente junto ao Estado de Mato Grosso/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº. 042937/2020 emitido pelo **MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV**, relativos aos períodos de **01.11.1994 a 30.04.1995, 03.09.1995 a 30.11.1995 e 01.01.1996 a 31.12.1996,** totalizando em **605** (seiscentos e cinco)dias líquidos, correspondendo a **01 (um) ano, 08 (oito) meses e 00 (zero) dias**, para **EFEITOS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de janeiro de 2021.

**Marcos Rodrigues da Silva**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

**PORTARIA Nº 02/2021**

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto doContrato nº21/2017 – ÁBACO Tecnologia de Informática LTDA, firmado pelo Município de Várzea Grande.

**Joao Carlos Cardoso**, Secretário Municipal de Planejamento, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8. 666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

**RESOLVE:**

**1º.** Fica designado o Senhora Joenice Maria da Conceição Alves, Brasileira, casada, Contador,exercendo cargo de coordenador, portador da Cédula de Identidade RG nº0317436.0 SJ e inscrito no CPF nº 293307261. 00, Matrícula nº 116527, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 21/2173º T.A, firmado com ABACO Tecnologia de Informaçãocujo objeto é Contratação de empresa de tecnologia da informação, para fornecimento de licença de direito de uso de software integrado de gestão pública, com suporte técnico e manutenção, incluindo a implantação, a migração de dados, a customização, a parametrização e treinamento, com prazo de vigência de 03 meses no período de 01 de janeiro a07 de março 2021.Assinado no dia 07/03/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

**2º.** Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

**I –** ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

**II –** AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**III –** ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

**IV –** OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

**V –** SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

**VI –** ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

**VII –** ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º.** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

**Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 04 de janeiro de 2021.

João Carlos Cardoso

**SecretárioMunicipal de planejamento**

**PORTARIA Nº 003/2021**

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do **Contrato nº 123/2018** firmado pelo Município de Várzea Grande.

**João Carlos Cardoso** Secretário Municipal de Planejamento, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8. 666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

**RESOLVE:**

1º. Fica designada a Senhora **Jackeline Alves de Azevedo Brandão**, brasileira, casada, formação em jornalismo, Coordenadora de Planejamento e Orçamento, portador da Cédula de Identidade RG nº 5942993 SSP/MT e inscrito no CPF nº 535.926.891-34, Matrícula nº 108918, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do **2º Termo Aditivo** ao **Contrato nº 123/2018**, firmado com **OI TELEFONIA MÓVEL S.A** , cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, com prazo de vigência de 09 (nove) meses no período de 08/01/2021 a 08/10/2021, assinado no dia 08/10/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

**2º.** Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

**I –** ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

**II –** AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**III –** ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

**IV –** OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

**V –** SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

**VI –** ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

**VII –** ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º.** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

**Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 04 de janeiro de 2021.

João Carlos Cardoso

**Secretário Municipal de Planejamento**

## ERRATA

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA,** Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** a existência de mero erro material, quanto a Nomeação, **Ellen Carla da Costa** constante no **ATO COLETIVO Nº 143/2021**, da Secretaria Municipal de Assistência Social**,** publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.655 do dia 27/01/2021 página 921.

**CONSIDERANDO** que tal retificação da data conforme Nomeação Ato nº 143/21 em questão.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Determinar a retificação da data da Nomeação da servidora **Ellen Carla da Costa**

**Onde se Lê:** a partir de 26 de Janeiro de 2021

**LEIA-SE: a partir de 04 de Janeiro de 2021**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Janeiro de 2021.

***Kalil Sarat Baracat de Arruda***

***Prefeito Municipal***

## PORTARIA Nº 004/2021

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº061/2020 firmado pelo Município de Várzea Grande.

**João Carlos Cardoso** Secretário Municipal de Planejamento, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8. 666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

**RESOLVE:**

1º. Fica designada a Senhora CLAUDIA DO BOM DESPACHO FERRAZ, brasileira, ECONOMISTA, SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, portador da Cédula de Identidade RG nº 856184 e inscrito no CPF nº 544. 290.301-97, Matrícula nº 8210, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato nº 061/2020, firmado com CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de ***Contratação de empresa, para operacionalização de programas de estagio no âmbito do poder executivo do município de várzea grande para atender a demanda das diversas secretarias em beneficio de estudantes, regularmente matriculados e efetivamente freqüentando curso de nível superior, em instituição de ensino conveniada com a entidade contratada, visando proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração em termo de treinamento pratico, aperfeiçoamento técnico cultural, cientifico e de relacionamento humano nos termos da leinº11.788/2008,*** com prazo de vigência até 24/04/2021, assinado no dia 19/03/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

**2º.** Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

**I –** ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

**II –** AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**III –** ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

**IV –** OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

**V –** SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

**VI –** ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

**VII –** ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º.** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

**Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 04 de janeiro de 2021.

João Carlos Cardoso

**Secretário Municipal de Planejamento**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

**CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE CONCIDADE**

**DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2021**

O Vice-Presidente e o Secretário-Geral do Conselho da Cidade, nos termos da Lei Municipal nº 4.151/2016 - dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande, **CONVOCAM** os integrantes do Conselho da Cidade - CONCIDADE a fazerem-se presentes na **2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, a se realizar no dia 03 de fevereiro de 2021, às 08:00horas, na sala de reuniões da SEPLAN**, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

**1.** Continuação das deliberações sobre o andamento do processo do empreendimento Loteamento Residencial BURITIS – Ltda.;

**2.** Aprovação do regimento interno da Audiência Pública, que será realizada para preenchimento de vagas da Sociedade Civil Organizada;

**3.** Entre outros assuntos correlatos ao Concidade.

Várzea Grande-MT, 27 de janeiro de 2021

João Carlos Cardoso

Presidente do Conselho da Cidade

Thiago Coelho da Cunha

Secretário-Geral do Conselho da Cidade

**TERMO DE POSSE**

No décimo quarto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença do Sr. Kalil Sarat Baracat de Arruda Prefeito Municipal e do Sr. Gonçalo Aparecido de barros, Secretário Municipal de Saúde (Interino), a Srª. **DANDÁRA THAÍS DE OLIVEIRA FERREIRA, RG n° 1129235/SSP/RO**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Profissional de Nível Superior Completo do SUSPERFIL Gestor Publico - 40 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

***DANDÁRA THAÍS DE OLIVEIRA FERREIRA***

*Compromissado (a)*

***GONÇALO APARECIDO DE BARROS***

*SecretárioMunicipal de Saúde*

*(Interino)*

***KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA***

*Prefeito Municipal*

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**PORTARIA**

ERRATA

Na publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 22.01.2021, pág.407, **PORTARIA Nº 035/2021**, que seja corrigido o período de gozo dos dias de férias;

**Onde se lê:**

**Período Gozo**: 25.01.2021 a 23.02.2021.

**Leia-se:**

**Período Gozo**: 01.03.2021 a 30.03.2021.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de Janeiro de 2021.

**CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**

Diretor Presidente DAE/VG.

**PORTARIA N° 110/2021**

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

**RESOLVE:**

**Interromper** a Licença Prêmio concedido somente com relação ao servidor**JOAQUIM DE OLIVEIRA MELO**, Matrícula 101081lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao **quinquênio02.04.2014/2019**, **90 (noventa) dias, de Licença Prêmio** a vigorar em01.12.2020 a 28.02.2021, interrupção a partir de**01.02.2021,**ficando saldo de 28 dias para concessão em época oportuna.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27de janeiro de 2021.

**Marcos Rodrigues da Silva**

Superintendente de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 144/2021**

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA,** Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR Anaides Miranda Ferreira,** no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27 de Janeiro de 2021.

**Registra-se, publica-se, cumpra-se.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Janeiro de 2021.

***Kalil Sarat Baracat de Arruda***

***Prefeito Municipal***

**ATO Nº. 137/2021**

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA**, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 707425/20;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR a pedido Victoria Castilho Ventura matricula nº 1305.649** do cargo em Concurso de Técnico de Desenvolvimento Educacional - TDE da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 22 de janeiro de 2021.

***Registra-se, publica-se, cumpra-se.***

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 25 de Janeiro de 2021.

***Kalil Sarat Baracat de Arruda***

***Prefeito Municipal***

# RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 897.127.784,00 | 990.221.227,45 | 152.939.603,35 | 15,44 | 835.411.036,04 | 84,37 | 154.810.191,41 |
| RECEITAS CORRENTES | 665.473.668,00 | 758.567.111,45 | 133.953.856,95 | 17,66 | 756.219.161,36 | 99,69 | 2.347.950,09 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 152.843.506,00 | 152.843.506,00 | 24.675.673,35 | 16,14 | 143.598.977,05 | 93,95 | 9.244.528,95 |
| Impostos | 129.295.796,00 | 129.295.796,00 | 23.297.760,67 | 18,02 | 125.719.911,41 | 97,23 | 3.575.884,59 |
| Taxas | 23.547.710,00 | 23.547.710,00 | 1.377.912,68 | 5,85 | 17.879.065,64 | 75,93 | 5.668.644,36 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | 0,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 38.670.867,00 | 38.670.867,00 | 9.872.225,19 | 25,53 | 42.738.105,99 | 110,52 | -4.067.238,99 |
| Contribuições Sociais | 17.188.170,00 | 17.188.170,00 | 5.375.721,88 | 31,28 | 17.835.092,03 | 103,76 | -646.922,03 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | 0,00 |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 21.482.697,00 | 21.482.697,00 | 4.496.503,31 | 20,93 | 24.903.013,96 | 115,92 | -3.420.316,96 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 2.817.359,00 | 2.817.359,00 | 84.282,97 | 2,99 | 832.459,53 | 29,55 | 1.984.899,47 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 140.000,00 | 140.000,00 | 38.577,84 | 27,56 | 115.733,52 | 82,67 | 24.266,48 |
| Valores Mobiliários | 2.677.359,00 | 2.677.359,00 | 45.705,13 | 1,71 | 716.726,01 | 26,77 | 1.960.632,99 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | | | | | | | 0,00 |
| Exploração de Recursos Naturais | | | | | | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | | | | | | | 0,00 |
| Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 46.604.314,00 | 46.604.314,00 | 8.840.564,24 | 18,97 | 47.417.458,00 | 101,74 | -813.144,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 46.604.314,00 | 46.604.314,00 | 8.840.564,24 | 18,97 | 47.039.880,55 | 100,93 | -435.566,55 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | | | | | | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | | | | | | | 0,00 |
| Serviços e Atividades Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Outros Serviços | | | | | 377.577,45 | | -377.577,45 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 417.147.276,00 | 510.240.719,45 | 89.474.205,68 | 17,54 | 515.180.139,35 | 100,97 | -4.939.419,90 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 140.937.351,00 | 233.863.744,45 | 30.806.029,16 | 13,17 | 234.070.729,93 | 100,09 | -206.985,48 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 153.980.022,00 | 154.147.072,00 | 31.597.167,02 | 20,50 | 153.193.627,84 | 99,38 | 953.444,16 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | 1.050.000,00 | 1.050.000,00 | 1.205.141,66 | 114,78 | 1.301.820,58 | 123,98 | -251.820,58 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 121.179.903,00 | 121.179.903,00 | 25.865.867,84 | 21,35 | 126.613.961,00 | 104,48 | -5.434.058,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 7.390.346,00 | 7.390.346,00 | 1.006.905,52 | 13,62 | 6.452.021,44 | 87,30 | 938.324,56 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 5.407.913,00 | 5.407.913,00 | 443.475,44 | 8,20 | 4.454.497,74 | 82,37 | 953.415,26 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 28.814,00 | 28.814,00 | 191.834,99 | 665,77 | 731.681,19 | 2.539,33 | -702.867,19 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 1.953.619,00 | 1.953.619,00 | 371.595,09 | 19,02 | 1.265.842,51 | 64,79 | 687.776,49 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 231.654.116,00 | 231.654.116,00 | 18.985.746,40 | 8,20 | 79.191.874,68 | 34,19 | 152.462.241,32 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 62.000.000,00 | 62.000.000,00 | 9.581.819,25 | 15,45 | 62.000.000,00 | 100,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 62.000.000,00 | 62.000.000,00 | 9.581.819,25 | 15,45 | 62.000.000,00 | 100,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | | | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 169.654.116,00 | 169.654.116,00 | 9.403.927,15 | 5,54 | 17.191.874,68 | 10,13 | 152.462.241,32 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 75.754.116,00 | 75.754.116,00 | 3.403.927,15 | 4,49 | 5.368.641,64 | 7,09 | 70.385.474,36 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 93.900.000,00 | 93.900.000,00 | 6.000.000,00 | 6,39 | 11.823.233,04 | 12,59 | 82.076.766,96 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | 0,00 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | | | | | | | 0,00 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | | | | | | | 0,00 |
| Demais Receitas de Capital | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 9.998.603,17 | 31,89 | 37.430.799,82 | 119,37 | -6.073.899,82 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 928.484.684,00 | 1.021.578.127,45 | 162.938.206,52 | 15,95 | 872.841.835,86 | 85,44 | 148.736.291,59 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 928.484.684,00 | 1.021.578.127,45 | 162.938.206,52 | 15,95 | 872.841.835,86 | 85,44 | 148.736.291,59 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 928.484.684,00 | 1.021.578.127,45 | 162.938.206,52 | 15,95 | 872.841.835,86 | 85,44 | 148.736.291,59 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | | | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| Despesas Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 873.093.691,00 | 968.462.251,99 | 62.702.847,02 | 774.688.415,60 | 193.773.836,39 | 186.474.935,35 | 755.354.629,02 | 213.107.622,97 | 754.051.935,59 | 19.333.786,58 |
| DESPESAS CORRENTES | 570.421.728,00 | 663.905.344,98 | 96.641.169,82 | 592.558.069,93 | 71.347.275,05 | 138.357.152,05 | 578.328.009,03 | 85.577.335,95 | 577.634.432,67 | 14.230.060,90 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 317.158.994,00 | 359.207.945,94 | 80.840.379,47 | 338.122.907,48 | 21.085.038,46 | 86.454.742,90 | 337.553.371,81 | 21.654.574,13 | 337.343.940,26 | 569.535,67 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 6.375.000,00 | 6.395.000,00 | 639.620,80 | 6.086.831,48 | 308.168,52 | 1.311.477,23 | 6.086.831,48 | 308.168,52 | 6.086.831,48 | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 246.887.734,00 | 298.302.399,04 | 15.161.169,55 | 248.348.330,97 | 49.954.068,07 | 50.590.931,92 | 234.687.805,74 | 63.614.593,30 | 234.203.660,93 | 13.660.525,23 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 298.988.893,00 | 304.556.907,01 | -33.938.322,80 | 182.130.345,67 | 122.426.561,34 | 48.117.783,30 | 177.026.619,99 | 127.530.287,02 | 176.417.502,92 | 5.103.725,68 |
| INVESTIMENTOS | 277.518.893,00 | 281.166.397,01 | -36.153.572,91 | 158.858.222,64 | 122.308.174,37 | 42.882.049,10 | 153.754.496,96 | 127.411.900,05 | 153.145.379,89 | 5.103.725,68 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 21.470.000,00 | 23.390.510,00 | 2.215.250,11 | 23.272.123,03 | 118.386,97 | 5.235.734,20 | 23.272.123,03 | 118.386,97 | 23.272.123,03 | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 3.683.070,00 | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 34.985.993,00 | 41.666.853,00 | 7.799.205,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 7.905.778,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 32.480.853,06 | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 908.079.684,00 | 1.010.129.104,99 | 70.502.052,30 | 807.169.268,66 | 202.959.836,33 | 194.380.713,63 | 787.835.482,08 | 222.293.622,91 | 786.532.788,65 | 19.333.786,58 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Dívida Contratual | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Dívida Contratual | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 908.079.684,00 | 1.010.129.104,99 | 70.502.052,30 | 807.169.268,66 | 202.959.836,33 | 194.380.713,63 | 787.835.482,08 | 222.293.622,91 | 786.532.788,65 | 19.333.786,58 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | | | | | | | |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 908.079.684,00 | 1.010.129.104,99 | 70.502.052,30 | 807.169.268,66 | | 194.380.713,63 | 787.835.482,08 | | 786.532.788,65 | 19.333.786,58 |
| RESERVA DO RPPS | | | | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 9.998.603,17 | 31,89 | 37.430.799,82 | 119,37 | -6.073.899,82 |
| RECEITAS CORRENTES | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 9.998.603,17 | 31,89 | 37.430.799,82 | 119,37 | -6.073.899,82 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | | | | | | | |
| Taxas | | | | | | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 9.998.603,17 | 31,89 | 37.430.799,82 | 119,37 | -6.073.899,82 |
| Contribuições Sociais | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 9.998.603,17 | 31,89 | 37.430.799,82 | 119,37 | -6.073.899,82 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | | | | | | | |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | | | | | | | |
| Valores Mobiliários | | | | | | | |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Exploração de Recursos Naturais | | | | | | | |
| Exploração do Patrimônio Intangível | | | | | | | |
| Cessão de Direitos | | | | | | | |
| Demais Receitas Patrimoniais | | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | | | | | | | |
| Serviços e Atividades Financeiras | | | | | | | |
| Outros Serviços | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | | | | | | |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | | | | | | | |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | | | | | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | | | | | | | |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências da União e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas Físicas | | | | | | | |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | | | | | | | |
| Resgate de Títulos do Tesouro | | | | | | | |
| Demais Receitas de Capital | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| **Despesas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 34.985.993,00 | 41.666.853,00 | 7.799.205,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 7.905.778,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 32.480.853,06 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 34.985.993,00 | 41.666.853,00 | 7.799.205,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 7.905.778,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 32.480.853,06 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 34.985.993,00 | 41.666.853,00 | 7.799.205,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 7.905.778,28 | 32.480.853,06 | 9.185.999,94 | 32.480.853,06 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | | | | | | | | | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | | | | | | | | | | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | | | | | | | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 873.093.691,00 | 968.462.251,99 | 62.702.847,02 | 774.688.415,60 | 95,98 | 193.773.836,39 | 186.474.935,35 | 755.354.629,02 | 95,68 | 213.107.622,97 | 19.333.786,58 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Controle Externo | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU01 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU01 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU02 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU02 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Essencial à Justiça | 9.510.000,00 | 9.627.600,00 | 1.176.393,14 | 9.513.166,40 | 1,18 | 114.433,60 | 2.163.397,45 | 9.497.782,47 | 1,21 | 129.817,53 | 15.383,93 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 9.510.000,00 | 9.627.600,00 | 1.176.393,14 | 9.513.166,40 | 1,18 | 114.433,60 | 2.163.397,45 | 9.497.782,47 | 1,21 | 129.817,53 | 15.383,93 |
| FU03 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU03 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Administração | 92.235.750,00 | 110.497.129,64 | 13.344.676,85 | 85.893.177,39 | 10,64 | 24.603.952,25 | 19.331.585,34 | 83.320.549,44 | 10,58 | 27.176.580,20 | 2.572.627,95 |
| Planejamento e Orçamento | 1.340.000,00 | 1.192.900,00 | 148.407,08 | 851.416,27 | 0,11 | 341.483,73 | 176.142,51 | 841.954,07 | 0,11 | 350.945,93 | 9.462,20 |
| FU04 - Administração Geral | 68.431.712,00 | 82.581.191,64 | 10.491.845,46 | 63.783.588,60 | 7,90 | 18.797.603,04 | 14.907.533,54 | 61.228.513,42 | 7,77 | 21.352.678,22 | 2.555.075,18 |
| Administração Financeira | 16.429.999,00 | 20.718.999,00 | 2.408.784,84 | 17.769.831,43 | 2,20 | 2.949.167,57 | 3.426.754,41 | 17.763.349,19 | 2,25 | 2.955.649,81 | 6.482,24 |
| Controle Interno | 1.736.039,00 | 1.736.039,00 | 220.323,38 | 1.086.444,90 | 0,13 | 649.594,10 | 230.647,91 | 1.084.836,57 | 0,14 | 651.202,43 | 1.608,33 |
| Normatização e Fiscalização | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Tecnologia da Informação | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ordenamento Territorial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Administração de Receitas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Administração de Concessões | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comunicação Social | 4.298.000,00 | 4.268.000,00 | 75.316,09 | 2.401.896,19 | 0,30 | 1.866.103,81 | 590.506,97 | 2.401.896,19 | 0,30 | 1.866.103,81 | |
| FU04 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Naval | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Terrestre | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU05 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU05 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Segurança Pública | 1.190.000,00 | 1.190.000,00 | -159.741,59 | 582.834,86 | 0,07 | 607.165,14 | 121.160,57 | 545.816,06 | 0,07 | 644.183,94 | 37.018,80 |
| Policiamento | 1.190.000,00 | 1.190.000,00 | -159.741,59 | 582.834,86 | 0,07 | 607.165,14 | 121.160,57 | 545.816,06 | 0,07 | 644.183,94 | 37.018,80 |
| Defesa Civil | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Informação e Inteligência | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU06 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU06 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Cooperação Internacional | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU07 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU07 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência Social | 8.614.883,00 | 11.382.654,96 | 339.573,18 | 8.869.358,65 | 1,10 | 2.513.296,31 | 1.742.699,47 | 8.355.163,48 | 1,06 | 3.027.491,48 | 514.195,17 |
| Assistência ao Idoso | 720.000,00 | 882.000,00 | | 882.000,00 | 0,11 | | 120.000,00 | 882.000,00 | 0,11 | | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 2.442.886,00 | 2.500.886,00 | 48.720,47 | 2.280.436,54 | 0,28 | 220.449,46 | 214.663,19 | 2.273.757,61 | 0,29 | 227.128,39 | 6.678,93 |
| Assistência Comunitária | 5.380.217,00 | 7.917.988,96 | 290.852,71 | 5.642.732,43 | 0,70 | 2.275.256,53 | 1.408.036,28 | 5.135.216,19 | 0,65 | 2.782.772,77 | 507.516,24 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU08 - Administração Geral | 71.780,00 | 81.780,00 | | 64.189,68 | 0,01 | 17.590,32 | | 64.189,68 | 0,01 | 17.590,32 | |
| FU08 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Previdência Social | 45.966.000,00 | 51.129.070,00 | 7.161.945,45 | 51.000.294,89 | 6,32 | 128.775,11 | 13.051.755,43 | 51.000.294,89 | 6,47 | 128.775,11 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Previdência do Regime Estatutário | 45.966.000,00 | 51.129.070,00 | 7.161.945,45 | 51.000.294,89 | 6,32 | 128.775,11 | 13.051.755,43 | 51.000.294,89 | 6,47 | 128.775,11 | |
| Previdência Complementar | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Previdência Especial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU09 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU09 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Saúde | 157.516.598,00 | 203.456.251,77 | 33.795.831,37 | 182.442.560,98 | 22,60 | 21.013.690,79 | 42.246.084,68 | 177.115.284,77 | 22,48 | 26.340.967,00 | 5.327.276,21 |
| Atenção Básica | 8.786.000,00 | 6.611.000,00 | 155.713,75 | 5.153.831,53 | 0,64 | 1.457.168,47 | 1.338.102,06 | 4.954.106,58 | 0,63 | 1.656.893,42 | 199.724,95 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 22.922.383,00 | 17.701.430,00 | -870.757,58 | 15.307.448,35 | 1,90 | 2.393.981,65 | 3.131.707,51 | 13.336.908,31 | 1,69 | 4.364.521,69 | 1.970.540,04 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 7.753.000,00 | 10.943.000,00 | 1.861.586,88 | 9.975.024,37 | 1,24 | 967.975,63 | 2.213.456,57 | 9.191.430,36 | 1,17 | 1.751.569,64 | 783.594,01 |
| Vigilância Sanitária | 115.000,00 | 115.000,00 | 12.062,51 | 103.224,84 | 0,01 | 11.775,16 | 25.807,56 | 100.064,84 | 0,01 | 14.935,16 | 3.160,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 120.000,00 | 120.000,00 | | 2.102,40 | 0,00 | 117.897,60 | | 2.102,40 | 0,00 | 117.897,60 | |
| Alimentação e Nutrição | 30.000,00 | 30.000,00 | | | 0,00 | 30.000,00 | | | 0,00 | 30.000,00 | |
| FU10 - Administração Geral | 117.790.215,00 | 167.935.821,77 | 32.637.225,81 | 151.900.929,49 | 18,82 | 16.034.892,28 | 35.537.010,98 | 149.530.672,28 | 18,98 | 18.405.149,49 | 2.370.257,21 |
| FU10 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Trabalho | 30.000,00 | 30.000,00 | 2.737,00 | 16.539,02 | 0,00 | 13.460,98 | 2.122,47 | 13.539,02 | 0,00 | 16.460,98 | 3.000,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Relações de Trabalho | 30.000,00 | 30.000,00 | 2.737,00 | 16.539,02 | 0,00 | 13.460,98 | 2.122,47 | 13.539,02 | 0,00 | 16.460,98 | 3.000,00 |
| Empregabilidade | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU11 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU11 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Educação | 197.001.549,00 | 199.290.309,00 | 17.757.271,84 | 160.701.874,36 | 19,91 | 38.588.434,64 | 44.305.325,70 | 158.716.585,56 | 20,15 | 40.573.723,44 | 1.985.288,80 |
| Ensino Fundamental | 124.493.288,00 | 122.414.148,00 | 21.389.635,09 | 108.234.729,23 | 13,41 | 14.179.418,77 | 32.983.924,31 | 107.363.464,12 | 13,63 | 15.050.683,88 | 871.265,11 |
| Ensino Médio | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ensino Profissional | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ensino Superior | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Educação Infantil | 52.161.777,00 | 48.722.677,00 | -6.156.690,46 | 29.721.666,25 | 3,68 | 19.001.010,75 | 6.019.772,07 | 29.486.693,37 | 3,74 | 19.235.983,63 | 234.972,88 |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Educação Especial | 5.606.600,00 | 6.070.600,00 | 1.148.889,54 | 5.865.879,95 | 0,73 | 204.720,05 | 1.354.738,53 | 5.831.051,47 | 0,74 | 239.548,53 | 34.828,48 |
| Educação Básica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU12 - Administração Geral | 14.739.884,00 | 22.082.884,00 | 1.375.437,67 | 16.879.598,93 | 2,09 | 5.203.285,07 | 3.946.890,79 | 16.035.376,60 | 2,04 | 6.047.507,40 | 844.222,33 |
| FU12 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Cultura | 2.580.000,00 | 5.439.558,08 | 2.317.079,73 | 4.192.357,75 | 0,52 | 1.247.200,33 | 2.363.567,21 | 4.186.733,11 | 0,53 | 1.252.824,97 | 5.624,64 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Difusão Cultural | 2.580.000,00 | 5.439.558,08 | 2.317.079,73 | 4.192.357,75 | 0,52 | 1.247.200,33 | 2.363.567,21 | 4.186.733,11 | 0,53 | 1.252.824,97 | 5.624,64 |
| FU13 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU13 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Direitos da Cidadania | 230.000,00 | 422.550,00 | 3.014,00 | 412.025,31 | 0,05 | 10.524,69 | 45.686,90 | 362.425,31 | 0,05 | 60.124,69 | 49.600,00 |
| Custódia e Reintegração Social | 230.000,00 | 422.550,00 | 3.014,00 | 412.025,31 | 0,05 | 10.524,69 | 45.686,90 | 362.425,31 | 0,05 | 60.124,69 | 49.600,00 |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU14 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU14 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Urbanismo | 258.108.540,00 | 273.708.597,01 | -16.408.610,17 | 174.878.713,95 | 21,67 | 98.829.883,06 | 44.627.072,25 | 167.458.678,57 | 21,26 | 106.249.918,44 | 7.420.035,38 |
| Infra-Estrutura Urbana | 219.741.540,00 | 229.301.697,01 | -17.879.913,45 | 134.101.801,08 | 16,61 | 95.199.895,93 | 36.265.094,03 | 130.339.792,46 | 16,54 | 98.961.904,55 | 3.762.008,62 |
| Serviços Urbanos | 38.367.000,00 | 44.406.900,00 | 1.471.303,28 | 40.776.912,87 | 5,05 | 3.629.987,13 | 8.361.978,22 | 37.118.886,11 | 4,71 | 7.288.013,89 | 3.658.026,76 |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU15 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU15 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Habitação | 90.000,00 | 90.000,00 | 0,00 | 74.771,20 | 0,01 | 15.228,80 | 62.262,50 | 74.771,20 | 0,01 | 15.228,80 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Habitação Urbana | 90.000,00 | 90.000,00 | | 74.771,20 | 0,01 | 15.228,80 | 62.262,50 | 74.771,20 | 0,01 | 15.228,80 | |
| FU16 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU16 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Saneamento | 46.537.604,00 | 46.642.104,00 | 3.103.611,04 | 45.597.268,84 | 5,65 | 1.044.835,16 | 6.617.700,44 | 45.567.532,02 | 5,78 | 1.074.571,98 | 29.736,82 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Saneamento Básico Urbano | 43.831.490,00 | 42.910.990,00 | 2.674.435,01 | 42.340.482,27 | 5,25 | 570.507,73 | 6.183.673,45 | 42.310.745,45 | 5,37 | 600.244,55 | 29.736,82 |
| FU17 - Administração Geral | 456.114,00 | 456.114,00 | | | 0,00 | 456.114,00 | | | 0,00 | 456.114,00 | |
| FU17 - Demais Subfunções | 2.250.000,00 | 3.275.000,00 | 429.176,03 | 3.256.786,57 | 0,40 | 18.213,43 | 434.026,99 | 3.256.786,57 | 0,41 | 18.213,43 | |
| Gestão Ambiental | 362.000,00 | 402.000,00 | 76.986,31 | 145.075,13 | 0,02 | 256.924,87 | 60.681,36 | 102.143,36 | 0,01 | 299.856,64 | 42.931,77 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 362.000,00 | 402.000,00 | 76.986,31 | 145.075,13 | 0,02 | 256.924,87 | 60.681,36 | 102.143,36 | 0,01 | 299.856,64 | 42.931,77 |
| Controle Ambiental | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Recursos Hídricos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Meteorologia | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU18 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU18 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU19 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU19 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Agricultura | 200.000,00 | 180.000,00 | 22.482,00 | 26.190,66 | 0,00 | 153.809,34 | 22.482,00 | 26.190,66 | 0,00 | 153.809,34 | 0,00 |
| Abastecimento | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Extensão Rural | 200.000,00 | 180.000,00 | 22.482,00 | 26.190,66 | 0,00 | 153.809,34 | 22.482,00 | 26.190,66 | 0,00 | 153.809,34 | |
| Irrigação | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Agropecuária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU20 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU20 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Colonização | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU21 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU21 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Indústria | 280.000,00 | 281.900,00 | -57.300,00 | 108.928,46 | 0,01 | 172.971,54 | 21.240,19 | 104.524,36 | 0,01 | 177.375,64 | 4.404,10 |
| Promoção Industrial | 280.000,00 | 281.900,00 | -57.300,00 | 108.928,46 | 0,01 | 172.971,54 | 21.240,19 | 104.524,36 | 0,01 | 177.375,64 | 4.404,10 |
| Produção Industrial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Mineração | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Propriedade Industrial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Normalização e Qualidade | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU22 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU22 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comércio e Serviços | 585.000,00 | 347.410,00 | -2.773,39 | 133.361,74 | 0,02 | 214.048,26 | 50.162,66 | 110.277,37 | 0,01 | 237.132,63 | 23.084,37 |
| Promoção Comercial | 170.000,00 | 162.000,00 | 10.328,73 | 89.193,77 | 0,01 | 72.806,23 | 26.827,94 | 82.862,65 | 0,01 | 79.137,35 | 6.331,12 |
| Comercialização | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comércio Exterior | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Serviços Financeiros | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Turismo | 415.000,00 | 185.410,00 | -13.102,12 | 44.167,97 | 0,01 | 141.242,03 | 23.334,72 | 27.414,72 | 0,00 | 157.995,28 | 16.753,25 |
| FU23 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU23 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Telecomunicações | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU24 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU24 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Energia | 26.482.697,00 | 28.594.517,53 | 110.305,42 | 27.074.037,62 | 3,35 | 1.520.479,91 | 4.626.292,47 | 26.265.271,84 | 3,33 | 2.329.245,69 | 808.765,78 |
| Conservação de Energia | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Energia Elétrica | 26.482.697,00 | 28.594.517,53 | 110.305,42 | 27.074.037,62 | 3,35 | 1.520.479,91 | 4.626.292,47 | 26.265.271,84 | 3,33 | 2.329.245,69 | 808.765,78 |
| Combustíveis Minerais | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Biocombustíveis | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU25 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU25 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte Rodoviário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte Ferroviário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte Hidroviário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transportes Especiais | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU26 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU26 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Desporto e Lazer | 3.440.000,00 | 7.160.600,00 | -1.075.966,50 | 4.843.890,13 | 0,60 | 2.316.709,87 | 928.432,53 | 4.349.077,27 | 0,55 | 2.811.522,73 | 494.812,86 |
| Desporto de Rendimento | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Desporto Comunitário | 3.440.000,00 | 7.160.600,00 | -1.075.966,50 | 4.843.890,13 | 0,60 | 2.316.709,87 | 928.432,53 | 4.349.077,27 | 0,55 | 2.811.522,73 | 494.812,86 |
| Lazer | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU27 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU27 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Encargos Especiais | 18.450.000,00 | 18.590.000,00 | 1.195.331,34 | 18.181.988,26 | 2,25 | 408.011,74 | 4.085.223,73 | 18.181.988,26 | 2,31 | 408.011,74 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Outros Encargos Especiais | 18.450.000,00 | 18.590.000,00 | 1.195.331,34 | 18.181.988,26 | 2,25 | 408.011,74 | 4.085.223,73 | 18.181.988,26 | 2,31 | 408.011,74 | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU28 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Reserva de Contingência | 3.683.070,00 | | | | | | | | | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 34.985.993,00 | 41.666.853,00 | 7.799.205,28 | 32.480.853,06 | 4,02 | 9.185.999,94 | 7.905.778,28 | 32.480.853,06 | 4,12 | 9.185.999,94 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 908.079.684,00 | 1.010.129.104,99 | 70.502.052,30 | 807.169.268,66 | 100,00 | 202.959.836,33 | 194.380.713,63 | 787.835.482,08 | 100,00 | 222.293.622,91 | 19.333.786,58 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/II b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/II d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 34.985.993,00 | 41.666.853,00 | 7.799.205,28 | 32.480.853,06 | 4,02 | 9.185.999,94 | 7.905.778,28 | 32.480.853,06 | 4,12 | 9.185.999,94 | 0,00 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Controle Externo | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU01 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU01 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU02 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU02 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Essencial à Justiça | 100.000,00 | 257.000,00 | 62.488,27 | 84.288,32 | 0,01 | 172.711,68 | 62.488,27 | 84.288,32 | 0,01 | 172.711,68 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∑ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∑ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 100.000,00 | 257.000,00 | 62.488,27 | 84.288,32 | 0,01 | 172.711,68 | 62.488,27 | 84.288,32 | 0,01 | 172.711,68 | |
| FU03 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU03 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Administração | 6.651.439,00 | 9.200.259,00 | 1.149.435,20 | 5.079.644,51 | 0,63 | 4.120.614,49 | 1.149.785,61 | 5.079.644,51 | 0,64 | 4.120.614,49 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | 50.000,00 | 50.000,00 | 6.239,24 | 24.933,32 | 0,00 | 25.066,68 | 6.239,24 | 24.933,32 | 0,00 | 25.066,68 | |
| FU04 - Administração Geral | 5.305.939,00 | 7.307.759,00 | 924.884,76 | 4.071.560,57 | 0,50 | 3.236.198,43 | 925.235,17 | 4.071.560,57 | 0,52 | 3.236.198,43 | |
| Administração Financeira | 1.105.000,00 | 1.652.000,00 | 204.269,43 | 909.169,54 | 0,11 | 742.830,46 | 204.269,43 | 909.169,54 | 0,12 | 742.830,46 | |
| Controle Interno | 190.500,00 | 190.500,00 | 14.041,77 | 73.981,08 | 0,01 | 116.518,92 | 14.041,77 | 73.981,08 | 0,01 | 116.518,92 | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Tecnologia da Informação | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ordenamento Territorial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Administração de Receitas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Administração de Concessões | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comunicação Social | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU04 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Naval | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Terrestre | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU05 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU05 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Civil | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Informação e Inteligência | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU06 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU06 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Cooperação Internacional | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU07 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU07 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência Social | 40.450,00 | 15.450,00 | 0,00 | 743,43 | 0,00 | 14.706,57 | 0,00 | 743,43 | 0,00 | 14.706,57 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 5.950,00 | 5.950,00 | | 743,43 | 0,00 | 5.206,57 | | 743,43 | 0,00 | 5.206,57 | |
| Assistência Comunitária | 34.500,00 | 9.500,00 | | | 0,00 | 9.500,00 | | | 0,00 | 9.500,00 | |
| FU08 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU08 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Previdência Social | 126.000,00 | 146.000,00 | -6.019,00 | 131.413,01 | 0,02 | 14.586,99 | 29.973,93 | 131.413,01 | 0,02 | 14.586,99 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Previdência do Regime Estatutário | 126.000,00 | 146.000,00 | -6.019,00 | 131.413,01 | 0,02 | 14.586,99 | 29.973,93 | 131.413,01 | 0,02 | 14.586,99 | |
| Previdência Complementar | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Previdência Especial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU09 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU09 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Saúde | 9.238.600,00 | 13.633.900,00 | 2.727.770,35 | 11.867.186,88 | 1,47 | 1.766.713,12 | 2.727.770,35 | 11.867.186,88 | 1,51 | 1.766.713,12 | 0,00 |
| Atenção Básica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Vigilância Sanitária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Vigilância Epidemiológica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU10 - Administração Geral | 9.238.600,00 | 13.633.900,00 | 2.727.770,35 | 11.867.186,88 | 1,47 | 1.766.713,12 | 2.727.770,35 | 11.867.186,88 | 1,51 | 1.766.713,12 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∑ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∑ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| FU10 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Relações de Trabalho | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Empregabilidade | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU11 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU11 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Educação | 17.365.708,00 | 16.811.948,00 | 3.682.258,01 | 13.936.381,30 | 1,73 | 2.875.566,70 | 3.682.258,01 | 13.936.381,30 | 1,77 | 2.875.566,70 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 12.755.133,00 | 11.842.373,00 | 3.237.554,71 | 11.105.094,64 | 1,38 | 737.278,36 | 3.237.554,71 | 11.105.094,64 | 1,41 | 737.278,36 | |
| Ensino Médio | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ensino Profissional | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ensino Superior | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Educação Infantil | 3.187.975,00 | 3.238.975,00 | 272.359,09 | 2.062.687,23 | 0,26 | 1.176.287,77 | 272.359,09 | 2.062.687,23 | 0,26 | 1.176.287,77 | |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Educação Especial | 352.600,00 | 302.600,00 | 38.804,62 | 165.247,30 | 0,02 | 137.352,70 | 38.804,62 | 165.247,30 | 0,02 | 137.352,70 | |
| Educação Básica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU12 - Administração Geral | 1.070.000,00 | 1.428.000,00 | 133.539,59 | 603.352,13 | 0,07 | 824.647,87 | 133.539,59 | 603.352,13 | 0,08 | 824.647,87 | |
| FU12 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Cultura | 230.000,00 | 372.000,00 | 57.921,72 | 245.305,94 | 0,03 | 126.694,06 | 57.921,72 | 245.305,94 | 0,03 | 126.694,06 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Difusão Cultural | 230.000,00 | 372.000,00 | 57.921,72 | 245.305,94 | 0,03 | 126.694,06 | 57.921,72 | 245.305,94 | 0,03 | 126.694,06 | |
| FU13 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU13 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU14 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU14 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Urbanismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Serviços Urbanos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU15 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU15 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Habitação Urbana | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU16 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU16 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Saneamento | 1.073.796,00 | 969.296,00 | 84.490,22 | 963.795,54 | 0,12 | 5.500,46 | 154.719,88 | 963.795,54 | 0,12 | 5.500,46 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Saneamento Básico Urbano | 1.073.796,00 | 969.296,00 | 84.490,22 | 963.795,54 | 0,12 | 5.500,46 | 154.719,88 | 963.795,54 | 0,12 | 5.500,46 | |
| FU17 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU17 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Controle Ambiental | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Recursos Hídricos | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Meteorologia | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU18 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU18 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∑ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∑ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desenvolvimento Científico | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU19 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU19 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Abastecimento | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Extensão Rural | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Irrigação | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Defesa Agropecuária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU20 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU20 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Colonização | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU21 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU21 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Produção Industrial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Mineração | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Propriedade Industrial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Normalização e Qualidade | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU22 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU22 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comercialização | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comércio Exterior | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Serviços Financeiros | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Turismo | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU23 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU23 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Telecomunicações | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU24 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU24 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Energia Elétrica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Combustíveis Minerais | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Biocombustíveis | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU25 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU25 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte Rodoviário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte Ferroviário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transporte Hidroviário | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transportes Especiais | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU26 - Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU26 - Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Desporto e Lazer | 160.000,00 | 261.000,00 | 40.860,51 | 172.094,13 | 0,02 | 88.905,87 | 40.860,51 | 172.094,13 | 0,02 | 88.905,87 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/∑ b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/∑ d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| Desporto de Rendimento | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Desporto Comunitário | 160.000,00 | 261.000,00 | 40.860,51 | 172.094,13 | 0,02 | 88.905,87 | 40.860,51 | 172.094,13 | 0,02 | 88.905,87 | |
| Lazer | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU27 – Administração Geral | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU27 – Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Outros Encargos Especiais | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| FU28 – Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |
| Reserva de Contingência | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Especificação | Evolução da Receita Corrente Líquida | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2020 |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | | |
| **Especificação** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 56,616,773.94 | 54,779,271.28 | 72,649,731.11 | 52,047,515.73 | 48,449,754.51 | 74,249,333.05 | 82,397,542.04 | 83,814,752.61 | 81,624,490.93 | 62,919,179.48 | 57,403,977.53 | 85,677,597.01 | 812,629,919.22 | 801,208,558.45 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 14,318,964.32 | 10,382,027.67 | 23,269,399.13 | 8,343,131.26 | 9,295,392.07 | 9,209,352.06 | 10,247,159.54 | 10,273,890.88 | 11,666,626.75 | 11,917,358.02 | 9,578,763.67 | 15,096,909.68 | 143,598,977.05 | 152,843,506.00 |
| IPTU | 1,796,048.32 | 1,861,427.32 | 14,234,973.48 | 2,171,421.78 | 2,481,314.43 | 2,139,536.27 | 2,368,596.03 | 2,674,271.41 | 2,651,147.73 | 2,639,874.44 | 1,885,739.17 | 1,889,929.89 | 38,794,280.27 | 52,747,599.00 |
| ISS | 4,804,305.11 | 3,977,860.99 | 4,112,184.09 | 3,242,774.12 | 3,978,161.82 | 4,002,779.30 | 4,943,791.32 | 4,758,358.27 | 5,399,106.16 | 5,306,630.28 | 4,568,015.29 | 5,808,192.70 | 54,502,159.45 | 51,922,723.00 |
| ITBI | 954,444.29 | 1,291,781.21 | 553,511.64 | 412,022.85 | 495,312.53 | 643,769.36 | 748,056.26 | 916,256.91 | 1,282,210.08 | 1,064,798.29 | 1,164,840.23 | 973,361.17 | 10,500,364.82 | 7,538,307.00 |
| IRRF | 1,492,508.08 | 1,308,749.82 | 1,542,626.16 | 1,677,515.01 | 1,415,432.06 | 1,582,521.91 | 1,421,760.97 | 717,448.83 | 1,471,324.56 | 2,084,839.05 | 1,341,002.04 | 5,866,680.18 | 21,922,408.67 | 17,087,167.00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 5,471,658.52 | 1,942,208.33 | 2,826,103.76 | 839,397.50 | 925,171.23 | 840,745.22 | 764,954.96 | 1,207,555.46 | 862,840.22 | 821,215.96 | 619,166.94 | 758,745.74 | 17,879,763.84 | 23,547,710.00 |
| Contribuições | 3,514,045.85 | 3,408,309.08 | 3,129,838.88 | 1,234,212.80 | 3,316,495.57 | 4,858,104.47 | 3,230,872.33 | 3,421,715.57 | 3,399,789.42 | 3,352,696.83 | 3,529,033.95 | 6,343,191.24 | 42,738,105.99 | 38,670,967.00 |
| Receita Patrimonial | 72,905.65 | 60,635.79 | 120,231.91 | 31,464.48 | 104,206.13 | 107,597.84 | 158,382.36 | 13,748,609.07 | 19,104.10 | 24,939.23 | 52,553.29 | 31,729.68 | 14,532,459.53 | 2,817,359.00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 72,905.65 | 60,635.79 | 120,231.91 | 31,464.48 | 85,017.21 | 78,664.46 | 139,093.44 | 36,964.61 | 19,104.10 | 24,939.23 | 23,619.91 | 22,085.22 | 716,726.01 | 2,677,359.00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | 19,288.92 | 28,933.38 | 19,288.92 | 13,709,644.46 | | | 28,933.38 | 9,644.46 | 13,815,733.52 | 140,000.00 |
| Receita Agropecuária | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Industrial | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita de Serviços | 4,250,188.83 | 3,602,727.11 | 3,837,404.70 | 3,400,324.97 | 3,583,777.48 | 3,765,808.88 | 3,908,877.00 | 3,993,499.64 | 3,875,926.84 | 4,001,683.31 | 4,183,483.14 | 5,013,756.10 | 47,417,458.00 | 46,604,314.00 |
| Transferências Correntes | 33,210,076.08 | 36,673,809.79 | 41,778,610.31 | 38,621,881.73 | 31,857,525.39 | 55,912,506.94 | 64,176,809.12 | 52,013,732.02 | 62,236,248.13 | 43,164,449.43 | 39,652,320.38 | 58,592,927.89 | 557,890,897.21 | 552,882,166.45 |
| Cota-Parte do FPM | 5,363,128.81 | 7,749,481.75 | 4,531,336.45 | 4,441,712.84 | 4,645,428.43 | 3,781,627.91 | 6,519,139.75 | 4,141,114.67 | 3,335,704.35 | 4,488,511.56 | 5,949,182.12 | 8,870,690.04 | 63,817,058.68 | 71,640,041.00 |
| Cota-Parte do ICMS | 9,667,130.84 | 8,630,667.20 | 12,946,396.84 | 8,151,146.94 | 7,846,780.67 | 9,721,121.58 | 10,334,106.17 | 9,812,664.13 | 13,915,584.61 | 12,497,569.88 | 11,190,135.48 | 15,240,174.98 | 129,753,479.12 | 117,713,621.00 |
| Cota-Parte do IPVA | 2,374,799.10 | 2,426,383.93 | 2,863,947.75 | 1,484,365.32 | 1,869,153.05 | 2,214,709.40 | 1,827,082.81 | 1,606,385.77 | 1,704,033.41 | 1,605,081.71 | 1,872,611.63 | 3,361,285.25 | 25,209,839.13 | 25,953,494.00 |
| Cota-Parte do ITR | 940.17 | 254.94 | 612.37 | 3,235.87 | 484.31 | 1,216.05 | 41.07 | 1,563.12 | 8,667.91 | 16,525.89 | 2,520.41 | 4,003.57 | 40,065.68 | 29,986.00 |
| Transferências da LC nº 87/1996 | | | | | | | | | | | | | | 392,651.00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 23,164.59 | 74,560.08 | 54,721.57 | 43,669.10 | 32,325.67 | 43,181.18 | 46,311.47 | 45,520.45 | 61,362.42 | 65,782.05 | 65,405.62 | 82,418.59 | 638,422.79 | 660,131.00 |
| Transferências do FUNDEB | 9,855,233.06 | 10,331,420.95 | 12,039,672.89 | 8,175,170.62 | 8,050,050.00 | 9,240,604.66 | 9,540,303.12 | 9,183,005.53 | 11,867,587.60 | 12,198,183.81 | 11,222,985.38 | 14,476,124.01 | 126,180,441.63 | 120,161,508.00 |
| Outras Transferências Correntes | 5,925,679.71 | 7,461,040.94 | 9,341,922.44 | 16,322,581.04 | 9,613,303.26 | 30,910,046.16 | 35,909,824.73 | 27,223,478.35 | 31,343,207.83 | 12,292,794.53 | 9,349,479.74 | 16,558,231.45 | 212,251,590.18 | 216,330,734.45 |
| Outras Receitas Correntes | 1,250,593.21 | 651,761.84 | 514,246.18 | 416,500.49 | 292,257.87 | 395,962.86 | 675,641.69 | 363,305.43 | 426,793.69 | 458,052.66 | 407,823.10 | 599,082.42 | 6,452,021.44 | 7,390,346.00 |
| DEDUÇÕES (II) | 4,821,893.86 | 5,032,534.97 | 5,309,917.82 | 4,076,399.90 | 4,142,537.82 | 4,419,056.28 | 4,476,315.70 | 4,290,503.40 | 5,041,683.78 | 4,966,853.58 | 5,140,978.13 | 9,085,540.57 | 60,904,215.81 | 59,529,617.00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | 1,292,234.23 | 1,244,945.30 | 1,215,227.03 | 1,234,212.80 | 1,284,044.76 | 1,247,246.86 | 1,242,319.53 | 1,252,034.13 | 1,222,761.98 | 1,219,192.04 | 1,309,333.21 | 4,065,139.87 | 17,828,691.74 | 17,188,170.00 |
| Compensações Financ. entre Regimes Previdência | 48,460.07 | 26,232.27 | 26,232.27 | 26,095.05 | 26,123.92 | 26,123.92 | 26,123.92 | 26,123.92 | 26,123.92 | 26,123.92 | 28,755.19 | 52,247.84 | 364,766.21 | 400,000.00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 3,481,199.56 | 3,761,357.40 | 4,068,458.52 | 2,816,092.05 | 2,832,369.14 | 3,145,685.50 | 3,207,872.25 | 3,112,345.35 | 3,792,797.88 | 3,721,537.62 | 3,802,889.73 | 4,968,152.86 | 42,710,757.86 | 41,941,447.00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 51,794,880.08 | 49,746,736.31 | 67,339,813.29 | 47,971,115.83 | 44,307,216.69 | 69,830,276.77 | 77,921,226.34 | 79,424,249.21 | 76,582,807.15 | 57,952,325.90 | 52,262,999.40 | 76,592,056.44 | 751,725,703.41 | 741,678,941.45 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) | 51,794,880.08 | 49,746,736.31 | 67,339,813.29 | 47,971,115.83 | 44,307,216.69 | 69,830,276.77 | 77,921,226.34 | 79,424,249.21 | 76,582,807.15 | 57,952,325.90 | 52,262,999.40 | 76,592,056.44 | 751,725,703.41 | 741,678,941.45 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) | 51,794,880.08 | 49,746,736.31 | 67,339,813.29 | 47,971,115.83 | 44,307,216.69 | 69,830,276.77 | 77,921,226.34 | 79,424,249.21 | 76,582,807.15 | 57,952,325.90 | 52,262,999.40 | 76,592,056.44 | 751,725,703.41 | 741,678,941.45 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 49.175.070,00 | 49.175.070,00 | 56.051.602,87 | 3.565.927,74 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 17.188.170,00 | 17.188.170,00 | 17.828.691,74 | 0,00 |
| Civil | 17.188.170,00 | 17.188.170,00 | 17.828.691,74 | 0,00 |
| Ativo | 16.909.670,00 | 16.909.670,00 | 17.455.711,20 | |
| Inativo | 270.000,00 | 270.000,00 | 360.214,68 | |
| Pensionista | 8.500,00 | 8.500,00 | 12.765,86 | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 24.127.906,00 | 0,00 |
| Civil | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 24.127.906,00 | 0,00 |
| Ativo | 31.356.900,00 | 31.356.900,00 | 24.127.906,00 | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita Patrimonial | 225.000,00 | 225.000,00 | 420.472,02 | 275.237,21 |
| Receitas Imobiliárias | 140.000,00 | 140.000,00 | 115.733,52 | 96.444,60 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 85.000,00 | 85.000,00 | 304.738,50 | 178.792,61 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 405.000,00 | 405.000,00 | 13.674.533,11 | 3.290.690,53 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 400.000,00 | 400.000,00 | 364.766,21 | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | 2.000,00 | 2.000,00 | 13.309.294,11 | |
| Demais Receitas Correntes | 3.000,00 | 3.000,00 | 472,79 | 3.290.690,53 |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II) | 49.173.070,00 | 49.173.070,00 | 42.742.308,76 | 3.565.927,74 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios - Civil | 40.234.000,00 | 47.021.070,00 | 47.018.177,74 | 40.834.697,56 | 47.018.177,74 | 40.834.697,56 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 31.634.000,00 | 38.421.070,00 | 39.488.917,10 | 31.933.319,66 | 39.488.917,10 | 31.933.319,66 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 4.300.000,00 | 4.300.000,00 | 4.824.120,60 | 4.270.578,99 | 4.824.120,60 | 4.270.578,99 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 4.300.000,00 | 4.300.000,00 | 2.705.140,04 | 4.630.798,91 | 2.705.140,04 | 4.630.798,91 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.460,82 | 0,00 | 35.460,82 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | | 35.460,82 | | 35.460,82 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V) | 40.234.000,00 | 47.021.070,00 | 47.018.177,74 | 40.870.158,38 | 47.018.177,74 | 40.870.158,38 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) | 8.939.070,00 | 2.152.000,00 | -4.275.868,98 | -37.304.230,64 | -4.275.868,98 | -37.304.230,64 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário** | - |
| VALOR | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Reserva Orçamentária do RPPS** | - |
| VALOR | 3.083.070,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS** | - |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | |
| Outros Aportes para o RPPS | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
| | 2020 | 2019 |
| **Bens e Direitos do RPPS** | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | -33.730,25 | -23.515,95 |
| Investimentos e Aplicações | | 19.119.488,19 |
| Outros Bens e Direitos | | -14.717.147,51 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 73.996.889,00 | 71.586.889,00 | 86.222.896,34 | 69.952.349,14 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 17.186.870,00 | 17.186.870,00 | 17.814.557,08 | 15.224.681,22 |
| Civil | 17.186.870,00 | 17.186.870,00 | 17.814.557,08 | 15.224.681,22 |
| Ativo | 16.908.370,00 | 16.908.370,00 | 17.454.342,40 | 15.221.067,87 |
| Inativo | 270.000,00 | 270.000,00 | 360.214,68 | |
| Pensionista | 8.500,00 | 8.500,00 | | 3.613,35 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 6.400,29 | 2.585,56 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 6.400,29 | 2.585,56 |
| Ativo | | | 6.400,29 | 2.585,56 |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita Patrimonial | 2.817.359,00 | 407.359,00 | 14.532.459,53 | 1.577.202,03 |
| Receitas Imobiliárias | 140.000,00 | 140.000,00 | 115.733,52 | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | 2.677.359,00 | 267.359,00 | 14.416.726,01 | 1.577.202,03 |
| Receita de Serviços | 46.604.314,00 | 46.604.314,00 | 47.417.458,00 | 45.863.109,96 |
| Outras Receitas Correntes | 7.388.346,00 | 7.388.346,00 | 6.452.021,44 | 7.284.770,37 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 400.000,00 | 400.000,00 | 364.766,21 | 379.975,73 |
| Demais Receitas Correntes | 6.988.346,00 | 6.988.346,00 | 6.087.255,23 | 6.904.794,64 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 231.654.116,00 | 231.654.116,00 | 79.191.874,68 | 53.170.019,87 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | 231.654.116,00 | 231.654.116,00 | 79.191.874,68 | 53.170.019,87 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII) | 305.651.005,00 | 303.241.005,00 | 165.414.771,02 | 123.122.369,01 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| Benefícios - Civil | 35.800.000,00 | 42.621.070,00 | 44.234.615,44 | 36.203.898,65 | 44.234.615,44 | 36.203.898,65 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 31.500.000,00 | 38.321.070,00 | 39.410.494,84 | 31.933.319,66 | 39.410.494,84 | 31.933.319,66 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 4.300.000,00 | 4.300.000,00 | 4.824.120,60 | 4.270.578,99 | 4.824.120,60 | 4.270.578,99 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Benefícios - Militar | 4.300.000,00 | 5.726.490,00 | 4.091.633,04 | 4.630.798,91 | 4.091.633,04 | 4.630.798,91 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 4.300.000,00 | 5.726.490,00 | 4.091.633,04 | 4.630.798,91 | 4.091.633,04 | 4.630.798,91 | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 529.000,00 | 520.834,08 | 418.978,88 | 127.779,58 | 418.978,88 | 127.778,68 | 0,00 | 0,90 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 60.000,00 | 50.000,00 | 36.837,78 | 35.460,82 | 36.837,78 | 35.460,82 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 469.000,00 | 470.834,08 | 382.141,10 | 92.318,76 | 382.141,10 | 92.317,86 | 0,00 | 0,90 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 40.629.000,00 | 48.868.394,08 | 48.745.227,36 | 40.962.477,14 | 48.745.227,36 | 40.962.476,24 | 0,00 | 0,90 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X) | 265.022.005,00 | 254.372.610,92 | 116.669.543,66 | 82.159.891,87 | 116.669.543,66 | 82.159.892,77 | | |

Documento gerado em 27/01/2021 15:45:33

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | APORTES REALIZADOS |
| **Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor** | - |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | |
| Recursos para Formação de Reserva | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas da Administração - RPPS | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2020 | Até o Bimestre / 2019 |
| **Receitas da Administração - RPPS** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES | 49.175.070,00 | 17.818.170,00 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 49.175.070,00 | 17.818.170,00 | | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Despesas da Administração - RPPS | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | | Em 2020 | Em 2019 |
| **Despesas da Administração - RPPS** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 45.122.000,00 | 45.122.000,00 | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 970.000,00 | 970.000,00 | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 46.092.000,00 | 46.092.000,00 | | | | | | |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) | 3.083.070,00 | -28.273.830,00 | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias | Receita Orçamentária | |
|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 |
| | | RECEITAS REALIZADAS (a) |
| **Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias** | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 759.267.111,45 | 769.919.161,36 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 152.843.506,00 | 143.598.977,05 |
| IPTU | 52.747.599,00 | 38.794.280,27 |
| ISS | 51.922.723,00 | 54.502.159,45 |
| ITBI | 7.538.307,00 | 10.500.364,82 |
| IRRF | 17.087.167,00 | 21.922.408,67 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 23.547.710,00 | 17.879.763,84 |
| Contribuições | 38.670.867,00 | 42.738.105,99 |
| Receita Patrimonial | 2.817.359,00 | 14.532.459,53 |
| Aplicações Financeiras (II) | 2.677.359,00 | 716.726,01 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 140.000,00 | 13.815.733,52 |
| Transferências Correntes | 510.940.719,45 | 515.180.139,35 |
| Cota-Parte do FPM | 58.516.544,00 | 52.108.926,85 |
| Cota-Parte do ICMS | 94.170.897,00 | 103.802.783,54 |
| Cota-Parte do IPVA | 20.762.795,00 | 20.165.921,69 |
| Cota-Parte do ITR | 23.989,00 | 32.052,67 |
| Transferências da LC 87/1996 | 314.121,00 | |
| Transferências da LC nº 61/1989 | 660.131,00 | 638.422,79 |
| Transferências do FUNDEB | 120.161.508,00 | 126.180.441,63 |
| Outras Transferências Correntes | 216.330.734,45 | 212.251.590,18 |
| Demais Receitas Correntes | 53.994.660,00 | 53.869.479,44 |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 445.819,00 | 899.876,41 |
| Receitas Correntes Restantes | 53.548.841,00 | 52.969.603,03 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III) | 756.143.933,45 | 768.302.558,94 |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 231.654.116,00 | 79.191.874,68 |
| Operações de Crédito (VI) | 62.000.000,00 | 62.000.000,00 |
| Amortização de Empréstimos (VII) | | |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | | |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | | |
| Outras Alienações de Bens | | |
| Transferências de Capital | 169.654.116,00 | 17.191.874,68 |
| Convênios | 67.080.000,00 | 5.975.262,43 |
| Outras Transferências de Capital | 102.574.116,00 | 11.216.612,25 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | | |
| Outras Receitas de Capital Primárias | | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X) | 169.654.116,00 | 17.191.874,68 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI) | 925.798.049,45 | 785.494.433,62 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias | Despesa Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre / 2020 | | | | | |
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | | | | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| **Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 663.905.344,98 | 592.558.069,93 | 578.328.009,03 | 577.634.432,67 | 2.965.852,63 | 12.484.684,03 | 12.484.684,03 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 359.207.945,94 | 338.122.907,48 | 337.553.371,81 | 337.343.940,26 | 1.245.468,71 | 214.711,00 | 214.711,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 6.395.000,00 | 6.086.831,48 | 6.086.831,48 | 6.086.831,48 | | | |
| Outras Despesas Correntes | 298.302.399,04 | 248.348.330,97 | 234.687.805,74 | 234.203.660,93 | 1.720.383,92 | 12.269.973,03 | 12.269.973,03 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 657.510.344,98 | 586.471.238,45 | 572.241.177,55 | 571.547.601,19 | 2.965.852,63 | 12.484.684,03 | 12.484.684,03 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 304.556.907,01 | 182.130.345,67 | 177.026.619,99 | 176.417.502,92 | 1.263.569,46 | 11.654.993,34 | 11.654.993,14 |
| Investimentos | 281.166.397,01 | 158.858.222,64 | 153.754.496,96 | 153.145.379,89 | 1.263.569,46 | 11.654.993,34 | 11.654.993,14 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | | | | | | | |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | | | | | | | |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | | | | | | | |
| Demais Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida (XX) | 23.390.510,00 | 23.272.123,03 | 23.272.123,03 | 23.272.123,03 | | | |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 281.166.397,01 | 158.858.222,64 | 153.754.496,96 | 153.145.379,89 | 1.263.569,46 | 11.654.993,34 | 11.654.993,14 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | | | | | | | |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII) | 938.676.741,99 | 745.329.461,09 | 725.995.674,51 | 724.692.981,08 | 4.229.422,09 | 24.139.677,37 | 24.139.677,17 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Primário - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)) | 32.432.353,28 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Primário | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Primário** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | -96.034.259,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Juros Nominais | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Juros Nominais** | - |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) | 372.774,29 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) | 32.729,31 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Acima da Linha | Até o Bimestre / 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Acima da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) | 32.772.398,26 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Meta Fiscal para o Resultado Nominal | Meta Fixada na LDO |
|---|---|
| | VALOR CORRENTE |
| **Meta Fiscal para o Resultado Nominal** | - |
| Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência | -19.021.889,27 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal | Saldo | |
|---|---|---|
| | Em 31/12/2019 (a) | Até o Bimestre 2020 (b) |
| **Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal** | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 394.173.281,88 | 289.348.334,28 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 82.985.535,46 | 110.152.881,21 |
| Disponibilidade de Caixa | 82.985.535,46 | 110.152.881,21 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 95.032.280,32 | 116.492.782,52 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 12.046.744,86 | 6.339.901,31 |
| Demais Haveres Financeiros | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | 311.187.746,42 | 179.195.453,07 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Resultado Nominal - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Nominal - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | 131.992.293,35 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Ajuste Metodológico | Até o Bimestre 2020 |
|---|---|
| | VALOR |
| **Ajuste Metodológico** | - |
| VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 5.706.843,55 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | |
| VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) | |
| PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) | |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 126.285.449,80 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

| Resultado Primário - Abaixo da Linha | Até o Bimestre |
|---|---|
| | VALOR |
| **Resultado Primário - Abaixo da Linha** | - |
| RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) | 125.879.946,20 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Informações Adicionais | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| **Informações Adicionais** | - |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 6.155.977,54 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 6.155.977,54 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 3.083.070,00 |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a+ b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 6,534,838,97 | 3,869,743,78 | 4,229,422,09 | 4,436,101,96 | 1,739,058,70 | 3,922,194,46 | 29,770,430,11 | 24,139,677,37 | 24,139,677,17 | 8,778,192,70 | 774,754,70 | 2,513,813,40 |
| PODER EXECUTIVO | 6,534,838,97 | 3,869,743,78 | 4,229,422,09 | 4,436,101,96 | 1,739,058,70 | 3,922,194,46 | 29,770,430,11 | 24,139,677,37 | 24,139,677,17 | 8,778,192,70 | 774,754,70 | 2,513,813,40 |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | | | | | | | | | | | | |
| Tribunal de Contas do Município | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 1,211,80 | 1,640,950,31 | 1,617,912,51 | 24,249,60 | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 6,536,050,77 | 5,510,694,09 | 5,847,334,60 | 4,460,351,56 | 1,739,058,70 | 3,922,194,46 | 29,770,430,11 | 24,139,677,37 | 24,139,677,17 | 8,778,192,70 | 774,754,70 | 2,513,813,40 |

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão - Intra | Poder/Órgão - Intra | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão Intra | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2019 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2019 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 1,211,80 | 1,640,950,31 | 1,617,912,51 | 24,249,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PODER EXECUTIVO | 1,211,80 | 1,640,950,31 | 1,617,912,51 | 24,249,60 | | | | | | | | |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | | | | | | | | | | | | |
| Tribunal de Contas do Município | | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Receitas | Receitas de Operações de Crédito | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (**I**) | 62.000.000,00 | 62.000.000,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Despesas | Despesas de Capital | | |
|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e) |
| **Despesas** | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 304.556.907,01 | 182.130.345,67 | 122.426.561,34 |
| Investimentos | 281.166.397,01 | 158.858.222,64 | 122.308.174,37 |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | 23.390.510,00 | 23.272.123,03 | 118.386,97 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte | | | |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras | | | |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (**II**) | 304.556.907,01 | 182.130.345,67 | 122.426.561,34 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Resultado para Apuração da Regra de Ouro | Resultado para Apuração da Regra de Ouro | | |
|---|---|---|---|
| | (d - a) | (e - b) | (f - c) |
| **Resultado para Apuração da Regra de Ouro** | - | - | - |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (**III**) = (**II** - **I**) | 242.556.907,01 | 120.130.345,67 | 122.426.561,34 |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | | | | |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2019 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |
| 2091 | | | | |
| 2092 | | | | |
| 2093 | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Receitas | Execução da Receita | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | | | |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | | | |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Despesas | Execução da Despesa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (f) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g) | SALDO (h) = (d-e) |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 304.556.907,01 | 182.130.345,67 | 177.026.619,99 | 176.417.502,92 | 5.103.725,68 | 12.918.562,60 | 122.426.561,34 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 304.556.907,01 | 182.130.345,67 | 177.026.619,99 | 176.417.502,92 | 5.103.725,68 | 12.918.562,60 | 122.426.561,34 |
| Investimentos | 281.166.397,01 | 158.858.222,64 | 153.754.496,96 | 153.145.379,89 | 5.103.725,68 | 12.918.562,60 | 122.308.174,37 |
| Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | 23.390.510,00 | 23.272.123,03 | 23.272.123,03 | 23.272.123,03 | | | 118.386,97 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral da Previdência Social | | | | | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Saldo Financeiro a Aplicar | Saldo Financeiro a Aplicar | | |
|---|---|---|---|
| | 2019 (i) | 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg)) | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
| **Saldo Financeiro a Aplicar** | - | - | - |
| VALOR (**III**) | 0,00 | -189.336.065,52 | -189.336.065,52 |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Impactos das Contratações de PPP | Especificação de PPP | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | REGISTROS EFETUADOS EM 2020 | |
| | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| **Impactos das Contratações de PPP** | - | - | - |
| TOTAL DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| TOTAL DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| Provisões de PPP | | | |
| Outros Passivos | | | |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Contratuais | | | |
| Riscos não Provisionados | | | |
| Garantias Concedidas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)**

| Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2) | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Total das Despesas de PPP | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |
| **Total das Despesas de PPP** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II) | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV) | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Balanço Orçamentário | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Balanço Orçamentário** | - |
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 928.484.684,00 |
| Previsão Atualizada | 1.021.578.127,45 |
| Receitas Realizadas | 872.841.835,86 |
| Déficit Orçamentário | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 6.155.977,54 |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 908.079.684,00 |
| Dotação Atualizada | 1.010.129.104,99 |
| Despesas Empenhadas | 807.169.268,66 |
| Despesas Liquidadas | 787.835.482,08 |
| Despesas Pagas | 786.532.788,65 |
| Superávit Orçamentário | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas por Função/Subfunção | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Despesas por Função/Subfunção** | - |
| Despesas Empenhadas | 807.169.268,66 |
| Despesas Liquidadas | 787.835.482,08 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita Corrente Líquida - RCL | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receita Corrente Líquida - RCL** | - |
| Receita Corrente Líquida | 751.725.703,41 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 751.725.703,41 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 751.725.703,41 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Valores |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores** | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 42.742.308,76 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 47.018.177,74 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 47.018.177,74 |
| Resultado Previdenciário | -4.275.868,98 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | 165.414.771,02 |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | 48.745.227,36 |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | 48.745.227,36 |
| Resultado Previdenciário | 116.669.543,66 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Resultados Primário e Nominal | Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário | | |
|---|---|---|---|
| | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| **Resultados Primário e Nominal** | - | - | - |
| Resultado Primário - Acima da Linha | -96.034.259,00 | 32.432.353,28 | -33,77 |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | -19.021.889,27 | 32.772.398,26 | -172,29 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| **Restos a Pagar por Poder e Ministério Público** | - | - | - | - |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 12.046.744,86 | 4.460.351,56 | 5.781.654,15 | 1.804.739,15 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
**Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**CNPJ:**
**Exercício: 2020**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| Poder Executivo | 12.046.744,86 | 4.460.351,56 | 5.781.654,15 | 1.804.739,15 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 33.692.624,57 | 8.778.192,70 | 24.139.677,17 | 774.754,70 |
| Poder Executivo | 33.692.624,57 | 8.778.192,70 | 24.139.677,17 | 774.754,70 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| TOTAL | 45.739.369,43 | 13.238.544,26 | 29.921.331,32 | 2.579.493,85 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | Apuração das Despesas com Ensino | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** | - | - | - |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 81.632.072,43 | 25,00 | 23,62 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio | 76.852.297,36 | 60,00 | 60,86 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | 48.645.196,74 | 38,52 | 40,00 |
| Complementação da União ao FUNDEB | | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo Não Realizado |
| **Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital** | - | - |
| Receitas de Operações de Crédito | 62.000.000,00 | 0,00 |
| Despesa de Capital Líquida | 182.130.345,67 | 122.426.561,34 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Exercício de Apuração | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| **Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência** | - | - | - | - |
| Plano Previdenciário | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Plano Financeiro | | | | |
| Receitas Previdenciárias | | | | |
| Despesas Previdenciárias | | | | |
| Resultado Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício | Saldo a Realizar |
| **Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos** | - | - |
| Receitas da Alienação de Ativos | | |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | Apuração das Despesas com Saúde | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde** | - | - | - |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos | 91.131.970,12 | 15,00 | 26,49 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício Corrente |
| **Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP** | - |
| Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária** |
| | **Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)** |
| | **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2020** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2020 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**PORTARIA Nº 001/2021**

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 93/2017 firmado pelo Município de Várzea Grande.

**João Carlos Cardoso** Secretário Municipal de Planejamento, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8. 666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

**RESOLVE:**

1º. Fica designada a Senhora Lindalva Lemes da Silva, brasileira, casada, profissão, coordenadora de Planejamento e Orçamento, portador da Cédula de Identidade RG nº 0117.423 e inscrito no CPF nº 207.157.491-53, Matrícula nº 27880, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 093/2017, firmado com TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reprografia, com locação de equipamentos de informática, impressão corporativa, cópia, fax, digitalização departamental, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e suprimentos, fornecimento de papel, sistema de gerenciamento e contabilização de impressões e cópias.com prazo de vigência de 09 (nove) meses no período de 11/01/2021 a 11/09/2021, assinado no dia 11/11/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8. 666/1993.

**2º.** Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

**I –** ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

**II –** AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**III –** ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

**IV –** OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

**V –** SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

**VI –** ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

**VII –** ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º.** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

**Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Paço Municipal "Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 04 de janeiro de 2021.

João Carlos Cardoso

**Secretário Municipal de Planejamento**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

### PORTARIA N.120/2021.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar **GÉSSYCA LARISSA RAMALHO CALDEIRA FERRAZ,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Av beira Rio, s/n, bairro centro, no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade n. 2783782-3 SSP/MT e CPF n. 063.044.891-45, do cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIA, Símbolo C. C.4**, junto ao Gabinete do Prefeito, a contar desta data.

**Art. 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS do mês de JANEIRO de dois mil E VINTE E UM.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

PREFEITO

### PORTARIA N.118/2021.

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Nomear **TIAGO VENICIUS DA SILVA SAUERESSIG,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito Santa Clara do Monte Cristo, neste Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 2.149.783-4 SSP/MT e CPF n.035.096.381-90, para exercer o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO**, Símbolo C.C.4, a contar do dia 04 de janeiro de 2021.

**Art. 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 04 de janeiro de 2021, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS do mês de JANEIRO de dois mil E VINTE E UM.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO**

### DECRETO N.º 013, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

**"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, e dá outras providências."**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com a atual redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019;

Considerando o disposto na Portaria n.° 477, de 12 de janeiro de 2021,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a partir de 1o de janeiro de 2021, em **5,45%** (cinco inteiros e quarenta e cinco décimospor cento).

**§ 1º.** Para os benefícios concedidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade (PREVILA) a partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

**§ 2º.** Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 1.100,00 (um mil e cem reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

**Art. 2º.** Para os benefícios concedidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade (PREVILA) anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Vila Bela da Ss Trindade/MT, 26 de janeiro de 2021.

_____

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2020**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| até janeiro de 2020 | **5,45** |
| em fevereiro de 2020 | **5,25** |
| em março de 2020 | **5,07** |
| em abril de 2020 | **4,88** |

| | |
|---|---|
| em maio de 2020 | **5,12** |
| em junho de2020 | **5,39** |
| em julho de 2020 | **5,07** |
| em agosto de 2020 | **4,61** |
| em setembro de 2020 | **4,23** |
| em outubro de 2020 | **3,34** |
| em novembro de 2020 | **2,42** |
| em dezembro de 2020 | **1,46** |

**PORTARIA N.119/2021.**

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Retificar Portaria **N. 079/2021,** que nomeia **ARY VIEIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito de Santa Clara do Monte Cristo neste Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 417.395 SSP/MS e CPF nº 343.684.771-20.

***Onde se lê***: **Art. 1º** - Nomear **ARY VIEIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito de Santa Clara do Monte Cristo neste Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 417.395 SSP/MS e CPF nº 343.684.771-20, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Serviços Públicos do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo,** Símbolo **C.C,4**, a contar desta data.

***Leia-se***: **Art. 1º** Nomear **ARY VIEIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito de Santa Clara do Monte Cristo neste Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 417.395 SSP/MS e CPF nº 343.684.771-20, para exercer o cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E FOMENTO DO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO,** Símbolo **C.C,4**, a contar desta data.

**Art. 2º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS do mês de JANEIRO DO ANO de dois mil E VINTE E UM.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 001/2021**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 001/2021**

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada na Lei 8.666/1993 artigo 24° inciso II e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, com a finalidade de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de malotes não realizados pelos correios, para subsidiar na entrega de documento de arrecadação Municipal (DAM) referente a taxa de alvará e licença de funcionamento, imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), Imposto Predial Urbano (IPTU) Notificação de divida ativa e outros fins. **RATIFICO**, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da C.P.L, e Parecer Jurídico do Procurador do Município Sr. Pierre Fabrício Gouveia de Oliveira, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Vila Rica / MT, 27 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

**ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

Contratante

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 010/2020**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 010/2020**

**OBJETO**: O presente aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato 010/2020, inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 021/2020 na modalidade Dispensa nº 004/2020, pelo período de 11 (onze) dias, contados a partir do dia **28/01/2021** até **28/12/2021.**

**DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.**

**DATA: Vila Rica/MT, 28 de Janeiro de 2021.**

**ASSINANTES /**Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

**A. J. ASSIS FERREIRA SOLUÇÕES EMPRESARIAL** (31.422.683/0001-07) - Contratada

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 007/2021**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 007/2021**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2021**

**DISPENSA 001/2021**

**DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de malotes não realizados pelos correios, para subsidiar na entrega de documento de arrecadação Municipal (DAM) referente a taxa de alvará e licença de funcionamento, imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), Imposto Predial Urbano (IPTU) Notificação de divida ativa e outros fins.

**DO VALOR E DO PAGAMENTO:** O preço global deste Contrato é de R$ 9.624,00 (nove mil seiscentos e vinte e quatro reais), referentes ao valor global previsto na Cláusula Primeira. O pagamento será realizado mensalmente, até o 5º (Quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.

**DA VIGÊNCIA:** O presente instrumento terá vigência de 06 (seis) meses, a contar sendo do dia 27/01/2021 à 27/07/2021.

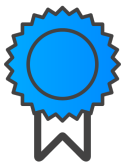
**DATA:** Vila Rica/MT, 27 de Janeiro de 2021.

**ASSINANTES:**

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

ROGERIO MOURA ALVES 00889759162**(**35.932.491/0001-93**)** – Contratada.

Esse documento foi assinado por

| | | |
|---|---|---|
|  | **Signatário** | CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Data/Hora** | Wed Jan 27 23:03:40 UTC 2021 |
| | **Emissor do Certificado** | CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Número Serial.** | 1170115676103352402 |
| | **Método** | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature) |